IX Encontro Regional Sudeste de História Oral

DIVERSIDADE E DIÁLOGO

16 a 18 de agosto de 2011
Universidade de São Paulo



Diversidade e Diálogo: Textos completos

Anais do IX Encontro Regional Sudeste de História Oral: "Diversidade e Diálogo"

16, 17 e 18 de agosto de 2011

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

Universidade de São Paulo

ISBN: 978-85-62959-17-2

Organização

Coordenação
Valéria Barbosa de Magalhães
Ricardo Santhiago

Comissão organizadora
Alice Beatriz da Silva Gordo Lang
Leland McCleary
Maria de Lourdes Mônaco Janotti
Ricardo Santhiago
Sara Albieri
Valéria Barbosa de Magalhães

Comissão científica
Adelia Miglievich
Ana Maria Dietrich
Antonio Vicente Marafi oti Garnica
Benito Bisso Schmidt
Fabíola Holanda Barbosa Fernandez
Juniele Rabelo de Almeida
Luciana Quillet Heymann
Marcos Montysuma
Maria Paula Nascimento Araújo
Rodrigo Patto Sá Motta
Suzana Lopes Salgado Ribeiro
Tania Regina de Luca
Zeila de Brito Fabri Demartini

Realização:
Associação Brasileira de História Oral - Regional Sudeste
GEPHOM - Grupo de Estudo e Pesquisa em História Oral e Memória

Apoio:
Fapesp - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
Departamento de História - FFLCH-USP
Programa de Pós-Graduação em História Social - FFLCH-USP
EACH - Escola de Artes, Ciências e Humanidades
CERU - Centro de Estudos Rurais e Urbanos
CAPH - Centro de Apoio à Pesquisa Histórica

Associação Brasileira de História Oral

Diretoria Gestão 2010-2012
Presidente: Maria Paula Nascimento Araújo (UFRJ)
Vice- Presidente: Benito Bisso Schmidt (UFRGS)
Tesoureiro: Marcos Montysuma (UFSC)
Secretária Geral: Tânia Regina de Luca (UNESP)
Segunda Secretária: Regina Faria (UFMA)

Diretorias Regionais:
Região Norte: Pere Petit (UFPA)
Região Nordeste: Francisco Alcides do Nascimento (UFPI)
Região Centro-Oeste: Giovani José da Silva (UFMS)
Região Sudeste: Valéria Barbosa de Magalhães (EACH/USP)
Região Sul: Lorena Almeida Gil (UFPEL)

- O conteúdo e a redação dos textos aqui apresentados são de inteira responsabilidade de seus autores -

Conteúdo

APRESENTAÇÃO 6
A "Democracia Participativa e Protagônica" na Venezuela Bolivariana 7
Adolescência dekassegui: construção da(s) identidade(s) 15
A entrevista narrativa e "situada": aprendendo com os camponeses do Sertão Norte de Minas Gerais 22
A expansão escolar em Ermelino Matarazzo 30
A formação da juventude contemporânea na voz de alunos do ensino médio 37
"A gente não quer só comida": O patrimônio no contexto associativo dos Polos Gastronômicos do Centro Histórico do Rio de Janeiro 43
A justiça restaurativa como instrumento jurídico-político do reconhecimento 49
A Propaganda Política no Governo Vargas (1951 – 1954) através dos Cinejornais 56
A memória não está no lugar: história dos moradores de um bairro em transformação 63
A Memória Política da Obstetrícia em São Paulo: um estudo praxiológico comparativo com obstetrizes formadas nas décadas de 1970 e 2000 71
A Palavra falada e a memória na filmografia de Alain Resnais 76
"A polícia recuou: não podia fazer nada contra isso" - Foucault e o caso Herzog, São Paulo, 1975 85
As faces da (in) segurança: As falas das vítimas, vitimizadores e autoridades na cidade de Salvador, Bahia 95
As imigrações sirio libanesa e espanhola e suas contribuições na diversidade cultural do espaço geográfico piracicabano – sp 105
As profecias: A narrativa histórica das profecias e sua carga identitária 113
A trajetória de Carlyle Guerra de Macedo: a Saúde como uma ponte para a Paz - do *Staff* do Ministério da Saúde à Direção da OPAS 122
A utilização da Metodologia da História Oral na pesquisa com jovens músicos egressos do Instituto de Artes da Unicamp 140
Bairro Velho: origem e desenvolvimento para a Cidade de Itaraté - SP 146
50 anos depois: fotografia e memória através das narrativas orais de fotógrafos amadores 152
Condições e modos de vida do morador de rua de São Paulo 159
Construções identitárias e processos migratórios: história oral da comunidade líbano-brasileira 167
Contribuição da História Oral 174
Cotidiano e memória de moradores do Pilar-Julião-Taboão como resistência à exclusão de intervenções urbanas 178
Cultura, identidade e memória: o festejo de Nossa Senhora do Rosário em Silvianópolis-Minas Gerais 186
Cultura oral e narrativa histórica no filme: "O dragão da maldade contra o santo guerreiro" (1969) de Glauber Rocha 192
Das portas das bodegas: cotidiano de um bairro rural nas memórias de comerciantes e fregueses, Riozinho;Irati-PR, primeira metade do século XX 198

DIALOGANDO COM OS LIVROS DE AUTOAJUDA A PARTIR DE ESCOLHAS DE DOCENTES: UMA CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES? 206

DISCURSOS DE MEMÓRIAS DA COMUNIDADE PRISMA DA UFABC NAS REDES SOCIAIS: PERFORMANCES DE DIVERSIDADE DE GÊNERO E SEXUAL NA CIBERCULTURA 214

DISCURSOS SOBRE A EXPERIÊNCIA AMOROSA 220

Do Centro de Educação Física, Esportes e Recreação (CEFER) á Escola de Educação Física e Esporte de Ribeirão Preto (EEFERP): BREVE HISTÓRIA NO *CAMPUS* 227

Duplicidades: uma cidade, dois nomes 233

Entre arte e cidade: narrativas de artistas de rua e os desafios na metrópole contemporânea 242

"ETERNIDADE DO EFÊMERO: MEMÓRIA E VIVÊNCIA NA ARTE BRASILEIRA DOS ANOS 90 ATRAVÉS DA OBRA DE Cabelo (Rodrigo Saad) – O CAVALO DO MUNDO". 247

EVENTOS TRAUMÁTICOS DA Ditadura Militar no Chile (1973 – 1990) NA HISTÓRIA ORAL DE VIDA DE CHILENOS EMIGRANTES 252

Exclusão e adaptação: a negação da subjetividade humana presente na lógica escolar 256

Experiências e expectativas de mulheres subversivas na ditadura militar 263

FACULDADE Zumbi dos Palmares: UM RESGATE HISTÓRICO 274

"Falando de Anarquismo": A vida de Jaime Cubero 280

FAMÍLIA, MEMÓRIA E PODER LOCAL: Sento-Sé e a Barragem do Sobradinho. 286

Narrativas de professores: o que dizem os docentes do Instituto Federal de Educação de Santa Catarina (IF-SC) sobre o projeto integrador da instituição 299

História e Memória do Cine Palácio Campo Grande, a importância das entrevistas. 309

HISTÓRIA ORAL DE VIDA DE PROFESSORAS DE BIOLOGIA: FORMAÇÃO, SABERES E PRÁTICAS DOCENTES E SUA RELAÇÃO COM OS CONTEXTOS POLÍTICO-EDUCACIONAIS 317

HISTÓRIA ORAL DE VIDA E A HUMANIZAÇÃO DA RELAÇÃO MÉDICO-PACIENTE 322

HISTÓRIA ORAL E MIGRAÇÃO: PERTENÇA E DIVERSIDADE DAS REDES SOCAIS DE MIGRANTES BOLIVIANOS NA CIDADE DE SÃO PAULO 327

HISTÓRIA ORAL: MEMÓRIAS DE Praia Grande? 336

HISTÓRIA ORAL: SABER POPULAR DOS CURANDEIROS* 339

HISTÓRIA ORAL UMA ABORDAGEM METODOLÓGICA 348

Histórias de professoras negras: a presença da oralidade nas trajetórias de resistência. 354

HISTÓRIAS DE VIDA DE MULHERES TRABALHADORAS: cotidiano, sociabilidade e sobrevivência 361

Identidade, Religiosidade Popular e Políticas Culturais: o caso da Festa do Divino em Piracicaba 376

IMAGEM E PRODUÇÃO DE PENSAMENTO 383

IMAGENS DE INFÂNCIA: UMA CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DE GESTORES DE EDUCAÇÃO INFANTIL 390

IMAGENS E NARRATIVAS DA Batalha do Jenipapo em Campo Maior - PI 396

Imigração italiana em São Paulo: o diálogo entre a cozinha paulistana e a cozinha italiana 408

INCLUINDO A MULHER COMUM NA NARRATIVA HISTÓRICA: DESAFIOS 414

Instituições e suas histórias: cultura digital como promotor e como suporte 423

INTERFERÊNCIA CULTURAL DOS SUJEITOS SÓCIO-HISTÓRICOS QUILOMBOLAS NAS COMEMORAÇÕES DE JABOTICATUBAS 429

JUVENTUDE, GÊNERO E CRIMINALIDADE: REFLEXÕES A PARTIR DA HISTÓRIA ORAL DE VIDA DE MENINAS EM CONFLITO COM A LEI NA CIDADE DE Ponta Grossa – PR 435

Labirintos da Cidadania: identidade e luta por espaço nos bairros Baixa União, Triângulo e Santo Antônio em Porto Velho/RO. 442

Movimentos sociais e a luta na cidade 445

Leituras de mundo por meio de imagens e narrativas no Curso da Licenciatura em Educação do Campo da UFRRJ . 448

Lévi-Strauss: mito e música entre o largo e o prestíssimo 454

Literatura Oral, Identidade e Memória: a tradição quilombola no Espírito Santo 462

'Machado': O DISCURSO SOBRE A FORMAÇÃO DA COMUNIDADE São José da Serra 471

MEMÓRIA, ARTE E CIDADE: FOTOGRAFIAS E RELATOS ORAIS EM MOVIMENTO PARA RECUPERAÇÃO DE DIFERENTES VERSÕES DO PASSADO 478

MEMÓRIA DO CORAÇÃO: VISÕES SOBRE O CORAÇÃO HUMANO A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DO TRANSPLANTE 483

MEMÓRIA FAMILIAR E FAZENDAS HISTÓRICAS PAULISTAS: RELAÇÕES ENTRE HISTÓRIA ORAL E TURISMO CULTURAL 490

Memórias da implantação do curso Técnico de Química da ETBH 496

Memória das manifestações coletivas: O Regime Militar contestado nos espaços públicos do centro de Belo Horizonte (1964-1968) 503

MEMÓRIAS DE MULHERES EDUCADORAS: HISTÓRIA ORAL E AS IMAGENS DE SI E DOS OUTROS E DOS ESPAÇOS DE TRABALHO 511

Memórias do policiamento comunitário no Rio de Janeiro: reflexões sobre as estratégias de legitimação democrática da polícia militar 517

MEMÓRIAS EM LUTA: HISTÓRIAL ORAL E A MEMÓRIA-MONUMENTO SOBRE A CIDADE DE Osasco 526

Memórias socioambientais revisitadas: um bairro da Leopoldina em foco 530

Modo de vida e território quilombola em Poça 537

MOVIMENTO ESTUDANTIL: ÊXTASE DA JUVENTUDE BRASILEIRA 545

Narrativas Orais sobre a Shoah. Percursos e sobrevivência. 549

Negros no futebol brasileiro: olhares e experiências de dois jornalistas 556

Neide Gaudenci de Sá: PROFESSORA, PESQUISADORA E AUTORA NO CAMPO DA ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO 563

Novas Odisséias? Das Politicas Voltadas para a Imigração na E.U. 570

O AMOR MATERNO: O MITO E SUAS RELEITURAS 578

O CULTO À MEMÓRIA E A MEMÓRIA NEGADA: UM ESTUDO SOBRE OS TROPEIROS NO Vale Histórico 586

O Empate: discursos de enfrentamento, entre o relato e a imagem 593

OLHARES DA MEMÓRIA SOBRE Monte Verde, sul de Minas Gerais 598

O Ovo da Serpente e a Lanterna Mágica: Ingmar Bergman, ficção cinematográfica e memória 605

O SABER E O FAZER DAS PARTEIRAS TRADICIONAIS: APRENDIZAGENS PERPETUADAS NO ESPAÇO DOMÉSTICO 611

OS NARRADORES DO DESMEMBRAMENTO POLÍTICO E ADMINISTRATIVO DO MUNICÍPIO DE Batayporã - MS 621

PERCURSOS DE MEMÓRIA(S) TRAUMÁTICA(S) DA II Guerra Mundial 628

Poéticas da resistência: arte, cidade e contestação em Belo Horizonte – 1960/1970 634

Professores de Artes Visuais de Goiânia, Goiás: afetos, acervos imagéticos, memórias e histórias 642

PROFISSÕES DE NÍVEL SUPERIOR E MATERNIDADE: EXAMINANDO O IMPACTO DO TRABALHO ASSALARIADO E DOMÉSTICO NO COTIDIANO DE TRABALHADORAS DOCENTES 649

Promovendo cultura e lutando politicamente: memórias estudantis juizforanas nos anos 1970 e 1980 656

Quando a memória afetiva atravessa a memória histórica 663

Quando as salas de aula foram às ruas: memórias das greves e mobilizações docentes em São Paulo nas décadas de 1970 e 1980 672

Raízes da Memória: organização e exposição de documentos inéditos do cotidiano de uma fazenda em Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX. 680

Repensando o ensino de história e sua prática em Quirinópolis – Goiás 687

Re-significação e narrativas orais: Maria Grampinho, literatura e memória na cidade de Goiás 696

São Felix do Araguaia: Cultura política e imaginário 704

Subjetivação da saúde no Brasil vista através das narrativas sobre fantasmas termais de Araxá: 714

Terra manchada de sangue: Conflitos agrários e mortes no campo no Brasil democrático 721

Um Laboratório para a Humanização em Saúde. O Laboratório de Humanidades e a Literatura como Instrumento de Humanização 732

Vozes e memórias de uma espírita da cidade de Franca-SP 740

APRESENTAÇÃO

O "IX Encontro Regional de História Oral e Memória: Diversidade e Dialogo" é um evento bianual promovido pela Diretoria Regional Sudeste da Associação Brasileira de História Oral. Em 2011, em sua IX edição, foi sediado na Universidade de São Paulo, nas dependências da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.

O encontro teve por objetivo fomentar a discussão sobre os desafios contemporâneos da história oral, em seus aspectos teóricos, metodológicos e temáticos. Após um importante período de difusão da metodologia da história oral – que incluiu longos debates sobre as vantagens, os problemas e a legitimidade do uso de fontes orais em diferentes disciplinas –, ela parece estar plenamente consagrada como um valioso recurso para variados estudos sobre o presente. Diante disso, o tema "Diversidade e Diálogo" colocou em pauta as conquistas consolidadas da história oral no Brasil, bem como seus novos desafios na era contemporânea.

Com o intento de promover essa discussão, contamos com a presença de reconhecidos pesquisadores nacionais e de renomados palestrantes internacionais, que contribuíram para uma reflexão inovadora na área. O diálogo proposto no encontro privilegiou a diversidade que caracteriza a história oral brasileira.

O apoio do Fapesp, do Departamento de História, do Programa de Pós-Graduação em História Social e da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo foi fundamental para a organização do encontro.

A Diretoria Regional Sudeste, em sua gestão 2010-2012, agradece aos autores dos textos aqui apresentados por sua presença no "IX Encontro Regional Sudeste de História Oral: Diversidade e Diálogo".

Valéria Barbosa de Magalhães

Diretora da Regional Sudeste da ABHO

Gestão 2010-2012

A "Democracia Participativa e Protagônica" na Venezuela Bolivariana*

Mariana Bruce**

Os *Consejos Comunales/CCs* são uma experiência de poder popular levada a cabo nos últimos anos na Venezuela. São micro-governos locais construídos no interior das comunidades, compostos pelos próprios moradores e que possuem poder deliberativo e executivo sobre a gestão das políticas locais. Os *CCs* fazem parte de um projeto nacional de construção de um Estado Comunal articulado por Federações e Confederações de *CCs* e/ou por Comunas. Trata-se de um projeto ambicioso, orientado por uma proposta para o Socialismo do Século XXI, de construção de uma "democracia participativa e protagônica" e de um desenvolvimento econômico endógeno e autossustentável. Apesar de fortemente incentivado pelo presidente Hugo Chávez, este projeto encontra suas raízes em experiências e demandas existentes nas bases da sociedade desde longa data.

Um conjunto de inovações participativas começou a ganhar corpo na Venezuela, antes da formalização dos *CCs.* Foram iniciativas dos governos de esquerda, no início da década de 1990, como resposta à crise do sistema político venezuelano e do estado de deterioração dos serviços públicos nas áreas urbanas (MAYA, 2008: 1). Este período foi marcado também por intensas *manifestaciones callejeras* que em alguns casos assumiu um perfil assembleísta e tiveram um importante papel no apoio a Hugo Chávez nas eleições de 1998.

Deste modo, a eleição de Chávez, a abertura de uma Assembléia Constituinte comprometida com refundação do Estado e a proposta de construção da Assembleias de Cidadãos e Cidadãs como instâncias de poder local são fruto de um longo processo de desgaste da institucionalidade liberal que ocorreu durante o regime *puntofijista*[1] e da articulação da sociedade civil sob diferentes formas com vistas a construir alternativas ao mesmo.

Nosso objetivo neste trabalho é analisar de que maneira se deu este processo de construção de uma "democracia participativa e protagônica" no país, utilizando como estudo de caso a *Parroquia*[2] *23 de Enero*, de Caracas, por se tratar de um território reconhecido por suas tradições de organização popular e por ser considerado um dos principais bastiões de sustentação do governo Chávez[3]. A autora residiu durante três meses na dita *Parroquia* no ano de 2010 e retornou, em 2011, ficando mais um mês, acompanhando as atividades de *CCs* em vários de seus setores.

A eleição de Chávez e a reforma do Estado Venezuelano

---

* Este trabalho é inspirado no terceiro capítulo da minha dissertação de mestrado em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH/UFF) [BRUCE, Mariana. *A "Democracia Participativa e Protagônica", o Povo e o Líder: A Experiência dos Consejos Comunales na Parroquia 23 de Enero (Caracas/Venezuela)*. Dissertação de Mestrado. Niterói, UFF, 2011].

** Mestranda em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH/UFF).

[1] A democracia *puntofijista* emerge do Pacto de *Punto Fijo*, assinado em 1958, no final da ditadura de Marcos Pérez Jiménez, pelos principais partidos que haviam atuado na oposição ao governo – AD e COPEI. Do pacto emergiu um regime político bipartidário ancorado na premissa da representação.

[2] Na Venezuela, *parroquia* é o equivalente a bairro, em português.

[3] A *Parroquia 23 de Enero* conta com cerca de 500 mil habitantes, é localizada na interseção do centro com a zona oeste da cidade (região mais pobre) e tem um perfil sócio-econômico que combina uma classe média baixa que vive nos edifícios de 15 andares (que variam de 100 a 400 apartamentos) e as classes populares que habitam os *barrios* (que seriam o equivalente às favelas brasileiras).

Uma das primeiras medidas do governo Chávez foi fazer uma consulta popular via referendo para aprovar a convocação de uma Assembléia Constituinte para a redação de um novo Pacto Social para o país.

A Constituinte foi marcada por ampla participação civil e foram aprovados vários dispositivos que abriram a possibilidade para se avançar no sentido de uma maior participação nas instituições democráticas, tais como o Artigo 70° que prevê diversos meios de participação, com destaque para a Assembléia de Cidadãos e Cidadãs:

> Son medios de participación y protagonismo del pueblo en ejercicio de su soberania, en lo político: la elección de cargos públicos, el referendo, la consulta popular, la revocación del mandato, las iniciativas legislativas, constitucional y constituyente, el cabildo abierto y la asamblea de ciudadanos y ciudadanas cuyas decisiones serán de carácter vinculante, entre otros [...] (CONSTITUCIÓN DE 1999).

A descentralização de tomadas de decisão, as tentativas de diminuição da burocracia estatal na administração pública, o incentivo ao participacionismo por intermédio de instâncias locais de poder popular, como a Assembléia de Cidadãos e Cidadãs, a revogabilidade de mandatos em todas as instâncias, o destaque para referendos, plebiscitos e consultas populares como mecanismos complementares para ratificar ou não leis e decretos são algumas características desta reforma do Estado venezuelano. Posteriormente, muitos destes princípios foram aprofundados e normatizados em Leis Orgânicas específicas. No caso do participacionismo, uma das primeiras tentativas de regulamentação do poder local se deu com a *Ley de los Consejos Locales de Planificación Pública/CLPP,* de 12 de junho de 2002.

Segundo Dario Azzellini, "a los CLPP correspondia decidir sobre el 20% de los recursos financieros del fondo de descentralización". Porém, "la participación se quedo siendo mayoritariamente una pretensión […] la iniciativa quedaba a cargo de los alcaldes" (AZZELLINI, 2010: 175). Para Azzelini houve um processo de instrumentalização dos CLPP pelos *alcaldes* e *alcadezas*, envolvendo práticas clientelistas e uma profunda burocratização das decisões, tornando difíceis as aprovações dos projetos. A ideia dos *CCs* surgiu, em parte, das críticas feitas ao CLPP no âmbito do chamado *parlamentarismo de calle*[4]:

> la necesidad de una ley de CCs surgió en el marco del Parlamentarismo de Calle, en el debate sobre el artículo 8 de la ley de los Consejos Locales de Planificación Pública (CLPP), que introdujo a los CCs como instancia de los CLPP. A través de las críticas y objeciones recogidas por los diputados en los debates públicos se hizo evidente la necesidad de una ley propia de los CCs, que los define como organismos independientes (AZZELLINI, 2010: 228).

Portanto, devido a todas essas críticas, outras iniciativas acabaram ganhando maior popularidade[5] e a aprovação dos *CCs,* em 2006, acabou retirando o sentido dos CLPP.

Consejos Comunales: aspectos normativos

A primeira regulamentação dos CCs ocorreu em abril de 2006, depois de ampla consulta pública. Porém, a prática social provocou intensas polêmicas que exigiram uma reformulação em novembro de 2009.

Originalmente, a definição dos *CCs* presente no artigo 2° da Lei de 2006 era a seguinte:

---

[4] O *parlamentarismo de calle* é uma iniciativa da Assembléia Nacional, a partir de 2006, para articular o trabalho dos deputados com a sociedade civil organizada através da organização de fóruns para discutir as leis e avaliar as políticas públicas. Porém, segundo Azzelini, tal experiência foi bem sucedida apenas em alguns casos de leis mais importantes, como a dos Consejos Comunales. A participação civil nos debates sobre as leis se dá, principalmente, através das comissões da Assembléia Nacional (AZZELINI, 2010: 228).

[5] Outras experiências de planificação pública que obtiveram maior sucesso foram as Mesas Técnicas de Agua/MTA (para a regularização do serviço de água nas comunidades populares), os Comités de Tierras Urbanas/CTU (para a regularização da propriedade da terra nos centros urbanos), as Misiones Sociales, com seus Comités de Salud e Educación (projetos sociais envoltos por uma forte premissa de organização popular para atender as comunidades populares com serviços de educação, saúde, alimentação, etc.), entre outros. Todas essas organizações desembocaram nos *Consejos Comunales*, conformados em 2006.

> son instancias de participación, articulación e integración entre las diversas organizaciones comunitárias, grupos sociales y los ciudadanos y ciudadanas, que permiten al pueblo organizado ejercer directamente la gestión de las políticas públicas y proyectos orientados a responder a las necesidades y aspiraciones de una sociedad de equidad y justicia social (LOCC, 2006)

Na de 2009, foi incorporado o princípio socialista, tido como horizonte norteador das ações no interior dessas instituições.

Na prática, trata-se de mobilizar pequenos grupos locais, tendo como abrangência máxima 400 famílias (de 200 a 400 famílias nas cidades, a partir de 20 na área rural e 10 nas comunidades indígenas), e inserir a população na gestão das políticas de cada comunidade.

Os conselhos, ao seguirem os passos de formalização definidos na lei, têm a possibilidade de acesso aos recursos públicos destinados a suas localidades e, com isso, através de seus comitês de trabalho, solucionar seus problemas cotidianos.

Os projetos de cada área são levados para votação na Assembléia de Cidadãos e Cidadãs, "instancia primaria para el ejercicio del poder, la participación y el protagonismo popular cuyas decisiones son de carácter vinculante para el consejo comunal respectivo" (artigo 5, LOCC, 2006). É o espaço onde reside a soberania do conselho. Segundo César Rivas, morador do *Barrio Sucre*, da *Parroquia 23 de Enero*:

> La Asamblea de Ciudadanos tiene un poder tal que la misma Constitución lo afirma y es vinculante… es decir que se toman decisiones con peso. Eso es el poder que está por cima del Consejo Comunal. Las Asambleas de Ciudadanos toman decisiones, quitan, ponen. Los Consejos Comunales nacen de la Asamblea de Ciudadanos (RIVAS, 2010)

A Lei determina as condições para as eleições dos representantes, para a controladoria social e para a administração dos recursos. O trabalho é voluntário e não remunerado e os *voceros* são eleitos pela Assembléia de Cidadãos e Cidadãs para um mandato de 02 anos, podendo ser reeleitos ou revogados. O voto é direto, uninominal e sufrágio universal para maiores de 15 anos.

Os *CCs* não estão mais submetidos ao CLPP ou à Prefeitura ou mesmo ao governo estadual. O registro, análise dos projetos e liberação dos recursos se dá através do "Ministerio del Poder Popular con Competencia en Participación Ciudadana" (v. Capítulo VII da Lei de 2009). Temos, nesse caso, a Fundacomunal (Fundación para el Desarrollo y Promoción del Poder Comunal), órgão adstrito ao *Ministério do Poder Popular para las Comunas e Protección Social*, ao qual os *CCs* devem se dirigir com toda a documentação necessária (censo sócio-demográfico, história local do setor onde reside o CC, ata constitutiva do CC, documentos de todos os voceros, entre outros) para efetuar o registro oficial. Uma vez registrado, o CC recebe um rif (número de registro), carimbo, um caderno de atas, ganha personalidade jurídica e pode abrir uma conta em um Banco do Estado para receber os recursos.

O acesso aos recursos sofreu adaptações desde 2006. Na Lei de 2009, foi excluído o Banco Comunal, em prol da *Unidad Administrativa y Financiera Comunitaria* com disposição de funções e responsabilidades mais claramente definidas. Segundo Érika Farias, Ministra do *Poder Popular para las Comunas*,

> *el Banco Comunal era, dentro del Consejo Comunal, una organización que realizaba la intermediación financiera con los fondos generados, asignados o captados por el Consejo Comunal. Nos dimos cuenta que, para los efectos del proceso de presupuesto y ejecución de las obras, a veces, eso generaba conflicto; porque, habían ciertos niveles de autonomía, ya que era una cooperativa independiente. De manera que, suprimirlos nos va a dar la ventaja de que sea la misma Comisión Coordinadora del Consejo Comunal la responsable de administrar los recursos. Eso va a hacer mucho más eficiente y rápido el proceso: la Unidad Administrativa y Financiera Comunitaria podrá administrar los fondos y recursos, sin ningún tipo de intermediarios (FARIAS, 2010)*

Os recursos podem vir de diversas fontes: SAFONACC (Servicio Autonomo Fondo Nacional para los Consejos Comunales) – órgão adstrito ao *Ministério de las Comunas y Protección Social* com intuito de reunir em uma só instituição o financiamento dos projetos; *alcaldia*; governos estaduais; ministérios; empresas interessadas em investir nas comunidades (públicas ou privadas); entre outros.

Um último aspecto da nova lei que gostaríamos de destacar é a introdução do chamado Ciclo Comunal, que tem por objetivo "hacer efectiva la participación popular y la planificación participativa que responde a las necesidades comunitarias y [contribuir] al desarrollo de las potencialidades y capacidades de la comunidad" (Artículo 44, Capítulo V). O Ciclo Comunal serve como uma orientação para a formação das Comunas, próximo passo dos *CCs*, que começaram a ser regulamentadas em Lei recentemente. Nos Artigos 5° e 6° da *Ley Orgánica de las Comunas/LOC* de 2010, afirma-se que a Comuna "es un espacio socialista" integrado por comunidades vizinhas que compartilham um universo cultural e territorial comum onde se exerce o "autogobierno" através

> de la planificación del desarrollo social y económico, la formulación de proyectos, la elaboración y ejecución presupuestaria, la administración y gestión de las competencia y servicios que conforme al proceso de descentralización, le sean transferidos, así como la construcción de un sistema de producción, distribución, intercambio y consumo de propiedad social, y la disposición de medios alternativos de justicia para la convivencia y la paz comunal, como tránsito hacia la sociedad socialista, democrática, de equidad y justicia social (LOC, 2010).

Em outras palavras, trata-se de uma articulação entre vários CCs e/ou outras organizações populares reconhecidas, tornando possível a ampliação do raio de ação de um CC para universos mais complexos, além de envolver também a construção de um projeto sócio-produtivo que permita um desenvolvimento endógeno e autosustentável de uma dada região.

Para Rivas, "los Consejos Comunales nacen como una estrategia nueva del Estado para fortalecer el poder popular". Trata-se, portanto, de uma tentativa de desburocratizar os procedimentos para a execução dos projetos: "Traer los recursos delante de esas organizaciones para la aplicación en los proyectos que no tenga que pasar por esa cantidad de trabas que tenían". Além disso, é um reconhecimento de que as classes populares têm condições de gerir as políticas para suas regiões: "el Presidente está claro: [...] las comunidades tienen la capacidad de administrar los recursos y gerenciar sus proyectos. Nosotros demostramos" (RIVAS, 2010).

É certo que entre a norma e a prática há uma longa distância e são muitos os problemas e críticas que ainda persistem. Mais à frente levantaremos algumas questões relativas a esses aspectos. Para o presente momento, vamos analisar como se deu o processo de conformação dos *CCs* em um setor da *Parroquia* 23 de *Enero*.

A conformação dos *Consejos Comunales* no *Barrio Sucre* da *Parroquia 23 de Enero*

O processo de conformação dos *CCs* é incentivado e assessorado por funcionários públicos em tempo integral da Fundacomunal, que atuam diariamente no interior de todas as *parroquias.* A *Parroquia 23 de Enero* foi dividida em nove *ejes*, isto é, em nove zonas. O objetivo é que cada setor destas zonas esteja conformado em *CCs* para, em seguida, integrá-los em Comunas – grosso modo, uma articulação entre vários CCs.

Em janeiro de 2011, existiam 66 *CCs* em todo o *23 de Enero*, duas Comunas conformadas, além de duas Comunas em formação.

No setor *Barrio Sucre*, atualmente, estão conformados quatro *Consejos Comunales*: CC La Cañada, CC Miranda parte alta, CC Miranda parte baja (Churun-Meru), CC Gran Mariscal Ayacucho.

Um dos primeiros passos para a conformação de um *CC* é a formação de uma equipe promotora que se encarrega de divulgar para a sua comunidade os objetivos e finalidades de um *CC*; de definir o seu âmbito geográfico; de organizar um censo demográfico e socioeconômico da comunidade; e de convocar a primeira Assembleia de

Cidadãos e Cidadãs para eleger uma Equipe Eleitoral Provisória que, por sua vez, ficará encarregada de convocar a Assembléia Constitutiva Comunitária onde serão eleitas as *vocerias* dos diferentes grupos de trabalho (a participação mínima é de 30% dos habitantes numa primeira assembléia e 20% numa segunda convocatória). Todos estes passos, bem como o processo de eleição, registro e organização do *CC,* estão definidos na LOCC.

Apesar do *Barrio Sucre* já ter contado com outros grupos de trabalho que antecederam aos CCs, como o *Comité de Tierras Urbanas/CTU*, ou as *Mesas Técnicas de Água*, ou ainda o *Comité de Gás,* de regularização do serviço de gás, para alguns CCs, como o de La Cañada, por exemplo, foi muito difícil vencer a desconfiança e o desinteresse dos vizinhos e promover a instituição do Conselho. O processo demorou cerca de um ano. Mary Villalobos, atual vocera de Economia Comunal, nunca havia participado de nenhum tipo de organização popular, mas com o apoio de Peggy Brieva, moradora da calle Ayacucho que já pertencia a um *CC*, e Alexis Rondon, promotor/funcionário da Fundacomunal, decidiu se engajar na construção do *CC* em seu setor.

Para vencer a desconfiança, o desinteresse ou mesmo o medo de muitas pessoas de participarem destas novas instituições, Villalobos conta que precisava bater de porta em porta, distribuía papéis informativos nos muros, colocava anúncios nas rádios comunitárias convocando reuniões, traçava planos estratégicos para resolver os problemas da comunidade, se mantinha informada das leis e buscava orientar a todos os vizinhos que precisassem de algum tipo de ajuda. Era muito comum também participar das reuniões de outros *CCs* e, com isso, via que era possível ter projetos aprovados, executar obras, tirava dúvidas, recebia apoio.

No ano de 2010, quando de minha primeira visita ao setor, eles estavam engajados no censo. Acompanhei o trabalho e pude observar os vários desafios: desde a disponibilização de tempo para bater de casa em casa e preencher os formulários até a própria resistência de muitos vizinhos em respondê-los. Outro problema foi o fato de se tratar de uma região onde há muitos inquilinos, então, era ainda mais difícil mobilizá-los já que não possuíam nenhum sentimento de pertencimento àquele setor. Havia muitos moradores que mentiam para o censo, com medo que Chávez expropriasse suas casas ou levasse seus filhos embora (discurso muito presente nos meios de comunicação de oposição).

Um aspecto interessante neste processo de fazer o censo é o conhecimento que se adquire: quando a equipe promotora entrava na casa das pessoas, reencontravam-se vizinhos que há muito não se falavam, sabiam das novidades (quem morreu, quem casou, quem ficou doente, quem se divorciou, quem teve filho), identificavam problemas compartilhados (como a questão das infiltrações, um problema endêmico de todo o Barrio Sucre, ou melhor, de toda a Parroquia), tudo isso num ambiente descontraído, com risadas e consolos dependendo da ocasião. Portanto, esse processo de visitar as casas, conhecer ou reencontrar as pessoas, identificar os problemas, permite que se tome conhecimento de um mundo novo por trás das paredes de tijolos. Um mundo de problemas compartilhados. Cresce uma consciência de que existe uma coletividade ao redor e que, juntos, é possível resolver os problemas que mais afligem suas vidas, trazendo benefícios para a comunidade.

Segundo Villalobos, para as primeiras eleições, foram necessários alguns ensaios porque ainda havia muito desconhecimento quanto às funções do CC, da Assembléia de Cidadãos e Cidadãs e do processo eleitoral.

> Tuvimos que hacer como que unos ensayos sobre todo para la gente de la Comisión Electoral porque había mucho desconocimiento. Entonces, era la primera vez que íbamos a unas elecciones y había que tener cuidado porque lo que allí se decidiera era lo que iba ser, entonces, la gente estaba temerosa de hacer el trabajo. Pero, sí, hube participación. Hicimos una comida. Vinieron de un canal de televisión que se llama VIVE y estuvimos hasta las dos de la mañana en el contaje de los votos. En eso nos ayudaran los del Consejo Comunal de la calle Miranda parte baja, en el contaje de los votos, como llenar los papelografos. Era una pared completa de papelografos con todos los voceros y el contaje de los votos. Pero la gente participó bastante. (VILLALOBOS, 2010).

Em regra geral, as eleições costumam ser o momento em que as pessoas mais participam. Afinal, já existe uma cultura política consolidada nesse sentido.

Uma vez conformados, o tema mais recorrente na formulação de projetos para melhoria das condições de vida da população local foi a restauração de moradias, pois a maior parte delas estava comprometida devido às infiltrações. No CC La Cañada, por exemplo, no ano de 2011, os voceros estavam debruçados sobre um projeto de restauração de tetos, paredes e pisos das casas que se encontravam em estados mais críticos.

O fenômeno se repetiu em vários outros setores da *Parroquia*, o que demonstra um significativo movimento da população no sentido de organizarem estas instâncias de gestão popular, com intuito de melhorar suas condições de vida, sem a mediação da burocracia estatal – esta cumpre exclusivamente a função de avaliar os projetos e liberar os recursos.

É um processo ainda bastante novo, que ganhou um impulso maior nos últimos três anos, portanto, seus desdobramentos ainda são incertos. Ainda assim, acreditamos ser possível levantar algumas considerações gerais para refletirmos sobre o impacto destas experiências na vida das classes populares.

Horizontes Possíveis

O que podemos é observar é que através do incentivo à participação no âmbito destas instâncias de caráter mais local, ocorre um processo gradual de transformação da cultura política[6] do cidadão venezuelano. Se antes, a democracia parecia um conceito estranho, pouco a pouco, a política e gestão pública vão se tornando temas cotidianos transformando culturalmente a vida daquelas pessoas e, por conseguinte, suas posturas políticas. Num país onde a população jamais havia sido convocada a participar, as atividades políticas e, em especial, a esfera pública, não haviam se constituído enquanto espaços legítimos de deliberação de idéias e aprovação de projetos; onde política e cotidiano estavam dissociados, salvo nos dias de eleição, quando o exercício da cidadania começava e terminava no ato de votar; neste país, todos esses Comitês de Trabalho, os *CCs* e, agora, as Comunas assumem um papel de grande importância de recuperar estes espaços da esfera pública, (re)legitimando-os e ampliando-os para o interior das comunidades, através dos quais as pessoas comuns passam a ter poder deliberativo e decisório nas instância que mais atingem as suas vidas.

É possível também que esta mobilização inicial possa desencadear um outro processo mais amplo e mais rico que o meramente local. Ao se criar um espaço de convivência entre os vizinhos, os assuntos discutidos ali caminham paralelamente à vida política nacional. Portanto, se, a priori, a função de um *CC* é fundamentalmente atender às demandas locais, esses espaços podem ser potencializados para um sentido mais amplo que o original. Em certa medida, é essa aposta que o governo bolivariano vem fazendo e as classes populares junto aos CCs e às Comunas vêem respondendo de maneira significativa, mas cujas conseqüências somente os próximos anos poderão esclarecer.

Sem dúvida, existem muitos outros limites e desafios a serem enfrentados. Em que medida essa dependência do Estado impede maior democratização efetiva desses espaços de decisão política? Será que essas novas instituições teriam força e legitimidade para sobreviver sob um governo de oposição? Se a autonomia de um *CC* a priori, é assegurada pela soberania da Assembléia de Cidadãos e Cidadãs, qual será a real interferência dos partidos políticos e de interesses clientelistas no interior dessas organizações? A presença de lideranças locais carismáticas ou então de indivíduos articulados com redes clientelistas mais amplas ou partidárias pode influenciar a tomada de decisões da Assembléia de diferentes formas: pela retórica, pela troca de favores, pela coerção, pelo constrangimento[7]. Será, então, que ao romper uma forma de clientelismo, os *CCs* possam vir a reestruturar outros, com novos sujeitos à frente (DEL BUFFALO, 2006)?

---

[6] Para uma reflexão mais detalhada sobre o conceito cultura política, ver BERSTEIN in RIOUX; SIRINELLI, 1998

[7] O *constrangimento* a que nos referimos pode ocorrer de diferentes formas. Uma delas é na hora do voto da Assembléia. Em muitos *Consejos* as eleições são abertas, o que pode inibir um indivíduo a votar contra a maioria, com receio de algum tipo de retaliação dos vizinhos.

Para ampliar as capacidades e potencialidades destas instâncias é preciso consolidar uma cultura política de participação (em um país no qual a democracia sempre pareceu um conceito estranho para a maior parte da população) e uma consciência coletiva que sejam capazes de evitar o fantasma do burocratismo e da centralização das experiências socialistas do século XX que persistem como uma referência inegável. Se a aventura seguirá por este caminho ou não, precisaremos aguardar, mas seguiremos atentos.

Entrevistas

RIVAS D., César A. (CC calle Miranda – Comité de Tierras Urbanas – Barrio Sucre – Parroquia 23 de Enero). Entrevista realizada em março de 2010.

VILLALOBOS, Mary (CC La Cañada – vocera de Economia Comunal – Parroquia 23 de Enero). Entrevista realizada em janeiro de 2011.

Referências bibliográficas:

AVRITZER, Leonardo. *Participatory Institutions in Brazil.* Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2009

AZZELLINI, Dario. "Democracia Participativa y Protagónica" en Venezuela: La Busquerda de una nueva democracia, la construcción de dos lados y los Consejos Comunales como mecanismo de autogobierno local". Tese de Doutorado em Sociologia. México. 2010.

BERSTEIN, Serge. "A Cultura Política". RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (orgs). *Por uma História Cultural.* Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

CNE [Consejo Nacional Electoral], 1999. In: www.cne.gob.ve – consulta em 10/01/2011.

CONSTITUCIÓN Bolivariana de la República de Venezuela de 1999.

DEL BÚFALO, Enzo. "Venezuela". In: *Los gobiernos progresistas en debate. Argentina, Brasil, Chile, Venezuela y Uruguay.* CLACSO – Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. PIT-CNT Instituto Cuesta Duarte: Buenos Aires, juio, 2006.

FARIAS, Erika. Entrevista. In: www.alopresidente.gob.ve – consulta em 31/08/2010.

LOC [LEY Organica de las Comunas] de 2010

LOCC [LEY Organica de los Consejos Comunales] de 2006.

LOCC [LEY Organica de los Consejos Comunales] de 2009

LOPP [LEY Organica de la Planificacion Publica] de 2002

MARTINZ, Américo & MUÑOZ, Freddy (Eds.). *Socialismo del Siglo XXI: ¿Huida en el Laberinto?* Caracas: Alfa, 2007

MAYA, Margarita López Maya (Ed.). *Ideas para Debatir el Socialismo del Siglo XXI* (vol I & II). Caracas, Alfa: 2007 e 2009, v. 40 e 50

MAYA, Margarita López. *Del Viernes Negro al Referendo Revocatório*. Caracas: Alfadil, 2008.

Documentário

“Fuego bajo el Agua”. Direção: Lenin Brea e Nulia Vila. 75 minutos. 2009.

Adolescência dekassegui: construção da(s) identidade(s)

Samara Konno*

A crise econômica do inicio da década de 1980 no Brasil, foi pano de fundo do crescente movimento de emigração de brasileiros que buscavam trabalho e melhores condições de vida em países carentes de mão de obra barata e/ ou desqualificada. O Japão como um dos países de destino desse processo migratório recebeu uma crescente leva de imigrantes brasileiros, alcançando seu apogeu em dezembro de 2007, quando seu contingente chegou a ordem de 317.000 pessoas. Somados aos 10 a 15 mil brasileiros com dupla nacionalidade, chegou-se à cifra de 330 mil brasileiros residentes no Japão. (NIMOMIYA, 2008).

Tal fluxo de emigração ficou conhecido como movimento *dekassegui*, cuja palavra faz referência à junção de dois termos em japonês: *deru* e *kassegu* que significam respectivamente: sair e trabalhar, caracterizando bem essa parcela da população brasileira – cuja imigração traçava a rota inversa de seus antepassados japoneses – indo ou retornando ao país de seus ancestrais em busca de melhores condições de vida.

A demanda japonesa por mão de obra para o trabalho fabril no início da década de 1980, decorrente do "Boom" de crescimento econômico japonês, culminou na reforma da lei de imigração a partir de 1989, passando a permitir o ingresso de netos de japoneses, bem como seus cônjuges sem ascendência para o trabalho no Japão (NINOMIYA, 2009). Segundo dados da Associação Brasileira de *Dekasseguis*, tal alteração na lei provocou um aumento de 288% na imigração de brasileiros para este país já no ano de 1990.

É pensando no dekassegui enquanto pertencente a essa imigração relacionada ao trabalho, que pretendo analisar a construção das possíveis identidades nessa estrutura, bem como de que forma essa identidade se constitui nos adolescentes e como isso pode resultar na potencialização dos desvios de comportamento entre eles.

As fronteiras como pressuposto da identidade

Hall (2009) considera a identidade enquanto um processo contínuo de identificação e diferenciação. Nesse caso a diferença é relacional, ela aciona os processos de reconhecimento, daquilo que se tem em comum, que é compartilhado, possibilitando uma relação de identificação. Tal marcação da diferença produz sistemas de classificação que podem ser tanto por sistemas simbólicos de representação quanto por exclusão social.

Um sistema classificatório tende a produzir uma representação binária do mundo (eu/outro), (bom/ruim), (sagrado/profano). "Se quisermos entender os significados compartilhados que caracterizam os diferentes aspectos da vida social, devemos examinar como eles são classificados simbolicamente" (Woodward, 2000, p. 40). Pensar de que forma as diferenças e fronteiras são estabelecidas dentro de uma dada sociedade é essencial para perceber de que forma surge a identidade, naquela determinada cultura, naquele determinado contexto.

O sistema de diferenciação e identificação parece ser uma estrutura de cognição, mas as formas de classificação da diferença variam conforme o tempo e espaço. Ou seja, ser o "outro" existe como infinitas possibilidades, dependendo das condições sociais em que ele é inserido. Tal construção entre imigrante e sociedade, segundo Hall

* UNESP-FFC-Marília

(2009), emerge da intersecção do passado (com toda bagagem histórica que constitui sua vida até aquele momento) com a história do presente, (da vida cotidiana com as relações econômicas e políticas de subordinação e dominação).

Ou seja, para pensarmos a identidade do brasileiro dekassegui, temos que analisar sua historicidade na sociedade de destino, quais são suas condições sociais diretas; no trabalho, na escola, no fazer cotidiano das relações sociais, e indiretas; considerando o significado desses lugares ocupados tanto na percepção do migrante, quanto da sociedade de acolhimento. Relações essas que culminam na potencialização da delinquência no japão. Perceber sua construção identitária a partir dos lugares que ocupa na sociedade, ou seja, o trabalho, permitirá pensar como interage o dekassegui naquela estrutura social, suas possibilidades, posicionamentos, bem como suas escolhas e consequências.

O trabalho enquanto fronteira

No caso da imigração dekassegui, a questão do trabalho é uma das fronteiras essenciais, que distingue os imigrantes da sociedade japonesa, visto que a condição de sua imigração é justamente a condição de exercer tipos específicos de trabalho não aceitos pela sociedade japonesa.

A disponibilidade de dados concretos sobre a ocupação dos dekasseguis se torna dificil por conta do caráter temporário do trabalho. Porem, um trabalho desenvolvido por Higuchi (2003), com cerca de 188.000 questionários, constatou 126.000 trabalhadores ativos divididos da seguinte maneira: 104.000 em fábricas, 10.000 no setor de serviços, 4.000 no comércio, 3.600 na área de construção civil , 2.000 em transportes e comunicação e cerca de 400 na agricultura.

Embora o continuo aumento da comunidade brasileira tenha levado ao aumento do trabalho no setor de serviços, tal setor corresponde apenas a 10% do trabalho. A grande maioria, 80% se encontram no chão da fábrica, realizando trabalhos caracterizados como: "[...] árduas tarefas estigmatizadas com 3 ks: *kitsui* – pesado, *kitanai* – sujo e *kiken* - perigoso, pelos japoneses, e 5ks pelos brasileiros, que incluíram *kibishii* – exigente e *kirai* – detestável[...]" (KAWAMURA,1999, p.19).

Segundo Sayad, (2002) a condição do imigrante é a condição do homem trabalhador, de modo que a positividade ou negatividade do imigrante na sociedade de destino varia de acordo com a necessidade momentânea do Estado, que percebe maior ou menor capacidade de absorção da força de trabalho do imigrante.

Esse tratamento, de acordo com Sayad, faz bem o papel de lembrar ao imigrante o quanto ele é "imigrante" e quais os limites da sua atuação enquanto tal.

> [...] Ou seja, homens de outro lugar, de um lugar para o qual deverão voltar mais cedo ou mais tarde. Como o imigrante deve continuar sendo sempre um imigrante - o que significa que a dimensão econômica da condição do imigrante é sempre o elemento que determina todos os outros aspectos do estatuto do imigrante: um estrangeiro cuja estadia, totalmente subordinada ao trabalho, permanece provisória de direito[...] (SAYAD; ABDELMALEK, 1998, p. 62)

Assim, conceitos como trabalho estranhado e desenraizamento, são importantes para compreensão do cotidiano dekassegui. Para Marx (2004) o benefício do trabalho está na potencialidade de materializar a criatividade e liberdade do homem, através do processo de transformação da natureza, cujo resultado é um produto carregado de sentido e identificação.

Se a identificação e satisfação do trabalhador com o produto é rompida, seu trabalho passa a ganhar um sentido inconsciente de autonomia e potencialidade de força hostil e estranha, que esta para além de seu domínio e compreensão. (Marx, 2004)

Como anteriormente colocado, a força de trabalho do dekassegui brasileiro no Japão se concentra no setor fabril, cujo trabalho estranhado está para além da falta de sentido e da infelicidade recorrentes nas linhas de montagem. Ela faz parte de um processo cognitivo de visão de mundo, que operam as formas de relacionamento específicas (consigo e com o outro) e portanto deve ser considerada como uma esfera importante na análise da vida desses jovens dekasseguis que enfrentam longas jornadas de trabalho fabril.

Nesse sentido, pensando a violência simbólica exercida sobre os operários dekasseguis, o conceito de desenraizamento, de Souza martins (1998) (em que há um processo social de inclusão marginal dos sujeitos ao processo produtivo capitalista) é capaz de identificar bem essa relação entre imigração e trabalho.

O sujeito cuja única propriedade é a força de trabalho não pode ser considerado um excluído do sistema, mas sim um marginal (Souza Martins, 1998).

> [...] O migrante vai mergulhar na situação nova da indústria, onde o desenraizamento é agudo. Os teóricos da condição operária já descrevem a segregação da classe trabalhadora do resto da humanidade. A própria modalidade da produção em série, a automação e racionalização criam formas de adaptação desenraizadas. A cultura que daí resulta é forçosamente confinada e repetitiva. Falta-lhe seiva e deve ser, por destino, tecnicista, fragmentada, voltada para o efeito imediato, privada ao mesmo tempo, observa Simone Weil, de ligação com o concreto do mundo e com o transcendente[...] (BOSI; ÉCLEA, 2004, p.18)

Dessa forma, o imigrante é um desenraizado não só por que ao imigrar se afasta de suas raízes, familiares, hábitos e costumes, mas principalmente por que ele, enquanto força de trabalho, é submetido a uma lógica de exploração que o aliena, o violenta simbolicamente e o impõe uma situação de marginalidade social.

Sua condição de dekassegui é a condição do operário periférico, cujas características são os estatutos sociais precários e exploração, operários sub-contratados, participam de um cotidiano de intensificação do trabalho e restrito para ocupação de cargos melhores.

Deve-se considerar que em sua maioria, esses trabalhadores não sabem o idioma japonês, o que impossibilita a colocação em funções de maior qualificação. Além disso, os brasileiros são terceirizados por empreiteiras, possibilitando contratos de trabalho por tempo reduzido, o que consequentemente gera uma reserva industrial de trabalho pronta para as necessidades do modelo "just in time"[8].

Tais condições de trabalho culminam na vulnerabilidade de sua vida em função das necessidades de produção. É nesse sentido que o desenraizamento perpassa toda a existência do indivíduo. Seja qual forem as expectativas, experiências, lugares de destino e a as relações sociais particulares a cada um, o modelo de produção flexível é a estrutura social na qual ele vai se inserir, bem como seu lugar enquanto operário periférico é muito provavelmente seu lugar de destino dentro do mesmo modelo.

É claro que a vida desse dekassegui é um todo complexo, não sendo apenas as questões de adaptação ao trabalho a serem consideradas aqui. Mas sim tendo o trabalho como ponto de partida para se pensar não só o cotidiano, mas também as relações sociais e visões de mundo desses sujeitos. Especificamente pensar de que forma essa identidade se constitui nos adolescentes e como isso pode resultar na potencialização dos desvios de comportamento entre eles.

Adolescência e violência

A construção ocidental do "ser adolescente" faz o jovem se deparar com responsabilidades, expectativas e frustrações ainda não experimentadas, tais como:

---

8 O "just in time"; conhecido como sistema de produção da Toyota, ou Kanban, é um sistema de controle de estoques no qual as partes componentes do produto são produzidas e entregues pouco antes de serem utilizados.

> [...] preparação profissional e independência econômica; formação de atitudes maduras para com o sexo e estabelecimento de interesses heterossexuais; busca do significado e finalidade da vida; descoberta do seu "eu" e de seu lugar no mundo; independência do lar e estabelecimento de novas relações fora do grupo familiar, etc [...] (MARTINS, 2002, p. 52.)

Nessa fase em que a exploração da individualidade faz nascer a necessidade de aprovação social, o convívio familiar é substituído pela busca de auto-afirmação através do reconhecimento e identificação com outros grupos sociais, geralmente da mesma faixa etária, em que os adolescentes podem excluir os adultos e se reconhecerem mutuamente como pares. (CALLIGARIS, 2009). Essas relações podem ocorrer desde o âmbito escolar até uma abrangência maior, na busca de identificação com grupos de dinâmicas e regras próprias, mas para que essa construção identificatória ocorra de forma saudável, o adolescente precisa de elementos que o orientem a uma construção de segurança em relação ao futuro.

Nesse sentido a influência familiar é imprescindível, e sua ausência parcial ou total, o que de fato ocorre devido a lógica do trabalho, dificulta ou impossibilita que os pais atuem enquanto símbolos de imposição moral para esses adolescentes, o que pode encerrar em graves conseqüências.

Certamente uma experiência de imigração, durante o período da adolescência, pode tornar-se insuportável ao jovem que se depara também com a ausência familiar e ineficiência de um projeto educacional que o adapte à nova sociedade. Ou seja, sem base estrutural dessas duas instituições essenciais enquanto apoio e referência, o jovem pode sentir-se no abandono de um lugar com símbolos desconhecidos, culminando em uma ainda maior fragilidade de sua identidade. Muito provavelmente iniciará um processo de identificação com os elementos que lhe estão disponíveis, ou seja, a fábrica, a escola, ou ócio, esse ultimo no sentido de ausência de perspectiva pela lógica desenraizante em que estão inseridos.

Porem, a identificação com os valores constituídos na escola torna-se problemática. A questão escolar para estrangeiros no Japão apontam para a evasão de 10 a 15 mil jovens brasileiros das escolas, brasileiras ou japonesas (NINOMIYA, 2009).

Dados colhidos em 2007 pelo deputado estadual Hidezaku Takayama, constatou haver mais de 1.300 presos filhos de brasileiros *dekasseguis*. Atribuiu esse número à dificuldade de adaptação dos mesmos e ao alto grau de discriminação a que são submetidos. Ainda coloca que a ausência do estudo de ambas as línguas produz um indivíduo duplamente analfabeto, impede sua adaptação e ascensão naquela sociedade, bem como dificulta as condições de readaptação do imigrante no Brasil, podendo tornar esse indivíduo deslocado num problema social brasileiro também. (DEDA, 2006).

Segundo Cardoso de Oliveira(1978), o individuo não é um a agente passivo na estrutura social, existe um "eu" reflexivo capaz de proporcionar uma multiplicidade de identidades que uma pessoa pode assumir, de acordo com cada situação e interesses próprios, porém sem desconsiderar a estrutura, ou mundo moral. Ou seja, perante o choque cultural e fenotípico, a brasilidade emerge em sua máxima potência, demarcando bem as diferenças culturais e dificultando a mobilidade identitária. Seu lugar de "brasileiro" torna-se mais claro, e de fato, se materializa no cotidiano, na medida em que exerce o trabalho operário, ocupando os lugares destinados aos "gaijins"[9].

Esses lugares ocupados certamente são responsáveis pela alienação própria do modelo de produção flexível, porém suas consequências perpassam todos os aspectos da vida desse imigrante. A convivência intensa com outros trabalhadores brasileiros dificulta o aprendizado da língua japonesa,bem como a convivência com outros japoneses fora do contexto do trabalho. A precaridade do trabalho terceirizado desenraíza o imigrante, dificultando o estabelecimento de laços nos locais de moradia e impossibilitando planos de longo prazo. Muitas famílias se separam pela lógica do melhor salário e as condições emocionais das crianças e adolescentes tornam-se ainda mais frágeis pelas condições desenraizadas de existência que chegam a beirar a ausência de perspectivas de futuro.

---

9 a tradução literal do termo gaijin significa "pessoa de fora" ou ainda Gaikokujin "pessoa de um país de fora" no entanto o termo ultrapassa a idéia de territorialidade, voltando-se para o carater simbólico das relações que engendra (Sakurai, 2000 apud Ocada, 2006).

Levando em consideração que esse imigrante brasileiro e adolescente, está inserido num lugar que lhe dificulta o acesso a um sistema educacional voltado para suas necessidades de adaptação, bem como de espaços simbólicos valorizados socialmente, posso considerá-lo um sujeito que encerra em si a impossibilidade de auto-expressão bem sucedida, e pode que encontrar na violência uma forma de expressão produtiva.

Tal violência, segundo Wieviorka, é o resultado concreto da "endemonização" do imigrante:

> a raiva e o ódio dos jovens exprimem-se certamente tendo por traz um cenário marcado por dificuldades sociais, mas correspondem acima de tudo a sentimentos fortes de injustiça e de não reconhecimento, de discriminação cultural e racial (Wieviorka, 1997)

A psicóloga Kyoku Nakagawa, ressalta a gravidade do crescimento da delinqüência juvenil e acredita ser este fato, um grito de alerta dos adolescentes, que se sentem abandonados na sociedade japonesa. Afirma que os japoneses encaram os brasileiros como um mal necessário, e por esses adolescentes não conseguirem se encaixar na sociedade acabam seguindo os caminhos da criminalidade, como uma forma de serem reconhecidos (ELORZA, 2008).

Dados colhidos por Ninomiya, menciona que houve 7.289 delitos de brasileiros registrados em 2007, e que em média são cometidos sete crimes pela mesma pessoa. Nesses dados não são computados os crimes cometidos por *nikkeys* de dupla nacionalidade[10]. Durante sua visita ao reformatório Kurihima Shonein, onde se encontravam 130 menores de 18 anos, Ninomiya constatou que, dos 20 estrangeiros ali detidos, 18 eram de nacionalidade brasileira. Ebine coloca que esses adolescentes brasileiros representariam 26,6% dos detentos juvenis, enquanto que entre os chineses, maior comunidade estrangeira ali residente, a taxa de menores infratores é de 4,2%(EBINE, 2008). Esses dados ganham maior dimensão na medida em que são relacionados ao contingente de ambas comunidades, no caso da brasileira, com 316.967, e da chinesa com 606.889, registrados até o ano de 2007[11].

Conclusão

Elias (2000) ao estudar a relação entre os estabelecidos e os outsiders de uma pequena cidade na Inglaterra, percebe que uma das formas de resposta à estigmatização sofrida é justamente corresponder a expectativa de comportamento em seus aspectos mais incômodos ao grupo majoritário.

> "Saber que, sendo barulhentos, destrutivos e insultuosos, eles conseguiam incomodar aqueles por quem eram rejeitados e tratados como párias funcionava como um incentivo adicional..."para o mau comportamento". Eles gostavam de fazer exatamente as coisas que lhe eram censuradas, como um ato de vingança contra aqueles que os censuravam." (Elias, 2000, p. 30)

---

10 *Nikkey* é um termo em língua japonesa designado a japoneses emigrados e seus descendentes.

(i) Dupla nacionalidade, ou dupla cidadania, é um status no qual o *indivíduo* é titular de duas nacionalidades. No caso aponesa de udo Estado Japonês, que se pauta na lei Jus Sanguinis - direito de sangue - a nacionalidade de um indivíduo é designada pela presença de um dos pais como nacional do Japão. Sendo a segunda definida pela nacionalidade do outro(a) filiador. (ii) Dessa forma, *nikkey* de dupla nacionalidade se configura quando da existência de um dos pais enquanto japonês e o outro(a) enquanto *nikkey*.

11 Dados colhidos do Japan Statistical Year Book 2010.

De certo modo essa reação foi colocada por um dos colaboradores da pesquisa; " A gente bate em qualquer um, mas principalmente em japa e gringo...são os preferidos", ou seja, o objeto da violência são especialmente aqueles cujo status e poder se sobrepõe aos status dos imigrantes brasileiros.

Em outro estudo, Elias (1997) coloca a violência enquanto forma de expressão de subjetividades negadas e de ausência ou falta de perspectivas para o futuro. Coloca que sua força motivadora, independentes de suas características históricas particulares, possui sua base comum na impossibilidade de expressão, sejam elas materiais ou simbólicas.

Desse modo, penso que o agravamento na relação sujeito-sociedade pode ser resultado das estigmatizações e do sentimento de abandono que especificamente as crianças e adolescentes estão sujeitas. E também, residir no fato destes adolescentes não encontrarem meios em que possa exteriorizar suas potencialidades criativas, angústias e frustrações geradas nas relações que trava consigo mesmo (por conta do processo de mudança físico e moral imposto na adolescência). Entre ele o trabalho exercido, (cuja alienação impede qualquer tipo de reconhecimento, liberdade e prazer na atividade exercida). Entre ele e a família(muitas vezes segregada pelas imposições do trabalho, não só no que se refere ao tempo de convívio ou distância entre os familiares, mas também pela lógica do desenraizamento que violenta os processos de reconhecimento de si e do outro, dificultando também a relação no âmbito familiar). Entre ele e a sociedade de acolhimento (cujos estereótipos e marginalizações acarretam sensações que podem ser exteriorizadas ou não, mas que certamente serão resultados - combinados a outras esferas da vida - de sujeitos que se sentem marginalizados) ao perceberem seus status social materializados, não só nas vestimentas da fábricas e mãos calejadas, mas, também no olhar e discurso do outro, que determina o seu lugar enquanto imigrante, brasileiro e dekassegui.

A partir da análise de parte das entrevistas e da leitura bibliográfica, considera-se que a imigração, no momento especifico da adolescência, muitas vezes culmina na "falta de responsabilidade" e sentimento de "liberdade total".

O resultado da própria lógica de desenraizamento em que estão inseridos, com dificuldades de criar laços afetivos e planos de longo prazo, vivendo o momento de uma vida sem expectativas, são ações desordenadas, baseadas em uma falsa sensação de autonomia que levam ao sentimento de "liberdade total", culminando por vezes em condutas desviantes, como compra de carros por motoristas sem carteira de habilitação, envolvimento com drogas, pequenos furtos e atos de violência gratuita.

Referências bibliográficas:

Anais do Simposio Internacional Comemorativo do 15º Aniversario da Constituição do Ciate – Centro de Informação e Apoio ao Trabalhador no Exterior. São Paulo, 2009. pp 67.

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe e STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade**: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo: Editora Fundação da Unesp, 2000.

BOSI, Ecléa. Cultura Brasileira. Cultura e desenraizamento. Rio de Janeiro: ed. Atica. 2004

CALLIGARIS, Contardo. **A Adolescência**. São Paulo: Publifolha, 2000.

KAWAMURA, Lili. **Para Onde Vão Os Brasileiros?** 2° ed. São Paulo: UNICAMP, 1999.

MARTINS, Dinah**. Psicologia do Adolescente**. São Paulo: Vozes, 2006.

MARX, K. Manuscritos econômicos filosóficos. São Paulo: Boitempo, 2004.

NOBERT. E. **Os Alemães.** A luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Zahar, 1997, capítulo III ["Civilização e violência"pp.159-186].

SAYAD, A. **A Imigração**. São Paulo: EDUSP, 1998.

WIEVIORKA. M. **O novo Paradigma da violência.** Tempo Social. Revista de Sociologia da USP, 9(1), maio/ 1997, p.5-41.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **Caminhos da Identidade: Ensaios sobre etnicidade e multiculturalismo.** São Paulo: UNESP, 2006

TADEU DA SILVA, Tomas; STUART, Hall; WOODWARD, Kathryn**. Idendidade e Diferença: A Perspectiva dos Estudos Culturais.** 9º ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

ELORZA, T: Delinqüência juvenil assusta. Paraná Shimbun, Paraná, nov. 2008 <http://www.paranashumbun.com.br>. Data de acesso: 3 de abr. 2009.

Marty; François: Adolescência, violência e sociedade. Psyco Magazine, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <http://pepsic.bvs-psi.org/sielo.php?sript=sci_arttex&pid=S1516-14982006000120009&Ing=pt&nrm=>. Acesso em: 5 abr. 2009.

A entrevista narrativa e "situada": aprendendo com os camponeses do Sertão Norte de Minas Gerais

Rosely Carlos Augusto

Analisaremos, de modo específico, os caminhos trilhados na metodologia de história oral para abordar e compreender a formação humana e os saberes produzidos na prática das lutas sociais contemporâneos de lideranças camponesas. Tomou-se como objeto de estudo nessa pesquisa[12] os saberes, valores e habilidades produzidos nas trajetórias de lideranças camponesas, nas gerações de lutas sociais das últimas três décadas do século XX e XXI, numa região específica de Minas Gerais, o sertão norte do estado. A aprendizagem *situada*, *compartilhada* e *narrada* na trajetória de participação camponesa, assim como sua prática de trabalhar, que se revelou indissociavelmente ligada à sua prática de lutar, foram objeto dessa pesquisa. Tomou-se, assim, os movimentos e as organizações sociais como espaço e *locus* de formação humana na prática, considerando-se prática social a dimensão formadora, complexa e inerente à vida social e cotidiana.

Iniciemos pela motivação primeira dessa pesquisa. Como psicóloga cheguei no início da década de 80, em Montes Claros para trabalhar na Prefeitura Municipal na implantação dos projetos de desenvolvimento social e comunitário do Programa *Cidade de Porte Médio*. De minha parte buscava, difusamente, uma psicologia mais concreta, menos alienada e alienante, mais interessada na vida do que na verdade disciplinar e científica. *Aprendi* a cultivar um envolvimento compreensivo com lideranças e grupos sociais, isto é, uma participação emocionada e implicada, mas reflexiva, a respeito dos dramas presenciados, ouvidos e vividos conjuntamente.

Não há como negar que minha experiência profissional e militante foi a primeira motivação para a pesquisa que me propus realizar. Gesto de amor, ato de coragem, desafio metodológico e pessoal. Nas experiências vividas, nas trajetórias pessoais acompanhadas, persistentemente, indagava-me sobre os processos psicossociais que estavam, ali, se realizando. Nas experiências e nos acontecimentos diários vividos por indivíduos engajados, percebia mudanças pessoais e contextuais que indicavam a presença fértil de processos de aprendizagem na prática. Tal aprendizagem se gestava na dinâmica do cotidiano, fértil de saberes, lições e mudanças, em que não era possível dissociar, histórica e socialmente, sujeitos e ambientes vividos[13]. Motivação e engajamento social que me levam, aqui, a ousar usar, muitas vezes, a narrativa na primeira pessoal do singular.

Essa dupla identidade – pesquisadora e "companheira de luta" facilitou, por um lado, os contatos iniciais e a aceitação da pesquisa. No entanto, por outro lado, a familiaridade com o ambiente e as pessoas exigiram reflexões constantes e o exercício cuidadoso do estranhamento, do "tornar exótico o familiar" (DA MATTA, 1978; GOLDMAN, 2003; VELHO, 1978). Nesse sentido, o ofício do pesquisador tem sempre uma dupla tarefa, intimamente relacionada, de "transformar o exótico em familiar" e o de estranhar o familiar.

. Mestre em Psicologia Social e doutora em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais.

12 Referimos aqui à tese de doutoramento – "Aprender na prática: narrativas e histórias de lideranças camponesas, no Sertão Norte de Minas, nas três últimas décadas", defendida na Faculdade de Educação da UFMG, em fevereiro de 2011.

13 Aponto aqui a perspectiva da psicologia sócio-cultural de autores como Lane (1984) e Bárbara Rogoff (2005) em que não há uma precedência do sujeito em relação ao social, nem da cultura em relação ao sujeito. Sujeito e cultura são vistos em processo de desenvolvimento dinamicamente relacionados, e não podem ser analisados separadamente, fora das relações sociais.

Buscando esse exercício foi que (re)vivenciei, em muitos momentos das entrevistas emoções fortes, diante das lembranças de acontecimentos (re)vividos pelos sujeitos entrevistados - de uma vitória conquistada ou da perda de militantes/amigos que tombaram assassinados na luta. Vivenciei também reações mais viscerais diante de situações não costumeiras para quem vive em apartamentos urbanos, com padrões de valores de classe média. Foi constrangedor, por exemplo, como saí, aos gritos e pulos, de um banheiro num assentamento visitado, quando nos deparei com uma dezena de pererecas pulando de dentro do vaso sanitário.

Da mesma forma, os sujeitos e atores sociais contemporâneos que nos rodeiam, embora familiares e "controláveis", não são perfeitamente conhecidos em seus pontos de vista, suas experiências, regras e visão de mundo, ou seja, familiaridade não é sinônimo de conhecimento do outro. Pelo contrário, a familiaridade da rotina, dos hábitos e estereótipos pode impedir que se conheça, por isso, há a necessidade de discutir a presença de continuidades e descontinuidades nas distâncias físicas, sociais e psicológicas (preconceitos, etnocentrismos, estereótipos, racismos...) que se colocam entre nós e o outro, entre uma cultura e outra, e que são, perturbadoramente, complexas, contraditórias, repletas de elementos ambíguos, e divergências visíveis e invisíveis, conscientes e inconscientes...

Foi nesse sentido que me vi *aprendendo* com as próprias escolhas metodológicas que fui fazendo no processo da pesquisa e tentando fazer de minha *participação* no mundo político dos camponeses do sertão norte-mineiro um instrumento de conhecimento e um canal de comunicação com eles. Consciente, contudo, de que a problemática, de fato, é a da necessidade, não de negar o rigor científico nos estudos das interações sociais, mas de relativizá-lo enquanto uma objetividade mais ou menos ideológica e sempre interpretativa, ou seja, sempre filtrada pelo ponto de vista do observador. Nesse esforço realizamos e vamos aqui descrever o caminho da pesquisa como a experimentamos.

E ao longo do processo de imergir no campo de pesquisa fomos aprendendo um modo particular de abordagem e de entrevistar os sujeitos em seus próprios locais de vida e trabalho, a qual estamos chamando de entrevista narrativa e "situada". Buscamos nas narrativas históricas e nos itinerários vividos pelas lideranças camponesas, a compreensão do próprio processo de participação, as mudanças e identidades aprendidas em sua prática social, como expressão da constituição de "sujeitos políticos", participantes ativos na construção de ações coletivas, organizações e movimentos sociais voltados para a transformação da realidade de seu tempo, no sertão norte-mineiro.

Nas entrevistas realizadas, convidamos os sujeitos a narrarem seus itinerários de formação "na luta", numa tentativa de apreender, na trajetória relatada, a percepção que eles têm de si mesmos e do percurso histórico de se *fazer-ser* liderança. Nesse caso, a História Oral trabalha na fronteira em que se cruzam os modos de ser do indivíduo e de sua cultura. Porém, a pesquisa desses cruzamentos e dessas fronteiras apresenta ao pesquisador muitas contradições, em particular quando são examinados a experiência vivida – individual e coletiva – e aquilo que o indivíduo pode dizer sobre ela em uma narrativa.

E por onde começar ou retomar a compreensão dos processos de aprendizagem na prática das lutas sociais na região? Perguntava-me, inicialmente. Deixei o Norte de Minas no início da década de 90. E de lá para cá me mantive presente em assessorias e apoios eventuais. Assim, senti necessidade de fazer pequenos gestos de reaproximações e retomar laços com os grupos e atores regionais antes de realizar a entrevista. Por "aproximação"[14], refiro-me uma abordagem metodológica que se aproxima, paulatina e cuidadosamente, de seus sujeitos e contextos de pesquisa ou mesmo de um campo teórico a ser explorado. Esses momentos se revelaram importante para a abordagem e realização das entrevistas, porém, não nos será possível, descrevê-los mais longamente, aqui, por falta de espaço.

---

[14] Postura metodológica sugerida por autores que trabalham no campo das Ciências Sociais com o referencial metodológico do materialismo dialético. (BARBIER, 1985; THIOLLENT,1985)

Os sujeitos da pesquisa foram lideranças camponesas - homens e mulheres - que marcaram as lutas sociais no Norte de Minas Gerais, a partir da década de 80. Foram selecionados por sua reconhecida importância e influência nas lutas dos trabalhadores(as) rurais e agricultores(as) da região, a partir de nossa própria experiência e da avaliação de outros atores sociais da região.

Foram ouvidas - em entrevistas abertas e longas - 13 lideranças selecionadas[15], sendo 10 homens e 3 mulheres, com idade entre 33 e 68 anos, envolvidas em movimentos sociais de luta por terra e direitos. Suas narrativas abordam itinerários de vida enquanto lideranças regional. São camponeses/as iletrados ou pouco escolarizados, que produzem um saber prático, válido e útil à vida. Alguns deles nunca foram à escola, a maior parte fez na escola da comunidade as primeiras séries do primário. Apenas uma das lideranças está cursando o Ensino Médio em educação do campo. Como camponeses, têm diferentes relações com a terra e expressam diferentes pertencimentos e identidades sociais, características da diversidade cultural dos povos do campo, de suas organizações e de suas inserções políticas nos contextos particulares onde vivem: são agricultores(as) familiares tradicionais, assentados da Reforma Agrária, remanescentes de quilombos, sindicalistas, agentes da Pastoral da Terra, lideranças da direção do MST, direção da Cooperativa dos Agricultores Familiares, dirigentes da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável e Comunidades Tradicionais, vereador, vice-prefeito...

A maioria deles tem mais de 45 anos e de suas narrativas ressaltam alguns dos traços mais comuns e marcantes das trajetórias e das lutas sociais, nas últimas décadas, no Norte de Minas como, a origem nos grupos religiosos, de modo especial nas comunidades eclesiais de base (CEBs) e na Comissão Pastoral da Terra e grupos de jovens católicos. Alguns têm como ponto de partida de sua trajetória a resistência política e a luta pela terra, com base na associação comunitária local ou no sindicato dos trabalhadores rurais de seu município. Ainda outros se destacam na participação partidária e em trajetórias mais recentes, muitos apresentam uma forte atuação ambientalista e visão ecológica, de modo particular de defesa do bioma cerrado. Se tornaram novos atores na luta pela Reforma Agrária, como os pertencentes ao MST, ou nas lutas da virada do século pelo reconhecimento dos territórios remanescentes de quilombos. Lutaram pelo reconhecimento do homem, e sobretudo da mulher rural, como cidadãos de direitos sociais, após a Constituição de 1988. Podemos dizer que essas trajetórias políticas carregam traços muito singulares de um tempo e um "território-região" (ESCOBAR, 2005:142), mas, ao mesmo tempo, explicitam a história social do campo brasileiro, sobretudo da segunda metade do século XX. Isso implica perceber especificidades, continuidades e rupturas culturais, políticas e econômicas englobadas e reflexas do sistema-mundo que lhes dá sentido e substância histórica, e é por eles significado, como nos propõe Marshal Sahlins (2004). O contexto, o mundo narrado pelos sujeitos, nos revela a vida e as lutas dos grupos subalternos na região, subsumidos à realidade mineira e brasileira do século XX. Vale reafirmar, nesse sentido, que o *contexto regional* narrado se torna mais do que campo de estudo, tornando-se uma categoria analítica, pois é ele que dá sentido aos sujeitos e às suas práticas. As práticas e narrativas dos sujeitos nos remetem, ao mesmo tempo, aos contextos contemporâneos e tradicionais da colonização *invasora* no país, que configuram *modernidades tradicionais* (BOSI, 1997; MARTINS, 1997; SANTOS, 2010), políticas e econômicas, muitas vezes aberrantes, e outras vezes virtuosas em possibilidades alternativas e futuras. Essa situação foi claramente relatada pelas lideranças, que expuseram as contradições da realidade de "modernidade" de *fronteira* do agronegócio e, ao mesmo tempo, as múltiplas e inovadoras práticas de agricultura camponesa e agroecológica na suas formas "geraizeiras" e "caatingueiras" vividas por eles.

A entrevista narrativa e situada – uma relação social e uma espécie de "amor intelectual"

Entre os pesquisadores das Ciências Humanas e Sociais, já existe certo consenso de que a relação entrevistador-entrevistado, como qualquer relação humana, não se constitui de forma neutra e ingênua. De um lado, como é o nosso caso, está a instituição universitária e, do outro, um sujeito que também fala a partir de um lugar social. Isso remete ao reconhecimento de que a entrevista, ainda que se distinga de outras interações cotidianas, continua sendo uma *relação social* que exerce efeitos sobre seus próprios resultados e as interpretações

[15] O adjetivo *selecionadas* refere-se às lideranças previamente relacionadas e visitadas, não incluindo as outras lideranças que participaram de momentos das entrevistas. Contudo, as demais lideranças tiveram suas narrativas incluídas no processo de análise dos dados empíricos.

obtidas, qualquer que seja sua perspectiva metodológica. Sendo assim, não compartilhamos dos debates que marcadamente querem distinguir e hierarquizar a oposição tradicional entre metodologias quantitativas e qualitativas, pois "mascaram de que elas têm em comum se apoiarem nas interações sociais que ocorrem sob a pressão das estruturas sociais" (BOURDIEU, 1997: 694). Dessa forma, não há como escapar, em métodos quantitativos ou qualitativos, da interferência da subjetividade, havendo que assumir uma postura relacional e interdisciplinar relativamente aos fenômenos humanos.

A entrevista, como ensina Bourdieu (1997:694), é **"**um exercício espiritual"**,** mas nada tem de miraculoso: é uma relação social e, portanto, de poder, que resulta em um acordo realista entre as antecipações e os cuidados do pesquisador e as expectativas do pesquisado. Mesmo tendo gestos, muitas vezes, de gratuidade e cuidados, enquanto relação social ela é sempre uma relação de intervenção e, portanto, envolve questões éticas.

E uma entrevista de História Oral desencadeia uma série de sentimentos, seja no "instante da entrevista" (LE VEN, 1996), seja no reviver da memória (TEIXEIRA, 2006). Nesse sentido, lembrar é também *re-significar* experiências passadas e presentes, portanto, no próprio ato da entrevista existe a possibilidade de realização da aprendizagem, seja para o pesquisado, seja para o pesquisador. A entrevista propicia a constituição de um vínculo humano em que há a emergência e a convergência de percepções, memórias, saberes e sensações vividas e apreendidas no próprio ato da entrevista (LE VEN, 1996), que pode produzir uma revisão da história e do projeto de vida, tanto do pesquisado, quanto do pesquisador.

Tomando esta perspectiva teórica fomos aprendendo e desenhando um modo próprio de abordagem e de entrevista *situada* realizada no próprio ambiente de vida e trabalho dos sujeitos, vivendo e compreendendo, de forma contextualizada, sua narrativa histórica. Para cada entrevista, relatei num *caderno de viagem* as impressões sentidas, desde os primeiros contatos: a viagem, as situações inusitadas, dúvidas, angústias, emoções, alegrias, tristezas... os encontros, desencontros, acertos, erros e aprendizagens.

Por opção e para tornar as entrevistas mais abertas, desenvolvemos uma conversação bem ao gosto das expressões e narrativas próprias dos sujeitos entrevistados, sendo que quase todas elas foram feitas em suas próprias casas, em seu quintal e em visita à sua área produtiva – no assentamento de reforma agrária, nas comunidades rurais. Quando isso não era possível, realizávamos as entrevistas no escritório do sindicato, do MST, da CPT. Uma das entrevistas – Izaldina[16], liderança quilombola – foi realizada durante o Encontro de Agrobiodiversidade do Norte de Minas, que aconteceu em outubro de 2008, em Varzelândia, pequeno município da região.

Assim, metodologicamente, as condições "normais" da entrevista como espaço fechado, privacidade, não interferência de terceiros, enfim, as condições prescritas academicamente nos escaparam muitas vezes. Um cachorro latindo impertinentemente, rádios ligados na casa, galos cantando, crianças interrompendo, gente conversando nos cômodos ao lado, ventos, passarinhos... Tudo isso nos trouxe algumas dificuldades nas transcrições. O uso do gravador não pareceu constranger os sujeitos, que se mostraram à vontade. Apenas Braulino e Izaldina, não escolarizados, manifestaram certa dificuldade inicial com a entrevista, a qual foi, por eles mesmos, logo justificada e controlada.

Era uma "conversa", muitas vezes, não apenas de dois, mas realizada em suas casas, com a presença de familiares, vizinhos, lideranças, pesquisadores... Foi assim, na visita ao assentamento Tapera; com Braulino, Oscarino e Rosário em suas casas. No encontro com Custódio, agricultor assentado, realizamos a entrevista em torno de uma mesa, compartilhada com sua esposa e Joaninha, assentada e também participante da luta pela terra,

---

16 O Márcio Goldman (2003), embora reconhecendo a necessidade de se respeitar os compromissos éticos com os sujeitos, com os colegas de profissão e o leitor, argumenta a favor do uso de nomes próprios em situações de pesquisa, como as de etnografias contemporâneas, já que o "uso de nomes fictícios cria um artificialismo inútil e põe em risco o valor etnográfico do texto e do contexto das narrativas analisadas". Em nosso caso, com o consentimento dos entrevistados, achamos útil e eticamente correto o uso dos nomes reais de quem revelou tantas histórias públicas do sertão do Norte de Minas Gerais.

além de Zilah, Mirasônia e Michel[17]. Foi um diálogo compartilhado sem, contudo, perdermos a consciência do caráter *artificial* de uma entrevista de pesquisa, comprovado pela própria existência do gravador. Nesse sentido, a entrevista narrativa e situada proposta, como uma relação social e um exercício de amor intelectual chama a atenção não só para a oralidade presente, mas também para o contexto de sua realização - um "contexto de conversação" e um acontecimento imerso no momento da entrevista e de sua fenomenologia de percepções, sensações, memórias e trocas de saberes.

Foi assim também na entrevista situada com Maria do Rosário, sindicalista e liderança camponesa de comunidade tradicional dos altos da chapada do "gerais" nortemineiro. A entrevista foi iniciada em seu quintal e roça, no fundo do terreno – bem "amorrado", bem inclinado - e depois em sua cozinha, em torno da mesa, junto com seu esposo. Enquanto gravava nossa conversa ela fazia biscoitos, cozinhava feijão, discorria sobre receitas de bolo e biscoito feitos da puba de mandioca; cantou e rezou como fazia e ainda faz nas novenas e festas religiosas da comunidade. A gravação da conversa está repleta de lacunas da comunicação verbal, pois ficamos por um bom tempo em seu quintal e ela mostrava sua roça, falava de seus planos de retorno à sua propriedade e à produção, nomeava as árvores e com gestos indicava um ponto ou outro de seu terreno e dos irmãos que moram perto. Havia sentido em cada canto, cada modo de plantar: onde, o que, quando... Ela falou como se desejasse um interlocutor para dizer coisas que queria e precisava dizer. Emocionou-se, suou, cansou, cantou... Como esta, poderíamos citar várias outras situações de entrevistas em os camponeses e suas famílias nos mostraram seu sistema de produção, o rio, discorreram sobre a luta pela terra ou sobre a produção e sua comercialização, a relação com o bioma e as estratégias familiares para conciliar a luta política e o trabalho agrícola e familiar de produzir "mantimentos".

Diversos autores, como Bourdieu (1997), Le Ven (1996/2008), Velho (1978) e Goldman (2003), chamam, ainda, a atenção para os cuidados éticos e os efeitos da "invasão" sempre um pouco arbitrária do pesquisador. Pudemos, também, refletir sobre a violência simbólica que muitas vezes, e mesmo sem querer, impomos aos sujeitos em uma situação de entrevista. Foi o que refletimos, a partir da seguinte passagem: adentramos a propriedade de Custódio, sem que ele nos aguardasse, já que o recado de quando chegaríamos não foi levado até sua casa, e o encontramos literalmente com a "mão na massa". Ele nos recebeu Custódio embaraçado, pois estava na labuta com a massa de um piso em construção. No entanto, generosamente, ele não marcou outro dia, não demonstrou chateação nem nos fez esperar um tempo excessivo: correu com a massa, que não podia ficar parada pelo risco de perda, e veio sentar à mesa para a conversa "rápida". Não insisti, mas sai com a sensação de que poderíamos ter ficado mais tempo no assentamento ou voltarmos com mais calma à entrevista noutro momento. E foi o que fizemos, em outra oportunidade, quando de sua vinda a Belo Horizonte.

Mas esse poder, embora desigual entre entrevistador e entrevistado, não é unilateral, pois o entrevistado também o detém. Como nos mostrou no exemplo acima, Custódio o exerceu conciliando nosso interesse pela entrevista e seu fazer em andamento. O entrevistado tem o poder da fala, ele a controla, consciente e inconscientemente, ele relata ou não relata fatos conforme sua própria seleção. Vários são foram os exemplos que experimentamos na situação de entrevista. O pesquisador não pode controlar completamente os efeitos complexos e múltiplos da relação de pesquisa, já que os pesquisados também podem intervir, consciente ou inconscientemente, para tentar impor sua definição da situação e fazê-la vigorar em seu proveito. Foi assim, também, que analisamos quando Juarez, liderança sindical de Bocaiúva e hoje vice-prefeito da cidade, logo no início da entrevista, comparou seu saber "feito junto com a prática, que a gente vai vivendo, mas que transforma [a realidade], mesmo que sejam necessários 20 ou 30 anos" com o da "escola convencional" e com quem "como você, é estudiosa do assunto". Para ele, o sistema convencional forma teoricamente, mas lhe falta exercitar o aprendido no interesse de todo mundo: "interessa muito é para a biografia da pessoa". Assim, nos perguntamos se ele, além de criticar a educação "convencional" não estaria, também, sutilmente, nos perguntando se este não seria mais um estudo sobre os camponeses, sem o compromisso de colaborar com as mudanças necessárias à sua realidade. Não o interpelamos de imediato para confirmar nosso sentimento, mas o levamos a sério na exigência de postura comprometida da pesquisadora. É necessário destacar que a interpretação de sua fala nos foi possível – de

---

[17] Companheiro e pesquisador, Michel Marie Le Ven deu-me o privilégio de sua companhia em quase todas as viagens. Sem ele, possivelmente não teria conseguido chegar tão perto das condições de vida cotidiana dos sujeitos analisados.

forma correta ou equivocada – também pelo conhecimento anterior que temos dele, como um agricultor especialmente inteligente e crítico, o que nos faz reafirmar a entrevista como uma interação social, marcada pela experiência humana e pela memória de ambos – entrevistado e entrevistador - e pelo ato fenomenológico do momento em um entrelaçado de avaliações, percepções, sentimentos e memórias.

A entrevista é, assim, uma interação de afetos, na qual somos afetados e afetamos, que não significa um "deslize" da razão por parte do pesquisador, mas uma interação em que nos modificamos em sua experiência. A entrevista é, em si, um acontecimento, uma relação que produz o novo em seu ato e anuncia a possibilidade de outras novidades e conhecimentos. A entrevista é um devir, uma possibilidade, porque é um acontecimento de memória e reflexão sobre si e o outro. Isso nos anunciou, por exemplo, Maria do Rosário quando, por diversas vezes, durante a entrevista, ela se surpreendeu com sua fala, como que pensando pela primeira vez e descobrindo algo.

Foi assim, afetada, tocada, que vivenciei a pesquisa de campo e os momentos das entrevistas. Os contatos e as entrevistas foram fecundos em termos de sabedorias, conhecimentos, histórias, gestos, olhares, trejeitos, enfim, foram momentos "solenemente" mobilizadores de sentidos e sentimentos. Escrevemos no caderno de viagem passagens que registram a intensidade de momentos e entrevistas e a (re)descoberta de que toda pesquisa de campo não começa quando lá chegamos, mas antes, na sua preparação, nas suas expectativas...

Realizamos entrevistas de história oral temática, cuja "pergunta de corte" (MEIHY, 1991), ou foco condutor e comum a todas elas, girou em torno da trajetória de atuação e formação nas ações coletivas e organizativas como liderança inserida nos movimentos sociais, comunitários e sindicais, nas décadas de 80 e 90 ou nos anos atuais do século XXI. Dessa forma, este trabalho se aproxima da chamada história oral híbrida: conduzimos a entrevista narrativa como uma história oral de vida, e por ser um trabalho temático, utilizamos a entrevista para apreender a experiência e a aprendizagem na prática de participação coletiva dos narradores. Trata-se de narrativas de populações rurais e tradicionais carregadas de formas próprias de aprender na prática, de explicar e julgar o mundo. Dessa forma, aproximamo-nos também da vertente da História Oral que se dedica aos estudos das "tradições orais" (MEIHY,1998). Nesse tipo de pesquisa, centrada na prática, na narrativa, nas tradições e valores coletivos, o foco está no sujeito intrinsecamente individual e coletivo.

Esta postura situada e aberta da entrevista possibilitou que expressassem um aspecto fundamental de suas identidades e de suas experiências culturais – a intrínseca associação das práticas de lutar e trabalhar. O que nos revelou um patrimônio de saberes eco-sociais, de valores e habilidades fruto de suas indissociáveis práticas políticas, de trabalhar a terra e se de relacionar com os biomas cerrado e caatinga nos quais habitam e que, da mesma forma, lhes habitam.

Foi-lhes pedido que narrassem sua trajetória ou experiência nas lutas e nos movimentos sociais, abordando-os a partir de sua origem familiar, mas adequando isso ao momento da entrevista, a seu contexto de luta social, de gênero, de identidade como assentado, quilombola, liderança sindical, partidária, cooperativado... Fomos mudando a abordagem no decorrer da pesquisa de campo. Aprendemos, por exemplo, com José Lelis – que entendeu "entrevista" como matéria jornalística – que era melhor substituir, desde os primeiros contatos, a palavra "entrevistar" por "contar". O que distingue a HO de outras entrevistas é a reflexão sobre todo o processo que leva a modificações constantes, de modo que nenhuma entrevista é proposta da mesma maneira que a anterior. Ao longo do processo da pesquisa deparamo-nos com questões sobre os procedimentos, as concepções e os desafios postos e, na tentativa de ter respostas e fazer opções, fomos aprendendo.

Após as dúvidas e pesquisas acerca de como conduzir uma entrevista de história oral, seus cuidados e sua natureza, debatemos-nos acerca de seu tratamento. Há muitas e diferentes opções teóricas no tratamento dessas entrevistas. Mas será necessário deixá-lo para outro momento.

Referências bibliográficas:

ARAÚJO, M.P e FERNANDES, T.M O diálogo da história oral com a historiografia contemporânea", In VISCARDI, C.M.R e DELGADO, L.A.N.(Orgs) **História oral:** Teoria, Educação e Sociedade. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2006.

BARBIER, René **A pesquisa-ação na instituição educativa**. Rio de Janeiro: Zahaar, 1985.

BOURDIEU**,** P (Coord.) **A miséria do Mundo.** Petrópolis, Vozes, 1997

BOSI, Alfredo **Dialética da colonização,** São Paulo, Cia. Das Letras, 1992.

DA MATA, R. de Ofício de etnólogo, ou como ter "anthropological blues" In Nunes, Edson de O. (Org.) **A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social**. Rio de Janeiro, Zahaar,1978.

DIÓGENES, **G.** Histórias de vida: desafios de um método**,** In KOURY, M.G.P **e** LIMA J. (orgs) **Cultura & subjetividade**. João Pessoa, UFPB, 1996.

ESCOBAR, Arturo O lugar da natureza e a natureza do lugar: gliobalização ou pós-desenvolvimento? In Lander, *Edgardo (org).* ***A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.*** Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005. pp.21-53. Disponible Web: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/Lander.rtf

FAVRET-SAADA, J. Ser afetado, Tradução de Paula Siqueira, In **Cadernos de Campo/Revista dos alunos de pós-graduação em antropologia social da USP.** São Paulo, nº 13, Ano 14, 2005.

FENELON, Déa R O papel da história oral na historiografia moderna, In MEIHY, J.C.S. B(org.) **(Re) introduzindo história Oral no Brasil.** São Paulo: Xamã, 1996.

GOLDMANN, M Os tambores dos mortos e os tambores dos vivos – etnografia, antropologia e política em Ilhéus, Bahia, In **Revista de antropologia**, São Paulo, USP, v. 46, nº 2, 2003.

LANE, Sílvia T.M. e CODO, W. (org.) **Psicologia Social: O homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

LANG, Alice B. da S. G História oral: muitas dúvidas, poucas certezas e uma proposta In MEIHY, J.C.S. B(org.) **(Re) introduzindo história Oral no Brasil.** São Paulo: Xamã, 1996

LAVE, Jean e WENGER, Etinne **Situated Learning: Legitimate Peripheral Participation.** Cambridge, Cambridge University Press, 1991.

LE VEN, Miche.M., FARIA, E., MOTA, Míriam H. de S. História oral de vida: o instante da entrevista, In **Varia historia**, n. 16, set/1996

MARTINS, J. de S **A chegada do Estranho.** São Paulo: Hucitec, 1993.

_____ **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano**, São Paulo, Hucitec, 1997.

MEIHY, J.C.Sebe Bom **Manual de história Oral**, São Paulo, Loyola, 2ª ed., 1998.

_____ **Canto de morte Kaiowá – história Oral de vida,** São Paulo: Loyola, 1991.

OLIVEIRA, Ariovaldo U de e MARQUES, Marta I. M.(orgs.) **O campo no século XXXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social.** São Paulo: Casa Amarela e Paz e Terra, 2004.

PORTELLI, Alessandro Tentando aprender um pouquinho – Algumas reflexões sobre a ética na HO, In PERELMUTTER, D. e ANTONACCI, M.Antonieta (orgs.) **Projeto História, n. 15, (Ética e HO)** , São Paulo, abril, 1997.

ROGOFF, Bárbara **A natureza cultural do desenvolvimento humano.** Porto Alegre, Artmed, 2005.

SAHLINS, M. **Cultura na prática,** Rio de Janeiro, UFRJ, 2004.

SANTOS, BoaventuraS. e Maria Paula Meneses (orgs) Epistemologias do Sul. São Paulo, Cortez, 2010.

TEIXEIRA, I.A. C. e PRAXEDES, V.L. História Oral e educação: tecendo vínculos e possibilidades pedagógicas**,** In VISCARDI, C.M.R e DELGADO, L.A. N.(ORGS) **História oral:** Teoria, Educação e Sociedade**.** Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2006.

THIOLLENT, M. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. São Paulo, 4ª ed., 1985.

VELHO, Gilberto e KUSCHNIR, K (orgs.) **Mediação, Cultura e política.** Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001.

A expansão escolar em Ermelino Matarazzo

Adriana Santiago Rosa Dantas

Na primeira etapa deste trabalho, realiza-se uma pesquisa sobre a história do bairro e uma pesquisa exploratória sobre a expansão dos estabelecimentos de ensino em Ermelino Matarazzo a partir de fontes documentais e revisão bibliográfica. Este bairro está localizado na zona leste da cidade de São Paulo, há aproximadamente 20 Km de distância do centro da capital, às margens do Rio Tietê, fazendo divisa com o município de Guarulhos. Em 2005, recebeu a Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH), conhecida como USP Leste, onde essa pesquisa está sendo realizada.

A história da oferta de educação desta região, não pode ser compreendida fora da história do bairro que está associada à expansão populacional na cidade de São Paulo, particularmente na segunda metade do século XX e à industrialização da região. O objetivo desta etapa inicial é entender a lógica da instalação das escolas nesta região da cidade, relacionando-a a chegada de novos habitantes ao bairro e ao cenário político e educacional da cidade de São Paulo. Isto porque, parte-se do pressuposto, de que uma análise social deva ser relacional colocando em evidência o maior número de fatores que constituíram para configuração de determinada realidade. (BOURDIEU, 2010, p.31)

Para reconstruir, nesse primeiro momento, a oferta educacional de Ermelino Matarazzo, começamos levantando o histórico de crescimento populacional do bairro, a partir de dados oficiais da *Prefeitura de São Paulo* (2011). A este dado acrescentamos os dados obtidos sobre o crescimento de estabelecimentos de ensino na região, a partir da *Secretaria de Educação do Estado de São Paulo* (2011). No sítio da Prefeitura de São Paulo foram coletados dados comparativos de um recenseamento do município por décadas a partir de 1950. Esta data é propícia para o estudo, pois o bairro de Ermelino Matarazzo fazia parte do bairro de São Miguel Paulista, tornando-se um distrito independente a partir de 1959 segundo Paulo Fontes (FONTES, 2008, p. 127). Os dados sobre a fundação das escolas foram inicialmente retirados do sítio da internet *Central de Atendimento da Secretaria da Educação* (2011) e de contatos posteriores por email com essa central. O resultado desta primeira etapa é o gráfico 1 sobre o crescimento populacional ao longo das décadas de 1950 a 2010:

Gráfico 1. Crescimento da População

Fonte: PREFEITURA DE SÃO PAULO (2011)

. Esta comunicação pretende apresentar notas da pesquisa de mestrado do projeto intitulado “Estratégias educativas em família de grupos populares”. Esta pesquisa, financiada pela Capes, começou em março de 2011, por isso encontra-se em fase inicial.

. Mestranda do Programa de Estudos Culturais da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) da Universidade de São Paulo (USP) sob orientação da Prof. Dra. Graziela Serroni Perosa.

Entre a década de 1950 e 1970, a população do bairro de Ermelino Matarazzo cresceu cinco vezes, foi de 10 mil para 50 mil habitantes em 20 anos. Segundo Azevedo (1945, p. 26-28), o crescimento de São Paulo na primeira metade do século XX se deu pela expansão cafeeira, a multiplicação das vias férreas, a imigração especialmente italiana, somados com a criação dos parques industriais e do loteamento de grandes propriedades. Para este autor, os subúrbios paulistanos orientais, onde se encontra Ermelino Matarazzo, passaram a ter a função residencial e industrial. Naquela época, devido a expansão da industrialização, São Paulo tornou-se um dos destinos da migração interna de nordestinos e mineiros, os quais se instalaram, em grande número, nesses subúrbios (FONTES, 2008). Esse crescimento populacional, especialmente nas regiões periféricas, não foi acompanhado por um planejamento prévio pelo Estado e Prefeitura o que resultou em muitas invasões de terra, criações de favelas e casas sem documentações oficiais. (MARCÍLIO, 2005, p. 102).

Entre a década de 1970-1980, a população cresceu de 50 mil para 80 mil habitantes. Naquela década houve um novo fenômeno para a explicação do crescimento populacional. Com o declínio das indústrias nas regiões de via férrea, nas regiões de várzea em relação ao Rio Tietê, estas indústrias foram deslocadas para as regiões de estrada de rodagem. Assim, a industrialização na região de Ermelino Matarazzo foi se encerrando, tornando o bairro preferencialmente residencial. Azevedo (1945) informa que havia na região de São Miguel, longe das várzeas, nas colinas próximas, alguns núcleos que se constituíram a partir da rodovia São Paulo-Rio sem muita influência da região férrea ou industrializada. A partir da década de 1970 e principalmente na década de 1980, a região de alta colina de Ermelino Matarazzo, próxima à Avenida São Miguel foi alvo de loteadores que venderam os terrenos da região para construção de residências. Por outro lado, na região de várzea, perto das indústrias, houve grandes mobilizações sociais por moradia liderados pela Igreja Católica que marcaram a região (IFFLY, 2010). Nas décadas seguintes, de 1980 a 1990, o bairro teve um crescimento de 18%; de 1990 a 2000, o aumento populacional foi de 11% e, por fim, de 2000 a 2010, houve um crescimento de 6% demonstrando o declínio na densidade demográfica e a estabilização desse crescimento. As mudanças podem ser vistas na valorização dos imóveis da região e o início da verticalização das moradias, com as construções de prédios para a região, tanto pela falta de espaço de terrenos disponíveis quanto pela demanda de moradia para o bairro.

Esse contexto histórico caracterizou o bairro de Ermelino Matarazzo. Ao longo de seu crescimento como um bairro marcado pela industrialização, migração e imigrações, mobilizações sociais, loteamentos, dentre outros, a oferta educacional se configurou dessa forma ao longo dos anos:

Gráfico 2: Crescimento de estabelecimentos de ensino, entre 1950 e 2010.

Fonte: SECRETARIA DO ESTADO DE EDUCAÇÃO DE SÃO PAULO (2011)

Entre 1956 e 1970 em Ermelino Matarazzo, foram fundadas 10 (dez) escolas públicas, a primeira em 1956, 3 (três) na década de 1960 e 6 (seis) nos anos de 1970.

A primeira escola da região, segundo dados oficiais, foi uma escola municipal fundada em 1956. O cenário político na cidade, conforme descreve Spósito (2002), estava representado pelo populismo, na atividade da sua figura principal na capital o prefeito e mais tarde governador Jânio Quadros (idem, p. 177-197). Outra esfera importante era a municipal que na década de 1950 disputava com o Estado a construção de escolas para a cidade. Aquela década é importante para esta pesquisa, pois "a 2 de agosto de 1956, Wladimir de Toledo Piza assina o decreto de criação do Ensino

Municipal" (idem, p. 219). A primeira escola fundada oficialmente em Ermelino Matarazzo foi a Escola Municipal Octávio Mangabeira em 16 de novembro de 1956 e somente quatro anos depois foi fundada a primeira escola estadual, já não mais no governo de Jânio Quadros (mandato: 14/03/1947 a 31/01/1959) e sim do governador Carvalho Pinto (mandato: 31/01/1959 a 31/01/1963)[18]. Enquanto, outros bairros, a partir de 1955 com a chegada daquele governador estavam sendo contemplados com escolas estaduais, foi o município que disputava com o governo que fundou a primeira escola em Ermelino Matarazzo.

Na década de 1960, 3 escolas estaduais foram fundadas, duas no mandato de Carvalho Pinto e uma no governo de Adhemar de Barros (mandato: 31/01/1963 a 05/06/1966). Também foi fundada uma escola privada, o SESI em 1964. De acordo com o relato oral de uma funcionária da secretaria da escola coletado no ano de 2011, a função inicial dessa escola era de alfabetizar os operários das fábricas do entorno. Segundo Paulo Fontes, em um levantamento de 1962, 60% dos trabalhadores que se transferiram para São Paulo, no contexto de migração interna, eram considerados analfabetos (FONTES, 2008, p. 64), corroborando com a explicação da funcionária sobre o motivo da instalação dessa primeira escola privada da região.

Nos anos de 1970 houve uma explosão de escolas estaduais no bairro, ao todo foram 6 estabelecimentos. A primeira escola fundada foi em 1971 no governo de Abreu Sodré (mandato 15/03/1967 a 15/03/1971) e todas as outras 5 foram no final da década entre os anos de 1977 a 1979 nos governos de Paulo Egydio Martins (mandato: 15/03/1975 a 15/03/1979) e Paulo Salim Maluf (mandato: 15/03/1979 a 15/05/1982). Essa explosão pode ser explicada, a partir da Lei 5692/71 que reformou o ensino de 1º e 2º grau, tendo a questão da profissionalização do ensino médio como uma das suas principais vertentes, segundo Freitas & Biccas (2009, p .273-286). Segundo estes autores, a educação brasileira nos anos da ditadura foi marcada pelo tecnicismo, tendo como ideologia a Teoria do Capital Humano que associava a educação ao desenvolvimento econômico trazendo prejuízos para nossa história educacional, culminando numa escola pública tida de baixa qualidade e para os menos favorecidos economicamente.

Em 20 anos, entre 1950 e 1970, num crescimento populacional de 500%, o número de escolas fundadas foi de 1100%, passando de 1 para 11 novas escolas em Ermelino Matarazzo. O número de fundação de escola foi o dobro em relação ao crescimento populacional. Todas as escolas, com exceção do SESI, foram públicas, na sua grande maioria estadual. Apesar do crescimento de oferta escolar nas periferias da cidade de São Paulo, entre as décadas de 1960-1970, essa oferta não foi feita a partir de um planejamento adequado por parte dos poderes públicos, ocasionando muitas deficiências de infra-estrutura.

Uma das hipóteses levantadas nessa pesquisa é de que a oferta escolar da cidade de São Paulo seria um dos fatores determinantes para a vinda de migrantes nordestinos para capital. Tradicionalmente o fator socioeconômico é tido como o fator explicativo da migração nordestina sem levar em conta a agência dos migrantes no processo (FONTES, 2008). Como demonstrou a pesquisa de Fontes, vários motivos atraíam os migrantes para a cidade e um deles era a oportunidade de dar aos filhos uma oportunidade de se escolarizar, o que era muito mais difícil nas regiões de origem em geral, marcadas por poucas oportunidades de escolarização: "'Na Bahia', lembrava uma mãe de família também entrevistada no início da década de 1950, 'não se podia dar boa educação aos filhos. A escola fica longe. Aqui [em São Paulo] há mais facilidades'" (idem, p 48). Esta "facilidade" relatada pela mãe nordestina pode ser vista no número de crescimento das escolas durante as décadas de 1950-1970 que caracterizaram a migração nordestina. A hipótese de que a educação também foi um dos fatores determinantes para a vinda dessa população para São Paulo será comprovada ou não a partir de relatos orais.

---

18 Todos os dados de mandato dos governadores citados foram extraídos do site do Governo do Estado de São Paulo: GALERIA DOS GOVERNADORES. Acessado em 10 de maio de 2011. Disponível em http://www.galeriadosgovernadores.sp.gov.br/07govs/govs.htm

Na década de 1980 apenas 2 escolas estaduais são fundadas nos governos de Franco Montoro (mandato: 15/03/1983 a 15/03/1987) e Orestes Quércia (mandato: 15/03/1987 a 15/03/1991). A primeira escola privada destinada para toda população, e não apenas para os operários como foi o SESI, foi fundada em 1982.

Começa um novo fenômeno no bairro de Ermelino Matarazzo, nos anos de 1990, o surgimento de escolas privadas, são fundadas 6 delas e apenas 5 públicas. Das públicas, 2 são municipais fundadas pelos prefeitos Paulo Maluf (mandato: 01/01/1993 a 31/12/1996) e seu sucessor Celso Pitta (mandato:01/01/1997 a 25/05/2000)[19]. As outras 3 escolas públicas são estaduais, fundadas por Orestes Quércia e Mario Covas (mandato: 10/01/1999 a 06/03/2001).

O fenômeno das escolas privadas se acentua ainda na mais na virada do século XXI, com a fundação de 6 escolas privadas a partir de 2001 e apenas uma municipal, o primeiro CEU da região em 2008, sob o mandato de Gilberto Kassab (mandato: 31/03/2006 atual). Nesses últimos 30 anos, de 1980 a 2010, temos as décadas das escolas privadas no distrito e um destaque para as escolas municipais. Segundo Cury (1992), a Constituição de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases de 1996 trouxeram uma explicitação sobre o ensino privado enquanto produto de relações capitalistas, segundo uma concepção neoliberal em que a educação para a iniciativa privada pode ser comercializada pelo mercado. E essa inovação na sociedade brasileira também está representada no bairro de Ermelino Matarazzo que também se tornou um local em que a iniciativa privada investiu para oferecer serviços de educação para a população local.

Diante do aumento populacional e educacional desde a década de 1950, um outro fator interessante em relação à expansão escolar na região é o geográfico. O distrito de Ermelino Matarazzo é dividido em vários bairros que foram influenciados, ora pela industrialização, ora pela estrada de rodagem que permitiu um novo núcleo habitacional servido pelos transportes públicos e não pelo trem. Até aproximadamente a década de 1970 a industrialização marcou o crescimento do bairro. As indústrias Celosul e Cisper foram instaladas na região de várzea do Rio Tietê, próximas a linha do trem que atende a região. Bairros foram formados na região de várzea e baixa colina. Com o declínio do momento industrial da região, a partir da década de 1980, houve grandes loteamentos na região, especialmente perto da estrada de rodagem, na região de alta colina. Esta parte do bairro estava ligado à antiga estrada São Paulo-Rio, que atualmente chama-se Avenida São Miguel. Várias casas foram construídas e vendidas para famílias que viram na região a oportunidade de adquirir sua casa própria. Com essa característica mais residencial, pessoas com maior poder aquisitivo foram se instalando nessa nova parte do bairro. Diante desta proposta, divido os bairros da seguinte forma:

1. Os bairros de Várzea, influenciado pela linha de trem e indústrias (Jardim Guaraciara/Keralux, Jardim Verônia, Jardim Piratininga)
2. Os bairros de baixa colina, influenciado pelas indústrias com conexão com os bairros de Várzea (Jardim Matarazzo, Jardim Belém, Vila Cisper, Vila Paranaguá)
3. Os bairros de alta colina, influenciados pela estrada de rodagem, sem muita conexão com os bairros 1 e 2 (Parque Boturussu e Vila Robertina,)

---

[19] Todos os dados de mandato dos prefeitos citados foram extraídos do site da Prefeitura de São Paulo: Os prefeitos de São Paulo. Acessado em 06 de maio de 2011. Disponível em http://ww1.prefeitura.sp.gov.br/portal/a_cidade/organogramas/index.php?p=574

Os bairros de (1) e (2) foram influenciados pelas indústrias são caracterizados por uma forte politização, devido aos movimentos dos trabalhadores por moradia e direitos trabalhistas. Já os moradores dos bairros (3) surgiram influenciados pelas estradas que ligavam São Paulo ao Rio de Janeiro. Por isso, pela facilidade de transporte por rodas foram construídas casas, especialmente na década da carestia dos aluguéis em SP, década de 1970-80 ao longo da estrada de São Miguel. Assim, vieram para o bairro pessoas com um maior poder econômico se comparado com os da migração nordestina, contribuindo para o aumento populacional do bairro. Migraram para a região dos bairros de alta colina muitas famílias paulistanas que compraram seu imóvel próprio, e não necessariamente os migrantes nordestinos. A hipótese é que essa nova população influenciou o quadro educacional, especialmente em relação às escolas privadas. O quadro a seguir mostra o histórico de fundações das escolas do bairro. Na última coluna, o bairro estará assinalado com (1), (2) ou (3) de acordo com a caracterização acima proposta, (1) bairro de várzea, (2) baixa colina e (3) alta colina.

Quadro 1: Distribuição das Escolas nos Bairros de Ermelino Matarazzo

Bairro	**Municipal**	**Estadual**	**Privada**
Jardim Matarazzo (2)		Condessa Filomena Matarazzo (1960)	Colégio Conexão (1999)
		Professor Lucio De Carvalho Marques (1977)	
		Professor Joaquim Torres Santiago (1985)	
		Parque Ecológico (1999)	
Parque Cisper (2)	Professor João Franzolin Neto (1994)	Jornalista Francisco Mesquita (1977)	Sesi 074 Centro Educacional (1964)
	Deputado Januario Mantelli Neto (1997)	Professor Dr. Geraldo Campos Moreira (1977)	Colégio Forth (2001)
	CEU Rosangela Rodrigues Vieira (2008)		Colégio Pedro Peralta (2004)
Parque Boturussu (3)	Octavio Mangabeira (1956)	Professora Eunice Laureano da Silva (1961)	Colégio Floresta (1982)
		Professora Leonor Rendesi (1979)	Colégio Sena De Miranda Unidade I (1997)
		Therezinha Aranha Mantelli (1988)	Colégio Integracão (1998)
			Colégio Inovação -

			Unidade II (1998)
			Colégio Amorim (2000)
Vila Paranaguá (2)			Colégio Abílio Augusto (1997)
			Colégio San Marino (2006)
Jardim Belém (2)		Ermelino Matarazzo (1971)	Sena de Miranda Colégio Unidade II (2001)
Vila Robertina (3)		Pedro de Alcântara Marcondes Machado (1979)	Colégio Argumento (1992)
		Professor Umberto Conte Checchia (1990)	Colégio Mont Martre (2002)
Jardim Keralux (1)		Irmã Annette Marlene Fernandes de Mello (2000)	
Jardim Piratininga (1)		Professora Benedita de Rezende (1963)	Centro Educacional Nova Jornada (2005)

Fonte: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO (2011)

Diante da localização geográfica das escolas, vemos algumas preferências do setor público quanto do setor privado. As escolas públicas estão preferencialmente nas áreas (1) e (2), especialmente as municipais que se instalaram preferencialmente na Vila Cisper e as escolas privadas dessa região surgiram preferencialmente a partir dos anos 2000.

Já as escolas privadas se instalaram primeiramente na região (3), tendo o Parque Boturussu como o principal lugar de suas instalações, inclusive a primeira escola privada em 1982. Está é a única região que tem 5 escolas privadas que foram fundadas na década de 1990, com exceção de 1. Outra curiosidade sobre o Parque Boturussu é que a primeira escola pública foi fundada neste local em 1956, mesmo não abrigando a maioria dos moradores que se concentravam na região (1) e (2) naquela época. Segundo Sposito (idem), os vereadores tiveram papel fundamental nas articulações de escolha dos lugares em que as escolas eram fundadas, por isso a hipótese é de que as relações de clientelismo tenham sido parte da história de fundação das escolas públicas na região. No Brasil, segundo Almeida (1996), a implantação de prédios escolares está associada à própria educação, permitindo aos poderes públicos utilizar esse recurso para conseguir votos em trocas de favores por meio de clientelismo. Esta hipótese deverá ser investigada por fontes documentais e orais.

Pelas poucas fontes históricas documentadas da região, faz-se necessário o resgate da história oral dos moradores que ainda possuem a memória do que aconteceu no bairro, como justificativa de parte de técnica de coleta de dados para minha pesquisa de mestrado (ALBERTI, 2005). Além disso, para se confirmar ou não algumas das hipóteses levantadas nessa etapa inicial de abordagem quantitativa, é necessário levantar por parte dos moradores da região os relatos orais de abordagem qualitativa. É importante salientar que ouvir a história de Ermelino Matarazzo por parte dos seus moradores é ouvir parte da história da cidade de São Paulo. Nenhuma outra cidade do país teve uma explosão populacional nas décadas de 1940-1970 como aconteceu na capital paulistana, recebeu tanta migração interna que mudou o cenário da zona leste, e também caracterizou um cenário educacional específico para a região.

Referências bibliográficas:

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral.** 3ª. Ed. Rio de Janeiro: Editora, FGV, 2005. 236p.

ALMEIDA, Ana Maria F. O Jogo com a Regra: Clientelismo na administração da educação pública. In **Educação e Sociedade**, Campinas, v. XVII, n. 54, p. 52-69, 1996.

AZEVEDO, Aroldo Edgard. **Subúrbios orientais de São Paulo**. Tese (concurso à cadeira de Geografia do Brasil) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1945, 184 f.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. 14ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. 322p

CURY, Carlos Roberto Jamil. O público e o privado na educação brasileira contemporânea: posições e tendências. In **Cadernos de Pesquisa.** São Paulo, n. 81, p. 33-44, maio 1992.

FREITAS, Marcos Cezar de & BICCAS, Maurilane de Souza. **História Social da Educação no Brasil (1926-1996)**. São Paulo: Cortez, 2009. 372p.

FONTES, Paulo. **Um nordeste em São Paulo:** trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-66) – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. 346p

IFFLY, Catherine. Transformar a metrópole: Igreja Católica, territórios e mobilizações sociais em São Paulo 1970-2000. São Paulo: Editora UNESP, 2010. 361p.

MARCÍLO, Maria Luiza. História da Escola em São Paulo e no Brasil. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto Fernand Braudel, 2005. 485p

CENTRAL DE ATENDIMENTO DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. Disponível em http://escola.edunet.sp.gov.br/ Acessado em 09 março 2011

PREFEITURA DE SÃO PAULO. População Recenseada e Projetada Município de São Paulo, Subprefeituras e Distritos Municipais. Disponível em http://infocidade.prefeitura.sp.gov.br/index.php?cat=7&titulo=Demografia Acessado em 19 maio 2011

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO (2011). Email: <Lucia.Rezende@edunet.sp.gov.br> Assunto: **RES: Escolas em Ermelino Matarazzo** Anexo: Escolas de Ermelindo Matarazzo.xls Para: <novadrica@gmail.com> Em: sexta-feira, 8 de abril de 2011 09:16

SPOSITO, Marília Pontes. **O povo vai à escola**. A luta popular pela expansão do ensino público em São Paulo. 4ª Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002. 253p.

A formação da juventude contemporânea na voz de alunos do ensino médio

Gislaine de Medeiros Baciano[20]

Introdução

Este trabalho investiga a formação da juventude contemporânea mediante a escolarização de nível médio, visando verificar quais as dificuldades que vem ocorrendo na escolarização dos jovens. Qual o papel que a escola tem cumprido na vida dos jovens e quais as expectativas dos estudantes com relação à escola?A hipótese aventada é que a escola tem atuado principalmente como espaço de socialização. Buscando uma compreensão mais aprofundada da realidade do Ensino Médio, optamos por buscar informações nos depoimentos dos estudantes do Ensino Médio.

A decisão de ouvir os estudantes do Ensino Médio se pautou por dois critérios. Primeiro porque quando se trata de educação, professores, gestores, técnicos, especialistas e políticos têm possibilidade de dar suas opiniões, mas os alunos raramente têm tal oportunidade; e segundo porque conforme Meihy (2000), a utilização da história oral é fundamental quando o objetivo é obter informações não disponíveis em fontes escritas e/ou oficiais.

Dialogando com os estudantes

Esta pesquisa foi realizada em uma escola estadual de ensino médio da periferia urbana paulista. Buscando compreender qual o papel que a escola está exercendo na vida dos jovens e quais suas expectativas com relação à escola foram entrevistados três alunos do Ensino Médio - um do primeiro ano, um do segundo ano e um do terceiro ano. Os conteúdos das respostas serão analisados com o referencial teórico da Teoria Crítica da Sociedade, à luz dos conceitos de formação e pseudoformação, desenvolvidos por Adorno (1995 e 2010, respectivamente), do conceito de indústria cultural e crítica ao predomínio da razão instrumental, desenvolvido por Adorno e Horkheimer (1985).

Para facilitar o entendimento, vamos utilizar R1, R2 e R3 para nos referir às respostas dos alunos do primeiro, do segundo e do terceiro ano, respectivamente.A primeira pergunta realizada foi: Por que você estuda? Os alunos responderam:

R1: - Ah, porque eu quero o melhor para mim no futuro... seilá se a escola colaborar mais.

R2: - Para ter uma formação melhor, para quando eu for fazer uma faculdade ou então quando eu for numa entrevista de emprego.

R3: - Para ter um futuro melhor.

Os três estudantes atribuem o estudo à possibilidade de um futuro melhor, visando o aspecto profissional, seja pensando na preparação para um processo seletivo profissional diretamente ou na preparação para o vestibular. Em outras palavras, a importância do estudo é atribuída à dimensão instrumental do conhecimento: estudar para ter uma profissão. Nenhum estudante ressaltou a importância do estudo pela valorização do conhecimento historicamente construído e acumulado como instrumento de compreensão do mundo.

Em seguida, foi solicitado que descrevessem um dia comum na escola – aulas, intervalo e relacionamento entre alunos, professores, direção e administração. Os alunos responderam do seguinte modo:

---

20 Mestranda em Educação Universidade Nove de Julho – Agência Financiadora: CAPES

R1: - É maior bagunça, tem alunos que vão pra cima dos professores, xingam, tem briga na hora da saída direto, na hora do intervalo o povo joga comida, água, outras coisas. As aulassão boas, na aula de matemática por exemplo, a professora chega já passa lição e enquanto nós vamos respondendo ela já faz a chamada.

R2: - Ah, geralmente é a mesma rotina, mais em sala de aula, o intervalo é normal, uma área praticamente de lazer para os alunos dar uma relaxada, o convívio com os professores e a direção da escola é normal.

R3: - Aqui não tem como ter um dia normal. Normal aqui seria levar uma bananada na cabeça, um copo d'água, um prato, durante o intervalo no pátio. Normal também seria sair da escola e ter briga. E uma aula normal seria um professor explicando... tem alguns professores que realmente querem passar alguma coisa para o aluno. Agora tem alguns que ficam sem fazer nada, e ainda reclamando. E o relacionamento entre os alunos, professores e os funcionários... a gente tenta manter a paz, tem uns alunos que extrapolam mais um pouquinho, mas o relacionamento até que é bom...

Os alunos descrevem aulas expositivas, na maioria das vezes, na forma de transmissão de conhecimento. Exceto casos isolados de alguns professores que efetivamente se preocupam em explicar e fazer com que os alunos entendam o conteúdo, como é possível perceber no depoimento n°3, prevalecem aulas mecânicas, onde o foco não é a construção do conhecimento, mediante a interrelação entre professor-alunos-fontes.

Com relação ao intervalo, os depoimentos 1 e 3 descreveram o intervalo como um ambiente hostil, uma ocasião tomada pela indisciplina dos alunos, durante a qual ocorre diariamente agressão entre os alunos e desperdício de alimentos e água. Já o depoimento 2 considera o intervalo normal, um espaço de lazer para os estudantes, uma possibilidade de distração. O interessante é que os três depoimentos se referem à caracterização do mesmo intervalo, compartilhado pelos três estudantes.

Se os depoimentos 1 e 3 enfatizam um ambiente de indisciplina e agressão e o depoimento 2 se refere ao mesmo intervalo como normal, "praticamente uma área de lazer para os alunos", podemos inferir que o aluno do segundo ano considera o intervalo normal, ou seja, não se incomoda com a rotina do intervalo. No depoimento 1, embora o estudante descreva o intervalo como a "maior bagunça", ele não declara se incomodar com tal realidade.

Já no depoimento 3 o estudante faz uma objeção, declarando que "não tem como ter um dia normal" demonstrando que se incomoda com a indisciplina e agressão, mas em seguida ao se referir ao relacionamento entre alunos, professores, direção e administração, considera que o relacionamento é bom. Há uma grande contradição nessa fala, inicialmente parece haver um grande incômodo com o cotidiano escolar, mas ao final as relações aí estabelecidas entre os atores da escola são descritas como boa. Considerando que a rotina descrita como anormal é decorrente das ações entre as pessoas que partilham o espaço escolar, e que as relações entre as pessoas é descrita de forma positiva, podemos pensar que o estudante avalia negativamente alguns elementos do cotidiano escolar, mas no fundo, também considera tal realidade como normal.

Considerando os três depoimentos sobre a realidade do cotidiano escolar, parece razoável considerarmos que, embora as aulas não sejam de alta qualidade, no sentido de que são dirigidas sem a preocupação de fazer com que os alunos aprendam e que o intervalo seja um ambiente caótico, os estudantes se acostumaram com tal rotina e aprenderam a conviver nesse ambiente. Portanto, podemos entender que esses alunos se adaptam à realidade do cotidiano escolar e se integram para sobreviver nesse ambiente, pois percebemos que as respostas, ainda que às vezes meio contraditórias - por apontar alguns problemas mas considerar dada realidade normal – demonstram que os estudantes parecem conformados com as circunstâncias.

Retomando o conceito de formação desenvolvido por Adorno (1995), o qual se refere a formação cultural emancipadora no sentido de permitir a análise das contradições sociais e a reflexão sobre sua superação, podemos entender que a formação cultural desses jovens está se constituindo como reificação da consciência, desenvolvimento das estratégias de adaptação, integração e conformismo, propícias à sobrevivência no âmbito da indústria cultural.

Adorno (2010) designa a formação cultural que ocorre mediante a transformação dos bens culturais em mercadoria como pseudoformação, pois nesse contexto, os princípios formativos não são culturais e sociais, mas capitais. Adorno (2010) argumenta que os bens culturais são destituídos dos conteúdos originais com que surgiram e são transformados em mercadorias consumíveis, visando o lucro. Exemplo: Em vez de estimular a leitura de livros clássicos, a visita a museus – ou seja, o contato com obras primárias -, as escolas estimulam o consumo de cursos apostilados, cujas apostilas são produzidas por editoras que faturam e cujos conteúdos são construídos sob encomenda,

são padronizados e simplificados, atinentes à lógica de um sistema educacional, em que – deixando de lado a função da escola no âmbito da manutenção ou superação das contradições sociais – o próprio conhecimento é transformado em mercadoria.

Sobre o que os jovens devem ou precisam aprender na escola as respostas forma as seguintes:

R1: - Ser educado né...ah sei lá, aprender a respeitar os professores.

R2: - Acho que é as coisas que realmente eles vão levar mais para o futuro, principalmente das áreas que eles tão realmente querendo seguir.

R3: - O que o jovem realmente precisa aprender na escola é aprender a viver lá fora, porque não adianta você ficar fazendo matemática se você não vai ser um matemático.A matemática simples pelo menos você tem que saber, o básico, mas os professores aperfeiçoam coisas que eles falam que cai no ENEM e não cai, os professores não tão preparando o alunos pra fora, eles estão preparando os alunos para uma coisa quenão tem sentido.

O depoimento 1, praticamente não constitui uma resposta. O estudante reproduz uma atribuição socialmente associada à escola: educar, mas não especifica no que consiste esse educar. Refere-o como respeitar os professores, apenas caracteriza a educação como o respeito aos professores.

O depoimento 2 pontua que o jovem deve aprender na escola conteúdos associados à profissão que os jovens pretendem seguir. O depoimento 3, inicia numa perspectiva mais ampla, dizendo que o que o jovem deve "aprender a viver lá fora", dando a impressão de que o estudante está se referindo ao convívio social mais amplo, mas na sequência, o estudante ressalta a inutilidade de conteúdos que não serão utilizados profissionalmente pelos jovens. Nessa perspectiva, o depoimento 3 caracteriza o conteúdo ensinado na escola como sem sentido. Nos depoimentos 2 e 3, percebemos que os alunos aspiram por aprender na escola conteúdos que os preparem para a vida profissional, prevalece a visão instrumental do conhecimento.

Acerca do principal aspecto positivo atribuído pelos estudantes à escola, as respostas foram:

R1: - A aula de educação física.

R2: - Principalmente algumas atividades extra que a gente faz aqui na escola. Um exemplo seria as aulas de dança e também algumas aulas que se destacam mais que as outras.

R3: - Alguns dos meus professores...

Já com relação ao principal aspecto negativo da escola, os alunos responderam:

R1: - Ah... fazer muita lição.

R2: - Que é sempre a mesma rotina, não tem muita variação, mais atividades para chamar a atenção do alunos.

R3: - O desinteresse dos alunos, você tá tendo uma aula legal e aí fica o aluno falando, falando e...

Sobre o principal aspecto positivo atribuído pelos estudantes à escola o depoimento 1aponta a "aula de educação física", o depoimento 2 indica "atividades extra-classe". Considerando os contextos em que ocorrem as aulas de educação física e as atividades extraclasse – os quais foram percebidos durante observação do cotidiano escolar – podemos pensar que a indicação da aula de educação física e das atividades extraclasse como o principal aspecto positivo da escola, está associada à concepção da escola mais como espaço de socialização do que como espaço formativo, pois nessas ocasiões, durante as quais os professores poderiam desenvolver atividades dinâmicas e altamente formativas, na maioria das vezes, não há atividades pedagogicamente organizadas, os alunos são apenas deixados à toa. Apenas o depoimento 3 aponta como principal aspecto positivo da escola, um elemento propriamente formativo, "alguns dos meus professores".

Acerca do principal aspecto negativo da escola, o depoimento 1 relata o excesso de lição, o depoimento 2 ressalta a falta de atividades que chamem a atenção dos alunos, algo que não seja as aulas rotineiras. Já o depoimento 3 aponta o desinteresse dos alunos pelo conteúdo. Reiterando os elementos observados nas respostas anteriores, os

depoimentos 1 e 2 denotam a concepção da escola como espaço de socialização. Somente o depoimento 3 demonstra uma valorização do conhecimento, a busca da escola como instância formadora.

Com relação à educação escolar dois fatores são relevantes: que os alunos tenham um aprendizado que lhes permita sobreviver na atual conjuntura e que a escola seja interessante para os alunos. Arendt (1997, p. 247) atribui à educação a função de socializar as novas gerações no mundo em que estas foram inseridas. Em outras palavras, preparar os jovens para executarem a manutenção do mundo em que nasceram. Nesse sentido, é relevante que os alunos aprendam os conteúdos, conheçam a trajetória humana historicamente construída, mas é fundamental convencer os jovens a realizar a manutenção deste mundo. Para tanto, é necessário que os alunos frequentem a escola e se interessem pelos conteúdos, que a escola, as aulas, as práticas escolares sejam atrativas para eles. A educação escolar deve ser "pelos jovens" e "para os jovens".

Pensando nas condições necessárias à sobrevivência humana, o aspecto material é fundamental. Na vigência do capitalismo, é necessário ter capital para assegurar as condições materiais de existência, e o meio lícito para geração de riqueza é o trabalho. Portanto, é essencial que os indivíduos sejam preparados na perspectiva profissional, mas não só. Predominantemente, as respostas atribuem a importância do conhecimento apenas à sua utilização no mundo profissional. Tal aspecto ilustra o predomínio da razão instrumental, criticada por Adorno e Horkheimer (ano). Os autores ressaltam que apesar de todo progresso técnico, as condições humanas de vida não são satisfatórias e que por isso é necessário refletir sobre as contradições sociais.

O conhecimento não deve ser valorizado somente pensado no âmbito do mundo do trabalho, deve ser pensado também no sentido de refletir sobre a melhora das condições sociais da existência humana. Mais uma vez, sobretudo no âmbito da educação, é preciso bastante cautela, pois ocorre tendência à ministração de cursos com aspecto puramente técnico, que não contém conteúdos de caráter social ou humano, ou seja, que visam à reflexão e transformação social.

Também foi perguntado aos estudantes qual o papel da escola na vida de um jovem. Eles responderam assim:

R1: - Acho que é estudar, aprender mais.

R2: - Passar pelo menos um pouco das informações que os professores têm, ajudando os jovens a se preparar para as coisas que vem a seguir na vida social.

R3: - O papel da escola é muito importante porque a escola foi feita para preparar a pessoa, o aluno para viver em sociedade, a não ser - entre aspas - um pé rapado, mas a escola hoje não exerce isso, ela simplesmente deixa o aluno lá, trancado por horas e não faz nada.

No depoimento 1, o estudante praticamente não consegue formular uma resposta sobre papel da escola na vida de um jovem. Já os depoimentos 2 e 3 referem que a função da escola está associada à preparação para o convívio num contexto mais amplo, em sociedade. Mas ainda assim, a sociedade pensada somente em termos de trabalho. Os alunos expressam uma concepção de escola atrelada a ideia de trampolim de ascensão social, por meio da preparação para a vida profissional. Novamente, as respostas associam a escolarização somente à preparação instrumental para o mundo do trabalho.

Por fim, perguntei aos alunos: Quais as suas expectativas com relação à escola? Eles responderam:

R1: - A escola tem que melhorar um pouco mais em tudo, nas aulas, na escola mesmo, ter mais segurança.

R2: - A influência da escola é principalmente ensinar os alunos, mas seria mais fácil, para não ficar sempre aquela rotina ter mais atividades pra chamar mais a atenção do jovem, pra ele se dedicar cada vez mais àescola.

R3: - O que eu vou levar da escola são várias experiências. Tem alguns professores que realmente ensinaram coisas que eu não sabia, buscaram explicar para os alunos. Agora eu acho que a escola deveria ter mais consideração com os alunos e os alunos também, porque não tem como a escola melhorar sem a cooperação de ninguém. Os alunos não cooperam os professores não cooperam,acho que aescola deveria ter buscado um meio de ajudar os alunos a conhecer mais, despertar o interesse do aluno, porque o que adianta você ficar trancado numa escola, sentado como aqui nesse caso, escutando funk, todo mundo conversando... você não tá aprendendo nada, tá perdendo só tempo da sua vida em que você podia estar fazendo outra coisa... As minhas expectativas com relação a escola é que o ensino melhore, mas

para eu mudar o ensino eu teria que mudar as pessoas, porque sem a consideração e o interesse não tem como fazer nada.

Acerca das expetativas que nutrem em relação à escola, as respostas os alunos demonstram que - visando a melhor preparação para a vida profissional – os alunos almejam um ensino de melhor qualidade, eles consideram as práticas desenvolvidas no cotidiano escolar como desinteressantes, mas recorrem a elas, pois precisam de algum preparo e não têm condições de buscar essa formação em outros lugares.

Antes da realização das entrevistas foram aplicados questionários em 15% dos alunos do Ensino Médio da escola pesquisada, para verificar quais as condições socioeconômicas desses estudantes, bem como suas percepções sobre a realidade escolar e social, visando também definir possíveis alunos a serem entrevistados. Esses questionários demonstraram que no tempo extraescolar 27% dos alunos pesquisados trabalha, 28,1% realiza afazeres domésticos, 24,5% faz cursos profissionalizantes e 26,6% se dedica a atividades de lazer e cultura.

Considerando que estamos abordando alunos de uma escola pública, que os mesmos apontaram como função da escola, direta ou indiretamente, a preparação para a vida profissional e que apenas 24,5% fazem cursos profissionalizantes, podemos perceber que a maioria dos alunos não tem condições de buscar a almejada preparação para a vida profissional em outros espaços. Mesmo pensando numa formação cultural mais ampla, as possibilidades desses alunos também são bastante limitadas.

Sobre os lugares que costumam frequentar, 15,6% dos alunos pesquisados frequentam bibliotecas, 34,4% frequentam parques públicos, 51,6% frequentam igrejas, 39% frequentam cinemas, 9% dos alunos frequentam teatros, 4% frequentam museus, 32,3% frequentam baladas e 23% frequentam clubes esportivos.

Quando consideramos os espaços socialmente considerados como reservados à aquisição de cultura – biblioteca, teatro e museu – percebemos que a frequência é baixa. Tal dado está associado a obstáculos econômicos, sociais e culturais. Primeiro, estes lugares ou são caros ou são localizados bem distante da periferia urbana, depois culturalmente – segundo o discurso midiático - esses espaços não são destinados às camadas populares. Quando consideramos os espaços cuja entrada é gratuita e que estão localizados na região de domicílio dos estudantes, percebemos elevados índices de frequência, é o caso das igrejas e parques públicos. Já quando consideramos os espaços cuja frequência é cara, mas que culturalmente são destinados às camadas populares, percebemos também altos índices de frequência, é o caso do cinema, balada e clube esportivo.

Analisando os espaços frequentados por esses estudantes, podemos considerar que as possibilidades de formação cultural dessa população é socioculturalmente condicionada. Os espaços destinados à “cultura erudita” - cinemas, museus e teatros - são obstaculizados. Já os espaços destinados ao que chamaremos aqui de “apaziguamento das tensões sociais”, o acesso é viabilizado. É o caso dos espaços destinados ao entretenimento ou ao apelo religioso - parques públicos, igrejas, cinemas, baladas e clubes esportivos Daí percebemos a efetiva influência da indústria cultural, que difunde a pseudoformação e visa à manutenção das desigualdades sociais. Ao mesmo tempo que anestesia as insatisfações da população com o entretenimento e com promessas messiânicas, estimula o consumo e mantém a ordem social vigente.

Considerações finais

Podemos considerar que a formação cultural da juventude contemporânea vem sendo socioculturalmente estreitada, condicionada a espaços e circunstâncias limitantes. E em tal conjuntura limitante, a escola é um dos principais espaços destinados à formação, pois dada a obrigatoriedade e a gratuidade da educação básica, parcela significativa da população jovem a frequenta:Constanzi (2009, p. 17) informa que 82,1% dos jovens de 15 a 17 anos estudam.

Em contrapartida, Neri (2009, p.35) relata que 67,4% das causas da evasão escolar até os 17 anos estão associadas à falta de demanda, contra 10,9% associadas à falta de oferta e 21,7% associadas a motivos não especificados. Esse elevado índice de evasão por falta de demanda revela que está ocorrendo dificuldade na escolarização dos jovens. Nos depoimentos colhidos, os jovens relatam que aspiram à escola como instância formadora, mas não consideram as práticas vigentes como formativas pois, não consideram as atividades

proporcionadas pela escola como interessantes, antes ressaltam como aspetos positivos da escola as possibilidades de socialização entre os próprios alunos.

Considerando o conceito de formação cultural crítica, proposto por Adorno e que permite a reflexão das contradições sociais para sua superação, podemos pensar que a escola tem promovido pseudoformação. Isso é identificado nas dificuldades dos alunos para discorrerem sobre a realidade escolar e social, sobre o papel da escola e nos relatos de como são as aulas, mecânicas e sem sentido. Considerando a função que os alunos atribuem à escola de prepará-los para o futuro, capacitando-os para a vida profissional, os próprios alunos relatam que a atuação da escola tem sido deficiente e parecem sentir-se perdidos quanto ao que propor.

As informações levantadas demostram que os alunos aspiram um ensino de melhor qualidade que os prepare adequadamente para o mundo do trabalho, capacitando-os para entrevistas de trabalho e ingresso no ensino superior. Porém, consideram que a escola está alheia a essa função e que suas práticas parecem não ter sentido. Nessa conjuntura, os alunos concebem a escola, tal como está, como mero espaço de socialização.Retomando Adorno (2010) esta crise educacional tem raízes no âmbito cultural e sua superação não é possível apenas por meio de medidas no âmbito educacional.

Referências bibliográficas:

ADORNO, Theodor Wiesengrund. **Educação e emancipação**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

_____. Teoria da semiformação. In: Pucci, Bruno [et al.]. **Teoria crítica e inconformismo: novas perspectivas de pesquisa.** Campinas: Editores Associados, 2010.

ADORNO, Theodor Wiesengrund e HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos**Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 1997.

CONSTANZI, Rogério Nagamine. Trabalho decente e juventude no Brasil. Brasília: OIT, 2009. Disponível em: <www.oitbrasil.org.br/topic/decent_work/doc/news_9.pdf>Acesso em: 06 jun 2010.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. São Paulo: Loyola, 2000.

NERI, Marcelo Cortez (coord.). **O tempo de permanência na escola e as motivações dos sem escola.** Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS. 2009. Disponível em:< www.fgv.br/cps/tpemotivos/> Acesso em 06 dez 2010.

“A gente não quer só comida”: O patrimônio no contexto associativo dos Polos Gastronômicos do Centro Histórico do Rio de Janeiro

Israel José de Oliveira*[21]

Dentre os vários projetos empreitados para o desenvolvimento econômico do Centro Histórico carioca, desde 2005, acontece o Programa Polos do Rio[22], destinado a promover o associativismo dos empresários da região para a atuação conjunta em prol da melhoria interna dos produtos e serviços oferecidos e da geração de “externalidades positivas” (GORZ, 2005), ou seja, a melhoria das condições de segurança, transporte e qualidade de vida do entorno.

Para viabilizar o associativismo e as experiências de trocas entre os empresários, o projeto da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro dividiu o Centro Histórico em dois Polos: o Polo Novo Rio Antigo, que envolve as regiões da Cinelândia, Lapa, Praça Tiradentes e Largo de São Francisco e o Polo Praça XV, envolvendo a Praça XV de Novembro e seu entorno[23]. A etapa inicial do trabalho consiste em uma consultoria especializada desenvolvida junto ao grupo com a finalidade de fazer um alinhamento estratégico contendo um levantamento da realidade atual do território e as melhorias necessárias para aumentar a sua atratividade econômica e social.

Após essa fase, o grupo é dividido em comitês temáticos de modo a facilitar o desenvolvimento das atividades e agilizar a execução das tarefas. Uma vez por semana, no Polo Praça XV e, quinzenalmente, no Polo Novo Rio Antigo, todos os integrantes se encontram para uma plenária coletiva, na qual cada comitê presta conta do que foi desenvolvido ao longo do período e aprova as medidas que exigem votação dos associados para serem executadas.

Os integrantes dos Polos são dos segmentos de cultura, gastronomia, arte, comércio varejista, serviços etc., o que caracteriza uma grande heterogeneidade de interesses e expectativas em relação à ocupação e aos usos do território do Centro Histórico. Porém, uma particularidade é mantida e aceita por todos: a preservação do “lugar de memória” da gênese da Cidade Maravilhosa, alcunha turístico-afetiva do Rio de Janeiro muito usada pelos empresários que atuam nessas regiões. Como as principais dificuldades se relacionam à insegurança, ao aumento da população de rua e, consequentemente, a mendicância, além de sujeira das vias públicas etc., os poderes públicos, especialmente, a Subprefeitura do Centro Histórico e o Batalhão da Polícia Militar são sistematicamente convocados para encontrar soluções cabíveis para cada situação. Com isso, geralmente se estabelece uma relação mais direta que resulta em parcerias importantes para a gestão destes territórios, podendo a solução sair das autoridades públicas ou dos próprios empresários.

Acervo arquitetônico evocam novos tipos de negócios

---

21 Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura ECO/UFRJ, onde desenvolver pesquisa sobre Comunicação e Espaço Urbano, com bolsa de pesquisa CNPq/CAPES. E-mail: israeloliveira@vocabulo.com.br.

22 Desenvolvido pelo Sebrae, Fecomercio, SindRio e Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

23 Atualmente, além desses polos, o Centro Histórico conta com o Polo Nova Rua Larga, e o Polo Comercial Cidade Nova.

No contexto da memória, o Centro Histórico, com seus monumentos públicos, museus, igrejas etc., forma um acervo importante do tempo vivido e das estratégias de ocupação espacial dos habitantes do passado. O esforço de preservação destes bens simbólicos parece refletir uma dimensão sensível e subjetiva de inserção do sujeito atual nas tessituras urbanas da cidade-memória.

Na medida em que nos aprofundamos nas práticas cotidianas dos atuais ocupantes do Centro Histórico, é possível perceber os esforços dos empresários para promoção de seus próprios "arquivos de memória", seja a exibição de correspondências que atestam o fato de estarem localizados em imóveis outrora ocupados por nobres,como Marquesa do Flamengo, Carmen Miranda etc., seja por retomada de hábitos antigos como serenatas nas sacadas do casario, ou mesmo de publicações, como *O Pharol da Medicina*, editado por uma empresa do segmento de cosméticos, entre os anos 1887 e 1940, e retomado agora, como sua revista institucional. Isso sem falar no resgate de rótulos, cartazes, panfletos e anúncios publicitários antigos para ornar os produtos atuais. Alguns cardápios de bares e restaurantes, por exemplo, são recobertos de sinais de pertencimento ao passado, seja pelo uso de fotografias antigas, seja pelos textos que fazem referências históricas das edificações que ocupam ou mesmo da região como um todo.

Mesmo estando ancorado na ideia de que o Centro Histórico oferece um meio de resgate do passado, essa busca do lugar de memória obedece aos ensejos ritualísticos, como pondera Nora,e o "reviver" atual busca refazer trajetórias míticas e/ou históricas do passado, que oferecem razões para estar na cidade antiga, contemplando-a e usando-a.

O esforço atual de lembrar expande o sentido de museificação,e por isso, se levantam novos pórticos, placas de identificação ou mesmo novas situações de lembrança dos antepassados famosos, como a indicação da casa de número 32 da Travessa do Comércio, na Praça XV, onde morou a cantora Carmen Miranda ou a Praça Emilinha Borba, localizada no entroncamento da Rua do Lavradio com a Rua Pedro I. As situações de lembrança procuram juntar o novo e o antigo num mesmo contexto rememorativo. A data mais significativa para isso no Polo Novo Rio Antigo é o Dia Internacional da Cultura, comemorado em 05 de novembro, quando são organizados grandes cortejos, corsos, desfiles etc. pelas ruas da cidade, com presença de artistas, empresários e personalidades, para celebrar monumentos que não existem mais, como é o caso do Palácio Monroe e Convento da Ajuda, entre outros, e ao mesmo tempo afirmar a força dos atuais atores como condutores de memória.

É bastante sintomático o fato deste acontecimento se dar exatamente no dia em que se comemora a cultura, já que o motivo cultural funciona como o *locus* de celebração, reverência e entronização socioespacial da cultura da memória, mas também como lugar de disputa de novos sentidos e negociação de pertencimentos dos sujeitos no tempo presente, ou seja, o sentido vivo da cultura também é o da memória.

Os eventos Feira do Rio Antigo e o Mercado Cultural da Praça XV, realizados respectivamente no primeiro e segundo sábado de cada mês, também são ações interessantes de ocupação dos espaços públicos locais. Embora a primeira seja focada em antiguidades e, a segunda, em artesanato brasileiro, ambas oferecem oportunidades raras para ocupação voluntária do Centro Histórico que contrasta com a ocupação compulsória diária motivada pelo grande volume de postos de trabalho e órgãos oficiais ali localizados. Nas interpelações voluntárias feitas nos eventos, percebe-se uma apreensão diferenciada da cidade que é muito importante para a sua humanização e revitalização, pois isso diminui a sensação de insegurança e, logicamente, promove a fruição pela relação real e direta com o patrimônio histórico e cultural local.

Em geral, a ocupação do casario se dá por empresas, atividades e projetos que têm certa relevância para sustentar a cadeia da memória que o patrimônio arquitetônico e cultural evoca. No caso da Lapa, por exemplo, o casario foi ocupado por casas de shows, lojas de antiguidades, bares e restaurantes que procuram reviver o tempo da boemia com alto investimento na música popular brasileira, em especial o samba e o choro, tendo sido chamada de "cidade da música"[24].

---

[24] Para conhecer a influência da música na revitalização da Lapa, ver HERSCHMANN, Micael. *Lapa cidade da música*. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

O esforço associativo parece indispensável para congregar as iniciativas privadas ou públicas de intervenção e melhorias do espaço público em continuadas políticas de memória, mas muito ainda precisa ser trabalhado junto aos empreendedores destes territórios para o desenvolvimento de cadeias produtivas que corroborem com a atmosfera rememorativa, de modo a atender de forma satisfatória o volume de visitantes e turistas que procuram os lugares de memórias das cidades.

Sem isso, muitas vezes as empresas, centros culturais, museus e igrejas - que são pontos turísticos que ancoram as visitas – sobrevivem isolados de toda uma cadeia de pequenos e médios negócios localizados em seu entorno, já que o cultivo da memória pública vai além de visitas guiadas e podem e devem servir para restauração do hábito de habitar a cidade a partir das ruas e suas plurais possibilidades de interpelação. Na Praça XV de Novembro, por exemplo, só agora, depois de dois anos de fundação, o Polo local está conseguindo sincronizar a consolidada agenda cultural da região com o da sofisticada gastronomia que se desenvolve nos arredores, com ações simples como unificação de horários de funcionamentos, troca de informações, desenvolvimento de giros culturais, apoio a espetáculos artísticos e oferecimento de agenda cultural de apoio, como música ao vivo nos restaurantes.

Mas em que consiste este esforço de lembrar que dá a tônica das atuais justificativas políticas e econômicas dos programas de revitalização dos Centros Históricos, tanto no Brasil quanto no exterior? A primeira razão está clara: a memória vende. Segundo, é possível ver aí um novo processo cognitivo pautado no retrô, no antigo, no memorável. Isso acontece devido a certo descrédito em relação ao afã futurista com que a modernidade foi vendida às últimas gerações que nos antecederam. Ou seja, ao contrário de nossos avós, para quem a redenção estaria no futuro trazido pela maquinaria racional do ocidente, para nós ela está no passado de onde não deveríamos ter saído sem ter a certeza de que algo nos prenderia no meio do caminho, ou no "entrelugar" (*in-between*), este ponto de passagem apontado por HomiBhabha (1998), para nos situar social e culturalmente na contemporaneidade. Ou seja, como sugere Huyssen (2000, p. 32), "quanto mais rápido somos empurrados para o futuro global que não nos inspira confiança, mais forte é o nosso desejo de ir mais devagar e mais nos voltamos para a memória em busca de conforto".

Além de pensarmos os atuais usos do Centro Histórico como um lugar de memória, motivado, conforme aponta Nora (1984), pelo desejo de reencenação de fatos acontecidos, (embora nem sempre o alcance histórico do patrimônio é acessível nem o acontecido narrado é evocado) percebe-se um grande teor de "lugar de afecção".

O lugar de afecção é constituído por uma série de atividades que fazem aguçar a experiência, por dois fatores. Primeiro, porque o patrimônio se constitui pela sua força estética que comunica a "imagem de um tempo", com suas retóricas, imaginárias e práxis, e, segundo, pela capacidade de mobilizar afetos e promover a fruição. Ou seja, os corpos presentes acionam a memória não necessariamente para fazer lembrar o sentido comemorativo histórico, de quem foram os ocupantes destes espaços, os fatos acontecidos neles ou mesmo os rituais que eles implicam. É desenvolvido com a maioria deles uma experiência subjetiva para gerar afetos, sem que necessariamente se tenha compreensão do significado prático das buscas.

Neste sentido, o exercício afectivo é menos "formal" que o memorativo, razão pela qual é mais utilizado na atual corrente de produção de sentido do simbólico, quando o sujeito atual precisa se posicionar perante as proezas do passado de forma ativa. Do ponto de vista simbólico, enquanto a memória depende de rituais de atualização, a afecção, dispensa pertencimentos ritualísticos, pois cria seus próprios meios de lembrança. Não é surpresa, por exemplo, depararmos com casas de shows com paredes expostas revelando modalidades de alvenaria e construções que não existem mais, móveis antigos em uso permanente, casas ornadas por santuários, que funcionam como amuletos e souvenires que dão provas de um tempo vivido, sendo imprescindíveis para o visitante se sentir afetado.

O lugar de afecção é, portanto, da ordem do imaginário e não da lembrança, pois como pontua Bergson (2006), "imaginar não é lembrar-se" e, certamente, esses souvenires não conseguem construir uma imagem do passado porque não são evocados para fazer lembrar ou rememorar *ipsis litteris*, mas, sobretudo, para fazer sentir, sem necessariamente pertencer. Ou seja, são produtores de imaginária.

Além do interesse prático de ocupação espacial do Centro, como fica demonstrado no "Relatório Macrofunção – Habitar o Centro", publicado em Rio Estudos, número 105, em junho de 2003, é fundamental entender os movimentos de seu povoamento pela grande importância que a memória e a afecção tomariam nas políticas públicas brasileiras, seguindo exemplos da Europa e dos Estados Unidos.

O retorno ao patrimônio não é outro senão a busca de memória monumental para realçar os contornos de um tempo passado que é evocado no presente. “Recordar é uma experiência ou atividade realizada pelo espírito (...) recordamos conhecimentos, mas também recordamos sensações. A memória, com efeito, penetra em todos os aspectos de nossa vida mental, dos mais abstratos e cognitivos aos mais físicos e inconscientes” (FENTRES, J. e WICKHAM, C. p. 16-17, 1992).

Para Pollak (1992) a memória finca-se nos acontecimentos vividos pelos sujeitos e aqueles “vividos por tabela”, ou seja, experiências que o indivíduo não viveu concretamente, mas participa delas por meio da atmosfera da recordação da coletividade a que integra. Os acontecimentos “vividos por tabela”, diz Pollak, “são acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou, mas que no imaginário, tomaram relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não” (1992, p. 201).

O patrimônio são nossas velhas fontes de imaginária que dão materialidade a nossas memórias, como experiência e fonte de educação para as novas gerações, pois como sustenta Bosi, “a criança recebe do passado não só os dados da história escrita; (ela) mergulha suas raízes na história vivida, ou melhor, sobrevivida, das pessoas de idade que tomaram parte na sua socialização”. (2004 p.73). Portanto, a memória é viva e está sempre num campo de disputa para significar e resignificar a história e, como sustenta Halbwachs, seu sentido coletivo vem do fato de que não basta reconstituir peça por peça o passado para ele fazer sentido. O passado que faz sentido é tão somente aquele que está enlaçado por uma teia de relações comuns, ou seja, “que se encontram tanto no nosso espírito como no dos outros, porque elas passam incessantemente desses para aquele e reciprocamente, o que só é possível se fizeram e continuam a fazer parte de uma mesma sociedade”. (HALBWACHS, 1990 p. 34).

Âncoras como repertório simbólico

O que produz esse enlace é um conjunto de monumentos que dão sentido prático ao patrimônio. Opatrimônio se define por ambivalência, ou seja, ele é aquilo que está escrito na forma, mas também aquilo que reverbera para além dela. Seu significado é alicerçado no anseio de constituição de identidades, e possui como status primordial a preservação de valores que indicam e fazem reconhecer uma coerência unificante de grupos sociais diversos, num determinado espaço. Material ou imaterial o patrimônio é edificado a partir de categorias jurídicas que definem seu escopo e controla os usos, de modo a garantir a preservação justificada pelo direito de as gerações futuras poderem desfrutar de elementos históricos que lhes ofereçam sustentação biográfica. Em ambos os casos o patrimônio material está apoiado em objetos e territórios relacionados a acontecimentos únicos que contribuem para a historicização dos povos, constituindo o *arké*das práticas culturais e/ou laborais exercidas por sucessivas gerações, gerando saberes próprios que identificam o grupo e caracterizam e definem suas expressões.

Por essa razão, seu entendimento passa pela problematização da cosmologia construída a partir das relações de poder e as disputas pelo direito de significar e oferecer sentido. Para tanto, o patrimônio estabelece uma relação dialógica entre passado e presente e vice-versa, sem o senso de transposição histórica. O patrimônio histórico, portanto, é uma expressão que, conforme apresenta Choay (2001) tem como objetivo designar bens destinados a ser referência simbólica de uma dada comunidade. Ele é constituído pela acumulação contínua e diferentes objetos correlacionados pela comunhão de um passado comum tais como “obras e obras-primas das belas-artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e savoir-faire dos seres humanos. (CHOAY, p. 11, 2001).

Logicamente, como o próprio Choay procura demonstrar ao longo de sua obra, a aceitação do patrimônio como elemento histórico passa por elaborações de políticas de preservação, mas também por novas estratégias de diferenciação territorial marcada pela especulação imobiliária, ou mesmo pela alegoria de volta às origens, numa espécie de arqueologia de conceitos relacionados a tempo, espaço e memórias. Jeudy (2005) metaforiza essa questão de forma muito apropriada ao chamá-la de “espelho das cidades”, pois afinal, é justamente da busca de espelhamento que sobrevive o anseio patrimonial. Mas, para além da simples espelhação no qual “uma sociedade se veja o espelho de si mesma, que considere seus locais, seus objetos, seus monumentos reflexos inteligíveis de sua história e cultura”, como o próprio autor adverte, “o sentido mais coerente atribuído à conservação patrimonial é o da manutenção da ordem simbólica das cidades modernas” (p. 19).

No caso do Corredor Cultural da Cidade do Rio de Janeiro, trata-se de um espaço delimitado, marcado e protegido, contendo um conjunto de edificações com imóveis de diferentes estilos, que servem de âncoras na conformação de um roteiro muito utilizado como referência ao que se configurou como sendo o Centro Histórico, território de acontecimentos diversos que marcaram a história da cidade e do Brasil – amplamente documentado – e que, hoje, oferece ordenamento e sentido ao tempo presente da cidade.

Trata-se de um espaço identitário, balizado por âncoras, que são construções com alto poder simbólico, quer seja pela sua perenidade e estilo arquitetônico, quer pela função de medidoras de sociabilidades[25]. Mesmo existindo construções atuais e tendo as antigas passado por reformas e atualizações[26], ainda permanecem como sendo um repertório simbólico que define, orienta e ordena a espacialidade territorial. O repertório, "prevê uma lista de símbolos, e eventualmente fixa a equivalência entre eles e determinados significados" (ECO *apud* FONSECA, p. 42, 2009). Ou seja, as âncoras ordenam o sentido da cultura relacionado-a a materialidade do território.

O espaço-patrimônio é composto por um enquadramento de edificações que circundam, ancoram e orientamo imaginário das representações diversas. Logo, as âncoras são construções simbólicas, mas também simbolizantes, que servem para ordenar o espaço e oferecer as linhas de fuga necessárias à constituição de sua função patrimonial. São eles que atraem e distribuem o olhar a partir de um ponto específico, de modo que continuem representando as memórias espacializadas, mesmo quando compõem a paisagem com outras edificações. É o narrador, enfim.

A materialidade da consciência sobrevive das consistências tácteis, na maioria dos casos tomados como provas da imaginação humana. As coisas em si funcionam mais como licença poética de um engenho de imaginação e elaboração simbólica processada nas tessituras da linguagem, já que a forma concretiza apenas fragmentos de uma elaboração constante de espacialidades subjetivas que passam pelas coisas, mas vão além delas. A imaginação é um manancial constante de palavras, gestos e fruições que primam por oferecer sentido, portanto, espacialidade para o que é tido como detentor de sentido e a falta dele. Como bem pondera Jung (2000), antes de se questionar a tipologia dos arquétipos e mitos erigidos ao longo da história da humanidade, há que se pensar as consciências que foram capazes de produzi-los.

São nos interstícios dessa espacialidade que emerge na relação simbólica que se colocam as relações sociais, econômicas e culturais, ainda que nem sempre essa micro relação seja tomada como fator determinante nas análises científicas. Sujeito e espaço se constituem mutuamente e é esse emaranhado simbólico que transborda nas memórias que enlaçam os atuais empreendedores do Centro Histórico, criando uma espécie de economia da memória.

Referências bibliográficas:

BERGSON. Henri. *Matéria e Memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BHABHA, Homi. *O Local da Cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembrança de velhos*. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

25 Essa mediação se dá principalmente pelas formas como o patrimônio procura impregnar o visitante de diversos valores sociais considerados como indispensáveis à formação do espírito do homem civilizado e devedor de cumprimento de códigos que demonstrem vínculos coletivos.

26 As reformas abrangem reparos em diversos itens ou na totalidade dos bens patrimonializados. As atualizações abrangem intervenções pontuais para aprimorar o conforto e/ou facilitar o acesso, na maioria dos casos para atender a exigências legais estipuladas em leis.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

GORZ, André. *O Imaterial: conhecimento, valor e capital*. São Paulo: Anablume, 2005.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Centauro, 1990.

HUYSSEN, Andreas. *Seduzidos pela Memória*. Rio de Janeiro: Aeroplano, Universidade Cândido Mendes, Museu de Arte Moderna-RJ, 2000.

JEUDY, Henri-Pierre. Espelho das Cidades. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

JUNG, Carl Gustav. *Os arquétipos e o inconsciente coletivo*. Petrópolis: Vozes, 2000.

NORA, Pierre. *LesLiux de Mémoire*. Paris: Gallimard, 1984.

POLLAK, Michel. *Memória e Identidade Social*. In Estudos Históricos número 5 (10). Rio de Janeiro: FGV, 1992.

A justiça restaurativa como instrumento jurídico-político do reconhecimento

Tatiana Daré Araújo[27]

A violação dos direitos humanos no contexto democrático brasileiro

O princípio da dignidade da pessoa humana encontra-se explícito no texto constitucional brasileiro[28]. Representa, desta feita, a base para a construção da República Federativa Brasileira, considerado como um valor supremo da ordem jurídica, orientando e servindo como norte de interpretação para toda estrutura constitucional, servindo de suporte axiológico dos valores culturais, éticos e morais que os homens tentam encontrar para fundamentar a justiça.

Todavia, apesar da consagração dos direitos humanos fundamentais, e a consequente positivação no ordenamento jurídico na Carta Magna de 1988, em leis infraconstitucionais e ordinárias, verifica-se que muitos desses direitos não são efetivados.

Nesse sentido, a ausência de um íntegro *Welfare State* no contexto brasileiro impediu a construção adequada de instituições capazes de assegurar os direitos sociais aos cidadãos, acentuando a problemática social, especificamente, o aumento da pobreza, da exclusão e da desigualdade, surgindo o fenômeno da criminalidade urbana[29].

Em decorrência, a responsabilidade do Estado em prover a segurança social, lhe conferiu legitimidade para que os mecanismos de controle social, condizentes com as instituições políticas e com os estatutos jurídicos, pudessem intervir nos comportamentos considerados desviantes.

Sendo assim, as instituições policiais reforçam a autoridade e a repressão- presenciadas desde o Império e aprimoradas na ditadura-, apoiadas em relações de poder baseadas no paternalismo e na hierarquia, para com aqueles que não possuem o status de cidadão, e as reproduzem em plena democracia. Com isso, as políticas exercidas para coibir o crescimento da violência voltaram-se para a violação dos direitos humanos. Isso significa dizer que, no funcionamento do aparato do "Estado Policial"[30] (WACQUANT,1999) evidenciado até então, ocorre a prevalência do

---

27 Advogada e Socióloga. Mestranda em Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

28 Art.1o, III, da CF/88, A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado democrático de direito e tem como fundamentos: a dignidade da pessoa humana.

29 De acordo com Pinheiro (1997), o fenômeno da criminalidade urbana é resultado de um processo histórico, iniciado na década de 1970 e agravado nos últimos anos, em virtude das crises endógenas das relações entre estado e sociedade e, consequente da perda de validade da ordem institucional legal.

30 O termo atribuído por Wacquant (1999), refere-se à mudança das políticas sociais nos EUA e na Europa, do Estado Providência para o 'Estado-centauro' em que a cabeça seria constituída por idéias liberais e o corpo demonstraria a atuação autoritária.

controle social penal como forma de resolução dos litígios, submetendo as classes populares urbanas aos constantes rituais de humilhação, execuções sumárias e torturas.

Angelina Peralva (2000), no mesmo sentido que Teresa Caldeira (2000), acredita que os espaços de construção de identidades e da constituição do sujeito corroboram para provocar a segregação urbana. Assim, a favela e a cidade formam uma oposição complementar em que o processo de negação do outro pela cidade funciona como um instrumento de revolta social na favela e exigência de reconhecimento do 'eu', contra essa cidade que alimenta o mercado de drogas e a violência policial.

Assim, apesar dos direitos humanos na década de 1980, ganharem escopo legal e internacional, verifica-se que as estratégias dos discursos contra esses direitos ainda continuam a vigorar na sociedade brasileira, embora a dinâmica da violência tenha, também, se transformado. A banalidade da violência e a violação dos direitos humanos, especificamente do direito à vida, à dignidade humana, à liberdade de ir e vir e a integridade física, tem como representação simbólica o próprio corpo[31]. Logo a violência naturaliza-se e se torna legítima necessária e corretiva.

Peralva (2000) acentua que a natureza do conflito gerada pela revolta social remete-se às formas embrionárias e não políticas evidenciadas pela incivilidade, decorrente da frágil construção da cidadania no contexto brasileiro, o legado do período ditatorial que ainda resiste ao processo democrático, e da fragmentação no processo de individuação que não reconheceu e assegurou os princípios da liberdade e a igualdade entre seus indivíduos.

Dessa forma, a instrumentalização da violência como meio de solucionar conflitos ou na ausência deste, dá-se quando o indivíduo, situado à margem, não consegue obter apoio ou reconhecimento diante das instituições políticas que regem as leis universais ou, ao contrário, como forma de enfatizar o seu poder enquanto pessoa em torno de um grupo para ganhar visibilidade na sociedade, já que a ausência de solidarização entre diferentes grupos sociais impede o reconhecimento da identidade e solidariedade do outro, principalmente nas instâncias jurídicas, conforme será analisado no próximo tópico.

O processo de estigmatização social presenciado nos discursos, linguagens, saberes e instituições jurídicas

Consoante o pensamento de Michel Foucault (2002), poder, direito e verdade formam uma tríade que se relaciona e estrutura as instituições, regulamentos, órgãos que são dependentes e, ainda, são extensíveis a outros aparelhos de poder que deles precisem para se legitimar. Por isso, a produção da verdade na instituição jurídica é um instrumento de dominação, já que detém de legitimidade para institucionalizar, questionar, submeter e inquirir a todos que nela devam acreditar. O direito, é preciso examiná-lo, creio eu, não sob o aspecto de uma legitimidade a ser fixada, mas sob o aspecto dos procedimentos de sujeição que ele põe em prática. (FOUCAULT, 2002, p.32)

Sob esse ângulo, Daniel dos Santos (2004) faz uma análise acerca do aparelho estatal hegemônico representado por grupos sociais, detentores do capital que intervêm nas esferas sociais, formando uma consciência política, social e cultural. No que tange à construção das normas jurídicas, de acordo com o autor, essas são feitas de cima para baixo e negam a existência de um direito costumeiro enquanto ordem legítima e legal, ressignificadas em sua historicidade e nos valores sociais e culturais.

A aplicação de um ordenamento legal, positivo e objetivo impõe comportamentos através de normas prescritivas de 'dever-ser' que, por vezes, possuem um forte conteúdo simbólico estigmatizador, principalmente no Direito Penal. Para o autor, essa técnica firma e distancia a relação dual de posições entre estado e empresas de um lado, configurado no discurso do 'nós' e a sociedade civil de outro, marcada por 'eles'.

Nesse mesmo entendimento, Renan Aguiar (2003) aborda que o processo de construção social sobre 'nós' e 'eles' na aplicação do direito penal, as falas e os discursos reproduzidos, a partir das regras impostas, retratam o

---

31 Nesse entendimento, Caldeira (2000), explica que o corpo é objeto de manipulação em que um indivíduo ou vários subjugam outros, através da violência privada, utilizando-se o corpo como o suplício, instrumento de punição, ressignificado nas sensações de poder, autoridade, medo, dor, vingança e justiça.

conteúdo seletivo, repressivo que reforçam o estigma para com aqueles que não estão no jogo do poder. No ramo do direito penal estaria mais evidente essa zona fronteiriça que se estabelece no plano simbólico, através de gestos, linguagens e atitudes, moldando e rotulando comportamentos considerados desviantes. Enfim, o processo de estigmatização evidencia a exclusão social presenciada, desde a abstração legal, até a concretude da norma jurídica penal.

> *Deslinda-se em definitivo o caráter desigual do sistema penal, o qual, por um lado, pune certos comportamentos ilegais (das classes subalternas) para encobrir um número bem mais amplo de ilegalidades (das classes dominantes), que ficam imunes ao processo de criminalização; e, por outro, aplica de modo seletivo sanções penais estigmatizantes, especialmente a prisão, incidindo no status social dos indivíduos que fazem parte dos setores mais vulneráveis da sociedade, os quais, dessa maneira, permanecem impedidos de ascender socialmente. (ARGUELLO,2005, p. 12).*

Verifica-se, assim, que a instituição jurídica pode ter um caráter dúbio, tendo o poder de servir à sociedade civil, consolidando os princípios democráticos ou, pode utilizar seus códigos normativos para dar arbitrariedade ao Estado. "O Estado democrático do final do século XX encontra-se em uma situação embaraçosa, para não dizer contraditória, pois ele instalou-se como juiz e parte interessada, como árbitro e não como mediador e conciliador." (SANTOS, 2004, p.133)

Por isso, a importância de conceber a cidadania e os direitos humanos como algo em constante construção que dependem tanto das contingências históricas, quanto dos interesses e atuação dos atores nos diversos campos político, social e cultural, reconhecendo reivindicações de demandas que surgem, a partir das dinâmicas dos conflitos nos diferentes espaços sociais para se alcançar a justiça social.

A justiça restaurativa como instrumento jurídico-político do reconhecimento humano

Considerando as transformações ocorridas com os direitos humanos após a atual Carta Magna, há, necessariamente, que se fazer uma revisão acerca da implementação e efetividade desses direitos, a fim de que a Constituição não se torne uma mera abstração legal em que práticas autoritárias e hierárquicas sejam permitidas no regime democrático.

Nesse sentido, Daniel Santos (2004) é compatível com uma necessidade urgente de transformação social, todavia, pensando-se democraticamente, por meio da reflexão crítica acerca da conduta dos indivíduos, pautando-se na harmonização entre a 'Ética do Um' e a 'Ética do Outro'. O enaltecimento desse último, por meio da interação permanente entre essas éticas na modernidade permite o reconhecimento do outro, sendo esse ouvido e demandado, através de suas reivindicações, a fim de se quebrar a análise dual e estigmatizadora entre bom e mau, provenientes do discurso 'nós' e 'eles', como a sociedade foi construída.

Neste contexto, o direito alternativo, surgindo na década de 1970, da antítese da dogmatização do positivismo jurídico que interpreta a lei pela lei, pretende politizar a interpretação legal para alcançar uma efetividade concreta e não paradoxal, do modo com vem sido exercida. Assim, para que o direito possa ser concreto e efetivado, visa novas maneiras de solucionar os conflitos sociais, sob uma forma consensual e emancipatória, ao mesmo tempo em que valoriza os sentimentos e as necessidades das partes envolvidas, em busca da dignidade humana.

Deste modo, o conflito passa a ganhar uma outra dimensão, já que a sociedade pode criá-lo ou transformá-lo, permitindo que novos direitos surjam para garantir a inclusão social, ao reconhecer a dignidade humana dos que sempre estiveram excluídos. "A humanidade no seu andar, pois, constrói direitos que são erigidos à condição de princípios norteadores, universais. Assim o são o direito à vida, à liberdade, à igualdade. No entanto, os princípios não são eternos, nem absolutos, mas históricos." (CARVALHO, p.61, 2004)

Assim, a justiça restaurativa, espécie do direito alternativo - também conhecido por 'direito achado na rua' por seus críticos -, surge do pluralismo jurídico como um meio alternativo de se pensar e exercer o direito através de uma lógica conciliatória e restauradora, ao invés do litígio e da punição, como sempre foi presenciado nas sociedade modernas, principalmente no âmbito do direito penal.

Dessa forma, tem-se a reapropriação dos conflitos sociais por outros meios concernentes à valorização diálogo, da proximidade da vítima com o agressor, com a participação da família, da comunidade e de ONG's, visando uma atuação em rede, a fim de promover a segurança e a responsabilidade entre os envolvidos diretamente e indiretamente, em situações que envolvam o crime ou violência. Logo, a função da justiça restaurativa não se esgota na esfera judiciária, mas se exerce sempre que a comunidade se reúne para resolver os conflitos sociais em contextos que refletem o cotidiano.

Isso significa dizer que, as bases da justiça restaurativa são condizentes com a idéia proposta por Wieviorka (2006), de que é necessário compreender a violência a partir da hipótese do sujeito, tanto sob a ótica de seus protagonistas quanto de suas vítimas, tendo em vista que a violência não se restringe ao ato em si, já que coloca em ação um sentido que se perde e se reconfigura, transforma-se e perverte-se, assim, como a subjetividade.

Por isso, o autor propõe que se construam espaços públicos que permitam que esses sujeitos se transformem em atores, momento em que subjetividades são exprimidas, ouvidas e valorizadas. Nesse sentido, Wieviorka enfatiza duas vias de políticas: a) políticas de reconhecimento que minimizem o sentimento de frustração, satisfaçam demandas sociais, econômicas e políticas e b) políticas do sujeito, tendo o intuito de transformar a violência em espaços de diálogo e conflito.

Assim, a justiça restaurativa consegue unir esses dois tipos de políticas definidas pelo autor, já que o modelo consensual de solução de conflitos de natureza penal, segundo Howard Zehr (2008) apoia-se nos seguintes pilares: a) ter o foco no dano ou na ofensa, b) gerar obrigações e c) promover engajamento e participação. Isso significa dizer que, na tentativa de compreender o motivo que ensejou o fato ilícito, procura-se reconhecer e reparar danos e ofensas, a partir do estabelecimento da responsabilidade das partes envolvidas enquanto sujeitos de direitos e escolhas.

Nesse sentido, Zehr aduz que "a responsabilidade é multidimensional e transformadora" (2008, p. 190), já que envolve não somente os atores diretos no conflito, como também a sociedade e a comunidade, formando um ciclo participativo e restaurador em que o papel da primeira é de fortalecer a vítima, ao ajudar a identificar e atender suas necessidades, enquanto que a segunda procura entender os motivos que levaram o ofensor a cometer o crime.

Logo, de acordo com Carvalho (2005), o objetivo da responsabilização, na justiça restaurativa, é desfazer a relação angular entre Estado e delinquente, retirando do ofensor o papel de recebedor passivo do castigo, colocando-o na posição de agente, bem como da vítima de hipossuficiente, para propositiva e ativa. No momento em que o ofensor reconhece que causou o dano porque fez uma escolha, desempenha ações para repará-lo e compensar a vítima, além de compreender, também, como outras pessoas foram atingidas pela escolha realizada.

Por outro lado, quando a vítima assume o papel de agente na esfera jurídica, por meio do princípio da auto-responsabilidade da vítima, intervém no conflito de forma interessada e participativa, propondo soluções alternativas que, muitas vezes, estão fora do imaginário de justiça concebido pelo juiz ou conciliador.

Carvalho aduz que, o círculo restaurativo, uma das etapas do procedimento restaurativo, funciona como um espaço em que os participantes identificam valores que consideram importantes para um processo saudável e com bons resultados. Assim, imagem simbólica do círculo é uma forma de compreensão do modo como funciona o universo que expressa a conexão entre os indivíduos e, a consequência de suas ações nas relações sociais. Nele, as pessoas compartilham suas histórias e experiências de vida, tendo o condão de reconstruir laços perdidos, por meio da exposição dos problemas e identificações em comum. As vítimas precisam encontrar oportunidades e espaços para expressar seus sentimentos e seu sofrimento, mas também para contar suas histórias. Elas precisam que sua 'verdade' seja ouvida e validada pelos outros. (ZEHR, 2008, p. 27)

Dessa forma, o sujeito ofensor, a partir da posição de onde estava, procura transformar os valores adquiridos através do reconhecimento do 'eu' que a vítima, a família e a comunidade lhe confere, ao mesmo tempo em que todos sujeitos envolvidos passam-se a reconhecer como iguais. A autonomia e responsabilidade seguem a lógica de que cada um pode fazer escolhas, de produzir a sua própria existência. Por isso, cada agente do processo circular atua no sentido de construir e nutrir a capacidade dos participantes a agir segundo valores, conhecimentos, e percepções sobre

dignidade humana, influenciando a concepção política do indivíduo sobre o que é cidadania e qual a melhor forma de conceber os direitos humanos.

Nesse sentido, para Taylor (2007), o que faz do homem enquanto ser humano, é a sua capacidade de auto-reflexão, de se auto-interpretar, quer seja, de articular, de julgar e de avaliar. A articulação traduz-se em uma forma discursiva de reflexão que permite o indivíduo tomar consciência dos sentimentos morais que o move, analisando como a sua identidade foi construída em meio às relações intersubjetivas vividas e, a partir daí, se transformar, se superar e construir outra identidade. "Somos responsáveis no sentido de que sempre podemos, por meio de novas concepções, modificar nossas concepções para melhor, e, consequentemente, também nos tornaremos melhores." (TAYLOR, 2007 p. 34)

Daí a necessidade de construção de espaços que propiciem a reparação penal, em que o triângulo da lide composto por Estado, autor e vítima possam ter equilíbrio por meio da conciliação entre as partes, reparação pelo dano cometido, conscientização do ato infringido e reconhecimento entre autor e vítima. "O que quer dizer que a saída da violência implica, também aí, o reconhecimento mútuo de que o outro é sujeito e a intervenção de um princípio transcendendo a oposição em face do outro, quer esse princípio seja moral, ético, político ou até mesmo econômico." (WIEVIORKA, 2006, p. 222-223)

Verifica-se que essa proposta vem sendo realizada por juízes e promotores que praticam a Justiça Restaurativa nos Juizados Especiais Cíveis e Criminais através da conciliação cível e transação penal, respectivamente, em que as soluções não partem de premissas prontas, mas dependem da negociação entre as partes, do que estão dispostas a ceder e a ganhar, destinando a liberdade necessária para que o direito seja produzido com base nos fatos sociais (baixo- para-cima) e, não a partir de uma aplicação da lei ao caso concreto (cima- para- baixo).

Assim, consoante Santos (2004) a consequência de uma sociedade plural reconhecida no plano jurídico do direito penal seria a mudança das penalidades clássicas que envolvem a necessidade de punição, prisão e o suplício do corpo para outras formas alternativas de cumprimento de pena, ou sanções reparadoras. Nesse caso, o autor ressalta que a expressão 'sanção legal' substituindo o conceito de pena fornece uma idéia de obrigação e restituição, mas que não liga-se diretamente com a de castigo e vingança.

Ademais, a justiça restaurativa condiz com a perspectiva elaborada por Boaventura de Souza Santos (2003), já que desenvolve o 'trabalho da tradução', no sentido de criar uma compreensão mútua entre os atores envolvidos no processo, a partir das trocas de experiências e visões de mundo, compartilhando sentidos diferenciados de sofrimento, humilhação e privação social, transformando-os em formas alternativas de reciprocidade.

Assim, a justiça restaurativa reconstrói o presente com uma nova forma de olhar o passado, restaurando no âmbito simbólico o sentido de autonomia pessoal perdido, através do perdão e arrependimento dos atores, ao mesmo tempo em que atende às necessidades das vítimas e ofensores, além de inibir possíveis formas de reprodução do estigma social. Dessa forma, cria-se uma nova cultura política emancipatória em que tanto a 'sociologia das ausências' quanto a 'sociologia das emergências' podem se fazer presentes, rompendo com o ciclo de ódio, dominação e violência perpetuado nas sociedades modernas.

De acordo com Santos (2004) e Carvalho (2005), tem-se uma nova totalidade social formada tanto pela cisão pluralista em que se formam várias unidades, tendo em vista que abrigaria o maior número de diversidades, que se articulam dialeticamente em processo de síntese e ruptura. Este novo paradigma contrapõe-se a idéia de ordem, coerência, formalidade, hierarquia nas instituições judiciárias que contribui para causar tanta injustiça social, através dos processos de estigmatização.

Além disso, funciona como um espaço contemplador de práticas que possibilitam o exercício da cidadania, já que o sentido da responsabilidade humana é apreendido pelos indivíduos, no momento em que assumem suas escolhas, passando a modificar a situação presente, tendo por consequência, o reconhecimento do outro como igual, a partir do reconhecimento de si como humano.

Logo, a valorização do conflito como meio da recriação constantes de outros valores tidos como centrais para a prática dialógica, tais como a pluralidade, a alteridade, o respeito, o reconhecimento do outro e a tolerância são

encontrados na Justiça Restaurativa que funciona como instrumento para se alcançar os direitos humanos, a partir da reconstrução dos sujeitos nela inseridos.

Considerações finais

O processo de transição do regime autoritário para o regime democrático não permitiu que as instituições jurídicas pudessem ter o aparato necessário para assegurar os direitos dos cidadãos. Desta feita, a Carta Magna que consagra os direitos humanos acaba servindo como uma abstração legal, isto porque muitos direitos sociais não conseguem ser efetivados, até mesmo, com a elaboração de projetos e a aplicação de políticas públicas na área de segurança pública.

Assim, o sistema de justiça criminal ainda encontra diversos obstáculos nos quais pode-se citar a perda da legitimidade institucional causada pelo aumento das taxas de criminalidade, a violação dos direitos humanos nos presídios, a ineficiência da instituição penal e, ainda, o alto grau de seletividade penal, através dos processos de estigmatização social.

Por isso, ressalta-se a importância de analisar a violência como um fenômeno multifacetado, decorrente de constantes mutações que se deve levar em consideração não somente as estruturas sociais, como também as ações individuais e a correlação entre ambos, dentre diversos fatores culturais, econômicos e políticos que ressignificam a violência no dia-a-dia. Logo, podem ser desconstruídos e reconstruídos a partir dela.

Para tanto, acredita-se que um dos caminhos se dá através da Justiça Restaurativa, funcionando como instrumento político-jurídico do reconhecimento necessário para reconstruir os laços perdidos nos conflitos sociais violentos, enaltecendo valores como alteridade, respeito, dignidade, reconhecimento recíproco e responsabilidade humana.

Daí que a ênfase na pluralidade cultural, individual, coletiva e jurídica advém da necessidade da efetivação dos direitos humanos que, diferente de uma moral normativa ou consensual fundada em uma idéia universal e inata, está ligada às contingências históricas, resumidas por narrativas de vidas que traduzem os sentimentos e memórias de diversos atores em jogo que lutam pela emancipação humana no qual o reconhecimento do outro se funda, através da Justiça Restaurativa.

Logo, a defesa pelos direitos humanos é vista, assim, como uma constante reconstrução que consegue alcançar um patamar mais próximo do ideal considerado para sociedade, na medida em que a cultura política democrática é exercida, concretamente, nos diferentes espaços propiciados pelas esferas públicas e privadas.

Portanto, quando se trata de priorizar o princípio da dignidade da pessoa humana não há formulas prontas e acabadas para se seguir, já que as interpretações e soluções são múltiplas e devem ser construídas por meio do diálogo e participação de seus cidadãos, vez que dependem da dinâmica do processo social para ter legitimidade onde a Justiça Restaurativa funciona como um *locus* integrador dos elementos necessários para reverter a lógica dual da exclusão e possibilitar a emancipação humana, através do valor dado ao reconhecimento humano.

Referências bibliográficas:

AGUIAR, Renan. **De Pasárgada à Quinta Lebrão**: O Direito dos Excluídos. Teresópolis, 25 de julho de 2003.

BRASIL. **Constituição Federal**. 1988

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros:** crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo, Editora 34/Edusp, 2000.

CARVALHO, Amilton Bueno de. **Direito alternativo em movimento**. 6ed. Lumen Juris: Rio de Janeiro,2005

_____. **Direito Alternativo:** teoria e prática. 5ed. Lumen Juris: Rio de Janeiro,2005

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. Matins Fontes: São Paulo, 2002.

PERALVA, Angelina. **Violência e Democracia**: o paradoxo brasileiro. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Violência, crime e sistemas policiais em países de novas democracias**. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 9(1): 43-52, maio de 1997.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Reconhecer para libertar:** os caminhos do cosmopolitivismo multicultural. v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SANTOS, Daniel dos. **Por uma outra justiça:** direito penal, Estado e sociedade. Rev. Sociologia e Política. Curitiba, 23, p. 127-139, nov. 2004. Disponível em:<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n23/24627.pdf> Acesso em 5 jun.2010

TAYLOR, Charles. **A política do reconhecimento**. In: _____. Argumentos filosóficos. São Paulo: Loyola, 2007, p. 241-274.

ZEHR, Howard. **Trocando as Lentes:** um novo foco sobre o crime e a justiça restaurativa. 2008

WACQUANT, Loic. **As prisões da miséria**. São Paulo: Sabotagem, 1999.

WIEVIORKA, Michel. **Em que mundo viveremos?** São Paulo: Perspectiva, 2006.

A Propaganda Política no Governo Vargas (1951 – 1954) através dos Cinejornais

Clarissa Costa Mainardi Miguel de Castro[32]

Falar de Vargas é lidar com contradições, peculiaridades e uma forma particular de se fazer política, em um Brasil dos anos 30 que iniciava seu processo de modernização. Em meio a uma crise econômica mundial, a uma considerável redução das exportações de café e a uma crise política interna, Vargas e sua base aliada conseguem chegar ao poder, depondo o então presidente Washington Luís, incluindo o chimarrão em um Brasil do café-com-leite.

Nascido em um Rio Grande do Sul dividido entre Chimangos e Maragatos, Getúlio cresceu entre rivalidades políticas no interior de sua própria família. Seu pai, Manuel Vargas, líder do PRR em São Borja, e seu tio, por parte de mãe, Dinarte Dornelles, líder federalista na mesma cidade, concentravam em torno de si as rupturas e desavenças que compunham a realidade gaúcha de finais do século XIX e início do XX. Talvez, dessa convivência, Vargas tenha, naturalmente, aprendido a arte da conciliação e da negociação. O que seria útil a ele anos mais tarde.

Uma longa trajetória política foi traçada, em âmbito estadual e federal, até se chegar em 1930, o que, porém, não cabe ao texto descrever. Seu primeiro governo, denominado como provisório (1930 – 1934) foi marcado pelo esforço de recuperar a economia brasileira, atingida pela crise de 1929. Reformulou as políticas sobre o café, evitando a falência de grande parte da elite agrária, adquiriu empréstimos no estrangeiro e impulsionou o processo de industrialização do Brasil.

Iniciou a reorganização burocrática do país segmentando as demandas em ministérios, Institutos, Conselhos, etc. que auxiliassem na elaboração de ações políticas e na estruturação de projetos específicos para cada setor. Desde já assumiu uma postura autoritária ao nomear interventores para ocupar o governo de cada Estado. Esta foi uma das medidas que desagradou aos paulistas, pois, não admitiam ter sua autonomia política e econômica ferida por arbitrariedades do governo federal.

Algumas medidas trabalhistas, a partir do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, foram realizadas, favorecendo os trabalhadores urbanos e dando início à política que gerou para Getúlio a alcunha de "pai dos pobres". Os trabalhadores rurais dificilmente eram contemplados em alguma das medidas promulgadas. Os benefícios eram voltados para os centros urbanos, para as fábricas e indústrias e, principalmente, para aqueles operários sindicalizados.

A chamada Revolução de 1932 ocorreu, em São Paulo, pela necessidade eminente da elaboração de uma Constituição, que limitasse o poder de Getúlio e instituísse direitos e deveres que guiassem o governo. Uma Assembléia Constituinte foi formada e o texto constitucional foi elaborado, em 1934. A partir de então se inicia uma nova etapa da política de Vargas. Tal constituição foi a de menor vigência no Brasil. Não apenas por ter sido substituída por outra em 1937, mas por ter sido suspensa em 1935, pela Lei de Segurança Nacional, perante a iminência de ameaças comunistas.

Seu segundo governo (1934 – 1937) foi marcado pelo recrudescimento do regime. As perseguições aos comunistas se tornaram prática comum e a censura passou a encontrar campo fértil em um país em estado de sítio. As bases para o que viria a ser o Estado Novo estavam lançadas e, em 1937, um governo autoritário foi instituído, cancelando as eleições presidenciais de 1938 e postergando por mais nove anos a presença contínua de Vargas na política brasileira.

O controle da informação no Estado Novo

---

32 Mestranda em História Social pela Universidade Federal Fluminense - UFF

Há quem fale sobre poder totalitário, arbitrário, assistencialista, ditatorial, fascista e derivados quando o objetivo é tentar definir o que foi o Estado Novo. Esse regime que, por um lado, perseguiu, executou, torturou, cerceou, censurou e impôs novas regras políticas, sociais e econômicas ao Brasil, foi o mesmo que conquistou os trabalhadores urbanos, atendendo, em parte, a suas expectativas e demandas já antigas; modernizou tecnicamente o Brasil; e construiu sólidas alianças com setores tão díspares entre si. Como lidar com tamanha dicotomia? Como rotular com algum conceito importado, ou mesmo preciso, esse governo rico em características próprias e ressignificadas?

Um misto de concessões e restrições, de modernização e perseguições, de poder carismático e autoritário, de interesses pessoais e coletivos, o Estado Novo estruturou um modelo de estado brasileiro, organizando-o de forma burocrática e iniciando na história do país uma nova forma de se governar, levando em conta, não importa em que medida, as demandas populares e de novos segmentos sociais que surgiam com o processo de industrialização e modernização do Brasil. E, obviamente, a necessidade de se construir uma identidade brasileira.

A noção de Poder, no Estado Novo, ultrapassou a coerção física e a força bruta, estabeleceu-se em níveis simbólicos, produzidos por um aparato de comunicação forjado para suportar o regime e elaborar uma imagem de Vargas e de seu governo. Persuasiva, convincente e impositiva, a propaganda política estadonovista tinha por objetivo cooptar a atenção, o sentimento, a devoção e a credibilidade da população em direção a Vargas, fixando preceitos, conceitos e posturas relevantes ao Estado Novo.

> *Quanto ao poder, inclusive o poder do Estado, não se trata mais de pensá-lo apenas como força, coerção ou manipulação, mas igualmente como legitimidade, adesão e negociação, numa clara retomada da sociologia webberiana*. (GOMES, 2005)

Um poder teatralizado, onde o palco se armou na sociedade e a encenação ocorreu em níveis afetivos e psicológicos. De caráter apelativo e entusiástico, manipulando elementos caros à sociedade brasileira da época, a propaganda política do Estado Novo aproximou o presidente da população e promoveu tanto o nacionalismo quanto à necessidade do trabalho, para se construir um Brasil embasado na ordem e no progresso.

A censura calou, oficialmente, as vozes dissonantes, contrárias a Vargas. E, a criação de instituições que fiscalizassem e controlassem os meios de comunicação consolidou a hegemonia do Estado Novo sobre as informações disseminadas na sociedade. Não há como falarmos em um regime totalizante, pois, a oposição continuava a existir, apenas restringia sua atividade devido à repressão estatal. Porém, a sensação construída pela propaganda é a de um sentimento nacional homogêneo e unido ao redor de Vargas em prol do seu governo e da salvação, quase redentora, que ele oferecia à sociedade brasileira. A impressão de algo massivo e total era objetivo da propaganda política que produzia necessidades as quais ela própria saciava e imputava uma idéia de que fora daquela realidade, expressa por ela, não haveria opções seguras e válidas.

> *Em qualquer regime, a propaganda política é estratégia para o exercício do poder, mas ela adquire uma força muito maior naqueles em que o Estado, graças ao monopólio dos meios de comunicação, exerce censura rigorosa sobre o conjunto das informações e as manipula procurando bloquear toda atividade espontânea.* (CAPELATO, 2009)

Dentre os órgãos criados por Vargas para o controle das informações e produções estavam o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), em 1939; o Instituto Nacional de Cinema Educativo (INCE); e, em nível superior, o próprio Ministério da Educação e Saúde, tendo à frente o ministro Gustavo Capanema.

O Estado buscava monopolizar tanto os meios de comunicação quanto eventos, manifestações e, até mesmo, produções culturais. Era um poder que se pretendia onipotente e onipresente através de um governo forte capaz de promover a unidade nacional, a modernização e industrialização do país sob comando e supervisão de um líder carismático que conduziria o Brasil ao progresso.

> *O discurso getulista tratou de apresentar o Estado Novo como a fórmula que permitiria, finalmente, realizar as tarefas de unificar o país, promover o desenvolvimento econômico, criar uma nova representação das classes produtoras e dos trabalhadores, introduzir enfim o governo técnico, acima da politicalha dos partidos. Tudo isso pressupunha atos simbólicos e realizações materiais.* (FAUSTO, 2006)

As rádios, os jornais impressos, o teatro, o cinema, todos estes canais de transmissão de informações e produção cultural estavam sob controle do DIP e todas as programações e publicações passaram a ser permeadas pela ideologia do Estado Novo. Elementos da cultura brasileira, como: a feijoada e a capoeira foram elevados a símbolos nacionais, na busca incessante pela construção de uma identidade nacional.

Além da dominação sobre veículos e canais de comunicação já existentes, o DIP produzia cartazes e propagandas em paralelo para serem distribuídas, expostas nas ruas e veiculadas na sociedade. O INCE era responsável, dentre inúmeras funções, pela produção e exibição de filmes educativos e instrutivos principalmente em colégios, como apoio às aulas e exemplos de como se deveria atuar socialmente em situações diversas. Os filmes eram curtos e versavam sobre inúmeros assuntos cotidianos e escolares. Eram manuais audiovisuais que trabalhavam nas crianças as boas maneiras, o bom proceder, a higiene pessoal, noções de saúde, e assuntos históricos e mais abrangentes possíveis.

As cartilhas de alfabetização produzidas pelo DIP tinham a foto de Getúlio rodeado por crianças que o adulavam, sorridentes e aptas a ouvirem mais uma lição explicada por ele. Era a imagem de um Vargas paciente, generoso, quase familiar, que participava e se preocupava com a educação de cada pequeno brasileiro. Era o sorriso de Vargas presente desde a infância, guiando, tranqüilizando, protegendo, educando e elevando o Brasil a um status mais respeitado no cenário mundial.

> *O cinema, a imprensa e principalmente o rádio – cuja amplitude era muito maior que a dos outros meios de comunicação – foram os instrumentos mais importantes na divulgação das imensas virtudes do presidente Vargas e das glórias do Estado Novo. Numa época ainda distante da transmissão quase instantânea de imagens, o Cinejornal Brasileiro, produzido pelo DIP, levava às telas dos cinemas a figura de Getúlio, aproximando-a dos espectadores. Era o presidente visitando escolas, hospitais, cortando fitas de inauguração das mais variadas obras, com o que se tratava de associar, na mente das pessoas, os valores da educação, da solidariedade social e do desenvolvimento econômico. Não faltaram também, como lembra Henrique Pongetti – um dos homens que cuidavam da propaganda cinematográfica - , montagens de Getúlio dando excelentes tacadas de golfe, ele, que era sabidamente ruim na prática daquele esporte.* (FAUSTO, 2006)

Todo o drama encenado nestes períodos de Estado Novo possibilitou a criação de uma Cultura Política varguista. Claro que esta não é homogênea e nem imutável, mas foi engendrada no interior do Estado Novo e não em seu exterior. Foi gestada em uma constante negociação do governo com a população. Foi aderida e criada por grupos sociais diferentes que enxergavam a realização de suas demandas no governo Vargas e foi reformulada e ressignificada dentro da mesma sociedade que a produziu para que pudesse sustentar novas ideologias e interesses a

serem alcançados. Nenhuma Cultura Política é imposta. É cultivada em comum acordo entre emissores e receptores das idéias propostas.

> *Passando da dimensão individual à dimensão coletiva da cultura política, esta fornece uma chave que permite compreender a coesão de grupos organizados à volta de uma cultura. Fator de comunhão dos seus membros. Ela fá-los tomar parte coletivamente numa visão comum do mundo, numa leitura partilhada do passado, de uma perspectiva idêntica de futuro, em normas, crenças, valores que constituem um patrimônio indiviso, fornecendo-lhes, para exprimir tudo isto, um vocabulário, símbolos, gestos, até canções que constituem um verdadeiro ritual.* (BERSTEIN, 2009)

Com o fim do Estado Novo, desencadeado por crises ideológicas, políticas e econômicas de ordem externa e interna Getúlio deixa a presidência do Brasil, mas sua imagem não se desvincula facilmente da do líder carismático, "pai dos pobres", "protetor do povo" e "amigo dos trabalhadores". Alguns anos depois Getúlio reassume a presidência do país, eleito pelo povo que, desde o movimento Queremista, em 1945, ansiava pelo seu retorno.

Não há como falarmos que a comoção nacional em torno da figura de Getúlio seja fruto de propaganda política. Afinal, há como se manipular informações, mas não há como manipular um país inteiro. De certo, todo o investimento na imagem e na construção de representações para Vargas foi importante e auxiliou o governo a forjar essa sensação de unidade, homogeneidade, felicidade e satisfação referentes ao regime. Porém, estas construções foram embasadas por políticas concretas para terem persistido na sociedade. Pois, "*Ainda que as representações difiram da realidade objetiva, elas não podem estar em contradição com ela, a menos que se perca toda a credibilidade e desapareça*." (BERSTEIN, 2009)

A experiência propagandística dos Cinejornais no Governo Vargas de 1951 a 1954

> *A fragmentação dos temas e assuntos dos cinejornais é outro obstáculo para a leitura histórica do documento fílmico. Os vários tópicos cobertos por um número de cinejornal levado semanalmente às telas pedem uma complexa abordagem de enunciados descontínuos e separados no tempo, no espaço e muitas vezes, na própria construção da imagem (um cinejornal pode ser feito a partir da filmagem de mais de um cinegrafista). Como escreveu Raymond Fielding, cinejornais podem ser "uma série de catástrofes seguidas por um show de moda", ou então, uma "coleção saltitante de cartões postais". Qual a postura a se tomar diante de um objeto tão volátil? De que forma apreender significados que se renovam a cada dois minutos?(*SOUZA, 2003)

Controverso e instável, o Governo Vargas, de 1951 a 1954, foi palco de crises políticas, econômicas, militares e sociais. Alvo de diversas críticas por sua política contraditória, Vargas sofria pressões, ora de interesses estrangeiros, ora nacionalistas, ora de grupos conservadores, ora de trabalhistas. E, ao mesmo tempo em que tentava conciliar demandas polarizadas, compunha de forma dicotômica seu governo, prejudicando a manutenção de bases sólidas e alianças estáveis. (D'ARAÚJO, 1982)

Compondo um período da história brasileira que uns historiadores denominam populista e outros, democrático, o Governo Vargas, de 1951 a 1954, é rico não apenas em suas contradições e particularidades, mas na produção de imagens e identidades que o caracterizem. Em seu governo anterior, o Estado Novo, Vargas criou uma série de aparatos de comunicação e propaganda institucionais que produzissem, difundissem e controlassem a veiculação e disseminação das informações, como o DIP e o INCE.

No governo em questão, o poder autoritário não estará mais em voga, pelo menos não de forma objetiva como no Estado Novo, mas diluído nas propagandas políticas. Autoritário, pois o poder nos meios de comunicação é exercido sem que, na maioria das vezes, seja sequer percebido. A carga ideológica é veiculada de forma aprazível e maquiada, sendo consumida em meio a festejos comemorativos, a programas de entretenimento, a exibições, aparentemente, ingênuas sobre o dia-a-dia do presidente, a discursos bem elaborados, emotivos e a eventos de exaltação à Pátria, seja através dos esportes ou de comemorações históricas.

O foco deste trabalho reside na análise da propaganda política elaborada pelo governo Vargas, de 1951 a 1954, através dos Cinejornais produzidos pela Agência Nacional. E, após termos percorrido superficialmente a trajetória de Getúlio em relação aos meios de comunicação temos uma mínima condição de identificarmos as componentes desses Cinejornais e as avaliar como elementos construtores de uma imagem, de uma mensagem criada para exibir algum tipo de poder e elaborada para dar conta de um discurso oficial que busca legitimar-se perante a opinião pública.

O período de 1951 a 1954 foi escolhido para tal estudo, em detrimento dos governos anteriores por se tratar de um intervalo, na república brasileira, entre poderes autoritários, ditatoriais ou repressores (FERREIRA, 2010). O interregno de 1945 a 1964 ainda é pouco estudado. Abafado pelo Estado Novo e pela Ditadura Militar, esse período, seus mecanismos políticos, suas ferramentas de poder e seus instrumentos de governo, assim como a demanda social e os diversos movimentos e participações populares não recebem destaque, mesmo tendo sido pilares de um processo de lutas e expressões as mais variadas, silenciadas, em parte e violentamente, no desfecho de 1964. Talvez, uma das experiências mais ricas de nossa história.

Produzidos pela Agência Nacional os Cinejornais deste período eram veiculados nas salas de cinema do país antes do longa metragem. Duravam alguns minutos e exibiam notícias semanais sobre o governo. Não havia continuidade nos assuntos apresentados, estes variavam desde desfiles militares a relações diplomáticas com países europeus. Os temas escolhidos para comporem os Cinejornais não eram muito ecléticos, dando a impressão de serem os mesmos moldes com personagens diferentes.

A partir da seleção de cenas que os compõem percebemos quais os assuntos interessavam ao governo exibir para o público. Geralmente, os Cinejornais apresentavam alguns temas recorrentes: O poderio militar; as relações diplomáticas e relacionadas à política exterior do governo Vargas; comemorações de caráter nacional que mobilizavam a população; eventos políticos ou burocráticos no Palácio do Catete; visitas do presidente a bases militares ou a regiões do país; e o contato de Vargas com o povo, seja em comícios ou em eventos populares. Porém, no interior destas linhas gerais há referências as mais diversas que ressaltam elementos importantes para a construção de uma imagem positiva do governo.

> *Vargas é o primeiro homem público que faz do contato com a massa uma necessidade constante. Através do cinema, desenvolve um modelo de liderança em que a imagem também joga um papel no teatro político. Durante o seu governo legítimo, nos anos 1950, ele dispensará a guarda presidencial ou a proteção do carro presidencial para fazer da aproximação física um dos itens básicos da mise-em-scène política, aprimorando a experiência ditatorial* (SOUZA, 2003)

Compondo a temática do poderio militar as notícias mais freqüentes exaltavam a virilidade das Forças Armadas, o papel de responsáveis pela segurança nacional que exerciam, os armamentos utilizados, treinamentos de guerra, o bom preparo físico através de competições esportivas, a disciplina e a hierarquia, a noção de ordem e respeito, entre outros inúmeros elementos relacionados à criação de uma boa imagem, principalmente, do exército. O mais interessante é notar que ao lado de Getúlio, em palanques, arquibancadas ou no próprio Palácio do Catete, sempre

havia oficiais fardados, acompanhando-o em suas diversas atividades. Talvez, ali, estivessem demonstradas as bases do governo.

As constantes aparições de Getúlio, no Palácio do Catete, recebendo autoridades estrangeiras eram importantes, pois apresentavam ao público um governo moderno, apto a estabelecer negócios e acordos com países diversos devido à eficácia da política externa de Getúlio, promovendo o progresso e a aparição de um novo Brasil no cenário mundial.

É importante avaliarmos a linguagem cinematográfica utilizada em cada cena, independente da temática. Pois, a posição da câmera, a luminosidade, o ângulo de visão de quem estava operando a câmera, a narrativa dos Cinejornais, as músicas utilizadas como fundo em algumas ocasiões e mesmo a disposição espacial das personagens perante a câmera são elementos chaves para a percebermos a intencionalidade da obra.

Como exemplo, nas cenas em que Vargas aparece discursando para uma multidão, em praça pública, a câmera, em nenhum ou raros momentos, aproxima-se frontalmente dos espectadores. Mantem-se sempre voltada para o palanque, mais precisamente para Vargas. O público ouvinte geralmente era filmado de costas ou em tomada aérea, como se, realmente, compusessem uma massa, disforme e não identificada. Dificilmente conseguimos ver a reação facial das pessoas a um discurso de Vargas.

Outro exemplo em relação à posição da câmera é quando esta filma Vargas em *contra-plongè* enaltecendo sua figura. Esta é uma forma de engrandecer seu discurso, dar uma maior importância e foco a sua pessoa, em detrimento dos demais que continuam a ser filmados em *plongè* ou em segundo plano. Vargas sempre está no centro das filmagens, acompanhado por homens do governo e militares que se colocam ao seu entorno.

O papel exercido por cada grupo de personagens nos Cinejornais é bastante específico e, embora as temáticas se alternem e os conteúdos se diferenciem os papéis continuam bem definidos dentro das edições. As esposas da elite sempre acompanham seus maridos em seus compromissos políticos ou sociais e quando não, estão envolvidas com atividades beneficentes ligadas à primeira dama Darcy Vargas e a Legião Brasileira de Assistência (LBA).

Os estudantes, sempre educados, organizados em filas, disciplinados e arrumados, marcham em homenagem a Vargas, enaltecem-no com apresentações de corais e exibições de educação física. As crianças o cercam como se fosse um ente querido, mas ao mesmo tempo o respeitam, como a figura de um pai amoroso e severo.

Dentre todas as temáticas exibidas por estes Cinejornais, há uma transversal, ou seja, que perpassa as demais e por isso é a principal dentre elas: o elogio a Vargas. Quase uma ode ao presidente, estes Cinejornais exaltam as virtudes de Getúlio, exacerbando-as e, ao mesmo tempo, ocultam seus defeitos e posturas que destoem a sua imagem de bom governante.

São muitas as abordagens que podem ser extraídas dessas exibições. Muitas as interpretações e sentidos. Não podemos esquecer que estes Cinejornais são produções do próprio governo vigente à época, e que por esse e outros fatores se tornam textos carregados de propaganda política e autoafirmação. O discurso e as imagens apresentadas devem ser lidas como representações da visão oficial sobre os assuntos exibidos e não como fatos dados. O questionamento da fonte é de vital importância para a elaboração de qualquer análise.

Referências

BALANDIER, Georges. **O Poder em Cena.** Lisboa: ed. Minerva, 1999.

BERSTEIN, Serge. **A cultura política**. In.: SIRINELLI, Jean François e RIOUX, Jean Pierre. Para uma história cultural. Lisboa: editorial Estampa, 2009.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo**. São Paulo: Editora Unesp. 2ª edição. 2009.

D'ARAUJO, Maria Celina . **O Segundo Governo Vargas: Democracia, Partidos e Crise Politica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

FAUSTO, Boris. **Getúlio Vargas**. Coleção Perfis brasileiros. São Paulo: Companhia das Letras. 2006

FERREIRA, Jorge. **1946 – 1964: a experiência democrática no Brasil**. IN: Tempo. Rio de Janeiro. EDUFF: jan/jun. de 2010.

GOMES, Ângela de Castro. **História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões**. In: IN: SOIHET, Rachel, BICALHO, Maria Fernanda e GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs). Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

SOUZA, José Inácio de Melo. **Trabalhando com cinejornais: relato de uma experiência**. IN: História: Questões & Debates. Curitiba, Ed. UFPR, 20 (38): jan/jun. de 2003.

A memória não está no lugar: história dos moradores de um bairro em transformação

Adebal de Andrade Júnior*

Hoje o mundo inteiro ou vive na cidade ou está a caminho da cidade; então, se estudarmos as cidades, poderemos compreender o que se passa no mundo.

(Robert E. Park)

A história de ocupação do território que hoje forma a cidade de Contagem/MG tem início, provavelmente, no princípio do século XVIII, quando da instalação do posto fiscal da coroa portuguesa na região. O "Registro", como era denominado o equipamento de fiscalização português, tinha a função de controlar a entrada e saída de mercadorias na região das minas de ouro. A sua instalação provocou o povoamento da área no seu entorno, formando um pequeno arraial. Entretanto, com a escassez do ouro a partir da segunda metade do século XVIII o Registro foi fechado e o arraial entrou em decadência. Simultâneo ao processo que resultou na extinção do arraial, posteriormente conhecido como "Contage Velha", desenvolveu-se a povoação de "Sam Gonçallo da Contagem das Abóboras", no entorno da capela erguida em homenagem a São Gonçalo do Amarante, padroeiro dos viajantes e tropeiros que cortavam essa região em direção as cidades de Ouro Preto, Sabará e outras de economia baseada na mineração.

"Sam Gonçallo da Contagem das Abóboras" mesmo não apresentando um crescimento vertiginoso, desenvolveu-se e manteve funções comercial e agro-pastoril, durante os séculos XVIII, XIX, até a primeira metade do XX. (CAMPOS; ANASTASIA, 1991). O povoado surgiu da vontade natural do povo e sem o controle régio. Formava um núcleo urbano comportando uma arquitetura, normas de se viver, vida social, religiosa e comercial. Sua origem e organização ocorreram

> *como a maioria dos núcleos setecentistas, isto é, em torno de uma pracinha, onde se localizava a capela do santo padroeiro. Com a expansão urbana, motivada pela posição estratégica "de caminho", da função agro-pastorial/comercial, passou a ter, no século XIX, uma outra praça – a do Rosário. Em torno desses dois largos, casas na maioria de um só pavimento, em lotes profundos e profundamente arborizados, davam uma feição aprazível à povoação. (CAMPOS; ANASTASIA, 1991, p. 66).*

O ordenamento territorial e a ocupação do solo, no século XVIII, seguiam regras determinadas pelas posturas estabelecidas pela Câmara Municipal de Sabará, a qual "Sam Gonçallo da Contagem" era ligado[33]. Pretendia-se assim,

---

* Mestrando em Ciências Sociais (PUC Minas) e bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. adebal@ig.com.br

33 Sobre esse assunto consultar a Revista do Arquivo Público Mineiro, nº XIII (1908).

gerir um espaço mais organizado e normas para se morar. Também, esperava-se regular a vida cotidiana dos moradores, dando-lhes certo conforto e segurança, bem como garantindo um aprimoramento urbano. Seguindo as posturas, "Sam Gonçallo" se constituiu em lotes com dimensões grandes, caracterizando chácaras e sem grande concentração urbana.

Em 1911, quando Contagem emancipava-se de Sabará o antigo povoado de "Sam Gonçallo da Contagem" torna-se um dos distritos que compõem a cidade, passando a chamar-se Sede. Naquela época, ainda mantinha muito das suas características originais como a paisagem urbana e residencial. Somente na década de 1940 começam as grandes transformações arquitetônicas e urbanísticas na região. Em parte, devido ao surto modernizador que avançava pelo país e foi caracterizado em Contagem pela implantação da Cidade Industrial Juventino Dias, nos limites com a capital de Minas Gerais, Belo Horizonte. Face à modernização trazida pela implantação da Cidade Industrial a "Sam Gonçallo", agora um bairro de Contagem, denominado Sede ou Centro, começa a perder as suas casas alinhadas na margem dos logradouros e sem garagem, para dar lugar a edificações dentro dos padrões da época, bem como ganha seus primeiros edifícios. As ruas também começam a receber cobertura asfáltica e perdem seu calçamento original. Sobre as transformações ocorridas na Sede Adalgisa Arantes e Carla Anastasia (1991) afirmam:

> *Na arquitetura residencial as demolições foram igualmente violentas. Da Contagem colonial denominada atualmente Contagem - Sede, segundo o "Levantamento das Edificações de Interesse Histórico-PLAMBEL/1976" restavam 27 monumentos, entre residências e fazendas, provenientes dos séculos XVIII e XIX. Em 1984, o "Inventário de Proteção do Acervo Cultural/IEPHA" constava 7 demolições ali ocorridas. Em vistoriada realizada em abril de 1991, acrescentávamos mais 6, restando, portanto, apenas 14 daquelas edificações. (CAMPOS; ANASTASIA, 1991, p. 127).*

Portanto, podemos perceber que os ventos modernizadores sobre Contagem não trouxeram um sentimento de preservação dos elementos simbólicos da sua origem colonial. Os grandes lotes e quintais com pomar cedem a pressão das imobiliárias e construtoras interessadas em erguer edifícios de apartamentos que, no século XX, transformaram-se no padrão das residências e invadiu o espaço urbano transformando a paisagem das cidades. Na Sede, essas novas construções resultaram na destruição de um significativo patrimônio cultural.

O Senhor Décio Constant de Oliveira[34], morador da Sede a mais de cinquenta anos, lembra bem das demolições do casario colonial no entorno da Praça Silviano Brandão que fica no entorno da Igreja Matriz de São Gonçalo e concentra edificações significativas da história da cidade como o Grupo Escolar Dr. Sabino Barroso, inaugurado em 1915, para cumprir as exigências impostas pela emancipação política, e o Cine Teatro Municipal, obra de um grupo de jovens.

> *Muitas casas, muitas casas, uma série... Na praça havia duas casas grandes... Só coisa dos velhos tempos que foram demolidas, todas elas. Hoje funciona lá a Caixa Econômica Federal. A outra virou uma pracinha e o prédio da antiga câmara, onde hoje é o Juizado da Juventude. O Sabino Barroso, era um grupo velho na época, foi todo modificado. O cinema? Era um fechado só e mais nada. Esse mudou muita coisa.*

As mudanças ocorridas no cenário da Sede provocam, hoje, nos moradores que passaram por todas essas transformações, recordações e um sentimento de saudade. Maria do Carmo Costa Diniz[35] nasceu e vive a mais de 40

---

34 Entrevista realizada por Adebal de Andrade Júnior e Alexandra Ponsá, em Contagem/MG, no dia 01/07/2011.

35 Entrevista realizada por Adebal de Andrade Júnior e Carolina Dellamore, em Contagem/MG, no dia 01/07/2011.

anos naquela que era a rua da direita da "Sam Gonçallo da Contagem", atualmente, Rua Bernardo Monteiro. Via repleta de estabelecimentos comerciais, próxima a Igreja Matriz e onde várias edificações foram demolidas, como a Capelinha dos Passos. Sobre as transformações urbanas da Sede ela nos conta:

> *Aqui do lado era o açougue. Tinha... A casa velha que era aqui, não era ali do lado. Essa Senhora, o casarão da Rozilda... É o casarão da Rozilda, onde estão às lojas novas era o casarão. Embaixo era todo de pedra, lindo, todo de pedra com as janelas todas de frente para a rua, a entrada era na lateral, o terreno todo cheio de jabuticabas, mangueiras, entendeu? Aqui na frente onde hoje é o CENTEC era a casa da Dona Kete, uma alemã que morava aqui, que a casa era a coisa mais linda. Do lado tinha uma igrejinha, entendeu? Do lado da câmara. Aquele espaço ali todo era dela. Ela criava cachorro e tal... Tinha uma vida tranquila... A casa era uma delícia. O resto do terreno, a gente via quando chegava na varanda toda de vidro. Eles cimentaram, assim, e quando a gente chegava no bambuzal, a gente brincava muito lá. Nossa infância aqui era tranquila, a gente jogava bolinha de gude nessa rua (risos).*

O desenvolvimento da economia de Contagem com a industrialização trouxe mudanças, fazendo com que a população adotasse, em curto espaço de tempo, uma nova dinâmica de vida, bem diferente daquela de anos passados que havia sido expressada, de certo modo, na arquitetura, nos hábitos e tradições da população. Assim, a vida lenta, marcada pela proximidade entre os sujeitos, foi sendo substituída por um cotidiano mais impessoal.

> *(...) em parte em virtude do direito à desconfiança que temos perante os elementos da vida na cidade grande, que passa por nós em um contato fugaz, somos coagidos àquela reserva, em virtude da qual mal conhecemos os vizinhos que temos por muitos anos e que nos faz frequentemente parecer, ao habitante da cidade pequena, como frios e sem ânimo. (SIMMEL, 2005, p. 582-583).*

José Henrique Diniz (2001), contagense, que viveu na cidade por muitos anos e escreveu parte das suas memórias sobre a vida em Contagem, principalmente na Sede, comentou sobre o assunto no livro "Pelas trilhas da vida":

> *Hoje, no entardecer da vida, recordo-me dos verdes anos e infância. Tudo mudou muito. Mudamos todos nós de minha geração. Os amigos dos tempos de menino estão espalhados por este mundo de Deus. Da maioria nem se tem mais notícia. Muitos prosperam, ou simplesmente mudaram de vida compulsivamente. Trocaram a existência simples e bucólica de outrora pela agitação da sociedade de consumo dos nossos dias. (DINIZ, 2001, p. 57).*

Maria Elisabete Costa Diniz[36], também aponta mudanças nos hábitos e formas de relacionamento dos contagenses da Sede com as mudanças provocadas pelo crescimento econômico: "A gente tinha muita reunião de família, a gente tinha muitos primos. Ou a gente tava brincando na rua, ou no quintal em cima de árvore. Chupava jabuticaba o dia inteiro ou vendia". Maria do Carmo completa:

> *Aqui na esquina tinha a Dona Dulce, os meninos dela foram criados aqui em casa e a gente foi criada lá. Ela ficou viúva, com muitos filhos, a gente sempre... A mamãe e o papai sempre ajudaram. Então, assim, era uma convivência muito boa, entendeu? A Dona Maria*

---

36 Entrevista realizada por Adebal de Andrade Júnior e Carolina Dellamore em Contagem/MG, no dia 01/07/2011.

> *Macedo, por exemplo, lá em cimão, né! Mãe da Adelaide e da Andréia Macedo, muitos filhos também. A gente tinha uma concentração aqui, por exemplo, quando a gente foi ficando jovem, era muito grande, era uma turma enorme. Sentava todo mundo na porta da loja e ficava conversando. Quer dizer, a distração daquela época era isso. Vim pra cá, sentar e conversar.*

Décio Constant, também demonstrava as transformações nos hábitos das pessoas quando dizia: "A vida era melhor, era melhor mesmo. (...) Hoje não tem amizade, não existe! Aí, a gente ia lá pra praça (referindo-se a Praça Silviano Brandão, no entorno da Igreja Matriz de São Gonçalo), à noite, todo mundo, e ficava todo mundo lá. Era aquela brincadeira gostosa, sadia". O saudosismo é muito presente na fala dos moradores.

Analisando as narrativas dos moradores da Sede, entrevistados para esse artigo, podemos perceber que havia uma sociabilidade movida pelo simples desejo de conviver com o outro. Nesse caso, cada indivíduo oferece alegria, bom papo e prazer compatíveis com os que recebiam dos outros indivíduos. Entretanto, segundo Georg Simmel (1983, p. 172) "esse caráter democrático só pode se realizar no interior de um dado estrato social: sociabilidade entre membros de classes sociais muito diferentes é amiúde inconsistente e dolorosa".

Nos depoimentos também fica claro que a comunidade da Sede era formada por Iguais. Muitos eram parentes ou conhecidos de longa data. "Aqui todo mundo conhecia todo mundo, a maioria era parente, se não era conhecia todo mundo. Era a rua da direita, a rua da outra banda, a rua da formiga e a rua dos altos. Pronto, acabou isso era Contagem, não tinha mais nada". Afirma o Senhor Expedito Augusto Diniz[37], contagense, que vive na cidade a mais de cinquenta anos. A condição financeira não parecia ser um elemento de diferenciação dos membros da comunidade. Tudo isso contribuía para os momentos de sociabilidade vividos pela população.

Na década de 1990, medidas tomadas pelo executivo local sinalizavam para a preservação do patrimônio cultural edificado da Sede. Inicialmente foram declaradas de utilidade pública as construções que hoje abrigam: a Casa da Cultura Nair Mendes Moreira – Museu Histórico de Contagem[38], o Centro Cultural Prefeito Francisco Firmo de Mattos Filho[39] e o Parque Municipal Gentil Diniz[40] sendo posteriormente tombadas pelo município. Essas ações foram possíveis após a criação da lei de proteção do patrimônio na cidade, em 1996, e a criação do Conselho Municipal de Cultura e do Patrimônio Ambiental e Cultural de Contagem – COMPAC[41]. Posteriormente, em 2000, foi tombado o

---

37 Entrevista realizada por Adebal de Andrade Júnior e Júlia Carolina, em Contagem/MG, no dia 01/07/2011.

38 A Casa da Cultura Nair Mendes Moreira – Museu Histórico de Contagem, edificação do século XVIII com tipologia colonial, é associada, pela tradição oral, ao Registro da coroa portuguesa, entretanto, a Casa foi sede de uma fazenda que pertenceu, curiosamente, a um mesmo núcleo familiar desde a sua construção até 1991.

39 O Centro Cultural é formado por três edificações de tipologia colonial e eclética erguidas entre o século XVIII e XIX, mas com alterações sofridas no XX.

40 O Parque Gentil Diniz é uma construção em estilo colonial do século XIX. Esse patrimônio foi reconhecido pelo poder público municipal e tombado no ano de 1998.

41 A lei n° 2842 de 29 de abril de 1996 estabelece a proteção do patrimônio cultural e ambiental de Contagem, enquanto a lei nº 2961 de 11 de julho de 1997 cria o COMPAC. Medidas diretamente relacionadas às exigências para adesão do município à política estadual de repasse de verbas chamada ICMS Cultural.

Espaço Popular, um teatro ao ar livre, inaugurado em 1985 e, portanto, um bem que não remete a "Sam Gonçallo da Contagem das Abóboras". Além da Igreja Matriz de São Gonçalo, demolida, parcialmente, na década de 1960 e reconstruída com dimensões maiores, mas mantendo características da estrutura original.

Em 2006, a lei complementar nº 033 instituiu o Plano Diretor de Contagem[42], onde define a região da Sede como parte da Área de Especial Interesse Urbanístico (AIURB-3) e, portanto, devendo seguir parâmetros específicos determinados pelo COMPAC para uso e ocupação do solo. Assim, a administração pública demonstrou reconhecer a importância cultural da Sede. A legislação municipal tratou a questão da seguinte maneira:

> *Art. 20 Áreas de Especial Interesse Urbanístico - AIURB são áreas destinadas a intervenções de interesse especial para a estruturação urbana do Município, compreendendo três categorias:*
>
> *(…) III - AIURB-3 - espaços, edificações e conjuntos urbanos considerados de valor histórico e paisagístico relevantes para o patrimônio cultural do Município e dos bairros, nos quais o processo de ocupação será controlado em função de sua proteção.*
>
> *§5º A regulamentação da AIURB-3 referente ao centro histórico de Contagem atenderá simultaneamente aos seguintes requisitos:*
>
> *I - será feita por Lei específica de iniciativa do Chefe do Poder Executivo;*
>
> *II – deverá ser elaborada com a participação da população, nos termos do regulamento editado para esse fim;*
>
> *III – deverá conter a delimitação precisa da área;*
>
> *IV - sua aprovação dependerá de parecer favorável do Conselho Municipal do Patrimônio Artístico e Cultural de Contagem – COMPAC;*
>
> *(...) §6º Os proprietários dos espaços, edificações e conjuntos urbanos da AIURB-3, de que trata o inciso III do caput deste artigo, poderão ser beneficiados por instrumentos compensatórios, na forma da legislação específica.*
>
> *Art. 96 (…) §5º Para efeito do § 3º do art. 20 desta Lei Complementar, a AIURB-3 será compreendida da área interna formada pelo perímetro dos logradouros:*
>
> *"Rua Bernardo Monteiro, Rua Camilo Alves, Rua Frei Domingos Godim, Rua Dona Herculina, Rua Coronel Augusto Camargos, Avenida Prefeito Gil Diniz, Rua Dr. Cassiano, Rua Edimir Leão, Rua Monsenhor Teles, Rua Rita Tundé, Rua Mateus Moreira, Rua Barbacena, Rua Walter Lopes, Rua Dom Silvério, Rua Manuel Alves, Rua Bueno Brandão, retornando a Rua Bernardo Monteiro". (dispositivo promulgado pela Câmara Municipal).*

Observando os artigos 20 e 96 do Plano Diretor devemos fazer duas considerações. A primeira refere-se ao fato da AIURB-3 não ter sido regulamentada como previsto na legislação, por lei específica de iniciativa do executivo. Portanto, alguns dos instrumentos previstos na redação não podem ser utilizados para preservar o patrimônio cultural da região. A segunda consideração é a cerca da delimitação da área. Ela não compreende toda a extensão reconhecida pela população como sendo a região da Sede, povoamento inicial da cidade. Portanto, símbolos e elementos significativos da herança cultural da cidade ficam sem proteção legal. Sendo assim, há lacunas na legislação que

---

42 A lei complementar nº 033/2006 pode ser encontrada no sítio www.contagem.mg.gov.br.

possibilitam a demolição de edificações significativas do patrimônio cultural de Contagem. Tal fato fica ainda mais evidente quando observamos o grande número de processos avaliados pelo COMPAC solicitando diretrizes para construção de casas e edifícios na área da Sede[43].

Entretanto, alguns entrevistados mostraram uma posição surpreendente ao que era esperado. Vários afirmaram que não há como preservar o casario, isso atrasaria o "progresso". Muitos disseram que talvez fosse importante "preservar alguma coisa", mas não tudo, pois o desenvolvimento econômico não conviveria com uma estrutura de séculos passados. O Senhor Expedito Augusto Diniz fala sobre isso:

> *Eu penso que tinha que acontecer mesmo, como o lugar ia crescer desse jeito, não tinha condições, tinha condições? Onde pode construir um prédio, fica uma casa antiga de séculos e séculos, não tem condição. O lugar não vai pra frente não. Fica travando, trava o progresso.*

Mesmo quando falamos sobre a demolição de edificações que provocaram a insatisfação e um sentimento de perda na comunidade, como a Igreja do Rosário, demolida na década de 1970, logo surgem falas que justificam, com base no desenvolvimento e no progresso, a sua derrubada. O Senhor Expedito também comentou sobre o assunto: "agora, hoje, aquela igreja não podia ficar onde estava. Não tem cabimento, no meio da Praça". O Senhor Décio afirmou sobre o assunto: "lembro bastante, aquilo foi um crime. Simplesmente demoliu. (...) A população foi contra. (...) Foi muito difícil aceitar". Mas, logo comenta que "gosta de coisa moderna" e que "preservar todas as casas antigas não seria o ideal, talvez uma, duas ou três". Maria do Carmo Costa Diniz afirma: "foi uma tristeza, Contagem veio a baixo, todo mundo ficou numa tristeza, mas ninguém fez nada. Aquela igreja tinha que ser preservada sim". Maria Elisabete Costa Diniz comenta:

> *Falando agora, relembrando tudo isso... Que a gente... As coisas vão acontecendo tão rapidamente que você acaba... Pronto já acostumei com tudo que aconteceu aqui, com essas reformas todas. A gente vai adaptando mesmo, né? É uma saudade danada que dá. (risos) Era muito bom!*

Maria do Carmo Costa Diniz completa:

> *Acho muito difícil preservar. (...) Eu acho que fica assim... Fica uma coisa assim, um aqui outro ali... Não sei se vale à pena, entendeu? Seria bacana se pudesse ter sido tudo, mas não foi. Quer dizer... Foi difícil, quando se acordo pra isso já... Muita coisa tinha ido embora.*

Percebemos que há um saudosismo do tempo que passou, mas, talvez em função da velocidade com a qual a Sede foi mudando, as pessoas logo se adaptaram e iniciaram uma nova rotina de vida sem perceber o que estava ocorrendo. "As cidades modernas sempre surpreenderam por suas constates transformações e consequente destruição dos marcos da tradição e do passado". (ANDRADE, 2004, p. 52). Alguns entrevistados demonstram compreender e aceitar as demolições ocorridas ao longo dos anos. Outros apontam como o inevitável e, portanto, algo que deve ser aceito pela população diante de uma nova dinâmica econômica e social.

Nesse sentido, a aceleração da vida cotidiana em razão de um novo contexto econômico e social, sinaliza para o desaparecimento de referenciais culturais locais. Esse processo pode provocar um crescente aumento no interesse pelo passado, sua preservação e frequente recuperação, viabilizando um incremento no campo dos elementos a serem

---

43 A lei complementar nº 082/2010 regulamentou a necessidade de emissão de diretrizes e aprovação pelo COMPAC para implantação de empreendimentos imobiliários na AIURB-3. Mensalmente são avaliados cerca de três projetos imobiliários para a região da Sede.

preservados. Para Pierre Nora (1995) a consciência da ruptura com o passado que se confunde com o esfacelamento da memória provoca o surgimento de vários lugares de memória. Estes podem ser lugares materiais, simbólicos ou funcionais, onde o passado é continuamente recriado conforme as preocupações sociais, econômicas e políticas do momento.

A memória é o elemento capaz de colocar no presente o que está vivo do passado. Entretanto, toda memória é uma reconstrução e não uma recordação, ou seja, o indivíduo recebe novas informações ao longo do tempo que vão dando novas formas, contornos e cores para suas memórias.

Devido às constantes transformações, o habitante da Sede convive com a perda e destruição das referências físicas, sociais e afetivas. A especulação imobiliária, as reformas urbanas, que destruíram os antigos marcos do Bairro, somadas a maior mobilidade social e o distanciamento entre amigos e parentes, são fatores que contribuem para a perda das referências. Consequentemente os sujeitos se distanciam e ficam alheios ao seu passado histórico, às suas raízes, origens e especificidades culturais locais. (ANICO, 2005). Assim, são construídos sujeitos descentrados e em busca de instrumentos de identificação e vinculação local.

A demolição do casario da Sede representa a perda do patrimônio que reflete a história e a cultura dos seus moradores. (JEUDY, 2005). Devendo, portanto, o patrimônio ser entendido como um produto da memória e ao mesmo tempo um produtor de certa memória coletiva que carrega símbolos capazes de desenvolver o sentimento de pertencimento de um indivíduo a um grupo e/ou a um local. Pois, a memória coletiva define o que é comum ao grupo e o que o diferencia dos outros. Dessa forma, reforça os sentimentos de pertença e as fronteiras sócio-culturais. (HALBWACHS, 1990; POLLAK, 1989).

As cidades e, principalmente, as metrópoles de hoje são espaços em que, permanentemente, se confundem e redefinem as trajetórias e os sinais identitários do pertencimento social. Essa precipitada transmutação das identidades sociais em um processo designado "destruição criadora das identidades" é avaliado por Carlos Fortuna (1997) da seguinte maneira:

> *Nessa (re)construção das identidades está envolvido um processo dinâmico de constante confronto do velho com o novo. Esse constante fluir permiti-me utilizar analogicamente o pensamento de J. Schumpeter e admitir que, tal como no desenrolar evolutivo do sistema capitalista, também as identidades sociais estão sujeitas a um processo de destruição criadora. Por destruição criadora das identidades entendo a ação de contínua reelaboração dos critérios de autovalidação pública dos sujeitos, variável de acordo com a multiplicidade de situações sociais do cotidiano, e as transformações econômicas, políticas, cientificas e culturais que caracterizam as sociedades contemporâneas e que proporcionam um contínuo reajustamento das matrizes identitárias dos sujeitos. (FORTUNA, 1997, p. 128)*

Nesse sentido, o procedimento de elaboração de significados a partir de um atributo cultural ocorre nas experiências coletivas e individuais do sujeito, inseridas no seu contexto de vida. É um processo mutável e reformulado ao longo de toda a sua trajetória, contribuindo para o processo permanente de construção das identidades. (CASTELLS, 1999). Contudo, vem ocorrendo um "descentramento" dos sujeitos e à problematização das identidades, tanto no campo do "eu sou eu" quanto na identidade resultado da experiência de vida do indivíduo. "Há uma discussão que sugere que, nas últimas décadas, estão ocorrendo mudanças no campo da identidade – mudanças que chegam ao ponto de produzir uma "crise de identidade"". (WOODWARD, 2000, p. 16).

Entretanto, as cidades transcendem a capacidade do individuo em se organizar e perceber os campos que ele interage. As cidades se apresentam então como o caos nas nossas representações. Esse caos pode ser compreendido como fruto de um processo de crescimento desordenado em função de um capitalismo selvagem ou em consequencia de saltos tecnológicos que tornam obsoletas estruturas urbanas anteriores e formas de comunicação, sociabilidades, bem como edificações a elas correspondentes. As duas perspectivas nos permitem concluir que o cenário urbano, não apenas da Sede, mas das cidades em geral, sofrerá com a deterioração dos espaços e equipamentos com a consequente privatização da vida coletiva, segregação, diminuição de contato entre os sujeitos e confinamento em redes sociais restritas. (MAGNANI, 2002).

A cidade produz um estranhamento e anonimato (SIMMEL, 2005) que torna o cotidiano mais permissivo às escolhas individuais. Os sujeitos estão formando personalidades errantes, destituídas de vínculos e compromissos persistentes. São propícios a ligações fugazes a novos centros em emergência e pautados por novos signos culturais como a estética, o lazer, o corpo e o consumo. E é nesse contexto caótico que ocorrem as justaposições que forjam o contorno tênue e vulnerável da nossa identidade.

Referências bibliográficas:

ANDRADE, Luciana Teixeira de. **A Belo Horizonte dos Modernistas**: representações ambivalentes da cidade moderna. Belo Horizonte: PUC Minas. 2004. 208 p.

ANICO, Marta. A pós-modernização da cultura: patrimônio e museus na contemporaneidade. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. p. 11, n. 23, p. 71-86, 2005.

CAMPOS, Adalgisa Arantes, ANASTASIA, Carla M. J. **Contagem**: **Origens**. Belo Horizonte. Mazza Edições, 1991. 134 p.

CASTELLS, Manuel. **O Poder da identidade**. A Sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999. 530 p.

DINIZ, José Henrique. **Pelas trilhas da vida**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2001.

FORTUNA, Carlos. As cidades e as identidades: narrativas, patrimônio e memória. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 33, 1997.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vertice, 1990. 189 p.

JEUDY, Henry-Pierre. A maquinaria patrimonial. In: ___. **Espelhos das Cidades**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005. p. 13-78.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 11-29, 2002.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo, v. 10, 1995.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

SIMMEL, Georg. As grandes cidades e a vida do espírito. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 11(2): 577-591, 2005.

SIMMEL, Georg. Conflito e estrutura do grupo. In: **SIMMEL**. Evaristo de Moraes Filho (org.)**.** São Paulo: Editora Ática, 1983. p. 150-181.

WOORDWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 2 ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2000. Cap. 1, p. 7-72.

A Memória Política da Obstetrícia em São Paulo: um estudo praxiológico comparativo com obstetrizes formadas nas décadas de 1970 e 2000

Fabio Eduardo Bosso[44]

Introdução

Analisar as questões ligadas à memória significa, a partir de um mecanismo cultural, reafirmar as relações de pertença de um grupo; sobretudo, de acordo com Jelin (2002), quando este grupo compõe uma determinada minoria, o que evidencia-se no caso da Obstetrícia enquanto curso de graduação no país – estudo aqui pretendido, que se trata de uma carreira que existiu dentro da Universidade de São Paulo décadas atrás, foi extinta por motivos que merecem uma pesquisa única e retornou à entidade na década de 2000 justificado, sinteticamente, na demanda social e importância do exercício profissional do obstetriz, o profissional egresso, assistindo à saúde da mulher.

Tratar a questão da memória política e, mais do que isso, interpretá-la como memória coletiva significa negar o fatalismo e reafirmar apenas os dados consistentes e coerentes a um determinado tema (ANSARA, 2008). Mott (1998), quando pesquisou o curso de partos no Brasil durante o século XIX, levantou importantes documentos quanto à formação das parteiras e discutiu as relações destas profissionais no mercado de trabalho da época, as relações de gênero presentes e, até mesmo, a disputa de espaço com os profissionais egressos das Academias Médicas do país. Seu estudo, remonta a questão da memória social da Obstetrícia, construída no Império e aponta, novamente, a importância da pesquisa aqui abordada, como ferramenta de destaque da memória coletiva da carreira.

Vázquez (2001, *apud* ANSARA, 2005) trabalha a questão da realidade social enfatizando a memória social (em conjunto com outros fatores) como caráter fundamental e relevante para construção do primeiro conceito, apontando a relevância da memória nos estudos de processos sociais. Aprofunda sua pesquisa pautado neste caráter da memória, o social, decorrendo a partir de significados compartilhados e ação coletiva dos seres humanos em diferentes momentos históricos (ANSARA, 2005). Este conceito reflete diretamente o objetivo da pesquisa, ao passo que mostra como a construção social pode se dar a partir das ações humanas coletivas, o que se observará nesta pesquisa com as análises das entrevistas pretendidas.

A pesquisa justifica-se, primeiramente, na importância que a memória desempenha na nossa sociedade, conforme mencionado por Elizabet Jelin (2002) quando diz que a cultura de produzir memórias vem em contrapartida do que é efêmero, na tentativa de eternizá-lo e, sobretudo, valorizá-lo. Ressaltar a questão da memória social da Obstetrícia faz-se necessário, também, quando observamos os impropérios e barreiras que a carreira enfrenta quando olhada, por exemplo, na sua atual integração ao mercado de trabalho.

Observar uma minoria (na categoria de profissionais da saúde) como um elemento relevante para a compreensão do campo e do exercício profissional aqui abordados introduz a característica da pesquisa. Mais do que isso, a pesquisa justifica-se na construção acadêmica da memória em Obstetrícia, já que são mínimas as publicações a este respeito e estas se fazem necessárias, ao passo que se nota a ascensão da carreira. E, por último, embora não menos importante, o fato do autor do presente trabalho estar diretamente envolvido na construção contínua da memória política da Obstetrícia, seja no contexto de pesquisador, enquanto alguém que desenvolve pesquisa sobre o tema, seja enquanto graduando da carreira: membro efeitvo do grupo a que esse estudo se propõe.

---

[44] Graduando em Obstetrícia pela Universidade de São Paulo – Escola de Artes, Ciências e Humanidades. Pesquisa financiada pela Pró-Reitoria de Pesquisa da USP (RUSP 2010-2011) e orientada pelo Prof. Dr. Alessandro Soares da Silva.

Este estudo propõe trazer à tona a memória política coletiva de obstetrizes formadas na mesma instituição, embora em contextos históricos distintos. O trabalho será construído com base em um estudo qualitativo com obstetrizes e chegará a conclusões fundamentadas teoricamente nos estudos sobre memória.

Material e Métodos

O levantamento bibliográfico inicial incluiu artigos sobre memória publicados na Revista Psicologia Política e artigos publicados na base de dados virtual SciELO (Scientific Eletronic Library Online) utilizando os descritores em português 'obstetrícia' e 'história'. Algumas autoras destacavam-se na busca por terem suas linhas de pesquisa focadas na identidade da parteira/obstetriz e na abordagem de questões históricas pertinentes a este trabalho e, por isso, a busca foi expandida para os textos destas autoras. As questões teóricas sobre a Memória foram tratadas a partir do recorte adotado, a Memória Coletiva e a Memória Política, sendo esta última parte integrante da primeira e objeto de estudo desta pesquisa.

Feito o levantamento bibliográfico acerca da memória da obstetrícia e produzidas as reflexões sobre o referencial teórico, partiremos para o trabalho de campo, que compreende entrevistar quatro alunas formadas no Curso de Obstetrícia durante a década de 1970 e quatro alunas/os formadas/os na década de 2000 para fins de análise. Uma entrevista semi-estruturada, conduzida a partir de um roteiro, será usada a fim de indetificar nos sujeitos da pesquisa as suas percepções do exercício profissional e concluir suas memórias da coletividade.

O projeto desta pesquisa foi viabilizado pela cooperação da então coordenadora do curso de Obstetrícia da USP, que envidou esforços para estabelecermos o contato com as profissionais formadas na primeira geração do curso. O primeiro contato estabelecido com as profissionais formadas na década de 1970 foi uma experiência muito significativa para o desenvolvimento deste trabalho de pesquisa: além de afirmar a viabilidade do projeto, se caracteriza como parte integrante da construção da identidade do profissional obstetriz, que aparece como ser que existiu há 30 anos e também existe na atual conjuntura política.

Capítulo I – A História da Obstetrícia

1. Colônia, Império e Hoje

A profissão de obstetriz tem sua origem na atuação da parteira. Esta, uma profissional tradicional e geralmente mulher, foi caracterizada de diferentes formas no Brasil do período colonial até a contemporaneidade. Mott (1999a) faz uma pesquisa histórica sobre a atuação das parteiras no Brasil; considera a descrição das parteiras feita por um aluno, em 1841, para a obtenção do diploma de médico na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro como "mulheres de ordinário, nascidas numa classe mui baixa da sociedade, imbuídas de graves preconceitos, despidas de todos os conhecimentos, ignorando mesmo muitas vezes o ler e escrever, cuja mocidade foi estragada nos deboches e nos prazeres." A estereotipação da profissão de parteira passa a ser fortemente criticado a partir da década de 1970 com o advento do feminismo, o que favorece a desconstrução de uma imagem preconceituosa.

No Brasil colonial os partos eram assistidos em sua maioria por parteiras práticas – que exerciam seu ofício sem autorização legal –, popularmente conhecidas como aparadeiras, comadres ou ainda parteiras-leigas; não havia um órgão regulador efetivo, de modo que o controle era prestado pelas Câmaras Municipais (BRENES, 1991; MOTT, 1999a). Havia dois tipos de parteiras, as práticas e as licenciadas, sendo que o ofício de parteira já era regulamentado por Portugal (para metrópole e colônias) desde o século XVI. As práticas eram provenientes do saber transgeracional, geralmente locais e mais interiorizadas. As licenciadas faziam exames no Brasil ou no exterior para atestar sua competência na condução dos partos. As provas eram teóricas e práticas e, além da aprovação nos testes, a candidata deveria apresentar uma justificativa para o exercício da profissão e fazer um juramento sobre os evangelhos.

A partir de 1808, com a chegada da Família Real, o controle das questões de higiene pública passou a ser feito pela Fisicatura-Mor, órgão burocrático-administrativo responsável pela fiscalização de médicos e parteiras. Entre 1808

e 1848 os documentos do Arquivo Nacional mostram um perfil diversificado das requerentes da licença: donas-de-casa, uma mulher deixada na Roda dos Expostos, uma curandeira, uma proprietária de terras, dentre outras. Concomitante a vinda de D. João VI e sua corte para o Brasil, se dá a criação das Faculdades de Medicina da Bahia e, logo em seguida, do Rio de Janeiro. A partir de então, as mulheres que queriam exercer a profissão de parteira deveriam fazer o aprendizado através de um Curso de Partos, que foi criado nestas duas faculdades em 1832 (BRENES, 1991).

As pesquisas históricas revelam que os médicos da época não estavam bem preparados para atender partos. Segundo Mott (1999a), nas academias médicas não havia aulas práticas e os estudos eram empenhados em reproduções de peças anatômicas. Anselmo da Fonseca (1891), um ilustre médico brasileiro que retratou a história da Faculdade de Medicina da Bahia relatou que "os estudantes eram aprovados sem terem jamais assistido a um parto". Um trecho de um relato da Memória Histórica da Faculdade de Medicina da Bahia reafirma as dificuldades enfrentadas no ensino da obstetrícia dentro destas instituições:

> Embora o obscuro professor, que nesta hora prende vossa atenção, empregue no desempenho de seus deveres o esforço que permitem sua fraca inteligência e limitado entendimento, o ensino de partos está longe da perfeição pela falta da clínica respectiva, de modo que podemos dizer que, salvo algumas manobras exercidas no manequim, fazemos somente partos teóricos (SOUZA, 1967 *apud* BRENES, 1991).

A parturição era realmente levada a cabo pelas parteiras e, não é incomum encontrarmos na literatura histórica relatos como a da Mme. Durocher que foi a primeira parteira formada pelo curso de partos na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1834 (BRENES, 1991), exerceu o ofício de parteira durante quase 60 anos e atendeu mais 5.500 partos, publicou vários trabalhos na área da Obstetrícia e foi a primeira mulher a ser admitida na Imperial Academia de Medicina (MOTT, 1999a).

O curso de parteiras, no Recife, era chamado de Aula de Obstetrícia e foi criado em 1840. Funcionava com os mesmos princípios dos cursos das faculdades baiana e carioca e apareceu em decorrência do reconhecimento da necessidade da formação de parteiras pelas autoridades da época, que fundamentavam-se nas altas taxas de mortalidade infantil e expansão de um "país novo" (MOTT, 1999b).

De acordo com Tosi (1988) a prática da Obstetrícia foi incorporada à prática médica a partir de 1840 em tom de exclusividade. Os médicos-parteiros, que estudavam a Arte Obstétrica passaram a dominar o feminino a partir de um discurso anátomo-patológico (BRENES, 1991). O discurso biomédico apropriou-se da ciência dos partos e no decorrer da história do Brasil, a assistência ao nascimento passou a ser feita praticamente de forma exclusiva por profissionais médicos.

Entretanto, em 1960 na Universidade de São Paulo há a criação de um curso de partos através da Escola de Obstetrícia, que era anexa ao Departamento de Ginecologia e Obstetrícia da Faculdade de Medicina da USP (FM/USP). Nesta época, a Igreja Católica pressionou o poder Executivo para vetar a lei que criava o Curso de Obstetrícia; enviaram um ofício às ordens religiosas dizendo que o curso de Obstetrícia "apesar de suas boas aparências, é contrário aos interesses de ensino da enfermagem e também da verdadeira assistência à maternidade e à infância" (OSAWA *et al.*, 2006, p. 701). O receio da hierarquia católica justificava-se na disseminação de métodos contraceptivos pelas obstetrizes. O curso foi criado e funcionou de forma autônoma até 1970 quando, em 1971, o então Art. 6º do Estatuto da USP que não admitia "duplicação de meios para fins idênticos ou equivalentes no mesmo município" foi usado para justificar a transferência do curso para a Escola de Enfermagem da USP. O curso foi mantido nesta Escola (EE/USP) até 1974 quando, em 1975, baseado na Resolução nº 4/1972 que orienta para a formação do enfermeiro generalista, os dirigentes da Universidade procedem a fusão das turmas do curso de Obstetrícia com as do curso de Enfermgem.

Extinto o curso de partos, trinta anos se passam e, em 2005, fruto de um convênio das Universidades Estaduais Paulistas visando o aumento do número de vagas na rede pública de ensino superior, surge a Escola de Artes, Ciências e Humanidades da USP (EACH/USP), que com uma proposta de ensino inovadora pautada no conhecimento interdisciplinar traz de volta o curso de Obstetrícia, com uma demanda social relacionada à assistência da mulher durante o pré-natal, parto e pós-parto. Em 2011, após a formação de duas turmas de alunos do curso de Obstetrícia e estes enfrentarem algumas barreiras para inserção no mercado de trabalho, possivelmente decorrentes de um

profissional "novo" (que não estava presente no mercado há trinta anos) e destacando-se a resistência à concessão do registro profissional pelos Conselhos de Enfermagem, que sem o qual não é possível exercer a profissão em unidades de saúde, um relatório de avaliação da unidade acadêmica sugere a fusão do curso com o de Enfermagem respaldando-se juridicamente no então Art. 11º do Estatudo da USP (mesmo texto do artigo 6º usado anos antes).

Procedeu-se uma resistência por parte dos alunos e docentes do curso que, organizados enquanto Movimento Social, angariaram esforços para a manutenção do curso na unidade. O curso foi mantido e o registro dos obstetrizes nos Conselhos de Enfermagem foi recomendado pelo Ministério Público Federal em 29 de junho de 2011, com base no art. 6º da Lei nº 7.498/86 que estabelece ser enfermeiro "o titular do diploma ou certificado de obstetriz ou de enfermeira obstétrica, conferidos nos termos da lei". De acordo com a Procuradoria Geral da República, os Conselhos de Enfermagem devem cumprir a recomendação em um prazo máximo de 25 dias (MPF, 2011).

Osawa *et al.* (2006) em um estudo sobre as interfaces das profissões de parteira e enfermeira, cita que

> De 1832 até 1949, toda a legislação do ensino da parteira estava contida na legislação da medicina. Em 1931 os cursos de partos foram anexados à cadeira de clínica obstétrica das faculdades de medicina e deixaram de ser um curso em paralelo aos de medicina e farmácia, para serem reduzidos a um curso subordinado a uma área da medicina (OSAWA et al, 2006, p. 701)

o que preenche a linha do tempo possível de se estabelecer aqui, que se inicia em 1832 com a criação dos Cursos de Partos, são extintos 99 anos depois, ressurgem daí cerca de três décadas, são fundidos com o ensino de Enfermagem em 1975 e ressurgem em 2005.

Com a cronologia da Obstetrícia narrada, cercamos os princípios e objetivos do curso de Obstetrícia da USP, que capacita os profissionais egressos para cuidar da saúde de gestantes, parturientes, puérperas, recém-nascidos e familiares, fazer acompanhamento pré e pós-natal da mulher, realizar o parto normal e realizar as intervenções necessárias (como episiotomia), acompanhar o neonato nos períodos peri e neonatal, atuar em equipe multiprofissional clínica para, por exemplo, participar de um planejamento reprodutivo, avaliar criticamente as questões da saúde, propondo políticas públicas em saúde, atuar no desenvolvimento de pesquisas relacionadas à saúde da mulher e do bebê, bem como reconhecer as diferentes dimensões que cercam a mulher no período gestacional, atuando nas ações profiláticas e terapêuticas (EACH USP, 2011).

Referências bibliográficas:

ANSARA, Soraia. Memória política: construindo um novo referencial teórico na Psicologia Política. **Revista Psicologia Política**, São Paulo, v. 8, n. 15, p. 31-56, jan./jun. 2008.

ANSARA, Soraia. Memória Política da Ditadura Militar e Repressão no Brasil: uma abordagem psicopolítica. 2005. 407 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

BRENES, Anayansi Correa. História da Parturição no Brasil, século XIX. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.7, n. 2, June 1991.

DINIZ, Carmen Simone Grilo. Humanização da assistência ao parto no Brasil: os muitos sentidos de um movimento. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, Sept. 2005.

EACH USP. Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo. Site do Curso de Obstetrícia. São Paulo, 10 mai. 2011. Disponível em: <http://www.each.usp.br/obstetricia>. Acesso em 10 mai. 2011.

FONSECA, Anselmo da. Memória Histórica da Faculdade de Medicina da Bahia. 1891, p. 97.

GOMES, Márcia Constância Pinto Aderne; PINHEIRO, Roseni. Acolhimento e Vínculo: práticas de integralidade na gestão do cuidado em saúde em grandes centros urbanos. **Interface - Comunicação, Saúde e Educação**, v. 9, n. 17, p. 287-301, mar./aug. 2005.

HOTIMSKY, Sonia Nussenzweig et al. O parto como eu vejo... ou como eu o desejo?: expectativas de gestantes, usuárias do SUS, acerca do parto e da assistência obstétrica. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 5, Oct. 2002

JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria.** Madrid: Siglo XXI, 2001.

JORDAN, Brigitte. The Crosscultural Comparison of Birthing Systems – Toward a Biosocial Analysis. In: **Birth in Four Cultures**, Illinois: Waveland Press, 1993, p.45-90.

MARTINS, Ana Paula Vosne. A ciência dos partos: visões do corpo feminino na constituição da obstetrícia científica no século XIX. **Revista Estudos Feministas**, vol. 13, n.3, p.645-666, Dec. 2005.

MOTT, Maria Lúcia. A parteira ignorante: um erro de diagnóstico médico? **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 7, n. 1 e 2, Jan. 1999a.

MOTT, Maria Lúcia. O curso de partos: deve ou não haver parteiras? **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 108, Nov. 1999b.

MOTT, Maria Lucia. Parto. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 2, Jul. 2002.

MPF. Ministério Público Federal. MPF/SP recomenda ao Cofen que reconheça bacharéis em obstetrícia como enfermeiros. Brasília, 29 Jun. 2011. Disponível em: < http://noticias.pgr.mpf.gov.br>. Acesso em 2 Julho 2011.

NIELSEN, Evenise; SABATINO, Hugo; LOPES, Maria Helena Baena de Moraes. Dor e comportamento de mulheres durante o trabalho de parto e parto em diferentes posições. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 45, n. 3, p.557-565, 2011.

OSAWA, Ruth Hitomi; RIESCO, Maria Luiza Gonzales; TSUNECHIRO, Maria Alice. Parteiras-Enfermeiras e Enfermeiras-Parteiras: a interface de profissões afins, porém distintas. **Rev. Bras. Enferm.** Brasília, v. 59, n.5, Oct 2006.

SAKALA, Carol. Medically unnecessary cesarean section births: Introduction to a symposium. **Social Science & Medicine**, v. 37, n. 10, p. 1177-1198, Nov. 1993.

SNS. Sistema Nacional de Salud – Consejo Nacional de Salud, Ecuador. **Guía Técnica para la Atención del Parto Culturalmente Adecuado**. Equador, Aug. 2008.

SOUZA FILHO, José Adeodato de. **O ensino da clínica obstétrica na Universidade da Bahia**. Salvador: Ed. da Universidade Federal da Bahia, 1967.

TOSI, Lúcia. A mulher e a ciência. Ciclo de Conferências proferidas na Faculdade de Medicina – UFMG, em junho/1988.

VÁZQUEZ, Félix. **La Memória como Acción Social***:* Relaciones, Significados y Imaginário. Temas de Psicologia. Barcelona: Paidós, 2001.

A Palavra falada e a memória na filmografia de Alain Resnais

Larissa Kashina Rebello da Silva

Este artigo tem dois eixos, duas premissas da história oral: a possibilidade do cinema fornecer instrumentos, e eventualmente material para o reconhecimento formal de uma "outra história" alienada da oficial, e como esta, por ser feita a partir do Ocidente, pode lidar com diferentes culturas que passaram por eventos traumáticos de uma mesma época.

A discussão será balizada pela expressão verbal na obra de Alain Resnais, com base nas premissas da história oral. O cinema foi escolhido não como fonte possível da história oral, mas como interface de discussão com esse vasto campo do saber. Como coloca José Carlos Sebe Bom-Meihy, "A memória coletiva é reconhecida no cruzamento de temas comuns – das narrativas individuais. Onde se dão os pontos de afinidades temáticas, estabelecem-se memórias coletivas." (2005, p. 64) O foco de discussão no filme *Hiroshima, meu amor* (1959), central neste artigo, parte dessa premissa que "uma outra história" pode partir de temas comuns, ou mesmo de uma só pessoa.

Vejamos os seguintes conceitos da história oral que permitem realizar essa discussão sem incorrer em equívoco metodológico.

> *A História oral é uma prática de apreensão de narrativas feita através do uso de meios eletrônicos e destinada a recolher testemunhos, promover análises de processos sociais do presente e facilitar o conhecimento do meio imediato [...] a fim de favorecer estudos de identidade e memória cultural.* (Bom-Meihy, p. 17)

e...

> *Há, comumente, três possibilidades para explicar a fundamentação documental da história oral:*
>
> *1. quando não existem documentos*
>
> *2. quando existem versões diferentes da história oficial; e*
>
> *3. quando se elabora uma outra história*
>
> *[…] muitos creditam à história oral o papel de produtora de documentos em casos em que a censura, políticas governamentais ou o desligamento cultural não promoveram registros.* (p. 28)

Finalmente:

> *Situa-se na subjetividade da emoção e mesmo da paixão de quem narra o centro da atenção pretendida pela história oral.* (p. 53)

No filme de Alain Resnais, *Hiroshima, meu amor*, o diretor discute essa "apreensão de narrativas", ao colocar em pauta os problemas do testemunho, e realiza, senão provoca, a analise de processos sociais. A história de *Hiroshima, meu amor* é um encontro amoroso entre um homem japonês, e uma mulher francesa, a cujos nomes não é dado acesso durante o filme.[45] Ambos têm casamentos bem sucedidos, mas se apaixonam em Hiroshima, para onde ela veio atuar em um filme sobre a paz. Sem mais explicações, ela decide ir embora. Ele empreende então um esforço de saber sobre o passado dela, que, quando começa o relato, descobrimos ser bastante traumático: ela foi punida pela comunidade por se relacionar amorosamente com um soldado alemão, na cidade interiorana de Nevers.

---

45 A referencia aos personagens será feita por *Ele* e *Ela*.

O filme coloca a dificuldade de verbalização do trauma individual, proposta por teóricos e psicanalistas como forma de superação, e único meio de formar um corpo documental sobre traumas coletivos. Como mostrar o trauma em imagens visuais e sonoras é tão desafiador para o cinema quanto o é para o fazer historiográfico, que deve registrá-lo na forma escrita, analisá-lo, a fim de inseri-lo na história. Nesse aspecto, também identifico o fazer cinematográfico do diretor Alain Resnais ao fazer histórico dos oralistas. Resnais questiona, na primeira parte do filme, se a única forma de manter o registro da explosão da Bomba A em Hiroshima é pela reconstituição, algo que só foi possível pela história oral, já que a explosão destruiu quase a totalidade dos indícios materiais das pessoas que a sofreram.

Ao propor um diálogo com a história oral, este artigo não fará incursões nem em aspectos psicanalíticos, nem linguísticos envolvidos na obra de Resnais, que são também relevantes nas discussões sobre oralidade e trauma.

O contexto da obra de Alain Resnais

Não é muito difundido fora da França o fato de que uma forte censura ocorreu naquele país entre os anos 1950 e 1960. Tratava-se de "reprimir a memória, a maneira principal de apontar para as "zonas cinzentas" do passado francês". (Greene, 1999, p. 9) A memória da "grandiosidade" da França era mantida em arquivos, museus e monumentos, originalmente por iniciativa da monarquia, que comissionou, por exemplo, a construção da Biblioteca Nacional, objeto do ácido documentário de Resnais *Toda a memória do mundo* (1956).

Com o começo do debate sobre a necessidade de abrir os arquivos relativos ao Holocausto e às bombas atômicas em Hiroshima e Nagasaki, para evitar futuros desastres, o sofrimento nas colônias francesas também foi trazido a público na Europa no período da Guerra da Argélia e chocou o mundo.

Além disso, os acontecimentos de maio de 1968, deram origem ao movimento cinematográfico conhecido como *gauchisme* (do francês, "esquerdismo"), do qual Resnais fez parte. Com o relaxamento da censura, a *História das Mentalidades e a História dos Annales* ganharam espaço. Os filmes do movimento *gauchista* desafiavam as imagens tradicionais da história da França. (Greene, p. 9)

A preocupação do *gauchismo* centrava-se nos conceitos de poder e marginalidade. Nascia a idéia de que a História não é uma ontologia monolítica, mas produto de cultura e ideologia. Para Naomi Greene, a ressonância da Nova História, junto com o *gauchismo*, nascido em 1968 não era tão visível em outras esferas como no cinema. (p. 18-20)

Também foi no decorrer da década de 1960, entre ecos da contra-cultura que a história oral despontou. Mas sua origem já remonta ao imediato pós-2ª Guerra, na Universidade de Columbia, Estados Unidos, onde o pesquisador Allan Nevis organizou um arquivo e oficializou o termo. O objetivo era, com as possibilidades dos novos meios tecnológicos, propor formas de captação das experiências de combatentes, familiares e vítimas dos conflitos. Apesar do método centrar-se em entrevistas individuais, diz Bom-Meihy, a história oral em nenhum momento perdeu o interesse na coletividade e o compromisso público. (p. 37; 92-3)

Alain Resnais é associado ao período do imediato pós-2ª Guerra Mundial. Sua carreira se estendeu por meio século. Gilles Deleuze definiu seus primeiros filmes como constituintes de uma "memória global" dos horrores – os campos (de concentração e extermínio), e a bomba, dos anos de 1940." (Greene, p. 8)

Noite e Neblina (1955) *e Hiroshima, meu amor* "evocam atrocidades globais e sofrimento; também revelam algumas rachaduras, as fissuras que eventualmente envolvem e corroem "uma certa idéia da França", visão romantizada da França heróica à qual o presidente De Gaulle se apegou ferrenhamente.[46] (Greene, p. 9)

46 Sobre o assunto, ver entrevista em junho de 1940, do General De Gaulle à rede de comunicação britânica BBC: LEFFERT, R. "De Gaulle: 'une

Hiroshima..., no entanto, debruça-se sobre uma problemática que até hoje é pouco explorada pelos estudiosos de trauma no Ocidente: como fazer a história das vítimas de Hiroshima? Desde 1945, as tropas de ocupação americana impuseram ao Japão uma censura implacável proibindo qualquer alusão à bomba atômica e qualquer projeto científico por parte dos japoneses; em cruel contrapartida, os serviços de defesa americanos organizaram uma pesquisa sistemática a fim de estudar os efeitos médicos e biológicos da radioatividade. Com o início da Guerra da Coréia, o foco da política estadunidense mudou e, nos anos de 1950, produziram-se no Japão diversos filmes sobre o tema. (Leutrat, 1994, p. 22-3)

Na estrutura narrativa, as primeiras obras de Resnais passaram de um estilo clássico, com locução de narrador extradiegético (exterior ao enredo da história), em *Noite e Neblina*, para uma desarticulação cada vez maior do discurso, preocupada com a complexidade da memória e sua exteriorização, até a fragmentação extrema do discurso em *O ano passado em Marienbad* (1961), em que não é dado ao expectador compreender nenhum postulado, e sim, tão somente, fazer associações de caráter histórico e psicológico.

Hiroshima, meu amor é o primeiro filme de longa-metragem de Alain Resnais. Foi produzido entre setembro e dezembro de 1958 e lançado em Cannes. Obteve muito sucesso e muitas pessoas passaram a tomá-lo como única referencia aos acontecimentos que discute: os terríveis efeitos da bomba de Hiroshima e o pós-guerra na França, visto de uma perspectiva privada.

1959 foi considerado o ano de *Hiroshima mon amour* pelo seu valor artístico inovador. Em julho de 1959, o *Cahiers du Cinéma* dedicou uma mesa-redonda ao diretor Alain Resnais, com diretores e críticos ilustres, durante a qual Eric Rohmer declarou: "É o primeiro cineasta moderno do cinema falado. […] não havia existido até então um cinema profundamente moderno que tivesse tentado fazer [...] um tipo de reconstituição da realidade à partir de uma certa fragmentação que poderia parecer arbitrária ao profano. […] em alguns anos, em dez, vinte ou trinta anos, saberemos se Hiroshima é o filme mais importante desde a Guerra." (Leutrat, p. 4)

Essa modernidade em Resnais pode estar em assonância com o argumento de Albert Laffay que disse que, "no coração de todo filme [...] encontramos uma "sala lingüística virtual", um mostruário de imagens", uma "pessoa ficcional", um mestre de cerimônias", "um grande imagista", e em seguida, finalmente, uma "estrutura sem imagens [...]" (Logique du cinema, 1964, pp.71/80-83[47])

De que se trataria essa "estrutura sem imagens"? Em seguida, discutir-se- há a problemática da comunicação da vitima do trauma apresentada em *Hiroshima, meu amor*, refletindo sobre as possibilidades de elaboração de documentos históricos a partir daí, tendo como base algumas escolhas narrativas no campo da linguagem, elaboradas por Resnais para discutir o tema. Antes de iniciar a análise, gostaria de propor algumas considerações éticas que não podem ser negligenciadas.

Marguerite Duras, quando contratada para escrever o roteiro de *Hiroshima...*, respondeu: "Impossível falar sobre Hiroshima. Só o que se pode fazer é falar sobre a impossibilidade de falar sobre Hiroshima." (Duras, 1960, p. 10.). É necessário ter a consciência que há experiências que não são éticas de se contar. Talvez uma história de amor não seja o meio mais apropriado, mas provavelmente não há meios adequados de representar um acontecimento que aniquila suas próprias testemunhas." (Wilson, 2006, p. 47)

---

certaine idée de la France'", 13/10/2009 – disponível em: http://www.gaullisme.fr/2009/10/13/de-gaulle-une-certaine-idee-de-la-france-2/ Acessado em 05 de julho de 2011.

47 in Christian Metz, 1991, p. 12.

Refletindo sobre à aproximação à vítima, Elaine Scarry sugere que o corpo ferido é um índice de sofrimento e, se se for atuar com maior volubilidade, deve ser visto individualmente.[48]

Resnais foi originalmente comissionado para realizar um documentário sobre Hiroshima, mas após colher material de arquivo, concluiu que seria muito similar a *Noite e Neblina* e argumentou que era a imagem de arquivo direta que não dava conta de manter a especificidade do evento. (Caruth, 1996, p. 27)

Pode-se dizer que em *Hiroshima*...há uma entrevista, mesmo que não planejada como projeto metodologicamente estruturado, quando *Ele* pede para *Ela* contar sobre Nevers. Nos termos da apreensão do trauma *d'Ela*, pode-se considerar o seu relato e essa "entrevista" (interação entre os dois personagens), "o nervo" do projeto; assim como a entrevista é "o nervo do projeto" de história oral (Bom-Meihy). Resnais no entanto, argumenta, que não é apenas de uma conversa formal que se consegue obter de alguém aspectos do seu passado traumático. Seu argumento ao criar a personagem da moça que foi louca em Nevers, forma um grande rede de colaborações, desde históricas, com o depoimento factual dela, que lhe faz conhecer o cenário do acontecimento, à psicanalítica, com a teoria da *pulsão de morte* de Freud.

O conhecimento sobre traumas é fragmentário e limitado, porque desencadeado por gestos e acontecimentos fortuitos – a história do trauma *d'Ela* veio à tona com um simples movimento involuntário *d'Ele* enquanto dormia, que lhe fez lembrar um movimento involuntário do seu "amor alemão" à beira da morte.

O depoimento *d'Ela*, escapa completamente à história oficial francesa de heroísmo que procurou, no governo de De Gaulle, a todo custo, mitigar a República de Vichy, grupo de políticos e oficiais que colaborou com o nazi-fascismo, e as torturas coloniais.

Essa variedade de recursos proveniente do dialogo entre história, psique e linguagem, para o espectador do filme, pode suscitar novas análises e conclusões cada vez que o filme é revisto. Esta característica permeia toda a obra de Alain Resnais.

O descompasso entre relato e realidade pode, por exemplo, ser identificado pela forma como *Ela* descreve o comportamento dos seus pais, e como as imagens os mostram: *Ela* diz que era punida pelos pais por fazer maldades, mas enquanto fala, em momentos diferentes do filme, as imagens são de pais extremamente melancólicos e mais acolhedores do que o relato. Na cena em que *Ela* grita na praça, a mãe corre em sua direção, e, em vez de arrebatá-la pelos pulsos, a abraça. Este é um momento em que descobrimos uma dissonância entre dois níveis de discurso.

Cabe agora discutir os recursos narrativos de Resnais nesse filme, que tem uma complexidade grande:

Vozes – o tom do discurso

Sobre *Hiroshima mon amour*, Resnais declarou: "Eu quis que as palavras tivessem o tom de uma leitura." O texto de Marguerite Duras é cantado, em forma de salmos, por Emmanuelle Riva, a atriz, e dita por Eiji Okada com seu sotaque japonês pronunciado; tornando-se assim, uma musica estranha." (Leutrat, p. 71)

Em *Hiroshima, meu amor*, não há locução extradiegética. Podemos chamar essa locução de "voz-Eu" – na definição de Christian Metz:

---

48 In Wilson, p. 55.

> A "voz-Eu" (voix-Je) é acompanhada de imagens, sons e *palavras-in.* Neste tipo de narração, o narrador não fala nada além do que sabe o personagem, isto é, o que lhe é permitido saber, e que medirá também o saber do leitor ou do espectador.[49]

Hiroshima... tem a particularidade de narrar o passado trazendo os aspectos sensíveis do próprio passado. Esta "voz-Eu", a *d'Ela*, não está completamente distanciada desse passado em termos emotivos; ela é narrador indiferenciado de personagem, que faz o relato e verbaliza suas angústias.

Essa "voz-Eu" pode ser digna de crédito, se quem com ela contracena a contradiz? "Você não viu nada em Hiroshima", "Louca!". Uma voz que inicialmente se adequava à sua atitude segura, ao final do filme torna-se firme e determinada, enquanto seu corpo e suas ações, vistas nas imagens, são erráticas e desarmadas.

Essa desconstrução nos fala sobre a reflexão histórica e filosófica no pós-guerra, que deixou de lado os positivismos, após o uso distorcido que foi feito deles pelo nazi-fascismo. E ainda, delata o descaso com o qual o Ocidente viu a história de Hiroshima.

Se *Ele* diz à *Ela*, que detém a "voz-Eu", que ela não viu nada em Hiroshima, como podemos confiar nas próprias imagens que estamos vendo da cidade de Hiroshima? Este é o recurso que o narrador usou para demonstrar que não devemos confiar nas imagens. Mas onde devemos buscar, nos relatos das vitimas?

A testemunha

Giorgio Agamben é bastante incisivo, e talvez até impetuoso [?], quando argumenta que "a vocação do sobrevivente é lembrar; ele não pode *não* lembrar"– e critica o caráter indizível que alguns críticos e vitimas atribuem a Auschwitz. Fazer isso, diz o teórico, é equivalente a *euphemein*, que significa "adorar em silêncio", como se faz com um deus; isso pode contribuir para a glória do inimigo. (Agamben, 2008, p. 24-5; 32)

Os personagens de *Hiroshima* não lembram o suficiente para fornecer uma episteme dos acontecimentos. Os fatos são sabidos, não são o essencial. O que vemos e ouvimos em *Hiroshima, meu amor*, ressoa além do que podemos saber e compreender; mas é no evento dessa incompreensão e no deixar de lado o senso e a compreensão que a nossa própria testemunha pode realmente começar a ocorrer. (Caruth, p. 56)

A saída *d'Ela* da "caverna", ou da "eternidade", como ele define, traz a *Ela* a consciência de que o esquecimento é realmente parte da compreensão. Guy Lecouvette observa sensivelmente: "Descobrimos que (a obra de Resnais) repousa sobre um pivô: a necessidade de esquecer para viver, e o medo de esquecer". 'Alain Resnais ou le souvenir," L'Avant-sc`ene du cinéma, Fev. 1961 in Caruth, (p. 32). Ao fim do filme, em uma rua de Hiroshima, Ela diz que "é preciso esquecer [ver] para conseguir respirar nesse mundo" e mais adiante: "eu contei a nossa história [...] ela foi, você vê, uma história que pôde ser contada".

Busca de uma memória objetual

---

[49] Metz, p. 136-8.

Na angústia pela preservação da memória, a vitima buscará algo de material a que se apoiar. A inconstância da memória e a conseqüente falha da linguagem, demandam uma memória objetual que, para os protagonistas, é absolutamente rarefeita, já que perderam tudo. No epílogo da história, *Ela* diz, olhando no espelho: "Como você, [...] eu queria ter uma memória inconsolável, uma memória de sombras e pedras."

No caso *d'Ela*, ainda há objetos do seu ambiente de clausura que orientam sua memória: as mãos arranhando a pedra e sangrando, a bolinha quente que caiu da rua e que lhe fez tornar à sanidade, os sinos da igreja que foram a primeira coisa de que se lembrou, a "visão da tinta". Leutrat, interessantemente coloca que um dos principais temas do filme é o tema da pele, das mãos, e das impressões táteis (1994, p. 66). No entanto, Ciril Neyrat observa que os objetos representados são frágeis — a imagem perde a sua verdade documental, dando espaço para uma qualidade imaginária ainda menos certa". (2007, p. 75)

Seu relato não tem encadeamento cronológico nem temático, é feito por associação simbólica: som da tesoura cortando seu cabelo, associação da raiva que sentia com as unhas que arranhavam a caverna depois, o amor morto que é inimigo da França, a farmácia do pai fechada por desonra, alguns que riem, a volta para casa à noite .

Muitos prisioneiros de campos nazistas deixaram objetos produzidos por eles, que foram encontrados após o fim da guerra. De acordo com Elaine Scarry, esses objetos não são produtos de uma racionalização, mas da possibilidade de comunicar com o mundo. (1985, p. 170) Se a comunicação é impossível, os objetos são sua forma de dividir a dor com o exterior do corpo.

Os objetos reais têm a imensa vantagem sobre os objetos imaginados, porque são passíveis de compartilhamento; e porque os objetos podem ser compartilhados, ao final o artifício adquirem uma escala tão grande quanto a imaginação porque seu resultado é, pela primeira vez, coletivo. (Scarry, p. 171)

O Silêncio

O silêncio de Hiroshima é o silêncio dos sobreviventes, e o silêncio de quem tem notícia das vitimas, por respeito e talvez ignorância da cultura e do que aconteceu. A abertura do filme mostra uma imagem inicialmente incompreensível que depois vimos a entender em parte: dois corpos suados, que se intercalam com corpos cobertos de cinzas. Silêncio. Nas imagens de arquivo, no hospital, ao ar livre, as vitimas também mantinham o silêncio, por choque, por motivos culturais? Finalmente, no tempo presente do filme, também permanece esse silêncio angustiante ao espectador: pessoas na beira do rio Ota, visitantes do museu, crianças no parque. As fotografias do museu também são recurso da dimensão do silêncio. O exato porquê não é dado saber, ao menos para o espectador ocidental. Para a pessoa que está fora do corpo, que sofre, diz Scarry é fácil permanecer completamente alheio à sua existência". (p. 4) Na confrontação com a história de Hiroshima, *Ela* argumenta: "Eu sempre chorei pela sorte de Hiroshima. Sempre" – tentando se justificar.

Durante o relato *d'Ela*, a música japonesa da *juke-box* do bar, invade a imagem na "caverna" para que não percamos do horizonte, a Hiroshima. A ligação das duas histórias se faz no final do relato: a bomba, em Hiroshima, para ela, significou liberdade, porque aconteceu no mesmo dia em que ela chegou a Paris, livre.

Enquanto Nevers faz parte da história dos vencedores, os perdedores foram esquecidos e ainda, até hoje, são de modo geral, alijados da história. Assim se dá a alegoria dos personagens: *Ela* usa Hiroshima e o seu amante para se livrar do trauma, porque neles, que são como materiais virgens, se pode depositar a dor do passado. Ela não se conecta nem pessoalmente, nem emocionalmente com Hiroshima, porque a cidade está distante dos seus sentimentos fundacionais. Uma demonstração disso é a sua fala final, em que se dirige ao alemão morto, e não a *Ele*.

Quando *Ele* assume a posição do "amor alemão", se coloca a serviço da memória *d'Ela*. O máximo a que ele pode aceder é a história dela, e não a dele; o que o deixa eufórico ao saber que *Ele* é o único a saber a história *d'Ela*; como se ele estivesse formando a sua própria história, inexistente. Ao perguntar se *Ele* estava em Hiroshima, *Ela* está tão absorta na sua própria memória, que sequer se atém ao fato de que se *Ele* está vivo, provavelmente não estava lá quando a bomba explodiu.

Ele fica alienado do conhecimento da história dela, até como ator, por não conhecer seu idioma. Na fala *d'Ele* os particulares de ambas as línguas se perdem e torna o personagem tão raso no significado quanto no significante – no entanto de complexidade infinita, posto que não lhe é possível decifrar.

Conforme ela consegue contar a sua história sobre Nevers pela primeira vez, Hiroshima se torna um lugar de esquecimento (Wilson, p. 56) – e isso é muito perturbador ao espectador.

Essa alienação *d'Ele* se dá, em última instância, no desentendimento (mais do que incompreensão), entre os dois. Ele diz: "Quando você fala, não sei se você mente ou diz a verdade."

Remonta ao classicismo, do século XVII, a idéia racionalisante de que a língua pictórica segue uma lei confusa das similitudes e se distancia do "pensamento refletido" e a associação da combinação dos sons das letras (do alfabeto Ocidental) à própria combinação das idéias. (Foucault,) Em *Hiroshima*, Resnais condena justamente essa visão imperialista, que se mantém até hoje, pois o oriental é "mistério". *Ele* está desligado das formas do "pensamento refletido" porque tem toda aquela fala decorada. A *Ele* não é permitido realizar as associações racionais que o alfabeto permite, assim como não é permitido re-traçar a sua história, devida a literal desintegração de sua família e de seu passado.

O que é importante salientar, é que Resnais também chama a atenção, de forma provocadora, para o fato de que aquele discurso foi colocado na boca *d'Ele* por outro, outro ser carregado de uma outra cultura. Resnais faz uma auto-crítica, pois da voz de personagem a um ator que não fala tal língua, um texto de um mulher francesa, a escritora Marguerite Duras. O discurso, no filme, gera sempre uma incerteza; como espectadores, somos sempre lembrados que devemos desconfiar do que está sendo dito.

O falar louco *d'Ela* e o falar alienado *d'Ele* engendram a desarticulação entre as duas culturas em questão. O significante gera as duas vozes dissonantes.

É forçoso falar para superar o trauma, mas isso é uma opção que se aplica a todos? O empenho de reconstituição pelos japoneses a despeito da sua impossibilidade de ver o que sobrou de sua cultura seguiu para a direção que tomou toda a Ásia em seu afã progressista pós-moderno.



Hiroshima hoje

Fonte: http://3.bp.blogspot.com/_Mpd1ozuoa64/TFsUssBHA3I/AAAAAAAACeo/JdqxVmAdn9Q/s1600/Hiroshima+2010.jpg acessado em 08/07/2011

Na casa de chá, os personagens falam sobre o passado. "Ele" diz: eu não posso

imaginar Nevers" e insiste muito para que ela conte, procurando identificar o relato *d'Ela* com a sua experiência. *Ela* responde novamente de forma didática. O espectador também não sabe se ela tenta barrá-lo de sua história, ou não consegue se confrontar com o trauma.

Surpreendentemente, "Ele" pergunta: Quando você está na caverna, eu estou morto? Esta foi a estratégia que ele usou para alcançar a profundidade do seu relato, uma prática bastante ousada, que sai completamente de qualquer possibilidade racional de obter um relato.

Ele continua perguntando se seu marido conhece essa história. À sua negativa, ele abraça-a enfaticamente e fica apaziguado: "Não há mais ninguém que sabe!" – A ele é dado saber alguma história, que agora faz parte da dele, que não seja a da história oficial. Infelizmente, não podemos colocar esse diálogo sob a categoria de "uma outra história" – porque essa nunca será a história dele – ele se regozija de saber (mas não de formar para si) uma história íntima que se relaciona com uma situação muito mais ampla, com a própria história dos eventos.

Conclusão

Voltando a Eric Rohmer, e sua pergunta de se Hiroshima, mon amour "em dez, vinte ou trinta anos, será o filme mais importante desde a Guerra," eu preferiria não colocar uma afirmação tão subjetiva que é da ordem do gosto, mas lembro que o filme, mais de 50 anos depois, é considerado de grandíssima importância, pelos vários autores que inundam a lista de referencias deste artigo e por esta que voz escreve. Um aspecto importante também a considerar é que a obra superou a própria vida de seu comentador.

Em *Hiroshima*..., a experiência pessoal *d'Ela* faz identificar todo um grupo que teve experiências análogas: seja dos que foram considerados traidores, seja dos que foram considerados loucos, seja dos que viveram o período da Guerra – ampliando-se o cenário do filme para a sociedade, é possível a construção de uma identidade comum, quiçá ela seja a memória coletiva, mas ainda restritamente, da memória da guerra no Ocidente.

A conclusão que apresento desta análise baseada no discurso é que, quando o foco é *Ela*, podem-se fazer analogias com as possibilidades da história oral; quando é *Ele* é foco, trata-se da alteridade. Seria interessante, para um próximo estudo, analisar de que outras formas seriam possíveis as apreensões das histórias de culturas a que o Ocidente considera distantes. Talvez os estudos pós-coloniais nos dêem referenciais para as futuras considerações.

Referências bibliográficas:

AGAMBEN, G. **O que resta de Auschwitz – o arquivo e a testemunha** Col. Estado de Sítio, Trad. Selvino J. Assmann São Paulo: Boitempo, 2008.

BOM-MEIHY J. C. S., **Manual de História Oral** 5ª ed. São Paulo: Loyola, 2005.

CARUTH, C. 'Literature and the Enactment of Memory (Duras, Resnais, *Hiroshima mon amour*)' in **Unclaimed Experience – Trauma, Narrative, and History** Baltimore: Johns Hopkins, 1996, pp. 25-56.

DURAS, M. **Hiroshima mon amour: scenario et dialogue** Paris: Gallimard, 1960.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

GREENE, N. **Landscapes of loss: the national past in postwar French cinema**. New Jersey: Princeton University Press, 1999.

LEUTRAT, J. L. **Hiroshima mon amour – Alain Resnais** – col. Synopsis Paris: Ed. Nathan, 1994.

METZ, C. **L'Énonciation Impersonnelle, ou le site du film** Paris, Ed. Meridiens Klincksieck, 1991.

NEYRAT. C. 'Orphé, le nouvel historien - Hiroshima mon amour au programme du b ac 2008', *Cahiers du Cinéma*, (Oct. 2007), pp. 75-6.

SCARRY, E. **The body in pain, the making and un-making of the world** Oxford: Oxford University Press, 1985.

WILSON, E.,'Hiroshima mon amour', in **Alain Resnais** Manchester: Manchester University Press, 2006, pp. 46-65.

Fontes virtuais:

Guided Tours to Peace Memorial Park and Vicinity – disponível em : http://www.pcf.city.hiroshima.jp/virtual/VirtualMuseum_e/tour_e/tour_mai_e.html# Acessado em 08/07/2011.

LEFFERT, R. "De Gaulle: 'une certaine idée de la France'", 13/10/2009 – disponível em: http://www.gaullisme.fr/2009/10/13/de-gaulle-une-certaine-idee-de-la-france-2/ Acessado em 05 de julho de 2011.

“A polícia recuou: não podia fazer nada contra isso” - Foucault e o caso Herzog, São Paulo, 1975

Heliana de Barros Conde Rodrigues*

Introdução

Foucault esteve no Brasil em 1965, 1973, 1974, 1975 e 1976. Essas visitas são um dos focos da pesquisa “Michel Foucault no Brasil: presença, efeitos e ressonâncias”, que vimos desenvolvendo nos últimos anos.

No intuito de reconstituir/reinventar tais momentos, temos trabalhado com documentos escritos e entrevistas sob o paradigma da História Oral. Boa parte das “letras” em que nos baseamos provém de entrevistas concedidas pelo filósofo francês à imprensa, mesclando-se assim, de certa forma, às “vozes” de nossos entrevistados – os quais, além evocar a presença de um Foucault-corpo, discorrem sobre os efeitos e ressonâncias da arqueogenealogia foucaultiana em suas vidas acadêmicas, afetivas, militantes, artísticas etc.

Tal característica dos “Ditos e Escritos” coletados favorece um dos direcionamentos da investigação em pauta, qual seja: elaborar uma *audiografia* de Foucault no Brasil – primordialmente, maneira como ele ocupou os espaços de fala; na qualidade de intuito correlato, modo como sua presença é lembrada e relatada, no presente.

O texto que se segue privilegia o ano de 1975, quando, convidado pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP a ministrar uma série de conferências, a atividade em princípio acadêmica a ser desempenhada pelo filósofo vê-se interceptada pelas ações da Ditadura Militar, particularmente o assassinato do jornalista Vladimir Herzog. O modo como Foucault se posicionou em face dessa ocorrência ganha destaque de início, seguindo-se uma apreciação de seus contatos com a imprensa. Ao final do artigo, são trazidas à cena narrativas colhidas junto a pessoas que com ele conviveram à época. Elas agregam elementos eventualmente ignorados, assim como abrem questões sobre os sentidos do tempo, a história da memória e os impactos atuais do pensamento e da palavra de Foucault.

As contracondutas

Em 1975, Foucault retorna à Universidade de São Paulo – nela estivera em 1965[50], mas em 1973 e 1974 seus destinos haviam sido o Rio de Janeiro (mais intensamente) e Belo Horizonte (breve estada em 1973).

Foucault chega em 5 de outubro. O projeto de trabalho na FFLCH-USP prevê conferências sobre psiquiatrização e antipsiquiatria, quiçá na intenção de expandir o rastilho de pólvora que começara a estender no Rio de Janeiro, no ano anterior, quando inquietara sobremaneira a polarização instituída entre medicina individual

---

* Instituto de Psicologia da UERJ; Doutora em Psicologia Escolar; apoio CNPq e FAPERJ

50 Sobre isso, ver Rodrigues, 2010a

capitalista e medicina social libertária[51]. Aparentemente, contudo, o combinado o aborrece: "Freud e Marx ao infinito. O trabalho político vem de antigos quadros sindicais ou intelectuais" – escreve a Daniel Defert (2002, p. 48).

Mas ele se engana ao ver somente continuidades. Não tanto em função do que se pode reconstituir em termos de datas e fatos, porque se o Governo Geisel promete "distensão" e se os censores começam a deixar as redações dos jornais, no porão prosseguem a tortura e o assassinato: "Em 1974 foram assassinadas cerca de cinqüenta pessoas, a maioria nas matas e nos cárceres militares do Araguaia. Nas cidades, o aparelho de repressão da ditadura exterminava o que sobrara da militância armada e avançava sobre o Partido Comunista" (Gaspari, 2004, p. 20). Ao longo de 1975, esse aparelho dera início a uma busca de militantes do PC supostamente "infiltrados" nos órgãos de comunicação. Pois será exatamente um episódio dessa estratégia da "linha dura" da Ditadura[52] que, entre outros fatores, propiciará uma inesperada descontinuidade de percurso.

O jornalista Vladimir Herzog ingressara na TV-Cultura no começo de setembro. Dois dias depois, a emissora transmitiu um documentário sobre Ho Chi Minh. A primeira reação não veio da censura oficial do regime, mas dos cães de guarda da imprensa. Responsável pela seção "Coluna Um" no jornal *Shopping News*, Cláudio Marques imediatamente comentou: "Eu acho que o pessoal do PC da TV Cultura pensa que isto aqui virou o fio..." (*apud* Gaspari, 2004, p.172).

Embora informado de que passara a fazer parte de uma lista de suspeitos, Herzog continuou sua vida regular. No dia 24 de outubro, foram à emissora para prendê-lo. Pediu tempo para concluir um telejornal e se prontificou a comparecer ao DOI-CODI na manhã seguinte. E assim efetivamente fez, no dia 25, para, segundo pensava, prestar esclarecimentos. Conforme registra Gaspari (2004),

> *foi acareado com dois colegas. Negou que pertencesse ao PCB e ficou a sós com um interrogador numa sala do andar térreo. Os dois colegas, num corredor contíguo, ouviram seus gritos e a ordem para que fosse trazida a máquina de choques elétricos. Um rádio, em volume alto, abafava os sons. A certa altura, o noticiário informou que o generalíssimo Francisco Franco, ditador da Espanha desde 1936, recebera a extrema-unção. (...) No meio da tarde fez-se um grande silêncio na carceragem* (p.174).

Vlado, apelido pelo qual era conhecido, estava morto. Segundo a Agência Oficial do SNI, suicidara-se. "Era o 38° suicida, o 18° a enforcar-se, dessa vez com uma 'tira de pano'" – anota Gaspari (p.174). E prossegue, num trecho que, em grandes linhas, poderia ter sido escrito por Foucault:

> *Desde o assassínio do ex-deputado Rubens Paiva*[53] *(...), era a primeira vez que morria no porão da ditadura um quadro da elite, com vida legal (...) Horas depois da confirmação de sua morte, começou um daqueles processos em que reações individuais e desarticuladas desembocam em comportamentos que, sem coordenação ou planejamento, constroem os grandes fatos históricos. Em todos os casos, teve-se de decidir por onde passava a linha a partir da qual o medo reprime a revolta. O medo era tanto que foi desafiado* (p.176).

---

51 A respeito, consultar Rodrigues, 2010b.

52 A ditadura brasileira teve uma vertente mais dura e uma menos dura. Mas é ridículo, ou mesmo ofensivo, apelidá-la de "ditabranda", como fazem, de tempos em tempos, certos políticos e jornalistas.

53 O ex-deputado Rubens Paiva foi dado, em 1971, como "desaparecido". Seu nome ficou indelevelmente associado ao do psicanalista Amílcar Lobo. Numa entrevista a *Veja*, em 1986, este último revelou ter participado das práticas de tortura e contou ter visto o ex-deputado, semi-morto, no DOI-CODI-RJ.

Na segunda-feira, 27 de outubro, após o funeral de Vlado, irrompe uma greve na USP. Foucault suspende seu curso e lê um texto sobre o assassinato do jornalista, transformado em panfleto pelos estudantes. Desconhecemos o teor desse escrito. Mas temos acesso às palavras de Foucault, mais tarde publicadas, descrevendo os acontecimentos de 31 de outubro, nas exéquias de Herzog – impressionante relato de uma *contraconduta* (Foucault, 2008, p.266), para usar o termo que, no intuito de caracterizar a agonística das relações de poder, ele virá futuramente a propor:

> *A comunidade judaica não ousou fazer exéquias solenes. E foi o arcebispo de São Paulo que promoveu, na catedral metropolitana, uma cerimônia, aliás ecumênica, em memória do jornalista: o evento atraiu milhares de pessoas à igreja, à praça etc. O cardeal, de vestes vermelhas, presidia a cerimônia: caminhou diante dos fiéis e os saudou exclamando "Shalom, shalom". A praça estava cercada por policiais armados e na igreja havia diversos policiais à paisana. A polícia recuou: não podia fazer nada contra isso"* (Voeltzel, 1978, p. 157)[54].

A professora brasileira Ieda Tucherman (2007) também se refere a esse episódio, quando cerca de 8 mil pessoas se reuniram na Praça da Sé. Afirma ter Foucault convocado de imediato a imprensa internacional para distribuir uma declaração na qual dizia que não ensinava em países onde jornalistas eram torturados e mortos nas prisões.

Embora se considerasse, desde então, vigiado pela polícia, Foucault permaneceu no Brasil até 11 de novembro e, sobre o restante da temporada, os escritos pouco dizem. Segundo Macey (1993, p. 350), teria estado na Universidade do Estado da Guanabara (atual UERJ), pronunciando conferências acerca de criminalidade, urbanização e saúde pública – das quais até o momento não encontramos registros.

Utopias, heterotopias

A documentação disponível é farta, por outro lado, no que tange ao contato do filósofo com a imprensa: uma entrevista concedida a um grupo de colaboradores de *Versus* é publicada no primeiro número (outubro de 1975) dessas "páginas da utopia"[55], sob a chamada "Hospícios, sexualidade, prisões". Ali, Foucault fala de sua *microfísica* em contraposição às perspectivas marxistas e estruturalistas; elogia as rupturas com a psiquiatria realizadas por Laing, Cooper, Bettelheim e Szasz; refere-se a 1968 como o momento em que, sem ligação ou comunicação prévia, a contestação se espalhou entre os estudantes de todo o mundo; aclama *O Anti-Édipo*, de Deleuze e Guattari, como a primeira crítica de esquerda dirigida à Psicanálise; rejeita a hipótese reichiana de ser a sexualidade reprimida com vistas à constituição do corpo humano como força de trabalho; exprime seu cansaço, em termos políticos, com a dupla Marx e Freud (à qual adiciona Lacan); defende as lutas particulares (de prisioneiros, mulheres etc.), cujo escamoteamento, a seu ver, dá lugar a totalitarismos de todos os matizes; afasta o intento de *Vigiar e Punir* de uma simples reforma das prisões, associando o livro ao questionamento de todos os micro-poderes vigentes etc. Porém, principalmente, analisa suas implicações como intelectual.

---

54 O livro-fonte da citação transcreve conversas, gravadas em 1976, entre Foucault e Thierry Voeltzel, um rapaz de 20 anos. Foucault se interessa pelo que teria mudado, nos anos 1970, nas maneiras de viver a sexualidade. Seu nome não aparece no livro: ele é identificado, no prefácio, como "um amigo mais velho".

55 *Versus – páginas da utopia* é o título da antologia de reportagens, narrativas, entrevistas e artigos publicados no periódico, editada por Barros Filho (2007a).

Nessa direção, em resposta a uma pergunta sobre a Universidade, assevera: "Depois de 1968, todos foram unânimes em dizer que a Universidade estava morta. Morta, sim, mas como o câncer – se propagando. (...) Ao mesmo tempo, desaparece o papel de 'profeta universal' do intelectual" (pp. 33-34). Concluindo o encontro, provocado por uma questão sobre a necessidade de uma síntese de saberes e de lutas, corta e recorta:

> *O que faz a síntese é o processo histórico, a síntese é feita pela coletividade. Se o intelectual quiser fazer a síntese dessas várias atividades ele retomará o seu velho papel solene e inútil (...). Não falo da síntese como algo que faz falta, mas de uma conquista: enfim nos livramos da síntese, da totalidade* (p. 34).

Nada melhor do que essa rejeição à síntese poderia ser oferecido a um periódico da imprensa alternativa como *Versus*. Qual grande parte de seus confrades – cerca de 150, no dizer de Kucinski (2003) –, o jornal surgiu sob o signo do acontecimento:

> *O drama de Herzog na prisão coincidiu com a impressão da primeira edição do jornal, em torno de 12000 exemplares (...). Distribuído precariamente de mão em mão, em bancas de São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e outras poucas cidades, e financiado, em parte, por um salário anual extra de Faerman*[56]*, Versus calou fundo na sensibilidade dos leitores, e iria mais longe do que o esperado* (Barros Filho, 2007b, pp. 10-11).

A despeito dessas condições minoritárias, de 1975 a 1979 *Versus* publicou 33 edições regulares, 3 edições-extra de histórias em quadrinhos, além de 2 outras em fuga ao calendário – uma relacionada ao Golpe do Chile e outra ao 1º de maio no ABC paulista. Mais do que esses dados, que atualmente, com a quase divinização do mercado e do capital, soam impressionantes, importa-nos uma aproximação a *Versus* como analisador das perspectivas presentes na esquerda brasileira. Porque é em relação a algumas delas que o discurso contra-sintético[57] de Foucault compõe uma singular aliança.

Diz-nos Araújo (2000) que, no Brasil, a primeira metade dos anos 1970 carreou, para a esquerda, uma nova definição tática: a "luta de resistência" como autocrítica, na prática, da luta armada e de sua derrota (p.124). Essa postura, associada à defesa das liberdades democráticas, não gozava, porém, de unanimidade. Certos setores de oposição ao regime militar a acusavam de diluidora:

> *A crítica de reformismo antes dirigida ao PCB e ao PCdoB voltou-se contra as organizações que haviam aderido à luta de resistência. Dessa forma, uma nova polaridade desenhou-se no interior da esquerda brasileira: de um lado, os que concordavam com uma luta de resistência (...); de outro, militantes e organizações que consideravam essa proposta uma reedição do reformismo do comunismo tradicional brasileiro* (Araújo, 2000, p. 124).

Articulada à nova polaridade encontrava-se a ação das minorias – movimentos de mulheres, negros, homossexuais etc. – que então surgiam (ou ressurgiam): enquanto os que aderiam à luta de resistência acolhiam essas iniciativas pela valorização da diferença – com ou sem tentativas de "aparelhamento" –, a perspectiva (agora) tradicional da ação política alegava que dividiam a oposição, conduzindo a uma fragmentação da utopia revolucionária.

Segundo Araújo (2000), "esse debate pode ser rastreado no espaço legal das páginas da imprensa alternativa", pois "as discussões políticas começavam a sair do âmbito estrito das organizações clandestinas e ganhavam espaço e

---

56 Marcos Faerman, idealizador de *Versus*.

57 No curso (1975-1976) *Em defesa da sociedade*, Foucault valorizará o saber das pessoas, incapaz de unanimidade, como apto a contribuir, aliado a conteúdos históricos sepultados, para a criação de contra-ciências – as que combatem o efeito inibidor das sínteses teóricas, qual o marxismo e a psicanálise. Ver Foucault, 1999.

público maiores"(p. 128). Assim, conquanto não se deva identificar imprensa alternativa e esquerda alternativa, a trajetória de *Versus* nos ajudará a esboçar uma breve análise do contraponto em pauta.

Entre 1975 e 1977, não faltaram ao periódico motivos para lutas de resistência: depois de Vlado, o operário Manuel Fiel Filho foi assassinado nas dependências do Exército (1976) e, no mesmo ano, a estilista Zuzu Angel, que vinha denunciando o massacre do filho, Stuart Angel Jones, morreu em um acidente de carro suspeito. Paralelamente, atentados a bomba começaram a ser praticados contra organizações como a Associação Brasileira de Imprensa e a Ordem dos Advogados do Brasil, logo seguidos de outros visando aos espaços nanicos que vendiam imprensa nanica, as bancas de jornal.

A linguagem e a estética de *Versus* eram um condensado desse momento: "o jornal buscava uma forma de expressão que representasse justamente o terror e a angústia (...). Por outro lado, intelectualmente, era (..) próximo dos ares do Maio de 1968 francês, encarando a política como uma manifestação estética" (Araújo, 2000, p. 132). Apesar da ênfase nos temas do pânico e da morte – o primeiro número exibia matérias como "Conversas sobre o medo", "Necrotério Raul Soares"[58], "450 anos de genocídio" e "Diário de minha morte" –, *Versus* era considerada uma publicação extremamente bonita:

> *De visual dramático, transmitindo ao mesmo tempo beleza e tensão, valendo-se de todos os recursos, do quadrinho à foto, (...), diferia esteticamente de tudo o que já havia sido feito antes na imprensa alternativa. Com capa em couchê e em cores, sempre forte e atraente, (...) era também um objeto artístico, uma iconografia da política e da história. Um de seus principais artistas gráficos vivia assumidamente a cultura da droga e valia-se das experiências com novos modos de expressão para a criação gráfica (...)* (Kucinski, 2003, p. 255).

De acordo com Faerman, essa estética-política pretendia fazer nascer, para o público brasileiro, uma ainda desconhecida América Latina, toda ela medo e terror: "Era tudo passado, usávamos o passado para falar do presente" (*apud* Kucinski, 2003, p. 256). A frase em tudo nos dirige aos procedimentos teórico-políticos de Foucault, e tal orientação não se altera quando lemos o comentário de Kucinski (2003): "Apenas para o público habituado à linguagem pedagógica, e em busca de rigor doutrinário, *Versus* era insuficiente" (p. 256).

Como se dava o processo de produção do periódico? A um núcleo inicial descapitalizado, que assinava promissórias na gráfica de Pinheiros, juntaram-se jovens jornalistas, em geral fascinados com o primeiro número. Colaboravam igualmente intelectuais e artistas veteranos, brasileiros e latino-americanos (como Eduardo Galeano), assim como uma nova geração de desenhistas e cartunistas. Aparentemente, o grupo não tinha qualquer preocupação com direitos autorais: "roubava" textos de revistas estrangeiras ou os recebia de presente de congêneres destruídos por ditaduras outras, como *Marcha* (Uuruguai) e *Crisis* (Argentina). Além disso, atraía exilados, abrigando-os em sua sede, se necessário: "Torna-se uma pequena 'casa de solidariedade' latino-americana, procurada não apenas por fantasmas do passado, mas por ativistas de carne e osso, (...) fugindo da morte certa na Argentina, no Chile ou no Uruguai" (Kucinski, 2003, p. 259).

A síntese, quando existe, é feita pela coletividade – dissera Foucault na entrevista a *Versus*. Em 1977, o jornal está no apogeu: vende cerca de 35000 exemplares por edição; congrega gente de todos os partidos políticos de esquerda; obtém o apoio de um show, com apresentações de Chico Buarque, Milton Nascimento, MPB-4, Simone e o Grupo Tarancón, assistido por cerca de 15000 pessoas, no Congresso Alternativo da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), realizado em São Paulo, após a proibição do evento oficial em Brasília. Nessa mesma época, todavia, através dos exilados que acolhera, recebe a Liga Operária, organização trotskista que não muito depois virá a lançar, no interior de *Versus*, o movimento Convergência Socialista.

---

58 O Raul Soares era um hospital psiquiátrico de Belo Horizonte conhecido pelo elevado número de mortes e negligência absoluta no atendimento aos internos.

Trata-se de um percurso repleto de peripécias, que não detalharemos aqui, limitando-nos a resumi-lo, talvez exageradamente, como enfrentamento entre utopia *fragmentada* e utopia *sintético-totalizadora*; ou, para usar termos foucaultianos, entre *heterotopia* e *utopia*. Apoiamo-nos em Kucinski (2003) para resumir o ocaso do periódico:

> *Com a anistia, a Convergência não precisa mais de Versus. Em junho de 1979, lançam (...) Cadernos para o socialismo (...) uma grande reportagem (...) sobre a vitória dos socialistas na Nicarágua, que vende duas edições. Em outubro (...) sai a última edição de Versus (...). Simultaneamente, a Convergência lança seu jornal próprio, Convergência Socialista, não mais para lutar por um PS* [Partido Socialista]*, mas para lutar pelo poder dentro do PT, como tendência organizada.* (pp. 267-268).

Quando da vinda ao Brasil em 1975, Foucault não está alheio a aventuras e desventuras jornalístico-doutrinárias. Em tempos recentes, tivera relações de proximidade (e tensão) com *La cause du peuple*, publicação dos maoístas franceses. A partir de 1971, estreitara vínculos com a Agence de Presse Libération (APL), cujos objetivos algo se assemelhavam aos de nossa imprensa alternativa.

Ao final de 1972, a APL decide lançar um diário popular "que reflita as lutas sem ser o órgão de uma corrente política" (Eribon, 1990, p. 233) e Sartre assume a direção do novo *Libération* – um diário que finalmente dará "a palavra ao povo" (idem, p. 234). Na redação, reúnem-se maoístas, não-maoístas e intelectuais extrapartidários. Foucault participa ativamente, pois deseja ocupar-se de uma "crônica da memória operária" que faculte ao saber dos trabalhadores a entrada e difusão no sistema de informação. Como iniciativa pioneira, entrevista por duas vezes José, um operário da Renault – diálogos publicados em um dos diversos números "zero" que dão corpo, de início, à invenção jornalístico-política. Mas logo percebe que ser jornalista de *Libération* implicaria dedicar todo o seu tempo ao periódico; os responsáveis pela publicação, por outro lado, não parecem ver com bons olhos a presença constante dos intelectuais. Sobre esse aspecto, dirá mais tarde Maurice Clavel, em suas memórias: "Lembro-me de ter tido uma modesta participação na criação de um jornal de esquerda, *Libération*, com uma equipe marxista unida, corajosa, entusiasmada. Ora, eles logo deixaram de se amar. No fim de alguns meses, munidos do braço secular, eles se exterminariam" (*apud* Eribon, 1990, p. 235). Também Claude Mauriac transcreverá conversas com Foucault relativas a *Libération*, nas quais este último fala "de sua tristeza em ver esse jornal mentir todos os dias, tal qual a imprensa de direita mais empenhada em deturpar os fatos" (idem, p. 235). Sendo assim, por mais que Foucault por vezes expresse, à época, o desejo de abandonar a escrita acadêmico-filosófica para dedicar-se ao jornalismo, a ausência de "veridicção", ou seja, do "dizer a verdade" que ele reivindica como base da atividade da imprensa, parece contê-lo.

Cumpre acrescentar que, em 1975, Foucault concedeu outra entrevista à imprensa brasileira. No caso, a um órgão que diríamos "híbrido", o *Jornal da Tarde* (JT). Segundo Kushnir (2004, p. 365), lançado em janeiro de 1966, o JT pretendia ser um vespertino graficamente revolucionário, ágil e divulgador de grandes reportagens. Era, porém, um subproduto de *O Estado de São Paulo*, circunstância que lhe definia os limites. Falando desse momento, Fernando Gabeira, em entrevista datada de 1979, avalia: "a única coisa de interessante que aconteceu foi no Jornal da Tarde, de São Paulo, (...), que era puramente formal, ou seja, um jornal bonito, mas que não propunha nenhuma questão importante. Bonito, mas muito bem comportado" (*apud* Kushnir, 2004, p. 228). Certo é que o *Jornal da Tarde*, da Família Mesquita, ficou conhecido como "mais à esquerda ou menos à direita" do que seu rival, a *Folha da Tarde*, da Família Frias – a partir do AI-5, uma espécie de sucursal midiática da Operação Bandeirantes[59].

É difícil imaginar o quanto sabia Foucault acerca das conivências e resistências da imprensa brasileira. Mas a entrevista concedida a Cláudio Bojunga e Reinaldo Lobo ("Michel Foucault. As respostas do filósofo"), publicada em 1º de novembro, faculta apreciar tanto o estilo do JT quanto as estratégias foucaultianas ao ocupar espaços de fala. No canto inferior esquerdo da página 12, um box intitulado "A história e a cultura vistas por um pensador profundo, inteligente, original, demoníaco. Com a palavra, Michel Foucault"....não lhe dá a palavra. Quem a tem é Reinaldo Lobo, que, após algumas ironias – "Michel Foucault é uma vedete"; "Alguns chegaram a ler seus livros" –, dedica-se a explicar longamente o sentido de *As palavras e as coisas*. Somente depois disso, aparentemente seguro de que suas considerações seriam lidas previamente, declara que "precisamos dar-lhe [a Foucault] a palavra".

---

[59] Sem entrar nos detalhes contidos no livro de Kushnir (2004), vale dizer que nem uma linha sequer foi publicada na *Folha da Tarde* sobre as exéquias de Herzog.

À direita da página 12 e na página seguinte, o filósofo responde aos entrevistadores. Os temas não diferem muito dos abordados em *Versus*, embora no JT as questões sejam formuladas de modo quase erudito, ao invés de se sucederem, como no jornal alternativo, qual em uma animada conversa. Foucault, contudo, sabe como ninguém inclinar o que lhe indagam na direção do que deseja afirmar. Sendo assim, quando lhe pedem que esclareça o sentido do que denomina "confissão" em suas pesquisas genealógicas, dispara sobre o presente:

> *Se é verdade que a extorsão selvagem da confissão é uma prática policial habitual e que a justiça, em princípio, a ignora (...), é também verdade que, atribuindo um tal privilégio* [a produção da verdade] *à confissão, o sistema judiciário é um pouco cúmplice dessa prática policial que consiste em arrancá-la a qualquer preço (...). Para dizer a verdade, a infelicidade do sistema é que existe, entre a justiça e a polícia, um acordo tácito e é a justiça que, sem o dizer, suscita freqüentemente as práticas policiais* (Foucault, 1975, p. 13).

O próprio Foucault, por seu lado, não escapa à necessidade de repetidamente reparar, qual em uma interminável penitência, a ousadia de haver um dia atacado a figura do homem. A pergunta dos entrevistadores é previsível: "E o homem? Existe?". Paciente, o filósofo contesta: "É claro que existe. O que é preciso destruir é o conjunto de qualificações, especificações e sedimentações pelas quais algumas essências humanas foram definidas a partir do século XVIII. Meu erro não foi dizer que o homem não existe, mas que seria fácil demoli-lo" (idem, p. 13). A resposta abre caminho à provocação final. Sabendo que Foucault se mostra incansável defensor das minorias, perguntam-lhe se tal postura poderia escapar a alguma forma de humanismo. Novamente mirando o presente, o entrevistado encerra o diálogo:

> *Se essas lutas* [das minorias] *são conduzidas em nome de uma essência determinada de homem (...), diria que são lutas perdidas. Porque serão conduzidas em nome do homem abstrato, do homem normal, de boa saúde, que é o precipitado de uma série de poderes (...). Fazer uma crítica política em nome de um humanismo significa reintroduzir na arma de combate a própria coisa que combatemos* (idem, p. 13).

Viajante contumaz, Foucault segue para Nova Iorque – "insuportável depois do Brasil", escreve a Defert (2002, p.48). Ali, participando de um debate sobre "Medicina, violência e psiquiatria", lembrou-se de nós e, em nova contraconduta, fez com que se lembrassem de nós:

> *Praticamente em todas as torturas importantes, hoje, está presente um médico que tem por função, em primeiro lugar, dizer quais são as torturas mais eficazes; em segundo lugar, ele faz exames médicos para saber se o doente corre o risco de morrer – Herzog, morto na prisão há 10 dias, não foi suficientemente examinado – e, em terceiro lugar, o médico dá injeções de diferentes tipos para reanimar o paciente de modo que este possa suportar fisiologicamente e psicologicamente as torturas* (*apud* Defert, 2002, p. 48).

Recordar Foucault

A toda essa documentação que, embora escrita, está geralmente marcada pelo signo da oralidade, acrescentamos a partir de agora narrativas colhidas junto a pessoas que conviveram com Foucault.

Em certos casos, elas agregam elementos antes ignorados. A recusa a participar de eventos de cunho oficial após o assassinato de Herzog não impediu que Foucault aceitasse o convite de estudantes vinculados ao Centro Acadêmico de Ciências Humanas da UNICAMP. Assim recorda o momento dessa palestra, realizada na quadra de futebol de salão do CACH, o professor de Filosofia Luiz B. L. Orlandi, responsável pela tradução simultânea:

> *Foi uma experiência inesquecível, pois Foucault dizia muitas coisas sem que seu rosto perdesse o ar de exuberante alegria e o humor de sua cortante inteligência. Não me era fácil acompanhar sua fluência discursiva, de modo que eu me sentia livre para incluir algumas improvisações, mas sempre no sentido buscado pelas suas frases.*

> *Num certo momento, por exemplo, quando ele fez a crítica das sínteses totalizadoras, eu pude dizer a ele que minha tradução buscou especificar a crítica das sínteses reacionárias. Ele concordou, sorrindo e dizendo: é isso mesmo, somos contra as sínteses reacionárias, mas sem que entrássemos em mais detalhes (..).*[60]

Enquanto tais evocações trazem de volta a crítica foucaultiana das sínteses – contribuindo, paradoxalmente, para um relato em aparência totalizador –, outras narrativas instauram o dissenso. É assim que Ana Carolina Oliviero, formada em filosofia pela USP nos anos 1970, associa, em emocionada narrativa, o filósofo francês, a escultora Louise Bourgeois e o bailarino Michail Barishnikov. Aluna, em 1975, do curso que Foucault ministrava, encontra-o no corredor, a caminhar sozinho, e comenta algo que a impressionara em *História da Loucura*. Segundo a entrevistada, Foucault foi profundamente atencioso, por mais que ela lhe dissesse que provavelmente o que pensara não seria novidade. "*A partir de então*" – ressalta –, "*não permito que ninguém deixe de dar atenção ao que digo. Se Foucault, que era Foucault, deu atenção....*". Complementa de imediato com a evocação do encontro com Louise Bourgeois: escultora internacionalmente famosa, esta última a recebeu em Nova York, na própria residência, para ver e comentar os trabalhos que a brasileira começava a desenvolver – Ana Carolina é, hoje, escultora. "*Com Barishnikov não falei, apenas o vi dançar, mas o efeito foi o mesmo*" – acrescenta[61].

Juntamente com Cida Aidar, Inês Castilho, Leda Kfouri, Lia Zatz, Marianna Monteiro, Marli Gonçalves, Rachel Moreno e Renata Villas Boas, Ana Carolina Oliviero fundou o "Nós mulheres", primeira publicação a se autodenominar "feminista" no Brasil. Indagada acerca do tema "Foucault e o feminismo", não se entusiasma. Mas quando lhe pergunto sobre a interrupção do curso, exibe significativa não-lembrança: para Ana Carolina, a programação foi seguida até o final, embora recorde ter estado ao lado de Foucault no culto ecumênico por Vladimir Herzog. Aparentemente, outras dimensões do tempo, em divergência com o severo *Chronos*, definem os efeitos da palavra foucaultiana para nossa entrevistada.

Três outras narradoras se referem, de forma um tanto distinta – a memória tem suas (in)fidelidades singulares –, a uma curiosa ocorrência durante a primeira aula do curso na USP. Concordam Vera Paiva[62] e Maria Luiza Sandoval[63], à época estudantes de psicologia, que um certo aluno, de nome Luís – personagem conhecido, algo "pirado", que vivia na universidade sob os cuidados (antimanicomiais) dos colegas –, entra no auditório onde Foucault está falando e interrompe o filósofo. Já Salma Tannus Muchail[64], professora da PUC-SP, evoca o aparecimento disruptivo do que denomina "*um bêbado, algo assim,... um 'homem infame'....*".

A partir daí, os relatos divergem ainda mais: Vera Paiva fala de uma cena de masturbação de Luis, a qual, segundo recorda, durou um tempo enorme; Maria Luiza concorda que o rapaz exibiu o pênis, mas sem o caráter

---

60 Entrevista concedida a Margareth Rago em...., com vistas à publicação, em co-autoria, Las conferencias de Foucault em Brasil (Rago e Rodrigues, 2011).

61 Entrevista concedida a Heliana de Barros Conde Rodrigues, 2010.

62 Entrevista concedida a Heliana de Barros Conde Rodrigues, 2011.

63 Conversa informal, não gravada, com Heliana de Barros Conde Rodrigues, 2011

64 Entrevista concedida a Heliana de Barros Conde Rodrigues, 2011.

sensacional descrito por Vera; as memórias de Salma, por sua vez, limitam-se a registrar que Foucault foi interrompido. As diferenças nas lembranças não param por aí: conforme Vera Paiva, muitos e muitos encontros no bar onde os alunos costumavam beber cerveja foram gastos debatendo a atitude de Foucault, que teria, severamente, convidado Luis a se retirar; para Maria Luiza, o filósofo, elegantemente, apenas propôs que se fizesse um intervalo; Salma, finalmente, evoca um Foucault que permitiu que o infame falasse, sem adotar qualquer medida restritiva – ao contrário, teria coerentemente encerrado a aula, aproveitando o propício incidente.

Não pretendemos dar conta, explicativamente, dessas divergências memoriais. Mas chegamos a especular que indicam memórias-composição singulares, articuláveis às trajetórias de vida de cada uma das narradoras, em meio às quais o encontro com a palavra-presença de Foucault ocupa um lugar ora perturbador, ora convergente. Em todo caso, não se trata de julgar os relatos em termos de uma presumida "verdade factual", e sim de considerar que essas diferentes memórias são "fatos", ou "versões-fatos", aptas a manter a tensão e a problematização no âmbito da História.

Considerações finais

Em 24 de outubro de 1975, publicava a Folha de São Paulo:

> *Realizou-se ontem, ao meio-dia, assembléia dos alunos da USP, nas dependências da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, em sinal de protesto contra a prisão, ocorrida nas últimas semanas, de estudantes, professores e jornalistas. (...) O professor Michel Foucault, psicólogo francês que está em São Paulo, convidado pela USP, para ministrar um curso na FFLCH, compareceu à assembléia dos alunos, ontem de manhã, e fez um pronunciamento de solidariedade aos estudantes. Disse, ainda, que pretendia suspender as aulas que está dando*[65].

Mais uma vez, o *chronos* de nosso artigo se vê abalado em sua pretensa soberania. Em 23 de outubro, antes do assassinato de Herzog, portanto, Foucault já se dispunha a interromper o curso na USP?[66] Estaria tal intento articulado, de início, aos "Marx e Freud" ao infinito, dos quais tanto se queixava? Ou aos já audíveis protestos dos estudantes quanto a prisões e assassinatos, "saber das pessoas" mais relevante, para o filósofo, que os desejos de erudição-totalização que lhe traziam as eventuais perguntas dos participantes do curso? Apenas uma aula foi pronunciada – como dizem alguns –, ou o tempo, mais oportuno do que cronológico, se condensou de tal forma a partir daquela segunda-feira, 27 de outubro de 1975, que tudo o mais passou a dele decorrer? – perguntas a que não cabe responder definitivamente, ao menos para uma *certa* História Política, pensamos.

Referências bibliográficas:

---

65 Folha de São Paulo, 24/10/1975, 1o Caderno, p. 17.

66 Cumpre afirmar, a despeito dessa pergunta, que fontes escritas não são necessariamente detentoras de fidelidade: vide, na notícia da FSP, o "Foucault psicólogo" e o horário atribuído à assembléia dos estudantes: ao meio dia?; de manhã?.

ARAÚJO, Maria Paula. *A utopia fragmentada. As novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 70*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

BARROS FILHO, Omar L. de (ed.). *Versus: páginas da utopia. Antologia de reportagens, narrativas, entrevistas e artigos*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2007a.

BARROS FILHO, Omar L. de. O versus nosso de cada dia. Em: *Versus: páginas da utopia. Antologia de reportagens, narrativas, entrevistas e artigos*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2007b.

DEFERT, Daniel. Cronologia. Em: FOUCAULT, Michel. *Ditos e escritos 1. Problematização do sujeito, psicologia, psiquiatria e psicanálise*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

ERIBON, Didier. *Michel Foucault: uma biografia.* São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

FOUCAULT, Michel. As respostas do filósofo. *Jornal da Tarde*, 1/11/1975.

FOUCAULT, Michel. Hospícios, sexualidade, prisões. Entrevista a Versus, out/1975. Em: BARROS FILHO, Omar L. de (ed.). *Versus: páginas da utopia. Antologia de reportagens, narrativas, entrevistas e artigos*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2007.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GASPARI, Helio. *A ditadura encurralada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

KUSHNIR, Beatriz. *Cães de guarda. Jornalistas e censores do AI-5 à constituição de 1988*. São Paulo: FAPESP/Boitempo, 2004.

MACEY, David. *The lives of Michel Foucault*. New York: Vintage Boooks, 1993.

RAGO, Margareth e RODRIGUES, Heliana Conde. Las conferencias de Foucault en Brasil. EM: ORELLANA, R.C. e FERNÁNDEZ, J.F. (orgs.) *Foucault desconocido*. Murcia: Universidad de Murcia, 2011, no prelo.

RODRIGUES, Heliana de Barros Conde. Um (bom?) departamento francês de ultramar. Michel Foucault no Brasil, 1965. Mnemosine (UERJ, ONLINE) – vol. 6, nr.2, p. 186-203, 2010a

RODRIGUES, Heliana de Barros Conde. Uma medicina...sempre social? Primeiras incursões à presença de Michel Foucault no Rio de Janeiro, 1974. Revista Eletrônica Historia Agora, nr. 10(2), p. 1-28, 2010b.

TUCHERMAN, Ieda. Michel Foucault, hoje ou ainda: do dispositivo de vigilância ao dispositivo de exposição da intimidade. Em: QUEIROZ, André e CRUZ, Nina Velasco (orgs.) *Foucault hoje?* Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.

VOELTZEL, Thierry. *Vingt ans et après*. Paris: Grasset, 1978.

As faces da (in) segurança: As falas das vítimas, vitimizadores e autoridades na cidade de Salvador, Bahia

Carlos Alberto da Costa Gomes*

Gina Emília Barbosa de Oliveira Costa Gomes**

Introdução

O Leviatã (HOBBES, 1984) está perdendo sua força e não consegue mais controlar a anarquia e o caos? O contrato social pelo qual renunciamos ao instinto e adotamos a moral (ROSSEAU, 1989) está sendo dissolvido? Os três poderes inerentes ao Estado (LOCKE, 1998) para assegurarem a paz, a segurança e o bem público não o conseguem? O conceito social supremo da sociedade burguesa – a segurança (MARX 1999, p.43) - enfraqueceu? A ilegalidade dos bens passou a imperar sobre a ilegalidade dos direitos (FOULCAULT, 1984, p.72)? De fato a ação do Estado não tem sido capaz de conter o aumento gradual e sucessivo da criminalidade e violência nos grandes aglomerados urbanos no mundo e em especial nos países emergentes, mesmo considerando algumas exceções, o que coloca em dúvida a capacidade do Estado democrático em prover a segurança dos seus cidadãos, já que a legitimidade da ação de governar se dá, em grande medida, pela capacidade do uso legítimo da força dentro do próprio território (WEBER, 1999) ou de demonstrar que realmente existe um governo (BAYLEY, 2001, p.17).

Parte-se do pressuposto que o atual estágio do desenvolvimento da cidadania no mundo condiciona que a ação policial não deve ser arbitrária, mas também não pode ser leniente. Deseja-se que haja critério para o uso da força quando necessário e que os esforços direcionados tenham efeito apenas sobre as causas geradoras, sem que a população tenha seus direitos e garantias individuais violados. Segundo Wieviorka (1997) os acontecimentos recentes, em todo mundo, nos dão conta de um novo padrão de criminalidade. Ele ressalta que as mudanças estiveram centradas nas dimensões das visões interpretativas que envolvem transformações dos fatos gerando novas percepções sobre as atividades criminosas, bem como a forma que a ciência se ocupa em dar novas explicações para tais fatos sociais. Adorno (1999) acredita que não houve mudança significativa dos fatos geradores de crimes, mas sim do olhar da sociedade sobre os atos criminosos.

Justifica-se assim este trabalho, identificar as faces do mesmo objeto para alcançar a completude do entendimento que permita contribuir para a reflexão sobre as formas ou possibilidades de se traçar novas estratégias de ação para minimizar os efeitos decorrentes da atividade criminosa.

A metodologia utilizada foi a história oral temática, por partir de um assunto específico e preestabelecido e se comprometer com o esclarecimento ou opinião do entrevistado sobre algum evento definido (MEIHY, 1998, p.51). Limita-se ao município de Salvador, terceira cidade do país e maior do Estado, portanto com representatividade para o entendimento do fenômeno na Bahia, abrangendo o período 2005-2009 caracterizado pelo aumento expressivo (211%) da criminalidade contra a vida – homicídios dolosos – parâmetro de avaliação da segurança pública.

---

* Doutor. Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano - PPDRU/UNIFACS – Laureate International. Salvador/BA.

** Mestre. Programa de Pós-graduação em Família na Sociedade Contemporânea/UCSAL.Salvador/BA.

Iniciando-se pelo entendimento da violência criminosa em nosso país, este trabalho explora as diferentes faces da criminalidade a partir das perspectivas das vítimas, dos vitimizadores e, também, dos gestores de órgãos de segurança, justiça, educação e saúde.

Violência Criminosa

A violência é entendida genericamente como aquilo que é contrário ao direito e à justiça. Esta definição não traduz o real problema. Entre outros: Arendt (1994), Freud (l974), Habermas (l980) e Sartre (l964) abordam as diferentes concepções da violência, da que se origina do poder, do Estado, da sociedade, do indivíduo. Porém a criminalidade no Brasil está centrada em um viés da violência – a inexistência de objetivos, com perda de vidas humanas, mas sem nenhuma finalidade. Daí a necessidade de uma classificação que permita a compreensão adequada. Neste sentido, de uma forma ampla, Maria Cecília S. Minayo (1994) grupou as múltiplas formas, com base na sua finalidade, em três tipos: a Estrutural; a de Resistência; a da Delinqüência.

A Violência Estrutural é decorrente das instituições: família (em algumas sociedades); sistemas econômicos (quando escraviza, avilta etc.), costumes (quando institui a violência de gênero ou de classe) e da estrutura política (como regimes racistas ou ditatoriais). As ações dessas instituições terminam por resultar na opressão de indivíduos ou grupos com base em padrões de etnias, de religião, de origem, de classe econômica, de orientação sexual[67]. Aos vitimizados são negadas conquistas da sociedade. A questão é "naturalizada" como cultura ao ponto da sociedade aceitar ou, mesmo, infligir toda sorte de ações contrárias ao que é justo e ao que é do direito, segundo o seu papel nesta estrutura e de forma aceita pelo conjunto, é natural.

A Violência de Resistência é a resposta à Violência Estrutural, porém não é aceita pela "estrutura", não é percebida como natural, ao contrário é reprimida pela sociedade e em especial pelos detentores dos poderes político, econômico e cultural. Desperta uma questão capital: é justo responder a violência com mais violência? Mas, como ressaltou Minayo, o principal dilema é a dialética social envolvendo a quebra da estrutura (aquela que violenta) e que é a mesma que estabelece o que é "natural".

As duas citadas, a Estrutural e a de Resistência têm uma espécie de arcabouço moral, têm finalidade, visam estabelecer uma ordem ou quebrar esta ordem com a finalidade de preservar situações justas ou injustas ou evoluir para outra situação justa ou injusta. Ambas diferem do último tipo que apresentamos a seguir porque este é despido deste traço de idealismo. É a Violência da Delinqüência realizada exclusivamente com o fim de obter vantagens pessoais de qualquer natureza, sem ideologia e sem valores morais.

É necessário admitir que os três tipos estão intimamente ligados. As prováveis causas do aumento da violência caracterizam de fato uma violência estrutural (falta de educação, trabalho, saúde, moradia etc.) e que possivelmente isto tenha gerado uma espécie de reação às condições diferenciadas de acesso às benesses do Estado. Mas tal aproximação não invalida a classificação da essência do ato, que neste último caso (violência da delinqüência) é amoral e fruto do livre arbítrio individual com a intenção de satisfação pessoal. Não possui conotações de benefício de outros, portanto é infensa a propostas que beneficiem a sociedade. Gera insegurança (medo) por fugir aos padrões morais e como vivemos em um estado democrático, com eleições livres para todos os níveis, é lícito afirmar que é ela que está diretamente ligada à criminalidade atual. Este esclarecimento é necessário para diferençar a criminalidade no Brasil da de outros países (onde se originaram de outros tipos de violências), ressaltando a necessidade de um sistema eficaz para contê-la.

O que está acontecendo na Bahia não é muito diferente do Brasil como um todo, com poucas exceções à regra. O próprio Governo do Estado, em seu relatório executivo de abril de 2009, informa que em 2008, de 223451 ocorrências registradas nas delegacias, apenas 32637 (14,6%) foram investigadas, destas 14548 (3,2%) foram denunciadas pelo Ministério Público e 2871 (1,3%) resultaram em condenação e pena (alternativas ou de

---

67 Inclusão do autor, porém de acordo com o conceito da autora.

internamento). Se, hipoteticamente, cada ocorrência significa possivelmente um crime, em 98,7% dos casos teremos a certeza da impunidade e consequentemente a realimentação do comportamento criminoso. Acrescentando-se a subnotificação geral de 70% [68] teremos uma resposta final de 0,39%. Para 99,61% dos crimes, não ocorrerá uma medida (penal, educadora, médica, assistencial etc.) do Estado.

Já foi identificado por diversas pesquisas reconhecidas nacional e mundialmente[69] que a maioria das vítimas e vitimizadores é de jovens. Isto decorre de vários fatores. É possível considerar a hipótese de que a opção pela prática do crime é uma opção real e próxima, muito mais factível do que ter a carteira de trabalho assinada.

A perspectiva das Vítimas – a face invisível

> *É muita consumição, vou mudar lá para uma laje na casa de mãinha, não tem jeito não, eu e meu marido construimo a casa com muito sacrifício, mas todo mundo já disse pr'á sair, por causa das crianças. Eles já mataram o cachorro e ficam jogando pedra no telhado. Não durmimo mais, chego a ficar com tonteira. É o fumo, eles ficam lá fumando e acharam de querer minha casa, eles querem a gente tem de sair. (Empregada doméstica, ex-moradora da Vila Verde, local humilde de Salvador/BA 2005).*
>
> *Eu morava em casa, era linda, nós construímos na Federação em um big terreno com todo o carinho, para ser a casa da família, tinha três pisos, um projeto muito bem feito, muito espaço. Fomos furtados duas vezes e na terceira vez foi roubo, apontaram a arma na cabeça de meu filho mais novo, levaram tudo. Aí desistimos de nosso sonho e viemos morar aqui, neste apartamento. Quando estou em Porto Alegre, Curitiba, São Paulo e o pessoal comenta que me inveja por morar em Salvador eu não respondo". (Empresário, ex-morador do bairro da Federação, bairro nobre de Salvador/BA – 2005).*

Os dois depoimentos prestados diretamente ao coordenador do Observatório de Segurança Pública da Bahia (em 2005) foram selecionados por coincidirem com a fase de aceleração do crescimento das taxas de criminalidade na Capital do Estado da Bahia, extrapolando os limites dos bairros pobres e periféricos. Tanto a empregada doméstica, como o morador rico de um local valorizado da cidade foi obrigado a mudar pela ação direta da criminalidade para protegerem suas famílias. Em 2005 ocorreram 925[70] homicídios na cidade de Salvador, produzindo uma taxa de 37 homicídios por grupo de 100.000 habitantes, em 2006 a taxa cresce[71] para 39 e em 2007 salta para 62, um novo patamar que no ano

---

68 Centro de Estudos e Pesquisas sobre Segurança e Criminalidade da Universidade Candido Mendes (Cesec)

69 Instituto Sangari/Ministério da Justiça.

70 SEI/BA-http://www.sei.ba.gov.br/ em 08/07/2011

71 As taxas foram recalculadas com base no censo 2010. A população estimada antes do censo era 3090000. o censo contou 2676606, a partir deste dado as taxas foram refeitas.

seguinte passa a 69 e em 2009 - 67 assassinatos, embora tenha tido uma pequena queda em 2010 (66), ainda é uma das mais elevadas do mundo.

> *Fui no posto (de saúde) e ninguém ligava, nem me davam uma guia pr'á internar ele no hospício, ele era viciado, fui na polícia, cheguei a prender ele em casa, mas quem consegue segurar, tenho de trabalhar pr'á comer e ele fugia e levava tudo de casa, não tenho nada, era o crack, mas nem bicho deve morrer assim.(Mãe – 2008).*
>
> *Meu filho era trabalhador, todo mundo gostava dele, respeitador, como alguém pode fazer isso. Tomar as coisas dele que ele comprou com o suor dele já era ruim, mas atirar nele, pr'á que? Precisava isso? Eu morri também, como é que eu vou fazer? (Mãe – 2009).*
>
> *Doutor eu quero justiça, pobre morre e ninguém liga, o assassino vai passar aqui em frente de minha casa todo bonito, de roupa de marca, rindo da minha miséria, e eu que vou ter de criar os filhos dela, eu avisei a ela, todo mundo sabia que ele mexia com droga, mas ela não me escutou. (Mãe – 2010).*
>
> *Avisar a polícia pr'á quê? Eles sabem, tem boca de fumo em todo lugar. Eles já mataram outros e ninguém faz nada! Só quando morre um bacana que eles se mexem. Também não adianta nada, meu neto ficou sem pai e agora eu vou ter de me virar e começar tudo de novo, ensinar a ser trabalhador e rezar pr'á ninguém atirar nele como no meu filho. Só Deus mesmo! (Pai – 2010).*

As quatro falas foram selecionadas, entre vários outros depoimentos coletados por pesquisadores do Observatório[72], por traduzirem ou mesmo repetirem de forma muito semelhante, um grande número de entrevistas concedidas pelos parentes de vítimas a jornais, programas de rádio e televisão que veiculam notícias de crimes.

A característica comum é o desespero em um contexto que poderia ser natural quando ocorre um fato dessa natureza sob qualquer condição social ou financeira, mas aqui, o desespero está ligado a uma percepção de injustiça agravada pela inexistência de amparo ou de providências. Observa-se nos depoimentos a presença da droga relacionada ao crime e a falta de apoio aos dependentes e suas famílias, assim como a ineficácia da contenção da criminalidade. Este fato é confirmado pelo Governo do Estado que veicula propaganda oficial na qual declara que 80% dos homicídios estão ligados ao uso e abuso de drogas.

A perspectiva dos Vitimizadores – a face sem remorso

Entrevistas realizadas com presos em regime fechado recolhidos ao "seguro"[73]

> *G, 31 anos, 22 anos de reclusão.*

---

72 O Observatório de Segurança Pública da Bahia pertence ao Grupo de Pesquisas em Segurança Pública, Violência e Cidades (CNPq). Tem por objetivo democratizar o conhecimento sobre segurança pública para permitir o controle social sobre o serviço. Nesta qualidade é procurado por vítimas ou familiares de vítimas.

73 Realizadas por Hilton Reis - PPDRU; "Seguro" é local de isolamento de presos em decorrência da brutalidade do crime cometido ou por suspeita de delação; Iniciais de nomes criadas para preservar os entrevistados. Todos os entrevistados assinaram autorização para publicação.

Entrevistador: Foi 157[74]*? Como você caiu nessa?*

G: Falta de oportunidade. Não tinha como sobreviver. Sem casa, sem trabalho. Sou de família fraca.

Entrevistador: Você se arrepende?

G: Não sei. De estar preso, com toda certeza, mas de tentar dar uma vida melhor pr'os meus..sei não.

Entrevistador: O que você espera ao sair daqui?

G: Ter uma chance, mas vai ser difícil. Quem emprega ladrão?

Entrevistador: O que você espera do governo?

G: Eu queria que ele fizesse casa para os pobres. Que pudesse arranjar emprego, porque se ele quiser ele cria. Eu queria fazer um pedido doutor.

Entrevistador: Pode dizer.

G: Não tem como o senhor pedir para o defensor público vim ver a gente? A gente ta largado, sem idéia do que ta rolando no processo. Quebre essa doutor?

AJ, 41 anos, 14 anos de reclusão.

Entrevistador: Você está aqui por quê?

A. J.: 281[75]*. É o que eles dizem. Mas é mentira, eu só usava mesmo.*

Entrevistador: O que te levou a isso?

A. J.: Cabeça fraca, amizade ruim, essas coisas.

Entrevistador: Você trabalhava?

A. J.: Só bico, mas eu tenho uma casinha da Ilha (Itaparica), que eu alugo e faço uns trocados.

Entrevistador: O que você espera ao sair daqui?

A. J.: Levar minha vida na boa. Tentar arrumar um emprego e pronto.

Entrevistador: O que você espera do governo?

A. J.: Eu? Não espero nada. A gente tem é que ser forte e viver sem depender. A gente só houve falar dos graúdos roubando, só não é preso. Cadê o Promotor? Cadê a verba pra quando a gente sair?

---

74 Latrocínio: tipificado no artigo 157, §3º do Código Penal (CP), e é considerado como crime hediondo, de acordo com o artigo 1º, II, da lei nº 8.072 de 1990.

75 Artigo 281 (CP) – Tráfico de drogas - foi revogado pela Lei Nº 11.343, de 23 de Agosto de 2006.

AM, 31 anos, 12 anos de reclusão.

Entrevistador: Consta aqui 155[76] e 281, foi isso que deu a cana?

A. M.: Furto e drogas.

Entrevistador: Tráfico de drogas?

A. M.: É.

Entrevistador: O que te levou a isso?

A. M.: Antes de fazer a gente não pensa muito no que levou a gente, mas depois a gente vê.... é muita história. Quando a gente ta no crime a gente é respeitado de algum jeito, acha que pode tudo.

Entrevistador: Como assim?

A. M.: O cara tem que trampar o mês todo pra poder faltar tudo. Isso porque o dinheiro é pequeno. Ai o cara começa a roubar e tem tudo do bom. Roupa, carro, comida, mulher, tudo.

Entrevistador: Então o crime compensa?

A. M.: Que nada. É ilusão. Depois que você é preso todo mundo se sai-saindo. Os amigos somem. A grana some. Dinheiro do crime não esquenta você gasta ou paga pros cana. Ai vai ter que roubar mais, até ser preso ou morrer.

Entrevistador: O que você espera ao sair daqui?

A. M.: Largar a droga.

Entrevistador: O que você espera do governo?

A. M.: Que ele olhe pros pobres, pra quem não tem nada. Para os pequenos.

Entrevistador: Obrigado pela entrevista e boa sorte.

A. M.: É nóis.

Nenhum dos depoimentos revela qualquer traço de arrependimento pelo mal feito a ouras pessoas, o arrependimento se dá em relação ao cerceamento da própria liberdade. As vítimas são invisíveis, não existem. Não assumem os erros, nem se comprometem a não realizá-los. Culpam as condições da vida que levavam, sem atentar que a massa da população vive em condições semelhantes e não opta pelo crime.

A perspectiva dos gestores – a face da insensibilidade

1. A senhora vai querer mesmo registrar queixa contra seu marido? E seus filhos, quem vai colocar a comida na mesa? Quem fez essa Lei Maria da Penha não entende nada de como

[76] Art. 155 (CP) – Furto qualificado.

são as coisas. Se a gente prende o pai daqui a pouco aquele monte de filho fica por aí e acaba entrando no crime. (Delegado descrevendo como resolveu o caso de uma mulher violentamente espancada pelo marido)[77].

2. Não registrei a ocorrência, estava na cara que a menina (14 anos) já conhecia muito da vida, andava por aí se esfregando em homem e agora vinha com a mãe dizendo que foi abusada. (Delegado explicando por que não deu andamento a uma queixa de estupro de vulnerável)[78]

3. Agora estão calminhos. Puxei para fora o mais saidinho, que mais falava, gritava incitando o tumulto na cela e deitei a madeira. Quando ficou pianinho coloquei lá dentro. Ninguém mais vai tumultuar meu plantão. (Agente de polícia com um pedaço de madeira na mão explicando à frente de todos como dominou um princípio de tumulto em uma cela superlotada)[79].

4. Estava procurando já fazia dias aquela figura e ele estava trancado na outra Delegacia. Isso acontece sempre, você está cumprindo um mandado ou uma preventiva e o cara já está preso, uma delegacia não sabe quem está preso na outra. (Delegado) [80].

5. O senhor não sabe que eles (a população de uma favela) ficam inventando o tempo todo para a gente não agir, é conluio com o tráfico, é por isso que agora já tem ordem para não socorrer ninguém durante a operação, foi por isso que ninguém socorreu o menino. (Policial Militar respondendo sobre o crime de negar socorro a uma criança vítima de bala perdida em favela) [81].

6. Foram transferidas 9 (nove) duplas de policiais para a RONDESP, não deu para manter o policiamento na Rua. (Policial Militar explicando o súbito aumento de crimes em uma rua)[82].

---

77 O policial não cumpre o prescrito na Lei Maria da Penha intencionalmente por julgar imprópria para a realidade das vitimas.

78 O policial desqualifica a vítima e não cumpre o prescrito no art. 217-A (Estupro de vulnerável) da lei 12.015, de 7/08/2009.

79 O fato foi presenciado pelo coordenador do Observatório que estava presente na Delegacia para registro de um acidente com vítimas.

80 Palavras de um Delegado em um painel para avaliação da atividade policial promovido pelo Observatório.

81 Explicação dada por um oficial da PM ao fato de não se ter dado socorro a uma criança vítima de bala perdida em operação policial de combate ao tráfico de drogas.

82 Reunião de trabalho do Plano de Revitalização da Península de Itapagipe em Salvador/BA.

> *7. Quando as meninas passaram a agir de forma estranha, avisei a mãe e ela se escondeu em casa e flagrou o abuso. Ele a assassinou e fugiu depois se apresentou. Liguei para a Polícia e eles disseram que eu tinha que ir lá prestar depoimento, liguei para o Conselho Tutelar e eles disseram que eu tinha de mandar por escrito. Se ele matou a esposa o que não faria comigo? Liguei para o Juiz, Promotor e um mundo de gente da justiça e eles disseram que o que não estava nos autos não existia. (Diretora de escola sobre pai de duas alunas de 12 e 13 anos havia abusado das filhas, assassinado a mãe e continuado com as filhas)*[83].
>
> *8. Não temos telefone nem carro e nem vale transporte, como pode funcionar assim. (Membro de Conselho Tutelar explicando por que o conselho não funciona).*[84]
>
> *9. A conduta desviante ou criminosa dos filhos de classe média e alta é tratada em clínicas de psiquiatria, enquanto o mesmo comportamento dos filhos de pobres é tratado com cadeia. (Ex-Médico da FEBEM em Seminário do Observatório).*
>
> *10. Até hoje não foi implementado o ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente. (Dirigente de ONG).*

A mulher é instada a submeter-se ao companheiro violento pelo Delegado para que continue tendo quem coloque "comida na mesa", para seus filhos (depoimento 1), revela desobediência direta à Lei [85]. As falas 2 e 5 apresentam novo caso de desobediência à Lei[86], não se considera a criança (14 anos) como vítima. Já o depoimento 3 evidencia a ação criminosa (espancamento) como prática normal. Os depoimentos 4 e 6 demonstram o descaso e desorganização do sistema. Os depoimentos 7 e 8 demonstram de forma inequívoca que o sistema que deveria proteger não existe, enquanto os de número 9 e 10 explicitam como são tratados de forma absolutamente distintas os jovens ricos e pobres.

Conclusão

A característica comum às três faces, em relação às ações que vão da omissão ao crime, apontam para forma naturalizada como todos enxergam e desempenham seu papel. A face das vítimas é invisível e desesperada. A face dos vitimizadores é fria e sem remorso. A face dos gestores é insensível e não enxerga as vítimas e nem os vitimizadores. Constata-se a verdade exposta por Jessé Souza (2006, p.146): "É, portanto a realidade destes consensos compartilhados acerca do valor objetivo e diferencial de indivíduos e classes inteiras que explica a existência de todo

---

83 Depoimento prestado por ocasião de visita da equipe encarregada do Programa de Proteção dos Jovens em Território de Descoesão Social – PROTEJO.

84 Explicação dada na Oficina de Segurança Pública no Congresso do Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público/BA 2007, o fato persiste em 2010.

85 LEI Nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.

86 LEI Nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

um aparato legal e jurídico meramente simbólico."

Trata-se de invisibilidade, sub-cidadãos e cidadãos. Via de regra, as vítimas e criminosos são tratados como partes de um problema destituído de humanidade, urgência, civilização, direitos e cidadania como se o outro (a vítima, o vitimizador e o gestor) não existisse na mesma realidade. Esta impossibilidade de existência no mesmo patamar de humanidade ajusta-se à definição de Boaventura de Souza Santos (2007, p. 4):

> *O pensamento abissal moderno salienta-se pela sua capacidade de produzir e radicalizar distinções. Contudo, por mais radicais que sejam estas distinções e por mais dramáticas que possam ser as conseqüências de estar de um ou do outro dos lados destas distinções, elas têm em comum o facto de pertencerem a este lado da linha e de se combinarem para tornar invisível a linha abissal na qual estão fundadas. As distinções intensamente visíveis que estruturam a realidade social deste lado da linha baseiam-se na invisibilidade das distinções entre este e o outro lado da linha.*

De fato, as três faces da questão da segurança pública na Bahia são diferentes reflexos da mesma face do Estado representativo de uma sociedade desigual que aceita e reproduz a violência de forma naturalizada, produzindo e reproduzindo lembranças traumáticas. A verdadeira dimensão da questão está além da gestão de setores específicos e pode comprometer a legitimidade do Estado, incapaz de cumprir seu papel.

Referências bibliográficas:

ADORNO, Sérgio. Insegurança versus direitos humanos: entre a lei e a ordem. **Tempo Social: revista de sociologia da USP**. São Paulo: v.11, n. 2, p.129 153, out.1999.

ARENDT, Hannah. **Sobre a Violência**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
BAYLEY, David H. **Padrões de policiamento:** uma análise comparativa internacional. São Paulo: EDUSP, 2001.

FOUCAULT, Michel. **Micro física do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 4ª edição, 1984.
FREUD, S. **Reflexões para os tempos de guerra e morte**. In: Obras Completas de Sigmund Freud, pp. 311-339. Rio de Janeiro: Imago, 1974
HOBBES, T**. Leviatã**. São Paulo: Martin Claret, 2005.

HABERMAS, J. **O conceito de poder de Hannah Arendt**. In: Habermas (B. Freitag & S. P. Rouanet, org.), pp. 100-118, São Paulo: Ática, 1980
LOCKE, J. **Dois tratados sobre o governo**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MARX, Karl. **A Questão Judaica**. São Paulo: Moraes, 2ªEd., 1999.

MEIHY, J. C. S. B. **Manual de História Oral**. São Paulo: Loyola, 1998.

MINAYO, Maria Cecília S. A Violência Social sob a ótica da Saúde Pública. **Caderno de Saúde Pública**. Nº10. P.07-18. Rio de Janeiro. 1994

ROUSSEAU, J. J. **O Contrato Social**. São Paulo: Cultrix, 1989.

SANTOS, Boaventura de Souza. Para Além do Pensamento Abissal: das Linhas globais a uma ecologia de saberes. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. Nº78. P.3-36. Universidade de Coimbra. Portugal. 2007.

SARTRE, Jean Paul. **O Diabo e o Bom Deus:** três atos e onze quadros. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1964.

SOUZA, Jessé. **A Invisibilidade da Desigualdade Brasileira**. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

WEBER, Max. **Economia e sociedade:** fundamentos da sociologia compreensivista**.** Brasília:UNB, 3. Ed. v. 1,

1994.

WIEVIORKA, Michel. O novo paradigma da violência. **Tempo Social**. **Revista de Sociologia da USP**. São Paulo: v. 9, n. 1, p. 5-41, maio, 1997.

As imigrações sirio libanesa e espanhola e suas contribuições na diversidade cultural do espaço geográfico piracicabano – sp

Maria Dalva de Souza Dezan*

Este texto possibilita a apresentação das atividades e resultados prévios da pesquisa a qual nos propomos, apontando as premissas sobre o tema: IMPACTOS DAS IMIGRAÇÕES ESPANHOLA E SIRIO LIBANESA COMO FATOR PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E DIVERSIDADE CULTURAL NA ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO PIRACICABANO-SP.

O escopo desta pesquisa é fazer uma análise da importância destas imigrações para o município. Para tanto estabeleceremos o panorama social e a situação econômica vigente na época e as motivações da vinda destes imigrantes para o Brasil e especificamente para Piracicaba.

Nesse sentido, o estudo e compreensão da imigração como fator social que interfere no espaço geográfico e as inter-relações provenientes desse contexto fazem parte desta pesquisa. Com o objetivo em demonstrar como o município se desenvolveu economicamente, pautado na agricultura, recebendo a contribuição para este desenvolvimento de diversos imigrantes, delimitaremos dentro do tema a análise da influência social, política, econômica e cultural dos imigrantes, que vieram para o município em conseqüência dos fluxos imigratórios como mão de obra nas lavouras de café.

Ao analisarmos o contexto histórico-geográfico brasileiro, constatamos que da segunda metade do século XIX, a cafeicultura trouxe o desenvolvimento econômico para o Brasil em especial para o Estado de São Paulo. O café predominou como o principal produto da exportação brasileira, superando o açúcar, o fumo e o cacau, entre outros produtos da economia brasileira.

A pressão externa pelo fim da escravidão em especial por parte da Inglaterra fez o Brasil ceder gradativamente ao longo do século XIX, com a abolição do tráfico de escravos em 1850 – Lei Eusébio de Queirós, e a promulgação da Lei Áurea em 13 de maio de 1888, com a libertação dos escravos, mas não a sua inclusão em nossa sociedade.

Com o objetivo de suprir as necessidades de mão de obra e colonizar as áreas ainda vazias, foram introduzidos no Brasil, ao longo do século XIX, grupos de imigrantes estrangeiros. Para o trabalho nos cafezais, foram trazidos principalmente os alemães, italianos, espanhóis a partir da década de 1880, e os japoneses a partir do inicio do século XX.

Considerando esses aspectos, a especificidade do estudo se apresenta como conhecimento e valorização de características étnicas e culturais dos diferentes grupos sociais que convivem no mesmo espaço geográfico.

Para a organização desta pesquisa, além dos dados encontrados em repartições publicas e privadas, pesquisamos em base de dados virtuais sobre o tema como também visitamos as sedes e pesquisamos nos arquivos da Sociedade Beneficente Sírio Libanesa de Piracicaba e Sociedade Recreativa e Cultural Real Hispano Brasileira de Piracicaba, Memorial do Imigrante em São Paulo, o Centro de Memória da Unicamp.

A partir da organização da coleta de dados, foi necessário que essa organização fosse de forma clara e objetiva, procurando adequar os procedimentos às necessidades que nos foram apresentadas durante a pesquisa. Esta tarefa, nos fez afirmar a escolha da metodologia de HISTÓRIA ORAL para execução da pesquisa.

Tratar desse tema é um estímulo a discussão das questões associadas à identidade e diversidade, favorecendo a construção do entendimento no ambiente social ao qual estamos inseridos.

As emigrações **Espanhola e Sírio Libanesa**, mais especificamente aquela ocorrida no município de Piracicaba, aqui examinadas, são parte de um dos maiores deslocamentos em massa ocorridos na história, entre os séculos XIX e XX

Argumentar sobre o tema da identidade cultural envolve analisar aspectos do "pertencimento" a culturas, ou seja, implica considerar fatores étnicos, lingüísticos, religiosos e de nacionalidade. Da perspectiva de que, em um mesmo ambiente natural, é comum existir uma grande diversidade cultural, analisaremos o tempo e o espaço percorridos pelos imigrantes sírios libaneses e espanhóis que chegam ao Brasil e, especificamente, a Piracicaba.

O processo migratório para Piracicaba é parte do movimento migratório maior que se registrou no Brasil, desde seus primórdios.

É incontestável que cada um desses imigrantes, dentro do seu contexto, possui uma bagagem cultural. Nossa questão envolve a forma como esses imigrantes trataram de adaptar seus hábitos e costumes à nova terra. Como resposta, temos diversos depoimentos coletados, através de entrevistas, biografias, históricos familiares e pela transmissão cultural, que passa de geração a geração.

Por intermédio deles, pode-se "mergulhar" nos aspectos acima mencionados, tais como etnias, religiões, nacionalidades etc. A este respeito, ao estudar um grupo de imigrantes do ponto de vista de sua identidade cultural, Demartini (2006) observa:

> *Para conhecer os grupos, fomos nos transformando, questionando nossas próprias identidades. Fruto desta vivência em contexto de relações entre tantos grupos, o que seria para nós sermos "brasileiros"? Que marcas carregamos dos vários grupos que foram constituindo a população paulista e paulistana? Nenhum deles viveu aqui isoladamente; as relações sociais foram múltiplas [...] (p. 139)*

Os estudos relativos à cultura e imigração levantam questões relativas à história e a memória. História, do ponto de vista da experiência coletiva dos homens no que se refere a sua elaboração. Memória, significando evocação e também registro e armazenamento do que foi lembrado; muitos estudos depois de analisados pela história, foram transformados em artigos, livros e pesquisas. Sabemos que as relações entre história e memória são múltiplas e complexas. A matéria-prima que ambas usam é a mesma. A memória é fonte de informação para a construção do saber histórico. A história, como saber específico está voltada para a produção de evidências e, neste sentido, tem uma função questionadora da memória. A história como procedimento epistemológico fornece conceitos, símbolos e métodos para que o homem se conheça e estabeleça relações.

O desenvolvimento da cafeicultura, a partir da segunda metade do século XIX, trouxe um grande desenvolvimento econômico para o Brasil, em especial para o atual estado de São Paulo. Este desenvolvimento possui intensa relação com a vinda de imigrantes para as lavouras cafeeiras.

> *O governo, por outro lado, encarregou-se de subvencionar a propaganda de nosso país nas regiões fornecedoras de braços e a pagar as passagens dos imigrantes até os nossos portos. Com alguns curtos períodos de interrupção, o sistema de imigração subvencionada vigorou no Estado de São Paulo por muitos anos (Nogueira, 1973, p. 38).*

A preocupação dominante dos homens da então Província Paulista era solucionar o problema, tendo para tanto lançado mão de imigrantes das mais diversas procedências, sendo que, dentre eles, foram os italianos os que afluíram em maior número.

> *O imigrante, que veio durante certo período em caráter supletivo – tendo coexistido com o escravo na lavoura – a partir da abolição tornou-se o substituto efetivo da mão-de-obra escrava. [...] distingue três períodos: o primeiro de 1808 a 1886, o segundo de 1887 a 1930, e o terceiro de 1930 em diante (Carneiro, apud Nogueira, op. cit, p. 37).*

IMIGRAÇÃO SIRIO LIBANESA PARA O BRASIL E PIRACICABA

A imigração árabe no Brasil teve início no final em 1860, quando o Imperador Dom Pedro II fez uma visita ao Líbano e estimulou a imigração de libaneses para o Brasil.

Considerando os estudos e registros históricos de outros grupos imigrantes, alguns estudiosos sobre o tema entre eles Truzzi, nos diz que a imigração sírio libanesa ainda é pouco estudada

Segundo Boris Fausto em seu livro Historiografia da Imigração para São Paulo (São Paulo, Sumaré/Idesp, 1991).

> *Sírios e libaneses começaram a imigrar para o Brasil em fins do século XIX, fugindo as dificuldades econômicas em suas regiões de origem. Concentraram-se, principalmente, no estado de São Paulo, mas uma parcela deles fixou-se no Norte do país, nos estados do Pará, Amazonas e o então Território do Acre, caracterizados por um baixo fluxo imigratório. Por toda parte, sírios e libaneses se dedicaram as atividades comerciais, tendo um papel relevante no comércio da borracha, durante o auge do período de produção e exportação desse produto (1890-1910), nos estados do Norte.*

Em São Paulo e em menor escala no Rio de Janeiro, sírios e libaneses dedicaram-se ao comércio, a princípio como mascates, percorrendo com suas mercadorias as ruas dos grandes centros urbanos, as fazendas e pequenas cidades do interior. Gradativamente, abriram estabelecimentos comerciais, tornaram-se industriais, escalando os degraus da mobilidade social.

Os descendentes dessa etnia diversificaram suas atividades, sendo notável sua concentração na medicina e sua presença nas atividades políticas.

Segundo Truzzi, em seu livro "Patricios, Sirios e Libaneses", salienta que, o elemento significativo da trajetoria de sirios e libaneses, diz respeito as relações de complementariedade e de entreajudas no interior da colônia.

A Sociedade Beneficente Sirio Libanesa de Piracicaba é prova desse espirito de solidariedade, pois desde sua fundação em 16 de novembro de 1902 sob a denominação de "Sociedade Beneficente Siria", passando a denominar-se "Sociedade Beneficente Sirio Libanesa" em delieração tomad em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 20 de novembro de 1955, e atualizada por Assembléia Geral Extraordinária realizada em 25 de novembro de 1996.

Desde sua fundação, fez constar em seus Estatutos, o lema: "**A UNIAO FAZ A FORÇA",** e como principio e finalidade; promover a harmonia, estreitar os laços de união, auxiliar moral e materialmente seus associados, podendo estender também seu auxilio a instituições e pessoas estranhas sem distinção de cor, religião ou nacionalidade.

O elemento de solidariedade, entremeado de laços de parentesco e de conterraneidade, fornecia o substrato de uma certa cultura de cooperação que sempre tendeu a estabelecer de modo informal.

A maioria dos imigrantes sirios e libaneses que aportaram em Piracicaba, eram acolhidos, desta forma não se sentindo sozinhos, desamparados e desprotegidos. Imigraram e obtinham informações sobre onde ir, onde encontrar trabalho e quetipo de atividade lhes proveria emprego, amparo e treinamento ao recém-chegado.

Muitas vezes essas atividades e providências eram desenvolvidas em reuniões informais na sede da SBSL e ou nas residencias dos patricios (conterrâneo, compatriota), durante as habituais visitas mutuas de amizade e aproximação, após o que, não raramente, o mais antigo saia com o iniciado para lhe ensinar as estradas que o levaria as fazendas e bairros rurais, bem como para chegar onde pudesse encontrar pouso e alimentação. O trabalho dependia fortemente da atuação de toda a familia, que se organizava para cooperar e sobreviver. O Estilo sirio libanês era peculiar, auxiliando a entrada desse imigrante na nova sociedade acolhedora

Embasados em dados do IHGP – Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba, das entidades representativas de cada etnia, de relatos coletados através da história oral, de diversos artigos em jornais do município e alguns livros

publicados sobre os imigrantes, podemos exemplificar brevemente a importância de duas etnias os **Sírios e Libaneses e os Espanhóis** no processo de desenvolvimento econômico e na diversidade cultural de Piracicaba

Os imigrantes **Sírios e Libaneses** tiveram um importante papel no desenvolvimento econômico de Piracicaba. Eles chegaram à região por volta de 1878 a 1880. Em 16 de novembro de 1902, 28 compatriotas, todos Sírios fundaram no município a Sociedade Beneficente Síria de Piracicaba, que teve como primeiro presidente Manoel Elias Zina. Iniciaram suas atividades num imóvel alugado, mas adquiriram um imóvel na principal rua do comércio, Governador Pedro de Toledo, rua que permanece como um dos eixos principais do comércio até os dias atuais.

Foi neste imóvel próprio que inauguraram em 15 de novembro de 1927 sua Associação. Em 20 de novembro de 1955, passa a denominar-se Sociedade Beneficente Sírio-Libanesa. Nesta época já existiam diversos libaneses radicados em Piracicaba. O principal objetivo da sociedade era amparar os imigrantes que ao chegarem, recebiam hospedagem, alimentação, e uma mala com mercadorias para começar a ganhar a vida.] Esses imigrantes tiveram um importante papel na vida social da cidade. Como a comunicação entre as mais diversas localidades era praticamente inexistente, os imigrantes sírio-libaneses, ou mascates como eram conhecidos, faziam o papel dos atuais carteiros, levavam cartas, encomendas e recados, além de vender seus produtos.

A antiga associação foi durante longos anos o principal ponto de reunião da colônia. Com a morte dos imigrantes mais antigos, a associação, atualmente, está restrita a algumas comemorações culturais e a eventos sociais. Esta sociedade no ano de 2010 completou 108 anos de atividades ininterruptas. Tendo por lema "A União Faz a Força".

Pesquisar sobre os sirios libaneses em Piracicaba nos remete ao relato do Sr. Elias Salum, que expressou seus sentimentos na introdução de seu livro.

Desde a minha infância, eu e meus irmãos fomos orientados e educados a fazer e trabalhar o máximo para a grandeza de Piracicaba, terra que abrigou meus pais e inumeros imigrantes arabes desde o século XIX, que fugiam do Império Otomano que dominou a grande Síria do passado e de outros povos, por vários séculos. Deles, originou-se uma associação que se denominou Sociedade Beneficente Siria, que depois de meio século de existencia, passou a denominar-se Sociedade Beneficente Sirio Libanesa, com finalidades voltadas ao amparo e projeção desses imigrantes,{...}

IMIGRAÇÃO ESPANHOLA PARA O BRASIL E PIRACICABA

A marca da imigração no Brasil pode ser percebida especialmente na cultura e na economia das duas mais ricas regiões brasileiras: Sudeste e Sul. Piracicaba está inserida na região Sudeste do Brasil. A colonização foi o objetivo inicial da imigração no Brasil, visando ao povoamento e a exploração da terra por meio de atividades agrárias. A criação das colônias estimulou o trabalho rural.

A grande imigração espanhola só começou em fins do século XIX, devido ao agravamento dos problemas sócio-econômicos naquele país que não tinha uma politica boa.

A presença espanhola em terras brasileiras acontece desde o início da colonização do Brasil. Porém só se pode falar de uma efetiva imigração de espanhóis para o Brasil a partir do final do século XIX

No final do século XIX, com o desenvolvimento da tecnologia naval, milhares de pessoas saíram da Europa em busca de melhores condições de vida nas Américas. No caso da Espanha, a imensa maioria rumava para suas colônias ou ex-colônias, pelos laços históricos e culturais que mantinham e, por esse fato, os destinos preferidos dos imigrantes espanhóis eram a Argentina, o Uruguai e Cuba. Todavia, alguns desses países hispânicos passaram a enfrentar problemas financeiros e deixaram de ser um destino atrativo para os espanhóis.

Ao mesmo tempo, o Brasil estava atraindo imigrantes, a fim de abraçar as colheitas de café que se expandiam largamente pelo País. A riqueza gerada pelo café acabou por seduzir milhares de espanhóis, que partiram para o Brasil à procura de uma nova vida. Quando aqui chegaram, espalharam suas culturas por todo o Brasil. A cultura Espanhola foi passada de pai a filho, até chegar aos dias de hoje. Assim como eles passaram suas crenças e culturas para nós, com a imigração, também passamos a nossa, a partir do momento que um brasileiro vai para outro país que não tem nossos costumes e nossa cultura.

Na década de 1880, chegaram os primeiros espanhóis no Brasil, sendo 75% com destino às fazendas de café em

São Paulo. No final do século XIX, a grande maioria era de galegos, que se abrigaram nos principais centros urbanos brasileiros, sendo eles: São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia. Imigraram em grande número para o Brasil até 1950, período em que entraram cerca de 700.000 espanhóis no país e eram principalmente oriundos da Galícia e Andaluzia.

Os recém-chegados disputavam desde as ofertas de emprego menos qualificado, até os espaços de moradia disponíveis junto aos segmentos mais pobres da população local, sobretudo mestiços e negros que também tomaram o rumo das cidades, após a Abolição da Escravatura.

No início do século 20 muitos espanhóis se dedicaram ao trabalho na indústria em São Paulo, onde grande parte dos operários eram espanhóis.

Os maus tratos contra espanhóis nas fazendas de café e o trabalho semi-escravo fez com que a Espanha passasse a restringir a ida de seus cidadãos para o Brasil. A imigração espanhola foi grande até a década de 1930.

A Sociedade Recreativa e Cultural Real Hispano-Brasileira, antigo Grêmio Espanhol de Piracicaba, foi fundada em 26 de junho de 1898, tendo como missão atual como instituição integrada à sociedade piracicabana em questões de cunho social, cultural e educacional, sobretudo naquelas em que estejam envolvidas relações entre a nacionalidade brasileira e espanhola.

Em sua trajetória, sobreviveram a inúmeros percalços, entre eles os efeitos da 2ª Guerra Mundial, na década de 40, quando, tal como outras instituições, foi impedida de exercer suas atividades.

A partir do ano de 2000, marco da recuperação e da posse definitiva de sua sede, a Sociedade Espanhola vem impulsionando ações rumo a uma revitalização e seus efeitos já se fazem notar através do resgate de costumes e tradições espanholas em toda a cidade e região.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E DIVERSIDADE CULTURAL

Objetivamos através da metodologia da Historia Oral, demonstrar o desenvolvimento econômico e a diversidade cultural do município de Piracicaba – SP. Considerando a importância do contingente populacional oriundo de imigrantes, que se instalaram no município. Partindo da premissa da influencia cultural no comportamento social e diversificação da humanidade, apesar da unidade biológica, constatamos que desde a Antiguidade, os homens se preocupavam com a diversidade de comportamentos existentes entre os diferentes povos e foram comuns as tentativas de explicar tais diferenças a partir das variações dos ambientes físicos. Tanto o determinismo geográfico como o determinismo biológico, são incapazes de explicar as diferenças entre os homens.

Considerando a possibilidade de existir uma grande diversidade cultural em um mesmo ambiente natural ou urbano, podemos fazer uma analogia, nos referenciando ao tempo e espaço piracicabano, percorridos pelos diversos imigrantes que no final do séc.XIX e inicio do século XX, chegaram ao Brasil e especificamente em Piracicaba.

Esses imigrantes trouxeram sua contribuição como mão de obra para as lavouras, mas também construíram no tempo e espaço, não só piracicabano, mas brasileiro, um mosaico cultural, gerando a diversidade cultural.

Não podemos deixar de considerar, os direcionamentos que tiveram esses imigrantes, embora os dados nos indiquem que uma grande maioria direcionou-se para o Estado de São Paulo. Vindos principalmente da Europa, compartilharam espaços, com os negros, outros europeus, asiáticos e índios habitantes da terra.

Para compreendermos o conceito de cultura, faz-se necessário a compreensão da própria natureza humana, tema perene de incansável reflexão. Também, a discussão sobre indivíduos de culturas diferentes, vêem o mundo de maneiras distintas. Com isso nos deparamos com os diversos comportamentos sociais que são produtos de uma herança cultural, caracterizando a dinâmica da Cultura. Cada sistema cultural está sempre em mudança e que é importante entender esta dinâmica para atenuar o choque entre as gerações e evitar comportamentos preconceituosos.

> *Os aspectos morais (e estéticos) de uma dada cultura, os elementos valorativos, resumidos sob o termo "ethos", enquanto o aspecto cognitivo existenciais foi designado pelo termo "visão de mundo". O ethos de um povo é o tom, o caráter e a qualidade de vida, seu estilo moral e estético e sua disposição, é a atitude subjacente em relação a ele mesmo e ao seu mundo que a vida reflete. A visão de mundo que esse povo tem é o quadro que elabora das coisas como elas são na simples realidade, seus conceitos de natureza, de si mesmo, da sociedade. Esse quadro contem suas idéias mais abrangentes sobre a ordem. (GEERTZ, 1989 p.53)*

É incontestável que cada um desses imigrantes dentro do seu contexto, possua uma bagagem cultural.

A relação do município com a produção açucareira é centenária, acumulando uma vasta experiência que permite seu desenvolvimento, no ramo industrial e comercial. Esse desenvolvimento econômico esteve atrelado às relações que se estabeleceram com os imigrantes. Considerando as diferenças culturais,que com o passar do tempo se coadunaram, criando no município uma diversidade cultural que nos permite constatar um cenário de participação social em todos os ramos das diversas etnias.

Acreditamos que o tema abordado nos permite diversas reflexões e que estas venham agregar-se a outras que se direcionam nas mesmas buscas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando nos dedicamos à ciência geográfica, é fundamental considerar as categorias de "tempo e espaço" e, neste contexto, um estudo sobre imigração que envolva a interrelação do foco geográfico com o das relações humanas permite-nos algumas reflexões importantes.

Para entender esse processo, buscamos apoio na bibliografia especializada, mas também na realidade concreta. A cada contato com um novo texto e com a realização das entrevistas, com subsídios da história oral que foram úteis para uma melhor compreensão do tema e dos aspectos culturais da trajetória desses imigrantes, foi possível entender melhor os motivos dos deslocamentos feitos pelos imigrantes no "tempo-espaço" que lutaram por conquistar.

As experiências do passado foram de extrema importância neste processo, tendo sido encontradas principalmente nos relatos. Seja em cada histórico familiar, seja nos livros, documentos, fotos, trabalhos acadêmicos ou discursos políticos com os quais tivemos contato, o escopo deste projeto, gradativamente, toma forma.

Constatamos que, para construir conhecimento científico, captando e analisando relações humanas, há a necessidade de gradativo aprofundamento das análises. Por isso, apesar do esforço realizado, entendemos que muitos estudos ainda deverão ser feitos para o aprimoramento da discussão sobre imigração, sobre a diversidade cultural e o desenvolvimento econômico do município de Piracicaba.

Para ir ao encontro do estudo do "meio local", no caso o município de Piracicaba, presumimos que, para ser frutífero, diversos estudos em áreas diferenciadas deveriam se interrelacionar, a fim de que o inventário da diversidade local se inserisse no contexto nacional ou mesmo mundial.

Contudo, levamos em consideração, no âmbito de certa gama de dimensões espaço-temporais, as relações humanas e as práticas de poder. No âmbito das migrações internacionais do mundo atual, atentamos para a construção de diversas barreiras contra a entrada de imigrantes. Com a globalização, aumentaram-se os mecanismos sociais protecionistas vinculados à manutenção identitária das nações.

Portanto, o estudo da identidade cultural, da diversidade cultural e do fenômeno migratório torna-se interessante em qualquer área científica. Isso porque a mobilidade humana é um fato que ocorre de forma intensa, envolvendo um grande número de pessoas em todo o mundo, gerando, em alguns países, conflitos que vão além de problemas políticos e econômicos.

Nossa contribuição, com este estudo, visa agregar-se a outras que caminhem na mesma direção. Assim sendo, intencionamos oferecer uma pequena contribuição para o melhor entendimento sobre o tema.

O mundo moderno, devido ao processo de globalização, principalmente no que se refere aos meios de comunicação, reafirma a importância deste e de outros trabalhos que caracterizem a preservação da memória sociocultural.

Referências bibliográficas:

ALMEIDA, P. R. e KHOURY, Y. A. História oral e memórias: entrevista com Alessandro Portelli, História & Perspectivas, 2001-2002, pp. 25-54.

AMADO, J. e FERREIRA, M.de M., org. Usos e abusos da história oral. 6ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

BOSI, E. Memória e sociedade: lembranças de velhos. 2ª ed. São Paulo: T. A. Queiroz; Editora da Universidade de São Paulo, 1987.

CANÓVAS, Marilia Dalva Klaumann. Imigrantes Espanhois na Paulicéia: Trabalho e Sociabilidade (1890-1922). São Paulo: Edusp, 2009. 600 p. (Coleção História das Migrações).

DEMARTINI, Z. de B. F. Vivências diferenciadas entre três gerações de japoneses em São Paulo, *Revista Travessia*, ano XII, nº 35, 1999.

_____ Famílias em São Paulo, vivência na diferença. *Textos CERU*, s.n.t.

DEZAN, Maria Dalva de Souza. Impactos da Imigração Japonesa: sobre a diversidade cultural na organização do espaço geográfico piracicabano - SP. Campinas: Centro de Memoria Unicamp -arte Escrita, 2010. 132 p.

GEERTZ, C. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Guanabara/Koogan, 1989.

HALL, S. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP & A Ed., 2006.

NOGUEIRA, A. R. Imigração japonesa na história contemporânea do Brasil. São Paulo: Centro de Estudos Nipo-Brasileiro; Massao Ohno Editor, 1984.

_____ A imigração japonesa para a lavoura cafeeira paulista *(1908-1922)*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros – USP, 1973.

POLLACK, M. Memória e identidade social, *Estudos Históricos*, 5(10), 1992, pp. 200-215.

PORTELLI, A. Forma e significado na história oral. A pesquisa como um experimento em igualdade, *Projeto História*, 14. São Paulo: PUC-SP, 1997.

QUEIROZ, M.I.P. de (org.) Variações sobre a técnica do gravador no registro a informação viva. 2ª ed. São Paulo: T.A. Queiroz, 1991.

SAYAD, Abdelmalek. A Imigração: ou os paradoxos da alteridade. São Paulo: Edusp, 1998. 299 p.

SALUM, Elias. Sociedade Beneficente Sirio Libanesa: Sua Gente Sua História. Piracicaba: Degaspari, 2002. 213 p.

SANTOS, M. A Urbanização Brasileira. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

THOMPSON, P. A Voz do Passado: História Oral**.** Paz e Terra, 1992.

TRUZZI, Oswaldo Mario Serra. Patricios: Sirios Libaneses em São Paulo. 02. ed. São Paulo: Unesp, 2009. 354 p.

VON SIMSON, O. R. de M. Os desafios contemporâneos da história oral. Campinas: Publicações CMU/ UNICAMP, 1997.

_____ Imagem e memória, in SAMAIN, E. (org.), *O fotográfico*. São Paulo: Hucitec, 1998, pp. 21-34.

As profecias: A narrativa histórica das profecias e sua carga identitária

Luiz Gustavo Mendel Souza

A narrativa histórica das profecias

A produção deste estudo microssômico de um dos municípios da região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro possibilitaria também a compreensão de como festejos rurais coexistiriam com ambiente urbano. Este seria um estudo das memórias contidas nas profecias entoadas pelo mestre da Folia de reis Nova Flor do Oriente: José Antônio da Silva – Mestre Fumaça. Na realidade essas profecias fazem parte de uma narrativa da formação do próprio grupo e um conjunto de orientações para o grupo de foliões, estas seriam categorias de uma narrativa histórica que possibilitam a formação da consciência histórica (Rüssen,2007). Essa narrativa faria parte dos *fundamentos*, a carga identitária do grupo de reiseros, estudados mais a frente.

Pode-se perceber que existe muito mais que uma perspectiva simplista de sobrevivência nas realizações das Folias de Reis. Estas trazem consigo todo um aparato religioso que está embebido de significados que podem possibilitar a unidade na identidade dos grupos que as realiza[87].

A proposta deste trabalho é ler as profecias, fruto do *fundamento* das Folias de Reis, como um texto, como uma fonte. Este será o nosso objeto de pesquisa, um passo que poderá abrir um caminho para a compreensão das funções históricas que estão presentes nas narrativas dos praticantes de cultura popular. Refiro-me a estas narrativas como funções históricas, pois elas se constroem de acordo com uma estrutura que tem como conseqüência a criação da consciência histórica. Esta estrutura gera, e é gerada, por uma prática cultural que se pauta em uma finalidade pedagógica, mostrando uma das faces da cultura popular: sua prática. Tais práticas se desenvolvem de acordo com sua capacidade de fazer o integrante sentir pertencente ao grupo, se retomássemos o estudo de Durkheim *Formas Elementares da Vida Religiosa,* poderíamos validar o caráter gerador de emoções que há dentro da prática religiosa, como a crença e a ação. Certamente não resumiríamos esta prática a um simples fruto da reprodução da sociedade, pois dentro dela existiriam outras características das práticas culturais religiosas como a devoção, o lúdico, o divertido, o transgressor.

Podemos ver que tais práticas são perpetuadas não como uma simples sobrevivência, pertinência, permanências e outros termos que denotam conseqüências, mas na realidade elas se tornariam "heranças de longa duração" (BRAUDEL, 1992) causadas pelas suas capacidades de serem sentidas, vividas se tornando na realidade *vivências* e não *sobrevivências*. E para a sua perpetuação necessitaria de uma ligação com a vida dos participantes para que esses pudessem organizar e re-organizar determinados ritos, que só podem ser realizados se tiver alguma íntima relação com eles. Tais relações só podem ser enxergadas e analisadas se nos aproximarmos dos mestres e foliões para podermos dar voz a eles e estudar seus discursos, como são montados, como são submetidos, como são representados (CHARTIER, 1995:191). Não nos referindo a

---

. Mestrando da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ-FFP) e bolsista CAPES

87 Mary Karash realiza um estudo dos significados nas festas de reis do Congo que nos possibilitam uma nova perspectiva no caso da Folia de Reis, onde a realização destes ritos religiosos seria uma forma de promover unidade e identidade. Adaptando velhas tradições a novas circunstâncias.

estas fontes como verdades, mas compreender a construção do discurso, suas ênfases, o que este se aproxima da vida dos participantes, nos aproximarmos do não-dito (CERTEAU, 2007).

Ao nos referirmos à construção das profecias vamos tentar criar pontes entre a narrativa histórica e a vida dos integrantes, vendo a utilização desta na prática: a vivência. Entendendo esta prática cultural como idéia de processo, um resultado, uma conquista (BOSI, 1987:39). Tentando captar o caráter heterogêneo e dinâmico do uso da linguagem e o papel central deste na construção da realidade social destes integrantes do folguedo (BAUMAN, 2008:187), através de uma análise destas narrativas com uma perspectiva de *performance* e seus processos comunicativos, que aqui seria a estrutura da narrativa que terá seu embasamento em Jörn Rüsen. Que nos mostra esse caráter pedagógico e performático da linguagem na realização do rito (BAHABHA, 2007).

Dentre as modalidades de História Oral a ser trabalhada, será utilizada a História Oral Temática, em que pode se estudar o esclarecimento ou opinião do entrevistado (colaborador) sobre o evento definido, neste caso, a participação destes mestres na realização das folias de Reis. Podendo oscilar entre as outras modalidades, pois ao entrevistarmos os mestres das folias é necessário compreender que, em muitos momentos, os relatos destes nos trazem a luz a sua própria História Oral de Vida, que seria a narrativa do conjunto de experiências destes mestres, e muito da Tradição Oral, que trabalha com a permanência dos mitos e com a visão de mundo das comunidades[88] presentes nos participantes e nos mais antigos organizadores de folias.

O realizar das folias, seja no período de jornada ou no período de festas de arremates, seriam então esse exercício da memória. Exercício este feito pelos mestres ao entoar as profecias em forma de um canto triste, que traz a tona toda essa narrativa histórica que estaria ligada não só aos praticantes, mas também as pessoas que os recebem em suas casas no período de jornada, os foliões que os recebem em seus terreiros nas festas do arremate nos mostrando que esse exercício da memória é um ato de alteridade[89]. E que esse exercício teria todo um teor narrativo que gera não apenas a formulação, mas também a reformulação da identidade desse grupo de devoto dos santos Reis.

Neste trabalho, exploraremos a primeira e a segunda[90] entrevista feita com o Antônio José da Silva, mais conhecido como mestre Fumaça[91], e algumas entrevistas dadas pelos integrantes da folia antes da jornada do dia 2 de janeiro de 2011. Nessa primeira entrevista ao mestre Fumaça ele nos relata sobre o seu conhecimento das profecias calcadas no *fundamento*, suas explicações sobre a história dos santos Reis e a formação das folias têm toda a estrutura da narrativa histórica (Rüssen, 2007), e será com essa perspectiva que trabalharemos as memórias do mestre em nosso artigo. Primeiramente vamos compreender o que seria o *fundamento* segundo Daniel Bitter:

> "O *fundamento*, por sua vez, constitui uma base permanente, percebida como imutável, permitindo que seja materializado de diversas maneiras, em diversos tempos e espaços. Sua difusão e transmissão entre os homens se dá por meio das palavras, dos gestos, dos cantos, da música etc." (BITTER, 2010: 154).

---

88 MEIHY,*opus cit*. p.53

89 CATROGA, 2001: 17.

90 Primeira entrevista gravada no dia 07/04/2010 as 19:30 hs, a segunda foi gravada dia 04/06/2010 as 19:50 hs.

91 Pelo fato de Antônio José da Silva gostar de se referirem a ele pela alcunha, vamos tratá-lo pelo nome de mestre Fumaça.

Este autor está se referindo diretamente ao *fundamento* contido na materialidade dos objetos rituais contidos na folia de Reis, pois essa seria a sua preocupação na produção deste livro. Mas é importante ressaltar as demais extensões do *fundamento,* pois nele estaria o exercício da memória, no caso deste artigo: as profecias.

O *fundamento* contido nas profecias do mestre Fumaça será tratado aqui como a Tradição Oral, e dentro desta fonte a interpretaremos como uma narrativa histórica[92], amparada por uma racionalidade que estaria ligada ao raciocínio argumentativo, uma operação mental de constituição de sentido, todos estes aparatos são embasados nos conceitos de Jörn Rüssen. Destacaremos as noções de consciência histórica, formação histórica e da própria narrativa histórica, que compõe a prática de construção e reconstrução da identidade. Conhecer a narrativa histórica do mestre Fumaça nos ajuda a compreender a formação da Folia de reis Nova Flor do Oriente, e como já relatamos anteriormente, através da narrativa desse mestre podemos nos aproximar dos demais grupos de folia de Reis, não somente do município, mas também do Estado, devido ao encontro dessas folias através das festas do arremate de cada mestre ou dono de folias.

Tais ensinamentos orais contem a estrutura da narrativa histórica, apresentando um início, um meio e um fim. No caso da história dos reis magos, em sua descrição na bíblia e no *Offictium Steallae*[93], tem seu início no anúncio aos Reis, a viagem seguindo a estrela, o encontro com Herodes, a adoração ao menino, a entrega dos presentes, o sonho revelador e a volta por outro caminho, a narrativa histórica das profecias do mestre Fumaça também segue esta cronologia.

Outro fator trabalhado por Rüssen são as técnicas de formação histórica no processo da constituição da consciência histórica. Aqui a característica que mais se enquadra com a narrativa do mestre Fumaça seria o da formação compensatória que satisfaz as carências de conhecimento não pelos meios científicos, mas através da arte[94]: o ato de exercer a função de um mestre da Folia de Reis. E o que se encontra na fonte oral concedida pelo mestre será, em nosso caso, a própria "práxis" dessa narrativa:

> "Quero tratar da "práxis" como função específica e exclusiva do saber histórico na vida humana. Isso se dá quando, em sua vida em sociedade o sujeito têm de orientar historicamente e têm que formar sua identidade para viver - melhor: para poder agir intencionalmente. Orientação histórica da vida humana para dentro (identidade) e para fora (práxis) – afinal é esse o interesse de qualquer pensamento histórico" (RÜSSEN, 2007: 87).

Na narrativa do mestre Fumaça vemos os quatro eixos constituintes do sentido narrativo que são; percepção, a interpretação, a orientação e a motivação[95]. Será com a articulação desses quatro eixos que possibilitaria a constituição do sentido narrativo, e com as três condições que necessitam estar na narrativa histórica: a estrutura de uma história, a

---

92 Nossa base conceitual será a consciência histórica de Jörn Rüssen, com o texto: RÜSSEN, Jörn. Didática-Funções do saber histórico. In *Teoria da História: formas e funções do conhecimento histórico.* Brasília: Editora UnB, 2007, p. 85-133.

93 ***RIOS,***. 2006: 65-76

94 RÜSSEN, 2007: 96.

95 LUCCINI, 2007:19-71

experiência do passado e a orientação da vida prática. Estas características nos ajudam a refletir sobre as relações que os foliões têm consigo mesmos e com o mundo. Sem mencionar como esta relação pode ser pensada na perspectiva do tempo. Tais características podem possibilitar a formação de uma consciência histórica, a constituição de sentido sobre a experiência do tempo, no modo de uma memória que vai além da vida prática[96], importante para a formação histórica:

> "Sua eficácia diz respeito a um conjunto de competências para orientar a vida prática, que pode se descrito como a "competência narrativa" da consciência histórica. Ela é a capacidade das pessoas de construir sentido histórico, com a qual organizam temporalmente o âmbito cultural da orientação de sua vida prática e da interpretação de seu mundo e de si mesmas. Essa competência de orientação temporal no presente, mediante a memória consciente, é o resultado de um processo de aprendizado. A formação baseia-se no aprendizado e é, simultaneamente, um modo de aprendizado (...). A formação histórica é, antes, a capacidade de uma determinada constituição narrativa de sentido. Sua qualidade consiste em (re)elaborar continuamente, e sempre de novo, as experiências correntes que a vida prática faz passar do tempo, elevando-as ao nível cognitivo da ciência da história, e inserindo-as continuamente, e sempre de novo (ou seja: produtivamente), na orientação histórica dessa mesma vida". (RÜSEN, 2007: 103-104).

Ao nos voltarmos para os relatos da Tradição Oral do mestre, com a citação abaixo, encontramos na prática as características fortes dentro dessa narrativa, podemos ver o eixo da percepção, que situa o transmissor com as expressões de tempo como "quando o messias nascesse"; "quando Jesus nasceu" e "que Jesus já era nascido". Este eixo se encontra enquadrado na estrutura da narrativa histórica, pertencendo ao início do texto:

> Então, os magos, nasceu ali, os três reis foram avisados pelo anjo que quando o messias nascesse, que eles ia... que seria, visasse que os pastores iam ser avisados depois. Portanto quando Jesus nasceu o anjo foi a Belém, avisou os pastores, dalí foi ao Oriente e avisou os reis magos, os magos foram avisados, Belém... em Jerusalém, lá no Oriente que Jesus era nascido.

O eixo da motivação também pode ser encontrado com facilidade na narração do mestre Fumaça, pois, além do cunho religioso, esse folguedo teria sua origem mítica na missão entregue aos reis magos pelos anjos e que seria passada destes para os foliões, mas este será um assunto abordado mais a frente:

> Nós temos responsabilidade com o nome de Deus, o nome dos magos né, que nós rezamos para os três reis magos em nome de Jesus, que aquilo dalí foi a visita de Jesus quando nasceu, quando veio ao mundo determinou, mandou o profeta Jeremias anunciar que seu filho vinha ao mundo para ensinar o povo o caminho da salvação.

Em muitos momentos da narrativa podemos compreendê-la como eixo da orientação para a vida prática: "A estrutura de uma história, a experiência do passado e a orientação da prática que, articuladas, possibilitam que a relação dos homens consigo e com o mundo possa ser pensada e realizada na perspectiva do tempo." (LUCCINI, 2007: 55).

> Ai agente vamos voltar... daí pra frente que vem a tradição dos magos. Que o anjo desceu aos pastor de Belém, adorando o menino, tratando visitando, foi avisar os magos lá no Oriente nas terra do Oriente. Ai já era coisa longe! Pra você ver, era tão perto que eles

---

96 RÜSSEN, *opus cit.* p104.

> fizeram em doze dias, andaram por doze dias, fizeram montados em camelos, sabe por quê? Porque camelo era o bicho que mais aguentava em viagem, e a distancia era tão longa que. La naqueles tempos não tinha condução né. E eles andavam por intermédio de cavalo e essas coisas assim, ai quer dizer eles foram, ai... eles foram, mas só que eles foram, mas só que os três reis não era tudo do Oriente, no Oriente morava o rei Baltazar. E o reis Gaspas era de uma país e o Berquior era do país dos negro das terras negras do Egito.
>
> Ai, quer dizer eles trabalhavam, cada um com o seu serviço, dizia assim, encontrou dava nos astros comunicava que aguardassem que ia vim o filho de Deus os messias que ia ensinar o povo o caminho da salvação, todos os três achou. Ai os outros dois... ai então essa parte é assim por exemplo, você sabe que assim: em São Gonçalo tem um médico... bom mesmo assim na medicina... não tem o médico formado, faz clinico geral o cara estuda ele entende de tudo né? Ai, vamos supor assim, um cara de coração... do não acha nada no coração do cidadão, ai o cara tá sentindo alguma coisa, ai ele vem ao clínico geral perguntando isso assim, assim ,assim, quer dizer, o cara do clínico geral, o cara é mais especializado ele sabe de tudo ele é mais do que ele, ai ele faz esse pain... Assim foi o caso do... dos magos.
>
> Um que veio de lá para encontrar o outro que o prazo estava vencido e o outro veio de lá, ai então o Baltazar que era o mago lá do oriente ele era mais diligente no trabalho deles... então: você sabe? Os três reis... até não é bom dizer essa parte, não é bom porque você pode dá essa gravação e depois descobrir o mistério, toda a arte tem um mistério, sabe por que eles eram reis?
>
> Que nas terras deles lá todo mundo que tem um trabalho, uma graduação é um rei um trabalho de um rei, aqui no nosso país é diferente, aqui é diferente, tipo aqui em São Gonçalo, a Aparecida Panisset, ela é prefeita né? Lá na terra deles é o rei prefeito, vamos supor assim e tem uma coroa, tipo médico eles trabalham com uma coroa. Tipo uma deputada ela também é um rei deputado tal, tal. Aqui, tipo deputado João, deputado Manel, deputado Chico, deputado Jusé, né? Lá na terra deles era tudo rei, então tinha os três reis, o rei Baltazar, rei Gastas e o Berquior, Berquior era do Egito da aldeia negra, lá da terra deles... mas... Baltazar que era mais forte, mas estudos, tinha mais alguma coisa a dizer ai eles foram reunir com eles para provava aquele mesmo trabalho que eles acharam no céu (?) deles mas o trabalho deles lá na terra deles, como é que fala, como é o nome desses homens que fazem... "amanhã a tarde chove"? "terça feira sol, pá, pá" eles fala... é meteorologista. Na terra deles é que falam era um rei meteorologista, mas em um outro sentido outra palavra estrangeira lá, então por isso que eles são conhecidos como reis existe ai.

Essas orientações para a vida prática podem ser percebidas em um primeiro momento na identificação dos reis magos como homens que enfrentaram as dificuldades para poderem adorar o rei menino, essa narrativa se aproxima com a difícil realidade que se encontram os foliões para a realização de sua jornada, que se estende do dia 24 de dezembro ao dia 6 de janeiro ou dia 20 de janeiro[97]. Esse fragmento da primeira entrevista realizada com o mestre Fumaça nos mostra a estrutura necessária para que possamos compreender a história, desta forma notamos a íntima relação do plano de interpretação e a articulação da narrativa.

Outro fator que podemos observar é a articulação de uma narrativa histórica está no distanciamento entre os reis do Oriente, o fato de cada rei morar em países diferentes, mas isto não os impediu de dar prosseguimento a sua missão. Este também se aproxima da realidade de muitos dos foliões que moram no mesmo município, mas em bairros

---

97 Em algumas regiões no Brasil, no Rio de Janeiro, pelo fato da maioria dos foliões serem devotos de são Sebastião, as folia de Reis são realizadas até o dia 20 de janeiro, dia do santo.

distantes com muita dificuldade de acesso, às vezes tendo que pegar dois ônibus diferentes como é o caso de Nélio dos Santos que mora em Rio do Ouro. Ou até mesmo em municípios distantes como o caso do folião Geraldo da Silva que mora no bairro do Méier no Rio de Janeiro. Como podemos ver a realização destes festejos e seus significados se reproduzem nas vivências de cada um dos praticantes que se aproximam da narrativa histórica presente na folia de Reis. "A consciência histórica é a constituição de sentido sobre a experiência do tempo, no modo de uma memória que vai além dos limites de sua própria vida prática". (Rüssen, 2007: 104).

Esta articulação da narrativa também se relaciona a com a origem *diaspórica* (HALL, 2003)dos integrantes mais antigos da Folia de reis Nova Flor do Oriente, cujo mestre é o José Antônio da Silva – Mestre Fumaça. Essa folia se mantém com a participação das filhas e netas do mestre fumaça, os integrantes mais antigos seriam o senhor Lombardino Viana de 84 anos, Nélio dos Santos Bilac de 60 anos, Geraldo da Silva com 54 anos, Niraldo Martins de 70 anos e por fim o integrante mais novo da folia de Reis o senhor Jorge Soares Maximo de 51 anos. Fora a família do mestre que é "nascida e criada no município de São Gonçalo", e o caso do senhor Jorge Máximo, natural do Espírito Santo, todos os demais integrantes são migrantes internos do estado do Rio de Janeiro. Como é o caso do mestre Fumaça, que nasceu em Trajano de Moraes e que saiu fugido da sua cidade natal para "tentar a vida no circo" e que organizou e sai com a sua folia, diz: "... a 28 anos e nunca tive problema não. A 28 anos que eu saio e nunca tive problema não" praticando o reisado desde os sete anos, mas: "primeiro foi como folião na folia dos outros, aí aos 14 anos passei a sair de palhaço, na folia de um, na folia de outro do me sogro". O senhor Lombardino Viana também é nascido em Trajano de Moraes e veio para a cidade de Niterói em 1957, ele era "contramestre da folia de Reis do senhor Trajano na Engenhoca (bairro de Niterói)". Já o senhor Nélio dos Santos Bilac teria nascido no município de Cardoso Moreira e este diz que "veio para cá com uns 22 anos". O senhor Geraldo da Silva, vindo da cidade de Campos dos Goytacazes, o senhor Niraldo Martins veio de São Fidélis e o senhor Jorge Soares Máximo é "capixaba de Cachoeira de Guapimirim", mas que teria "vindo de lá com sete anos".

A narrativa do período de jornada dos reis magos possibilita os foliões se identificarem com as suas próprias realizações através de todo aparato argumentativo, sobre a forma de aproximação dos santos Reis nas casas, e como eles eram recebidos. Ou até mesmo na construção da figura do palhaço da folia de Reis, nessa representação ele seria um soldado do rei Herodes que foi enviado para seguir os três Reis, mas que se encantava pelas músicas entoadas pelos magos:

> Ai o soldado de Zerodis gostou dá música ficava dançando pra lá e para cá (...) aonde eles (os reis magos) iam chegava e cantava ele ia lá e dançava ficava pulando em volta dele... a pessoa que chegava não aceitava, em vez de dar atenção a eles, dava atenção aquele palhaço que ficava lá dançado em volta deles pulando.

Mais um fator que chama atenção são os atos muito próximos da realidade vivida pelos foliões em atos como chamar o rei Herodes batendo palma na casa dele, ou até mesmo a informalidade na forma como os personagens conversam na narrativa do mestre Fumaça, podemos ver que este: "É o plano da interpretação do percebido mediante a articulação narrativa" (Rüssen, 2001: 155).

Esses trechos dos *fundamentos* que são marcados fortemente pelo eixo da interpretação, ou seja, uma aproximação da memória do mestre para desenvolver uma sensibilidade maior para com esta narrativa. Pois estes relatos não seriam apenas uma representação, mas sim uma re-presentificação, mostrando que o lugar da memória não se encontra no passado, mas sim no presente (Catroga, 2001).

Outro ponto importante da narrativa seria a explicação para a existência da folia, além do ato de realizar a jornada com os foliões, também se encontra na narrativa do mestre Fumaça. Nela podemos encontrar a ordenança no *fundamento*:

> Ai quer dizer, foram embora né. Ai como nasceu à folia... Ai como chegaram no Oriente (...) Ai eles foram e foram acompanhando né. Ai eles começaram da praça pra lá, eles começaram a cantar e de alegria e de baterem até chegarem na casa de Baltazar. E cantando e o povo acompanhando. Quando eles chegaram na casa de Baltazar, ai levaram um tempo cantando pro povo, e o povo... Ai eles dançavam e os outros pulavam ai o nego falou assim:

> -Você veja só essa visita que nós fizemos, que alegria para nós né. Veja só esse povo que folia que formou? Né? Que folia que formou? Mas formada por quem? Formada por nós três reis! (...) Ai batizou a missão. Então ai que tá a nossa origem e por ai vai.

(In) Conclusão

Como podemos notar, esta narrativa histórica do mestre trabalha com a existência dos quatro eixos do sentido narrativo: a percepção, a interpretação, a orientação e a motivação. Ler a Tradição Oral como uma narrativa histórica de um determinado grupo se torna crucial para que possamos compreender a formação identitária do participante. Pois tais narrativas se enquadram na categoria de sentido à ação, servindo como orientação para vida prática. Relacionar a narrativa das profecias com as realidades vividas pelos foliões nos mostra que há uma necessidade do sujeito, seja ele o mestre ou o folião, de assenhorear-se dessa história (RÜSEN, 2007: 107), fazendo parte da memória daquele grupo, como exemplo: a importância dos devotos em realizar a "missão dada pelos santos Reis":

A profecia constituinte do *fundamento* concedido pelo mestre Fumaça se mostraria na realidade uma narrativa histórica formadora da consciência histórica, pois este segue uma narrativa que se coloca no tempo, interpreta de uma maneira acessível às figuras dos Reis magos e:

> "A formação histórica é, antes, a capacidade de uma determinada constituição narrativa de sentido. Sua qualidade consiste em (re)elaborar continuamente, e sempre de novo, as experiências correntes que a vida prática faz passar do tempo, elevando-as ao nível cognitivo da ciência da história, e inserindo-as continuamente, e sempre de novo (ou seja: produtivamente), na orientação histórica dessa mesma vida". (RÜSEN, 2007: 103-104).

Dessa forma, podemos ver o quanto à consciência histórica se constitui da própria experiência do tempo, que vai além da vida prática. Sendo assim, esta está intimamente ligada à constituição de sentido que necessita ser aprendida[98]. Rüssen também nos alerta que o processo de aprendizagem é dinâmico, para a criação dessa consciência histórica. Compreendemos assim, o caráter performático da linguagem como um fator muito mais amplo que o da reprodução do festejo. Está ligada a questão das constantes reformulações da festa e do rito de memória.

Ao usarmos Jörn Rüssen como embasamento teórico, podemos entender a importância de toda a estrutura utilizada para a construção da narrativa histórica, esta tem a função de criar um terreno propício para a formação da consciência histórica, também ligada ao processo de formação. Essa "formação seria o conjunto de competências necessárias para interpretação do mundo e de si próprio. (...) que articula o máximo de orientação do agir com o máximo de autoconhecimento, possibilitando assim o máximo de auto-realização ou de reforço identitário" (RÜSSEN, 2007: 95).

Seguindo essa lógica compreendemos a importância do *fundamento* dentro das folias de Reis, pois nele estaria a bagagem identitária necessária para ligar a narrativa histórica dos três Reis magos com a experiência vivida pelos foliões, estendendo assim para a vida prática de cada um dos que realizam esse folguedo.

Dentro desse aparato metodológico, este mesmo autor traz a importância de estudar esse campo da consciência histórica através da "cultura histórica", definindo este campo como:

---

98 RÜSSEN, 2007: 104

> "A cultura histórica nada mais é, de início, do que o campo da interpretação do mundo e de si mesmo, pelo ser humano, no qual devem efetivar-se as operações de constituição do sentido da experiência, determinantes da consciência histórica humana." (RÜSEN, 2007, p. 121).

E vai mais além ao nos mostrar que: "A 'cultura histórica' tem como categoria um duplo sentido: iluminar e explorar teoricamente um âmbito de experiência, e determina ao mesmo tempo aspectos normativos da práxis nesse âmbito" (RÜSEN, 2009: 25). Precisamos amadurecer a nossa sensibilidade para estudar todos os aparatos que fazem parte da narrativa histórica de um determinado grupo para poder compreender que estes são peças chave para a formação da consciência histórica, e a *representação* deste (CHARTIER, 1995), servindo como operações de constituição de sentido da experiência e que, todas essas categorias precisam ser estudadas em um campo abrangente que é o da cultura histórica. E dessa forma entender os fatores constituintes da identidade dos grupos, nesse caso a folia de Reis.

Referências bibliográficas:

ALBERTI, Verena. *O que documenta a fonte oral? Possibilidades para além da construção do passado.* Rio de Janeiro: CPDOC-FGV,1996

BAUMAN, R. e BRIGGS, C. "Poética e Performance como perspectivas críticas sobre a linguagem e a vida social.". Revista Ilha, volume 8, números 1 e 2, Florianópolis, UFSC, PPGAS, 2008.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*,. Belo Horizonte: EDUFMG, 2007 cap 8: "DissemiNação – O tempo, a narrativa e as margens da nação moderna", pp 198-238.

BITTER, Daniel. *A Bandeira e a Mascara*: A circulação de objetos rituais nas folias de reis.Rio de Janeiro: 7Letras; Iphan/ CNFCP, 2010. p 137.

BOSI, Alfredo. Cultura como tradição. In: BOSI, Alfredo. *Cultura brasileira*: tradição/

contradição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor/Funarte, 1987. p. 31-58.

BRAUDEL, Fernand. "História e Ciências Sociais. A longa duração". In: *Escritos sobre a História*. 2ª. ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.

CATROGA, Fernando. *Memória, História e Historiografia.* Coimbra: Quarteto Editora, 2001.

CERTEAU, Michel de. Escritas da História. Rio de Janeiro: Forense, 2007

CHARTIER, Roger. *"Cultura Popular"* revisitando um conceito historiográfico. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.8, nº 16, 1995:p.179-192.

_____. A História Cultural. Entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.

DURKHEIM, E. "As formas elementares da vida religiosa". IN: *Os pensadores***.** 2 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

HALL, Stuart. Da diáspora. Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Humanitas, 2003, cap 1, pp 25-50 e cap 4, pp 131- 159.

KARASH, Mary. *Quem é o rei do Congo?* In: HEYWOOD, Linda. (Org.) *Diáspora Negra no Brasil.* São Paulo: Editora Contexto, 2008. p.191

LUICINI, Marizete; OLIVEIRA, Sandra Regina Ferreira; MIRANDA, Sonia Regina. Na esteira da razão histórica: olhares e diálogos com a obra de Jorn Rüsen. In: ZAMBONI, Ernesta. *Digressões sobre o ensino de história.* Itajaí: Editora Maria do Cais, 2007. p. 19-71.

MEIHY. Luis Carlos Sebe B. *Manual de História Oral*. São Paulo: Loyola, 1996. p. 10

RIOS, Sebastião. **Os cantos da Festa do Reinado de Nossa Senhora do Rosário *e*** *da Folia de Reis*. Sociedade e Cultura, v. 9, n. 1, jan./jun. 2006. Pp. 65-76

RÜSEN, Jörn. História viva. Teoria da história: formas e funções do conhecimento histórico. Brasília: Editora Unb, 2007. p 103

RÜSSEN, Jörn. (2009). "¿Qué es la cultura histórica?: Reflexiones sobre una nueva manera de abordar la historia". *Culturahistórica.* [Versión castellana inédita del texto original alemán en K. Füssmann, H.T. Grütter y J. Rüsen, eds. (1994). *Historische Faszination. Geschichtskultur heute*. Keulen, Weimar y Wenen: Böhlau, pp. 3-26].

SILVA**, *Alberto*** da Costa e, 1931-. *A* **África explicada** *aos meus* **filhos.** Rio de Janeiro, Agir (do Grupo Ediouro), 2008

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. São Paulo: Cia das Letras, 1998

_____. "Folclore, antropologia e história social". In: As peculiaridades dos ingleses e outros artigos. Campinas: Editora da Unicamp, 2001, pp. 227-267.

A trajetória de Carlyle Guerra de Macedo: a Saúde como uma ponte para a Paz - do *Staff* do Ministério da Saúde à Direção da OPAS

Lucirléia Alves Moreira Pierucci*

Introdução

Este trabalho complementa estudos em andamento do meu projeto de doutoramento intitulado "As agências filantrópicas americanas e os formuladores da política de saúde pública brasileira: usos nacionais de uma experiência internacional" (PIERUCCI, 2008), desenvolvido sob a orientação da professora Dr[a] Letícia Bicalho Canêdo (UNICAMP/FOCUS) e integra o projeto temático "Circulação Internacional de Formação dos Quadros Dirigentes"[99], apoiado pela FAPESP.

O ponto de partida para a realização deste trabalho foi um levantamento dos estudos sociológicos de trajetória social. Em Norbert Elias (1994, 1995), Pierre Bourdieu (1992, 1989, 2002a e 2002b e 2003) e Sérgio Miceli (2001), entre outros autores, foram encontradas as orientações teóricas e metodológicas necessárias à construção, em perspectiva sociológica, da biografia de Carlyle Guerra de Macedo. A carreira, os recursos sociais e institucionais mobilizados como *exper*t em saúde pública, a proposição de temas nas agendas da Organização Pan-Americana da Saúde - OPAS/Organização Mundial da Saúde - OMS e a maneira como operaram esses temas nas agendas nacionais dos países latino-americanos e, em especial, no Brasil fornecem, assim, subsídios para uma compreensão mais fina das lutas existentes na definição das políticas de saúde nacional e, ao mesmo tempo, da posição do Brasil no espaço do poder político internacional.

O trabalho de Miceli (2001) reforça a possibilidade de uso das biografias, na medida em que elas permitem a descoberta de homogeneidades nos grupos de elites, que podem nos ajudar a discutir e problematizar suas tomadas de posição, semelhantes ou não, colaborando para a identificação dos casos mais representativos dentro da amostra biográfica. Nesse sentido, justificam-se as análises por meio da abordagem das biografias, na medida em que ela fornece dados objetivos de determinado indivíduo. Conforme aponta Bourdieu (1992, 1989, 2002a, 2002b, 2003), cada indivíduo traz consigo, incorporada, uma série de disposições, construídas socialmente, que o posicionam no mundo social, tornando possível, por meio dos dados biográficos, identificar os trajetos comuns entre aqueles situados no mesmo grupo social. Outro aporte importante a ser considerado é a análise da "configuração", de Norbert Elias (1999), que se refere à análise de "grupos interdependentes de pessoas, organizados em estados e não por indivíduos singulares interdependentes" (ELIAS, 1999, p. 31).

Da mesma forma, é importante a observação das configurações específicas porque, segundo Elias, os indivíduos devem ser observados em configurações específicas, das quais fazem parte, uma vez que os mesmos estão inseridos em uma cadeia de interdependências, que os ligam a outros indivíduos isso de certa forma, limitaria o que lhes é possível decidir ou fazer. Principalmente porque essas configurações são permeadas por relações de poder, sempre em equilíbrio instável; assim, o indivíduo e o seu comportamento seriam incompreensíveis sem o conhecimento do desenvolvimento da sua posição social no interior da estrutura de poder da sociedade na qual está inserido (ELIAS, 1994, 1995):

> O recurso à biografia como estratégia analítica para especificar as relações entre "posição social" e "estruturas de poder" é justificada por Sérgio Miceli nos seguintes termos: a reconstrução biográfica dos intelectuais permite, num "retrato de corpo inteiro", flagrá-los nos "espaços de sociabilidade em que de fato se moviam e de onde extraíam a matéria-prima de suas obras e tomadas de posição". (MICELI, 2001, p.411 *apud* BASTOS & BOTELHO, 2010, p. 904)

---

99 Projeto coordenado pela Profa Dra Letícia Bicalho Canêdo, inspirado em programa de estudo propostos por Pierre Bourdieu, para tentar compreender a maneira pela qual as diversas formas de articulação ao capital nacional, são rentabilizadas no espaço nacional e administradas dentro do espaço internacional.

A análise da trajetória do Dr. Carlyle Guerra Macedo, sua carreira, os recursos sociais e institucionais mobilizados por ele para atuar como *expert* em Saúde Pública e os temas por ele colocados em pauta no "Campo da Saúde Pública" nacional e internacional são tratados como prioritários nas agendas da OPAS/OMS. A maneira como operaram esses temas nas agendas nacionais dos países latino-americanos e, em especial, no Brasil fornece, assim, subsídios para uma compreensão mais fina das empreendidas para a definição das políticas de saúde nacional e, ao mesmo tempo, da posição do Brasil no espaço do poder político internacional.

No Brasil, essas políticas de formação de recursos humanos em saúde são, em sua grande maioria, destacadas, pelos formuladores e gestores, como prioritárias para se obter um Sistema Único de Saúde cujas características pretendidas são a democracia, a equidade e a eficiência. Segundo o Relatório Mundial da Saúde "Saúde para o ano 2000", a formação de recursos humanos se constitui como uma das "mais importantes das contribuições" de um sistema de saúde. (WHR, 2000 apud DAL POZ et al, 2002, p.325)

Em consonância com essa perspectiva da OMS, o Ministério da Saúde definiu, em 2002, a noção de política de governo como sendo um processo de escolhas públicas, direcionado à razão pública e ao interesse público, em especial à política nacional de recursos humanos e sua relação com o processo de construção do Sistema Único de Saúde - SUS. Sabemos, contudo, que essas escolhas públicas, apontadas pelo então Ministro da Saúde, Barjas Negri, são realizadas por atores legitimados, que têm reconhecimento na arena pública, o que não significa que não se tenha adotado critérios específicos para a proposição dessas políticas e para a sua avaliação.

A análise das trajetórias profissionais e acadêmicas e das redes profissionais das quais esses atores participam, seja no espaço nacional ou internacional, torna-se, assim, relevante para o entendimento desses critérios, porque possibilita uma problematização do real espaço ocupado por eles no cenário atual e nos permite compreender como ocorre a codificação e a legalização das proposições das políticas de formação de recursos humanos em saúde no interior do Estado, comparando-as com a proposição dos temas por organizações internacionais e transnacionais.

A Saúde Pública, ao encampar as diversas diretrizes do governo, também exige *experts* especializados em diversas áreas, o que leva cada um deles a privilegiar as ferramentas apropriadas que possuem para abordar os múltiplos problemas oferecidos pela mesma. Assim, é possível verificar, na bibliografia publicada, as características que serviram de base para a construção dessa problemática. Por exemplo: se os formuladores da política de recursos humanos têm formação em Economia, a tendência, em geral, é colocá-la em termos de "custos e benefícios", o que resulta na dissimulação de um problema político sob a aparência de uma simples operação de ordem econômica, como se pode verificar em Negri *et al.* (2002).

Para esses pesquisadores, a questão está relacionada somente à formação ou à preparação para o trabalho e à gestão do mesmo. Outros estudos, porém, procuram inserir os eventos da história da saúde no contexto de outras circunstâncias sociais, como é o caso da coletânea Caminhos da Saúde Pública (FINKELMAN, 2002), organizada para celebrar os históricos acordos entre a OPAS e o governo brasileiro. Nas conclusões das grandes conferências mundiais sobre o tema do direito à saúde, nota-se acentuada omissão do Estado relativamente às lutas travadas pelos diversos agentes que construíram a representação da realidade e, a partir daí, a realidade de interesses. Isso não exclui, evidentemente, a qualidade desse livro, publicado em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz, que, nos seus três capítulos, analisa desde os embates teóricos que teriam influído na conduta para o controle das endemias, passando pelas relações Brasil/OPAS em diferentes momentos, até a criação do Sistema Único de Saúde - SUS.

Desta forma, defendo um estudo da trajetória e do posicionamento do Dr. Carlyle Guerra de Macedo como *expert* num mercado para produtores de conhecimento de Estado, com base na literatura disponível, em participação de programas e em redes internacionais. Poucos pesquisadores, como Fernando Pires-Alves e Carlos Henrique Paiva (2006) pesquisadores da Rede Observatório História e Saúde Fiocruz, por exemplo, analisaram o tema das políticas de recursos humanos, sendo a OPAS arena de disputas e negociações no processo de montagem do programa de cooperação em Recursos Humanos. Os autores ainda apresentaram trechos dos depoimentos dos "Diálogos com os pioneiros", sob a forma de entrevistas, os quais constituem importante fonte documental para o propósito desta pesquisa (idem, p.117)

Nosso trabalho se volta para a formação profissional e as atuações dos agentes das políticas públicas nacionais de saúde, aliadas às formações e ações dos agentes das organizações internacionais e multilaterais tais como a OPAS, a Fundação Kellogg e a Fundação Rockefeller, e é sustentado pela hipótese de que as reformas nas políticas de saúde pública sofreram forte influência das escolas de saúde públicas norte-americanas as quais foram importadas, por agentes nacionais que estudaram nessas escolas, via instituições filantrópicas e círculos de arbitragem internacionais (OMS, OPAS, etc.).

Entretanto, longe de demonstrarem conformidade com as regras propostas por esses círculos, na difusão das maneiras de fazer, de valores e quadros de referência com pretensões universais, esses agentes – entre eles, médicos generalistas, médicos especialistas e sanitaristas – exibiram, publicamente, que as trilhas seguidas por determinados indivíduos da área de Saúde Pública, diferentemente de outros, com formação e trajetória local, alcançaram maior rendimento e projeção em relação ao diploma adquirido, com a posterior realização de uma carreira integrada a uma rede de poder internacional, no exterior.

Marcos Cueto (2007), por meio do estudo do perfil biográfico e dos estilos políticos de sanitaristas que estiveram à frente de organizações de cunho internacional como a OPAS, observou forte interdependência entre uma determinada linha de atuação desses sanitaristas, referências no campo da saúde no Brasil, e as práticas dessas organizações. Para o autor, essa situação é capaz de definir, através de diferentes conjunturas, tanto as relações de força quanto os temas predominantes nas agendas científica e política do cenário internacional.

A importância do objeto de estudo situa-se no fato de que esses indivíduos estiveram engajados em lutas para atualizar os dispositivos de Estado e as competências de governo, tanto no nível nacional quanto no internacional. Trata-se, assim, de um estudo que pode fornecer subsídios para se compreender como se deu a internacionalização das competências de Estado.

A teoria de Pierre Bourdieu (1989) sobre as regras do campo (um universo social relativamente autônomo das esferas política e econômica, cujas normas próprias definem a posição do sujeito no interior desse mesmo campo e seu acesso aos princípios de prestígio e *status*, e que podem ser determinadas pela análise das estruturas de poder e das condições de produção de *habitus*) pode ser confirmada pelo estudo das redes sociais como as eu conduziram o Dr. Carlyle à CEPAL/SUDENE e às Secretarias Estaduais de Saúde, por exemplo.

2. A Saúde como uma ponte para a Paz - do *Staff* do Ministério da Saúde à Direção da OPAS (1983-1995).

Carlyle Guerra de Macedo é figura proeminente da reorganização dos fluxos transnacionais na gestão de políticas de recursos humanos em saúde no Brasil. Não se trata, portanto, de simplesmente detalhar as suas atividades, mas, sim, de oferecer algumas aberturas e pistas sobre o trabalho diário desse agente formulador de políticas públicas, em cargos diretivos em organismos internacionais no âmbito da Saúde. A noção de trajetória, que utilizaremos é a noção bourdiesiana, que conduz à "série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo) num espaço que é ele próprio um devir, estando sujeito a incessantes transformações" (BOURDIEU, 2006, p. 189).

Essa premissa constituiu-se no ponto de partida para a análise e a interpretação do percurso da personagem, na construção de sua trajetória.

Oriundo de família tradicional dos municípios de Corrente, Curimatá e Paranaguá, nas quais se destacam Delile Guerra de Macedo – advogado pós-graduado em Desenvolvimento Econômico (CEPAL[100], SUDENE) –, que exerceu vários cargos em ministérios e secretarias de Estado, foi Superintendente da SUFRAMA[101], em 1986-87, e Secretário da Fazenda do Estado do Amazonas e presidente do BASA - Banco da Amazônia; a sua irmã, Lair Guerra de Macedo – biomédica pós-graduada Universidade de Harvard –, uma das idealizadoras do Programa Brasileiro de Controle de DST/AIDS que, por conta disso, recebeu indicação para o Prêmio Nobel da Paz de 2005; os irmãos Alvimar Guerra de Macedo (infectologista, cardiologista e clínico geral), Alírio Guerra de Macedo e Estelita Guerra de Macedo (médica) compõem essa família de sertanejos brilhantes.

---

100 A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) foi criada em 25/02/1948, pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC), sediada em Santiago, no Chile. Posteriormente, seu trabalho ampliou-se para os países do Caribe.

101 A Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) é uma autarquia vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior que administra a Zona Franca de Manaus – ZFM.

O Dr. Carlyle Guerra de Macedo graduou-se em Medicina, em 1961, pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE; ainda recém-formado, foi para o Chile, onde realizou curso de Planificação de Saúde no Instituto Latino-americano de Planificação Econômica e Social (ILPES), indicado por Mário Magalhães, do grupo do Celso Furtado. De volta ao Brasil, em 1962 e 1963, dedicou-se à coordenação do Projeto de Colonização do Maranhão e à organização e à chefia da Divisão de Saúde, no Departamento de Recursos Humanos da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Em seguida, assumiu o cargo de Secretário Estadual de Saúde do Piauí (1965/1970); uma das suas atividades, nesse período, foi tomar todas as unidades do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP)[102] porque, segundo o Dr. Carlyle, "era incompatível, uma filosofia de atuação que eles tinham com a filosofia de que nós queríamos implantar, ainda que não pudéssemos, não tínhamos meio, mas vamos fazer tanto quanto a gente possa" (MACEDO, 2005, p. 59).

Concomitantemente à sua atuação no Piauí, concluiu, em 1964, o curso de Capacitação em Técnicas de Desenvolvimento Econômico, organizado pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste e pela Comissão Econômica para o Progresso da América Latina (SUDENE/CEPAL). Em 1965/1966, foi responsável pela implantação da Secretaria de Saúde do Estado do Piauí, onde organizou o Primeiro Plano Estatal de Saúde (1965-66), e nela permaneceu até 1970; nesse período, também integrava o Conselho de Desenvolvimento do Piauí, de 1966 a 1969.

Após sua passagem pela Secretaria do Estado do Piauí, em 1968, o Dr. Carlyle complementou sua formação, licenciando-se em Saúde Pública na Universidade do Chile e participando de curso sobre Dinâmica da População, no Centro Latino-Americano de Demografia (CELADE), prosseguindo estudos de pós-graduação na Universidade de Pittsburgh e na Universidade da Carolina do Norte, e obteve seu diploma em Saúde Pública e Saúde Pública e em Administração[103]. Concluída a licenciatura em Saúde Pública, ampliou sua experiência internacional também na esfera docente, dedicando-se ao magistério em universidades estrangeiras, durante alguns anos, especialmente em escolas de Saúde Pública na América Latina; entre elas, a Universidade do Chile, a Faculdade Nacional de Saúde Pública da Colômbia, a Escola Nacional de Saúde Pública do México, a Escola Nacional de Saúde Pública do Peru e a Escola de Saúde da Universidade de Buenos Aires. No mesmo período, atuou como consultor e instrutor do Instituto Latino-americano de Planificação Econômica e Social (ILPES), no ano de 1969, e, mais permanentemente, durante o período 1970-1975.

A OPAS promoveu, nesse período, cursos visando formar planejadores de saúde em escala regional, em conjunto com o ILPES, que é um organismo da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL/ONU), sediado no Chile, que, na época, tinha como uma das suas principais iniciativas constituir uma escola de planejamento em saúde que teria vasta penetração no continente latino-americano.

Em 1976, Carlyle voltou ao Brasil, para coordenar o Grupo Técnico do Programa de Preparação Estratégica de Pessoal de Saúde (PPREPS), resultado de acordo de cooperação técnica firmado entre a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) e os ministérios da Saúde e da Educação do Brasil. Ocupou esse cargo até 1983, quando assumiu a Direção da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), em Washington, DC, por dois mandatos consecutivos, até 1995, tendo como lema da sua gestão a "Saúde como uma ponte para a Paz" (PIRES-ALVES; PAIVA, 2006).

Na direção da OPAS, o Dr. Carlyle Guerra de Macedo priorizou os investimentos na área do ensino de Saúde Pública e na organização de sistemas de expansão de cobertura de serviços de saúde, bandeira levantada por essa organização desde a redação dos Planos Decenais de Saúde, a partir dos anos 1960. Nesse quadro, seu esforço incluiu o desenvolvimento da área da Saúde Coletiva. Além disso, foi vice-presidente da Comissão Mundial para a Certificação da Erradicação da Poliomielite, da Organização Mundial da Saúde (OMS).

---

102 Órgão do Ministério da Saúde com forte presença no interior e interface com a agenda sanitária do então Presidente Juscelino Kubitschek.

103 Gallery of PAHO Directors. Disponível em: <http://www.paho.org/english/dpi/100/directors00.htm>.

Na análise dos depoimentos disponíveis em *sites* oficiais da OPAS/OMS e da Fiocruz, o Dr. Carlyle Guerra de Macedo é reconhecido como personagem relevante nos debates sobre financiamento e o papel das políticas de saúde nos anos 1980, período tanto de recessão nacional – com o final do chamado milagre brasileiro –; como internacional – diante da chamada crise do petróleo, que atingiu o globo a partir do final dos anos 1970. Nesse quadro, enquanto instituições como o Banco Mundial encaravam a Saúde como uma forma de compensar a população pobre pelo estado de extrema exclusão em que se encontrava, o Dr. Carlyle, na esteira dos desenvolvimentistas, compreendia a bandeira da Saúde como um caminho atrelado à promoção social e ao desenvolvimento econômico.

Sendo assim, na sua gestão, a OPAS teria procurado promover uma gestão do conhecimento que enfatizasse o ideal de democratização da informação, visando promover melhorias e avanços no desenvolvimento dos programas e das atividades de Saúde Pública. Assim, a produção de livros-textos pelo programa editorial da OPAS, aliada à ação da Biblioteca Regional de Medicina (BIREME), orientada à cooperação técnica em informação científica em saúde, teria papel relevante como parte dessas proposta e estratégia.

Referências bibliográficas:

ALMEIDA, Ana Maria; CANÊDO, L. B.; GARCIA, A.; BITTENCOURT, A. (Orgs.). **Circulação Internacional e Formação Intelectual das Elites Brasileiras**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2004.

BASTOS, Elide Rugai; BOTELHO, André. Para uma sociologia dos intelectuais. **Dados** - Revista de Ciências Sociais, Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro, v. 53, n. 4, p. 889-919, 2010.

BOURDIEU, P. A gênese dos conceitos de *Habitus* e de campo. In: BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 59-73, 1989.

_____.Campo do poder, campo intelectual e habitus de classe. In: MICELI, Sérgio (Org.) **Economia das trocas simbólicas**. Rio de Janeiro: Perspectiva, p. 201-202, 1992.

_____. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Tradução de Mariza Corrêa. Campinas: Papirus., 1996.

_____. **As Regras da Arte**. Tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2002a.

_____. As Condições Sociais da Circulação Internacional das Idéias. **Revista Enfoques online**, v. 1, n. 1, 2002b.

_____. A Ilusão Biográfica. In: **Usos e abusos da história Oral**.AMADO, J; FERREIRA, M.M. Rio de Janeiro: Ed. FGV, p.183-210, 2006.

COSTA, Maria da Conceição da. Cooperação Internacional, Desenvolvimento e Ciência na Periferia. **Horizontes**, Bragança Paulista, v. 22, n. 2, p. 191-204, 2004.

CUETO, M. **O Valor da Saúde**: História da Organização Pan-Americana da Saúde. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.

DAL POZ, M. et al. Agenda das organizações internacionais para o desenvolvimento de RH em saúde: novos problemas e soluções. In: NEGRI, B.; FARIA, R.; VIANA, A. L. (Orgs.). **Recursos humanos em saúde: política, desenvolvimento e mercado de trabalho**. Campinas: NEPP, 2002. p. 323-342.

CHARLE, Christophe. A prosopografia ou biografia coletiva: balanço e perspectivas. In:

HEINZ, F. V. (Org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 41-53.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os *outsiders***: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

ELIAS, Norbert. A sociedade dos indivíduos. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

_____. O rei no seio da sociedade de corte. In: ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte**. Lisboa: Editorial Estampa, p. 91-119, 1995.

_____.. **Introdução à Sociologia**. Lisboa: Edições 70, 1999.

FERREIRA, José R. **Depoimento a Carlos H. A. Paiva, Fernando Pires-Alves, Gilberto Hochman e Janete Castro**. Rio de Janeiro, 15-16 mar. 2005. Transcrito por Annabella Blyth. Disponível em: <http://observatoriohistoria.coc.fiocruz.br/php/level.php?lang=pt&component=43&item=9>. Acesso em: 15 dez. 2009.

_____. **Depoimento a Lucirléia Alves Moreira Pierucci**. Rio de Janeiro, 06 de dezembro de 2006.

FINKELMAN, J**. Caminhos da Saúde Pública no Brasil**.. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002.

HEINZ, Flávio. Madureira. (Org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

KULAITIS, Letícia F. M. **A trajetória social da irmã Tereza Araújo**: serviço e contemplação. Dissertação, (Mestrado em Sociologia) - Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

MACEDO, Carlyle Guerra de. **Depoimento a Carlos H. A. Paiva, Fernando A. Pires-Alves, Gilberto Hochman e Janete Lima de Castro**. Brasília, DF, 1 e 2 de março 2005. Disponível em: <http://observatoriohistoria.coc. fiocruz.br/php/level.php?lang=pt&component=44&item=2>. Acesso em: 15 dez. 2009.

MICELI, Sérgio (Org.). **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2001.(Coleção Intelectuais à Brasileira)

NEGRI, B. *et al.* **Recursos Humanos em Saúde: política, desenvolvimento e mercado de trabalho**. Campinas, SP: IE da UNICAMP, 2002. p.103-126.

GRYNSZPAN, Mário. **Ciência política e trajetórias sociais**: uma sociologia histórica da teoria das elites. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

Pan American Health Organization (PAHO). **Human Resources: a Critical Factor in Health Sector Reform**. Report of a Meeting in San José. Costa Rica, 3-5 December 1997.

PIRES-ALVES, F.A. e PAIVA, Carlos H.A. Recursos Críticos. História da cooperação técnica Opas-Brasil em Recursos Humanos para a Saúde (1975-1988). Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2006.

PIERUCCI, Lucirléia Alves Moreira. **Os novos cursos de Medicina fazem mal à saúde?** 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2007.

_____. A Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) e a difusão do ideal da medicina preventiva. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, PR, n. 95, p. 01-06, abr. 2009.

_____. Reformas curriculares no ensino superior: Proposta de análise das origens do Programa de Incentivo às Mudanças Curriculares nos Cursos de Medicina (PROMED). **Revista Espaço do Currículo**, João Pessoa, v. 3, n. 2, p. 609-625, set. 2010 - mar 2011.

_____. **As agências filantrópicas americanas e os formuladores da política de saúde pública brasileira: usos nacionais de uma experiência internacional**. Orientadora: Letícia Bicalho Canêdo. 2008. Projeto de Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de Campinas, Campinas, SP, 2008.

PPREPS - **Programa de Preparação Estratégica de Pessoal de Saúde. Programa de Preparação Estratégica de Pessoal de Saúde** - OPAS/Brasil. Mimeo, Brasília: MS/MEC/OPAS, jun. 1976, p. 12-16.

SANTANA, José F. Paranaguá. **Depoimento a Carlos H. A. Paiva, Fernando Pires-Alves, Gilberto Hochman e Janete Castro**. Rio de Janeiro, 21-22 de fevereiro de 2005; 02 de outubro de 2006. Disponível em: <http://observatoriohistoria. coc.fiocruz.br/php/level.php?lang=pt&component=43&item=11>. Acesso em: 15 abr. 2009.

WORLD HEALTH REPORT (WHR**).Health Sistems: improving performance**. Geneva: 2000.

A TRAJETÓRIA DO CORPO MUSICALE "UMBERTO I" DE SERRA NEGRA (1898-1942)

Claudia Felipe da Silva*

A chegada de imigrantes italianos na pequena cidade de Serra Negra[104], interior do Estado de São Paulo, no final do século XIX e inicio do século XX, contribuiu para mudanças em vários aspectos da sociedade local. O município que estava progressivamente diversificando a lavoura que compreendia, a principio, na plantação de cana de açúcar para a produção de aguardente, passou para o plantio da lavoura de café. A população que em 1876 era composta de 4.756 habitantes saltou para 9.148 habitantes em 1886, chegando a 22 mil habitantes nas primeiras décadas do século XX. Em 1912 a produção anual de café chegou a 640 mil arrobas e havia "aproximadamente 8 milhões de cafeeiros em tratamento e produção, subdivididos por 620 lavradores. Destes, 11 são possuidores de mais de 100 mil, 8 de mais de 70 mil, 60 aproximadamente tem 1 a 2 mil cada um, e os restantes de 2 a 70 mil cafeeiros" (Almanach de Serra Negra, 1913, p.78).

O fluxo imigratório transformou a área rural, pois as grandes fazendas deram lugar a propriedades menores, sendo ocupadas quase em sua totalidade pelos cafezais. O cultivo do café proporcionou uma melhoria na economia, em toda a região de Serra Negra. Para o escoamento do produto e suporte às exportações, foram implantadas as linhas férreas e a construção de um conjunto de armazéns. Novos caminhos passaram a ser definidos pelas estradas de ferro. A cidade de Amparo foi a primeira na região a receber o trem, em 1878. Com o avanço da produção, os trilhos da Mogiana chegaram a Serra Negra no ano de 1892. Em relação a área urbana ocorreu um aumento significativo de novos postos de serviços como lojas de fazendas, ferragens e armarinhos, armazéns de secos e molhados, farmácias, hotéis, padarias, açougues, oficinas de sapatos, olarias e pequenas fábricas. Essa mudança foi devida a diversidade da mão de obra imigrante, entre lavradores, comerciantes, sapateiros, operários, médicos e músicos[105].

Estima-se que Serra Negra recebeu no inicio do processo imigratório em torno de 800 famílias italianas oriundas em sua maioria de Vêneto e Toscana (DELLA GUARDIA, 1987), porém não existem na historiografia local elementos que comprovem o número exato, bem como se suas viagens foram subsidiadas ou espontâneas.

Os imigrantes em solo serrano logo se organizaram e fundaram a primeira sociedade italiana, em 1895, denominada "Societá Italiana Di Mutuo Soccorso "Umberto I" in Serra Negra", conforme informações presente no estatuto, convocaram-se uma Assembléia Geral, ocasião em que o documento estatutário foi aprovado por unanimidade pelos membros da comissão que elegeram a primeira diretoria. O documento é composto por seis capítulos com 59 artigos que regulamentavam as atividades da entidade e as atribuições da diretoria, o mesmo encontra-se em idioma italiano[106].

---

* Graduada em Música pela UNICAMP (1996), Mestre em Educação pela UNICAMP (2009), Doutoranda em Educação pela UNICAMP.

104 A ocupação da região que compreende o município de Serra Negra iniciou-se no final do século XVIII, porém somente em setembro de 1828 foi promovida a Provisão da Capela Curada de Pia Batismal e Visita

105 Dados constantes do Almanach de Serra Negra, publicação da redação de "O Serrano", Serra Negra, 1913

106 Statuto Della Societá Italiana Di Muttuo Soccorso Umberto I em Serra Negra fondada el giorno 8 dicembre 1895. Documento pertencente ao acervo da família de Luiz Roberto Invernizzi.

Não se tem registro sobre as atividades desta sociedade, bem como sobre o seu término. Em 1903 foi fundada outra entidade a "Societá de Mutua Assistenza Fra Italiana" que permaneceu ativa até a década de 1940.

Através dos dados levantados e expostos em recente trabalho sobre bandas de música[107], é possível afirmar que entre os anos de 1895 a 1896 além da "Societá Italiana" também foi fundada uma banda de música denominada "Corpo Musicale "Umberto I" di Serra Negra", composta em seu inicio somente por imigrantes italianos, porém segundo Caldeira (1935, p.68), "vários embaraços surgiram, de modo que a Philarmônica só pôde constituir-se definitivamente em 1898, quando realizou o seu primeiro concerto, em 15 de novembro".

A fascinação do povo italiano em relação à música pode ser descrita no texto que segue:

> *As bandas musicais constituíram um elemento típico dos agrupamentos italianos, em qualquer latitude, nas grandes cidades ou mesmo nas fazendas perdidas em lugares longínquos. Muitos imigrantes tinham trazidos de sua terra natal, entre poucas outras coisas, um instrumento musical, uma trompa, um corno ou uma flauta, com os quais haviam acompanhados os cantos durante a interminável travessia. Nos lugares de trabalho já havia outros, com um clarim ou com um trombone, e assim ia-se formando um quinteto que, com mais alguns instrumentos adquiridos após laboriosas economias, transformava - se em uma pequena banda de 10 a 15 figuras, até que esta se completasse com tambores e pratos. Algumas, nos mais afastados rincões, nem sempre conseguiam realizar o grande sonho de se uniformizar ao menos com um bonnet, mas outras contavam com trajes completos e se compunham de grande número de músicos, quase sempre bigodudos, a soprar com energia em trombones e bombardinos. (CENNI, 1975, p.240).*

O Corpo Musicale "Umberto I" (1898 -1942) ficou conhecido no meio musical serrano como "banda dos italianos" ou "banda velha", muitos músicos passaram por seus naipes e alguns atuaram de forma relevante para a propagação e para o ensino da música na comunidade.

Um dos primeiros nomes a se destacar foi o do imigrante italiano Vincenzo de Benedictis. O maestro Vincenzo De Benedictis era diplomado pela Real Academia de Santa Cecília, em Roma, examinador do Circo Filarmônico Internacional de Roma, lecionava piano, canto, violino, bandolim, harmonia e técnica orquestral. Rocha (2007, p. 10-11) acrescentou mais dados à biografia do maestro. Ele nasceu em 1849, em Spaltore, na Itália. Para se titular como Diretor de Banda pela Real Academia de Santa Cecília, apresentou o arranjo para banda de música, denominada *Fantasia Sull'Opera Il Balo in Mascheral*, da obra de Giuseppe Verdi e a marcha *Lo Squilo* de sua autoria, sendo aprovado pela comissão julgadora em 03 de dezembro de 1888. O maestro Vincenzo De Benedictis e seu filho mais velho, Alberto, desembarcaram no porto do Rio de Janeiro em julho de 1898. Consta que em 1900 estava estabelecido na cidade Itaocara, no interior do Rio de Janeiro.

Não foi possível afirmar a data de sua chegada a Serra Negra. A princípio, em 1904 ele já estaria regendo a "Umberto I", tendo em vista o programa anunciado pelo jornal "A Serra Negra", em janeiro de 1905.

> *Teve início a primorosa sonata clássico musical da conhecida corporação italiana "Umberto I", que tanto honra os foros de civilização deste município e muito enaltece os*

---

107 SILVA, Claudia Felipe da. Bandas de Música, Imigração Italiana e Educação Musical. O Corpo Musicale "Umberto I" de Serra Negra, uma localidade interiorana com forte presença italiana. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

> *progressos artísticos musicais no nosso meio... a rabél batuta do talentoso e provecto maestro De Benedictis durante a primorosa sonata jamais desceu da elevada posição em que sempre manteve-se como bússola orientadora dos lisonjeiros progresso musicais, pelos quais tem passado este povo. (A Serra Negra, 22/01/1905)*

A "Umberto I" apresentava-se regularmente cumprindo os contratos[108] com a Câmara Municipal, estes documentos estabeleciam os critérios para a apresentação dos serviços musicais, os valores a serem pagos, os concertos quinzenais, a serem realizados com início às 18h00, no Jardim Público[109]. O programa seria publicado no jornal local, sendo que o único jornal existente até 1907 era "A Serra Negra"[110]. A Banda comprometia-se também a tocar nas alvoradas das festas nacionais e em toda e qualquer solenidade promovida pela Câmara Municipal. Em contrapartida a referida Câmara se comprometia a avisar o maestro das datas comemorativas, com oito dias de antecedência a fim deste poder preparar o repertório.

O programa da apresentação da "Umberto I" foi publicado pela "A Serra Negra", em 26 de agosto de 1906.

> *RETRETA*
>
> *A Corporação Musical "Umberto I", sob a regência do maestro V. de Benedictis tocara hoje, as horas de costume, no coreto do nosso jardim, as seguinte peças:*
>
> *1 – Felicitação, marcha, Bavare se*
>
> *2 – Cordialidade, polka, Carone*
>
> *3 - Annina, valsa, Egidi*
>
> *4 – Peça original para bombardino, Delle Cese*
>
> *5 – L"addio, mazurka, d"Alesio*
>
> *6 - La pace, prelúdio symphonico, Costinelli*
>
> *7 - Calunia e inveja, marcha, V. de Benedicitis*[111]

---

108 Foram inúmeros contratos firmados com a Câmara Municipal durante as atividades da "Umberto I", sendo que o primeiro documento levantado data de 11 de abril de 1906.

109 O Jardim Público foi construído em 1905, antes o local de apresentação era um espaço designado "Largo da Liberdade", próximo ao Mercado Municipal, atualmente é o espaço em que está o prédio da Prefeitura Municipal.

110 A partir de 1907, outros periódicos foram publicados regularmente, porém somente o jornal "O Serrano", mantém-se ativo desde 1907, inclusive com suas edições preservadas.

111 O programa apresentado traz em seu repertório somente peças italianas, fato que marcou a *performance* da "Umberto I" por muitos anos.

Vincenzo de Benedictis também foi compositor, além de maestro e instrumentista, durante sua permanência em Serra Negra ele ofereceu inúmeras das suas composições às várias personalidades serranas[112].

A “Umberto I” também demonstrou vínculos com a elite política local, tanto que após as eleições de 14 de dezembro de 1907, o grupo vencedor foi homenageado, inclusive com a presença da banda de música, oportunidade em que o maestro De Benedictis ofereceu ao Cap. Francisco Pinto da Cunha a marcha intitulada *14 de Dezembro*. Além da “Umberto I”, outra corporação musical conhecida por Banda “Morganti” também participou dos festejos e ambas receberam os agradecimentos publicados no jornal.

> *Outrossim, agradece a espontânea e sincera prova de estima demonstrada na manifestação de domingo último. Às corporações musicais “Umberto I” e “Morganti”, também agradece o valioso concurso pelas mesmas prestado, em todas as manifestações, abrilhantando-as com os seus variados repertórios. Ao insigne maestro senhor Vincenzo De Benedictis, agradece a delicada lembrança com que o mimoseou, dedicando-lhe a majestosa marcha, de sua composição, a que deu o nome de “14 de Dezembro”. A todos testemunha o seu reconhecimento, fazendo votos pela prosperidade de cada um e felicita-os pela indiscutível solidariedade de que dera prova. Ao concluir este singelo agradecimento, aproveita a oportunidade para dizer aos seus amigos que empregará todos os seus esforços pelo engrandecimento desta terra e pela paz e tranqüilidade da família serrana.*
>
> *Serra Negra, 18 de dezembro de 1907.*
>
> *O presidente do Diretório, Francisco Pinto da Cunha (O Serrano, 20/02/1907).*

A atuação do maestro Vincenzo e de seus músicos levou a “Umberto I” a se inscrever em um *concurso de bandas musicais das diversas cidades do Estado*[113], realizado nos dias 18 e 19 de abril de 1908, no Parque Antártica, em São Paulo. O evento foi promovido pelo Salão Steinway, situado na Rua São João, nº 61. Os ensaios passaram a ser diários a fim de preparar o repertório musical para a apresentação, cujas peças escolhidas foram *o Pot-pourri del Ballo Brahma de Constantino Dell’Argine e Scena del finale del 2º ato nell’Opera La Traviata* [114] entre outras.

A "Umberto I" não obteve o primeiro lugar, porém o acontecimento passou a fazer parte da história da banda, sendo a mesma contada através das gerações de músicos serranos. Muitas dessas lembranças foram passadas de maneira variada, revelando-se, porém, a importância do fato no universo popular. Passaram-se muitas décadas do evento e, em 1996, quatro músicos relataram-no indignados, assim como a população serrana ao saber do resultado na época: a "Umberto I" não se classificou em primeiro lugar.

> *“Dado a força de vontade dos seus participantes, a corporação tornou-se famosa a nível estadual, como de fato foi, porque ela inclusive naquela época, meu pai era mocinho ainda, eles tomaram parte de um concurso de banda em São Paulo e a banda aqui tirou o segundo*

---

112 O oferecimento de obras pelos compositores sempre foi muito comum no meio musical. No Brasil, essa prática foi adotada por inúmeros artistas e em vários períodos. No inicio do século XIX, o compositor baiano, Damião Barbosa de Araújo, utilizou esse procedimento e dedicou suas obras a membros da elite. Era uma forma estratégica de inserção social. Ver mais. BLANCO, Pablo Sotuyo. Damião Barbosa de Araújo (1778-1856): novas achegas biográficas e musicais. Salvador: Fundação Gregório de Mattos: EDUFBA. 2007.

113 Jornal “O Serrano”, edição de 05/04/1908.

114 Rocha (2007, p. 272). As peças ainda fazem parte do acervo de partituras da Corporação Musical “Lira de Serra Negra”.

lugar. Olha, chegou até conferir, um segundo, um segundo lugar no concurso de banda realizada em São Paulo" (Depoente Fioravante Lugli, Serra Negra, SP, 1996, p.2).

"E outra coisa, o Briotto vai lembrar mais do que eu. História da banda. Teve um concurso de bandas em Campinas, né Briotto e a nossa banda era para pegar o primeiro lugar. Consta, eles contam, mas não pegou em primeiro lugar porque o maestro De Benedictis, ele tocou a requinta e regeu a banda. Então eles acharam que não podia o maestro ser músico ao mesmo tempo. Então a banda pegou o segundo lugar. Segundo lugar" (Depoente João Corato, Serra Negra, SP, 1996, p.6).

"Mas eu não sei porque tiraram o valor do velho porque ele tocou requinta. Porque requinta igual a ele, não existia..." (Depoente Antonio Briotto, Serra Negra, SP, 1996, p. 6).

"Lembro, quando ele falou para mim, mas eu não tinha nascido ainda, que a banda esteve em São Paulo prestando concurso, mas tinha um colosso de bandas. Não me recordo, tinham tantas! Só que ele me contava... e fizeram muito bonito, tocaram muito bem. Não ganharam o 1º premio, porque tinha o nome de banda "Umberto I", porque era banda italiana, isso meu pai que contou. Que contava para mim, e quem ganhou o 1º Premio foi a banda que tem o nome de banda Portuguesa, nós pegamos o 2º lugar". (Depoente Orlando Lugli, Serra Negra, SP, 1996, p.6)

Após terem participado do concurso, em São Paulo, os músicos foram para a cidade de Campinas. SP, na qual realizaram um concerto a convite dos membros da colônia italiana.

...Si não obteve uma medalha, porque motivo deixamos de dizer, obteve um prêmio brilhante, que satisfaz mais que todos os outros, e que é a opinião pública, que lhe foi favorável, que sagrou-a uma das melhores bandas de todo o Estado. Estamos certos de que a "Umberto I", si concorrer a novo torneio, em que os juizes estejam em condições de decidir com toda a imparcialidade e se a opinião pública for acatada, há de obter um dos primeiros lugares. De regresso da Capital, esteve, no dia 21, em Campinas, a convite de vários membros da colônia italiana, entre eles o sr. Ângelo Franceschini. A banda aí cumprimentou o Prefeito Municipal, a redação dos jornais e, à tarde, após uma passeata, executou no coreto do jardim um escolhido programa. Diz no jornal O Comércio de Campinas, de 22: A concorrência foi enorme àquele local e a banda foi muito aplaudida. Ali compareceu o sr. Prefeito Municipal para transmitir a saudação a todos os membros da banda. E termina: Hoje partirá para Serra Negra, deixando entre nós as melhores impressões. O povo desta cidade recebeu festivamente a esforçada Corporação Musical... ("O Serrano", 26/04/1908)

Devido a problemas de saúde e particulares o maestro Vincenzo De Benedictis mudou-se de Serra Negra 1909, retornando em 1912. Na sua ausência a condução da "Umberto I" ficou sob a responsabilidade do spalla da banda, o clarinetista e também imigrante italiano Zaccarias Quaglio. De Benedictis retornou em novembro de 1912.

No início de 1913, o maestro Vincenzo De Benedictis, já instalado em Serra Negra, recomeçou a movimentar musicalmente a cidade, anunciando a organização de uma nova orquestra, composta por músicos de ambos os sexos[115].

NOVA ORQUESTRA

O Sr. Vicente de Benedictis, habalisado maestro de musica, communicou-nos que sob sua direção se esta organisando nesta cidade uma nova orchestra na qual tomarão parte distintos cavalheiros e gentis senhoritas da nossa sociedade. Devido à competência do sr. De Benedictis é de crer que em breve tinhamos essa nova agremiação musical attestando o progresso da nossa cidade.(O Serrano, 01/01/1913)

Os filhos de Vincenzo De Benedictis, Alberto e Livio, também atuaram como instrumentistas, compositores, maestros e professores por muitos anos em Serra Negra.

Professor de Música

Fixou residencia nesta cidade, no Largo da Matriz n.9, o sr. Aberto de Benedictis, hábil professor de musica, que se acha a disposição dos interesses para os serviços de sua arte, leccionando piano e outros instrumentos em domicilio do alumno. (O Serrano, 15/01/1911)

Livio De Benedictis

Maestro de Música

Lecciona Piano, Canto, Violino, Bandolini, Harmonia e Orchestra

Rua 7 de setembro

Num. 39

(O Serrano,07/11/1916)

Outro fato marcante na trajetória do Corpo Musicale "Umberto I" foi seu vínculo com a sociedade local, participando de solenidades oficiais, festas religiosas e festas populares como o carnaval em que os músicos formavam pequenos grupetos para participarem da folia do Momo.

Durante muitos anos a "Umberto I" utilizou umas das salas da sede da Societá Italiana para realizar seus ensaios e reuniões e teve participações nas festas promovidas pela entidade. A relação próxima proporcionou uma manifestação conjunta para angariar fundos a fim de comprar o primeiro uniforme da banda, foram vários anos de campanha. Somente em setembro de 1923 a "Umberto I" inaugurou seu novo uniforme.

---

115 A primeira menção disponibilizada no jornal da participação feminina em um conjunto musical em Serra Negra. Não se tem notícia sobre a presença feminina anterior ao ano de 1913.

"XX de Setembro"

Foi regularmente festejada nesta cidade, a data italiana de 20 de setembro.

Ás sete horas da noite, a Corporação Musical "Umberto I" se dirigiu á Sociedade "Mutua Assistenza Fra Italiani" onde executou o hynno Nacional, a marcha real italiana, o hynno di Garibaldi além de variadas peças musicaes.

A directoria que é formada dos srs. Antonio Invernizzi, Antonio Ricci, João Possagnolo e Luiz Dini, offereceu ás pessoas presentes, profuso copo de cerveja.

O snr. Prof. Fortunato Lombardi, incumbido pela Directoria, fez uso da palavra, agradecendo a todos que concorreram com a sua presença para o realce daquella modesta reunião.

Escreve-nos a comissão encarregada de angariar donativos para o uniforme da banda musical "Umberto I", pedindo que expressemos os seus agradecimentos as gentis senhoritas que se prontificaram a auxiliar a referida corporação artística, passando as entradas do seu benefício, e ao sr. Alfredo Marques da Fonseca que desinteressadamente poz ás ordens da commissão o salão do Joli Cinema para a realização do seu festival. É a seguinte, na ordem dos seus esforços, a lista das senhoritas serranas que concorreram para o beneficio da artistica e querida Corporação Musical que conhecemos. D. Ana Rielli, Alayde Rielli, Anna Gianmini, Arthemisa Rielli, Adelma Vergilio, Henriquetta Micheline, Corolina Bruschini, Helena Scatena. Fazemos votos para que a banda "Umberto I" encontre como agora na boa vontade do povo serrano um auxilio nunca esmorecido para o seu contniuado progresso, e assim possa continuamente produzindo, nos offerecer sempre o prazer progressivamente augmentado dos seus deliciosos concertos. (O Serrano,23/09/1917)



Foto nº1. Corpo Musicale "Umberto I", setembro de 1923. Foto em comemoração a estréia do primeiro fardamento. Acervo da Pesquisadora.

O maestro Vincenzo De Benedictis faleceu em 10 de dezembro de 1918 e a regência da "Umberto I" passou para o seu filho Alberto De Benedictis[116] de 1919 a 1922 e Livio De Benedictis[117] entre 1922 a 1925. Durante muitos

116 O músico Alberto De Benedictis faleceu em 08 de janeiro de 1932, na cidade de Amparo/ SP, local onde atuou como professor de música.

anos o repertorio da Corporação Musical foi composto por músicas italianas principalmente trechos de operas, muitos arranjos eram importados da Europa, outros eram feitos pelos músicos locais.

> *A ópera italiana dominava a cena musical nesse período; era do agrado público local; a instrumentação original das aberturas era bastante favorável à sua adaptação para instrumentos de metal e soava muito bem em espaços abertos; arranjos de áreas, duetos, tercetos e quartetos eram considerados obras finas e requintadas, sendo muito apreciadas, até porque remetiam às situações originais da ópera. Além disso, linhas melódicas simples e em geral acompanhadas por instrumentos em acordes sem grandes malabarismos harmônicos ou rítmicos permitiam que os músicos executassem as obras sem grandes dificuldades, contentando muito ao público que ia ouvi-las. Era suficiente a transcrição das partes de violinos para adaptações e o arranjo estava praticamente concluído. (NOGUEIRA, 2001, p. 278-279)*

O ano de 1922 foi marcado pelo falecimento do jovem compositor Nicolino Fatigatti, filho de Julieta Fatigatti e, provavelmente do músico Alessandre Fatigatti, flautista da "Umberto I". Nicolino nasceu por volta de 1898 e com 24 anos foi vitima de tuberculose, vindo a falecer. Tocava clarineta e baixo tuba e pertenceu a "Umberto I". Não existe um levantamento completo de suas obras, mas sabe-se que a maioria das composições eram valsas, entre as quais a valsa, "Caminhos Ocultos", mais conhecida[118].

Pelo fato de ter falecido muito jovem e com uma razoável produção musical, criou-se uma "aura" em torno do músico, misturando admiração e mito. O músico, Cesarino Perondini, foi o responsável pela maioria dos arranjos das suas composições para a banda.

No início dos anos de 1930 o Corpo Musicale "Umberto I" era regido pelo músico Astolpho Perondini e a banda passou por inúmeros problemas financeiros. Os contratos com a Câmara Municipal não foram renovados, a principio por desavenças de ordem políticas, mas as apresentações em solenidades religiosas e festas promovidas pela Sociedade Italiana continuaram. Em 03 de fevereiro de 1934 o "Serra Negra Jornal" publicou uma nota inusitada, em relação aos honorários da "Umberto I". A Banda realizou cerca de 20 apresentações, graças ao auxilio financeiro do Prefeito Municipal.

> *BANDA DE MUSICA*
>
> *O sr. Dr. Firmino Cavenaghi, prefeito municipal, vem de abrir mão de parte de seus subsídios, para subvencionar a corporação musical Umberto I, que estava na imminencia de ser dissolvida. A corporação Umberto I, que é uma das melhores do interior do Estado e representa para Serra Negra uma verdadeira tradição artística, bem merece o gesto do chefe do executivo municipal, que é, aliás, digno de todo o nosso applauso. O sr. dr.*

---

117 A ultima informação encontrada sobre o músico Livio De Benedictis data de 29 de abril de 1933 publicada no "Serra Negra Jornal" em que estaria regendo a "Jazz Melodia".

118 Foram levantadas 25 composições, entre valsas, dobrados, xote, etc., do músico Nicolino Fatigatti.

Firmino Cavenaghi com essa attitude, firmou-se ainda mais no alto conceito em que é tido pelos seus pares[119].

Ainda na década de 1930, mais precisamente em 18 de abril de 1938, foi sancionado o Decreto do Governo Federal nº 383, versava sobre a legalização das sociedades estrangeiras. A "Societá de Mutua Assistenza Fra Italiani di Serra Negra" em Assembléia Geral datada de 23 de outubro de 1938, seguindo as orientações do Decreto mencionado passou a denominar-se "Sociedade de Mutua Assistência de Serra Negra". Não existe informação se o Corpo Musicale "Umberto I" tomou também as devidas providencias recomendadas no Decreto 383, acredita-se que não, pois em suas apresentações foi mantido o nome italiano da banda. Mesmo com as mudanças realizadas, a sede da Sociedade foi lacrada, em 31 de agosto de 1942, foram confiscados os móveis: mesas, cadeiras e alguns relógios[120]. Parte da documentação da instituição foi retirada antes do fechamento e guardada por membros da família Lamari.

A "Umberto I" ainda ocupava uma das salas da sede, porém não existe referência sobre a apreensão de objetos e documentos ligados à Corporação Musical. Fato é que a partir de agosto de 1942 a "Umberto I" passou a se apresentar com a designação de "Banda de Música". Em 1944 foram realizadas somente três apresentações.

As atividades musicais da Banda ficaram paralisadas por um período e em abril de 1945, foi noticiada a sua reorganização. A retomada, não como Corpo Musicale "Umberto I", mas Corporação Musical "Lira de Serra Negra", não foi muito diferente do histórico da "Banda Italiana". Em seu (re) início, os músicos e admiradores voltaram suas ações a fim de adquirir a estrutura básica para constituição do novo agrupamento musical com instrumentos e fardas.

Em 22 de abril de 1945, foi iniciado um movimento para a reorganização da banda de música. Na matéria de 03 de junho, explicitou-se que a "Lira de Serra Negra" realmente era a reorganização do Corpo Musicale "Umberto I".

Corporação Musical

Pessoas gradas do nosso meio estão congregando os seus esforços para reorganizar a corporação musical, que se manteve com raro brilho, durante longos anos, nesta cidade O Sr. Artur Lorentinino da Silva ofereceu cinco estantes aos reorganizadores daquela corporação, que lhe agradecem por nosso intermédio tal gesto de boa vontade para com a referida iniciativa. (O Serrano,22/04/1945)

Em 05 de junho de 1945, foi fundada, oficialmente, a Corporação Musical "Lira de Serra Negra, e, em 14 de junho, foi apresentado o primeiro concerto da "nova" banda de música.

Concerto

A corporação musical "Lyra de Serra Negra" executará hoje, as 20 horas, no coreto do Jardim da Praça Barão do Rio Branco, o seguinte programa:

1 – Bororó na Ponta – Dobrado

---

119 Firmino Cavenaghi, nascido na cidade de Itapira, filho de imigrantes italianos, fixou-se em Serra Negra, na década de 1920. Era médico, foi prefeito da cidade por duas gestões e membro da Sociedade Italiana.

120 Informações cedidas por Guilherme Della Guardia em 27/06/2009.

2 – Luar de Serra Negra – Valsa

3 – Sonho de um louco

4 – Dr Firmino

2ª Parte

5 – Os Flagellados – Dobrado

6 – Lira Monte Sião – Valsa

7 – 24 de Outubro – Sinfonia

8 – Pintinho no Terreiro – Maxixe

9 – Manoel B dos Reis – Dobrado.

A Corporação Musical "Lira de Serra Negra" mantém-se em atividade de forma ininterrupta desde sua fundação, realizando concertos quinzenais na cidade de Serra Negra, pois:

> *A banda é som. Música. Melodia. É o ritmo cadenciado das marchas e dobrados, ou o breque gostoso de sambas e maxixes, ou ainda o embalo dolente das valsas. E que compassa o coração da gente para segui-la pelas ruas, ou nos chama para a praça. É o som das harmonias criadas por aqueles instrumentos às vezes um pouco desafinados, manejados por mãos duras e calejadas, somos transportados para um espaço mágico, onde pessoas sorriem, se integram, aplaudem e se emocionam. (Granja, 1984, p.79- 80)*

Resumo: A pesquisa privilegiou a atuação musical de uma banda de música formada em 1898, por imigrantes italianos, que se radicaram em Serra Negra, cidade do interior paulista, a partir do final do século XIX. Como não existia farta documentação sobre a banda italiana, utilizaram-se os depoimentos de músicos que foram integrantes da "Umberto I", bem como de familiares dos antigos músicos, buscando através da história oral refazer parte da trajetória da referida banda. Suas atividades foram encerradas em 1942, quando seus bens foram confiscados pelo Governo Federal, dentro do processo de nacionalização engendrado durante a 2ª Guerra Mundial. Ela ainda manteve um forte vínculo com a tradição italiana, através de seu repertório e pela relação com a "Societá de Mutua Assistenza Fra Italiani" de Serra Negra. Através dos depoimentos colhidos foi possível contrapor alguns fatos narrados com informações publicadas nos semanários da cidade, além da complementação de fotos do período estudado.

Palavras-Chave: banda de música; imigração italiana; história oral.

The trajectory of Corpo Musicale "Umberto I" from the city of Serra Negra – SP (1898-1942)

Abstract: The surveying put the musical performance of a music band formed in 1898, by Italian immigrants, who settled in Serra Negra – a town of State of São Paulo – from the final of the 19th century. As there was not abundant documentation of that Italian band, it has used the testimony of musicians who were members of the "Umberto I" and also relatives of the former musicians, seeking through oral history redo part of trajectory of that band. Its activities were closed in 1942, when its assets were confiscated by the Federal Government, within the process of nationalization engineered during Second World War. It still maintained a strong bond with the Italian tradition, through his repertoire and the relationship with "Societá of Mutua Assistenzia Fra Italiani" of Serra Negra. Through

the testimonies collected, it was possible to counteract some facts narrated with information published in weeklies, in addition to the complementation of photos of the period studied.

Keywords: band music; italian immigration; oral history,

Referências bibliográficas:

ALMANAK DA PROVINCIA DE SÃO PAULO para 1873, organizado e publicado por Antonio José Baptista de Luné e Paulo Delfino da Fonseca. Edição Fac-Similar. Imprensa Oficial do Estado S. A. São Paulo, 1985.

ALMANAK DE SERRA NEGRA. Publicação da redação do Jornal "O Serrano". Serra Negra, 1913.

ALMANACCO DEL FALNFULLA. Dono Agli Abonati. São Paulo, 1905.

BLANCO, Pablo Sotuyo. Damião Barbosa de Araújo (1778-1856): novas achegas biográficas e musicais. Salvador: Fundação Gregório de Mattos: EDUFBA, 2007.

CALDEIRA, João Neto. Álbum de Serra Negra. Ed. Organização Cruzeiro do Sul - Bentivegna & Netto: São Paulo, 1935.

CENNI, Franco. Italianos no Brasil. São Paulo: Ed. Livraria Martins/Edusp, 1975.

DELLA GUARDIA, Guilherme. Imigração italiana em Serra Negra, 1887 – 1987. Serra Negra, 1987.

GRANJA, Maria de Fátima Duarte. A Banda: Som e Magia. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Escola de Comunicação. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1984.

HOLLOWAY. Thomas H. Imigrantes para o café. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

JOSÉ. Jorge Antonio. A História de Serra Negra, como deve ser contada. Suplemento Histórico- Jornal "O Serrano", 07 de novembro de 1978. São Paulo: Rumo Gráfica Editora Ltda, 1999.

KOSSOY, Boris. Fotografia, matéria e memória no abandono. Pau Brasil, 3(14), set./out. 1986.

_____. A fotografia como fonte histórica. São Paulo: Secretaria da Indústria, Comércio, Ciência e Tecnologia, 1980. (Coleção Museu e Técnicas; 4).

LANG, Alice B. S. Gordo. (org.). Reflexões sobre a Pesquisa Sociológica, vários textos. São Paulo: CERU, 1992. (Textos, Série 2, nº 3).

_____. (org.) Desafios da pesquisa em Ciências Sociais. São Paulo: CERU, 2001. (Textos, Série 2, nº 8).

LIMA, Roberto Pastana Teixeira. A cidade racional: Amparo: um projeto urbanístico do "oitocentos". Amparo, Campinas; Faculdade de Ciências e Letras Plínio Augusto do Amaral, Centro de Pesquisa em História da Arte e Arqueologia. Unicamp, 1998.

NOGUEIRA, Lenita Waldige Mendes. Música em Campinas nos últimos anos do Império. Campinas: Editora da Unicamp – CMU, 2001.

PETRONE, Maria Thereza Schorer. O imigrante e a pequena propriedade. Coleção Tudo é Historia. São Paulo: Brasiliense: 1984.

QUEIROZ, Maria Izaura P. Relatos Orais: do "Dizível ao Indizível". In. SIMSON. Olga R.M. von et. al. (org). Experimentos com histórias de vida (Itália – Brasil). São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1998. p.14-43.

_____O pesquisador, o problema da pesquisa, a escolha da técnica: algumas reflexões. In. LANG. Alice B.S.G. (org). Reflexões sobre a pesquisa sociológica. São Paulo: CERU, 1992 (Textos CERU, Série 2, nº 3) p.13-29.

_____Variações sobre a Técnica de Gravador no Registro da Informação Viva - São Paulo - T.A. Queiroz/USP. - 1991.

ROCHA, José Roberto Franco da. Catálogo descritivo do acervo de partituras musicais: Coleção De Benedictis, vol. 1. Corporação Musical "Lira de Serra Negra", Serra Negra, 2007. Edição do autor.

SANTOS, Rosely Izabel Correa do. A Terra Prometida: Tese e Antítese. Os jornais do norte da Itália e a Emigração para o Brasil (1875-1899). Tese (Doutorado em História Econômica). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1995.

SILVA, Claudia Felipe da. Bandas de Música, Imigração Italiana e Educação Musical. O Corpo Musicale "Umberto I" de Serra Negra, uma localidade interiorana com forte presença italiana. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

SIMSON, Olga R. de Moraes von. Som e Imagem na Pesquisa Qualitativa em Ciências Sócias: Reflexões de Pesquisa. Anais do Seminário Pedagogia da Imagem, Imagem na Pedagogia. Universidade Federal Fluminense – UFF, Faculdade de Educação, 1995, p. 88-101.

_____. A utilização de jornais como fonte de dados para a pesquisa sociológica. Faculdade de Educação, Unicamp, CMU – Unicamp, s/d (mimeo).

SIQUEIRA, Hildebrando. Apontamento para História de Serra Negra - Revista do Instituto Histórico e Geográfico. São Paulo Vol XXXI: 1933/1934 (Sócio Correspondente).

_____. Música Popular. Os Sons que Vêm da Rua. Rio de Janeiro: Edições Tinhorão, 1976.

_____. História Social da Música Popular Brasileira. São Paulo, Ed. 34, 2005 .

A utilização da Metodologia da História Oral na pesquisa com jovens músicos egressos do Instituto de Artes da Unicamp

Júlio César Ferraz Amstalden [121]

Introdução

A pesquisa em questão está ainda em processo e volta-se para as possibilidades informais e não formais de musicalização que ocorrem no distrito campineiro de Barão Geraldo, motivadas pelo contato da população local com os músicos egressos ou ainda estudantes do Instituto de Artes da Unicamp. Dada a dificuldade de inserção profissional no campo da Música, esses jovens em geral permanecem no distrito após sua formatura e criam alternativas de ganho através do exercício de sua arte, fator que proporciona diferentes formas de contato entre eles e o público residente no distrito . A pesquisa utiliza-se da Metodologia da História Oral, colhendo depoimentos tanto de músicos como do público.

A Música como profissão

Diferentemente de profissões como a Engenharia, a Arquitetura, o Direito e a Medicina, para as quais existem exames comprobatórios de capacitação para o jovem recém formado e entidades de classe que regulamentam e fiscalizam o exercício da profissão (CREA, OAB, CRM e outras), nada existe oficialmente na área da Música que ateste que o jovem adquiriu formação suficiente para exercer seu ofício na sociedade, auxiliando-o em sua inserção profissional. Assim, o jovem músico tem de percorrer um caminho peculiar para firmar-se no cenário da profissão, caminho esse fortemente alicerçado na construção de um nome, de modo que a exposição torna-se condição *sine qua non* para o reconhecimento e consolidação da carreira do músico. Ganhar o reconhecimento numa dada comunidade não significa que automaticamente o músico será reconhecido em outra. Esse fato depende do grau de exigência musical associado a cada comunidade, razão pela qual o jovem músico em busca de afirmação cumpre "estágios" em diferentes localidades, amadurecendo e refinando sua prática até atingir um reconhecimento mais pleno de suas habilidades.

Nem sempre um diploma de nível superior em música foi uma garantia para o reconhecimento de um músico, tanto que a menos de três décadas não se tratava de uma formalidade exigida, mesmo em orquestras. Por vários anos, quando muito era suficiente um diploma de nível técnico, como os oferecidos pelos conservatórios. Até recentemente, mesmo os concursos para docência em Música nas universidades públicas não exigiam graduação específica na área. Basta lembrar aqui que grandes nomes da música brasileira não eram ou não são portadores nem ao menos de um diploma de nível técnico em música, quanto mais em nível superior: H. Villa-Lobos, Tom Jobim e João Gilberto são exemplos disso. A formação desses consagrados músicos brasileiros deu-se em grande parte através de aulas particulares, em cursos livres e primordialmente pela prática. Esse cenário vem mudando nos últimos tempos, de modo que o diploma em música vem sendo cada vez mais requerido, pois mesmo sendo poucas as oportunidades de trabalho formal na área, há cada vez mais pessoas dedicando-se profissionalmente à atividade.

---

121 Doutorando pela Faculdade de Educação da UNICAMP, docente no curso Música-Licenciatura da UNIMEP.

Esse fato é significativo, porque no campo do trabalho informal há várias possibilidades, como por exemplo tocar em bares, bailes, casamentos e festas. No entanto, a concorrência é acirrada e nem sempre os valores pagos são atraentes, havendo muita exploração. Um aluno recentemente me narrou que, pressionado pela urgência de pagar dívidas, passou a tocar em bailes, quando chegava a tocar por quatro horas contínuas para receber apenas R$50. O mercado dos casamentos é bastante aquecido, mas é altamente concorrido e explorado por agenciadores que cobram altos valores dos noivos, de modo que repassam quantias irrisórias para os músicos. Outra característica importante desse mercado informal é que ele absorve músicos com pequena formação, que graças ao auxílio de instrumentos eletrônicos de última geração, conseguem efeitos musicais surpreendentes. Há, por exemplo, uma variada gama de teclados eletrônicos sofisticados que fazem sozinhos boa parte do trabalho do músico. Isso muitas vezes encobre as deficiências de formação do intérprete e lhe garante possibilidades de ganho que dificilmente teria se tivesse de contar com seus próprios recursos. A existência desse mercado informal com tais características aponta igualmente para as grandes lacunas existentes na sociedade brasileira quanto à educação musical, pois em geral faltam critérios para se julgar a competência dos músicos e a qualidade de seus trabalhos.

As oportunidades de trabalho formal para o músico, com registro em carteira, variam de acordo com o gênero musical praticado. Para os músicos eruditos, essas oportunidades são primordialmente representadas pelas orquestras, coros e escolas mantidos pelo poder público. São menores, muito raras e bem mais frágeis as oportunidades oferecidas pela iniciativa privada. Para os músicos populares, o trabalho formal surge em estúdios de gravação, emissoras de rádio e TV, agências de propaganda e de produção de *shows*, ou seja, possibilidades mais diretamente relacionadas ao capital privado e a uma lógica de mercado. Tanto para a música erudita quanto para a popular, a opção de ganho regular mais imediata que existe é a docência, seja ela em pequenas escolas especializadas, seja em âmbito particular. Entretanto, em ambos os casos trata-se de trabalho autônomo, pois mesmo as escolas especializadas não costumam registrar seus professores, que ganham pela hora/aula estabelecida pelas instituições. Em geral, tratam-se de valores baixos, que em Campinas estão entre R$ 10 e R$15. Em algumas escolas de música, o professor tem a liberdade de estabelecer ele mesmo o valor de sua hora/aula, que pode variar conforme o peso do nome do profissional. O aluno paga um valor final no qual está acrescentado um percentual referente aos honorários da instituição. O cômputo final pode acabar sendo bem alto. Isso gera baixa procura, motivo pelo qual vários professores, mesmo os renomados, preferem lecionar em suas próprias casas. De qualquer forma, nomes bem estabelecidos no cenário musical cobram valores mais altos do que nomes ainda incipientes. A legitimação dessa prática é dada pela idéia subjacente de que um músico renomado pode transmitir sua experiência acumulada, que em última análise valeria mais do que a prática de um músico desconhecido.

Apesar de representar uma oportunidade de ganho regular, a docência em música tal como tradicionalmente praticada é entendida como limitadora, pois nela é vetado ao músico atuar artisticamente. Seu papel é o de um crítico e de um orientador. Por essa razão, muitos músicos sentem-se insatisfeitos atuando apenas na docência e buscam outras formas concomitantes de atuação, mais direcionadas para o fazer artístico. No entanto, o trabalho exclusivamente artístico oferece dificuldades de ganho que seja suficiente para a sobrevivência cotidiana. Somente músicos de grande projeção conseguem viver apenas de sua atuação como artistas, sem precisar lecionar. E o percurso para tornar-se reconhecido é longo, árduo e nem sempre justo.

Barão Geraldo, os músicos e a Unicamp

O Instituto de Artes da Unicamp completa 40 anos em 2011. Seus alunos e ex-alunos são jovens muitas vezes oriundos de outras cidades paulistas e não raramente de outros estados, que vieram a Campinas para realizar seus estudos superiores. O *status* associado ao nome da instituição, somado ao fato de se tratar de uma universidade pública, atrai muitos jovens. O IA oferece bacharelado na área da Música em duas modalidades: erudita e popular, sendo que a primeira existe desde a fundação do instituto e a segunda foi criada aproximadamente 20 anos depois. Os jovens bacharéis recém diplomados encontram pela frente o desafio de estabelecer-se profissionalmente como músicos. Dados os motivos acima mencionados e principalmente pela escassez de oportunidades, os jovens músicos

acabam buscando alternativas de trabalho – não raramente criando-as - no próprio entorno da universidade, ou seja, no distrito de Barão Geraldo.

Barão Geraldo retrata num microcosmo muito do que é a realidade da sociedade brasileira nas cidades de grande porte. O distrito é atravessado pela rodovia SP-332 Gal. Milton Tavares de Souza, que liga Campinas a Paulínea. A leste da rodovia concentram-se os bairros mais antigos do distrito, ligados à formação do mesmo, assim como a Cidade Universitária, onde está instalada a Unicamp. Trata-se de uma região com alta concentração de renda, com casas de alto padrão e onde residem profissionais altamente especializados ao lado de uma população mais antiga, que nasceu no distrito. A oeste da rodovia estão bairros mais recentes e mais pobres onde, ao lado de casas mais modestas, existem também favelas. Nessa região residem trabalhadores não especializados, migrantes do interior de outros estados brasileiros que vieram a Campinas procurando melhorias de condições de vida. As cercanias da Unicamp concentram, além de profissionais altamente qualificados, uma população significativa de estudantes e professores universitários, originalmente não nascidos em Campinas e provenientes de outras cidades, muitos de grandes capitais como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba e Porto Alegre. Freqüentemente, os docentes da universidade que residem em Barão Geraldo já moraram no exterior em períodos de estudos, intercâmbios ou pesquisas, tanto na Europa quanto na América do Norte e Oriente. Essa parcela da população, formada por estudantes e professores, bem como por profissionais de alta qualificação, está habituada à variada oferta de atividades culturais em suas trajetórias, de modo que não só busca alternativas de entretenimento no distrito como também procura oportunidades de cultivar e desenvolver seus gostos artísticos e musicais. Esse fato cria condições propícias para que, ainda estudantes, muitos jovens músicos exerçam suas atividades na área mais rica do distrito, seja ensinando, seja tocando. Até agora a pesquisa tem apontado para uma pequena ou quase inexistente atuação dos músicos de nível universitário a oeste da rodovia, ou seja, na porção mais empobrecida de Barão Geraldo. A razão disso é óbvia: não há possibilidade de ganho nos bairros mais pobres do distrito. Os músicos que trabalham com a população mais pobre estão associados a ONGs sediadas nas vizinhanças de Barão Geraldo, como Santa Genebra e Aparecidinha.

Os jovens músicos que estudam ou estudaram no IA da Unicamp, por sua vez, são geralmente provenientes das classes média e alta. O curso é em tempo integral. Isso pressupõe que esses jovens não dependem de um emprego para se manter enquanto estudam, sendo que as famílias em geral lhes concedem auxílio. Há músicos que ainda durante a graduação buscam envolver-se em atividades profissionais, seja isso para complementar a mesada recebida da família, seja para ganhar experiência profissional, seja para as duas coisas. De qualquer forma, as condições socialmente colocadas para a afirmação de um músico e a pouca oferta de trabalho formal ou de trabalhos que remunerem satisfatoriamente na área fazem que, após a formatura, muitos desses jovens músicos permaneçam atuando em Barão Geraldo. Mesmo empregando-se em escolas especializadas em música, faz-se necessário uma complementação da renda. Assim, de acordo com o exposto acima, os músicos procuram alternativas: ONGs, aulas particulares e, buscando a continuidade de suas atividades artísticas, criam seus espaços de apresentação ou então valem-se de espaços alternativos já existentes no distrito (criados anteriormente por outros ex-alunos do IA ou por alguém que já foi ligado de outra forma à Unicamp).

A pesquisa e sua metodologia: História Oral e os músicos

A permanência dos jovens músicos atuando no distrito faz com que a população local desenvolva um contato com a arte por eles praticada. Tal permissão de contato com a Música gera possibilidades não formais e informais de musicalização. Mas, como já foi dito, existem dois tipos de público em Barão Geraldo, separados fisicamente por uma rodovia e socialmente por muitas diferenças econômicas e de escolarização. No entanto, embora não de maneira intensa, existe um fluxo dos dois grupos através da fronteira que separa as duas regiões do distrito. Entender em que intensidade e em que direções esse fluxo ocorre, bem como os efeitos por ele produzido, são objetivos entre outros da pesquisa em curso que, igualmente, procura entender as origens, as trajetórias e as visões dos músicos formados pelo Instituto de Artes da Unicamp. Para tal, a Metodologia da História Oral tem se mostrado ferramenta útil e necessária, uma vez que uma abordagem puramente quantitativa muito pouco ou nada acrescentaria no que tange às motivações, restrições e aquisições dos grupos sociais envolvidos. O discurso tanto de quem faz a Música quanto de quem a recebe é portador de conteúdos que revelam não somente os lugares sociais (com as devidas idiosincrassias) de quem fala,

mas também a consciência das limitações e desejos dos próprios depoentes. E é exatamente tal consciência que, no caso dos músicos, oblitera as informações e exige uma atenção a mais do pesquisador. Explico-me.

Além de pesquisador, tenho um percurso mais longo e mais antigo como músico. Ao solicitar depoimentos para músicos (tenho utilizado a modalidade Depoimento Oral), normalmente me apresento como colega de profissão, pois considero isso importante dada a natureza das questões colocadas. Se por um lado isso é um elemento facilitador, por outro cria um tipo de resistência inconsciente no depoente, pois um músico sabe que outro músico conhece os mecanismos pelos quais o profissional da área firma-se na profissão. Em outras palavras, significa que o depoente tem consciência que seu interlocutor entende que o profissional da música necessita de reconhecimento em diferentes comunidades e assim construir um nome para ampliar sua atuação: a quantidade e a diversificação de suas apresentações - e conseqüentemente seu sucesso material - são a prova de sua habilidade e competência como músico. Dessa forma, quando o depoente tem consciência de um limite, ou seja, que ele ainda "não decolou" e, por isso, está restrito a uma área de ação menor denotada por trabalhos realizados numa mesma área geográfica (que é entendida como sendo de menor projeção), ele vai insconscientemente intimidar-se ante o pesquisador e tentar escamotear fatos, pois reconhecê-los seria expôr-se em demasia ante um outro o qual ele não sabe se está em condições superiores, iguais ou inferiores. Ou seja, trata-se de um defesa.

O desejo de ser reconhecido também é um elemento deturpador, uma vez que pode levar o depoente a superdimensionar fatos e situações na tentativa de fazer seu interlocutor crer em seu sucesso e, inconscientemente, esconder a realidade de si próprio como uma forma de analgesia ante uma concretude um tanto agressiva.

À guiza de ilustração, lembro aqui um fato fora do âmbito da pesquisa e de alguma forma ligado à metodologia da História Oral, mas que é recorrente e um bom exemplo de tal mecanismo. Ao longo de meu próprio percurso como músico deparei-me por inúmeras vezes com colegas e mesmo amigos músicos que foram estudar em países como Alemanha, Suíça, França e Canadá. Com bastante freqüência, tais pessoas não retornavam ao Brasil após a conclusão de seus estudos e justificavam essa atitude afirmando estarem muito bem empregados e muito realizados, detentores de reconhecimento em terras estrangeiras, coisas que segundo eles jamais teriam obtido se tivessem permanecido no Brasil. Esse discurso era sempre repetido quando esses músicos vinham em férias para cá e é portador da idéia de que o hemisfério norte é a "terra onde corre leite e mel" para os músicos, devido a sólidas tradições de práticas musicais e a uma suposta condição ideal de trabalho baseada numa maior oferta de oportunidades. No discurso de muitos músicos eruditos traz também implícita a idéia bastante ideológica de que o Brasil é um lugar atrasado e "sem cultura". Esses eram os fatos transmitidos em conversas e outras formas de contato, bem diferentes da realidade concreta por mim observada quando em viagem aos países onde alguns dos meus "depoentes" residiam ou sabida através da fala natural e despretenciosa de terceiros, detentores de relações de maior proximidade com os "depoentes". Na verdade, a realidade inconfessável era que esses músicos ocupavam posições medíocres e, como aqui, necessitavam de vários empregos para poderem ser manter. O que esses brasileiros não diziam ou não reconheciam era que os países onde estavam possuem uma acirrada concorrência e o simples fato de se ser estrangeiro já coloca o profissional músico em desvantagem em relação aos nativos. E que, da mesma forma que no Brasil, o trabalho com Música é bem menos valorizado que outras profissões: um músico vai ganhar menos que um engenheiro ou médico mesmo na Suíça, Alemanha, França ou Canadá, obrigando-o a múltiplas jornadas de trabalho. Mas o músico brasileiro que deixou sua família e sua pátria precisa justificar seu esforço ante seus pares, mesmo que esses estejam em melhores condições aqui.

Com este exemplo, gostaria de sublinhar que tenho encontrado músicos depoentes que "douram a pílula" ou omitem informações, pois existe a questão da vaidade, muito presente nos meios artísticos e acadêmicos em geral. Muitos músicos têm uma visão mais estreita a respeito do lugar da profissão na sociedade e de seu papel, colocando todos os sucessos e insucessos unicamente no âmbito da capacidade pessoal, mas esquecendo-se e mesmo ignorando que muitas das mazelas sofridas são conjunturais e inerentes às condições sociais às quais a profissão de músico está inserida. Como bem coloca Portelli:

> *Num tempo como o de nossa história comum, quando a crise dos movimentos radicais e revolucionários deixou a maioria de nós sozinhos para encarar nossos problemas comuns e individuais, a luta pela autodefinição sempre toma a forma de narcisismo, cinismo, egoísmo categórico e desprezo para discussões gerais.* (Portelli, 1997)

> Assim, costumam relatar apenas os sucessos, omitindo os fracassos e as dificuldades, que são importantes de se conhecer porque revelam peculiaridades tanto na afirmação do profissional músico quanto na sua relação com o público, além de facetas interessantes da relação Música e sociedade.

Essas constatações foram realizadas na primeira fase da pesquisa. A reflexão sobre elas juntamente com minha orientadora, profa. Dra. Olga von Simson, apontou-me alguns caminhos a serem tomados para a segunda fase. Ou seja: a narrativa das minhas próprias dificuldades e percalços ao longo de meu percurso como músico devem ser expostos no processo de formação de vínculos com os depoentes. Esperamos que esse tipo de abordagem possa de alguma forma desarmá-los pela percepção de que existem situações e constrangimentos comuns aos músicos, motivando-os a também partilhar não somente seus sucessos. Como que "ensaiando", tentei colocar isso em prática ao encontrar-me com um colega, formado pelo IA da Unicamp e que viajara a estudo para a Itália com o desejo de tornar-se um aclamado regente. Fazia pelo menos uns três anos que não o via e a conversa dirigiu-se de imediato para a sua experiência na Europa. Tal como esperado, meu interlocutor passou os primeiros vinte ou trinta minutos contando maravilhas. Foi então que decidi, tendo também passado por uma experiência como estudante de Música no exterior, narrar a minha experiência, mas sem "pasteurizá-la". Isso descontraiu meu interlocutor e o incentivou a contar as suas dificuldades, de maneira que foi bom para ambos, porque pudemos partilhar as mesmas frustrações e fazer as mesmas constatações.

Conclusão

A leitura de vários textos a respeito de História Oral forneceu-me a percepção de que grupos que estão numa posição mais à margem da sociedade tendem a ser mais generosos em suas narrativas, colorindo-as mais livremente com as matizes da realidade. Parece ser esse o caso de grupos étnicos, idosos, minorias sexuais e tantos outros que experimentam a segregação de alguma forma. Esses grupos conservam o desejo de serem ouvidos e de conquistar e afirmar seus espaços. De uma maneira peculiar, sobre a qual não cabe discorrer neste texto, o artista vive igualmente uma situação de segregação. Mas, ao contrário de outros grupos, é difícil para o artista trazer tal consciência à tona, pois existe o forte elemento da vaidade e a ilusão de que são seres especiais, habitantes de esferas especiais, uma mentalidade herdada do século XIX e que ainda subjaz nos meandros da formação e atuação dos artistas. E cada campo artístico possui suas flexibilidades nesse quesito. Assim, atores e artistas plásticos parecem ter uma maior tendência de refletir sobre a realidade e a interagir mais com ela, enquanto que os músicos parecem ter uma maior dificuldade de fazer o mesmo, havendo diferenças entre aqueles que pertencem ao campo da Música Popular e aqueles que pertencem ao campo da Música Erudita, pois parece que os primeiros tendem a ser mais críticos que os segundos.

O desafio para o pesquisador de músicos são as entrelinhas, talvez mais preciosas que aquilo que foi posto diretamente. Há também que se considerar mecanismos de defesa, como a arrogância e o egocentrismo. Enfim, parece-me que pesquisar músicos utilizando a Metodologia da História Oral exige um exercício de paciência e desconstrução, buscando o que existe de verdadeiramente humano e real por trás de tantos discursos. Ainda citando Portelli: "(...) a função da pesquisa hoje é, uma vez mais, colocar a questão de identidade num plano social e interpessoal, e ajudar-nos a reconhecer a nós próprios no que nos faz semelhantes embora diferentes dos outros"(PORTELLI, 1997).

Referências bibliográficas:

ELIAS, N, SCOTSON, J. L. *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2000.

_____ *a sociologia de um gênio*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1995.

PORTELLI, A. Forma e significado na História Oral. A pesquisa como um experimento em igualdade. *Projeto História* 14, p. 7-24,1997.

_____ Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre ética na História Oral. *Projeto História* 15, p. 13-33, 1997.

QUEIROZ, M. I. P. Relatos orais: do "indizível" ao "dizível". In: LUCENA, C. T. et alii (org.). *Pesquisa em ciências sociais: olhares de Maria Isaura Pereira de Queiroz*. São Paulo, Humanitas, 2008, cap. 2, p.35-77.

SEGNINI, L., NERI, A. Trabalho e formação profissional no campo da cultura: professores, músicos e bailarinos. Relatório final para projeto temático FAPESP. Capítulos I e II. Campinas, Unicamp, 2007.

Bairro Velho: origem e desenvolvimento para a Cidade de Itaraté - SP

Denise Pereira – doutoranda
Daniel Bonin Barreto – graduando
Geraldo Magela A. C. Junior – graduando

O tema aqui tratado, diz respeito à reconstrução do passado dentro do processo histórico de construção de uma identidade comum. Na continuidade e a descontinuidade campeira dos Campos de São Pedro, que envolvem os Estados do Paraná e São Paulo, ao longo do século XX, mais precisamente neste caso a cidade de Itararé – SP.

De maneira geral, a população composta por elementos de origem e de descendência de famílias tradicionais e de imigrantes são portadoras de uma memória, que nos permitem rememorar e aprender a visualidade do passado da cidade de Itararé, especificamente no Bairro Velho, cujo foi o primeiro lugarejo e se mistura com a própria história da cidade.

Esta questão, colocada traz para o centro desta temática o ato de relembrar, onde as palavras transferem para o presente, como memória, a experiência vivida. Segundo Le Goff (1992) se exprime em "memória coletiva", que passa por um tempo vivido, que é registrado por diferentes sujeitos de procedências sociais variadas. Este olhar sobre memória, pode ser trabalho haja vista a nova perspectiva da historiografia em prol das novas fontes – as fontes orais.

Assim, processar de forma metodológica e criteriosa, o levantamento e cruzamento dos relatos orais e dados considerados "tradicionais" pela sociedade são o que dá sentido ao texto significativo, de sentido histórico, porque se abre o caminho para uma reflexão intensa sobre os sujeitos sociais, sobre a comunidade em questão. Sujeitos que de forma decisiva, elaboram um passado composto pela contemporaneidade e, pelo diálogo que estabelece com a sociedade na qual estão inseridos.

Nesta pesquisa trazemos à baila a história do Bairro Velho, que foi o fundador da cidade de Itararé. Buscamos (re) construir a memória destes moradores no que se referem a diversos aspectos, tais como: origem, principais famílias, eventos, e a ferrovia que marcou o progresso da cidade.

Salientamos que cada entrevistado conseguiu relatar apenas o que mais o marcou emocionalmente, pois a memória sofre a ação do tempo e da experiência vivida. Sofre também com os filtros impostos pelo próprio entrevistado.

Quando se trabalha com História Oral deve-se ter em mente a existência dos *filtros*, isto é, barreiras conscientes e inconscientes do entrevistado, do que ele deve e do que não deve lembrar. Já que a memória sofre alterações com o passar do tempo e seleciona para trazer para o presente o que mais lhe marcou, sem desconsiderar sua vivência posterior, esses filtros tornam-se evidentes. Portanto, as entrevistas atuam "como forma de conhecer os pensamentos, os sentimentos daquelas pessoas envolvidas" (MEIHY, 1996: 143).

O ato de entrevistar requer um cuidado, um respeito com o entrevistado, pois necessita de "clima" propício para que o depoimento transcorra com muita tranquilidade, assim as lembranças fluirão com maior facilidade, sem jamais se esquecer de que o entrevistador está ali não para contestar, corrigir ou debater as posições do depoente, mas para coletar informações que serão analisadas posteriormente.

Diante dessas considerações, compreendemos que a história oral é uma reconstrução da vida cotidiana. A respeito desse tipo de fonte explica Meihy,

---

. Doutoranda em História Cultual pela Universidade Federal do Paraná – UFPR, professora das Faculdades Integradas de Itararé – FAFIT – p.denise.p@gmail.com.

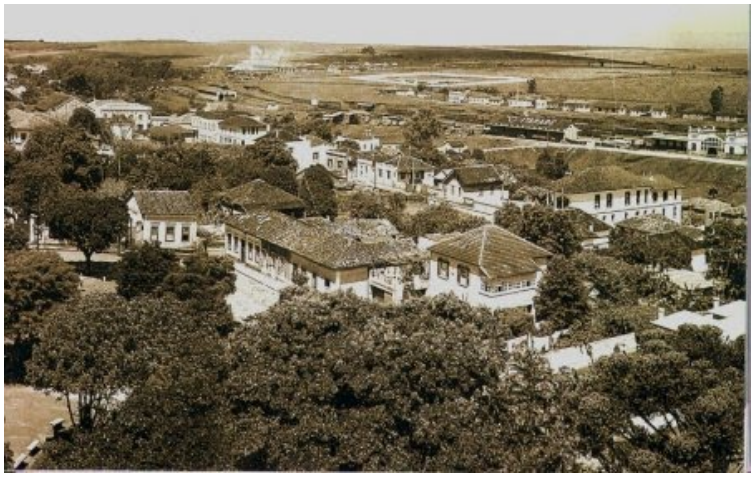
. Acadêmico do Curso de Licenciatura em História – Faculdades Integradas de Itararé – FAFIT

. Acadêmico do Curso de Licenciatura em História – Faculdades Integradas de Itararé – FAFIT

> *Não se trata, contudo, das explicações provadas apenas por documentos raros, escritos e cartorais. As versões que amparam a história oral são as retidas na memória das pessoas, forjadas em imaginários construídos; são as que circulam no cotidiano ou passam formal ou informalmente de uma geração para outra, poucas vezes podendo ser equiparadas aos documentos de arquivos (1996:09).*

Diante deste olhar da História Oral, que se insere o interesse em desenvolver esta pesquisa, primeiramente devido à escassez bibliográfica em relação à história do Município de Itararé e também pela preservação de fontes.

Os estudos sobre Itararé e região é pouco explorado historiograficamente, pois sofremos uma carência bibliográfica em relação a obras realizadas especificamente por historiadores. Grande parte das obras focam uma literatura. Ou até mesmo, temos uma História de Itararé analisada apenas pelo olhar geral tropeirismo regional.



Autor: desconhecido Data: s/d

A formação histórica de Itararé data de 1879, com a primeira doação das terras para a construção da capela, quando ainda era apenas um povoado.
A construção da capela de Nossa Senhora da Conceição, na colina em cuja vertente estava o povoado, foi iniciada pelos fundadores de Itararé, Major João de Almeida Queiroz e Cônego Sizenado, vigário de Itapeva da Faxina, de comum acordo entre os habitantes do lugar, em maio de 1880. Em janeiro seguinte foi rezada a primeira missa da capela, que logo foi elevada a curato. Foi traçado o primeiro arruamento e, aos poucos, foram construídas as primeiras casas na colina.

Dentre as histórias ditas oficiais de Itararé, estão os livros da literária Eunice Brito Tatit - "De Volta Às Raízes" (1989) e "Folhas ao Vento" (1996) são memórias dos primeiros tempos na Fazenda São Pedro de Itararé. A autora relata a vida dos seus moradores, famílias que construíram a vila e fatos históricos.

Outro livro é "Apontamentos Históricos de Itararé" de Adriano Queiroz Pimentel (1982). Documentário sobre Itararé desde as sesmárias, resgistrando fatos e acontecimentos importantes que acompanharam a fundação da cidade e sua evolução histórica.

E também o livro "Nossa Gente - Nossa Terra", de Terezinha de Jesus Mello Martins e Maria Aparecida Silva Mello (1999). A primeira parte narra à história de vidas de itarareenses, além da emoção pessoal da autora, com fatos de sua vida e de seus familiares. A segunda, consta de homenagens às pessoas, fatos e instituições. Este livro retrata Itararé e a vida cultural da cidade.

Segundo os escritos da literária Eunice Brito Tatit, a região de campos e matas conhecida como Campos de São Pedro, habitada por índios e animais selvagens como antas, capivaras, onças, lobos e outros mais. A presença de índios nessas terras deu origem às lendas que envolvem o rio a que eles deram o nome de Itararé.

Naquele tempo, por volta de 1661, os bandeirantes chefiados por Fernão Dias Pais Leme, que procuravam ouro, prata, pedras preciosas, além de índios para escravizar, também estiveram por aqui, fizeram suas paradas para descanso e, certamente, aprisionaram muitos indígenas.

Na época não havia estradas, apenas as trilhas abertas pelos bandeirantes. Mais tarde, cerca de 1693, as trilhas tornaram-se caminho dos tropeiros e condutores de gado, que passavam por estes campos e iam comprar animais no Rio Grande do Sul para vendê-los na feira em Sorocaba. (MELLO & JESUS, 1999)

A viagem no lombo de animais era longa e cansativa, e eles precisavam repousar pelos caminhos, ou melhor, pelas trilhas abertas nas matas. Assim, de distância em distância, os tropeiros paravam para descansar em pequenas cabanas construídas para pouso, deixando portanto, diversas pousadas em toda essa grande região. Como alguns tropeiros ali permanecessem por mais tempo, plantando e colhendo, as cabanas aumentaram dando origem a povoados. Em nossa região, as cabanas foram construídas acima do córrego da Prata onde os tropeiros podiam se abastecer de suas límpidas águas. Com o tempo formou-se um povoado que os habitantes chamavam "Tararé", devido ao rio que corre alguns quilômetros mais abaixo e batizado pelos índios com o nome Itararé - pedra que o rio cavou.

Assim começou o Bairro Velho, portanto, Itararé. Os tropeiros são considerados seus primeiros povoadores, como afirma o escritor Aluisio de Almeida: "Foram os tropeiros com suas famílias, os primeiros povoadores de Itararé, naqueles tempos em que apenas um aglomerado de choupanas existia junto ao riacho de águas claras." (apud. MELLO e JESUS, 1999)

Em 1725 as terras dos Campos Gerais, nas partes chamadas Campos de São Pedro, foram divididas em sesmarias, passaram por vários donos, e entre eles, a Marquesa de Santos e seu esposo Rafael Tobias de Aguiar. Seus herdeiros as venderam a José Custódio de Melo Camargo (1869). Os descendentes deste último vieram tomar posse da terra que lhes cabia.

Porém, a fundação de Itararé foi envolta numa história muito mais bonita, quando estes campos já formavam a Fazenda São Pedro e muitos povoadores vindos de outras terras já residiam nestas paragens.

Por meio das entrevistas realizadas percebemos que, a história “oficial” da cidade, logo do Bairro Velho, aparecem engendradas na memória. Podemos dizer na perspectiva de Halbwachs (2004), que essas lembranças fazem parte da memória coletiva dos moradores de Itararé. Para que exista uma memória coletiva, é preciso interligar as diversas memórias dos indivíduos que fazem parte do grupo identificado como proprietário daquela memória.

Uma questão central estaria na afirmação que a memória individual existe sempre a partir de uma memória coletiva, posto que todas as lembranças na apreensão desse autor são constituídas no interior de um grupo e, nesse sentido, caracterizam a formação de uma identidade.

Segundo Halbwachs (2004), criarmos representações do passado assentadas na percepção de outras pessoas, no que imaginamos ter acontecido ou pela internalização de uma memória histórica. Nesse sentido, a memória individual não está isolada, pois o suporte em que se apóia encontra-se relacionada às percepções produzidas pela memória coletiva e pela então memória histórica, que é o centro de discussões e ponte para o trabalho com as práticas culturais em um determinado contexto.

Esta internalização da memória história, ocorreu fluentemente na fala do nosso entrevistado Gilberto Côrtes, ao nos relatar com ricos detalhes, tais como:

> *No princípio 1835, o Bairro Velho era chamado de bairro Rondinha, quando surgiu a primeira estrada, que se chamava Estrada da Mata, que ligava Viamão no Rio Grande do Sul até Sorocaba, que antigamente era uma trilha onde os índios passavam por aqui até o litoral, cujo nome da trilha era Peabiru. Depois com a chegada do homem branco, ele usou a mesma trilha como caminho para procurar ouro no interior do Brasil, na região Sul. Mais precisamente em Paranaguá, e quando descobriram a quantidade de gente que passava por*

> *essa trilha era impressionante.Quando se esgotou o ouro em Paranaguá, essas pessoas migraram para o Mato Grosso, onde descobriram as minas de Cuiabá, então foi todo mundo pra lá. Antes de 1800, o Rei de Portugal mandou um mapeador que se chamava Correia, para fazer uma trajetória de São Paulo até Viamão, ele foi marcando todos os acidentes geográficos e o que chamou a atenção dele e isso em mil setecentos, então era só o trilho, em 1835 que resolveram fazer estrada, que foi feita com trabalho braçal, porque não existia máquinas e foi por causa da Vila das Tropas. O primeiro carro que passou nessa estrada, foi carro de boi, que levou um ano para ir de Viamão até Sorocaba. Quem fez isso foi o Barão de Antonina, o nome dele era João da Silva Machado. A partir daí começaram a subir tropas por essa estrada, até que na Proclamação da Independência o Exercito Brasileiro comprava mula no Rio Grande do Sul e passava por ali.(GORTES, 2011)*

O local por muito tempo foi uma fazenda, como vizinha a Estrada Geral, também conhecida como o "Caminho das Tropas", este que deu origem a cidade. Já no séc. XX foi palco do desenvolvimento da região, pois a Ferrovia ali se instalou, ou seja, o Bairro Velho tanto está engendrado com a origem da cidade, tal como o "progresso" regional.

A importância da ferrovia era grande aqui na cidade. Porque corria passageiro, tudo, tudo era por intermédio da estrada. Frete, viagem de passageiro, não tinha outro meio.

Para tanto, ressalta um dos nossos entrevistados, Luis Contipelli de Paula:

> *Itararé tá se acabando né, a ferrovia foi embora. Itararé em 1958, antes de acabar a ferrovia, tinha 55 mil habitantes. A ferrovia foi embora, e hoje, hoje... No ano passado foi feito o censo e deu 46. Então perdeu 9 mil habitantes Itararé. Então eu digo, Itararé tá se acabando junto com a ferrovia, a rua principal, São Pedro, não é mais calçada, é apedrejada [risos]. É só buraco e seu barranco. O prefeito passado deixou aqui vários buracos, hoje é um buraco só. [mais risos].(2011)*

Nosso entrevistado ainda comenta que, nada saía ou entrava sem ser pela ferrovia, era só por intermédio nesta. Não tinha outro modo de fazer viagem, era pela ferrovia. O ônibus que tinha aqui em Itararé, que realizava o percurso era o Carmo. Luis Contepelli de Paula salienta:

> *era um ônibus, eu lembro dele, a marca, acho que era Vissoto, era redondão e em cima tinha uma grade que carrega porco, galinha, engradado, verdura, e o povo ia. Ia daqui a Itaporanga. Mas ia de dia e voltava de noite. Era uma viagem.*

Da cidade de Itararé a Itaveva era só estrada de chão, não tinha estrada de asfalto. Asfalto foi realizado por volta da década de 1970, pela Construtora Moro & Cia LTDA, dados retirados da própria empresa.

Explica nosso entrevistado como eram as viagens antes deste acontecimento, "foi feito o asfalto um pouco mais de 1965, Itararé até São Paulo de caminhão era 10 horas, de ônibus mais ainda."

Nas lembranças dos ex-ferroviários, aparecem as emoções, as boas e nobres recordações de um passado, do passado que segundo eles falam, não volta mais. Não só de trabalho árduo viviam aqueles trabalhadores, oriundos de diversos lugares, cidades, estados e até mesmo países diversos. Esses momentos de convivência e de lazer, eram como uma "válvula de escape" para as tensões do cotidiano dos moradores (VOVELLE, 1987).

Assim, compreendemos que o trabalho e o lazer são indissociados, na vida destes ferroviários, visto que tempo de trabalho e momento de lazer, eram alternados pela efervescência, havendo uma busca de prazer e do lúdico.

Tal perspectiva é destacada por Michel Maffesoli (1994: 112) quando ele nos diz que é o "*estar junto à toa*" que tem sua importância nas coletividades dos nos momentos específicos das festas, uma ação comum através do qual a comunidade vai fortalecer o "*sentimento de si mesma"*. A partir daí encontramos algumas características essenciais do grupo que se fundamenta antes tudo, no sentido partilhado.

Ao questionarmos um dos ex-ferroviários Luis Contepelli de Paula, objetivemos a resposta:

> *Lazer mesmo seria a pescaria e a caçada. Mas não tinha assim uma praça, não existia, era trabalho e nada mais. A amizade era tremenda, a amizade era, nossa... Como irmão, um defendia o outro. Tinha os problemas né, mas era passageiro, o resto era amizade. Dificilmente briga, assim nunca houve. Num outro lugar um quer prejudicar o outro né, quer pedir promoção e estar prejudicando o outro né e se erguer no serviço. Naquela época isso não tinha, cada um fazia o seu. (2011)*

Diante desta vida atípica que os operários viviam o saudosismo ao passado é muito bem representado, ao relatar a falta de tudo isso, a não existência deste meio de locomoção, tal como explica Luis Contepelli de Paula:

> *O que a gente sentia falta era que se você pegasse um trem aqui tinha restaurante e dormitório, entende. Você ia lá tomar uma cerveja, um refrigerante e ia embora, quando dava sono você ia deitar. Chegava em São Paulo 5 e meia da manhã e tinha o dia inteiro pra você faze alguma coisa e três e meia voltava (15h 30 min), vinha de regresso. Saia daqui as 10 horas e chega lá as 5 e meia, era sete, oito horas de viagem. Dez [conta nos dedos], onze, doze, são meia-noite né. Mais cinco e meia dá sete e horas e meia de viagem. E isso aí não era muito, porque o trem, você ia tranquilo, você andava no vagão, você conversava com outro, diferente do ônibus, que você sentou, ficou. No ônibus você vai descer pra esticar a perna ali em Itapetininga, no trem não, saia e você já ia conversando. Era muito mais confortável, não tem. E que nem agora, tá pra sair o trem, o trem bala né. Vai demorar, em dez anos não sai, é caríssimo. Depois tem uma parte entre Rio e São Paulo que é alagado, um banhadão e é grande, deve ser mais ou menos uns 10, 20 km. Ali tem que mudar tudo, tudo, porque o trem não pode ter curva, a curva que tiver é muito pequenininha. O trem não tem roda, bem dizer não usa roda. Ele destaca, levanta [reproduz o barulho do trem] e desliza. Não é roda, ele desliza porque é magnético (2011).*

Neste modo evidenciamos, que Itararé, um local por muito tempo foi uma fazenda, como vizinha a Estrada Geral, também conhecida como o "Caminho das Tropas", este que deu origem a cidade. Já no séc. XX foi palco do desenvolvimento da região, pois a Ferrovia ali se instalou, ou seja, o Bairro Velho tanto está engendrado com a origem da cidade, tal como o "progresso" regional, que deixa e deixou muitas recordações nas memórias de sua gente.

Referências bibliográficas:

CORTES, Gilberto. **Entrevista**. Concedida a Geraldo Magela A. C. Junior, em maio de 2011.
HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004
LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: UNICAMP, 1992.
MAFFESOLI, Michel. O poder dos espaços de celebração. **Revista Tempo Brasileiro**, n. 116, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, jan./mar. 1994
MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. São Paulo: Loyola, 1996.

MELLO, Maria Aparecida Silva; JESUS, Teresinha. "**Nossa Gente - Nossa Terra**". Itararé. Tribuna de Itararé, 1999.
PAULA, Luis Contepelli. Entrevista. Concedida a Daniel Bonin Barreto, em maio de 2011.
PIMENTEL, Adriano Queiroz. **Apontamentos Históricos de Itararé** – Seus homens e suas realizações. Itararé: Editora do Jornal "Tribuna de Itararé", 1982.
TATIT, Eunice Brito. **De volta as raízes**. Itararé: Tribuna de Itararé, 1989.
TATIT, Eunice Brito. **Folhas ao vento** – crônica. Itararé: Tribuna de Itararé, 1996
VOVELLE, Michel. **Ideologias e mentalidade**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

50 anos depois: fotografia e memória através das narrativas orais de fotógrafos amadores

Lucas Mendes Menezes[122]

Fotografia amadora em Belo Horizonte

O crescimento da prática fotográfica amadora está diretamente ligado ao desenvolvimento industrial e comercial da fotografia. Os aparelhos de simples manejo lançados pela Kodak a partir da década de 1880, a invenção das câmeras de pequeno formato no início do século XX, o desenvolvimento de filmes flexíveis e o crescimento de indústrias japonesas (principalmente na década de 1950) – que propunham automatismos que passavam a exigir cada vez menos das habilidades e do bolso do fotógrafo – são representativos desse contexto.

A origem da associação de fotógrafos amadores em clubes funciona como uma resposta ao fenômeno "democratização" da prática fotográfica (POIVERT, 1993). Fotógrafos amadores das principais cidades da Europa e dos Estados Unidos se reuniam em pequenas sociedades com o intuito de valorizar a perspectiva artística da fotografia, em contraposição à prática pouco exigente dos amadores convencionais: os *apertadores de botão*. No Brasil, apenas nos anos 1940 a prática foto-clubística começa a se expandir consideravelmente, mediada principalmente por amadores de algumas capitais e de cidades do interior de São Paulo.

A fundação do Foto Clube Minas Gerais (FCMG), em agosto de 1951, a partir da reunião de quatro fotógrafos amadores de Belo Horizonte, é um importante elemento para se pensar o desenvolvimento da prática fotográfica na cidade. O FCMG era formado por aficionados em fotografia que filiavam sua produção ao universo da "arte bela e difícil de ver e criar com a objetiva" (CATÁLOGO FCMG, 1959). O clube permaneceu aberto, em sua primeira fase, até a metade dos anos 60. Neste período, teve quase uma centena de membros, entre eles figuras significativas no cenário político, econômico e cultural da cidade.

A associação foi responsável pela realização de onze exposições fotográficas entre os anos de 1951 e 1965, em espaços como a Feira de Amostras de Belo Horizonte (1952), o saguão da Prefeitura (1956) e o Museu de Arte da Pampulha (1961). As imagens produzidas e expostas pelo FCMG podem se tornar reveladoras das mais diversas realidades e estimular discussões que vão permear o horizonte da história da cidade e das práticas culturais e mesmo da história da arte.

Em primeira instância a pesquisa nos jornais e revistas privilegiou aqueles de grande circulação. Nesta medida, já foi possível catalogar dados interessantes a partir de exemplares significativos dos jornais "Estado de Minas", "Folha de Minas" e "Diário de Minas", tais como a efetiva publicidade e crítica das exposições realizadas pelo clube e anúncios de estabelecimentos e produtos fotográficos. Outro resultado obtido através da pesquisa realizada junto aos jornais da época foi a descoberta de que, durante dois períodos na década de 1950, membros do FCMG foram responsáveis por uma coluna semanal sobre fotografia no jornal "Diários de Minas". O objetivo da maioria dos artigos é esclarecer algumas questões técnicas sobre a fotografia, sobretudo aquelas ligadas à atividade de laboratório. Os artigos eram acompanhados por reproduções de fotografias de autoria de membros clube.

Reveladores de trocas e diálogos, os catálogos das onze exposições organizadas pelo FCMG[123] revelam, primeiramente, elementos da realidade interna do clube: diretorias, membros mais ativos e patrocinadores. Fornecem o

---

122 Mestrando em História pela UFF e bolsista do CNPq.

discurso da organização do evento na apresentação de cada catálogo, evidencia o contato com clubes do país e do exterior, os fotógrafos que mais expunham e as fotografias premiadas em cada evento – reveladoras do conceito de boa fotografia no interior do clube [124]. As fotografias dos acervos pessoais dos ex-membros do FCMG, para além da memória da instituição a que em algum momento foram submetidas (isto para as imagens expostas em salões), trazem consigo elementos de uma memória individual e de um fazer fotográfico pessoal.

A exploração desses dois últimos acervos (reproduções fotográficas em catálogos e fotografias de acervos pessoais) tem sido especialmente significativa quando da realização de entrevistas com os fotógrafos.

Entrevistas, arquivos, entrevistas...

Os encontros com Wilson Baptista, um dos fundadores e primeiro presidente do FCMG, conformaram a base dos primeiros passos da pesquisa. Nascido em Belo Horizonte em 1913, Wilson é filho único, graduou-se em Direito e ainda jovem assumiu o lugar de seu pai como titular de um cartório da capital. Adolescente, Sr. Wilson foi apresentado à fotografia e adquiriu sua primeira câmera, uma Kodak Brownie em 1929. Baptista desenvolveu a fotografia como hobby, adquiriu uma Agfa de filme Pack na década de 1930 e passou a se dedicar seriamente ao registro de encontros de família e de amigos até adquirir a Contax que o acompanhou na maior parte de sua jornada fotográfica. Sr Wilson já era pai de família quando resolveu fundar o foto-clube em Belo Horizonte para se dedicar artisticamente à fotografia, hobby que, por muito tempo, ele manteve simultaneamente à prática do tiro. Como os registros remanescentes indicam, Sr. Wilson foi um membro muito ativo, participando diretamente de várias das iniciativas do clube e sendo um dos seus principais incentivadores ao longo dos anos que permaneceu aberto.

As conversas iniciadas em 2006[125] amadureceram e resultaram em indícios significativos para a pesquisa. Na ausência de um acervo organizado pelo clube[126], foi através dele que entramos em contato com catálogos das exposições organizadas, que pudemos consultar o livro de atas das assembléias e que tivemos acesso a várias cópias fotográficas que ele ainda mantém espalhadas pela casa. Estes documentos forneciam datas, nomes, parcerias, muitos deles com informações precisas, que balizaram as pesquisas nos jornais da capital e demais publicações. Mas o ciclo não se encerrava ali, os novos indícios se tornavam muito mais

---

123 Quatro exposições nacionais (entre 1951 e 1954), sete internacionais (entre 1956 e 1965) e uma extraordinária, conhecida como "Exposição Fotográfica de Motivos belo-horizontinos" realizada em setembro de 1953;

124 A maior parte do acervo foi levantada graças à coleção mantida por Wilson Baptista; todavia, o catálogo da primeira exposição realizada ainda em 1951 só foi encontrado na coleção da Sociedade Fluminense de Fotografia, agremiação que teria sido fundamental no desenvolvimento do clube mineiro.

125 As primeiras entrevistas com Wilson Baptista foram realizadas no quadro da pesquisa coordenada pela Profa. Dra. Maria Eliza Linhares Borges junto ao Programa de História Oral da UFMG que tinha como objetivo discutir o desenvolvimento da profissão fotógrafo em Belo Horizonte.

126 Segundo os indícios remanescentes, o clube teria fechado as portas ainda na metade da década de 1960, pouco tempo depois da realização da última exposição internacional realizada em 1965.

interessantes quando eram novamente compartilhados com o fotógrafo, restituídos e resignificados pelo seu olhar e pelo seu discurso.

As visitas se tornaram freqüentes, os catálogos e reproduções fotográficas já amareladas pela ação do tempo passavam a despertar memórias, sensações antigas se tornavam presentes. Nesta medida, essa experiência passou a configurar um novo percurso para a pesquisa: como devemos abordar essas lembranças? Como registros de uma época? Ou como um discurso essencialmente construído no presente? Acreditamos que, através dos primeiros resultados obtidos, que a alternativa está em algo entre esses dois caminhos.

A experiência bem sucedida com o Sr. Wilson nos motivou a estabelecer contato com outros ex-membros do clube. Como o clube encontra-se fechado há quase cinqüenta anos e era formado, em sua maioria, por homens com mais de trinta anos, são poucos os remanescentes. Todavia, conseguimos realizar entrevistas com outros dois ex-membros do FCMG: Gabriel de Souza Assunção e Bruno Roberto Martins Costa. A nova experiência se mostrou promissora já no primeiro contato; apesar de terem se filiado a um grupo de fotógrafos amadores, tanto Gabriel quanto Bruno Roberto se dedicaram por muitos anos a fotografia profissional.

Gabriel de Souza Assunção é mineiro, nascido em Bom Despacho em 1931. Mudou-se com a família para Belo Horizonte após o falecimento do pai em 1943. Gabriel concluiu os estudos na capital e após o Científico ingressou como caixa do Banco da Lavoura. Segundo ele, a fotografia já se fazia presente no cotidiano da família e ele mesmo chegou a possui uma câmera box quando ainda viva na fazenda. Ao longo dos anos, principalmente influenciado pelo irmão, Gabriel passou a desenvolver um interesse maior pela fotografia, fazendo pequenos registros artísticos de viagens, sobretudo paisagens. No Banco da Lavoura conheceu Averaldo Araújo Sá, também aficionado da fotografia e figura responsável por levá-lo ao FCMG. Segundo seu relato, eles perceberam que tinha equipamentos suficientes para tornar aquela prática, desenvolvida como hobby, em trabalho, algo que complementasse a renda de ambos. Eles continuaram a atuar como caixas no Banco da Lavoura, mas com uma jornada de meio expediente, dedicavam-se parcialmente a um pequeno estúdio de retratos no centro da cidade. Segundo Gabriel, a falta de tino comercial foi o principal fator para o fim da parceria poucos anos depois, mas mesmo assim ambos continuaram a se dedicar a fotografia profissionalmente. Averaldo continuou a realizar retratos e passou a oferecer cursos de fotografia voltados especificamente ao público científico, sobretudo médicos, arquitetos e engenheiros. Gabriel realizaria seus primeiros trabalhos no mercado publicitário da capital naquele período. Após um intervalo de sete anos, compreendido na década de 1960 e início da década de 1970, onde trabalhou em uma serralheria no Paraná em parceira com o irmão, Gabriel voltou a se dedicar exclusivamente a fotografia publicitária, aposentando-se como fotógrafo.

Bruno Roberto Martins da Costa nasceu em Carmo do Paranaíba, interior de Minas Gerais, em 1923. Depois de morar em Monte Carmelo, onde o pai atuou como juiz de Direito, seguiu para Araguari. Mudou-se para Belo Horizonte em 1937 para estudar no Colégio Batista, em seguida cursou o Científico em Uberlândia, onde após se formar chegou a trabalhar em uma farmácia. Contudo, em virtude do adoecimento do pai, ele retornou para capital em 1950. Nesse período, fez seus primeiros trabalhos como fotógrafo, que envolveram registros de atividades esportivas, realizados quase como extensão do hobby que desenvolvera anteriormente ainda em Uberlândia quando ganhou a antiga Agfa de seu pai. Bruno Roberto chegou a fotografar para a revista Vida Esportiva, especializando-se depois em fotografia social. Com auxílio do amigo Francisco Fernandes, pintor e fotógrafo renomado na cidade, Bruno desenvolveu um trabalho artístico paralelo especializando-se, sobretudo, em retratos. No entanto, ainda no final da década de 1950 foi convidado a começar atuar nos registros das obras da Mendes Júnior e em seguida foi funcionário da Vale do São Francisco, órgão federal, onde atual como fotógrafo até sua aposentadoria.

Prática fotográfica, narrativas, representações...

Uma das primeiras opções teóricas da pesquisa foi buscar aproximar a ideia de prática fotográfica ao conceito de *prática de apropriação cultural* proposto por Roger Chartier (1990). Segundo o autor, a *prática de apropriação cultural* não deve ser pensada como um elemento estático, mas como uma forma de interpretação e resultado de um processo de produção de sentido e construção de uma significação. A prática fotográfica é entendida, desta forma, como uma leitura do mundo, resultado de escolhas, de apropriações e interpretações das realidades que cercam o fotógrafo. Nesta medida, a prática fotográfica não envolve apenas o produto final, a fotografia impressa, mas sim todo um *circuito social* (FABRIS 1991). É preciso levar em conta o processo de produção, circulação e consumo, assim como os usos e funções da fotografia a partir de um contexto social específico. E para esse percurso, como veremos nas realidades discutidas a seguir, as representações engendradas através do relato oral são especialmente significativas.

A dinâmica das entrevistas obedeceu a um mesmo padrão: com o consentimento do entrevistado o gravador era ligado e os primeiros registros atestam uma conversa mais aberta; nosso objetivo era explicar um pouco os objetivos da pesquisa e ver como os entrevistados respondiam a esse primeiro impulso. Em seguida, realizamos perguntas mais específicas sobre a trajetória de vida dos mesmos e, em pouco tempo, a fotografia passava a protagonizar narrativa dos entrevistados. Todavia, a discussão não se restringia a fotografia tida como ideia abstrata e não estava focada apenas na prática fotográfica, em muitos momentos, fotografias específicas eram citadas como representativas de uma situação, de um conceito ou mesmo de uma pessoa. Além dessas imagens surgidas de maneira espontânea nas entrevistas, outro conjunto de imagens foi introduzido na discussão por iniciativa do entrevistado. Esse conjunto foi formado por reproduções realizadas com base nas fotografias encontradas nos catálogos e publicações pesquisadas.

Os dois conjuntos e imagens passavam a resgatar lembranças e estimular narrativas. A fotografia, muitas vezes tida como uma prática que eles se dedicavam com carinho e disposição artística, também implicava percursos, escolhas individuais e de grupo. Em alguns momentos, essas escolhas não permanecem nítidas nas imagens, sendo recorrente fazer pequenos retornos, desvios, explicar o caminho. O segundo conjunto de imagens despertava, sobretudo, lembranças dos antigos colegas de clube. Muitas vezes essa narrativa se concentrava em aspectos particulares da personalidade do colega, em outras dizia respeito às conquistas profissionais e intelectuais do mesmo, mas sempre havia espaço para a capacidade de produção fotográfica.

Wilson Baptista, ao ser questionado sobre a participação de Câncio de Oliveira, reconhecido fotógrafo profissional do período, no FCMG, revela:

> WB: Não, o Câncio, eu lembro de fotografia dele lá, exposta mesmo, só uma: "Trem do Sertão", ele bateu em uma estação do interior, o trem saindo assim com aquele vapor da locomotiva, contra-luz, era um negócio bonito sabe? E a movimentação da estação estava uma cena viva sabe? E ele ficou com apelido de "Trem do Sertão" lá no Foto Clube, só conhecia ele como "Trem do Sertão". (BAPTISTA, 2011)

No caso de Câncio, uma imagem havia se tornado emblemática de sua participação no clube ainda na época em que ele permaneceu aberto, tanto pela sua qualidade quanto por sua excepcionalidade. O fotógrafo não freqüentaria o FCMG por muito tempo, fazendo contribuições restritas ainda na década de 1950. Todavia, Câncio sempre surge no discurso dos entrevistados como fotógrafo profissional bem sucedido e figura de destaque no setor de fotografia de casamento.

Se Wilson Baptista condensou a figura de Câncio de Oliveira em uma imagem, o mesmo aconteceu com ele na narrativa construída por Gabriel Assunção. Assunção ao ser questionado sobre a figura de Wilson Baptista, logo se lembrou de uma imagem do mesmo:

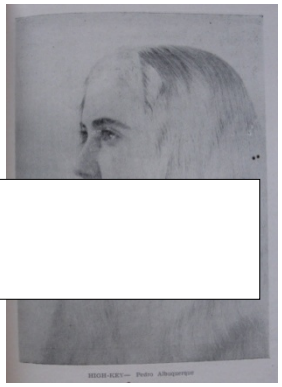
> GA: Eu não sei se ele te falou a respeito de uma fotografia que ele fez, chama: "Esperança", é um céu azul com uma nuvem branca, não tem igual. (...) Aquela fotografia para mim, aquela define o Wilson Baptista, aquela para mim é a essência da fotografia. Se você

> analisar bem, não tem nada, é uma nuvem branca no céu azul, mas o formato da nuvem conversa com a gente, aquela fotografia é o Wilson Baptista. (ASSUNÇÃO, 2011)

Em seguida, Gabriel vai desenvolver o raciocínio, aproximando a figura de Wilson Baptista a de um fotógrafo que sempre teve muita atenção para o aspecto sentimental que a fotografia poderia despertar. Gabriel se recorda inclusive de um hábito mantido por Baptista para selecionar as fotografias que ele considerava boas o bastante para enviar para os salões. Segundo Gabriel, quando o fotógrafo faz uma fotografia, ele se envolve sentimentalmente com ela, revela, amplia e passa a adorar aquela imagem, mas muitas vezes aquele sentimento está mais ligado ao processo do que ao resultado final. Nesta medida, Sr. Wilson fazia várias reproduções das fotografias e levava para seu escritório e, se ele agüentasse olhar para uma fotografia por vários dias, ele a enviava pra os concursos. E Gabriel conclui:

> GA: A fotografia é duas coisas: a técnica e a emoção. A fotografia tem que transmitir alguma coisa para você e não é só os tracinhos certinhos, um foco direitinho, isso faz parte, mas ela tem que te dizer alguma coisa como aquela fotografia do Wilson te diz, ela conversa com você.
>
> LM: Ela te leva longe não é?
>
> GA: Ela te leva longe... todo mundo que vê aquela fotografia apaixona, menos o Averaldo. O Averaldo não gostava muito do estilo do Wilson não. Então ele tinha uma certa implicância com ele.
>
> LM: O Averaldo era mais clássico? Como era?
>
> GA: O Averaldo era mais clássico. O Averaldo não se dava muito a criar coisas diferentes sabe? **Um objeto em movimento que traça um caminho de luz, isso não era do Averaldo, era do Wilson.** (grifo nosso) (ASSUNÇÃO, 2011)

Da produção sentimental de Wilson Baptista, Gabriel é levado por sua memória a Averaldo de Araújo Sá, antigo sócio e também figura de destaque dentro do FCMG. Para Assunção, os dois fotógrafos representavam duas tendências distintas no clube: Averaldo estava mais preocupado com aspectos técnicos, realizando composições clássicas e impecável trabalho de laboratório; Wilson condensava a ideia da associação da técnica e da emoção, ele era tecnicamente muito capaz, mas sempre estava disposto a criar a partir da fotografia e não apenas fazer bons registros.



Outro aspecto que, na concepção de Gabriel Assunção, dividia os membros do clube era o acesso ou a escolha dos equipamentos. Segundo ele, haviam fotógrafos que só usavam Rolleiflex, outros optavam pela Leica, Wilson Baptista tinha uma Contax e, por outro lado, havia outros fotógrafos que tinham que "se virar" com um equipamento inferior. A construção dessa hierarquia fez Gabriel se lembrar de uma imagem específica, realizada pelo colega Pedro Albuquerque: "O Pedro Albuquerque uma vez conversando com ele, ele me dizendo assim: "'Lembra daquele tema que foi *high-key'?*", eu falei: 'Lembro demais, adoro um *high-key*', você sabe o que é um *high-key*? Você tem ideia?"

Como o nome e a imagem citada nos era familiar, acabamos descobrindo-a entre as várias reproduções feitas a partir dos catálogos de exposições do clube[127]:

> GA: É essa fotografia que eu quero conversar a respeito dela. O tema foi *high-key* e o Pedro me aparece com essa fotografia, uma bela de uma fotografia e ele ganhou o

127 III Salão Mineiro de Arte Fotográfica, realizado em 1954.

> primeiro lugar, ganhou o primeiro lugar com essa fotografia aí. Eu participei também, não lembro mais qual fotografia que foi, mas eu não ganhei o primeiro lugar não. (...) O Retes também, mas muito pouco, não era muito não. Então o Pedro descrevendo isso: "Você lembra do *high-key*?", "Lembro.", "Você sabe como eu fiz aquela fotografia?", eu falei: "Não Albuquerque, você fez com a sua capacidade, a sua...", "Eu fiz aquela fotografia com uma máquina com a lente quebrada. A lente estava quebrada, você acredita?", eu falei: "Eu acredito, eu sempre acreditei em você" e com uma máquina de lente quebrada ele fez uma e ganhou o primeiro lugar e se a lente tivesse inteira?[risos] (ASSUNÇÃO, 2011)

Outro tipo de percurso realizado pelos entrevistados associava as imagens a diversas realidades, que se tornavam uma verdadeira síntese de várias memórias. Ao mostramos uma fotografia exposta por Wilson Baptista em um salão do clube em 1952, o fotógrafo se lembrou imediatamente de quando a tirou:

> WB: Essa fotografia... essa fotografia é... Eu estava indo para Ouro Preto, ela foi feita em 1939, essa fotografia. Eu estava indo para Ouro Preto, eu ia namorar não é? A Hortência, minha mulher, ela estava lá e eu fui para lá e quando passamos por Sabará... o trem saía cedo daqui sabe? Estava esse Rio das Velhas, com esse nevoeiro, esse negócio e eu dentro do trem eu bati essa chapa. (...) Essa é uma das que eu gosto... O Rio das Velhas passava por Sabará, que é a terra do meu pai, e passava por Santa Luzia que é a terra da minha mãe. E Santa Luzia, eu praticamente passei minha infância lá não é? Ficava sempre indo lá... e esse aí, além de ser o Rio das Velhas com essa conotação, eu estava indo para namorar [risos]. (ASSUNÇÃO, 2011)



Além da preciosa informação de que, apesar de ser exposta em 1952 a fotografia havia sido realizada em 1939, destaca-se o exercício de associações apreendido pelo fotógrafo. Apesar disso, aspectos técnicos e de composição também são destacados por Baptista que, naquele momento, começava a se dedicar mais seriamente a fotografia.

Dentre os entrevistados, Bruno Roberto Martins da Costa foi o que por menos tempo freqüentou o FCMG. Acompanhando, sobretudo, seu mentor Francisco Fernandes, Bruno não gostava muito do ambiente do clube, segundo ele, muito fechado em algumas personalidades e voltado para uma produção muito distinta da que ele apreciava. Todavia, o fotógrafo chegou a participar de algumas das exposições do clube e algumas de suas fotografias chegaram a figurar nos primeiros catálogos. Uma destas parece ter condensado a situação do fotógrafo perante o clube. Ao comentar a fotografia "Samaritana" exposta em 1954 no III Salão Mineiro de Arte Fotográfica, Bruno revela que a imagem não havia ganhado nenhum prêmio através do júri do evento, mas havia sido reconhecida por outros meios:

> BC: Mas a vingança minha foi... tinha um jornal dos Niemeyer no cinema, passava em todo o Brasil, então eles falaram: "Colocaram uma foto sua no cinema". Era ali na esquina da [Rua] Bahia com... perto donde foi o Estado de Minas, acho que [Rua] Guajajaras, não... Aí era um cinema, era mais elite, eu fui na sessão das oito, aí o som: [entrevistado simula a chamada do jornal] "Exposição em Belo Horizonte, Foto Clube... a senhorita vai apresentar uma das fotos mais bonitas da exposição, 'Samaritana' do fotógrafo Bruno Roberto Martins da Costa". (COSTA, 2011)

Bruno Roberto não se interessava pelas discussões e a diversidade de produção que o Foto Clube buscava estimular, suas fotografias estavam voltadas essencialmente para os retratos super produzidos. Nesta medida, é interessante como uma fotografia, uma imagem se tornava significativa de todo esse contexto em sua narrativa.

As discussões presentes nesta comunicação atestam para um percurso ainda prematuro de reflexão. O processo de realização de entrevistas ainda não se encontra encerrado; para todo o segundo semestre de 2011 estão programados retornos na casa dos fotógrafos para realização de registros em vídeo. Muitos dos elementos ressaltados precisam ser amadurecidos, sobretudo através de contato com uma bibliografia pertinente. Todavia, tendo em vista os objetivos propostos, acreditamos que as questões discutidas até o momento são suficientes.



Entrevistas:

BAPTISTA, Wilson. Entrevista concedida a Lucas Mendes Menezes. Belo Horizonte, 2011

ASSUNÇÃO, Gabriel de Souza. Entrevista concedida a Lucas Mendes Menezes. Belo Horizonte, 2011

COSTA, Bruno Roberto Martins da. Entrevista concedida a Lucas Mendes Menezes. Belo Horizonte, 2011

Referências bibliográficas:

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações* Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1990.

FABRIS, Annateresa. (org.) *Fotografia: usos e funções no século XIX*. São Paulo: Edusp, 1991

POIVERT, Michel. « Les relations internationales du pictorialisme au tournat du siècle ». In. : POIVERT, Michel (org.). *Le salon de photographie – Les écoles pictorialistes en Europe et aux États Unis vers 1900*. Paris : Musée Rodin, 1993.

Condições e modos de vida do morador de rua de São Paulo

Marlene Almeida de Ataíde[128]

A construção de um cenário em que estréia o drama da exclusão social

Manhã de sexta-feira, dia 29 de maio de 2009. Ao atravessar uma das ruas no centro da cidade de São Paulo, exatamente na Praça da República, local de extrema movimentação de pedestre e de veículos, por volta das 10h30, me deparei com uma cena naquela manhã fria e sombria, o que é peculiar nesta cidade: um casal de jovens moradores de rua, cuja família se compõe do pai, mãe e três filhos.

Enquanto os transeuntes passavam bem agasalhados, usufruindo vestes apropriadas à temperatura daquele momento, esse casal contava apenas com um cobertor surrado para cobrir a sua prole, além de alguns papelões que faziam barreira para "impedir" o vento frio que soprava naquele momento. Todos os transeuntes que passavam sequer olhavam para aqueles seres que faziam da calçada o seu espaço de sobrevivência.

Com o olhar de pesquisadora, dirigi-me ao casal. Identifiquei-me, cumprimentei aquele homem e aquela mulher, indagando os motivos que os levaram ao espaço da rua. Percebi os olhares das pessoas sobre mim, talvez indagando: o que faz alguém de boa presença acompanhada de mendigos? Este é o tratamento mais corriqueiro dispensado a estas pessoas.

Achei apropriado entrevistá-los e conhecer sua história. Este foi o início de uma longa conversa que devo tornar pública, a fim de mostrar o significado de não ter um lugar na cidade para morar e como as políticas públicas ainda são inoperantes para atender este segmento populacional que continua invisível e sem perspectivas para a construção de um futuro digno.

Os primeiros passos no caminho das descobertas

Ao percorrer os caminhos da literatura que discute a questão dos moradores de rua, encontrei em estudiosos como Bursztyn (2003) e Rizzini (2003) a informação de que a existência de pessoas que moram na rua – com as quais cotidianamente nos deparamos nos espaços públicos – não é apenas uma realidade atual ou fruto da vida contemporânea e de suas vertentes, pois existem registros que atestam ser este um fato histórico e social que reúne antecedentes ao longo do desenvolvimento das sociedades.

---

128 Doutora em Serviço Social, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC – SP). Professora e pesquisadora do curso de Serviço Social da Universidade de Santo Amaro (UNISA – SP). Endereço Profissional: Rua Isabel Schimidt, 349 – Santo Amaro – SP. E-mail: <maataide@yahoo.com.br>. Telefone: (11) 2068-6823.

Uma visita ao passado e à história pessoal dos moradores de rua sugere que foram de alguma forma excluídos do cenário social e econômico e, por não encontrarem alternativas, passaram a perambular pelas ruas da cidade em busca de uma forma de sobrevivência.

Nas últimas décadas, em função das variáveis econômicas e sociais presentes na realidade brasileira, gerando um extremo empobrecimento das várias camadas sociais devido ao desemprego, ao fechamento de postos de trabalho, a maiores exigências em relação à qualificação profissional, ao estreitamento do mercado interno em contraponto à globalização da economia mundial, entre outros fatores que alteraram substancialmente o "mundo do trabalho" e, por consequência, o campo da sobrevivência, produziu um crescimento desenfreado da população de rua.

O "povo da rua" ou "povo de rua" – expressão que se tornou comum no repertório do trabalho comunitário das Pastorais da Igreja Católica e, especificamente, da Pastoral do Povo da Rua, fundada em 1993 – é uma população formada por crianças, jovens, adultos, idosos e até famílias inteiras, que fazem das marquises de prédios, viadutos, calçadas, praças e outros patrimônios públicos existentes na cidade, seus espaços de curta, média ou longa permanência, onde vivem, majoritariamente, submetidos aos restos do lixo urbano.

Um primeiro olhar lançado sobre a questão do "povo da rua" pode apontar que esses sujeitos sociais possuam pouca ou nenhuma escolaridade ou profissionalização, ausência de documentos de identificação e de trabalho, bem como que nunca tiveram acesso a emprego. No entanto, dados mais consistentes e resultantes da pesquisa desenvolvida pelo MDS, divulgados no Portal AZ de Notícias do Piauí, em 29 de abril de 2008, e que buscou identificar as especificidades dos moradores de rua nas várias regiões do país, demonstram que este perfil corresponde a apenas uma parcela da população de rua, para a qual a disputa é ainda é maior e mais perversa, mas não contempla o seu conjunto ou a sua grande maioria.

A escolha da população de rua como objeto da presente comunicação, além de justificar-se pelos alarmantes números que expressam uma profunda lacuna e fragilidade social presentes no país, deve-se às minhas inquietações como pesquisadora, principalmente no sentido de ampliar o conhecimento acerca deste público, o que exige superar a condição de mera transeunte e moradora da cidade de São Paulo em seu estágio preliminar e subjetivo de observação cômoda e confortável pelo distanciamento da questão, para assumir um posicionamento de análise e de interação com o problema e os sujeitos sociais, a fim de buscar, construir e reconstruir um maior e melhor entendimento desta dramática situação social.

Essa população, muitas vezes invisível aos olhos da sociedade, merece atenção, não apenas de políticas pontuais, mas daquelas que de fato possam resgatar a sua condição de cidadania pela via da autonomia e enquanto sujeitos de direitos, conforme proclama a Constituição Federal de 1988, que dispõe no Capítulo II – Da Seguridade Social, Seção I, Disposições Gerais, Art. 194, que: "A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social" (BRASIL. Constituição..., 1988).

A par da Carta Magna, a Assistência Social, regulamentada pela Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), constitui um marco histórico que preconiza o Estatuto de Direito de Cidadania – um diploma legal também extensível ao "povo da rua" que, sobretudo, é constituído por cidadãos do Brasil.

Como objeto de estudo, a situação da pessoa em situação de rua, a família pesquisada, como exemplo da população da rua, encontra-se em um processo de "desfiliação", conceito definido por Castel (1997) [129], ou seja, isolada das relações sociais, em situação de mendicância e dependente da caridade alheia, devido a inúmeros fatores e

---

129 CASTEL, Robert. A dinâmica dos processos de marginalização: da vulnerabilidade à "desfiliação". Cadernos CRH. n. 26-27. ed. jan-dez. 1997. Salvador, BA: 1997. P. 19-40.

circunstâncias. Entretanto, apesar da situação social dramática em que vive, insiste em não utilizar os serviços disponibilizados em convênios com a Prefeitura Municipal de São Paulo, de acordo com as razões que serão anunciadas a seguir.

A presente pesquisa, apesar de amostral, busca conhecer circunstâncias e modos da vida [130] da família entrevistada, para conhecer a sua história que é escrita e inscrita no cenário público da rua e, em um panorama conjuntural de políticas públicas.

Personagens da vida real

De qual família se fala?

> De uma jovem família que compõe o segmento populacional em situação de rua, que é formado por sujeitos sociais oriundos de várias cidades brasileiras e que, circunstancial ou permanentemente, passaram a morar nas ruas. São pessoas que, atualmente, ocupam as ruas da cidade de São Paulo, habitam e transitam em espaços geográfico, econômico, social e cultural deteriorados e que, em sua grande maioria, não contam com a presença efetiva de serviços do Estado ou do Município para propiciar a sua proteção ou mesmo a sua "[...] inclusão precária, marginal e instável" (MARTINS, 1997, p. 30).
>
> Esses sujeitos ocupam um espaço físico e social em que os problemas de exclusão, de violência e de sofrimentos sociais encontram-se cristalizados e engendrados pelo processo exacerbado da racionalidade capitalista. A exclusão emana de uma ordem de razões proclamadas, ou seja, ela não é arbitrária, mas legitimamente reconhecida como produto de procedimentos oficiais que representam um s*tatus*, questionável em sua veracidade (CASTEL, 2000).

Essa é a perspectiva da família entrevistada e que tem em comum uma trajetória social pautada pelas dimensões da exclusão e, fundamentalmente, caracterizada pela precariedade e pela falta de acesso aos meios econômicos, moradia, alimentação, saúde, conhecimento, educação e informação. Apresenta-se excluída das instâncias decisórias, da construção da sociedade, da consideração social, cultural e, principalmente, da dignidade humana.

A Pesquisa

Métodos e material

> Para a processualidade da pesquisa, fez-se uso da Metodologia da História Oral, o que pressupõe que os relatos orais se constituíram como referência maior para o desenvolvimento do trabalho investigativo. Destarte, o relato de vida se constituiu no relato oral dessa família sobre sua existência através do tempo, mediado pela memória – as recordações de sua trajetória existencial. Assim, apesar da inexistência de um roteiro pré-elaborado, foram investigadas temáticas pertinentes e contempladas no decorrer da entrevista, com extremo respeito à

---

130 Segundo Martinelli (1994, p. 14), apoiada em Thompson, circunstância e modos de vida são fenômenos distintos. "As circunstâncias materiais, as condições de vida, as pesquisas quantitativas me dão, informando-me, por exemplo, o salário de um determinado sujeito, o montante de despesas que tem. Agora, modo de vida é bastante diferente, é um conceito introduzido por um historiador inglês contemporâneo chamado Edward Thompson, que nos mostra que o modo de vida é, exatamente, o modo como esse sujeito constrói e vive a sua vida. Envolve, portanto, seus sentimentos, valores, crenças, costumes e práticas sociais cotidianas, isso nos remete [...] no reconhecimento de que conhecer o modo de vida do sujeito pressupõe o conhecimento de sua experiência social."

> liberdade dos sujeitos pesquisados, para que contem sobre sua própria vida, ao acaso das lembranças, sem procurar retê-los ou dirigi-los.

Para o uso da técnica de coleta do Relato de Vida, o primeiro passo consistiu em realizar uma indagação dos dados pessoais: idade, sexo, estado civil, cor, nacionalidade, naturalidade, religião, ocupação atual ou já exercida e outras informações necessárias à apreensão do universo pessoal dos sujeitos. Em seguida, mediante entrevista gravada, os relatos foram transcritos e mantidos com a máxima fidelidade, conservando as expressões dos sujeitos e sua maneira de encadear os fatos.

Por meio da narrativa, o sujeito entrevistado procura reconstituir os momentos que foram vividos e a experiência adquirida. Traz à tona aspectos de sua vida que foram significativos e que marcaram "[...] as relações com os membros de seu grupo, de sua profissão, de sua camada social e de sua sociedade global, cabendo ao pesquisador" desvelar (QUEIROZ, 1991, p. 6).

A análise dos resultados

Os resultados foram analisados a partir das narrativas como texto, ou seja, como enredo, revelando a multiplicidade de sujeitos e temporalidade, com base nas teorias dos autores que discutem sobre a população de rua e que mostram como os sujeitos sociais lidam com as situações, a partir das interpretações dadas à dinâmica social – local em que estão inseridos, o que expressa um nível de conscientização de si e do contexto em que se situam. Tal enredo se apresenta como oralidade, ou seja, como um gênero de discurso, que, segundo Khoury (2001, p. 85), revela:

> [uma] narrativa oral, como um gênero específico de discurso, impregnado de interrupções, digressões, repetições, correções. Constituindo-se mais como um processo do que como um texto acabado, põe em evidência o movimento da palavra, da memória e da consciência, demandando um tratamento específico, que também pode ser bem proveitoso no sentido de ampliar e modificar a noção do fato histórico.

A entrevista

A entrevista foi construída em conjunto com o casal, o qual a interrompia na medida em que sentia a necessidade de recordar um dado novo, enfatizar algum drama vivido, estando à vontade para discursar sobre seus relatos de vida. A entrevista foi dividida em quatro eixos temáticos: (1) conhecendo o casal; (2) a vida em comum; (3) sem um lugar na cidade e, (4) o futuro, os quais foram analisados a partir das narrativas.

Conhecendo o casal: dados pessoais

> Meu nome é Miguel (nome fictício). Nasci numa cidade do interior de São Paulo, chamada Franca, tenho 24 anos, não tenho pai nem mãe, fui criado por uma tia que também já morreu, não tenho irmãos, não tenho ninguém, somente a minha companheira Creuza (nome fictício) e nossos três filhos. Eu estudei até a 8ª série e trabalhei sem registro colando sola de sapatos lá em Franca, e aqui em São Paulo, trabalhei num lava-rápido e como carregador no Mercadão. Hoje eu sou desempregado, vivo de esmolas, de caridade daqueles que querem me dar uma ajuda. Além de tudo sou preto e feio [risos]. (MIGUEL, morador de Rua em São Paulo).

> Meu nome é Creuza (nome fictício). Nasci no Interior de Goiás, numa cidade chamada Anápolis, tenho 26 anos, tenho pai, mãe e mais quatro irmãos todos homens, eu sou a única mulher, estudei até a 4ª série, mas não gostava, ai eu fui trabalhar em casa de família e como

lá ganhava pouco eu vim pra São Paulo onde conheci o meu marido e nós estamos juntos e tivemos nossos três filhos. Aqui em São Paulo eu trabalhei de doméstica, agora, com três filhos arrastando, ninguém quer me dar trabalho, principalmente por eu morar na rua não ter um endereço fixo. Fica difícil, fica difícil... (CREUZA, moradora de rua em São Paulo)

A vida em comum

A gente se conheceu aqui em São Paulo num salão de baile que ficava lá em Itaquera. Na época, faz uns cinco anos, né Creuza? E até hoje nós está junto, vivendo nessa cidade grande desprezados por todo mundo que não quer dar uma oportunidade pra nós, ainda mais com três filhos. Quando eu cheguei em São Paulo eu não conhecia ninguém, ai eu fiquei pelas ruas, um dia aqui, o outro ali, dormia nas calçadas, até que um dia eu arrumei um emprego num lava-rápido, ai eu caprichava nos carros e ganhava umas gorjetas, ai eu aluguei um quarto e pagava com o dinheiro que rendia das gorjetas. Ai um dia eu fui num salão de baile e conheci a Creuza que trabalhava numa casa de família. (MIGUEL, morador de rua em São Paulo)

É, quando eu vim pra São Paulo, trabalhei em casa de família porque não sabia fazer outra coisa e não tinha estudo. Depois que eu conheci o Miguel que começamos a ficar, aí a patroa me mandou embora e eu fui viver no quartinho junto com ele. Como eu fiquei desempregada, somente o meu marido tava trabalhando no lava-rápido as coisas foram ficando feia e logo eu engravidei do meu primeiro filho que vai fazer cinco anos. (CREUZA, moradora de rua em São Paulo)

Não demorou muito e o lava-rápido me mandou embora alegando que não tinha muita freguesia. Ai a coisa ficou preta. Não tinha dinheiro para pagar aluguel nem para comer. A dona do quarto colocou a gente pra fora. Fazer o quê? Ir pra rua. Eu já conhecia a rua, a Creuza não, foi de doer, meu coração apertou. Procuramos um albergue, mas só davam pernoite, e durante o dia a gente ficava catando latinha pra vender. A senhora não tem idéia o que é comer restos do lixo, o que sobra dos bacanas e dar graças a Deus. A Creuza foi ficando com o barrigão e quando o nenê nasceu e nós não tinha onde ficar porque tem albergue que não aceita crianças, foi uma perrengue danada. Eu deixava a Creuza nas esquinas pedindo esmolas e saia atrás de um trampo e não achava, voltava com as mãos abanando, o que a Creuza ganhava de esmola mal dava para comprar umas fraldas para o nosso filho. Isso não é vida minha senhora. (MIGUEL, morador de Rua em São Paulo)

Ainda por cima quando o nenê estava para completar quatro meses eu fiquei grávida do meu segundo filho, sem emprego, sem casa, sem nada. O Miguel começou a beber, eu falei pára com isso homem, pensa em mim e nos nossos filhos, aí o Miguel parou, e depois ele arrumou um emprego de carregador lá no Mercadão e nós fomos lá pra zona cerealista e lá tinha uns barracos e o Miguel arrumou um e nós passamos a morar e as coisas foram melhorando um pouco, e ali tem muita comida que sobrava e eu pegava, lavava e fazia, e o Miguel trazia também muita coisa que os patrões davam pra ele. Foi um tempo de fartura, eu arrumei nossas coisinhas no barraco, ai eu tive o meu segundo filho e já tinha pra onde levar sem ficar nas calçadas pedindo esmola. Mais daí eu sou muito fértil e não tomava remédio e voltei a ficar grávida do terceiro filho, ai eu pedi para o médico fazer uma operação em mim. (CREUZA, moradora de Rua em São Paulo)

Depois que nosso filho nasceu, logo em seguida saiu uns boatos lá no mercadão que tinha gente roubando mercadoria e mandaram um bocado de gente embora e eu também fui no meio sem dever nada. Daí um cara maluco que tinha lá nos barracos um dia resolveu chamar a polícia dizendo que tinha traficante e a polícia foi lá e detonou todos os barracos e ficou todo mundo sem ter onde morar. Até as nossas roupas, pratos, panelas, tudo eles jogaram fora. Ficamos com a roupa do corpo. Zuaram com todo mundo e ninguém tomou providência, ninguém quer saber dos problemas dos pobres. Os políticos só falam de pobre nas épocas de

> eleição, quando passa, eles querem ver nós tudo morto. Os bacanas aqui da República, só falta pisar em cima de nós. Outro dia quase que um bate no meu menino só porque ele estava no meio da calçada se a Creuza não avança nele, ele teria derrubado o meu moleque no chão e falou que pobre só fede e atrapalha o trânsito. É assim que tratam a gente, como se a gente fosse bicho, nem bicho se trata assim... Hoje nós estamos sem trabalho, sem casa, *sem lenço e sem documento* como diz aquela música do Caetano Veloso. E o pior, sem ter para onde ir, só nos resta, minha senhora, um milagre que não vai nunca acontecer. Já perdemos as nossas esperanças. Não gostamos de ir para albergue, lá eles tem muita regra, e com criança é pior, a gente prefere ficar dormindo na rua, quer dizer cochilando, porque dormir ninguém dorme mesmo, a gente vive com medo da polícia que não respeita a gente, vagabundo que vem pegar nossas poucas coisas, estupro, tem tudo disso na rua. A rua é o inferno para quem precisa dela. A senhora sabe o que é ser acordado na madrugada com um polícia levantando seu cobertor, gritando vagabundo vai trabalhar, dando cacetada em nós, como se a gente tivesse feito algum mal pra eles. Isso não é vida minha senhora! (MIGUEL, morador de Rua em São Paulo).

Sem um lugar na cidade

> Aqui em São Paulo não temos onde ficar, não temos parentes, ninguém... somente eu, a Creuza e nossos filhos que é a nossa alegria. Não temos nada para dar uma vida digna para os nossos filhos, vivemos das esmolas quando dão das filas do sopão, das migalhas... (MIGUEL, morador de Rua em São Paulo)
>
> Às vezes tenho vontade de voltar para Anápolis, lá pelo menos tem a minha família e eles não sabem que estou nessa vida. Mas eles também são pobres, minha mãe é doente, ela é aposentada e ainda sustentam os netos, filhos dos meus irmãos que não têm juízo. Se a gente voltar pra lá vai ser mais despesa, pois ao invés de um, vai mais quatro. Tenho conversado com o Miguel pra gente dar um rumo na vida, sei lá, ir embora de São Paulo, porque essa vida não tá certo não. Eu tenho só 26 anos e parece que já tenho mais de 50. É muito sofrimento, eu quero uma vida melhor para os meus filhos, não quero que eles cresçam na rua nessa mendigagem, ouvindo desaforo de bacana, sendo acordado pela polícia, pelos vagabundos que vem nos roubar. (CREUZA, moradora de Rua em São Paulo)
>
> [Miguel interrompe e fala] Eh fia! Se fôssemos somente nós dois as coisas seriam mais fáceis, mais temos três crianças que nós não podemos abandonar e sair por aí, fingindo que não está acontecendo nada. (MIGUEL, morador de Rua em São Paulo) (CREUZA, moradora de rua em São Paulo)
>
> [Creuza interrompe e retruca] Mais você também não vem se esforçando para arrumar alguma coisa melhor, parece até que gosta de viver de esmola. Eu não estou mais suportando essa vida, às vezes tenho vontade de me jogar debaixo de um carro, de cair de cima de um viaduto... [lágrimas]. Não sei como vai ser minha vida... Já não aguento mais tanto sofrimento, é sol, é chuva, é frio, estou com o corpo todo coçando. Fui num Posto e o doutor nem quis olhar na minha cara, mandou a mulher me dar micose, e falou que eu tenho de sair da rua e procurar um trabalho, mas onde com três filhos pequenos e sem ter onde morar? (CREUZA, moradora de Rua em São Paulo).

O futuro

Miguel afirma: "É difícil, é difícil falar de futuro quando não se vive o presente". Creuza retoma a palavra de Miguel e coloca que "[...] futuro é coisa pra bacana, pra quem trabalha, pra quem tem casa pra morar, comida na dispensa, filhos na escola". Não acredito no futuro ele pertence a Deus e Deus não está olhando por nós [lágrimas].

Miguel retoma e relata que pensa em "[...] deixar a soberba de lado e procurar um albergue que aceite a família, enquanto ele possa se ajeitar pra encontrar algum serviço e tentar melhorar a vida. Não tenho ninguém para recorrer, somente a Deus, mas ele está demorando muito e o nosso sofrimento aumentando, as humilhações, isso não e vida! Agradecemos a senhora por ter nos ouvido".

Análise das narrativas

As narrativas dos sujeitos da presente pesquisa expõem a situação em que vive a população de rua e que, diariamente, experimentam as formas de exclusão, negligências, discriminação, preconceitos, violência, enfim, uma série de aspectos que a afeta diretamente e sem que o Poder Público encontre uma saída para amenizar essa situação, cuja tendência, conforme já informado, é aumentar mais e mais a cada dia nos espaços públicos das cidades e capitais brasileiras.

A ausência de estatísticas, de números consistentes e a sua supressão nos censos governamentais dos moradores de rua em São Paulo, e em todo o país, por si só, já caracterizam a condição de exclusão social a que são submetidos estes sujeitos. Portanto, o relato de Miguel e Creuza não constitui apenas um exemplo, ou uma história isolada, pois as suas vozes ecoam, ressoam e representam o universo do "povo da rua", que, diariamente lutam para sobreviver, para "subexistir" em meio a uma sociedade que os renega e ignora por completo os seus direitos e cidadania.

Observa-se nesses sujeitos a desesperança, a total falta de perspectivas, de crença na melhora e no futuro, tanto da família entrevistada, quanto de tantos outros sujeitos que se encontram enredados na miséria e no isolamento social.

Considerações finais

Finalizando, importante indagar o quanto esses brasileiros estão realmente invisíveis? O Estado é míope ou relapso nas suas obrigações e em relação àqueles que dele e de suas políticas sociais necessitam?

A essa resposta, outra questão surge: o que é possível fazer para melhorar ou minorar os efeitos perversos da negligência das políticas sociais, que não alcançam esses sujeitos de direitos e que se debatem em sobreviver da caridade e do assistencialismo que ainda persiste na nossa sociedade?

As narrativas dos sujeitos da presente pesquisa conclamam pelo auxílio das políticas sociais, as quais devem ser compreendidas a partir do desenvolvimento da cidadania, enquanto pauta de direitos e deveres criados como respostas do Estado às demandas emergentes da sociedade e que, portanto, devem assumir diferentes modalidades, configurando-se em distintos padrões de intervenção estatal no trato das expressões da questão social, que se diferenciam em função da maior ou menor justiça e equidade dos sistemas prestadores de serviços sociais.

As políticas sociais devem ser articuladas com foco na centralidade da família, contribuindo com maior efetividade para a promoção social, pois desta forma não pode esta ser contemplada de maneira fragmentada, individualizada, descontextualizada e portadora de atendimentos paliativos sem continuidade, pois o seu princípio maior tem como objetivo fundamental o de fortalecer a autonomia dos sujeitos que delas necessitam na ascensão social, efetivando os direitos preconizados na Constituição Federal de 1988 e não perpetuando programas compensatórios e residuais, fundamentados nos pressupostos do mercado, no qual o desemprego e a exclusão social são inerentes ao sistema e, portanto, inevitáveis, pois seus resultados se reduzem à mera reprodução da pobreza, amenizando os efeitos mais perversos desta e das desigualdades sociais, indicando uma frágil autonomia limitada.

Ademais, é de suma importância, que as políticas sociais sejam articuladas entre si e, em princípio, com as Políticas de Assistência Social, Educação e Saúde, possibilitando, assim, uma ação que compreenda a totalidade de demandas da família, capaz de efetivar processos de mudanças e promover sua própria transformação social.

Referências bibliográficas:

BRASIL. **Constituição (1988).** Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: 1988. São Paulo: Atlas, 1995.

BURSZTYN, Marcel (Org.). **No meio da rua:** nômades, excluídos e viradores. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

CASTEL, Robert**.** As armadilhas da exclusão. In: WANDERLEY, Mariângela Belfiori; BÓGUS, Lúcia; YAZBEK, Maria Carmelita. **Desigualdade e questão social**. 2 ed. São Paulo: Educ, 2000.

_____. A dinâmica dos processos de marginalização: da vulnerabilidade à "desfiliação". **Cadernos CRH**. n. 26-27. ed. jan-dez. 1997. Salvador, BA: 1997. p. 19-40.

KHOURY, Yara Aun. Narrativas orais na investigação da história social. **Revista Projeto História**. n. 22. São Paulo: Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica. São Paulo: PUC-SP, 2001. p. 79-103.

KOSMINSKY, Ethel. Pesquisas qualitativas – a utilização da técnica de história de vida e de depoimentos pessoais em Sociologia. **Revista Serviço Social & Sociedade**. n. 19. ed. dez. 1985. São Paulo: Cortez, 1985. p. 45-57.

LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo et al. **História oral e pesquisa sociológica:** a experiência do CERU. São Paulo: Humanitas, 1998.

MACHADO, Grazielle. **Número de moradores de rua no país é desconhecido**. Agência Brasil. Artigo *on-line*. ed. 25 ago. 2007 Disponível em: <http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2007/08/24/materia.2007-08-24.1702870864/view>. Acesso em: 11 out. 2009.

MARTINELLI, Maria Lúcia. O uso de abordagens qualitativas na pesquisa em Serviço Social. **Caderno NEPI**. n. 1. ed. mai 1994. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica (PUC), 1994.

MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade.** São Paulo: Paulus, 1997.

QUEIROZ, Maria Izaura de. Variações sobre a técnica do gravador no registro da informação viva. **Biblioteca Básica das Ciências Sociais**. Série 2. Textos. v. 7. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991.

RIZZINI, Irene. **Vida nas ruas.** Crianças e adolescentes nas ruas: trajetórias inevitáveis? Pontifícia Universidade Católica (PUC-Rio) .Rio de Janeiro: Loyola, 2003.

STANISCIA, Felipe. **Moradores de rua**. ed. 28 jul. 2009. Disponível em: <felipestaniscia.blogspot.com/.../moradores-de-rua.html ->. A

Construções identitárias e processos migratórios: história oral da comunidade líbano-brasileira

Samira Adel Osman

O objetivo dessa comunicação é tratar do processo de inserção e adaptação de membros da comunidade líbano-brasileira (re)estabelecida no Líbano, com a efetivação do processo de retorno ao país de origem, nos diferentes grupos pesquisados, considerando-se aspectos fundamentais do processo de identidade e identificações utilizando-se da metodologia de História Oral de vida. Em relação às diversas possibilidades e contribuições da história oral no que se refere ao estudo dos processos migratórios aponto, para os objetivos e limites desta apresentação, a problemática identitária presente nas narrativas da comunidade líbano-brasileira.

As narrativas referem-se aos entrevistados desse grupo que retornou do Brasil e se restabeleceu no Líbano, na região do Vale do Bekaa, sendo eles: imigrantes libaneses de primeira geração; mulheres descendentes de segunda geração, casadas com libaneses, na faixa etária entre os trinta e os cinqüenta anos de idade; jovens descendentes de segunda e terceira gerações, filhos de pais libaneses e mães filhas de libaneses ou brasileiras, na faixa etária variando entre os sete e os vinte anos de idade na ida ao Líbano; e ainda brasileiras não-descendentes, casadas com imigrantes libaneses.

É importante ressaltar, inicialmente, que a questão identitária pode ser compreendida nas mais diferentes perspectivas, numa multiplicidade de pólos de identidade no que se refere à inserção social do indivíduo. Essa pluralidade de fatores pode ser pensada nos aspectos de etnia, gênero, geração, religiosidade, faixa etária, classe, profissão, entre tantas outras formas. No entanto, para está análise optei pelo recorte geracional, em primeira instância, ainda que os demais aspectos, sobretudo gênero e faixa etária, também sejam fundamentais e influenciem sobremaneira as visões de identidade dos colaboradores deste estudo.

Em relação à primeira geração, composta de imigrantes libaneses que retornaram ao Líbano, a questão da identidade se expressa no sentimento de reconhecer-se como libanês, no que se refere à nacionalidade e na efetivação do projeto de retorno ao país natal, mas mantém-se uma vinculação afetiva com o Brasil. Aponta-se uma vinculação identitária com o Brasil justificada tanto pelo fato de ter vivido no país, como também pela admiração e afinidade com o povo brasileiro visto positivamente.

Para dois colaboradores:

> "O povo brasileiro não tem igual, eu juro. Eu gosto do povo brasileiro como se fosse meu próprio povo, e do Brasil como se fosse minha própria terra. Quem viveu trinta anos lá, não esquece tão fácil, não esquece nunca..."
>
> **Ali Mussi Kadri (Rede I-1ª Geração)**

> "Para falar a verdade, eu gosto mais de conviver com os brasileiros do que com os árabes, mesmo estando aqui em minha terra. Não sei o que é, mas eu acho que o povo árabe é muito ignorante,

. Professora de História da Ásia da EFLCH-UNIFESP e pesquisadora do NEHO-USP.

> enquanto o brasileiro tem uma cabeça mais aberta, não nenhum tipo de preconceito, de cor, religião, idade. O povo brasileiro é mais humano que o povo árabe, sem dúvida."
>
> **Mohamad Abou Arab (1ª Geração)**

Há ainda uma vinculação identitária com o Brasil no que se refere a sua maior marca, o futebol, que une, agrega e identifica mesmo os não-brasileiros:

> "Eu torço pelo Brasil porque eu sou brasileiro, eu me sinto brasileiro, acho que a maioria dos libaneses são brasileiros, a maioria, mesmo aqueles que nunca foram para lá... É uma festa quando tem jogo do Brasil, têm fogos, camisetas, bandeira, carros buzinando, tem tudo como no Brasil... No Líbano inteiro é assim, nessas horas até os dois lados opostos, os cristãos e os muçulmanos, ficam unidos... O futebol une todo mundo."
>
> **Chebib Abi Khers (1ª Geração)**

Da mesma forma, a identidade é vista como nacionalidade, na perspectiva apontada por Bauman (2005), mas é uma identidade/nacionalidade que se escolhe, portanto com muito mais valor:

> "O Brasil também é a minha terra, eu não nasci lá mas me naturalizei, então também sou brasileiro. Tem gente que nasce no lugar porque não tem como escolher, e acaba gostando da terra que nasceu. Quem se naturaliza gosta mais ainda, porque escolhe o lugar, e gosta de verdade da terra em que está vivendo..."
>
> **Fadel Mohamad Abou Jokh (1ª Geração)**

No que se refere à segunda geração, as colaboradoras são mulheres, na faixa etária entre os trinta e os cinqüenta anos de idade, filhas de libaneses nascidas e criadas no Brasil, e casadas com libaneses que empreenderam o projeto de retorno ao Líbano.

Para estas colaboradoras, a identidade é construída e analisada sob diversos aspectos, mas o que pode se verificar é um posicionamento conflituoso, na constatação de se encontrar entre dois pólos identitários: ser brasileiro ou ser libanês. Neste caso, aponta-se a forma como este grupo é identificado pela comunidade local e as dificuldades e conflitos de inserir-se nela, num grupo diferente do qual se pertencia anteriormente, ainda que a descendência árabe pudesse se considerada de alguma forma um elemento facilitador.

Duas colaboradoras avaliam que há um preconceito velado quando são referenciadas como "brasileiras". No Brasil os imigrantes de origem árabes foram genérica e pejorativamente chamados de "turcos"; no Líbano ser chamado de "brasileiro" tem o mesmo peso e conotação negativa, reforçando-se o fato de ser estrangeiro, de não pertencer ao lugar, de em certa medida ser estrangeiro:

> "Eu só me sinto estrangeira quando se refere a mim como 'brasileira', de uma forma negativa, pejorativa mesmo, como no Brasil quando o pessoal fala 'turca'. Daí sim a gente perde um pouco da nossa identidade, se sente diferente, discriminado..."
>
> **Soraia Sami El Kadri (2ª Geração)**

> "No Brasil eu era chamada de turca e aqui eu sou chamada de brasileira, então parece que você não tem uma identidade ou uma nacionalidade, que não está no lugar certo."
>
> **Iman Hussein Abou Jokh (2ª Geração)**

As diferenças entre ser árabe e ser brasileiro são verificadas não só em relação aos outros (como o grupo local os identifica), mas também em relação como cada um se identifica ou quer ser identificado. Neste caso, é o grupo de retornados que não se identifica com a comunidade local, sente-se diferente e não reconhece semelhanças:

> "Mesmo sendo filha de árabe, tendo sido criada dessa maneira, eu nasci lá no Brasil, então eu tenho os costumes brasileiros, em muitas coisas eu sinto que sou diferente daqui, não me sinto igual a eles. Acho que quem vem de fora sempre vai achar isso, porque realmente as coisas aqui são diferentes e você só se dá conta no dia-a-dia."
> **Emni Ghazaoui (2ª Geração)**

Para outros, não há conflito ou diferença e reforçam-se as semelhanças, da mesma forma que se passa por uma indefinição de não saber ou não se sentir como parte de um ou outro grupo identitário:

> "Na verdade, eu nem percebo bem essa diferença, para mim é tudo igual. Se me perguntam se eu me sinto brasileira ou libanesa, eu penso, penso, mas não chegou a conclusão nenhuma... Sei lá, não me sinto nem assim e nem assado, você acredita?"
>
> **Aishe Barakat (2ª Geração)**

Ou ainda é possível manter o meio termo, reconhecendo-se em alguns aspectos com uma ou outra identidade, ser parte dos dois, ou ainda estar no limite da construção de uma nova identidade:

> "Eu sempre digo que sou uma brasileira-libanesa ou uma libanesa-brasileira, sei lá, me sinto as duas coisas, não sei explicar. Acho que em algumas coisas eu sou mais de um lado e, em outras, sou mais do outro. Estou no meio dos dois..."
>
> **Alia Chahine (2ª Geração)**

Já para os jovens descendentes de segunda e terceira gerações, filhos de pais libaneses e mães filhas de libaneses ou brasileiras não-descendentes, na faixa etária variando entre os sete e os vinte anos de idade na ida ao Líbano, a questão identitária ganha contornos ainda mais conflituosos e perturbadores.

Mais uma vez reforça-se a oposição apontada pela segunda geração entre ser libanês e brasileiro e, novamente, o pertencimento à identidade brasileira é apontado negativamente pela comunidade local. Para os colaboradores, há uma divisão entre ter orgulho de ser apontado como brasileiro, ainda que a intenção seja a de ser ofensivo, e o incômodo de ser assim identificado, mas que ao mesmo tempo leva à afirmação dessa identidade e não sua negação.

Duas irmãs assim se colocam:

> "Mas eu sou isso mesmo: brasileira com muito orgulho. Eles pensam que me ofendem falando "brasileira", mas pelo contrário, eu me sinto muito bem. Aí para provocar, quando eles me chamam de brasileira eu falo que eles são "turcos", dou o troco..."
>
> **Noa Mohamad Abou Jokh (3ª Geração)**

> "Eu não gosto de ser apontada como "a brasileira", isso me incomoda muito... Quando a gente está em reunião, conversando, eles começam a falar que as brasileiras isso, que as brasileiras aquilo, e se esquecem que eu estou no meio, que eu sou brasileira. Nesse momento eu me sinto muito brasileira, e tomo a nossa defesa, porque eles só vêem os nossos defeitos e não olham para os deles."
>
> **Monira Mohamad Abou Jokh (3ª Geração)**

A resposta é reforçar o pertencimento à comunidade brasileira, assim como se nega ou se recusa o pertencimento à comunidade libanesa, como forma de resistência e de não aceitação de outra identidade.

Os colaboradores consideram:

> "...eu gosto de ser brasileira, tenho muito orgulho mesmo de ser brasileira. E se me perguntam, eu falo: 'sou brasileira'. Eu tenho as duas nacionalidades e os dois documentos, sou brasileira e libanesa, mas de coração me sinto só brasileira. Eu adoro o Brasil, é a minha terra... Quem nasceu no Brasil, quem viveu no Brasil, nunca esquece, nunca."
>
> **Maria Abdul Kadri (2ª Geração)**

> "Por isso que eu não consigo me sentir libanês aqui. Eles me tratam como brasileiro e eu faço questão de ser brasileiro... Eu sou brasileiro, sempre vou ser, mesmo que viva aqui cinqüenta anos!
>
> Minha cabeça é de brasileiro, meus amigos aqui são brasileiros, eu continuo mantendo contato com os meus amigos e parentes no Brasil pela internet, e até conheço outras pessoas brasileiras na rede..."
>
> **Salman Ali Kadri (2ª Geração)**

> "Aqui eu me sinto mais uma brasileira, filha de árabe, do que uma libanesa, porque, por mais que eu queira, eu não tenho os costumes deles, essa coisa de querer saber da vida dos outros, e saber o que está acontecendo com todo mundo, é isso que eles fazem todo dia."
>
> **Sana Ali Kadri (2ª Geração)**

Neste grupo de colaboradores busca-se também a conciliação entre duas identidades possíveis, na perspectiva de Hall (2005), ou de uma nova identidade construída no novo local (o Líbano) em outra condição (retornado): ser brasileiro, filho de árabe, vivendo no Líbano, com a identificação de ambos aspectos:

> "Eu não gosto que falem mal do Brasil ou que ofendam brasileiros e, ao mesmo tempo, não deixo falarem mal de árabe... Eu não sei explicar, mas eu me sinto os dois, tanto árabe como brasileiro. Aqui eu me sinto muito brasileiro, não é porque sou filho de árabe que não considero esse meu lado. Se chega o Lula eu fico contente, se passa o futebol brasileiro e o árabe, assisto o brasileiro, então nessas horas acho que sou mais brasileiro que árabe... Mas quando chega o Ramadã que a gente faz o jejum, freqüenta mais a Mesquita, aí o meu lado árabe fala mais alto..."
>
> **Nasser Alouan (2ª Geração)**

Finalmente, para as brasileiras não-descendentes, que se estabeleceram no Líbano, acompanhando maridos libaneses retornados, reforçar a identidade brasileira é um antídoto contra o não pertencimento ao Líbano. Não só se quer ser reconhecida como brasileira, como ser quer manter a ligação com o Brasil, afetiva ou concretamente, num possível retorno à terra natal.

> "Eu que não sou daqui, essa não a minha terra. A minha terra é o Brasil..."
>
> **Laudicéia Maria da Silva (Brasileira não-descendente)**

> "Do fundo do meu coração, eu queria ir para o Brasil e nunca mais voltar para cá, porque eu me sinto brasileira e não parte dessa terra. Às vezes eu vejo a televisão brasileira só para ouvir o som do Brasil, quando tem jogo do Brasil, então, é uma emoção só. Sou brasileira e vou morrer brasileira, isso ninguém me tira..."
>
> **Neide Maria Papilovski Pinto (Brasileira não-descendente)**

A adaptação ao novo país, a aceitação da mudança e a constatação da permanência levam, de outra forma, a verificação de que é necessária a adesão identitária ao lugar onde se encontra, pela convivência, pelo tempo e, sobretudo, pela concepção de que identidade são opção e construção:

> "A gente sempre sente alguma coisa que nos diferencia, porque brasileira é brasileira, por mais que a gente procure se adaptar.
>
> Já eu, depois de tanto tempo vivendo aqui, me sinto tanto brasileira quanto libanesa, pela convivência, pelo tempo... Eu sinto que aqui é minha pátria, mas o Brasil sempre vai estar no meu coração, porque é o lugar onde nasci e vivi boa parte da minha vida. Eu sou brasileira, isso eu nunca vou deixar de ser, meu sangue é brasileiro, é alemão, é italiano, é português e é árabe, porque o brasileiro é isso mesmo, uma mistura de raças. "
> **Maria de Lurdes Rocha (Brasileira não-descendente)**

Há ainda que se reconhecer que não existe uma coesão identitária na própria comunidade líbano-brasileira retornada. Reconhece-se uma divisão interna dada pela identidade brasileira, apontada como legitimidade, sendo a descendência árabe um fator diferenciador. Desta forma há os brasileiros legítimos, não-descendentes e mais abertos à aceitação e adaptação à identidade local, e há os brasileiros filhos de árabes, que carregam uma dupla identidade e resistem à adesão à identidade local, como vemos:

> "Uma coisa que eu acho que todo mundo tem que reconhecer é que existe uma grande diferença entre brasileiras legítimas como eu e as brasileiras filhas de árabes. A diferença é que a brasileira largou suas raízes, sua família, sua vida, seus costumes, sua religião e veio para o Líbano para viver com o seu marido, e a filha de árabe quando vem para o Líbano já tem a mesma raiz, os mesmos costumes, sabem a língua e a religião...
>
> Acho importante mostrar que é a brasileira que larga tudo para viver aqui, mas quem sofre mais para se adaptar, por incrível que pareça, é a filha de árabe... Sabe por quê? Porque é cabeça dura, porque ela tem os costumes deles e quer enfrentar esses costumes... Como ela foi criada lá no modo brasileiro, no modo árabe com costume brasileiro, quando chega aqui não quer saber dos costumes árabes, ela luta contra... Ela sofre porque não aceita a origem dela, não quer andar de acordo com os costumes... Ela gosta de ser brasileira, quer ser brasileira...
>
> As brasileiras como eu, se adaptam mais e melhor do que a filha de árabe, não tem nem comparação... Eu, por exemplo, quero viver de acordo com o país, como o lugar manda e não do jeito que eu quero viver... Eu quero viver bem com todo mundo, eu é que estou aqui e acho que eu é que tenho que viver do jeito deles, como todo mundo vive, porque se eu me vestir diferente, tiver costumes diferentes ou fizer coisas diferentes aqui, eu não vou ser aceita... E eu quero ser aceita no país onde estou vivendo..."
>
> **Vanda Luiz (Brasileira não-descendente)**

A aceitação e construção de uma nova identidade passam a ser vistas como forma de adaptação ao lugar, à nova realidade, a uma nova vida que se depara e se constrói no processo de retorno. O retorno engendra uma série de contradições, mas é a questão identitária- o que sou no outro país- que tem se constituído no fator de tensão para a adaptação e inserção num novo lugar.

Dessa forma, a título de conclusão, considero que a problemática identitária é compreendida e construída nas relações conflituosas das práticas cotidianas, na relação com o outro e na constatação das diferenças. Tratar da migração e do retorno é trazer à luz as discussões referentes às contradições, conflitos, problemas engendrados por esse processo, bem como os seus modos de superação. Um estudo de tal natureza, cuja preocupação parte da temática da família e seus projetos, seu papel na comunidade migrante vivendo no Brasil e na comunidade de origem retornando ao Líbano, pode ser compreendido como uma "teoria da família e de suas transformações sob o efeito da imigração", como define Sayad (1998).

Referências bibliográficas:

BAUMAN, Zygmunt. *Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

GRINBERG, Leon e GRINBERG, Rebeca. *Psicoanalisis de la Migración y del Exílio.* Madrid: Alianza, 1984..

HALL, Stuart, at alli. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais.* Petrópolis: Vozes, 2004.

_____. *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade.* RJ: DP & A, 2005, 10ª ed.

HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história.* SP, Paz e Terra, 2004, 7ª ed.

KRISTEVA, Julia. Estrangeiros para nós mesmos. RJ: Rocco, 1994.

MONTEIRO, Paulo Filipe. *Emigração:* o eterno mito do retorno. Oeiras: Celta, 1994.

OSMAN, Samira Adel. *Caminhos da Imigração Árabe em São Paulo:* história oral de vida familiar. FFLCH- USP, Dissertação de Mestrado, 1998, 2 vols.

_____. *Entre o Líbano e o Brasil:* dinâmica migratória e história oral de vida. FFLCH-USP, Tese de Doutorado, 2006, 2 vols.

SAID, Edward. *Fora do Lugar:* memórias. SP: Cia das Letras, 2004.

SAYAD, Abdelmalek, *A imigração* ou os paradoxos da alteridade. SP, EDUSP, 1998.

_____**.** "O retorno: elemento constitutivo da condição de imigrante. *Travessia- Revista do Imigrante*, número especial, jan/2000.

TODOROV, Tzvetan, *O homem desenraizado.* RJ: Record, 1999.

Contribuição da História Oral

Rosely Marchetti Honório

O trabalho é uma reflexão sobre a contribuição da metodologia da história oral para a cocriação de uma nova relação da comunidade com o Parque Ecológico Professora Lydia Natalízio Diogo, Parque Ecológico de Vila Prudente. A História oral foi proposta inicialmente com o objetivo de recuperar as memórias dos moradores locais sobre o espaço ocupado pelo Parque para a organização de uma exposição. O processo de coleta dos depoimentos revelou a história singular do espaço público municipal, determinante da relação dos representantes dos poder público e dos moradores locais com o ambiente do Parque.

A mobilização da comunidade para a criação, a implantação e a gestão durante o período de inexistência de administrador designado pelo poder público municipal contribuíram para a participação atuante da sociedade civil na administração do Parque representada por seu Conselho Gestor. Por um lado, o processo de coleta dos depoimentos contribuiu para diagnosticar os conflitos de poder entre os membros do Conselho Gestor manifestados principalmente nas reuniões mensais. Por outro lado, o processo de coleta dos depoimentos ao valorizar as trajetórias de vida, os múltiplos olhares e a participação individual e coletiva dos envolvidos com e na história do Parque resultou na elaboração de um projeto de educação sócio-ambiental norteado por oficinas de memória.

O Parque localiza-se nos limites de bairros do distrito de Vila Prudente: Vila Prudente, Vila Zelina, Vila Alpina, Vila Ema, Jardim Independência e Jardim Avelino. Situado na região sudeste de São Paulo, o distrito de Vila Prudente integra a zona leste, área do município de São Paulo a leste do rio Tamanduateí, urbanizada a partir do final do século XIX, atualmente caracterizada por alto percentual de população e baixo índice de cobertura vegetal por habitante, o que motivou a comunidade a reivindicar a criação do Parque.

A história do bairro e do distrito de Vila Prudente remonta ao século XVI com a concessão de terras a João Ramalho. Os terrenos correspondentes à sesmaria foram adquiridos por outros proprietários dentre eles João Pedroso, o qual em 1848 teria comprado a área denominada de Capão da Invernada, Capão, Embiriva ou Embahú e que teria sido herdada por seu filho João Pedroso em 1856. Parcelas dessas terras teriam sido vendidas pela viúva de Antonio Pedroso, Martinha Maria Pedroso, a Maria do Carmo Cyparisa Rodrigues em 1880, a qual transferiu parte da área então chamada de Campo Grande aos irmãos Falchi – Emídio, Bernardino e Panfílio (RONCO FILHO e MAUERBERG, 1989).

Os irmãos Falchi adquiriram as terras para a construção da Fábrica de Confeitos e Chocolates Falchi e de uma vila operária, que originariam o bairro de Vila Prudente e que, hoje, correspondem à sua região central. Para atrair imigrantes e descendentes de italianos para trabalharem na fábrica e construírem casas na vila, os irmãos Falchi abriram uma olaria em sociedade com Seraphim Corso. A denominação Prudente de Moraes foi atribuída à vila no ano de 1891 e oficializada em 21 de dezembro de 1898, ocasião em que o ex-presidente Prudente de Moraes foi homenageado pela família Falchi por meio da instalação de uma placa alusiva à sua visita (RONCO FILHO e MAUERBERG, 1989).

O processo de industrialização e de urbanização local foi iniciado com a instalação da Fábrica de Confeitos e Chocolates Falchi e com a abertura dos loteamentos. No final do século XIX, outras fábricas foram instaladas na Vila Prudente, mas tiveram curta duração. As famílias fundadoras das fábricas não se mantiveram na direção do negócio. A tradição no ramo de produção não se manteve, o que ocorreu inclusive com a Fábrica de Confeitos e Chocolates (HONÓRIO, 2010).

A formação do bairro de Vila Prudente manteve-se na margem esquerda do córrego da Mooca, um afluente do rio Tamanduateí. O processo de industrialização não resultou na ocupação de todos os terrenos margeados pelo córrego e as várzeas eram utilizadas como espaço de lazer pelos moradores, característica comum às várzeas da zona leste, primeira região da cidade a se industrializar (LAURENTINO, 2002).

O perfil industrial da Vila Prudente e o uso lúdico das várzeas do córrego da Mooca mantiveram-se até o final da década de 1960. A construção das galerias do córrego da Mooca iniciadas em 1969 contribuíram para a ocupação dos terrenos situados à sua direita. Com o processo de desindustrialização passou a predominar o uso residencial, atividades de comércio e de serviços, embora a indústria continuasse a ser relativamente importante na região (EMPLASA, p.4).

A intensificação da urbanização local ocupou os terrenos mais próximos do córrego da Mooca e os mais levados, o Morro de Vila Alpina, denominado pelos moradores locais de "morrão". Áreas do Morro de Vila Alpina foram adquiridas para construção de imóveis residenciais e para a instalação de cemitério e forno incinerador municipais. Posteriormente, parte das terras ocupadas pelo crematório foi cedida para a implantação do Parque Ecológico de Vila Prudente.

Apesar de criado por lei municipal em 5 de julho de 1996, a alegação de falta de recursos do poder público estendeu para 27 de dezembro de 2004 a inauguração do Parque, quando recebeu a denominação "Professora Lydia Natalízio Diogo". A sua abertura valorizou ainda mais os terrenos próximos. A presença de "vizinhos indesejáveis", o cemitério e o crematório, era motivo comum da desistência de aquisição de imóveis por parte de compradores potenciais.

O Parque encontra-se cercado de equipamentos sociais e de serviços: ao norte, a Escola Senai Humberto Reis Costa; ao sul, o Crematório de Vila Alpina e o Cemitério São Pedro. Na face oeste, limitada pela Av. Francisco Falconi, há a predominância do uso residencial horizontal e vertical. Nessa direção encontra-se o Jardim Avelino, que é alvo de forte especulação imobiliária. A face leste, limitada pela Av. Jacinto Menezes Palhares, corresponde a uma área predominantemente de uso misto, isto é, de uso residencial, horizontal, industrial, de comércio e serviços. Nessa direção, o Parque faz divisa com o Grupo Escoteiros Corrente 35, cuja área ocupada pertence ao Parque, mas ainda não foi incorporada. No local também se encontra instalado com permissão de uso o Clube da Comunidade do Parque Ecológico de Vila Prudente, que possui campo de futebol, duas quadras, vestiário, bocha e capela. Segundo a metodologia desenvolvida pela Emplasa, a área do distrito de Vila Prudente na qual o Parque se localiza – UIT-53 – "caracteriza-se pelo uso residencial de padrão médio e pela presença de algumas vias de grande circulação com intensa concentração de atividades comerciais e de serviços" (EMPLASA, p. 14).

Pesquisa realizada no segundo semestre de 2010 e durante os dois primeiros meses de 2011 constatou que um mil e quinhentos usuários adentram o Parque diariamente. Cerca de 80% dos freqüentadores são residentes nas áreas mais próximas. A expectativa é de que esse número tenderá a aumentar ainda mais em virtude do lançamento de novos empreendimentos imobiliários, da recente inauguração da estação Vila Prudente do metrô e do prolongamento da linha à Cidade Tiradentes, na via principal de acesso ao Parque, a Avenida Prof. Luiz Ignácio de Anhaia Mello. A principal atração do Parque é a pista de cooper e caminhada. Aproximadamente 90% dos frequentadores procuram o Parque para utilizá-la.

No processo de criação, implantação e manutenção do Parque a comunidade teve uma participação efetiva. A administração durante o período de inexistência do administrador – janeiro/ 2005 a agosto/2007 - foi realizada pelos conselheiros com a colaboração dos frequentadores, cuja maioria é constituída de moradores locais. Para administrar o Parque, os membros do Conselho organizados inicialmente como Grupo Pró-Conselho e eleitos em maio de 2005 contaram com o apoio dos frequentadores, na arrecadação de fundos e na contribuição voluntária para a realização dos serviços de manutenção e vigilância informal porque os serviços de vigilância não haviam sido contratados pela Secretaria do Verde e do Meio Ambiente.

O Conselho Gestor procurou sanar as necessidades do Parque para atender às expectativas dos frequentadores. Captou recursos para a manutenção da área e para a aquisição de equipamentos. As benfeitorias realizadas no Parque contribuíram para a melhoria do atendimento dos usuários, para o aumento da frequência e para a valorização das áreas envoltórias.

O Conselho Gestor não possui composição tripartite. Até o seu segundo mandato, era formado pelo administrador do Parque, por nove titulares e nove suplentes representantes da sociedade civil e de instituições, movimentos e entidades da região e por um representante da Subprefeitura de Vila Prudente/ Sapopemba. A partir da última eleição, passou a contar também com a participação de um representante da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente.

Somente em agosto de 2007 o Parque recebeu o primeiro administrador nomeado pela Secretaria do Verde e do Meio Ambiente. "A partir de então, o conflito se iniciou porque a comunidade local usuária do Parque por meio de seus representantes eleitos para o Conselho Gestor passaram a ter dificuldade em compartilhar o poder" (HONÓRIO, 2010). Na ocasião, os conselheiros exerciam o mandato iniciado em maio de 2005, quando ocorreu a primeira eleição para os Conselhos Gestores dos Parques Municipais de São Paulo.

Embora a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente houvesse autorizado a realização das eleições, o Conselho Gestor eleito não havia obtido a oficialização para realizar suas funções porque não havia sido nomeado um administrador para o Parque. Impedido de exercer as suas funções por direito, acabou por exercê-las de fato. Em maio de 2008 ocorreu a segunda eleição e o Conselho Gestor passou a exercer oficialmente as suas atribuições, uma vez que havia um administrador em exercício. Em junho de 2010 ocorreu a terceira eleição e a maioria dos conselheiros titulares e suplentes eleitos permanecem em seu terceiro mandato.

Para o conhecimento e a compreensão do conflito entre os membros do Conselho Gestor e o representante da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente na administração do Parque iniciado com a nomeação da primeira administradora, efetuou-se a coleta de dados em diferentes fontes, com o objetivo de associá-las cuidadosamente para se chegar o mais próximo possível da realidade vivenciada pelos envolvidos. A primeira fase da coleta de dados constituiu-se da observação das reuniões mensais do Conselho Gestor ocorridas durante os anos de 2009 e 2011, da pesquisa de artigos sobre o Parque em jornais locais, da leitura das cartas de intenção à candidatura de conselheiro e das atas de reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho Gestor do Parque, desde o momento em que se origina como Grupo Pró-Conselho, em janeiro de 2005 até o momento. Também foram coletadas fontes iconográficas, especialmente imagens fotográficas e histórias orais com moradores locais, que representassem reminiscências e vivências sobre o "morrão", o Morro de Vila Alpina, e sobre o processo de criação, implantação e manutenção do Parque.

Buscou-se incorporar diversas fontes para definir a constituição do problema norteados por dois objetivos. Por um lado, tentar superar as limitações da pesquisa impostas pelas lacunas deixadas pela ausência de documentação escrita sobre determinados períodos da história do Parque, principalmente o de maio/ 2005 a junho/ 2007, sobre o qual a administração não possui em seus arquivos atas de reuniões do Conselho Gestor. Por outro lado, investigar o campo das relações entre os pares do Conselho Gestor e as inter-relações deste com a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, representada pelo administrador, em diferentes tempos. Com este intuito, a realização das entrevistas orientadas por um roteiro de questões tem demonstrado a sua riqueza para a percepção das representações dos conselheiros acerca de suas trajetórias, de seus papéis como membros do Conselho Gestor, de sua avaliação sobre a atuação do poder público na manutenção do Parque e de suas vivências nos diferentes momentos de co-gestão do espaço público.

O processo histórico de criação, implantação, manutenção e gestão do Parque contribuiu para que a comunidade representada pelos membros do Conselho Gestor adquirisse poder. Os depoimentos dos entrevistados revelam a dificuldade de comunicação e de entendimento entre os segmentos da sociedade civil e do poder público iniciada com a nomeação do administrador para o Parque. Os representantes da comunidade ressentem-se da "falta de consideração e de atenção dos representantes do poder público com a sociedade local que se mobilizou para a criação do Parque e se prontificou a cuidar do espaço, após a sua abertura, sem a participação efetiva da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente" (HONÓRIO et al, 2011, p. 73).

O ponto principal do conflito destacado nas entrevistas diz respeito à implantação do projeto paisagístico executado pela Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, o qual contempla somente o plantio de espécies nativas. No entanto, no período de inexistência de administrador no Parque, a comunidade cultivou espécies exóticas e nativas não previstas no projeto paisagístico. "Os desentendimentos acerca desta questão desdobram-se para a discussão de assuntos relacionados à gestão do Parque apresentados nas reuniões do Conselho Gestor (...) sobre os quais os conselheiros se queixam de não serem escutados e atendidos " (HONÓRIO et al, 2011, p. 74-76).

Enquanto a sociedade civil representada no Conselho Gestor "defende a história e a memória da paisagem construída pela comunidade", o poder público municipal, representado pelo administrador do Parque "empenha-se em executar o projeto paisagístico" (HONÓRIO et al, 2011, p. 80). As ações de ambos contribuem para aguçar os conflitos. "Apesar de parecer possuírem expectativas alheias e antagônicas são representantes de uma instituição legitimamente compromissada com o Parque" (HONÓRIO et al, 2011, p. 86).

A realização de entrevistas com os membros do Conselho Gestor, com moradores locais e colaboradores do Parque demonstraram a necessidade de elaboração de um projeto de educação sócio-ambiental comprometido com uma mudança de percepção da realidade, isto é, "a substituição de uma percepção distorcida da realidade por uma percepção crítica da mesma" (FREIRE, 2003, p. 60).

É necessária a promoção de uma mudança significativa, o que não se trata de resolver os conflitos entre os membros do Conselho Gestor do Parque, mas uma mudança "na ação e na reflexão em momentos históricos especiais" (FREIRE, 2003, p. 58). O projeto de educação sócio-ambiental elaborado com esse propósito contempla uma ação e reflexão dos envolvidos. Fundamentada-se na realização de oficinas de memória que contribuam para "a discussão da realidade do Conselho Gestor e para a cocriação de novas opções de realidade na gestão do Parque, que contemplem a integração, a individualidade e a homogeneização de interesses" (HONÓRIO et al, 2011, p. 99-100).

Referências bibliográficas:

EMPLASA. **Vila Prudente – Segundo Unidades de Informações Territorializadas (UITs).** Disponível em: <http://www.emplasa.sp.gov.br/portalemplasa/uit/LESTE/VILAPRUDENTE.pdf> A cesso em 30/10/2010.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. 27ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

HONÓRIO, Rosely Marchetti. A história do Parque Ecológico de Vila Prudente contada pelos moradores locais**.** In: MAGALHÃES, Valéria Barbosa; SANTHIAGO, Ricardo (coord.). **1º Simpósio de História Oral e Memória: Memória da Zona Leste de São Paulo: textos completos.** São Paulo: GEPHOM – Grupo de Estudo e Pesquisa em História Oral e Memória, 2010. p. 4-9. Disponível em: < http://each.uspnet.usp.br/gephom/GEPHOMTextosCompletos_2010_ISBN_9788562959042.pdf?ID=BD211C817D90B1E22220886 > Acesso em 17/ 02/ 2011.

HONÓRIO, Rosely Marchetti et al. O voo dos flamingos: uma tentativa de avanço na cocriação de uma nova realidade na gestão do Parque Ecológico de Vila Prudente. 122 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Educação Ambiental). Centro Universitário SENAC, São Paulo, 2011.

LAURENTINO, Fernando de Pádua. Várzeas do Tamanduateí: industrialização e desindustrialização. 156 p. Dissertação (Mestrado em Geografia), Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, SP, 2002.

RONCO FILHO, Mario e MAUERBERG, Gilberto. O Bairro de Vila Prudente. Um gigante paulistano. Sua história, sua gente. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 1989.

Cotidiano e memória de moradores do Pilar-Julião-Taboão como resistência à exclusão de intervenções urbanas

Patrícia Carla Smith Galvão*

Havíamos feito contato telefônico com o Sr. Raimundo (Bené, como é conhecido), vice-presidente da Associação dos moradores de Nossa Senhora do Pilar[131], e no horário combinado, apesar de ser uma tarde onde as nuvens ameaçavam desaguar, a pesquisadora estava "aos pés" daquelas casas feitas de taipa, eternit e lonas plásticas, encravadas em parte da encosta do Centro Histórico, a pelo menos uns três metros acima do nível da rua principal. Chamamos por seu Bené e ele nos atendeu, descendo com ligeireza por uma escada de ferro que faz ligação entre a parte alta, onde se encontram os casebres, e a rua onde estávamos.

De lá do alto, de dentro da sede da associação a senhora Maria[132] – Presidente da Associação - nos gritou: "vão com ele que vocês estarão bem acompanhados". Tive o ímpeto de subir a escada e de me aproximar daquelas moradias: queria ver de perto, e por dentro, mesmo que num relance, como são e quais as possibilidades físicas oferecem à vivência daquelas pessoas. Perguntei então à Maria se podia ir até onde ela estava e diante da afirmativa dirigi-me ao seu encontro.

Tomando a escada, subi pelos vários degraus e lá no alto segui pelo estreito vão entre as casinhas, os vários objetos que se encontravam espalhados pelo chão úmido e os três metros de altura que tornavam iminente uma possível queda. Apesar do receio, naquele breve percurso, com a rapidez do pensamento, não pude deixar de me perguntar como seria fazer daquele caminho uma trajetória habitual, rotineira, admirando mais uma vez a capacidade daquelas pessoas (homens, mulheres, crianças e idosos) em construir suas próprias casas e em habitar, com desenvoltura, a aba daquela encosta. A casinha que abriga a sede da Associação tem uma porta e uma janela pequenas. O teto é baixo e o piso é feito em declive. Mesmo sendo minúscula, ou talvez por ser tão pequena, a quentura que vinha do seu interior, em comparação ao frio que fazia do lado de fora, naquele mês de junho – inverno chuvoso na cidade de Salvador - tornava-a acolhedora.

Olhei com curiosidade para o interior da casa, avistando somente mais um cômodo no qual estavam outra senhora e uma menina e onde havia também uma televisão antiga, mas não fui convidada a entrar. Maria me perguntou, deixando transparecer numa solicitude pronta o hábito de tratar com pessoas, mesmo com aquelas que pouco conhece e que com freqüência chama de parceiros, no que ela poderia ser útil. Comentei que estávamos ali para conhecer mais sobre o projeto de construção das casas, que serão ocupadas pelas 97 famílias do Pilar, atendidas pelo Projeto de Urbanização e Revitalização das encostas do Centro Histórico de Salvador[133].

---

* Patrícia Carla Smith Galvão é mestre em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social pela Universidade Católica do Salvador – UCSAL.

131 A Associação dos Moradores de Santa Luzia do Pilar – ASMOSLP foi criada em 30 de outubro de 1997.

132 Maria (Ilzinalva Moura dos Santos), 45 anos, solteira, mãe de seis filhos, moradora há 30 anos no Pilar, identifica-se e é considerada pela Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - CONDER, órgão responsável por projeto realizado na localidade, enquanto líder comunitária.

133 O projeto de revitalização da encosta, realizado pelo Governo do Estado da Bahia, através da CONDER, é iniciativa cujo foco está na "habitação de interesse social" e seus aspectos habitacionais sendo tratados dentro do Programa Habitacional Viver Melhor II. Em sua fase circunscrita às comunidades do Pilar-Julião-Taboão, contempla um total de 250 famílias.

O plano de requalificação está sendo desenvolvido em duas etapas: a primeira, voltada para moradores do Pilar, já em fase de execução, e a segunda, que deverá contemplar moradores do Julião e do Taboão - famílias abrigadas em cortiços instalados nos antigos prédios já com risco de desabamento, casebres improvisados de madeira ou algumas casas fruto da autoconstrução - ainda sem perspectivas quanto a definição para o início das ações governamentais que devem contemplar aquela segunda metade da terceira poligonal, e tampouco no que diz respeito a um local onde se possa (re)abrigar temporária ou definitivamente a sua população.

Após esta breve conversa me despedi. Retornei então pelo mesmo caminho estreito, descendo as escadas e me juntando novamente a seu Bené e aos demais membros da equipe de pesquisa. Eles já estavam com os passos adiantados rumo à ladeira do Pilar, por onde nunca havíamos subido antes. Começamos então a subir aquela antiga ladeira, ainda pavimentada com pedras cor de chumbo, escorregadias quando molhadas pela chuva. Fui indagando sobre quais eram as atividades que as pessoas daquele local desenvolvem e seu Bené esclareceu que o mais comum é atuarem como guardadores de carros, catadores de papelão ou vendedores ambulantes e, numa síntese, a assertiva, acompanhada por um sorriso: "Nós aqui somos aventureiros!!", expressão que faz recordar a distinção fundamental dos "princípios que se combatem e regulam diversamente as atividades dos homens", encarnados nos tipos do aventureiro e do trabalhador, percebida e registrada por Sérgio Buarque de Holanda em Raízes do Brasil (1995, p. 44):

> *existe uma ética do trabalho, como existe uma ética da aventura. Assim, o indivíduo do tipo trabalhador só atribuirá valor moral positivo às ações que sente ânimo praticar e, inversamente, terá por imorais e detestáveis as qualidades próprias do aventureiro – audácia, imprevidência, irresponsabilidade, instabilidade, vagabundagem – tudo, enfim, quanto se relacione com a concepção espaçosa do mundo, características desse tipo.*

Este autor assinala que antes de haver entre os dois tipos uma oposição, tem-se acerca de ambos "uma incompreensão radial". São termos que pertencem a famílias morais diversas e por isto não podem ser equiparados entre si. Dá-se, portanto uma diferenciação e uma segmentação a partir, também, dos desejos fundamentais que são de algum modo compartilhados entre integrantes dos dois grupos, constituindo-os diversamente. Segundo Holanda, aos trabalhadores conta o desejo de segurança e o de correspondência, enquanto que para os aventureiros valem as novas sensações e o desejo de consideração pública: "ambos participam, em maior ou menor grau, de múltiplas combinações e é claro que, em estado puro, nem o aventureiro, nem o trabalhador possuem existência real fora do mundo das idéias". Conceitos estes que, conforme ainda as palavras daquele autor, colaboram para "situar e melhor ordenar nosso conhecimento dos homens e dos conjuntos sociais." (HOLANDA, 1995, p. 44 e 45).

De outro modo, é preciso fazer presente que, tomando por base a distinção entre tipos ou conjuntos sociais, e as implicações teóricas e práticas destas divergências há, nos tempos atuais e para a nossa sociedade, na conformação da realidade social e em suas representações, uma desproporção na consideração e no tratamento desses dois tipos, com o predomínio e aceitação do primeiro – trabalho/trabalhador - e a conseqüente refutação e exclusão do segundo – aventura/aventureiros.

Subindo a ladeira do Pilar, há casas em todo o lado esquerdo: algumas de taipa, outras de alvenaria e ainda alguns estreitos terrenos vazios, ocupados por capim e pequenos arbustos a chamar e a acolher algumas espécies de pássaros. Há também um bar e uma fábrica de sorvete sobre a qual seu Bené nos deu algumas informações: "a gente pegava sorvete aí pra vender. Mas hoje em dia eles quase não fazem mais e nós ficamos sem isso".

No meio da ladeira, seu Bené faz uma breve parada. A intenção era nos mostrar, do alto, à beira da escarpa, o fundo da Igreja do Pilar e a área do antigo cemitério anexo àquela igreja, onde, segundo ele, várias pessoas, inclusive moradores e donos de pousadas, localizadas na parte alta daquela encosta, haviam jogado restos de construções e/ou de reformas além de bastante lixo, soterrando mais uma vez, agora, sem nenhuma cerimônia, os velhos túmulos. Visto sob esta perspectiva o local mais parecia um amontoado de entulhos, dando àqueles prédios históricos um ar ainda de maior abandono do que quando vistos em suas fachadas, já tão gastas e cheias de fissuras e limo.

Já bem no topo, pouco antes da ladeira se encontrar com a rua do Carmo, há duas pequenas oficinas onde caixas, solados, tiras de couro e potes de cola estavam dispostos em mesas, parapeitos de janelas e pisos, e onde

várias pessoas trabalhavam, recortando, colando, prensando e montando pares de sapatos, a lembrar o antigo ofício dos artesãos. Logo mais ganhamos o Santo Antônio, bem diante da famosa Cruz do Pascoal. Seu Bené fez questão de nos mostrar um bar de fachada azul, denominado Cruz do Pascoal, que segundo ele é o melhor das redondezas. Insistiu para que adentrássemos e fossemos até os fundos daquele estabelecimento enquanto ele ficou do lado de fora conversando com um outro senhor. Na parte de trás daquele bar havia uma grande varanda com alguns clientes sentados tranqüilamente sob sombreiros e uma vista inteira para a Baía de Todos os Santos. O cheiro também era agradável e anunciava o preparo de iguarias saborosas, feitas numa cozinha pequena ao lado daquele terraço.

Ao sairmos do estabelecimento, antes de nos despedirmos e descermos o Plano Inclinado do Pilar, ganhando a rua do Julião, fomos apresentados por seu Bené ao senhor com o qual ele conversava: "Este aqui é gente boa, e me conhece desde pequeno!". Tais demonstrações configuram-se enquanto expressões, palavras e discursos que evocam a familiaridade, a memória partilhada e a história comum que se contrapõem às idéias desclassificantes ou à ausência acentuada de critérios que classificam positivamente. Critérios estes comumente reservados pelos de "fora" aos indivíduos habitantes de comunidades pobres: "zonas nas quais as vítimas [também] da 'desindustrialização regressiva' são entregues ao seu próprio destino, vivendo da economia informal das ruas, cada vez mais dominada por atividades criminosas, e enclaves de *marginais* marcados pela experiência do estigma do grupo e da mácula coletiva." (WACQUANT, 2005, p. 11).

Voltando à visita de campo[134], mais adiante, a rua estava sendo interditada por uma viatura da Secretaria de Trânsito de Salvador - SET, por conta do desabamento de um dos antigos prédios. Alguns homens, aparentemente moradores, trabalhavam retirando os restos das paredes da antiga casa que ficaram caídas ao chão. Embora existissem pessoas que habitavam a parte de trás daquelas ruínas, ninguém se machucou. Uma placa escrita manualmente indicava que ali ficava a sede da Associação dos Borracheiros da Bahia.

Percebendo o nosso interesse, um senhor de nome Cassius[135], dizendo-se representante dos moradores daquela região, veio se apresentar e nos explicou o ocorrido. Segundo suas palavras, aquilo refletia o estado de abandono ao qual todos aqueles moradores estavam submetidos. Vários tinham sido os apelos tecidos às autoridades baianas para que aqueles prédios (antigos e históricos – valiosos!, em suas palavras) fossem reformados e que eles pudessem habitar e viver sem o risco que se fazia uma constante.

O senhor Cassius reside há 32 anos na localidade, numa casa improvisada nos fundos de um prédio em ruínas, que contém somente as paredes laterais e um pequeno vão na entrada principal abrigado por um teto de laje pré-moldada. Ali ficava a antiga residência de seus pais, quando estes viveram numa época mais abastada. Um dos espaços do terreno foi cedido para que um conhecido, morador de rua, construísse um pequeno barraco. Na parte da frente da casa antiga funciona a sede da associação criada por ele, em situação de risco e inclusive com o desabamento recente de uma das paredes do imóvel.

Naquela manhã, ele acomodou os visitantes nas poucas cadeiras disponíveis, peças que eram apenas uma estrutura de ferro, sem assento ou recosto, complementadas por pedaços de madeira e papelão. Ficou de pé em seu corpo magro e ágil, e com gestos amplos e voz aguda passou a narrar. Segundo suas palavras, a degradação e abandono do bairro do Comércio tiveram início entre os anos de 1975 a 1980 quando "os homens da política - que devem olhar todos os contornos e contextos que existem para o melhoramento da cidade, para que ela não morra, que ela não se acabe com o vandalismo, com os drogados, com a prostituição - começaram a ter um sentimento assim, de desprezo ao Comércio...".

---

134 Para o desenvolvimento da pesquisa que subsidiou a dissertação intitulada "Os des-aventurados da encosta: um estudo sobre as necessidades dos moradores do Pilar-Julião-Taboão, frente ao Projeto de Urbanização e Revitalização das Encostas do Centro Histórico de Salvador", defendida em outubro de 2008 junto ao Programa de Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social da UCSAL, foram realizadas inúmeras visitas de campo e entrevistas com moradores, entre fevereiro de 2006 a agosto de 2007.

135 Nome fictício.

No discurso do homem, várias foram as denúncias sobre os graves problemas enfrentados pela comunidade: drogas, violência, prostituição, dentre outras. Tempos também são comparados nas diferenças e agravantes dos dias atuais: "Eu moro aqui há 32 anos e já vi várias mortes, já vi jovem que eu conheci de pequeno, morrer porque roubou um celular, roubou corrente, os velhinhos, e outras coisas", e prossegue com notícias de que ali já foram vividas circunstâncias diversas: "Um tempo antes de acontecer a degradação era um tempo que corria dinheiro, e tinha os homens mais ricos, ficavam aqui. No tempo do meu pai[136] a coisa era farturenta [sic]... era *uns farto* de carne, *uns farto* de bacalhau, de leite em pó!", como uma referência à *degradação* do lugar diante da ausência de recursos financeiros e materiais, de gente endinheirada e de posses; também, e de modo especial, diante da escassez do alimento, quando a situação atual é outra: de ausências, minguada, quase morta.

Comum é ver os habitantes dali a buscar alimento em lixões. Também a recolher e transportar junto com qualquer material que possa ser reaproveitado (móveis velhos, equipamentos quebrados, pedaços de madeira, papelão)[137], os resíduos deixados nas ruas, ao final do dia, por restaurantes que se desfazem dos alimentos produzidos e sobrantes. Assim é que críticas, projetos, planos em prol de um coletivo, pensando a área do Comércio ou a faixa mais restrita rente à encosta, compõem fortemente a alocução de Cassius. Fala quase sempre na 1ª pessoa do plural e quando esclarece o sujeito oculto das orações informa, demonstrando o desejo de promover uma integração, de incluir e estar incluso:

> *Nós? Nós somos você, sou eu, é o governo, os empresários, todos em um grupo só, em favor de melhoramentos de bairros, de setores que estão demais! Porque aqui mesmo [indica o casarão ao lado] mora 13 famílias em total miséria. Enquanto não acabarmos isso ai, sempre vai ter uma boca de crack, porque ninguém melhorou nada, [...].*
>
> *Agora, nós não queremos em longo prazo mais, não temos mais tempo, por isso que chegamos a colocar outra idéia, porque quem tava já estava há muitos anos e não teve a idéia, não captou nossa idéia. O que queremos: tirar as 13 famílias de imediato desse prédio velho que tá caindo, desapropriar os 57, 55 (casas de número 57, 55)...*
>
> ***O sr. conhece o projeto do Governo para a região?***
>
> *[...]. A associação ela é assim, chegou assim dizendo que é pra fazer as casas, um prédio, pra todos os moradores, tudo grupo*[138]*. Por que grupo? Porque depois que tudo, o governador vai fazer, que agora já fez, derrubou ali pra fazer... E o pessoal ai, a própria cidadã do Pilar, falou que não era pra todo o Comércio, que era para o Pilar. Então por que nós usamos o nosso povo do Comércio? ...*
>
> *[...]. Por isso que poderíamos fundar uma coisa assim para pessoas carentes, do Comércio, Associação dos Moradores do Comércio, não do Taboão, nem do Julião, mas do Comércio, sem dividir.*
>
> ***Como o senhor soube desse projeto do Governo?***

---

136 Segundo informado por Cassius, seu pai trabalhava na Empresa Vale do Rio Doce, como marinheiro mercante, e posteriormente veio a 'desertar'[*sic*].

137 Há alguns moradores que são catadores e sobrevivem da comercialização de lixo reciclável. Todavia, é possível verificar que ali se cata não apenas o que será vendido, mas também o que será destinado a um uso próprio, o que, com criatividade, se transforma em utensílio, brinquedo, parede, telhado...

138 Gíria que significa que o que se propõe é mentira.

Eu soube desse ai, a partir da própria associação que disse que a gente tava de fora!

Quer dizer que o pessoal chegou aqui falando que tinha um projeto habitacional para todo mundo e depois nada?

Todo mundo, daqui e tudo, enfim, depois de ganho, pensaram que tava ganho, ganhar é quando se chega ao final do jogo, como aconteceu... Eles disseram que não era mais nosso, fomos abandonados, foi uma evasiva, sabe? Total! "Não, não são vocês. Só vai ser cadastrado o pessoal do Pilar", e realmente é pequena [a área], não dá!

Mas o senhor sabe que a Conder prevê no projeto uma outra etapa para o Julião?

Eles falaram nessa hipótese, porém, uma hipótese que foi de mau trato, e até chato demais. Você chegar e dizer que vou contemplar essa etapa aqui, depois que vocês miseravelmente morrerem, ou acontecer... Porque lá não tem risco de vida...

A visita termina quando somos levados, pelo Sr. Cassius, a visitar um dos casarões, localizados na rua do Julião, bem próximo a residência do nosso interlocutor. Entramos num prédio que era metade feito de paredes em ruínas e a outra de lixo espalhado a compor os vãos, e onde também jovens meninas dispunham e esfregavam suas roupas no assoalho do pequeno cubículo que dava acesso à edificação. Ali ficava a única torneira que servia de água as várias famílias habitantes do antigo prédio.

Atravessamos com dificuldade o *hall* e subimos por uma escada úmida, decorada com restos de ladrilhos enfeitados com bordados sinuosos e antigos. No meio da escadaria fomos convidados por uma menininha de aproximadamente oito anos a conhecer a sua casa. No alto do primeiro andar, apontando para um vão embaixo da escada que dava acesso ao segundo pavimento, onde sua mãe e seu pai dormiam ao lado de sacos, apetrechos, restos de pano e comida, disse-nos sorrindo, que era ali que morava, ...espontaneamente, como quase todas as coisas de criança. Juntamente com esta família, mais seis ou sete alojadas no casarão antigo. A parecer estarem perdidos no tempo, crianças doentes, gestantes que à luz do dia estão embriagadas, pessoas velhas e outras tantas, abandonadas, presas no espaço em desintegração.

Contra a repetição do vazio e da escassez, vivenciada atualmente naquele lugar, evoca-se mais que a sua importância histórica, como antigo centro mercantil e de negócios da capital baiana, mas a memória da sua gente, as falas e as imagens daquelas vidas em risco, como um apelo à mudança. Compreende-se as atitudes do seu Bené e do Sr. Cassius enquanto réplicas antecipadas à diferenciação e distinção de alguns no sentido cruel do termo, quando o outro é a parte a ser desconhecida e minimizada, e quando também, ao se considerar os aspectos políticos e econômicos, os grupos postos à margem, "sujeitos à exclusão social sofrem uma mutação na forma como a sociedade os representa. Deslocam-se de uma representação de diferença, de diversidade, para uma de dessemelhança", como nos explica Nascimento (2000, p. 68), ou como nos completa o sentido desta rejeição o sociólogo Zygmunt Bauman (1998; 2005, p. 20), a nos dizer dos "consumidores falhos", ou dos "redundantes", fora do mundo do trabalho e do consumo, excessivos e desligados, condenados às ruínas que produzimos todos os dias com ações e ideologias excludentes.

Na perspectiva individual, e na esfera do cotidiano, tais problemas demonstram-se de modo prático. São práticas e discursos reveladores da falta de identificação entre os homens/indivíduos que compõem classes sociais e econômicas díspares, como no caso dos aventureiros e trabalhadores, e que ocupam assim "lugares representacionais" diferenciados na sociedade. Foram exemplos que contam do estigma, da desagregação e da dessemelhança que puderam ser notados, que demonstram a complexidade que há nas *desventuras* (no abandono e no sofrimento), em seus graus variados e sutis, ao tempo em que nos revelam, em suas práticas cotidianas e em suas memórias, talvez, um objetivo único, escondido no desejo que se faz translúcido: a busca pelo reconhecimento ou, simplesmente, que o bem, algum dia, lhe seja feito.

Em paralelo, outra observação diz respeito à evidência de que há naquele local, considerando o seu domínio interno, rivalidades entre grupos distintos que passam a estar desagregados, embora se encontrem numa condição de interdependência - formem uma comunidade - e vivenciem circunstâncias, grosso modo, homogêneas, caracterizadas pela precariedade habitacional e por um conjunto de fragilidades que atravessam os âmbitos econômicos, sociais e políticos.

A espécie de cisão aqui apontada, que se verifica entre os membros da comunidade, passa a estar acentuada pela interferência do ente governamental. Num entendimento às avessas, mas absolutamente pertinente, o Estado, enquanto um elemento externo, de fora, e também estranho, em suas tentativas de equacionar, ordenar e controlar o social, corrobora com o estigma dos moradores ordinários. Sobre esta espécie de *agravo contraditório*, Paugam, utilizando-se de análises de outro importante sociólogo (SIMMEL, 1971, p.77, apud. PAUGAM, 2003:54), faz referência:

> *É a partir do momento em que passam a ser assistidos, talvez mesmo quando sua situação poderia normalmente lhes dar direito à assistência, mesmo antes desta ser concedida, que esles se tornam parte de um grupo caracterizado pela pobreza. Esse grupo não permanece unificado pela interação entre seus membros, mas pela atitude coletiva que a sociedade em sua totalidade adota em relação a ele.*

Quando vivenciam uma inclusão precária e marginal, são postos uns contra os outros ou incompreendidos em suas necessidades de reconhecimento, os habitantes comuns, *cidadãos invisíveis*, tornam-se reféns da estigmatização por viverem a pobreza, algo insuportável de ser visto diante da sua condição ameaçadora.

Pensar as oposições e resistências ali existentes, os feitios variados de busca pelo reconhecimento social - individual ou coletivo - ou as diversas formas de *aderências* também possíveis de serem verificadas naquelas configurações sociais, ou seja, conhecer a realidade vivenciada localmente é imprescindível ao planejamento e execução de ações que se articulem para um 'projeto de desenvolvimento' e que contemplem a transformação da sociedade a partir de aproximações e conquistas relacionadas à autonomia individual e coletiva (STIGLITZ, 1998, p. 4 e 7).

Há uma relação direta entre saber e autonomia, assim que, sem perder de vista as referências teórico-conceitual e metodológica mais gerais, "a experiência prática quotidiana e o 'saber local' dos cidadãos deverão ter livre expressão a ser incorporados à análise e ao desenho da intervenção planejadora", e quando, "idealmente, o raciocínio prático do senso comum, que tem livre curso nas situações ordinárias de ação, deveria interagir, dialogicamente, com o tipo de conhecimento teoricamente lastreado dos pesquisadores e planejadores profissionais" (SOUZA, 2004, p. 69)[139].

Tratado desta maneira, o conceito de autonomia permite a conciliação entre o respeito à alteridade e a exigência de igualdade, equacionando categorias variantes deste segundo termo (autonomia individual (+) autonomia coletiva) e que respondem também à possibilidade de reunir e/ou relacionar as metas/desejos/necessidades individuais com as metas/desejos/necessidades coletivas (CASTORIADIS, 1982; SOUZA, 2004). Estes e outros elementos são mediados na construção de diálogos e negociações, nos quais os discursos/falas dos outros revelam "fantasmas" e mobilizam o sujeito a criar seus próprios discursos, numa interação recíproca e constante (CASTORIADIS, 1982, p. 126):

> *Essas características não consistem em uma "tomada de consciência efetuada para sempre, mas sim numa outra relação entre consciente e inconsciente, entre lucidez e função imaginária, em uma outra atitude do sujeito relativamente a si mesmo, em uma modificação profunda da mistura atividade-passividade, do signo sob o qual esta se efetua, do respectivo lugar dos dois elementos que a compõem. [...]. A autonomia não é pois elucidação sem resíduo e eliminação total do discurso do Outro não reconhecido como tal. Ela é instauração de uma outra relação entre o discurso do Outro e o discurso do sujeito.*

---

139 Para Souza, através da luta pela democratização do saber, garante-se aos cidadãos (sujeitos livres) a possibilidade de definirem os "conteúdos essenciais do planejamento e gestão de seus espaços e de suas vidas" (SOUZA, 2004, p. 14) e de deliberarem sobre os meios e os fins de iniciativas dessa natureza. Com isso tem-se a oportunidade de surgimento de uma esfera pública dotada de vitalidade e animada por cidadãos conscientes, responsáveis e participantes" (SOUZA, 2004, p. 175).

Estes requisitos permitem aceitar o outro e alimentam o desejo de proximidade e de encontro, tal como nos convoca Carroll (2008, p.24 e 25), com suas palavras mágicas e o diálogo entre a menina Alice e o seu gatinho: exemplo da ficção que nos conduz através da realidade[140], no movimento de reconhecer o sentido do outro, o mundo distinto que é tão *real* e válido quanto o seu próprio, a despertar interesse.

> *A gente pode dar uma espiadinha na passagem que dá para o resto da Casa do Espelho, desde que deixe a porta de nossa sala de visitas bem aberta. É muito parecida com o nosso corredor, até onde se vê, só que a gente sabe que pode ser completamente diferente mais adiante. Ah, gatinho, como seria lindo se a gente pudesse atravessar o espelho e entrar na Casa do Espelho! [...]. Vamos fazer de conta que existe uma maneira de atravessar o vidro do espelho, que há uma forma de a gente passar por ele, gatinho! Vamos fazer de conta que o vidro ficou macio como se fosse o filó de um mosquiteiro e que a gente pode ir empurrando e atravessar! Ora, mas não é que o vidro está se transformando numa névoa, ora essa! Assim, vai ser fácil passar para o outro lado....*

A sólida superfície se desmancha em névoa que se desfaz e logo é possível transitar em campos que não sejam os seus, talvez ou não completamente diferentes e desconhecidos, e deles voltar em integridade, sem dissoluções (GALVÃO; DIAS, 2008). São certezas, pois, fundamentais ao desenvolvimento individual e coletivo, a confiança, a liberdade, o desejo, a decisão e a escolha, mas sobretudo, a alteridade e o respeito ao outro, em sua trajetória particular vivida, expressa em ações, registrada em memórias e lembranças, e contada em discursos e narrativas.

Referências bibliográficas:

BAUMAN, Zigmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

BAUMAN, Zygmunt. **Vidas desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005

CARROLL, Lewis. **Alice no País do Espelho**. Porto Alegre: L&PM, 2008

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. 3ª. edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

ESPINHEIRA, Gey. **Metodologia e prática do trabalho em comunidade**. Ficção do real: observar, deduzir e explicar – esboço da metodologia da pesquisa. Salvador: EDUFBA, 2008.

ESPINHEIRA, Gey . **Ficção do real**: observar, deduzir e explicar – esboço da metodologia da pesquisa. Salvador: EDUFBA, 2008 /no prelo/; e ESPINHEIRA, Gey, **Ficção do real**: ordem, forma e fluxo na (e da) vida cotidiana. /originais/.

GALVÃO, Patrícia; DIAS, Nádia. A representação dos medos: a plasticidade das emoções. ESPINHEIRA, Gey (Org.). **Sociedade do Medo.** Teoria e método da análise sociológica em bairros populares de Salvador: juventude, pobreza e violência. Salvador: EDUFBA, 2008.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. Dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários. In: BURSZTYN, Marcel (org.). **No meio da rua – nômandes, excluídos e viradores**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000, p. 56-87.

PAUGAM, Serge. **A Desqualificação Social**: ensaio sobre a nova pobreza. São Paulo: Educ/Cortez, 2003.

00, pp. 53-73.

SOUZA, Marcelo L. **Mudar a Cidade:** uma introdução crítica ao Planejamento e Gestão Urbanos. 3ª. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004

140 "O real, como ficção, é devolvido à realidade como meio heurístico do desenvolvimento da prática científica, da pesquisa sociológica": possibilidade de compreensão e reencantamento do mundo apontada pelo Sociólogo Gey Espinheira em seus últimos escritos.

STIGLITZ, Joseph E. **Em busca de um novo paradigma para o desenvolvimento**: estratégias, políticas e processos. (Palestra proferida no UNCTAD, Genebra 1998). Disponível em http://www.nead.org.br/index.php?acao=biblioteca&publicacaoID=63

WACQUANT, Loïc. J. D. **Os condenados da cidade**: estudos sobre marginalidade avançada. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Revan; Fase, 2005.

Cultura, identidade e memória: o festejo de Nossa Senhora do Rosário em Silvianópolis-Minas Gerais

Andrea Silva Domingues

Introdução

Considerado uma das manifestações culturais mais presentes no imaginário dos homens negros, primeiro dos escravos e posteriormente dos homens livres, a dança de congo, a chamada congada, tem um papel fundamental nos festejos do Sul de Minas Gerais, em especial aqueles que homenageiam santos como Nossa Senhora do Rosário, São Benedito e outros que representem a cultura africana, podendo ser entendida como um processo de afirmação dos homens negros, que através desta prática reafirmam experiências e formas de resistências.

Embora a festa na cidade de Silvianópolis, seja oficialmente de Nossa Senhora do Rosário, ela é também de São Benedito, que é santo de devoção dos homens negros desde os tempos de escravidão. São Benedito e Nossa Senhora do Rosário estão unidos no imaginário religioso de participantes e realizadores deste festejo. A congada, elemento imprescindível daquela comemoração reforça a idéia dessa unidade.

Para realização desta pesquisa utilizei como fonte depoimentos dos diferentes segmentos que vivenciam o festejo de Nossa Senhora do Rosário, bem como, cartazes de propaganda e atas da Associação de Caridade de Nossa Senhora do Rosário e o livro tombo da paróquia da cidade. Busco assim compreender os diferentes significados que a festa tem para cada um, incluindo suas relações com a cidade e o trabalho, seus valores e relações sociais, principalmente a festa como uma prática de resistência à tradição que se insere no campo da cultura popular.

O campo da cultura não é homogêneo (Williams, 1979), e sim atravessado por contradições e pelos conflitos de classe na disputa pela hegemonia. A tradição é dinâmica, está sempre em transformação, porque tendemos a resignificá-la sempre a partir de nossa inserção no presente. Aliás, falar de história é falar de transformações.

A festa de Nossa Senhora do Rosário em Silvianópolis

Ê conga,

É dever aueeee congado...

Vá embora com Deus,

vá embora com Deus congado aueee,

vai embora com Deus"(Palavras cantadas por Cercelino em entrevista, 2003)

Profª. Dra. do Curso de História e do Mestrado em Ciências da Linguagem da Universidade do Vale do Sapucaí andrea.domingues@gmail.com

Hoje, o festejo de Nossa Senhora do Rosário em Silvianópolis, conta com a participação de diferentes personagens, entre estes os festeiros que são chamados de reis e rainhas, por terem a guarda da coroa de Nossa Senhora do Rosário em suas residências, bem como a responsabilidade de organizar a festa, através da coleta de doações, distribuição de alimentos e toda estrutura necessária para abrigar e receber os congadeiros vindos de outras cidades. Outros são os guarda-coroas, homens ou mulheres que durante o cortejo, protegem simbolicamente com suas espadas os festeiros, na sua caminhada até a chamada "Casa Santa", onde fica a imagem de Nossa Senhora do Rosário e são realizadas as orações pela santa protetora.

A juíza, outro personagem da festa, é sempre representada por uma mulher quase sempre negra, investida de autoridade que busca pessoalmente os festeiros em suas residências, para acompanhá-los durante o percurso, sempre vestida de branco e com coroa na cabeça. Por fim, os congadeiros que formam o chamado terno de congo, são tradicionalmente mulheres e homens negros, que praticam e experimentam a dança de congo e o festejo desde a infância. Recentemente pessoas brancas têm sido incorporadas às congadas.

Existem vários estudos sobre festas populares (religiosas ou não), que em sua maioria foram desenvolvidos por folcloristas, nos quais a cultura popular é associada a um passado distante, cujas expressões e práticas atuais são vistas como sobrevivências fossilizadas.

Os referidos estudos são registros minuciosos, porém descritivos, sem a preocupação de abordar as diferentes formas, por meio das quais os sujeitos sociais, hoje, experimentam a festa.

O que nos diferencia de muitos folcloristas é principalmente o fato de considerarmos os homens e mulheres envolvidos na festa sujeitos ativos, capazes de preservá-la e/ou de modificá-la conforme sua inserção no presente, isto é, seus interesses, crenças, valores. Trata-se portanto, de considerá-los produtores de cultura.

Nestor García Canclini (1998, p.209) observa que os folcloristas se atêm ao popular "como resíduo elogiado, depósito de criatividade, prendendo-se a uma prática descritiva, pela qual o "povo" é resgatado, mas não conhecido, tornando-se cego às mudanças".

> No decorrer das entrevistas, observamos a necessidade de fazer da conversa um diálogo. Optei por perguntas abertas que tornassem aquele momento um bate-papo descontraído, uma ocasião em que os depoentes poderiam se soltar, buscando em suas memórias, lembranças de momentos importantes, de forma saudosa ou não, triste ou alegre, expressada através dos gestos, expressões e palavras que mostrassem o significado de participar da festa.

Optei por realizar a transcrição dos depoimentos orais, mantendo a originalidade da fala, sem alterar o que foi dito. Faço isso por respeito à sua cultura, formas de expressão e linguagem por não considerar a forma culta a única maneira de se expressar.

Buscando uma melhor apreensão do momento da entrevista e de dimensões que escapam à transcrição das falas, foram registradas no caderno de campo (instrumento utilizado nas pesquisas de campo para anotar dados observados pela pesquisadora) a minha percepção das emoções, das expressões corporais, construídas nas entrelinhas das pronúncias e do silêncio de cada narrador.

Desta maneira, a fonte oral e a observação dos gestos e das expressões corporais tornaram-se fundamentais para a reconstrução da história individual e social do festejo. Em geral as entrevistas foram realizadas nas moradias dos narradores, possibilitando-nos, portanto, o conhecimento, principalmente, da cultura material utilizada na festa, como estandartes, roupas, espadas, viola e imagens sagradas.

Compreendendo as recordações dos depoentes como olhares múltiplos, expressões de diferentes tempos vividos, experimentados individual e socialmente; foi possível perceber nas narrativas orais o ir e vir da memória, possibilitando a reflexão sobre a diversidade das experiências vividas por cada um, seus pontos de semelhança e suas diferenças, e também pontos de convergências e tensões.

As memórias são, portanto, experiências historicamente construídas e constantemente modificadas que fazem do passado uma dimensão importante na constituição do presente. Pensarmos a relação entre a memória, experiência e diversidade cultural é fundamental para discutirmos as múltiplas práticas culturais que envolvem a festa de Nossa Senhora do Rosário, na cidade de Silvianópolis em Minas Gerais.

A narrativa constitui um instrumento de formulação e de construção de memória social, de produção de consciências e de formulação de referências identitárias. Tecendo uma trama que articula passado e presente, os depoentes vão analisando, (re)criando, e atribuindo diferentes sentidos à realidade vivida, nesse exercício de observar e ser ouvinte.

"A história oral tende a representar a realidade não tanto como um tabuleiro em que todos os quadrados são iguais, mas como um mosaico ou colcha de retalhos, em que os pedaços são diferentes, porém formam um todo coerente depois de reunidos"(Portelli, 1997, p.27) . Para isso, busco refletir sobre esse "mosaico" formado por diferentes fragmentos de lembranças e realidades, vivas e inacabadas. Entendo que tradição e memória se interagem, construindo silêncios e lembranças que sempre se transformam, criando identidades, e que, a partir delas, homens e mulheres se constroem. Desta maneira compreendo que o festejo é parte fundamental para a história da cidade de Silvianópolis, assim procuro apreender o significado da realização dessa festa ao longo do tempo, sem escamotear suas diferenças e conflitos. Entendo ainda que as experiências vivenciadas por nossos narradores não são folclore, e sim Cultura.

> Caminhamos no sentido de não valorizar somente o passado, e sim, admitir que homens e mulheres passem por mudanças, e que sua cultura se constrói de acordo com suas necessidades, expressando os desejos dos sujeitos que participam da festa de Nossa Senhora do Rosário.
>
> É nessa preocupação com o futuro, com o novo, que trabalho com memórias, sem estagnar a festa, as experiências do passado, mas discutindo as relações que a compõem.
>
> Por essa razão, busco as diferentes práticas culturais em que estão inseridas, as relações que compõem as forças que envolvem a festa, pensando nas coordenadas de tempo e espaço, pois "espaço e tempo são categorias fundamentais da experiência e da percepção humanas, mas longe de serem imutáveis, elas estão sempre sujeitas às mudanças históricas" Portelli,1997, p.23).

Discuto o modo como as percepções, sentimentos, crenças, hábitos, valores se transformam e como tais transformações incidem nas práticas culturais que estão relacionados à festa. Nesse sentido, Canclini (1998, pp.283-250) propõe o conceito de Hibridismo Cultural para "expressar os processos socioculturais nos quais as estruturas ou práticas discretas, que existiam de forma separada, se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas".

Assim, pensar a festa de Nossa Senhora do Rosário na cidade de Silvianópolis, em Minas Gerais, é também pensá-la como "uma ruptura da vida diária, um intervalo na ordem estabelecida, vista por vários estudiosos como momento de renovação das forças desgastadas pela rotina de trabalho e respeito às regras" (Souza, 2002, p.59), e que a organização desta é contínua e pensada como realidade que faz parte das representações que estão ligadas ao cotidiano.

Algumas reflexões:

Inserida numa tendência historiográfica que busca compreender e analisar as práticas culturais como modos de vida e de luta, busquei realizar a pesquisa do festejo de Nossa Senhora do Rosário na cidade de Silvianópolis, pensando a festa como a tradição que se constitui na experiência social instituindo um campo de memória atravessado pelos conflitos de classe.

Compreendo que através das memórias é possível chegar a outras histórias, principalmente aquelas que estão no campo de resistência e é necessário buscar entender a cultura como "expressão de todas as dimensões da vida, incluindo valores, sentimentos, emoções, hábitos e costumes, associada a diferentes tipos de realidade" (Fenelon, 2004, p.09).

É através de um olhar político (Sarlo,1997, pp.55-63) sobre o presente, e do presente, sobre o passado que busco observar as práticas culturais vivenciadas dentro da festa de Nossa Senhora do Rosário. Isto implica colocar-se diante do presente com autonomia e crítica, com compromisso social e político; e fazer da história uma

autobiografia, uma avaliação constante do próprio percurso e o reconhecimento da responsabilidade histórica de cada um (Fenelon, 2004, pp.5-13).

Para este trabalho é importante uma reflexão sobre a cultura popular. Stuart Hall (2003, pp.247-264) nos diz que cultura popular só pode ser entendida através de sua relação com a cultura de elite. A cultura popular se situa e se constitui no campo de resistência, e em oposição à cultura hegemônica. É um processo que está em permanente construção e sendo viva e dinâmica, não pode ser a cultura popular enquadrada em uma tipologia.

Importante ressaltar que não há uma "cultura popular" fora do campo de forças e relações de poder e de dominação cultural, pois: "Afirmar que essas formas impostas não nos influenciam equivale a dizer que a cultura do povo pode existir como um enclave isolado, fora do circuito de distribuição do poder cultural e das relações de força cultural" (Hall, 2003, p.255).

Mesmo desigual, a luta entre classes é contínua, os dominantes tentam constantemente desorganizar a cultura popular. Nada é pacífico na luta cultural, o campo de batalha é contínuo, havendo resistência, aceitação ou recusa permeada por estratégias de vitórias ou perdas. É nesse campo permanente de tensão que tento entender a festa de Nossa Senhora do Rosário.

Assim desde o começo busquei refletir sobre o modo como funcionam as relações sociais e históricas existentes nesse festejo, com o objetivo de tornar visível a participação de trabalhadores de diferentes gerações. Para a reflexão sobre as experiências cotidianas, foi preciso perceber as maneiras pelas quais eles se constroem como sujeitos de suas vidas e pelas experiências vivenciadas no festejo e na cidade.

No Brasil a devoção a Santos que representem a cultura africana há séculos é cultivada pelos escravos e libertos, ainda o é pelas Irmandades e por parcelas significativas de afro descendentes. Em sua origem, as Irmandades tinham caráter ambivalente, se por um lado se constituíam como espaço de controle, por outro possibilitavam formas de afirmação social e cultural dos negros.

Ao dialogarmos com os participantes negros (velhos e jovens) da festa de Nossa Senhora do Rosário da cidade de Silvianópolis, ao falarem do significado da mesma, associaram-na à devoção aos seus santos de proteção: Nossa Senhora do Rosário e São Benedito.

Em suas narrativas os dois santos aparecem indissoluvelmente ligados:

> *"Eu sou da congada por fé e agradecimento a Nossa Senhora e São Benedito. Posso tá doente de cama, mas quando chega o dia eu levanto e vou com a congada, é parte de minha vida e muita fé. A gente não pode dançar feio, a roupa tem que tá limpinha e brilhosa. A gente fica bonito pra São Benedito e Nossa Senhora" (Cercelino, 2003).*

Nos cantos entoados pelos congadeiros o santo mais invocado é São Benedito. Nossa Senhora do Rosário aparece nas orações tradicionais do ritual católico e em alguns cantos dos congadeiros.

> *"São Benedito glorioso, bom amigo de Jesus. Desde a Infância espalhaste mil virtudes clara luz. Ensinai-nos São Benedito, ser humilde como vós, para Deus è honra e glória e o universo é para nós. São Benedito, Santo de Deus amado, seja no céu nosso advogado."*

> *"Quando aqui chegamos o povo reuniu prá ver a turma nossa na beira do rio, a nossa mensagem para o céu subiu foi São Benedito que garantiu".*
>
> *"Foi, foi, foi São Benedito, quando afinal chegou seu dia foi levar sua coroa pro rosário de Maria.Meu sinhô São Benedito, a sua casa cheira, cheira cravo, cheira rosa, cheira flor de laranjeira" (Letras de música cantadas pelos congadeiros no cortejo).*

Os ternos de congo que participam do festejo de congo no em Silvianópolis, Sul de Minas Gerais em sua maioria são compostos por homens e mulheres negros de diferentes idades, oriundos da população mais pobre que residem nos morros ou espaços mais distantes da cidade.

O cotidiano dos homens e mulheres, envolvidos nas festividades, é moldado por representações e práticas culturais diversas, nas quais a dança da congada, considerada por muitos a atividade mais importante do festejo se expressa através do som de tambores, violas e batidas de pé.

Os ternos de congo são responsáveis por grande parte da alegria das festas religiosas sul mineiras. Além de atrair o público com suas roupas coloridas, seus estandartes, sua música e sua dança, eles são guardiões de uma tradição que vem de tempos da colônia: a devoção a São Benedito por exemplo.

O ritual da congada ao longo dos anos vem passando por resignificações em sua forma de apresentação ao público, outros instrumentos, sons e danças são incorporados para atender a uma nova demanda dos seus participantes e observadores, pois as gerações sucessivas, mesmo se colocando em posição de aprendizes umas das outras, exercem com criatividade as atividades e recriam as suas tradições. Isto ocorre porque os homens passam por processos de transformações em suas vidas, crenças, expectativas, desejos, tanto quanto a sociedade na qual estão inseridos. (THOMPSON, 1998, pp.13–23).

> *"Tem muita mudança na congada. A gente nem sabe explicar, a gente tem que acostumar. Ninguém percebe, quando vê de um ano pro outro, mudou. Mas a gente tem que acostumar com a época, com o tempo que vem, que vive. Por que senão não tem quem vai dar continuidade as congadas, os jovens assim vem pro congo, nossos netos. As coisa vai modernizando, tem novidade e o pessoal gosta disso, não tinha tanta barulhada no passado mas à gente mantém nossa devoção. Tudo muda, mas a gente não esquece o que aprendeu, ensinamos diferente" (Cercelino, 2004).*

As novas gerações de congadeiros circulam constantemente entre universos diferentes dentro do espaço da cidade e do campo, tendo contato com tempos, linguagens, meios de comunicação, onde há múltiplas formas de sentir, ouvir e relacionar-se com o outro. Novas formas de aprender e saber são vivenciadas com novas experiências de vidas que se atualizam na dinâmica cotidiana.

As transmissões culturais e lembranças do passado se misturam às novas vivências e atitudes de outras gerações, que ao realizarem o ir e vir da memória e ao narrarem suas memórias, as experiências parecem, às vezes, modificadas, mas não esquecidas, como já nos disse Cercelino "Tudo muda, mas a gente não esquece o que aprendeu, ensinamos diferente."

Compreender a diferença do tempo e da experiência vivida em cada geração é fundamental para que possamos apreender o processo de preservação / transformação da festa a partir das relações ativas e contraditórias entre elas. Os ternos de congo se mantiveram ativos nos festejos, pois sendo um processo de aprendizado que passa de geração a geração, na qual vão-se adequando ao "seu tempo" e às novas experiência de vida e resistindo a outras mudanças e apelos, que seu Cercelino chama modernização.

Desenvolvo uma análise da festa, não considerando-a uma válvula de escape das tensões cotidianas dos trabalhadores negros, mas apontando para a complexidade dessa forma de expressão, de grande riqueza para o descortino das atitudes, valores e comportamentos dos diversos grupos sociais.

Nas festas de congado do Sul de Minas Gerais, a batida do congo é o laço que mantém os grupos unidos, é a exteriorização do sagrado. Festejar, dançando e cantando ao som dos tambores, é entrar em contato com a divindade, é sair do tempo histórico e cotidiano para entrar no tempo mítico, e no tempo santificado (Eliade, 1965,p.64). Unidos por tradições, por fé, organizam suas práticas culturais ano a ano, fazendo das festas do Congado um dos maiores momento de lazer e fé da comunidade.

Referências bibliográficas:

AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

BOLÊME, Genevieve. *O povo por escrito.* São Paulo: Martins Fontes, 1988.

CANCLINI, Nestor Garcia. *Culturas Híbridas. Estratégias para entrar e sair da modernidade.* São Paulo: EDUSP, 1998.

CERTEAU, Michel. A invenção do cotidiano. Rio de janeiro, Petrópolis, 1994.

CHAUÍ, Marilena. Política Cultural, Cultura e Patrimônio Histórico. In*: O Direito a Memória: patrimônio Histórico e Cidadania.* São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, DPH, 1982.

ELÌADE, Mircea. *O sagrado e o profano.* A essência das religiões. São Paulo: Martins Fontes,1992.

FENELON, Déa Ribeiro . CRUZ, Heloisa Faria, PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. *Muitas Memórias Outras Histórias.*São Paulo: Olho d' Água, 2004.

GIRARD, René*. A violência e o sagrado.* São Paulo, UNESP/Paz e Terra, 1990.

HALL, Stuart. *Da Diáspora Identidades e Mediações Culturais.* Belo Horizonte:UFMG, 2003.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente? In: *Revista Projeto História* . PUC, São Paulo, n. 14, 1997.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral. In: *Revista Projeto História.* São Paulo: EDUC, n. 15, 1997.

REIS, João José. *A morte é uma Festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX.* São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

SARLO, Beatriz. *Cenas da vida pós-moderna. Intelectuais, arte e vídeo: Cultura na Argentina*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

SARLO, Beatriz. *Paisagens Imaginárias*. São Paulo: Edusp, 1997.

SOUZA, Marina de Mello e. *Reis Negros no Brasil escravistas.* História da Festa de coroação de rei congo. Belo Horizonte: Humanitas, 2002.

THOMPSON, E.P. *Costumes em comum.* São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura.* Rio de Janeiro: Zahar, 1979

ZUNTHOR, Paul. *Introdução à poesia oral.* São Paulo: Hucitec, 1997.

Cultura oral e narrativa histórica no filme: "O dragão da maldade contra o santo guerreiro" (1969) de Glauber Rocha

Rodrigo Poreli Moura Bueno[141]

Pode-se dizer que no Brasil de fins da década de 1960, com o agravamento do regime militar, a censura e a crise dos movimentos sociais e políticos, o cineasta Glauber Rocha empreendeu novos desafios para a relação entre arte e política, percebendo a necessidade de renová-las em suas obras cinematográficas. Dessa maneira, a ambição intervencionista do Cinema Novo, no período citado acima, foi maculada pelo próprio processo histórico que buscava atingir.

Este cineasta filma "O Dragão da Maldade contra o Santo Guerreiro", ciente da necessidade de aproximação com o grande público. Por isso, apóia-se em alguns gêneros cinematográficos de apelo popular, como o *western*, por exemplo, e reutiliza alguns dos temas e personagens de seu filme "Deus e o Diabo na Terra do Sol" realizado em 1964. Podemos ver aqui a questão do messianismo, do cangaço e a presença enigmática do matador de cangaceiros Antônio das Mortes. Destaque para este personagem que é recolocado diante das forças sociais e políticas com as quais esse matador se relacionava no filme anterior (ROCHA, 2004, p. 176-177).

No filme de 1969, o cordel também acompanha a narração do espetáculo teatral e se faz presente não somente na voz do narrador/cantador da história, como ainda figura na fala dos personagens. Antônio e Coirana fazem, por exemplo, um duelo de repentes antes da briga com facas. O cangaceiro conta e canta sua história de vida em forma de versos. Um elemento da cultura popular nordestina que antes assumia um aspecto extra-diegético, passa a ter, em alguns momentos, um aspecto intra-diegético neste filme.

Nas palavras de Fernão Pessoa Ramos, "o sertão mítico já não pode mais ser representado em sua 'pureza', e a interação com o resto do país contemporâneo gera, através do contraste, uma das formações mais caras à alegoria tropicalista" (RAMOS, 1987, p. 377). O sertão agora é mundo colonizado, ou está prestes a ser. O progresso, que no filme anterior era um elemento na iminência de acontecer, se concretiza agora. As estradas e o capital das multinacionais já estão invadindo o sertão, é o passado no presente. Sobre o assunto, Ismail Xavier complementa:

> *Não estamos no sertão de 'Deus e o Diabo', microcosmo fechado a compor um mundo de interações sociais orgânico, coeso. Aqui, o sertão já não se põe no centro, revela seus limites e reconhece todo um mundo para além de suas fronteiras, mundo de onde vem toda uma série de novidades que minam pela base a tradição (XAVIER, 1993, p. 164).*

Na explicação do próprio cineasta, em "O Dragão da Maldade contra o Santo Guerreiro" arma-se um cenário na pequena cidade sertaneja de Jardim das Piranhas para examinar as possibilidades do embate entre aqueles que já haviam mostrado o seu poder efetivo de lutas, os messiânicos e cangaceiros. Em suas palavras: "Eu acho o 'Dragão' o meu melhor filme, uma realização perfeita das minhas idéias. Lá eu tenho um palco, uma limitação espacial. Eu realizo um 'mise-em-scène' brechtiano com signos da sociedade brasileira onde eles realmente tinham que realizar no Terceiro Mundo" (ROCHA apud GERBER, 1982, p. 90).

É dentro desse universo recheado de simbolismos que o contraditório Antônio das Mortes retorna para se redimir de seus pecados anteriores. O personagem é apresentado ao espectador como antes, matando cangaceiros, algo

---

141 Professor Assistente do curso de História da Universidade Federal do Tocantins (UFT/campus de Porto Nacional). Mestre em História pela Universidade Estadual Paulista (UNESP/Assis-SP).

que faz de modo inquestionável, e continua lacônico e tranqüilo como na obra de 1964. Agora, relembra, saudoso, da época em que conheceu Lampião e Corisco, quem ele achava ter sido o último dos cangaceiros, morto por ele. Antônio vai até a cidade de Jardim das Piranhas para se certificar se Coirana era realmente um cangaceiro, e se fosse, teria que matá-lo também.

Em princípio, Antônio quer continuar a cumprir sua missão, a de não deixar cangaceiro vivo no mundo. Missão que recebera no filme anterior e que realizara soberanamente, e para fazê-lo agora, rejeita qualquer quantia em dinheiro. Contratado pelo delegado Matos e rejeitado pelo Coronel Horácio, Antônio fere Coirana gravemente, que morre após longa agonia. Antônio se arrepende amargamente do crime e vê, na figura da Santa, uma forma de redenção. Redenção que ele busca e cultiva a partir de então, e se não realiza no plano social, tenta realizar-se no plano pessoal. Para tanto, percorre um caminho inverso pregado por Corisco anteriormente. Nessa guerra, Antônio procura arrumar o desarrumado. Nas explicações de Célia Tolentino temos o seguinte:

> *É por isso que Antônio das Mortes volta no filme de 1969, para poder redimir-se diante da história e confessar que lutara do lado errado, porque não compreendia seu papel. Afinal, a guerra que veio não acabou com a miséria do sertão e, ainda por cima, levou muitos sertanejos para amargar a pobreza nas cidades, como ele próprio, que vive em Salvador, sem função, decepcionado, na miséria do esquecimento (TOLENTINO, 2001, p. 241).*

Com a morte de Coirana, Antônio passa a ser o protetor e defensor dos beatos e cangaceiros. Ele percebe que, no passado, estava do lado errado e que agira mal. Nesse ponto, as dúvidas e questões que atormentavam Antônio e o tornavam uma pessoa contraditória, deixam de existir. Agora ele sabe distinguir o certo do errado, o bem do mal. E para fazer o bem, procura de alguma forma ajudar o grupo de Coirana. Primeiramente, pede ao Coronel que lhes dê moradia e alimentação. Negado o pedido e exterminado o grupo, Antônio revolta-se contra o Coronel e, a única forma de vingar o povo é acabando com o opressor, mesmo que em uma atitude tardia. Se no início Antônio era o Dragão da Maldade, agora passa a ser o Santo Guerreiro, figura que também é incorporada por outros personagens (VALENTINETTI, 2002, p. 105). Há, portanto, uma inversão de valores durante todo o filme. Novamente segundo Célia Tolentino:

> *Ao longo da narrativa haverá várias encarnações de santo e dragão, bem como troca de papéis. É como se pudéssemos dizer que, no chão social em que se estabelecem, a condenação ou consagração varia segundo a versão de cada lado e parece não ter vigência fora desse espaço. Assim, beatos e cangaceiros em princípio se opõem a Antônio das Mortes e Coronel Horácio. Com a conversão do ex-matador para o lado dos místicos, o velho proprietário será o dragão da riqueza, exterminador do povo inocente. Entretanto, no enfrentamento com o grande capital que ronda Jardim das Piranhas, é também um lutador para a manutenção das velhas e conhecidas estruturas de dominação contra o dragão voraz e invisível da modernização (TOLENTINO, 2001, p. 249).*

Defensor da tradição popular e da permanência do estilo de vida sertanejo, o Coronel faz um papel de Santo, mas diante da população oprimida que necessita de ajuda, torna-se opressor, o Dragão. Numa atitude cínica, pede ao seu braço direito, Batista, que abra o armazém e distribua comida entre o povo. No entanto, não pensa duas vezes antes de ordenar que Mata-Vaca e seus jagunços exterminem a sociedade formada por beatos e cangaceiros.

Sua esposa, Laura, mantém uma relação com Matos. Ela vê em Matos a possibilidade de sair daquele fim de mundo, onde ainda permanece porque sabe da vida cheia de regalias que o Coronel pode oferecer. Velho e cego, ela acha que o Coronel está convalescendo e, certamente, será herdeira de suas terras e de sua fortuna. Para apressar essa herança, tenta convencer Matos a matá-lo que, por sua vez, tenta convencer Antônio a fazê-lo. Na recusa de Antônio e na covardia de Matos, Laura prefere não trocar o certo pelo duvidoso e, numa atitude desesperada para mostrar ao Coronel sua confiança, apunhala e mata o delegado após descoberta a relação. Laura, das três personagens de transição entre o campo e a cidade, ela é a mais forte e mais efetiva, centro da intriga que precipita as ações e deflagra o mecanismo da vingança (VALENTINETTI, 2002, p. 106).

Os outros dois citadinos são Matos e o Professor. Matos é o dragão do progresso, a figura que pretende trazer a modernização para o sertão. Como delegado, está mais preocupado na sua carreira política. Não tem coragem suficiente para matar o Coronel, é um covarde nas palavras e nas atitudes, homem da cidade que vê no sertão uma forma de alavancar sua vida pública. O Professor é um desiludido e está constantemente bêbado. Ainda assim, representa uma pequena fatia do progresso que adentrou o sertão, a civilização.

Outro papel de destaque no enredo é o da Santa. Parente de beatos e cangaceiros mortos por Antônio, é ela quem desperta no matador o sentimento de arrependimento ao impedi-lo de matar Coirana. Mulher de poucas palavras, mas de um equilíbrio e serenidade incontestáveis, perdoa Antônio pelos crimes passados e procura manter a paz entre os grupos. No entanto, percebendo que a paz já não é mais possível, ela torna-se o agente anunciador da guerra vindoura.

Negro Antão, por sua vez, revela ser neto de escravos e da vontade de voltar para a África para reencontrar sua identidade. Até o final do filme, ele é mais um entre a grande massa de oprimidos. No entanto, incorpora, no desfecho da história, o Santo Guerreiro e, montado em um cavalo branco juntamente com a Santa, empunhando uma lança encarna São Jorge que matará o Dragão da Maldade, encravando-a no tórax do Coronel (Id. ibid., p. 109).

Dessa forma, Antão mostra-se o mais emblemático dos Santos e, uma das cenas finais, juntamente com a Santa, o Padre e Antônio, fazem uma composição visual que remete à imagem de São Jorge mostrada no início e final do filme. O estilo da imagem atesta a natureza popular de sua circulação no mundo atual, objeto de coleção que repõe a tradição da Idade Média (os próprios elementos da imagem explicitam tal tradição: o Cavaleiro, a virgem, a Igreja) (XAVIER, 1993, p. 162).

O filme termina com a figura de Antônio das Mortes caminhando em meio a carros e caminhões que cortam o sertão com estradas de rodagem, a chegada do progresso simbolizado, com vigor, pela placa da multinacional Shell. E da mesma forma que chega, o herói solitário volta, enigmático. Mesmo depois da conversão e do cumprimento da tarefa justiceira, Antônio não se integra na comunidade que favorece. A mancha que o acompanha o condena a um exílio renovado, como em *westerns* clássicos. No entanto, sua imagem e seu percurso solitário lembram melhor o herói do faroeste italiano, figura carrancuda que chega ao local com ares de capanga do grande proprietário, termina aliado aos oprimidos e, consumada a luta, abandona o local com o mesmo ar enigmático de sua chegada (Id. ibid., p. 172).

"O Dragão da Maldade contra o Santo Guerreiro" parece assumir integralmente as diretrizes da cultura popular como saída para o projeto de modernização conservadora imposto então pelo governo militar da época. Glauber Rocha não pretende trabalhar esses elementos de forma folclorizada ou romantizada, mas, ele tenta destruir os mitos de seu país por dentro. A visibilidade que confere ao cangaço e ao messianismo não atua para um dispositivo de poder nostálgico e conservativo. Eles são ativados por sua força de crença, não somente pelo conteúdo mitológico, pois são reconfigurados, agindo em outro campo enunciativo e servindo a outras relações de poder (BENTES, 1997, p. 26-28).

O contexto político e a crise da estética do nacional-popular, interligados, vão contribuir para a emergência do tropicalismo, movimento que pregava um fazer artístico antropofágico que religaria espacialidades e temporalidades distintas. O nacional e o estrangeiro, o tradicional e o novo deveriam ser agenciados por meio de um dispositivo de poder libertário. A saída para o artista e intelectual terceiro-mundista estaria em explorar as virtualidades da "desrazão" e do "inconsciente" presentes na cultura popular, pretendendo, assim, uma ressignificação e estetização dessa cultura nativa. Diz o cineasta:

> *A cultura popular será sempre uma manifestação relativa quando apenas inspiradora de uma arte criada por artistas ainda sufocados pela razão burguesa. A cultura popular não é o que se chama tecnicamente de folclore, mas a linguagem popular de permanente rebelião histórica. O encontro dos revolucionários desligados da revolução burguesa com as estruturas mais significativas desta cultura popular será a primeira configuração de um novo signo revolucionário (ROCHA, 2004, p. 251).*

Dessa maneira, foi esse procedimento que Glauber Rocha buscava representar nas figuras típicas do imaginário do sertão brasileiro como o "Dragão" (símbolo barroco da desmedida natureza e do desarmônico) e de "São Jorge"

(símbolo da guerra e da caça). Os personagens mesclam esses aspectos e atuam em um clima de instabilidade moral, já que são atores de suas próprias lendas que se confundem com a política. A Santa, o negro Antão, o professor de História, Antonio das Mortes, o cangaceiro Coirana, o Coronel, Laura, de origem urbana, mulher do Coronel e amante do delegado Matos, o padre, o jagunço Mata-Vacas e seu bando e o povo que louva a Santa e o negro Antão com seus cantos, danças, orações, bandeiras e estandartes.

Nesta película, compõem-se teatralizações e ritualizações dos conflitos em que o repente e a poesia de cordel não se limitam à narração e à figura de um cantador. As formas próprias da cultura sertaneja se apoderam da *mise-en-scène*. O mesmo povo que protagoniza o conflito, também assiste o desenlace da cena. Um bom exemplo desses aspectos é o duelo entre Antonio das Mortes e o cangaceiro Coirana. Com o laço preso nos dentes, ligando um ao outro, os dois contendores tentam atingir-se. Uma cantoria de rezadeiras, seguidoras do negro Antão, emoldura o embate (o duelo é muito comum nos *westerns* clássicos, havendo sempre regras rígidas a serem obedecidas). A tomada é longa, sem cortes. Junto com a cantoria intermitente, confere à cena o tom hipnótico e alegórico. Antônio das Mortes finalmente vence Coirana, ferindo-o gravemente (CASTELO, 2004, p. 93-94).

Deve-se levar em conta a importância da voz e dos gestos dos participantes por um lado e a situação de escuta por outro. Ação dupla entre emissor e receptor, a performance oral se processa a partir de uma série de meios como o ritmo lento ou rápido de uma melodia, as repetições e os gestos que a acompanham) que formam um contexto, uma situação de comunicação culturalmente motivada. Isso significa que o tempo e o lugar onde ocorre a performance não são indiferentes. Ela acontece, normalmente, em lugares e datas fixas determinadas pela tradição, em circunstâncias da vida privada ou pública, importantes de alguma maneira ao destino comum (nascimento, casamento, morte) (NEMER, 2005, p. 129).

Por exemplo, a chegada de Coirana a Jardim das Piranhas dá lugar a uma manifestação espontânea do povo que sai às ruas para acompanhar o cortejo liderado pelo cangaceiro e pela Santa. Ao som de cânticos que lembram os ritmos africanos, os líderes seguem à frente, dançando e balançando estandartes com as imagens de são Jorge e do Dragão. Logo em seguida vem o povo cantando e batendo palmas. A perfomance segue seu curso até o centro da cidade onde, acompanhado pela Santa e por Antão, Coirana se apresenta ao povo e aos poderosos do local. O monólogo proferido pelo cangaceiro reporta-se a Lampião, citado nos versos da música entoada durante a procissão e na aula do professor que, na praça da cidade, pouco antes da entrada do cortejo, lembrava a seus alunos as datas importantes da história do Brasil.

Poderíamos dizer, também, que "O Dragão da Maldade contra o Santo Guerreiro" é um filme que trabalha quase no nível da instantaneidade, da criação simultânea à captação da imagem. Estamos aí muito próximos do cinema documentário, inclusive em relação ao uso do som direto que até então não havia sido empregado por Glauber Rocha. A preocupação com a sincronização, com a captação do som no momento de sua emissão é um ponto que deve ser ressaltado na medida em que a referida obra se apresenta como uma performance, como um ato de criação coletiva, em que o *transe* perpassa sua dimensão espetacular e figurativa.

Sabe-se que uma das constantes do cinema glauberiano é a questão do *transe*. Dada a cristalização de determinado olhar sobre as coisas, ele possibilita desarrumá-lo, rearranjá-lo, trazê-lo para um espaço liso, onde possa explorar todas as suas virtualidades. O *transe* é transição, passagem, devir e possessão, sendo que Glauber Rocha faz dele uma forma de experimentação e conhecimento. Dá-se com o *transe*, portanto, visibilidade ao invisível e dizibilidade ao indizível. Provoca-se, pois, estado de crise nos elementos agenciados, principalmente, naquele que olha, permitindo o desencadeamento da mudança.

O cineasta recorre à estética do *transe* para intensificar elementos cinematográficos, sendo que a performance dos personagens e a teatralização das cenas permitem a emergência de forças latentes, potências de mudanças e transformações. Na montagem fílmica, cangaceiros e beatos olham diretamente para a câmera, ou em um silêncio inquisitivo e perturbador, ou berrando chavões revolucionários. Figurantes e personagens secundários ao mesmo tempo em que atuam, são também espectadores comuns. A música funciona como contraponto às imagens, possibilitando um distanciamento do que é mostrado, parecendo até algumas vezes irônico. Os gêneros cinematográficos clássicos são desconstruídos, principalmente o *western,* o fantástico/horror e o melodrama, no intuito de, implodindo por dentro o cinema *hollywoodiano*, atrair e conscientizar o espectador (VALENTINETTI, 2002, p. 67).

Provocando o *transe* na composição de cenas e personagens, tentava-se decompor os mitos, produtos do colonialismo "imperialista", auxiliando-os depois a recompor as partes, em produção ininterrupta de novas mitologias, agora soberanas, nacionalistas e terceiro-mundistas. Na medula espinhal de "O Dragão da Maldade contra o Santo Guerreiro" encontra-se o esforço do seu autor de aliar cultura popular, prática revolucionária, mito e história. Para ele, o papel histórico dos povos do terceiro-mundo se cumpre em conformidade com a tradição, não com a negação dela. Logo, a questão maior não é a superação do mito, mas a sua encenação e reinterpretação pela comunidade, em termos dos projetos de liberação (XAVIER, 2004, p. 138).

Neste movimento, anuncia-se um tempo da redenção no qual este próprio tempo parece não conseguir manter sua estabilidade e precisão. Desta vez, a encenação do filme não coroa sua estória com um refrão já conhecido do tipo "o sertão vai virar mar" junto à imagem da esperança. Em vez da invocação da ruptura, do canto que anuncia a consumação de um tempo radicalmente novo, "O Dragão da Maldade contra o Santo Guerreiro" retoma no final o acento melancólico de seus freqüentes instantes de imobilidade, em uma espécie de refluxo da vertente épico-mítica que notadamente marcou o ponto climático dos combates nele representado (XAVIER, 1993, p. 173).

Tal refluxo, no entender de Ismail Xavier, recebe um sopro a mais no plano que Antônio das Mortes se retira para voltar à cidade grande. Na beira da estrada, o posto de gasolina assinala o trabalho de um outro tempo alheio ao sacrifício de Coirana. Tempo que se move oculto em um mundo que cerca o cenário da luta e ameaça invadi-lo, mudando os termos do conflito em Jardim das Piranhas. Tempo que se faz presente nas falas de Antônio, de Matos e do próprio Coronel, mas, esteve ausente da cronologia das rupturas evocadas no início pelo professor. Tempo acumulativo da modernização tecnológica e do crescimento econômico (Id. Ibid).

Dessa maneira, na película em questão, realça-se uma narrativa permeada pelo *transe* na qual o tempo é múltiplo, fato este que afeta a história, sendo que ela já não é nem a do passado nem a do presente ou a do futuro. Essa peculiar narrativa glauberiana reúne em uma perspectiva histórica, o passado, o presente e o futuro, que por si sós são fabulações, já que tornam possíveis o ato de fala e a recriação de lendas. Destruindo os mitos de seu povo "de dentro", Glauber Rocha tenta produzir "enunciados coletivos capazes de elevar a miséria a uma estranha positividade, a invenção de um povo" (DELEUZE, 1990, p. 269).

Percebermos que no filme em questão, atores-personagens e o povo se direcionam um para o outro em um "duplo devir", resultando a obra cinematográfica um próprio ato de fabulação. Este, enquanto uma palavra em ato, um ato de fala pelo qual a personagem nunca pára de atravessar a fronteira que separa seu assunto privado da política. É a palavra emitida como ato expressivo, poético, fora da linguagem articulada do cotidiano, em fuga das significações dominantes, criadora de sentido, instauradora de acontecimento, é a linguagem rompida de seu sentido usual. Linguagem, fala, palavra, que vêm perturbar o repouso dos sentidos. Daí o cinema do Terceiro Mundo, ser um cinema que fala, um cinema do "ato de fala", ato este que constitui a fabulação enquanto memória.

Assim, pode-se notar que a obra "O Dragão da Maldade contra o Santo Guerreiro" ao colocar em cena as imagens e sons da história e da política, frenéticas e ritualizadas, procura linhas de fuga e desvios na arte cinematográfica e na sociedade terceiro-mundista, a fim de explorar suas virtualidades e contradições. História e fábula se entrelaçam e passam a ser atualizados, reconfigurados, potencializados, no intuito de se compreender a realidade e contribuir para um novo patamar de experiências estéticas, políticas e culturais.

Referências bibliográficas:

BENTES, Ivana. O Devorador de Mitos. In: ROCHA, Glauber. *Cartas ao Mundo*. Org. de Ivana Bentes. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

CASTELO, Sander Cruz. *"O dragão da maldade contra o santo guerreiro" (1969) e o terceiro cine*: entre o cinema de autor europeu e o cinema clássico hollywoodiano. 2004. f. 93-94. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

DELEUZE, Gilles. *A imagem-tempo*. Trad. Eloísa de Araújo Ribeiro. São Paulo: Brasiliense, 1990.

NEMER, Sylvia Regina Bastos**.** *A função intertextual do cordel no cinema de Glauber Rocha*. 2005. f. 129. Tese (Doutorado) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro.

RAMOS, Fernão Pessoa. (org). *História do Cinema Brasileiro*. São Paulo: Círculo do Livro, 1987.

ROCHA, 1977 apud GERBER, Raquel. *O mito da civilização Atlântica*: Glauber Rocha, cinema, política e estética do inconsciente. Petrópolis: Vozes, 1982.

____. *A Revolução do Cinema Novo*. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

TOLENTINO, Célia Aparecida Ferreira. *O rural no cinema brasileiro*. São Paulo: Ed. UNESP, 2001.

VALENTINETTI, Cláudio M. *Glauber Rocha, um olhar europeu*. São Paulo: Instituto Lina Bo e P. M. Bardi: Prefeitura do Rio, 2002.

XAVIER, Ismail. *Alegorias do subdesenvolvimento*: Cinema Novo, Tropicalismo, Cinema Marginal. São Paulo: Brasilense, 1993.

____. *O cinema brasileiro moderno*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

Das portas das bodegas: cotidiano de um bairro rural nas memórias de comerciantes e fregueses, Riozinho;Irati-PR, primeira metade do século XX

Neli Maria Teleginski

1. INTRODUÇÃO

Este texto trata de aspectos da vida cotidiana no bairro Riozinho, localizado no município de Irati-PR durante a primeira metade do século XX, a partir das relações que os moradores do bairro e de fora dele construíram com os comerciantes - os donos de armazéns de secos e molhados, também conhecidos como bodegas. Segundo Mayol, na obra *A Invenção do Cotidiano*, para melhor compreender as maneiras de viver na cidade é necessário "elucidar as práticas culturais de usuários da cidade no espaço de seu bairro", pois o bairro é a continuidade entre o espaço mais íntimo que é residência dos usuários e o mais desconhecido que é o conjunto da cidade. É no bairro que se manifesta uma "arte de conviver" com vizinhos, comerciantes, artesãos entre outras pessoas que estão ligadas uma às outras pela proximidade e pela repetição (CERTEAU, 1996, p. 38-42).

Um dos elos entre o bairro e a cidade é a necessidade de consumo e de serviços que o bairro nem sempre oferece. Para Thompson as pessoas que nele moram "invariavelmente buscam, para além dele, trabalho, serviços e definições da posição que ocupam na estrutura social da cidade" (THOMPSON, 1992, p.128). Mayol entende que "a prática do bairro é totalmente tributária do 'resto' da cidade" e "tem necessidade de 'outros lugares' dos quais os usuários possam usufruir para enriquecer seu domínio do espaço urbano em geral." (CERTEAU, 1996, p. 157). Um movimento contrário ao que afirma Mayol também ocorreu em Riozinho. Verificamos que em alguns momentos comerciantes e moradores do centro da cidade de Irati se deslocavam até o bairro para fazer suas compras ou vendas indicando que a cidade também passou a "ser tributária" do seu bairro.

Para conhecer, ao menos em parte o cotidiano do Riozinho e de suas bodegas no passado, reconstruímos fragmentos de memórias de um grupo de moradores e ex-moradores do bairro utilizando a História Oral. Uma metodologia que revela singularidades de cada história de vida que podem nos fornecer informações "tão válidas quanto as que podemos obter de qualquer outra fonte humana". Além disso, a partir da evidência oral podemos elaborar uma análise adequada das pequenas firmas do bairro em que a documentação escrita é escassa, como demonstra Thompson. (THOMPSON, 1992, p. 107; 174). Para Alberti, uma das principais riquezas deste método é permitir o "estudo das formas como pessoas ou grupos efetuaram e elaboraram experiências, incluindo situações de aprendizado e decisões estratégicas" (ALBERTI, 2006, p. 315).

2. RIOZINHO E AS BODEGAS

Riozinho foi povoado no início do século XX logo após ter entrado em funcionamento a estrada de ferro São Paulo - Rio Grande Railway, ligando o Estado de São Paulo ao Rio Grande do Sul. A mesma ferrovia deu grande impulso ao distrito de Imbituva, conhecido como Covalzinho, que em 1907 se emancipou com o nome Irati.

Distante aproximadamente 10 quilômetros do centro da cidade, Riozinho era um bairro rural. Sua população vivia das atividades agrícolas, extrativistas e do trabalho na ferrovia e nas serrarias que beneficiavam madeira, além das atividades comerciais e artesanais como ferreiros, carpinteiros, marceneiros, costureiras entre outros.

. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná – UFPR. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

A região era rica em recursos naturais muito lucrativos naquelas primeiras décadas do século XX. A floresta nativa possuía espécies de alto valor comercial entre elas a araucária ou pinheiro do Paraná. As águas do Rio Riozinho moviam as rodas d'água que acionavam serras para beneficiar a madeira extraída da floresta. Tábuas e pranchões eram despachados na pequena estação construída pelos madeireiros à beira da ferrovia com destino a São Paulo e o Porto de Paranaguá para exportação o que atraía gente em busca de trabalho.

Neste contexto é que situamos nossa análise. Para verificarmos as relações do bairro de Riozinho com a cidade de Irati e as relações de sociabilidade e de conveniência que se construíram no interior dele nas primeiras décadas do século XX tomamos como "cenário" as bodegas. Elas eram um dos principais centros da vida social de Riozinho no período.[142] Nelas os agricultores se abasteciam e deixavam parte da colheita que seria revendida pelo bodegueiro reforçando o vínculo entre a cidade e o campo (DAECTO, 2002, p. 216). Nas bodegas padeiros e açougueiros que residiam nas ruas centrais de Irati deixavam pães, biscoitos, carnes, salames e lingüiças para consumo dos moradores. Bodegueiros maiores funcionavam como atacadistas fornecendo mercadorias para comerciantes varejistas que vinham de outros bairros ou do interior para comprar ou trocar produtos que revendiam em seus estabelecimentos. Por meio do comércio o bairro e o "restante" da cidade se interligavam.

As bodegas eram pontos de encontro dos operários das serrarias e outros trabalhadores. Depois do expediente as bodegas faziam a transição do espaço público do trabalho para o espaço privado da casa (PROST, 1992). Também nos finais de semana os homens se reuniam para conversar, beber, cantar, "contar causos", tocar viola, gaita, gaitinha de boca, jogar mora, bocha e "bater cachola". [143] No balcão eram servidos bebidas e petiscos o que as caracterizava como espaços de comensalidade[144]. As bodegas concentravam no mesmo espaço "armazém" e "botequim", onde a cachaça ou conhaque poderiam também motivar acertos de contas inesperados.

As mulheres também se encontravam nas bodegas quando iam às compras. Quando atarefadas com o trabalho doméstico contavam com as crianças para buscar o que faltava na despensa. As crianças gostavam de ir às bodegas. Em seus potes ou balcões envidraçados ficavam expostos seus maiores sonhos de consumo: balas, marias-moles, suspiros e paçoquinhas. Madalena, uma das freguesas das bodegas lembra: "As crianças iam comprar doce e fazer compras para a mãe. Ás vezes faltava ovo, farinha... iam três ou quatro vezes por dia." [145]

Mayol comenta que alguns lugares do bairro são "mais especificamente marcados por este ou aquele sexo", citando a oposição bar/comércio. O bar seria equivalente à "casa dos homens" que no final de um dia de trabalho é freqüentado quase unicamente pelos homens e visto como um espaço ambíguo por ser a 'recompensa' de um dia de trabalho, mas "terrivelmente temido, por causa da propensão ao alcoolismo que parece autorizar". No caso do

---

142

Sobre o conceito de *sociabilidade* cf. BAECHLER, J. Grupos e Sociabilidade. In: BOUDON, R. **Tratado de Sociologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995, p. 65-106. Sobre c*onveniência* cf. MAYOL, P. A conveniência. In: CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**: 2 morar, cozinhar. Rio de Janeiro: Vozes, 1996, p. 46-69.

143

Bocha, mora e cachola eram jogos. O primeiro era jogado com bolas em uma cancha. Cachola era um jogo com moedas. Cf. HOUAISS, A. **Dicionário eletrônico da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. 1 CD-ROM. Mora era um jogo utilizando os dedos da mão, muito conhecido entre os imigrantes italianos. Disponível em <http://www.esteditora.com.br/etnias/jogodamora.html>. Acesso em 10 de junho de 2011.

144

Comensalidade é entendida como a dimensão coletiva de uma refeição. Cf. FLANDRIN, J. L.; MONTANARI, M. História da Alimentação. São Paulo: Estação Liberdade, 1998, p. 108.

145

ORREDA, Madalena M. A. Depoimento concedido à Neli Maria Teleginski em 24/02/2010.

"pequeno estabelecimento comercial" da rua, que o autor chama de "casa das mulheres", é onde o "feminino" encontra o "lugar do seu exercício" (CERTEAU, 1996, p. 57).

No caso das bodegas do bairro Riozinho a freqüência era de homens, mulheres e crianças. Mas os depoentes lembram que não era muito conveniente que as mulheres se dirigissem aos estabelecimentos em momentos de maior concentração masculina.

Outra característica das bodegas era a oferta de produtos e serviços variados. Alguns estabelecimentos vendiam apenas bebidas, doces, bananas, alguma refeição simples e possuíam mesa de bilhar, ficando mais próximos do que Mayol chama de bar. Valenga conta que ajudava atender o balcão da bodega da tia de sua esposa vendendo pastel, "pierogue", sanduíches, "gasosas", aguardente, vinho, cervejas e café para os fregueses que passavam o tempo jogando. Era comum apostas valendo "uma janta". Na verdade eram refeições rápidas degustadas sobre o balcão. Variava de um pão com banana, salame ou lingüiça, um prato de pescada com cebolas ou conservas em vinagre.[146]

Trajano Gracia, além de possuir o maior armazém onde era possível encontrar "de tudo", também possuía um pequeno matadouro nos fundos do estabelecimento. Avisava os fregueses sobre o dia do abate e recebia as encomendas de carne. Quando se mudou do bairro Riozinho para o novo bairro vizinho de Engenheiro Gutierrez no final da década de 1930, Gracia instalou junto ao armazém uma bomba de gasolina, um moinho para beneficiamento de cereais e uma olaria. João Nicolau Chami possuía um depósito e comprava cereais e batatas dos agricultores locais para revender à comerciantes de outros municípios. Também comprava lenha, nó de pinho, erva-mate, ovos, leitões e galinhas. Augusto Padilha possuía depósito semelhante e explorava uma pedreira no bairro (VALENGA, 2003, p. 45; 75).

Além das mercadorias e serviços que permitiam a freqüência diversa e diária de fregueses e fornecedores às bodegas, também os recados, confidências e notícias tinham ali seu espaço, transformando estes estabelecimentos em agências de notícias de Riozinho. Avisos, convites para festas religiosas, cartazes para campanhas de vacinação e propagandas em geral poderiam ser facilmente visualizados nas portas e nos balcões.[147]

Através dos bodegueiros e dos "velhos freqüentadores" as notícias da cidade e do bairro ecoavam diariamente. Oliveira afirma que em São Paulo do século XIX os armazéns de secos e molhados eram locais "de origem e de final das histórias". (OLIVEIRA, 2005, p. 270). Para Mayol, "é lá que o bairro fala", citando a mercearia de Robert na Rua Rivet em Paris (CERTEAU, 1996, p. 128). Diz Braudel que os pontos fixos de venda são espaços freqüentados não apenas para se comprar objetos e alimentos, mas freqüenta-se também para discussões: "é um teatro em miniatura" onde "a troca de palavras é indispensável, mesmo se a troca de objetos nem sempre se efetua" (BRAUDEL, 1996, p.58).

Compreendemos que da mesma forma que o bairro é "um objeto de consumo" e uma extensão da vida privada dos seus moradores, também as bodegas são da mesma maneira "consumidas" por seus freqüentadores e permite que elas se tornem não apenas um lugar de compra, venda ou trocas, mas um *espaço* – no sentido de "um lugar praticado" na definição de Michel de Certeau – "[animadas] pelo conjunto de movimentos que [nelas] se desdobram" (CERTEAU, 1996, p. 42-43; 202).

Por suas funções não somente econômicas, as bodegas constituem espaços privilegiados para observação das relações de sociabilidade e de conveniência tecidas entre os moradores de Riozinho e de fora dele (GOMES, 2002).

3. O BAIRRO E A CIDADE

---

146 VALENGA, Gaspar. Entrevista concedida a Neli Maria Teleginski em 25 de fevereiro de 2011.

147 ORREDA, Madalena M. A. Depoimento concedido à Neli Maria Teleginski em 24/02/2010.

O imigrante italiano João Batista Anciutti era dono de uma serraria em Riozinho. Depois de construir sua casa no início do século XX, passou a construir outra casa. Ambas foram cobertas com telhas de barro, fabricadas em Curitiba pelos irmãos Kleinz e despachadas a Irati pela ferrovia, e não com "tabuinhas" de madeira de pinheiro, como a maioria dos telhados na cidade. A novidade despertou a curiosidade dos vizinhos. Alguns desconfiavam que as telhas de cerâmica não resistissem a uma chuva mais forte e acabaria por derreter.

A memória da história da construção das primeiras casas cobertas com telhas de cerâmica no Riozinho foi transmitida pelos "antigos" moradores a Valenga, que em 1949, depois de ter se casado, passou a morar e trabalhar em uma delas. Valenga inicialmente se estabeleceu com uma bodega que era gerenciada durante o dia por sua esposa e seus sobrinhos enquanto ele trabalhava em uma ferraria do bairro. Depois de três anos de trabalho e muitas dívidas acumuladas por vender "fiado", principalmente aos operários da construção do Seminário Santa Maria, ele desistiu do negócio e montou sua própria ferraria. Definiu sua bodega como um "fracasso".[148]

Maria Luiza de Oliveira explica que um comerciante com loja para a rua tinha que trabalhar duro e enfrentar grandes dificuldades para manter o capital investido ou um pouco menos do que investiu em um armazém. Em casos mais extremos o comerciante acabava perdendo tudo. (OLIVEIRA, 2005, p. 216) O ferreiro acreditava que poderia ser bem sucedido. Suas expectativas de ser comerciante estavam "ancoradas" nas lembranças do grande movimento no bairro quando ainda era menino, pois na casa onde passou a morar havia funcionado seis bodegas e um açougue e ele a considerava um espaço "muito adequado" para se abrir um "comércio", porque ficava próxima à ferrovia, da serraria e na principal rua do Riozinho.

A casa construída em 1911 era mais um dos empreendimentos do madeireiro João Anciutti para atender as necessidades de consumo dos seus operários. Anciutti instalou um "grande e bem montado" armazém, nas palavras de Valenga. O armazém era cobiçado tanto pela sua arquitetura quanto pela variedade de mercadorias. Funcionava ao mesmo tempo como residência e comércio, o que era comum na maioria das bodegas "onde as esferas do público e do privado se misturavam". (OLIVEIRA, 2005, p. 279)

A prática dos madeireiros de instalar um armazém para o fornecimento dos operários era semelhante ao que ocorria em muitas "vilas operárias" no Brasil, e estava relacionada aos laços de dependência do operário em relação ao patrão, ao controle do patrão sobre a vida moral e doméstica do trabalhador e de suas famílias, além de visar obtenção de lucros tanto na exploração da mão de obra como no consumo dos trabalhadores e de outros moradores do bairro (CORREIA, 2001, p. 83-98).

Inicialmente Domingos Mosele cuidou do armazém de Anciutti, mas em pouco tempo passou a ser gerenciado por seu novo genro, Trajano Gracia que vendia mercadorias no atacado e no varejo. Pela quantidade e variedade de produtos atraia bodegueiros de vários lugares que se tornaram seus "fregueses".

Pela ferrovia chegavam produtos de muitas origens. Anciutti possuía vagões de trem que levavam madeira para São Paulo e de lá retornavam com mercadorias para sua bodega. No livro caixa do armazém Santa Helena, como Gracia o batizou, é possível identificar uma grande variedade de itens como tecidos, roupas prontas, chapéus, sapatos, botas, utensílios domésticos, materiais de papelaria, ferramentas, munições, querosene e grande variedade alimentos como cereais, farinhas, banha, peixes enlatados, doces, biscoitos, fumo e bebidas.

Além da ferrovia que permitia que as mercadorias chegassem, as estradas vicinais que começaram a ser abertas ligando o bairro ao restante do município e cidades vizinhas como São Mateus do Sul e Rebouças favoreceram a maior circulação de carroças e charretes e mais tarde de caminhões que cruzavam o bairro. A localização das bodegas em pontos estratégicos do bairro facilitava os negócios com a parada dos passageiros em trânsito, gerando um grande movimento no bairro.

---

148 VALENGA, Gaspar. Entrevista concedida a Neli Maria Teleginski em 25 de fevereiro de 2011.

Para Oliveira, um comerciante com a "porta aberta para a rua tinha um estreito relacionamento com a movimentação cotidiana da cidade" e buscava estabelecer com os "passantes" uma maneira de "organizar sua sobrevivência". (OLIVEIRA, 2005, p. 210)

Gracia iniciou suas atividades no armazém na segunda década do século XX e assim se manteve no bairro por aproximadamente vinte anos como bodegueiro. Recebia compradores de todo o município e buscava vender para outras cidades. Anunciou seu armazém no Almanaque Paraná Mercantil, impresso na capital.[149] Como diz Valenga, "lá em Irati não tinha uma casa comercial para igualar-se a essa", comparando o comércio que ocorria na área central da cidade e a grande bodega comandada por Gracia. O livro registrou a compra de porcos, bois, couro, feijão e erva-mate entre outras mercadorias compradas dos agricultores para revenda, formando uma grande rede comercial dentro do bairro.

Os vendedores ambulantes também teciam táticas de sobrevivência com os bodegueiros e moradores do bairro. No Riozinho nem todas as bodegas possuíam açougue e nem sempre houve açougueiros e padeiros atuando o tempo todo. Pão e carne, quando não produzidos no bairro, eram trazidos da cidade e redistribuídos através das bodegas. Como se tratava de um bairro rural, era comum que as pessoas criassem seus animais e produzisse a maior parte dos alimentos que consumiam inclusive o pão, feito em fornos a lenha. Mesmo assim, muitos carroceiros se deslocavam do centro da cidade para vender seus produtos no Riozinho.

Alguns deles eram funcionários ou donos de açougues e padarias e contavam com sua "frota" para percorrer o município vendendo charque, carne, salames e lingüiças. Valenga se lembra do açougue de Mansur localizado na Rua Sete de Setembro em Irati, mas também de Gralak, que vinha da cidade de Rebouças – cidade vizinha do bairro – para entregar as mercadorias no Riozinho. "Está de lamber o bigode" era o bordão usado pelo açougueiro Gralak ao se referir à qualidade dos produtos que oferecia aos comerciantes. Quando Valenga não utilizava o pão feito por sua esposa Catarina para servir aos fregueses de sua bodega, contava com o pão, bolachas e empadas da padaria Irati do Sr. Wasilewski. Eliza também conta que via o padeiro da Padaria Guarani entregar os pães dentro de um balaio que levava da charrete até o balcão das bodegas.[150]

As carroças dos vendedores chamavam a atenção dos moradores do Riozinho pelo som dos sinos pendurados no pescoço dos animais. No ir e vir dos comerciantes diariamente, o Riozinho e a cidade se aproximavam.

4. OS BODEGUEIROS E A VIZINHANÇA

Oliveira mostra que em São Paulo no final do século XIX, quando uma família se mudava para um bairro novo ela precisava conhecer o dono do armazém para poder abrir uma conta. Para enfrentar a vida na cidade ou no bairro e assegurar a sobrevivência era imprescindível ter uma boa relação com o comerciante. O armazém se tornava um dos principais pontos de apoio no cotidiano. O comerciante também conhecia todas as famílias que viviam nas proximidades, pois disso dependia a cobrança das dívidas. Para a autora, a relação de crédito entre fregueses e comerciantes se baseava muito nas relações pessoais, construídas pela confiança derivando uma relação de "dependência" mútua. Mas a desconfiança também fazia parte do jogo. O comerciante conhecia os riscos e contava com o fato de que poderia deixar de receber alguma conta. Por outro lado, o freguês também desconfiava da balança que poderia pender mais para o lado de dentro do balcão. (OLIVEIRA, 2005, p. 270-285).

Uma relação conveniente entre freguês e comerciante era construída diariamente num processo de reconhecimento. A relação de crédito era um dos benefícios que os moradores buscavam alcançar, o que dependia do

---

149 ALMANAQUE Paraná Mercantil. Curitiba, ano VI, dezembro de 1939. Diretor-proprietário Alipio de Miranda. O almanaque circulava na capital e em diversas cidades do Estado.

150 VALENGA, G. Entrevista concedida a Neli Maria Teleginski em 25 de fevereiro de 2011; MOLINARI, E. M. Entrevista concedida a Neli Maria Teleginski em 24 de maio de 2011.

seu "bom comportamento"- pagar a conta "velha" para poder abrir outra "nova". O comerciante também deveria tratar bem seus fregueses, servi-los de acordo com o gosto e as preferências de cada um, não prejudicá-los nos valores cobrados e manter a qualidade dos produtos exigida pelos clientes. Dessa forma o comerciante poderia manter sua freguesia fiel e seu equilíbrio econômico. (CERTEAU, 1996, 118-119)

Na obra de Certeau, a fidelidade é entendida como algo simbólico, não contabilizável. É o efeito de um consenso, de um acordo tácito entre o freguês e comerciante. O autor não menciona dependência, mas conveniência - um "equilíbrio elástico de uma rede de contratos tácitos" (CERTEAU, 1994, p.145). Madelena comenta: "Tinha a caderneta que a gente levava de casa e eles anotavam na caderneta deles. "Assente, no caderno, diziam...".[151]

A caderneta representava o consenso entre os moradores de Riozinho o os bodegueiros na obtenção das mercadorias sem a mediação do dinheiro pelo menos no ato da compra. Os agricultores também davam crédito aos bodegueiros, deixando sua produção "em haver", para requerer em produtos ou dinheiro quando necessário. Em caso de perda da safra, devido ao mau tempo ou ataque de pragas o bodegueiro continuava abastecendo a família, esperando receber na safra seguinte. (TEDESCO, 2008, p. 40).

A fidelidade também estava relacionada ao aumento da qualidade de certos produtos e da relação freguês/comerciante. "Ser bem servido quando se é um bom freguês", nas palavras de Mayol ou mesmo ter "permissão" de transgredir o horário de funcionamento do estabelecimento (CERTEAU, 1996, p. 52). No Riozinho era comum o bodegueiro atender seus fregueses pela janela, conforme revela Madalena: "Às vezes eles vendiam nos domingos, mas pela janela." [152]

Joana conta que ajudava o pai na bodega e que aos domingos ela ficava na janela atendendo os fregueses que ficavam do lado de fora. Mesmo com a proibição da câmara municipal quanto ao funcionamento do comércio aos domingos e em dias da semana fora do horário regulamentar, os comerciantes continuavam vendendo "escondido" pela janela, comenta José Maria.

As vendas nos domingos e horários não permitidos garantiam um ganho extra ao comerciante e socorria seus fregueses na falta de algum produto. Essa prática garantia também momentos de lazer e sociabilidade. Como não podiam entrar, os fregueses ficavam junto à janela que faziam às vezes de balcão. Debaixo da janela apreciavam o movimento da rua tomando "um traguinho". Como os bodegueiros moravam em seus estabelecimentos, aquelas horas extras eram comuns. Prost diz que "a indiferenciação do espaço acarretava a indiferenciação do tempo", se referindo aos comerciantes que moravam nos fundos da loja na Europa do início do século XX e que também eram interrompidos durante suas refeições por algum cliente à janela (PROST, 1992, p. 29).

Valenga conta que sua bodega não tinha horário para fechar e não lembra ter sido incomodado por algum fiscal por trabalhar à noite ou nos domingos. Abria às seis horas da manhã e não era raro ficava aberto até onze horas ou meia noite. Na sua visão, tratava-se de um trabalho muito "melindroso":

> *Às vezes tinha dois caras alí e não estavam comprando nem nada, mas você pensava: não vou dizer para irem embora, porque senão amanhã eles não vem mais, não é. E a gente*

---

151 ORREDA, M. M. A. Depoimento concedido à Neli Maria Teleginski em 24/02/2010.

152 ORREDA, J. M. Depoimento concedido à Neli Maria Teleginski em 24/02/2010.

> *sempre precisa do outro, apesar de dar uma vontade de que eles fossem embora, mas você dizia - é cedo ainda.*[153]

Para manter-se conveniente Valenga jogava o perde-ganha no cotidiano. (CERTEAU, 1996, p. 55). Perdia horas de seu descanso para ganhar a fidelidade dos moradores do bairro que eram seus fregueses.

José Maria também recorda que as bodegas não tinham horário para fechar, isto é, havia o horário estabelecido pela câmara municipal, mas na prática, ficavam até o último freguês. Ficavam até a hora que tivesse algum freguês: "quando o bodegueiro não queria ficar até tarde, simplesmente na primeira hora que desse uma chance de não ter ninguém ele fechava. Apesar que ele ia ainda atender pela janela se aparecesse alguém! [risos]."[154]

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas bodegas se operava a acumulação do capital simbólico do qual os moradores de Riozinho esperavam tirar benefícios. Comerciantes, fregueses e fornecedores renunciavam a "anarquia de suas pulsões individuais" e contribuíam cada um com sua cota para a vida coletiva no bairro. Para Mayol, cada usuário da conveniência se torna "parceiro de um contrato social que ele se obriga a respeitar para que seja possível a vida cotidiana." (CERTEAU, 1996, p. 39; 52).

Oferecer o máximo possível de produtos e serviços que os moradores de Riozinho e de fora dele necessitavam, vender "fiado" e atender os fregueses fora de horário eram táticas usadas pelos bodegueiros para conquistar a fidelidade dos moradores do bairro e também de fora dele. Pela variedade de opções que ofereciam tornaram o bairro Riozinho menos dependente de outras áreas da cidade. As bodegas eram também pontos de encontros e de lazer do bairro e por isso não eram livres de inúmeras tensões, muitas delas resolvidas com a ajuda dos fiscais de quarteirão e da polícia.

A partir das situações levantadas através da memória dos moradores de Riozinho compreendemos que através das bodegas o bairro e a cidade se interligavam diariamente. Os bodegueiros também formavam um dos elos mais importantes na vida social do Riozinho contribuindo à aprendizagem da vida cotidiana que o bairro poderosamente induz. (CERTEAU, 1996, p. 165).

Referências bibliográficas:

ALBERTI, V. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

BOSI, E. **Memória e sociedade**. São Paulo: T. A. Queiroz: Editora da Universidade de São Paulo, 1987.

BOSCHILIA, R. (org.) **Boa Vista: O Bairro na História da Cidade**. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, v. 23, n. 118, dez. 1996.

BOUDON, R. **Tratado de Sociologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

BRAUDEL, F. **Civilização material, economia e capitalismo**. O Jogo das Trocas. São Paulo: Martins Fontes, 1996, v. 2.

---

153 VALENGA, G. Entrevista concedida a Neli Maria Teleginski em 25 de fevereiro de 2011.

154 ORREDA, J. M. Depoimento concedido à Neli Maria Teleginski em 24/02/2010.

CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano: 1**. artes de fazer. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano: 2**. morar, cozinhar. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

CHALHOUB, S. **Trabalho, Lar e Botequim**. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

CORREIA, T. B. De Vila Operária à Cidade-Companhia: as aglomerações criadas por empresas no vocabulário especializado e vernacular. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais,** nº 4, p. 83-98, maio de 2001.

DAECTO, M. M. **Comércio e vida urbana na cidade de São Paulo (1889-1930)**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2002.

FILIPAK, F. **Dicionário sócio-linguístico paranaense**. Curitiba: Imprensa Oficial, 2002.

FLANDRIN, J. L.; MONTANARI, M. (Orgs.). **História da alimentação**. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

GOMES, L. G. "Comércio étnico" em Belleville: memória, hospitalidade e conveniência. **Revista Estudos Históricos,** n. 29, p. 187-207, 2002.

LAVALLE, A. M. **A madeira na economia paranaense**. Curitiba: Grafipar, 1981.

LE GOFF, J. **História e memória.** Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

OLIVEIRA, M. L. F. de. **Entre a casa e o armazém**. São Paulo: Alameda, 2005.

ORREDA, José Maria (org.) **História de vida e sonhos**. Irati: UNICENTRO, 1999.

PINSKY, C. B. (org.) **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

PROST, A.; VINCENT, G. (orgs). **História da Vida Privada, 5**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

THOMPSON, P. **A Voz do Passado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VALENGA, Gaspar. **1903-2003**: Centenário de Riozinho e história de algumas empresas pioneiras de Irati. Guarapuava/Irati: Ed. UNICENTRO, 2003.

VALENGA, Gaspar. **Memórias de um ferreiro**: 1940 a 2003. Guarapuava: Gráfica UNICENTRO, 2007.

DIALOGANDO COM OS LIVROS DE AUTOAJUDA A PARTIR DE ESCOLHAS DE DOCENTES: UMA CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES?

Silvia do Socorro Celusso[155]

Considerações Iniciais

As mudanças ocorridas no atual cenário mundial têm contribuído em grande parte para a produção de trabalhos e discussões no campo da educação, cujo foco está ligado às questões relacionadas com a profissão, formação, trabalho e às práticas curriculares de docentes no cotidiano escolar contemporâneo. Nesse quadro de transformações também se acentuam questões relacionadas às diferenças de classe, de religião, de etnia, de gênero e de identidades, entre outras, e que chegaram à sala de aula levando os profissionais de educação a buscarem alternativas para o enfrentamento dos aspectos desfavoráveis da profissão, sendo comuns as manifestações discursivas que transformam a prática do 'ser professor' em um grande obstáculo, desvalorização e precarização da profissão, acúmulo de funções, carências físicas e emocionais dos alunos e a violência interna nas escolas.

Os estudos de Tardif (2000); Perrenoud (2000); tem se voltado à análise das questões relacionadas às práticas docentes, e em especial na compreensão do papel da profissão professor diante dos desafios do século XXI.

As dificuldades e lutas que se fazem presentes no contexto escolar contemporâneo têm levado professores a recorrer, por vezes, a 'ferramentas de apoio', como a literatura de autoajuda, ao invés da pedagógica na busca de orientação e apoio de suas práticas docentes.

Nas últimas décadas o gênero literário denominado autoajuda transformou-se em fenômeno de vendas no mercado editorial brasileiro e mundial. Digite a palavra felicidade no sistema de busca *online* de qualquer livraria e em poucos segundos surgirão dezenas de obras prometendo receitas infalíveis para entender o seu significado, conquistá-la ou mantê-la, seja no ambiente de trabalho, nas relações familiares ou nas amorosas (COVALATTI, 2002).

O que se pode concluir dessa conjunção entre diversidade e persistência do tema é a necessidade de pensar a felicidade e de persegui-la na prática.

Parafraseando Aristóteles (2008), a felicidade seria um bem supremo considerando que o bem viver e o bem agir equivalem a ser feliz, sendo que para a maioria das pessoas trata-se de algo simples e óbvio, como o prazer e a riqueza. Contudo, muitas vezes, o mesmo homem a identifica com diferentes coisas: saúde quando se está doente e riqueza quando se é pobre.

Para Asbahr (2005) as prateleiras das livrarias são inundadas com este tipo de produção literária todos os anos. Na concepção de Rüdiger (1995; *apud* ASBARH, 2005, p. 23) autoajuda trata-se de:

> [...] um conjunto de práticas articulado textualmente que, embora variado em sentido e campo de aplicação baseia-se em um mesmo motivo, no principio de que possuímos um poder interior, passível de ser empregado na solução de todos os nossos problemas. O denominador de todas elas é um individualismo segundo o qual o individuo precisa procurar dentro de si os recursos necessários para resolver suas dificuldades de vida. Os problemas

[155] Universidade Estácio de Sá -UNESA

Mestre em Educação

> com que luta, embora se originem de fatores sociais, possuem uma natureza pessoal que não tem nada haver com a sociedade.

Apoiada neste campo fértil de discussões e argumentos que visam justificar as dificuldades que os docentes encontram no contexto escolar contemporâneo surgiu a idéia de pesquisar, no Mestrado o fenômeno 'autoajuda'.

Ao analisar os dados esta pesquisadora observou que quando perguntados como se atualizavam e quais leituras escolhiam como significativas para suas vidas e para seu trabalho docente, 50,81% dos professores apontaram espontaneamente os "livros de autoajuda" de diferentes autores e temas como leituras recentes. O alto índice de indicação desses livros, por vezes de cunho religioso, dentre eles os espíritas, surgiram nas entrevistas; enquanto os livros didáticos e dos principais teóricos da educação foram pouco mencionados. Quando isso acontecia, nem sempre conseguiam ligar a obra ao autor ou, ao citarem o autor, não denominavam suas obras.

A inquietação neste caso era tentar descobrir: Porque os professores buscam nos livros de autoajuda orientações para enfrentarem nas escolas os desafios da profissão?

Observou-se que nos discursos dos professores, as leituras e as palestras dos autores citados por eles, como os mais importantes, são aqueles que lhes dizem como viver melhor e que nem sempre o tema está associado ao fazer pedagógico.

Os temas sobre prática e formação docente ganharam uma enorme projeção entre as diferentes mídias, (televisiva e a escrita), gerando discussões cuja abordagem perpassa pela formação ética dos envolvidos no contexto escolar.

Na revisão de literatura sobre este tema, no campo da educação, foram encontradas poucas pesquisas. As realizadas referem-se à funcionalidade da autoajuda nas relações de trabalho, com a alegação dos empresários e gerentes dos departamentos de Recursos Humanos, que estas obras servem como manuais de disseminação de práticas como liderança, motivação, métodos de conduta dentre outras.

Outras pesquisas indicaram, ainda, que o discurso da autoajuda é permeado pelo ideal de que tudo na vida (a felicidade, a auto-realização, o sucesso) está ligado à aquisição de bens materiais.

Considerando a natureza dos trabalhos acima descritos, e diante da preferência dos professores, buscou-se, neste estudo conhecer que outros sentidos são atribuídos a este tipo de literatura, que justifiquem suas preferências.

Optou-se pela pesquisa qualitativa, na qual Patton (1986, *apud* ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNADJER, 2004, p. 131) afirma ter por pressuposto: "[...] que as pessoas agem em função de suas crenças, percepções, sentimentos e valores e que seu comportamento tem sempre um sentido, um significado que não se dá a conhecer de modo imediato, precisando ser desvelado".

Para as análises das informações, utilizou-se a retórica como instrumento metodológico para apreender o processo discursivo utilizado pelos autores desse tipo de literatura, expostos em técnicas argumentativas (figuras de linguagem). Tanto essa análise quanto a que identificou os diferentes auditórios desse gênero, permitiu apresentar os elementos importantes de pensamento que influenciam as representações sociais de 'vida social' sustentada pelas professoras, uma vez que as mulheres são a grande maioria nesta profissão, aspecto relevante, considerando-se que se refere a um grupo de pertença no qual ocorrem trocas simbólicas na sua articulação com o contexto, em suas dimensões históricas, políticas e sociais (ANDRADE, 2007).

Referencial teórico

Diante do contexto acima delineado, os estudos da retórica como instrumento metodológico apresentou-se como uma contribuição ao estudo da apreensão das representações sociais, como critério para selecionar e analisar os significados encontrados nas imagens das capas dessas obras direcionadas a diferentes auditórios.

Para o mercado livreiro do país ainda não há um consenso em como categorizar o gênero autoajuda como categoria literária, mas os consumidores espontaneamente utilizam aquela designação. A imprecisão da categoria é sintoma de sua natureza; mas o uso da palavra 'autoajuda' figurar em todas as listas sugere que não importa se o assunto é espiritualidade ou dinheiro, pois de uma maneira ou de outra, os livros que figuram nessa relação procuram colaborar para o êxito pessoal ou profissional de seus leitores.

Com a preocupação legítima de vender, as editoras dão aos livros de áreas tão díspares como administração, moda e esoterismo uma embalagem parecida, com títulos que sugerem uma resposta utilitária e simples para os problemas (BIRDERMAN, 2004).

Segundo Asbahr (2005) e Rüdiger (1996), as obras de autoajuda têm um pai e uma data de nascimento. O pai foi Samuel Smiles,[156] médico escocês que escreveu um manual para ensinar à classe operária como chegar ao paraíso do sucesso individual; a data de nascimento: 1959; nome de batismo: *Self-Help* (Autoajuda).

Lopes (2008), Felizardo (2008) e Ranhel (2008) afirmam que com o passar dos anos, a noção de autoajuda sofreu diversas alterações, pois além de um tipo de discurso e literatura, passou a ser uma tendência de comportamento. Seu objetivo deixou de ser a formação do caráter, passando a ser a mudança espiritual e psicológica em que o indivíduo obtenha sucesso e realização pessoal. Brunelli (2004), afirma que a literatura da autoajuda transformou-se em uma espécie de manual de sobrevivência para o homem pós-moderno, oferecendo supostas receitas contra a angústia, o medo, a falta de confiança própria, como se realmente pudesse resolver os problemas do sujeito contemporâneo que, perdendo as antigas referências, precisa que lhe digam como gerir sua vida.

Os livros de autoajuda constituem um gênero literário, assim categorizado e denominado pelas diversas mídias, identificando-os como fenômeno de mercado editorial, em que os autores indicam um conjunto de práticas articuladas textualmente para que os leitores procurem dentro de si os recursos necessários para resolver suas dificuldades de vida pessoal e profissional. O discurso de autoajuda geralmente sustenta que o segredo para que alguém melhore sua vida, alcance o sucesso, ganhe dinheiro, está na crença incondicional de que pode realizar seus sonhos, seu projeto de vida, seus desejos (BRUNELLI, 2004).

Os argumentos utilizados pelos autores constituem-se em torno de metáforas, de uma definição estipulativa: o que se deve fazer; de uma definição ontológica, utilizando uma palavra inglesa que apresenta certo impacto no auditório; de uma afirmação a respeito de regras para obter algo ,no caso 'boa sorte'. São técnicas retóricas que instituem o que se diz ser o real (no caso das metáforas e da definição estipulativa), que buscam persuadir o leitor por apresentar um modo de fazer promissor. Caso os leitores adiram aos argumentos, então julgarão que tem em mãos 'um mapa' para chegar a um 'novo mundo', aquele apresentado pelo autor. Esse gênero institui valores, censura e louva o que se considera preferível ter e/ou fazer em certo momento e para certos grupos sociais; portanto pertence ao gênero retórico epidítico.

Neste genero retórico os autores dirigem-se explicitamente a auditórios, segundo suas características (sexo, idade, local de trabalho, tipo de trabalho), o que se encontra marcado nos discursos, com a finalidade de obter a adesão total aos modelos propostos. Seus leitores buscam suas obras,

---

156 Samuel Smiles nasceu na Escócia e viveu entre 1841 e 1904. O principal livro de sua autoria *Self-help,* foi publicado em mais de oito línguas, dentre elas o árabe e o japonês, confirmando o interesse e expectativa de leitores em outros países. Foi um verdadeiro sucesso de vendas, chegando a ser impresso cinquenta vezes.

participam de suas conferências, vão às livrarias para saber das novidades, conversam com seus colegas e amigos a respeito da última publicação. Em suma, os autores são autoridades para o grupo social, pois vocalizam o que ele julga ser desejável, os valores que sustentam. Os autores persuadem porque falam a língua dos grupos, por isso a análise retórica é o instrumento adequado para identificar os valores sustentados pelos leitores.

Para muitos, a retórica é mera manipulação e ornato estilístico; uma forma de discurso mais ou menos vazio de conteúdo fundado no artifício psicológico com fins propagandísticos e não na argumentação de princípios e valores que se nutrem de um raciocínio crítico válido e eficaz (ALEXANDRE-JÚNIOR, 2004).

O dominio das técnicas retóricas permite apreender o que as pessoas consideram desejável em diversas situações. Saber analisa-las é importante porque elas são empregadas por todas as pessoas no quotidiano, de modo consciente ou não, em situações formais ou não. Em Psicologia Social, assim como nas demais Ciência do Homem, o dominio das técnicas retóricas permite maior acuidade na exposição do que as pessoas pensam e sentem em uma dada situação. Uma pessoa reconhecida como autoridade em um grupo que se mostrou incapaz e resolver conflitos, por exemplo. Seu poder não provém de algo externo ao *ethos* do grupo, por isso é preciso apreender os valores que ele defende. (MAZZOTTI; ALVES-MAZZOTTI, 2009).

As obras de autoajuda apresentam aos leitores um conjunto de argumentos que censuram e louvam o que se considera preferível fazer ou ter, o desejável, prometendo tornar melhor a vida pessoal e profissional, persuadindo-os que a busca da felicidade está ao alcance da mão por meio de receitas apresentadas. Trata-se, portanto, de um discurso voltado para provocar ou aumentar a adesão às teses apresentadas por seus autores, para os auditórios particulares, segundo as observações de Perelman, pressupondo que torna-se necessário um contato entre o orador e seu auditório, o discurso precisa ser escutado, e que um livro seja lido.

A maioria das publicações de autoajuda baseia-se na valorização da estima do indivíduo, pregando a ideia de que o sucesso depende de ações que estão ao alcance de todos. Por censurarem e louvarem o desejável para o grupo, então os livros de autoajuda pertencem ao gênero epidítico que tem por referência auditórios particulares, aos quais seus oradores buscam persuadir, e assim os analisamos.

O epidítico busca estabelecer a coesão grupal, e pode ser considerado, com Kennedy (1998, p.12 a 15), como uma prática arcaica, que remonta aos animais sociais. Mais adiante (p. 20), o autor sustenta:

> Epideictic is the most problematic of the traditional Western species of discourse, that in which an audience is not called to make some specific judgment or take some specific action. [...] Some speeches console or inspire an audience by instilling or renewing values and beliefs and a sense of group identity[157].

157

O discurso Epiditico é o mais problemático da espécie ocidental tradicional do discurso, em que uma audiência não é chamada para fazer algum julgamento específico ou tomar alguma ação específica. [...] Alguns discursos consola ou inspira uma audiência por incutir ou renovar valores, crenças e o senso da identidade grupal.

O significado da identidade do grupo sustenta-se em suas crenças coletivamente produzidas e historicamente determinadas, as que não podem ser postas em questão por constituírem o fundamento do modo de vida e do sistema de valores do grupo (cf., por exemplo, MAZZOTTI; ALVES-MAZZOTTI, 2009).

O discurso epidítico dos livros de autoajuda se propõe a auxiliar e confortar por meio de exemplos, regras e condutas a vida de um indivíduo ou para uma instituição. Ao elogiar pessoas, cidades, nações, figuras sobrenaturais, animais e coisas estabelece um modelo a ser seguido. Essa 'modelagem' das condutas será persuasiva caso tenha por alvo auditórios particulares que já admitem 'os fatos', os valores e crenças. Por essa razão, a análise retórica dos livros de autoajuda precisa explicitar os auditórios para os quais eles são persuasivos.

Os livros de autoajuda parecem falar ao auditório universal, para qualquer auditório. No entanto, identificamos dois auditórios: o feminino, constituído em sua maioria por professoras e educadoras em sentido extenso; o masculino constituído por gestores ou administradores (corporativo).

Além disso, a análise retórica dos livros, desde as imagens de suas capas até a estruturação discursiva, permitiu identificar como os oradores e seus auditórios apreendem os objetos do mundo, como instituem o que julgam ser o real, o que orienta suas ações, portanto suas representações sociais.

A Representação Social, portanto, não é uma cópia nem um reflexo, uma imagem fotográfica da realidade: é uma tradução, uma versão desta. Ela está em transformação como o objeto que tenta elaborar. È dinamica, móvel. Ao mesmo tempo, diante da enorme massa de traduções que executamos continuamente, constituímos uma sociedade de sábios amadores. Em suma, os livros de autoajuda pertencem ao gênero retórico epidítico que, por meio do elogio e censura dos valores, produz a coesão e a identidade de grupos sociais.

A adesão de professoras aos livros de autoajuda permite apreender os seus valores pelo exame de autores que elas julgam ser mais importantes. Além disso, a análise retórica dos livros, desde as imagens de suas capas até a estruturação discursiva, permitiu identificar como os oradores e seus auditórios apreendem os objetos do mundo, como instituem o que julgam ser o real, o que orienta suas ações, portanto suas representações sociais daqueles objetos gerais.

Assim o uso da retórica como instrumento metodológico para apreender o processo discursivo utilizado pelos autores desse tipo de literatura expostos em suas técnicas argumentativas (figuras de linguagem) para persuadir seus leitores, contribuiu nesta investigação em buscar as diferenças a respeito da identidade profissional dos diferentes auditórios, identificados na pesquisa pelas representações sociais (cuidar e poder) admitido pelos dois gêneros (masculino e feminino), como sendo uma construção social marcada pelas interações destes grupos, em que suas histórias de vida, suas condições de trabalho e os discursos que circulam no contexto social e cultural de cada um representam os sentidos que louvam ou censuram.

Metodologia

Neste estudo, adotou-se a perspectiva da análise retórica, considerando que quando alguém fala ou escreve, o faz para outro ou outros com um objetivo determinado. A análise retórica constitui-se em uma ferramenta para compreender os processos sociais, que requerem a explicitação da situação comunicativa, do discurso situado ou no contexto

De posse do material, deu-se início à primeira etapa desta nova pesquisa utilizando:

a) 61 questionários - respostas sobre idade, segmento de atuação, disciplina que lecionavam, tempo de magistério, carga horária de trabalho, atividades de lazer e a pergunta: Que tipo de livro você gosta de ler? Com esses dados elaboramos um Perfil desses professores.

- b) 61 gravações das entrevistas conversacionais - utilizamos a pergunta . Alguns livros e autores se tornaram referência para nós. Que leituras mais influenciaram a sua formação como educador?.
- c) Transcrições dos 4 grupos focais - realizados nas escolas: com o objetivo de verificar a preferência e justificativas acerca dos livros de autoajuda.

d) 30 questionários virtuais - As informações sobre sexo, idade e tempo de magistério. Em seguida solicitávamos que listassem cinco livros que recomendariam para um professor iniciante e apresentassem uma breve justificativa. O documento foi enviado por e-mail

e) Observações nas livrarias: foram realizadas visitas presenciais a diferentes livrarias, objetivando conhecer as técnicas de disposição e formas de apresentação ao público dos livros.

f) Verificar nas livrarias *online* a relação semanal dos livros mais vendidos;

g) Diário de Campo: local em que eram registradas as observações sobre o tema.

Discussão dos resultados

Nas visitações às livrarias, constatamos que as imagens das capas diziam e identificavam algo, vivemos em uma sociedade onde o universo visual predomina e a comunicação é realizada em grande escala através das linguagens não-verbais.

A análise das imagens das capas dos livros de autoajuda mostra que eles são dirigidos para auditórios claramente identificados, que os reconhecem como 'seus livros', aqueles que podem auxiliar os membros dos auditórios em crises pessoais e profissionais.

Diariamente, muitas pessoas olham para capas de livros e desatentas não percebem que elas influenciam suas crenças sociais, pois os valores nelas contidos recriam ou reafirmam valores, dentre eles uma construção da imagem do ser ideal (LEAL, 2006).

As análises das capas dos livros escolhidos pelos professores denotam que os símbolos utilizados como recursos por seus autores, demonstram os valores sustentados e defendidos por este auditório. São valores que representam sentimentos maternais, característicos da "essência feminina". Estes livros quase sempre contêm imagens de mulheres em representações próprias do gênero feminino e gestos que contêm qualidades das mães, como: carinho, afeto, amor. Outras vezes, são indicações e preocupações com a segurança e proteção com as crianças, como o simples ato de segurar a mão.

Outros autores estampam em suas capas símbolos específicos da mulher como flores, objetos de uso, como batom e outros, no único intuito de chamar a atenção de suas leitoras.

Quanto ao gênero observamos em nossas análises que havia na literatura da autoajuda dois grupos de auditórios. Um destinado ao público do mercado corporativo, que são voltados para os homens, pertence ao segmento administrativo e têm nas suas capas, imagens que fortalecem sentidos do gênero masculino como poder e a razão.

As imagens das capas são as representações do sucesso na vida empresarial onde predominam valores ditados pela sociedade como sucesso pessoal e profissional.

As capas voltadas para o meio empresarial expressam a idéia de que para o homem ser feliz é necessário ter dinheiro. A autoajuda, neste caso, é muito mais um manual de orientações e técnicas do que um convite de reflexão ou uma espécie de conselhos para comportamentos, emoções e afetividade.

O mercado corporativo valorizou muito o homem organizacional, que ganhou referências, e as empresas começaram a preparar seus profissionais para o mercado da competição, em que as relações pessoais e profissionais ganharam novas linguagens.

Estima-se que 70% dos leitores de autoajuda espiritual sejam mulheres, a quem por tradição cultural como também por contingência da vida moderna, cabe liderar e amparar a família nas questões da alma (Revista Veja 2009).

Observando as imagens das capas dos livros femininos direcionadas ao público em geral, são imagens construídas que denotam atributos ligados a feminilidade, conforme estatística acima mencionada, são símbolos tais como: afetividade, emoção, paixão, bem estar físico (vaidade), moda, envelhecimento, educação dos filhos, culinária, vida pessoal das celebridades do cinema e da TV, astrologia, sexualidade, dentre outros.

Conclusões

A analise permitiu constatar que os livros de autoajuda são os que melhor os orientam e os auxiliam os professores nas práticas diárias, diante das dificuldades da escola.

O uso da Retórica como instrumento metodológico de análise identificou que os livros de autoajuda, assim categorizados pelas diferentes mídias do segmento literário, pertencem ao gênero epidítico, pois louvam e censuram valores defendidos pelos auditórios, atendendo as demandas dos leitores segundo seus valores, crenças e atitudes.

Os resultados ainda apontaram existência de uma divisão nítida desses livros segundo o gênero de suas audiências: o masculino e o feminino. Assim, os livros expressam a dissociação do humano em duas "essências": a feminina e a masculina.

A adesão das professoras aos livros de autoajuda não deve ser visto com menosprezo, nem tão pouco como ausência de consciência profissional, pois se trata somente da reafirmação dos valores que precisam defender para sobreviver.

O objetivo deste estudo não foi o de censurar os livros, seus autores e seus leitores, mas compreender os valores, comportamentos, atitudes, emoções e sentimentos defendidos por milhares de leitores desse gênero literário.

Referências bibliográficas:

ALEXANDRE, Jr, M.; A retórica: um saber interdisciplinar. Centro de Estudos Clássicos. Lisboa. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, **Revista Rhétoriké**, 2004.

ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F.; **O método nas ciências naturais e sociais:** Pesquisa quantitativa e qualitativa. São Paulo: Ed.Thomson, 1999.

ASBAHR, M.; **Os professores leitores dos livros de auto-ajuda para crianças**. 2005. 175 f. Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2005.

ARISTÓTELES; **Ética a Nicômaco**. São Paulo. São Paulo. Editora Martin Claret, 2008.

BIDERMAN, I.; **Folha de São Paulo**. Disponível em: www1.folha.uol.com.br. Acessado em: 06/05/2004.

BRUNELLI, A. F.; **O sucesso está em suas mãos**: análise do discurso de autoajuda. 2004. 164 f. Tese (Doutorado em Lingüística) - Universidade IEL / UNICAMP. São Paulo, 2004.

COVALATTI, F.; **Os manuais e suas receitas.** 2002. Disponível em: http://galileu.globo.com./educ/128rdossie5htm-2002. Acessado em: 07/06/2009.

KENNEDY, G. A.; Comparative Rhetoric. **Encyclopedia of Rhetoric**. Oxford University Press. Oxford, 2001.

LEAL, P. M. V.; **Retórica feminista:** a construção da imagem do homem em capas de revistas americanas. 2006. Disponível em: www.faac.unesp.br/publicações/anais-comunicação/textos. Acessado em: 11/07/2009.

LOPES, C. M.; FELIZARDO, K.; RANHEL, T.; **O Discurso da autoajuda na Academia Brasileira de Letras:** um estudo sobre Paulo Coelho. 2008. 120 f. Trabalho monográfico (graduação em Licenciatura) Centro Universitário de Franca – UNI-FACET, São Paulo, 2008.

MAZZOTTI, T.; ALVES-MAZZOTTI, A.; **Análise retórica como instrumento para a pesquisa em Psicologia Social**. No prelo. 2009.

MOSCOVICI, S. A.; **A representação social da psicanálise.** Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1978.

PATTON, (1986); *In:* ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F.; **O método nas ciências naturais e sociais:** Pesquisa quantitativa e qualitativa. São Paulo: Ed.Thomson, 1999.

PERELMAN, C. (1993); *In:* PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA; **O império retórico - retórica e argumentação**, Lisboa: ASA, 2002.

PERRENOUD, P.; **10 Novas Competências para ensinar**. Porto Alegre. Edt.Artmed. 2000.

_____, 1998; *In:* MAZZOTTI, T.; ALVES-MAZZOTTI, A.; **Análise retórica como instrumento para a pesquisa em Psicologia Social**. No prelo. 2009.

RÜDIGER, F. (1995); *In:* ASBAHR, M.; **Os professores leitores dos livros de auto-ajuda para crianças**. 2005. 175 f. Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2005.

_____; **Literatura de autoajuda e individualismo** (Ed.Faurgs). 1996. Disponível em: www1.folha.uol.com.br. Acessado em: 06/05/2007.

TARDIFF, M.; **Saberes profissionais dos professores e conhecimentos universitários**. elementos para uma epistemologia da prática profissional dos professores e suas conseqüências em relação à formação para o magistério. Revista Brasileira de Educação. Jan/Fev/Mar/Abr/2000. N.13. Acesso em 13/09/2009.

DISCURSOS DE MEMÓRIAS DA COMUNIDADE PRISMA DA UFABC NAS REDES SOCIAIS: PERFORMANCES DE DIVERSIDADE DE GÊNERO E SEXUAL NA CIBERCULTURA

Andrea Paula dos Santos[158]

Tatyane Estrela[159]

INTRODUÇÃO

Este artigo trata de uma pesquisa em fase final sobre processos de construção de identidades e subjetividades num grupo de pessoas que se reúne desde de 2006, em torno da questão da diversidade de gênero e sexual. Essa comunidade, que se auto-denomina Prisma, é formada por estudantes da UFABC e outras pessoas que acabaram ingressando na mesma a partir das relações e das sociabilidades desenvolvidas por seus membros.

Com o objetivo de compreender a dinâmica desse grupo nos espaços da UFABC e nas redes sociais, foi realizada a pesquisa e análise das formas de interação nas redes sociais, uma entrevista inicial com um membro da Prisma, bem como a revisão da literatura.

A partir de uma entrevista prévia com um dos membros da comunidade Prisma, foi possível obter algumas informações relevantes sobre a formação da comunidade. Alexandre Soares Cavalcante, 20 anos, estudante do 3o. ano do Bacharelado em Ciência e Tecnologia, comenta que a comunidade Prisma surgiu poucos anos depois da inauguração da UFABC, em 2006, devido ao ingresso de uma grande quantidade de alunos que se identificavam com as questões da diversidade sexual. Buscando reunir este grupo, foi criada uma comunidade no Orkut, sendo inicialmente voltada ao público LGBT e posteriormente aberta aos simpatizantes. Em 21 de janeiro de 2011, possuía 243 membros. Sua organização é feita em tópicos, que a medida que são comentados passam ao topo da lista. Sua coordenação é feita por quatro membros, que além de moderarem os tópicos, cuidam do processo de seleção dos candidatos a membros.

Em busca de observar como ocorrem os processos de identificação e o jogo das identidades na comunidade Prisma, foi usada a entrevista inicial. As falas do entrevistado deram subsídios tanto para a observação dos processos identitários e das dinâmicas da comunidade na produção de memórias e discursos, como para aprimorar o questionário de pesquisa. É importante citar que o questionário para entrevistas foi visto nesta pesquisa como um processo, que a partir da observação e das sugestões dos participantes, buscou-se aprimorar continuamente. Na construção do questionário foram abordadas questões referentes ao indivíduo como integrante da comunidade, a comunidade Prisma e sua relação com a UFABC. Com o material audiovisual, foi feita transcrição da gravação, com vistas à mediação das linguagens audiovisual para a escrita, considerando as diferenças e as especificidades dessas práticas discursivas. Isto posto, se fará uma breve introdução teórica sobre conceitos fundamentais para a compreensão do universo cibercultural e das redes sociais nessa pesquisa.

---

158 Professora Adjunta da Universidade Federal do ABC (UFABC), Mestre em História Social, Doutora em História Econômica (USP) e Pós-Doutora em História da Ciência (PUC-SP). Líder do grupo de pesquisa Conflitos, diversidades culturais e tecnologias.

159 Graduada em Tecnologia em Logística ênfase em Transportes (FATEC-ZL), Graduanda nos Bacharelados em Ciências e Humanidades, Filosofia e Políticas Públicas na Universidade Federal do ABC (UFABC). Bolsista do programa Pesquisando Desde o Primeiro Dia (PDPD) da UFABC.

CIBERCULTURA E REDES SOCIAIS: O ORKUT

De acordo com SANTAELLA (2003), a cibercultura é uma criatura humana, na qual não há a separação entre o ser humano e a cultura. Como tal, as tecnologias digitais, também chamadas de tecnologias da inteligência, moldam a sensibilidade e a mente humana. De que forma a cultura, as comunicações e a interface ser humano e máquina estão sendo alteradas são questões colocadas pela autora (SANTAELLA, 2003, p.30).

CASTELLS (2003) contribui para a discussão ao apresentar um panorama de como o tempo e o espaço são alterados com os novos sistemas de comunicação. Frisa que o tempo intemporal e os fluxos espaciais passam a ser as bases de uma nova cultura, na qual a distinção entre o que é real e o que é ficção se torna cada vez mais tênue. As redes pela sua estrutura, permitem uma expansão ilimitada e de forma integrada por meio do compartilhamento de códigos comunicacionais, sejam valores ou objetivos. Possibilita uma estrutura social aberta, dinâmica e inovadora de forma equilibrada (CASTELLS, 2003, p. 499).

A rede Orkut é um exemplo claro do surgimento de um novo modelo de ambiente comunicacional. Para compreender seu funcionamento, JOBIM E SOUZA; HAMANN (2006), esclarecem que é necessária a participação nele, uma vez que possui regras específicas da rede social. Em suma, o Orkut permite relacionamentos na internet, nos quais há o fácil acesso a uma lista de amigos e comunidades de interesse. Tendo como características a criação de uma ambiente "confiável" (de amigos), onde pode ocorrer a socialização e comunicação. O uso de um perfil, no qual informações pessoais, interesses, fotos, registros de trocas de informação podem ser armazenadas, é a forma pela qual as pessoas ocupam espaço no Orkut (JOBIM E SOUZA; HAMANN, 2006, p.108-109).

As formas de interação permitidas pela rede social Orkut permitem uma construção social de conhecimento, em grupo, de forma descentralizada, por meio da interação. JOBIM E SOUZA e HAMANN (2006), citam Leo Vygostky, que entende a construção social do conhecimento e da subjetividade como processos interacionais mediados por artefatos da cultura na mediação com o outro e as transformações dos usos da linguagem no contexto histórico de cada época (JOBIM E SOUZA; HAMANN, 2006, p.111).

No discurso do entrevistado, as interações proporcionadas pelas redes são consideradas proveitosas e os vínculos mediados pela tecnologia das redes sociais parecem não serem menores que outros tipos de relações convencionais:

> *"Tenho alguns amigos que praticamente não vejo pessoalmente, tenho mais um contato virtual e mesmo assim eles significam muito para mim. São muito importantes para mim por que eu consigo me expressar com eles, conversar, mesmo no ambiente virtual de uma forma às vezes muito mais íntima do que com amigos presencias" (CAVALCANTE, 2010).*

SILVEIRA (2010) comenta que a dependência de protocolos comunicacionais para realizar a comunicação exige a aceitação destas regras, o que ao mesmo tempo garante a liberdade e gera o controle sobre esta mesma liberdade, isso expressa o caráter de nossa sociedade de controle (SILVEIRA, 2010, p.77).

DELEUZE (1992) afirma que embora pareçam libertários, tais dispositivos atuam de forma conservadora, havendo uma ambiguidade entre as sociedades disciplinares e de controle. Tais características remetem a reflexão sobre os limites das transformações nas estruturas de poder a partir destas redes. Tal observação é fundamental para compreender limites e possibilidades dos novos movimentos sociais que têm na internet importante canal de comunicação, organização e luta. Quanto à comunidade estudada, a Prisma, é possível notar tanto a pluralidades de falas permitida pela arquitetura das rede, como a tensão gerada e a fragilidade a qual a comunidade está exposta.

Sobre o controle realizado internamente na Prisma, é interessante citar que há um tópico específico que enumera os objetivos da comunidade e as regras de ingresso, conduta e participação. Nos espaços de discussão das redes sociais há uma descentralização do controle, devido a forma polifônica de produção das falas que, mesmo existindo algum protocolo de controle, torna a atividade de moderação algo difícil de realizar.

Os tópicos abaixo citados dão uma visão de como a construção das identidades e subjetividades são afetadas, tanto pela multiplicidade de temas, como pela liberdade em relação às temáticas tratadas, que vão de assuntos do cotidiano, passam por exposições de experiências, por discussões em torno das lutas LGBTs e chegam a atividades de entretenimento, nas quais as participações mostram um ambiente amistoso e aberto:

21/01/2011 – Confesso: 12.924 postagens – tópico com o maio número de postagens que trata da exposição de fatos, situações, condições dos membros da comunidade, com uma grande variedade de exposições, de coisas cotidianas a atos extravagantes.

31/01/2011 – Entretenimento: 474 postagens – tópico com indicação de músicas, séries, vídeos e filmes de humor, que demonstram o consumo cultural da comunidade.

21/09/2010 - Biblioteca PRISMA: 22 postagens – tópico para compartilhamento e troca de livros.

27/03/2010 - 30 coisas pra fazer antes dos 30: O que vc já fez? - tópico no qual se colocam os desejos e objetivos a serem alcançados até os 30 anos, como também o que já foi alcançado.

12/01/2011 – Pegava? - 568 postagens. Jogo no qual se demonstra interesse no participante anterior. Demonstra liberdade de expressão dos interesses sexuais.

18/01/2011 - DISCIPLINAS 2011 - PRIMEIRO QUADRIMESTRE: tópico no qual os membros colocam as disciplinas a serem cursadas no período citado.

19/12/2010 – Jornal Prisma: tópico com notícias LGBTs e comentários. 56 postagens.

Diante das falas da entrevista e dos tópicos, que são arquivos produzidos na comunidade, percebe-se que o arquivo na cultura digital permite acesso a coisas que as pessoas não imaginavam, ao mesmo tempo que é frágil, mantendo uma relação direta com os processos de identificação. Seu formato de produção em grupo, descentralizada, gera características que a diferencia, e sua forma fragmentada dificulta a gestão, o que exige um processo constante de negociação.

É interessante observar, como um jogo da comunidade Prisma no Orkut, permitiu que as questões de identidade de gênero fossem destacadas. Em tal jogo ficou claro como ainda é presente, nas práticas até de grupos da diversidade, o sexo binário como sendo um referencial importante de identificação. Ao mesmo tempo que um teste permite as pessoas tratarem suas identidades sexuais com mais desenvoltura, reflete a força que as identidades tanto masculinas, quanto femininas são reafirmadas:

1/12/2010 – Teste: Quanto masculino/feminina vc é? - 68 postagens. Apresentação dos resultados de um teste de gênero, no qual alguns indivíduos se descobrem como sendo diferentes do que pensavam.

Diante desta observação é fundamental observar a distância da forma como as discussões de gênero têm ocorrido e como se materializam nos discursos da comunidade. Judith Butler, filósofa estadunidense tem importante destaque por problematizar as definições sobre sexualidade e gênero existentes na atualidade. De acordo com RODRIGUES (2005), Butler problematiza que o gênero seria "um ponto relativo de convergência entre conjuntos específicos de relações, cultural e historicamente convergentes". Partindo da crítica às dicotomias produzidas pela divisão sexo/gênero, Butler chega ao desmonte da concepção do indivíduo como um ser unificado. Importante ponto de sua teoria da performatividade de gênero é a ideia da não existência de uma identidade de gênero fixa, mas expressões de gênero, que são performativamente constituídas (RODRIGUES, 2005, p.180).

Conforme GALLINA (2005), Judith Butler, entende o gênero como construção identitária na qual os indivíduos expõem suas subjetividades e por meio da qual buscam se expressar, produzindo performances. Neste ponto, é importante caracterizar o que seria a "performance". SILVA (2005) entende performance como "espaço simbólico e de representação metafórica da realidade social, através do jogo de inversão e desempenho de papéis figurativos que sugerem criatividade e propiciam uma experiência singular, que é, ao mesmo tempo, 'reflexiva' e da 'reflexividade'" (SILVA, 2005, p.43). Como construção identitária expressa por meio de performances, o gênero perde o seu caráter fixo e se torna cada vez fluído e sua constituição passa a ter relação direta com os processos de identificação. Como tais processos ocorrem e quais a relações com a constituição de comunidades, são questões a serem tratadas no próximo tópico.

IDENTIDADE, SUBJETIVIDADE E COMUNIDADE

Ao tratar da noção de identidade nessa pesquisa, dois autores contemporâneos são considerados fundamentais para possíveis reflexões. Zygmunt Bauman e Anthony Giddens trouxeram elementos conceituais que possibilitaram a compreensão de como os sujeitos constroem processos de identificação ao participarem de uma comunidade.

BAUMAN (2003), no livro *Comunidade*, demonstra como a ideia de identidade e comunidade são interdependentes:

> *"A vulnerabilidade das identidades individuais e a precariedade da solitária construção da identidade levam os seus construtores a procurar cabides para, em conjunto, pendurar seus medos e ansiedades individualmente experimentados e, depois disso, realizar os ritos de exorcismo em companhia de outros indivíduos também assustados e ansiosos" (BAUMAN, 2003, p.21).*

Nesse sentido, pode-se dizer que a definição de identidade está relacionada a como os sujeitos estabelecem e/ou constroem sentidos de pertencimento a grupos e de continuidade no tempo e no espaço. Já a noção de comunidade assemelha-se a definição de identidade, porém a identidade pode se referir a um indivíduo e a comunidade sempre se refere a uma coletividade. Ou seja, a comunidade constrói sentidos de pertencimento, constrói identidades, mas o que ela estabelece tenta servir como referência para todos, independente das singularidades. A comunidade ressalta o que é comum a mais de um sujeito. Comunidade (família, trabalho, religião) tende a ser mais homogênea ao definir uma identidade coletiva para vários. Comunidade ressalta o que é próprio de vários sujeitos, seria a identidade coletiva. A identidade ressalta o que é próprio do sujeito, ou seja, a identidade individual. A Identidade pode ser mais heterogênea porque um sujeito pode se definir como pertencente a mais de uma comunidade (família, trabalho, religião).

Pelo fato do sujeito transitar em várias comunidades, sua identidade pode ser contraditória, ambígua, plural e heterogênea. Já a comunidade, para ter continuidade no tempo e no espaço, garantindo um sentido de pertencimento, ou seja, uma identidade, precisa se construir de forma mais homogênea. Há a constante tensão entre os sujeitos (identidades individuais) e a comunidade (identidade coletiva).

Feitas essas considerações teóricas sobre as noções de identidade e comunidade, traremos para a reflexão alguns elementos levantados na pesquisa. Numa breve análise das postagens nas redes sociais, o tema da admissão de membros no grupo é fundamental. Os critérios de ingresso demonstram um certo perfil desejável.

Em 19 de janeiro de 2011, foi levantado que a candidatura a membro passa por uma análise do perfil por parte dos integrantes, sobretudo por alguns mediadores que lideram e/ou tem maior influência no processo. Um primeiro fator considerado relevante é averiguar a possibilidade de que o perfil de um candidato a membro da Prisma possa vir a ser "Fake", ou seja, falso. Aqui já é possível formular uma questão importante: levando em conta que o fato do sujeito fazer afirmações que são vistas como falsas ou verdadeiras é um requisito pra aceitação no grupo, quão grande seria a complexidade de se definir o que é falso, o que é verdadeiro, e como os sujeitos se esforçam por fazer um comportamento expressivo (performance) convincente para ser aceito.

Outro critério é se o sujeito tem presença em outras comunidades da UFABC e se tem possível relação com algum membro do grupo. Ao mesmo tempo que existe sensibilidade a novos membros no sentido de acolher, é feita uma investigação sobre a procedência do indivíduo e o mapeamento da rede de contatos do postulante a membro.

O indivíduo diante dos complexos processos de identificação, que muitas vezes demonstram as fragilidades dos esforços em tentar definir sua identidade, acaba por buscar numa comunidade uma certa estabilidade, um espaço no qual ocorre as trocas de experiências e o compartilhamento de ideias em comum. A Prisma, como uma comunidade da diversidade, consegue acolher, agrupar e fazer interagir os indivíduos, ao mesmo tempo que busca legitimar as identidades de gênero e sexuais de seus integrantes, tanto internamente, como externamente:

> *"Eu acho que a Prisma é uma comunidade da diversidade, por que é o que eu vejo. Na Prisma, você tem gays, lésbicas, bissexuais, multissexuais, transexuais, pluri, pan, inter, todos os prefixos que você quiser que termine com sexual, e mesmo assim não é uma comunidade, sexualizada, não é uma comunidade para sexo, é uma comunidade que hoje em dia, reúne bastante gente para poder se expressar da forma como quiser, falar aquilo que quer, sem ter nenhuma repressão moral ou ética ..." (CAVALCANTE, 2010).*

Em certos momentos é possível observar a idealização da comunidade, a desvalorização da comunidade em um grupo cibercultural e a valorização do convívio presencial como algo melhor. Parte dos membros não conseguem observar as possibilidades que os meios tecnológicos oferecem para a atuação do grupo. A partir dessa constatação, pode-se questionar se é possível que ocorra um certo isolamento ou maior liberdade e convívio entre as pessoas e a partir dos espaços ciberculturais. Até mesmo a definição da Prisma por parte do entrevistado como um "universo de liberdade" pode contradizer a forma como outros membros entendem as possibilidades da comunidade "virtual":

> *"A Prisma seria um espaço; acho que é mais do que isso; seria um universo de liberdade. A existência da Prisma me propôs um universo que não está mais circunscrito a Prisma, eu me apropriei da forma da Prisma para construir o meu universo, e no meu universo eu tenho liberdade para eu fazer o que eu quiser" (CAVALCANTE, 2010).*

E quando faz uma definição da comunidade virtual, o entrevistado comenta como a comunidade extrapola o ambiente cibercultural e como a experiência da Prisma tem uma relação com o modo de pensar a diversidade, não somente por parte dos membros:

> *"... A princípio a comunidade Prisma é uma comunidade do Orkut. Ai eu falo assim: eu sou prismático, eu estou na Prisma. Mas isso se estende ... esse adjetivo passa a ser não somente um adjetivo de pertencimento a comunidade, mas uma adjetivo de como a pessoa pensa a diversidade hoje em dia. Qualquer que pessoa que me falar que é aberta a diversidade, que é uma pessoa que legitima, que gosta, que acha bom, acha importante, respeita, para mim essa pessoa é prismática" (CAVALCANTE, 2010).*

É digno de nota que na fala do entrevistado, fica clara como a comunidade Prisma, como uma comunidade da diversidade de gênero e sexual se diferencia de outros grupos que lidam com essas temáticas.

> *"... A comunidade tem ações na luta pelos direitos da causa LGBTT e são discutidos assuntos da esfera pública, do grupo social se identificando mutuamente e pelos direitos. Além dos assuntos da subjetividade, da individualidade, das particularidades da vida de cada um, como no tópico dos confessos e no de entretenimento ... Eu sinceramente acho que na Prisma você pode discutir tudo ... eu não acho que a Prisma é uma comunidade pela luta LGBT, eu acho que é uma comunidade de expressão" (CAVALCANTE, 2010).*

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os diversos adjetivos: "comunidade da diversidade", "comunidade de expressão", "universo de liberdade", modo de vida: "ser prismático", usados pelo entrevistado para denominar a comunidade Prisma, demonstram a tentativa de tentar dar conta das múltiplas formas de atuação da Prisma, de suas nuances, de seus discursos e de seus processos. Creio que a denominação "comunidade de expressão" seja uma que se relacione bem com o foco deste trabalho. É por meio da expressão das subjetividades por meio da exposição dos anseios, questões do cotidiano, dúvidas, medos e desejos, da participação dos jogos que facilitam as trocas, que os membros dialogam e constroem discursos de memórias na comunidade Prisma. Embora muitas vezes, tais espaços cibernéticos não sejam considerados arenas legítimas de atuação política, no caso da Prisma, pode-se compreender que este opera como agregador de pessoas em torno de temáticas comuns, e como tal acaba por impactar o cotidiano dos participantes e da UFABC, ao pautar discussões sobre diversidade de gênero e sexual e dar visibilidade a essas questões. O histórico da comunidade deixa claro como ocorreu esse processo. Surgindo como uma comunidade no Orkut, depois no Facebook, em seguida passando a realizar encontros presenciais e atualmente, em julho de 2011, com o projeto de criação de um site do grupo para divulgar as atividades do grupo. Esse modo de atuação política, sem o levantamento de bandeiras, onde a prática cotidiana é mais transformadora do que grandes projetos políticos, caracteriza os discursos de memórias da comunidade Prisma e como são realizadas suas performances. Comunidade plural, que se (des)constrói diariamente, a partir das relações cibernéticas e outras que extrapolam o uso das tecnologias e que fazendo uso das redes concretiza ações políticas de diversidade de gênero e sexual de acordo com as estruturas do século XXI.

Referências bibliográficas:

BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede.* 7ª. ed. Rev. E ampl., São Paulo: Paz e Terra, 2003. (Coleção A era da Informação: economia, sociedade e cultura, v. 1).

CAVALCANTE, Alexandre Soares. Santo André, 24 de julho de 2010. Entrevista concedida a Tatyane Estrela.

DELEUZE, Gilles. *Post-Scriptum sobre as sociedades de controle.* In: DELEUZE, G. "Conversações 1972-1990". Rio de Janeiro: Ed. 34: 1992. p.219-226.

GALLINA, Justina Franchi. *Pós-feminismo atraves de Judith Butler.* Pe. Estud. Fem. [online]. 2006, vol.14, n.2, p. 556-558. ISSN 0104-026X. doi: 10.1590/S0104-026X2006000200018.

JOBIM E SOUZA, S. ; HAMANN, Fernanda Passarelli . Os jovens e o ORKUT: considerações sobre a criação de jogos de linguagem e de identidade em rede. In: *Nicolaci-da-Costa, Ana Maria. (Org.). Cabeças Digitais: o cotidiano na era da informação.* São Paulo: Loyola, 2006, v. , p. 107-130.

RODRIGUES, Carla. *Butler e a desconstrução do gênero.* Revista de Estudos Feministas, v. 13, n. 1, p. 179-183, 2005.

SANTAELLA, Lúcia. *Da cultura das mídias à cibercultura: O advento dos pós-humano.* Revista FAMECOS, Porto Alegre, p. 23-32, 2003.

SILVA, Rubens Alves da. Entre "artes" e "ciências": a noção de performance e drama no campo das ciências socias. Horiz. antropol. [online]. 2005, vol.11, n.24, pp. 35-65. ISSN 0104-7183. doi: 10.1590/S0104-71832005000200003.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu (Org.) . *Cidadania e Redes Digitais.* 1. ed. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil / Maracá - Educação e Tecnologia, 2010. v. 1. 250 p.

DISCURSOS SOBRE A EXPERIÊNCIA AMOROSA*

Miriam Cristina da Silva Dolzani **

(FAETEC/UERJ)

1. Introdução

Um dos primeiros autores a problematizar a espontaneidade das emoções foi Émile Durkheim (2003) com o texto "As Formas Elementares da Vida Religiosa", publicado pela primeira vez em 1912. Os rituais de luto aos quais Durkheim (2003) se refere nessa obra são importantes para perceber a obrigatoriedade das emoções na medida em que os mesmos são programados e coletivos. As demonstrações de lamento que o autor descreve são ditas obrigatórias não exatamente por que sejam falsas ou não autênticas, mas, sobretudo, porque não são individualmente espontâneas. Ao deixar claro que o luto não é a expressão espontânea de emoções individuais, Durkheim transparece sua visão de indivíduo duplamente constituído por um ser individual e um ser social. Para ele, durante as manifestações de luto, o indivíduo pode demonstrar emoções intensas sem que ele esteja pessoalmente abalado por aquele sentimento:

> Um primeiro fato é certo: o luto não é a expressão espontânea das vontades individuais. Se os parentes choram, se lamentam, se mortificam, não é porque se sintam pessoalmente atingidos pela morte de seu próximo. Certamente pode ocorrer, em casos particulares, que a tristeza expressa seja realmente sentida. Mas, de maneira geral, não há relação alguma entre os sentimentos experimentados e os gestos executados pelos autores do rito. (...). O luto não é um movimento natural de sensibilidade privada, machucada por uma perda cruel, mas um dever imposto pelo grupo. (Durkheim, 2003, p. 434-435).

O segundo movimento nesta direção, identificado a partir da década de 80, deu continuidade ao questionamento sobre a essencialização das emoções, trazendo importantes contribuições teóricas e etnográficas concernentes ao tema. Na introdução da obra "Language and the Politcs of Emotion", Abu-Lughod e Lutz (1990) ressaltam o fato de que as análises realizadas nas ciências sociais até a década de 80 tinham absorvido a premissa de que as emoções seriam internas, irracionais e naturais, trazendo para o interior deste campo uma visão *essencialista* das emoções, assim como ocorria na psicologia e na filosofia. A perspectiva essencialista defende que todos os seres humanos seriam levados a sentir o mesmo tipo de emoção ao deparar-se com situações semelhantes, podendo surgir, deste modo, sentimentos de ódio, amor, compaixão, tristeza como respostas a tais provocações. E, indo mais adiante,

* Pesquisa realizada entre os anos de 2006 e 2008, sob orientação de Claudia Rezende, no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, com o apoio da agência financiadora CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

** Mestre em Ciências Sociais pelo PPCIS/UERJ, Mestre em Ciência Política pelo PPGCP/UFRJ, Especialista em Políticas Territoriais no Estado do Rio de Janeiro pelo PPGEO/UERJ e professora de sociologia da FAETEC/RJ.

sugere que a expressão desses sentimentos também se dá de forma similar nos diversos cantos do mundo, a independer das particularidades locais e culturais de cada povo.

Ao questionar esses julgamentos, Lutz e Abu-lughod colocaram em debate a tradicional separação entre sentimentos e universo social, tentando perceber como essas duas esferas podem se tocar e se influenciar, investigando a tríade emoção, sociedade e significado cultural que compõe este ramo da antropologia das emoções. O estudo das emoções entrelaçado à estrutura e conjuntura sociais nos permite investigar os discursos emocionais que prevalecem em uma determinada sociedade, assim como os possíveis significados culturais de uma determinada emoção.

Segundo essas autoras, o discurso, que pode se encontrar nas mais diversas formas, inclusive na narrativa pessoal, constrói na mesma medida em que é construído pelos significados culturais de uma dada rede social. Para elas, a prática da linguagem, que é viva e significante, necessariamente traz em si um conjunto de valorizações e escolhas culturais, formulando o aporte necessário para as investigações deste artigo.

2. **A amizade nas relações amorosas**

Nota-se uma valorização cada vez maior das noções de liberdade e igualdade em todas as esferas da vida moderna, principalmente nos contextos urbanos. Tem-se desenhado um novo modelo de relacionamento amoroso em que papéis sociais determinados pelo sexo estão sendo revistos, havendo uma maximização da intimidade nas relações amorosas (Giddens, 2002). Rezende (2002), em seus estudos sobre a amizade nas sociedades brasileira e inglesa, ressaltou a importância de o indivíduo moderno tecer relações de confiança e intimidade fora do âmbito familiar, uma vez que se encontra em um contexto sócio-cultural de insegurança devido aos processos de desencaixe típicos da modernidade (Giddens 1991). Neste cenário de valorização da igualdade e de busca por relações de confiança, tornou-se comum que o amante tenha sido apontado cada vez mais como um amigo. Um fenômeno concentra em uma mesma figura as expectativas relacionadas ao amor e à amizade.

Carla, por exemplo, tinha seu ex-namorado como um amigo, como seu melhor amigo. E, para descrever sua relação ela citou por várias vezes o termo "companheiro" nos seus relatos. Sugerindo um modelo de relacionamento de relativa igualdade, onde o casal divide tarefas e outros momentos cotidianos sem uma distinção explícita de gênero. A seguir, a definição de Carla sobre o que é um "companheiro":

> Companheiro é aquela pessoa que se entrega como você se entrega, há uma reciprocidade. Ele era o meu melhor amigo. Engraçado porque... a gente dividia tanto tanta coisa e era uma coisa tão... não sei se eu posso dizer misturada, né, mas não tinha essa divisão: amigo x namorado. Marido x companheiro. Não tinha essa divisão. Quando aconteceu o 11 de setembro, a primeira coisa que a gente fez quando um soube da notícia foi a gente se ligar. A gente foi falando à respeito: "nossa, você viu o que acabou de acontecer, nossa, vamos se encontrar, quando a gente se encontrar a gente tem que falar sobre isso porque é um acontecimento". Hoje eu olho pra isso e penso: gente! O que isso tem a ver com vida amorosa? A gente dividia mais do que a cama, digamos assim. A gente dividia a vida, mesmo, como um todo. (Carla, informação verbal)

Na fala de Carla, o namorado se transforma em "companheiro" justamente por não ter um papel fixo com delimitações rígidas de obrigações e outras atribuições. Namorado e namorada, marido e mulher aqui, são, sobretudo, indivíduos que se acompanham e compartilham o seu cotidiano, evitando criar barreiras, na forma de assuntos ou atividades, onde o outro não possa entrar.

Renato, assim como Carla, considera que sua ex-mulher era sua "melhor amiga", enfocando, principalmente, a questão da confiança. Nos seus depoimentos, ele confirma a raridade de poder confiar em alguém, e diz que essa era a principal qualidade de Lúcia:

> Gostava dela porque era uma pessoa com quem eu tinha me aberto, me mostrado de fato, e a única pessoa que me conhecia, então eu me sentia à vontade com ela. Eu saía com outras pessoas, era igualmente divertido, mas eu sabia que com ela eu podia ser mais sincero. Ela era minha melhor amiga. (Renato, informação verbal)

Renato declarou ser uma pessoa muito desconfiada em relação às pessoas em geral, entretanto, foi em sua ex-mulher que ele conseguiu ter a confiança que ele não conseguia ter em outras pessoas. Rezende (2002) também destacou a confiança como um dos principais atributos nas relações entre amigos, tanto no contexto brasileiro, como no contexto inglês. A autora deve este fato ao desejo pelo sentimento de segurança, através da necessidade da crença no comportamento do outro, que viria a suprir a sensação geral de insegurança causada pelos diversos mecanismos de desencaixe típicos da modernidade. Renato também só conseguiria ser sincero na companhia de sua ex-mulher, o que significa que ele não tinha de disfarçar sentimentos, atendendo a uma condição também figurada na pesquisa de Rezende, em que o indivíduo moderno deseja revelar a sua "interioridade" nas suas relações de amizade através da expressão de suas intenções.

Além, do "companheirismo", surge também na fala de Carla a categoria da "cumplicidade" nas relações amorosas. A cumplicidade, ou seja, a intimidade e a confiança levada ao seu extremo, seria um ideal a ser almejado e construído pelo casal. Carla diferencia companheirismo e cumplicidade no relacionamento:

> É aquela coisa, né, um crime vai ser cometido, e você acompanha o criminoso, toma uma cerveja com ele e vai até o bar, você o acompanhou, você é companheiro dele. Aí você vai embora, e outro que também tava ali com vocês dois tomando uma cerveja, chega pro cara e fala: meu irmão, não faz essa merda! E aí o criminoso fala: vou fazer. Ta, então ta bom, então eu olho a porta pra você. Existe uma diferença, esse é o cúmplice. O cúmplice ta contigo, e ele é uma pessoa pra quem você pode dizer que vai cometer um crime. Quando você tem cumplicidade você não tem o que você não possa fazer ou que não possa dizer. (Carla, informação verbal)

Com o termo "cumplicidade", Carla consegue definir o máximo de compartilhamento e intimidade que um casal poderia alcançar. O cúmplice estaria em um grau superior ao companheiro, pois, além de estar constantemente ao lado do outro indivíduo, o cúmplice age conjuntamente a ele, num quadro que aponta para uma completa ausência de diferenciação entre gêneros e entre papéis sociais. Em casais cúmplices, não existiriam segredos que não pudessem ser contados e nem atos que não pudessem ser cometidos na presença do outro, construindo um panorama bastante ousado no que diz respeito à igualdade de direitos e deveres em um relacionamento.

Vinicius concorda com as proposições de Carla e Renato quanto à amizade nos relacionamentos amorosos. A resposta a seguir deriva da pergunta se sua ex-namorada era sua melhor amiga: "Na época era. (...) tinha vezes que a gente sentava pra comer e ficava vendo TV a cabo, a gente ficava conversando sobre os programas, ela falava da família dela, dos nossos amigos em comum, então nós conversávamos muito". Ele também cita o companheirismo que havia entre o casal:

> A companhia dela era minha melhor companhia. Nós não só tínhamos o beijo, o sexo e o cinema, como nós tínhamos a conversa que era maravilhosa, nossos momentos juntos a dois apenas conversando eram ótimos, às vezes ela estudava, e eu ajudava ela a estudar, esses momentos de mero companheirismo eram muito bons. (Vinicius, informação verbal).

Na fala de Vinicius é possível perceber bem o acúmulo de papéis que as relações amorosas contemporâneas vêm promovendo. A tendência de concentrar em um mesmo indivíduo as atribuições de amiga e namorada aparece fortemente em Vinicius: "Rita era a melhor companhia sempre, além dos momentos reservados ao sexo e ao namoro, próprios das relações amorosas". Vinicius, em outros pontos da entrevista, diz também que se afastou da maioria dos amigos que mantinha antes de iniciar o namoro com Rita para poder dedicar todo o seu tempo livre a ela, configurando um movimento de substituição das relações de amizade por uma única relação, que conjugaria amizade e paixão amorosa.

Ícaro também dá destaque especial à amizade nos relacionamentos amorosos. Por sua trajetória e experiência, ele julga que a amizade é essencial para a continuidade de um namoro. Por exemplo, ele diz que pôs fim a um dos seus relacionamentos por não conseguir estabelecer um vinculo de amizade com a moça em questão: "Roberta era mais nova.... não sei, parecia que tinha uma barreira entre mim e ela. Eu não sei.... eu tentava conversar, o papo não fluía. Então foi quando eu descobri que o que eu tinha com a Roberta era carência, pra tapar o buraco da outra." A falta de diálogo e identificação entre Ícaro e Roberta fez com que ele desistisse do relacionamento logo nos primeiros meses. Ele chamou de "barreira" a dificuldade em estabelecer contato íntimo com Roberta, e isto sugere que algo que deveria se misturar permaneceu separado por algum obstáculo.

Por causa da diferença de idade, como diz Ícaro, ou por qualquer outro motivo, as subjetividades dele e de Roberta não conseguiram se permear mutuamente, não conseguiram se "colar", permanecendo, então, o "buraco" deixado por sua ex-namorada, com quem ele disse que tinha imensa afinidade e sobre quem ele fala a seguir: "Com a Júlia eu dividia tudo. Era aquele relacionamento ideal". Ícaro entende como "ideal" um relacionamento onde tudo é dividido, onde não haja nenhum tipo de "barreira" como a que se deu no seu relacionamento com Roberta.

Miguel também considera muito importante a existência da amizade nos relacionamentos e costuma preservar isso mesmo depois dos relacionamentos desfeitos:

> Ele (*o ex-namorado*) não tinha muitos amigos, o que agitou o clima da relação foi só frequentar a casa dele, o vínculo, e encontrar amigos, isso era uma forma de encarar a solidão. Todos os caras que eu namorei querem a minha amizade. Isso é foda. Hoje em dia, eu dou muito mais valor a uma amizade do que a um namoro rotulado. O Carlos é um grande amigo, o que é foda, pois o grau que ele está já é um grau ótimo, sabe. Temos uma afinidade muito grande.(Miguel, informação verbal)

O ideal de Miguel, portanto, seria estabelecer uma relação amorosa com alguém que ele tivesse um sentimento significativo de amizade. A seguir, a resposta de Miguel sobre filmes de amor que ele tivesse se identificado: "Acho que não, não lembro, na verdade. O que eu mais gosto é de filmes de amor entre amigos, sabe". "Amor entre amigos" é a representação máxima quanto ao modelo de paixão amorosa para Miguel, estabelecendo um conceito um tanto modificado se comparado ao modelo de amor romântico defendido por outros entrevistados. A fala de Miguel também sugere um dado de liberdade bastante significativo, uma vez que deixa de lado qualquer tipo de rótulo relativo a namoro, aproximando sua concepção da noção de "relação pura" de Giddens.

Entretanto, nem para todos paixão e amizade constituem sentimentos conjugáveis. Outros informantes afirmaram que essas seriam sociabilidades inconciliáveis. Clarice é uma dessas pessoas: "Não. E acho que e nem deve. Eu acho que tem que existir uma amizade, mas amizade no sentido do companheirismo. Mas é diferente a amizade dentro da relação amorosa, da relação de paixão". Clarice, assim como Carla, Renato e Vinicius também fala sobre o companheirismo nas relações, mas é possível que o sentido de "companheirismo" dito por Clarice se distancie um pouco do significado pretendido por Carla, por exemplo, quando ela diz que seu ex-namorado era muito "companheiro", pelo fato de os dois compartilharem conversas e atividades várias, como o episódio de 11 de setembro.

Companheiro, no caso de Clarice, parece ser aquele que acompanha, aquele que se põe ao lado, sem necessariamente se comprometer ou permear a individualidade do outro. Clarice confirma esta visão mais preservada no interior da relação amorosa no próximo fragmento: "Eu não sei, porque eu gosto de ter os meus momentos das minhas coisas, entendeu. Eu gosto que ele participe, que ele esteja, mas ao mesmo tempo eu gosto de ter as minhas

individualidades, esses meus momentos de fazer as minhas coisas." Clarice parece não se sentir à vontade em dividir todos os momentos da sua vida com o seu parceiro amoroso, ela aprecia ter momentos a sós em que seus pensamentos não sejam invadidos por nenhuma intervenção. A solidão voluntária e prazerosa cultivada por Clarice, um conquista do indivíduo moderno (Castro, 1977), contribui para que ela imponha limites nos momentos de compartilhamento entre ela e seu eventual parceiro.

A distinção que Clarice coloca entre paixão e amizade é tanta que ela afirma que nunca se desfaz das amizades por motivo de uma relação amorosa. Para ela, as amizades são muito mais perenes que as relações eróticas, alegando que, agindo dessa forma, "sempre vai haver um aconchego quando não houver a paixão. (...) Você pode até ficar um bom tempo sem viver uma paixão sem viver um relacionamento, mas sem amigo você não fica". Desta forma, não só diferencia as relações de amizade das relações de paixão, como também considera as primeiras muito mais estáveis e, por que não, confiáveis, do que as últimas. As relações de amizade, sem sentido erótico, portanto, constituiriam a base das relações de confiança extra-familiares para Clarice.

Lílian fala rapidamente sobre relações de amor e amizade, porém, mesmo dessa forma, é taxativa quando perguntada se Ana, sua namorada, é sua melhor amiga: "Cara, eu não sei misturar. Pra mim, amor é amor e amizade é amizade". Infelizmente Clara não se aprofunda nessa pauta, mas fica evidente que ela colabora com a visão de Clarice sobre este assunto.

Marcelo, por sua vez, fala detalhadamente sobre a impossibilidade da amizade nas relações amorosas. A pergunta é se sua ex-namorada era sua melhor amiga: "Não... Eu não acho isso comparável. Amizade é amizade. Relacionamento é relacionamento. Eu acho que amizade é separado de relacionamento". Mesmo que Marcelo considere um grau de abertura amplo entre si e sua companheira, constando de conversas e intimidade, conscientiza-se de que relação amorosa é bem diferente de amizade, possuindo regras e tratamentos distintos. Abaixo o que ele entende como amizade:

> Pra mim, cara. É um outro tipo de apoio. Não tem obrigação. Porque eu acho que quando você está num relacionamento, você tem uma certa dose de obrigação e uma certa dose de gostar de fazer isso. Ser obrigado a gostar de fazer isso. (...) Se eu sou seu amigo tudo é muito diferente. Se eu sou seu amigo, eu não tenho essa obrigação, eu só vou fazer isso se eu gostar de você. (Marcelo, informação verbal)

Marcelo distingue a relação amorosa da amizade basicamente através da noção de obrigatoriedade. Para ele, as relações amorosas, têm um caráter muito mais obrigatório que a amizade. Imaginando uma aliança formal de casamento, ele se sente na obrigação de ouvir os problemas de sua mulher mesmo que não esteja com vontade. No caso da amizade, segundo ele, uma relação de não obrigatoriedade, ele só iria ouvir o outro caso tivesse com vontade, se não tivesse, não sentiria nenhum constrangimento em negá-lo. Esta acepção de Marcelo corrobora com uma noção comum nas sociedades ocidentais modernas[160] sobre as relações familiares e de amizade, onde o primeiro tipo de aliança é caracterizada por ser compulsória e justificada por laços de sangue, implicando em relações pautadas por reciprocidade obrigatória e por hierarquia, enquanto as relações de amizade seriam frutos de livre escolha do indivíduo e marcadas por uma certa igualdade e afinidade entre os indivíduos.

Ao falar sobre a atração sexual nas relações de amizades, Rezende pondera que seria necessário pôr as relações de gênero em segundo plano para perceber o amigo ou amiga como uma "pessoa" e não como um homem ou uma mulher. Rezende afirma ainda que relações sexuais/amorosas evidenciam as diferenças de gênero, ocupando um lugar central nestas relações, enquanto as relações de amizade tornariam as diferenças de gênero menos visíveis a bem da afinidade dos indivíduos envolvidos. A partir dessas pistas, então, pode-se supor que, no caso dos entrevistados que embasam suas relações amorosas em um grau elevado de amizade, intimidade e confiança as relações de gênero também seriam pouco assinaladas, colocando em papéis aproximados homens e mulheres, em um panorama de maior igualdade. Do mesmo modo, os informantes que optaram por distinguir relações amorosas de relações de amizade

---

160 Ver Rezende, 2002.

tenderiam a ressaltar um pouco mais as diferenças de gênero através da complementaridade e do contraste com o outro, aumentando a percepção de diferenciação entre os papéis sociais dos parceiros amorosos nos relacionamentos.

3. Conclusão

No estudo em relação à paixão e a amizade, notou-se uma tendência bastante significativa de conjugar esses dois sentimentos em um só indivíduo, tornando o namorado ou namorada o(a) melhor amigo(a). Entretanto, essa opinião não foi unânime e alguns informantes ressaltaram a importância de manter separadas essas duas esferas. Em geral, os relatos que defendiam a conjugação do sentimento da paixão e da amizade, depositavam um grau bastante alto de confiança no parceiro ou na parceira, tornando essas relações extremamente significativas na constituição de suas subjetividades.

O componente da amizade nas relações amorosas revelou uma série de outras questões principalmente ligadas à questão da confiança e da igualdade nos relacionamentos desse tipo. O *companheirismo* surgiu como um dado importante, pois indica o compartilhamento cada vez mais constante de tarefas e atividades entre os casais pertencentes ao perfil pesquisado. Indica também que os papéis sociais dentro do relacionamento amoroso estão pouco diferenciados, permitindo com que se partilhe indistintamente tanto ações como assuntos.

O companheirismo em relação ao compartilhamento de múltiplos assuntos demonstra a importância do diálogo nessas relações, revelando uma incorporação de diversos temas públicos ao espaço privado do casal, a depender do grau de afinidade entre eles, pois uma enorme gama de assuntos pode ser discutida entre os parceiros. A *cumplicidade* foi um dado que demonstra a maximização das características do companheirismo. Na cumplicidade, todo e qualquer assunto ou atividade por ser compartilhado, não havendo, desta forma, nenhum tipo de inacessibilidade entre as subjetividades desses indivíduos.

Entretanto, a percepção anteriormente apontada não é total, havendo opiniões discordantes em que paixão e amizade surgem como elementos inconciliáveis. Isto ocorre por ser necessário um espaço exclusivo para o cultivo da individualidade, colocando um certo limite no que poderíamos denominar como uma tentativa de total sobreposição de subjetividades, conforme o modelo de *companheirismo* ou *cumplicidade* mencionados.

Por isso, um problema vivenciado neste tipo de relação, referido por Ícaro, seria a grande sensação de "ausência" deixada após o fim de uma relação assim. Pois, por conjugar amor e amizade na figura de um mesmo indivíduo, uma vez terminada a relação rompe-se não só a relação com a namorada, mas também com a melhor amiga e com um enorme conjunto de experiências compartilhadas na forma de lembrança e também como expectativas, que deixarão de ser vividas no futuro.

Referências bibliográficas:

ABU-LUGHOD, Lila; LUTZ, Catherine (orgs.). *Language and the Politcs of Emotion*. Introdução. New York: Cambridge University Press, 1990.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquén de; CASTRO, Eduardo Viveiros de. *Romeu e Julieta e a origem do Estado*. In VELHO, Gilberto, (org). Arte e Sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 1977. p. 130-169.

BAUMAN, Zygmunt. *Identidade: entrevistas a Benetto Vecchi.* Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

_____. *Amor Líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

CASTRO, Celso. *Homo Solitarius: notas sobre a gênese da solidão moderna*. Interseções - Revista de Estudos Interdisciplinares. Rio de Janeiro, vol. 3, nº 1, p. 79-90, 2001.

COELHO, Maria Claudia. *O Valor das Intenções: dádiva, emoção e identidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

CAMPBELL, Colin. *A Ética Romântica e o Espírito do Consumismo Moderno*. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

DUARTE, Luiz Fernando. *O Império dos Sentidos: sensibilidade, sensualidade e sexualidade na cultura ocidental moderna.* In: Maria Luiza Heilborn (org.). Sexualidade. O olhar das ciências sociais. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

DUMONT, Louis. *O Individualismo: Uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

DURKHEIM, Émile. *As Formas Elementares da Vida Religiosa: o sistema totêmico na Austrália*. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 425-455.

GIDDENS, Anthony. *Modernidade e Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

_____. *A Transformação da Intimidade*. São Paulo: Unesp, 1993.

HEELAS, Paul. *Emotion talk across cultures*. In Rom Harré (org.). The social construction of emotions. Oxford: Brasil Blackwell, 1986.

LÁZARO, André. *Amor: do mito ao mercado*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1996.

LUTZ, Catherine. *Unnatural Emotions*. Chicago: University of Chicago Press, 1988.

LUTZ, Catherine; WHITE, Geoffrey. *The Anthropology of Emotions*. In Annual Review of Anthropology, volume 15, 1986. p. 405-436.

MAUSS, Marcel. *A expressão obrigatória dos sentimentos*. In Sérvulo Augusto Figueira. (org.) Psicanálise e Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980.

PLATÃO. *Apologia de Sócrates - Banquete*. São Paulo: Editora Martin Claret, 2007.

REZENDE, Claudia. *Os Significados da Amizade: duas visões de pessoa e sociedade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

ROSALDO, Michelle. 1984. *Toward an Anthropology of Self and Feeling*. In Richard Shweder & Robert (org.). Culture Theory: Essays on Mind, Self and Emotion. Cambridge University Press. Pp. 137-157. 1984.

SENNETT, Richard. *O Declínio do Homem Público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SIMMEL, Georg. *A metrópole e a vida mental*. In: VELHO, O. G. O fenômeno urbano. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1979.

VELHO, Gilberto. *Subjetividade e Sociedade: uma experiência de geração*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

_____. *Individualismo e Cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1997.

Do Centro de Educação Física, Esportes e Recreação (CEFER) á Escola de Educação Física e Esporte de Ribeirão Preto (EEFERP): BREVE HISTÓRIA NO *CAMPUS*[161]

Tatiana Merino Vizú Magri (EEFERP-USP)[162]***; Ci Iakowsky Barbosa (EEFERP-USP)***[†]***; Cristiano Roque Antunes Barreira (EEFERP-USP)***[163]

Introdução

A Educação Física (EF) possui um extenso campo de atuação. Além de ser tratada como área acadêmica, engloba as técnicas corporais – tradicionalmente transmitidas –, atividades físicas de caráter lúdico, relacionadas ao lazer e à recreação, e também as que visam rendimento esportivo, onde se faz necessário a aplicação de conhecimentos técnico-científicos. Mas é, enquanto atividade profissional no ensino fundamental e médio, academias e clubes que a visibilidade da EF é maior, sendo mais conhecida, portanto nesses campos de atuação. Visando atender à necessidade de formação na área, o curso de Bacharelado em Educação Física e Esporte do *campus* da USP de Ribeirão Preto, nasce, em 2009, sob as prerrogativas de promoção da saúde, performance esportiva e estímulo à produção científica na área.

A criação da Escola de Educação Física e Esporte de Ribeirão Preto (EEFERP) evidencia a importância de se conhecer como esta área estava presente naquele local, o *campus* da USP, antes da criação do curso. Frente à importância de se conhecer essa história, cujos traços apontam mudanças sociais e cotidianas, relacionadas seja ao *campus*, seja à Educação Física, destaca-se o fato de que, anteriormente à existência da EEFERP, a USP de Ribeirão Preto já contava com uma instituição responsável pela administração e ensino das atividades esportivas e recreativas, o Centro de Educação Física, Esportes e Recreação (CEFER).

Desde 1973, quando foi criado o CEFER, atende alunos, funcionários e docentes, assim como familiares dos últimos de todas as Unidades. A estrutura física utilizada a partir da sua criação, no entanto, já existia há mais tempo, sendo que era naqueles espaços que se ministravam as disciplinas obrigatórias no ensino superior.

Se por um lado as atividades de lazer no *campus* eram espontâneas – o que parece estar intimamente ligado ao fato de que o mesmo foi instalado numa antiga fazenda de café, estando nas fronteiras entre os espaços rural e urbano –, o CEFER surge como instituição da promoção de EF. Rubens Zaidan (2006), transcreve relatos de diversas práticas de atividades de lazer que pertenciam ao cotidiano da funcionários, professores e alunos do *campus*: "(...) às vezes colocava a roupa na cabeça e pulava no lago para ir até o outro lado, só para não deixar de treinar. Aí se vestia e ia para o trabalho" (p. 209). O lago da USP de Ribeirão Preto que aparece nesse relato, foi considerado por várias décadas um ponto de encontro para os freqüentadores do *campus.* Até meados dos anos 1960, era permitida a natação e a pesca no lago – atividades de lazer espontaneamente realizadas diariamente – porém, foi necessária a sua

---

161 Este projeto é apoiado pela Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária (PERCEU-USP) por meio do Programa Aprender com Cultura e Extensão

162 Graduandas na Universidade de São Paulo – EEFERP. Bolsistas do Programa Aprender com Cultura e Extensão

163 Professor Doutor na Universidade de São Paulo – EEFERP

proibição, já que não havia estrutura para impedir acidentes. Em outro trecho pode-se constatar como diversas práticas de lazer e interação social estavam presentes entre os moradores do *campus:*

> *Naquela época, quando terminavam as tarefas do dia, os vizinhos saiam de suas casas e se encontravam. As mulheres se reuniam em grupos de amigas. Mais tarde, quando os professores vinham do Prédio Central – geralmente caminhando – a integração era maior. Os jovens, (...), imitavam os pais e saiam integrados pelas alamedas para andar de bicicleta ou jogar bola. (...) através do futebol era feita uma intervenção natural entre os filhos de professores e dos funcionários* (p. 214).

Os espaços do *campus* e seus usos convidavam à expressão de diversas tradições e à possibilidade de uma vida ativa fisicamente. Essa característica de sociabilidade e vida ativa era existente justamente em sua informalidade, sem ser necessário, naqueles tempos, a prescrição de um motivo para existir e se afirmar. Marcellino (1999), afirma que a necessidade de lazer, vem sendo constatada, cada vez mais, a fim de permitir que o trabalhador possua um tempo livre para si mesmo e das obrigações formais, sociais, políticas e familiares do trabalho. Segundo os relatos acima, o lazer espontâneo no *campus* era vivenciado de forma a não caracterizar uma mera recompensa às frustrações impostas pelo dia-a-dia. A vida no *campus* possibilitava uma vivência que proporcionou descanso, divertimento e desenvolvimento – as três funções básicas do lazer, propostas pela categorização realizada por DUMAZEDIER (1974). O lazer está ligado à EF por proporcionar melhora na qualidade de vida – uma vez que o primeiro não possui uma forma fixa e definida para a ação e a última por possuir grande área de atuação.

A criação da EEFERP torna-se um evento relevante, visto que os profissionais do CEFER apresentavam anseios relacionados à possibilidade de ascensão profissional, administrativa e à melhora da estrutura física para exercerem suas atividades, o que uma Unidade da área poderia proporcionar. Além disso, a existência de uma Escola de EF possibilitaria o desenvolvimento acadêmico da área integrado à sua aplicação prática.

Se por um lado a criação da EEFERP se mostra importante para o CEFER, por outro, o CEFER se mostra importante para a EEFERP, uma vez que possibilita o desenvolvimento de atividades acadêmicas práticas[164], no que diz respeito às aulas, estágios, espaços físicos, atividades de extensão, indo de encontro com o aspecto prático da EF. O convívio dos estudantes com os profissionais daquela instituição também é significativo, seja no sentido de apreender experiências, seja no sentido de pautar exemplos profissionais para os mesmos. Em acordo com o tripé constitutivo da missão universitária, esse aspecto prático da EF e do esporte, se encontra com o caráter extencionista – embora não se desvincule do ensino e da pesquisa – da Universidade pública.

Considerando-se esta relação entre as instituições, relação esta que situa o CEFER como precursor prático e estimulador da EEFERP, este trabalho tem o objetivo de conhecer a história da EF e Esporte no CEFER, do *campus* de Ribeirão Preto, por meio dos relatos de profissionais que atuam e atuaram no CEFER desde a sua criação.

Método

Os procedimentos adotados se pautam na realização de entrevistas e suas transcrições, para posterior análise, seguindo prerrogativas da História Oral.

Inicialmente, foi elaborado o projeto de pesquisa, tematizando e determinando os objetivos do trabalho. Em um segundo momento, foram realizadas buscas por bibliografia e dados biográficos, para adquirir fundamentos sobre o tema do trabalho, a metodologia e sobre os indivíduos que seriam entrevistados. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa[165]. Depois da fase de estudo, foram definidos os nomes dos participantes, mesmo se não de

---

164 A infra-estrutura da EEFERP prevê equipamentos esportivos para atender essa necessidade. Contudo, a unidade está em fase de construção, sendo que, por hora, os espaços do CEFER são utilizados para atender suas demandas.

165 CAAE - 6550.0.000.222-10

forma rigidamente estruturada, já que novos nomes foram surgindo conforme o desenvolvimento das entrevistas. Nessa primeira etapa do trabalho, participarão 31 profissionais, sendo que 11 já se encontram aposentados. Até o momento foram entrevistados 22 profissionais. Foram realizadas mais de duas dezenas de entrevistas e ainda restam, pelo menos, 9 entrevistas a realizar.

Segundo Freitas, (2006), a História Oral "É um método de pesquisa que utiliza a técnica da entrevista e outros procedimentos articulados entre si, no registro de narrativas da experiência humana" (p. 18). As entrevistas foram desenvolvidas a partir de um roteiro semi-estruturado, que possibilitasse ao participante narrar sua trajetória, de forma contextualizada e aprofundada, filmadas pelo Centro de Informática de Ribeirão Preto (CIRP) e, posteriormente, transcritas na íntegra, para que os relatos pudessem ser articulados.

Para Meihy (2006), a História Oral deve servir como meio de transformação, uma vez que possibilita reflexões sobre o tema trabalhado, a partir do entendimento e da explicação dos dados obtidos. A transcrição da entrevista é utilizada de modo a proporcionar a elaboração de uma narrativa sobre a história tematizada, aquilo que o autor chama de *transcriação*. Essa elaboração enfatiza a necessidade de se compreender o relato do depoente e se criar uma narrativa que expresse suas idéias e essências, a fim de que o trabalho não signifique apenas a reprodução de testemunhos.

A relação direta estabelecida entre os pesquisadores e os protagonistas da história, permite a criação de fontes históricas, que podem se apresentar na forma de documentação ou registros podendo ser armazenados e conservados, o que Freitas (2006) diz ser o objetivo da História Oral: "tem como principal finalidade criar fontes históricas" (p.19).

Os relatos coletados permitem reconhecer traços de acontecimentos passados, que constituem as experiências vividas individualmente, porém quando analisados em conjunto, possibilitam individuar acontecimentos de ordem coletiva. Freitas (2006) destaca: "A História Oral tem como suporte as lembranças, evidenciando uma memória coletiva. Esta última pode ser entendida como uma somatória de experiências individuais, passíveis de serem utilizadas como fontes históricas" (p. 51).

Uma característica desta pesquisa é o tratamento não isolado daquilo que é individual e daquilo que é coletivo, uma vez que se trabalham os relatos individualmente, porém se enxergando aí uma memória coletiva. Pellauer (2007) adverte que o filósofo Paul Ricoeur, em suas reflexões sobre os problemas e relações entre história e memória, já se mostrava preocupado com a importância de se conhecer o sujeito da memória trabalhada no trabalho historiográfico: "Se limitamos a memória a indivíduos, corremos o risco de isolar lembranças rememoradas tornando-as dependentes de egos específicos, mas se admitimos a memória coletiva corremos o risco de perder uma resposta à pergunta 'quem lembra'?"(p. 151). Conhecer o sujeito da memória é de vital importância para o trabalho do historiador, uma vez que se as memórias forem tratadas apenas individualmente corre-se o risco de se contar a história a partir de apenas um ponto de vista, que pode ser real, confiável, ou não. De outra maneira, caso se trabalhe apenas com fundamento na memória coletiva, corre-se o risco de perder o sujeito da ação, ou seja, tem-se aí uma memória anônima, onde os acontecimentos são contados, esquecendo-se dos contextos e/ou motivações. É preciso que as memórias individual e coletiva interajam entre si, fazendo com que a idéia de pertencimento da memória passe de uma pessoa para várias.

Hannah Arendt (2008) fala de pluralidade como sendo uma característica básica da condição humana. É a condição de pluralidade o que, de certa maneira, permite reconhecer diferenças em aspectos como valores, necessidades e ideais relativos a acontecimentos e temas comuns. Pellaeur (2007) descreve como, em sua filosofia da história, Paul Ricoeur avalia que o fato histórico não é o acontecimento passado, uma cópia, mas sim um meio de representá-lo, um ícone. Sendo assim, é passível de questionamentos. A operação historiográfica permite que se realize um trabalho com menos riscos de equívocos, que consiste em três etapas que não podem ser compreendidas de maneiras independentes, mas sim totalmente integradas entre si. É preciso que se busque a evidência documental, através da coleta dos documentos, que se realize o confronto, constituído pelo exame e crítica dos documentos, e que se coloque em ação a narrativa, escrevendo de maneira correta e justa, sem se deixar levar pela superficialidade e parcialidade.

Segundo Meihy (2006), a História Oral deveria ser utilizada mais com o intuito de possibilitar melhorias políticas: "O que se espera no futuro? Pelo menos mais trabalhos empíricos e agressividade nos resultados que, por fim, devem remeter à política. Na melhor das esperanças, almeja-se que a história oral seja menos um fator de

alienação e mais de transformação" (p. 200). O resgate de memória do CEFER possibilita compreender a relação existente entre a EF e Esporte na área acadêmica.

Resultados

Os resultados obtidos até agora são parciais, enquanto as entrevistas continuam sendo realizadas, mas já permitem reconhecer traços de uma narrativa institucional que ainda deve ser complementada e, eventualmente, modificada pelos novos relatos que serão coletados e pelo tratamento desse material. Essa narrativa institucional apresenta a história do CEFER pela perspectiva comum dos profissionais apreensível entre as entrevistas realizadas. Essa "perspectiva comum" não é nada diferente do que o reconhecimento de núcleos de sentido narrativos assemelhados – e identificados entre as entrevistas – que confirmam o sentido histórico aqui apresentado.

O primeiro aspecto comum nas narrativas que fazem referência aos anos que antecedem a existência do CEFER, em 1973, mostra que os profissionais de Educação Física no *campus* iniciaram suas atividades enquanto funcionários das Unidades. Porém, mesmo se não contratados para o exercício de atividades fim da Universidade, mas para o exercício de atividades meio, como costuma ser a finalidade atribuída aos funcionários não docentes, esses profissionais desempenhavam funções de docência. Algumas dessas funções docentes eram a realização de chamadas e a avaliação dos alunos matriculados no ensino superior. Deve-se destacar que a prática de educação física no ensino superior se tornou, naquele período, obrigatória e comparecia como uma disciplina da grade curricular dos cursos universitários. Portanto, os primeiros funcionários da área atuavam como professores dessas disciplinas, como é relatado na transcrição de entrevista de um dos professores: "as aulas que nós ministrávamos eram de segunda à sexta-feira para todos os alunos do primeiro e segundo ano que ingressaram nessas faculdades aqui" (Romualdo *Vichnevski*)[166]. Um segundo relato dá a ver, senão a expectativa de toda a coletividade de profissionais de EF que trabalhavam no campus em relação à ascensão profissional, certamente o potencial em aberto pela condição de serem funcionários das Unidades, o que nutria a expectativa de tornarem aquele potencial uma realidade: "dentro das Unidades de ensino, nós podíamos fazer uma carreira profissional, docente, né?" (Angelo B. Neto). A aposta nessa possibilidade foi motivo de luta da parte deles, mas a causa foi fortemente abalada. Em 1973 é criado o CEFER, para onde os professores são transferidos, perdendo a possibilidade de se tornarem docentes nas Unidades e ficando definitivamente como funcionários da USP: "A transição da Unidade para a Prefeitura do *campus*, para o CEFER, foi até certo ponto traumática" (César Dominiguetti). Esse aspecto traumático da transição dos profissionais de educação física das Unidades para o CEFER, diz respeito à frustração que se fez acompanhar com a mudança, ou seja, ao seu significado e às conseqüências efetivas da mudança de suas condições na Universidade:

> *E você tocou num ponto importante, que embora a gente tivesse função de docente, nós sempre pertencemos ao quadro de funcionários da USP. Essa foi uma outra luta nossa também inglória, não é? Mas que a gente sempre lutou pra se tornar docente. A gente exercia a docência. Dava aula, registrava chamada, presença de alunos: tudo. Mas nós nunca conseguimos ser reconhecidos como docentes. (César Dominiguetti)*

Trauma e luta inglória – essas expressões são a marca da frustração de um tempo que, para alguns daqueles funcionários, se estende em sua atual situação profissional: "nosso cargo hoje ainda permanece como Educador de Prática Desportiva. É um cargo como funcionário. Ele não tem uma carreira docente dentro da USP" (Angelo B. Neto). Outro relato aponta para a função do CEFER: "E nós viramos apenas uma seção de serviços prestados à comunidade" (Angelo B. Neto).

A expectativa pela criação do curso de graduação em EF e Esporte se intensifica na década de 1990 com a criação de novos cursos no *campus:* "Então um dos nossos sonhos, é que esse CEFER vire uma Unidade de ensino" (Angelo B. Neto). Uma alternativa a isso seria a incorporação do centro a uma nova Unidade de EF:

> *Olha, quando eu me aposentei, já se falava muito nisso, já era um sonho relativamente antigo, do CEFER se tornar um órgão autônomo, independente, ter uma vida própria. Mas,*

---

166 As citações realizadas dos depoimentos seguem o único critério de servir para ilustrar e sustentar a narrativa delineada. Agradecemos aos entrevistados pela colaboração.

> *se isso seria sonhar demais, que pelo menos ele se agregasse à Escola de Educação Física, por exemplo, que seria do ramo. Estaria tendo uma afinidade: na nossa visão, haveria uma afinidade. E eu acho que o CEFER poderia se fortalecer ainda mais e servir, entre aspas, como um meio de atuação dos próprios alunos da Escola. (César Dominiguetti)*

Naquela década, a criação dos novos cursos inspira a expectativa em relação à criação de uma Unidade da área de EF:

> *A gente já queria a Escola de Educação Física, achando que iria dar uma sustentação pro nosso Centro Esportivo e Campus, melhoraria tudo dentro da área e as instalações, que sempre foram precárias. Então, a vinda da educação física iria, pelo menos nesse ponto, ajudar a gente.(Abel E. Rahal)*

A frustração dos profissionais do CEFER permanece até a criação da EEFERP com seu curso de graduação, mas se consuma uma vez que há uma nítida separação entre elas, sem haver participação daqueles profissionais enquanto funcionários e docentes da nova Unidade: "Então, a grande mágoa dentro da USP que tenho, é por trabalhar tanto na introdução, na vinda do curso e na hora, você é profissionalmente renegado ou não ter obtido a vitória nesse sentido" (Angelo B. Neto).

Discussão

A primeira correspondência histórica que se destaca a partir da narrativa delineada, é que, ao serem contratados para ministrarem aulas na Universidade e iniciarem suas atividades enquanto funcionários das Unidades, os profissionais de EF no *campus* apresentavam anseios que estão intimamente relacionados à conjuntura na qual estava a área na época.

Segundo Bracht (1999), foi através do projeto de nação da ditadura militar (iniciada em 1964), que o Diagnóstico da Educação Física/Desportos foi revitalizado. Esse diagnóstico se relaciona com as políticas de educação e de saúde – utilizados como estímulo à produção de trabalho e melhora da aptidão física, além de proporcionar o desenvolvimento esportivo, apresentado como uma contribuição para afirmar o país como potência. Assim, é em acordo com o que esse diagnóstico sinaliza que se deve ver a implementação da prática da educação física obrigatória em todos os níveis de ensino, obrigando a contratação de profissionais da área em instituições de ensino superior. As Unidades do *campus* da USP de Ribeirão Preto seguiram essa obrigatoriedade, conforme destacado por um dos entrevistados: "Mas, basicamente eu entrei aqui por causa de uma lei da ditadura que obrigava as Universidades a promoverem a educação física de uma forma obrigatória" (Abel E. Rahal).

Nesse contexto, sentia-se o estímulo para que os profissionais de EF no *campus* continuassem os estudos acadêmicos, já que era necessário o desenvolvimento da área no Brasil e os mesmos se encontravam num *campus* universitário:

> *A lei da obrigatoriedade da educação física tinha algo muito interessante lá* [um item]*: que os professores entrarão na carreira! Pra fazer mestrado, doutorado, pra continuar algo maior pra educação física, pra abrir o horizonte tanto pra nós... e isso não ocorreu! Ninguém cobrou isso da gente e nós também não nos cobramos. (Abel E. Rahal)*

Porém, ao mesmo tempo em que se sentia tal estímulo para o estudo acadêmico, os profissionais não encontraram à mão condições para que isso ocorresse, pois o país, no final dos anos 70, contava com apenas duas instituições que ofereciam curso de pós-graduação na área, a Escola de Educação Física e Esporte da USP (EEFEUSP) em São Paulo, e o Centro de Educação Física e Desporto da Universidade Federal de Santa Maria (CEFDUFMG). Outra opção – porém inacessível para grande maioria – era continuar os estudos no exterior. Essa problemática é descrita no seguinte relato:

> *Nós devemos prestar atenção no momento histórico da Educação Física. Quando foi feita essas mudanças, tínhamos poucos cursos de mestrado no Brasil, aliás só existia dois no Brasil naquela época. Então pra você fazer, você tinha que ir pra São Paulo ou Rio Grande do Sul. E aqui dentro da USP* [*campus* de Ribeirão Preto]*, isso não oferecia condições, não existia curso. (Angelo B. Neto)*

Conclusão

A apresentação dos elementos narrativos que compõem parcialmente a história da área da Educação Física e Esporte, no *campus* da USP de Ribeirão Preto, por meio dos relatos de profissionais, permite concluir a tensa relação entre a EF e Esporte, sua participação e sua existência acadêmica na universidade. Uma hipótese para essa tensão é o perfil tecnicista presente na área, sobretudo entre os anos 1960 e 1980, que justificaria a dificuldade de reconhecimento, qualificação e de passagem da EF para a vida acadêmica, com todas as exigências que lhe são próprias. Do ponto de vista procedimental, o tratamento dado aos relatos que leva a essa conclusão não corresponde à *transcriação*, proposta por Meihy (2006), mas atende ao cuidado de identificar uma narrativa sem se deter na mera recolha de depoimentos, avançando rumo a uma compreensão histórica mais articulada. Esse trabalho possibilita, em consonância com o que Freitas (2006) entende como o principal objetivo da História Oral, bem como, em atenção aos objetivos do projeto em que essa pesquisa se insere no Programa Aprender com Cultura e Extensão (PRCEU-USP), a criação de fontes históricas. A continuidade dessa pesquisa demanda a busca por documentos e a tomada de relatos das pessoas que exerciam papéis acadêmico-administrativos no *campus* no período da criação do CEFER, a fim de compreender essa história por múltiplos pontos de vista, perfilando-se a perspectiva *ricoueriana* de consideração pelo sujeito da memória e pelos momentos da operação historiográfica (Pellauer, 2009), em acordo com a condição de pluralidade da experiência humana em sociedade (Arendt, 2008).

Referências bibliográficas:

ARENDT, H. **A condição humana**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. 338p.

BRACHT, V. **A constituição das teorias pedagógicas da educação física**. Cadernos Cedes, ano XIX, n° 48, Agosto/1999.

DUMAZEDIER, J. **Lazer e cultura popular**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

FREITAS, S.M. **História Oral: possibilidades e procedimentos**. 2. ed. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006. 142 p.

MARCELLINO, N. C. **Lazer e ação comunitária**. Apostila IV Curso de Especialização em Lazer. Belo Horizonte: Mimeo, 1999, 60p.

MEIHY, J.C.S.B. **Os novos rumos da História Oral: o caso brasileiro**. Revista de História, 2006. v. 2. p.191-203.

PELLAUER, D. **Compreender Ricoeur**. Petrópolis: Vozes, 2009. p.147-168.

ZAIDAN, R. **Memórias de Monte Alegre: As histórias do campus da USP de Ribeirão Preto**. Ribeirão Preto: USP-CCS, 2006. 245 p.

Duplicidades: uma cidade, dois nomes

Jezulino Lúcio Mendes Braga

Introdução

No ano de 2003 desenvolvemos o projeto *"A capital do Inox: Timóteo, suas histórias, suas tradições.....1964-2003."* que tinha como objetivo principal empreender um estudo sobre a cidade de Timóteo, Minas Gerais, buscando subsídios para entender as transformações urbanas do Brasil no século XX.[167] Centrou-se a análise na questão da transformação urbana ocorrida a partir de 1944, com a instalação na região da Cia. de Aços Especiais Itabira (ACESITA). O projeto de pesquisa foi executado por meio de uma parceria entre o curso de jornalismo/comunicação social e o curso de história do Centro Universitário do Leste de Minas Gerais.[168]

O estudo privilegiou as memórias urbanas, entendidas como sendo a maneira principal pela qual o homem entende as transformações e permanências na cidade. Tentamos descortinar memórias que revelassem o conflito entre uma cidade rural, antes da implantação da Usina, e a cidade que surge na segunda metade da década de 40, na qual a produção do aço acelera a vida dos sujeitos.

A pesquisa acabou revelando que a cidade tem dois nomes: Acesita e Timóteo. Dois nomes que são facilmente identificados pela narrativa de seus moradores. Do ponto de vista geográfico a cidade é dividida em duas porções: ao sul, na qual fica situada a prefeitura, espaço de colonização mais antiga; e ao norte, onde fica a usina siderúrgica com seus bairros vizinhos, a cidade-usina.

Pela força da tradição a porção sul tem o nome de Timóteo, e a porção norte convencionou-se chamar Acesita. Esse conflito de identidade é tão evidente que em 1980 aconteceu na cidade um plebiscito que iria definir de vez o topônimo correto.

Por meio da história oral, na busca de atores históricos que lançassem luz sobre o conflito, produzimos um vídeo documentário, cujo principal tema foi as visões do cidadão sobre a transformação do espaço urbano. O

. Mestre em História Social e Doutorando em Educação pela FAE/ Universidade Federal de Minas Gerais, orientado pela professora Doutora Junia Sales Pereira. Professor do Curso de História do Centro Universitário do Leste De Minas Gerais.

167

Projeto desenvolvido no Programa de Iniciação Científica do Centro Universitário do Leste de Minas Gerais. Foi bolsista o graduando em história Alex Locha Ribeiro e Poliana Lima do curso de comunicação social.

168

Equipe composta pelos professores Sávio Tarso, Fernando Antônio Resende, pelos alunos Magnus Moreira, Nilmar Lage,Fernando Mendanha, Helenice Viana, Kênia Camargo, Clenissom Rocha, Giovana Cabral, Sarah Zimer.

documentário *Duplicidades* revela uma cidade múltipla, na qual a memória individual e memória coletiva cruzam-se a todo momento entrando em conflito com a história oficial.[169]

Nessa comunicação faremos uma exposição sobre os caminhos que levaram a produção do vídeo documentário *Duplicidades,* que revela o conflito entre os dois nomes, as duas identidades, que ainda hoje podemos identificar na cidade.

A cidade como palco de experiências

No final da década de 80 as discussões sobre a cidade passaram para a ordem do dia. Anteriormente vista apenas como "palco da história", a cidade não se constituía como objeto, como um problema para o debate historiográfico. A partir das próprias transformações do espaço urbano, o historiador aceitou o estudo das cidades como um desafio. Agora, a cidade é vista como lugar de memória, espaço de encontros e desencontros, no qual o homem partilha suas experiências e as usam em sua ação histórica. De acordo com Maria Izilda de Matos os estudos atuais destacam que :

"lugares, imagens e sons trazem representações fragmentárias como suporte de memórias diferentes e múltiplas que delineiam cenários em constante movimento, enfocando-os na totalidade constitutiva da trama histórica, ***emergente na memória coletiva e presente nas pedras da cidade*** *em permanente interação e transformação."* (MATOS, 2000, p 130)

Os estudos que privilegiam as memórias existentes nas pedras da cidade são frutos da crise de paradigmas pela qual passou a história nos últimos tempos também como um dos motivos de rediscussão sobre o urbano. O historiador passou a rever seus instrumentos de pesquisa, suas abordagens e seus problemas. Este movimento levou a procura de outras histórias, ampliando o saber e possibilitando a redescoberta do urbano.

E foi com essa premissa que produzimos o documentário *Duplicidades,* revelando, através da história oral e da produção de imagens por meio de câmeras de vídeo, histórias de vida de sujeitos anônimos que viveram a transformação de um espaço rural em uma cidade marcada pela presença da grande siderurgia.

A História oral é um método de pesquisa que utiliza das falas das pessoas como fonte para problematizar a história. Segundo Paul Thompson a história oral lança a vida para dentro da história, admitindo heróis não só dentre os líderes, mas entre a maioria desconhecida do povo. (THOMPSON, 1992)

Além disso, traz a história para a comunidade ao mesmo tempo em que extrai a história da comunidade. Oferece um caminho para entender o sentido social da história, pois lança o desafio para o historiador que está em campo, na atuação, e que se envolve com seu objeto.

Na produção do vídeo documentário, aqui discutido, foi necessário definir, em primeiro lugar, um grupo de narradores que pudessem revelar os conflitos envolvendo a história da cidade de Timóteo. O grupo social foi definido entre pessoas com mais de 60 anos, considerados como idosos.

Em algumas sociedades a morte de um velho é comparada com a queima de uma biblioteca. Os velhos possuem experiência, e apesar de seu corpo não conseguir mais realizar inúmeras tarefas que outrora eram hábitos, a sua memória torna-se um campo de conhecimento, pois o que era memória hábito se mescla com a memória

---

169 O documentário foi produzido em parceria com o curso de comunicação social e jornalismo do Unileste, com os professores Sávio Tarso e Fernando Resende.

lembrança se aproximando dos sonhos. Eclea Bosi defende a necessidade do resgate da memória dos velhos como uma forma de humanizar a sociedade.

> *"(...)eles já atravessaram um determinado tipo de sociedade, com características bem marcadas e conhecidas; elas já viveram quadros de referência familiar e cultural igualmente reconhecíveis: enfim, sua memória atual pode ser desenhada sobre um pano de fundo mais definido do que a memória de uma pessoa jovem, ou mesmo adulta, que, de algum modo ainda está sendo absorvida nas lutas e contradições de um presente que a solicita muito mais intensamente do que uma pessoa de idade." (BOSI, 1994, 60)*

Partindo da perspectiva colocada pela autora, o trabalho de campo foi iniciado. A metodologia de pesquisa já estava definida: a história oral. O grupo de entrevistados, como dissemos, seria entre pessoas com mais de 60 anos. O idoso sente necessidade de narrar, de deixar uma herança por meio de palavras, como um vestígio de sua existência. A memória dos velhos é saudosista, e ao mesmo tempo é um trabalho consciente com as lembranças de sua vida.

Na pesquisa esta saudade foi enfatizada através das experiências vividas na transformação de um espaço rural em uma cidade marcada pela presença da grande siderurgia. As memórias colhidas revelam o estranhamento em relação ao outro, ao estrangeiro que vinha de fora trabalhar nos altos fornos e que constituíram a classe operária da cidade.

Uma cidade, dois nomes

A cidade de Timóteo localiza-se na porção leste do Estado de Minas Gerais às margens do Rio Piracicaba. Suas origens remontam ao século XIX, ano de 1823, quando chegam à região os primeiros exploradores em guerra contra as tribos indígenas que povoavam esses sertões. Os índios foram chamados pelos exploradores de botocudos, devido ao uso de uma espécie de bodoque nos lábios. Em 1808, D. João VI decreta guerra aos índios Botocudos criando as divisões Militares do Rio Doce. As terras que constituem hoje o município de Timóteo pertenciam à 4ª Divisão sediada na região denominada Onça Pequena (hoje município de Jaguaraçu), comandada pelo francês Guido Tomaz Marlière. (ESPINDOLA, 2005)

Após o massacre dos índios o território ficou aberto à ocupação pelos colonizadores. Assim, no ano de 1831, com a carta de sesmaria concedida pelo Estado Imperial o alferes português Francisco de Paula e Silva iniciava a ocupação e povoamento da região onde hoje é o município de Timóteo. Abrindo clareiras na mata, impondo plantações ao espaço ainda inexplorado, introduzindo criações de animais domésticos, esse português estabeleceu um importante entreposto comercial entre o Espírito Santo e o núcleo aurífero de Minas Gerais, a imponente Fazenda do Alegre. Seu filho Francisco de Paula e Silva, conhecido como Chico Santa Maria, tornou-se mais tarde senhor de vastas terras e escravos.

Em finais do século XIX, aquelas terras cercadas por cadeias de montanhas iriam conhecer João Lino de Sá e seu irmão Manoel Lino de Sá. Os irmãos compraram algumas posses de Chico Santa Maria no ano de 1890, período posterior a aprovação da Lei de Terras no Brasil. Naquele momento o povoamento da região tomava novo rumo, com a vinda de inúmeros migrantes das diversas partes do país. Nessa fase, a construção de um núcleo urbano tornou-se inevitável. Nascia o arraial de Timóteo, pertencente ao termo de Antonio Dias Abaixo, que vivia de uma economia baseada na produção de alimentos e criação de gado e outros animais domésticos.

A usina siderúrgica Acesita é implantada na região em 1944, um empreendimento dos engenheiros Amyntas Jacques de Moraes, Percival Farquhar e Athos de Lemos Rache. E por força da Lei estadual n°2714, de 20 de dezembro de 1963, Timóteo foi elevado a município, ocorrendo sua instalação a 29 de abril de 1964.

Com a instalação da Acesita logo a cidade prosperou. A paisagem antes dominada pelo gado e por grandes plantações cedeu lugar a uma cidade forjada pelo duro trabalho com o minério de ferro e sua transformação em aço inoxidável. Surge a cidade-usina, que não se identifica com o antigo povoado situado na porção sul. Uma cidade empresa, que traz uma infinidade de "forasteiros", pessoas que agora passariam a constituir uma classe operária, transformando o espaço urbano em sua atuação cotidiana.

A ACESITA constrói uma cidade para atender a seus funcionários. Em torno da usina surgem os bairros dos técnicos, funcionários, bromélias, quitandinha, com famílias vindas de fora para atender a demanda por mão de obra especializada. Esta cidade com todos os aparelhos possíveis (hospitais, bancos, supermercados, transporte) é controlada pela empresa até 1979 e depois passada para a administração pública que tinha sede na região sul, área do antigo povoado.

Assim, naturalmente, surgem dois centros: centro sul ou "sede" e centro norte ou "centro comercial" a cidade-usina. Entretanto esses dois centros são reconhecidos de formas diferentes pela população que se refere ao centro sul como Timóteo e ao centro norte como Acesita.

Com o tempo este topônimo ganha força, sendo hoje quase impossível a qualquer cidadão identificar as duas porções como sendo a mesma cidade. Quase ninguém se refere ao centro norte como Timóteo, ou seja, uma parte geográfica de uma mesma cidade. A cidade empresa continua com o nome da usina Acesita, mesmo após ser vendida para outras empresas capitalistas na nova ordem econômica mundial.[170]

O Conflito dessas duas identidades fica evidente nos anos de 1979 a 1980, período de discussão e realização de um plebiscito para decisão do nome da cidade. Foi um momento em que várias pessoas se posicionaram no embate político cada qual defendendo sua identidade local. A consulta popular deu a vitória à comissão Pró-Mudança que defendia o nome de Acesita. Esse resultado já era esperado visto que a porção norte tinha, naquele momento, uma maior densidade demográfica.

Logo na saída do resultado a tradição política da porção sul mostrou-se mais eficaz e pressionou a Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais pela não aprovação da mudança de nome de Timóteo para Acesita. A Assembléia decidiu então pela não homologação do resultado do plebiscito.

O plebiscito representou o conflito entre duas identidades: de um lado um grupo social formada no alto forno, da técnica de produção do aço inoxidável, e de outro um grupo identificado com a terra e a produção agropecuária.

História e Imagem

O fascínio dos cineastas pela história é antigo. E esse fascínio é recíproco, uma vez que os historiadores nunca deixaram de tomar a imagem do cinema para análise dos processos históricos. O cinema é uma representação do real, e partindo dessa afirmativa não é difícil concluir que essa representação possa ser um campo fértil para exploração dos historiadores.

Isso porque entre os meios de comunicação de massa do século XX o cinema é aquele que causou um maior impacto nas relações entre o real, vivido, e as formas como o homem passa a representar o mundo. E assim o historiador coloca questões sobre as imagens produzidas pela indústria cinematográfica, no sentido de deslocar a análise para o processo de construção que envolve o filme, na junção de imagem, som e palavra:

---

170 A ACESITA foi vendida para o Grupo Arcelor Mittal

> *De toda forma, o que é importante registrar é que hoje se admite que a imagem não ilustra nem reproduz a realidade, ela a reconstrói a partir de uma linguagem própria que é produzida num dado contexto histórico. Isto quer dizer que a utilização da imagem pelo historiador pressupõe uma série de indagações que vão muito além do reconhecimento do glamour dos documentos visuais. O historiador deverá passar por um processo de educação do olhar que lhe possibilite "ler" as imagens.* (KORNIS, 1992:2)

No diálogo entre o curso de comunicação e história o ímpeto inicial era filmar para gerar um registro científico tal qual se fazia no século XIX. Hipótese descartada de imediato na tensão entre historiadores e documentarista. Esses últimos se negaram ao reducionismo do filme a mero instrumento narrativo. Partimos então para uma tentativa de cruzar interesses perfazendo um novo fluxo em que a pesquisa historiografica não só subsidiaria, mas estruturaria a produção do documentário *Duplicidades* em três vetores de constituição da montagem fílmica. Quais sejam:

1) *Discurso Histórico como Fio Condutor*: o filme conteria o discurso historiográfico resultante do trabalho de pesquisa do grupo. Tal inserção se daria não de forma subterrânea, sutil ou implícita como é o ponto de vista do cineasta em muitos documentários. Decidimos contemplar a Ciência Histórica encarnada na imagem e na voz do próprio historiador que coordenou o projeto. Não se trata de reproduzir a "voz do saber", dispositivo autoritário do modelo expositivo da década de 1960. Tanto é verdade tal premissa que no final o conhecimento que esse depoimento reverbera é posto a prova com questionamentos feitos pela própria equipe de produção. Desse modo releva-se a "ideologia" que se esconde por trás do verniz científico que envolve as palavras e os gestos do historiador. O que se deve considerar é a claridade, a luz que a montagem joga sobre a moldura da história que dá suporte a todo o filme;

2) *Histórias de Vida como fissuras do discurso histórico:* sabemos da fragilidade quando lidamos com as fontes produzidas através da abordagem da História Oral. Toda legitimidade na descoberta desse tipo de fonte consolidou-se na crítica ao positivismo, portanto, as histórias de vida não entraram na pesquisa e no documento para confirmar ou negar hipóteses simplesmente. São antes de tudo representações simbólicas que problematizam os discursos históricos. Assim como uma agulha de fiar que alinhavam, mas também deixa fissuras no pano de fundo que é o discurso histórico, o enredo remenda as historias de vida como quem tece uma colcha de retalho. Apesar de cada um dos vários pedaços comporem o todo, eles estão aí muito mais para denunciar a imperfeição dos remendos do que afirmar a beleza da trama. O cotidiano desafia o discurso científico à medida que é tecido por um material viscoso e escorregadio que são os afetos, a memória, as banalidades e as miudezas da vida. Dados que fogem à ânsia meticulosa e voraz de uma certa ciência que pretende tudo explica.

3) *O Cinema é História porque faz História:* o cinema como prática social nos traz as dimensões do entretenimento, da arte e da pesquisa científica como havíamos mencionado anteriormente. Quando dizemos que o cinema faz história e não é puramente documento histórico potencializamos essa concepção em dois níveis pelo menos. Num primeiro, o cineasta se colocando frente um "outro" que é diferente por pertencer a outra classe social, por ter outra formação educacional, outros valores culturais. A dialética cineasta x outro tem sido uma dos montes principais de toda produção acadêmica sobre a relação cinema-história, sobretudo, no que diz respeito aos estudos do documentário. Entretanto, gostaríamos de evidenciar um segundo nível, quando os diretores provocam fatos históricos além do encontro inevitável com as testemunhas no passado. Não nos contentamos com o primeiro nível e assim criamos situações inusitadas numa espécie de teatralização da história com a intenção explicita de gerar fatos históricos.

No documentário *Duplicidades* esse último vetor possibilitou que um dos personagens se deslocasse a um lugar por ele rejeitado. Após 27 anos de ausência, o pioneiro revê a terra proibida e encontra-se não conosco, a equipe,

mais com outra pioneira que tem divergências com ele. O episódio ocorre após todo um planejamento da equipe de produção, varrendo da montagem qualquer sinal de objetividade pura postulada por uma das correntes da teoria do cinema. Na próxima sessão abordaremos um pouco mais as histórias narradas nesse documentário e o final produzido pela equipeh.

Documentário Duplicidades

O documentário *Duplicidades* tem inicio com duas paisagens urbanas distintas em sua forma, em seus sons e nos gestos de seus moradores. O som ruidoso da usina aliado ao barulho intenso do trânsito, a forma rápida dos passantes, contrasta com o som de duas crianças andando de bicicleta próxima a sede da prefeitura no centro sul.

A cena próxima mostra a casa do Senhor João, sobrado antigo no centro sul, onde a equipe de gravação foi recebida. A casa típica das primeiras arquiteturas da cidade tem um grande quintal, onde nosso entrevistado colheu vassouras para mostrar a um dos estudantes da equipe como os terreiros eram varridos antigamente. Senhor João lembra com saudades da época em que o principal meio de locomoção era o cavalo, e do lago que existia próximo onde é a prefeitura e servia como forma de lazer para as crianças.

A Timóteo rural é representada na sua fala e em seus gestos simples. Até mesmo o mobiliário de sua casa e no modo como se veste evoca outro tempo, um tempo o qual as grandes fazendas dominavam a paisagem local. Um tempo em que, segundo nosso entrevistado, o relacionamento entre os vizinhos era amistoso e que a fartura das plantações era dividida entre eles.

A escolha das cenas com o Senhor João partiu das formas como a edição entendeu que a narrativa deveria ser construída. O trabalho de exploração das cenas gravadas era debatido entre a equipe formada por historiadores, jornalistas e cineastas, além de estudantes de Comunicação Social e de História que faziam parte do projeto como bolsistas.

As imagens com o senhor João antecipam o conflito que está na origem do plebiscito que aconteceria em 1980. Nas próximas cenas, a paisagem da siderurgia em Minas Gerais toma conta da narrativa do historiador que é o fio condutor da história. A usina siderúrgica implantada em 1945, com seus bairros contíguos, que tinha como objetivo principal a produção do aço.

A narrativa "científica" logo é questionada pelo saber popular do Senhor Cândido, que afirma que antes da ACESITA produzir aço foi forçada a produzir sabão, pois este produto não estava disponível para as mulheres.

> *"Os mercadinhos daqui não conseguiam atender a demanda das donas de casa. Como a empresa teve que derrubar o canavial da fazenda, ela aproveitou para fazer sabão e rapadura. A rapadura usada par coar o café, no lugar do açúcar."*
>
> *(Senhor Cândido)*

Senhor Cândido lembra que no local onde hoje são os bairros próximos a usina a paisagem era dominada por mata virgem.

> *"Tudo isso era mata. Vim para cá para ajudar na construção da usina e não havia lugar para morar. Com o tempo, os trabalhadores construíram cabanas de sapé e o que era mato, passou a ter outro formato. O que era morro virou planície. Ruas foram abertas e o córrego, que ficava onde hoje é a avenida Jovino Augusto da Silva, foi desviado para seu lugar atual."*

(Senhor Cândido)

A Companhia de Aços Especiais Itabira foi um empreendimento que trouxe modificações na paisagem rural. Os empreendedores deram plenos poderes ao Senhor Oderico, figura lendária da cidade, na compra de terras para implantação da usina. Muitos reconhecem a habilidade do "Doutor" Oderico para negociação e exploração das matas fechadas da região. "*Ele desbravava as matas sempre com seu chapéu e com um facão que empunhava com grande habilidade." (Senhor Fausto).*

Nas cenas de Duplicidades a professora aposentada Dona Núbia revela o conflito entre a Cia e os proprietários de terras. A Cia oferecia dinheiro aos proprietários de terras, muitas vezes acostumados com a vida simples do campo, sem a liquidez imediata e efêmera do trabalho assalariado. Alguns entrevistados na pesquisa afirmam ainda que eram feitas ameaças implícitas, o que causa grande mágoa aos antigos proprietários de terras.

Fato inusitado capitado pelas câmeras da equipe foi o de encontrar a foto do "Doutor" Oderico e sua esposa na porta de um velho guarda roupa na casa do Senhor João. Estranhamente, como um lugar de memória que ao invés de esquecer ele quer se lembrar. O nosso entrevistado confessou que conversava com a fotografia e lhe perguntava por que tinha transformado a sua vida.

Outra fotografia, exposta nas cenas de Duplicidades, foi encontrada na casa do Senhor Raimundo, que representa o outro lado da história. Mecânico, aposentado da Usina, e um árduo defensor da mudança de nome da cidade de Timóteo para Acesita. A esposa do Senhor Raimundo empunha com orgulho a foto do "Doutor" Oderico, e explica que ele foi o grande responsável pela compra das terras onde hoje é a siderúrgica. Senhor Raimundo, nessa mesma cena, explica que Oderico não comprou áreas onde hoje segundo ele é a cidade de Timóteo, pois as mesmas não tinham documento.

Senhor Raimundo resiste à idéia de chamar a cidade em que mora de Timóteo. Morador de um dos bairros da cidade-empresa, a mais de 27 anos não se dirigia até o centro sul da cidade. Segundo esse personagem emblemático, o plebiscito de 1980 deu ganho de causa aos moradores de Acesita, que foram ludibriados pelos políticos da época. Para ele, antes da Cia, Timóteo era um lugarejo de pequenos carvoeiros.

Cabe a essa altura do texto explicar que os dois personagens principais do documentário foram o ex-operário senhor Raimundo e a professora Núbia. Dois atores históricos com experiências diferentes, mas que personificaram o conflito existente entre a cidade-empresa e a cidade-rural.

A equipe do documentário entendeu que seria necessário para fechar a história conseguir que os dois se encontrassem. Uma operação que exigiria em um primeiro momento convencer o Senhor Raimundo a ir até o centro sul, em uma praça próxima a prefeitura, onde seria gravada a cena final. Mas antes disso, a equipe com a câmera na mão foi atrás de narradores que ainda não tinham sido sondados com o método da pesquisa histórica via história oral.

Em locais públicos, como praças e comércio da cidade de Timóteo, o documentarista Sávio Tarso, fazia a seguinte questão: *Onde eu estou?* As respostas confirmaram o que a pesquisa histórica havia levantado: existia um conflito de identidade entre a cidade que tinha se formado próximo a usina e a cidade que teve origem no povoado rural.

Os cidadãos mostravam documentos, como folhas de cheque, placas de indicação, itinerário de ônibus, que confirmavam que o centro norte era a cidade de Acesita. Muitos reconhecem que o município é Timóteo, mas afirmam-se como "acesitanos".

Na porção sul, onde fica a prefeitura, os cidadãos que encontramos na praça pública não admitem que exista uma cidade com nome de Acesita. Foi lá que conhecemos o Senhor Soneca, um típico contador de histórias das cidades do interior. Em uma das cenas mais divertidas do documentário, ele tenta convencer uma das estudantes a se casar com ele, por meio de versos cantados.

“Vou dizer para sua mãe e falo para seu pai também

Se você não casar comigo não casa com mais ninguém

Menina dos olhos verde, olhos de maracanã

Pede licença a seu pai

Vamos simbora amanhã

Eu se fosse um retratista, tirava retrato seu

Para levar para minha terra, para mostrar parente meu

Eu vou casar com você e te dar felicidade

Felicidade que eu te dou não é dinheiro nem riqueza

E te tratar com educação e muita delicadeza

(Senhor Soneca)

Nosso entrevistado, assim como o senhor João, evoca uma cidade rural, marcada pela presença de outras relações sociais que foram suprimidas na implantação da empresa na alta modernidade capitalista.

Nas entrevistas e nas filmagens feitas para o documentário, evidenciaram-se disputas pela memória por parte de dois grupos distintos. De um lado os moradores do centro sul, enraizados na tradição de uma cidade mineira formada a partir da ocupação de fazendas, da cultura agrícola e criação de gado e de outro o grupo de operários da usina que viveu a formação da grande siderurgia na região.

A realização da pesquisa e o documentário permitiu que captássemos através da visão de indivíduos o desenvolvimento cronológico do fenômeno em estudo, ou seja a transformação do espaço. O pesquisador pode assim lidar com memórias individuais que focalizam fenômenos sociais e são reconstruídas com os olhos do presente.

Ainda o documentário possibilitou recolher memórias subterrâneas, que muitas vezes são negligenciadas pelas políticas simbólicas que tentam impor uma uniformidade histórica para um fenômeno tão diverso que é a experiência de viver em cidades. É que Michael Pollak que nos informa que:

“O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais. Ao mesmo tempo, ela transmite cuidadosamente as lembranças dissidentes nas redes familiares e de amizades, esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas ideológicas..”(POLLAK, 1989, p 3)

Assim, a história da cidade não pode se reduzir a história de constituição da empresa, como transparece em materiais disponibilizados na sociedade local como livros comemorativos e outros. São muitos os conflitos que ainda estão por ser analisados por meio da história oral, aproveitando as testemunhas oculares que como diz Pollak sabem que vão desaparecer em breve.

Referências bibliográficas:

ACESITA, Assessoria de Comunicação Social. *Acesita: uma história feita de aço.* Belo Horizonte, 1989.

BEJAMIN, Walter. O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: *Magia e técnica, arte e política.* São Paulo: Brasiliense, 1994.

BOSI, Eclea. *Memória e sociedade: lembranças de velhos.* São Paulo: T. A. Queiroz, 1987.

CHALOUB, Sidney. *Cidade Febril.* Cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

ESPINDOLA, Haruf Salmen. *Sertão do Rio Doce*. Bauru, São Paulo: Edusc, 2005.

FERRARA, Lucrecia D`Alésio. *Ver a cidade, a cidade imagem.* São Paulo: Livraria Nobel S. A., 1998.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva.* São Paulo: Vértice, 1990.

LINCH, Kevin. *A imagem da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1982.

MATOS, Maria Izilda S. (org) *A cidade em debate.* São Paulo: Editora Olho d´Água, 2000.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silencio. *Estudos históricos.* Rio de Janeiro, v 2, n 3, 1989.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMÓTEO. *A história de uma cidade:Acesita, Timóteo.* 1992

RESENDE, Fernando. *O olhar às avessas - a lógica do texto jornalístico.* Tese de doutorado. USP, 2002.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado.* História oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

Entre arte e cidade: narrativas de artistas de rua e os desafios na metrópole contemporânea

Débora Mendes Bregue Daniel

Uma Portaria emitida pela Prefeitura Municipal em 30 de junho de 2009 reacendeu o debate acerca dos espaços urbanos e políticas públicas para arte na cidade de Florianópolis. Isso porque tal portaria, embasada no discurso da "legalidade" e da "segurança", proibiu a ação de malabaristas na cidade de Florianópolis.

De acordo com a matéria publicada no Jornal *Diário Catarinense* de 21 de julho de 2009, os "artistas de rua estão proibidos de trabalhar em Florianópolis"[171] porque,

> *Segundo o engenheiro José Carlos Ferreira Rauen, secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano de Florianópolis, muitos dos chamados artistas são estrangeiros e não têm autorização para trabalhar no Brasil.*
>
> *- Não queremos esse tipo de trabalho aqui. Florianópolis limpou desde o início da fiscalização. Quero uma cidade com noção de organização administrativa - diz o secretário*
>
> *(...)*
>
> *"Estamos fazendo a fiscalização em torno de três semanas e foi comprovado que esses artistas não são brasileiros. Eles ficam nas esquinas e nos canteiros da cidade mas não têm autorização da prefeitura para trabalharem. Nós recebemos várias denúncias de pessoas reclamando de extorsão. O dinheiro é retirado na marra da população"* .[172]

Há, nesta matéria, a inserção de outro elemento no discurso do poder público acerca do artista de rua: ser estrangeiro. Por tal afirmação é que em várias declarações em protesto à Portaria vão acusar a Prefeitura de Florianópolis de xenofobia em relação aos artistas. "É uma repressão contra os artistas e contra a arte popular, que no Brasil já não é difundida" protesta Curinga, "artista itinerante" no mesmo jornal.

Esta ação da Prefeitura fez lembrar outra ocorrida no final do ano de 1999, que consistia na Reforma da Praça XV de Novembro, mas que, entre outras coisas, culminou na expulsão dos artesãos do lugar.

Para que a reforma ocorresse, os "ambulantes" ou "feirantes" – como aparecem descritos em alguns jornais – seriam deslocados para Rua Victor Meirelles. Conforme publicado no Jornal *O Estado* de 19 de novembro de 1999, a

---

. Mestranda do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense – PPGH/UFF.

171 Malabaristas estão proibidos de trabalhar nas ruas de Florianópolis**. Portal ClicRBS/ Diário Catarinense** em 21/07/2009

172 Idem.

assessoria da Fundação Municipal do Meio Ambiente (Floram) afirmou que "a saída dos artesãos é necessária para que as reformas da praça comecem o quanto antes (...) A reforma inclui restauração dos monumentos, recuperação do coreto e do piso, colocação de bancos e mesas, além de ajardinamento e limpeza das árvores".

Segundo a matéria do jornal,

> *A Prefeitura Municipal de Florianópolis deu um prazo de 15 dias, contados a partir de hoje, para que os feirantes da Praça XV mudem de local. O objetivo da saída dos artesãos é deixar o local livre para a realização de uma reforma por toda a praça. Os feirantes serão deslocados para a rua Victor Meirelles*[173].

A notícia não foi bem aceita pelos artesãos da Praça XV, gerando revolta. De acordo com o Presidente da Associação dos Artesãos da Praça XV (Associart XV) na época, Carlos Alberto da Silva, o espaço da Praça era ocupado por eles desde 1968, sendo que cerca de 80 pessoas trabalhavam em estandes espalhados por ela[174].

Ainda como consta na matéria do Jornal *O Estado* de 01 de dezembro de 1999,

> *A polêmica começou com um projeto da prefeitura de fazer uma reforma na praça, e para tanto era necessário a saída dos artesãos. Eles acabaram vendo na proposta uma forma de expulsá-los do local definitivamente. No protesto, a prefeita Ângela Amim acabou sendo acusada de tentar empurrar a pobreza para a periferia. Os manifestantes saíram da praça e foram em direção à sede da prefeitura na rua Conselheiro Mafra, passando pelas principais ruas do Centro.*
>
> *Segundo o presidente, em julho foi realizada uma reunião na qual ficou acertada que a prefeitura discutiria com os artistas qualquer alteração no local. "Nós vamos permanecer na praça e passamos a responsabilidade de qualquer coisa para a prefeitura", disse Silva. Para ele, os artesãos aceitam uma outra proposta desde que eles não saiam prejudicados.*
>
> *(...)*
>
> *De acordo com Silva, cerca de 600 pessoas, que formam os familiares dos artesãos, dependem dessa fonte de renda.*[175]

---

173 Artesãos vão deixar Praça XV. **Jornal O Estado**. Publicado em 19/11/1999.

174 Artesãos fazem protesto. **Jornal O Estado**. Publicado em 01/12/1999.

175 Idem.

A matéria "Artesãos prontos para confronto" publicada no Jornal *O Estado* de 11 de janeiro de 2000 diz que o Diretor da Susp,

> *Odilon Furtad, afirma que a retirada deles é para desenvolver a praça ao povo, e deixá-la apenas para o lazer da população. 'Nós não vamos permitir a volta deles para lá. Se precisar, vamos usar a força policial', afirma Odilon.*

E assim como previam os artesãos, eles não voltaram a trabalhar na Praça XV com a sua reinauguração. Também não se instalaram na Rua Victor Meirelles como previa o projeto da Prefeitura. Como fala Rogério Proença Leite no livro "Contra-usos da Cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea", certas manifestações não se estruturam em qualquer rua, "mas apenas em certos espaços, os quais têm sentidos para os atores envolvidos". (LEITE, 2007. p.197)

No primeiro momento após o fechamento da Praça XV, os artesãos foram remanejados para o entorno do Antigo Terminal Urbano Cidade de Florianópolis, e alguns, registrados pela Prefeitura, puderam também montar seus estandes na Praça Fernando Machado, situada em frente ao Antigo terminal e logo abaixo da Praça XV. Devido às condições do local, em meio à fumaça da queima do óleo diesel dos ônibus e à falta da natureza antes ostentada na antiga Praça, muitos artesãos foram, gradativamente, abandonando estes espaços do centro da cidade e buscando novos lugares onde pudessem praticar suas atividades.

Mas o que importa ressaltar sobre a expulsão dos artesãos da Praça XV e que tem relação com a Portaria que proibiu a prática dos malabaristas na cidade dez anos depois são os discursos acerca desses artistas. Ambas as medidas da Prefeitura propunham uma transformação do espaço urbano baseadas no discurso da segurança e da legalidade dos artistas de rua, em sua maioria, estrangeiros.

Mas o que tem a história oral a ver com isso?

Sendo a história oral uma metodologia de pesquisa que, através de entrevistas gravadas, permite que pessoas testemunhem sobre acontecimentos, conjunturas, instituições e modos de vida, posso dizer que ela aparece e é muito importante nesta pesquisa em dois momentos.

O primeiro será em relação a ouvir alguns desses artistas diretamente atingidos por essas ações da prefeitura, tanto artesãos que foram expulsos da Praça XV, ouvindo sobre como foi o processo de expulsão e como e onde desenvolveram suas atividades; como os malabaristas, que conseguiram em 2010 reverter a situação e anular a portaria que proibia a sua atividade nos semáforos da cidade. Tudo isso buscando compreender como eles fazem uso dos espaços urbanos e como enxergam as ações do Estado em relação às suas práticas. Os documentos orais são importantes, pois deles fazem parte uma série de elementos, entre os quais as memórias e também as biografias, que nos ajudam a compreender como alguns indivíduos experimentaram e interpretaram certas situações e acontecimentos.

O segundo momento de uso da história oral na pesquisa dialoga com histórias de vida desses artistas de rua e com os vários tipos de artes que são desenvolvidas. Músicos, malabaristas, artesãos, estatuas vivas, pintores, escultores, entre outros. A intenção com as entrevistas será investigar, a princípio, o movimento desses artistas, em vasta medida, proporcionado pelo tipo de trabalho que não os obriga a se fixar. Mais do que entender o processo de segregação e o contexto das ações da prefeitura, é importante conhecer as histórias de vida desses artistas, o lugar de onde eles estão falando.

Sobre esse trabalho com as histórias de vida, é preciso ter consciência, como ressalta Verena Alberti, que

> *A trajetória individual não é coisa dada, mas construída à medida mesmo em que é feita a entrevista. Se a pessoa tem o costume de refletir sobre sua vida, provavelmente já tem uma espécie de sentido cristalizado para alguns acontecimentos e percursos e pode preferir relatar esses, em vez de outros. Isso não quer dizer que aquele sentido seja falso ou não*

> *tenha relação com a realidade. É preciso ter claro, contudo, que ele não é a única possibilidade*. (ALBERTI, 2000. p.5)

Ou seja, não há uma fórmula a seguir a fim de chegar a uma resposta quando se trabalha com a história oral, pois ela está diretamente ligada às subjetividades. Um mesmo entrevistado, por exemplo, pode dar diferentes respostas dependendo do estímulo que o entrevistador oferece a ele.

Um dos artistas em entrevista realizada em 2009, ao ser perguntado sobre seu trabalho nos semáforos da cidade, responde que "às vezes as pessoas não te dão valor, te menospreza, porque te vê ali trabalhando e acha que tu ta pedindo esmola. Mas é o trabalho que a gente faz, é uma arte" (Miguelito, chileno, malabarista. 2009). Em sua fala ele conta que tenta conscientizar as pessoas de que o que ele faz é um trabalho. Eles estão nos semáforos para dar alegria através de sua arte. Se a pessoa não reconhece, não quiser contribuir, pode ao menos olhar para eles.

E, ao observar bem, essa sensação de incompreensão relatada pelo artista chileno, não é algo particular dos malabaristas.

Enquanto escrevia este artigo, me foi encaminhada, uma reportagem publicada no Portal ClicRBS no dia 04 de julho de 2011. Com a categoria dada pela jornalista como "Inusitado", a matéria "Palhaço manda recado para pessoas no Centro de Florianópolis"[176] de Alessandra Toniazzo diz que ao passar pela Avenida Paulo Fontes, no centro da Capital as pessoas se deparam com "um palhaço que ali está". "Não se importa com o que dizem, nem com os olhares que o cercam. Um homem olha de forma estranha, outra mulher só dá risada."

> *Quando o palhaço cansa, deita-se na calçada. Se está disposto, fica mesmo em pé. Nas mãos carrega um cartaz escrito "Paz, Justiça e Liberdade". No rosto não traz sorrisos e, na voz, nenhuma piada. Usa nariz de palhaço, roupa de palhaço, cabelo e sapato de palhaço. Mas de palhaço, nada tem.*
> *O que ele quer?*
> *— Hoje, garantir uma janta — responde.*
>
> *Qual é o seu nome?*
> *— Rafael Rosa da Silva. Anotou? Ó, é da Silva. Anota aí: da Silva.*
>
> *Do onde veio?*
> *— Do Paraná.*
>
> *E mora aqui?*
> *— Sim, aqui. Moro aqui. Sou artista de rua.*
>
> *Qual o objetivo deste protesto?*
> *— Quero ver o que vai dar.*
>
> *Por que a placa com estas palavras?*
> *— Não vou dizer. Olha pra ela e pensa você o que quero com ela.*
>
> *E agora, a pergunta é para você, leitor. O que será que o palhaço quer com esse suspense todo?*

176 Palhaço manda recado para pessoas no Centro de Florianópolis. **Jornal Hora de Santa Catarina.** Em 04/07/2011.

O que será que o palhaço quer dizer? Qual o motivo da sua imagem triste? Por que ele pede paz, justiça e liberdade? Para saber a resposta, só mesmo perguntando.

Referências bibliográficas:

ALBERTI, Verena. **Indivíduo e biografia na história oral**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2000.

LEITE, Rogério Proença. **Contra-Usos da Cidade:** lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea. 2. ed., rev. e ampl. Campinas: Ed. Unicamp, 2007.

"ETERNIDADE DO EFÊMERO: MEMÓRIA E VIVÊNCIA NA ARTE BRASILEIRA DOS ANOS 90 ATRAVÉS DA OBRA DE Cabelo (Rodrigo Saad) – O CAVALO DO MUNDO".

GIANNE MARIA MONTEDÔNIO CHAGASTELLES[177]

A obra de Cabelo (Rodrigo Saad) possibilita discutir o ambiente da arte e de existência do homem em seu cotidiano. O artista põe em discussão a tecnologia, o progresso, a estandardização dos produtos e dos comportamentos humanos, e, mais particularmente, a história da arte, a institucionalização da arte e as categorias estéticas em vigor. Cabelo desenvolve experiências com poesia, artes visuais, performance e música. A obra de Cabelo é um reflexo de sua natureza mutante e remete a temas como o movimento subliminar das coisas, a memória, a violência e a sexualidade. Como ponto central de sua obra destaca-se a discussão da crítica social aos espaços institucionais da arte, analisando a relação entre arte e cidade.

Rodrigo Saad, conhecido também como Cabelo, nasceu em 1967, em Cachoeiro de Itapemerim, no Espírito Santo. O artista tinha cinco anos quando deixou sua terra natal para morar no Rio de Janeiro. Ele frequentou a Faculdade de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e a Faculdade de Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, onde desenvolveu atividades ligadas à música, poesia, performance e artes plásticas. De repente, desistiu do curso e foi criar minhocas. Depois disso, enveredou para a arte. Quando estava na Faculdade de Comunicação, Cabelo, juntamente com outros estudantes, criou o grupo musical *Boato,* de que foi vocalista. Em relação a este grupo, ele afirma: *Nessa civilização produtora de dejetos materiais e imateriais, o Boato faz como as minhocas. Digere o lixo e transforma em húmus.* (CHAGASTELLES, 2003, 126)

As obras de Cabelo assinalam a instauração de um ambiente que inclui a ação dos participantes como elemento constitutivo do acontecimento estético. As relações plásticas são transformadas em vivência: vivência da cor, vivência do espaço estetizado, confluindo tudo para a efetivação de um espaço destinado a experiências em que também os participantes se transformam. Estéticos e mágicos, os ambientes interpenetram o interno e o externo, a obra e o cotidiano, num *continuum*. Tudo é ativo e vital. Estas obras visam à experiência coletiva, pois são ambientes lúdicos e especialmente de crítica social. A obra vivencial de Cabelo desenvolve a discussão acerca da memória, da criação, da diferenciação e da arte como experiência estética. Na sua obra operam-se as possibilidades do desenvolvimento da subjetividade estética atrofiada dos citadinos, portanto a problemática da resistência à homogeneidade no mundo globalizado torna-se um dos vetores principais que conduz sua arte.

Os objetos dos trabalhos de Cabelo não são desprovidos de uma história ou de dimensão temporal; ao contrário, trazem em si os extratos sedimentares acumulados ao longo do tempo, que constituem toda a experiência. O artista concebe sua obra como um organismo vivo, e sua duração é da mesma ordem: o mundo, as coisas e a vida estão em movimento, em osmose e justamente não se trata de cristalizar tais situações. Devemos, ao contrário, mantê-las abertas e vivas em função de nossa maneira de viver. O artista não se prende a nenhuma história fechada, apresentando fragmentos, flashes, flagrantes e abismo. É este seu caráter indomável que faz Cabelo se auto-intitular *Cavalo do mundo.*

Assim, as vibrações corpóreas, os fluxos orgânicos, os aspectos sensoriais e também sociais estão presentes nas maneiras do artista atuar. As obras de Cabelo assinalam a instauração de um ambiente em que as relações plásticas são transformadas em vivência, como por exemplo, na obra *Ceci est la peau de ma Maison.*

Ceci est la peau de ma maison

---

177 Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História Social do IH/UFRJ, bolsista CNPq.

Figs. 1 e 2 – Cabelo - *Ceci est la peau de ma Maison*, (Musée d'art contemporain) Bordeaux, 2001.

Ceci est la peau de ma Maison (*Esta é a pele da minha casa)* foi realizada por ocasião da exposição *Côte à Côte*, no *Musée d'art contemporain de Bordeaux*, em 2001. Este ambiente é formado por pedaços de tecidos coloridos, especialmente, em branco, vermelho e preto – o que remete às cores da cobra coral – e, também, em azul e amarelo. São feitos de cambraia e coteline, em vários formatos. Os desenhos são realizados com violeta-genciana como tinta. Remetem a história em quadrinhos que possuem personagens, seres híbridos que são unidos neste caldeirão de cores. Todos estes desenhos têm grafismos de seres metamórficos que Cabelo, parafraseando Fernando Pessoa, chama de uma autopsicografia, porque é como se ele estivesse recebendo todas as coisas que escreve de santos. O artista os intitulou de *Suíte Volátil* e este nome diz respeito à ideia de metamorfose que permeia a obra e a vida do artista. É como se Cabelo fosse um fotógrafo de fantasmas, porém não há nenhum tipo de ligação religiosa: são paisagens interiores, fluxos de pensamentos e sentidos de percepção internos. Assim, esses registros buscam uma conexão entre a psique, o interior e o universo.

Neste ambiente, Cabelo trabalha com os fluxos de energia entre os elementos. Sua instalação reúne panos no chão e dependurados. Os panos no chão permanecem como uma espécie de lava de vulcão de cores. Além dos panos e da areia, no chão, são colocadas, também, esculturas de múmias. Esta estrutura desorganizada e caótica no chão é contida pelas paredes que limitam a instalação, nas quais os panos estão estruturados de forma organizada, formando uma barraca que é constituída por uma estrutura composta de panos pintados e costurados uns aos outros, sustentados por uma armação dependurada ao teto por um fio de nylon. Dentro deste ambiente é colocado outro menor, uma espécie de quarto, que possui ligação (abertura) com a estrutura maior. Estes desenhos foram feitos sobre as paredes do *atelier* da casa do artista, como uma espécie de *tatuagem sobre a pele*, pois eles cobriam as paredes da sua oficina. Cabelo, então, retirou estes panos e deslocou esta estrutura para formar a casa, trocando a ordem da exposição dos desenhos: o que era o interior da sua oficina fica exposto para o exterior da barraca.

Assim, este gesto de Cabelo remete à relação entre interior e exterior. A própria materialidade da obra lembra *pele.* Em uma entrevista que realizei com Cabelo (CHAGASTELLES, 2003, 5), o artista assinalou que durante a execução de sua obra, no seu *atelier*, ele pôde perceber uma relação entre os panos de seus desenhos e a *pele*, jogando com este aspecto metafórico no desenvolvimento de seu trabalho. Neste sentido, a relação entre interior e exterior em que se dá uma metáfora da pele na obra de Cabelo, remete ao texto de Suely Rolnik (1997) sobre a problemática acerca da subjetividade em que a autora faz uma análise da relação entre o dentro e o fora, utilizando a pele como base metafórica da discussão. Partindo, então, deste texto de Rolnik, mantenho uma ponte com as etapas desenvolvidas por Cabelo na execução de sua obra, reconstruindo o seu percurso. Analisando as etapas da realização deste trabalho, posso dizer que, em um primeiro instante, no seu *atelier*, o artista ainda separa o interior do exterior; seu olhar desatento, neste momento, ainda vê na *pele-pano* uma superfície compacta e certa quietude. Neste momento este perfil é ainda imutável, assim como o interior e o exterior que ele separa.

Num segundo momento, Cabelo convoca, como assinala Rolnik (1997), o seu *olho vibrátil* que faz com que o olho, antes desatento, torne-se uma potencialidade, pois é tocado pela força do que vê. Sem muita dificuldade, o artista logo nota que a densidade desta pele é ilusória, e efêmero é o perfil que ela envolve e delineia. A *pele-pano* é um tecido vivo e móvel, feito das forças/fluxos que compõem os meios variáveis que habitam seus desenhos. Formam-se na *pele-pano* constelações as mais diversas que vão se acumulando até que um diagrama inusitado de relações de força se configure. Nesse momento, o *olho vibrátil* de Cabelo capta na *pele-pano* uma certa inquietação, como se algo estivesse fora do lugar ou de foco. Num próximo momento, Cabelo recorre a um artifício um tanto insólito: ele estende a *pele-pano* desfazendo o perfil que ela desenha em seu *atelier*, de modo a transformá-la numa superfície plana. O que o seu *olho vibrátil* presencia então é a *pele-pano* começando a reagir ao incômodo causado pelo novo diagrama: ele se dobra, fazendo uma espécie de curvatura. Surpreso, o artista vê emergir no interior desta dobra o cenário de todo um modo de existência. É como se o diagrama que dá à pele sua atual tessitura tivesse se corporificado em um microuniverso.

Dobrando e jogando com a *pele-pano*, o que logo Cabelo observa é que outros fluxos vão entrando na composição da *pele-pano*, formando outras constelações, em que, aos poucos, outros diagramas de relações de força emergem, e assim sucessivamente. A cada vez que um diagrama se forma, a *pele-pano* se curva novamente. Nesta dinâmica, onde havia uma dobra, ela se desfaz; a *pele-pano* volta a estender-se, ao mesmo tempo em que se curva em outro lugar e de outro jeito; um perfil se dilui, enquanto outro se esboça.

Numa quarta etapa, o artista examina atentamente de que são feitos o dentro e o fora. Diferentemente do que via no início antes de ativar o *vibrátil de seu olho*, o que observa agora é que dentro e fora não são meros espaços, separados por uma *pele-pano* compacta que delineia um perfil de uma vez por todas. Percebe que eles são indissociáveis: o dentro detém o fora e o fora desmancha o dentro. Assim, o dentro é uma desintensificação do movimento das forças do fora, cristalizadas temporariamente num determinado diagrama que ganha corpo numa

figura com seu microcosmo; o fora é uma permanente agitação de forças que acaba desfazendo a dobra e seu dentro, diluindo a figura atual até que outra se perfile.

Neste sentido, o dentro, aqui, nada mais é do que o interior de uma dobra da *pele-pano*. E reciprocamente, a *pele-pano*, por sua vez, nada mais é do que o fora do dentro. A cada vez que um novo diagrama se compõe na *pele-pano*, a figura que até então ela circunscrevia é como que puxada para fora de si mesma, a ponto de acabar se formando outra figura. É só neste sentido que podemos falar num dentro e num fora da obra: o movimento de forças é o fora de todo e qualquer dentro, pois ele faz com que cada figura saia de si mesma e se torne outra. O fora é um sempre outro do dentro, seu devir.

Neste contexto, o espectador penetra num campo de ação do ambiente, como se estivesse sentindo a vibração de uma orquestra. Caminhando por labirintos de cor, banhando-se assim em cor, penetrando em um ambiente que ele mesmo constrói com a movimentação dos panos, o fruidor experimenta um espaço de tensões, a dimensão infinita da cor. O espectador torna-se assim participante e propositor: ele vê, sente e pisa a cor. Os panos do chão servem, também, como capa, pois os fruidores podem vestir e experimentá-las. Os efeitos tátil e visual do tecido – que é transformado em capa para os fruidores usarem - funcionam como ponte entre duas vertentes do trabalho do artista: a gráfica e a tridimensional. A gama sensorial das instalações surge do grafismo. É como se Cabelo quisesse fundir o gesto e a poesia.

Cabelo alia humanismo, experimentalismo e marginalidade artística, ingredientes que se mostram indispensáveis à formulação de propostas voltadas para o baralhamento das relações entre arte e vida. Esta obra objetiva a tendência do artista ao ambiental, propondo experiências que não se limitam à visão, mas abrangem toda a escala sensorial. Cabelo propõe um ambiente que estimula os sentidos do fruidor, favorecendo a atualização de suas memórias. A percepção do fruidor é alargada e as memórias mais inconscientes são atualizadas. O espectador cria novos agenciamentos, desenvolvendo a sua subjetividade estética. Através de sua recriação, do seu *outrar-se*, o fruidor se abre para um processo de devir, de diferenciação. Logo, nesta proposição a participação do espectador entra como requisito construtivo. E porque esta se torna tão importante quanto a atividade do artista, evidencia-se a ênfase no processual, compondo a estética de movimento e envolvimento.

Assim, a obra de Cabelo caracteriza-se como uma *prática de problematização: decifração de signos, produção de sentido, criação de mundos* (ROLNIK, 2002, 270-272). É exatamente nessa atuação na vida contemporânea que a prática estética desse artista faz obra, tornando-se a forma indissociável de seu efeito de problematização do mundo. O mundo liberta-se de um olhar que o reduz às suas formas já constituídas e à sua representação usual para oferecer-se como matéria trabalhada pela vida enquanto potência de variação e, portanto, matéria em processo de arranjo de novas composições e produção de novas formas. O trabalho de Cabelo participa da decifração dos signos das mutações sensíveis, inventando formas através das quais tais signos ganham visibilidade e integram-se ao *mapa vigente* (ROLNIK, 2002, 270-272). A arte seria, portanto, uma prática de experimentação que participa da transformação do mundo. Rolnik ressalta que se evidencia, assim, que a arte não se reduz ao objeto que resulta de sua prática, mas que ela é essa prática como um todo: prática estética que abraça a vida como potência de criação em diferentes meios em que opera. *Seus produtos são apenas uma dimensão da obra e não "a" obra: um condensado de signos decifrados que introduz uma diferença na realidade* (ROLNIK, 2002, 270-272). As obras da arte vivencial são experiências capazes de modificar os modos de percepção de uma dada realidade.

O trabalho deste artista é uma maneira privilegiada de lidar com os entraves que mutilam o exercício de liberdade criativa do indivíduo. A realização do trabalho de arte possibilita desfazer identificações e, ao mesmo tempo, propor novos conceitos a partir da vivência obtida na experiência estética. A obra abole a defasagem entre interior/exterior, sujeito/objeto e eu/mundo. A convicção de haver uma continuidade entre o dentro e o fora é garantida pela interseção entre matéria e memória. Assim, suas experiências se sustentam numa postura que termina por questionar, implicitamente, os fundamentos da razão cartesiana.

O participante experimenta sensações e vivências indiscerníveis que estimulam as suas memórias mais próximas do sonho, revelando a criação de novas saídas para os impasses do cotidiano. A originalidade dessa experiência deve-se à sua capacidade de suscitar sensações, nas quais as memórias do indivíduo são atualizadas. A proposta é que o fruidor atualize, naquele momento da vivência, uma memória mais inconsciente, de forma que, no momento de desatenção, o cérebro deixe emergir parte das memórias mais dilatadas, que serão atualizadas na experiência do acontecimento. Assim, neste encontro (através da ação do fruidor), algo é revelado, atualizado; o sujeito, e consequentemente o mundo, se transformam. Portanto, a memória se torna um elemento privilegiado desse tipo de obra, capaz de possibilitar uma transfiguração completa do mundo. Estas proposições trabalham com a memória do participante, forçando um confronto com seus vazios, o que favorece o surgimento de atos criativos no âmbito individual e social.

Neste sentido, estou estudando a eternidade da vivência artística através da criação do fruidor e do desenvolvimento de sua subjetividade estética. Portanto, a memória torna-se o motor da obra, pois a obra se realiza na re-criação (diferenciação) do sujeito no mundo. Tenho que considerar aqui a vocação dessa arte para compreender a memória como um processo muito particular de formação, bem como de estruturação da obra. A noção de obra é aqui entendida como um conjunto de manifestações sensíveis – e não mais como o objeto de arte em si - que atribui sentidos ao discurso artístico. Uma vez recuperado esse sentido *poïetico*, posso formalizar um conceito de arte em que o processo da obra é aberto, visto que a forma da obra pode sofrer variações de indivíduo para indivíduo, dada sua característica de se conformarem à memória do fruidor.

Assim, na experiência estética a imagem surge e desaparece, afetando o espectador-participante que, em virtude dessa rápida percepção, eterniza na memória o encontro fugaz e a possibilidade de um desdobramento deste acontecimento. Portanto, na medida em que o espectador tem uma vivência artística, ele recebe estímulos sensoriais; nessa interação, a percepção se intersecta com a memória e o sujeito se transforma. Cada vez que, numa outra experiência, num momento de desatenção, o cérebro deixa passar fragmentos daquela lembrança, opera-se a re-criação do sujeito no mundo e a obra se atualiza. Porém, a atualização da obra (sua permanência) não seria a repetição do gesto. Pois, mesmo que repitamos um gesto, ele já não é mais o mesmo, porque estamos sempre mudando; trata-se, nesse caso, da criação de novos gestos. Logo, a permanência da obra aqui não é alcançada através de algo fixo, mas em seu mergulho no devir, na transformação, na duração. Portanto, o tempo na vivência artística é o da duração (BERGSON, 1999). Trata-se de deixar a produção aberta de modo a permitir a intervenção do fruidor no sentido de completar os trabalhos, de recriá-los, de lê-los a cada vez de maneira diversa. O tempo é recolocado em um fluxo contínuo, que recupera e repotencializa o vivido no atual.

A motivação de criar proposições no lugar do objeto visa à desalienação do espectador. A arte torna-se então uma forma potente de *resistência* à sociedade massificada. Neste sentido, exatamente por trabalhar com a criação, estas proposições interferem na alienação social que leva o homem a funcionar de acordo com modelos dominantes, em que passam por *naturais* hábitos adquiridos e decantados ao longo da história. Portanto, a arte como experimentação passa a dar autonomia ao homem comum. O objetivo é libertar o pensamento das concepções mentais que nos aprisionam em hábitos adquiridos e que determinam os automatismos de conduta. O participante toma consciência das situações vividas por meio da ação, da percepção sensorial, e não através do verbal. A sensibilização da percepção induz à criação, incitando a ação sem constrangimentos. A arte passa a depender desse descondicionamento, libertando os gestos que estavam sufocados: *a arte torna-se o exercício espiritual da liberdade* (PEDROSA in CLARK, 1980, 28). O fruidor experimenta a desterritorialização de sua identidade, deixando-se viver o trágico e o tenso entrelaçamento da vida e da morte.

A arte vivencial atua na subjetividade estética inibida na vida coletiva. O recrudescimento do confisco da dimensão estética na vida coletiva provocado pelo neoliberalismo é paralelo a uma intensificação da função pragmática da subjetividade num mundo em que tudo se torna efêmero e movediço. Isso faz com que a subjetividade esteja sempre correndo atrás de *algo* que nunca encontra, pois este *algo* é uma miragem. Quanto mais o sujeito se frustra, mais corre atrás; assim, a subjetividade está sempre recuperando o atraso, em defasagem, em dívida, sempre tentando se remodelar segundo os padrões estabelecidos, em uma missão impossível, fadada ao fracasso. Neste contexto, a arte vivencial enfatiza o conceito de *comunidade* como estudado por Jean-Luc Nancy (2001,145), em que o autor rompe com a ideia de qualquer interioridade de comunidade. Sendo assim, Nancy prefere falar em *ser/estar-em comum* ou *ser/estar-com*, enquanto constitutivo do próprio ser, na medida em que não se pode conceber um sujeito, um *si mesmo*, que precedesse a uma relação com os outros. *Ser-com-os-outros* está originalmente presente em *ser si mesmo*: *"Eu" sou, em primeiro lugar, "com" (próximo de) aqueles que precedem meu nascimento e aqueles que seguem minha morte. Eis o essencial: a dimensão do "com" é o que foi dado como "natural" num mundo de mitos. Em nosso mundo temos que inventá-la* (NANCY, 2001,145).

Na arte vivencial, o conceito de comunidade torna-se exterioridade. Essa obra busca uma qualidade de vida que não tem a ver com certo modelo *a priori*, *script* a ser seguido, mas com uma abertura para o outro, para a construção de novos universos. A subjetividade trabalhada aqui é exterioridade do eu e não algo fechado em si. Assim, opera-se condições para realizar a conquista de um bem-estar no devir. A arte assume uma responsabilidade ética e política, pois qualquer mudança efetiva do campo social hoje depende de uma mutação da subjetividade, que se dá na processualidade, no devir, na transformação, na diferenciação do sujeito, sempre outro dele mesmo, e não mais numa subjetividade fechada em uma suposta *essência identitária*.

Percebo então que um verdadeiro entusiasmo ao novo, ao imprevisível, à invenção, à liberdade percorre toda a arte vivencial. Entretanto, vivemos num tempo cada vez mais fragmentário, instantâneo, efêmero e pouco nos deixamos experimentar uma temporalidade da duração. Neste sentido, as obras destes artistas buscam resgatar este tempo distendido da duração, assim como a valorização da memória do sujeito e o desenvolvimento da subjetividade estética atrofiada em nossa sociedade. Isto se torna fundamental como forma de *resistência* a uma sociedade pautada

por uma crescente amnésia e com dificuldade de conceder linearidade narrativa ao vivido, de produzir história, trama, memória e criação.

Referências bibliográficas:

AGUILAR, Nelson. *In: Côte à Côte – Art Contemporain du Brésil.* Bordeaux: Musée d'Art Contemporain de Bordeaux, 2002.

BERGSON, Henri. *Matéria e Memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito.* Tradução Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do Cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHAGASTELLES, Gianne Maria Montedônio. *Eternidade do efêmero: memória e vivência na arte brasileira dos anos 90 – Jarbas Lopes, Laura Lima e Cabelo*. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado de História da Arte do Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2003.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural - entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL, 1990.

NANCY, Jean-Luc. *Jean-Luc Nancy / Chantal Pontbriand, uma conversa.* Tradução: Glória Ferreira e Gisele Ribeiro. *In:* Revista do PPGAV, UFRJ, ano VIII. Número 8, 2001.

PEDROSA, Mário. *IN: Lygia Clark, Arte Brasileira Contemporânea.* Rio de Janeiro: FUNARTE, 1980.

_____. *Mundo, homem, arte em crise.* (Organização: Aracy Amaral). São Paulo: Perspectiva, 1986.

ROLNIK, Suely. *Uma insólita viagem à subjetividade – fronteiras com a ética e a cultura. In: Ensaios sobre as subjetividades contemporâneas.* São Paulo: Estação Liberdade, 1997.

_____. *Subjetividade em obra: Lygia Clark artista contemporânea. IN: Nietzsche e Deleuze: que pode o corpo.* Organizadores: Daniel Lins e Sylvio Gadelha. Rio de Janeiro / Fortaleza: Relume Dumará e Secretaria da Cultura e do Desporto do Ceará, 2002.

EVENTOS TRAUMÁTICOS DA Ditadura Militar no Chile (1973 – 1990) NA HISTÓRIA ORAL DE VIDA DE CHILENOS EMIGRANTES

Vanessa Paola Rojas Fernandez[178]

Entre os elementos comuns que caracterizam a formação político-social dos países da América Latina, sem desprezar suas especificidades, encontra-se o fato de terem vivido sob o autoritarismo de regimes militares no decorrer das últimas décadas do século XX. Paraguai (1954 – 1989), Bolívia (1964 – 1982), Brasil (1964 – 1985), Argentina (1966 – 1973 e 1976 - 1983), Peru (1968 – 1980), Uruguai (1973 – 1985) e Chile (1973 – 1990) são alguns exemplos concretos deste elemento comum.

No Chile, a instauração do regime militar pôs fim ao governo do então presidente Salvador Allende (1970 – 1973) bem como a uma famosa estabilidade democrática do país, inaugurando um dos períodos ditatoriais mais cruéis dessa porção do continente. Para além dos números oficiais, que apresentam mais de dois mil mortos e quase dois mil desaparecidos,[179] narrativas de chilenos emigrantes deste período demonstram como a repressão passou a fazer parte do cotidiano do país.

Tais narrativas são resultado de uma pesquisa por mim desenvolvida, em nível de mestrado, sobre a emigração/imigração chilena ocorrida no período mencionado e elaborada a partir de entrevistas de história oral de vida com sete chilenos residentes na cidade de Campinas/SP. Ainda que o tema central da pesquisa não fosse a ditadura militar chilena, e sim o processo migratório empreendido por seus conterrâneos, por se tratar de um trabalho de história oral de vida as narrativas inevitavelmente contemplaram eventos, percepções e opiniões sobre o referido período ditatorial, quando os narradores versavam sobre suas vidas na época anterior à emigração.

A presença de chilenos no exterior tornou-se um elemento estrutural a partir da década de 1970, devido à conturbada conjuntura política, econômica e social que viviam em seu país, principalmente após o golpe militar de 1973. No total, cerca de 500 mil chilenos se deslocaram, durante as três últimas décadas do século XX, a diversas partes do mundo, entre elas o Brasil.[180] Considerando que em 2002 o Chile possuía aproximadamente 15 milhões de habitantes,[181] é fácil imaginar o impacto disto naquele ambiente.

Sendo, portanto, um movimento recente e diante das inúmeras possibilidades oferecidas pela história oral, o corpus documental do trabalho foi constituído de entrevistas de história oral de vida com chilenos

---

178 * NEHO/USP – Mestre em História Social

179 Dados do relatório da Comissão Nacional de Verdade e Reconciliação (CNVR), criada em 1990 no Chile para apurar os casos de violações aos direitos humanos cometidas no período ditatorial. Relatório disponível em site oficial do governo chileno: http://www.ddhh.gov.cl/ddhh_rettig.html

180 www.chilesomostodos.gov.cl/descargas/cat_view/50-registro-de-chilenos.html.

181 www.ine.cl/canales/chile_estadistico/home.php.

emigrantes/imigrantes que chegaram ao Brasil entre as décadas de 1970 a 1990 e residentes, na época da entrevista, na cidade de Campinas/SP.

Para tanto, foram utilizados os procedimentos de história oral do NEHO (Núcleo de Estudos em História Oral), entre os quais destaco: na elaboração do projeto, optou-se pela história oral pura, pela história oral como método e pela história oral de vida; para delimitar as pessoas a serem entrevistadas, pensou-se nos conceitos de comunidade de destino, colônia e redes; feitas as entrevistas, na passagem do estado oral ao estado escrito, utilizou-se a transcrição, textualização, transcriação e validação; e, por fim, da relação pessoal entre a pesquisadora e os entrevistados, ao longo de toda a pesquisa, surgiram a colaboração, a mediação e a devolução.

Embora importante, a explicação desses procedimentos não é o tema central desta comunicação, o que pode ser encontrado em duas obras referenciais: Manual de História Oral (MEIHY, 2005) e História Oral Como Fazer, Como Pensar (MEIHY & HOLANDA, 2007). Uma breve explicação da metodologia de história oral de vida, no entanto, faz-se necessária para iniciarmos a abordagem sobre a questão do trauma – presente ou não – nas narrativas:

> As narrativas de história oral de vida contemplam questões que podem ir de antes mesmo do nascimento do próprio narrador, quando este conta as origens de sua família e de seus antepassados, passando pela infância e chegando até a sua atualidade. Nesse sentido, a história oral de vida é cronológica. Para tanto, no entanto, ela não precisa necessariamente ser contada cronologicamente, pois outra característica desse gênero é a liberdade que o narrador tem para narrar: é ele quem escolhe o que vai contar, como contar, por onde começar e quando terminar, através de "entrevistas livres e abertas". Segundo esse ponto de vista, não há como comportar questionários fechados e estímulos são preferidos no lugar de perguntas. (FERNANDEZ, 2011).

Dessa forma, além dos fatos relacionados ao deslocamento físico entre o lugar de origem e o lugar de destino – o porquê da saída do Chile e o porquê da escolha do Brasil – as subjetividades envolvidas no processo migratório deste grupo foram valorizadas: que escolhas tiveram e/ou ainda tem que fazer essas pessoas? Quais eram seus projetos pessoais? Quais foram e/ou são ainda suas renúncias, medos, expectativas, sonhos, ilusões e desilusões? Como sentem e/ou sentiram as diferenças culturais entre os dois países? Quais as formas de adaptação? Todas estas questões, entre outras, puderam ser respondidas porque as narrativas vão de antes do deslocamento físico em si - como era a vida dessas pessoas lá no Chile – à vida depois do deslocamento.

Tendo vivenciado uma das ditaduras mais brutais da América Latina, a ditadura militar chilena (1973 – 1990), que eventos traumáticos desse regime podem ser observados nas histórias de vida desses chilenos emigrantes? Como esses eventos podem ser relacionados aos conceitos de memória, identidade e trauma social e qual sua influência na elaboração de narrativas orais do tempo presente?

Embora os entrevistados da pesquisa não tenham sido perseguidos pelo Estado ditatorial chileno, como muitos o foram, a leitura das narrativas apresenta diversos casos de situações autoritárias a que foram submetidas as pessoas naquela época e é possível perceber em suas falas que eventos traumáticos de diferentes alcances foram comuns a todos os cidadãos que vivenciaram este período. Assim, não há nenhum entrevistado que tenha sofrido diretamente um trauma de perseguição política ou tortura, por exemplo, mas todos demonstraram uma consciência de que essas violações aos direitos humanos eram uma prática real e, portanto, que a sensação de medo e de perigo iminente era geral, bem como o sofrimento ou o sentimento de angústia por saberem o que se passava com outros cidadãos chilenos. Sobre isto, destaco os seguintes trechos:

> "E não podia falar nada, imagine, hoje você diz: 'sou de esquerda', 'ah, não, sou de direita', naquela época se você falasse, já era perseguido. Não podia falar absolutamente nada, não podia falar nem no ônibus porque não se sabia quem estava ao seu lado." [182]

> "Eu passei um susto tão grande porque eu tinha o meu nome inscrito no partido da Juventude Socialista, eu achava que eu ia morrer, que iam me buscar em casa por eu ter o meu nome ali! Um medo que eu não queria contar pra ninguém, eu morava com o meu irmão ainda e eu achava que se eu contasse pra ele, ele poderia me expulsar dali, lógico, colocando em perigo a vida de todo mundo da família..."[183]

> "Lembro das pessoas com aquele medo do exército entrar na sua casa procurando algo, que isso era muito comum, eles entravam na sua casa de madrugada procurando alguma coisa, pegavam os homens e iam embora e nunca mais você via, entendeu?"[184]

Um debate que despontou entre os entrevistados e que é relevante para a discussão sobre a questão do trauma foi o posicionamento do povo chileno, naquela época e atualmente, acerca do golpe de Estado e do governo militar de Augusto Pinochet: existiram – e existem – pessoas que foram favoráveis a ele e aqueles que foram contra. Entre os entrevistados da pesquisa, não houve quem se posicionasse favorável ao regime. Sem pretender confrontar suas opiniões, contudo, não se pode deixar de considerar que durante uma entrevista de história oral, um momento formal e para um trabalho a ser publicado, a cautela dos entrevistados a respeito de determinados assuntos é maior. Sabendo da brutalidade que foi a ditadura militar chilena, admitir formalmente um posicionamento em seu favor não deve ser fácil, assim como admitir um posicionamento contra e os sofrimentos que passaram devido a ela. Visualiza-se aí a questão do "trauma na comunidade" ou "assunto tabu": falar sobre isto, hoje, não é assunto dos mais agradáveis, pois causa desconforto, dor, lágrimas, rejeição. (DIETRICH, 2007).

O sociólogo Michael Pollak apontou como o "silêncio" pode ter razões bastante complexas em determinados assuntos: em face de uma lembrança traumatizante, o silêncio pode se impor a todos aqueles que querem evitar culpar as vítimas, assim como as vítimas podem preferir guardar o silêncio por ser a lembrança traumatizante comprometedora para elas; abster-se de falar pode ser melhor do que se arriscar a um mal-entendido sobre uma questão grave; razões pessoais também podem explicar o silêncio, por exemplo, pessoas que querem poupar os filhos de suas feridas; uma situação ambígua e passível de gerar mal-entendidos pode levar ao silêncio antes de produzir ressentimento e contestações inesperadas; o silêncio também pode ser provocado pela angústia de não se ter encontrado uma escuta no momento em que se quis falar ou pelo medo de ser punido (POLLAK, 1989).

Esta discussão de Pollak nos leva a refletir sobre como falar ou não falar e/ou posicionar-se ou não sobre a ditadura militar chilena e seus eventos traumatizantes não deve ter sido fácil para os chilenos entrevistados. Pensando nas entrevistas de história oral, se o ato de narrar a experiência de vida já é um esforço ou um trabalho de memória, narrar experiências traumatizantes demanda mais esforço ainda. O primeiro desafio para os entrevistados é querer

---

182 Entrevista de Osvaldo Oyanedel a Vanessa Paola Rojas Fernandez, Campinas/SP, agosto de 2009.

183 Entrevista de Marianne Fernandez Hazeldine a Vanessa Paola Rojas Fernandez, Campinas/SP, outubro de 2009.

184 Entrevista de Alejandro Hormazábal a Vanessa Paola Rojas Fernandez, Campinas/SP, outubro de 2008.

narrar e o segundo é conseguir narrar, porque é um desafio colocar em palavras um sentimento, um pensamento ou uma vivência. (RIBEIRO, 2009).

Além disso, a memória é naturalmente seletiva por força das circunstâncias culturais e biológicas que influenciam em sua organização, o que se reflete nas entrevistas. Sem contar, obviamente, os fatores do momento dessa entrevista – o momento em si, o entrevistado, o entrevistador etc. – que interferem diretamente na organização da narração.

Em suma, eventos traumáticos na vida de uma pessoa afetam a sua memória e influenciam diretamente na elaboração de narrativas orais do tempo presente. Tais eventos podem, assim, aparecer ou não nas entrevistas de história oral. Nas histórias de vida dos sete chilenos entrevistados, eventos traumáticos da ditadura militar chilena estiveram presentes em quase todas elas, em graus e níveis diferenciados. A análise da permanência e da ausência desses eventos na atualidade da entrevista e a percepção das dificuldades que envolvem a rememoração dessas experiências para seus narradores são algumas reflexões interessantes sobre o trauma social e sua influência nas narrativas.

Referências bibliográficas:

DIETRICH, Ana Maria. "O outro lado da história oral: a versão dos perpetradores". *Oralidades: revista de história oral*. São Paulo, n.1, jan-jun/2007.

FERNANDEZ, Vanessa Paola Rojas. *Dilemas da construção de identidade imigrante: história oral de vida de chilenos em Campinas.* Dissertação de mestrado. São Paulo: FFLCH/USP, 2011.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de história oral*. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

_____ & HOLANDA, Fabíola. *História oral, como fazer, como pensar*. São Paulo: Editora Contexto, 2007.

POLLAK, Michael. "Memória, esquecimento e silêncio". *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol.2, n.3, 1989.

RIBEIRO, Suzana Lopes Salgado. "Narrativas cotidianas: tramas que contam experiências de trauma e superação". *Oralidades: revista de história oral*. São Paulo, n.6, jul-dez/2009.

Exclusão e adaptação: a negação da subjetividade humana presente na lógica escolar

Renata Landucci Ortale*

Rosemary Roggero*

Introdução

Observar como tem se desenvolvido o conceito de infância pode constituir uma boa forma de compreender a projeção do sistema de valores e de aspirações de uma sociedade. Entretanto, é preciso notar que o modo como se pensa sobre a infância remete ao particular e ao universal, diz respeito ao passado de cada indivíduo, ao mesmo tempo que ao futuro de cada grupo humano.

O conceito de infância é relativamente recente, surgiu com a filosofia idealista alemã no final do século XVII, ao mesmo tempo em que surgiu o conceito de indivíduo e as ciências se desenvolveram, sob o iluminismo. Na Idade Média, não havia a percepção da infância como um estágio específico do desenvolvimento humano. Sua duração era compreendida como o período em que a criança ainda não podia cuidar-se sozinha. A idade de 7 anos marcava uma etapa muito importante, pois era a data determinada, pela literatura moralista e pedagógica, para ingressar no mundo adulto por meio do estudo e do trabalho.

A Modernidade idealizou a criança e a infância de outra maneira: a família passou a ser organizada em torno da criança como o lugar onde uma afeição era necessária ao desenvolvimento. Muito disso se deve à medicina higienista e ao processo de escolarização, projetos que ganharam corpo desde então.

Ainda que tenha havido uma mudança significativa nesse processo, é possível observar a história da infância marcada, sobretudo, por continuidades. O comportamento das crianças sofreu algumas mudanças na passagem para a Idade Moderna, no sentido da valorização das especificidades dessa fase da vida. Porém, na contemporaneidade, parece que voltamos a tratar as crianças como adultos em miniatura, que só são crianças enquanto permanecem dependentes dos adultos, sendo confundidas com eles assim que adquirem um pouco de autonomia, o que provoca uma passagem brusca da infância para a fase seguinte de suas vidas.

No contexto escolar, observa-se um descompasso entre a educação formal e as experiências de vida trazidas pelos estudantes, assim como de seus anseios e necessidades. As subjetividades discentes são constantemente impedidas de se manifestarem e coagidas à adaptação às normas escolares, como argumenta Adorno (2010).

Desde o início do processo de escolarização, a criança tem seus comportamentos moldados aos padrões escolares que colocam em segundo plano suas reais necessidades inerentes à infância. Essa reflexão nos coloca diante do desafio de apostar na possibilidade do sistema educacional em formar cidadãos críticos e autônomos.

Diante de tal realidade, o objetivo deste estudo é analisar o depoimento oral de um menino de dez anos, que tem passado por vários diagnósticos comportamentais e cognitivos, bem como por escolas, a respeito de sua experiência como estudante, em suas expectativas frente ao papel dos professores, na construção de sua identidade e

* Doutoranda em Educação da Universidade Nove de Julho – UNINOVE – S.P.

* Prof.ª Dra. do Programa de Pós-graduação em Educação da UNINOVE – S.P.

adaptação à sociedade em que vive. O pano de fundo dessa narrativa foi descrito pelos pais, para o desenvolvimento do estudo.

A análise dessa narrativa oral apóia-se em autores como Adorno, Benjamin, Dufour, Honneth, Kehl e Marcuse, que possibilitam uma reflexão sobre o seu processo de exclusão por não se adaptar às normas escolares e a negação de sua subjetividade pela lógica de uma sociedade que não reconhece a diversidade humana.

O sujeito de nossa pesquisa é um menino de dez anos, estudante do 6º ano do ensino fundamental de uma escola particular situada na cidade de Campinas (S.P.), cujos pais são professores universitários, pós-graduados, de classe econômica média-alta.

A história de vida deste menino compreende o ingresso, aos três anos, em uma escola particular de educação infantil. Aos quatro anos, mudou-se para outra escola particular, sendo que no primeiro semestre letivo os pais foram orientados a procurar uma fonoaudióloga, pois a criança apresentava troca do R pelo L. Como também apresentava dificuldades de socialização e comportamentos considerados inadequados pela escola, aos cinco anos, por recomendação da orientação pedagógica, iniciou um trabalho com uma psicóloga. Aos seis anos, por indicação da escola e dos profissionais que o acompanhavam (fonoaudióloga e psicóloga), passou por uma consulta com um psiquiatra, que o diagnosticou com Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), prescrevendo o uso do medicamento Metilfenidato (nome comercial Ritalina). Durante aproximadamente um ano, a criança fez uso da medicação, continuou com o acompanhamento dos profissionais mencionados, mas segundo avaliação da escola, não apresentava mudanças significativas em seu comportamento.

Preocupados com os efeitos futuros do uso contínuo da medicação prescrita (Ritalina) e descrentes dos resultados obtidos, os pais interromperam seu uso. Insatisfeitos com o diagnóstico médico de TDAH, pois observavam que menino nunca havia apresentado dificuldades de aprendizagem na escola, interessava-se por jogos de computador e tinha facilidade de relacionamento com crianças de idade superior bem como adultos, buscaram, aos sete anos, uma nova avaliação clínica junto à Associação Paulista para Altas Habilidades / Superdotação, que o diagnosticou com desempenho acima do padrão esperado para sua faixa etária nas seguintes habilidades: lingüística, matemática, musical e científica.

Os pais relatam que, na escola em que cursava o primeiro ano do ensino fundamental, aos seis anos, era expulso da sala de aula por mau comportamento e encaminhado à direção pedagógica que passava cópia de tabuadas e de textos como castigo. No segundo ano do ensino fundamental, foi transferido para outra escola particular. Nesta escola, os pais e a sua psicóloga também eram constantemente convocados para reuniões junto à coordenação pedagógica, pelos comportamentos inadequados apresentados pelo menino. Geralmente, esses comportamentos eram descritos como desrespeitar professores e colegas, responder muito rapidamente às questões, fazer rápido demais as tarefas etc. A atitude dos pais frente às questões, até por serem professores, tem sido de exigência e conferir razão à escola, ainda que em vários momentos, tenham dúvida quanto aos encaminhados tomados por parte da escola.

Hoje com dez anos, no 6º ano, continua tendo um ótimo desempenho no que se refere aos conteúdos, porém ainda apresenta dificuldades de se adaptar às normas escolares. Continua com acompanhamento psicológico, pratica futebol e handebol, mas ainda leva advertências por mau comportamento, porém em proporção bem inferior aos anos anteriores.

A narrativa oral do sujeito acima descrito revela fatores contraditórios presentes no processo educacional que levam à negação da subjetividade discente e ao processo de exclusão dos que não se adaptam às normas escolares.

A metodologia de História Oral de Vida nesta pesquisa empírica é constituída de: seleção do sujeito para o estudo de caso, planejamento criterioso da questão inicial da entrevista, da postura do pesquisador como ouvinte, da seleção do local da gravação, da autorização do colaborador e de seu responsável, da operação de cuidados materiais (gravação, arquivamento e trabalho de transcrição), análise e produção final do texto, de acordo com as referências e procedimentos indicados por Thompson (2006) e por Meihy (2005).

Com objetivo de conferir uma ludicidade ao processo, foi proposto ao menino uma troca de papéis na qual poderia expressar à entrevistadora como iniciaria uma conversa com um jovem com o objetivo de ouvir sua história de

vida. O menino começou a fazer o papel de entrevistador, o que possibilitou à pesquisadora aproveitar suas sugestões e direcionar a entrevista a ele:

> *P*[185]*: Olá [...]!Eu sou a [...], gostaria que você me contasse sua história de vida, as experiências que você passou pelas escolas, a sua família, o seu convívio com professores, com colegas, enfim que você me contasse as experiências que marcaram a sua vida, que foram importantes para você e que fizeram de você a pessoa que é.*

Após este estímulo, o menino iniciou a narrativa e a pesquisadora assumiu uma postura de escuta ativa em que evitou interferir, mas apenas solicitar um ou outro esclarecimento em determinados momentos de sua fala.

Para compreensão do processo desencadeado no sujeito pela auto-narrativa, recorremos à Benjamin (1994, p.201), que destaca o ato de narrar como uma rica experiência: "O narrador retira da experiência o que ele conta: sua própria experiência ou a relatada pelos outros. E incorpora as coisas narradas à experiência dos seus ouvintes".

Alinhadas com Benjamin, consideramos a narrativa oral como uma rica experiência tanto para quem narra quanto para quem escuta. O trabalho com narrativas requer do pesquisador:

> *[...]uma reflexão acerca do papel do narrador e do significado da narrativa em duas dimensões: a que envolve o sujeito que narra sua história de vida num processo de auto-reflexão, tanto quanto a que envolve a pesquisadora como mediadora da narrativa e que buscará extrair dela novos significados. (Roggero, 2007, p.60)*

Com objetivo de compreender como as formas de subjetividade são compelidas à adaptação do sistema escolar e a exclusão social resultante deste processo, o depoimento colhido nesta pesquisa foi analisado à luz de conceitos que esboçam uma leitura crítica da escola que se produz nesta sociedade.

A sociedade, a escola e a pedagogia contemporânea

Embora não haja um consenso entre os estudiosos, a expressão pós-modernidade é usada para designar uma sociedade que não mais pode ser caracterizada da mesma forma que a sociedade moderna, mas que também não corresponde a um novo modelo. Apesar de indicar um momento de transição histórica, a pós-modernidade ainda carrega consigo as marcas do movimento do capitalismo.

Segundo Adorno (2010), o processo capitalista implantou uma desorganização, negando aos trabalhadores os pressupostos à formação do indivíduo. A indústria cultural influenciou os habitantes das cidades e dos campos e a proposta de autonomia presente nos ideais liberais da revolução burguesa não encontrou tempo e lugar para constituir-se. Os bens de formação cultural são oferecidos por diferentes meios, supostamente para todos. Porém, nem todos desfrutam da igualdade de condições de vida material para ter acesso a eles. Isso acontece porque o conteúdo da formação é ajustado pelos mecanismos de mercado.

Por outro lado, é possível observar que, na sociedade contemporânea, regida pela lógica do capital, os valores tradicionais ficam soltos, desaparecem as certezas convencionais e há uma erosão da memória, que fragiliza e realça o vazio de referências. A subjetividade do ser humano encontra-se esvaziada de sentidos próprios. Atualmente, a sociedade tende a valorizar as pessoas por aquilo que elas têm e não pelo que são. A infra-estrutura, como produção de vida material, teve um crescimento muito maior que a superestrutura, entendida como desenvolvimento do espírito, produzindo um retrocesso da consciência.

Há um jogo da sociedade capitalista para nos transformar em consumidores eternamente insatisfeitos, cuja identidade é construída por meio dos ícones do mercado, cujos objetos e imagens estão expostos nas vitrines. Esse processo gera uma perda de referências em todos os aspectos da convivência humana. As relações que estabelecemos, atualmente, com as pessoas, assemelham-se às relações que estabelecemos com as coisas: são fugazes, dinâmicas e efêmeras, acontecem de acordo com a economia do consumo descartável como alicerces por meio dos quais se

---

185 P: refere-se à fala da pesquisadora

constróem as identidades. Nessa direção, Dufour (2005) avalia que a pós-modernidade pode ser definida pelo esgotamento e pelo desaparecimento das grandes narrativas de legitimação.

Kehl (2002), assim como Dufour (2005), denuncia o modo como comportamentos e atitudes antes considerados normais e comuns à infância, são rotulados como transtornos de personalidade, sendo tratados e medicalizados com base na mesma lógica que rege o tratamento de adultos. Tem sido cada vez mais comuns diagnósticos de depressão cada vez mais precoces, entre outros como hiperatividade e bipolaridade. Jornais, revistas e programas de TV divulgam formas até simplistas de identificação de problemas e induzem a tratamentos não raro menos pedagógicos e mais medicamentosos.

Questões como essa permitem pensar na negação da infância pelo modelo de sociedade que vigora. Uma sociedade de consumo exacerbado, que se afirma no âmbito da cultura, como argumenta Marcuse (1997).

Mas, se a experiência da infância é distorcida e mesmo negada, tendendo a desaparecer ou manter-se apenas como período de desenvolvimento biológico, o próprio conceito de homem, como sujeito histórico e cultural também está em risco. Nesse sentido, ao lutarmos para recuperar a infância, estamos buscando garantir a humanidade e o respeito pelo outro. Para Adorno (2010), essa é a única forma de resistência à aniquilação da subjetividade humana.

O papel do professor como autoridade social na formação das novas gerações

Segundo Dufour (2005), a ruptura entre a modernidade e a pós-modernidade é surpreendente: uma geração não faz mais a educação da outra. As gerações se misturam de tal modo que a autoridade se perde e com ela o motivo geracional. Sem esse motivo não há mais educação. Nesse contexto, a escola pós-moderna apresenta esse paradoxo espantoso: pela primeira vez na história a escolaridade é obrigatória e quase generalizada, mas há cada vez menos educação.

Isso ocorre porque o docente da atualidade, o pedagogo pós-moderno, como o denomina Dufour, é aquele que, "para o bem dos alunos", renuncia aos trabalhos que eles aparentemente se tornaram pouco hábeis para realizar, coerente com um modelo pedagógico que integrou a revolução audiovisual, transformando a aula numa espécie de *talk show* televisivo, "onde cada um pode 'democraticamente' dar sua opinião". (p. 142) Mas essa *democracia* é falsa. Ela escamoteia um âmbito perverso de adaptação ao existente e, portanto de negação dos potenciais da subjetividade em desenvolvimento.

Se a experiência da infância é negada ou desvalorizada, se a criança é vista apenas na condição de aluna (sem luz, como atesta a etimologia da palavra), de alguém que deve apenas adaptar-se às normas impostas de fora, as palavras de Dufour se tornam proféticas:

> *As instituições escolares [...] se encontram numa missão de acolhimento de populações incertas na qual a relação com o saber se tornou uma preocupação muito acessória ou esporádica. No que concerne à educação, trata-se sobretudo de guardar os futuros desempregados pelo maior tempo possível e ao menor custo. Um tipo novo de instituição plástica, cujo segredo a pós-modernidade possui, a meio caminho entre alojamento de jovens e a cultura, hospital-dia e asilo social, assimilável a espécies de parques de diversão escolar, está se instalando sob nossos olhos. [...] A fabricação de um indivíduo subtraído da função crítica e suscetível de uma identidade incerta não deve nada, pois, ao acaso: dela a televisão e a escola atuais perfeitamente se encarregam, e ela obedece a uma nova lógica do sistema neoliberal. A instalação dessa lógica impõe que uma geração não seja mais capaz de fazer a educação da seguinte. (DUFOUR, 2005, p.148-149)*

Neste estudo, ao darmos voz ao nosso entrevistado, as palavras de Dufour se materializam em seu depoimento, por meio de exemplos de práticas pedagógicas que imprimem marcas sobre o aluno. Um dos trechos de nossa entrevista, transcrito abaixo, é um convite à essa reflexão:

> *P: mas como que você coloca suas experiências na escola com seus professores, com seus colegas?*

> *E*[186]*: As minhas experiências na escola, na minha opinião, são BEM RUINS, porque eu nunca fui de me dar bem com professores, nem ninguém desse gênero, de poucas pessoas eu me aproximava, eu nem tinha muitos amigos na escola, então isso acabou mudando meu caráter. Sabe, mas ainda assim eu sinto que tenho muito para mudar em relação a isso.*
>
> *P: Mudando seu caráter, em que aspecto essas experiências contribuíram para mudar o seu caráter? O Que você está dizendo com isso?*
>
> *E: Eu quero dizer com isso que eu isso influencia numa pessoa como eu, que não é uma pessoa de bom comportamento em escola... essas coisas... nisso você vai aprendendo, é um aprendizado a cada erro, a cada suspensão, a cada vez que você sai da sala de aula, leva uma bronca... é um erro, uma hora para você pensar e refletir.*
>
> *P: Certo... então você disse que essas experiências, elas também te transformaram?*
>
> *E: Sim, com certeza!*

Existe um estreito diálogo entre o depoimento acima e as palavras de Adorno (2010) sobre a adaptação do homem imposta pela sociedade burguesa, guiada sob a lógica do capital:

> *Se as pessoas querem viver, nada lhes resta senão adaptar-se à situação existente, se conformar; precisam abrir mão daquela subjetividade autônoma a que remete a idéia de democracia; conseguem sobreviver apenas na medida em que abdicam seu próprio eu [...] A necessidade de uma tal adaptação, da identificação com o existente, com o dado, com o poder enquanto tal, gera o potencial totalitário. Este é reforçado pela insatisfação e pelo ódio, produzidos e reproduzidos pela própria imposição à adaptação. (ADORNO, 2010, p.43-44)*

Tomando, novamente, as palavras do entrevistado quando esse afirma a negatividade de suas experiências nas relações afetando seu caráter, é possível identificar as dificuldades enfrentadas por aqueles que não se adaptam às normas impostas pela escola. Honneth (2003) afirma que é por meio do reconhecimento intersubjetivo que os sujeitos podem garantir a plena realização de suas capacidades e uma auto-relação marcada pela integridade. Para o autor, os sujeitos são forjados em suas interações, sendo que eles só conseguirão formar uma auto-relação positiva caso se vejam reconhecidos por seus parceiros de interação.

Assim, é preciso pensar que, optar conscientemente por ser um educador capaz de ajudar crianças no seu desenvolvimento, obriga a enfrentar os tabus que pesam sobre o magistério, como sinalizou Adorno (2010).

Sem o enfrentamento dos tabus, sem a retomada dos símbolos que conferem autoridade à palavra e iluminam a aprendizagem com seus enigmas, que tipo de homem podemos produzir?

Por vezes, o professor se posiciona como o senhor (do saber) e exige do aluno a humildade servil do escravo. Este depende daquele para ser iniciado nos caminhos da construção do conhecimento e os rituais de iniciação são, também, muito próximos dos primitivos. Possivelmente, grande parte dos próprios professores não se dêem conta dessa contradição, mas o fato é que a reproduzem no fazer típico de sua formação – também fragmentada – também uma pseudoformação (Adorno, 1996). Do contrário, o que a teria feito degenerar-se?

Como analisa Crochik (1996, p. 98):

> *[...] a não-superação da autoridade educacional, mas só sua negação; a ênfase em conteúdos exatos e lógicos sem maior atenção para a imaginação; a transmissão de informações que devem ser substituídas rapidamente pelas mais atuais dificultam qualquer possibilidade da formação de um indivíduo que, ao poder perceber as contradições da realidade, possa resistir à adaptação heterônoma.*

---

186 E: refere-se à narrativa do entrevistado.

A educação tem, então, servido ao propósito da formação de indivíduos heteronômicos, sem autonomia real.

Adorno (2010) argumenta que a educação deva voltar-se para a resistência e para a percepção das contradições, principalmente, as que se colocam entre o mundo existente e sua negação determinada, como forma de fortalecer a subjetividade, por meio de uma consciência moral que deve, desde a infância, se voltar para a auto-reflexão, Mas, os conceitos de racionalidade e de consciência aprendidos nas escolas têm se mostrado tão estreitos, que limitam a inteligência e, como argumenta o próprio Adorno (2010, p.151):

> *[...] aquilo que caracteriza propriamente a consciência é o pensar em relação à realidade, ao conteúdo – a relação entre as formas e estruturas de pensamento do sujeito e aquilo que este não é. Este sentido mais profundo de consciência ou faculdade de pensar não é apenas o desenvolvimento lógico formal, mas ele corresponde literalmente à capacidade de fazer experiências. Eu diria que pensar é o mesmo que fazer experiências intelectuais.*

Seria possível que o próprio setor educacional passasse a produzir e alimentar sua reflexão à luz das experiências de (pseudo)formação e de mera adaptação das crianças, como um primeiro passo em direção à reformulação de sua *práxis* teórica? Ou a frieza instaurada impede que um sistema – mesmo o educacional – possa se auto-refletir?

Um trecho da narrativa de nosso entrevistado parece esclarecedor a respeito do papel do professor, a partir do olhar de uma pessoa que vivência o papel de aluno:

> *P: E como você vê o papel do professor na sua vida?*
>
> *E: O papel do professor... pra mim o papel do professor, bom...é ensinar claramente, por isso que ele é professor. Aprendizado. Mas não só isso, pra mim o professor... Isso é o de menos, a educação básica. Pra mim o professor tem que dar lições de vida, como os bons modos ou qualquer coisa assim, a coisa que você aprende em casa, mas você tem que viver experiências fortes na escola mesmo, não pode ser uma coisa básica, que você entra fica quieto, aprende e vai embora, só isso. Tem que ter experiência de vida, tem que ter uma coisa mais profunda, no caráter da pessoa, no modo de vida dela, no modo de ser.*

É um conceito forte para um menino de dez anos. Há uma expectativa presente sobre o papel do adulto, do formador, do professor, um papel que o aproxima da família quando relaciona casa e escola, um papel de autoridade que espera seja exercido de forma profunda e transformadora do caráter.

Hiperativo? Mal educado? Superdotado? Que tipo de atenção a escola está preparada para oferecer às crianças e jovens dos tempos que correm?

Alinhamo-nos com Dufour (2005) que, refletindo sobre os problemas da educação contemporânea, afirma:

> *[...] é bem evidente que numerosos professores não medem seus esforços e se desgastam para além de suas forças para tentar fazer os jovens entrarem na posição do aluno, de maneira a simplesmente poder cumprir seu ofício de professor. Mas a novidade está aí: como os alunos foram impedidos de se tornarem alunos, os professores estão cada vez mais impedidos de exercer seu ofício. (DUFOUR, 2005, 135-136)*

Considerações finais

O objetivo deste estudo foi analisar como se dá o processo de negação da subjetividade humana e de exclusão social no contexto escolar, por meio do depoimento oral de um menino de dez anos, cujo pano de fundo é oferecido pelos pais, quanto à sua peregrinação por médicos, psicólogos e escolas, em busca de adaptação aos padrões.

Em seu relato é possível encontrar as marcas impressas pelo sistema educacional àqueles que resistem às suas normas e as questionam. Ainda assim, ele atribui importância à escola, e chama a atenção para a experiência como elemento fundante da formação:

> *P: O que é esse aprendizado de verdade, uma coisa profunda, os colegas?*

> *E: Experiências de vida, coisas, momentos felizes, momentos tristes, os tristes que mudam a sua vida, tanto os felizes, eles também mudam. Mas esses momentos que acabam mudando sua vida, porque isso é ser inteligente de verdade, a pessoa que sabe viver os momentos certos.*

Só o reconhecimento da criança e do jovem como sujeitos da formação pode superar a exclusão e uma educação restrita à adaptação, ainda que alguma adaptação seja necessária e que as próprias crianças sejam capazes de perceber isso.

Referências bibliográficas:

ADORNO, T. W. **Educação e emancipação.** 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

ADORNO, T. W. **Teoria da semicultura**. Newton Ramos-de-Oliveira. Educação e Sociedade, v.17, n.56, p.388-411, 1996.

BENJAMIN, W. O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. **Obras Escolhidas.** Vol. I. São Paulo: Brasiliense. 1994.

CROCHIK, J. L. Notas sobre psicanálise e educação em T. W. Adorno. In: A Atualidade da Escola de Frankfurt, **Contemporaneidade e Educação**, no. 0, ano I, set./96. 1996.

DUFOUR, D. R. **A arte de reduzir as cabeças**: **sobre a nova servidão na sociedade ultraliberal**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2005.

HONNETH, A. **Luta por reconhecimento**. São Paulo: Editora 34, 2003.

KEHL, M. R. **Sobre Ética e Psicanálise**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

MARCUSE, H. Sobre o caráter afirmativo da cultura. **Cultura e Sociedade**. São Paulo: Paz e Terra, v.1, 1997.

MEIHY, J. C. S. B. **Manual de História Oral**. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

ROGGERO, Rosemary. **A Vida Simulada no Capitalismo** – um estudo sobre formação e trabalho na arquitetura. São Paulo: Letra&Voz, 2010.

ROGGERO, Rosemary. *A vida simulada no capitalismo: percurso metodológico da pesquisa.* In CROCHIK, José Leon e SASS, Odair (orgs) **Teoria Crítica e Formação do Indivíduo**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

THOMPSON, Paul. História Oral: patrimônio do passado e espírito do futuro. In: **História Falada: Memória, rede e mudança social**. São Paulo: Sesc, Museu da Pessoa, Imprensa Oficial, 2006.

Experiências e expectativas de mulheres subversivas na ditadura militar

Renata Meirelles*

1 Introdução

Durante a ditadura militar, muitas organizações de esquerda no Brasil contaram com a participação de um expressivo número de mulheres em seus quadros. [187] Engajar-se politicamente**,** naquele momento**,** significava abrir mão de projetos individuais e enfrentar a permanente ameaça de cerceamento da liberdade em busca de outro projeto de sociedade. Tal ameaça se tornou mais concreta a partir da promulgação, em 13 de dezembro de 1968**,** do AI-5, que extinguia o direito a *hábeas-corpus* e proibia manifestações e atividades políticas. Embora desde a eclosão do golpe militar de 1964 já vigorasse uma legislação de exceção, a decretação do AI-5 e a reestruturação do aparelho repressor do regime militar – sistematizada a partir da criação da Operação Bandeirantes (1969) – representaram uma virada mais autoritária do regime. Diante desse cenário, os membros de grupos de esquerda se viram obrigados a manter o sigilo sobre a identidade passada e a construir uma vida paralela, o que significou ajustes e transformações extraordinárias, de modo que a sobrevivência e a continuidade da luta política, por vezes, dependiam do "desaparecimento" do mundo legal e da construção de uma nova identidade.

Para as mulheres, tomar parte na luta contra a ditadura pressupunha não apenas o risco de estarem sujeitas à violência do aparelho repressor, mas também contrariar as expectativas relacionadas à condição feminina na sociedade dos anos 1960-70, isto é, questionar o tradicional papel feminino de dedicação ao lar e à família. Pretende-se, por meio desse artigo, tendo como base entrevistas realizadas com mulheres que integraram organizações de esquerda, discutir como a experiência da clandestinidade as marcou e como se processaram as diferenças de gênero no interior das organizações de esquerda[188].

2 Da memória para a história

> É muito ruim ser sempre julgada como mito ou como louca. [...] Então você começa até a pensar para quem você pode contar essa história.

(FERREIRA, 1996. p. 179.)

---

* Doutoranda em História pela Universidade de São Paulo- SP, Mestre em História pela Universidade Federal Fluminense- RJ;Pesquisadora do laboratório de pesquisa Proin (Projeto Integrado USP – Arquivo do Estado), bolsista TIII da Fapesp.

187 Estima-se um total de 660 mulheres que integraram os quadros de organizações armadas entre os processados judicialmente durante os anos 1960 e 1970, o que representa 16% do total de processados. (RIDENTI,1993) Muito mais difícil de dimensionar, entretanto, é o número de mulheres que não chegaram a ser processadas judicialmente, mas que foram detidas, sobre as quais não há qualquer registro. De acordo com Marcelo Ridenti, a maioria das mulheres era composta de estudantes (32,2 %), professoras (23,0%) e profissionais com ensino superior (17,8%), pertencendo às camadas médias intelectualizadas.

188 Utiliza-se aqui o termo "esquerda" na acepção que Jacob Gorender buscou conferir em *O Combate das Trevas:* "conceito referencial de movimentos e ideias endereçadas ao projeto de transformação social em benefício das classes oprimidas e exploradas." (GORENDER, 1990)

Para quem contar essa história? A indagação levantada por uma das mulheres que tomou parte na luta armada contra a ditadura permanece em aberto no tempo presente. Afinal, quais são as possibilidades de os testemunhos da história recente do país serem compreendidos, ou melhor, quem efetivamente estaria disposto a escutá-los? É Paul Ricoeur quem afirma que todo o testemunho pressupõe uma situação dialogal, isto é, "É diante de alguém que a testemunha atesta a realidade de uma cena à qual diz ter assistido, eventualmente como ator ou vítima" (2008. p. 173) e acrescenta ser necessário que a testemunha o faça diante de alguém que confie em sua palavra. As memórias, portanto, só podem ganhar projeção se houver quem estiver disposto a escutá-las e acreditá-las.

Mas afinal como se dá a recepção, no presente momento, da memória sobre o período da ditadura? Essa resposta exige cautela e ponderação, pois ao mesmo tempo em que se assiste a um crescente número de publicações[189] que ajudam a recuperar parte da história recente do país, percebe-se também certa indiferença por parte da sociedade civil em relação à memória sobre a ditadura militar. Tal indiferença se revela no fato de a maioria dos arquivos referentes ao período continuarem inacessíveis ao público e na quase ausência de espaços dedicados à memória dos que lutaram na resistência à ditadura. Se hoje é possível lembrar-se da história daqueles que combateram o regime militar, isso se deve**,** em grande medida**,** ao esforço dos próprios sobreviventes que, ao longo das últimas décadas, se uniram para recompor a história daquele período, pressionando os governos democráticos que sucederam os militares a abrir os arquivos da repressão e a contar a história daqueles que foram silenciados por muito tempo.

Apesar da indiferença em relação à memória daqueles que lutaram contra a ditadura por parte dos governos democráticos que sucederam o regime militar, pode-se observar a crescente mobilização que partiu, sobretudo, de iniciativas de ex-presos políticos para construção da memória de suas lutas. É possível observar também que, ainda que timidamente, o debate sobre o período da ditadura vem, aos poucos, ganhando espaço nas universidades, em eventos comemorativos, exposições e, de maneira geral, nos meios de comunicação. Dessa forma, é nessa perspectiva de ampliação da escuta que se pretende conduzir esse trabalho, animado pela possibilidade de ouvir depoimentos de indivíduos que participaram, de forma ativa, dos acontecimentos do passado recente do país. Entre os diversos depoimentos, destacam-se, nesse estudo, entrevistas realizadas com três mulheres que vivenciaram**,** de diferentes formas**,** experiências de engajamento político, clandestinidade, tortura e reconstrução de suas identidades[190]. A ideia aqui é perceber os testemunhos não como "mitos", ou seja, como figuras "folclóricas", ou como experiências exclusivamente circunscritas à memória, mas como documentos sujeitos à apreciação e à crítica do historiador:

> *A mesma caracterização do documento pela interrogação que aí se aplica vale para uma categoria de testemunhos não-escritos, os testemunhos orais gravados, dos quais a micro-história e a história do tempo presente fazem um grande consumo. Seu papel é considerável no conflito entre a memória dos sobreviventes e a história já escrita. Ora, esses testemunhos orais só se constituem em documentos depois de gravados; eles deixam então a esfera oral para entrar na escrita, distanciando-se, assim, do papel do testemunho na conversação comum. Pode-se dizer então que a memória está arquivada, documentada. Seu objeto deixou de ser uma lembrança, no sentido próprio da palavra, ou seja, algo retido numa relação de continuidade e de apropriação com respeito a um presente de consciência. (RICOEUR, 2008 p. 189)*

3 Mulheres na história

189 Em 2010 foi publicado *Luta, substantivo feminino: mulheres torturadas, desaparecidas e mortas na resistência à ditadura,* com auxílio do governo federal, além de ter sido relançado, em 2009, em edição ampliada, o livro *Dossiê Ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985),* com apoio do governo do Estado de São Paulo.

190 Entre os meses de agosto e setembro de 2010, foram realizadas três entrevistas com mulheres que vivenciaram a experiência da clandestinidade entre o fim dos anos 1960 e início dos anos 1970. Além disso, no curso da pesquisa, buscou-se outros depoimentos concedidos a outras pesquisadoras, como é o caso do valioso trabalho de Elizabeth Ferreira, *Mulheres e, militância e memória,* em que a autora entrevistou 13 mulheres que foram detidas durante o período da ditadura.

Não é preciso recuar muito no tempo para perceber que a inserção feminina nas organizações de esquerda, no fim dos anos 1960, representou uma ruptura sem precedentes em termos de participação política em relação às gerações anteriores de mulheres. De acordo com Maria Luiza Tucci, nos anos 1930, raras eram as mulheres brasileiras que tinham consciência de sua força política. A título de ilustração, na capital federal, entre o total de inscritos para o voto em janeiro de 1933**,** apenas 15% eram mulheres. Ainda de acordo com a autora, o governo Vargas aprofundou o processo de exclusão das mulheres da vida pública, de modo que, até a década de 1950, para a maioria das mulheres**,** ainda eram reservadas poucas possibilidades de trabalho: operária têxtil, camponesa, datilógrafa ou professora. Assim, embora tenham existido exemplos de mulheres extremamente combativas e politizadas nos anos 1930, a exemplo de Olga Benário e Genny Gleiser, (CARNEIRO, s.d.) a maioria das mulheres brasileiras ainda estava circunscrita ao espaço doméstico, com poucas possibilidades de inserção na vida pública e de engajamento político. Ainda que tenham existido exemplos de mulheres revolucionárias e "à frente do seu tempo", não se pode negar o histórico de dominação masculina que prevaleceu durante séculos na sociedade brasileira.

Pode-se considerar que apenas recentemente a história das mulheres começou a ser absorvida pela escrita da historiografia. É o caso, por exemplo, de Michelle Perrot, que se insurge contra o fato de a história ser escrita no masculino, isto é, contra o fato de as mulheres até então serem vistas como meras coadjuvantes da história ou serem classificadas em estereótipos como neuróticas, loucas ou bruxas. Assim, seu trabalho propõe um olhar mais atento sobre a vida das mulheres na sociedade francesa do século XIX, de modo a identificar como se davam as relações com os maridos, filhos, como administravam a economia doméstica e como, por vezes, tomavam parte em manifestações e motins contra a carestia. (PERROT, 1992.)

Aqui se propõe deter-se sobre os depoimentos de Cecília Coimbra, Criméia Schmidt e Vitória Grabois. A militância política de Cecília teve início em 1962, no curso de História da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (atual Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ), quando se aproximou do PCB e, posteriormente, do MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro), organização da qual, posteriormente, se afastou por ter se posicionado contra a luta armada. Mesmo após seu afastamento, Cecília manteve contato com seus integrantes, a ponto de hospedar alguns deles –entre os quais, Fernando Gabeira e Franklin Martins – logo após o sequestro do embaixador norte-americano no Brasil, Charles Elbrick[191]. Mesmo sem estar ligada a quaisquer organizações, Cecília foi detida e torturada em agosto de 1970 e até hoje desconhece os motivos que levaram ao seu encarceramento.

Vitória Grabois, por vir de uma família comunista, desde muito cedo, experimentou a inserção na vida política, já que seu pai, Maurício Grabois, foi deputado pelo PCB até o Partido ser cassado em 1947. No momento em que ocorreu o Golpe de 1964, toda sua família, em razão da conhecida trajetória de envolvimento com o comunismo, se viu obrigada a entrar para a clandestinidade. Enquanto seu marido, seu pai e irmão decidiram partir para a região do Araguaia, onde organizariam a guerrilha, Vitória, que nascera e vivera no Rio de Janeiro até então, foi para a cidade de São Paulo, onde permaneceu clandestina por dezesseis anos.

A militância de Criméia Schmidt remonta ao tempo em que era secundarista em Belo Horizonte. Após o Golpe de 1964, ela e sua família se viram obrigadas a fugir, de modo que Criméia optou, primeiramente, por morar no Rio de Janeiro, onde passou a estudar enfermagem. Posteriormente, partiu para a região do Araguaia para se integrar à guerrilha. Lá permaneceu por cerca de quatro anos, onde conheceu seu marido e engravidou. Por determinação do Partido e na tentativa de retomar o contato com a guerrilha, que havia sido interrompido pelo Exército na área, decidiu ir para São Paulo, onde foi detida pelo aparato repressor. Após ter sofrido torturas durante sua gravidez, foi libertada, mas seu marido foi morto durante a investida no Exército para reprimir a Guerrilha do Araguaia.

4 Espaço de experiências

191 O sequestro do embaixador dos Estados Unidos no Brasil ocorreu em 4 de setembro de 1969, sob o comando do MR-8 e da ALN. Os 12 participantes trocaram o embaixador por 15 presos políticos que aterrissaram no México na manhã de 7 de setembro do mesmo ano.

De acordo com os depoimentos das entrevistadas, foi no meio estudantil, no início dos anos 1960, que essas mulheres optaram pela aproximação com alguma forma de debate político, seja ainda como secundaristas ou como universitárias. No princípio da década de 1960, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), que até então hegemonizava as forças de esquerda no Brasil, sofreu um enorme "racha", que deu origem a diversas organizações com diferentes orientações políticas. Em 1961, surgia a Organização Revolucionária Marxista Popular – Política Operária (POLOP ou ORM-PO), com forte influência nos meios universitários, que contestava as ideias reformistas e pacifistas do PCB, propondo a luta armada como alternativa. Logo em seguida, em 1962, era fundada a Ação Popular (AP), com influências de um humanismo cristão, em razão do contato com a Juventude Universitária Católica (JUC). Em 1962, ocorreria outra cisão no interior do PCB, a saber, a fundação do Partido Comunista do Brasil (PC do B) (RIDENTI, 1993), que retomava o antigo nome do partido fundado em 1922. Entre 1965 e 1968, as bases universitárias romperam com o PCB, criando as dissidências estudantis, conhecidas como "DIs", entre as quais destacava-se o MR-8. Para as mulheres que foram entrevistadas, essas organizações representaram algumas das possibilidades de inserção política, uma vez que se encontravam presentes**,** em menor ou maior medida**,** nos meios universitários e estudantis.

Naquele momento, a participação nas lutas políticas permitia ampliar as possibilidades de escolha das mulheres, das quais**,** em larga medida**,** ainda se esperava a dedicação à família ou, por vezes, nas classes mais altas, também o exercício de determinadas profissões. Até a época recente, a família foi**,** em grande medida**,** responsável por reproduzir a dominação e visão masculinas, impondo a experiência precoce da divisão sexual dos papéis sociais, espaços e trabalho. (BOURDIEU, 2009) Entretanto, no início da década de 1960, algumas mudanças começavam a se processar no interior de algumas famílias, sobretudo nas camadas sociais mais favorecidas, no que diz respeito ao acesso das mulheres ao ensino secundário, à formação superior e ao trabalho. É também um momento de maior distanciamento das mulheres em relação às tarefas domésticas – em razão dos modernos instrumentos técnicos e bens de consumo – e de possibilidade de adiamento da gravidez, após a introdução da pílula contraceptiva. Aquele era, portanto, um momento em que o comportamento feminino expressava uma série de tensões entre valores tradicionais e modernos, de modo que, ao mesmo tempo em que o papel tradicional da mulher começava a ser criticado, ainda se convivia com valores hoje considerados arcaicos, como a virgindade, por exemplo.[192]

Nos termos do historiador alemão Reinhart Koselleck, as mulheres que entraram para a luta armada nos anos 1960 e 1970 romperam o "horizonte de expectativas" (KOSELLEK, 2006) daquela geração, propiciando um novo "espaço de experiências", que possibilitou a inserção feminina na luta política. Para Koselleck, "[...]experiência e expectativa são duas categorias adequadas para nos ocuparmos com o tempo histórico, pois elas entrelaçam passado e futuro." (KOSELLECK, 2006, p.308) Para o autor:

> *A experiência é o passado atual, aquele no qual os acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados. Na experiência se fundem tanto a elaboração racional quanto as formas inconscientes de comportamento, que não estão mais, ou que não precisam mais estar presentes no conhecimento. Além disso, na experiência de cada um, transmitida por gerações e instituições, sempre está contida e é conservada uma experiência alheia. Nesse sentido, também a história é desde sempre concebida como conhecimento de experiências alheias.*
>
> *Algo semelhante se pode dizer da expectativa: também ela é ao mesmo tempo ligada à pessoa e ao interpessoal, também a expectativa se realiza no hoje, é futuro presente, voltado para o ainda-não, para o não experimentado, para o que apenas pode ser previsto. Esperança e medo, desejo e vontade, a inquietude, mas também a análise racional, a visão receptiva ou a curiosidade fazem parte da expectativa e a constituem. (KOSELLEK, 2006, pp. 309-310)*

---

192 Essas tensões experimentadas pelas mulheres dos anos 1960 são particularmente perceptíveis na trajetória da militante Iara Iavelberg. Iara casou-se aos dezesseis e, em sua curta vida, vivenciou uma série de dilemas de sua geração: o desquite, a entrada na universidade e no mercado de trabalho, a liberdade nas escolhas amorosas, o contato com as organizações de esquerda e, por fim, a participação na luta armada. (PATARRA, 1992.)

No "horizonte de expectativas", de parte das mulheres dos anos 1960**,** estava a perspectiva de transformação da realidade socioeconômica e de poder construir uma sociedade mais justa e igualitária. Nesse sentido, vislumbravam um futuro que se diferenciaria radicalmente do passado, sentimento compartilhado por parte daquela geração em escala planetária, considerando os eventos do ano de 1968 em países como França, Estados Unidos, México e Tchecoslováquia.[193]

À medida que se engajavam politicamente, as expectativas daquelas mulheres distanciavam-se, cada vez mais, do espaço de experiências de então, o que significou uma dupla transgressão, já que sua inserção nas lutas políticas implicava não apenas a luta contra o regime militar, mas também o rompimento com o código de gênero daquela época. Pelos depoimentos das entrevistadas, é possível perceber um jogo de tensões existentes nos comportamento da geração dos anos 1960, que convivia com permanentes conflitos entre visões de mundo modernas e a persistência de valores tradicionais. Assim, no início dos anos 1960, apesar do conservadorismo que prevalecia nas instituições, algumas mudanças na mentalidade de determinados grupos proporcionaram ambientes de caráter mais liberal, a exemplo de algumas escolas e universidades.

No depoimento de Cecília Coimbra, por exemplo, é possível perceber como sua família nutria em relação a ela expectativas que, tradicionalmente, eram associadas às mulheres e em que medida ela frustrou seus pais ao se engajar politicamente: "A minha família sempre me via como ovelha negra da família [...] a mulher tinha que estar voltada para o casamento, para os filhos e eu era justamente o contrário." Por outro lado, no caso de Vitória Grabois, cuja família tinha um forte histórico de lutas e inserção na vida política do país, as atitudes politizadas da filha foram encorajadas. É dessa forma, por exemplo, que seu pai comemorou o episódio em que foi expulsa da Faculdade Nacional de Filosofia (atual Universidade Federal do Rio de Janeiro), em setembro de 1963 – portanto, ainda durante o governo de João Goulart – por estar envolvida em um movimento pela expulsão do diretor da faculdade. Os demais pais, muito provavelmente, teriam ficado horrorizados ao ver um filho expulso da faculdade, uma vez que significava a impossibilidade de ingresso nas demais faculdades públicas do país. No caso de Criméia, seu pai, como o de Vitória, também tinha forte identidade com a ideologia de esquerda por ter sido bastante atuante na Rede Ferroviária e nas Docas de Santos, mesmo sem ter sido membro efetivo do Partido Comunista Brasileiro e, de acordo com Criméia, teve grande poder de influência em sua formação política.

O início da década de 1960, momento em que as entrevistadas se aproximaram do movimento estudantil e de organizações de esquerda, foi marcado por importantes mudanças na vida das mulheres. Conforme foi dito anteriormente, a pílula contraceptiva possibilitou que pudessem se dedicar não somente à maternidade, mas também à extensão de sua formação e ao exercício de uma profissão. Sobretudo entre as classes mais abastadas e as camadas médias urbanas, as mulheres já vislumbravam possibilidades de realização profissional, de adiamento do projeto de maternidade e de questionamento de certos costumes:

> *A minha geração foi a geração da liberdade, de Simone de Beauvoir, porque a nossa grande guru era a Simone de Beauvoir. A gente lia Simone [...] A classe média universitária já tinha uma outra mentalidade, que o fim específico não era a maternidade, você tinha que estudar, ter uma carreira, se profissionalizar e, depois, era uma consequencia ser mãe. Eu sou a primeira geração da pílula. A pílula libertou a mulher. [...] minha mãe nasceu em 17, elas eram diferentes porque as mulheres engravidavam e só tinha uma saída depois de engravidar, que era o aborto, que era muito complicado. E a minha geração foi a geração da pílula. Então a questão sexual já foi um grande passo. Foi a geração da minissaia. As mulheres com as quais eu me relacionava eram mulheres que tinham outra mentalidade, eram mulheres libertárias revolucionarias, mulheres subversivas (Vitória).*

193

Em maio de 1968, na França ocorreu uma greve geral de grandes proporções, ganhando o caráter de insurreição popular e levando milhares de jovens a questionarem o *status quo*. Na antiga Tchecoslováquia, durante o período que ficou conhecido como "Primavera de Praga", o Partido Comunista Tcheco tentou implantar uma série de reformas no regime socialista que se encontrava sob influência da União Soviética. No México, o movimento estudantil, a exemplo do que ocorria na França, também se mobilizou e enfrentou a dura repressão do governo mexicano. A esse respeito, ver: MISKULIN, Sílvia. http://www.anphlac.org/periodicos/anais/encontro8/silvia_miskulin.pd.

A partir do depoimento de Vitória, percebe-se em que medida as mulheres de sua geração, caracterizadas como "libertárias, revolucionárias e subversivas"**,** tinham expectativas bastante diversas da geração anterior. O depoimento de Cecília Coimbra mostra como atitudes simples do cotidiano dos grupos de universitários em que transitava transgrediam os códigos de comportamento esperados das mulheres, possibilitando a conformação de novas experiências:

> *[...]a gente tinha clareza naquele momento que a gente tava iniciando comportamentos até então proibidos para as mulheres. Quer dizer, tomar cafezinho, por exemplo, em pé, num bar, hoje não tem muito isso, mas antigamente tinha. Você tomava cafezinho em bares no centro da cidade, era muito comum isso, mas ali só entrava homem. Então quando nós entrávamos, um grupo de mulheres entrou ali pela primeira vez, estudantes da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, atual UFRJ, aquilo era um escândalo, as pessoas olhavam para a gente, começar a fumar... [...]*

Na memória de Criméia, é perceptível a ideia de que sua geração, ainda que timidamente, também começava**,** aos poucos**,** a questionar a dominação masculina. Dessa forma, ainda na lembrança de sua infância, certos códigos de conduta esperados das mulheres já começavam a ser questionados como, por exemplo, no episódio em que, quando criança, reivindicou iguais direitos a lazer para meninos e meninas:

> ***[...]****desde os meus doze anos eu já começava a ver que não todos eram tão iguais assim. Eu me lembro que uma das brigas, foi o seguinte: tinha um campo de várzea de futebol pros homens. Então nós fomos pro prefeito e dissemos "nós queremos um campo de vôlei de várzea pras mulheres", "mulher de calçãozinho jogando na rua!" (risos), mas nós conseguimos! Você já começa a ver que homens têm o direito ao lazer, mulher não, fica dentro de casa bordando, quando muito lendo um romancinho água com açúcar. Essas coisas pra mim já incomodavam, mas eu não tinha uma visão feminista. Quando eu fui para o Araguaia também eu não tinha essa visão feminista.*

Para Vitória, a mudança – do Rio de Janeiro para São Paulo – a fez perceber nítidas diferenças no padrão de comportamento das mulheres entre as duas cidades. De acordo com a entrevistada, em São Paulo, a inserção feminina no mercado de trabalho teria colaborado para que as mulheres paulistas tivessem uma mentalidade mais aberta em relação às cariocas:

> *Em São Paulo, eu até me deparei com as mulheres das camadas mais pobres, classe média baixa, essas mulheres todas trabalhavam, as mulheres proletárias já trabalhavam também desde sempre e você via em São Paulo o que você não via no Rio: mulheres bancárias, muitas mulheres no comércio. Você via de manhã, entrava num ônibus daqueles, você só via as meninas de vinte, da faixa de 20 anos, todas bonitinhas indo trabalhar em escritório [...] Então já tinha uma liberdade maior que aqui, porque a questão industrial, São Paulo era a maior. Isso pra mim foi até motivo de espanto, de ver que a mulher paulistana, ela tinha uma outra mentalidade que a mulher carioca da classe média. Mas foi a década da abertura pro feminismo, pras mulheres começarem a se libertar, principalmente.*

A geração dos anos 1960, embora**,** em alguma medida**,** já contasse com alguns espaços, como certas instituições – universidades e escolas que começavam progressivamente a difundir uma visão de mundo mais liberal – pode-se dizer que tais ambientes ainda eram exceções, levando-se em consideração que grande parte das escolas e algumas universidades ainda estavam atreladas ao conservadorismo da Igreja. Assim, apesar de as mulheres das camadas mais favorecidas contarem com possibilidades de profissionalização, ainda eram poucas aquelas que conseguiam adentrar o espaço político, seja no âmbito dos partidos, seja em organizações ou associações. Nesse cenário de restrita participação feminina na esfera política, muitas mulheres se sentiram atraídas para as lutas processadas no movimento estudantil, já que ali, em tese, era possível que tanto homens quanto mulheres debatessem diferentes projetos de sociedade em igualdade de condições.

As organizações de esquerda apareciam assim como espaço aberto para a entrada de mulheres, para o questionamento das desigualdades sociais e de debate para a construção de uma nova sociedade. Muitas mulheres viam também, no movimento estudantil, a possibilidade de construir relações menos assimétricas entre homens e mulheres. Para muitas, o poder de atração estava em participar de grupos que**,** em princípio**,** estariam menos sujeitas às rígidas divisões de gênero e aos tradicionais códigos de conduta e valores, que, embora começassem a ser questionados, ainda eram esperados das mulheres, como a preservação da virgindade, a impossibilidade do divórcio e a dedicação exclusiva à esfera doméstica.

Mesmo assim, muito embora as organizações de esquerda estivessem abertas à integração de mulheres em seus quadros, não se pode dizer que havia igualdade entre homens e mulheres. É o que se pode inferir, por exemplo, do depoimento de Angélica, (FERREIRA, 1996) que não via igualitarismo algum no interior das organizações, tanto que, segundo ela, as mulheres ocupavam posições hierarquicamente inferiores. No caso de Angélica, a percepção de que não havia igualdade entre homens e mulheres representou uma enorme frustração, na medida em que sua aproximação com a política estava relacionada à perspectiva de poder romper com o modelo tradicional de mulher, como experiência que poderia ser libertadora**,** do ponto de vista das relações de gênero.

Desde o início de sua militância, Criméia afirma ter sentido dificuldades que eram inerentes às diferenças de gênero, pois, se em tese**,** todos eram iguais dentro das organizações, a vida cotidiana mostrava que a sociedade guardava, como em alguma medida ainda guarda, rígidos códigos de conduta que diferenciavam homens e mulheres. A entrevistada relata que participar, por exemplo, das "pichações" representava um problema, já que eram realizadas durante a madrugada. Como morava em um internato que fechava as portas, impreterivelmente, às dez da noite, tinha que ficar "perambulando" pelas ruas do Rio de Janeiro durante a madrugada até a hora combinada, o que a fazia, muitas vezes**,** ser confundida com prostitutas. Ao relatar tal problema para seus companheiros de organização, Criméia não teve como resposta a solidariedade esperada ou uma solução para tal problema, uma vez que os integrantes não estavam dispostos a levá-la para suas respectivas casas**,** caso fosse necessário. A reação à solução proposta por Criméia, como se pode ver, mostrava certo despreparo por parte dos integrantes de organizações de esquerda para lidar com a participação feminina:

> *Aí eu falei assim, olha gente: "eu não vou fazer mais isso não. Ou vocês me levam para a casa de vocês e aí a gente espera juntos, ou eu não vou fazer mais isso. "mas como, companheira?" "Somos todos iguais" "Você é uma mulher emancipada?" eu falei: "eu sou, mas o mundo não é". Não é até hoje. Isso teve muita briga porque você imagina, a gente tinha 17, 18 anos, se ia levar uma menina desconhecida para casa, o que quê os pais iam pensar deles? Agora, a pobre da menina ficava lá rolando na rua. Então dava muita briga, tive muita briga por isso.*

Ao ir para o Araguaia[194], Criméia afirmou também ter sentido discriminação por ser considerada "frágil". De acordo com o seu depoimento, as condições de sobrevivência na região do Araguaia eram duríssimas, implicavam esforço físico para o abastecimento das casas com água, comida e para a obtenção de lenha, além de conviverem diariamente com os riscos do ataque de animais. Uma das divergências relatadas por Criméia foi em relação ao tipo de roupa que utilizaria na região. Enquanto seus companheiros argumentavam que deveria utilizar vestidos – como as mulheres locais, a fim de evitar que chamasse atenção para a presença dos guerrilheiros na região –, Criméia sustentava que deveria utilizar calças para evitar as picadas de mosquitos e de animais peçonhentos e conta que foi com muito esforço que conseguiu convencer os demais companheiros de que deveria utilizar tais vestimentas no lugar de vestidos. Da mesma forma, houve também divergências a respeito de andar ou não armada, pois, conforme lembra a entrevistada, todos os homens na região tinham o costume de andar armados para enfrentar os possíveis ataques de

---

194

De acordo com Criméia, em 1967, os primeiros integrantes do PC do B se dirigiram para a região do Araguaia. Os integrantes do PC do B se instalaram na região, onde passaram a conviver diretamente com os camponeses, trabalhando e ajudando-os com assistência médica e conhecimentos sobre agronomia. Descoberta pelo Serviço Nacional de Informações (SNI), em 1972, a guerrilha foi reprimida pelo Exército, que contou nessa operação com um total de 20 mil homens. (ALVES, 1985)

animais selvagens, enquanto as mulheres não tinham o mesmo hábito. Criméia afirma ter brigado bastante com os companheiros para convencê-los que ela também tinha o direito de se proteger não apenas de animais selvagens, mas também de possíveis abusos sexuais que poderiam ocorrer em uma região tão isolada como aquela.

De acordo com as entrevistadas, o aparelho repressor do regime militar, para além dos métodos violentos de tortura, aplicados indistintamente a ambos os sexos, se utilizou de formas de opressão particulares ao lidar com as mulheres. Embora permaneça um tema tabu, é sabido que muitas sofreram diversos tipos de violência sexual (FERREIRA, 1996) e, além disso, foram também depreciadas ante sua condição feminina, pois, ao se engajarem politicamente, estavam transgredindo também o papel que lhes era esperado desempenhar como mulheres. Dessa forma, além de serem qualificadas como promíscuas e prostitutas, tiveram sua feminilidade atingida:

> *Nós fomos depreciadas quando fomos presas [...] quer dizer, como é que as pessoas nos recebiam quando éramos presos? "oh, sua puta, vagabunda, com quantos você trepou? (Cecília Coimbra)*

> *Eles usam muito, algumas coisas assim, vamos dizer [...] pelo fato de você estar na organização, "você é prostituta, você é feia, você é não sei o quê, você é gorda, você é magra, você tem barriga, você não tem, seu peito tá caído." Enfim, tudo isso que faz parte do que deve ser a mulher e o que não deve. Bem, no caso, eles só chamavam a gente do que não deve, do que a modelinho não deve ser. Então, pra eles, todas eram feias. Eles se masturbavam durante a tortura. Quer dizer tudo isso tem conotação diferente para a mulher e para o homem. Além do fato, por exemplo, de mulher que foi presa com filhinho pequeno, eu fui presa grávida, tive o filho na prisão. Isso tem uma conotação de gênero. E quando eu saí da prisão, logo em seguida, aí eu já tinha, nessa altura dos acontecimentos, eu já tinha muita consciência de que ser mulher nessa sociedade é bem mais difícil do que ser homem (risos) (Criméia Schmidt)*

A tortura, portanto, tinha um componente de gênero que não pode ser negligenciado e isso ficou particularmente evidente no caso de Criméia, que foi detida e torturada quando estava grávida, com seis meses de gestação. Apesar de tanto homens quanto mulheres terem sido submetidos às mais bárbaras formas de tortura, as mulheres foram atingidas de forma particular, uma vez que se encontravam sempre nas mãos de agentes da repressão do sexo masculino, ou seja, sofreram todos os tipos de constrangimentos e sofrimentos sob o olhar de alguém que lhes era diferente. O depoimento de Criméia mostra que o fato de estar sob o controle de indivíduos de sexo diferente trazia para a mulher uma série de constrangimentos e humilhações que os homens não sofriam: "A tortura tem um enfoque de gênero, que eu acho que é consciente. Porque é o seguinte: só homens torturam e todos os torturados ficam nus na tortura. Então, isso aí pra mulher e pro homem é completamente diferente."

O ambiente machista do aparato repressor, por outro lado, por vezes, poderia não intencionalmente e, de maneira surpreendente, favorecer algumas mulheres, que poderiam, por vezes, ter sua militância política menosprezada dentro das organizações que estavam vinculadas. Vistas por agentes da repressão apenas como "mulher-objeto", com o único fim de "servir sexualmente" aos militantes, podiam ser consideradas "burras" ou desinformadas. Esse desprezo pelas atividades das mulheres poderia ser, portanto, estrategicamente importante, já que permitia maiores possibilidades de mentir durante as sessões de tortura, fingindo desconhecer as atividades de militantes das organizações às quais estavam ligadas. Nas palavras de Criméia:

> *Agora, também, por outro lado, a repressão, por ser machista, nos achava burra. Isso nos permitiu mentir com mais segurança. Eu acho. Eles nos achavam mulher-objeto, que a gente estava na luta para servir aos homens sexualmente, na cozinha (risos). Eles eram muito machistas, eram não, são, porque eles não mudaram. Nem eles nem a esquerda mudou muito. As mulheres é que mudaram. [...] Eu acho que achar a gente burra foi bom pra gente, desqualifica a gente, mas eu não tô ali pra ser qualificada (Criméia)*

Em seu caso, a desconsideração por sua militância política pelos agentes da repressão foi de tal ordem que chegaram a pensar que Criméia seria empregada de sua irmã, versão que conseguiu sustentar por duas semanas. De

acordo com a entrevistada, era preciso bastante engenhosidade para manter tal versão, já que havia permanecido no Araguaia por cerca de quatro anos e, até por isso, havia perdido a noção, por exemplo, do valor do salário de uma doméstica. No momento em que a encenação foi descoberta, entretanto, as torturas foram aplicadas com maior intensidade**,** em razão da raiva que os agentes da repressão sentiram por serem enganados por tanto tempo.

O engajamento político, sobretudo após a decretação do AI-5, em dezembro de 1968, obrigou as organizações de esquerda e seus membros, que antes ainda podiam atuar com certa margem de liberdade, a entrar para a clandestinidade. Entre os militantes de esquerda, começaram a circular crescentes denúncias de detenção e tortura, especialmente após a implantação da Operação Bandeirantes (OBAN), o que os obrigou a recorrer à sua própria "morte civil", isto é, ao sigilo sobre a verdadeira identidade. Muitos, assim, a exemplo de Vitória Grabois, se viram obrigados a assumir uma nova identidade, o que lhes exigia elevado grau de controle emocional para manter o sigilo sobre seu próprio passado e grande capacidade de adaptação às circunstâncias que se impunham.

Logo após a eclosão do Golpe de 1964, Vitória e sua família se envolveram diretamente no planejamento estratégico do que, anos após, viria a ser a Guerrilha do Araguaia, de modo que relata ter viajado para o Mato Grosso, um dos locais cogitados para concentrar os militantes do PC do B. Quando retornou para São Paulo, decidiu engravidar, o que considera ter sido a salvação de sua vida, pois, do contrário, teria ido para a Guerrilha do Araguaia, onde seu pai, seu irmão e seu marido foram mortos. [195] Vitória optou então por viver na cidade de São Paulo, sob a identidade de Tereza, nome que obteve, por meio de uma certidão de nascimento conseguida de contatos do Partido Comunista. Em São Paulo, retomou os estudos e trabalhou como professora do Estado. É com a identidade de outra pessoa e como professora primária que Vitória conseguiu se manter clandestina por dezesseis anos e ainda realizar uma série de viagens internacionais a serviço do Partido. A entrevistada ressalta, entretanto, que mais difícil do que se manter clandestina por tantos anos foi voltar a ter sua identidade de volta:

> *Aí na hora de voltar foi difícil...Eu acho que foi mais difícil voltar a ser Vitória do que ter sido Tereza, porque eu já tinha trinta e tantos anos, eu era uma mulher. Eu tinha uma profissão, eu era professora, independente economicamente, eu não dependia de ninguém. Agora abaixou o salário, mas naquela época, até a entrada do Maluf, eu ganhava bem. Eu morava no Brooklin, meu salário era razoável. A Vitória não tinha nada, a Vitória só tinha o científico do Liceu Nilo Peçanha, a Vitória não tinha nível superior, o que a Vitória iria fazer só com o segundo grau. Aí, como é que eu iria voltar?*

5 Horizonte de expectativas

Ao serem interrogadas sobre o fato de terem ou não consciência do papel inédito que desempenharam como mulheres, não foi possível estabelecer uma perspectiva consensual sobre essa questão. De um lado, depoimentos como os de Vitória Grabois e Cecília Coimbra mostram que estavam conscientes do papel pioneiro que desempenharam como mulheres no cenário político brasileiro, por outro lado, Elizabeth Ferreira indica que a maioria das militantes entrevistadas não atentou para o ineditismo de seu engajamento dentro das hierarquias de gênero, o que é confirmado por Criméia Schmidt:

> *Olha a minha pretensão de ampliar horizontes não era como mulher [...]Subversiva no sentido de querer um mundo diferente, isso aí pra mim era tranqüilo e eu não via essa busca desse mundo diferente para a mulher ou pela mulher, eu ainda tinha aquela visão romântica de que somos todos iguais, em direitos*

195

Desde 1995, as famílias de desaparecidos políticos na Guerrilha do Araguaia, entre as quais, estão as de Criméia e Vitória, recorreram à Corte Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) pelas graves violações dos direitos humanos cometidas contra 70 desaparecidos políticos. Em dezembro de 2010, a Corte Interamericana de Direitos Humanos condenou o Brasil pelos desaparecimentos políticos ocorridos durante a Guerrilha do Araguaia.

Para muitas, portanto, as razões que motivaram o engajamento em organizações de esquerda estavam na expectativa de se construir uma sociedade mais justa e igualitária, opondo-se ao regime militar implantado em 1964. De qualquer modo, é curioso notar que muitas das mulheres que se engajaram politicamente no início dos anos 1960 continuaram a exercer sua militância, anos mais tarde, em organizações de perfil feminista ou em movimentos que contavam com expressiva participação das mulheres como, por exemplo, o Movimento Feminino pela Anistia (1975)[196], a Comissão de Mães, Familiares e Amigos dos Desaparecidos Políticos e a Comissão de Mães em Defesa dos Direitos Humanos (1977)[197], em cujas frentes sempre estiveram as mulheres. Cabe destacar o papel pioneiro que teve Zuzu Angel, mãe do militante Stuart Angel, pertencente ao MR-8, na busca incessante por seu filho. A partir de 1977, surgiram os Comitês Brasileiros pela Anistia (CBAs) que proliferaram por todo o Brasil, agregando diferentes forças políticas de esquerda, que transformaram o movimento em uma frente ampla pelas liberdades democráticas, cujo papel central das mulheres é inquestionável. De acordo com Criméia:

> *O Movimento Feminista, ele surge com a esquerda [...] Tem muita ex-presa no movimento feminista, que busca se articular como movimento social. [...] Então nasce tudo junto, Anistia, Movimento Feminista, o Movimento de Luta contra a Carestia, as greves operárias.*

A partir das entrevistas realizadas, foi possível perceber em que medida o grupo de mulheres que lutou contra a ditadura militar ao longo dos anos 1960 e 1970, em muitos sentidos, rompeu com o horizonte de expectativas da época, contrapondo-se ao que se esperava delas. Mesmo assim, cabe ressaltar que esse foi um processo difícil e contraditório, de idas e vindas, de modo que, embora tenha avançado em algumas esferas da sociedade, em outras não conseguiu exercer nenhum tipo de influência.

A experiência de luta de mulheres que se engajaram politicamente pôde ampliar o espaço de experiência e, consequentemente, o horizonte de expectativas das mulheres brasileiras**,** algumas décadas depois. Algumas das mulheres que participaram das lutas políticas durante o período da ditadura militar continuaram a militar em movimentos feministas, que buscaram lutar pelos direitos das mulheres, colaborando para que mulheres e homens, progressivamente, tivessem oportunidades iguais de educação e inserção profissional e participação política. Com isso, lançou-se a hipótese, que não pode ser plenamente desenvolvida no limite das páginas desse artigo, de que a participação de mulheres na luta armada contribuiu para a ampliação das expectativas das gerações seguintes de mulheres em direção a uma crescente autonomia, liberdade de escolha profissional, de planejamento familiar e participação política.

Referências bibliográficas:

ALVES, M. H. M. *Estado e oposição no Brasil. (1964-1984).* Petrópolis: Vozes, 1985.

BOURDIEU, P. *A dominação masculina.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009

196 Foi Terezinha Zerbine quem lançou as bases do Movimento Feminino pela Anistia, primeiro movimento nacional pela anistia pós-1964, na Conferência da ONU no México, em 1975, quando foi instituído o Ano Internacional da Mulher. Ver: *Elas se revelam na cena pública: as mulheres na luta pela anistia.* In: (SILVA, 2009). Na esteira dos movimentos pró-Anistia, surgiu também o *Brasil Mulher,* publicação feita e dirigida por mulheres das mais variadas tendências políticas com o propósito de divulgar ideias feministas e de anistia para presos políticos.

197 ABRAMO, Zilah. *Mulheres na luta pela anistia: um exemplo, a Comissão de Mães em Defesa dos Direitos Humanos.* In: (SILVA, 2009) De acordo com uma das integrantes, a comissão não era propriamente uma entidade, mas um grupo de mães formado por uma maioria de mães de universitários que havia se organizado em 1977 em solidariedade às lutas do movimento estudantil, posicionando-se contra às arbitrariedades cometidas pelo aparato repressor.

CARNEIRO, M. L.T. *Guerreiras anônimas: por uma história da mulher judia.* s.d. Disponível em http://www.usp.br/proin/download/artigo/artigo_guerreiras_anonimas.pdf. Acesso em 25 de junho de 2011.

FERREIRA, E. *Mulheres, militância e memória.*Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

GORENDER, J. *O combate nas trevas. A esquerda brasileira:* das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Editora Ática, 1990

KOSELLEK, R. *Futuro passado:* contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, Editora Puc-Rio, 2006.

MISKULIN, Sílvia. http://www.anphlac.org/periodicos/anais/encontro8/silvia_miskulin.pdf

PATARRA, J. *Iara.* Reportagem biográfica. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1992.

RICOEUR, P. *A memória, a história, o esquecimento.* São Paulo: Editora Unicamp, 2008.

RIDENTI, M. *O fantasma da Revolução Brasileira.* São Paulo: Unesp, 1993.

SILVA, H. (org.) *A luta pela Anistia.* São Paulo: Editora Unesp, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Imprensa Oficial, 2009.

Estima-se um total de 660 mulheres que integraram os quadros de organizações armadas entre os processados judicialmente durante os anos 1960 e 1970, o que representa 16% do total de processados. (RIDENTI,1993) Muito mais difícil de dimensionar, entretanto, é o número de mulheres que não chegaram a ser processadas judicialmente, mas que foram detidas, sobre as quais não há qualquer registro. De acordo com Marcelo Ridenti, a maioria das mulheres era composta de estudantes (32,2 %), professoras (23,0%) e profissionais com ensino superior (17,8%), pertencendo às camadas médias intelectualizadas.

Utiliza-se aqui o termo "esquerda" na acepção que Jacob Gorender buscou conferir em *O Combate das Trevas:* "conceito referencial de movimentos e ideias endereçadas ao projeto de transformação social em benefício das classes oprimidas e exploradas." (GORENDER, 1990)

Em 2010 foi publicado *Luta, substantivo feminino: mulheres torturadas, desaparecidas e mortas na resistência à ditadura,* com auxílio do governo federal, além de ter sido relançado, em 2009, em edição ampliada, o livro *Dossiê Ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985),* com apoio do governo do Estado de São Paulo.

FACULDADE Zumbi dos Palmares: UM RESGATE HISTÓRICO

Giane Elis de Carvalho Sanino[.]

Introdução

A luta das camadas negras pela sua inclusão no processo de escolarização oficial evidencia que mesmo à margem da cidadania, os negros acompanharam os processos de consolidação da nação brasileira e nele exerceram influência. Os mecanismos do Estado brasileiro que impediram o acesso à instrução pública dos negros durante o Império deram-se em nível legislativo, quando se proibiu o escravo e, em alguns casos o próprio negro liberto, de frequentar a escola pública e, em nível prático, quando, mesmo garantindo o direito dos negros livres de estudar, não houve condições materiais para a realização plena do direito (CUNHA, 1999; FONSECA, 2000, *apud* BRASIL, 2005, p. 29).

Por meio do movimento em prol da nova Lei de Diretrizes e Bases, iniciado em 1986, e em 1987 deflagrou-se movimento intenso de discussão de propostas, durante a discussão para a formulação da LDBEN 9.394/96, criada após a Constituição de 1988, pós-abertura política e com intensa movimentação da sociedade civil. Esse debate por uma nova LDB cruzou-se com outros movimentos e, a questão de raça teve dois importantes marcos impulsionadores: o Centenário da Abolição, em 1988, e os 300 Anos da Morte de Zumbi dos Palmares, em 1995 (BRASIL, 2005, p.53).

Neste cenário, o movimento social negro atuou intensamente no Centenário da Abolição da Escravatura. Ocorreram eventos no Brasil inteiro, foram publicadas pesquisas com indicadores sociais e econômicos demonstrando que a população negra estava em piores condições que a população branca, comparando-se qualquer indicador: saúde, educação, mercado de trabalho, entre outros. Construíram-se novos argumentos para romper com a idéia de que todos são tratados do mesmo modo no Brasil (BRASIL, 2005, p. 54).

Em 1995, o movimento social negro celebrou os 300 anos da morte de Zumbi dos Palmares. Também, nesse momento, deflagrou-se um intenso e mais elaborado processo de discussões sobre a população negra. Algumas universidades, entre elas a USP – Universidade de São Paulo, produziram o documento Zumbi, tricentenário da Morte de Zumbi dos Palmares, com proposições sobre políticas anti-racistas, as chamadas ações afirmativas, com ênfase na educação. As manifestações daquele ano culminaram na Marcha Zumbi dos Palmares: Contra o racismo, pela cidadania e a vida (BRASIL, 2005, p. 54).

Em 9 de janeiro de 2003, a lei nº 10.639 alterou a lei nº 9.394/96 nos seus artigos 26 e 79, e tornou obrigatória a inclusão no currículo oficial de ensino a temática "História e Cultura Afro-brasileira". A lei também estabeleceu que o calendário escolar inclui o dia 20 de novembro como "Dia Nacional da Consciência Negra".

Neste aspecto, sob o lema *"Sem educação não há liberdade"*, nasceu a Instituição de Ensino Superior Faculdade Zumbi dos Palmares - FAZP em 2003, na Cidade de São Paulo, criada pela Organização Não-Governamental AFROBRAS – Sociedade Afrobrasileira de Desenvolvimento Sociocultural, fundada em fevereiro de 1998.

. Enfermeira, Doutoranda em Educação (UNINOVE), Mestre em Educação (UNCID), Especialista em Nefrologia (HCFMUSP), Especialista em Educação Profissional na Área da Saúde (Fiocruz/EEUSP), Aprimoramento em Pediatria (Hospital Infantil Municipal Menino Jesus de São Paulo), Professora Adjunta do Curso de Graduação em Enfermagem da UNIP, Professora Líder da disciplina Políticas de Saúde do Curso de Graduação em Enfermagem da UNIP, Professora da Pós-Graduação do MBA Multiprofissional em Saúde da Família da UNIP, Professora convidada da Pós-Graduação em Enfermagem Pediátrica e Neonatal da FEHIAE, Diretora Pedagógica do Colégio da Cidadania Zumbi dos Palmares.

Para ampliar a possibilidade de diálogo, em vista das questões apresentadas, analisaremos a narrativa de vida de uma aluna do Colégio da Cidadania Zumbi dos Palmares, essa narrativa representa a situação do jovem afrodescendente excluído na luta por oportunidades, frente as desigualdades sociais existentes em busca de uma profissão e, como o significado disso altera o sentido da vida e, o próprio significado da formação, é algo que aparece de forma bem presente na história de vida analisada, conceitos como oportunidade, formação e cuidar emergem na narrativa com significados especiais, utilizamos a teoria crítica da sociedade em sua análise, sem o objetivo de esgotar o que pode emergir da narrativa, mas com a proposta de convite ao início de uma reflexão sobre os elementos apontados.

O contexto da instituição

O Projeto Pedagógico Institucional destaca como objetivo institucional oferecer à demanda de estudantes com dificuldade de acesso ao ensino superior - em especial aos afrodescendentes - atividades acadêmicas formativas para dar-lhes novas/outras oportunidades de tornarem-se profissionais qualificados por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, que primem pela excelência, proporcionando capacitação sintonizada com necessidades locais, regionais e nacionais da atualidade.

Sendo assim, a FAZP pretende tornar-se a primeira instituição de ensino superior do Brasil a formar dirigentes e formadores de opinião, que possam ocupar, num futuro próximo, as quotas destinadas à população afrodescendente nos quadros do governo e na iniciativa privada. Estes serão os agentes multiplicadores para formação de mais e mais afrodescendentes dotados de características necessárias para contribuir com o progresso da nação, desta vez não mais com a força física, mas com a sua intelectualidade respaldada por títulos acadêmicos (PDI, 2010).

Por outro lado, formar profissionais numa sociedade sem fronteiras, assolada pela competitividade e pelo individualismo, requer o reconhecimento de valores que contribuam para práticas de ensino integradoras, emancipatórias e inclusivas, formando pessoas com visões abertas e rigorosamente críticas.

Nesse sentido, emerge a ideia de *integração* que se torna a linha mestra da Política de Ensino da FAZP, ao lado da reorientação da atitude intelectual, com o objetivo de evidenciar as consequências nefastas advindas do estigma causado pelo preconceito racial, que é largamente difundido em nossa sociedade de forma sutil e velado, que diminui a autoestima dos afrodescendentes, fadando-os a se conformarem com a situação, a se adaptarem a ocupar posições sociais desfavorecidas, como se à eles não houvesse a possibilidade de outras alternativas, nesse sentido a reorientação emerge como a possibilidade de resgate da cidadania e autoestima, para motivar os afrodescendentes a ocuparem posições diferentes das previamente estabelecidas no contexto social.

A reorientação também é realizada, através do estabelecimento do diálogo plural com toda a comunidade acadêmica e a sociedade, independente do grupo étnico a qual pertencer, com o objetivo de sensibilizar, refletir e pensar em possibilidades de avanço as questões levantadas, essa articulação é promovida sob diversas formas: Programa Negros em Foco, Revista Afirmativa, Agência Afrobrasnews, atividades diversificadas em datas relevantes para a temática (21-03, 13-05 e 20-11), Programa de Estágios remunerados junto as empresas, participação da comunidade acadêmica em diversos eventos culturais, científicos e políticos.

A FAZP conta, atualmente, com aproximadamente 1.500 jovens (87 % dos alunos são negros auto-declarados), cursando o ensino superior em Administração (autorizado em dezembro de 2002), Direito (recomendado pela OAB - Ordem dos Advogados do Brasil e, autorizado em junho de 2007), Tecnologia de Transporte Terrestre (autorizado em janeiro de 2008), Pedagogia e Publicidade e Propaganda (ambos autorizados em fevereiro de 2009), esses dados demonstram seu crescimento, da inauguração em 2003 e, a formatura da primeira turma em 2008 com 126 alunos. A FAZP já formou quatro turmas do curso de Administração e, uma turma do curso de Tecnologia em Transporte Terrestre, totalizando mais de 1 mil alunos formandos, dos quais 80% estão inseridos no mercado de trabalho.

A nova etapa na trajetória da instituição prevê até 2014 alcançar 5.000 alunos nos novos cursos de graduação, a instalação do Núcleo de Pós Graduação e Núcleo de Ensino a Distância.

Colégio da Cidadania Zumbi dos Palmares

O Instituto Afrobrasileiro de Ensino Superior com vistas a manter seu lema - *Sem educação, não há liberdade*, assume o desafio de proporcionar outra modalidade de ensino aos afrodescendentes, dessa forma cria o Colégio da Cidadania Zumbi dos Palmares em 2009, para ofertar cursos técnicos profissionalizantes na modalidade subsequente, para esse desafio estabeleceu parcerias com o SENAI Suíço Brasileiro, Centro Paula Souza – ETEC Parque da Juventude e, a Associação do Sanatório Sírio – Hospital do Coração – HCor, em 2010 iniciou suas atividades com os cursos de Técnico Em Enfermagem, Técnico em Eventos, Técnico em Administração e Técnico em Redes de Computadores, com 120 alunos, atualmente o Colégio conta com 210 alunos.

Curso Técnico em Enfermagem

A área da Saúde possibilita a inserção rápida no mundo do trabalho de modo significativo, a presença de profissionais especializados, prontos para o desafio do novo milênio, é decisiva para essa área. Neste contexto, uma boa formação profissional é fundamental para atender a demanda quantitativa e qualitativa por técnicos competentes, cujo desempenho possa contribuir para a melhoria dos resultados neste segmento.

História de Vida

Apresentamos trechos da narrativa da história de vida, com ênfase na formação profissional, que permitem relacionar a questão da ação afirmativa, de uma aluna do curso Técnico em Enfermagem, de 26 anos, filha mais velha de uma prole de 8 irmãos, procedente do Estado da Bahia, município de Conceição do Jacuípe, há dez anos morando em um bairro periférico da zona leste de São Paulo, migrou com o objetivo de atuar como cabeleireira em um salão especializado em penteados étnicos.

Oportunidade

(...) A partir desse curso que eu entrei, foi daí que eu comecei a ver outras pessoas, ver outros horizontes, conhecer pessoas diferentes, ver o mundo lá fora como ele é (...)

(...) Eu sei que ia ter muita dificuldade, porque eu larguei os meus estudos, eu tive muita dificuldade, mas eu aproveitei essa oportunidade e, peguei com tudo, então eu aprendi hoje, como ser humano, melhorou muito como ser humano dentro de mim, a valorizar coisas pequenas, muito mais do que eu valorizava, aprendi a dar valor a vida (...)

Assim, cabe ressaltar que as políticas públicas de ações afirmativas se aplicam, entre outros âmbitos, à questão da educação no ensino superior, como medida de *equidade social* entre a população negra e a população branca no Brasil. Nesse processo, estão implicados a formalização acadêmica propriamente dita, como a questão das vagas, a frequência e o desempenho do (a) estudante, assim como outros aspectos, não diretamente relacionados ao fator acadêmico, mas que estão na base daquilo que significa transformar-se em um sujeito acadêmico, antes um sujeito de direitos efetivos, na sociedade brasileira. (SANTOS JÚLIO, 2009, p.2).

O percurso de formação dessa jovem retrata o lema da instituição – *"Sem educação não há liberdade"*, ao evidenciar que as ações afirmativas oportunizam a quebra de paradigmas a que estão fadados a maioria dos jovens afrodescendentes em situação de vulnerabilidade social, a escolarização abre a possibilidade de realizações antes não imaginadas, como se um véu fosse retirado de seus olhos, na medida em que esses jovens estavam totalmente adaptados a uma realidade de desigualdade social, nem sequer vislumbravam a possibilidade de outro destino em suas vidas, a ação afirmativa pode possibilitar que se tornem sujeitos de direitos efetivos na sociedade brasileira, além do âmbito educacional, mas em todos os aspectos de suas vidas.

Contudo existe o risco do viés ideológico de perpetuação da situação de desigualdade social, que propiciaram as políticas públicas de ações afirmativas, ao não se estabelecer o diálogo profundo, de forma abrangente, com todos os atores do contexto social onde foram geradas, objetivando refletir sobre os porque da necessidade dessa proclamada *oportunidade*, levando a questionamentos - Como fica a situação de todos os outros jovens que não fazem parte de uma ação de inclusão social? As políticas de ações afirmativas são uma benesse do Estado, um dever, ou uma solução aligeirada para tentar encobrir o não cumprimento adequado de suas funções? Corremos o risco de em âmbito coletivo nos adaptarmos a esse tipo de medida, como se fosse a única solução para os problemas gerados pela falta de oportunidades, o que pode resultar no não enfrentamento à situação dada e, consequentemente a continuidade de forma indeterminada do problema apresentado.

Formação

(...) Hoje vejo que eu melhorei bastante, bastante do que eu era antes, como ser humano, como pessoa, na forma de me expressar, a minha vida (...)

(...) Hoje eu tenho outra visão, a minha visão hoje é mais ampla, eu vivia naquele mundo parado, só resumia no meu trabalho, eu não pensava em crescer assim tanto, futuramente eu pretendo fazer uma faculdade de enfermagem, antes eu não pensava em fazer uma faculdade, porque eu não sabia que a gente pode muito mais além, que quando a gente quer, quando a gente começa a estudar, conhecer pessoas, eu posso crescer, eu tenho condições de crescer, eu tenho capacidade para isso, então hoje eu vejo que eu posso ir muito mais além, hoje eu me sinto outra.

Bauman nos apresenta que - *Neste mundo novo, pede-se aos homens que busquem soluções privadas para problemas de origem social, e não soluções geradas socialmente para problemas privados (2010, p. 50.)*, esse imperativo que coloca os sujeitos nessa situação de constante busca pela formação, remete a individualização e responsabiliza os afrodescendentes pela sua situação social, como se as questões relacionadas a sua formação estivessem intrinsecamente ligadas apenas as esferas individuais, sem considerar o contexto histórico em que as desigualdades sociais foram geradas e, sobretudo mantidas. A falta de perspectiva profissional gerada pelas desigualdades sociais, podem ser revertidas com políticas de ações inclusivas, nesse caso em que foi ofertada a educação profissionalizante, foi resgatada conjuntamente a formação em sentido amplo, a possibilidade do exercício da cidadania, à partir do processo formativo, essa jovem passa a se reconhecer efetivamente como cidadã e, as possibilidades que essa consciência lhe faculta, na medida em que planeja continuar a sua trajetória acadêmica e, não ficar restrita a esse projeto de educação profissional que lhe foi ofertado.

No entanto, essa jovem não consegue ainda perceber os fatores causais que a colocaram na situação de vulnerabilidade social, em sua narrativa ela praticamente assume a responsabilidade de sua incipiente formação - *eu não pensava em crescer assim tanto* - não existe um questionamento do porque que as condições de formação lhe foram negadas anteriormente e, facultadas a outros segmentos sociais, por mais que esteja participando de um projeto de inclusão social, essa esfera passa incólume, não existe uma reflexão sobre sua condição, o que pode perpetuar a alienação, como se tivessem lhe realizado um favor e, não facultado o seu direito de formação.

Cuidar

(...) No começo eu não imaginaria que a enfermagem precisava estudar tanto, em primeiro lugar eu achei, eu acreditava, eu pensava que a enfermagem era mais coisas, o curso ia ser mais ligado assim a parte do cuidar, mas não tão assim profundo, não tanta terminologia, eu não achei que ia ser tão profundo e, tão assim muita informação em pouco tempo (...)

(...) É saber o que a gente está fazendo, seja uma sonda, seja dar um medicamento, então é muito mais além, não só o fazer, o cuidar do paciente, mas prestar atenção em tudo o que a gente faz, além do carinho, que isso é fundamental, hoje eu vejo, eu percebo que isso é fundamental e, que sem o conhecimento, realmente não tem como você dar assistência a uma pessoa, se você não tem o conhecimento do que você está fazendo, um erro pode ser fatal, um erro você pode matar a vida de uma criança, você pode acabar com a vida de uma pessoa, então é você acordar de manhã e, você resolver se você está disposta a matar alguém (...)

Essa narrativa nos leva a refletir sobre o impacto da pseudoformação, em diversos trechos aparecem qualidades consideradas pela jovem como cruciais para o cuidar - *amor, carinho* - a enfermagem é uma profissão e, não necessariamente um dom, ou abnegação, existem categorias fundantes para que ela seja considerada uma profissão (ciência, lei do exercício profissional, conselho de classe e código de ética) e, não simplesmente um ofício, na narrativa essas categorias fundantes não aparecem.

HORKHEIMER& ADORNO (1996, p. 4-5) trazem elementos a possibilidade de se considerar as contradições presentes no modelo de formação em sua obra Teoria da Semicultura:

> *A formação era tida como condição implícita a uma sociedade autônoma: quanto mais lúcido o singular, mais lúcido o todo. Contraditoriamente, no entanto, sua relação com uma práxis ulterior apresentou-se como degradação a algo heterônomo, como percepção de vantagens de uma irresolvida bellum omnium contra omnes. Sem dúvida, na idéia de formação cultural necessariamente se postula a situação de uma humanidade sem status e*

> *sem exploração. Quando se denigre na prática dos fins particulares e se rebaixa diante dos que se honram com um trabalho socialmente útil, trai-se a si mesma. Não inocenta por sua ingenuidade, e se faz ideologia.*

Esse tipo de formação invade diversos âmbitos da vida e neles se incluiu a educação, compreendida como a formação do indivíduo na sociedade, em seus aspectos sociais, políticos, culturais e éticos. A formação na vertente de um fim em si mesma, não pode considerar todos os elementos da realidade a qual se insere e, que lhe é constitutiva, levando a soluções imediatistas, que não vão de encontro com suas reais intenções, atingindo superficialmente seus objetivos, na medida em que não leva ao questionamento, à reflexão, fica-se a margem, na esfera da resolução de problemas imediatos.

A pseudoformação apresenta como agravante de não ser uma formação, ela é uma formação distorcida, que nega ao sujeito a compreensão dos processos aos quais estão relacionados o processo saúde-doença, restando-lhes simplesmente se instrumentalizar, a busca incessante pela instrumentalização tecnológica, com vistas à adaptação ao *mercado da saúde*, esse processo pode excluir a possibilidade do desenvolvimento da consciência dos sujeitos, dos processos causais dos desequilíbrios de saúde.

Conclusão

Assim, dada a realidade e a necessidade da presença de negros (as) em todos os âmbitos que compõem a sociedade organizada, algumas políticas públicas de Ação Afirmativa traduzem-se fundamentalmente pelo necessário acesso de estudantes negros (as) não apenas no ensino superior da graduação, como em todos os níveis de escolarização, desde o ensino fundamental até aos cursos de pós-graduação.

Neste sentido, outras Ações Afirmativas que garantam o acesso ao mercado de trabalho assim como também à própria academia, se fazem necessárias, na medida em que as desigualdades nesses setores também se fazem presentes, como decorrência das condições sociais desfavoráveis que fazem parte do cotidiano dos afrodescendentes, diversos estudos apontam essas desvantagens, evidenciando que as taxas de desemprego são maiores entre afrodescendentes, que recebem salários mais baixos, ocupam cargos mais vulneráveis e passam mais tempo à procura de emprego.

O Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil 2009-2010 aponta alguns dados sobre essa temática - em 2008 segundo o IBGE a taxa de desemprego foi de 9,5% entre mulheres pretas e negras, contra 6,4% entre todos brasileiros; a proporção de brancos que trabalhavam no setor privado (17,2%) foi significativamente maior do que entre os pretos e pardos (13,7%); no ano de 2006, o peso do trabalho informal era de 54,1% entre as mulheres brancas e de 75,0% das mulheres pretas e pardas. Entre os homens, os brancos recebiam aposentadoria 109,1% a mais do que os pretos e pardos em 1988.

Deste modo a FAZP e o Colégio da Cidadania Zumbi dos Palmares desenvolvem a atividade de ensino, com atividades de pesquisa e extensão, oportunizando capacitação do negro, para sua plena integração na sociedade e no mercado de trabalho. Espera-se que a comunidade Afrodescendente, principalmente, os jovens, sejam os agentes provocadores desta mudança em um espaço acadêmico que inspire respeito e aceitabilidade, através da excelência do ensino, da habilidade e competência para transformação social, que extrapole a oportunidade de acesso a uma política pública de ação afirmativa, o que restringiria o pleno exercício da cidadania, na medida em que pelas desigualdades sociais apresentadas, elas se fazem necessárias, mas as ações não podem ficar restritas a essa esfera, pois existe o risco de ofertamos uma pseudoformação, ao contrário da formação desejada, dessa forma o lema "*Sem educação não há liberdade"*, pode acabar aprisionando os sujeitos na liberdade ofertada e, não de fato na liberdade conquistada em todos os setores sociais.

Referências bibliográficas:

BAUMAN, Zygmunt. **Capitalismo Parasitário**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

BRASIL, Ministério da Educação. **História da Educação do Negro e outras histórias.** Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2005. 29-57.

CUNHA, P. M. C. C. Da senzala à sala de aula: como o negro chegou à escola. In: BRASIL, Ministério da Educação. **História da Educação do Negro e outras histórias**. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2005. p. 29

FONSECA, M. V. As primeiras práticas educacionais com características modernas. Rio de Janeiro: Fundação Ford/ANPED, 2000. *In:* BRASIL, Ministério da Educação. **História da Educação do Negro e outras histórias.** Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2005. 29p.

SANTOS JÚLIO, A. L. **Negros e negras no ensino superior:** singularidade para a permanência. Revista África e Africanidades; ano 2, n. 5, p. 1-11, maio, 2009.

HORKHEMER, Max & ADORNO, Theodor. *Teoria de la seudocultura.* **Sociologica**, Madrid: Taurus, 1971.

PAIXÃO, Marcelo; ROSSETTO, Irene; MONTOVANELE, Fabiana; CARVANO, Luiz M. (orgs**.). Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil; 2009-2010.** Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

PALMARES, Faculdade Zumbi. **PPI - Projeto Pedagógico Institucional.** Faculdade Zumbi dos Palmares, São Paulo, março, 2010.

PALMARES, Faculdade Zumbi. **PDI - Plano de desenvolvimento institucional da faculdade Zumbi dos Palmares e do Instituto Afrobrasileiro de ensino superior - período de 2010-2014,** São Paulo, junho de 2010.

"Falando de Anarquismo": A vida de Jaime Cubero

Rodrigo Rosa da Silva*

"Eu, por exemplo, falando da minha vida e
das minhas experiências é que vou falando também de anarquismo."
Jaime Cubero

O historiador Edgar de Decca, em seu ensaio sobre memória anarquista, descreveu Jaime Cubero como "a personagem mais importante do movimento anarquista de São Paulo" (DE DECCA, 1999, p.113). E continua seu relato, afirmando:

> *"Aliás, devo admitir que foi o Jaime Cuberos (sic) quem me deu, involuntariamente, a idéia de estudar a memória do anarquismo. Tenho esta dívida com ele. Sua memória prodigiosa me colocou diante de um mundo de eventos completamente desconhecidos por mim e que, no entanto, marcam a memória da cidade de São Paulo".* (DE DECCA, 1999, p. 119)

Essa impressão do pesquisador que descobria a história dos anarquistas em São Paulo e ao mesmo tempo se deparava com a atualidade do anarquismo através da ação e da reflexão de um velho militante não é um caso raro. Sem dúvida, Jaime Cubero foi responsável por aproximar muitas pessoas das idéias anarquistas. Ele garantiu, através de sua atuação no Centro de Cultura Social de São Paulo, a transmissão do interesse pelas idéias ácratas para as novas gerações surgidas nos anos 1980 e 1990.

Através da releitura de entrevista, realizada por nós em 1997[198], com o esse velho militante anarquista pretendemos compreender melhor, por um lado sua trajetória e história de vida e, por outro seu processo educativo. Para isso, daremos voz às lembranças resgatadas numa tarde chuvosa de feriado em novembro, numa casa simples nas imediações da estação do Metrô Armênia (antiga Ponte Pequena) em São Paulo, onde a entrevista aconteceu. As circunstâncias: dois jovens libertários, com uma pauta improvisada nas mãos, em busca de registrar a passagem de um velho companheiro em suas vidas, gravando com um "radinho" de fitas cassete as memórias do velho anarquista que contava, então, com seus 70 anos de vida.

O "velhinho", desde o início da conversa, disparou a falar e não parou por horas à fio. O próprio Jaime parecia ter traçado os rumos da entrevista em sua cabeça. Os entrevistadores se limitaram a raras e curtas intervenções.

Já em resposta à primeira pergunta ("Quem é Jaime Cubero?") descreveu sua infância e seus primeiros contatos, apaixonados e apaixonantes, com o anarquismo, por um longo tempo..

Começou assim:

> *"Nasci em 5 de abril de 1927, na cidade de Jundiaí. Meu pai faleceu quando eu tinha 2 anos, não tenho nenhuma lembrança dele, nenhuma imagem. Meu pai não*

---

* Cientista Social (FFLCH/USP), Mestre em História Social do Trabalho (IFCH/UNICAMP) e Doutorando em Educação (FE/USP).

198 Entrevista com Jaime Cubero realizada por Rodrigo Rosa da Silva e Leandro Márcio Ramos em 15 de Novembro de 1997 e publicada em JEREMIAS, Marcolino; SILVA, Liana F.da; SILVA, Rodrigo R. da; RAMOS, Leandro M. (orgs). *Três Depoimentos Libertários – Edgar Rodrigues, Jaime Cubero, Diego Giménez Moreno*, Rio de Janeiro, Achiamé, 2002.

> *deixou nenhuma foto. A minha irmã mais velha tinha oito anos e a mais nova tinha dois meses. Éramos seis irmãos."*[199]

Segue a conversa descrevendo sua família, sua relação com os avós e as dificuldades econômicas que obrigaram a separação dos irmãos quando da mudança de sua mãe para São Paulo. Jaime ficou com os avós em sua cidade natal. Tempos depois foi para São Paulo tratar-se de uma doença e por lá ficou. Nessa época estava na idade de se matricular no antigo primário. Como não tinha vaga no primeiro ano sua avó disse: "Ah, então matricula no segundo mesmo!". E assim Jaime estudou 3 anos numa escola na Moóca e depois teve que abandonar os estudos regulares para ir trabalhar numa fábrica: "Formação escolar eu tenho apenas três anos de curso primário, nunca mais pisei dentro de uma escola para aprender".

Mas essa curta passagem marcou-o profundamente. Recordava especialmente de um professor, que desconfiava ser anarquista, por não castigar as crianças, estimular o estudo conjunto dos "mais atrasados" com os "mais adiantadas", fomentar sempre a solidariedade entre os alunos. Jaime lembra que seu professor dizia:

> *"Vocês são filhos de operários, de trabalhadores, não adianta repeti-los. Aquele que quiser estudar vai estudar. Se realmente se dispuserem e sentirem a necessidade, vão estudar, só aí é que vão aprender".*

Essa, segundo Cubero, era uma prática bem avançada para época. Concluía seu raciocínio emitindo sua opinião sobre a educação:

> *"o ensino oficial como ele é, e o mundo em que vivemos, numa sociedade extremamente competitiva onde se desenvolve desde a pré-infância a disputa, a concorrência, a '1ei de Gerson', de levar vantagem em tudo e que está presente em todas as escolas",*

só se gera competição, onde as escolas "ensinam simplesmente a competir, pisando em cima de quem for". Numa escola libertária seria muito diferente, pois se tentaria "imprimir a solidariedade", desenvolver a "consciência crítica" num ambiente livre onde as crianças "decidem tudo e vão desenvolvendo toda sua personalidade diferente".

Aos 12 anos, Jaime conta que tinha um amigo chamado Liberto Lemos (que acabou tornando-se seu cunhado) cujo pai, José Lemos, era anarquista e trazia muitos livros da Espanha. Em conversas com ele foi se interessando pelo ideal ácrata. Até que aos 15 anos montou um grupo de estudos. Passava horas, depois do trabalho, com os amigos, debruçado em leituras comentadas de obras da biblioteca particular de Lemos (era comum todo militante ter um número considerável de livros em casa). A primeira obra que cita é o livro *Manolín – Leyenda Popular* de Estéban Beltrán Morales, uma espécie de fábula utópica em que camponeses se organizam, produzem e vão se libertando dos exploradores. Cubero afirma que começou "a entrar no anarquismo por aí".

Quando o pequeno grupo agregou mais participantes (cerca de 18, entre moças e rapazes) estava criado o que chamaram "pomposamente" de Centro Juvenil de Estudos Sociais. Dessa época Jaime lembra que "o pessoal brincava com a gente, dizendo que nós estávamos a fim é de paquera, que não estava a fim de estudar". Quando perguntado se não havia também este aspecto da paquera incluída, logo responde: "de lá saíram vários casamentos". Do Liberto com a irmã gêmea de Jaime; um primo do Liberto (também chamado Liberto) com sua irmã mais nova; seu irmão casou também com uma moça do grupo; e inclusive seu casamento com Maria, sua companheira de toda a vida, foi resultado desse grupo de estudos.

Foi nessa época, por volta de 1945, quando cai Getúlio Vargas e o Centro de Cultura Social (CCS) reabre suas portas que o "pomposo" grupo de jovens é descoberto por um frequentador e "um belo dia

---

199 Todas citações de falas de Jaime Cubero que aparecem entre aspas neste texto (excetuando quando devidamente citadas outras fontes) foram retiradas da referida entrevista, tornando assim, mais fluída a leitura e desnecessária a citação em todos trechos. A entrevista completa foi publicada em JEREMIAS, *op. cit*. Há um versão digital somente da entrevista com Jaime Cubero disponível editada pela Imprensa Marginal: http://anarcopunk.org/biblioteca/wp-content/uploads/2009/01/entrevistas-jaime-cubero.pdf

apareceram lá (numa reunião) as 'vacas sagradas' do anarquismo". Jaime refere-se a Edgard Leuenroth, Rodolfo Felipe e Pedro Catallo. Assim, as "moças e rapazes" que estudavam por conta própria nos fundos de suas casas passaram a frequentar e atuar no CCS, um espaço libertário fundado em 1933 e que sobrevive até hoje. Cubero, logo que chegou passou a ser seu secretário-geral, compromisso que carregou até sua morte.

Assim, inicia-se uma segunda fase em seu processo de aprendizagem, já muito marcado pelo auto-didatismo: "o Centro foi o espaço onde estudei". Através das conferências periódicas oferecidas pelo CCS ao público em geral tratando de temas diversos como filosofia, religião, política, arte, etc., Jaime, e muitos outros militantes e simpatizantes, encontraram um espaço de aprendizagem e de enriquecimento cultural e político.

Ao longo da entrevista cita com carinho e admiração o filósofo brasileiro Mário Ferreira dos Santos que era presença constante como conferencista no CCS. Sobre o escritor Jaime relata: "O Mário Santos, dentro da minha formação, foi fundamental, foi meu grande guru. Assistia às palestras dele e ficava até de madrugada lendo seus livros".

Cubero afirmava sempre a importância e centralidade da educação no processo de libertação coletiva e individual. Para ele "um militante tem que ter conhecimento, tem que estudar", deve "ter um sólido conhecimento do passado para conhecer os erros e o que já se fez", a fim de evitar cair nos mesmos equívocos. Ao responder uma questão sobre a aplicação prática do anarquismo na atualidade responde categoricamente: "pode-se dedicar às escolas". Pela prática pedagógica, de orientação libertária, pensava ser possível formar pessoas voltadas para outros princípios, estabelecendo "outros padrões de comportamento (…) aqui e agora no seu cotidiano".

Em um depoimento cedido à Antonio José Romera Valverde, entre 05 e 09 de maio de 1989, no Centro de Cultura Social, em São Paulo, Jaime afirma que "a profissão de professor, que é maravilhosa, é encarada como uma parte da maldição geral do trabalho" (Jaime Cubero, In: VALVERDE, 2008, p.408). E conclui, demonstrando seu desejo e sua relação próxima com a educação: "Gostaria mesmo de ter sido professor, um professor libertário" (Jaime Cubero, In: VALVERDE, 2008, p.408). De certo modo Jaime foi um "professor libertário", pois proferiu centenas de palestras e conferências ao longo da vida, chegando inclusive a participar de bancas examinadoras de pós-graduação, mesmo tento cursado até o 4º ano primário. Cita em seus depoimentos palestras realizadas em universidades (USP, UNICAMP, UFSC, UNIMEP), em diversas instituições (Igrejas, Centros de Estudos, Sindicatos) e inclusive no exterior (Espanha, Itália), além de uma entrevista para no programa de Jô Soares e suas falas periódicas sobre diversos assuntos na própria sede do CCS.

Antônio Valverde extraiu de sua longa entrevista com Jaime Cubero (cerca de 10 fitas cassete gravadas) os trechos em que trataram mais diretamente do tema da educação e do autodidatismo. Acreditamos que as duas entrevistas (a que realizamos pessoalmente em 1997 e a publicada por Valverde) dialogam e se complementam ao abordar o tema da aprendizagem na visão de um velho militante anarquista. Não cabe nesse artigo reproduzir o trabalho de Valverde, mas alguns trechos importantes contribuirão para o objetivo deste trabalho.

Quando perguntado se considerava-se um autodidata e o que entendia por autodidatismo, Jaime expôs seus conceitos libertários acerca da educação:

> *"Considero-me, dentro dos meus conceitos de autodidatismo. Um autodidata, porque com a instrução que eu recebi no curso primário, não daria para fazer o que faço hoje, inclusive participar e até ocupar o cargo que ocupo aqui no Centro de Cultura Social. Eu não teria condições intelectuais nem nível para fazer o que faço se eu não tivesse uma instrução adequada para exercer essa função e mesmo para registrar um certificado de jornalista profissional, como cheguei a registrar. Se eu não tivesse uma instrução autodidata, não conseguiria grande coisa"* (Jaime Cubero, In: VALVERDE, 2008, p.398).

Além desse depoimento pessoal, Jaime demostra acreditar no autodidatismo e sua relação intrínseca com a concepção de educação anarquista. Segundo ele,

> *"o anarquista tem um conceito de educação que se contrapõe a toda concepção de educação dada pelo sistema capitalista, pelo sistema do poder constituído, que se propõe a*

> *reproduzir os valores do sistema eternamente, visando uma reprodução constante do sistema e da ordem"* (Jaime Cubero, In: VALVERDE, 2008, p.398).

Em suma, "o autodidatismo é uma solução para o analfabetismo, dentro da perspectiva libertária, que além de aprender a ler contém um rumo ético e político"(Jaime Cubero, In: VALVERDE, 2008, p.407). Para a ação anarquista de mudança social é necessário o conhecimento. Essa visão de Jaime corrobora as ações e teorias pedagógicas do movimento anarquista ao longo de sua história.

Na entrevista realizada em 1997, pouco antes de sua morte, pudemos constatar o grau de conhecimento e erudição desse velho anarquista que teve uma curta passagem pelos bancos de uma escola regular. Articula muito bem seus pensamentos e sua fala, demonstra conhecer bem a língua portuguesa – acabou tornando-se jornalista inclusive – e arriscava escrever em espanhol. Embasa suas idéias em diversos autores, os quais demonstra conhecer bem, pois resume, muitas vezes, aspectos centrais de seus pensamentos em trechos de sua fala.

É o caso da citação ao geógrafo anarquista Élisée Reclus:

> *"Tem um livro do Éliseé Reclus, que foi um dos grandes teóricos do anarquismo e foi considerado um dos maiores geógrafos do mundo, que se chama Evolução e Revolução – O Ideal Anarquista, um livro monumental. Ele como geógrafo estudou bastante a evolução da própria natureza, e ele traça um paralelo. Uma revolução, dentro das sociedades humanas, começa a se gerir de uma forma subterrânea, a não ser aquela revolução para tomar o poder. Ela vai surgindo e se formando até que ela explode. Ele compara a uma corrente de água que de repente se opõem a um obstáculo e começa a acumular e acumular até que chega um momento em que a água rompe a barreira e vai embora."*

Também aborda a visão de educação de Reclus:

> *"Élisée Reclus escreveu, em Revolução e evolução e A terra e os homens, que é suficiente dar às crianças uma certa noção geral, ensinar a ler e a escrever, que depois por si mesmas elas aprenderão o que for do interesse e da necessidade delas. Pensava que a sociedade inteira deveria se transformar numa escola, na qual as crianças passariam a desenvolver-se segundo seus interesses, gostos, desejos. Ele escreveu e eu concordo com essa idéia"* (Jaime Cubero, In: VALVERDE, 2008, p.407).

Demonstrou conhecimento da obra religiosa e política de Leon Tolstoi, citando episódios de sua vida e dois livros menos conhecidos de sua extensa obra: *A Escravidão Moderna* e *O Reino de Deus está em Vós*. Classificou-o como fundador do "anarquismo cristão", por ser ferrenho crítico do Estado. Ainda sobre religião e a relação crítica à burocracia e corrupção que o poder representa lembra de trechos do livro *Anarquia e Ordem* de Herbert Read.

Faz referências à grandes nomes do pensamento anarquista clássico, como Bakunin e Malatesta, e à episódios importantes das lutas libertárias como a Revolução na Ucrânia e a Revolução Espanhola. Conta sobre a atuação de Nestor Makhno na Revolução Russa e dos sindicatos anarquistas em 1936 em Barcelona, inserindo esses fatos na história politica do mundo.

Também estava conectado com as produções contemporâneas do pensamento libertário de várias partes do mundo. Ressalta a importância de escritores como Maurice Joyuex, Pierre Ansart e Herbert Marcuse, por exemplo.

Essa erudição não era exclusividade de Jaime Cubero. Muitos militantes anarquistas também tinham vastos conhecimentos sobre questões históricas, científicas e filosóficas, mesmo tendo uma formação autodidata, não-escolar, possibilitada pelos espaços e práticas educativas criadas pelos próprios trabalhadores e anarquistas. Em entrevista à Valverde, Jaime recorda que

> *"Desde o início, quando comecei a participar do movimento anarquista, entrei em contato com militantes que não tiveram nenhuma escolaridade regular, mas que demonstravam muito saber e conhecimento. Eu os admirava muito. Pensava que o conhecimento deles, a facilidade de falar, de escrever, era uma coisa adquirida com muito empenho pessoal e obstinação. Como uma verdadeira obrigação e envolvimento com o conhecimento e a militância. Uma responsabilidade de saber, mesmo sem condições materiais, sem condições de cursar regularmente qualquer coisa. Sentia que aquelas pessoas tinham a obrigação,*

> *impostas por elas mesmas, de procurar se instruir, de procurar os livros, de questioná-los"* (Jaime Cubero, In: VALVERDE, 2008, p.402).

E concluía seu raciocínio, reafirmando a importância do conhecimento e da formação para a luta dos militantes anarquistas:

> *"Se ele vai lutar no movimento pela mudança da sociedade, ele tem que estar preocupado com a sua formação intelectual. (…) À proporção que adquirimos conhecimentos, sentimo-nos mais livres. A grande força criadora do homem está no conhecimento. Conhecer é vencer obstáculos, é abrir espaços à liberdade. Sabem muito bem os poderosos que o saber liberta e, por isso, querem regulá-lo para, por esse meio, manietar mais facilmente o ser humano."* (Jaime Cubero, In: VALVERDE, 2008, p.402).

Apontamentos Finais

Há outras entrevistas e depoimentos de Jaime Cubero, bem como trabalhos acerca da história do Centro de Cultura Social e do movimento anarquista em São Paulo[200]. Em todos eles a afirmação de que sua vida confunde-se com a história do anarquismo em São Paulo parece se confirmar.

Muitas vezes as suas declarações e histórias se repetem, alterando alguns detalhes específicos dependendo do foco dado pelo entrevistador. A maioria buscava saber sobre a história do Centro de Cultura Social, mas outros tentavam traçar a biografia do homem e militante Jaime Cubero, suas experiências e opiniões sobre diversos temas da sociedade.

Assim, nota-se que Jaime tinha uma narrativa de sua própria vida em sua cabeça, que havia selecionado os momentos importantes e os fatos marcantes ou que causaram forte mudança em sua vida ou maneira de pensar e ver o mundo. Sua fala não era linear, nem cronológica. Fatos e personagens se intercalavam e dialogavam com sua vida pessoal. Parte dessa aparente indissociabilidade entre vida e militância pode ser compreendida pela própria característica do ideal anarquista de propor alterações em diversos âmbitos da vida, para toda a sociedade, seja nos aspectos econômicos e políticos, mas também morais e individuais.

Pierre Bourdieu nos ajuda a compreender os desafios da biografia e a relação entrevistado / entrevistador quando estuda o relato biográfico ou autobiográfico como método adotado pela sociologia ou pela história. O narrador de sua própria história tenta construir sempre um sentido, com relações de causa e efeito, nem sempre sucedidos cronologicamente. Ou seja, há sempre uma seleção do que é contado. Segundo Bourdieu

> *"Essa propensão a tornar-se o ideólogo de sua própria vida, selecionando, em função de uma intenção global, certos acontecimentos significativos e estabelecendo entre eles conexões para lhes dar coerência, como as que implica a sua instituição como causas ou, com mais frequência, como fins, conta com a cumplicidade natural do biógrafo, que, a começar por suas disposições de profissional da interpretação, só pode ser levado a aceitar essa criação artificial de sentido"* (BOURDIEU, 1996, p.184-185).

Tinha-se o objetivo de realizar outras sessões de entrevista com Jaime Cubero, onde a objetividade seria mais respeitada e outros assuntos abordados. Não deu tempo. Foi a última entrevista de que se tem notícia cedida por esse velho e incansável militante que se foi, seis meses depois, no dia 20 de maio de 1998, interrompendo assim a "hora extra" que fazia na Terra, como insistia em dizer.

Porém, através deste artigo fizemos uma releitura da entrevista realizada em 15 de novembro de 1997, destacando em sua trajetória de vida os aspectos referentes ao seu processo educativo, passando pela escola e pelos círculos libertários nas décadas de 1930/1940. Resgatamos sua formação autodidata e a importância disso para sua atuação militante, assim como seus vastos conhecimentos dos grandes

---

200 Ver Bibliografia.

pensadores anarquistas e, por fim, sua interpretação particular do mundo à sua volta. A vida de Jaime funde-se com o desenvolvimento do movimento anarquista em São Paulo, passando pela ditadura militar e pelo ressurgimento dos jornais e grupos nos anos 1980. Jaime fez a conexão entre duas gerações distantes de militantes. Passava toda a sua experiência e entusiasmo para a "garotada". Seu carisma e sua prosa leve e divertida, porém, coerente e decidida funcionavam como imãs. Sempre bem disposto. Repousa aí a sua enorme importância para a história e a memória do movimento anarquista no Brasil. Seus anos e suas palavras atestam-na.

Referências bibliográficas:

ACCIOLY e SILVA, Doris, "Anarquistas: criação cultural, invenção pedagógica", In: *Educação e Sociedade*, v. 106, 2009

BORGES, Paulo E. B. *Jaime Cubero e o Movimento Anarquista em S. Paulo, 1945 - 1954*. Dissertação de Mestrado, PUC-SP, 1996.

BORDIEU, Pierre. "A ilusão Biográfica". In: FERREIRA, M.M. e AMADO, J., *Usos e abusos da historia oral***.** Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1996.

CUBERO, Jaime. *Entrevistas*, São Paulo, Imprensa Marginal, s/d

DE DECCA, E. - "Ensaio sobre a memória anarquista: a história como ficção coletiva". In: *História Oral* – Revista da ABHO, nº 2, jun/1999.

GERALDO, Endrica. "Práticas Libertárias do Centro de Cultura Social Anarquista de São Paulo (1933-1935 e 1947-1951)", *Cadernos AEL – Anarquismo e anarquistas*, No. 8/9, pp.165-192, IFCH, Campinas, 1998

JEREMIAS, Marcolino; SILVA, Liana F.da; SILVA, Rodrigo R. da; RAMOS, Leandro M. (orgs). *Três Depoimentos Libertários – Edgar Rodrigues, Jaime Cubero, Diego Giménez Moreno*, Rio de Janeiro, Achiamé, 2002

VALVERDE, Antonio José Romera. "Socialismo libertário, educação e autodidatismo: entrevista-depoimento de Jaime Cubero", In: *Educação e Pesquisa*; volume 34, número 2, Agosto 2008, p. 393-408,.

FAMÍLIA, MEMÓRIA E PODER LOCAL: Sento-Sé e a Barragem do Sobradinho.

Ana Catarina L. de A. Sento-Sé M. Braga[201]

Introdução:

Este artigo acadêmico possui como delimitação temática os impactos que a construção da Barragem do Sobradinho na década de 70, ano de 1977 (século XX) , trouxeram as referências de memória e identidade dos habitantes de uma das quatro cidades afetadas por este acontecimento: a cidade de Sento-Sé. A década de 70, no Brasil, é marcada historicamente pelo regime militar iniciado em 1964, e a cidade estudada sofre influência desta forma de governo. Durante a construção da Barragem ficou sobre a guarda de uma único governo, sendo reconhecida como município de segurança nacional.

Além desta cidade outras tres, Remanso, Casa Nova e Pilão Arcado (dentre outros povoados) também foram inundadas. A CHESF (Companhia Hidrelétrica do São Francisco) ao anunciar o projeto dirigiu-se a cidade de Sento-Sé onde, em uma audiência com o prefeito da época, senhor Demóstenes Sento-Sé, descreveu seu empreendimento e anunciou as indenizações às famílias, na palavra de que seria construída uma nova cidade para abrigá-las.

Este prefeito era oriundo de uma família que participou de outro evento histórico da década de 60 e 70 : o coronelismo. Este regime era originalmente das cidades sertanejas nordestinas e constituía-se em uma forma de governar autoritária que muitas vezes utilizava-se da coação moral e econômica daqueles que eram subordinados aos chamados "coronéis". Estes, muitas vezes além de dirigir suas propriedades, ainda geriam a região onde habitavam sobre a coação do denominado: voto de cabresto. O prefeito empossado que gestava a cidade em 1977 vinha de uma família originalmente de coronéis, mas, como em setenta e sete o coronelismo já não era mais utilizado como modo de governar ele geriu Sento-Sé sobre o regime "democrático", segundo relatos orais e documentais pesquisados.

Ao longo da pesquisa, entretanto, percebe-se que por estar sobre a delegação superior de um regime nacional ainda ditatorial, o governo de Demóstenes não atendia aos princípios da democracia, como se conhece teoricamente. Além, é claro, da herança coronelista que Demóstenes carregava em suas referências e identidade.

---

201 Autora, graduanda de História Licenciatura e Bacharelado – Oitavo semestre da Universidade Católica do Salvador. E mail: snowoman_7@hotmail.com. Orientador: Prof.ª Dr.ª Vilma Nascimento. E mail:

Assim, além dos recorte central (os impactos da construção da Barragem do Sobradinho), este artigo ainda pleiteia, diante de suas motivações sociais e históricas, o regime político que imperava na cidade. E, através deste, como as relações de poder, representado pela família Sento-Sé, influenciam e causam impactos na memória e na identidade dos sujeitos históricos. Sujeitos estes que provém da população, que vivia sobre " a mão" do poder, mas que também se confundia entre os próprios representantes da família. Isto, porque não há uma segregação tão explicita entre detentores de poder e subordinados. Ambos podem ocupar os dois papéis e o poder, neste local, possuía uma apropriação intima junto ao cotidiano dos habitantes (sejam eles da família ou não.).

Assim, os temas secundários, tratam de poder e memória e poder e identidade. Além destes, permeiam as relações ambientais e de modificação do meio. Tais relações estão diretamente atreladas a forma como as transformações do meio natural, ou não, podem estar relacionadas com os interesses do poder. Bem como pelos laços dos sujeitos com o espaço que é o objeto de toda História das Cidades.

A pesquisa vai tomando outros rumos quando se estuda a construção da nova sede, denominada Nova Sento-Sé, E o objeto de estudo principal é buscado mais uma vez: As pessoas que viveram na época da inundação e seus depoimentos orais.Assim, a História Oral, é utilizada como técnica histórica que fundamenta toda a pesquisa: Desde o traço da velha Sento-Sé até a nova sede , e sua ainda recentíssima história. Os depoimentos, trazem a tona os "fantasmas da cidade", fazendo-se parte do patrimônio da mesma, a memória e o que estava esquecido, sobre as sombras das ruas,esquinas, paralelepípedos e vielas.

a metodologia também se fundamenta no uso da História Oral para encontrar as fontes e desvelar a história deste município. E o passado ganha ares de "imaginário", perdendo o conservadorismo, tão pouco necessário, das oficialidades. A história assume, também, o papel de contadora de ideais, idéias e realidades que estão sentadas nas cadeiras de balanço, construindo arte de nutrir, entoando as rezas, e as poesias escondidas nas poeiras dos lares.

A metodologia consiste na sistematização de dados documentais e elaboração de fichamentos sobre os mesmo, bem como, na transcrição dos depoimentos orais relativamente coletados, e das fontes iconográficas analisadas e catalogadas. Além dessa organização metodológica, procura-se utilizar abordagens que garantam a maior compreensão dos atalhos da memória, das palavras não ditas, dos fluxos de esquecimento e das diversas identidades que se entrelaçam entre todas as fontes primarias.

As análises embasadas nestas fontes e metodologia, são frutos de discussões entre a autora e seu orientador, fundamentada em seus arcabouços teóricos. Outras fontes secundárias são utilizadas para compreender os mecanismos do trabalho e para que se possa chegar no objetivo esperado: O resgate da memória de um povo em uma cidade conhecida como " Cidade fim de linha", dentro de uma história que se repete sempre. Isto, quer seja com a transposição do Rio São Francisco,que já vem afetando milhares de

populações ribeirinhas ou com a inundação de qualquer outra cidade banhada por importantes fontes de abastecimento de água.

Desta forma, o artigo aqui apresentado é o ponto de partida de um longo estudo que culminará no trabalho monográfico, de conclusão de curso, da autora em destaque. Dentre todos esses objetivos e anseios já apresentados, este, ainda compromete-se com a interação entre antropologia e história, e os diversos domínios e dimensões historiográficas: História Cultural e História das Mentalidades.

1977, o ano em que tudo começou:

> "Naquela época eu possuía entre 7 e 8 anos... Meu avô era prefeito da cidade de Sento-Sé e neste período existiam 8 cidades no país chamadas municípios de Segurança Nacional, que era, o prefeito indicado pelo governador. Sento-Sé era um desses municípios de Segurança Nacional." [2]

A história deste acontecimento, bem como de toda a Sento-Sé, desde a década de 40, entrelaça-se com a de uma família, que originou-se neste local. A família Sento-Sé já possuía o nome forte,e de governança, a mais de três gerações. A senhora Vera Rita Sento-Sé representa, dentre essas, a sexta geração de uma família histórica, que até os dias atuais é lembrada em festas e homenagens.

Neste dia em que entrevistei a Senhora Vera Rita estávamos em sua casa no bairro da Pituba, na cidade do Salvador, estado da Bahia. A entrevistada mostrava-se bastante confortável e saudosa ao relembrar aqueles momentos do seu passado. Por diversas vezes, revelou a tristeza da população ao ver suas casas inundadas, pela ocasião da construção de uma barragem, no mesmo ano em que seu avô foi empossado prefeito.

A relação desse sujeito histórico com o lugar em que ia em sua infância demonstra a relação estreita e devastadora que a inundação causou em suas recorrências de memória. Sentia-se uma tensão no momento em esta disse:

> "(...) E, em um determinado ano, nós fomos, a cidade estava muito triste quase ninguém estava mais lá... Porque tava todo mundo já se mudando para a cidade nova, Sento-Sé nova. E depois da inundação, eu me lembro, nós fomos dar um passeio de barco pela

---

2

2 Depoimento concedido pela Senhora Vera-Rita Lins de A. Sento-Sé em 12 de Junho de 2008, ás 14h e 36 min.

> cidade inundada pelo São Francisco, pela barragem do Sobradinho"[3]

Esta fala é uma evidência histórica de como a construção da barragem afetou a mentalidade,não só da entrevistada, mas, de todos aqueles que viveram o momento histórico relatado. Assim, os mecanismos da memória revelam a necessidade de preservação do local de origem do sujeito histórico.

Relação sujeito histórico e memória:

A casa, o lar, de cada um é um lugar por excelência da memória. E de uma memória essencialmente emocional. E viver essa memória em família significa retratar o lugar em que essa família viveu. Assim, apesar da família Sento-Sé representar o poder político na cidade, seus membros não deixaram de viver a dor daqueles que perderam suas casas, inclusive a sua própria saudade daquele lugarejo. Muitos membros que moravam em Sento-Sé deixaram seu patrimônio para trás e escreveram palavras de saudade nas paredes de sua casas:

> "(...) E chamou minha atenção as casas com água pela metade ou acima da metade, e nelas, quase em todas, as que ainda estavam de pé, possuíam lembretes e frases saudosas: " Sento-Sé amada fui muito feliz aqui" ou "Adeus minha cidade querida".[4]

> "(...) A minha irmã Maria América Sento-Sé deixou nas paredes de sua casa frases e poemas que queriam dizer a sua saudade que ela ia sentir do seu antigo lar. "[5]

Nestes dois depoimentos percebe-se a relação pessoal da família com a história que norteia a inundação de Sento-Sé. Sendo assim, após a inundação, muitos mitos e histórias foram passados dentro da família sobre este episódio. Em todos eles, entretanto, o senhor Demóstenes, prefeito da cidade no ano da inundação e membro da família

---

3 Idem

4 Idem

5 Depoimento concedido pela Senhora Hildene Sento-Sé, no dia 25 de novembro de 2007.

Sento-Sé, era visto como um visionário, um líder que guiou a sua população para uma vida melhor.

Esta família acredita que, mesmo sacrificando suas casas, o que subentende-se sua memória, e lares, isto deveria ser feito em detrimento do que o seu líder político considerava como certo para a melhoria de "todos". Não há nesses dois depoimentos um sentimento de posse ou do poder de um clã sobre a cidade e sim, um mito familiar tornado verdade dentro da memória. Isto pode ser constatado por Alistar Thompson quando este diz que:

> "(...) Os mitos de minha família sobre a guerra também mostram como apenas algumas experiências são enfocadas na lembrança, enquanto outras são reprimidas ou silenciadas, e como algumas recordações "pessoais" alcançam significado "coletivo" , tanto dentro da família como fora dela.(...)"[6]

Se por um lado pode haver interesses para que a barragem fosse construída, trazendo mais poder, através do que seus representantes chamam de "progresso", por outro lado, nesta cidade sente-se uma participação do poder como parte do privado e do intricado pessoal de cada cidadão. É importante salientar aí como os alcances da memória possuem papel fundamental no que está silenciado e no que pode tornar-se verdade neste contexto. Isto dentro da mentalidade daqueles que constroem essa memória.

As representações do poder:

As representações do poder assim, soam como parte da memória e da cultura da população. Mesmo sendo uma forma de dominação, esta forma de participar dos momentos íntimos da cidade,que o prefeito possuía, revela um clientelismo na vida dos cidadãos. Muitos fatos pessoas eram resolvidos por este prefeito, que adentrava nas casas chamados pelos seus ocupantes. E, resolvia problemas pessoais:

> "(...) Era um político a moda antiga. Não era a relação de eleitor e de prefeito, como hoje, baseado no capitalismo. Era uma confiança, uma amizade. Tipo assim, casal brigava, meu avô é que ia fazer , reconciliar o casal. Menino caia quebrava a perna, meu

6

6 THOMPSON, Alistair. *Quando a memória é um campo de batalha:Envolvimentos pessoais e políticos com o passado do exército nacional.* Projeto de História, São Paulo, 1998

> avô, o prefeito, que ia mandar comprar o remédio. Acabava a verba da prefeitura meu avô colocava do dinheiro dele.(...)"[7]

Pode-se perceber dessa forma, a relação estreita entre o poder e a população. Uma intimidade que adentrava a própria casa do prefeito e suas relações familiares. Este tipo de "líder" era visto como monumento histórico da memória coletiva. Um mito que perdura mesmo após a sua morte ou perda do cargo público.

Demóstenes Sento-Sé foi prefeito da cidade, incluindo antes, durante e depois da construção da barragem. Antes dele, a família Sento-Sé já governava, foram três coronéis[5]: Juca Sento-Sé, Tonhá Sento-Sé e Janjão Sento-Sé, chegando,finalmente, a Demóstenes, não mais como coronel, oficialmente, e sim, como prefeito nomeado.

A família Sento-Sé apresenta um poderio. O próprio sobrenome, possui origem na história da formação da mesma[8]. Este nome surgiu de uma homenagem feita a uma comunidade indígena que ocupava a região.

Após a posse da família Garcia D' Ávila, estes fundaram a cidade e homenagearam o chefe daquela comunidade, cujo nome era Centossé. Assim, surgia uma cidade com mais de quatrocentos anos de história. Posteriormente a família que descendeu desses índios e dos portugueses recebeu o sobrenome de Sento-Sé. E seu legado é honrado pelos moradores até a atualidade.

O olhar das autoridades diante do patrimônio, como pode-se perceber, não fica restrito as relações de poder e soberania. Mesmo que haja uma tradição histórica de que os políticos em geral não se importavam com o valor da memória, ou daquilo que foi construído pelas pessoas, não é o que se pode perceber neste município.

Aqueles que alguns considerariam como os "donos da terra", "responsáveis" pela inundação de toda uma região, são vistos pela memória coletiva, e por eles mesmos, como parte do que sofreram em busca de algo maior, ou melhor. Isto, porque a população acredita, pelo menos boa parte dela, que alguém que se envolve tão intimamente com suas vidas não poderia exercer qualquer abuso de poder ou ato que venha trazer prejuízo para a cidade.

7

7 Depoimento concedido pela Senhora Vera-Rita Lins de A. Sento-Sé em 12 de Junho de 2008, ás 14h e 36 min.

8

8 A cidade de Sento-Sé velha localizava-se,inicialmente, onde era uma comunidade indígena cujo nome do líder era Centosse. A família Garcia D' Avilla, no período de colonização do Brasil, recebeu aquelas terras de Portugal por doação de sesmarias. Em uma batalha indígena Antonio Garcia D' Ávila socorreu o chefe da comunidade e ficaram amigos a partir de então. Como forma

Inundação da memória e da identidade de uma população.

A construção de tal barragem, projetada pela CHESF em 1973[8], concessionária da Empresa Brasileira de Energia (ELETROBRÁS) no Nordeste, resultaria na Hidrelétrica do Sobradinho, que inundou além de Sento-Sé, mais três cidades do sertão nordestino. Por nove anos o município passou a ser área de segurança Nacional, tendo como prefeito empossado, governo Roberto Santos, Demóstenes Sento-Sé. A posse ocorreu em 13 de Maio de 1977, ato que ficou registrado como data do aniversário da cidade.

Antes da inundação destas cidades, as mesmas eram cortadas pelo Lago do Sobradinho, afluente do rio São Francisco. Desde a década de 70, entretanto, a CHESF vinha desenvolvendo uma política agressiva para transformar o "Velho Chico" em gerador de energia hidroelétrica. Para tal, construía barragens, transformando lagos em rios artificiais, deslocando e modificando a paisagem do sertão e ainda causando grande desequilíbrio ecológico e erosões no solo.

A construção da Barragem do Sobradinho resultou na desocupação de uma área com cerca de 4,2 mil km . Este processo de desocupação atingiu um total de cerca de 12.000 famílias, das quais, 73% fixadas na zona rural e 27% na zona urbana das cidades[9]. E a CHESF, embora tenha construído uma nova cidade para os habitantes, não pode recuperar as características da cidade antiga, bem como o real sentimento do povo,enterrado nas águas do rio.

Foram deixados para trás, sonhos, esperanças, vidas e desejos, elementos que fizeram e fazem parte da memória de uma população, que vivia de sua economia local, sofrida e apegada a terra. Tanto que, muitos resistiram a efetivação do projeto. Um deles foi um homem, na época com 92 anos, o senhor José Nunes ou como era chamado, "Seu Zé". Ele disse a habitantes da cidade [10]que não iria deixar sua casa para trás, uma casa que levou anos para ser construída e que fez parte de tudo aquilo que ele considerava como seu patrimônio e identidade de vida.

8

8 In: BARROS, Henrique. *Avaliação dos impactos sócio-econômicos da implantação do projeto Sobradinho*. Recife: FUNDAJ/ IPS/Departamento de Economia, 1983.

9

9 Idem

0

0 10 Depoimento concedido pela Senhora Hildene Sento-Sé, no dia 25 de novembro de 2007.

Assim como seu Zé, muitos outros traziam consigo o peso da tradição de viver naquele local. As autoridades, estaduais e da empresa hidroelétrica, entretanto, não se sensibilizaram com esses e acabaram por destruir, não só patrimônios pessoais, e sim 400 anos de história. Sendo que, nem o monumento de fundação da cidade foi poupado.

> "O Rio engoliu tudo, vi minha vida sendo deixada para trás, e meus bens sendo levados de caminhão para um lugar que mesmo que passem anos nunca será o meu verdadeiro lar. Depois disso, minha filha, só Deus pode nos salvar" . [11]

Assim resumiu a antiga habitante Hildene Sento-Sé, representando o real sentimento daquilo que a natureza transformou em seu habitat natural.

Atualmente, a cidade de Sento-Sé possui mais de 35.000 habitantes; foi relocada em 1977, mas nunca esqueceu as marcas que a inundação deixou. Além do que, fica provada hoje, o quão estreita são as relações de poder e memória que norteiam e são capazes de reconstruir e desconstruir as concepções dos sujeitos da história.

O esquecimento e a memória fios condutores da história desse lugar:

A partir dos documentos pesquisados, dos depoimentos dos habitantes e antigos moradores da cidade de Sento-Sé, pôde-se perceber que a abordagem de um conceito de memória pré-moldado de nada serve.

A população local, através daquilo que considera como sua memória e identidade é que constrói o significado desta memória. Uma memória povoada não só por emoções e lembranças, mas também por momentos de esquecimento.

Jerusa Pires Ferreira, historiadora dos conceitos de memória e tradições populares, considera que não só a memória mais também o esquecimento estão presentes na história das pessoas. Nesta cidade, principalmente nos depoimentos coletados, os vestígios do esquecimento se fazem recorrentes.

Eles estão no momento de pausa da senhora Vera Rita, nas palavras que a Senhora Vera Sônia não permitiu que fossem gravadas, e nos momentos em que Hildene

---

1

1 11 Idem.

muda de assunto, ou retruca que a pergunta feita não "representa algo de importante a ser lembrado".

A tradição é feita de esquecimento e memória, e, se a história possui bases nestes dois elementos, a tradição também é parte importante para a construção, e rearrumação dos caminhos da história. E para se compreender o fio condutor de toda narrativa oral é necessário a interpretação do esquecimento, elemento essencial do que foi lembrado e transformado pelo depoente em história.

Nesta cidade ainda há muitos esquecimentos, e muitas memórias a serem resgatadas. A cidade de Sento-Sé é contada pela sua sociedade, que sofre pressões, influências sociais e culturais capazes de pincelar sua memória e representação histórica.

Como Jerusa Pires afirma :

> "(...) A dupla esquecimento e memória, portanto, é apenas uma aparente oposição. Numa grande medida, estas oposições são instrumentos conjuntos e indispensáveis em projetos narrativos que dão conta de eixos do conflito. Há também o caso de, no corpo da própria narratividade, formarem-se núcleos em que lembrar é um fluxo, um processo, uma razão de ser e o ato de esquecer se faz o pivô daquilo que se desenvolverá , detonando uma série de transformações ou a transformação.(...)"[12]

Assim, o passado faz parte do presente de cada um, enquanto produtor de sua própria história. E a memória do município de Sento-Sé é produzida, concebida e preservada pelos seus próprios habitantes e seus imaginários ideológicos. Bem como os elementos que estes reproduzem em seus depoimentos e lembranças do passado. Vivo em suas vidas no momento presente.

A construção da Barragem do Sobradinho aguçou nos moradores a necessidade de preservação de toda uma memória perdida na inundação. Este discurso se faz presente no depoimento da habitante Hildene Sento-Sé quando disse:

> "A gente se apega àquilo que é nosso, porque de alguma forma faz parte da construção de uma vida, que queira ou não, naquele

[2]2 12 In:FERREIRA.Jerusa Pires. *Armadilhas da Memória(conto e poesia popular).* Salvador-BA. Casa de Jorge Amado, 1991

momento, estava sendo deixada para trás. Mas que para sempre vive na minha memória...".[13]

Conclusão:

O artigo é de extrema importância para compreensão do que é a história de Sento-Sé.Os objetivos aqui propostos por mim, estão em andamento, bem como os seus desdobramentos ainda estão sendo desenvolvidos. Como se propôs, as necessidades de se desenvolver e conhecer Sento-Sé, através da oralidade é essencial e, entrelaça-se com os fluxos e meandros de conhecimento da memória. E, dos ramos da história que a estudam.

Os objetivos mais gerais até então alcançado foram, o resgate da história destes habitantes, de sua memória, dos mecanismos para a inserção da barragem, do poder da família Sento-Sé e de sua influência. Influência, como se pode perceber, decisiva na historicidade deste local e, na maneira de pensar dos sentossesenses. Inclusive, entrelaçando-se com a memória coletiva, tendo como base suas próprias vidas e experiências armazenadas em relatos orais.

Sobre a história oficial deste município já se sabe muito, mas, sobre a história das vidas dos seus habitantes ainda há muito a descobrir. E, se a cidade não passa de muros e concreto sem a vida das pessoas que a habitam, como a história desta passaria, ou aconteceria, sem ela? Algo improvável.

Há, por minha parte uma necessidade de perceber como a memória individual é parte da coletiva, e como estas duas são as bases da identidade e da formação, em todos os âmbitos, cultural, social, econômica,etc. , para este ambiente urbano. E é esta hipótese que justifica toda a pesquisa. Bem como algumas outras apresentadas ao longo da introdução e do desenvolvimento.

Dentre estas, está o papel da oralidade como registro do espaço da comunidade. Isto porque não há comunidade que se desenvolva e interaja sem a utilização da comunicação oral. Trabalhar com História Oral, é portanto, uma forma de velar o passado desvelando seus silêncios e esquecimentos. Baseando-se, todavia, em um intercâmbio entre os sujeitos históricos.

Base que envolve toda uma linguagem corpórea, marcada pelas vozes, pelos hábitos, pela rotina, pelos amores e ambições sociais. O trabalho com a oralidade permite

[3]3 13 Depoimento concedido pela Senhora Hildene Sento-Sé, no dia 25 de novembro de 2007.

a interpretação que vai além do enunciado escrito. Permite o contato vivo com o sentimento explicito, e com a história em movimento. Em cada lágrima, sorriso e palavra das fontes vivas. Fontes estas que são o objeto de estudo principal da História: o sujeito.

A oralidade assim, esta espalhada pelo ambiente. Ela é quem organiza as relações de trabalho, o lar, a rua, a família e toda a produção histórica oriunda dos encontros entre os sujeitos e seus variados interesses (comuns ou não). O depoimento em sua originalidade revela o modo de ver especial de seu interlocutor daquele fato histórico. E assim fundamenta as justificativas de se interagir a historia com o meio ambiente, com o poder, com o imaginário e com a cultura de cada sociedade.

Futuramente ainda há muito a se pesquisar. Recentemente nova fontes foram adicionadas a minha pesquisa fruto de diálogos com a CHESF e de incursões a arquivos da cidade do Salvador (Bahia). Descobri um acervo na cidade no ano passado (2008) que estou sistematizando devidamente e estas novas fontes, dos arquivos de Salvador, também estão passando pelo mesmo processo.Ainda há alguns depoimentos a serem inclusos, bem como seus devidos conteúdos. O que explica algumas perguntas que possivelmente foram levantadas neste artigo e que não obtiveram respostas no mesmo.

Um problema enfrentado por mim e que não há como resolver a curto prazo é a ainda recente fonte que me utilizo para a minha pesquisa. Trabalhar com fontes do século XX requer uma cautela para não cair em erros de narrativa e jornalismo. Transformando a pesquisa em um mero relato sem embasamento teórico e histórico (principalmente). Estou tomando esta precaução. E para tal me remeto a outros trabalhos já realizados sobre o tema em outros períodos históricos menos recentes (como se pode averiguar na bibliografia).

A Historia das Cidades é trabalhada com a utilização da História Oral para revelar o que Ana Lúcia Duarte Lanna em Um cidade na Transição Santos: 1870-1913 cita da seguinte forma:

> “Como disse Giuliu Argan, a cidade
>
> Não é apenas um traçado regular de um espaço, uma distribuição ordenada de funções públicas e privadas, um conjunto de edifícios representativos e utilitários. Tanto quanto o espaço arquitetônico, com o qual de resto se identifica, o espaço urbano tem seus interiores. São espaços urbano o pórtico da basílica, o pátio e as galerias do palácio público, o interior da Igreja. Também são espaço urbano os ambientes das casas particulares; e o retábulo sobre o altar da igreja, a decoração do quarto de dormir ou da sala de jantas, até o tipo de roupas e adornos que as pessoas usam.”.14

Sendo assim, estudar e pesquisar cidade é pesquisar e estudar a vida em movimento puro. Observar os atalhos da memória, olhar a contrapelos o que é dito

oficialmente, interpretar os depoimentos e muitas vezes se utilizar de poesia e literatura para compreender apaixonadamente as relações entre os sujeitos e o meio em que vivem. Estes tipos de pesquisas permitem que uma série de preconceitos e tabus, principalmente em relação a fontes e ao fazer historiográfico, venham sendo quebrados por mim.

Ao longo desta pesquisa descobri os laços estreitos entre o não oficial e a história, e principalmente vi o quanto a história é uma invenção. E dizer que fazer história, ou que a história é uma invenção, é inventar, não estou dizendo que a História é uma grande mentira. Não ela não é, mas também não é uma verdade absoluta. Está sempre se acrescentando novos pontos de vista, novos dados, novos números, novas estatísticas, novos imaginários, novas dimensões e interpretações a pesquisa que algum historiador começou e a vivência de quem permeia estas pesquisas. Estes sujeitos são o foco, e se o próprio foco está sempre em transformação e em reinvenção, suas produções não poderiam estar recheadas de verdades inacabadas e reorganizadas.

Assim,

> " O imaginário urbano, em primeiro lugar, são as coisas que o soletram. Elas se impõem. Estão lá, fechadas em si mesmas, forças mudas. Elas têm caráter. Ou melhor, são "caracteres" no teatro urbano. Personagens secretos. (...) Por subtrair-se à lei do presente, esses objetos inanimados adquirem autonomia. São atores, heróis de legenda.Organizam em torno de si o romance da cidade. (...)" 15

---

14. ARGAN, Jiuliu. In: LANNA, Ana Lúcia Duarte. Uma Cidade em transição Santos:1870-1913.SantosSP. HUCITEC,1996.

15. CERTAU, Michel. *A invenção do Cotidiano*. Petrópolis-RJ.(vol.2). Martins Fontes, 1991.

Referências bibliográficas:

BARROS, Henrique. *Avaliação dos impactos sócio-econômicos da implantação do projeto Sobradinho*. Recife: FUNDAJ/ IPS/Departamento de Economia, 1983.

BARROS, José D' Assunção. *O Projeto de Pesquisa em História: Da escolha do tema ao quadro teórico.* Petrópolis-RJ. Vozes, 5 Ed. Vozes, 2009.

BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas I: Magia e técnica, arte e política.* 5 Ed., 3. Reimpressão. Brasiliense, 2000.

BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas II: Rua de Mão Única.* 5 Ed., 3. Reimpressão. Brasiliense, 2000.

BOMFIM, Juarez D. *Movimentos sociais de trabalhadores do Rio São Francisco*. Scripta Nova, Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Universidade de Barcelona, Nº. 45 (30). Barcelona: Espanha, Agosto-1999.

CERTAU, Michel. *A invenção do Cotidiano*. Petrópolis-RJ. (volumes 1 e 2). Martins Fontes, 1991.

FERNANDES, Ana. (org). *Cidade e História*.

FERRARA Lucrecia D'Allessio. *As Máscaras da Cidade*. São Paulo-USP.

FERREIRA.Jerusa Pires. *Armadilhas da Memória(conto e poesia popular).* Salvador-BA. Casa de Jorge Amado, 1991.

LANNA,Ana Lucia. *Uma Cidade em transição: Santos: 1870-1913*.Santos-SP. HUCITEC,1996.

MEIHY, José Carlos Sebe. *Manual de História Oral.* São Paulo- SP. Loyola, 1996.

PORTELLI, Alessandro. *O que faz a história oral diferente.* Projeto de História, São Paulo,Fevereiro de 1997.

SENA, Consuelo Pondé de. *Cortes no Tempo.* Salvador- BA. Memorial das Letra,1997.

SILVA, Bárbara-Cristine Nentwing. *Cidade e região no Estado da Bahia.* Salvador, BA, EDUFBA, 1991.

SIQUEIRA, Ruben. *O que as águas não cobriram***.** João Pessoa: Mestrado em Ciências Sociais/UFPB, Dissertação de Mestrado, 1992.

SOJA,Edward. *Geografias Pós-modernas: A reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Zahar. Rio de Janeiro.

THOMPSON, Alistair. *Quando a memória é um campo de batalha:Envolvimentos pessoais e políticos com o passado do exército nacional.* Projeto de História, São Paulo, 1998.

THOMPSON, Paul. *A Voz do Passado: História Oral*. Rio de Janeiro- RJ. 3 ed. Paz e Terra, 1992.

WILLIAMS, Raymond. *O campo e cidade*. São Paulo,SP.Companhia das Letras,1989.

WORCMAN, Karen. PEREIRA, V. Jesus. (coord.) *História Falada: Mémoria, Rede e Mudança Social.* São Paulo - SP. SESC SP: Museu da Pessoa: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo,2006.

Arquivo pessoal Família Sento-Sé. Sento –Sé- BA. 1974 – 1979.

Diário e Anotações pessoais do Sr5. Demóstenes Sento-Sé. Salvador-BA. 1974- 1979.

Arquivo Municipal da Prefeitura de Sento-sé. Sento-sé, BA. 2007.

Fontes iconográficas: Os Narradores de Javé; Fotos do Arquivo Pessoal da Senhora Vera Sônia Lins D' Albuquerque Sento-Sé. Salvador - BA. 1974 – 1979.

Fontes Orais (Depoimentos): Senhora Vera Sônia Sento-Sé no dia 22 de novembro de 2007 ás 15h; Senhora Hildene Sento-Sé no dia 25 de novembro de 2007 ás 17h; e Vera-Rita Lins de Albuquerque Sento-Sé, no dia 12 de junho de 2008 ás 14horas e 36 minutos.

www.pmsentose.com.br: Consultado ás 10h do dia 10 de Outubro de 2007.

www.sentoseonline.com.br: consultado ás 9h do dia 9 de Setembro de 2007.

Narrativas de professores: o que dizem os docentes do Instituto Federal de Educação de Santa Catarina (IF-SC) sobre o projeto integrador da instituição

Nelda Plentz de Oliveira*[202]

Ana Lúcia Guedes-Pinto**[203]

Introdução

Este trabalho é um desdobramento do estudo de mestrado em andamento na Faculdade de Educação da Unicamp, já aprovado em exame de qualificação, sobre a formação continuada de professores para a educação profissional dentro do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina(IF-SC), no Campus Florianópolis-Continente, considerando que os docentes nesta modalidade de ensino não possuem formação para o magistério, ou seja, não teem a formação pedagógica oferecida pelas licenciaturas. Os professores são engenheiros ou bacharéis.

O Instituto Federal de Santa Catarina – IF-SC, Instituição de ensino profissional, da Rede Federal Científica e Tecnológica, desenvolve e oferece formação profissional considerando os itinerários formativos: formação inicial e continuada, ensino técnico-integrado ao Ensino Médio, concomitante ou subseqüente, cursos de tecnologia e de pós-graduação. Tem como proposta pedagógica trabalhar o currículo de forma integrada, utilizando para tal a metodologia de projetos integradores.

Este estudo dá escuta às docentes[204] através das suas narrativas no tocante ao desenvolvimento de projetos integradores (PI).Nelas iremos identificar sentidos que as docentes atribuem à prática pedagógica que tem a pretensão de desenvolver os currículos de forma integrada, possibilitando ao aluno a percepção do entrecruzamento da teoria com a prática, de tal maneira que a prática resulte em uma produção de sentidos da teoria.

Metodologia

Este estudo apóia-se, principalmente, nos pressupostos teóricos da História Oral (HO) considerando as possibilidades que a metodologia proporciona ao dar escuta aos sujeitos entrevistados dando-lhes oportunidade de rememorar suas trajetórias de vida, situando no tempo e no espaço as vivências e acontecimentos que os constituem

---

202 *Mestranda em Educação pela Unicamp, pedagoga do IF-SC no campus Florianópolis-Continente

203 **Professora Livre-docente da Faculdade de Educação da Unicamp

204 O grupo pesquisado é composto por mulheres.

como docentes. Desta forma, reconstroem a sua história profissional a partir de elementos constitutivos da trajetória da instituição vividos por eles mesmos. Ezpeleta e Rockwel (1989), embora não se situem na perspectiva da História Oral (HO), chamam a atenção para a necessidade de "olhar" de forma acurada os eventos sociais que acontecem a partir dos sujeitos que executam a ação e constroem anonimamente a história.

Kenski [s.d], pesquisadora da educação, amplia o debate sobre o papel que a memória desempenha nos processos de reconstrução de trajetórias de vida. A autora destaca o quanto a memória da experiência como aluno pode atuar na docência do professor. Kenski [s.d] sinaliza a importância do enfoque sobre a memória para se estudar a prática docente.

Guedes-Pinto [s.d. pág. 3] diz que "*ao nos propormos reconstruir nosso passado (distante ou próximo) temos a oportunidade de repensarmos e ponderarmos a respeito de quem somos e de quem temos sido.[...]"* Continua a autora: "[...] *A rememoração possui essa força de nos colocar em xeque, de nos formular indagações sobre o vivido, sobre nossas escolhas e nossa experiência.[...]"* Essas considerações traçadas por Guedes-Pinto [s.d.] podem ser observadas no relato a seguir da professora:

> "*Quando nos foi apresentado o projeto integrador, eu achei um projeto tão legal! Eu disse: - nossa! Projeto integrador para aliar as unidades curriculares, pensar nessa ideia do aluno poder desenvolver alguma coisa um projeto de pesquisa, até um produto novo". (Melissa, docente de Panificação e Confeitaria)*

A HO nos possibilitou o contato com informações valiosas que não são possíveis de serem acessadas via fonte documental. Os relatos orais proporcionaram uma dinâmica revelando os processos de construção da formação docente em serviço, possibilitando trazer à tona a visão da escola a partir de um dos segmentos que a movimenta, neste caso, as docentes. Desta forma, a HO permite ao historiador do tempo presente a construção de aparatos que lhe possibilitem observar fenômenos que possivelmente não teriam visibilidade e não poderiam ser investigados por meio da abordagem historiográfica tradicional. Sobre esse aspecto do historiador do tempo presente, Chartier (2006, p. 216) faz algumas considerações:

> [...] *o historiador do tempo presente, é contemporâneo de seu objeto e portanto, partilha com aqueles cuja história ele narra as mesmas categorias essenciais, as mesmas referências fundamentais. Ele é, pois o único que pode superar a descontinuidade fundamental que costuma existir entre o aparato intelectual, afetivo e psíquico do historiador e o dos homens e mulheres cuja história ele escreve. Para os historiadores dos tempos consumados, o conhecimento histórico é sempre uma difícil operação de tradução, sempre uma tentativa paradoxal: manifestar sobre o modo de equivalência um afastamento irredutível. Para o historiador do tempo presente, parece infinitamente menor a distância entre a compreensão que ele tem de si mesmo e dos atores históricos, modestos ou ilustres, cujas maneiras de sentir e de pensar ele reconstrói.*

O estudo procurou dar visibilidade a todos os componentes constitutivos desse cotidiano como os espaços de sala de aula, laboratório, materiais elaborados pelos professores e planos de ensino. Buscou problematizar que impactos teem no desenvolvimento de atividades, proporcionando ou não a integração dos conhecimentos curriculares, nos cursos que o campus oferece identificando formas de "fazer". Utilizando-nos dos estudos de Certeau (1994), que põem em relevo as práticas culturais dos sujeitos procurando compreender como se "reapropriam" do que "consomem". (CERTEAU,1994, pág.41), procuramos também seguir esse mesmo olhar para os sujeitos da pesquisa. Por meio da escuta e dos registros de suas narrativas, buscamos compreender suas táticas de sobrevivência como professoras sem formação pedagógica que tinham a tarefa de formar seus estudantes.

Chartier (2003) também é um autor que ajudou a olhar para as narrativas das professoras e acompanhar, através de seus dizeres, suas formas de apropriação do projeto curricular do IF-SC. O autor que aponta para a

utilização que os sujeitos fazem dos materiais culturais que lhes são disponibilizados, como se apropriam de saberes trabalhados em formações de professores, por exemplo, no seu dia a dia e, a partir daí, consolidam práticas tradicionalmente construídas ou criam outras práticas culturais estabelecidas pelas relações de troca em sala de aula ou em grupos de professores, ou nas relações com a comunidade e com o próprio mercado profissional.

Para proceder às entrevistas utilizamos um roteiro, que foi analisado previamente e confrontado com a problemática da pesquisa e com os objetivos, partindo do pressuposto de que estas entrevistas se encarregam de contribuições importantes para a produção de dados a serem problematizados pelo estudo.

A utilização de um roteiro para as entrevistas permite ao pesquisador e ao entrevistado a possibilidade de estabelecer um clima de "conversa", favorecendo a coleta de um maior número possível de dados, em um menor tempo, sem necessidade, entretanto, de seguir um roteiro rígido. Tal roteiro organiza os assuntos a serem tratados possibilitando o encadeamento das questões. Assim, a entrevista pode transcorrer em tom de diálogo, de conversa, "*uma entrevista é uma troca entre dois sujeitos: literalmente uma visão mútua*. [...]" (PORTELLI, 1997). Guedes-Pinto (2002) e Thomson (1997) abordam essa questão de os processos rememorativos proporcionarem aos sujeitos que dele participam favorecer um tal grau de reflexão que se torna, ele mesmo, um momento formativo.

O universo da pesquisa se constitui no Campus Florianópolis – Continente, com uma participação de seis docentes da área de Alimentos e Bebidas, que é constituída pelos cursos de Cozinha, Serviços de Restaurante e Panificação e Confeitaria. O período a ser pesquisado corresponde à implantação do *campus* com a chegada dos professores (2007), até o início de 2010.

Projeto integrador: o que dizem as professoras

O IF-SC preconiza em seu Projeto Pedagógico Institucional (PPI)[205], os projetos integradores (PI) como forma de oportunizar a flexibilidade de desenvolvimento curricular. Uma das propostas para viabilizar o projeto se baseia nos temas geradores:

> "[...] algumas possibilidades para a organização do trabalho educativo, na perspectiva da flexibilização curricular são os Projetos Integradores (PI), a abordagem Ciência, Tecnologia e Sociedade (Estudos CTS) e a organização de atividades pedagógicas a partir de Temas Geradores.[...] Temas geradores: as atividades pedagógicas são organizadas a partir de temas para promover o contato do aluno com situações reais." (IF-SC,2009).

A discussão sobre o desenvolvimento de currículos integrados é tema retomado nos anos de 1990 com as discussões reformistas. Salientamos que esta não é uma discussão recente. Em diferentes tempos históricos, os pesquisadores e teóricos do currículo questionam e apontam formas de trabalhar a integração curricular.

O PI, como metodologia de ensino vinha sendo desenvolvido, inicialmente, pela área de Mecânica do campus Florianópolis e tinha relatos muito positivos e a divulgação de suas experiências exitosas, principalmente porque seu trabalho final resultava em um produto, como por exemplo, a montagem de uma máquina de fazer macarrão. Tal fato motivou a sua orientação para toda a instituição como alternativa à integração do currículo de um determinado curso, módulo ou semestre e, também, possibilitar a conexão entre teoria e prática na EPT. Tal metodologia baseava-se na

---

205 Pode ser acessado em http://www.ifsc.edu.br

teoria de Fernando Hernández, pesquisador espanhol (1998) sobre a Pedagogia de Projetos como possibilidade de transformação não somente da sala de aula, da escola como um todo e da comunidade na qual ela está inserida, pois o objetivo é que os projetos ultrapassem os muros da escola abrindo espaços para aprendizagens significativas para o aluno, para o docente, para a instituição e para a comunidade.

Espera-se que, ao participar de um projeto de trabalho, o aluno vivencie os conhecimentos/teoria de forma integrada à prática e deixe de ser um ser passivo, que apenas recebe e devolve o que aprende, mas dessa forma, apropria-se do que aprende, principalmente, dos conhecimentos estruturados culturalmente e nessa ação torna-se um sujeito cultural.

Hernández (2008) faz ajustes à sua obra chamando a atenção para a necessidade de romper com o que está instituído e que não há possibilidade de desenvolver um trabalho pedagógico voltado para "estratégias reformistas" ou para a manutenção de uma sociedade globalizante. Para o teórico não se trata de uma simples técnica, mas muito mais de uma postura que busca transformar os atos de ensinar e aprender."[...] *convido a romper a lógica hegemônica sobre o pensar sobre a educação* [...] (Hernández, 2008, pg.44).

Ainda,

> *"[...] considero a organização da escola, aceita como a única sobre a qual é possível pensar, se fundamenta como uma narrativa sobre o sujeito que conceitualiza e racionaliza a dominação sobre um Outro – aluno, professor – que é considerado carente de sentido e saber. Um Outro que é colocado na busca da racionalidade científica – como guia e meta" [...] (Hernández, 2008, pg. 49)*

A possibilidade de realizar um trabalho que não tenha significado para o aluno, preocupação apontada por Hernández (2008), se expressa na narrativa das professoras:

> *"Eu me encantei com o projeto integrador, logo de início e trabalhei na unidade curricular do projeto integrador. Mas teve uma receptividade completamente diferente pelos alunos. Não sei bem se foi o nosso público do Curso Panificação [...] O Curso de Panificação teve certa resistência com o projeto integrador. Muitos alunos desistiram do curso por causa do projeto integrador tinham um medo terrível do projeto integrador, então criou uma resistência uma coisa que nós professoras da unidade curricular não conseguíamos entender o porquê." (Melissa, docente de Panificação e Confeitaria)*

> *"[...]Eu acho que a gente consegue no máximo integrar o conhecimento dos professores que estão ali naquele momento. Não sei se ele faz essa integração tão forte.[...]"(Luiza, professora de Serviços de Restaurante)*

As práticas pedagógicas com ideia de inovação pautadas no desenvolvimento de aprendizagens significativas não conseguem garantir o sucesso esperado com a integração curricular, apesar de se esperar que haja um ganho no processo de ensino e aprendizagem. Veiga-Neto (2008) chama a atenção para as práticas de trabalho na sala de aula que surgem para a escola como "remédios" para "salvarem a educação e a sociedade". O autor questiona as propostas que proclamam soluções fantásticas para os desafios que a instituição escolar enfrenta.

A fala da professora Carolina mostra o quanto é complexa a implantação de uma proposta diferenciada e o quanto pode ser equivocado acreditar que tudo vai funcionar:

> *"O projeto integrador não ajuda a melhorar o curso, nesse não, eu não vejo melhoria, já discutimos no ano passado, mas eu não vejo melhoria, não integra, não consegue. O primeiro problema eu acho que é a carga horária de professor, porque fica quem pode, e não consegue integrar*." (Carolina, professora de Panificação e Confeitaria)

Diversos autores defendem a metodologia de projetos como forma de produção de significados e sentidos na apropriação dos conteúdos culturais abordados na escola. A integração curricular seria uma prática organizada a fim de evitar a fragmentação dos conhecimentos e em EPT isso se evidencia em relação à teoria e a prática da área profissional, como também em relação às unidades curriculares mais ligadas aos conhecimentos da área das humanas.

Ao planejarem os Cursos Técnicos do campus, os docentes inseriram o PI como uma atividade pedagógica que proporcionaria a integração dos conhecimentos trabalhados em cada módulo dos cursos ofertados no campus com a prática favorecida pelos projetos.

Da possibilidade de integração a realidade

> *"Discutiu-se bastante o PI dentro de um grupo semestre passado. Eu falei:- não, a gente tem que sugerir três professores, um tem que entender bastante de vinho, outro tem que ter bastante conhecimento de gestão, o outro tem não sei o que. Temos que chegar os três com bastante ideias para os alunos. [...] Começar a abrir mais possibilidades e isso vai gerar um evento no final do PI. Podemos deixar ser um evento, não precisa ter um papel escrito, um banner. Alguns professores dizem que não é pesquisa, se o PI não é pesquisa cientifica, por que encaixotar num papel? Se não é pesquisa, porque pesquisa a gente começou a fazer porque pesquisa só não é cientifica porque não tem um método uma metodologia que garanta mais pesquisa. Pesquisa numa revista qualquer é uma pesquisa. Eu estou pesquisando a mais em que nível? O nível dele {do aluno} não é o meu de doutor, é o nível do aluno, que faz cinco anos que não estuda e tem uma escolaridade horrível lá no fim do mundo, mas é uma pesquisa."(*Luiza, docente de Serviços de Restaurante)

A narrativa exposta acima revela os questionamentos que o PI emerge nas discussões das professoras e na realização da proposta. Também traz à tona o quanto o corpo docente procura dialogar com a proposta trazida pela instituição e buscar meios para trabalhar satisfatoriamente com os estudantes.

Dentro do campus há divergências sobre as linhas adotadas no desenvolvimento do PI e elas revelam-se na execução do projeto:

> *"Os professores que trabalham com o projeto integrador estão a cada semestre também tentando moldar, ver o que é melhor para determinada turma. (...) nós tentamos dividir o projeto integrador nos módulos 1 e 2. No módulo I tentamos trabalhar mais as ferramentas que esse aluno pode utilizar para ele desenvolver um determinado trabalho de pesquisa. Como ele poderia utilizar um questionário, como citar uma referência de forma correta, como utilizar grafias diferenciadas, como fazer uma entrevista, métodos de pesquisa diferentes, uma pesquisa qualitativa. Mostramos todo esse mundo que ele pode empregar para desenvolver um trabalho de pesquisa.*
>
> *No módulo II ele pode realmente optar por fazer um trabalho simplesmente escrito, realizar uma busca de referências documentais, bibliográficas. Uma pesquisa escrita discorrendo*

> *sobre aquele tema, ou fazer uma pesquisa onde ele possa criar algo novo e muitos optam por isso. Fazer análise sensorial, fazer uma pesquisa onde eles desenvolvam um produto novo para um público específico. Então, o que percebemos é que realmente o projeto integrador deve passar por várias unidades curriculares. Por isso sempre tentamos fazer com que o aluno traga conhecimentos de várias unidades. Tem que pensar na higiene, tem que pensar na parte ambiental, tem que pensar na parte de custos, tem que perceber como tais conhecimentos permeiam por essas unidades curriculares que ele teve ao longo do curso, que ele possa realmente utilizar vários conhecimentos de unidades curriculares distintas focalizando um mesmo projeto."* (Melissa, professora de Panificação e Confeitaria)

Os dizeres da professora ressaltam a preocupação de se levar em conta o que os alunos trazem para as aulas.

Certeau (1994), já citado, pesquisador francês das práticas culturais, ao se posicionar frente às demandas da sociedade ocidental capitalista, apresenta uma forma de entendimento peculiar sobre o comportamento dos sujeitos ordinários. O autor acredita que os sujeitos ao consumirem os produtos apresentados a eles, fabricam outra coisa além do consumo esperado. Ou seja, ao consumirem, fabricam formas de uso dos produtos a eles impostos. Transgridem regras de uso, reinventam modos de empregar as mercadorias a eles dirigidas. Percebe-se nas narrativas várias destas formas de "fazer" que os professores empregam para conseguirem implantar, de algum modo, a proposta do curso.

> *[...] Hoje já conseguimos fazer, nós professores conseguimos fazer isso, pensar como integrar mesmo não tendo o professor. Hoje desenvolvemos um produto no segundo módulo. Fazemos o rótulo, que é do professor de nutrição, cuidar da parte do lixo, a embalagem, mas mesmo assim falta a participação desses professores. Os alunos percebem isso, a gente frisa bem no começo, que vamos trabalhar integração com nutrição, com higiene, mas muita coisa fica fora.* "(Carolina, professora de Panificação e Confeitaria)

Não se pode perder de vista a heterogeneidade existente na escola. Partindo, principalmente, do pressuposto que os sujeitos, além de serem dotados de características diversas, coexistem também com uma diversidade de sentidos que atribuem às práticas cotidianas, segundo destacam Ezpeleta e Rockwel (1989). A narrativa da professora traduz um pouco este pensamento:

> *"Há vários modos de se trabalhar o PI. Como temos poucos alunos que já são do mercado de trabalho na área de Alimentos, optamos por trabalhar a interdisciplinaridade deles lá no mercado de trabalho. Para eles vivenciarem isso lá através de uma metodologia científica. Não que isso seja pesquisa ou não, mas ele tem um método para fazer isso. Nesse contexto procuramos identificar no mercado de trabalho as relações que são do meio ambiente, as relações interpessoais, a parte técnica, a questão da sociedade e do trabalho, como essa pessoa é vista. Eu acho que o PI faz essa ligação, talvez o aluno não se de conta ainda, mas ele integra. Um professor da área técnica, um professor da ambiental e um da área da administração, ele integra. Agora se for apenas um professor ele nunca vai integrar, porque eu sei um pouco daquilo, mas não tenho o conhecimento aprofundado pra dizer para o aluno até onde ele deve ir naquele assunto. Ou outra metodologia que no início os professores estejam juntos, depois eles vão sozinho e um professor coordena as atividades, também dá. Daqui a pouco eles voltam e se reúnem para discutir, mas tem que ter professor de várias áreas."(Ana, professora de Cozinha)*

A fala da professora traz essa questão de o currículo procurar a integração tanto do conhecimento quanto entre os professores, Seu ponto de vista destaca a importância da convivência com áreas diferentes.

Para Ezpeleta e Rockwel (1989), os sujeitos incorporam as práticas e saberes em seu cotidiano de tal forma que o que está se colocando em prática é aquilo que o sujeito elaborou a partir do seu repertório acumulado historicamente e das apropriações que faz considerando seus contextos de vida e do meio social. Ocorre desta forma, o "entrecruzamento" entre o cotidiano e a história. Para Heller (2004, pág. 20) "*a vida cotidiana não está "fora" da história, mas no "centro" do acontecer histórico: é a verdadeira "essência" da substância social*." A professora Danieli conta o cotidiano e o específico de cada curso. Seus dizeres tocam nas diferenças entre cada um deles e também evidencia a particularidade da educação profissional estar antenada com o mercado de trabalho:

> *"[...] O que chegamos em comum é que estamos trabalhando nas áreas, nos cursos diferentes e que no superior de tecnologia existe a ciência instituída e profunda. No técnico ele está a caminho dessa busca, ele tem contatos com essa ciência, ele tem contato com registros, com ferramentas de pesquisa, não necessariamente fará uma pesquisa. Temos uma proposta de integrar as atividades curriculares, de olhar para o mercado e ver se o que fazemos está a contento ou não. Temos parado para pensar coletivamente e construído isso. Mas é algo que está em ebulição e em formação, até é bom que não esteja engessado."(Danieli, professora de Panificação)*

As tramas que dão contornos a tessitura do cotidiano escolar revelam como os sujeitos se apropriaram dos saberes produzidos a partir de interações com o conhecimento constituído historicamente e com aquele desenvolvido a partir destas relações sociais (sala de aula, reuniões de curso) e pelas necessidades produzidas pela ação pedagógica dão os contornos ao que está sendo tecido. A professora Melissa dá alguns indicativos:

> [...] "*Já tivemos altos e baixos dentro da unidade curricular do projeto integrador onde teve turmas que saíram trabalhos maravilhosos que todos se engajaram, buscaram desenvolver coisas novas, criaram produtos, foram atrás, fizeram trabalhos excelentes e outros que reclamaram constantemente do projeto integrador porque diziam que é um projeto que não leva a nada, eles não sabiam como fazer, que não sabiam a importância disso para o curso. " (Melissa, docente de Panificação e Confeitaria)*

Certeau (1985) diz que as práticas cotidianas seguem "itinerários heterogêneos" e mais que buscar a mesma "linguagem" que norteie esse fazer, neste caso, o PI. Há a necessidade de buscar "conexões" entre estas práticas, que se propõem a desenvolver um saber significativo. A heterogeneidade existente no grupo de professores pode servir para a produção de novas práticas ou reprodução daquilo que está instituído e que não faz sentido para quem realiza a ação. A professora Luiza chama a atenção para as várias pressões externas que atuam na proposta do curso:

> *"Também concordo que é impossível integrar todo o módulo, não tem como dizer que integrou tudo, vai da condução daqueles três professores, vai integrar o conhecimento e a abordagem e a competência ela que vai vir a tona quando eles falarem coisas que não veem na competência deles, então não vai ter essa contribuição, como é que eu vou falar da competência da Nelda ? Eu contribuí? Não. Chama a Nelda. Então, a gente chegou a essa conclusão, ai todo mundo defende que é a integração daqueles três professores, naquele momento. Teríamos que criar outro modelo como o Curso de Design do Campus Florianópolis faz que são coisas, objetos, mas eu não acho que o nosso PI sempre tem que resultar em produto. Porque nem sempre é um produto, então assim a área possibilita. O nosso nem sempre vai ser assim, a área de Serviços nem sempre tem coisas para serem criadas as coisas estão postas, tem coisas que são daquele jeito e outras coisas se descobre pela mudança social no setor de Serviço, porque o comportamento da sociedade faz com*

> *que você comece a... o Computador, agora todo mundo compra pela internet. Foi uma coisa espontânea do setor de vendas? Não foi! Foi uma coisa que veio surgindo com outro setor que trouxe isso para o setor de Serviços, não foram os agentes de viagens que resolveram: - não vamos mais abrir no balcão vamos abrir passagens aéreas por internet. Não foi! Foi o domínio daquela tecnologia que impôs isso sobre o setor de passagens aéreas, então a interface é enorme, a questão econômica, diversas coisas, tem a questão social, cultural."(Luiza, docente de Serviços de Restaurante)*

Considerar que apenas uma das abordagens levantadas pelas docentes, no que concerne ao desenvolvimento do PI, exclui a validade dos demais trabalhos ou, que existe uma forma única de aplicá-lo seria subestimar o trabalho realizado através dos projetos. Torna-se necessário analisar as trajetórias de vida, a experiência e a formação das professoras em relação a esta metodologia de ensino.

A problematização que vem a tona nas narrativas evidencia o dilema vivenciado pelo novo e pelo incerto. O embate perpassa as áreas profissionais e suas especificidades, pela necessidade de adaptar o aluno ao currículo e não o contrário. Até que ponto o aluno pode expressar sua dúvida ou pode ser sujeito da pesquisa?

A contradição posta nas falas pode ser entendida como possibilidade de mudança considerando-se que a crise conduz a reflexão e abre perspectivas para novas aprendizagens.

As narrativas das professoras revelam a forma como foram se inserindo no PI e elaborando no seu cotidiano a proposta de integração do currículo. Percebe-se em diferentes falas que, a partir de seus contextos culturais e históricos, se apropriaram de uma metodologia e elaboraram outras formas de fazê-la, procurando adiar também o diálogo com as demandas do mercado e com os saberes anteriores dos estudantes.

Somente o PI integra? Outras atividades integram

> *Outra atividade que funciona bem aqui que não é o PI é a ambientação*[206]*, e ela funciona muito bem, e funciona como integração. Se colocar só o professor de cozinha na ambientação pra ele só largar prato, vai ser só isso, mas como tem a professora de Ambiental que vem ali, tem as meninas da nutrição e da higiene, agora a gente pediu para o professor das relações interpessoais também participar, então ele integra na prática e o outro sobre um olhar teórico.* (Ana, professora de Cozinha)

Para Viñao Frago, pesquisador espanhol, (2006) a cultura escolar constitui-se de mudanças, mesmo que imperceptíveis, elas acontecem. O pesquisador chama a atenção para o fato de que as mudanças acontecem mesmo sem reformas educacionais, pois historicamente observamos a implantação de reformas que não produziram mudanças. Viñao Frago trabalha a ideia de que não se muda a escola de uma hora para outra. A cultura escolar se constitui de mudanças à medida que as professoras imprimem sua percepção do que lhes está imposto e produzem novas mudanças.

---

206 Ambientação profissional é uma atividade dentro do currículo, onde os alunos simulam um ambiente profissional - neste caso, uma cozinha, um restaurante ou um café ou confeitaria, com clientes a espera de uma refeição.

> *"(...) Vejo que tem outras atividades que fazem mais integração do currículo, como essa parceria que eu faço com a professora de Arte e Cultura, que integra os dois cursos, o Técnico de Serviços e o de Cozinha. Podemos dizer que é uma prática Intercurricular. Os alunos do Curso de Cozinha hoje falavam: "- nossa, a gente podia fazer mais aulas assim", com os olhos brilhando. Fazemos essas aulas duas vezes no semestre, pois na atual estrutura não há como fazer mais. Sugeri para a professora, que inicialmente disse que não podia fazer, não queria fazer e tal. Ela começou, gostou e está querendo ampliar e fazer mais, porque aí a gente vê que eles entendem aquela importância da mesa, do talher. [...] então eu vejo que essas coisas aproximam e aproximam os dois universos, e eu vejo que essas atividades são mais integradoras que o projeto. [...] interdependente*
>
> *Ainda não sabemos direito o que fazer no PI e que ao mesmo tempo a integração está em outros pontos, na ambientação, por exemplo. Não ali em atividades que a gente vê bastante. Às vezes a professora de ambiental está trabalhando com o professor de bebidas, porque ele gosta da parte ambiental. Da mesma forma está trabalhando com a professora de Cozinha que gosta da atividade ambiental, essas atividades que se criam dentro das unidades."* (Luiza, professora de Serviços de Restaurante)

Importante ressaltar que o campus Florianópolis - Continente trabalha em EPT, com o Eixo Tecnológico Turismo e Hospitalidade que abrange as áreas de Alimentos e Bebidas e Hospitalidade. A cidade de Florianópolis e sua região metropolitana teem uma vocação para o turismo proporcionado pela sua orla marítima e colonização tipicamente açoriana. Como dito antes, pesquisas recentes realizadas pelo campus apontam para o amadorismo profissional no segmento de turismo. As possibilidades de realização de estágio ainda são muito incipientes nesta área. Pergunta-se então, como o currículo desenvolvido pela escola estabelece relações com o social? Mais do que adequar a escola é preciso trabalhar como se dão as relações no contexto social. Acreditamos ser este um desafio a ser enfrentado pela instituição, pois a cultura escolar ultrapassa os muros que separam a escola do mundo do trabalho.

Referências bibliográficas:

BRASIL. www.planalto.gov.br/ccivil/legislacoes.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano.** 1. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHARTIER, Roger. **A visão do historiador modernista**. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). ***Usos e abusos da história oral***. 8. ed., Rio de Janeiro: FGV, 2006.

CHARTIER, Roger, Trad. de Maria de Lourdes Meirelles Matêncio. **Formas e Sentidos, Cultura Escrita: entre distinção e apropriação**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2003

EZPELETA, Justa; ROCKWELL, Elsie. **Pesquisa participante**. São Paulo: Cortez e Autores

Associados, 1989.

GUEDES-PINTO, Ana Lúcia [s.d.].**Memorial de formação: registro de um percurso**. Disponível em http://www.fe.unicamp.br/ensino/graduacao/downloads/proesf-AnaGuedes.pdf [acessado em 13/06/2011]

GUEDES-PINTO, Ana Lúcia. **Rememorando trajetórias da professora alfabetizadora: a leitura como prática constitutiva de sua identidade e formação profissional**. Campinas: Mercado de Letras: UNICAMP (FAEP), São Paulo: Fapesp, 2002.

HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a História**. 7ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2004, pág.20.

HERNÁNDEZ, Fernando; VENTURA, Montserrat. **A organização do currículo por projetos de trabalho: o conhecimento é um caleidoscópio**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

KENSKI, Vani. [s.d.] **Memória e Prática Docente**. Campinas: Centro de Memória-Unicamp.

PORTELLI, Alessandro. Forma e significado na História Oral: A pesquisa como um experimento em igualdade. *IN* Projeto História nº 14, São Paulo: Educ., 1997.

SANCHO, Juana Maria; HERNÁNDEZ, Fernando (Org.)**. Tecnologias para transformar a educação.** Porto Alegre: Artmed, 2008.

TOMSON, Alistair. Recompondo a memória: questões sobre a relação entre História Oral e as memórias. *In Projeto História.* São Paulo: EDUC, nº 15, abril, 1997.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Crise da modernidade e inovações curriculares: da disciplina para o controle**. *In:* PERES, Eliane, et al (Org.). ***Trajetórias e processos de ensinar e aprender: sujeitos, currículos e culturas.*** 1ª ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008, p. 35-58.

VIÑAO FRAGO, Antônio. **Culturas escolares, reformas e innovaciones: entre la tradición y El cambio**. (texto divulgado pelo autor e ainda não publicado; 2006).

História e Memória do Cine Palácio Campo Grande, a importância das entrevistas.

William de Souza Vieira[207]

1- O CINE PALÁCIO CAMPO GRANDE

O Cine Palácio Campo Grande foi inaugurado no dia 9 de agosto de 1962, localizado na Rua Augusto de Vasconcelos nº 139 na região central do Bairro de Campo Grande, Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, permanecendo desta maneira até o ano de seu fechamento em setembro de 1990. O cinema exibiu por quase quatro décadas uma infinidade de filmes, dos mais variados gêneros e, como a maioria das salas dos subúrbios, está localizada a apenas alguns metros da via férrea. A capacidade do cinema quando foi inaugurado era de 1950 lugares, porém o Sr. Fernandes (ex-dono do cinema) afirma que a sala fora construída para atender cerca de 2.000 pessoas. Segundo consta em um dos documentos do processo de tombamento (RIO DE JANEIRO, 1990), e informações de documento escrito pela Sr.ª Othonira esposa do Sr. Fernandes. Ao fechar as portas possuía cerca de 1749 lugares, mesmo com sua capacidade reduzida, ganhou o título de maior cinema do Rio naquele período.

A venda do cinema para IURD ocorreu em meio a um processo confuso, pois até hoje os antigos donos afirmam que venderam o cinema para uma pessoa que depois repassou para a IURD sem que eles soubessem, tanto o Sr. Fernandes como a sua esposa a Sr.ª Othonira, me apresentaram uma série de documentos que comprovam a sua versão, a de que foram enganados, esse material foi usado em minha dissertação, mas não cabe aqui uma discussão sobre esse processo, pois nosso objetivo é exatamente confrontar os diferentes depoimentos que foram colhidos sobre o significado do cinema para a comunidade.

2- ENTREVISTAS, MEMÓRIAS E O FIM DO CINEMA

Entre os meses de Fevereiro e Maio de 2009 realizei entrevistas com sete pessoas assim divididas e nomeadas:

Frequentadores do cinema: Sr. Odir Ramos, ator, diretor e jornalista; Sr.ª Lenora Soares, professora de História da rede pública e Sr. Sílvio Alves, Jornalista;

Participantes do movimento contra a venda do cinema: Sr. Tobias, educador popular e militante do movimento social participou ativamente das manifestações contra a venda do cinema; Sr. Osmir Pereira, Professor e militante participou ativamente do movimento contra a venda do cinema.

Ex-donos do cinema: Sr. Fernandes e Sr.ª Othonira.

As entrevistas foram gravadas e transcritas por mim mesmo, a única exceção foi o caso dos ex-donos que tive que recorrer a anotações e não pude publicar a íntegra de suas falas, porém a contribuição documental dos mesmos foi de suma importância para escrita do trabalho no que tange ao funcionamento e a venda do cinema, infelizmente não foram ouvidas pessoas ligadas a IURD.

As questões que foram feitas aos entrevistados dependiam de sua posição no agrupamento que realizei, por exemplo: para aqueles que frequentaram o cinema as perguntas estavam mais ligadas a sua relação e ao significado do cinema para cada um, o quanto aquele espaço teria marcado suas vidas.

---

207 Professor da Rede Municipal de Ensino da Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro. Doutorando em Memória Social pelo Programa de Pós Graduação em Memória Social-UNIRIO e Mestre em Memória Social pelo Programa de Pós Graduação em Memória Social pela UNIRIO.

As transcrições foram lidas por minha orientadora que fez algumas observações pertinentes com relação ao uso das mesmas no conjunto do texto.

Na construção do texto utilizei as entrevistas como elementos fundamentais na discussão sobre a memória e a história do cinema, compreendendo sempre a contribuição de diferentes autores e do debate existente entre a história e a memória, talvez não muito diferente daquele existente entre a história oral como metodologia e o uso de fontes documentais nas pesquisas históricas.

Nas entrevistas que realizei com pessoas da comunidade que frequentavam o cinema podemos perceber essas marcas, como na fala abaixo:

> *Eu creio que é uma relação umbilical afetiva muito forte porque acredito, eu não sei quando o cinema foi inaugurado exatamente, mais me recordo que no ano de 1962, eu vou pra 55 anos, eu era muito menino ainda, e nessa época eu fui ao cine palácio pela primeira vez levado pela minha mãe. E fomos assistir se não me engano a um filme dos mais, de maior bilheteria daquela época, que foi o Cleópatra e naquela ocasião eu fiquei maravilhado, porque eu não podia imaginar, que uma criança muito pequena, com uma coisa tão linda, um cinema gigantesco, maravilhoso, uma tela fantástica. (Sílvio Alves, 2009)*

O que está presente neste depoimento senão a clara manifestação de uma relação extremamente afetiva com o espaço do Cine Palácio Campo Grande, fato que ultrapassa meras explicações de significado, narrativa que remete viva a memória de um espaço que passou a fazer parte da vida e das emoções das pessoas.

Para Nora (1993) "a memória é a vida sempre carregada por grupos vivos". Em um limite tênue entre a memória e a história, compreendemos que a memória é nossa companheira neste processo de construção do passado, de compreensão dos elementos que nos revelam, *a posteriori*, diferentes facetas e aspectos do prédio que abrigou um cinema, um espaço que ultrapassava a diversão e propiciava o contato com elementos culturais.

Por outro lado Halbwachs (2004), concebe a memória como coletiva, existente somente no interior de grupos sociais.

As diferentes pessoas que ouvi nas entrevistas que realizei me permite ilustrar e confirmar essa proposição do autor. Percebo que dois elementos permitiam que as pessoas estivessem unidas: a memória do Cine Palácio e o fato de serem moradoras de Campo Grande, ou seja, comporem um mesmo grupo social do ponto de vista da moradia e da vivência em um bairro do subúrbio. É possível perceber como a memória coletiva impulsionada por este elemento de pertencimento a um grupo social se faz presente, podemos comprovar essa afirmação nas falas de alguns entrevistados:

"Eu creio que é uma relação umbilical afetiva muito forte", palavras do Sr. Sílvio ; "Primeiro como espectador desde garoto frequentando", fala do Sr. Odir ; "Eu me lembro da minha mãe mesmo me levar ainda quando criança", fala do Sr. Tobias.

Se para uma compreensão da memória como lembrança coletiva podemos nos referir aos depoimentos de pessoas que frequentaram o mesmo espaço e a partir dos mesmos observarmos uma construção coletiva da memória, os mesmos depoimentos vistos por outro aspecto nos permitem também encontrarmos divergências e acentuarmos a existência de uma memória individual ou então de uma potencialização política da lembrança, onde a força coercitiva do grupo não atua, mas sim o interesse e o uso da memória como elemento produtivo, ou então o que Huyssen (2000) chama de febre de memória.

O desejo ou a febre da memória pode, nesse caso, como argumenta o autor, significar um elemento de afirmação de uma coletividade, onde existe um suposto sentido para a luta pela preservação e consequentemente pela manutenção da memória do cinema. No entanto, mesmo considerando essa febre de memória muito questionável, em alguns pontos, Huyssen (2000) acha possível revertê-la em potência para aqueles grupos quase excluídos das memórias oficiais. Esse desejo de preservar pode ser observado nas entrevistas que realizei com participantes do movimento pela preservação do cinema quando foi vendido para a IURD.

Os depoimentos nos permitem perceber o desejo de preservar o prédio e ao mesmo tempo preservar o cinema.

Na entrevista do educador popular Tobias encontramos a versão pela manutenção do cinema como tal: "...a luta é para que o cinema continuasse existindo e continuasse exibindo os filmes que exibia... O objetivo da luta era a manutenção daquele espaço"

Na entrevista realizada com o professor Osmir Pereira, percebemos outro anseio: "Tudo bem, nisso procuramos se eu não me engano Marcelo Alencar pra fazer um tombamento que é garantia do cinema durante toda a existência. O Marcelo se comprometeu com a gente de fazer esse tombamento".

A ideia de que o tombamento garantiria a preservação do cinema como tal está presente nesta fala e neste desejo o que nos aproxima da contribuição de Huyssen (2000).

É essa febre de tudo preservar que pode contribuir para uma rememoração produtiva como afirma Huyssen:

> *Portanto, agora nós precisamos mais de rememoração produtiva do que de esquecimento produtivo. Em retrospectiva, podemos ver agora como a febre histórica da época de Nietzsche funcionou para inventar tradições nacionais na Europa com vistas à legitimização dos estados-nações imperiais e para dar coerência cultural a sociedades conflitantes no turbilhão da revolução industrial e da expansão colonial. Em comparação, as convulsões mnemônicas da cultura do norte do Atlântico de hoje parecem em grande parte caóticas e fragmentárias, à deriva através das nossas telas. (HUYSSEN, 2000, p.35)*

Essa "rememoração produtiva" a qual Huyssen se refere é um elemento que ajuda a compreender o papel importante da luta realizada pela comunidade no intuito de impedir a venda do cinema e que acaba por contribuir para preservá-lo, percebendo então uma ação política que dá um novo sentido a essa febre de memória.

A febre de memória poderia então servir como contribuição para efetivas transformações, principalmente para aqueles grupos sociais que não têm sua cultura e história consideradas com relevância. A comercialização da memória poderia ser revertida em produtividade.

Desta maneira podemos perceber como as falas dos entrevistados podem nos ajudas a justificar a teoria sobre a memória, a partir daquilo que foi observado em seus depoimentos. Se por um lado a memória pode ser coletiva por outro ela pode ser individual sobre o mesmo fato, o que fica claro nos depoimentos de Tobias e do professor Osmir, ambos participantes da mobilização contra a venda do cinema. Enquanto para um a luta era para impedir a venda para outro a luta era pelo tombamento como forma de preservar.

O Cine Palácio Campo Grande foi vendido por seus donos em Agosto de 1990 e fechou suas portas em Setembro de 1990, e foi tombado como patrimônio cultural do município do Rio de Janeiro em Novembro do mesmo ano numa ação rápida do poder público. Logo após o anúncio da venda começou a correr um boato que dizia que o prédio se transformaria em uma igreja, fato que foi confirmado meses depois, esse "boato-verdade", inspirou um movimento contra a venda do cinema que envolveu diversos grupos da região bem como partidos e políticos, essa informação ficou muito clara num dos depoimentos.

Em entrevista realizada junto ao professor Osmir podemos constatar o início da mobilização realizada no momento da venda do cinema:

> *Quando nós tivemos conhecimento que o Fernandes ia vender o cinema, nós o procuramos, uma comissão aqui, eu me lembro ainda do Antônio Abraão. E falou: Fernandes, você vai vender o cinema? É, não aguento mais, eu já to nessa idade. Eu não sei se o sogro já tinha morrido, eu não me lembro bem. Ele não tinha filhos. Eu quero descansar, já não aguento dois cinemas é muito pra mim. Aí nós falamos assim, então nós vamos fazer um movimento procurando ver se o estado ou o município assume o cinema. Aí começamos tudo, aí o Fernandes não faça isso. Pode deixar que eu tenho um compromisso, aí redigiu um documento dizendo que o comprador do cinema, só venderia pra quem se comprometesse a continuar como cinema. Tudo bem, nisso procuramos se eu não me engano Marcelo Alencar pra fazer um tombamento que é garantia do cinema durante toda a existência. O Marcelo se*

> *comprometeu com a gente de fazer esse tombamento e eu não sei se saiu até em diário oficial, não tenho muita certeza não, porque nós relaxamos, abrimos a guarda quando tivemos esse conhecimento de que ele era favorável a essa ideia, ta? E depois ele procuraria um meio de comprar até pro município, porque, diga-se de passagem, se eu não me engano, na mesma época, não to muito bem lembrado. Quando houve a invasão do Barbante, que pertencia ao Abrigo, eu como coordenador da FAMERJ e nós aqui o procuramos também pra uma solução pacífica da invasão e ele se comprometeu a indenizar o abrigo, tanto é que o Abrigo foi indenizado, aquelas terras deixaram de ser invasão de um particular pra ser uma invasão de propriedade do município, então aconteceu isso. Então nós estávamos com essa esperança também, né.*

Essa primeira mobilização aponta uma série de elementos consideravelmente importantes: O primeiro é a relação do ex-dono do cinema com pessoas da comunidade; em segundo lugar a fala do professor Osmir aponta uma rede de relação política com o então prefeito da cidade do Rio de Janeiro Marcelo Alencar, citado na fala; o terceiro elemento diz respeito à ideia de tombar o prédio como forma de não perdê-lo; o quarto elemento se refere à busca por uma forma de interferência do poder público na preservação do espaço cinematográfico.

As lembranças do professor Osmir sobre a luta pela manutenção do cinema podem ser percebidas e compreendidas por seus depoimentos.

A respeito das lideranças do movimento ele afirma que:

> *Era uma coordenação assim espontânea, né? Porque nós fomos muito inocentes na época, né? Em vez de nós criarmos assim como nós criamos pras diretas um comitê, devíamos ter criado um comitê pra defesa do cinema, nós deixamos muito solta a coisa, cada um fazia do seu lado, a gente se reunia e fazia atos assim isolados, né.*

Com relação ao abaixo assinado o professor Osmir afirmou: “Foi feito abaixo assinado, sim. Eu acho que fizemos e entregamos diretamente ao Marcelo Alencar. Eu não tenho muita certeza não, mais fizemos isso sim. Agora que fizemos apelo a ele eu tenho certeza sim. Diretamente”.

Sobre os resultados do movimento contra a venda do Cine Palácio Campo Grande podemos observar o que diz o professor Osmir:

> *O resultado era a esperança de que continuaria com o cinema. Essa era a nossa esperança. Aí de repente vem a igreja, não é? E a igreja veio com força, porque a igreja tinha um poder político muito grande. Na época eu me lembro que alguém falou que a igreja tava sendo financiada pelos Estados Unidos, naquela briga que havia entre o evolucionismo e o criacionismo, né? E tava sendo financiada e também era um grande desejo da época, dos americanos, principalmente Reagan, se eu não me engano, em combater a Igreja Católica por causa da teologia da libertação. Então dizem, eu não posso afirmar, porque isso é documento extra secreto, né, que houve financiamento direto do governo americano. Agora, não foi financiamento pra comprar o Cine Palácio Campo Grande não, mas foi financiamento para fortalecer a igreja e isso o dinheiro sobrou pra onde eles empregavam onde queriam.*

Em outras entrevistas encontrei relatos sobre o movimento que tentava impedir a transformação do cinema em igreja, como no trecho da entrevista de Sílvio Alves, jornalista e morador de Campo Grande:

> *[...] eu não estava fazendo parte deste movimento, então eu achei muito importante que se fizesse esse movimento eu não sabia exatamente quem eram as pessoas que estavam eu vi o nome do Tobias, não sei se ele estava nesse movimento, outro nome é do Ivan Paulo*

> *Fonseca que mora hoje em Maricá, acredito que ele tenha participado desse movimento. Foi em 1986 mesmo que o cinema fechou?*

A professora Lenora Gonçalves se refere a mobilização contra a venda da seguinte maneira:

> *Eu lembro muito sim do abaixo-assinado todo o lugar que você passava , nas ruas as pessoas comentavam, pediam para assinar, pra ver se a gente impedia esse fechamento, embora a coisa já tinha se concretizado. Inclusive eu me lembro de uma preocupação assim, já que era inevitável o fechamento, a compra já tinha sido feita, mas que houvesse uma preocupação em manter a fachada, né, houvesse um tombamento para que não se mexesse na estrutura do cinema numa possibilidade de que essa coisa, essa venda pudesse ser anulada, né. Então, que a igreja não mexesse na fachada.*

Outro entrevistado, o Sr Odir Ramos se referiu a mobilização da seguinte maneira: "Sim, sim, eu tive conhecimento, teve passeata, acho que mais à frente esteve o Celso Cordeiro, que foi meu sucessor no teatro, o Valdir Onofre, estivemos lá..."

O conhecimento sobre a mobilização é um indício importante de sua realização e de que ela permaneceu nas lembranças das pessoas que tiveram algum envolvimento com o cinema, no caso mais específico da professora Lenora, ela chegou a assinar o abaixo-assinado como pude constatar ao analisar os documentos do processo de tombamento.

O depoimento do educador popular Tobias sobre a mobilização contra a venda do Cine Palácio nos possibilita uma análise bastante interessante sobre o fato:

> *Das que me chamam mais a atenção, das que me lembram mais, por exemplo, os abaixo-assinados, a gente buscou reproduzir o máximo possível dos abaixo-assinados na época, e isso é bom que se diga que há 20 anos, fazíamos abaixo-assinados, hoje em dia o abaixo-assinado como instrumento de mobilização já não é tão utilizado. Eu confesso a você que não sei exatamente porque, mais nós entendíamos que o abaixo-assinado era uma possibilidade daquele indivíduo que ta lá no bairro, e que sabe do cinema, mais que não ta a fim, não se dispõe a vir para o centro de Campo Grande se mobilizar, mas o abaixo-assinado ia a ele. E isso nós fizemos muito. Por um lado, por outro lado nós temos consciência de que era importante ter documentos, de ter provas documentais e que a manifestação devia ser documentada para barrar a venda, pra impedir que fosse vendido, no fundo no fundo o que nós queríamos é que aquilo não deixasse de ser cinema, óbvio, não é então os abaixo-assinados.*

Esse relato apresenta uma nova e detalhada versão a cerca do movimento contra a venda do Cine Palácio.

Em outro trecho Tobias se refere a momentos distintos da mobilização:

> *[...] nós tivemos inúmeras manifestações no centro de Campo Grande, na rua do cinema, fizemos passeatas na rua do cinema, fizemos faixas, bandeiras, panfletos distribuímos pra comunidade, distribuímos nos pontos de ônibus, levando as pessoas a entenderem o que, que significava o fechamento do cinema, insisto como o fim de um instrumento, como o fim de um equipamento cultural importante que nós queríamos como povo organizado, não queríamos permitir que isso acontecesse, então basicamente isso os abaixo-assinados me lembro muito disso, mas lembro sobretudo das passeatas que fizemos no centro de Campo Grande.*

Desta forma a mobilização para reverter a venda do cinema envolveu diferentes alternativas de mobilização, compreendia-se que a adesão da comunidade contribuiria para exercer uma pressão para reverter o processo de compra do prédio pela IURD.

O depoimento de Tobias revela ainda como teria se processado a direção do movimento.

> *[...] agora ele não estava sozinho, porque na verdade não estava só o PT claro, vários outros grupos de artistas, grupos ligados a cultura de uma forma geral, associação de moradores, na época outros partidos políticos o PDT também estava, quer dizer na verdade era um grupo grande que tinha um comitê diretivo, vamos dizer assim que se reunia com freqüência para um pouco da linha, pra um pouco e acolher as propostas, mas a figura que mais me vem a cabeça nessa ocasião do grupo que eu fazia parte é do companheiro Chiquinho.*

No depoimento do professor Osmir encontrei um relato um pouco diferente sobre a composição da possível comissão que estaria à frente do movimento contra a venda do Cine Palácio: "Era uma coordenação assim espontânea, né? Porque nós fomos muito inocentes na época, né? Em vez de nós criarmos assim como nós criamos pras diretas um comitê, devíamos ter criado um comitê pra defesa do cinema, nós deixamos muito solta a coisa, cada um fazia do seu lado, a gente se reunia e fazia atos assim isolados, né".

Ainda nesta linha de relatos distintos sobre o mesmo fato podemos observar os depoimentos diferentes nos trechos abaixo:

Vejamos essa declaração do professor Osmir Pereira:

> *[...] Tudo bem, nisso procuramos se eu não me engano Marcelo Alencar pra fazer um tombamento que é garantia do cinema durante toda a existência. O Marcelo se comprometeu com a gente de fazer esse tombamento e eu não sei se saiu até em Diário Oficial, não tenho muita certeza não, porque nós relaxamos, abrimos a guarda quando tivemos esse conhecimento de que ele era favorável a essa ideia, tá?*

E agora a declaração de Tobias Tomines:

> *Porque veja... A luta é pelo não fechamento do cinema a luta é para que o cinema, na minha ótica, é a leitura que eu faço vinte anos depois, a luta é para que o cinema continuasse existindo e continuasse exibindo os filmes que exibia, veja pra nós, isto na minha ótica, se ele vai tombar e vai ser um shopping, se ele vai ser tombado e vai ser uma Igreja Universal do Reino de Deus ou católica, ou seja, na minha ótica isso não fazia diferença. O que nós não queríamos, nós não queríamos um prédio tombado, que diferença faz se a arquitetura continua igual, isso não fazia diferença pra nós se derrubasse o prédio e fizessem outro para ser um cinema nós ficaríamos extremamente felizes, por quê? Porque nós queríamos era o equipamento, não é, e não um prédio tombado.*

Duas formas de pensar o movimento, uma ligada a estratégia do tombamento como garantia de permanência do uso do prédio, o que não é possível, pois o tombamento não garante o uso mas sim a preservação do bem tombado; a outra mais pragmática no sentido de que a luta era pela manutenção do cinema.

São dois relatos bastante distintos que nos permitem perceber que o trabalho da memória é sempre árduo, difícil e que exige do pesquisador um cuidado redobrado. Neste caso o que nos interessa é que houve uma mobilização, existiu efetivamente um processo que tentou impedir que o negócio relativo à venda do cinema fosse concretizado, mas o resultado do movimento foi o tombamento do prédio.

CONCLUSÃO

Desta forma observamos que o uso das fontes orais consiste em elementos essenciais, pelo menos foi assim neste trabalho e na busca por informações que nos ajudassem a compreender alguns pontos fundamentais da pesquisa:

Primeiro a relação afetiva como cinema expresso em vários depoimentos e que demonstram o significado daquele espaço na vida de uma comunidade na periferia de uma grande cidade como o Rio de Janeiro; Segundo a relação de intimidade com o cinema foi e é ainda fundamental para a existência de uma memória sobre o mesmo; Em terceiro lugar essa relação afetiva associada a uma mobilização quase espontânea culminou com o tombamento do prédio, o que numa visão circular contribui para manter viva a memória do cinema, mesmo que naquele prédio com fachada de cinema funcione uma Igreja Universal; Em quarto lugar os depoimentos nos ajudaram a compreender que o movimento contra a venda do cinema teve pelo menos duas interpretações ou ações, uma que desejava impedir a venda do prédio e não estava se importando com seu tombamento e a outra que compreendia que o tombamento do prédio era importante para tentar salva-lo.

Todas essas e outras conclusões só foram possíveis com o uso das entrevistas e a tentativa de construção de uma história a partir da oralidade de quem viveu os acontecimentos, sempre levando em conta o lugar de cada depoimento. Desta maneira a conclusão do trabalho de pesquisa foi possível em função dos elementos já citados e que apontaram para nós inúmeras pistas e algumas conclusões.

Referências bibliográficas:

ALESSANDRA, Duarte. Sem cinema nem teatro em 43,5% do estado. **O Globo**. Rio de Janeiro, 27 junho de 2007. Segundo caderno. p 2.

AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **Usos e abusos da História Oral.** Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

CINE Palácio sai de cartaz hoje**. O Globo**. Rio de Janeiro, 30 de setembro. 1990. Zona Oeste. p. 10.

CLARK, Tereza. O fim do maior cinema do Rio. **O DIA**. Rio de Janeiro, 25 de março 1990. Caderno D. 1ª página.

GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera (Orgs.). **O que é memória social**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2005.

GONZAGA, Alice**. Palácios e poeiras**. Rio de Janeiro: Record, 1996.

HALBWACHS, Maurice**. A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

HUYSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória**: Arquitetura, monumentos, mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano,2000

NORA, Pierre**.** Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Proj. História**, São Paulo, nº10, p. 7-28, dez, 1993.

REINO de Deus ocupa o maior cinema carioca. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro.11 outubro.1990

RIO perde o seu maior cinema. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro. 26 de setembro de 1990.

RIO DE JANEIRO (RJ). Decreto nº 9862-A, de 28 de Novembro de 1990. Determina o tombamento provisório de exemplar arquitetônico que menciona. Publicado**. DO Rio de Janeiro**, 03 de abril de 1991.

RIO DE JANEIRO (RJ). **Processo de tombamento do Cine Palácio Campo Grande**. Instituto Municipal de Patrimônio, Secretaria das Culturas, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Outubro e novembro de 1990.

REFERÊNCIAS DAS ENTREVISTAS:

Entrevista concedida ao autor pela Sr.ª Lenora Gonçalves Soares no dia 12 de Fevereiro de 2009.

Entrevista concedida ao autor pelo Sr.Tobias Tomines no dia 04 de Março de 2009.

Entrevista concedida ao autor pelo Sr. Sílvio Alves no dia 09 de Abril de 2009.

Entrevista concedida ao autor pelo Sr. Odir Ramos no dia 13 de Abril de 2009.

Entrevista concedida ao autor pela Sr.ª Othonira Fernandes no dia 15 de Abril de 2009.

Entrevista concedida ao autor pelo Sr. Osmir Pereira no dia 25 de Maio de 2009.

HISTÓRIA ORAL DE VIDA DE PROFESSORAS DE BIOLOGIA: FORMAÇÃO, SABERES E PRÁTICAS DOCENTES E SUA RELAÇÃO COM OS CONTEXTOS POLÍTICO-EDUCACIONAIS

Iara Maria Mora Longhini[208]*

Graça Aparecida Cicillini[209]*

1- Saberes docentes, atuação profissional e história de vida

A partir da década de 1980, o desenvolvimento de estudos que enfocavam a pessoa do professor favoreceu o surgimento de pesquisas sobre sua trajetória de vida, seu desenvolvimento pessoal, as autobiografias docentes, estudos sobre suas carreiras e percursos profissionais, ganhando destaque o interesse pela subjetividade dos sujeitos envolvidos nos trabalhos (BUENO, 2002).

A respeito dos saberes docentes, tomamos como referência os descritos por Tardif (2002). Ainda segundo Tardif (2002), a aprendizagem do trabalho do magistério exige uma escolarização longa e tem a função de fornecer aos futuros trabalhadores conhecimentos teóricos e técnicos que o preparem para o trabalho.

A base de conhecimento dos professores é constituída por saberes que provêm de diferentes fontes, a saber: formação inicial e contínua, currículo e socialização escolar, conhecimento das disciplinas a serem ensinadas, experiência na profissão, cultura pessoal e profissional e aprendizagem com os pares.

Segundo pesquisas realizadas por Tardif (2002), os professores destacam a sua experiência na profissão como fonte primeira de sua competência, de seu "saber ensinar". Esses profissionais atribuem importância também a fatores cognitivos como sua personalidade, talentos diversos, o entusiasmo, a vivacidade, o amor às crianças, dentre outros. Portanto, os saberes profissionais dos professores parecem ser plurais, compósitos e heterogêneos.

Um outro fator que deve ser considerado no estudo dos saberes docentes são as dimensões temporais desse saber profissional, isto é, sua inscrição na história de vida do professor e sua construção ao longo de sua carreira. As experiências formadoras vividas na família e na escola ocorrem antes que a pessoa tenha um desenvolvimento cognitivo aprimorado para nomear e indicar o que ela retém dessas experiências.

Várias pesquisas têm evidenciado que boa parte do que os professores sabem sobre o ensino, sobre os papéis do professor e sobre como ensinar provém de sua própria história de vida, principalmente de sua socialização enquanto alunos (TARDIF, 2002, p.68). Portanto, podemos afirmar que parte importante da competência profissional dos professores tem raízes em sua história de vida.

Com base nessas ideias, Silva (2000) argumenta que não se pode mais simplesmente referir-se ao professor, sem pensarmos sobre o contexto de sua vida e o local onde se desenvolve sua profissionalidade. Entende-se, assim como Nóvoa (1992), que estas duas instâncias são indissociáveis, uma vez que a maneira como cada professor ensina está diretamente relacionada àquilo que ele é como pessoa e ao momento histórico que viveu.

---

208 *Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia – Doutoranda.

209 *Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia – Doutora.

Por sua vez, os trabalhos de Cavaco (1991) e Huberman (1992) indicam estreita relação entre o desenvolvimento pessoal e profissional, procurando evidenciar etapas, ciclos ou momentos da vida profissional que, muitas vezes, estão relacionados à fase de vida pessoal.

Cavaco (1991) apoia-se na ideia de que o professor, como ser humano, está sujeito a processos cíclicos, biológicos e psíquicos, e esses ciclos influenciam de maneira direta em todas as dimensões de sua vida.

Segundo destaca Huberman (1992), existem fases pelas quais passam os professores, geralmente, em sua trajetória profissional, as quais também se fundem à sua etapa de vida pessoal. São elas: o ingresso na carreira; o período de estabilização; a fase de diversificação; a fase de questionamentos; o período de serenidade e distanciamento afetivo; a fase de conservadorismo e lamentações; e, por fim, o desinvestimento na carreira.

Novos conceitos para a compreensão do trabalho docente surgiram com os estudos educacionais, cujas abordagens de pesquisa passaram a reconhecer o professor como sujeito, fazendo-se necessária a investigação de seus saberes sobre suas próprias ações e seus próprios pensamentos, caracterizando-os, inclusive, como sujeitos de um saber e de um fazer inerentes à profissão.

Concordamos com Souza e Fornari (2008), para os quais os estudos das histórias de vida, no campo educacional, centram-se na pessoa do professor, com ênfase nas subjetividades e identidades que as histórias comportam. Com a centralização dos estudos e práticas de formação na pessoa do professor, busca-se abordar a constituição do trabalho docente, levando em conta os diferentes aspectos de sua história (pessoal, profissional e organizacional); percebe-se então uma tomada de consciência que nos permite reconhecer os saberes construídos pelos professores, no seu fazer pedagógico diário, o que não era possível de ser feito, quando o modelo de formação de professores desprezava seu principal ator.

Para Goodson (1992, p.75), as vidas dos professores

podem ajudar-nos a ver o indivíduo em relação com a história de seu tempo, permitindo-nos encarar a intersecção da história da vida com a história da sociedade, esclarecendo, assim, escolhas, contingências e opções com que se depara o indivíduo.

As histórias de vida de professores em diferentes espaços e níveis de atuação e momentos da carreira não visam investigar a vida de indivíduos particulares, mas das singularidades que referenciam também uma cultura coletiva. Nesta pesquisa, a categoria investigada foi a de profissionais docentes de Biologia. Para tanto, apresentamos, a seguir, um breve retrospecto dos diferentes períodos pelos quais passou o ensino de Biologia, no Brasil, na época em questão.

2- Breve histórico do ensino de Biologia nos diferentes contextos político-educacionais

Na década de 1950, a Biologia era subdividida em Botânica, Zoologia e Biologia Geral, tópicos que junto com Mineralogia, Geologia, Petrografia e Paleontologia, compunham a disciplina História Natural. Na década de 1960, as Ciências Biológicas passaram a substituir os cursos de História Natural.

Como afirma Krasilchik (1996), na década de 1960, três grupos de fatores foram responsáveis pela mudança na situação do Ensino de Biologia, a saber: o progresso da Biologia; a constatação, em nível internacional e nacional, da relevância do Ensino de Ciências como fator de desenvolvimento; e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961, que descentralizou as decisões curriculares, até então, sob a responsabilidade da administração federal.

Neste período, a ciência sofreu significativa evolução e, ocorreram no Brasil e nos Estados Unidos movimentos com objetivos de melhorar o Ensino das Ciências, incluindo entre eles a Biologia. No Brasil, o trabalho em prol da melhoria do Ensino de Ciências foi a iniciativa de um grupo de professores da Universidade de São Paulo (USP), concentrados no Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBECC) que acabou por se difundir pelo país todo, criando os Centros de Ciências pelo Ministério da Educação.

Nos Estados Unidos, foi formada, no final da década de 1950, por iniciativa do *American Institute of Biological Sciences*, organização que congregava os biólogos americanos, a instituição *Biological Science Curriculum Studies* (BSCS), cujo objetivo era o desenvolvimento de programas educacionais especificamente para a Biologia.

No Brasil, o IBECC, que já se dedicava à preparação de materiais para o Ensino de Biologia, optou por adaptar também dois dos projetos do BSCS, ambos destinados ao então colegial. Foram adaptadas as versões Azul e Verde. A Azul analisava os processos biológicos a partir do nível molecular e a Verde centrava sua análise no nível de população e comunidades.

Segundo Krasilchik (1996), o ensino das Ciências, a partir da promulgação da lei no. 5.692 de 1971 estava voltado para a preparação de um corpo qualificado de trabalhadores, situação esta que acarretou no atravancamento de disciplinas de cunho científico nos currículos escolares em prol daquelas de cunho profissionalizante. No caso de Biologia, houve o esfacelamento. Como exemplifica Cicillini (2003), na segunda série do 2º grau, na década de 1970, em escola noturna do Estado de São Paulo só havia uma hora-aula semanal de 45 minutos, que ocorria na forma de prática de laboratório, e que era validada apenas com a presença dos alunos.

Em 1983, a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), como parte do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico – PADCT, criou um novo projeto para melhoria do ensino de Ciências e Matemática, passando a constituir o "Subprograma Educacional para a Ciência – SPEC", cujos objetivos foram, dentre outros, a melhoria do ensino de Ciências e Matemática, a melhoria na formação de professores e a implementação de novas metodologias.

Segundo Fracalanza (1992), na década de 1980, foram priorizadas novas diretrizes, como o movimento Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS), educação ambiental e a valorização dos aspectos cognitivos da cultura e do cotidiano do aluno, por exemplo.

Nos primeiros anos da década de 1990, segundo Krasilchik (1996), o ensino de Biologia teve incluído em seus currículos outros componentes curriculares, como Educação Ambiental, Programas de Saúde e Programas Especiais de Educação Sexual ou Combate às Drogas. Na segunda metade da década de 1990, foi promulgada a mais recente LDB, a de no. 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Nessa mesma década foram lançados os Parâmetros Curriculares Nacionais que trazem os temas transversais e que colocam as ciências em uma grande área chamada Ciências Naturais e suas tecnologias.

Com base neste breve retrospecto histórico é possível destacar que o papel que é requisitado ao professor de Biologia desempenhar modificou-se no período em questão, frente às diferentes tendências pelas quais a educação passou. A identidade docente e, por consequência, suas práticas profissionais foram construídas neste contexto de permanentes mudanças e sobre eles exerceu também influências.

3- O desenvolvimento metodológico da pesquisa

Esta pesquisa utiliza-se, metodologicamente, da História Oral de Vida que, segundo Meihy e Holanda (2007), se baseia em construções narrativas que não apenas se inspiram em fatos, mas vão além, admitindo fantasias, delírios, omissões e distorções.

Para a coleta de dados, o percurso foi o contato com professores conhecidos a fim de se questionar quem poderiam ser as pessoas entrevistadas que vivenciaram a prática como professores de Biologia, na educação básica, no período de 1960 a 2010, e que têm a história na memória dessa disciplina curricular, nas diferentes regiões geográficas do país. Desse modo, foram consideradas diferentes gerações, formações e atuações. A seguir, procuramos as professoras indicadas acima e agendamos as entrevistas. Outra forma de contato com as colaboradoras e realização das entrevistas foi a participação do VII Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências, em novembro de 2009, na cidade de Florianópolis/SC. Outras professoras foram entrevistadas em suas cidades, no próprio ambiente de trabalho, em suas residências ou na residência de uma das autoras deste trabalho. Vale destacar, então, que as colaboradoras desta pesquisa são profissionais envolvidas com pesquisa (seis delas presentes e entrevistadas no ENPEC e as outras três, embora entrevistadas em outros locais, com uma história profissional marcada pela pesquisa) e, muitas vezes, atuando na formação de professores, como é o caso de sete delas e o desejo manifesto de duas professoras que ainda não atuam no ensino superior.

Dentre as colaboradoras, na ocasião da pesquisa, uma residia na região Norte (Belém/PA), duas na região Centro-Oeste (Dourados/MS e Brasília/DF), uma na região Sul (Porto Alegre/RS) e cinco na Sudeste (duas na cidade do Rio de Janeiro/RJ, uma em Ribeirão Preto/SP, uma em Salto/SP e uma de Uberlândia/MG).

Desta forma, foram tomados dados das professoras, utilizando-se de entrevistas, com base nas seguintes frentes para análise: dados de seu percurso de vida pessoal, sua formação, seus saberes, suas práticas em suas experiências profissionais.

Após a realização das entrevistas, as transcrevemos literalmente e as enviamos para as colaboradoras, nos casos em que tínhamos dúvida quanto a conceitos inaudíveis para esclarecimentos.

Para a análise e interpretação dos dados, a estratégia foi a investigação narrativa, como descrita por Connelly e Clandinin (1995), utilizando-se de fontes orais que empregam a recriação das histórias dos participantes usando mecanismos estruturais, como plano, cenário, atividades, clímax e desenlace – textualização. Para esses autores, as histórias de vida individuais são fontes de dados para a investigação narrativa.

Após a textualização, os textos foram novamente encaminhados para as entrevistadas para que elas conferissem e fizessem as alterações consideradas pertinentes, a fim de autorizar a utilização das informações. Neste momento, as colaboradoras também assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido.

Posteriormente, as entrevistas, já textualizadas e revisadas pelas colaboradoras, foram lidas integralmente de modo a conhecer fatos comuns e incomuns que permitiram, *a posteriori*, categorizar os dados e promover a relação ou as discrepâncias entre as narrativas.

A partir da leitura das entrevistas, identificamos os pontos a serem analisados, os apresentamos e os discutimos à luz de uma perspectiva histórico-cultural. Ou seja, a partir das narrativas das professoras, isto é, de suas histórias de vida, destacamos sua formação, seus saberes e suas práticas e os relacionamos à história do Ensino de Biologia nos diferentes contextos político educacionais.

4- Resultados preliminares

Os dados ainda estão em fase de análise, entretanto podemos vislumbrar alguns pontos em comum que são apresentados a seguir.

Ao se estudar a história de cada uma dessas professoras, observamos que a sua formação sofre forte influência da família, do contexto em que se formou profissionalmente, das condições econômicas, das oportunidades tidas, dos valores atribuídos a cada um dos desafios. Isso nos faz concordar com Thompson (1992) sobre as conexões existentes entre o sistema geral de estrutura econômica, de classe, de sexo e de idade e o desenvolvimento do caráter pessoal e também com Cunha (2002), que afirma que o desenvolvimento pessoal e profissional são inseparáveis do dia-a-dia do professor e, principalmente, das atividades de sala de aula.

Ao fazermos essa síntese das histórias de vida e a relação com os saberes e práticas dessas professoras de Biologia, podemos perceber que o que cada uma é e ensina reflete as diferentes formações, oportunidades e experiências que tiveram, em conformidade com os contextos sócio-político-econômicos em que estiveram inseridas. Portanto, concordamos mais uma vez com Nóvoa (1991) que, ao investigar os saberes experienciais dos professores, afirma que eles são singulares, pessoais, finitos, provisórios, subjetivos, relativos, parciais e incompletos, logo, possuem uma historicidade, são situados e contextualizados em determinados tempos, espaços e condições históricas. Nossa pesquisa também corrobora o trabalho de Fonseca (2002), quando aponta que a investigação dos saberes docentes leva-nos a pensar no modo como cada docente, ao longo de sua história, reconstrói seu repertório de saberes em determinado contexto e situações.

Constatamos que o Ensino de Biologia passou por diferentes fases a partir de 1960, desde um foco mais voltado para a experimentação e a realização do método científico, passando pelas fases cognitivista e sócio-interacionista, até o ápice do construtivismo, em que o aluno é considerado partícipe e protagonista de sua aprendizagem, como vem sendo indicado, atualmente, nas propostas oficiais. Também ficou explícito que a educação é refratária da sociedade, pois ela é a expressão mais evidente do que a sociedade acredita e busca. Assim, foi possível evidenciar que a forma de trabalho das professoras sofre influência direta das políticas públicas que acabam por direcionar suas formações, embora isso nem sempre seja percebido de maneira clara e imediata pelas profissionais docentes.

Dessa forma, podemos afirmar que, mesmo quando as pessoas são contemporâneas e compartilham a mesma atividade profissional, não é possível prever como o contexto sócio-político-econômico atingirá cada uma, pois a formação pessoal e profissional é marcada por sentidos e experiências que não são previsíveis, mas tecida a partir da trama, dos laços e abraços particulares de cada ser humano.

Referências bibliográficas:

BUENO, B. O. O método autobiográfico e os estudos com história de vida de professores: a questão da subjetividade. **Educação e Pesquisa**, jan./jun., 2002, vol. 28, no.1. Disponível em <http:www.scielo.br>, obtido em 04/09/2007.

CAVACO, M. H. Ofício de professor: o tempo e as mudanças. In: NÓVOA, A. (Org.) **Profissão professor**, Porto: Editora Porto, 1991. p.155- 91

CICILLINI, G. A. História e Memória da Prática de Ensino de Biologia: inovações e mudanças. In: SELLES. S. E. e FERREIRA, M. S. (Orgs.). **Formação docente em Ciências – memórias e práticas**. Niterói, RJ: Eduff, 2003. p. 93-103

CONNELLY, F. M. e CLANDININ, D. J. Relatos de experiencia e investigación narrativa. In: LARROSA, J. et.al. **Dèjame que te cuente** – ensayos sobre narrativa y educación. Barcelona: Editorial Laertes, 1995. p.11-59

CUNHA, M. D. Cotidiano e processo de formação de professores. In: CICILLINI, G. A. e NOGUEIRA, S. V. (Orgs.). **Educação escolar:** políticas, saberes e práticas pedagógicas. Uberlândia: EDUFU, 2002. p. 67-83

FONSECA, S. G. Saberes da experiência, histórias de vida e formação docente. In: CICILLINI, G. A. e NOGUEIRA, S. V. (Orgs.). **Educação escolar:** políticas, saberes e práticas pedagógicas. Uberlândia: EDUFU, 2002. p. 85-102

FRACALANZA, H. **O que sabemos sobre os livros didáticos para o ensino de Ciências no Brasil**. Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação. Unicamp, Campinas, São Paulo, 1992, 304p.

GOODSON, I. F. Dar voz ao professor: as histórias de vida do professor e o seu desenvolvimento profissional. In: NÓVOA, A. (Org.) **Vidas de professores.** Porto: Porto Editora, 1992, p.63-78

HUBERMAN, M. O ciclo de vida dos professores. In: NÓVOA, A. (Org.). **Vidas de professores.** Porto: Editora Porto, 1992. p.31-61

KRASILCHIK, M. **Prática de Ensino de Biologia.** São Paulo: Editora Harbra Ltda, 1996.

MEIHY, J. C. S. B. e HOLANDA, F. **História oral:** como fazer, como pensar. São Paulo: Contexto, 2007.

NÓVOA, A. **Profissão:** professor. Porto: Porto Editora, 1991.

NÓVOA, A. A formação contínua entre a pessoa-professor e a organização escola. **Inovação**. Lisboa, 4(1), 1991.

NÓVOA, A. Os professores e as histórias da sua vida. In: NÓVOA, A. (Org.) **Vidas de professores.** Porto: Porto, 1992.

SILVA, R. C. O professor, seus saberes e suas crenças. In: GUARNIERI, R. (Org) **Aprendendo a ensinar:** o caminho nada suave da docência. Campinas, SP: Autores Associados; Araraquara, SP: Programa de Pós-graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP, 2000. p. 25-44 (Coleção Polêmicas do nosso tempo, 75).

SOUZA, E. C. e FORNARI, L. M. S. Memória, (auto)biografia e formação. In: VEIGA, I. P. A. e D'ÁVILA, C. (orgs.) **Profissão docente:** novos sentidos, novas perspectivas. Campinas, SP: Papirus, 2008. – (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. 325p.

THOMPSON, P. **A voz do passado:** história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

HISTÓRIA ORAL DE VIDA E A HUMANIZAÇÃO DA RELAÇÃO MÉDICO-PACIENTE

Fábio Donizete Bueno[*210]

As ciências da saúde passaram a centrar suas atenções cada vez mais na doença em detrimento do ser humano (paciente). Tal postura levou a "organização das enfermarias delimitadas pelo critério de doenças" (GALLIAN & REGINATO, 2006, 120) que por sua vez induziu o desenvolvimento das especialidades médicas. Tais ciências também alcançaram grandes avanços clínicos e tecnológicos, mas o modelo biomédico centrado na doença e na medicalização tem se mostrado bastante oneroso e, em alguns casos, insuficiente e/ou ineficiente. Os modernos sistemas de saúde pensam muito em números gerais e esquece-se dos indivíduos. Assim, acreditamos que a história oral possa contribuir como importante instrumento de humanização justamente por trazer à tona as vivências e experiências subjetivas do processo saúde-doença e da relação médico-paciente.

Hemofilia.

A hemofilia é uma deficiência orgânica não muito conhecida pela sociedade de maneira geral e por isso acredito que seja profícuo apresentá-la rapidamente aqui.

A hemofilia é uma deficiência orgânica hereditária. O organismo da pessoa hemofílica não produz uma ou mais proteínas responsáveis pelo processo de coagulação sanguinea. Na prática, isso quer dizer que o hemofílico experiencia episódios hemorrágicos internos e externos que afetam suas atividades cotidianas como um todo.

Os tipos mais comuns de hemorragias são as das articulações de joelho, tornozelo e cotovelo. Não muito raras, as hemorragias musculares também podem ocorrer e são tidas como mais graves e temidas devido a sua maior propensão à incapacitação física e graves conseqüências. No entanto, os episódios hemorrágicos não são a única dificuldade que o hemofílico enfrenta. Normalmente devido à repetição de hemorragias, o hemofílico pode adquirir inflamações crônicas e problemas ortopédicos nas articulações.

A hemofilia é transmitida geneticamente sempre da mãe portadora do gene para seus filhos homens. No caso de uma portadora ter uma filha, ela poderá ou não ser também portadora, mas isso não significa que ela será hemofílica, já que para uma mulher nascer hemofílica ela necessariamente deve ser filha de uma portadora da hemofilia e um hemofílico. No caso do hemofílico ter filhos homens com uma mulher não-portadora, nenhum deles será hemofílico ou carregará essa herança genética para seus descendentes. Já no caso do hemofílico ter uma filha, necessariamente ela será portadora. Essas possibilidades de cruzamento genético se dão porque os genes responsáveis pelos fatores de coagulação VIII e IX estão relacionados ao cromossomo X.

Os medicamentos de tratamento da hemofilia passaram por um grande desenvolvimento tecnológico durante a segunda década do século XX, sendo a transfusão de sangue total o primeiro tipo de tratamento eficaz aplicado à hemofilia (FARR, 1981, 301). Posteriormente, a partir do desenvolvimento de técnicas de fracionamento do sangue, surgiram novos medicamentos.

O contexto em que nossas narrativas de vida se inserem abarca dois tipos de medicamentos: crioprecipitado e os concentrados de fator VIII. O crioprecipitado é obtido a partir de um processo de congelamento e descongelamento do

---

210

*Mestrando em Ensino em Ciências da Saúde pelo Centro de Desenvolvimento do Ensino Superior em Saúde (CEDESS) da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP).

plasma humano que resulta em uma substância rica em fator VIII. Segundo as narrativas de nosso projeto, tal medicamento causava reações alérgicas e dificilmente poderia ser utilizado em tratamentos domiciliares causando, assim, grande dependência do paciente aos centros de tratamento. Já os concentrados de fatores de coagulação são produtos que concentram apenas uma proteína a ser utilizada no tratamento de reposição em pacientes hemofílicos. Também, segundo nossos colaboradores, o surgimento dos concentrados de fator possibilitou uma maior autonomia e possibilidades de desenvolver as atividades cotidianas comuns com maior facilidade, já que tais medicamentos são de fácil manuseio e podem ser utilizados pelo próprio paciente em sua casa.

No entanto, até chegarmos ao atual contexto do tratamento da hemofilia, muitas dificuldades tiveram de ser superadas. A maior delas provavelmente foi durante os anos 80 quando, a partir do surgimento da AIDS, muitos hemofílicos em todo o mundo se contaminaram com o uso tanto de crioprecipitado quanto de fator VIII.

História oral de vida.

Nosso trabalho é um trabalho de história oral de vida baseado nos trabalhos produzidos pelo NEHO (Núcleo de Estudos de História Oral da Universidade de São Paulo). Certamente o trabalho que mais nos norteou em nosso projeto foi o livro *Manual de História Oral* do professor José Carlos Sebe Bom Mehy (2002).

Em nosso trabalho, foram entrevistados quatro hemofílicos, três mães de hemofílico (sendo umas das mães também irmão de hemofílico), um pai de hemofílico e dois médicos hematologistas. Todos nossos pacientes colaboradores têm entre 30 e 40 anos e todos os colaboradores médicos estão ligados ao tratamento da hemofilia desde os anos 80. Além disso, todos os colaboradores de nossa rede tinham em comum o vínculo com o Hospital Brigadeiro de São Paulo. Importante ressaltar que eu também estou ligado a este centro de tratamento desde meus nove meses de idade e, sendo assim, também faço parte da comunidade de destino de nosso trabalho. A formação da rede se deu basicamente com contatos diretos com os colaboradores que já eram pessoas de meu convívio antes mesmo do início da pesquisa.

As entrevistas com os pacientes e seus familiares foram todas realizadas em suas residências e a dos médicos em seus locais de trabalho. Os pacientes e familiares optaram, em comum acordo, em utilizar nomes fictícios já que abordar temas como o HIV poderia gerar uma exposição desnecessária a preconceitos. Já os profissionais optaram por utilizar seus nomes verdadeiros.

Os desafios da pesquisa.

Durante as entrevistas pesquisador e colaboradores deram muitas risadas juntos, mas também choraram juntos. Devo confessar que o fato de eu fazer parte da comunidade de destino, ao mesmo tempo em que colocava numa posição de vantagem, já que os colaboradores se sentiram muito à vontade, também me deixava em desvantagem nos momentos em que as memórias traumáticas vinham à tona. Em determinados momentos do projeto me senti a beira de um abismo aparentemente instransponível.

Nasci em julho de 1986 e, segundo uma médica colaboradora de nosso projeto, o último paciente do Hospital Brigadeiro "diagnosticado com contaminação por HIV através do uso de hemoderivados foi em 1987 e era um paciente que veio de outro serviço". Eu nasci no interior de Minas Gerais e iniciei meu tratamento da hemofilia em Belo Horizonte aos dois anos de idade. No entanto, a primeira vez que fiz uso de hemoderivados foi aos nove meses de idade no Hospital Brigadeiro de São Paulo, foi nessa ocasião também que eu fui diagnosticado. Ouvir as histórias de vida de nossos colaboradores marcadas pelo sofrimento de crescer com o HIV me fazia imaginar e, de certa forma, vivenciar o mesmo sofrimento deles. Afinal, eu poderia muito bem ter passado por isso, pois nasci no momento limite entre a época das contaminações e a dos medicamentos seguros.

Outra grande dificuldade que encontramos no início da pesquisa foi encontrar uma solução para o conflito entre os objetivos que inicialmente traçamos para a pesquisa, fortemente marcados pela minha formação em História, e as linhas de pesquisa do programa de pós-graduação ao qual o projeto está vinculado. Inicialmente encontramos a genérica solução de traçarmos como objetivo que o trabalho de história oral a ser empreendido resultasse em subsídios para a educação em saúde. No entanto, o amadurecimento da ideia de pesquisa e a definição do que seriam e como seriam utilizados os tais subsídios se deram gradualmente com o andamento das disciplinas e leituras do programa de mestrado. Decidimos que iríamos explorar o potencial das narrativas como instrumento didático-pedagógico em projetos educacionais que visem à humanização em saúde. Dessa forma, acreditamos que corremos menos risco de fazer recortes analíticos grosseiros e estanques já que, apesar de darmos maior atenção a questão da relação médico-paciente e sua (des)humanização, as demais temáticas das narrativas muito provavelmente aparecerão, implícita ou explicitamente, em nossa análise.

Uma prévia da análise.

Apesar de não termos terminado nosso capítulo de análise, já podemos adiantar alguns resultados parciais de nosso projeto. Aqui estruturaremos o discurso a partir da fala de uma colaboradora médica e centraremos a atenção nas partes do discurso que dizem respeito à relação assistencial e à humanização em saúde.

Nossa colaboradora teve seu primeiro contato com a hemofilia durante o período em que fez internato no Hospital Brigadeiro. Naquela época ainda não existia uma unidade especifica que se dedicasse ao tratamento da hemofilia e o medicamento utilizado no tratamento ainda era o crioprecipitado. Sua entrada como profissional ao quadro médico daquele hospital se deu através de concurso público em 1982, às vésperas da fundação da unidade de hemofilia, e suas funções no início eram a de montar um laboratório de coagulação e o atendimento clínico na unidade de hemofilia. Voltando um pouco em sua narrativa, nos chama a atenção quando ela diz que desde criança ela sempre demonstrou um grande interesse por questões ligadas às ciências biológicas. Gostava muito de brincar de operar bonecas e tinha alguns laboratórios de brinquedo que vinham com elementos químicos para experiências. Ela nos relata ainda que sua formação acadêmica praticamente não contemplou a questão da relação médico- paciente ou da humanização em saúde e foi mais centrada na questão da doença e procedimentos clínicos.

Quando a entrevista caminhava para um encerramento, eu questionei a colaboradora sobre a questão da relação e dos conflitos entre médicos e pacientes da hemofilia. Sua resposta foi essa:

> A questão dos conflitos entre médico e paciente hoje para mim é uma coisa muito complicada. Eu passei grande parte da minha vida atendendo pacientes hemofílicos e, muito mais do que atender pacientes hemofílicos, eu passei a minha vida vivendo para a hemofilia. Você sabe muito bem disso porque você conhece o meu trabalho e sabe também que a hemofilia tem uma relação com a minha vida. Há muitos médicos que não gostam de atender pacientes crônicos porque eles estão sempre no hospital, mas pessoalmente eu acredito que os pacientes devam ser ensinados a viver com a hemofilia. Nós precisamos ser amigos dos paciente, dar-lhes apoio, mas de vez em quando... nós precisamos também dar uns "puxões de orelha" neles para que ele aprenda a conviver com a hemofilia. Eu, aqui no hospital, meio que sou a mãe que ajuda quando precisa, mas que também da uns "puxões de orelha". Eu penso que eu tenho a minha parte a ser feita e essa parte tem seu limite, mas o paciente também tem a parte dele. Aqui ninguém é imbecil, nem o paciente e nem o médico. Não adianta paciente vir aqui e querer enganar o médico, o médico vê que o paciente não está fazendo a parte dele e se irrita quando ele quer apenas ficar enganando.

Sua resposta é um tanto desafiadora para a análise, pois revela vários aspectos que só podem ser compreendidos se analisarmos toda a narrativa. Como aqui não caberia apresentar toda a narrativa, discorreremos brevemente sobre como nossa análise se encaminha até o momento. Primeiramente, não posso deixar de destacar que a médica em questão "abraçou a causa da hemofilia". Mais adiante em sua narrativa ela nos diz que: "a minha geração de profissionais foi quem brigou junto com as associações para vocês terem o medicamento hoje". Quando ela diz que a hemofilia tem uma relação muito forte com a vida dela, eu enquanto paciente dessa médica desde meus nove meses de

idade sei que a importância da hemofilia para a carreira dessa profissional é algo incomensurável. São muitos anos de comprometimento e dedicação profissional incansável.

No entanto, quando ela diz que mais do que atender pacientes hemofílicos, ela passou a sua vida vivendo para a hemofilia, a primeira idéia que me vem à cabeça é a de uma profissional com uma postura totalmente biomédica que volta todas as suas atenções à doença e tende a se esquecer do paciente enquanto ser humano em sua integridade. Quando cruzamos essa parte do discurso com as narrativas anteriores sobre a formação e o interesse infantil pelas ciências biológicas e laboratoriais, tal idéia tende a se reforçar.

No entanto, no fim da entrevista, fazendo um balanço de sua carreira, a médica nos diz:

> Eu acho que essa é a nossa grande missão: ensinar que a hemofilia é uma coisa que dá certo. Quando eu penso hoje na quantidade de pacientes que estão formados com nível superior e que quando nós começamos a trabalhar os pacientes mal conseguiam terminar ensino fundamental... São bem diferentes as situações. Não é uma realização que eu digo que seja minha, mas da evolução na forma de tratamento. Nossa parte nessa história é quando nós avaliamos um joelho e encaminhamos para a fisioterapia, quando conseguimos de alguma forma melhorar a condição física do paciente para que ele possa ir para escola ou ao trabalho e quando nós ficamos nessa briga estressante do dia-a-dia para conseguir o fator para vocês. É isso sabe... É essa a realização que temos: fazer vocês se tornarem gente.

Aqui temos revelada uma visão do paciente mais ampla do que a do modelo biomédico. A médica expressa uma preocupação com o paciente e sua vida educacional e profissional que extrapola as preocupações do médico que está preocupado apenas em fazer o tratamento da doença. Contudo, ela ainda identifica que seu papel nesse processo se restringe a aspectos de atendimento clínico, avaliar um joelho e encaminhar para a fisioterapia, e de engajamento político, brigar para conseguir o medicamento.

Em outro momento da narrativa, nossa colaboradora diz: “Se o paciente está encontrando alguma dificuldade de fazer o tratamento ele deve nos contar porque nem sempre o médico consegue identificar isso sozinho”. Aqui ela nos traz outro importante ponto da relação médico-paciente: a comunicação. Em quase todas as nossas entrevistas podemos encontrar frase como: “O médico me disse com umas palavras que eu não entendi direito”; “Eu não entendi nada do que o médico me disse”; “Ele usou umas palavras complicadas para me explicar tal coisa”; “Ele usou palavras de médicos”. De maneira geral podemos dizer que as narrativas de nosso trabalho trazem a tona duas dificuldades principais na comunicação entre médicos e pacientes: a não compreensão da linguagem técnica-científica e a inibição, provavelmente por uma representação de relações de poder, do paciente em se abrir com os profissionais.

O que concluímos com base no discurso de nossa colaboradora é que, apesar de ter uma formação e atuação profissional baseadas no modelo biomédico de atendimento à saúde, sua postura profissional é marcada por uma dedicação admirável e preocupações que extrapolam sua formação médica.

Para finalizar eu gostaria de propor uma reflexão. Como dissemos anteriormente, minha área de formação é em História e, como sou licenciado nessa formação, consequentemente sou da área da educação. Fazendo uma analogia da postura de nossa colaboradora com a postura profissional do professor, a idéia que me surge é a de um professor tradicional. Se partirmos do pressuposto de que um profissional de saúde que lida com pacientes crônicos tem o papel de **ensinar** os pacientes a viver com sua doença, assim como nossa colaboradora assume esse papel, podemos dizer que o médico-professor está partindo de um conhecimento pronto e acabado que deve ser transmitido ao paciente-aluno. O processo de “ensinar a viver com a doença” não seria mais efetivo se o próprio paciente-aluno construísse esse conhecimento com a mediação de seu médico-professor? É obvio a solução para tal entrave não se dá pelo simples fato de, por exemplo, incluir a discussão da pedagogia da autonomia de Paulo Freire na formação médica já que as áreas da saúde e da educação têm preocupações, objetivos e características bastante distintas. Mas acreditamos que os ensinamentos de nosso velho mestre Paulo Freire têm muito a dialogar com as discussões sobre humanização em saúde e sobre a relação assistencial em saúde de pacientes.

Referências bibliográficas:

FARR, A. D. Treatment of haemophilia by transfusion: the first recorded case. Journal of the Royal Society of Medicine, v. 74, 1981. p. 303 – 305.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa. 31ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GALLIAN, D. M. C. ; REGINATO, V. . Relação assistencial e sua humanização. In: Dalton Luiz de Paula Ramos. (Org.). Bioética, Pessoa e Vida. 1 ed. São Caetano do Sul: Difusão Editora, 2009. p. 117-133.

MEIHY, J. C. S. B. . Manual de História Oral. 5. ed. São Paulo: Editora Loyola, 2005.

HISTÓRIA ORAL E MIGRAÇÃO: PERTENÇA E DIVERSIDADE DAS REDES SOCAIS DE MIGRANTES BOLIVIANOS NA CIDADE DE SÃO PAULO

Vanessa Generoso Paes[211]

A importância de estudar os processos migratórios no âmbito do mundo contemporâneo reside em perceber que a democracia é perpassada por maneiras autônomas, interdependentes. Em documento da ONU de 2005 diz que uma de cada 35 pessoas reside fora do seu país de origem, assim sendo, os países receptores de mão-de-obra exercem um controle maior de suas fronteiras, pois a globalização econômica reconfigurou os fluxos migratórios contemporâneos. Desta forma:

> "O número de imigrantes duplicou em uma geração. Hoje, cerca de 185 milhões de pessoas deixaram seus países de origem em busca de vida melhor, de acordo com cálculos divulgados pela Organização Internacional para Migrações (OIM) por ocasião do Dia Internacional das Migrações, celebrado pelas Nações Unidas a 18 de dezembro. A OIM estima que um em cada 35 habitantes do planeta não vive em sua terra natal, com o fluxo migratório sendo acelerado pela globalização e a disparidade econômica entre nações. - A migração internacional é um elemento fundamental de um mundo cada vez menor. A administração da migração para benefício de todos é um dos maiores desafios do nosso tempo, comentou o Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan. Os imigrantes, acrescentou Annan, ainda sofrem discriminação cultural e material, apesar de desempenharem uma função cada vez mais relevante na redução da pobreza mundial, pela remessa de ajuda financeira a suas famílias. A defesa dos direitos humanos das pessoas em processo migratório tornou-se uma das principais tarefas da Organização Internacional para Migrações". Fonte: ONU

Esse dado demonstra a importância da dinâmica migratória na atualidade, uma vez que o papel que os imigrantes desempenham para rearticulação do modo capitalista de produção é salutar; acionando formas de atualização da economia informal, já é grande e, partes desse contingente de pessoas ocupam postos de trabalho não reconhecidos pelas agências internacionais de trabalho. O endurecimento dos mecanismos de controle nas fronteiras dos países do hemisfério Norte demonstra a gravidade desse processo social. Ultimamente, houve um novo redesenhamento da fronteira e da circulação de bens no mundo, e esta, gerou novas identidades. Esse tipo de circulação articula a construção de novas identidades, e reconfigura os territórios.

Quanto aos estudos de migração, a análise de redes sociais parece promissora. Desde que a perspectiva sistêmica se torne uma possibilidade analítica, deparamo-nos, inevitavelmente, com o fato de que pessoas, bens materiais, informações e valores em "movimento" de um local ao outro, podem ser quase intuitivamente pensados como fluxos que se conectam internamente, segundo algum padrão determinado. Para Dimitri Fazito:

---

211 Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação de História Social da Universidade de São Paulo, com bolsa de pesquisa pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo na investigação intitulada HISTÓRIA ORAL COM FAMÍLIAS DE BOLIVIANOS NA CIDADE DE SÃO PAULO: A EXPERIÊNCIA MIGRATÓRIA ENTRE A BOLÍVIA E O BRASIL.

> "A Análise de Redes Sociais que procura fazer é estabelecer um meio objetivo de identificar **conexões** (laços ou relações) e **pontos** (nós ou atores) dentro de um sistema determinado (uma rede pessoal ou total, por exemplo) e, desse modo, representar padrões estruturais de relações que podem ser mais ou menos constantes, ou totalmente imprevisíveis e não-lineares (relações emergentes)."(pg. 4)

Desta forma, redes sociais podem ser usadas como procedimento para analisar os grupos sociais e os movimentos migratórios, fazendo compreender a dinâmica social a partir da mobilidade e infixidez dos grupos e comunidades em trânsito. Essa categoria de redes sociais é importante, pois faz com que revisemos o conceito de identidade, uma vez que este não é mais visto como um ser em si, e sim, como processo, ativados por meio de práticas discursivas, como redes de acionamento de valores no tempo e no espaço.

A migração como processo social implica a presença de uma complexa estrutura social que, em geral, vai além do contexto migratório. Como afirmam Massey et alli (1987:139),

> "as redes migratórias consistem de laços sociais que ligam comunidades expulsoras a pontos específicos de destino nas sociedades receptoras. Esses laços unem migrantes e não migrantes em uma teia complexa de papéis sociais e relações interpessoais complementares, mantidos por conjuntos informais de expectativas recíprocas e comportamentos prescritos. (...) Esses laços sociais não são criados pelo processo migratório mas antes adaptados a ele, sendo reforçados, ao longo do tempo, através da experiência comum dos migrantes."

É uma tarefa árdua definir, empiricamente, os contornos dessas redes migratórias em um contexto social complexo (onde cooperam migrantes e não migrantes). Como estratégia de análise, Massey e seu grupo se atêm ao aspecto regionalizado e comunitário das redes migratórias e, desse modo, concentram-se sobre as **relações interpessoais** – levando-se em conta que, em sua análise, são os aspectos macroestruturais (econômicos e sociais) que "disparam" o processo migratório e, por consequência, definem, também, os contornos das redes migratórias.

Deste modo, alguns conceitos devem ser explicados, antes de chegarmos à análise das narrativas propriamente ditas, para entendermos o campo de inserção dessa pesquisa, uma vez que o texto faz parte da reflexão da dissertação de mestrado, da pesquisadora, em faze de finalização.

Nessa pesquisa, a **história oral** é entendida como um conjunto de procedimentos que "se inicia com a elaboração de um projeto e que continua com estabelecimento de um grupo de pessoas a serem entrevistadas. O projeto prevê: planejamento da condução das gravações com definição de locais, tempo de duração e demais fatores ambientais; transcrição e estabelecimento de textos; conferencia do produto escrito; autorização para o uso; arquivamento e, sempre que possível, a publicação dos resultados que devem, em primeiro lugar, voltar ao grupo que gerou as entrevista." (MEIHY; HOLANDA, 2007, p. 15). É importante ressaltar que existem diferenciados posicionamentos dos seja história oral na sociedade contemporânea, contudo, essa dissertação vincula-se a linha exporta acima.

As entrevistas em história oral implicam em gêneros diferenciados no modo de conceber o processo da pesquisa. Fundamentalmente, existem três gêneros que se caracterizam em história oral: história oral de vida, história oral temática, e tradição oral. Observemos cada conceitos em suas particularidades.

Na **história oral de vida** as entrevistas versam sobre as explicações pessoais do narrador e "nesse sentido, a verdade está na versão oferecida pelo narrador, que é soberano para revelar ou ocultar casos, situações e pessoas. No encaminhamento mais comum adotado para a historia oral de vida, a periodização da existência do entrevistado é um recurso importante, pois organiza a narrativa com base em fatos que serão considerados em contextos vivenciais subjetivos. A personificação do enquadramento deve valorizar os vetores que indicam a história do indivíduo como centro das atenções." (MEIHY, J.C.S.B. 2005, p.149). Como a história oral de vida trabalha com a dimensão da experiência do narrador; geralmente, os aportes subjetivos são as bases de ancoragem dessa linha, mesmo assim, não se nega que as explicações são constituídas por meio da memória coletiva de cada narrador.

Estabelecido o território da pesquisa, o gênero de história oral escolhido permite a construção de narrativas que serão analisadas no seu conjunto, circunscrevendo a memória individual juntamente com a memória coletiva de todos os colaboradores. Mediante isso, surge a utilização do conceito operacional de **comunidade de destino** como mote norteador do trabalho, pois ela é a base material, psicológica, de gênero ou orientação (política, cultural ou sexual) das experiências dos indivíduos, marcando a união de pessoas em torno de dramas comuns vividos por uma dada coletividade e as mudanças de comportamento de grupos e comunidades. A comunidade de destino contemplada nesse projeto é aquela formada por migrantes bolivianos que residem na cidade de São Paulo.

O conceito de **colônia** é utilizado nessa pesquisa como uma subdivisão da comunidade de destino. Esse conceito é empregado para facilitar e organizar o estudo, pois as colônias seriam marcadas pelas relações de classe social, área geográfica, geração, gênero, etnia e outros. A colônia desse projeto é composta por pessoas que migraram entre as décadas de 1950 e 1960, constituindo a primeira geração da migração de bolivianos em São Paulo; e por pessoas que migraram depois da década de 1990, o que constitui o aspecto recente da migração, desenhando uma mobilidade atual para a cidade de São Paulo.

Assim, o conceito de **rede** foi utilizado como "uma subdivisão da 'colônia', portanto a menor parcela de uma 'comunidade de destino'. Dentro da 'colônia' é possível identificar segmentos ainda mais restritos que possuam feições singulares. A rede deve ser sempre plural – idealmente várias -, porque nas diferenças internas aos diversos grupos residem as disputas ou olhares diferentes que justificam comportamentos variados dentro de um mesmo plano" (HOLANDA; MEIHY, 2007. p. 54). Assim, percebemos que a diversidade das redes implica explicações plurais que podem explicar a complexidade dos processos migratórios.

Elucidado os conceitos, cabe agora analisar trechos das narrativas dos imigrantes bolivianos entrevistados para essa pesquisa.

Os contatos e as redes sociais dos entrevistados demarcam, também, as relações de pessoas que os recepcionam, ou, trataram de acolhê-los quando estes chegaram ao Brasil. Muitos bolivianos chegavam a São Paulo e iam direto para as casas ou oficinas de costuras de parentes, amigos ou pessoas indicadas por outros conhecidos. O exemplo da narradora Aidé ilustra o ocorrido, ao chegar a capital industrial do Brasil.

> Cheguei em São Paulo em dezembro de 2005; não sabia onde iria trabalhar, mas a minha irmã tinha vindo muito antes com o seu esposo e já esperava por mim, liguei e falou: "Irei falar com o meu chefe para você trabalhar comigo". Sei que eles conversaram e ele não aceitou a minha presença na oficina. Então, ela procurou um amigo, seu nome é Valter Iglesias, um *hermano* que buscava trabalhadores bolivianos para trabalhar nas oficinas de São Paulo.

Os contados das pessoas dentro das redes sociais, comumente, indicam outras pessoas paras as cidades receptoras; em relação os imigrantes bolivianos a regra, comumente, utilizada é esta, pois serve para inseri-los nas zonas de trabalho pelo qual passam outras da comunidade para instalarem-se em São Paulo. Assim, Aidé afirma: *é muito comum chegarmos com todos os contatos de donos de oficinas e irmos direto para o emprego*. A articulação do setor de manufatura é iniciando ainda em terra bolivianas. Quando aportam em terras brasileiras, essas pessoas entram em contado com suas redes sociais para serem alocados em seus postos de emprego.

Poucas pessoas, como é o caso do casal Luis e Lurdes, vieram para o Brasil sem uma indicação precisa de onde iriam residir; pois, o objetivo do casal, no início, era realizar pós-graduação; tendo que construir, no Brasil, as redes pelas quais iriam adentrar na esfera acadêmica. Luis disse:

> Tudo bem, fizemos os planos, arrumamos as coisas e viemos para o Brasil. Tínhamos um contato, uma médica boliviana para quem ligamos, ela morava em Campo Grande/ MS. Disse que tinha uns estágios, uma residência com bolivianos, e nos assegurou que tinha uma vaga. Nós íamos chegar e iria estar tudo pronto.

Por indicações de amigos em La Paz, Luis conseguiu ficar uns dias alojado em um hotel na cidade de Campo Grande, porque acreditava que a proposta de trabalho para médicos fosse verdadeira. Era verídica, mas não para estrangeiros. Ao saberem da notícia, o casal seguiu para Porto Alegre onde ficaram dois meses alojados na casa de uma pessoa que foi indicada por um amigo brasileiro que morava na Bolívia. Diferente da experiência de Luis foi o caso da família de Marta. Vejamos:

> O meu pai comunicou a minha família de que a gente vinha para cá, ou seja, falou para os cunhados dele, irmãos da minha mãe. "Bom, eu já estou decidido ir-me, conversei com meus filhos e nós decidimos ir para o Brasil." , "O que? Ao Brasil?" Meus tios começaram a rir... "Não Victor, como você vai levar eles? Você não conhece ninguém, mesmo assim, você não consegue entender o português; a Espanha, todavia, seria o mesmo idioma, mas como vai ser no Brasil? O que vai ser de meus sobrinhos? Não, se você quer ir, você vai sozinho e depois você vem buscar os meninos porque sabe Deus como será por lá? Não conhece nada, não tem a ninguém." Aí o meu pai falou: "Não."

A experiência migratória da família de Marta indica que não havia contatos com parentes ou amigos no Brasil. O pai de Marta decide sair da Bolívia, à época, fez todo o trajeto de trem e de ônibus até chegar a cidade de São Paulo e sair em busca de empregos para manter sua família unida. Mesmo assim, há um momento da entrevista que o patriarca da família teve que deixar cada filho na casa de desconhecidos porque não poderia deixá-los sós no quarto que alugou e, sair para trabalhar. Segundo Marta, foi um período curto, mas que foi superado por todos os irmãos.

> Na época, não conhecia ninguém que estivesse a fim de sair da Bolívia e nem pessoa que pudesse confiar, estava sozinho. Nesse momento apareceu um colega e falou: "Vamos para Brasil?" Como estava pensando na Argentina, disse: "Vamos!" , "Então vamos." E fui embora para Santa Cruz, cidade próxima ao Brasil. A cidade de Santa Cruz é grande, fiquei um tempo lá, uns três meses. Daí perguntava aos rapazes que chegavam à pensão onde estava e para onde eles iriam: "Vou para o Brasil". Nesse período, todo mundo estava indo para Brasil e fiquei com curiosidade, queria saber mais desse país. Até que um dia resolvi seguir rumo ao Brasil.

Para Marcos, os contatos dos amigos foram fundamentais para saber onde e como para localizar-se na cidade de São Paulo, uma vez que umas parcelas dos amigos que não foram trabalhar na Argentina, seguiram para o Brasil. Ele disse:

> "nessa mesma viagem conheci uma boliviana que estava fazendo faculdade medicina, mas ela era diferente, meio quéchua, era de Corumbá no Mato Grosso, nesse período ainda era uma cidadezinha pacata. Perguntei a essa moça como que era São Paulo e ela disse que era grande, mas não acrescentou mais nada. Daí vim embora para o Brasil, peguei o trem e parti com destino a São Paulo."

Essa decisão não foi tomada apenas por Marcos, pois Leo, um de seus irmãos, também decidiu seguir ruma a São Paulo, onde foi recepcionado por outro irmão. Ao contar sobre esse episódio Leo enfatizou:

> Na Bolívia não cheguei a trabalhar como professor porque faltava um ano para me formar como normalista. Assim, trabalhei um período informalmente com o conserto de máquinas. Quem primeiro resolveu ir para o Brasil foi o meu irmão, o Marcos. Ele veio e me deu essa oportunidade de trabalhar,

> resolvi partir, e aproveitei para ficar quarenta dias em São Paulo. Nesse período, fui me adaptando e acabei ficando até hoje.

Leo tinha a intenção de ser professor, mas acabou vindo para São Paulo e tornando-se mecânico de equipamentos manuais: máquina de escrever, costurar, telefone e fax. Ao chegar à cidade de São Paulo fora recepcionado pelo seu irmão Marcos, quem o abrigou por um período até ele conseguir emprego e, arranjar uma escola estudar e aprender o ofício de mecânico. Devemos lembrar que Leo conseguiu sua anistia no início de década de 1990, o que fez com que legalizasse seus documentos e conseguisse emprego em um setor que não fosse relacionado às confecções de costura.

A narradora Lídia descreve seu encontro com a cidade de São Paulo como se fosse a última odisséia de sua vida. Chegou à cidade e foi direto para a casa de uma amiga, que por sinal, estava alojada em uma pensão que no período recepcionava pessoas advindas da Bolívia. Percebamos o que a narradora disse sobre esse momento.

> Chegamos a São Paulo e pegamos um táxi, tínhamos o endereço do lugar onde iríamos ficar. Era na casa de uma *patrícia* que era natural de Trinidad na Bolívia, morava aqui na rua Maria Paula, Higienópolis, em frente ao edifício da Câmara dos deputados onde fica um edifício enorme. Quando chegamos na casa dela foi uma alegria imensa! Havia gente da Bolívia que estavam morando há muito tempo no Brasil, que chegaram em 1950, e assim, nos receberam e ficamos um mês. Quando deu um mês os outros voltaram e eu não voltei, fiquei e até agora estou aqui. Mas todo ano vou para Bolívia. Lídia

A rede social na qual a narradora Lídia estava inserida construiu as pontes para que a mesma conseguisse um espaço para ficar na cidade. Depois de sua permanência na cidade e depois de ter tido seu único filho; Lídia vai residir em uma casa de classe média, no bairro de Higienópolis. O período da década de 1960 e 1970 é considerado pequena incidência de entradas de pessoas que vieram para o Brasil; e que atualmente, formam a parcela dos que conseguiram se estabelecer e construírem vínculos com instituições, tais como a Pastoral do Imigrante, organização social ligada aos trabalhos da Igreja Católica no Brasil. Como é o caso da própria Lídia.

> Nesse tempo conheci a minha comadre, o meu filho estava com dois meses, ele nasceu em São José do Rio Preto porque tenho uma prima que mora lá, e aqui não tinha ninguém. Era o primeiro filho e nem tinha idéia de como era, e ela: "Lídia, vem aqui um mês antes de você ter o Natan." Já sabia que iria se chamar Natan. "Ah, tá." , "Por que não posso ir em São Paulo, cuidado, é melhor você vir aqui em São José do Rio Preto." E fui a São José do Rio Preto, já conhecia a cidade e fui ter o beber lá e voltei para São Paulo quando ele estava com dois meses.

Foram dos contatos na Pastoral do Imigrante em São Paulo que Lídia ampliou sua rede afetiva de amigos e pode conviver e compartilhar da rede social na qual Marta, Ema e Carlota fazem parte até o presente. Lídia também possui uma sobrinha que reside em São José do Rio Preto, cidade para onde vai passar férias e prosear com a parte da família que está no Brasil.

> Tive e fiz muitos amigos no Brasil; quando conheci a Marta, ela morava nas ruas das Palmeiras e o marido dela. Quando eles me convidaram para ir a uma festa, eram com todos os bolivianos. Conheci o meu marido e conheci o marido da Marta nessa festa, acho que a amizade começou em 1964; faz mais de quarenta anos essa história. Quando o meu filho completou dois meses conheci a Marta; agora o meu filho tem quarenta anos, mas já conhecia o Marcos antes de conhecer a Marta, quando eles eram solteiros.

> As mulheres eram solteiras, e aí todas casaram com bolivianos, outras casaram com brasileiros, outras moram aqui e outras voltaram para a Bolívia.

Segundo o narrador Guillermo à época que chegou ficou alojado numa pensão onde a dona esperava imigrantes na Estação da Luz; local onde aportavam muitos imigrantes advindos da Bolívia de trem. O narrador Guilermo está no Brasil há mais de quarenta anos. Fez sua vida como comerciante, e constituiu família na capital de São Paulo. O senhor Guillermo é uma espécie de exemplo, citado e reconhecido no circuito da Pastoral do Imigrante e da Feira da praça Kantuta; espaço que o mesmo costuma frequentar com sua esposa, também boliviana.

> Quando vim para São Paulo fui indicado para uma pensão onde quem tomava conta era uma mulher que já esperava todos os bolivianos na Estação da Luz. Lembro de uma senhora que hoje está no céu, chamava-se Cristina Alvarado, era comerciante, trabalhava com ela, havia muito trabalho na época que cheguei, mas não tinha muito imigrante boliviano. O diálogo foi: "Você é boliviano?" , "Sim." , "Habla español? Quer trabalhar comigo?" Trabalhei num bar como garçon, depois trabalhei numa fábrica de bolsas e depois fui trabalhar numa fábrica de guarda-chuvas. Depois fui aprender a fazer guarda-chuvas com um italiano, os moldes eram simples, disse-me: "Aprendeu? Então não preciso mais de seus serviços. Pode ir-te." Esse patrão me disse isso de uma forma muito seca. Aí disse: "Nunca mais vou trabalhar para ninguém." Depois desse dia disse a mim mesmo que nunca mais trabalharia para ninguém, só para mim. Mas tem males que vem para bem. Tenho muitas histórias.

A narradora Rose chegou ao Brasil por meio da relação de trabalho com sua ex-patroa, pessoa responsável por trazê-la a São Paulo. Rose veio trabalhar como babá e empregada doméstica na casa de uma médica que veio trabalhar no hospital do Servidor Público em São Paulo durante a década de 1970. Na época que Rose foi contratada estava enfrentando vários problemas de saúde, e em troca dos cuidados oferecidos pela médica, Rose aceitou trabalhar para sua família, pois foi uma das poucas pessoas que a tratou com dignidade, respeitando e pagando seu salário em dia. Segundo a narradora foi sua patroa que conseguiu agilizar o processo de legalização de seus documentos no Brasil.

> Essa senhora estava no hospital da Bolívia e falou: "O que você tem? Está grávida? Está prenha?" Falava em espanhol. "Tá prenha." , "Não estou prenha. Não sei nada disso." , "Estás barriguda." , "Não, é que tenho hérnia e acho que é isso que está inchando a minha barriga." A minha barriga era enorme e parecia barriga de mulher grávida. Aí ela falou: "Você está trabalhando?" , "Não, estou a procura de trabalho." , "Então, você vai trabalhar comigo. Tenho uma filha e quero que você tome conta de minha filha." , "Tá bem." Falei. "Eu quero trabalhar. Mas estou doente." Falei. "Me doí aqui, me sai uma coisa daqui."
>
> Eu não sabia o que era hérnia e saía um líquido de mim. Aí ela falou: "Mañana voy a tomar de los cables de tu pelo hasta la punta de los pies examinar. Te llevaré al médico y yo cuidaré de ti." Aí como estava trabalhando muito tempo com ela, ela me tratou, muito boazinha. Cuidou de mim e trabalhei até esses dias com ela. Ela que me trouxe da Bolívia para o Brasil. Cheguei na casa dela e trabalhei cuidando das filhas. Cuidei da filha que estava pequenininha, levava na escola, depois da escola ia brincar com ela no parquinho; cuidei dela muito bem, por isso que ela gosta muito de mim. Saí recentemente da casa dela porque fiquei doente. Atualmente só estou em casa... Depois de quatro anos a Dona Pepita, a senhora que me pegou no hospital, retornou do Brasil e foi em casa me procurar, foi primeiro na casa que era da comadre dela. Procurou e acabou me levando para São Paulo. Ela fez os meus documentos e me trouxe para cá.

Muitos narradores seguiram para o Brasil com contatos pré-definidos em suas cidades de origens. Ao chegarem às cidades brasileiras, uma grande parcela já detinha as indicações onde iria residir e, outros, já sabiam com quem iriam trabalhar. A geração de pessoas que chegaram durante a década de 1960, 1970 tinha nichos de trabalho diferentes dos setores da costura, atualmente, destinado aos trabalhadores que não possuem documentos de

permanência no Brasil; e onde se pagam "salários" muito abaixo das regras estabelecidas pelo governo Brasileiro. A primeira geração de pessoas que chegaram no Brasil foram trabalhar em variados setores, alguns, como é o caso de Ema, Rose, Lídia possuíam vínculos de trabalho doméstico estabelecidos em suas cidades na Bolívia; o que fez com que elas chegassem e soubessem onde iriam ficar e com quem iriam trabalhar, assim como, eram pessoas documentadas e legalmente registradas.

No final da década de 1980, e durante toda a década de 1990, com a saída de trabalhadores coreanos no setor da costura de São Paulo, novas pessoas foram sendo encaminhadas para antigas "vagas" ocupadas por outros imigrantes. Assim, vários trabalhadores bolivianos foram sendo 'convocados' a ocuparem esses postos, mas que por não terem seus documentos juridicamente 'legais' passaram a ficar a mercê das condições de trabalho e exploração de seus patrões, tornando-se vulneráveis as práticas de espoliação e violência da indústria têxtil.

No período que a narradora Carlota chegou ao Brasil, disse que ainda não existia essa prática de exploração excessiva que muitos patrões cometem contra seus empregados. Carlota trabalhou em muitas oficinas de costura em São Paulo, mas como tinha uma idade avançada, não conseguiu adentrar nas disputadas empresas de confecções do bairro do Bom Retiro, por mais que soubesse todas as etapas do processo produtivo. A narradora disse que não tinha o objetivo de vir para o Brasil, mas acabou aceitando um convite de sua irmã e veio trabalhar em sua oficina e residir, a princípio, em sua casa.

> A minha irmã me trouxe para São Paulo só que não conseguia alcançar o dinheiro que desejava. Acabei indo parar em uma oficina de costura e trabalhando, aprendi a costurar.

Poucos foram os trabalhadores que conseguiram dar entrada ao processo de anistia no ano de 2009 e, assim, muitos continuam subjugados aos modos de exploração de seus patrões, e do circuito capitalista de produção. Uma parcela das pessoas que conseguiram se 'legalizar perante o governo' saíram do setor de manufatura e foram trabalhar no setor de serviços, tais como balconista, frentista, diarista, vendedores. É o caso de uma narradora entrevistada para essa pesquisa, Jenny Cabellero, que trabalhou para seus sogros na oficina de costura da família, mas que ao conseguir seus documentos foi trabalhar em uma óptica como vendedora no Brás.

Assim, podemos perceber a predominância dos agenciamentos das redes sociais dos imigrantes como ponto para as articulações de moradia e nichos de trabalho no Brasil. Contudo, as comunidades de destino não agenciam somente os setores trabalhistas destes imigrantes, como também, suas relações afetivas e comunitárias de aporte psicológico no lugar de destino.

A problemática da identidade

No mundo contemporâneo, pensar a cultura em termos de mobilidade é possível porque podemos identificar os processos de pertença que compõem o mosaico das identidades nos processos de mobilidade na sociedade. O sociólogo Zygmunt Bauman, no livro *Identidade* povoa o pensamento moderno com várias indagações sobre o conceito. Para ele, a identidade está mesclada por várias inquirições, uma vez que existem diferenciados pólos que convergem, e ao mesmo tempo, refrata o conceito de identidade; tendo como ponto de partida a noção de não estabilidade, não fixidez, não homogeneidade dos processos de identificação.

O sociólogo pauta suas análises sobre o processo capitalista e suas interfaces no cotidiano da contemporaneidade. Desta forma, Bauman propôs algumas indagações a propósito do termo de identidade. O processo de construção identitária no mundo moderno exige do pesquisador, perceber as sutilezas que a globalização provocou na estruturas do Estado, nas condições de trabalho, nas relações entre os Estados, assim como, como tais processos afetaram as subjetividades coletivas, a produção cultural, a vida cotidiana e as relações entre o *eu* e o *outro*.

Outra indagação é sobre a pertença cultural, sentimento de pertencimento que os indivíduos vão construindo para si ao escolherem e fazerem parte, pelo menos, de duas comunidades; tendo como divisão serem entre "Comunidades de Vida e de Destino" (2005: 17). A primeira se caracteriza por ser um lugar de ligação absoluta

(famílias, comunidades de etnias indígenas, descendentes de quilombolas, comunidades religiosas); a segunda por ser de caráter ideológico fundada por valores e princípios variados.

O critico cultural jamaicano Stuart Hall ao estudar o conceito de identidade cultural no contexto da modernidade, demonstrou que o acionamento de identidades no âmbito das humanidades tem emergido críticas, porque se antes se entendia a identidade como algo integral, originário, unificado e essencialista; atualmente, essa visão não é aceita, muito menos, vivenciada por grande parcela de pessoas no mundo atual. Em contraste com a visão naturalista de identidade, os processos de identificação veem a identidade como uma construção, como um processo nunca completado, mas sempre em construção, sempre em devir. Para Hall é um conceito estratégico e posicional, porque na

> "modernidade tardia, cada vez mais as identidades são fragmentadas e fraturadas; o que elas não são, nunca, singulares, mas multiplamente construídas ao longo de discursos, práticas e posições que podem se cruzar ou ser antagônicos. As identidades estão sujeitas a uma historicização radical, estando constantemente em processo de mudança e transformação" (Hall, 2000: 108).

Destarte, as identidades agenciadas nesse texto são plurais, e estão inseridas dentro da instância do devir. A cultura, para Hall, é entendida como uma instância simbólica na qual cada grupo organiza sua identidade, e assim, deixa de está relacionada com a questão de "quem nós somos" ou "de onde viemos", mas muito mais de "quem nós podemos nos tornar", "como temos sido representados", e "como essa representação afeta a forma como nós podemos representar a nós próprios".

> "É precisamente porque as identidades são construídas dentro e não fora do discurso que nós precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas. Além disso, elas emergem no interior do jogo de modalidades específicas de poder e são, assim, mais o produto da marcação da diferença e da exclusão do que o signo de uma unidade idêntica, naturalmente constituída, de uma 'identidade' em seu significado tradicional – isto é, uma mesmidade que tudo inclui, uma identidade sem costuras, inteiriça, sem diferenciação interna" (Hall, 2000: 109).

A partir desses apontamentos, podemos perceber que a presença dos bolivianos em São Paulo produziu e, ainda produz, variadas imagens construídas pela população de São Paulo. A tentativa de construírem espaços e momentos de encontros sejam eles, festas religiosas ou cívicas é um processo de "*reconstrução de identidades, o qual se dá em confronto com os preconceitos atribuídos a eles pela sociedade local*" (Silva: 2003). Isso demonstra que a identidade não é fixa, mas móvel, dinâmica, fluida e que é negociada a partir dos conflitos estabelecidos entre as identidades autorizadas e não autorizadas.

Para Silva (2003) a identidade constituída pela comunidade boliviana em São Paulo representa um:

> "Mosaico de identidades que são veiculadas em determinados contextos e de variadas formas, caberia perguntar como cada parte envolvida se posiciona com relação a tal disputa. Temos, na verdade, um processo de negociação de formas de identificação, em que as relações estabelecidas são marcadas por tensões explícitas ou simuladas como parte constitutiva." (2003: 234).

Isso evidencia que ao falar de identidade tocamos em um campo de polaridades onde variadas formas e posições discursivas bifurcam-se em uma luta para pertencer ou não a grupos, comunidades, instituições.

Ao querermos nos aproximar dessa problemática da imigração dos bolivianos em São Paulo e fazermos uma ponte de conexão ao Bauman, que diz: "*a identidade como uma composição flexível, quase sempre, relacionada aos sentidos de deslocamento, de transitividade, em um mundo moderno 'ditatorial', compondo identidades líquidas.*"

(2005: 18). Assim, ao ouvirmos e expressarmos sentimentos de identidade estamos presenciando uma luta de forças em querer pertencer ou dividir o discurso.

O trabalho com identidades, portanto, é de difícil precisão em virtude das pluralidades de pólos ou fatores identitários presentes em uma só pessoa. Por exemplo, um indivíduo pode ser identificável por várias características: procedência regional, etnia, opção religiosa, orientação sexual, preferência de corrente política, participação institucional ou escolha de causas em que atua. Modernamente, todos estamos submetidos a uma multiplicidade de pólos identitários possíveis, que, por sua vez, sofrem alterações dadas as influências das variações da cultura e das situações a que se submetem as pessoas.

Referências bibliográficas:

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.
CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: Edusp, 4 edição, 2006.

_____ **Diferentes, Desiguais e Desconectados**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.
HALL, Stuart. In SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Quem Precisa de Identidade?** In e Diferenças - a perspectiva dos estudos culturais. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

HOLANDA, Fabíola; MEIHY, J, C, S, B. **História oral: como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto, 2008.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. 5ª. Ed. São Paulo: Loyola, 2005.

SILVA, Sidney Antônio Silva. **Costurando Sonhos: trajetória de um grupo de imigrantes bolivianos em São Paulo.** São Paulo: Paulinas, 1997.
_____ **Virgem, Mãe, Terra: festas e tradições bolivanas na metrópole.** São Paulo: Hucitec, 2003.
Sites de periódicos: http://www.onu-brasil.org.br/view_news.php?id=3347 visto em 05/08/2009.
http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/GT_MIG_ST1_Fazito_texto.pdf visto em 01/08/2009 artigo de Dimitri Fazito, UFFMG/Cedeplar, visto em 01/08/2009.

http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v15n42/1733.pdf artido de Roberto Cardoso de Oliveira, visto em 01/08/2009.

HISTÓRIA ORAL: MEMÓRIAS DE Praia Grande?

Magna Flora Cális[212]

Todo o projeto foi baseado no princípio de que a memória coletiva e/ou individual são fatores válidos na construção histórica, que neste caso é a formação da cidade de Praia Grande.

De acordo com Henry Rousso, a memória tem uma função especial:

> (...) seu atributo mais imediato é garantir a continuidade do tempo e permitir resistir à alteridade, ao 'tempo que muda', as rupturas que são o destino de toda vida humana; em suma, ela constitui – eis uma banalidade – um elemento essencial da identidade, da percepção de si e dos outros" (ROUSSO, 1998, p. 94-95).

Ora, se de acordo com Rousso, a memória é elemento de suma importância para a identidade e percepção de si e de outros, nada mais correto do que utilizar-se de várias memórias para a construção da história de um local.

Portanto, a matéria-prima do projeto são os depoimentos daqueles que vivenciaram, participaram e se envolveram direta ou indiretamente com o processo histórico de formação da cidade. Pretende-se ainda registrar e preservar a memória coletiva, captando momentos, olhares, percepções, sentimentos dos moradores sobre a *História de Praia Grande*, vista, narrada e construída sob outro viés. E através disso, foi organizado uma coleção de depoimentos orais individuais, composto de vídeos digitalizados, abertos à consulta pública. O Museu da Cidade ganhou assim mais uma coleção para compor o seu Acervo Histórico. E em reconhecimento à contribuição dos colaboradores, por prestarem um serviço ao patrimônio cultural da cidade, estes serão homenageados pela instituição.

2 A escolha das entrevistas

Na elaboração de uma pesquisa, faz-se necessário a busca por fontes para que haja a fundamentação dos argumentos ou corroboração do que esta sendo defendido. Buscou-se para a realização do trabalho, moradores antigos no município que de uma forma ou de outra, contribuíram e vivenciaram a História da cidade. Em nenhum momento desta busca, optou-se pelo destaque de um ou outro grupo social. Foram feitas entrevistas com pessoas ligadas diretamente na política de Praia Grande como o primeiro e o segundo prefeito; figuras influentes, como Circe Sanchez Toschi - que chegou ainda criança com seu pai, cujo interesse maior era os loteamento da cidade, mas também com dona Maria Benedicta da Silva, moradora antiga do município, possuidora da "rede mortuária" da cidade e que tinha dentre outros talentos reconhecer o caminho de sua casa pelo cheiro; falou-se com o senhor Raimundo, pescador, onde

---

212 Magna Flora Cális é professora de História, pedagoga e MBA em Arquivologia. Autora do livro Paisagens da Memória – História de Praia Grande. Atualmente atua na Coordenadoria de Patrimônio Histórico e faz parte da equipe da curadoria do Museu da Cidade de Praia Grande.

desempenhava seu ofício com a ajuda da "tamanca" uma espécie de embarcação individual. Para Jucá, em seu artigo "A Dimensão metodológica da História Oral":

> O reconhecimento do papel dos menos favorecidos, considerados sem história, esquecidos ou menosprezados pelas fontes oficiais, deu seus primeiros passos em diferentes pontos pelas fontes oficiais, deu seus primeiros passos em diferentes pontos do mundo (...) através do relato dos cronistas religiosos (...).
>
> (JUCÁ, 2001, p. 152)

A História Oral vem acrescentar ainda mais força na construção da memória, percorrendo por todas as nuances sociais, independente do grau de participação ou influência que tiveram nesta no decorrer da História.

3 O registro dos depoimentos

Segundo Jucá (2001):

> As novas dimensões do campo de trabalho do historiador encontraram na História Oral uma possibilidade de diversificar as fontes a serem trabalhadas, passando a valorizar o significado da memória na compreensão da vida humana. O mérito da inovação metodológica adotada reside na proposição apresentada de abordar novos temas e problemas, possibilitando a descoberta de novos sujeitos na História, renovando métodos e fontes adotados, que permitem uma relação mais significativa com o tema estudado. Acima da preocupação em encontrar novos eventos, a História Oral nos remete à compreensão do significado dos depoimentos, onde a subjetividade do expositor a ser trabalhada pelo historiador comprova a ampliação dos envolvidos na reconstrução do passado.
>
> (JUCÁ, 2001, p. 151)

Diante do exposto por Jucá, onde este afirma o crescimento do campo de trabalho do Historiador e da possibilidade de diversificação das fontes, não há em História Oral uma metodologia de registro fechada. Algumas instituições gravam seus depoimentos somente em áudio; outras, no entanto, fazem o registro por meio de vídeos. No projeto "Memórias de Praia Grande", optou-se por fazer dois tipos de registros. O primeiro em vídeo e o segundo por meio de transcrições. Pensou-se ser importante gerar documentos em diferentes formas de suporte, para abranger um número maior de consulentes interessados em se apropriarem da História do município.

Considerações Finais

Objetivou-se com o projeto trazer à tona uma história até então não registrada e pouco conhecida do município. São muitos os documentos referentes à emancipação, acontecida em 1967, porém quase nada havia da História dos primeiros moradores do território. Moradores estes que contribuíram de uma forma ou de outra para o crescimento e desenvolvimento do local.

A cidade não se iniciou naquele momento de ruptura com São Vicente. Praia Grande teve sua gestação iniciada muito antes. O projeto permitiu o preenchimento de muitas lacunas; mostrou nuances de uma cidade diferente; despertou saudade, memórias e a valorização do sentimento de pertencimento a história local. Pode-se fazer uma investigação sócio-econômica dos diferentes momentos, assim bem como, uma análise das diferentes percepções de cada colaborador em relação à cidade.

Enriquecedor, gratificante, surpreendente e principalmente recompensador foi o desenvolvimento deste projeto, para todos que elaboraram, participaram e contribuíram, mas principalmente para cidade de Praia Grande.

Referências bibliográficas:

JUCÁ, G.N.M. A dimensão metodológica da história oral. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, nov. 2001. Disponível em < http://www.ceara.pro.br/Instituto-site/Rev-apresentacao/RevPorAno/2001/2001-DimensaoMetodologicaHistoriaOral.pdf>. Acesso 1 jul. 2011.

MEIHY, J. C. S. B. **Manual de História Oral**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

ROUSSO, Henry. "A memória não é mais o que era". In: AMADO, Janaína & FERREIRA, Marieta. (Coords.). **Usos e abusos de história oral.** Rio de Janeiro: FGV, 1998.

HISTÓRIA ORAL: SABER POPULAR DOS CURANDEIROS*[213]

Carla Cristina Barbosa**

O sertão norte-mineiro tem espeficidade própria, principalmente, no tocante às características sociais e culturais. É uma região marcada por valores próprios, em que essa especificidade estabelecida pelas condições do lugar, reflete diretamente na maneira de vida da população. Afinal, o norte-mineiro é "orgulhoso de sua regionalidade e das características sociais e culturais que o fazem singular na interioridade da realidade social mineira."[214]

No sertão norte-mineiro, encontramos conhecimentos de grupos tradicionais como os indígenas e os sertanejos.[215] Entendemos que a essência desse sertão está nos saberes e fazeres desse sertanejo.

Assim, O que se propõe neste trabalho é mostrar o caminho trilhado para a realização dessa pesquisa[216], que deve como grande marco o registro dos saberes dos curandeiros feitos através da História Oral. Para isso, iniciamos com o recorte metodológico selecionando as cidades, suas feiras e mercados e respectivos colaboradores, pois, apesar de o Norte de Minas Gerais ser uma área que pertence ao Estado de Minas Gerais, região do Sudeste, tem características econômicas, sociais, culturais e geográficas similares à região Nordeste do Brasil.

No decorrer do trabalho de campo foi realizada a pesquisa nas feiras e mercados das cidades do Norte de Minas e entrevistados curandeiros que atuam nesses espaços.

Para seleção das cidades, optamos pela divisão espacial da região em microrregião.[217] Entre as cidades que compõem as microrregiões, selecionamos as que têm a tradição na realização das feiras e que são referência cultural, social e econômica para as demais.

213

* Apoio FAPEMIG. Orientação da Professora Doutora Márcia Helena Mendes Ferraz.

** Doutora em História da Ciência pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-PUC/SP. Professora do Departamento de História da Universidade Estadual de Montes Claros- Unimontes. Coordenadora Geral do Núcleo de História e Cultura Regional- NUHICRE.

214

Costa, "Mineiros e Baianeiros englobamento, exclusão e resistência," 19.

215

Ricardo R. Ribeiro, "História Ecológica do sertão mineiro", 48.

216

Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da PUC-SP, com protocolo de pesquisa nº. 009/2009.

217

As microrregiões são: Bocaiúva, Grão Mogol, Janaúba, Montes Claros, Pirapora e Salinas. (Website da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, disponível em www.almg.gov.br, acessado em 18 de agosto de 2008). A opção pelo recorte metodológico feito a partir da divisão da mesorregião do Norte de Minas em microrregiões foi uma divisão não só espacial, mas, principalmente, social, cultural e econômica, em razão das características de cada uma delas.

Neste trabalho, a arte de curar dos curandeiros foi investigada na perspectiva de entender como se dão esses saberes populares e a sua tradição.

Desse modo, o curandeiro é aqui analisado como detentor de um conhecimento passado de geração para geração. Esse conhecimento significa uma tradição da população do Norte de Minas, que utiliza as plantas medicinais para curar suas enfermidades. Na "memória e nos mitos, estão as tradições e a história, que incluem as religiões e os sistemas de valores e os modos de comportamento." [218]

A pesquisa procurou reconhecer a identidade do curandeiro, a divisão de poder que se estabelece e qual o seu pensamento. Isso se deu a partir de uma análise epistemologia, que se originou da rede conceitual da história oral,[219] utilizada na pesquisa que, afinal não se resume apenas em relatos.

Desse modo, o estudo foi construído na perspectiva do conhecimento de homens e mulheres que adquirem seu saber no cotidiano das suas atividades, a partir de uma tradição regional de uso das plantas.

RELATOS DOS CURANDEIROS

Parte significativa desse estudo, proveem de entrevistas realizadas com os curandeiros no Norte de Minas. Deste modo, a história oral relatada pelos curandeiros mostrou o conhecimento das ervas, raízes, a enfermidade e o remédio. A história oral constitui um caminho interpretativo que evoca a memória individual e coletiva desses curandeiros, bem como os relatos orais como forma de registro desse conhecimento.

A entrevista oral sugere três gêneros distintos: história oral de vida, história oral temática e a tradição oral: as duas primeiras podem servir a projetos de bancos de história ou análises que superem o sentido da recolha; contudo, a tradição oral requer exames longos e complexos em que a observação é constante, continuada e impessoal. [220]

A história oral de vida é decorrente de narrativas que dependem da memória, das impressões e até das contradições naturais da fala. Neste caso, a história oral temática, requer a existência de um foco central que justifica o ato da entrevista em um projeto. A tradição oral assenta em bases de observação e lida com elementos da memória coletiva. [221]

A história oral é entendida como:

---

218 D' Ambrosio, "Tendências historiográficas na história da ciência," 173.

219 Neste trabalho, optamos pela estratégia metodológica baseada na história oral. A metodologia trabalhada seguiu a linha de pesquisa do NEHO-USP (Núcleo de Estudos em História Oral do Departamento de História da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo).

220 Meihy & Holanda, *História oral*, 33-35.

221 Ibid.

> "Um conjunto de procedimentos que se inicia com a elaboração de um projeto e que continua com o estabelecimento de um grupo de pessoas a serem entrevistadas.O projeto prevê: planejamento da condução das gravações com definição de locais, tempo de duração e demais fatores ambientais; transcrição e estabelecimento de textos; conferência do produto escrito; autorização para uso; arquivamento e, sempre que possível, a publicação dos resultados que devem, em primeiro lugar, voltar ao grupo que gerou as entrevistas." [222]

Assim, entende-se a história oral como processo de construção da narrativa e como valorização da experiência subjetiva. A memória é sugerida por Halbwachs[223], é por definição, 'coletiva': um elemento essencial da identidade, da percepção de si e dos outros. A memória é, portanto, um elemento constitutivo da identidade, tanto coletiva quanto individual, e elemento importante para o reconhecimento e a valorização de indivíduos ou grupos. Cabe esclarecer que, a memória é pensada como um processo inacabado, em permanente (des) construção.

Nesta perspectiva, que construímos o nosso estudo, pois:

> "A história fez-se, sem dúvida, com documentos escritos. Quando há. Mas pode e deve fazer-se sem documentos escritos, se não existirem [...]. Faz-se com tudo o que a engenhosidade do historiador permite utilizar para fabricar o seu mel,quando faltam as flores habituais: com palavras, sinais, paisagens e telhas; com formas de campo e com más ervas; com eclipses da lua e arreios; com peritagens de pedras, feitas por geólogos, e análises de espadas de metal, feitas por químicos. Em suma, com tudo o que, sendo próprio do homem, dele depende, lhe serve, o exprime, torna significante a sua presença, atividade, gostos e maneiras de ser." [224]

Marc Bloch, citado por J. Le Goff, declarou que "a diversidade dos testemunhos históricos é quase infinita. Tudo o que o homem diz ou escreve, tudo o que fabrica, tudo o que toca pode e deve informar-nos sobre ele." [225] Dessa forma, o par oral/escrito é fundamental para a história, assim como a passagem do oral-escrito é importante tanto para memória quanto para a história. Para o autor, a oralidade e escrita coexistem nas sociedades e essa coexistência é importante para a história, já que sem história não há sociedade.[226]

---

222 Ibid., 15.

223 Halbwachs, *A memória coletiva*, 34.

224 Lucien Febvre, *História e Memória*, 107.

225 Le Goff , *História e Memória*, 107.

226 Ibid., 53.

Assim, as narrações permitem a compreensão do saber pela reflexão que os curandeiros fazem de sua própria trajetória.

Entendemos que essa pesquisa é baseada na história oral temática em que "o teor testemunhal se torna a chave que abre os compartimentos escurecidos por versões que devem ser resolvidas pelo narrador", e visa à compreensão da rede de conhecimentos estabelecida pelos curandeiros. A reflexão que se faz acerca da metodologia é fundamental, uma vez que, não há, na região documentação ou registro sobre esses saberes.

Afinal:

> "Entrevista em história oral é a manifestação do que se convencionou chamar de documentação oral, ou seja, suporte material derivado de linguagem verbal expressa para esse fim. A documentação oral quando apreendida por meio de gravações eletrônicas feitas com o propósito de registro torna-se fonte oral. A história oral é uma parte do conjunto de fontes orais e sua manifestação mais conhecida é a entrevista." [227]

Contudo, os curandeiros nos seus relatos sobre o conhecimento tradicional narram, também, a história de sua vida.Nesse caso, essas narrativas revelam os saberes tradicionais das plantas medicinais, da enfermidade e do remédio.

Neste nosso trabalho de história oral, a seleção das cidades, dos entrevistados sempre se pautou em condutas e procedimentos que conduzissem ao objeto, aos objetivos e à resposta do problema.

Afinal:

> "Para se fazer um trabalho de história oral não basta alguém munido de gravador ou filmadora e a existência de um ou mais depoentes dispostos a dar entrevistas. É preciso um projeto que guie as escolhas, que especifique as condutas e qualifique os procedimentos desde o começo até o fim." [228]

A pesquisa com a história oral iniciou com a elaboração de um projeto[229] que definiu os objetivos, os entrevistados. Houve preocupação de evitar no trabalho a "entrevista pela entrevista, esgotando no momento da gravação a finalidade do projeto." [230]

Por se tratar de uma pesquisa que envolve história oral, faz-se importante esclarecer que a narrativa é uma mediação entre tempo vivido e significação da ação e torna-se expressiva na medida em que articula os traços da experiência temporal; neste caso, especificamente, a experiência dos curandeiros em manipular plantas medicinais, no seu dia-a-dia.

---

227 Meihy & Holanda, *História oral*, 14.

228 Meihy, *Manual de História Oral*, 162.

229 De acordo com Meihy, o projeto deve ser visto como referência, e não como uma camisa de força; ele deve orientar o trabalho e dialogar constantemente com o que foi proposto. Assim sendo, nesta tese, o projeto de História oral foi referência. (Meihy, *Manual de História Oral*, p.164), pois ele passou por adequações durante sua elaboração e desenvolvimento.

230 Meihy, *Manual de História Oral*, 164.

A subjetividade está relacionada às experiências, ou seja, pelo modo de vida e como são exercidas as relações estabelecidas com as coisas, pessoas e tempo - nesse caso, os curandeiros e sua experiência de vida em doença e remédios.

Essa experiência dos curandeiros visa a valorizar os sujeitos históricos e as mediações culturais, morais que se constituem no tecido social. Para W. Benjamin[231], a experiência articula-se com a possibilidade do compartilhamento de uma tradição por uma comunidade humana sempre retomada e transformada de geração para geração nas continuidades das palavras transmitidas de pais para filhos.

A pesquisa baseia-se na história oral como um processo de intervenção e mediação que se dá na construção de narrativas e de estudos referentes à experiência de pessoas e de grupos. Nesse sentido, por meio do registro e da análise das narrações, entendemos quais os envolvimentos entre vida pessoal e profissional, explorando suas relações do conhecimento tradicional com a cura.

A história oral temática é sempre de caráter social onde as entrevistas não se sustentam sozinhas ou em versões únicas. É usada como metodologia ou técnica e, dado o foco temático, torna-se um meio de busca de esclarecimentos de situações polêmicas e contraditórias.[232]

Neste trabalho, as entrevistas foram preparadas com antecedência por meio de um roteiro investigativo, sendo a escolha dos colaboradores fundamental pelo seu caráter testemunhal.

Por isso, o colaborador entrevistador deve ser atuante no sentido de contribuir com a apresentação de argumentos ou provocações para que o colaborador que responde reaja aos estímulos dados. [233]

Nas entrevistas, tivemos que 'ativar' a memória dos entrevistados com nomes de plantas indicadas por outro curandeiro ou plantas que já havíamos percebido dentro da barraca.

Não houve intervenção, durante as entrevistas; muito pelo contrário, elas foram pautadas na observação atenta e respeitosa, com cordialidade, profissionalismo e, principalmente, cuidado com a gravação e filmagem – optamos pelos recursos de áudio e vídeo para facilitar as transcrições.

No decorrer da pesquisa, houve a necessidade de checamos os dados coletados com curandeiros e, para isso, utilizamos o curandeiro A.P.S.[234], o colaborador[235] mais importante da pesquisa. Essa fase do estudo aconteceu

---

231 Benjamin, *O Narrador*,115-221.

232 Meihy & Holanda, *História oral*, 38.

233 Ibid., 39.

234 Esse curandeiro é proprietário da barraca que possui maior variedade de espécies vegetais com propriedades medicinais, no mercado de Montes Claros. Em inúmeras ocasiões, buscamos seu conhecimento para verificar dados e encaminhamentos da pesquisa.

235 O curandeiro A. P. S. foi o colaborador inicial ativo, o ponto zero. O ponto zero é o conceito que designa o primeiro colaborador entrevistado, a entrevista básica ou inicial. A fase do ponto zero deve fornece elementos capazes de aprofundar os pontos indicados na problemática e que devem ser seguidos na investigação. A partir do ponto zero, geraram-se contatos denominados rede. (Meihy & Holanda, *História oral*, 48-49).

durante e depois da realização das entrevistas e se deu, principalmente pela dificuldade nas identificações das plantas, seu nome popular ou vulgar e seu nome científico.

Após as entrevistas, houve o agradecimento, elaboração da lista de controle, reprodução das fitas para segurança e arquivamento. A outra fase, composta de quatro etapas, consistiu na passagem do oral para o escrito[236]: ouvir, transcrever, textualizar[237] e conferir.

Esse estudo foi elaborado na perspectiva de vivenciar a feira, os mercados e a tradição do saber desses curandeiros, pois:

> "O trabalho de campo, vai além da coleta de dados para desenvolvermos uma pesquisa comprometida com a realidade das populações, visto que será também um esforço apurado do pesquisador em lapidar esse diamante, que é a memória das populações em relação ao vivido. Esse procedimento exigirá dos pesquisadores um respeito radical pelos modos de sentir, pensar, agir e reagir do outro. A partir da memória e do gênero da vida das populações pesquisadas poderemos extrair e lapidar os elementos que possam nos permitir compreender com profundidade os sentimentos, as experiências que tornaram possível a vida das pessoas do lugar." [238]

Segundo Santos, a abordagem do espaço deve valorizar a memória das pessoas a respeito dos saberes, das culturas e das relações sociais de produção que são elaboradas e transformadas em identidades do lugar que representam a expressão de modos de vida.

Assim, durante o desenvolvimento deste trabalho, adotamos como critério metodológico a vivência no mercado de Montes Claros e o contato direto com os curandeiros nas suas barracas de maneira que fosse possível compreender a sua dinâmica na arte de curar, principalmente no tocante aos seus saberes.

Para a pesquisa e a vivência nas feiras e mercados das demais cidades pesquisadas, optamos por trabalhar em 3 (três) etapas: 1ª etapa) visita as todas as feiras e mercados e contato com feirantes, frequentadores e com os curandeiros e esclarecimento dos objetivos do estudo; 2ª etapa) compreensão dos saberes dos curandeiros a fim de realizar um levantamento das plantas medicinais utilizadas e, para isso, iniciamos um contato direto com os curandeiros, fazendo anotações[239] e observações; 3ª etapa) gravação das entrevistas e relatos dos curandeiros sobre o uso das plantas medicinais, as enfermidades e modo de fazer as garrafadas, pomadas, chás e xaropes.

---

236 Essa fase da pesquisa foi extremamente árdua e demorada, em razão de se transcrever o material na íntegra, sendo que todas as etapas foram realizadas, exclusivamente, pela pesquisadora.

237 A textualização consiste apenas da narrativa do entrevistado em que excluem as participações do entrevistador. (Meihy, *Manual de História Oral*, 195-203)

238 Rosselvelt J. Santos, "A pesquisa empírica e trabalho de campo," 117.

239 Essas anotações foram realizadas no caderno de campo durante as entrevistas e nos demais contatos e ele funcionou como um diário e roteiro prático.

Através da observação, estabelecemos vivências no espaço das feiras e dos mercados. Essas observações mostraram a tradição das feiras na região. Os dados coletados nesses espaços foram anotados, interpretados e analisados, de maneira a se pensar nos saberes populares e nas feiras.

Assim, procuramos observar os procedimentos segundo os quais acontecem a arte de curar dos curandeiros, como as plantas medicinais estão nas barracas, quais são essas plantas, como acontece o diagnóstico e a prescrição das ervas para cada tipo de enfermidade.

Podemos considerar que uma das singularidades do Norte de Minas Gerais está, justamente, nesses saberes que circulam nas feiras e mercados reunindo todo o conhecimento a respeito de plantas medicinais.

Conhecimentos esses que consolidaram uma tradição oral de cura no sertão norte-mineiro.

Referências bibliográficas:

Alberti, Verena. *Manual de História Oral*. Rio de Janeiro: Editora: FGV,2004.

Alfonso-Goldfarb, Ana Maria. *O que é história da ciência*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. "Repensando as rotas da magia a caminho da ciência moderna (um estudo preliminar)". In *Anais do IV Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia*, org. José Luiz Golfarb. São Paulo: Annablume; Nova Stella, 1994.

_____. "Viajeros y estudiosos de tierras brasileñas y águas minerales." In *Las ciencias químicas y biológicas em la formación de um mundo nuevo*, P. Aceves Pastrana. México, D.F.: Universidad Autónoma Metropolitana,1995.

_____. "Alguns apontamentos sobre a Historiografia em História da Ciência." In *O tempo e o cotidiano na história*, A. M. Martins et al. São Paulo: Fundação para o Desenvolvimento da Educação, 1993.

Barbosa, Carla C. "A feira, a cidade e o turismo: conceitos, definições e relações com o lazer e a cultura em Montes Claros (MG)." Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Uberlândia, 2003.

_____, org. *Sertão: cultura e poder*. Montes Claros: Unimontes, 2007.

Beltran, Maria H. R. "O Europeu diante da Flora do Novo Mundo." In *História da Ciência: o mapa do conhecimento,* org. Ana M. Alfonso-Goldfarb & C. A. Maia. São Paulo:EDUSP, 1996.

Benjamin, Walter. "O Narrador: considerações sobre a obra de Nicolai Lescov." In *Magia e Técnica, Arte e Política.* Obras Escolhidas. Vol. I. São Paulo: Brasiliense, 1987.

Bosi, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Cia das letras, 1998.

Costa, João B. de A. "*Mineiros e Baianeiros englobamento, exclusão e resistência."* Tese de doutorado, Universidade de Brasília, 2003.

D'Ambrosio, Ubiratan. "Tendências historiográficas na história da ciência." In *Escrevendo a história da ciência: tendências, propostas e discussões historiográficas*, org. Ana M. Alfonso-Goldfarb & Maria H. R. Beltran. São Paulo: Editora Livraria da Física; EDUC; FAPESP, 2004.

Através do caderno de campo foi possível estabelecer um diálogo com os objetivos, o problema elaborado para essa pesquisa. Assim sendo, ele desempenhou papel imprescindível uma vez que muitos registros foram anotados nele.

Debus, Allen G. "A Ciência e as humanidades: a função renovadora da indagação histórica." *Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência* (jan. - jun. 1991): 3-13.

Ferraz, Márcia H. M. As ciências em Portugal e no Brasil (1772-1822): O texto conflituoso da química. São Paulo: Editora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; FAPESP, 1997.

_____. "Relatos de viagem: a trajetória dos textos sobre o Brasil." In *XIV Reunião da RIHECQB: Ambiente, Natureza e Cultura na perspectiva da história e epistemologia da Ciência.* São Paulo: Livraria Da Física, 2004.

Figueiredo, Betânia G. *As artes de curar*: *cirurgiões, médicos, boticários e curandeiros no século XIX em Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2002.

França, Martha S. J. "Ciência em tempos de Aids: uma análise da resposta pioneira de São Paulo à epidemia." Tese de doutorado, Pontifícia Universidade de São Paulo, 2008.

Freitas, Sônia M. *História oral: possibilidades e procedimentos*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

Ginzburg, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição.* Trad. Betania Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

Guimarães, Pedro Wilson. Cerrado e Desenvolvimento: tradição e atualidade. In *Cerrado e Desenvolvimento:tradição e* atualidade, Claúdia Luz & Carlos Dayrell. Montes Claros: Imprensa Universitária da Unimontes. 2000.

Halbwacs, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

Le Goff, Jacques. *História e Memória*. Trad. Bernado Leitão et al. Campinas: Unicamp, 2003.

_____. *As doenças têm história*. Trad. Laurinda Bom. São Paulo: Terramar, 1991.

Luz, Claúdia & Carlos Dayrell, orgs. *Cerrado e Desenvolvimento: tradição e atualidade*. Montes Claros: Imprensa Universitária da Unimontes. 2000.

Meihy, José C. S. B. *Manual de história oral.* São Paulo: Loyola, 2005.

_____. *Manual de História Oral*. São Paulo: Loyola, 1996.

_____, org. *(Re) introduzindo História Oral no Brasil*. São Paulo, Xamã, 1996.

_____ & Fabíola Holanda. *História oral: como fazer e como pensar*. São Paulo: Contexto, 2007.

_____ & _____. *Augusto & Lea: um caso de (des)amor em tempos modernos*.São Paulo: Contexto, 2006.

Ribeiro, Ricardo F. "História Ecológica do sertão mineiro e a formação do patrimônio cultural sertanejo." In *Cerrado e Desenvolvimento: tradição e atualidade,* Claúdia Luz & Carlos Dayrell. Montes Claros: Imprensa Universitária, 2000.

Ribeiro, Suzana L. S. "*Processo de Mudança no MST: História de uma família cooperada*." Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo, 2002.

Saint-Hilaire. Auguste. *Catálogo da Exposição Comemorativa do Bicentenário de nascimento*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional. 1979.

_____. *Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e São Paulo.* Trad. Vivaldi Moreira. Belo Horizonte; Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1974.

_____.*Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Trad.Vivaldi Moreira. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1975.

_____. *Viagem pelo Distrito dos Diamantes e Litoral do Brasil*. Trad. Leonam de Azeredo Penna. Belo Horizonte; Itatiaia: Universidade Estadual de São Paulo, 1974.

_____. *Viagem às Nascentes do Rio São Francisco.1779-1853*. Trad. R. R. Junqueira. Belo Horizonte; Itatiaia: Universidade Estadual de São Paulo, 1975.

Santos, Andréa P. dos. "À Esquerda das Forças Armadas Brasileiras História Oral de Vida de Militares Nacionalistas de Esquerda." Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo, 1998.

_____, Suzana L. S. Ribeiro, & José C. S. B Meihy. *Vozes da Marcha pela Terra*. São Paulo: Loyola,1998.

Santos, Rosselvelt J. "A pesquisa empírica e trabalho de campo: algumas questões acerca do conhecimento geográfico." *Sociedade & Natureza* 21 e 22 (jan.- dez. 1999): 111-125.

HISTÓRIA ORAL UMA ABORDAGEM METODOLÓGICA

Sônia Maria Santos[*]

Rita Tavares Mello[**]

Vanessa Lepick[***]

A FORMAÇÃO E OS SABERES DOS ALFABETIZADORES

A questão sobre a formação e os saberes dos alfabetizadores, tema dos nossos estudos, vem sendo bastante discutido em vários países do mundo, alguns porque vêm apresentando nestes últimos trinta anos altos índices de evasão e repetência nas três primeiras séries escolares, outros como no caso da França que já tem toda uma história construída de estudos e pesquisas teóricas e de intervenção na formação permanente de professores.

Observa-se que na prática das escolas de alfabetização, prevalece uma ambigüidade: por um lado uma resistência às mudanças dos antigos mecanismos de gestão e controle burocrático do trabalho, especialmente das relações paternalistas e, por outro, lutas pelo reconhecimento do profissionalismo docente.

Sendo assim, verificamos a necessidade de investigar como desenvolvem-se profissionalmente os alfabetizadores egressos do Curso de Pedagogia da UFU, que saberes e práticas permeiam sua atuação. Pautando-se na figura e nas narrativas desses alfabetizadores buscamos desvelar pontos relacionados à sua visão de formação básica e competência profissional frente às limitações e as condições de trabalho na esfera pública e, a seguir, focalizar suas práticas pedagógicas consideradas como bem sucedidas.

Desta maneira surgem outras questões envolvendo aspectos do ofício de alfabetizador: Quem são os/as alfabetizadores que atuam no sistema público municipal de Uberlândia? Por que escolheu e o que significa ser alfabetizador? Qual o seu itinerário de formação básica e permanente? Que concepções teórico-práticas construíram em torno do ato de ensinar, aprender, e avaliar? De que modo e por que se constituíram em alfabetizadores? O desafio aqui proposto está em construir uma compreensão do processo de desenvolvimento profissional desses alfabetizadores. Trata-se de entender o processo de constituição desse sujeito a partir dele próprio e segundo o trabalho que realiza.

Os pressupostos teóricos advêm da combinação de duas perspectivas que se articulam dialeticamente. A primeira perspectiva considera a necessidade de se redimensionar o campo da investigação educativa, olhando com mais atenção para o fazer do professor.

No processo de ensinar e de aprender, Tardif (2002) afirma que cabe aos alfabetizadores o papel central visto que mobiliza e produz saberes durante o exercício de sua profissão. Para isso, deve ter a capacidade de saber adequar-se metodologicamente, vendo o ensino como um conhecimento em processo de construção. Considerando que cada alfabetizador possui uma história diferente e que seus conhecimentos surgem de um processo individual e coletivo de construção, de formação e de desenvolvimento profissional, esta influencia a sua prática pedagógica e manifesta-se em significados diferentes no ato de alfabetizar.

---

* FACED/UFU

** UNIMONTES/UFU

*** FACED/UFU - Agência financiadora: CAPES / CNPQ

Conforme Soares (1991), até recentemente a maioria dos estudos e pesquisas sobre alfabetização concentravam-se quase que exclusivamente nas facetas psicológicas e pedagógicas, focando processos psicológicos por meio dos quais o indivíduo aprende a ler e escrever, particularmente em seus aspectos fisiológico e neurológico, com freqüente ênfase nas chamadas "disfunções psiconeurológicas", e privilegiando-se as questões pedagógicas, sobretudo os problemas dos pré-requisitos como a "prontidão" para a alfabetização e dos métodos de alfabetização. A preocupação com a formação do alfabetizador surgiu discretamente na década de setenta, com apenas dois trabalhos, no período subsequente 70 a 86 foi possível encontrar oito trabalhos, sendo seis dissertações e dois artigos. (SOARES, 1991, p.32)

Se antes a profissão dos alfabetizadores calcava-se nas cartilhas e na decifração do código escrito e no conhecimento objetivo, no conhecimento das letras, palavras e nos seus sons, pode-se afirmar que até os anos 70 dominar apenas esse saber era insuficiente para ser um bom alfabetizador. Com a evolução das pesquisas nessa área descobrem-se outros elementos que devem ser considerados tanto pelos formadores que atuam no Curso de Pedagogia da UFU, e na formação continuada desses profissionais como também pelos/as próprios alfabetizadores, uma vez que o contexto das aprendizagens não é mais o mesmo.

Em meados da década de 80, com o esgotamento do modelo de desenvolvimento modernizante-conservador, tanto por mudanças internas, quanto pelas alterações na conjuntura internacional, inicia-se a lenta, gradual e permitida "abertura" política. Em várias regiões do Brasil surgiram propostas voltadas para a implementação de projetos e/ou programas, para as escolas da rede pública, cuja preocupação básica era a formação permanente do alfabetizador, a exemplo: no Rio Grande do Sul, "Alfabetização em Classes Populares", (GEEMPA- Grupo de Estudos de Educação Pré-Escolar, 1987); em São Paulo, "Projeto IPÊ" (São Paulo, 1985); e o "Ciclo Básico"(CENP- Coordenadoria e de Estudos e Normas Pedagógicas/SP); em Pernambuco, "Projeto Aprender Pensando"(CARRAHER; 1983); no Rio de Janeiro, o "Projeto de Assessoria à Educação Pré-Escolar" (GARCIA; 1989); em Minas Gerais - Belo Horizonte - "Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita"- (CEALE – Centro de Alfabetização Leitura e Escrita, UFMG, 1989).[240]

De modo especial, a década de 80 foi marcada por um conjunto de planos educacionais[241] que propunham democratizar o sistema de ensino mediante a expansão do atendimento oferecido pela escola. Esta democratização trouxe para a escola alunos de uma classe social que antes não a freqüentavam, colocando seus administradores e professores numa difícil situação, com a qual não sabiam lidar, já que esse novo aluno, advindo das camadas mais pobres, exigia mudanças significativas na prática pedagógica, principalmente na prática dos alfabetizadores.

As políticas de formação "permanente" do alfabetizador não ficam atrás das políticas de educação básica. Estas, por sua vez, têm sido traduzidas e assumidas através das mais variadas concepções e, conseqüentemente, recebido denominações também diversas, assumindo caráter de "Reciclagem", "Treinamento", "Capacitação em Serviço", "Formação a Distância", "Formação Continuada", dentre outras.

No entanto, muitas dessas modalidades de formação têm tratado de forma equivocada o profissional que atua na alfabetização, simplificando e fragmentando seu conhecimento e suas reais necessidades diante do complexo universo que envolve o processo de ensino e aprendizagem da língua escrita e, apesar dessa formação disciplinar, sem se preocupar com a formação de alfabetizadores.

Mais tarde, com o objetivo de dar ao ensino o status e rigor dos quais necessitava a prática tradicional, passou-se a considerar o ensino como ciência aplicada, intervenção tecnológica. A formação dos alfabetizadores realiza-se por

---

240 . A década de oitenta foi significativa para a alfabetização vários projetos foram realizados em diferentes estados brasileiros, Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Minas Gerais e Pernambuco, estas experiências foram as mais divulgadas, tendo repercussão até hoje nos cursos de formação de professores.

241 Nas escolas da rede estadual de Minas Gerais os planos mais significativos foram: Colegiado Escolar, Eleição para Diretores, Planos de Desenvolvimento da Escola.

meio de treinamento técnico/instrumental, anterior ao ingresso na profissão e, depois dele, na perspectiva de reciclagem/atualização, capacitando-o a realizar uma transposição didática, adequada a teorias elaboradas por cientistas básicos e adaptadas por tecnólogos da educação à especificidade das salas de aula.

No caso da alfabetização, os Cursos de Pedagogia exageraram na abordagem psicológica, particularmente através da instrumentalização dos alfabetizadores para que aplicassem testes e treinamentos motores e perceptuais, anos áureos da alfabetização.

Ao investir em sua formação, os alfabetizadores apropriam-se de novos conhecimentos que pressupõem uma atualização permanente. O acesso às informações recentes, divulgadas pela ciência, torna-se a base de um trabalho educativo consistente, acompanhado do exercício de reflexão sobre a própria prática, permitindo ocupar uma posição de destaque em relação ao grupo de profissionais da escola, uma vez que produz saberes específicos para o exercício de sua prática. Tardif (2002, p. 228) afirma que no cotidiano com os alunos os professores são: (...) os principais atores e mediadores da cultura e dos saberes escolares (...).assim, interessar-se pelos saberes e pela subjetividade deles é tentar penetrar no próprio cerne do processo concreto da escolarização, tal como ele se realiza a partir do trabalho cotidiano dos professores em interação com os alunos e com os outros atores educacionais.

Daí serem os alfabetizadores olhados como profissionais que possuem saberes específicos inerentes a sua prática. Tardif (2002) considera que a subjetividade dos alfabetizadores não se reduz somente à cognição ou à vivência pessoal, mas remete às categorias, às regras e às linguagens sociais que estruturam e configuram a experiência dos atores nos processos de comunicação e de interação escolar. Desta forma, o pensamento, as competências e os saberes dos alfabetizadores não se constituem em realidades estritamente subjetivas, já que são socialmente construídas e partilhadas. Nesse sentido, os alfabetizadores, enquanto sujeitos dessa pesquisa, não se configurarão como um objeto, mas como co-participantes na melhoria da qualidade do curso de pedagogia da UFU.

No exercício cotidiano de sua função, os alfabetizadores defrontam-se com vários limites concretos que não são, muitas vezes, previsíveis e passíveis de uma definição acabada. Os alfabetizadores desenvolvem habilidades pessoais, tais como a capacidade de improvisação, macetes, gestos, atitudes e estilos que possibilitam vencer as barreiras e construir uma prática muito própria de como ensinar. (TARDIF, LESSARD e LAHYE, 1991, p.228).

Para Tardif (2002), os saberes do profissional que exerce a docência servem de base para o ensino, e eles são construídos nos mais diferentes lugares e fontes, tais como: a formação básica e continuada de alfabetizadores, o currículo e a socialização da vivência escolar; dos conhecimentos a serem ensinados; a experiência na profissão; a cultura pessoal profissional; a aprendizagem com os pares, entre outras.

As mudanças nos estudos sobre a formação básica e continuada dos alfabetizadores ocorridas nas três últimas décadas buscaram superar os problemas enfocados em três pólos inter-relacionados, um foi tentar superar a racionalidade técnica como fundamento em sua formação, o evidente afastamento entre a pesquisa acadêmica e a prática de sala de aula; o segundo polo, buscou romper com a ideia clássica ou medieval de que a formação básica tem como resultado um profissional pronto para atender às necessidades concretas da sala de aula; o terceiro, foi esclarecer definitivamente de que em se tratando da educação de outros seres humanos não poderia existir uma relação linear entre os processos de ensino e os processos de aprendizagem.

Os alfabetizadores devem diagnosticar o contexto de trabalho, tomar decisões, atuar e avaliar sua atuação, para reconduzi-las, no sentido adequado. Cada um tem uma maneira própria de ser, pensar, agir e ensinar, isto é, transformar seus saberes em conhecimentos efetivamente ensináveis, fazendo com que os alunos não apenas compreendam, mas assimilem e incorporem estes ensinamentos de variadas formas. Porém, ao exercer seu oficio em sala de aula, vive uma situação ambígua: ocupa uma posição estratégica e, ao mesmo tempo desvalorizada; desenvolve uma prática cultivada e ao mesmo tempo, aparentemente desprovida de saberes; vive quotidianamente o dilema entre a autonomia profissional e a ameaça da proletarização e da reprodutividade.

Ao exercer seu trabalho pedagógico, torna-se um educador, cujo ofício consiste no domínio e transmissão de saberes por meio de processos educativos. Este saber docente é, de acordo com a literatura da área, um saber plural, proveniente de diversas fontes, constituído pelo conhecimento científico da área da alfabetização, compreendendo os

saberes curriculares (objetivos, conteúdos, métodos e materiais), os saberes pedagógicos (concepções sobre a atividade educativa) e os saberes práticos da experiência[242].

METODOLOGIA

A metodologia escolhida para a realização dessa pesquisa foi a da história oral por acreditarmos que esta nos auxiliará a responder diferentes as questões e objetivos desse Projeto. Outras pesquisas têm privilegiado o trabalho com histórias orais com o objetivo de investigação e de formação. São os estudos na linha de biografias educativas construídas e analisadas em grupo. Neste âmbito, estão os estudos de Nóvoa (1988) e Dominicé (1990).

Para Nóvoa (1988), o objetivo final das abordagens autobiográficas é contribuir para a elaboração de uma teoria da formação de adultos, ainda que não se possa lá chegar sem passar por uma reflexão centrada no nosso próprio processo de (p.7-20).

Dominicé (1990) acredita que a formação dos adultos não se dá somente através de uma ação educativa, mas é resultado de uma trajetória de vida e da reflexão sobre o modo como os adultos se apropriam de um determinado tempo e de espaços educativos. Os saberes sobre a formação é resultado do processo de reflexibilidade dos que se formam.

Existem várias pesquisas que cruzam abordagens e metodologias, utilizando procedimentos biográficos no sentido de analisar as transformações na profissão docente. Holly (1989) recuperou diários biográficos de professores como instrumentos de investigação da prática educativa, analisando as opções de escrita, as maneiras como exploram seus mundos cotidiano e profissional.

Portanto, julgamos que a história oral poderá proporcionar um método capaz de auxiliar uma compreensão mais clara e justa da crise de identidade que enfrenta o alfabetizador, forjada pelo implemento do tecnicismo na educação, e que vem impondo uma separação radical entre a pessoa e o profissional

Por meio dos registros das histórias orais, dos testemunhos de diferentes gerações de alfabetizadores, serão analisadas as diversas mudanças ocorridas nos processos de aquisição e transmissão do conhecimento, de formação e constituição da carreira dos alfabetizadores, no modo de pensar e fazer o processo de alfabetização, na prática docente dos alfabetizadores no interior das mudanças educacionais mais amplas. Além disso, temos como objetivo produzir uma reflexão sobre o sentido e significado que os alfabetizadores dão ao seu próprio trabalho, bem como, à relação vida pessoal/profissional e a sua inserção nas mudanças sociais vividas pelo país.

Os sujeitos colaboradores desta investigação serão aproximadamente 100 alfabetizadores da rede pública municipal de Uberlândia. E a investigação distribui-se em momentos de modo a expressar a sua dimensão e desenvolvimento, utilizando procedimentos metodológicos segundo os objetivos gerais e específicos.

No primeiro momento serão pontuadas e registradas as condições básicas para a investigação: estudos, debates, discussão e elaboração coletiva do projeto; seleção dos bolsistas; revisão de literatura; identificação, seleção e levantamento de fontes escritas que serão objeto de investigação; definição dos indicadores básicos que alimentarão o banco de dados; levantamento bibliográfico, cd-roms sobre a temática; classificação dos dados coletados; elaboração e pré-teste do roteiro de entrevistas o que poderá ser feito como auxílio da Internet e os alfabetizadores sujeitos desse estudo.

No segundo momento intensificamos a seleção e o levantamento das fontes escritas, como: memoriais dos alfabetizadores, planejamentos de ensino, projetos de trabalho, cadernos ou diários de classe, anotações e atividades por eles desenvolvidas, bem como a aplicação das entrevistas orais e tabulação dos dados; produção de textos

---

242 Sobre isto ver: Dossiê “Interpretando o trabalho docente”.

preliminares. Seleção dos alfabetizadores que serão entrevistados e preparação das entrevistas orais a partir dos dados levantados no roteiro. Elaboração do relatório contendo os dados iniciais da pesquisa.

O terceiro momento constará da realização das entrevistas orais com os alfabetizadores e paralelamente sua transcrição. Nesta fase simultaneamente, à pesquisa de campo, pretende-se aprofundar o diálogo entre os dados, as evidências, os registros e a literatura da área, o que permitirá a produção de artigos, textos e materiais, disponibilizados na home page da FACED pelo Núcleo de alfabetização e Educação Infantil.

A etapa final consiste na análise e discussão dos dados.

Espera-se que a investigação contribua no processo de formação básica e no desenvolvimento profissional dos alfabetizadores e, sobretudo, que provoque a definição de políticas institucionais de formação básica e da Formação continuada de alfabetizadores que atuam nos sistemas públicos de ensino, o que, certamente, produzirá impactos positivos na melhoria da qualidade do Curso Pedagogia da UFU como também nos cursos de formação continuada oferecidos tanto por docentes da UFU como pelo CEMEPE/Centro de Estudos e Projetos Educacionais da Educação Municipal de Uberlândia.

Referências bibliográficas:

ALARCÃO, Isabel (org.). Formação Reflexiva de Professores. Estratégias de supervisão. Porto, Porto Editora, 1996.
ANDRÉ, Marli E. A. de. Perspectivas atuais da pesquisa sobre docência. In: CATANI et al. Docência, Memória e Gênero. Estudos sobre formação. São Paulo, Escrituras Editora, 1997.
AZEVEDO, Maria A.; MARQUES, Maria L.(org) Alfabetização Hoje. São Paulo, Cortez, 1994.
BUENO, B. O. Pesquisa em colaboração na formação contínua de professores. In: BUENO, B.O., CATANI, D.B., SOUSA, C.P (orgs.). A vida e o ofício dos professores. Formação contínua, autobiografia e pesquisa em colaboração. São Paulo, Ed. Escrituras, 1998.
CATANI, Denice B. Práticas de formação e ofício docente. In BUENO, B.O., CATANI, D.B., SOUSA, C.P.(orgs.). A vida e o ofício dos professores. Formação contínua, autobiografia e pesquisa em colaboração. São Paulo, Ed. Escrituras, 1998.
CAVACO, Maria Helena. Ofício do Professor: o tempo e as mudanças. In: NÓVOA, A. (Org.). Profissão Professor. Porto: Porto Editora, 1991. p.155-191.
DOMINICÉ, Pierre. L´Histoire de Vie comme Procesus de Formation. Paris: Éditions L´Harmattan, 1990.
ESTEVE, José M. Mudanças sociais e função docente. In: NÓVOA, António(org.). Profissão Professor. Porto, Ed. Porto, 1995.
FERREIRO, Emília . Com todas as Letras. 4ª edição. São Paulo, Cortez Editora, 1993.
FERREIRO, Emília, TEBEROSKY, Ana. Psicogênese da língua escrita. Porto Alegre, Artes Médicas, 1985.
FORQUIN, Jean-Claude. Saberes escolares, imperativos didáticos e dinâmicas sociais. Trad. Tomás T. da Silva. Teoria & Educação, Porto Alegre, n.5, p.28-49, 1992.
GARCIA, Regina et Alli. Projeto de Assessoria à Educação Pré-Escolar. Rio de Janeiro: 1989 (mimeo).
GATTI, Bernadete. Os Professores e suas Identidades: o desvelamento da heterogeneidade. Cadernos de Pesquisa. São Paulo: Cortez, nº 98, ago. 1996.
GEEMPA, Alfabetização em Classes Populares. Porto Alegre: KUARUP, 1987.
HERNÁNDEZ, Fernando. A importância de saber como os docentes aprendem. Pátio Revista Pedagógica. Porto Alegre, Editora Artes Médicas, ano 1, nº 1 Fev./abril 1998.
HOLLY, Mary L. Investigando a vida profissional dos professores: diários biográficos. In:
KLEIN, Lígia Regina. Alfabetização: Quem tem medo de ensinar? São Paulo: Cortez; 1996.
KRAMER, Sônia e JOBIM E SOUZA, Solange (orgs.). Histórias de Professores. Leitura, Escrita e Pesquisa em educação. São Paulo, Ed. Ática, 1996.
KRAMER, Sônia. Alfabetização Leitura e Escrita, Formação de Professores em Curso. Rio de Janeiro: Papéis e Cópias da Escola de Professores, 1995.
LE GOFF, Jacques. História e Memória. Trad. Bernardo Leitão et alli. Campinas: UNICAMP, 1992.
LEITE, S. A. S. Alfabetização: um projeto bem sucedido. São Paulo: EDICOM, 1985

LEMLE, Miriam. Guia do Alfabetizador. São Paulo: Editora Ática.1987.
MALDANER, O. e SCHNETZLER, Roseli P. A necessária conjugação da pesquisa e do ensino na formação de professores e professoras. (mimeo). s/d.
MALDANER, Otávio Aloísio. A formação continuada de professores: ensino-pesquisa na escola. Professores de química produzem seu programa de ensino e se constituem pesquisadores de sua prática. Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Departamento de Metodologia do Ensino. Tese de doutorado. 1997.
MAMEDE, Inês Cristina de Melo. Construtivismo na escola pública: (re)construções de conhecimentos e práticas de professores alfabetizadores. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1992. (dissertação de Mestrado).
NASCIMENTO, Mª das Graças. Formação continuada dos professores: modelos, dimensões e problemática. In: CANDAU, Vera Mª. (org.). Magistério: Construção cotidiana. Petrópolis, Vozes, 1997.
NÓVOA, António (org.). Os professores e a sua formação. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1995.
_____ Profissão professor. Porto, Ed. Porto, 1995.
_____Vidas de Professores. Porto: Ed. Porto, 1992. P.79-110.
NUNES, Clarice. Lição de vida aprendendo a ser professor. Legenda, Rio de Janeiro, 5 (9):25-43, ago./dez. 1984.
SCHÖN, Donald. Formar professores como profissionais reflexivos. In: NÓVOA, António(org.). Os professores e sua formação. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1995.
SILVA, Zila Aparecida Peigo de Moura e. A Prática Pedagógica do professor alfabetizador: o que falta e o que precisa mudar. São Paulo: USP, 1993.(Dissertação de mestrado).
SOARES, Amélia M. J. Inovações conceituais nas propostas pedagógicas de alfabetização: tentativas, impasses e tendências. São Paulo: USP, 1992.
SOARES, Magda. "Travessia: Tentativa de um discurso da ideologia". Memorial. UFMG: Belo Horizonte, 1981.
_____ As muitas facetas da Alfabetização. Cadernos de Pesquisa. (52): 19 - 24, 1995.
TARDIF, M. Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

Histórias de professoras negras: a presença da oralidade nas trajetórias de resistência.

Míghian Danae Ferreira Nunes

Este trabalho insere-se numa discussão mais ampla sobre o acesso das mulheres negras à educação formal e no modo como resistiram ao racismo institucional, continuando presentes no espaço escolar e tornando-se professoras. Estudar as mulheres negras e seus percursos escolares é tarefa imprescindível se desejamos ampliar nossos conhecimentos acerca dos grupos sociais presentes em nossas escolas públicas; aqui, trago algumas conclusões sobre pesquisa em andamento no Mestrado em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP) sobre as professoras negras de Educação Infantil da cidade de São Paulo, pesquisa esta vinculada às contribuições da história oral (MEIHY, 1996), entendendo-a como uma sistematização dos referenciais africanos de oralidade (BÂ, 1982), estes identificados no grupo afro-brasileiro pesquisado.

Os questionamentos que me levaram ao estudo mais aprofundado sobre esta temática iniciaram-se quando ingressei na rede municipal de São Paulo como professora de Educação Infantil, há seis anos; chegando à universidade para realizar estudos de pós-graduação, acreditei ser possível transformar minhas inquietações pessoais – fruto das relações que mantenho com meus grupos de pertencimento racial, de gênero e origem – em pesquisa. Percebi que o número de professoras negras ali era maior do que em escolas de ensino fundamental e médio, evento já comprovado em pesquisa realizada em 1985, tendo como autoras Lúcia Elena Oliveira, Rosa Maria Porcaro e Tereza Cristina Nascimento Araújo Costa, intitulada *O lugar do negro na força de trabalho*[243]. Nesta publicação, pode-se perceber que as mulheres negras que estão no magistério atuam em maior número na Educação Infantil, comparado aos outros níveis de ensino. Constatações muito semelhantes também foram alcançadas pela pesquisadora Waldete Tristão de Oliveira em sua dissertação *Trajetória de mulheres negras na educação de crianças pequenas no distrito de Jaraguá em São Paulo: processos diferenciados de formação e de introdução no mercado de trabalho*:

> (...) cada dia mais, surpreendia-me ao encontrar significativo número de mulheres negras atuando nesse tipo de instituição, diferentemente do que eu estava acostumada a ver e conviver desde o meu ingresso em Escolas de Educação Infantil. (OLIVEIRA, 2006, p. 26)

Também a pesquisadora Arlete dos Santos Oliveira comenta suas impressões com relação ao "número significativo de mulheres negras que trabalhavam nas creches" (OLIVEIRA: 2009 p. 22), em sua dissertação *Mulheres negras e educadoras: de amas-de-leite a professoras*. Mulher, para além das constatações biológicas atribuídas ao termo, é um ser categoricamente relacional ao homem, que tem sua identidade sexual fincada na cultura a qual pertence e que se constrói a partir de suas diferenças para com os demais grupos. A partir dos estudos de Joan Scott (1988), o termo gênero – uma categoria relacional que indica "construções culturais – a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres" (SCOTT, 1995) – ganhou cada vez mais força quando o assunto é a diferença entre os sexos, diferenças estas que não são, como já indicamos, apenas biológicas. Se, em primeira instância, os diversos movimentos feministas buscaram produzir trabalhos e pesquisas que evidenciassem as mulheres e suas histórias (SCOTT, 1995), a consolidação do termo gênero busca ir além do direcionamento unívoco e entende as relações entre homens e mulheres como um importante ponto de partida para contarmos a história de nossa sociedade e produzirmos conhecimento. Reconheço a importância desta construção teórica, mas, por também

---

. Faculdade de Educação – Universidade de São Paulo, FEUSP.

243 OLIVEIRA, L. E.; PORCARO, R.M.; ARAÚJO COSTA, T. C.N. **O lugar do negro na força de trabalho.** IBGE. Rio de Janeiro, 1985.

reconhecer que as teorias feministas e esta linha inicial de pesquisa feminista não conseguiram dar conta de falar sobre **todas** as mulheres – e aqui em específico falo da história das mulheres negras – reivindico a importância de localizarmos nossos estudos também a partir da ótica da história deste grupo, utilizando-me das especificidades analíticas do termo gênero, quando necessário for, para explanar alguns apontamentos/ percepções.

Para falar de raça, há um sem-número de estudiosos/as (GUIMARÃES, 2003, 2008; MUNANGA, 2001; GOMES, 1995; CASHMORE, 2000) que advogam sua utilização como também sendo uma categoria relacional, construída socialmente, indo além das definições biologizantes que tomaram conta dos estudos nas áreas das ciências humanas no início do século vinte no Brasil, estes impregnados pelas teorias racistas europeias no campo da Medicina e do Direito. Segundo GUIMARÃES:

> O que é raça? Depende. Realmente depende de se estamos falando em termos científicos ou de se estamos falando de uma categoria do mundo real. Essa palavra "raça" tem pelo menos dois sentidos analíticos: um reivindicado pela biologia genética e outro pela sociologia [...]. Depois da tragédia da Segunda Guerra, assistimos a um esforço de todos os cientistas — biólogos, sociólogos, antropólogos — para sepultar a idéia de raça, desautorizando o seu uso como categoria científica. O desejo de todos era apagar tal idéia da face da terra, como primeiro passo para acabar com o racismo (GUIMARÃES, 2003, p. 95).

Mas, segundo o próprio Guimarães, tal feito não se concretizou porque o termo raça continuou sendo usado tanto pela sociologia como pela biologia para identificar diferentes questões dentro de seus estudos específicos. O Movimento Negro Unificado então

> [...] vai reintroduzir a idéia de raça, vai reivindicar a origem africana para identificar os negros. Começa-se a falar de antepassados, de ancestrais, e os negros que não cultivam essa origem africana seriam alienados, pessoas que desconheceriam suas origens, que não saberiam seu valor, que viveriam o mito da democracia racial. Para o MNU, um negro, para ser cidadão, precisa, antes de tudo, reinventar sua raça. A idéia de raça passa a ser parte do discurso corrente [...] se introduz de novo a idéia de raça no discurso sobre a nacionalidade brasileira (GUIMARÃES, 2003, p. 103).

Cabe dizer aqui que a opção por utilizar o termo raça é, em primeiro lugar, política, já que pretende suscitar o debate sobre as configurações dos estudos sobre relações raciais no Brasil. Esta disputa, de algum modo, levanta debates importantes sobre a própria epistemologia do conhecimento, e mais: ousa reconstruir uma arqueologia[244] dos saberes produzidos até aqui sobre o assunto, reafirmando as intencionalidades das pesquisas até agora feitas, pulverizando as prováveis certezas que tínhamos sobre este assunto.

Interrelacionamos os termos *mulher* e *raça* para definirmos este grupo social denominado *mulheres negras*. Mas, assim como nos lembra SUDBURY (2003), é preciso compreender que este grupo nunca foi homogêneo, sendo utilizado aqui como categoria, mas impossível de ser apreendido numa concepção única, porque as teorias de opinião feminista "valorizam a autêntica forma de expressão marginalizada, mas, quando esta é trazida para o centro, outras novas são criadas" (SUDBURY, 2003, p. 61) Pensando a reviravolta epistemológica que propõe os estudos feministas em meados no século vinte, (LOURO, 1997; hooks, 2003) para a análise da própria configuração dos estudos feministas vigentes, afirmo não ser possível falar da história da mulher usando como referência única a mulher

---

244

Segundo o livro *Vocabulário de Michel Foucault*, arqueologia seria "uma história das condições históricas de possibilidade do saber [...] a arqueologia não é uma disciplina interpretativa, não trata os documentos como signos de outra coisa, mas os descreve como práticas". (CASTRO: 2009, p. 41).

ocidental, branca, de classe média e heterossexual. Seria talvez mais certo tentar falar das *histórias* e das *mulheres*, ainda assim sabendo que nossas constatações não darão conta de toda a complexidade que tais termos trazem para o debate contemporâneo acerca das identidades em jogo, das categorias representativas, das questões de poder e política que estão relacionadas com cada compreensão que se tem de cada um desses termos. A expressão cunhada pelos movimentos feministas do século passado que afirmava ser "o pessoal, político" é um emblema que diz um pouco desse lugar constituído para falarmos das múltiplas histórias de mulheres negras no Brasil. Esta frase não diz tudo, mas é um ponto de partida para chegarmos a outras conclusões sobre o que significa ser mulher negra no Brasil.

Desde que foram criadas na cidade de São Paulo[245] as escolas de Educação Infantil tiveram como exigência para admissão de suas profissionais, o diploma de formação no curso de Magistério, sendo assim um importante diferencial dos espaços denominados de creches. Atualmente, com um maior número de mulheres acessando o ensino superior (consultar QUEIROZ, 2001), pode parecer pouco a solicitação dos estudos em segundo grau, mas se pensarmos na realidade brasileira das décadas de oitenta e noventa, e mesmo nos primeiros anos do século vinte e um, conquistar o diploma de ensino médio, sobretudo para o grupo de mulheres que estamos estudando é um passo deveras significativo para a mudança das condições de trabalho e perspectivas de vida. Esta pesquisa centra-se nas trajetórias profissionais destas mulheres, levando em conta suas identidades de gênero e raciais. A metodologia de história oral se apresentou como um instrumento necessário para fazermos valer as palavras ditas pelas professoras em questão, este sendo nada mais que a sistematização de um saber tradicional de comunidades africanas – a oralidade. No primeiro livro sobre a História Geral da África, publicado em 1982[246], há um texto que nos informa sobre a importância primeira da palavra para as sociedades africanas. Em *A Tradição Viva*, segundo BÂ,

> A tradição oral é a grande escala da vida, e dela recupera e relaciona todos os aspectos. Pode parecer caótica àqueles que não lhe descortinam o segredo e desconcertar a mentalidade cartesiana acostumada a separar tudo em categorias bem definidas. Dentro da tradição oral, na verdade, o espiritual e o material não estão dissociados. Ao passar do esotérico para o exotérico, a tradição oral consegue colocar-se ao alcance dos homens, falar-lhes de acordo com o entendimento humano, revelar-se de acordo com as aptidões humanas. Ela é ao mesmo tempo religião, conhecimento, ciência natural, iniciação à arte, história, divertimento e recreação, uma vez que todo pormenor sempre nos permite remontar à Unidade primordial (BÂ, 1982, p. 167).

Levando em consideração a pertença racial do grupo que desejamos investigar e a ancestralidade presente em seus modos de ser, é inegável que, se desejamos nos aproximar e coletivamente construir modos de interpretação destes modos, precisamos reconhecer a importância desta oralidade para a elaboração da vida, do fazer cotidiano, do ensinar e aprender, do compartilhar, do existir. Assim como BÂ (1982) acreditamos que "nenhuma tentativa de penetrar a história e o espírito dos povos africanos terá validade a menos que se apoie nessa herança de conhecimentos de toda espécie" (ibid., p. 212).

Relacionando estas considerações aos trabalhos realizados pelo Grupo de Estudos Docência, Memória e Gênero (GEDOMGE)[247], vinculado à Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP) podemos

---

245 Para mais informações, consultar FARIA, Ana Lúcia Goulart de. **A contribuição dos parques infantis de Mário de Andrade para a construção de uma pedagogia da educação infantil**. IN: Educação e Sociedade, ano XX, n.69, dezembro 1999, p.60-89.

246 KI-ZERBO, Joseph (Org.) **História geral da África, volume 1 – metodologia e pré-história na África**. São Paulo: Ática; UNESCO, 1982.

247 Grupo de pesquisa criado pelas professoras Denice Catani, Belmira Bueno, Cynthia Pereira de Souza e Maria Cecília Cortez Christiano de Souza no inicio da década de noventa na FEUSP que propunha "a realização de estudos alternativos sobre a formação continuada de professores". (CATANI *et al*., 1993: pp. 300 e 301).

encontrar pontos de intersecção entre o modo como professoras negras contam suas histórias e a discussão sobre a importância da contra-memória para registrarmos histórias de vida e formação docente. A contra-memória desenvolve "um tipo de análise que não apenas ultrapassa os limites dos estudos centrados que se formaram sobre o profissional no decorrer da história"; esta, apoiada em "fontes não escritas ou não impressas", ganha expressivo destaque "quando o que se pretende é inverter, subverter ou demonstrar o caráter dominador da memória estabelecida" (CATANI *et al*., 1993, passim). Assim,

> As críticas que se fazem ao caráter subjetivo das fontes apoiadas na palavra, no depoimento, e na história de vida, podem ser invertidas, pois exatamente essas fontes exprimem de modo claro o que perigosamente se oculta na pretensa objetividade das fontes estatísticas ou oficiais. Nenhuma fonte histórica é imune à crítica interna, à exposição de seus limites e distorções, e nenhuma fonte história, seja ela oral e escrita, pode sustentar-se sem a crítica cruzada, o cotejo com outros dados e outras fontes (Ibid., 1993, 306).

Pensando as memórias de professoras negras como um dos muitos lugares esquecidos da história oficial, precisamos compreender tanto os motivos que tornaram esse *esquecimento* uma **presença** na produção de nossa historiografia brasileira como também, construir saberes sobre estas histórias, a partir da ótica destas profissionais, que, sendo mulheres presentes em cor e corpo, possuem forma(s) específica(s) "de ser e estar no mundo, constituída pelas maneiras de enfrentar os desafios, de aprender os caminhos possíveis e descobrir os atalhos ocultos" (Ibid, 1993, p. 313).

As abordagens biográficas, método este utilizado na área educacional a partir da compreensão de que é imprescindível conhecer as pessoas presentes no cotidiano escolar para assim conhecermos a escola, seu funcionamento e modos (NÓVOA, 2000). A técnica de história de vida elaborada por Nogueira (1968), as análises sobre a história oral feitas por Meihy (1996) são também aqui evocadas, constituindo um quadro amplo para a análise das entrevistas com as professoras em questão, já que o primordial é deixar falar as professoras, fazê-las falar, buscando soltar as possíveis amarras metodológicas que nos prendem a uma leitura única dos discursos aqui enunciados.

Neste texto, escolhi analisar excertos de duas das oito entrevistas realizadas com as professoras que se dispuseram a participar da pesquisa; aqui, detenho-me mais especificamente no momento em que relatam a entrada delas na rede municipal de ensino. Nos questionários entregues antes das entrevistas, as professoras poderiam escolher entre classificar-se utilizando o modelo de classificação racial proposto pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)[248] ou o modelo de autoatribuição, onde elas identificavam-se da forma que achavam mais conveniente. As professoras escolhidas, aqui chamadas de Neuza Santos (negra) e Beatriz Nascimento (preta)[249], tem idade média de 40-45 anos e atuam em escolas de Educação Infantil da rede municipal há aproximadamente 15-20 anos. O trabalho com as professoras constituiu em captar, por meio de um gravador digital, os relatos biográficos narrados pelas mesmas, partindo daquilo que as professoras consideravam importante contar de suas trajetórias de vida e profissão. Apesar de encaminharmos por *email* um roteiro de entrevista semi-estruturada para as professoras, já que algumas delas demonstravam grande dificuldade em "falar livremente", no dia marcado para a entrevista este não era utilizado e as professoras geralmente falavam por cerca de uma hora e meia a duas horas. Percebi que o roteiro funcionava como uma base de apoio inicial, descartado tão-somente elas se viam imersas no relato de suas próprias histórias.

---

248 O Censo Decenal do IBGE utiliza cinco categorias de cor, a saber: amarela, branca, indígena, parda e preta.

249 Os nomes escolhidos para representar as professoras são nomes de mulheres negras já falecidas, que tiveram muita importância em campos de atuação diferenciados na sociedade brasileira.

Segundo Arfuch (2010), a entrevista, "esta forma peculiar" de relato, tornou-se um lugar para onde também se direcionam os esforços do trabalho biográfico na atualidade, posto que converge para si "funções, tonalidades e valores" do gênero (ARFUCH, 2010, 151). É também Arfuch que nos auxilia na compreensão de que, longe de ensejar uma descrição do passado e do presente das entrevistadas, a intenção, com esta modalidade de registro é perceber "o momento autobiográfico na entrevista como processo especular de substituição/identificação, que fala tanto da incompletude do sujeito quanto, correlativamente, da impossibilidade de fechamento de toda a narrativa pessoal" (ARFUCH, 2010, p. 163-164).

Neuza Santos nos relata como se tornou professora de Educação Infantil:

> (...) eu lembro que na época, a diretora perguntou se eu tinha o magistério (por que nem todo mundo tinha o magistério) e a professora que estava de licença, ela tinha o magistério, e ela só poderia colocar nessa sala quem tivesse o magistério. Ela precisava de alguém e me contratou, só depois é que eu fiz o concurso e passei em um dos primeiros lugares. Eu trabalhava como diarista em duas casas na época. O salário piorou quando eu entrei na Prefeitura, a gente ganhava muito pouco! Mas eu queria muito ser professora, foi para isso que eu tinha me formado! Ainda fiquei indo aos sábados na casa delas, eu alternava e ia quinzenalmente, porque elas foram muito legais comigo e me ajudaram nos três primeiros meses que eu trabalhei na Prefeitura e demorei pra receber, pagaram os óculos que eu precisei fazer, mas depois eu saí. (Neusa Santos)

Esta professora expressa a importância que tinha para ela poder atuar na área em que tinha se formado, contrariando uma afirmação de alguns estudos educacionais acerca da desvalorização do magistério de crianças pequenas. Apesar de não ter tido muitas opções de escolha quando do seu ingresso no ensino médio, visto que por sua condição social só poderia escolher um curso técnico que estivesse disponível nas escolas públicas de sua cidade de origem, ela afirma que "era muito estudiosa" e já ministrava aulas particulares desde o fim do Ensino Fundamental, tendo assim uma experiência com a área antes mesmo da entrada no magistério. Por ser a irmã mais velha dos cinco filhos de sua mãe, ensinava aos/às mesmos/as e também aos vizinhos, o que conferiu-lhe a impressão de que fazer magistério seria o caminho mais próximo de sua realidade. Quando perguntada que profissão teria seguido se não tivesse escolhido a carreira de magistério, Neuza responde:

> Lavadeira. Com certeza. Minha mãe era lavadeira, minha avó tinha sido lavadeira. E o bairro onde eu morava, ficava do lado do rio, então essa era uma imagem que estava muito próxima de mim, não só pela minha mãe. Até hoje, no meu bairro, eu fui lá em 2008, muitas pessoas vivem disso, de lavar roupa.

A professora Beatriz Nascimento teve sua trajetória profissional marcada pelas falas preconceituosas de uma senhora que a havia acolhido em sua casa em São Paulo, quando seu pai e alguns/umas irmãos/ãs voltaram para a cidade natal no estado de Minas Gerais, após a morte da esposa e mãe. Beatriz relata que aceitou ficar morando em São Paulo, na casa desta vizinha, porque queria continuar estudando, e sabia que tal empreendimento seria difícil se voltasse com o pai, que pouca importância dava aos estudos e queria apenas que todos/as trabalhassem. Antes de tornar-se professora, havia tentado concluir um curso de cabeleireira e um outro de enfermagem – segundo palavras da professora, seu sonho "era ser pediatra, mas como Medicina era muito cara, vou fazer de atendente de enfermagem, e conforme for..." – mas a senhora sempre lembrava-lhe que seria impossível que pessoas brancas tivessem coragem de com ela "cortar o cabelo" ou "tirar sangue". Beatriz relata este episódio, em conversa com uma outra mulher para quem trabalhava como diarista e lhe propôs moradia á época de seu ingresso no curso de magistério:

> Eu falei assim, "Ah, Antonia, não vou estudar mais não!" e ela disse "Porque?". Eu respondi: "Dona Sara falou que professora preta é meio difícil, não vou estudar mais, ela falou que não pode ter professora preta". Aí Antonia me disse: "Você já desistiu de dois sonhos, esse você não vai desistir!".

Beatriz não desistiu. Formou-se e entrou na rede municipal e estadual de ensino. Seguiu resistindo aos ataques racistas de pessoas conhecidas e muito próximas, além de algumas colegas de trabalho. Relacionando tais atitudes com os estudos sobre o candomblé e a resistência que demonstrou à repressão sofrida sistematicamente desde o período de escravização até o início do século vinte, o pesquisador Júlio Braga (1995) afirmou:

> Na verdade, toda vez que interessou aos propósitos de suas reivindicações sociais, o negro soube, com extrema competência, aproveitar-se da situação social em que vivia. Conduziu seu projeto maior de ascensão social com habilidade, sabendo negociar, aproveitando das raras ocasiões favoráveis, para sedimentar bases sólidas que ainda servem de substrato às diferentes frentes de lutas e investidas políticas atuais (BRAGA, 1995, p. 19).

Desse modo, não podemos compreender estas histórias de vida com base numa ideia primordial de que para todos os grupos sociais brasileiros adentrar a carreira do magistério constitui-se numa desvalorização profissional. Com base nas análises das entrevistas, é possível afirmar que a oralidade constitui-se importante lugar de resistência para as mulheres negras que aqui falam. Entendendo resistência como um movimento estratégico para a continuação e a existência da população negra em terras brasileiras desde sua chegada até os dias atuais, reafirmamos a importância do registro destas histórias, para inscreverem-se ao lado de tantas outras que contribuem na compreensão das histórias das mulheres negras não com um lugar apenas de submissão e desfavorecimento, mas também de ressignificação dos espaços e sentidos atribuídos à elas e a seus modos de ser e estar no mundo. Constatações muito próximas à estas também chegaram outras pesquisadoras que estudaram sobre as professoras negras em outros níveis de ensino: Gomes (1995) e Silva (2000), em pesquisas acadêmicas, perceberam que o espaço escolar, para as mulheres negras, escapa do lugar social e historicamente atribuído à elas, representando um esforço da população negra em superar processos discriminatórios, dentro e fora da escola. Este debate traz à tona outros modos de enxergamos a escola e as pessoas que nela habitam, fazendo-nos compreender a importância de uma educação que privilegie a pluralidade cultural e as diferenças.

Referências bibliográficas:

ARFUCH, Leonor. **O dilema biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

BRAGA, Júlio. **Na gamela do feitiço: repressão e resistência nos Candomblés da Bahia**. Salvador: EDUFBA, 1995.

CATANI, et al. 1993. **Docência, Memória e Gênero: estudos alternativos sobre a formação de professores.** São Paulo: Revista de Psicologia da USP, n. 4, 1993, p. 299-318.

FARIA, Ana Lúcia Goulart de. **A contribuição dos parques infantis de Mário de Andrade para a construção de uma pedagogia da educação infantil**. In: Educação e Sociedade, ano XX, n.69, dezembro 1999, p.60-89.

FOUCAULT, *Michel*. ***As palavras e as coisas*: uma arqueologia das ciências humanas**. 8° ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GOMES, Nilma Lino. **Trajetória Escolar de professoras negras e sua incidência na construção da identidade racial: um estudo de caso em uma escola municipal de Belo Horizonte**. Dissertação (Mestrado). Belo Horizonte, UFMG, 1994.

GONÇALVES E SILVA, Petronilha Beatriz. **Educação e Identidade dos negros trabalhadores rurais do Limoeiro. Tese (Dissertação).** Faculdade de Educação, UFRGS, Porto Alegre, 1987.

GUIMARÃES, A. S. A. **Como trabalhar com raça em sociologia.** Educação e Pesquisa, São Paulo. v. 29, n.01, p. 93-108, 2003.

hooks, bel. **Eros, erotismo e processo pedagógico**. In: O corpo educado: pedagogias da sexualidade. LOURO, Guacira Lopes (Org.). Belo Horizonte, 2003.

KI-ZERBO, Joseph (Org.) **História geral da África, volume 1 – metodologia e pré-história na África**. São Paulo: Ática; UNESCO, 1982.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma abordagem pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997.

MEIHY, José Carlos S. Bom. **Manual de História Oral**. São Paulo: Ed. Loyola, 1996.

NOGUEIRA, Oracy. **Pesquisa Social: Introdução às suas técnicas**. São Paulo: Companhia Nacional, 1968.

OLIVEIRA, Arlete dos Santos. **Mulheres negras e educadoras: de amas-de-leite a professoras**. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

OLIVEIRA, L. E.; PORCARO, R.M.; ARAÚJO COSTA, T. C.N. **O lugar do negro na força de trabalho.** Rio de Janeiro: IBGE, 1985.

OLIVEIRA, Waldete Tristão. **Trajetória de mulheres negras na educação de crianças pequenas no distrito de Jaraguá em São Paulo: processos diferenciados de formação e de introdução no mercado de trabalho.** Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo,

QUEIROZ, Delcele M. **'... um dia eu vou abrir a porta da frente': mulheres negras, educação e mercado de trabalho**. In: Educação e os afro-brasileiros: trajetórias, identidades e alternativas. Salvador: A Cor da Bahia/ FFCH/UFBA/ Ford Foundation, 1997, p. 47-84.

SCOTT, Joan W. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. Revista Educação e Realidade: Porto Alegre,v.20, n.2, 1995, p.71-99.

SILVA, Jacira dos Reis. **Mulheres Caladas: trajetórias escolares de professoras negras em Pelotas**. Tese (Doutorado). Porto Alegre, UFRGS, 2000.

SUDBURY, Julia. **Outros tipos de sonhos: organizações de mulheres negras e políticas de transformação**. Rio de Janeiro: Selo Negro, 2005.

HISTÓRIAS DE VIDA DE MULHERES TRABALHADORAS: cotidiano, sociabilidade e sobrevivência

Reginaldo Guiraldelli[250]

Introdução

O objetivo deste texto, resultante de uma pesquisa de doutorado, consiste em trazer para a pauta de discussão do Serviço Social algumas reflexões sobre as condições de vida, de trabalho, assim como as estratégias de sobrevivência das trabalhadoras da confecção do município de Divinópolis, localizado na região centro oeste do Estado de Minas Gerais. Tal município tem grande destaque econômico no contexto regional devido ao setor metalúrgico e à produção do vestuário. Vale ressaltar que neste lócus o ramo confeccionista emprega em maior proporção o segmento feminino da população em detrimento de uma maior incorporação masculina na metalurgia. Com base nessa realidade, este percurso investigativo priorizou o universo da confecção com vistas a compreender as experiências e o cotidiano das mulheres que atuam como costureiras tanto no espaço fabril quanto no trabalho domiciliar, em um quadro de precarização das relações de trabalho, o que contribuiu para a *exponenciação* da questão social. Para compreender essa dinâmica societária, é necessária uma análise sobre as assimetrias presentes nas relações de gênero e as profundas alterações ocorridas nos últimos decênios no mundo do trabalho frente à adoção da reestruturação produtiva, que trouxe implicações para as condições de vida dos trabalhadores. Nesse quadro, cabe mencionar que as mulheres ingressaram de forma massiva no mundo do trabalho, no momento em que se verifica o desmonte dos direitos trabalhistas, crescimento do desemprego, degradação das condições de trabalho e intensificação de atividades marcadas pela informalidade, diante das prerrogativas da acumulação flexível. Tal situação que ordena o mundo do trabalho na sociedade atual, caracterizada pela reestruturação produtiva, também passou a ser implementada no município de Divinópolis, em especial na indústria da confecção, universo desta pesquisa. Como estratégia concorrencial, as indústrias da confecção aderiram aos preceitos do capital e intensificaram as formas terceirizadas de trabalho, o que refletiu, significativamente, na vida dos trabalhadores daquela localidade. Sendo assim, atualmente o município de Divinópolis, mesmo com um número expressivo de indústrias de confecção, também se caracteriza pelo trabalho domiciliar das costureiras que se encontram na informalidade e na invisibilidade do mundo do trabalho. Frente ao exposto, para desvelar fragmentos dessa realidade apresentada, foi utilizada a metodologia da história oral, com ênfase para a história de vida das mulheres inseridas na cadeia produtiva da confecção, sejam elas trabalhadoras formais ou informais. Como técnica da pesquisa de campo foi adotada a entrevista aberta, por meio do uso do gravador, a fim de capturar as narrativas das trabalhadoras, com o intuito de apreender suas trajetórias e visão de homem/mundo. Além do mais, o estudo teve como propósito decifrar a dinâmica circunscrita nas relações sociais que permeiam tal cenário e, assim, compreender de forma aproximativa como são as condições de vida e trabalho dessas mulheres e como elas se organizam, cotidianamente, e criam e (re)criam suas estratégias de sobrevivência em tempos precarizados. Sendo assim, serão apresentados, de forma sintética, alguns elementos presentes na vida das mulheres que trabalham no setor confeccionista.

Cotidiano, trabalho e narrativas das mulheres da confecção

---

250 Assistente Social, Mestre e Doutor em Serviço Social pela UNESP. Docente do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília (UnB).

Pensar a vida cotidiana das mulheres trabalhadoras requer contextualizar os diversos ângulos das relações humanas permeados de atividades que se configuram, muitas vezes, como rotineiras, repetitivas, fragmentadas e alienantes. Tal esfera do cotidiano também se constitui de ambivalências em que se conjuga o mundo real e o fictício, o abstrato e o concreto, o homogêneo e o heterogêneo. Porém, não se pode reduzir a concepção de cotidiano aos caracteres mencionados, tendo em vista que é, também, na vida cotidiana que se organizam os espaços de resistências, lutas e possibilidades de transformação de uma realidade social. Para tanto, compreender a vida cotidiana como este espaço de possibilidades de um *devir histórico* é apreendê-la não meramente de forma fragmentada, mas em sua totalidade.[251]

251

Ao definir totalidade, Kosik apresenta seu significado como sendo a "[...] realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato qualquer (classes de fatos, conjuntos de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido. Acumular todos os fatos não significa ainda conhecer a realidade; e todos os fatos (reunidos em seu conjunto) não constituem, ainda, a totalidade. Os fatos são conhecimento da realidade se são compreendidos como fatos de um todo dialético – isto é, se não são átomos imutáveis, indivisíveis e indemonstráveis, de cuja reunião a realidade saia constituída – se são entendidos como partes estruturais do todo" (1989, p.44).

Mesmo com o objetivo de apreender o cotidiano das trabalhadoras da confecção tendo como prisma uma análise de totalidade, pode-se considerar que seria impossível apreender toda a dinâmica das experiências, vivências, cotidiano de trabalho e relações sociais dessas mulheres, tendo em vista que a realidade é muito mais rica e complexa do que permite o olhar limitado do pesquisador.

Por isso, capturar tal totalidade é situar o cotidiano em um movimento histórico e processual, pois "A vida cotidiana não está 'fora' da história, mas no 'centro' do acontecer histórico [...]" (HELLER, 1985, p.20). Para isso é fundamental compreender a dinamicidade das relações sociais em um determinado contexto e em suas diversas nuances, permeadas por relações de dominação e poder, tendo em vista recortes de gênero, classe, raça/etnia, nacionalidades e geração, para buscar estratégias de rupturas com a *fetichização, alienação* e *imediaticidade* do real.

Com respaldo nas reflexões de Heller (1985, p.37), "[...] a alienação é sempre alienação em face de alguma coisa e, mais precisamente, em face das possibilidades concretas de desenvolvimento genérico da humanidade."[252]

Com isso, a vida cotidiana, dotada de heterogeneidades, hierarquias e complexidades, se insere nas formas de sociabilidade humana e se torna reflexo de um tempo histórico sendo, muitas vezes, uma cotidianidade não consciente e naturalizada.[253]

Nesse horizonte, "[...] a vida cotidiana não é alienada necessariamente, em consequência de sua estrutura, mas apenas em determinadas circunstâncias sociais" (HELLER, 1985, p.39).

No mais, é na cotidianidade, entendida como conjunto de conexões interagentes que demarcam a vida humana, que a fantasia/imaginário e a realidade se interpenetram. Sendo assim, é imprescindível buscar, nesse cotidiano, apreender a teia complexa de elementos que circunda as relações sociais.

Não obstante, é preciso considerar que as mudanças nos valores, nas crenças e no *habitus* de uma sociedade implicam em alterações na cotidianidade, visto que o cotidiano só é válido na medida em que se torna funcional em um determinado sistema societário.

Frente ao exposto, ao extrapolar as fronteiras da singularidade e atingir a genericidade humana, fazendo os seres humanos ultrapassarem as barreiras do "eu" e apreenderem a dimensão do "nós", é possível pensar em uma forma histórica em que a liberdade possa ser imperativa. A partir disso, os seres humanos poderão se reconhecer enquanto indivíduos, com suas individualidades, singularidades, particularidades e, também, como representantes de um conjunto social e humano-genérico, ou seja, como seres sociais que sentem, agem, pensam, desejam e se relacionam. A partir dessa conjunção é possível imprimir sentido ao processo histórico, substancial para o desenvolvimento da sociedade, na medida em que o indivíduo produza "[...] as possibilidades de sua própria essência, ao elevar-se através da hominização acima do reino animal [...]" (HELLER, 1985, p.15).

Nesse sentido, na concepção de Heller (1985), existem alguns elementos que contribuem para ultrapassar o campo da singularidade para o da genericidade, como o trabalho, a arte, a moral e a ciência. Esses espaços são fundantes para germinar os processos de rupturas com o mundo *reificado* e fragmentado, buscando outras formas de sociabilidade.

---

252 Para a autora, partindo de um embasamento na tradição marxista, "Existe alienação quando ocorre um abismo entre o desenvolvimento humano-genérico e as possibilidades de desenvolvimento dos indivíduos humanos, entre a produção humano-genérica e a participação consciente do indivíduo nessa produção" (HELLER, 1985, p.38).

253 Conforme apontado por Martins (2000, p.108) "A cotidianidade não é, nem pode ser, vaga substantivação de um adjetivo da moda, [...] Ela é substantivamente a consciência do lugar das contradições na era do cotidiano. Ela é o momento da história que parece dominado pelo repetitivo e pelo que não tem sentido."

Diante desse esboço, sendo o trabalho e as relações sociais de gênero os elementos norteadores do respectivo estudo, compete uma análise dessas categorias no âmbito da cotidianidade.

Porém, na contemporaneidade, estando o trabalho dimensionado ao seu substrato de produção de mercadorias, sob a égide do capitalismo, a fim de obtenção de lucros, tal atividade abandona seu caráter vital de processo criador e criativo, ou seja, seu ideário concreto, para assumir uma configuração abstrata e alienante, engendrando um movimento de estranhamento dos trabalhadores, o que pode contribuir para uma ausência de criticidade acerca do real.[254]

> O trabalho se dividiu em milhares de operações independentes e cada operação tem seu próprio operador, seu próprio órgão executivo, tanto na produção como nas correspondentes operações burocráticas. O manipulador não tem diante dos olhos a obra inteira, mas apenas uma parte da obra, abstratamente removida do todo, parte que não permite a visão da obra no seu conjunto. O todo se manifesta ao manipulador como algo já feito; a gênese para ele existe apenas nos particulares, que por si mesmos são irracionais (KOSIK, 1989, p.74).

Assim, em tempos precarizados, subjugados aos ditames do capital internacionalizado e de reificação das relações sociais, verifica-se o esvaziamento do exercício político de sujeitos coletivos e o enfraquecimento das bases representativas dos trabalhadores, o que implica em pensar e (re)pensar formas de enfrentamento e resistência diante do estabelecido, para que os trabalhadores ultrapassem o nível da singularidade e imediaticidade do real fetichizado e se reconheçam na dimensão genérica da humanidade de forma a superar tal realidade. Para tanto, é necessário ter uma concepção de homem/mundo respaldada em *atos reflexivos partilhados*, ou seja, coletivos, dotados de criatividade e consciência. São as concepções e leituras do mundo que instrumentalizam a humanidade nas estratégias de sobrevivência, nas resistências, enfrentamentos e rupturas, pois o cotidiano não se desvela com fórmulas matemáticas, lógicas, pragmáticas, empiricistas e com base em explicações causais. O cotidiano só pode ser decifrado a partir da apreensão de um método de análise que possa compreender o movimento do real para abranger a totalidade e apreender a trama das relações sociais.

Vale dizer que essa totalidade complexa é permeada de contradições e conflitos, o que elimina as análises factuais da realidade a partir do mundo da pseudoconcreticidade, termo utilizado por Kosik (1989, p.15) para se referir ao campo da imediaticidade. De acordo com o autor, o espaço do pseudoconcreto engendra uma práxis fetichizada e acrítica acerca do real, não permitindo capturar a essencialidade dos fenômenos. Em sua argumentação, na pseudoconcreticidade se interpenetram o claro e o escuro, as verdades e as enganações, "O seu elemento próprio é o duplo sentido. O fenômeno indica a essência e, ao mesmo tempo, a esconde" (KOSIK, 1989, p.15). Para o autor, a essência não se desvela na imediaticidade da vida cotidiana e, para compreendê-la, são necessárias a ciência e a filosofia, pois conforme sua assertiva, "Se a aparência fenomênica e a essência das coisas coincidissem diretamente, a ciência e a filosofia seriam inúteis" (KOSIK, 1989, p.17).

Frente ao apresentado, o escopo da investigação proposta tem como recorte o estudo com as trabalhadoras da confecção em um cenário singular que é o município de Divinópolis. Porém tal estudo se pauta em um princípio metodológico que contemple e apreenda a totalidade do real. Com respaldo em Kosik (1989, p.49), os fenômenos e processos singulares são expressões e momentos de um todo, desde que seja abordado, compreendido e situado no todo. Assim, tais fenômenos se revelam e se decifram tendo como referência a dimensão singular e genérica da

---

254

O pensador Karl Marx, em sua obra *O Capital*, ao situar o trabalho no contexto do modo de produção capitalista pondera que: "Em todos os estágios sociais, o produto do trabalho é valor-de-uso; mas só um período determinado do desenvolvimento histórico, em que se representa o trabalho despendido na produção de uma coisa útil como propriedade 'objetiva', inerente a essa coisa, isto é, como seu valor, é que transforma o produto do trabalho em mercadoria" (MARX, 2006, p.83). Conforme elucidado pelo pensador, "Todo trabalho é, de um lado, dispêndio de força humana de trabalho, no sentido fisiológico e, nessa qualidade de trabalho humano igual ou abstrato, cria o valor das mercadorias. Todo trabalho, por outro lado, é dispêndio de força humana de trabalho, sob forma especial, para um determinado fim, e, nessa qualidade de trabalho útil e concreto, produz valores-de-uso (MARX, 2006, p.68). Em suma, o trabalho concreto é produtor de valores de uso, ou seja, o resultado do trabalho humano tem utilidade para satisfazer as necessidades vitais da humanidade. Já o trabalho em seu formato abstrato, produz valores de troca, que é resultante da produção de mercadorias para atender a lógica da acumulação sob relações sociais capitalistas baseadas na compra e venda da força de trabalho.

realidade. A análise de um fenômeno, desfocado do todo ou do próprio todo sem situar os diferenciados momentos singulares, se torna esvaziada e abstrata.

A partir do entendimento do real conjugado ao todo, com suas dimensões singulares e genéricas, é possível conhecer fatos, fenômenos e situações específicas com base no conhecimento do todo, tendo em vista sua dinamicidade e processualidade numa relação dialética entre o individual e o geral.

Portanto, o objetivo deste estudo é desvelar a vida cotidiana de algumas mulheres, compreendendo suas histórias, vivências e experiências situadas em uma rede de relações sociais. Mesmo objetivando apreender a totalidade dos processos fenomênicos de tal cenário, é importante considerar, conforme já mencionado por Kosik (1989), a presença do claro-escuro, do que se manifesta e do que se oculta, o que justifica o caráter sempre aproximativo de qualquer estudo científico.

Com base nesse esboço, as mulheres partícipes desta pesquisa relataram seu cotidiano e suas rotinas tendo o trabalho como um dos principais elementos que circundam suas vidas. Isso é notável de acordo com as narrativas abaixo.

> Às vezes a gente começa cedo, às vezes começa um pouquinho mais tarde, e depende o período. Às vezes tem que acelerar, correr atrás do tempo. Então a vantagem de tá em casa é isso, você controla esse tempo e tem a minha mãe e minha irmã que me ajuda nessa parte, do controle da produção. Então a gente organiza o serviço, o que que pode andar mais rápido, o que não pode, então a gente controla. Na parte da casa eu faço mais o necessário. Igual a parte da cozinha, preparar almoço, banheiro, roupa, então eu controlo mais essas coisas, pra quando eu tiver um tempo no final de semana eu coloco a ordem da casa em dia. Nessa rotina também tem uma hora que eu paro. Tem o horário de café, porque chega uma hora que a gente tem que parar. Mas depende muito da quantidade de serviço porque quando a gente tá iniciando a gente entra em contato com as fábricas pra saber quem pode tá trazendo o serviço pra gente. (MARIA AUXILIADORA).

> Eu trabalho 48 horas por semana, 5 dias, de segunda a sexta. Entro às 7 da manhã e saio às 17 da tarde pra pagar o sábado. Daí meu dia já foi embora... (MARIA DO SOCORRO).

> A gente trabalha todos os dias da semana, de segunda à sexta. Se tiver muito apertado trabalha no sábado. A gente trabalha geralmente das 7:00 às 17:00, mas se tiver apertado, vai das 7:00 às 20:00, das 7:00 às 22:00, que é geralmente final do ano né, que aperta mais (MARIA DAS DORES).

> Eu sou costureira, né, trabalho de segunda à sexta das 7:00 às 17:00. Quando tá apertado eu trabalho às vezes mais, das 7:00 às 20:00, das 7:00 às 21:00, do jeito que a gente vê que tem que soltar o serviço ali, porque quando você acostuma a ganhar mais um pouco, então assim, quanto mais você ganha, melhor você acha né. Aí se você vê que tem serviço ali que você dá conta de soltar pra você ganhar mais um pouco, você quer porque mesmo que você quer ganhar mais, então você vai trabalhar até mais tarde um pouco pra ganhar mais, porque tem dias assim que a gente trabalha das 7:00 às 17:00, tem dia que é das 7:00 às 21:00 ou quando tá muito apertado a gente trabalha no sábado (MARIA DE LOURDES).

Perante o relato de Maria das Dores, Maria de Lourdes e Maria Auxiliadora, considera-se que as costureiras informais, na maioria dos casos, ficam submetidas a vínculos precários, sendo os pagamentos efetuados de acordo

com as peças produzidas e a preços baixos, numa permanente insegurança, incerteza e instabilidade nas relações "contratuais", pois o contratante pode interromper o repasse dos serviços quando considerar necessário.

O que existe nesse tipo de atividade, realizada em domicílio, é uma *concepção falaciosa de autonomia*, pois na verdade essas trabalhadoras prolongam suas jornadas de trabalho caracterizadas por um ritmo intenso na produção, conforme o aumento da demanda, tendo em vista o cumprimento de prazos e metas de entrega do produto, pois, caso contrário, podem perder o "vínculo" com o solicitante dos serviços.

Outro fator relevante é que, em sua maioria, os preços são fixados pelo contratante e por isso as mulheres ficam fragilizadas e suscetíveis a tais imposições e determinações.

Com isso, as costureiras domiciliares geralmente ficam subordinadas às regras das empresas que demandam seus serviços, pois são estabelecidos contratos informais sem nenhuma garantia trabalhista, até porque tais medidas foram adotadas visando a isenção da regulamentação e dos encargos sociais.

Mesmo assim, as costureiras domiciliares ainda apresentam em suas narrativas algumas vantagens na atividade em domicílio, como melhores salários, a conciliação dos afazeres domésticos com as tarefas remuneradas, a autonomia no uso do tempo e a ausência de um patrão.

De acordo com Maria da Conceição, que atua em domicílio, é preferível esse tipo de trabalho, apesar de algumas desvantagens como ausência de férias, cobertura previdenciária e demais direitos sociais e trabalhistas.

> No caso é assim, você trabalha, não tem ninguém pra poder te amolar, então você faz, você tem que pegar as peças porque senão também não sai, né. Mas em fábrica assim, é aquele trem sabe, acho que eu não dou conta não, mandar em mim, aquele trem que, porque tem gente que acha porque é patrão pode sair, fazer desaforo com a gente. Não é que eu sou desaforenta, tudo conversado é bem entendido, mas tem gente que acha porque você trabalha na fábrica, você é obrigado a aguentar tudo. Eu já tive uma experiência uma vez. Fui fazer um teste, duas vezes, eu trabalhei até na hora do almoço, sabe, mexia com aquela máquina, a menina não deixou eu mexer, eu falei: não dá pra, aí eu preferi mexer aqui em casa. Mas a gente não tem férias, tipo eu tirei final do ano agora, não deu nem quinze dias, mas assim, ia trazendo as camisas pra fazer pra reveilon, aquele trem assim, até dia santo. Em julho, eu tirei quinze dias, viajei, mas eu já tinha serviço aqui esperando eu chegar. Então porque não tem aquele trem de... não tem férias, tem essas desvantagens, não tem férias, não tem décimo terceiro, você não tem direito de ficar encostado, não tem nada né, mas é um preço que a gente tem que pagar (MARIA DA CONCEIÇÃO).

Em relação à ausência de um "patrão" no trabalho domiciliar, o relato de Maria da Conceição, aponta uma versão contrária diante da "pressão" pelos prazos estipulados pelos contratantes dos serviços prestados pelas trabalhadoras.

> O rapaz que contrata meu serviço não me dá um prazo fixo não porque ele traz pra mim e ele vem quase todo dia aqui, sabe, ele dá assistência e vai levando as peças que eu vou fazendo. Igual aqui, esse aqui já tá pra por punho, aquele lá pra fazer barra. Então segunda aquele ali já fica um pouco pronto, essa daqui já à tarde tá pronta. Então é assim, não é aquele trem...Quando ele vai viajar, ele fala: Maria da Conceição, eu preciso dessa camisa até quarta feira, dá pra você? Então a gente esforça um pouco, e entrega pra ele, ele é muito ajeitado de mexer, sabe?[255] (MARIA DA CONCEIÇÃO).

O que ocorre a partir de certas narrativas é uma análise aparente em face de determinadas imposições dos contratantes, pois, conforme citado por Maria da Conceição, existe uma estipulação de prazos, mesmo que não seja de forma explícita.

Nesse contexto, pensar a precarização no mundo do trabalho requer articular as dimensões de rupturas e permanências circunscritas na amplitude das relações de trabalho sob a regência do capital financeiro e mundializado que abrange as inseguranças, incertezas e instabilidades na esfera produtiva, além da ausência de proteção social e cobertura previdenciária e trabalhista no contexto da era flexível e da dinâmica da divisão social e sexual do trabalho.

Mas de acordo com as experiências narradas pelas trabalhadoras, existem diversas acepções acerca do cotidiano dessas mulheres, pois algumas demonstram certa satisfação no ambiente em que realizam suas atividades, como é o caso de Maria do Carmo. Já, Maria Aparecida, também chamada no ambiente de trabalho de "Severina", expressa em sua narrativa a polivalência no seu espaço produtivo, tendo que se desdobrar em múltiplas funções, constatando uma exploração e intensificação da sua força de trabalho no local em que está empregada. Com isso, é possível observar que existem costureiras que realizam apenas determinadas parcelas do processo produtivo, enquanto outras realizam diversas frações da produção.

---

255 Cabe mencionar que tal entrevista foi concedida em uma tarde de sábado em que Maria da Conceição estava costurando algumas peças, o que demonstra a abdicação de outras atividades nos finais de semana em prol do cumprimento dos afazeres da confecção, para atender o que lhe foi solicitado.

Maria do Socorro, de uma forma sintética, descreve que seu cotidiano é tomado pelo mundo do trabalho, pois, dedica o tempo da manhã e da tarde às atividades laborais, o que não lhe permite desfrutar de outras atividades. Outras não possuem um tempo definido de rotina de trabalho, visto que são trabalhadoras domiciliares e, de acordo com as demandas estabelecidas, é que estipulam seu dia-a-dia de trabalho, como é o caso de Maria das Dores e Maria Auxiliadora, que são costureiras informais e prestam serviços de forma terceirizada.

É relevante sublinhar que Maria Auxiliadora apresenta em sua fala a opção pelo trabalho domiciliar devido aos cuidados com a criação de sua filha e, por isso, nesse tipo de atividade pode conciliar diversas tarefas e ter uma jornada flexível para realizar outras funções, o que a trabalhadora considera "vantajoso".

> Eu tenho três anos que eu tô trabalhando em casa, vai fazer três anos e olha tem as vantagens de ficar em casa, porque eu tenho a menina, então aquele negócio de ficar deixando na escola, deixando na casa de uma pessoa pra tá olhando, então eu optei de trabalhar em casa justamente por causa disso, pra ficar olhando mais ela. Ela vai fazer treze anos, mas eu não confio muito em deixar ela sozinha em casa, então eu prefiro ficar trabalhando em casa pra ajudar e orientar ela mais (MARIA AUXILIADORA).

Essa citação de Maria Auxiliadora comunga das constatações da pesquisa realizada por Pereira, na qual a autora observa que as faccionistas, ou seja, as trabalhadoras domiciliares que prestam serviços a terceiros,

> [...] são mulheres (mães, esposas, avós), que apelaram para o trabalho domiciliar na indústria de confecção por não conseguirem um cuidado adequado e barato para os filhos em idade pré-escolar, um acompanhamento para os filhos que estão em idade escolar ou que estão presas ao lar pelos compromissos familiares. Essa modalidade de trabalho vai possibilitar que elas mesmas tomem conta de seus filhos, dos afazeres da casa, e trabalhem ao mesmo tempo. Portanto, trabalho produtivo no domicílio vai estar intimamente ligado ao trabalho reprodutivo doméstico (PEREIRA, 2004, p.90).

A partir dessa realidade descrita por Maria Auxiliadora, Abreu e Sorj (1993) apontam que o trabalho domiciliar em muitos momentos se torna submetido à organização da dinâmica familiar e passa a ser realizado seguindo parâmetros similares ao trabalho doméstico. Em muitos casos, como da própria Maria Auxiliadora, as mulheres contam com ajudas eventuais de entes familiares para realizar suas atividades na produção e na reprodução. Além do mais, no trabalho domiciliar não há um limitador entre atividade profissional e atividade doméstica, pois as funções remuneradas acabam invadindo os finais de semana, os feriados e os momentos de lazer das trabalhadoras.

No que concerne aos aspectos positivos e negativos do trabalho no âmbito fabril e no espaço domiciliar, Maria Auxiliadora ainda pondera que,

> Os dois ambientes é favorável, porque em casa é bom estar cuidando da minha filha, controlando meu tempo, quando precisar sair pra pagar alguma coisa, eu pago, precisar arrumar alguma coisa pra menina, eu vou lá e faço, que ela está mais próxima de mim, então eu vou e faço. Agora na fábrica tem a vantagem que o serviço é mais organizado, vamos dizer, já tem uma moça que faz um ritmo de trabalho, a outra faz outro, aí no final do dia a peça fica toda pronta. Então em casa, fica só na minha responsabilidade, eu tenho que distribuir serviço, tem que tá controlando as atividades porque eu tenho uma faixa pra concluir toda peça, então nesse ponto é automático, mas eu acho que não sobrecarrega tanto assim não. A pessoa que tem uma boa disposição do trabalho não fica tão pesado. Aí lógico que vai fazer aquilo que está dentro do seu limite (MARIA AUXILIADORA).

Embora Maria Auxiliadora ressalte os elementos positivos do trabalho domiciliar devido aos cuidados com o lar e com a filha, também reconhece os fatores positivos do trabalho na fábrica. Em sua fala, retrata como se dá o desenvolvimento de suas atividades na produção do vestuário.

> A peça já vem cortada pra gente e vem uma peça piloto falando como que é o desenho da roupa, o processo, como que é o estilo da roupa. Então através daquela peça piloto a gente desenvolve o trabalho (MARIA AUXILIADORA).

Com base na citação acima, de Maria Auxiliadora, percebe-se que o trabalho da faccionista, ou seja, da costureira que trabalha em domicílio prestando serviços a terceiros é distinto da costureira particular que costura em casa confeccionando peças para pessoas particulares, pois,

> As faccionistas, assim como as costureiras particulares, dominam todo o feitio de uma peça, desde o conhecimento da modelagem até a finalização; porém, trabalham com grandes quantidades de produtos e não se responsabilizam pelo corte das peças – estas já chegam cortadas (PEREIRA, 2004, p.90).[256]

Em relação à costureira fabril e a faccionista, podem-se distinguir as competências de ambas da seguinte forma: a costureira fabril está vinculada à estrutura organizativa da fábrica e mantém vínculos formais de trabalho, com direitos assegurados segundo a legislação trabalhista. Além disso, sua atividade se restringe a uma parcela do processo produtivo baseado ainda no modelo taylorista/fordista devido às tarefas parciais e fragmentadas, conforme se observa nos dizeres de Maria de Fátima,

> Cada um tem sua função ali, vamos supor se eu for fazer essa camisa sua, eu vem cá faço o ombro, a outra vem prega a gola, a outra fecha do lado, então cada um tem uma função, cada parte é uma pessoa, nunca ninguém termina uma roupa sozinha (MARIA DE FÁTIMA).

---

256 "As peças chegam cortadas com um tempo determinado para a entrega. Geralmente, o empresariado, no ato da entrega, fala a data que precisa das peças concluídas e negocia com a faccionista quanto tempo ela vai demorar para entrega. As faccionistas, no geral, procuram entregar as peças, no máximo, na data combinada. Nessa fase também, são negociados os preços de cada peça, tendo em vista que o pagamento é feito por peça concluída [...] Assim o preço de cada peça é comumente dado pelo empresário, obedecendo o mercado" (PEREIRA, 2004, p.96-97).

Já a faccionista não possui vínculo empregatício com uma determinada organização produtiva e, por isso, realiza suas atividades em outros espaços físicos, geralmente no próprio domicílio sob o regime da informalidade, sem garantias sociais e trabalhistas e sem estipulação de jornada de trabalho. As faccionistas são, geralmente, requisitadas por empresas que terceirizam parcelas de sua produção e para isso, essas trabalhadoras precisam conhecer todo o processo produtivo para atender as exigências do mercado e do contratante. Assim, o cotidiano de trabalho das faccionistas se organiza de acordo com as demandas que surgem e muitas vezes tais trabalhadoras executam suas atividades em finais de semana e noites prolongadas. Outro ponto a ser destacado é que todos os gastos oriundos na confecção das peças são de responsabilidade das faccionistas, como por exemplo, a manutenção e conserto das máquinas, despesas com energia, telefone, dentre outros.

Ademais, dando prosseguimento ao cotidiano e rotina de trabalho das costureiras, algumas evidências do cenário fabril são explicitadas por Maria de Fátima, conforme sua descrição.

> O serviço eu pego 7:00, paro 12:00 pra almoçar, aí tem café de manhã. Por isso que eu tô te falando que eu não quero essa função de chefe lá pelo seguinte: nenhuma fábrica aqui em Divinópolis se você for, você tem o café de manhã e o café da tarde, isso é lei, sindicato das costureiras. Você escolhe ou de manhã ou à tarde, você tem um horário, uma norma a ser cumprida pelo sindicato das costureiras. Então quando eu trabalhava numa outra fábrica a gente tinha o café só à tarde, quinze minutos de café, só que você paga por ele depois, igual na segunda-feira a gente saía às 17:15, toda segunda, pra poder pagar os 15 minutos que você tomava café. Então, assim, toda fábrica pára 16:00 horas dia de sexta feira, a gente pára 17:00. Então por isso que eu acho difícil essa função de chefe, pelo seguinte, lá onde que eu tô agora, você pára 7:30 e volta 8:00, fica todo mundo conversando, sabe, batendo o maior papo. Aí se escuta o carro do patrão chegar todo mundo corre e vai pra sua função. Então é uma coisa que eu não vou querer mudar lá dentro, é uma coisa que eu acho complicado, entendeu? E o almoço é a mesma coisa, é 12:00 só que a gente pára 12:30 e volta sempre mais um pouquinho. É só uma hora de almoço, só que às vezes você enrola ali e sai mais de uma hora. Só que eu acho que se eu fosse a patroa, isso não é normal, sabe eu acho que é sacanagem com patrão, sabe eu tenho uma patroa muito boa, sabe tem muita vantagem trabalhar com ela. Eu já trabalhei numa fábrica que até o papel higiênico ela te dava; você tinha direito de 2 rolos de papel por mês, ela media quantos centímetros de papel higiênico você gastava. Ela te dava um do dia 1º ao dia 15 e do dia 15 até dia 30. Se você acabasse com os dois rolos, você tinha que levar de casa, entendeu? E era papel higiênico ruim, bem vagabundo mesmo. Lá não, lá você ganha o café da manhã, é pão com presunto e mussarela, é leite todo dia, tanto de manhã quanto à tarde. Então eu acho assim, o funcionário tem que ter consciência com patrão, porque se você tá num lugar desse com patrão bom, tem que conservar seu serviço. Porque eu já trabalhei em serviço que... Igual essa semana eu cheguei 7:15, mas não foi porque eu quis, foi porque foi o primeiro dia que fui de ônibus, eu não sabia horário de ônibus, então eu cheguei atrasada. Eu falei, cheguei atrasada, ele disse que não tinha problema. Então por eu ter trabalhado em vários lugares, igual assim, lá você levanta a hora que você quer, você vai tomar água, vai no banheiro, e muitas fábricas que eu trabalhei você não podia, você tinha horário de levantar pra ir no banheiro, tinha uma pessoa que passava com água pra você não levantar pra beber água, sabe, se não patrão não aguenta, se você tiver 60 funcionários, se todos começar a levantar hora que quiser, vira bagunça, chega no final do dia não produz nada. Só que lá ainda não chegou a esse ponto, então como você vai pegar um negócio desse pra chefiar, depois de tá bagunçado assim. É uma coisa que você não vai conseguir, as meninas vão tomar antipatia de você, porque você vai colocar regras num lugar que nem o patrão coloca, entendeu (MARIA DE FÁTIMA).

Essa descrição é assaz pertinente no sentido que relata o cotidiano do ambiente fabril e faz analogias com outros espaços de trabalho, pois a trabalhadora pontua algumas vantagens do trabalho na fábrica onde está empregada, tendo em vista as experiências de outrora, em que havia o controle do horário para o café e o almoço, de idas ao

banheiro para satisfazer as necessidades fisiológicas da trabalhadora e o limite no uso de alguns produtos, como bem cita a questão da utilização do papel higiênico.

Assim, Maria de Fátima narra experiências em fábricas onde trabalhou antes de ingressar na atual e demonstra situações de controle, porém se posiciona de forma favorável a tais medidas.

> Porque toda fábrica que eu trabalhei tem chefe, tem um chefe para te monitorar. Todas fábricas que você trabalha você já entra ciente que você tá ali pra trabalhar e não para enrolar o tempo, é sério. O patrão às vezes fica o dia todo pra resolver os negócios, atendendo viajante, tá no telefone comprando. Igual onde eu trabalhei o patrão e a patroa trabalhavam, ele ficava no escritório e ela ficava no arremate com as meninas, ela passava toda hora. Igual um dia eu fui conversar com a chefe, ela tava na minha máquina explicando o serviço, eu conversei e comecei a rir. Ela foi e voltou e viu. Depois ele me chamou no escritório, e falou comigo, eu não quero conversa na máquina, você já tem o horário do café e almoço pra isso, pra conversar. Então não é certo, se for pela lógica não é normal (MARIA DE FÁTIMA).

Isso é um fenômeno presente na atual conjuntura, pois tal modelo de gestão do trabalho, baseado no controle e na pressão, tem sido implementado por diversas ramificações a fim de aumentar a produtividade e lucratividade e reduzir custos e desperdícios, transferindo para os trabalhadores as responsabilidades pela produção, o que tem contribuído para o desgaste físico e emocional desse segmento. Nesse modelo não se permite inclusive estabelecer contato com os demais trabalhadores, pois qualquer variável pode interferir na produtividade do trabalho.

A realidade descrita já foi retratada por Marx, no século XIX, quando analisou a regulação do capital na estrutura produtiva e na vida social, se reportando a situações de controle, disciplinamento e punição no sistema fabril, conforme mencionado abaixo.

> A diretriz de economizar os meios sociais de produção, diretriz que se concretiza, de maneira cabal e forçada, no sistema de fábrica, leva o capital ao roubo sistemático das condições de vida do trabalhador durante o trabalho. O capital usurpa-lhe o espaço, o ar, a luz e os meios de proteção contra condições perigosas ou insalubres do processo de trabalho, para não falarmos nas medidas necessárias para assegurar a comodidade do trabalhador (MARX, 2006, p.486-487).

Além do que foi enfatizado por Maria de Fátima, a costureira Maria do Socorro também vivencia situações marcadas por controle, pressão e, inclusive, assédio moral, conforme argumenta a seguir.

> Eu tenho problemas só com a chefe da seção, porque ela é muito grossa, não é só comigo, é com o pessoal todo. Chama a gente de burra, preguiçosa, manda a gente pedir conta. Fala pra gente ficar em casa se não quiser trabalhar; vigia a gente ir no banheiro. Esses tempos atrás alguém colocou algo na minha bolsa e disse que foi eu que roubei, mas eu acho que foi ela que fez isso comigo. Ela vigia a gente o tempo todo, pro lanche, pra tomar água tem horário e banheiro tem horário também, que é de hora em hora, mas eu tenho problemas de rins e preciso ir mais ao banheiro (MARIA DO SOCORRO).

O relato de Maria do Socorro é significativo, pois evidencia o cotidiano e a dinâmica de um ambiente fabril marcado por pressão, controle, desrespeito e competitividade entre os trabalhadores, que ao invés de provocar neles uma consciência coletiva do que vivenciam na esfera do trabalho sob os ditames do capital, despertam na verdade um sentimento concorrencial.

No entanto, a partir das descrições destas mulheres, é elucidativo reforçar que as ações cotidianas acabam se tornando repetitivas e coisificadas diante de uma realidade que se apresenta às trabalhadoras como determinada, fazendo os indivíduos não reconhecerem sua participação enquanto produtores e criadores da realidade, mas é como se essa já estivesse formatada e impenetrável.

Portanto, para que o cotidiano extrapole o campo da imediaticidade e das práticas feticihizadas do real, torna-se desafiante descortinar a realidade e alcançar a essencialidade dos fenômenos, indo para além do aparente e, assim, haver a passagem da singularidade humana para a sua genericidade, superando a *reificação* das relações sociais, pois "A vida cotidiana é a vida do indivíduo. O indivíduo é sempre, *simultaneamente ser particular e ser genérico*" (HELLER, 1985, p.20, grifo da autora).[257]

Diante do explicitado e tendo em vista um estudo com sujeitos concretos que pensam, agem, sentem, desejam e atribuem significados ao seu ser, estar e *devir* no mundo, a respectiva pesquisa, ao retratar tal questão, constata que o trabalho adquire um sentido central na vida das mulheres inseridas no setor da confecção.

Considerações (in)conclusivas

Mediante o que foi esboçado, ao se abordar a categoria trabalho tendo como prisma as relações de gênero, fica evidente compreender tais processos como manifestações da questão social, engendrada no século XIX como reflexo do confronto entre as condições objetivas de trabalho (meios de produção) e as condições subjetivas de trabalho (meios de subsistência), ou seja, as contradições presentes na relação capital *versus* trabalho, mediante as situações concretas de pauperismo, miserabilidade e exploração advindas da lógica acumulativa do capital.

Nesse quadro, os trabalhadores se organizam, mobilizam e se rebelam em busca de objetivos comuns, visando à garantia de direitos e reconhecimento coletivo. Como exemplo pode ser citado o Ludismo no século XIX, o movimento operário, o sindicalismo e algumas greves realizadas por categorias profissionais. Isso também pode ser identificado nas análises sobre gênero e sua relação com a questão social. Sabendo que gênero é um constructo social, histórico e ontológico para compreender as relações sociais estabelecidas entre homens e mulheres, sem distinção de orientação sexual, credo, etnia ou geração, tais relações ainda se dão de forma hierarquizada, pautadas em submissão, dominação, desigualdades e práticas discriminatórias. Diante desse quadro, os sujeitos envolvidos nesses processos sociais não são pacíficos e inertes, mas históricos e políticos, que protestam, contestam o estabelecido e encampam lutas sociais frente às situações apresentadas. Com isso, ingressam na cena política exigindo direitos, reconhecimento e legitimidade na sociedade e, como exemplos, podem ser citados os movimentos sociais, como o feminista, o negro, o movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros, dentre outros.[258]

Ao fazer alusão ao trabalho e gênero como faces da questão social, é importante destacar que no Brasil, as primeiras décadas do século XX, em especial as décadas de 1920 e 1930, são emblemáticas por apresentarem

---

257

Com base no elucidado, Kosik (1989, p.13) sustenta que "A atitude primordial e imediata do homem, em face da realidade, não é a de um abstrato sujeito cognoscente, de uma mente pensante que examina a realidade especulativamente, porém, a de um ser que age objetiva e praticamente, de um indivíduo histórico que exerce a sua atividade prática no trato com a natureza e com os outros homens, tendo em vista a consecução dos próprios fins e interesses, dentro de um determinado conjunto de relações sociais".

momentos marcantes na história do movimento operário do país, pois diante de inúmeras mobilizações, reivindicações e greves, a questão social torna-se uma preocupação para o Estado e para o empresariado e, com isso, são elaboradas as primeiras medidas de legislação trabalhista, considerando que até o respectivo marco histórico a questão social era solucionada pela força e repressão policial. Sob a roupagem de uma classe patronal "protetora" e "preocupada" com seus trabalhadores, um dos principais objetivos dos detentores dos meios de produção eram o controle e a disciplina tanto do trabalhador como de seus familiares. As medidas tomadas pelo patronato e pelo Estado oscilavam entre um caráter paternalista e, ao mesmo tempo, repressor.

Com isso, buscava-se transmitir a imagem de uma classe patronal sensibilizada com seus trabalhadores e com seus familiares ao garantir-lhes o acesso a certos "benefícios" sociais.

Por fim, ao propor apreender tais acepções acerca das relações de gênero e do mundo do trabalho, torna-se imprescindível situar tais discussões no cenário regulado pelo capital, cujo sistema tem tido inúmeras ressonâncias e provocado diversos significados para a compreensão da realidade.

Na atualidade, o quadro apresentado é de uma heterogeneidade, fragmentação e complexificação dos trabalhadores (Antunes, 2007), pois padecem das vicissitudes do trabalho, seja em seu caráter precarizado, terceirizado, temporário, subcontratado e marcado pela instabilidade.

O crescimento desenfreado do desemprego em dimensão estrutural, os cortes salariais, o não cumprimento dos direitos outrora assegurados e conquistados pelos trabalhadores e o desmonte das políticas públicas de cunho universalista expressam as evidências agravantes da questão social, engendrada no processo de acumulação do capital, que se desdobra no decurso histórico e passa a ter alguns contornos particulares diante das determinações do capital financeiro sob a chancela da internacionalização econômica. Nos dizeres de Iamamoto (2008, p.111),

> O capital internacionalizado produz a concentração da riqueza, em um polo social (que é, também, espacial) e, noutro, a polarização da pobreza e da miséria, potenciando exponencialmente a lei geral da acumulação capitalista, em que se sustenta a questão social.

O pano de fundo do sistema capitalista está em traduzir a desigualdade entre o desenvolvimento econômico e social, pois este gera uma crescente pobreza em detrimento da concentração e centralização de capital, destituindo uma ampla camada da população do acesso aos direitos sociais.

Em se tratando da pesquisa realizada com as trabalhadoras, inseridas no setor da confecção no município de Divinópolis, constatou-se diversos elementos em comum entre elas a partir das narrativas de suas histórias de vida. Dentre os aspectos evidenciados se destaca o fenômeno migratório na vida da maioria delas, as dificuldades financeiras que perpassaram suas trajetórias, a inserção precoce no mundo do trabalho frente à necessidade de contribuir com as despesas familiares, o abandono da escola por priorizar uma atividade remunerada como forma de sobrevivência, as condições precárias de trabalho diante das atividades realizadas, a existência de hierarquia nas relações de gênero, pois, conforme relatado, tais mulheres continuam assumindo as responsabilidades da esfera reprodutiva mesmo após seu ingresso no espaço produtivo e remunerado. Além do mais, em sua maioria, concebem o trabalho como meio de sobrevivência e satisfação de suas necessidades vitais e não como uma atividade que possa possibilitar criação, socialização e liberdade para a humanidade.

---

258 Merece ser destacada a greve norte-americana dirigida por 129 mulheres operárias/tecelãs na luta pela redução da jornada de trabalho e contra as péssimas e desumanas condições de trabalho. Em resposta às atitudes das operárias, em 8 de março de 1857, a força policial, sob decisão da classe patronal incendiou a Fábrica de Tecidos Cotton, levando à morte por asfixiamento destas operárias. Tal acontecimento explicita a forma de tratamento da questão social na época, ou seja, pela força e repressão policial. Maiores detalhes consultar Rago (1997).

Outros elementos também foram explicitados, como a percepção das costureiras acerca de uma divisão social e sexual do trabalho, visto que apontam a existência de preconceitos e assimetrias na relação entre homens e mulheres no mundo do trabalho. Também descrevem o aprendizado com a costura de uma forma doméstica, pois, em sua maioria, essas mulheres adquiriram tais habilidades com entes familiares ou até mesmo no ambiente de trabalho, predominando a ausência de cursos de aperfeiçoamento ou de qualificação profissional, o que reforça a associação com a atividade da costura a uma tarefa feminina por excelência, tendo em vista a concepção naturalizada dos papeis sociais estabelecidos para homens e mulheres.

Dentre tais constatações, aparecem também as extensas jornadas de trabalho na esfera domiciliar, a ausência de equipamentos de segurança no espaço produtivo, como mecanismo para evitar acidentes de trabalho, e a presença de problemas de saúde, com ênfase para dores musculares devido às funções repetitivas e má postura. Além do mais, as trabalhadoras domiciliares não possuem vínculos empregatícios, o que não lhes assegura a cobertura da legislação trabalhista e as coloca em uma situação de instabilidade e incertezas no mundo do trabalho.

Também foram apontadas as insatisfações com o trabalho da costura, devido ao seu caráter repetitivo, estressante e cansativo. Porém, como muitas trabalhadoras não fizeram um investimento educacional ao longo de suas vidas, como forma de se qualificarem e atender as prerrogativas do capital, se sentem impossibilitadas de terem outras oportunidades de emprego no cenário de Divinópolis, tendo em vista que o município se destaca no setor da confecção.

Em relação à análise de uma representação de classe desse segmento, verifica-se, por parte das entrevistas, uma insatisfação e falta de credibilidade junto ao sindicato concernente ao atendimento dos interesses das trabalhadoras, pois as narrativas evidenciam que tal entidade representa mais os anseios do capital ao do próprio trabalhador.

Contudo, mediante a diversificação e extensão das histórias narradas, pôde ser observado que essas mulheres, por meio de seu cotidiano de trabalho e suas relações sociais, tecem suas vidas, projetam sonhos e criam e recriam estratégias de sobrevivência frente ao contexto marcado por tempos precarizados.

Referências bibliográficas:

ABREU, Alice Rangel de Paiva; SORJ, Bila. **O trabalho invisível:** estudos sobre trabalhadores a domicílio no Brasil. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1993.

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho?: ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 12.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital.** São Paulo: Xamã, 1996.

DELGADO, Lucilia de A. N. **História oral:** memória, tempo, identidades. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a história.** 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

HIRATA, Helena. Globalização e divisão sexual do trabalho. **Cadernos Pagu,** Campinas, n.17/18, p.139-156, 2002.

IAMAMOTO, Marilda V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche:** capital financeiro, trabalho e questão social. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

KOSIK, Karel. Dialética do concreto. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

LEITE, Márcia de Paula. **O futuro do trabalho:** novas tecnologias e subjetividade operária. São Paulo: Página Aberta, 1994.

LIRA, Izabel C. D. Informalidade: reflexões sobre o tema. **Revista Serviço Social e Sociedade.** São Paulo, n.69, p.140-150, mar. 2002.

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples:** cotidiano e história na modernidade anômala. São Paulo: Hucitec, 2000.

MARX, Karl. **O capital:** crítica da economia política. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. Livro I, v.1. 23.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital.** São Paulo: Boitempo, 2009.

NEVES, Magda de Almeida. Reestruturação produtiva, qualificação e relações de gênero. In: ROCHA, Maria Isabel Baltar da (Org.). **Trabalho e gênero:** mudanças, permanências e desafios. Campinas: ABEP:NEPO:UNICAMP, Ed. 34, 2000. p.171-185.

PAULO NETTO, José; CARVALHO, Maria do Carmo Brant. **Cotidiano:** conhecimento e crítica. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

PEREIRA, Rosângela Maria. **Pedagogia do lar/oficina**. 2004. 218f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar:** a utopia da cidade disciplinar (Brasil 1890-1930). 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

ROCHA, Maria Isabel Baltar da (Org.). **Trabalho e gênero:** mudanças, permanências e desafios. Campinas: ABEP:NEPO:UNICAMP, Ed. 34, 2000.

Identidade, Religiosidade Popular e Políticas Culturais: o caso da Festa do Divino em Piracicaba

André Bortolazzo Correr

Questões iniciais

A Festa do Divino Espírito Santo tem origem européia, mas recebeu influências diversas nas regiões em que encontrou espaço para ser realizada no Brasil, tendo maior adesão nas regiões Centro-Oeste e Sudeste. Em Piracicaba, interior de São Paulo, a festa teve início no ano de 1826, o que a caracteriza como a principal e mais antiga festa popular da cidade.

Nestes mais de 180 anos de existência, as formas de realização do evento foram se alterando gradativamente, devido ao processo de formação cultural atrelado às necessidades locais e sociais. Como veremos mais adiante, o próprio objetivo da festa foi alterado, bem como sua data de realização, que não segue o calendário oficial da igreja católica.

Por se constituir como evento significativo para o município, sendo a festa parte integrante dos calendários turístico e cultural de Piracicaba, destaca-se a participação do poder público local, em parceria com patrocinadores particulares e os organizadores da festa. Neste sentido, pretendia-se com o desenvolvimento deste trabalho identificar as demandas de políticas públicas de cultura e turismo surgidas na festa à medida que esta foi alcançando maiores proporções de popularidade.

Tendo como foco o processo de construção das identidades de diversos grupos por meio dessa festa, estabeleceu-se como hipótese inicial que as festas religiosas constituem-se como meio de afirmação das identidades de grupos, que reconstroem a maneira pela qual desejam ser identificados e que encaram seu pertencimento à festa. Esses grupos podem ser políticos, religiosos, organizadores, financiadores, participantes, famílias e indivíduos que se articulam em redes.

Vale destacar o grande peso da metodologia de pesquisa para se chegar a esses objetivos, visto que uma análise sucinta não levaria às respostas a essas questões. Além da pesquisa bibliográfica em artigos acadêmicos, livros sobre o tema e mídia impressa local, a história oral e a etnografia completam o arcabouço metodológico da pesquisa.

A história oral é importante por utilizar de narrativas, testemunhos e interpretações sobre fatos históricos passados, observados sob o olhar do presente. Não se constitui como a história em si, mas uma memória que pode ser registrada, um depoimento sobre a história vivida (DELGADO, 2006, p.17). Tem como objetivo gerar modos diversos de resgatar a vida social e desvelar aspectos não aparentes e não conscientes para os atores envolvidos (CARDOSO, 1986, pp.102-103).

O seu potencial de reconstruir um passado recente, legitimando a história do presente, por considerar que o contemporâneo também é história (FREITAS, 2006, p.46), caracteriza a história oral como complemento à pesquisa tradicional. Optou-se pela utilização das histórias de vida para compreensão do sentido atribuído pelos indivíduos à participação na festa (MAGALHÃES, 2007). Com relação à credibilidade, o que faz da história oral um importante meio de construção de conhecimento é considerar o entrevistado como o agente histórico, revelando a sua visão sobre a experiência vivida (FREITAS, 2006, p.67).

. Pós-graduando no Programa de Mestrado em Estudos Culturais, da Universidade de São Paulo – USP, Escola de Artes, Ciências e Humanidades – EACH.

Complementarmente, para descrever as interações simbólicas e desvendar as teias culturais encontradas na festa e nas tradições, utilizou-se a etnografia. Esta metodologia, além de selecionar informantes, transcrever textos, levantar dados, analisar o campo, é uma "descrição densa", o mais completa possível, sobre determinado grupo, seus símbolos, rituais e manifestações. Por esse motivo a etnografia levanta detalhes e pormenores, pois aqueles que menos parecem fazer sentido são os mais significativos (GEERTZ, 1989). Para isso, realizou-se uma exaustiva etnografia da festa ao longo de três anos (2008 à 2010).

De acordo com as definições de Malinowski, na etnografia há uma necessidade de explicar os dados obtidos: por um lado a partir das observações diretas e das exposições e interpretações do próprio grupo em questão; por outro lado, baseado na capacidade do autor de deduzir certos elementos. Esta diferença entre observação e dedução deve sempre estar explícita para que o leitor possa compreender precisamente a relação do pesquisador com o objeto (MALINOWSKI, 1973, p.21-22).

Partindo desse pano de fundo, apresentamos a seguir a festa de Piracicaba, objeto de análise do presente trabalho.

Festa do Divino em Piracicaba

Alleoni (2005) destaca que, no século XIX, a região do Médio Tietê sofreu com inúmeras epidemias da "peste grande" (malária), com destaque para o ano de 1839, quando a epidemia alcançou sua maior proporção. Foi nesse período que, em algumas cidades, iniciaram-se as promessas ao Divino. Com a redução na freqüência dessas epidemias, a fé do povo tornou-se cada vez mais acalorada e a homenagem ao divino mais presente na religiosidade daquelas pessoas.

Em 1767, a instalação do povoado, que futuramente viria a ser o município de Piracicaba, à margem do rio de mesmo nome já delineava os rumos que a festa viria a tomar na região. O único meio de transporte era fluvial e era pelo rio que alimentos e remédios eram levados às vilas mais distantes da povoação. Quando a região foi atingida pela febre amarela e outras doenças contagiosas, criou-se o costume de avisar por sinal de fumaça (morteiros) que as barcas com alimentos e remédios estavam a descer o rio, para que, ao mesmo tempo, das vilas saíssem outras barcas para buscar essas doações. As barcas se encontravam em determinado ponto do rio e levavam à sua frente a imagem do Divino Espírito Santo para proteger a travessia.

Essa prática levou à organização do primeiro encontro festivo das Bandeiras do Divino no rio Piracicaba, em 1826, mas é em especial a partir do início do século XX que começam a ser preservadas algumas informações mais precisas sobre a festa, nome dos festeiros e festejos característicos, como a folia e o pouso do divino, encontro das bandeiras, procissões, trabucadas, entre outros.

Com o passar do tempo e o fim das epidemias de grande proporção, o culto ao divino expandiu-se para além da população ribeirinha, a devoção espalhou-se pelas cidades e o número de devotos ampliou-se. O culto passou a ter um sentido de pacto entre o humano e o divino[259] para a obtenção de objetivos específicos, promessas individuais para obter a cura de doenças, sucesso profissional, financeiro, etc.

A questão das festas emerge como fator de destaque na afirmação da cultura e da identidade de um determinado grupo, bem como seu próprio reconhecimento. Entendendo festa como ato coletivo, que reivindica a participação do maior número de pessoas na sua realização, faz-se importante verificar os motivos que geram tal forma de festejar, como é o caso das promessas na festa do Divino. Em sentido "profano", a festa é também a quebra de regras estabelecidas, no que se pode chamar de anarquia autorizada (AMARAL, 1998).

---

259 Para uma melhor compreensão do que se pode chamar de "pacto entre o humano e o divino", ver POMPA, 2009.

Paralelamente ao caráter "profano" da festa, elementos da fé são inúmeras vezes associados, tais como rituais e procissões: "toda festa, mesmo quando puramente laica em suas origens, tem certas características de cerimônia religiosa..." (DURKHEIM, 1996). Nesse sentido, a religiosidade popular toma forma quando da visão de um catolicismo popular[260], diverso do oficial, que revela vários estilos culturais de ser católico (BRANDÃO, 2004).

O caráter popular da festa do Divino de Piracicaba se manifesta em diversas situações: uma delas é a data de sua realização. Contraditoriamente à data oficial da festa do Espírito Santo na igreja católica, que é marcada 50 dias após a festa da Páscoa, em Piracicaba a festa ocorre do primeiro ao segundo domingo do mês de julho. Dependendo essencialmente da navegabilidade, por diversas vezes a festa foi prejudicada pelas frequentes cheias do rio, tendo que alterar a sua data de realização, passando a realizar-se no período em que o rio volta ao seu leito normal, ainda não atingindo a estiagem.

Os preparativos da festa do Divino, no entanto, duram o ano todo, iniciando-se no encerramento da festa do ano anterior, quando os futuros festeiros[261] recebem das mãos dos atuais a bandeira oficial da festa. Mas a festa propriamente dita inicia-se no primeiro domingo de julho com a missa de abertura, seguida da derrubada e bênção dos barcos: os dois barcos (um carregado pelas mulheres e outro pelos homens) são levados até o rio Piracicaba em procissão, junto com a bandeira oficial e as demais bandeiras (réplicas da bandeira oficial que pertencem a dezenas de devotos). O padre abençoa os barcos, e o povo deposita flores no rio. Desde a saída da missa até a bênção dos barcos, são lançados morteiros, anunciando o início da festa na cidade.

Nos dois dias seguintes acontecem as visitas e bênção das casas da Rua do Porto[262]. A visita da bandeira é esperada com ansiedade nas casas, pois acredita-se que leva a prosperidade, a saúde e as bênçãos do Divino. No período da noite, nos três dias da semana ocorre o tríduo, com missa; a bandeira fica em lugar de destaque e ao fim das celebrações o povo dirige-se a ela, para fazer suas orações, pedir a bênção e amarrar as fitinhas (ex-votos) de pedidos de graças.

A quinta, a sexta e o sábado são tomados pela programação festiva, jantar com comidas típicas e apresentação de diversas bandas e grupos tradicionais da região, além da quermesse e do leilão de prendas. Essas três noites atraem muita gente para a festa; a noite da sexta-feira é o ponto alto, pois à meia noite há a maior queima de fogos. O povo que enche as ruas próximas se dirige à margem para apreciar o espetáculo sobre o rio Piracicaba.

No sábado também iniciam-se as festanças folclóricas, com apresentação da Congada. A congada é uma manifestação cultural e religiosa, que dança a coroação do rei e da rainha do congo, numa espécie de sincretismo religioso que mescla os cultos católico e afro. A presença da imagem de Nossa Senhora Aparecida e da Bandeira do Divino é fundamental e assistir a dança do congo é imperdível quando se participa da festa. Em geral essa dança é cantada em louvores a São Benedito e Nossa Senhora do Rosário, mas em Piracicaba, músicas populares são inseridas no meio da dança, como "Caninha Verde" e a tradicional canção piracicabana "Rio de lágrimas".

Ainda no sábado, após a congada, acontece a grande procissão do Divino, ponto central da Festa, em que ocorre o encontro das bandeiras no rio Piracicaba, sendo o dia de maior público na parte religiosa. Na procissão alguns elementos são significativos, como a bandeira oficial levada pelos festeiros, todas as outras bandeiras levadas pelos

---

260 Para uma discussão acerca do catolicismo popular, ver Rolim, 1976.

261 Festeiros são os homenageados, escolhidos pela irmandade para guardar a bandeira durante o ano que antecede a festa e carregá-la nas celebrações .

262 Calçadão na beira do rio, com casas humildes, antigamente habitadas apenas por pescadores.

devotos, os marinheiros, vestidos a caráter, que levarão os barcos rio acima e rio abaixo e as crianças vestidas de marinheiros e anjinhos, como pagamento de promessas.

Em determinado local, são preparadas as chamadas mortalhas. Pagadores de promessas e pedintes de graças ao divino estendem lençóis brancos na rua, onde deitam e se cobrem. A bandeira oficial, seguida das demais bandeiras, passa por cima das mortalhas, abençoando esses devotos, que rezam com fé. A mortalha vem substituir a antiga tradição de seguir a procissão carregando uma urna funerária vazia ou de deitar-se na urna para acompanhar a procissão, gesto que foi banido pela igreja católica.

Ao chegar à beira do rio, os marinheiros do rio acima recebem o envio e embarcam nos dois barcos da irmandade, que subirão o rio contra a correnteza para o encontro, enquanto a procissão segue até o píer, onde está a barca grande. Com um sinal de foguetório, os irmãos do rio acima sobem remando e cantando, com uma bandeira abençoando o povo, enquanto a barca desce o rio, com os marinheiros do rio abaixo. O encontro se dá no leito do rio, quando a bandeira oficial se coloca em frente às duas bandeiras menores e há uma grande queima de fogos e morteiros.

Em seguida, os marinheiros remam até a margem para o levantamento do mastro do divino: o padre os abençoa e o mastro é levantado apenas com os remos, pois a tradição diz que ninguém pode colocar a mão no mastro. Em seguida, acontece a missa, seguida da quermesse. Às 23 horas do sábado, inicia-se a grande roda de cururu, com o duelo de famosos cururueiros da região[263].

No Domingo do Divino, último dia de festa, há o almoço, seguido da congada, da Procissão da Bandeira e da missa, quando pela última vez o festeiro aparece publicamente com a bandeira oficial. Ao final da celebração, os festeiros entregam a bandeira oficial e são distribuídas as fitinhas que serão amarradas nas bandeiras. Os novos festeiros levam a bandeira até os membros da irmandade e encerram a parte espiritual com uma oração de agradecimento. A festa encerra-se oficialmente com a salva de morteiros, às 19 horas do domingo.

Um fato que determinou os rumos da festa a partir da década de 1970 foi a proibição de sua realização, em 1966, pelo então bispo de Piracicaba, d. Aníger Melillo, caracterizando-a como profana e recolhendo consigo a bandeira oficial. Esse fato interrompeu a sua realização por cinco anos. Em 1971, alguns antigos devotos do Divino resolveram tentar a reativação da festa, por não concordarem com a postura da igreja. Conseguiram a autorização de retomar a festa e receberam do bispo a bandeira; porém, sem a designação de um sacerdote para "capelanear" os rituais, a igreja não tinha participação direta. Pela ausência de padres, um leigo assumiu as funções de capelão e as missas foram substituídas pela reza do rosário e das jaculatórias próprias, que aconteciam no cruzeiro, ao lado da "Casa do Povoador" (ponto turístico e cultural do município).

Somente em 1980, com a chegada de d. Eduardo Koaik à Piracicaba, assumindo as funções de bispo coadjutor e administrador diocesano, a Igreja volta a "capelanear" a festa. Os irmãos do divino novamente procuram a autoridade eclesial para solicitar a presença de um sacerdote para as missas, procissões e bênçãos. O novo bispo indica o nome de monsenhor Jorge Simão Miguel, que permaneceu na função de capelão por mais de 15 anos.

Aquele pequeno grupo de homens responsável pela reativação da festa em 1971, tendo a frente Luis Sartori (festeiro neste ano e no ano seguinte), Reiniciou a festa com leilões de gados e aves, quermesse e atrações diversas, conseguindo angariar fundos para que a festa se auto-sustentasse. Ao contrário do que ocorre em outras regiões onde essa festa é realizada, em Piracicaba não é o festeiro quem exclusivamente banca a festa, abrindo a possibilidade de pessoas sem recursos financeiros participarem como festeiro.

Devido ao período de afastamento da Igreja, a irmandade seguiu atuando com independência até os dias de hoje, recebendo atualmente o nome de "Irmandade do Divino Espírito Santo de Piracicaba". Durante os anos em que

---

263 Manifestação folclórica caipira de origem ameríndia e portuguesa, o cururu é o repente, o desafio trovado (poético) ao som de violas. Foram numerosos, afamados e respeitados os cururueiros da região. Infelizmente nos últimos anos a tradição tem encontrado dificuldade de ser mantida, pela escassez desses trovadores.

esteve afastada da Igreja, a irmandade caminhou com dificuldade por inúmeros motivos, dentre eles o fato de muitos abandonarem a festa por medo de estar contra a "vontade de Deus" (representada pela igreja). Além disso, mesmo após 1980, as dificuldades permaneceram pela divisão que foi gerada dentro da igreja de Piracicaba, pela aceitação ou não de determinados rituais já arraigados na cultura do divino.

Passadas quase três décadas desde esse período, hoje se observa que a festa se expandiu significativamente a alcançou representatividade em Piracicaba e na região, recebendo em torno de 50 mil pessoas a cada ano.

Conclusões preliminares

De acordo com Michel Agier (2001), nas cidades globalizadas da atualidade se reforçam nos indivíduos os processos identitários, como tentativa de afirmação, alcançando o reconhecimento individual através da alteridade. Esse processo é caracterizado por alguns autores como identidade urbana, ou seja, a maneira pela qual os indivíduos se reconhecem dentro da cidade, onde, apesar de utilizarem a maior parte de seu tempo, energia e recurso para garantir a sobrevivência, dedicam também algum tempo para o lazer (MAGNANI, 2003). Desse modo, a identidade caracteriza-se como uma maneira de reconhecimento pessoal, o que, pode-se dizer, é refletido na cultura dos indivíduos de determinadas regiões.

Na festa do divino, pudemos notar alguns grupos que se constituem como marcantes nesta análise: em primeiro lugar a irmandade do divino, composta por devotos que atuam voluntariamente na festa, na sua organização, nos preparativos ao longo do ano, bem como na definição das diretrizes da festa. Esse grupo tem uma identidade fortemente marcada pela festa e seus desdobramentos, reconhecendo-se enquanto indivíduos da festa.

Há, no entanto, como pudemos perceber a partir do campo e das entrevistas, um grupo de pessoas que não faz parte da irmandade, mas que participa ativamente na semana da festa. São os devotos do divino, que possuem a bandeira, participam de todas as celebrações religiosas, alguns já foram festeiros do divino e trabalham na festa como voluntários em serviços gerais. Sua identidade é devotiva e também se reconhecem a partir da festa, não o ano todo, como os membros da irmandade, mas especialmente no período da festa.

Além deste grupo, há um grupo essencialmente religioso (sacerdotes católicos, músicos, liturgistas, entre outros), que são os responsáveis pelas celebrações eucarísticas (missas). Estes, muitas vezes, não se identificam como devotos, mas celebram em conjunto com os demais e representam a igreja enquanto instituição de mediação da fé.

Finalmente, há aqueles que participam da festa, dos rituais, das procissões, dos leilões, e outros eventos, mas que não se caracterizam ou não se reconhecem como devotos. A festa é, para estes, um momento de descontração e encontro e também um momento de reafirmar a fé no divino, de pedir e agradecer. Estes não caracterizam-se por uma identidade homogênea que possa atribuir-lhes característica de grupo.

Diante disso, pudemos notar que não há apenas uma identidade fixa e perene, mas sim um conjunto de identidades que se entrelaçam e se permeiam, formando uma teia de relações que se fortalece na semana da festa e nas semanas de seu entorno, mas que se afrouxa durante o restante do ano. Apenas uma parcela dessas pessoas vive a festa sem dissociá-la da vida cotidiana.

Dentro do histórico da festa, cabe destaque a proibição de sua realização pela igreja local. Esse fato delineou os rumos que a festa veio a tomar, apesar de se notar uma nova investida da igreja local para reapropriar-se da festa e de seus elementos nos últimos anos.

Um dos objetivos do projeto inicial constituía-se em observar o papel do poder público e sua relação com a festa, por meio das secretarias de cultura e turismo. A secretaria de turismo é mais atuante na festa, ao passo que as ações culturais se restringem à divulgação, já que a festa faz parte do calendário turístico oficial e do orçamento financeiro da secretaria de turismo, o que impede uma maior atuação da secretaria de cultura nesse sentido. Vale destacar que não observamos na festa uma organização política que se desdobra em demandas por políticas públicas. Há antes um relacionamento pessoal com o poder público, por meio da presença do prefeito do município, que se apresenta em grande parte dos eventos e ritos, inclusive na procissão e encontro das bandeiras.

Tomar a festa como tradição é um dos objetivos da secretaria de cultura, visando rogar para si a capacidade de atuação e diálogo com os membros da irmandade. O grupo da congada parece ser o foco atual da secretaria, objetivando o repasse de verbas para a melhoria da estrutura organizacional deste grupo.

De acordo com o observado, a participação na festa se dá principalmente por meio da tradição, pela herança deixada por avós, pais, tios, entre outros parentes que participavam da festa e construíram na família uma cultura com relação ao divino. Essa participação se perpetua ao longo do tempo por meio de uma experiência de fé, pessoal ou coletiva, por uma graça alcançada e atribuída ao divino. Os ex-votos são uma grande representação do papel que a economia de troca exerce dentro da festa, mesmo levando-se em conta a tradição.

Questões futuras

Este trabalho vem sendo aprofundado em pesquisa atual com relação às festas e tradições de um grupo de descendentes de tiroleses no município de Piracicaba. Os bairros Santa Olímpia e Santana formam o núcleo de colonização trentino-tirolesa de Piracicaba e são uma das mais expressivas colônias de imigrantes de toda a região, buscando resgatar, difundir e manter as festas e tradições herdadas dos imigrantes. Mesmo após mais de 115 anos da chegada dos primeiros imigrantes, os bairros ainda preservam variedades do dialeto trentino trazidas do Tirol: o *tirolês*.

Pretendemos articular neste trabalho três temáticas de grande relevância: as festas, a imigração e a identidade. Na prática, as festas encontram repercussão em todos os grupos sociais, das pequenas comunidades locais aos grandes centros urbanos. A imigração foi responsável pela grande troca cultural ocorrida entre os diversos grupos sociais, em especial no final do século XIX e início do século XX, no Brasil. Os imigrantes e seus descendentes transferiram ao Brasil e à região em que foram habitar costumes, tradições, modos de viver de seu país de origem, que, mesclados com o modo brasileiro, formaram a nação multicultural que é o Brasil hoje. A identidade, por sua vez, é construída e reconstruída ao longo do tempo, mas é uma das expressões mais fortes da cultura de um povo, quer na manutenção das tradições e costumes, quer na transmissão de valores e crenças.

A comunidade local, quase que em sua totalidade descendente de imigrantes tiroleses, organiza diversas festas, que visam apresentar aos visitantes um pouco da cultura de seu país de origem. Nesse sentido, as festas caracterizam-se como objetos de estudo por serem elas, hipoteticamente, as responsáveis pelo resgate das tradições e da identidade daquelas pessoas.

A primeira delas e mais conhecida é a F*esta da Polenta*, que todos os anos, no mês de julho, atrai turistas de várias regiões para apreciarem o prato típico que dá nome à festa, a polenta, além de outros quitutes típicos. Danças típicas apresentadas pelo grupo folclórico e apresentações dos corais e grupos de danças folclóricas, com canções em tirolês e trajes típicos, são as principais atrações da festa, além da comida e do vinho de produção própria.

A segunda festa, a *Festa da Cucagna*, ocorre na terça-feira de carnaval e é conhecida como o carnaval dos tiroleses, que atrai centenas de jovens, formando um animado bloco. Com o corpo coberto de lama, passam de casa em casa durante um dia todo, aguardando a preparação da Cucagna, que será servida no final da tarde.

A festa da imigração ocorre no mês de novembro e rememora a chegada dos patriarcas ao Brasil. Em maio ocorre a festa de Nossa Senhora, essencialmente religiosa e em dezembro o *Mercadin de Nadal*, ou o típico natal tirolês.

O problema a ser estudado pretende verificar se as festas tradicionais realizadas pelos descendentes dos tiroleses possibilitam a manutenção da identidade de grupo e se refletem um modo de ser de seus antepassados, resgatando, por meio dessas festas e da religiosidade, uma identidade cultural. Apresentamos como hipótese de pesquisa a idéia de que a comunidade tirolesa em Piracicaba, por meio da realização das festas tradicionais, resgata sua identidade e faz-se reconhecer como tal, mesmo diante da diferente realidade encontrada no Brasil.

Além disso, a análise das festas pretende verificar qual o sentido social assumido pela festa, em relação ao cotidiano dos tiroleses, ou seja, à vida social, ao trabalho, às dificuldades diárias. Nesse sentido, a outra hipótese a ser verificada é de que as festas pretendem ser um modo de extravasar sentimentos, angústias e dificuldades, em especial

a vida sofrida do trabalho, bem como funcionar como momento da transgressão, seja ela cultural, religiosa ou até mesmo moral.

Finalmente, buscaremos verificar se há uma relação entre a necessidade de afirmação dos tiroleses enquanto grupo dentro da cidade e a realização das festas, ou seja, se as festas representam a redução dos preconceitos, favorecendo a aproximação entre tiroleses e demais habitantes do município de Piracicaba.

Referências bibliográficas:

AGIER, Michel. **Distúrbios identitários em tempos de globalização**. Rio de Janeiro: Mana, 2001. v. 7, n 2. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132001000200001> Acesso em: 26 mar 2011.

ALLEONI, Olívio Nazareno. Contribuição ao Entendimento da Festa do Divino no vale do médio Tietê. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba,** 2005. p.125-145.

AMARAL, Rita de Cássia de M. P. **Festa à Brasileira:** significados do festejar, no país que "não é sério". 1998. Tese (Doutorado em Antropologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

BRANDAO, Carlos Rodrigues. Fronteira da fé: alguns sistemas de sentido, crenças e religiões no Brasil de hoje. **Estudos avançados**, São Paulo, v.18, n.52, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000300017&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 26 mar 2011.

CARDOSO, Ruth Correia Leite. Aventuras de Antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método. In: _____ (org.) **A Aventura Antropológica**: Teoria e Pesquisa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p.95-105.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História Oral**: memória, tempo, identidades. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

FREITAS, Sonia Maria de. **História Oral**: possibilidades e procedimentos. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006. 2.ed.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

MAGALHÃES, Valéria Barbosa de. Imigração: Subjetividade e Memória Coletiva. **Oralidades:** Revista de História Oral, v. n 1, p. 23-32, 2007.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Festa no pedaço:** cultura popular e lazer na cidade. São Paulo: Hucitec/UNESP, 2003. 3.ed.

MALINOWSKI, Bronislaw. Introducción: objeto, método y finalidad de esta investigación. In: _____. **Los Argonautas del Pacífico Occidental**. Barcelona: Península, 1973. p.19-42.

ROLIM, Francisco C. Condicionamentos sociais do catolicismo popular**. Revista Eclesiástica Brasileira**, v.36, p.142-170, 1976.

IMAGEM E PRODUÇÃO DE PENSAMENTO

Bruno Sérgio Franklin de Farias GOMES[264]

Thiago Isaias Nóbrega de LUCENA[265]

Introdução

O presente ensaio é um resumo de leituras e discussões feitas por alunos do programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. Os estudos e posicionamentos inseridos neste trabalho são, portanto, fruto da reflexão conjunta, demonstrando a necessidade de revisitar uma ontologia da imagem com vistas à sua utilização para gerar afetos, evidenciar perceptos e produzir pensamento.

O texto apresenta dois momentos, o primeiro diz respeito a uma paisagem bibliografia tecida por autores como Gilles Deleuze (1992), Alberto Manguel (2001) e José de Souza Martin (2001). Uma aposta com o objetivo de tornar aparente um panorama substancial da imagem como objeto da antropologia, sociologia, comunicação e filosofia. A segunda questão apresentada estabelece um intercruzamento entre esses autores e experiências pessoais com o curso de extensão universitária intitulado *Cinema e Educação* realizado durante o semestre letivo 2011.1 na UFRN aliado à atividade de *Seminário de Dissertação* ofertada no programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais dessa mesma universidade, como peças de fundamental importância para a tessitura deste trabalho.

O texto na integra corresponde a uma aposta cognitiva na obtenção de bons mecanismos do fazer pensar por meio da imagem, fotografia, cinema e quem sabe, obras de arte. É este o nosso fio condutor segundo o qual consideramos possível construir pesquisas acadêmicas utilizando a imagem literalmente como um texto inteligível. Descartando assim, seu uso como suporte complementar aos relatos escritos.

Imagem e produção de pensamento

A partir de uma estrutura inicial polifônica em se tratando de visões ou áreas de conhecimento foi possível dar forma às idéias aqui presentes. Em constantes discussões e algumas divergências entre Sociólogos e Comunicólogos a respeito da utilização de imagens na tessitura de trabalhos de ordem acadêmica – sejam elas fotografias, pinturas, esculturas, desenhos, imagem em movimento com ou sem som reproduzido em tela (vídeo/cinema) e ainda instalações, arquitetura, paisagens, lugares e situações imagéticas – chegamos a um ponto em comum que seria: a imagens devem ser desencadeadores e geradoras de pensamento indissociadas do contexto do trabalho escrito.

Porém surge a pergunta: como fazer isso sem cair na armadilha dos enfeites textuais? Uma possível chave de resposta para a questão seria o fato de que a intencionalidade das imagens dispostas em trabalhos e atividades

---

264 Professor do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, graduado em Comunicação Social com habilitação em Rádio e TV/UFRN, mestrando no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/UFRN e Pesquisador do Grupo de Estudos da Complexidade/GRECOM.

265 Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/UFRN e Pesquisador do Grupo de Estudos Cultura, Política e Educação e colaborador do Grupo de Estudos da Complexidade/GRECOM

científicas deve girar em torno do objetivo de desestabilizar cognitivamente o leitor de forma que este se sinta forçado a rememorar como em um movimento de *flash back* outras imagens, histórias, afectos e situações que lhes leve a problematizar e produzir pensamento.

Em outras palavras, a imagem precisa, assim como as palavras escritas, ser lida e contextualizada, mas, por tratar-se de uma leitura diferenciada, é preciso lançar mão de uma série de mecanismos recursivos a serem *linkados* a fim de dar sentido ao que se vê. Organizar o caos do pensamento para dar mobilidade e sentido às idéias é o movimento que entendemos que o exercício de leitura ou pesquisa deve fazer. A esse respeito o biólogo moçambicano Mia Couto escreve poeticamente:

> *Na nossa infância, todos nós experimentamos este primeiro idioma, o idioma do caos, todos nós usufruímos do momento divino em que a nossa vida podia ser todas as vidas e o mundo ainda esperava por um destino. James Joyce chamava de "caosmologia" a esta relação com o mundo informe e caótico. Essa relação, meus amigos, é aquilo que faz mover a escrita, qualquer que seja o continente, qualquer que seja a nação, a língua ou o gênero literário. (MIA COUTO, 2009, p. 14)*

A essa relação de confrontação com situações que impulsionam o pensamento a recorrer a memórias diversas que lhes atravessam alguns autores atribuem o nome de *recursividade*, como no caso de Edgar Morin; *canto da Metamorfose* para André de Malraux ou ainda; *capital cultural*, fazendo uma sensível referência a Pierre Bourdieu.

Para não cair na armadilha da superficialidade ou fechamento em uma noção única e chancelada, preferimos chamar de *operadores cognitivos* que são fruto do diálogo com outras manifestações presenciadas ou vividas que, dentro de um contexto ganham sentido e produzem pensamento.

Neste sentido, propomos discutir o processo de significação polissêmico das imagens deixando de lado sua mera restrição como suporte complementar – ou, em alguns casos, meros adornos inseridos nos textos – às pesquisas textuais e propondo um aprofundamento dos vários olhares e saberes/práticas sobre o recurso imagético percebendo-o como operador cognitivo e metodológico na pesquisa acadêmica.

Não se trata de um trabalho que pretende ensinar como utilizar as imagens dentro do trabalho, tampouco demonstrar como produzi-las ou utilizá-las tecnicamente. Em primeira instância negamos a utilização de imagens prontas com a intencionalidade de criar devoção nos leitores, pois entendemos que os recursos de imagem não devem ser postos como fim último, meramente ilustrativo e/ou autoexplicativo. Antes de utilizá-la o autor precisa ter em conta que o momento da imagem sempre gerará uma – rápida ou talvez longa – pausa na leitura e essa pausa precisa ser aproveitada no sentido de fazer o leitor continuar seu exercício de acionar a memória para transformá-las em extensão escrita indissociada do texto geral.

Acreditamos que a imagem é um conjunto complexo de signos e pode ser um importante recurso metodológico de construção do pensamento. Ela não tem que contar uma história pronta e sim ser capaz de nos fazer pensar, confabular a seu respeito e nos forçar a produzir o novo. A idéia é buscar tornar possível o encontro entre imagem e texto para problematizar o presente negando a possibilidade de pensar as coisas prontas como elas são. Ou nas palavras de Deleuze, "O encontro designa um efeito, um zigue zague, algo que passa ou que se passa entre dois" (DELLEUZE, 1992, p. 6).

Buscamos referência em alguns autores que utilizam imagens em suas abordagens ou problematizam sobre elas; usam a força da imagem na perspectiva de produzir inventividade criativa sem pressupostos nem pontos de chegada.

No sentido de fazer pensar, Gilles Deleuze e Felix Guattari defendem que nós precisamos de algo que nos violente, desestabilize e que nos force a produzir pensamento. Ou seja, só pensamos sob pressão. Eles nos expõem, pois, uma classificação das imagens e de seus signos que contribuirão, sobretudo, para a formação de um novo discurso. Auferimos a isso que o descentramento cognitivo para produção de pensamento só se faz possível quando

existe uma consciência – ou inconsciência, uma vez que na Sociedade de Controle[266] atual as relações de poder já foram introjetadas pelos indivíduos – de que existem regras de conduta já estabelecidas na sociedade-mundo, as aceitemos ou não. A partir de um discurso incorporado da cultura que nivela, dita ou constrói verdades é que o sujeito torna-se capaz de afectar-se para posteriormente buscar traçar novas rotas e produzir o novo.

Reforçando essa idéia de imobilidade natural do pensamento, Antonin Artaud diz que só pensamos em contato com o intolerável e o insuportável. Esclareço aqui que insuportável ou intolerável não é necessariamente o que é da ordem da perversidade e sim uma construção de idéias a partir de experiências previamente vividas, vivenciadas que façam sentido desencadeadas pela utilização do recurso imagético.

É na confrontação de idéias ou de discursos de verdade que se dá o que Deleuze chamou de "intercessores", os encontros que fazem com que o pensamento saia de sua "imobilidade natural", de seu estupor. Sem os intercessores não há criação. Sem eles não há pensamento. É por meio deles que podemos relacionar filosofia e arte, a invenção de conceitos e a criação de agregados sensíveis, pois em Deleuze e Guattari (1995) a questão fundamental do pensamento é a criação. Pensar é inventar o caminho habitual da vida, é fazer o novo, é tornar novamente o pensamento possível. A filosofia, tanto como a ciência, a arte e a literatura definem-se por seu poder criador e pela exigência de criação de um novo pensamento.

É a partir de uma espécie de crise interna que entrarão em conflito as situações sensoriais motoras e memoriais em benefício das situações óticas e sonoras puras, desenvolvendo objetos para um discurso, reações que perdem o seu trajeto metódico e descobrem uma nova trajetória.

Deleuze e Guatarri falam dos perceptos e afectos que compõem e atravessam a imagem. Os perceptos, que estão para além da percepção, são independentes do estado daqueles que os experimentam e os afectos, que não se restringem aos sentimentos de afetividade ou afeição, transbordam a força daqueles que são atravessados por eles.

A obra de arte – e, portanto a pintura, a fotografia entre muitas outras de suas manifestações – é um ser de sensação, e nada mais: ela existe em si. O que o pintor pensou ao pintá-la, o que o fotografo pensou ao fotografá-la seguramente não será o mesmo que o leitor pensará ao visualizá-la. Sempre será necessária a necessidade de lançar mão de recursos como se fossem *flash backs* de memórias para tentar ir além do que está posto pensando como a experiência do contato pode ser ampliada.

Um conceito, uma noção, uma problematização sempre serão criados em função de um desconhecido, de algo não representado, ou até mesmo de algo irrepresentável, o que garante não apenas uma proximidade com o estranho, mas também a necessidade constante de sua criação. Criação esta que, no entanto, não aniquila a estranheza, mas sim possibilita novas experiências. Esse desconhecido não se faz presente apenas na criação filosófica, mas também nas artes e na ciência.

Imagem e interpretações

A imagem é um artefato de tamanha representação principalmente nas sociedades modernas com o advento da fotografia, cinema e televisão. Além de servir como registro, pode ganhar status em um processo de proporções tamanhas que na maioria das vezes torna-nos impotentes diante dos mecanismos de sua significação. Principalmente porque somos seres de imagens, figuras e por meio delas somos informados e contamos nossas histórias.

Assim como as palavras, elas são a matéria do que somos feitos. Cada imagem além de uma inscrição gráfica é também um texto escrito. Não da maneira convencional de encadeamento de letras e sentidos *arbitrarizados* como

---

266 Caracterizada pela invisibilidade e pelo nomandismo que se expande junto às redes de informação. Nas sociedades de controle a vigilância torna-se rarefeita e virtual. Aponta uma espécie de anti-arquitectura, pois ausência da casa, do prédio, do edifício é fruto de um processo em que se caminha para um mundo virtual.

propõe o pai da lingüística moderna, Ferdinand de *Saussure (1995)*[267]. *Mas temos no sistema de enunciação das imagens* um grande arcabouço de criação e interpretação de sentidos ordinários ou muitas vezes incoerentes. A imagem corresponde a um texto visual cujo fluxo de enunciação ganha sentido no contexto de sua interpretação de forma semelhante à produção do texto escrito. Segundo Dominique Maingueneau (2005), o enunciado e o enunciador se opõem a enunciação da mesma forma que o produto se opõe ao ato de produzir. Desta dualidade se estabelece uma função de finalidade, de orientação e marcação argumentativa também codificada nas imagens. Vejamos:

> *Quando interagimos através da linguagem, temos sempre objetivos, fins a serem atingidos; a relação que desejamos estabelecer, efeitos que desencadeamos, isto é, pretendemos atuar sobre o(s) outro(s) de determinada maneira, obter dele(s) determinadas reações. (KOCH, 1996. p. 29).*

A figura que compreendemos como imagem é, portanto, resultado de uma produção biossocial que denota tanto uma condição de *fenômeno*, uma responsabilidade dos fatos biológicos e da natureza, quanto *conceitual* representada pelas inúmeras atividades produzidas pelo homem - a cultura. É neste ponto que se estabelece os direcionamentos da linguagem. E assim, a condição de se comunicar não é o objeto da nossa pesquisa, mas o processo de comunicação das imagens. Neste sentido, questões de nível discursivo também podem ser interessantes.

José de Souza Martins é um desses importantes interlocutores ao propor uma sociologia do conhecimento visual. Para Martins (2001), a fotografia por sí não tem conteúdo sociológico, e por isso é necessário entende-la melhor para usar a imagem como suporte sociológico e antropológico da pesquisa/investigação. Não devemos perceber na fotografia um texto de memória ou registro, uma crítica que nos faz pensar mais no valor estético e humanista das imagens, pois cria um instrumento capaz de tornar visível e permite compartilhar resíduos de uma humanidade.

A visão da fotografia e da imagem aqui é ampliada e ela passa a ter uma visão como suporte metodológico de investigação. Inclusive sob condições semelhantes de intervenção entre pesquisador e as populações e armadilhas da escrita.

> *Tomar a imagem fotográfica como documento social em termos absolutos envolve as mesmas dificuldades que há quando se toma a palavra falada, o depoimento, a entrevista, em termos absolutos, como referência sociológica, que são as dificuldades de sua insuficiência e de suas limitações. (MARTINS, 2009. p. 11)*

Nas imagens o jogo das letras é trocado por uma articulação não verbal de cores, posições, pessoas, objetos e inúmeros outros aspectos construídos pelos enquadramentos e formas de exposição que passam despercebidos. Os diversos aspectos de uma pintura, por exemplo, transcendem os limites da página. Elas se apresentam à nossa consciência instantaneamente, encerradas pela sua moldura em uma superfície específica conforme Alberto Manguel (2001) ao demonstrar a imagem da Virgem e o Menino à frente de um guarda-fogo, atribuída a Robert Campin.

Vemos nesta imagem o conjunto de intencionalidades que na primeira vista daria ao menino Jesus a figura de maior importância. No entanto, a intencionalidade do pintor dá o sentido contrário. Na verdade é a mãe o tema da pintura. Ao ver queremos saber quem é esta mulher. E neste sentido, tais perguntas dialogam com a sociologia do

---

267 SAUSSURE, F. Curso de Lingüística Geral. São Paulo: Cultrix, 1995.

conhecimento visual trabalhada por Martins (2001) ao dizer que a imagem faz quem esta vendo se indagar e adentrar no lugar.

> *[...] expões evidencias de uma fala intensa contida no cenário vazio, os presos já transferidos para outros presídios. Ali, nas ruínas de celas silenciosas, nos objetivos abandonados, nos desenhos, pinturas e escrita que ficaram nas paredes e portas, o ausente se faz presente. (MARTINS, 2009. p.27)*

Martins (2001) evidencia a validade da imagem e da fotografia como instrumento de investigação semelhante as usados nos processos de pesquisa convencional como o questionário, o formulário, a entrevista anotada, o diário de campo, a entrevista gravada. Uma investigação abordando as imagens como fruto das relações entre os escritores (fotógrafos, pintores), os personagens e os observadores justamente como este processo plurissignificativo de um "[...] produto das várias interações humanas envolvidas: pessoas sendo fotografadas, pessoas tirando fotografias, pessoas olhando fotografias". (MARTINS, 2009. p. 28).

É neste sentido que Manguel (2001) articula a imagens como enigma como acabamos de ver na figura da virgem Maria e do menino Jesus. Nela só podemos interpretar porque temos saberes sobre o cristianismo. E é em conformidade com as experiências da cultura judaica que podemos entender alguns aspectos despercebidos por muitos. Na imagem observamos um direcionamento do pintor que coloca pistas por todo o aposento sobre a identidade da mulher. Vejamos uma cartografia desta imagem para demonstrar como podemos perceber as intencionalidades de um pintor.

A imagem da mãe amamentando demonstra que o seio oferecido à criança, é também ofertado ao espectador.

Nessas imagens podemos ver outros aspectos semióticos fruto da intervenção direcional do artista. O guarda-fogo trançado se torna, como que por acaso, a auréola da Virgem. Dando um ar de santidade e divindade. A chama por cima do circulo assinala o coração e a presença do Espírito Santo que pode ser entendido como fogo. Na segunda imagem, o livro aberto que contém a Palavra de Deus, está aberto e com a folha passando porque este é um momento de leitura e também revela o futuro da Mãe e do Filho. De uma maneira bem mais despercebida, a figura apresenta segundo Manguel (2001), o lado de fora em uma cena comum da vida cidade. A quarta imagem também denota a trindade ao apresentar um misterioso banco de três pés.

Este é um recorte da bainha do vestido de Maria, nesta imagem podemos ver várias jóias e uma ornamentação nas vestes santas. Já no segundo recorte, observamos o triangulo revelador que representa a trindade (Deus pai, filho e Espírito Santo) através da curvatura da perna do menino e da mão de Maria. Uma história que de acordo como Manguel (2001), parece ser infinita, uma vez que toda leitura nova acrescenta outras camadas ao seu enredo. O enigma permanece o mesmo, só as respostas variam.

Martins (2001) também demonstrou a validade das imagens como recurso de investigação através de alguns ensaios fotográficos. Um deles é a seqüência de fotos realizado no Pavilhão 9 do complexo de detenção no Rio de Janeiro chamado Carandiru. Palco de uma dos maiores massacres no Brasil que aconteceu 02 de outubro de 1992 com a entrada da Tropa de Choque da Polícia Militar causando a morte de 111 presos.

Esta é uma das fotos de Martins (2001) que se ressalta pela dualidade entre a linguagem escrita e visual. O preto e branco dá um ar de seriedade ao mesmo tempo em que mexe com o resgate temporal. Mas não é só isso, se torna representação, isto é, presença do ausente. Ela impregna muito mais do que fantasia, tanto no fotógrafo quanto do fotógrafo, quanto do leitor, de fotografia.

> *[...] expões evidencias de uma fala intensa contida no cenário vazio, os presos já transferidos para outros presídios. Ali, nas ruínas de celas silenciosas, nos objetivos abandonados, nos desenhos, pinturas e escrita que ficaram nas paredes e portas, o ausente se faz presente. (MARTINS, 2009. p.27)*

Observamos claramente como existe a intervenção do autor e de semelhante modo dos interpretes quando exercemos a prática de interpretar as imagens, de suas leituras e uso. Para Manguel (2001), a fotografia rapidamente tornou-se o provedor de imagens da nossa sociedade, conquistando tempo e espaço. Como nunca antes, nos tornamos testemunhas daquilo que em algum momento aconteceu: guerra, fatos momentosos, públicos ou privados, a paisagem de terras estrangeiras, o rosto de nossos avós na sua infância, tudo nos foi oferecido pela câmera, para o nosso exame atento.

As imagens marcam como este sentido de afetação proposto por Deleuze (1992). Os noticiários na televisão e as imagens nas revistas duplicaram a realidade e democratiza as informações e acontecimentos. E este processo acontece também por meio dessas percepções de afetação. As imagens tem nestes casos a responsabilidade de legitimar o fato como notícia. Sem elas haveria uma quebra na credibilidade dos meios visuais como uma espécie de democratização da realidade.

Um exército que fizemos em sala de aula e pode ser feito por cada leitor é onde estava você no momento do ataque ao World Trade Center em 11 de setembro de 2001. Cada pessoa apesar da idade expõe suas afetações que foram solidificadas como conhecimento a partir da experiência pessoal de cada um no momento que recebeu a notícia. E neste momento, cada leitor deste texto também está fazendo alguma inferência a partir desta imagem. Neste sentido a interpretação das coisas através das imagens é fruto do complexo sistema comunicacional de concepção do mundo e das coisas que nela há. Onde as imagens podem sim, afetar e produzir pensamento. E para compreender melhor este processo é fundamental enfatizar a intervenção e, sobretudo, o ato de interpretar as imagens.

E mais do que reconhecer as imagens produzidas, é fundamental em pesquisas continuar buscando o papel das imagens como experimentação do pensamento. Não temos por finalidade única tornar a imagem com conteúdo único em pesquisas, no entanto, tentamos ensaiar mais alguns passos para a criação de um cenário mais sólido na busca por tornar cada vez mais aparente a imagem como produtora de conhecimento. Ainda utilizando conceitos-chave desses dois pensadores (Deleuze e Guattari), podemos chamar a esse novo pensamento criado a partir da afecção causada pelo contato com as imagens (as que estão no documento acadêmico ou as que lançamos mão) de *rizomas*. "Pensar nas coisas, entre as coisas, é justamente criar rizomas e não raízes, traçar uma linha e não um ponto". (DELEUZE, 1992, p. 22). No contexto do que é proposto aqui, a estética rizomática seria aquela que foge ao controle e toma uma direção diferenciada. Seria o que está entre a imagem e o texto, fora ou além deles e que corre em outra direção. Os afectos e a memória envolvem a noção dinâmica do rizoma e o que se pensa ou constrói a partir deles já não serão mais meras referências, reproduções ou a imitação de experiências primárias.

Referências bibliográficas:

COUTO, Mia. E se Obama fosse africano e outras interinvenções. Portugal. Editorial Caminho, 2009.

DELEUZE, Gilles. O que é a filosofia?. Rio de janeiro: Ed. 34, 1992.

_____. *O Abecedário de Gilles Deleuze*. Entrevista realizada em 1988-1989 por Claire Parnet, direção de Pierre-André Boutang. Disponível em: www.oestrangeiro.net. Acesso em 16/04/2011.

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Ed 34, 1995.

KOCH, Ingedore. G.V. Argumentação e linguagem. São Paulo: Cortez, 1987.

MAINGUENEAU, Dominique. Análise de textos de comunicação. São Paulo: Cortez, 2005.

MANGEL, Alberto. *Lendo imagens*. São Paulo: Cia. Das Letras, 2001

MARTINS, José de Souza. Sociologia da Fotografia e da imagem. São Paulo: Contexto, 2009.

IMAGENS DE INFÂNCIA: UMA CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DE GESTORES DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Maria da Penha de Souza Salgueiro*

* Universidade Estácio de Sá – UNESA – Mestre em Educação

Introdução

A utilização de imagens fotográficas vista com o mesmo peso de um texto em trabalhos científicos é recente e o nome de Roland Barthes (1962) é o mais conhecido nesta área por ter aplicado, pela primeira vez, o método estruturalista à análise do conteúdo fotográfico (LEITE, 2007). Um dos pioneiros no estudo da Semiologia, Barthes diferenciou-se dos demais semiólogos estruturalistas, seguidores de Ferdinand de Saussure, por acrescentar à noção acadêmica de signo, a noção de sujeito. Para ele, um signo deve ser compreendido levando-se em conta a intervenção do sujeito que o observa. Se, a fotografia não sofresse a intervenção pessoal subjetiva do observador que pode ver num signo muito mais que uma representação do real, ela não passaria de um simples registro documental.

No entanto, apesar de também cumprir este papel, a fotografia ultrapassa os limites de um simples registro, na medida em que, enquanto signo recebe um reconhecimento particular por parte do sujeito. Ele ainda afirma que a fotografia é sempre imagem de algo e está atrelada ao referente histórico que o gerou (BARTHES, 1980).

Como fonte histórica, a fotografia expressa tanto um fato histórico quanto um estilo de vida. Como texto, se organiza a partir da expressão que envolve técnicas e estéticas como cor, enquadramento iluminação, etc. e do conteúdo determinado pelo conjunto de pessoas, lugares, objetos e vivências que compõe a fotografia. Ambos se correspondem na produção de sentido na fotografia, sendo possível separá-los para fins de análise, mas compreendê-los apenas como um todo integrado (MAUAD, 2004).

Assim, a imagem existe para ser vista por um sujeito espectador que está inserido em um contexto determinado. O sentido que é dado a uma imagem é um sentido socialmente construído afastando a hipótese de um olhar ocasional, vale dizer, neutro (AUMONT, 2008).

Este artigo é parte da dissertação de Mestrado da autora sobre representação social de criança por gestores de Educação Infantil, fundamentada na teoria de Moscovici (1961) e articulada com estudos sobre imagens fotográficas. A partir da experiência vivenciada quando da análise das fotografias acreditamos ser possível usarmos esta mesma metodologia na prática de formação de gestores e demais profissionais de Educação Infantil.

A Educação Infantil no Rio de Janeiro

A concepção de creche, como espaço de educação, consolida-se com o advento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (1996) integrando-se à Educação Infantil, sendo então abarcada definitivamente pela Secretaria Municipal de Educação do Município do Rio de Janeiro. Embora desejada e esperada, em verdade, esta integração demandou Propostas Pedagógicas específicas para a faixa etária até 6 (seis) anos, atualmente cinco anos, assim como por profissionais que o Sistema Municipal de Educação ainda não possuía, dentre estes os voltados para a gestão dos segmentos creche e pré-escola.

Sabemos que o processo de profissionalização de gestores de instituições educacionais é, há muito tempo negligenciado, refletindo-se na escassez de cursos específicos, tanto na área de Pedagogia quanto na área de Administração de Empresas.

Historicamente a procura pelo atendimento à criança em creches por todas as camadas sociais, acentua-se no final da década de 70. O contexto sócio-histórico e econômico desta época, aliado ao descaso do poder público oportuniza em 1971, o surgimento das primeiras creches privadas voltadas à classe média que buscava um atendimento de qualidade para os filhos das mulheres que ingressavam no mercado de trabalho.

Não tendo a visão institucionalizada da creche como temos hoje, esta era gerida na sua quase totalidade, por mulheres: professoras, pedagogas e psicólogas, que contavam com a sensibilidade do "instinto de amor maternal" para administrá-la. O desafio de um atendimento de qualidade nas creches privadas era uma questão de honra, além de ser, ao mesmo tempo, instigante e desolador. Seus dirigentes tinham que provar, por diferentes meios, que a criança na creche não significava uma atitude de abandono da mãe.

Baseada neste contexto é criada em 1981, no Rio de Janeiro a ASBREI – Associação Brasileira de Educação Infantil, congregando creches públicas e privadas, que além de encaminhar junto aos órgãos públicos os interesses de seus associados, desempenhava o papel de apoio à formação de gestores e demais profissionais do segmento.

A partir de 2001, as creches assistenciais, antes subordinadas à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SMDS são transferidas, paulatinamente, para a Secretaria Municipal de Educação – SME/RJ. Quanto ao setor privado, muitos diretores tiveram que voltar à universidade para ocupar o cargo de diretor de sua própria creche, especializando-se em Administração Escolar, o que não era exigido antes da promulgação da LDB (1996).

De volta à gestão escolar e, por conseguinte, à formação e atuação do diretor, administrador ou como preferimos denominar, gestor educacional, esta área enfrenta grandes desafios. Os avanços da ciência e da tecnologia vêm ocasionando novas formas de pensar e fazer educação. O trabalho em equipe, liderança, o uso de novas mídias, legislações, novas formas de aprendizado são requisitos que se exige de quem pretende ocupar essa função. A exigência de uma revisão deste papel tanto nas instituições públicas quanto nas privadas é uma preocupação que procede.

Partindo-se do princípio de que o gestor, também entendido como o diretor ou o administrador é o responsável pela plenitude do funcionamento de uma instituição escolar, o estudo objetiva captar, a partir de imagens fotográficas, os valores, normas e crenças que influenciam as práticas pedagógicas adotadas nas instituições, sob o ponto de vista da autonomia na criança.

Fundamentação Teórica

A Teoria das Representações Sociais elaborada em 1961 pelo psicólogo Serge Moscovici tem oferecido um rico instrumental na compreensão dos complexos significados presentes nos processos educacionais. Para

Moscovici (2003; p. 336), “adquirimos a marca do conhecimento do senso comum cedo na infância, quando começamos a nos relacionar, comunicar e falar”. As representações sociais são estruturas cognitivas específicas da sociedade contemporânea, que se constroem no âmago das interações e das práticas sociais. É uma forma de conhecimento – o saber do senso comum – construída nas relações grupais e intergrupais, integrando tanto a experiência e a vivência dos sujeitos que a constroem quanto sua história e sua cultura.

Ao longo da vida, o sujeito recebe uma infinidade de informações. A cada nova informação ele tende a aproximá-la do seu universo numa tentativa de reconstruí-la e torná-la natural. À medida que a sociedade se apropria de um novo paradigma e o incorpora à realidade, o que antes era visto como resistência ou tabu passa a fazer parte do universo daquele grupo. Mas, muitas vezes, não há apropriação do novo, ficando apenas no discurso, longe da prática e, dessa forma, não se constituindo em uma representação social.

Metodologia

Por serem os fenômenos sociais relacionados às representações sociais de difícil apreensão, optou-se como instrumento metodológico pela utilização de fotografias, como estímulo para fazer emergir e apreender crenças, valores e atitudes dos gestores as quais este estudo pretende desvelar, mais precisamente, as representações sociais de criança.

A pesquisa foi realizada com 27 gestores de 12 instituições associadas à ASBREI, no mínimo há 10 anos. A estratégia principal de investigação foi entrevistas com fotografias. As fotos foram obtidas em 2 instituições de padrões semelhantes num total de 240 sendo selecionadas 16 fotos de crianças acima de 18 meses, com as mesmas características de tamanho (10x15 cm), coloração, textura e resolução digital.

As fotos foram entregues em mãos e obedeceram aos seguintes passos:

1º) Para estimular a memória fazia-se o primeiro pedido: “Olhe atentamente uma a uma, as 16 fotografias”. Ao manusearem as fotos, alguns trabalharam em profundo silêncio, outros faziam comentários sobre a escolha das imagens; outros davam explicações pedagógicas acrescentando, de imediato, que significavam autonomia nas crianças; outros começavam logo a agrupar; outros pareciam contemplar as fotos fazendo elogios à escolha técnica e houve os que questionaram a ausência de adultos, chegando a esboçar inconformismo com o fato.

2º) A seguir foi solicitado: "Agora, separe as fotos em grupos sendo de no mínimo dois e no máximo quatro grupos, segundo seus próprios critérios". A maioria, antes desta solicitação já tinha feito uma seleção prévia. Alguns discursavam sobre os motivos da escolha enquanto pareciam pensar alto. Muitos questionaram a pouca quantidade de grupos.

3º) Com as fotos ainda na mesma posição, perguntava-se: "Qual o critério utilizado para a formação dos grupos”? Justifique. A partir do discurso, podia-se observar qual o verdadeiro significado de 'ser criança' para cada entrevistado. Alguns falaram muito ao justificarem suas escolhas, outros nem tanto.

4º) Para finalizar: "Agora eu gostaria que você juntasse todas as 16 fotos e em seguida respondesse, escolhendo uma única foto, a seguinte pergunta: qual dessas fotos melhor representa ser criança”? Justifique sua escolha. Esta pergunta revelou que não existe unanimidade na escolha e que para uma mesma foto, há justificativas diferentes.

O critério autonomia foi escolhido em função de sua importância nos primeiros anos de vida da criança. A autonomia também está presente no Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil - RCNEI (BRASIL, 1998, v.1, p. 63) e significa “desenvolver uma imagem positiva de si, atuando de forma cada vez mais independente, com confiança em suas capacidades e percepção de suas limitações”. A construção da identidade e da autonomia se faz por meio das interações sociais (vínculos) estabelecidas desde o nascimento.

As fotos foram numeradas aleatoriamente de 1 a 16 e em sua maioria contempla imagens que expressam a autonomia da criança representada pela capacidade física, a cognitiva e a interpessoal.

Discussão dos resultados

O material coletado foi analisado por meio da técnica de análise de conteúdo de Bardin. Para a autora, "por detrás do discurso aparente, geralmente simbólico e polissêmico esconde-se um sentido que convém desvendar (BARDIN, 1977; p. 14)".

Os resultados encontrados dão conta da importância e do desafio do uso de imagens fotográficas. O olhar dos gestores, provocado pelas imagens, nos remeteu ao implícito de seus discursos sobre a criança e atendeu ao objetivo da pesquisa.

Observa-se, claramente, distinção entre autonomia e atividades pedagógicas ou atividades dirigidas; ou atividades de leitura e de matemática; ou atividades de alfabetização; ou aprendizagens escolares ou atividades educacionais, como se as mesmas não levassem àautonomia da criança. A autonomia aparece também designando independência ou formação de hábitos de vida diária.

A realidade chega à criança através da atividade e, deste modo, as atividades ditas educacionais ou pedagógicas ou dirigidas não se diferenciam das atividades de comer ou de vestir a roupa ou de ir sozinha ao banheiro. Da mesma forma que aprender a escrever o nome é provocar o desenvolvimento cognitivo (mental), vestir-se também é provocar o desenvolvimento físico (motor e mental). O conhecimento não vem de fora para dentro, ele é o resultado das experiências e descobertas fruto das interações com adultos e crianças.

As atividades predominantemente cognitivas são denominadas escolares para uns e pedagógicas para outros, como: aprender a escrever o nome (foto 3); recortar (foto 4); contar (foto 6); ouvir histórias ou manusear livros (foto 12).

As fotos de nº 9, nº 10 e de nº 15 causaram mal estar e foram consideradas inadequadas para uns, enquanto para outros é uma questão de autonomia. A foto nº 2 também gerou polêmica, pois as crianças estavam subindo as escadas sozinhas, enquanto para outros, „subir escada diz respeito a conquistas, ou seja, autonomia.

A foto nº 15 foi escolhida por 29,63% dos gestores como a que mais representa 'ser criança'. Tida como expressão de liberdade, de conquista, de enfrentamento de desafios, de ausência de medo, representa o mundo atual que demanda autonomia.

O impacto das imagens

Ao analisar o discurso dos gestores, observa-se a força que as imagens provocam, quer seja pelas diferentes interpretações dadas a uma mesma foto, quer seja pelos sentimentos aflorados por estas.

Barthes (1980) afirma que ler uma fotografia implica em reconstruir no tempo seu assunto, derivá-lo no passado e conjugá-lo a um futuro virtual. Como aponta Ribes (2005; p. 42) "a fotografia representa um fragmento recortado de uma realidade mais ampla. Tudo está na foto. A foto é o que é. Ao mesmo tempo, nem tudo está lá, nem tudo é o que ela mostra. Tudo aquilo que, não explicitado na imagem, a partir dela, podemos inferir". Que memórias de infância e de escola, estão guardadas nestas fotos, que me levam ao passado e me fazem entender os modos como construo o presente e dialogo com as histórias dos outros?

O manuseio de fotos da infância é um meio de comunicação que além de transmitir informações, preserva memórias através da representação da realidade. Não é apenas uma imagem congelada no tempo, mas uma mensagem processada através dele, carregada de valores, crenças e de emoção (AUMONT, 2008). Sendo de

uma geração em que poucos tinham o privilégio de possuírem máquina fotográfica, as imagens fotográficas de minha infância se reduzem ao dia do batizado; da 1ª comunhão; a foto clássica de turma, tirada anualmente; aos eventos da igreja como coroação de Nossa Senhora e nada mais.

Rever o passado não significa repeti-lo como de fato o foi, mas re-significá-lo à luz do presente e dos desejos futuros, como diz Benjamin (1987).

O impacto das imagens de crianças brincando, escrevendo, recortando, jogando, lendo e pulando me remeteram às lembranças da infância. A foto nº 9 em que uma menina está de braços abertos andando sobre uma corda, com várias árvores ao fundo, me fez lembrar a liberdade de brincar tranquilamente na rua ou na escola. Na minha escola havia um pátio com balanço e escorrega e outro com muitas árvores. Aliás, a foto nº 9 foi a minha favorita. Na memória, o período não foi o da pré-escola, pois não freqüentei, mas sim o do Ensino Fundamental.

O sentimento mais forte foi o de pertencimento, ou seja, aquelas imagens forneciam pistas sobre práticas educacionais adotadas como gestora durante 23 anos e nas quais acredito devam ser vivenciadas nas instituições de Educação Infantil. Sob esta perspectiva foi possível entender porque um berçário ou uma sala de aula ampla são tão importantes para mim, da mesma forma que a existência de árvores, ou seja, da natureza que esteve sempre presente nos locais por onde passei. A transposição da fotografia para a memória empresta-lhe o movimento contínuo do pensamento que é o que se torna necessário fazer para que a foto isolada exprima o seu conteúdo latente e não explícito (PROUST, *apud:* LEITE, 2001).

Com base nessas informações é possível elaborarmos programas de formação tanto inicial como continuada que auxiliem a prática cotidiana do gestor e demais profissionais deste segmento.

Conclusão

Parece que a formação de gestores educacionais continua sendo um desafio tanto para o curso de Pedagogia, quanto para o curso de Administração de Empresas. Como existe um abismo entre os conhecimentos oferecidos nas faculdades e a realidade escolar, os gestores acabam aprendendo na prática. Este fato sinaliza a necessidade de discussão das práticas de formação de maneira a atender aos desafios da contemporaneidade, uma vez que estes não contemplam às necessidades do dia-a-dia das instituições escolares. Foi possível identificar a força das imagens fotográficas, a partir das narrativas evocadas por elas, visto que para uma mesma imagem encontramos vários significados. O impacto das imagens também foi sentido pela pesquisadora em vários momentos.

O reviver a infância a partir de fotografias ressuscitou sentimentos de algo ausente e, trouxe à tona por instantes, sensações vividas em épocas passadas. As imagens do brincar das crianças fazem recordar experiências vivenciadas durante a infância, incorporadas às práticas de formação e atuação como gestora, o que me faz entender porque não consigo abrir mão de um espaço ao ar livre rodeado de plantas, onde as crianças consigam correr, pular, subir, saltar, ficar descalça, brincar na areia e de até tomar banho de chuva.

Como visto, as fotografias trazem consigo informações, lembranças, geram memórias, e criam possibilidades de narrativas; logo não são objetos neutros ou sem historicidade. Além disso, trazem a marca de quem às produziu, pelo contexto recortado e retratado, mas também por quem as observa produzindo novos sentidos (MOTA; PACHECO, 2005).

Reviver a infância, vasculhar a memória constituem narrativas importantes de saberes que se constituem como parte integrante de nossa formação. Assim sendo, essas narrativas deve ser levadas em consideração como fonte de informação dos saberes da prática.

Desta forma, entendo que é possível trabalharmos a formação de gestores e demais profissionais de Educação Infantil, a partir de fotografias da própria infância ou, como neste estudo, de outras infâncias, uma vez que, ao transpô-la para a memória podemos inferir a nossa própria infância.

Referências bibliográficas:

AUMONT, J.; **A imagem.** ed. 13. Campinas: Papirus. 2008.

BARDIN, L.; **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Edições 70, 1977.

BARTHES, R., (1962); A mensagem fotográfica. *In:* LIMA, L. C. (org). 2000. **Teoria da Cultura de Massa**. São Paulo: Paz e Terra.

_____; **A Câmara Clara:** nota sobre a fotografia. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980.

BENJAMIN, W.; **Obras escolhidas I .** São Paulo: Brasiliense, 1987.

BRASIL; **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDB.

_____; **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil.** MEC. 1998; vol. 1-3).LEITE, E. (2007); **Roland Barthes e a Linguagem Fotográfica**. Disponível em: http://focusfoto.com.br/fotografia-. Acessado em: 25.02.08.

MAUAD, A. M.; *et al:* **A leitura de imagens na pesquisa social:** história, comunicação e educação. São Paulo: Cortez, 2004.

MOSCOVICI, S. (1961).; A **representação social da psicanálise**, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

_____; **Representações sociais:** investigações em psicologia social. RJ: Vozes, 2003.

MOTA, A.; PACHECO, D. C. (orgs); **Escolas em imagens.** Rio de Janeiro: DP&A editora, 2005.

PROUST M.; **Em busca do tempo perdido**. *In*: LEITE, M.; 2001. http://focusfoto.com.br/fotografia-. Acessado em: 25.02.08.

RIBES, R.; Economia de Retratos. In: MOTA, A.; PACHECO, D. C. (orgs); **Escolas em imagens.** Rio de Janeiro: DP&A editora, 2005; p. 41-51.

IMAGENS E NARRATIVAS DA Batalha do Jenipapo em Campo Maior - PI

(Tradição oral e imagens fotográficas de signos difusos de uma memória social)

Maria Dione Carvalho de Moraes[268]

Juliana Rodrigues Cavalcante[269]

Introdução

No âmbito dos diálogos interdisciplinares, contemporâneos, entre fontes orais e visuais nas pesquisas sobre memória, a pesquisa em curso (MORAES e CAVALCANTE, 2010)[270] focaliza o processo de atribuição de sentidos e (re)significações à Batalha do Jenipapo. Esta luta é historiografada como tendo sido travada às margens do riacho Jenipapo, em campo Maior[271], Piauí, em 13 de março 1823, como parte das lutas de independência do Brasil. Para além da narrativa historiográfica, e em diálogo com ela, o evento ganhou outras textualidades na tradição oral e inscrições diversas em Campo Maior[272].

A Batalha é referida por historiadore/as e ensaístas (NEVES, 1974; NUNES, 1975, CHAVES, 1993; DIAS, 1999; FONSECA NETO, 2007, GOMES, 2010), como luta sangrenta onde se verteu sangue de camponeses, escravos, vaqueiros, sertanejos e sertanejas aliados a militares da tropa nacional para enfrentar as portuguesas comandadas pelo Comandante das Armas da Província do Piauí, João José da Cunha Fidié. Na mesma direção, reza a tradição oral:

> *[Fidié]: Um homem muito perigoso, forte, valente e muito organizado também. Ele era um homem muito inteligente, que o governo português tinha a maior confiança nele. Ele esteve a frente de várias guerrilhas afora, Portugal e vivia pulando de ilha em ilha, onde ele via desabitada ele pulava pra dentro, quando os donos apareciam dividia o grupo, uma parte*

---

268 Doutora em Ciências Sociais, professora da UFPI, no Departamento de Ciências Sociais; Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas/UFPI/CCHL; e no Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Arqueologia/UFPI/CCHL; e-mail: mdione@superig.com.br

269 Bacharel em Ciências Sociais/UFPI, mestranda no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas/UFPI, linha de pesquisa "Cultura, identidade e processos sociais"; e-mail: julianarcavalcante01@hotmail.com.

270 Em 2010, retomamos pesquisa iniciada em 2007 (MORAES, FONSECA NETO, COIMBRA, 2007) que, por problemas de ordem operacional não foi concluída, mas gerou um projeto de iniciação científica (PIBIC/CNPq), que produziu seu relatório final (SILVA, 2008) e um artigo (MORAES, FONSECA NETO, COIMBRA, 2007).

271 Atual município criado por efeito da Carta Régia de 19 de junho de 1761, com sede na antiga povoação de Santo Antônio do Surubim. Dista 84 km da capital do estado e localiza-se na Mesorregião Centro-Norte Piauiense e na Microrregião Campo Maior.

272 No âmbito da política estadual de Desenvolvimento Territorial, Campo Maior encontra-se no Território Carnaubais. Segundo o Censo 2010, possui população total de 45.177, sendo 33. 521 urbana e 11.656 rural (IBGE, 2010). Sua base econômica vincula-se ao Sistema Agroindustrial da Carnaúba (MORAES e VILELA, 2008) e à agropecuária.

> *pra defender o território e outra para roubar as riquezas, então, ele segurava até quando podia. Fidié nunca ganhou nenhuma guerra, mas deu muito trabalho, porque os objetivos dos portugueses naquele tempo era enricar, levar as riquezas daquela região (Sr. Antônio Miranda, Campo Maior).*

Na atual mirada revisionista e desconstrucionista, no entanto, a compreensão da narrativa historiográfica desta batalha – tida como combate por alguns autores (SOUSA, 2010) – [273], é alvo de controvérsias. Esta historiografia restrita, em larga medida, ao registro de escritores locais, traz à tona, segundo Souza (2010), questões norteadoras da "piauiensidade" (p. 15) diretamente ligadas às vicissitudes da integração econômico-cultural do Piauí na comunidade nacional, tal uma "ferida narcísica não cicatrizada" (p. 30) em uma longa tradição de escritores locais numa "retórica do abandono oficial e do isolamento geográfico" (p. 30). Para Sousa (2010), a perspectiva nativa é reorganizadora de antigas representações e formuladora de outras que se fundem em torno do evento sócio-político tido como mais significativo da história piauiense[274]. Atualmente, a Batalha é objeto de campanha pelo reconhecimento nacional[275].

Embora não ignoremos o trabalho de desconstrução das narrativas historiográficas, este foge aos limites desta abordagem socioantropológica em que pese à interlocução com a historiografia, ser fundamental à apreensão de dimensões da memória presentes na tradição oral e em signos e símbolos tangíveis, múltiplos lugares de memória (NORA, 1993) em Campo Maior. Assim, vemos: Monumento aos "Heróis do Jenipapo", Cemitério das "Almas do Batalhão", estabelecimentos de ensino, comerciais, logradouros públicos, dentre outros, na relação com a tradição oral (VANSINA, [2010]; ALBERTI, 2005), no imaginário social da Batalha do Jenipapo.

Constituindo teias de significações, marcadores identitários e patrimônios culturais (CANCLINI, 1994; CHOAY, 2001; CORREA, 2008) na tessitura do material (lugares, edificações) com o simbólico (LEGROS et al, 2007), vemos este trabalho da memória (HALBWACHS, 1990; 1976; YATES,1975, FENTRESS e WICKHAM, 1992; CONNERTON, 1993; BOSI, 1994, GODOI, 1999; MORAES, 2000) no qual narradore/as (BENJAMIN, 1975) na re-criação da memória coletiva estabelecem vínculos desta com o ambiente no qual o lúdico da transmissão se instala.

Como se configura a memória social entre inscrições historiográficas e monumentais[276] e a tradição oral (ou tradições orais) da Batalha do Jenipapo, em Campo Maior, no conjunto de expressões que compõe uma memória tangível, difusa, articulando história e tradição oral em possíveis reverberações mútuas que podem ser entendidos em

---

273 Sobre distinções etimológicas entre os termos batalha e combate, na acepção militar, com o primeiro significando luta de maior escala, ver Instituto Antônio Houaiss (2001). Nesta pesquisa, utilizamos o nome pelo qual o evento ficou conhecido: Batalha do Jenipapo.

274 A "(...) narrativa quase romanceada de Abdias Neves, em *A Guerra de Fidié,* reorganiza antigas representações e formula outras, fundindo-se em torno do evento sócio-poliítico considerado o mais significativo da história piauiense, cognominado pelos autores nativistas locais de Batalha do Jenipapo" (SOUSA, 2010, 260).

275 Há quem entenda a publicação de um capítulo sobre o tema (GOMES, 2010) – homenageado com a Comenda Heróis do Jenipapo nas comemorações do 13 de março de 2011 –, e a sessão solene do Senado em 14 de março de 201, como movimentos nesta campanha.

276 Além destas há inscrições honoríficas como Comendas do Governo do Estado do Piauí, nas comemorações anuais oficiais do 13 de março.

recursividade (MORIN, 2001), dialogismo (BAKHTIN, 1995, 1996) e circularidade (GINZBURG, 1987)? Este é um objeto de estudo multidimensional e que se abre à investigação da vida quotidiana (SCHUTZ, 1979, MORIN, 1998) de indivíduos-atores que constituem este universo na interação simbólica (OLIVEIRA, 2007; LEGROS *et all*, 2007).

2- Entre imagens e narrativas orais: lugares de memória em Campo Maior

Tentando trazer a própria historicidade dos lugares de memória aqui focalizados entre narrativas orais e imagens fotográficas tomadas como linguagem (BITTENCOURT, 1998), e passíveis de se inserirem em uma abordagem interpretativa da cultura (GEERTZ, 1989) apresentâmo-los, em uma perspectiva diacrônica, no campo da memória social da Batalha do Jenipapo, em Campo Maior. O Cemitério dos mortos do Batalhão (figs. 1, 2 e 3) é a forma pela qual é identificado o cemitério simbólico, em homenagem aos combatentes, com montes de pedras e um crucifixo, à guisa de túmulos, nos lugares onde supostamente foram mortos e sepultados. Cavalcante (2004) diz que esse espaço da batalha composto por símbolos e imagens cristãs que remetem ao catolicismo, torna-se um lugar de práticas devocionais às "almas do batalhão".

Narrativas do discurso oral da religiosidade que orienta as práticas devocionais ao "Cemitério das Almas do Batalhão", chamam atenção para o fato de esta batalha, a despeito da rusticidade que a caracterizou, da heterogeneidade do seu batalhão, e da inferioridade material dos vencidos, ser um fato singular: por um lado ilustra o vencedor, por outro honra os vencidos, transformando-os em heróis. Nesta memória social, história e mito se cruzam. (CAVALCANTE, 2004). Os mitos filtram da experiência coletiva o que os grupos sociais desejam lembrar e ver lembrados, transformando-os em símbolos, não de forma aleatória ou casual, mas seletiva, em narrativas que dramatizam a visão de mundo e a experiência, em uma constelação de poderosas metáforas (AMADO, 1995).

Nas falas, é recorrente a idéia de os "inferiores" terem, de alguma maneira, se sobreposto aos "superiores", numa inflexão simbólica da hierarquia social. Tal inflexão é parte do movimento religioso naqueles sertões em busca da ajuda das "Almas do Batalhão". Sem muita precisão, registros historiográficos contam 19 mortos portugueses contra mais de 200 mortos piauienses e cearenses, números que alimentam a narrativa mítica de uma luta injusta que torna a Batalha um ato heróico, um mito histórico-religioso do catolicismo popular fundado na devoção, fé, sobretudo, no sofrimento – e consequente santificação - (POMPA, 2004) das almas dos combatentes[277].

Fig. 1, 2, 3- Imagem fotográfica: "Cemitério das almas do batalhão" com sinais tangíveis da devoção na forma de ex-votos. Por Maria Dione Carvalho de Moraes, 2010.

Essa expressão da religiosidade aciona o imaginário das figuras do bem e do mal. Se o quadro de batalha tivesse transcorrido com o equilíbrio das forças em luta ela teria a mesma rede de significações? O mito enlaça a mentalidade religiosa, pela relação entre sacrifício e salvacionismo:

> *Acreditar que as almas dessas pessoas que morreram, e por a morte dessas pessoas a gente tende a acreditar que aquela alma pode salvar alguma coisa né? E a gente pode se pegar com ela. Pedi e alcancei uma graça pela uma perda do trabalho do meu marido que trabalhava no Estado, e eu me apeguei com as almas do batalhão: se ele fosse devolvido o trabalho dele, de volta, eu ia com ele no batalhão, de pé, e rezaria um terço e acendia um maço de vela para as almas do batalhão!. Como eu alcancei essa graça, eu paguei a promessa (Dona Nazaré, Campo Maior, apud CAVALCANTE, 2004, p. 7).*

277 Convergindo com as narrativas do sofrimento dos combatentes, circula, ainda, na cidade, uma narrativa espírita de cunho kardecista, sobre as almas do Batalhão que se encontram ainda em sofrimento, na cidade. Esta narrativa está por ser melhor verificada nesta pesquisa

> *Cada uma coisa dessa representa um milagre, esse daqui [apontando] foi uma cabeça; esse daqui mora em Teresina, dessa muleta. Cada ano que ele vem aqui ele chora, ele passou oito anos em cadeira de rodas, não tinha como caminhar, não caminhava para lugar nenhum, então ele fez o apelo às almas da Batalha do Jenipapo. Quando deu com três meses ele começou a caminhar, assim, normalmente e, aí, veio pagar a promessa no ano dois mil [2000]. Esse ano mesmo [2006] ele esteve aqui. (...). Aqui,faz muitos anos, desde mil novecentos e sessenta [1960] que eu conheço essa história das almas da Batalha do Jenipapo! Em mil novecentos e sessenta aqui era só um matagal doido! Tinha cruz em todo o campo, espalhada em todo canto, por que no dia da Batalha do Jenipapo quem morreu foi enterrado onde ele estava morto! (Antônio Miranda, Zelador do Monumento aos Heróis do jenipapo, Campo Maior, 2006).*

Mas a reverência ao Cemitério das Almas do Batalhão não se limita às romarias. Tornou-se lugar escolhido como "última morada" por pessoas que ali desejavam ser sepultadas, o que pode ser observado pela diferenciação de túmulos, no local (Figs. 4 e 5)

No cemitério, como lembram Moraes, Fonseca Neto e Coimbra (2007), no centenário de comemoração da Batalha do Jenipapo, em 1923, foi construído no sítio da luta um pequeno monumento aos mortos da batalha, na forma de um obelisco (fig.6), hoje, dos lócus de devoção de pagadores de promessas às almas do batalhão, como indica o largo círculo de gordura de velas derretidas em torno dele.

Figs 4 e 5- Imagens fotográficas de túmulos de mortos que escolheram ser sepultados no local; uma lápide; a base do obelisco. Por Maria Dione Carvalho de Moraes, 2011.

A monumentalização da memória em diferentes proporções físicas, encontra-se em diversas marcas tangíveis espalhadas na cidade como no "Painel do Vaqueiro" instalado na Praça Bona Primo e que reproduz em uma de suas faces a Batalha do Jenipapo e, na outra, a figura do vaqueiro[278], personagem tido como de participação importante na luta. Este painel data da década de 1960. É de autoria de Dulcila Ibiapina, artista plástica, já falecida (Figs. 6 e 7). Mas, sem dúvida, é o "Monumento aos Heróis do Jenipapo" (Figs. 9, 10, 11, 12) o que mais se destaca na paisagem física e simbólica. Localizado a 07 km da cidade de Campo Maior, após deixar a cidade, em direção ao município de Parnaíba, encontra-se o Monumento construído na década de 1970, no governo Médici, durante o Regime Militar, e na gestão estadual do governo Alberto Silva, com recursos provenientes do governo federal. Foi inaugurado em 1973 e sua arquitetura em concreto, aponta para objetivos monumentais.

Figs. 6 e 7- Imagens fotográficas do "Painel do Vaqueiro", Campo Maior-PI. Por Maria Dione Carvalho de Moraes, 2011.

278 Sobre o vaqueiro como herói cultural do Piauí, ver Moraes (2007).

Mas em seu interior, uma sala de proporções modestas abriga peças de armamentos referidos como "da época", assim exemplares de mobiliário, vestimentas e utensílios rústicos.

Figs. 9, 10, 11, 12- Monumento aos Heróis do Jenipapo, Campo Maior-PI: detalhes do exterior e do interior. Por Maria Dione Carvalho de Moraes, 2011.

O referido acervo carece de cuidados estéticos com exposição ou catalogação. Da parte externa superior do monumento que se acessa por uma escadaria, avista-se o riacho Jenipapo que dá nome à batalha. Afixados ás paredes, reproduções ampliadas de trechos de textos de historiadores, ensaístas e poetas, sobre a Batalha do Jenipapo. À entrada, uma estátua em bronze do busto de Leonardo da Senhora das Dores Castelo Branco, um dos agitadores liberais do tempo[279]. O monumento é palco das comemorações anuais do 13 de março, quando, na cidade, nesta data e nos dias que a antecedem, comemora-se a Batalha do Jenipapo de formas diversas: celebrações religiosas, eventos acadêmicos, exposições e a cerimônia de outorga de medalhas do mérito a pessoas "ilustres" da cidade, do estado, da região, do país. Em frente ao monumento, encontra-se a seguinte inscrição: "Batalha do Jenipapo, Berço da independência" (figs. 13) em uma placa na forma de rifles estilizadas, cruzando-se sobre a pista, em direção ao céu. Esta inscrição sobre na BR 34. Data do ano de 2006.

Figs. 13 - Imagem fotográfica da "placa" indicativa do Monumento aos Heróis do Jenipapo. Campo Maior, PI. Por Maria Dione Carvalho de Moraes, 2010.

O acesso da cidade para o Monumento dá-se por uma via pública (fig.17) denominada "Avenida Heróis do Jenipapo", que desemboca na BR 316. Nela, estabelecimentos comerciais apresentam nomes alusivos à Batalha (Figs. 14, 15 e 16)[280]. Outros logradouros públicos, além da referida avenida, são também lugares desta memória, embora não ostentem o nome da Batalha. Por exemplo, a Igreja de Nossa senhora do Rosário e o largo da Igreja de Santo Antônio (figs. 20 e 21)[281], lembrados como trajeto dos combatentes do Jenipapo que teriam saído do largo da Igreja do Rosário e passado pelo da de santo Antônio, cujo prédio atual data de 1944, como lembra a Sra. Maria do Carmo (recebedora de dízimos da Igreja)

Fig. 14, 15 e 16- Imagens fotográficas: vista da "Avenida Heróis do Jenipapo onde há diversos estabelecimentos comerciais como nomes alusivos à Batalha; largo da Igreja de Santo Ântônio, e Igreja de Nossa Senhora do Rosário Por Maria Dione Carvalho de Moraes, 2010.

Mais recentemente, um Memorial (figs. 17 e 18) localizado na Praça Bona Primo, foi construído com recursos da prefeitura municipal de Campo Maior, na gestão do prefeito João Felix, sendo instalado em 12 de março de 2010 e

---

279 No entanto, este não se constitui em figura de proa da Batalha do Jenipapo. A presença do seu busto à entrada do Monumento expressa as disputas no campo da memória social (MORAES, FONSECA NETO, COIMBRA, 2007).

280 O mapeamento de estabelecimentos particulares que evocam a Batalha encontra-se em curso na pesquisa.

281 Padroeiro da cidade. No mês de junho, a cidade realiza os "festejos de santo Antônio".

se propondo ser "(...) o registro dos fatos e decisões político-administrativas que marcam o heroísmo do povo de Campo Maior" (PREFEITURA DE CAMPO MAIOR, 2010).

Figs. 17 e 18- Imagens fotográficas: o Memorial em seu conjunto e uma placa com texto sobre o 13 de março de 1823. Por Maria Dione Carvalho de Moraes, 2010.

Figs. 19 e 20- Imagens fotográficas das placas dos prédios da Câmara Municipal e do Quartel da Polícia Militar, em Campo Maior. Por Maria Dione Carvalho de Moraes, 2010,

O Memorial compreende 18 placas metálicas com inscrições diversas de textos de variados autores locais e/ou piauienses, sobre o município de Campo Maior, sobretudo, sobre a Batalha do Jenipapo. Além do Monumento e do memorial, logradouros públicos e casas comerciais, espalhadas pela cidade, há instituições públicas que também compõem a geografia simbólica dos lugares de memória, em Campo Maior, como os prédios da Câmara Municipal "Palácio do Jenipapo" e do Batalhão da Polícia Militar "Quartel do Jenipapo" (figs. 19 e 20). O presidente da Câmara Municipal, ouvido na pesquisa, diz:

> *(...) esse prédio (...) já foi sede de clube social da elite do passado há uns cinquenta anos atrás já funcionou mercado público, já funcionou o fórum da justiça e por último foi cedido, foi doado para câmara municipal, esse prédio é um prédio histórico e nós denominamos palácio do Jenipapo, dada a sua importância que é essa batalha do jenipapo nós tivemos o cuidado de homenagear a batalha com o nome palácio do Jenipapo. (...) Mais ou menos em meados dos anos oitenta [1980], oitenta e nove [1989] mais precisamente, oitenta e oito [1988] ou oitenta e nove, certo? (...) Foi um projeto de lei instituição da própria câmara*[282] *(...). Sugestão dos próprios vereadores (....) na época éramos treze [13] vereadores. (...) Com certeza! Participei graças a Deus! (...) [Foi por] unanimidade dada a importância que foi a batalha para a independência do pais, não só do estado mais do pais. E então, a batalha se travou aqui nas margens do rio Jenipapo você deve ter conhecido, lá, e tem importância histórica esse prédio é tombado também. (...) para ser sincero, a população acata... (...). Não contesta, mas a participação ainda hoje não nós não temos a participação efetiva da sociedade aqui nas sessões, nos debates. Quando tem a votação do orçamento do município as entidades comparecem. (...). [O decreto] foi iniciativa própria dos vereadores porque... Não houve resistência porque na verdade... (...) há [identificação com a proposta] sim por que a nossa cultura aqui é de valorização dessa batalha. Tanto é que os dois poderes [legislativo e executivo] recebem nomes mais ou menos se assemelhando... (...) com a situação do nosso município. Por exemplo, o poder legislativo é palácio do jenipapo em homenagem à guerra da batalha do jenipapo; o executivo é palácio das carnaúbas em homenagem à árvore-providência que temos, aqui, que é a carnaúba... (Edivaldo Lima, presidente da Câmara Municipal de Campo Maior)*

No que tange à denominação do Batalhão da polícia militar, ouvimos o sub-comandante do Batalhão cuja fala deixa entrever o entrelaçamento do discurso oficial, militar, e a sua própria história pessoal construída na convivência com os sentidos partilhados e circulantes:

---

282 Na pesquisa documental, solicitamos cópia deste decreto e estamos no aguardo do mesmo.

> *Bom, acredito que o batalhão ele homenageou, tentou homenagear nossa batalha, nosso maior símbolo aqui em Campo Maior que é a batalha do jenipapo ocorrida em treze [13] de março de mil oitocentos e vinte e três [1823] as margens do rio jenipapo, então no ano de mil novecentos e setenta e três [1973] no governo do doutor Aberto Tavares Silva foi criado esta unidade aqui em Campo Maior da policia militar e foi homenageada a batalha do jenipapo em 1973 a batalha já tava com 150 anos já o sesquicentenário, né, da batalha do jenipapo e foi homenageado essa unidade com o nosso maior símbolo aqui do município (...) normalmente na praxe militar é o próprio comandante que procura estudar os valores históricos, econômicos e sociais do local onde ele trabalha ele procura homenagear, acreditamos que sim (...) Sem dúvida, anualmente é renovado esse sentimento, através da solenidade do dia 13 de março que é realizado aqui em Campo Maior, esse sentimento é reavivado perante a tropa, com certeza, sem duvida. (...) Para a gente é motivo de orgulho. Eu sou filho aqui da terra e conheço a história desde a minha infância (...). Para mim é motivo de orgulho ter ingressado na carreira militar e vir trabalhar aqui no meu município. (...) A gente ouvia muita coisa de várias pessoas, dos nossos professores, dos nossos parentes mais velhos, a questão do folclore e o simbolismo desse evento, aí, é muito forte, aqui, perante a população campomaiorense. A gente, desde a infância, vem venerando, cultuando essa história. (...). Foi assim muito importante e significou muito para mim [e] sempre fantasiou o meu imaginário essa questão batalha do jenipapo. (...) Então, isso é muito importante para a gente, para nós campomaiorenses. Principalmente para nós, militares, que tenta cultuar isso e levar essa historia para a frente. (Sub-comandante, Cléber Bezerra, Capitão da Polícia Militar, Campo Maior).*

Também nos prédios das sedes de instituições de ensino (Universidade Estadual do Piauí e a "Unidade Escolar 13 de Março") (figs. 21 e 22), a memória da Batalha é tangível. O diretor da UESPI diz que a denominação "Heróis do Jenipapo" data de mais ou menos dez anos, provavelmente, diz ele, no primeiro mandato do governador Wellington Dias (2003 a 2007).

> *Na realidade esse nome campus Heróis do Jenipapo é o projeto do deputado João de Deus da assembléia legislativa [do estado] não me recordo bem o nome, mas isso é fácil de a gente descobrir depois. E ele tem uma importância relevante por que Campo Maior gira em torno da Batalha do Jenipapo né?(..). Por que ela é importante? Porque um prédio de uma grandeza muito grande ele é um prédio muito bonito apesar de estar um pouco estiolado, então, os estudantes se sentem bem com esse nome a população se sente bem e o povo já absorveu o nome Heróis do Jenipapo no campus de Campo Maior, tanto em Campo Maior, como em outros campus que a gente tem contato direto com eles né? Para Campo Maior esse nome é importante, por que se nós observamos, nós temos dois grandes prédios com esse nome que é a UESPI [Universidade Estadual do Piauí] Campus Heróis do Jenipapo, e me parece que o quartel da polícia [militar] também é Heróis do Jenipapo. Então, essa é a importância para a gente, de levar esse nome. A gente se sente bem, a gente se sente bem representado pela batalha pela batalha do jenipapo. Apesar de ela estar um pouco abandonada, ao longo desse tempo a gente tem tentado fazer com que a gente eleve mais e mais o nome da batalha do jenipapo para o mundo e o Piauí, principalmente, para o Brasil que é muito difícil a gente levar (Francisco de Paulo da Silva, diretor – Universidade Estadual do Piauí, Campus Heróis do Jenipapo, Campo Maior).*

Figs. 21 e 22- Campus Heróis do Jenipapo (UESPI) e Unidade Escolar 13 de Março, em Campo Maior. Por Maria Dione Carvalho de Moraes, 2010.

No entanto, em que pese ser um lugar de memória na cidade, a instituição, segundo seu diretor, sofre dificuldades para levar adiante pesquisas sobre a própria Batalha do Jenipapo:

> *(...) nossas autoridades, principalmente, as municipais não levam em consideração esse ato importante que foi nosso. Alguns historiadores a nível de estado já têm tentado levar esse nome (...) a nível nacional. É difícil. (...) Eles dizem o seguinte: "- para a gente poder difundir, divulgar a batalha, heróis, a Batalha do Jenipapo a nível nacional é preciso que a gente tenha pesquisa, é preciso que a gente tenha teses, é preciso que a gente tenha mestres, doutores levando cada vez mais a Batalha do Jenipapo a esses rincões, tanto no Piauí, como no Brasil" (...). Nós, em termos de Campo Maior, eu acho até o seguinte: que as nossas escolas exploram muito pouco esse tema heróis do Jenipapo, essa coisa da Batalha do Jenipapo. (...). Eu já chamei o curso de história e disse o seguinte: "- a gente tem que passar por aqui no curso de história e deixar a nossa história! Vamos começar a fazer a história de Campo Maior pela universidade já que a gente não consegue fazer pelo ensino fundamental e médio, vamos começar pelo ensino superior!"(...). A nossa idéia (...) é o projeto do laboratório de som e imagem para o curso de história (...). A dificuldade é grande, mas a gente consegue; Afinal somos heróis do jenipapo. (Francisco de Paulo da Silva, diretor – Universidade Estadual do Piauí, Campus Heróis do Jenipapo, Campo Maior)*

O diretor da "Unidade Escolar 13 de Março" – da Rede Estadual de Ensino do fundamental ao médio – ressalta a importância do nome da escola em homenagem à Batalha do Jenipapo. Segundo ele, a escola possui um corpo de professores formado com valores dentre os quais os símbolos pátrios, inclusive, da Batalha. E diz que dentre as novas gerações não demonstram o mesmo interesse. Sobre se esta escola participa de modo especial nas comemorações anuais do 13 de março ele diz:

> *não diretamente. Nos envolvemos em atividades. Assim, ha grupos voltados para temas do município. A batalha se insere ai. No ensino médio os alunos estudam a batalha em historia do Brasil [mas] não dão muita importância [ao tema]. Não adianta dizer que dão, que apresentam entusiasmo. Não é assim". (Antônio de Brito Gomes, Diretor da Escola 13 de Março, Campo Maior).*

Se o professor Antônio Brito Gomes aponta para o contraste entre sua geração e as novas gerações no que tange à reverência à memória da Batalha do Jenipapo, constatamos que as diferenças não se limitam a este padrão. Também entre diferentes gerações intelectuais, inclusive de historiadores, esta não é unívoca. Com Portelli (2006), pensamos em uma memória dividida entre elogios e críticas à construção de narrativas heróicas da Batalha levadas a cabo pela historiografia, pelo discurso dos gestores públicos e pela tradição oral. Há quem veja o movimento desta memória em seu processo de (re) significação operada, também, intencional ou estrategicamente:

> *Os mortos do Jenipapo são os mais vivos da história. Se tem uma coisa atual em Campo Maior é essa retórica que gira permanentemente em torno dos heróis do Jenipapo. A Batalha do Jenipapo eu diria pode ser considerada uma guerra santa até, e também comunitária, pois, ao que se sabe, não haviam arquitetos de guerra nem estrategistas, muito embora houvessem os planejadores, como a maçonaria, quem foi para a batalha do jenipapo foi o povo, incentivados pelas mulheres, elas vendiam suas jóias se reuniam na igreja [Santo Antônio], que mandaram os maridos e os filhos pra guerra. Essa historia se renova a cada dia, são os políticos que chegam ate a usar em seus discursos o exemplo da coragem dos vaqueiros e roceiros da Batalha do Jenipapo; são os historiadores, que se valem dessa nomenclatura de heróis, de berço dos heróis.justamente para refazer e recontar essa historia que é transmitida a todo filho de Campo Maior. Essa cultura é passada nas*

> *historias dos mais velhos que fazem promessas a essas almas, por acreditar na cura que eles proporcionam às pessoas (Arnaldo Ribeiro, radialista, Campo Maior)*[283].

Para os mais céticos, as comemorações do 13 de março como um "circo do 13 de março", como diz Assis Lima, professor de História, presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Ensino - SINTE, Campo Maior. Trata-se da mitificação do heroísmo de um povo submetido a relações de poder por uma elite em condições intelectuais de convencimento e que teria instigado a plebe de um pais escravocrata para a luta. A crítica de Assis Lima volta-se ainda para o culto a determinados personagens: "-Castelo Branco tem um busto, lá, quando na verdade não participou [da Batalha]. Ele participou antes de um evento e foi até preso". Sua fala converge com a do professor Francisco de Paulo da Silva em sua critica à particularização de um acervo que deveria ser público, por Zé Didor. Para este narrador, há verdades históricas a serem restabelecidas e cuja aproximação é possível na perspectiva historiográfica como discurso é capaz de chegar à verdade factual, diferentemente de outros discursos como o jornalístico. Em sua perspectiva, a tradição oral da Batalha é de heroicização dos combatentes. Mas, diz que a Batalha não é de fato valorizada - a não ser localmente - como deveria ser em todo Estado e que a inclusão do 13 de março na bandeira do PI, ocorrida em 2005, não é tão considerada por ser esta bandeira ainda pouco usada até mesmo em Campo Maior.

> *Pelo menos para atingir o objetivo de um reconhecimento real, maior, Dar uma importância maior. Primeiro desmistificar essa questão de transformar uma batalha importante só em heróis porque o herói ele tem sua posição, independente da forma que você trabalha.(...) Não precisa você forçar porque na verdade a gente percebe... É acho que sim. O que faz essas coisas aconteceram, então, como é feito muitas vezes por políticos e muitas vezes escrita por pessoas que não é da área. (...) O jornalista, por exemplo: escrever sobre a batalha do jenipapo, sobre história, por exemplo. [Se] eu escrevo sobre a batalha do jenipapo como jornalista, é fácil porque você não tem responsabilidade de defender ou questionar teses. Você simplesmente joga o que quer como um ato teatral que é muito mais interessante para as pessoas que lêem, você sabe que, um comum, uma pessoa que não gosta de ler, [não] pega um livro de história [por] que vai ter que navegar em teses. (...) Pois é por isso que é mais trabalhado. Você diz assim: "- Oh! A batalha do jenipapo foi importante, morreram tantas pessoas!... (...) Depois, quando dizem que [as mulheres] venderam jóias para [financiar a] batalha, [há] outro questionamento. Não se prova aquilo por nada, não se prova! Se prova que venderam jóias para salvar o cara que estava, lá, preso em Portugal, um da corte. Mas não se prova que se vendeu jóia [em benefício da Batalha]. Isso é um absurdo (...)! Até hoje, em todos os lugares que eu li, eu nunca encontrei nada que me disse que o povo vendeu jóias para... (Assis Lima, professor de História, presidente do SINTE, Campo Maior)*

Mas na tradição oral, além da santificação do combatentes, as narrativas apontam para disputas no campo da memória, sobretudo, entre uma memória "oficial" da independência e uma memória submersa (POLAK, 1989):

> *Então, a nossa história foi contada toda desmantelada, feito um acordo. Naquela época os políticos, tinha muita gente sabida, queria poder, queria fama e conseguiu. Na verdade essa história da Batalha do Jenipapo ela foi apagada por cento e oitenta anos [180], só no governo do Lula e do Wellington Dias que essa história está sendo bem divulgada e está sendo esclarecida. Hoje, o Brasil inteiro sabe que a Independência do Brasil foi em Campo Maior que aconteceu. Trinta anos [30] atrás, ninguém podia falar nesses termos porque se falasse era ameaçado de cadeia por causa do bendito acordo que foi feito na época. Eu luto com essa história desde mil novecentos e setenta [1970], perguntando a A e B, como foi e como não foi. Em mil novecentos e setenta [1970] eu conversava com gente que tinha cento*

283 Entrevista realizada em 16/11/04, por Juliana Rodrigues Cavalcante.

> *e cinco [105] anos de idade, lúcido, contando direitinho, essa pessoa nasceu no mesmo século da Batalha ao vivo, então essa história que essa pessoa me disse, essa história é verdadeira, mas ninguém podia expor ela para uma pessoa que era metido a rico, porque ele imediatamente ele ameaçava a gente. O nosso Rei foi D.Pedro que foi quem gritou a Independência no dia sete de setembro de mil oitocentos e vinte dois [1822], ninguém podia contestar contra ele, porque ele deu o grito de Independência no dia sete de setembro de mil oitocentos e vinte e dois, mas naquele dia os portugueses não se entregara! Aqui sim, houve uma guerra sangrenta, houve ganhador, houve um perdedor, as duas partes, então aqui, sim, foi feito justiça (Antônio Miranda, Campo Maior).*

Nesta direção, falas há que retratam identidade do/as narradores/as com as almas dos vencidos, assim como a necessidade de uma maior atenção para tipos locais específicos desse mundo sertanejo, como o vaqueiro, figura cantada e decantada como herói cultural, ou sobre as mulheres daqueles sertões, cuja participação na batalha também é referida na historiografia, mas que, no entender dos narradores, ainda se encontram aprisionados no interior das hierarquias ordenadoras dos grupos sociais no espaço e no tempo (CUCHE, 2002). Assim, no âmbito das fabulações, fala-se sobre essa vida social, principalmente no que tange ao monumento, incapaz de incorporar como narrativa épico-memorialista dimensões de estrutura social e de gênero.

> *Na minha visão foi muito interessante por que, a história é falada mais nos portugueses deixando de lado o vaqueiro, não se vê no monumento o vaqueiro, só os canhões. O vaqueiro ta lá no fundo do monumento: morto no cemitério do qual, se você prestar atenção todo tumulo tem um pau d´arco. Mas não sei por quê? O cemitério que fica lá no fundo do monumento. O vaqueiro aqui na cidade já é mais visto nas praças e também no mercado central da cidade através de umas pinturas de azulejo, e por causa também que aqui tem muito vaqueiro bom tocador de boi do quais estes hoje são as almas que curam e estes mesmos vaqueiros, que só foram com machados, foices e facões que lutaram pela independência sofreram, sabiam, eu acho, que iam perder essa batalha, mas foram mesmo assim. A luta foi injusta mas eles perderam a batalha, mas venceram a guerra. E também as mulheres, figura importante nessa batalha, ninguém fala muito (Seu Zé Didor, Campo Maior)*[284]

Referências bibliográficas:

ALBERTI, V. Tradição oral e história oral: proximidades e fronteiras. História Oral. Associação Brasileira de História Oral. V. 8. n. 1, jan/jun./2005, pp. 11-28

AMADO, J. Construindo mitos: a conquista do Oeste no Brasil e nos EUA. PIMENTEL, S; AMADO, J. (org). Passando dos limites. Goiânia UFG, 1995.

BAKHTIN, M. M. (VOLOCHIOV) Marxismo e filosofia da linguagem. São Paulo: HUCITEC, 1995.

BAKHTIN, M. M. A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais. São Paulo: HUCITEC, 1996.

---

284 Entrevista realizada em 16/11/0, por Juliana Rodrigues Cavalcante. O narrador é ex-diretor do Monumento aos Heróis do Jenipapo e atual diretor de um "museu" particular da "memória de Campo Maior", montado por ele através de doação de pertences de pessoas que "fizeram a história no município",

BENJAMIN, W. O narrador. Observações acerca da obra de Nicolau Lescov. In: ABRIL CULTURAL (São Paulo, SP). Os pensadores. São Paulo, 1975, p. 63-81.

BITTENCOURT, L. A. Algumas considerações sobre o uso da imagem fotográfica na pesquisa antropológica. In: Desafios da imagem. Fotografia, iconografia e vídeo nas ciências sociais. Campinas: Papirus, 1998 197-211

BOSI, E. Memória e Sociedade. Lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOURDIEU, P. A miséria do mundo. Petrópolis: Vozes, 1997

CANCLINI, N. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. Revista do IPHAN, 23, 1994, p. 94-115.

CHAVES, J. O Piauí nas lutas da independência do Brasil – Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1993.

CHOAY, F. A alegoria do patrimônio. São Paulo, Ed. UNESP, 2001.

CONNERTON, P. Como as sociedades recordam. Oeiras: Celta Editora, 1993.

CORRÊA, A. F. Patrimônio bioculturais. Ensaios da antropologia das memórias sociais e do patrimônio cultural. São Luis: Edfuma, 2008.

CUCHE, D. Hierarquias sociais e hierarquias culturais. A noção de cultura nas ciências sociais. Bauru: EDUSC, 2002.

FENTRESS, J. WICKHAM, C. Social memory. Cambridge: Blackwell,1994.

FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (Org.). Usos e abusos da História oral. 4 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001.

FONSECA NETO, A. S. O Piauí e a Independência (Panfleto, Palácio, Gente). In: SANTANA, R. N.; SANTOS, C. (org) O Piauí e a Unidade Nacional. Teresina: Fundapi, 2007.

GEERTZ, C. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

GINZBURG, Carlo. O queijo e os vermes. São Paulo: Companhia das Letras, 1987

GODOI, E. P. O trabalho da memória: cotidiano e história no sertão do Piauí. Campinas: UNICAMP, 1999

GOMES, L. O mais trágico dos confrontos na guerra da independência. In: 1822. Rio de Janeiro: Nova Fronteira , 2010.

HALBWACHS, M. A memória coletiva. São Paulo: Vértice / Revista dos Tribunais, 1990

LEGROS, P.; MONNEYRON, F.; RENARD, J-B.; TACUSSEL, P. Sociologia do imaginário. Sulina: Porto Alegre, 2007, pp.141-181.

MORAES, M. D. C. Ainda queremos ser...tão: reflexões sobre identidade dultural e imaginário de sertão no Piauí. O público e o privado: Cadernos do núcleo e grupos de pesquisa vinculados ao mestrado de políticas publicas e sociedade – Universidade Estadual do Ceara. Ano 4, nº. 07, pp. 15-36, jan/jun, 2007.

MORAES, M. D. C. Memórias de um sertão desencantado (modernização agrícola, narrativas e atores sociais nos cerrados do sudoeste piauiense). Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Campinas. Campinas: UNICAMP, 2000

MORAES, M. D. C., FONSECA NETO, A., COIMBRA, T. História, tradição oral, e memória no sertão de Campo Maior: o *povo sertanejo* na Batalha do Jenipapo (nas trilhas de uma pesquisa). Apresentado no VI Encontro de História Oral do Nordeste, de 02 a 06/05/2007, no Espaço de Diálogo: "Sertania: memórias, identidades e narrativas", Ilhéus, BA., 2007. 21 p.

MORAES, M. D. C.; CAVALCANTE, J. R. Batalha do Jenipapo: lugares de memória em Campo Maior-PI. Projeto de Pesquisa. Teresina, 2010, 24 p.

MORIN, E. Sociologia. Portugal: Publicações Europa-América, 1998.

NEVES, A.. A guerra do Fidié. Rio de Janeiro: Artenova S/A., 1974.

NORA, P. Entre a memória e a história: a problemática dos lugares. Projeto História, São Paulo, v. 10, p. 7-28. dez. 1993.

NUNES, O. A Independência do Brasil, especialmente no Piauí. In: Pesquisas para a história do Piauí. Volume II. Rio de Janeiro: Artenova S.A, 1975.

OLIVEIRA, R. C. O ofício do antropólogo ou como desvendar evidências simbólicas. Série Antropologia, n. 413, Brasília, UnB, 2007, 21 p

POLLACK, M. Memória, esquecimento e silêncio. Estudos históricos. Rio de Janeiro, nº 3, vol. 2, p.3-15, 1989.

POMPA, C. Leituras do "fanatismo religioso" no sertão brasileiro. Novos estudos CEBRAPI nº 69, julho/2004, PP. 71-78.

PORTELLI, A. O massacre de Civitela Val de Chiana (Toscana 29 de junho de 1994): moto e política, luto e senso comum. In: AMADO, J & MORAES, M (org). Usos e Abusos em história oral. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas: 2006.

SCHUTZ, A. Fenomenologia e relações sociais. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

SOUZA, P. G. C. História e identidade: as narrativas da piauiensidade. Teresina: EDUFPI, 2010.

VANSINA, J. A tradição oral e sua metodologia, pp. 157-179. In: http://www.casadasafricas.org.br/site/img/upload/492979.pdf

WEBER, R. Relato de quem colhe relatos: pesquisa em história oral e ciências sociais. DADOS; Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 39, n.1, p. 163-183, 1996

YATES, F. L´art de la mémoire. [Paris]: Galimard, 1975.

Imigração italiana em São Paulo: o diálogo entre a cozinha paulistana e a cozinha italiana

Camila de Meirelles Landi – Hotec / UAM[285]

Sênia Bastos - UAM[286]

Introdução

Entender o papel da alimentação num dado contexto implica em uma reflexão de caráter interdisciplinar. O presente artigo trata o diálogo entre as cozinhas paulistana e italiana, o que conduz à problematização dos fenômenos migratórios da cidade, visto que esse universo é influenciado pelo grande número de etnias ali presentes. Cada grupo, migrante ou imigrante, trouxe seus hábitos, seus gostos, adaptando-se e modificando os antigos hábitos predominantes. Podanovski (1988, p.19) destaca esse universo, embora não se atenha às especificidades próprias das diferentes regiões brasileiras:

> [...] vieram portugueses, e vieram africanos, e vieram judeus; depois ingleses, belgas, suecos, franceses e austríacos, alemães e espanhóis, indianos e turcos, sírios e libaneses, e holandeses, e húngaros, russos e romenos, suíços e norte-americanos, lituanos e iugoslavos, e ainda poloneses, chineses, coreanos, e mais gente de vários outros países. Principalmente italianos, levas e levas de italianos.

A comida gera representações em distintos planos que se entrelaçam para dar consistência ao comer, conforme afirmado por Collaço (2009). No caso da imigração italiana, nota-se uma forte predominância de hábitos alimentares trazidos e reafirmados por eles na cidade, bem como a introdução e a adequação de alguns pratos e ingredientes.

A reflexão sobre a vinda do imigrante italiano para a cidade de São Paulo, seus hábitos alimentares e a inserção dos alimentos presentes nas mesas paulistanas no seu cotidiano pauta-se pela metodologia de história oral. Por meio da realização de entrevistas buscou-se compreender o sentido atribuído à alimentação e à comensalidade vivenciados por cada depoente.

Segundo Heck e Belluzzo (1999, p. 17):

> [...] o alimento é visto como código simbólico que organiza a produção econômica e as relações sociais dos mais diversos grupos. O valor econômico de um alimento é dependente de seu valor social, pois a prática alimentar revela a classe de quem a consome e mapeia o imaginário e a história de sua comunidade.

---

285 Mestranda em Hospitalidade pela Universidade Anhembi Morumbi, docente e coordenadora do Curso Superior de Tecnologia em Gastronomia da Faculdade Hotec. E-mail: camila_landi@hotmail.com

286 Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), docente do Mestrado em Hospitalidade na Universidade Anhembi Morumbi. E-mail: senia@anhembimorumbi.edu.br

A alimentação constitui um código, uma linguagem, é a tradução de uma cultura. Segundo Maciel (2004, p.26):

> Pode-se pensar a cozinha (e a culinária) como um vetor de comunicação, um código complexo que permite compreender os mecanismos da sociedade à qual pertence, da qual emerge e a qual lhe dá sentido.

O simples ato de comer ultrapassa a necessidade fisiológica e abrange um universo de descobertas, de símbolos, de significados, e se torna fundamental para o desenvolvimento dos grupos, para a criação e formação das sociedades. Segundo Montanari (2008, p.7):

> A alimentação tem papel fundamental no desenvolvimento dos diferentes grupos humanos, sendo responsável, na verdade, pela própria fundação da cultura, ou das várias culturas estabelecidas pela sociedade. A comida é expressão da cultura não só quando produzida, mas também quando preparada ou consumida.

Collaço (2009) aponta a importância da língua e da comida no processo de fortalecimento das identidades culturais: "delimitando quase que diariamente quem somos nós e quem são os outros".

O corpus inicial dessa pesquisa é formado por conveniência, pessoas do círculo pessoal de uma das pesquisadoras, descendente de italianos.

> É sempre muito mais fácil se puder abordá-los com uma recomendação de alguma outra pessoa. Embora sempre haja recusas, que podem ser desanimadoras, desde que se tenha uma idéia clara sobre que tipo de pessoa se está procurando, esta parte do projeto depende antes de mais nada de persistência (THOMPSON, 1992, p. 246).

As entrevistas foram gravadas e transcritas, a partir dos procedimentos e recomendações propostos por Alberti (1990; 2004) e Thompson (1992).

Imigração italiana

Desde os anos 1870, quando tem início a imigração subsidiada para a então Província de São Paulo, verifica-se o ingresso de italianos na cidade de São Paulo. Registram-se os que para cá se dirigiram de forma espontânea motivados por parentes e oferta de empregos, bem como os que se destinaram inicialmente à colonização agrícola no interior da Província, mas que acabaram se instalando na cidade.

Trindade (1976) aponta os imperativos de ordem econômica que determinam grande parte dos movimentos migratórios. No caso italiano os fluxos são motivados inicialmente pela unificação italiana, seguindo-se os efeitos econômicos decorrente da recuperação econômica desencadeada pela ocorrência das guerras.

O censo paulista de 1934 identificou imigrantes de nacionalidades portuguesa (79.465), italiana (85.782), espanhola (34.517), francesa (1.908), síria (8.734), japonesa (4.563), russa (4.708), alemã (13.362), austríaca (4.661) e inglesa (1.169); as demais foram reunidas como nacionalidade não especificada (50.189), totalizando 1.033.202 moradores na cidade de São Paulo (ARAÚJO, 1941, p. 71).

Nos registros do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nos anos 1930, dos principais grupos de imigrantes que ingressaram no Brasil a população italiana era constituída por cerca de 1 milhão de pessoas.

Segundo as estatísticas da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio de São Paulo, cerca de metade dos imigrantes que chegaram no Brasil foram para São Paulo. Reuniam-se, principalmente, nos bairros operários:

> Seu grande centro de concentração se forma em torno da Moóca, Braz e áreas vizinhas. Há outros centros na Lapa, Bom Retiro e Itaim. Uma tal distribuição, com

> altos pontos de concentração nos centros industriais coincide com a concepção de serem os italianos da capital operários industriais, com uma considerável proporção suficientemente favorecida pela fortuna para se ter infiltrado nos bairros residenciais mais próximos (ENSAIO, 1936, p. 202).

A vinda desses imigrantes influenciou os hábitos culturais de cada etnia e dos moradores, transformando São Paulo e sua Gastronomia.

> Na mudança de país, os imigrantes trouxeram seus hábitos alimentares como uma das maneiras de preservar sua identidade cultural. Carregaram, em sua bagagem, mudas, temperos, a máquina de macarrão e outros apetrechos habitualmente utilizados em sua cozinha. Amalgamaram seus hábitos de consumo baseados no arroz, no fubá, no tomate, na cebola e no alho, que encontraram por aqui com facilidade. Por fim, aderiram às práticas alimentares paulistas, introduzindo na sua alimentação caças e raízes nativas; a carne de vaca, que era então de péssima qualidade, foi substituída pela de frango e de porco (BELLUZZO, 2008, p. 61).

Os italianos trouxeram na bagagem sua cultura e seus hábitos alimentares, que foram introduzidos aos poucos na cidade de São Paulo e que se faz muito presente até os dias atuais. Inicialmente, tinham como destino inicial as áreas produtoras de café, no interior do Estado de São Paulo mas muitos acabaram se transferindo para centros urbanos e para a capital.

> De origem camponesa, os italianos tinham uma dieta alimentar simples em seu país de origem, composta essencialmente por polenta, sopas, massas caseiras e hortaliças. Mesmo assim, estranharam os alimentos oferecidos nas fazendas, pois sentiam falta do pão de cevada e de centeio (BELLUZZO, 2008, p. 60-61).

Discorrendo sobre esse tema, pretendeu-se problematizar o diálogo que ocorre entre as cozinhas paulistana e italiana, a partir da memória dos imigrantes e de seus descendentes, de que forma os imigrantes influenciaram e influenciam até os dias atuais, os nossos hábitos alimentares. Para tal foram entrevistadas imigrantes e descendentes diretos.

Diante do número de italianos presentes em São Paulo e, consequentemente, do número de seus descendentes na cidade, pressupõe-se então que, mesmo com uma grande presença de imigrantes vindos de outros países, como Portugal, Espanha, Alemanha, Japão, entre outros, que também inseriram seus hábitos alimentares em São Paulo, há uma forte predominância dos hábitos alimentares italianos.

Os relatos

Nos relatos dos entrevistados, temos em comum a fala da permanência de alguns hábitos alimentares trazidos da Itália, que variam de região para região, e as adaptações que eram feitas ou pela família, ou pelo próprio integrante assim que eles se firmavam no Brasil.

> As comidas mantidas na família antes da emigração foram o macarrão, a sopa, pães caseiros, frutas e verduras.
> No cotidiano é servida macarronada, carnes, geralmente cabrito e leitoa, além de frangos, berinjelas de várias maneiras e saladas, tudo com muita fartura, pois a família italiana é grande.
> Na nossa alimentação, o único alimento que se tem certeza que permanece é a massa, molho ao sugo com bracciolas. Isso com certeza veio da Itália para cá. Não tenho certeza. Acredito que todo o resto acabou sendo adaptado ao tipo de alimento que se encontrou aqui no Brasil na época.

> O alimento principal do Italiano é o macarrão, quer seja servido com molho, os mais variados, quer seja na sopa, em especial " pasta e fagioli". Macarrão, pão e vinho são os alimentos que não faltam no dia a dia dos italianos.
> Na Itália o feijão sempre foi presente também, porém em sopas, como a minestrone, como salada, ou com macarrão. Consumimos o feijão com muito caldo, regado com azeite, e claro, acompanhado com pão.

Ao que se refere à influência da sociedade de acolhimento na alimentação dessas famílias temos:

> No Brasil introduzimos outros tipos de macarrão, pizza, e molhos que acompanham o macarrão, variação de legumes e saladas.
> Na alimentação no Brasil foram introduzidos outros pães, massas e o feijão tradicional.
> Um alimento que foi introduzido aqui no Brasil, foi o feijão da forma com que ele é servido aqui, que faz parte da alimentação do cotidiano. Na Itália, o Faggiolo não é preparado como aqui e nem mesmo se come com arroz.

As massas estão sempre presentes nas mesas dos imigrantes. O risoto, inicialmente foi adaptado com o arroz agulinha, hoje já é consumido com o arroz especifico. Legumes e hortaliças foram introduzidos na alimentação paulista, hábito trazido pelos italianos, e reproduzidos em suas hortas nos quintais das casas. Azeite de oliva e o vinho não deixaram de ser consumidos no Brasil, e foram também introduzidos em nossas mesas e receitas, entre outras adaptações feitas em algumas receitas com os ingredientes aqui disponíveis:

> A massa, aqui no Brasil, continuou a ser feita em casa, tanto quanto a polenta (Antes a massa era feita toda a mão, até os surgimentos das máquinas). Uma coisa diferente é a lasanha, que na Itália não existe com presunto, apenas o molho branco, e com molho a bolonhesa entre camadas de queijo ralado. O capeletti e o raviolli também sempre foram feitos em casa.
> O que foi mantido na alimentação após a emigração foram, basicamente, o "panne e vino"! A avó do Antonio, que mora lá, sempre me diz que água traz tuberculose e por isso ela bebe vinho.
> Quando meu pai chegou ao Brasil, ele comprava caixas de azeite de oliva para manter o hábito, pois não se encontrava facilmente por aqui. Já o vinho... Muito vinho! Ele nunca faltou.
> A famosa macarronada aos domingos, sem o frango assado foi introduzida na alimentação aqui no Brasil. No mediterrâneo come-se muitos frutos do mar, mas acho que não foi introduzido a nós.

Apontam a socialização de tarefas para a preparação, limpeza e organização da cozinha, além dos recursos para a sua realização. Destaca-se o processo de aprendizado das receitas italianas:

> Todas nós aprendemos a cozinhar com nossa mãe.
> Aprendi a cozinhar "cozinhando". Nunca fiz um curso, por isso me considero um cozinheiro amador que nem sempre segue receitas. E posso dizer que aprendi também vendo as pessoas cozinhar na família, quando pequeno me lembro até da minha bisavó fazendo almoços maravilhosos. Isso é passado para quem quer fazer, nem todos na família gostam de cozinhar, mas quem gosta tende a espalhar o entusiasmo.
> Os segredos da cozinha, sempre são passados de geração em geração, em especial os pratos típicos, que possuem seus segredos na preparação, e muitos deles são guardados à sete chaves.
> A cozinha é a alma da casa, porém nunca me foi ensinado. Aprendi a cozinhar observando minha mãe.

> Os italianos são bem tradicionalistas, então creio que o ato de cozinhar é passado de geração em geração. Em Napolis não cheguei a ver um restaurante estilo *fusion cuisine*. Eram mais parecidos com tabernas onde você entrava e o próprio dono te recebia dizendo o prato do dia.

A comensalidade proporciona a sociabilidade, o encontro e os ritos exercidos à mesa, permitem a comunicação, conforme afirmado por Maffesolli (2002, p.134): "Pode-se mesmo dizer que, pelo fato da mesa exprimir, por meio dos ritos, a harmonia cósmica, ela permite a comunicação".

Na mesa ocorrem os ritos de sociabilidade, um comportamento ensaiado por parte dos atores responsáveis pela acolhida e recepção de forma que esta seja bem aceita. E essa hospitalidade ensaiada que existe no rito da alimentação vira um ciclo entre os convivas, pois "quem é hóspede em uma cena converte-se em anfitrião em outra, e essa alternância de papéis prossegue sem fim" (CAMARGO, 2004, p. 16).

Através da comensalidade, é possível identificar uma sociedade, seus hábitos e costumes. Fausto (2002, p. 38) coloca que: "A comensalidade é um vetor de identificação que não se aplica apenas às relações sociologicamente visíveis entre parentes humanos. Ela é um dispositivo geral que serve para pensar a passagem de uma condição de parentesco à outra".

Durante a refeição tornam-se visíveis as diferenças, como afirmado por Maffesolli (2002, p. 132):

> A refeição deve ser compreendida como um fato social que lembra a todos que o que chama-se sociedade é uma ordem fundada na diferença. [...] Durante a refeição, os talheres, a toalha, o lugar dos convidados, os ritos à mesa, as conversas e os serviços criam ao mesmo tempo proximidade e distância: fortalece a diferença e a hierarquia.

Essas diferenças são facilmente identificadas à mesa, tanto as de trato culturais, quanto as de trato hierárquicos. Ambas as diferenças são observadas na forma de comer, nos utensílios utilizados, nos alimentos oferecidos, na ordem de sentar à mesa, ou seja, em todo ritual de refeição que cada cultura tem. Ainda falando de cultura, Torquato (2004) coloca que:

> A cultura de uma determinada localidade é reconhecida também pela sua hospitalidade que é oferecida e expressada nas formas de tratamento pessoal e agradecimentos. Fica exposto o fato de que os atos de comunicação têm estreita relação com as atitudes hospitaleiras de uma determinada localidade.

Sobre a comensalidade os depoentes destacam:

> Posso afirmar que a comensalidade colabora com a manutenção dos vínculos familiares, para a sociabilidade na cidade,
> O ato de sentar à mesa e comer com familiares e amigos é um "ritual". Isto significa muito para eles. Principalmente para os mais velhos e tradicionalistas.
> As reuniões são alegres, com muito falatório, muita gesticulação de mãos, muita comilança. É sentar ao meio-dia na mesa e sair às 16h. "Rolando", é claro.
> Nas ocasiões festivas a lasanha não pode faltar.

Considerações finais

Discutir a relação entre memória e comida constitui um ambiente fértil de estudo. Os depoimentos são carregados de referências sobre a especificidade regional da alimentação na Itália. Transferida ao Brasil, e mais especificamente na cidade de São Paulo, nota-se o intercâmbio cultural e a introdução de novos alimentos na dieta dessas famílias, ao que se destaca o consumo do feijão. Aqui se reconhecem como italianos e relatam com entusiasmo as permanências: a massa, o vinho e o azeite, e claro, o hábito da comensalidade.

Referências bibliográficas:

ALBERTI, Verena. *Ouvir contar.* Textos em história oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1990.
ALBERTI, Verena. *Manual de história oral.* Rio de Janeiro: Editora FGV, 1990.
ARAÚJO, Oscar Egídio de. "Latinos e não latinos no Município de São Paulo". *Revista do Arquivo Municipal*, abr. 1941
BELLUZZO, Rosa. *São Paulo.* Memória e sabor. São Paulo: Unesp, 2008.
BELLUZZO, RosA; HECK, Marina. *Cozinha dos imigrantes.* Memórias e receitas. São Paulo: DBA/Melhoramentos, 1999.
CAMARGO, Luiz Octávio de Lima. *Hospitalidade.* São Paulo: Aleph, 2004.
COLLAÇO, Janine Helfst Leicht. Sabores e memórias: cozinha italiana e construção identitária em São Paulo. 2009. Tese de Doutorado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
ENSAIO de um método de investigação no nível social de S.Paulo pela distribuição da profissão dos pais dos alunos das escolas primárias públicas. **Revista do Arquivo Municipal**, v. XXIII, p. 189-206, maio 1936.
FRANCO, Ariovaldo. *De caçador a Gourmet*: Uma história da gastronomia**.** 2ª edição. São Paulo: Editora SENAC, 2001.
HECK, M.; BELLUZZO, R. *A cozinha dos imigrantes:* memórias e receitas**.** São Paulo: Editora Melhoramentos, 1998.
MACIEL, Maria Eunice. *Uma Cozinha à Brasileira.* Estudos Históricos, Rio de Janeiro, nº 33, janeiro-junho de 2004, p. 25-39.
MAFFESOLLI, Michel. Mesa, espaço de comunicação. In DIAS, Célia Maria de Moraes. *Hospitalidade – reflexões e perspectivas*. Barueri: Manole, 2002.
MONTANARI, M. *Comida como cultura.* São Paulo: Editora SENAC, 2008.
MONTANARI, M. *O mundo na cozinha:* história, identidade e trocas. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.
OLIVEIRA, Flávia Arlanch Martins. Padrões alimentares em mudança: a cozinha italiana no interior paulista. *Revista Brasileira de História*, vol. 26, nº 51, 2006.
PODANOVSKI, J. *São Paulo capital mundial gastronômica.* São Paulo: SHRBS, 1988.
SANTOS, C.R.A. A Alimentação e seu lugar na história: Os tempos da memória gustativa*. História: Questões & Debates, Curitiba*: Editora UFPR, n. 42, p. 11-31, 2005.
TORQUATO, Gaudêncio**.** *Tratado de comunicação organizacional e política***.** São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.
TRINDADE, M. B. Comunidades migrantes em situação dipolar. *Análise Social* , XII (48), 983-997, 1976.

INCLUINDO A MULHER COMUM NA NARRATIVA HISTÓRICA: DESAFIOS

Tânia Maria Gomes da Silva[287]

Um consenso quase universal entre os historiadores levou-os a admitir que, por longo tempo, a história serviu como obra de justificação do poder e dos poderosos. Registrava-se a história daqueles que, de algum modo, tinham relação com o poder deixando à margem o homem comum, a vida cotidiana. Mesmo quando tentou apresentar-se com a aparência de uma narrativa objetiva de acontecimentos concretos, o relato histórico teve como função social a legitimação da ordem estabelecida (FONTANA, 1998).

As omissões da historiografia tradicional sobre o papel das mulheres e a contribuição delas na organização das mais diversas sociedades, reproduziram formas de exclusão que contribuíram para mantê-las no anonimato (COSTA, 2007). Isto porque o modelo tradicional de pesquisa histórica nasceu centrado em documentos oficiais, ao estilo de Leopoldo Von Ranke, e as mulheres gravitavam pouco ou nada fora do mundo privado. Por isso mesmo, estiveram ausentes de documentos oficiais. Com a chegada da História Nova, à medida que o século XX avançou com sua rajada de transformações que alterou os paradigmas de diferentes disciplinas, os historiadores mostram-se mais receptivos a novos métodos e abordagens de pesquisa, desenvolvendo uma narrativa mais democrática, mais inclusiva e, por isso mesmo, voltada às experiências de sujeitos anteriormente desprezados pelos relatos historiográficos. No dizer de Febvre e Bloch, "uma história problematizadora do social, preocupada com as massas anônimas, seus modos de viver, sentir e pensar" (apud VAINFAS, 2002:17).

A chamada "history from below" atraiu de imediato os pesquisadores ansiosos para ampliar os limites de sua disciplina, abrindo novas áreas de pesquisa e explorando as experiências históricas de homens e mulheres cujas experiências haviam sido até então ignoradas. A história cultural, a partir dos anos 70, foi ganhando terreno e dentro desse contexto surgiram trabalhos inovadores sobre as relações de gênero, família, infância, sexualidade, hábitos e costumes (BURKE, 2005).

A tradição da abordagem historiográfica marxista colocou alguns problemas ao estudo das questões culturais. Alguns historiadores alertaram para o risco de se limitar aos estudos das minorias excluídas, deixando de se atentar para a história das maiorias exploradas[288]. Ressaltou-se especialmente a dificuldade de trabalhar com fontes pouco convencionais e com uma documentação produzida pelo "centro", terminando assim mediadas por quem as produziu. Como normalmente são os poderosos que deixaram documentação, quer escrita, quer imagética, é sempre a visão dessa classe que termina chegando às mãos do historiador, já depurada pelos chamados "filtros intermediários". Todavia, já nos alertava GINZBURG (1987), nenhuma fonte é totalmente objetiva e, por isso mesmo, nenhuma deve ser inutilizável. O uso de fontes orais[289], literárias e iconográficas ganharam, assim, fórum de respeitabilidade e potencializaram as possibilidades do historiador.

---

287 Doutora em História pela UFPR (CAPES), professora e Coordenadora dos Cursos de Pós-Graduação da Unifamma - taniagomes_65@hotmail.com

288 Cf CARDOSO, 1997.

289 Alguns trabalhos importantes sobre pesquisa em história oral no Brasil podem ser encontrados em MEIHY, 1996. Para obter informações sobre o emprego da história oral, com suas etapas de preparação, realização e trato das entrevistas, ver ALBERTI, 2004.

Após a ruína dos grandes modelos explicativos, as metanarrativas como as denominou LYOTARD (1997), a história se viu livre para avançar por terrenos antes pouco explorados. As crianças, os negros, os povos indígenas, os homossexuais, os moradores das favelas, as mulheres pobres e seus filhos ilegítimos, os homens sem trabalhos e esperanças invadiram o território dos historiadores. Todo um cortejo antes desprezado passou a se constituir em verdadeira mina de ouro dos pesquisadores, interessados agora nas particularidades. Além dos acontecimentos políticos também se quer agora conhecer a vida das grandes massas, pois como afirma MARTINS (2000), o grande herói da vida é o ser humano comum imerso no seu cotidiano.

Uma conseqüência dessa guinada historiográfica, se assim podemos chamar essas inovações temáticas e metodológicas, foi a inclusão das mulheres como objeto de interesse dos historiadores, quebrando um silenciamento de décadas.[290]

> (...) a irrupção de uma presença e de uma fala femininas em locais que lhes eram até então proibidos, ou pouco familiares, é uma inovação do século 19 que muda o horizonte sonoro. Subsistem, no entanto, muitas zonas mudas e, no que se refere ao passado, um oceano de silêncio, ligado à partilha desigual dos traços, das memórias e, ainda mais, da história, este relato que, por muito tempo, **"esqueceu"** (grifo meu) as mulheres, como se, por serem destinadas à obscuridade da reprodução, inenarrável, elas estivessem fora do tempo, ou ao menos fora do acontecimento (PERROT, 2005: 9).

Entretanto, esse silêncio foi rompido e se é verdade que inicialmente a história das mulheres foi muito fundamentalmente descritiva e não problematizadora, isto não diminui sua importância. Se havia silêncio, e havia, e se esse silêncio podia ser quebrado, e o foi, então, estamos diante de um avanço historiográfico.

No Brasil, as primeiras narrativas históricas sobre as mulheres estiveram muito marcadas pela preocupação com a dialética da dominação versus opressão e várias historiadoras alertaram para esse fato[291]. Na década de 80 o estudo das mulheres recebeu a contribuição dos estudos de gênero como categoria de análise, incorporando o estudo relacional entre homens e mulheres (SILVA, 2008).

Relatos orais:

Incluir o sujeito feminino na história significou a utilização de novos métodos e abordagens, tais como os registros da memória, dos diários, das fotografias, das correspondências. O trabalho aqui apresentado – o relato de mãe e filha, moradoras de Mandaguari, pequena cidade do norte do Paraná, respectivamente com 71 e 41 anos á época, de baixo poder econômico e cultural, insere-se dentro dessa nova vertente historiográfica. Segundo Maria das Dores Campos Machado e Myriam Lins de Barros (2009), os estudos feministas mostram que a análise das

---

290 No Brasil, a produção historiográfica sobre as mulheres tem como pioneiras Miriam Moreira Leite, Maria Odila Silva Dias, Maria Beatriz Nizza da Silva, cf. DEL PRIORE, Mary, 1994.

291 Algumas historiadoras que alertaram para tal questão foram Maria Odila Silva Dias, Mary Del Priore, Rachel Soihet, Leila Mezan Algranti,

biografias individuais das mulheres deve levar em conta não só o ciclo de vida das mesmas, mas também as características das organizações familiares das quais as mesmas procedem

Os depoimentos foram colhidos em 2004 para elaboração de tese de doutoramento em história, na Universidade Federal do Paraná, na área de História e Sociabilidades[292]. Ao todo foram ouvidas vinte mulheres. De um modo geral, mãe e filhas apresentaram grande similaridade na vida conjugal, parecendo-se muito na maneira como construíram suas relações com os companheiros e com os filhos (as), bem como nos modelos de comportamento.

Iniciaremos por dar nomes, obviamente fictícios, a nossas depoentes. À mãe chamaremos Ângela, Valdicéia, a filha. Ambas se casaram muito jovens e há, a despeito da diferença geracional que as separa, muitas semelhanças em seus relatos. No que diz respeito ao casamento, o que marca a diferença é que, enquanto a primeira teve seu marido escolhido pelo pai, a segunda fugiu com o namorado, colocando-se desde bem jovem como dona de seu destino. A mãe casou-se no civil e no religioso, tudo como mandava o figurino; a filha apenas no civil, pressionada pela família que procurou na polícia a ajuda para solucionar o "erro" da filha.

Diz a mãe:

> Casei muito novinha, 13 anos. Acho que nem 13 direito não tinha. Meu pai (silêncio). Engraçado, foi assim meu casamento: eu estava trabalhando na roça. Porque eu fui criada na roça. Eu estava quebrando milho quando eu vi o tio do meu marido ia pedir casamento para o meu pai. Eu saí correndo pro meio de uma derrubada (risos). Fui longe, fui ficar longe para não escutar a conversa. Era bobinha demais, era muito criança. Aí quando eu voltei meu pai falou assim: "Seu casamento está tratado". Eu falei: "Mas o que é isso?". Ele falou: "Está tratado". Foi assim, casei criança, não sabia nada.

A filha parte de uma experiência distinta, pois não só escolhe seu parceiro, como o faz à revelia dos desejos da mãe.

> A mãe colocou a gente para dormir. Eu arrumei toda a minha cama, coloquei um cobertor em baixo e pulei a janela. Fugi. Aí a gente foi para Toledo. Quando chegamos em Toledo eu comecei a chorar muito e a gente voltou. Nem pousamos em Toledo, voltamos. A gente tinha um fusquinha branco e a gente veio com aquele fusquinha. Aquela noite eu não dormi com meu marido. Aí eu pousei na casa da minha sogra. No outro dia, minha foi mãe foi lá brava, com a polícia, com tudo. Ela ficou muito brava com a gente, falou que eu tinha que casar. Aí eu me casei no civil.

A história começa a ter pontos de interseção quando me narram a experiência sexual.

> A minha mãe nunca contou nada prá gente. Aqueles jeito de pessoas antigo. Quando ia nascer um irmãozinho da gente, o enxovalzinho da criança era escondido, porque os filhos, os irmão, não podia saber de onde é que vinha aquela criança. Ah, é que o avião derrubou (risos). Você acha? Mas na escola, uma vez, a professora falou: Não é nada disso, contou tudo direitinho, aí eu fiquei mais um pouquinho esperta, né? Aí eu falei: como eles falam mentira, né?

---

292 SILVA, 2007.

Minha mãe nunca falou nada. Inclusive quando eu vi meu marido sem roupa eu fiquei apavorada. Eu era muito novinha, naquele tempo a gente não tinha televisão, minha mãe nunca explicou nada. Foi ele que me fez mulher.

Embora uma distância temporal de trinta anos separe essas mulheres, essa diferença geracional não marca modos distintos dos seus pais tratarem assuntos ligados à área da sexualidade. As famílias, mesmo nos dias de hoje, ainda têm dificuldades para conversar sobre sexo[293]. Qual depoimento é o da mãe? Qual seria o da filha? Curiosamente, o da mãe é aquele que diz que foi com a professora que ouviu pela primeira vez "tudo ser explicado direitinho" sobre sexo. D. Ângela ficou muito pouco tempo na escola e essa conversa, a julgar pela sua idade à época da entrevista, teria ocorrido na década de 40, o que nos surpreende se levarmos em conta que a sexualidade é um tema tabu nas escolas mesmo nos dias atuais, seja por despreparo dos profissionais, seja por preocupação dos pais em aceitarem que seus filhos, e principalmente filhas, participam de discussões que possam vir a lhes incitar uma curiosidade indesejada.

Embora ROSISTOLATO (2009) nos mostre que desde o início do século XX houve no Brasil uma série de iniciativas buscando criar espaços escolares no debate sobre a sexualidade, concorda que foi somente nos anos 90, a partir da publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais, que a escola ganhou legitimidade para essa discussão.

De todo modo, no que diz respeito à fala de D.Ângela, teria sido necessário que tivéssemos avançado numa análise do que foi esse "contar tudo direitinho", para que efetivamente compreendéssemos do que se tratava e no que consistiam essas orientações da professora; o que não fizemos. Na verdade, embora conscientes de que tal afirmação é temerária, o que julgamos mais provável é que a professora tenha lhe passado noções bastante elementares sobre sexualidade.

A semelhança entre as entrevistadas continua quando a narrativa é sobre a noite de núpcias. Vejamos primeiro o depoimento da mãe, seguido pelo da filha.

Foi assim, uma coisa boba, porque a gente nem roupa para dormir não tinha, porque os pais não dava, não arrumava nada. Foi aquela coisa assim. No primeiro dia não teve jeito de nada, no terceiro dia, no quarto dia, uma semana, aí que conseguiu. Foi assim, a vida é esta.

Nossa, eu fiquei com muito medo, foi sete dias depois que a gente conseguiu transar e nem queria fazer aquilo, que eu já estava com muito medo assim. Mas depois foi até gostoso.

Não é de todo improvável que essa semelhança entre os depoimentos possa ser o resultado de um processo que poderíamos chamar de "transposição" de memórias. É provável que a filha tenha ouvido a mãe contar a sua história, repetindo que durante sete dias não conseguiu manter relações com o marido e que isso tenha marcado o imaginário da menina de tal maneira que, mais tarde, ela própria acredite ter vivido igual processo. Sabemos que no relato oral a testemunha, nem sempre nos narra aquilo que aconteceu, mas o que pensa ter acontecido, ou o que julga deveria ter acontecido.

---

293 Interessante discussão sobre família e sexualidade pode ser encontrado em HEILBORN, 2004.

A memória é, no sentido básico do termo, a presença do passado, mas um passado que não é exatamente aquele do indivíduo, mas de um indivíduo inserido num contexto social. Nesse caso, toda memória é coletiva. Na verdade, a defesa da memória como um processo coletivo já estava colocado desde 1925, no trabalho clássico de Halbawachs, embora guardando sempre por referência aquilo que efetivamente somos e vivemos (apud SILVA, 2007).

Em **A defesa da honra**, CAUFIELD (2000), nos fala que é comum que, ao menos em casos de meninas que tenham sido vítimas de defloramento, ocorra uma maneira um tanto exagerada de relembrar o momento da perda da virgindade, descrevendo o ato sexual como alguma coisa feita a elas, se não exatamente contra a vontade, pelo menos sem sua participação.

No que diz respeito ao modelo de conjugalidade vivenciado pelas nossas entrevistadas há uma proximidade de experiência. Ambas viveram a primeira relação conjugal legalizada (a mãe no civil e no religioso, a filha apenas no civil); uma segunda união consensual, isto é não houve o "casamento oficial", seguida por uma terceira união legalizada apenas no âmbito civil. As uniões consensuais ou estáveis foram reconhecidas como forma legítima de organização familiar na Constituição de 1988 e isto, segundo BERQUÓ (1998), é uma das mudanças mais marcantes no panorama da nupcialidade brasileira.

Quando o assunto é a fidelidade conjugal dos companheiros, vemos de novo uma aproximação no relato de mãe e filha. Ambas foram traídas pelos maridos e tanto uma quanto a outra aceitou inicialmente a conduta desses homens seja porque, como confessou Valdicéia: "(...) *as mulheres lá fora é melhor do que as de dentro de casa*", seja pelo fato de que "*Ele foi uma boa pessoa, não brigava, nunca bateu, nunca falava nada, só foi muito mulherengo",* como nos diz a mãe. Há uma expressiva diferença de compreensão a demarcar a sexualidade masculina da feminina, a primeira sendo considerada muito menos controlável.

Para SALEM (2004), isto é o que se pode denominar de "teoria sexual pulsional", ou seja, a irresistível energia sexual masculina que deve ser descarregada sob pena de causar mesmo transtornos mentais quando o desejo não satisfeito "sobre para a cabeça". Esse duplo padrão moral, aparentemente aceito, é que permite que os homens estabeleçam uma dissociação muito explícita entre sexo, de um lado, e afeto ou vínculo, de outro.

No discurso das entrevistadas veremos que a traição dos parceiros é minimizada e se termina aceita é que, em parte, existe uma crença de que a sexualidade masculina não dá para controlar. Uma espécie de energia que deve ser descarregada a qualquer custo. O que só é verdadeiro, já se sabe, no caso dos homens. Às mulheres qualquer "descontrole" é motivo de repreensões e censuras. No caso delas, nem é preciso dizer, não se pode apelar para o tradicional comentário de que "os homens lá de fora são melhores do que os de dentro de casa".

Entretanto, embora muitas mulheres acabem se acomodando à situação de traição, tal fato nunca se dá de maneira absolutamente passiva. De um modo ou de outro as mulheres reagem. D.Ângela diz que "*não brigava, não falava nada*" e que só uma vez ficou muito brava.

> Eu quis matar a mulher, meu pai que não deixou. Quase que eu mato a mulher. Minha pai tinha deixado uma arma de fogo na minha casa. Eu falei: "Olha, você vai var o que eu vou fazer com ela". Ele falou: "O que é isto?". Falei: "Vou fazer isto sim, porque eu saio de casa e ela vem prá cá com você e isso eu não vou agüentar. Prá dentro da minha casa. Isso eu não vou agüentar".

Numa típica solidariedade que perspassava (e perpassa) o mundo masculino, o pai de D.Ângela entrou em cena para, como era de se esperar, tomar as dores do genro.

> Aí meu pai veio cá e pegou (a espingarda). Conversou comigo tanta coisa, falou que não, que não podia, que aquilo não era nada, que eu estava enganada, que era para eu entregar aquilo que ele ia levar. E levou embora. aí eu falei: "Ah, eu não vou mais incomodar com este homem e deixei por conta. E vivi bastante ano por conta. Deixei ele fazer o que queria.".

Embora estejamos aqui analisando semelhanças entre mãe e filha, podemos nos deter um instante para um breve comentário sobre a similaridade entre sogro e genro, igualmente percebida. O marido de D. Ângela traiu-a, como nos confidenciou, dentro de sua própria casa. O genro, anos depois, faria o mesmo com sua filha.

> Na minha casa. Só que ao invés de eu tocar elas e não querer que elas ficasse mais ali, eu comecei a trazer mais para perto de mim, achando que aquilo .... (pausa), que eu não queria perder meu marido, se eu tocasse ele não ficava dentro de casa. Comecei a trazer ela demais. Comecei a soltar ele e a corda foi dando, foi dando. Quando eu quis puxar, já era tarde demais.

Ao contrário da mãe, Valdicéia só agüentou a situação por um tempo, terminando por deixar temporariamente o marido. Como os filhos tinham apenas sete e cinco anos, respectivamente, acabou sendo convencida a reatar o casamento e viveram juntos por mais algum tempo.

Filhos também fizeram com que D. Ângela se aquietasse: "*Eu trabalhava. Filho não dava tempo, cada ano um filho*".

> Aqui em Mandaguari ele teve cinco (mulheres). Aí eu fiquei na minha, fiquei com meus filhos, viver minha vida. Acho que é por isso que hoje eu estou um caquinho arrastando pelo chão, porque se eu fosse daquelas mulher muito alterada, muita coisa eu não agüentava não, porque é duro de agüentar, não é fácil não. Um dia eu passei perto dela e dele (...). Eu passei assim, estava os dois abraçados. Ela ainda deu uma gargalhada assim. Eu só olhei e fui embora, eu não reagi.

Ter deixado o marido "por conta", como disse D. Ângela, não impediu que ao cabo de um período ele é que terminasse indo embora, deixando-a só com nove filhos, pelo período de seis meses.

> Quando ele voltou eu estava trabalhando numa casa de nome de D. Filomena. Aí a minha filha chegou com o meu menininha, criança que tinha sete anos, para mim dar mamá e falou: "Mãe, a senhora não sabe quem é que está lá em casa". Eu falei: "Quem?". Ela falou: "O pai". Eu falei: "Ai meu Deus, agora eu não sei se eu chego, se eu volto, como é que eu vou chegar lá? Com medo dele. Falei: "Pronto. O que vai acontecer?". Estava com medo dele, porque homem sai, será de que jeito que volta? Aí eu cheguei. Não cumprimentei. Fiquei prá uma banda assim, com medo, com vergonha. Ele falou: "Está precisando de alguma coisa em casa?". Eu falei: "Não, graças a Deus tem". Ele saiu, comprou um quilo de lingüiça daquela mais ruim que tinha (risos). Tristeza. Aí eu falei: Ai meu Deus, o que é isso?". Mas não voltou muito tempo não, ele ficou uns 5, 6 dias, foi embora de novo. Aí não voltou mais.

O depoimento de d. Ângela pode nos levar a vários pontos de análise e eu gostaria de me deter particularmente em dois aspectos. "*Homem sai, será de que jeito que volta*?", pensou à época uma mulher assustada. Não é o marido que retorna ao lar, não é o pai dos filhos, é homem. Homem é um ser impessoal, é uma abstração. Destaco ainda a representação do homem como eterno provedor. Apesar de ter deixado a família seis meses no abandono quando chega pergunta logo o que falta em casa e vai à primeira mercearia onde compra uma

lingüiça ruim. Ou talvez nem tanto. Ruim fora o abandono. A memória sem dúvida tem a ver não só com o passado, mas também com a persistência no futuro, nos diz Paolo ROSSI (2010). Não por outra razão D. Ângela, no momento da rememoração, ri, as dores já expurgadas pelo tempo, mas depois reconsidera: "*Tristeza*".

Valdicéia, voltemos a ela, quando se separa do marido, age diferente da mãe. Enquanto esta fica em casa cuidando dos filhos e trabalhando, Valdicéia diz ter feito vingança a ele.

> "Eu comecei a pensar assim: "Se ele me trai e é tão gostoso assim, então vou trair também". Na minha cabeça só tinha uma coisa: trair, trair ele. Aí ele voltou (os homens sempre voltam?) prá dentro de casa, mas eu já estava com aquilo plantado na minha cabeça que eu queria trair ele, porque eu queria saber se era tão gostoso assim. Que ele falava para mim que as mulheres lá fora era mais gostoso do que mulher dentro de casa".

Ela logo deu o troco. Encontrou na rua um homem bonito. Todo dia quando ia para o trabalho o encontrava no caminho. Conversaram. Ele quis saber se ela era casada, ficou sabendo que sim e ainda mais, que conhecia o marido dela. E embora confesse que não ter esperado que tudo acontecesse tão rápido, uma semana depois esse homem já era de dentro de casa.

> Um dia meu marido chegou em casa e perguntou se eu topava fazer um churrasco em casa, que ele tinha conhecido um (silêncio), que tinha pegado bastante amizade com um amigo da prefeitura, que era casado, que a gente ia começar a fazer churrasco em casa para ele não precisar sair de casa. Eu falei que sim, mas não imaginava que era aquele que era justamente aquele cara que fazia uns quinze dias que eu já estava paquerando na rua. Quando o amigo dele chegou, ele falou assim (risos) para mim receber o amigo dele. Eu me deparei com o homem que eu paquerava. Ele falou:"Esse aqui é meu amigo". Eu, muito cínica que eu era (de novo risos), me cumprimentou: "Boa noite". "Boa Noite". Mas eu falei: "Meu Deus, como Deus é bom. Deus me trouxe ele aqui.

Ela confessa que naquela mesma tarde começou em sua vida uma nova história. Quando o marido saiu com os filhos para comprar cerveja, traiu-o ali mesmo, dentro de casa, numa vingança há muito planejada. Confessou-nos num quase encanto: "*Muito fácil (trair). Eles (os homens) acreditam em tudo o que a gente fala. Mulher é bicho danado*".

Para o filósofo escocês, David Hume, a sociedade sempre se empenhou em estabelecer nas mulheres a crença de que a infidelidade conjugal é o pior crime do mundo e um recurso para cimentar tal posição foi tornar esse comportamento – a traição – socialmente desprezível, dando má fama àquela que o adotar e criando mecanismos rígidos de pressão moral. A maneira mais fácil de introjetar na sociedade a condenação ao adultério feminino é fazê-la acreditar que a fidelidade da mulher, assim como a castidade, o recato, resultam de um determinismo e não de um condicionamento, atendendo, portanto, aos interesses masculinos (apud GASPAR,2009). Embora essas pressões nem sempre funcionem, como vemos claro no caso de nossa entrevistada, a verdade é que as mulheres que ousaram trair seus maridos ou companheiros sempre enfrentaram muitas dificuldades e algumas até mesmo morreram por isso.

A condenação ao adultério no Brasil nos foi legado pelo Código Filipino, regulador da conduta de todos os moradores das colônias portuguesas. O adultério masculino sempre foi tolerado, enquanto o das mulheres era motivo de assassinatos e prisões em conventos, onde as adúlteras terminavam seus dias enclausuradas (ALGRANTI, 1993). É verdade que hoje não mais se enclausuram as mulheres adúlteras, mas podemos pensar que, dada a maneira como são ensinadas a seguir um modelo de "bom comportamento" e aceitação de tudo quanto o homem lhes faça, sem que por isso tenham direitos de igual procedimento, muitas mulheres se vejam "enclausuradas", ainda que no plano do imaginário. O que, diga-se de passagem, não é menor ou menos dolorosa maneira de se ver aprisionada.

Talvez por isso, mesmo quando nos diz o quanto a traição lhe parecia prazerosa - e creio que não somente do ponto de vista de "dar-lhe o troco", mas por um prazer real de livre posse de seu corpo - Valdicéia não deixa de

afirmar que sabe que isto (a traição) é pecado. "*Está na Bíblia"*, enfatiza. Demonstra, contudo, não ter uma posição muito definida sobre o assunto, porque vai caminhando aos tropeços na busca de um entendimento:

> A Igreja proíbe (....) Pecado eu não acho assim não. Não me entristece o coração não. Eu não sei se isto é doença, se é sem vergonhice ou se isto é a vida que fez que eu aprendesse a ser assim, porque o meu primeiro marido me traiu muito. A vingança tomou conta de mim. Eu não sei que nome eu dou para isso. Minha mãe sempre dizia que tinha de ser fiel ao marido.

Valdicéia ameaça uma ruptura com o ideal de mulher e se o consegue na prática, não tem o mesmo sucesso com a sua consciência, que está marcada pelas elaborações culturais que pressupõe os prazeres do sexo como uma prerrogativa inequivocamente masculina. Como enfatizaram Chacham & Maia (2004), a sexualidade da mulher está presa na ambigüidade do discurso progressista e dos modelos tradicionais, o que a leva a um só tempo a demonstrar satisfação e conservadorismo com a sua sexualidade.

D. Ângela, a mãe, ensinava às filhas que não se devia trair o marido e, conforme nos relatou, jamais traiu o seu enquanto ele esteve em casa, enquanto os filhos eram pequenos. Só muito mais tarde arrumou um companheiro com quem foi viver uma união estável. Foi-lhe fiel até que um câncer o levou. Voltou novamente a se casar, mas de novo se vê às voltas com a dificuldade de conciliar o que deseja o marido com o que considera um comportamento de mulher decente. Embora defenda seu direito a uma vida sexual prazerosa há práticas que considera inaceitáveis e diante de sua recusa em atender às "invenções" dele, terminaram vivendo em camas separadas: "*Não tinha essas invenção, hoje é um perigo. Os homens estão muito danados"*. Não mencionou a que práticas se referia e foi reticente em nossas tentativas de aprofundar a questão. É provável que se referisse ao sexo oral e ao coito anal que, mesmo em algumas mulheres mais jovens, não é de todo aceitável.

Expressando sua insatisfação com a incompreensão do companheiro diante do que, a seu ver, é um comportamento de mulher honesta, D. Ângela nos deixa à mostra as diferenças radicais entre a sexualidade masculina e a feminina, bem como a eterna oposição entre mulher honesta e a mulher de diversão. Essa última, "a mulher da rua", é tida como predisposta a todo tipo de jogo e invenção sexual. A primeira, "a mulher da casa", apesar de nítidas transformações nas representações que a modelam, está engessada em modelos ainda estreitos de comportamento, quer estejamos falando no âmbito específico da sexualidade, quer em aspectos mais amplos da conjugalidade e da vida familiar.

Conclusão:

Observamos que, na maioria das vezes, nossas entrevistadas nos deram explicações bastante fundadas na natureza quando se referiam às atitudes de seus maridos/companheiros. Existe um comportamento que é pré-definido para os homens e, por isso mesmo, plenamente aceitável, enquanto às mulheres está reservado um espaço bem menor de quebra das regras socialmente estabelecidas. O que não significa – e quanto a isso não nos enganemos – que as mulheres jamais as subvertam. Parafraseando Valdicéia: "mulher é bicho danado".

Este trabalho nos permitiu perceber como os relatos orais têm se tornado cada vez mais importantes para alcançarmos experiências de sujeitos que, dada sua posição marginal, seja econômica, cultural ou de gênero, estariam, de outro modo, fadadas ao silenciamento. Neste particular, vale ressaltar a importância da história oral como uma prática democrática e, porque não dizer, generosa.

Referências bibliográficas:

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ALGRANTI, Leila Mezan. **Honradas e Devotas**: mulheres da colônia. Condição feminina nos conventos e recolhimentos do sudeste do Brasil. 1750-1822. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília, DF: Edumb, 1993.

BERQUÓ, Elza. Arranjos familiares no Brasil: uma visão demográfica. In; **História da vida privada no Brasil**: contrastes da intimidade contemporânea. V. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 411-437.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Tradução: Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

CARDOSO, Ciro Flamarion. VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CAUFIELD, Sueann. **Em defesa da honra**: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940). Campinas: Editora da Unicamp, 2000.

CHACHAM, Alessandra Sampaio; MAIA, Mônica Bara. Corpo e sexualidade da mulher brasileira. In: VENTURI, Gustavo; RECAMÁN, Marisol; OLIVEIRA, Suely (Orgs.). **A Mulher Brasileira nos espaços público e privado**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2004. p.75-106.

COSTA, Emília Viotti. Patriarcalismo e patronagem: mitos sobre a mulher no século XIX. In: **Da Monarquia à República:** momentos decisivos. São Paulo: Unesp, 2007, p.493-523.

DEL PRIORE, Mary. **A mulher na história do Brasil**. São Paulo: Contexto, 1984.

FONTANA, Joseph. **História**: análise do passado e projeto social. Bauru: EDUSC, 1998.

GASPAR, Adília Maia. **A representação das mulheres nos discursos dos filósofos**: Hume, Rousseau, Kant e Condorcet. Rio de Janeiro: Uapê, SEAF, 2009.

GINZBURG, Carlos. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição. Tradução: Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

HEILBORN, Maria Luiza (org). **Família e sexualidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

MACHADO, Maria da Dores Campos, BARROS, Myriam Lins de. Gênero, geração e classe: uma discussão sobre as mulheres das camadas médias e populares do Rio de Janeiro. In: **Estudos Feministas**. Florianópolis, 17 (2). Maio/agosto 2009. Florianópolis: UFSC, 2009, p. 369-394.

MEIHY, José Carlos Sebe (org). **(Re) introduzindo a história oral no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1996.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Tradução: Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

ROSISTOLATO, Rodrigo Pereira da Rocha. Gênero e cotidiano escolar: dilemas e perspectivas da intervenção escola na socialização afetivo-sexual dos adolescentes. In: **Estudos Feministas**. Universidade Federal de Santa Catarina. V. 7, n. 1-2, Florianópolis: UFSC, 1999.

ROSSI, Paolo. **O passado, a memória, o esquecimento**. Seis ensaios da história das idéias. Tradução: Nilson Moulin. São Paulo: Unesp, 2010.

SALEM, Tânia. Homem... já viu, né?: representações sobre sexualidade e gênero entre homens de classe popular. In: HEILBORN, Maria Luiza (Org.). **Família e Sexualidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p.15-62.

SILVA, Tânia Maria Gomes da Silva. Você acha que a gente vai poder com homem?: Práticas conjugais entre mulheres das camadas populares. (**Tese).** Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Paraná. Curitiba: UFPR, 2007.

_____. Trajetória da historiografia das mulheres. In: **Revista Politéia**. V. 8, n. 1 (2008). Revista do Departamento de História da Universidade do Sudoeste da Bahia. Vitória da Conquista, Bahia: Edições Uesb, 2008, p. 223-234.

VAINFAS, Ronaldo. **Os protagonistas anônimos da história**. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

Instituições e suas histórias: cultura digital como promotor e como suporte

Suzana Lopes Salgado Ribeiro[294]

História Oral nas Instituições

Nos últimos dez anos é notável o crescimento do uso da história oral ou mesmo de entrevistas em projetos de história, memória ou divulgação institucional. Propõe-se, portanto, uma discussão sobre a ligação entre memória, narrativas, histórias de vida e cultura digital. Acredita-se que a difusão e o barateamento das novas tecnologias de registro e da produção de *softwares* cada vez mais específicos, têm feito com que a cultura digital funcione como promotor e ao mesmo tempo como suporte para a criação de novos acervos que tem como base a documentação oral ou audiovisual – registrada em linguagem digital.

Evidentemente são várias as apropriações de tais tecnologias da comunicação e informação. Institucionalmente esses usos têm sido incrementados, tanto em empresas formais quanto em organizações que buscam novas formas de promoção e organização sociais e culturais. Cabe dizer que a história oral, frente à expansão no contexto da cibercultura ganha *status* de tecnologia social e vem sendo desenvolvida por instituições governamentais e não governamentais, comunidades, entre outros grupos sociais dos mais variados. Dessas iniciativas resultam projetos em que se evidenciam a construção de velhas e novas cidadanias culturais, por exemplo, nas redes digitais. A história oral, portanto, vem se envolvendo no desenvolvimento e aplicação de metodologias participativas que promovem a garantia da cidadania de grupos e comunidades em busca de melhoria da qualidade de vida. [295]

A proposição, a criação e o desenvolvimento de tecnologias sociais partem do enfrentamento de problemas e da busca dos sujeitos e grupos tendo em vista prover suas necessidades cotidianas de sobrevivência, organização, visibilidade que envolvem projetar e conquistar melhorias para suas vidas. A emergência das redes digitais com a popularização das tecnologias de informação e comunicação contribui para a criação redes de compartilhamento de tecnologias sociais, trazendo à discussão o conhecimento da multiplicidade e da variedade de metodologias participativas em circulação, tais como: bancos de histórias, acervos e catálogos com histórias e experiências; iniciativas de projetos de tecnologias sociais e culturais e políticas públicas; produtos e outros benefícios sócio-culturais, materiais e imateriais construídos e/ou obtidos pelos grupos envolvidos.

A própria organização destes grupos pode ser mediada pela gravação de entrevistas de histórias de vida, que funcionam como organizadoras de expectativas, ao mesmo tempo que valorizam o protagonismo dos envolvidos em um projeto. Em trabalho realizado junto aos antigos trabalhadores do lixão do Município de Tibagi, foi possível ver a diferença de postura e auto-estima ao formar a associação de agentes ambientais, após um trabalho de diagnóstico participativo realizado com base no registro de narrativas de histórias pessoais.

Por outro lado, há um crescente uso dessas formas de registro, que amplamente pode ser chamado de história oral dentro de outros tipos de instituição. Importa, portanto, iniciar marcando uma delimitação para o uso do conceito instituição. Sabe-se que por vezes em História usa-se instituição para a os estudos de famílias e comunidades

---

294 Universidade Paulista – UNIP e Núcleo de estudos em História Oral – NEHO/USP, Doutora em História Social pelo DH/FFLCH/USP.

295 Trabalhos importantes nesse sentido foram desenvolvidos pela IESOL/UEPG– Incubadora de Empreendimentos Solidários da Universidade Estadual de Ponta Grossa e pela Assessoria de assuntos comunitários da Prefeitura Municipal de Tibagi – PR.

específicas, que por certo também produzem resultados interessantes, ao utilizarem registros de história oral. Mas parte das reflexões presentes aqui, entendem instituição como o local em que se estabelecem relações mediadas por contratos, como os de trabalho ou prestação de serviços. Sendo assim, podemos pensar em instituições também como empresas, corporações ou organizações – governamentais ou não, entendendo assim que há dessa forma diferentes níveis de institucionalização que estarão presentes nas narrativas registradas. As diferentes entrevistas, com frequência, revelam vínculos de adesão e significação institucional, em nível pessoal e coletivo.

Nesse sentido, destaca-se que tais instituições – empresariais ou não - são lugares nos quais vêm se produzindo *história oral*, e dizer isso significa também que cada uma dessas instituições possui comprometimentos específicos e maneiras particulares de condução, com procedimentos próprios que caracterizam seus objetivos e posteriores usos. Evidentemente, tais critérios se diferenciam de soluções acadêmicas. Por outro lado, nos conduzem a refletir sobre uma produção de conhecimentos que guardam sentidos profundamente subjetivos. A história oral realizada dentro de instituições - portanto chamada de história oral institucional - tende a mediar, negociar e combinar interesses internos e externos dos grupos envolvidos.

Dessa forma, institucionalmente podemos ter, de um lado, a realização de projetos em história oral como tecnologia social e promotora de identidades culturais e, por outro, projetos de história oral realizados com o objetivo de promoção e divulgação de produtos e serviços ou mesmo de qualidade de profissionais envolvidos nos fazeres de uma empresa.

No primeiro caso, motivados pela busca identitária, grupos, comunidades e famílias se unem para contarem e escreverem suas histórias. Nos diversos grupos e comunidades em que acontece a produção e problematização de tecnologias sociais e culturais, observa-se como estas metodologias participativas levam ao diagnóstico participativo e a proposição continuada de conjunto de técnicas e métodos de trabalho que buscam soluções para problemas que emergem do cotidiano dos grupos com novas características e temáticas. Sobretudo as que se relacionam à cibercultura e às diversidades culturais, em práticas que repensem e recriem as próprias noções do que representa m melhorias na qualidade de vida com garantia de cidadania e dos direitos sociais e culturais.

Tais trabalhos são realizados numa perspectiva interdisciplinar, associando e misturando – ou melhor dizendo hibridizando – metodologias participativas como tecnologias sociais e culturais. Os resultados podem ser vistos na vasta criação de blogs, microblogs, sites, exposições e materiais de divulgação que abrigam ou venham a abrigar tais iniciativas.

No segundo caso, muitas vezes estimulados por uma efeméride as lideranças de empresas se sentem provocadas a realizar registros sobre sua trajetória pela voz de protagonistas e de participantes da história da instituição. Quase sempre há a necessidade de criação de um produto mais imediato, como um livro ou uma exposição pública. Mas, tais registros podem gerar bancos de histórias e serem unificados ao conjunto da documentação institucional. Pois essa é documentação rica para compreender a história institucional. Não apenas por arrolar etapas do desenvolvimento da entidade, mas também por possibilitar a definição da compatibilidade entre o projeto institucional e a identidade dos participantes. Assim, cabe supor o papel de núcleos de trabalho dentro das próprias instituições, onde são combinados dois elementos fundamentais: os acervos e as recolhas de situações afeitas aos colaboradores.

Esta prática de registro de narrativas de fundadores, funcionários, mantenedores e ganha força frente à falta de sentido e a destruição da continuidade dos saberes entre as gerações, devido à aceleração do tempo, vivida na contemporaneidade.

Nota-se, entretanto que para ambos casos o conhecimento passa a se formar em outras instancias que não o diálogo entre os integrantes do grupo. Dessa maneira, não há mais troca de experiências, pois como verificou Agamben a maior parte de nossas vivências não se transformam em experiência. Após retomar o que Benjamin teria afirmado em 1933, "O homem moderno volta para casa à noitinha extenuado por uma mixórdia de eventos – divertidos ou maçantes, banais ou insólitos, agradáveis ou atrozes –, entretanto nenhum deles se tornou experiência." (AGAMBEN, 2005, 21-22).

Assim, todos nós pertencemos a uma dimensão do presente na qual os conhecimentos e as crenças de gerações anteriores se revelam pouco úteis. E o contato com elas pouco estimulado. Portanto, numa tentativa de recuperar o que parece estar perdido, nasce a preocupação de documentar acontecimentos relevantes e registrar testemunhos elaborando uma restauração identitária do tempo histórico pela memória.

Ecléa Bosi, em "O tempo vivo da memória" apresenta-se logo de início uma importante questão, acompanhada de sua resposta: "O movimento da recuperação da memória nas ciências humanas será moda acadêmica ou tem origem mais profunda com a necessidade de enraizamento?" Para a autora, e para os que valorizam a história oral, é do "vínculo com o passado se extrai a força para a formação de identidade" (BOSI, 2003, p. 16).

Assim buscamos no presente a memória, para nos livrarmos de uma amnésia social de quem somos. Pois a perda da memória e da identidade é uma das grandes ameaças do mundo contemporâneo. O excesso da memória como forma de descartar, consumir, esquecer, em meio ao excesso de informações é o foco das atenções dos estudos do crítico alemão pós-frankfurtiano Andreas Huyssen (2004), da crítica literária argentina Beatriz Sarlo (1997 e 2007), e do sociólogo inglês Anthony Giddens (1991 e 2002).

Por isso, muitas instituições entendendo a situação presente e preocupadas com suas próprias indentidades vêm produzindo espaços para se compreenderem dentro da complexidade de relações estabelecidas em seu cotidiano. Dessa forma, surgem projetos que respeitam o dizer-se de seus colaboradores, reconhecem seu protagonismo e contemplam a diversidade e os conflitos presentes nas relações estabelecidas dentro do grupo. Tais projetos também colocam esses temas como foco de análise para a superação de situações que por vezes prejudicam o desempenho dos funcionários e da própria instituição, ou a interação entre integrantes de um grupo social ou cultural.

Cultura digital e acervos

As narrativas e as histórias da história oral vêm se mostrando eficiente na construção de um apelo emotivo sensível, pois despertam a atenção para experiências subjetivas e aproximam pessoas. Ao usar referências a imagens e a objetos biográficos as narrativas valorizam trajetórias pessoais e coletivas, investindo no humano e destacando o papel das pessoas comuns.

Assim, são constituídos acervos, ou bancos de histórias que têm como objetivo o registro da história de pessoas considerando suas memórias, identidades e subjetividades. Neste processo se dá a construção de narrativas que possibilitam o conhecimento e a valorização da vida e da experiência das pessoas e dos grupos ao qual fazem parte. Com isso, são construídos discursos dos quais emergem identidades sociais e culturais.

Importante lembrar que a história oral enquanto conjunto de procedimentos que vem se estruturando a partir de condições técnicas do mundo moderno, sempre esteve em contato e em diálogo com os avanços da tecnologia e hoje está inserida na produção da cultura digital. Evidentemente, disto resultam impactos e perspectivas desta cultura na construção de arquivos e fontes para a escrita de histórias institucionais. Lembremos que a história oral tem sua origem no surgimento da possibilidade de registro através de gravadores de áudio – inicialmente magnéticos[296]. Ainda que as fontes orais tenham sido utilizadas ao longo da História, diferenciamos a questão do registro em suportes das novas tecnologias como específicas deste "novo" fazer da história oral. Contudo, indubitavelmente, os desdobramentos possíveis a partir dos novos equipamentos da cultura digital, como o vídeo – sem contar a possibilidade de divulgação via rede mundial de computadores – para o registro de experiências nos convidam a refletir sobre as transformações mais recentes.

Nesta direção, é importante pensar sobre documentos para a história oral e, portanto, pensar o quanto estas novas tecnologias influenciam ou possibilitam seu fazer carregando elementos de pós-modernidade e de liquidez presentes em nosso mundo contemporâneo. Crescem formas alternativas de documentação, como os documentários em vídeo, compilações iconográficas e as próprias entrevistas de história oral. Estes documentos, em si, dialogam com a contemporaneidade por serem produzidos por equipamentos modernos, que utilizam o suporte digital para a geração de registros e de documentos. Mas, mais que isso, são também "descontínuos", auto-reflexivos" (GIDDENS, 1991, 2002) e "líquidos" (BAUMAN, 2001) como seu próprio tempo.

---

296 Interessantes reflexões presentes no texto de PORTELLI, A. Elogio de la grabadora: Gianni Bosio y los orígenes de la historia oral. Revista História 30, México: Abril 1993 – Septiembre 1993, pp. 3-8.

Assim a cultura digital modifica a produção dos registros de história oral em duas frentes paralelamente. Uma na realização do próprio registro, outra na produção, armazenamento e veiculação de seus resultados. O digital é, portanto, ao mesmo tempo suporte e promotor do fazer história oral na contemporaneidade.

Os documentos gerados por esta cultura são também diferenciados desde seu princípio. Por meio deles é possível promover o diálogo entre objetividade e subjetividade, abrindo espaço para reflexões sobre pluralidade e diversidade e complexificando a produção do conhecimento, uma vez que oferecem novas versões e protagonistas aos processos históricos. Esta é a riqueza que vem sendo percebida pelas instituições.

Por sua natureza digital também se pode relacionar esta descontinuidade e liquidez com um processo econômico e político da sociedade da informação (CASTELS, 2003), que também é vivido na história oral. Isso tem relação com a busca de novas formas de documentação e explicação do mundo. Daí a idéia da história oral como uma forma inovadora de produção de conhecimento sobre a contemporaneidade.

Nessa medida, retoma-se a afirmação feita por Meihy e Holanda, em que se diz que na história oral o uso dos meios eletrônicos "dimensiona nova forma de se produzir textos resultantes de pesquisas realizadas no tempo real da apreensão. Isso também joga luzes nos processos de preservação, arquivamento e uso de documentos dispostos às análises do social" (MEIHY & HOLANDA, 2007, p.22).

Aborda-se a necessidade do registro digital de entrevistas, tanto no suporte de áudio quanto no suporte de vídeo, para se constituir acervos com maior possibilidade de acesso, tanto público - via internet ou banco de dados disponível para pesquisas, quanto internos às instituições - via intranet ou acervos documentais fechados.

Como exemplo, destaca-se aqui dois trabalhos. O primeiro feito junto a Escola Paulista de Medicina em ocasião de seus 75 anos. Neste projeto trabalho o registro dessas histórias foi feito em áudio e vídeo, todas as 75 entrevistas, gravadas foram transcritas e transformadas em narrativas de história de vida. A pesquisa foi desenvolvida por uma equipe de pesquisadores que acreditou que a história de uma instituição pode ser escrita a apartir das experiências de pessoas que nela conviveram. O projeto resultou na publicação de dois livros, um site com um banco de histórias e um documentário em DVD (GALLIAN e RIBEIRO, trabalhos listados na bibliografia).

O segundo realizado em parceria entre a Sociedade Brasileira de Química - SBQ e o Centro Simão Mathias de História da Ciência – CESIMA/PUC-SP, com a comunidade de químicos brasileiros. Neste trabalho o registro dessas histórias foi feito em áudio e vídeo digitalmente e as entrevistas fazem parte do acervo do CESIMA. Essas histórias de pessoas envolvidas com o cotidiano da Química contam histórias dos anos de organização e reorganização da universidade e de sociedades de químicos, mas também de como, ao longo desse tempo foram se formatando identidades relacionadas à prática da pesquisa e de um projeto de institucionalização da química no Brasil (RIBEIRO & SANTOS, 2010).

A construção de produtos com tais características demanda conhecimentos técnicos que vão além da utilização da câmera, mas que envolvem a edição desses vídeos e a sua posterior disponibilização pública em forma de um produto que pode ser uma exposição – interativa ou não – um site, um blog, ou um livro que hoje pode ser disponibilizado em formato ".pdf" para que os interessados possam fazer seu *download* – com ou sem custos. Dominar diferentes linguagens e ferramentas da tecnologia digital, portanto, é também exigência desta nova forma de produção de conhecimento, que envolve conhecimento temático e técnico, sem que possam ser dissociáveis. Ou seja, o pesquisador deverá dominar o manuseio de equipamentos (hardware) e de programas de edição, produção e divulgação (software), além de realizar leituras e análises bibliográficas.

Etapas da organização de documentos

Falamos da gravação de entrevistas e da organização de bancos de histórias, destacando a documentação oral ou audiovisual resultante de gravação de entrevistas. Mas é relevante marcar que em geral a organização de tais bancos de dados é feita em conjunto com a organização de outras documentações que exigem atenção específica. Contudo, o trabalho feito com documentos escritos, arquivados sob a chancela de instituições preocupadas com o registro de situações ou fatos tem maior tradução e é mais amplamente conhecido.

Apenas como alerta ponderamos que antes de se aventurar na organização de um acervo cabe visitar o local em que se encontram os documentos, realizar o registro de imagens sobre volume e condições da documentação.

Assim se faz um primeiro diagnóstico do que deverá ser feito. Em alguns acervos será necessário realizar a limpeza de todo o material - higienização página por página - e até mesmo o restauro de algumas folhas de papel ou fotografias – sejam em negativos ou em ampliações.

Depois de um longo caminho e organização dessa documentação em pastas provisórias, digitalização – no caso de imagens, e *ocrização* no caso de textos - é que elas vão para sua acomodação definitiva, nos acervos mais cuidadosos, estas pastas são confeccionadas em tamanhos exatos e em material específico para o armazenamento de cada fonte.

Normalmente, é aí que inicia o trabalho de catalogação e organização de bancos de dados e de histórias, com descritores suficientemente ricos para que no futuro possamos encontrar toda a riqueza do que se foi armazenado. Dessa forma é preciso a elaboração ou a customização de um software.

A própria existência destes acervos muitas vezes é anterior às investidas de *história oral*. Sua manutenção por vezes dependendo do porte das instituições ou de seus interesses administrativos, mas é certo que a constituição de arquivos permanentes é condição de funcionamento burocrático e jurídico para muitas instituições. Mas importa dizer que algumas vezes, mesmo uma instituição contando com acervo documental constituído, há situações nas quais não existem documentos sobre um determinado acontecimento ou em que as fontes encontram-se dispersas e desorganizadas. De toda modo, considera-se que a *história oral institucional* tem como um de seus objetivos a o conhecimento do grupo, bem como a inserção da instituição em um cenário econômico social mais ampliado.

Apontamentos

As reflexões presentes neste artigo são resultantes da realização de trabalhos junto á diversas instituições durante os últimos quatro anos. Tais trabalhos foram responsáveis pela realização de entrevistas, captação de imagens, organização de acervos, guarda, digitalização e divulgação de documentos históricos inéditos (fontes orais ou não) em diferentes suportes, o que recentemente vem sendo chamado pela área de comunicação de acervos em multiplataforma.

De maneira geral, pode-se apontar que os projetos de digitalização de acervos têm duas finalidades. Por um lado, o de preservar os documentos originais do desgaste natural causado tanto pela ação do tempo, das condições ambientais e do constante manuseio. Por outro, o de facilitar o acesso e as consultas via Internet, agilizando a pesquisa, simplificando as buscas por parte da sociedade e alargando seu alcance para outras instituições de pesquisa e ação nas áreas de atuação da entidade.

Assim, o que ora se apresenta é a indissociável necessidade do profissional de pesquisa contemporâneo, imerso na cultura digital, estar inteirado das tecnologias sociais e culturais para a produção de saberes que tenham interesse para o mundo atual. Suas ações devem, portanto, englobar o fornecimento de serviço ou a compra de equipamentos e serviços profissionais, incluindo sistemas de armazenamento em rede com alta disponibilidade, de *backup* e de restauração, além da conversão - quando o documento já não "nasceu" assim - de todo o material para formato digital.

Dessa forma, alerta-se para a necessidade de diálogo entre diferentes áreas do conhecimento para a produção e organização de fontes que possibilitam estudos sobre memória e identidade e que são resultantes do encontro de várias tecnologias de informação produzidas em nosso tempo pela cultura digital.

Referências bibliográficas:

BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

_____. *Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005a.

BENJAMIN, Walter. *Walter Benjamin. Obras Escolhidas. Magia e Técnica, Arte e Política*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1985.

BOSI, Eclea. *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

CANCLINI, N. G. *Culturas híbridas, estratégicas para entrar e sair da modernidade.* EDUSP, São Paulo. 1997.

CASTELLS, Manuel. *A Sociedade em Rede*. 7ª Ed. Volume 1. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2003.

GALLIAN, D. M. C. *75X75 EPM/Unifesp: uma história 75 vidas.* São Paulo: Ed. UNIFESP, 2008.

GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo, Ed. UNESP, 1991.

_____. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2002.

HUYSSEN, Andréas. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora, 2004.

PORTELLI, A. Elogio de la grabadora: Gianni Bosio y los orígenes de la historia oral. Revista História 30, México: Abril 1993 – Septiembre 1993, pp. 3-8.

RIBEIRO, S. L. S. Ser médico da EPM: em busca de uma identidade. In: GALLIAN, D. M. C. (Org.). *Recortes da Memória: lembranças, compromissos e explicações sobre a EPM/ UNIFESP na perspectiva da história oral.* São Paulo: Editora da Unifesp, 2009, p. 151-171.

_____; SANTOS, A. P. Memórias de uma comunidade científica no cenário de Simão Mathias: histórias e trajetórias de cientistas da Química no Brasil. In: GOLDFARB, A. M. A.; FERRAZ, M. H.; BELTRAN, M. H. R.; SANTOS, A. P. (Org.). *Simão Mathias - cem anos: Química e História da Química no início do século XXI.* São Paulo: SBQ, PUC-SP, 2010, p. 127-259.

SARLO, Beatriz. *Cenas da vida pós-moderna: intelectuais, arte e vídeo-cultura na Argentina*. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 1997.

_____. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva.* São Paulo: Companhia das Letras, Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

INTERFERÊNCIA CULTURAL DOS SUJEITOS SÓCIO-HISTÓRICOS QUILOMBOLAS NAS COMEMORAÇÕES DE JABOTICATUBAS

Ananda Nehmy de Almeida*

Carla Maria Zolini Silva*

As epígrafes apresentam o contraste entre vozes de duas gerações de quilombolas de Mato do Tição. A geração da senhora Nilce de Siqueira se preocupa em divulgar e fortalecer, no meio jovem, as tradições repassadas pelas antigas gerações que vivenciaram o contexto histórico da escravidão. Mesmo que as novas gerações ainda não produzam um discurso consciente da sua condição de sujeito sócio-histórico de direito, percebe-se que os adolescentes valorizam as comemorações e a música que compõem a sua cultura ao afirmarem que nasceram tocando tambores e passando nas brasas das fogueiras juninas de Jaboticatubas.

Antes de apresentarmos os depoimentos dos sujeitos sócio-históricos da Comunidade Quilombola de Mato do Tição que participam e organizam as comemorações juninas, contextualizaremos os conflitos jurídicos e culturais vivenciados por seus integrantes. A contextualização justifica o uso do conceito de arquivo em associação com a metodologia da história oral, que permite a elaboração de novos documentos, excluídos do conceito de "documentação" que privilegia apenas a cultura letrada. A associação entre o texto legal e os depoimentos orais permite identificar a necessidade do registro da cultura quilombola, não apenas pelo seu valor antropológico, mas porque constitui um instrumento de defesa do sujeito sócio-histórico de direito, definido como remanescente da cultura quilombola.

A Comunidade Quilombola de Mato do Tição é situada a 4 km do município de Jaboticatubas, localizado na região metropolitana de Belo Horizonte. Na sua origem, Mato do Tição é uma terra doada pelo coronel Chico Alves aos seus ex-escravos. Seus moradores trabalham no cultivo de roças, na agricultura de subsistência ou nas cidades vizinhas. O quilombo possui energia elétrica, telefone público e posto de saúde. As crianças e jovens do quilombo estudam nas escolas de Jaboticatubas, sendo oferecido transporte escolar aos estudantes pela prefeitura.

A Associação Quilombola Mato do Tição, que, no princípio, era apenas uma associação de moradores, apresenta um papel fundamental na organização das reivindicações da população para atingirem efetivamente às políticas públicas que favoreceriam comunidades quilombolas, embora ainda não possua um lugar específico para a sede que funciona provisoriamente num espaço cedido pela igreja local.

A doação da terra para a população de Mato do Tição não significa, no entanto, que os quilombolas alcançaram a plenitude de seus direitos sociais e políticos já no final da Monarquia. A própria história da composição do seu território mostra a interferência do olhar da população sob os quilombolas, ao nomearem "Mato do Tição". Originária do latim tardio, no sentido dicionarizado, "tição" designa tanto um pedaço de lenha acesa, como figura a cor preta e a raça negra ou pessoa muito morena. [297] Esse termo foi usado pela população local para designar o espaço habitado

---

* * Graduação em Letras e mestrado em Teoria da Literatura pela UFMG.

* * Graduação em História pela PUC MG.

297 Cf. Dicionário Aurélio.

pelos quilombolas que acendiam tições na mata em noites frias e escuras, iluminando o seu caminho nas trilhas locais. O "tição" é uma metáfora que parece indicar o conflito étnico vivenciado pelos moradores do quilombo ao se relacionarem com a população do entorno.

Com a demanda de políticas públicas voltadas para os afro-descendentes, torna-se necessário acrescentar à identidade gerada pelo nome do local onde habitam, a expressão "comunidade quilombola", que leva os seus integrantes, ao assumirem a sua origem étnica baseada num conflito histórico, a resguardarem os seus direitos garantidos pela legislação atual. Originário do dialeto africano banto, o termo "quilombo" ou "calhambo" significa "acampamento" ou "fortaleza", "casa" ou "refúgio", acrescentando a essas populações a ideia de resistência ao opressor.[298]

Associando a significação da palavra quilombo aos conceitos de espaço e arquivo, dada a necessidade dessas populações usarem a sua identidade étnica para resguardarem seu direito à terra, além dos direitos a valorização de sua cultura que se expandem na esfera da educação, articularemos à pesquisa em história oral, recolhendo o depoimento de gerações quilombolas, o conceito de arquivo proposto por Jacques Derrida. Nessa concepção de arquivo, a família ou Estado assumem a posição de arconte, figura responsável pela guarda dos arquivos. O arquivo se localiza numa "domiciliação" que pode se transferir do domínio particular para o público. Derrida, no entanto, concentra-se no estudo de documentos escritos, mas, conforme foi exposto no início, abordaremos tanto a escrita documental da legislação que defende os direitos dos quilombolas, como o depoimento desses sujeitos históricos, colhidos de acordo com a metodologia da história oral.

Se considerarmos que as leis formam o texto constitucional a partir de reivindicações e tensões dos sujeitos sócio-históricos, é possível identificar o Estado, que compõe e organiza o texto constitucional, como arconte que organiza uma legislação de fundo histórico. Embora a Constituição indique que o arconte estatal se mobiliza no sentido de estabelecer normas que defendam a cultura e o direito de propriedade, observa-se, no contraste com os depoimentos quilombolas, a lentidão para se efetivar o registro permanente da terra.

Com base nessas observações, usaremos o conceito de arquivo para contrastar a legislação que defende direitos quilombolas aos depoimentos dessas populações elevando a fala à condição de documento. A ameaça de esquecimento das tradições e a história de sua identidade conduzem ao risco de não se identificarem como sujeitos de direito, citados na legislação que os defende sob a condição de se auto-determinarem como "comunidade quilombola". Com base no argumento de Sampaio, que identifica a existência de um "território étnico" nas delimitações das propriedades quilombolas, é possível observar como os habitantes do quilombo "Mato do Tição" resistem ao esquecimento de sua cultura nos espaços públicos de seu entorno. O antropólogo José Augusto Laranjeiras Sampaio observa que a questão agrária das comunidades remanescentes de quilombos articula o jurídico à antropologia na composição do sujeito de direito definido como quilombola.

Em 1988, através do artigo 68, a Constituição Federal especifica o que são as "comunidades remanescentes dos quilombos", além de reinstituir a categoria jurídico-legal de quilombo no texto constitucional. Segundo Sampaio, esse artigo cria uma modalidade de regularização fundiária de territórios ocupados pelas comunidades negras sob a "perspectiva das "políticas de reparação" e das "ações afirmativas" que se têm consolidado décadas seguintes como foco das políticas de orientação étnico-racial"[299]

Além desse artigo, Sampaio observa que o Decreto 4883 estabelece critérios de "auto-atribuição" para definir quais são as comunidades beneficiadas. O artigo 2º desse decreto define comunidades remanescentes dos quilombos como grupos étnico-raciais com trajetória histórica e relações territoriais específicas, com ancestralidade negra

---

298 Cf. CEDEFES, 2008. p. 41.

299 SAMPAIO, 2008, p. 18.

relacionada à opressão histórica. Segundo Sampaio, para regularizar a sua situação fundiária, a comunidade quilombola deve, em primeiro lugar, definir-se ou se auto-atribuir como uma comunidade remanescente do quilombo.

À questão territorial, acrescenta-se desdobramentos legais na educação com a lei 9394, de 20 de dezembro de 1996, que inclui o elemento afro-descendente na LDB. A lei 9394 dá obrigatoriedade ao ensino de História e Cultura Afro-Brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares. Seu conteúdo programático apresenta como tópicos o estudo da História da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional. Em 2003, alterou-se a lei 9394, agora intitulada como lei 10639, incluindo-lhe o artigo 79-B que instituiu o dia 20 de novembro como "Dia Nacional da Consciência Negra"[300] no calendário escolar.

Nilce de Siqueira retoma essas questões ao se mostrar consciente da necessidade legal de valorização da cultura quilombola. Além de relatar como se inicia a composição da comunidade com seus primeiros descendentes dos Siqueiras, Nilce analisa de forma pertinente como ainda ocorre a segregação da comunidade quilombola, além de revelar suas formas de resistência. Seu filho Lindomar complementa o discurso da mãe na defesa da cultura e dos direitos dos habitantes de "Mato do Tição. Complementando o discurso de vigília cultural do povoado, apresentamos os depoimentos dos jovens quilombolas.

No início da entrevista, Nilce comenta sobre as festas mais marcantes da sua comunidade, como a Festa de Santa Cruz, no dia 2 de maio, a Festa de São João, nos dias 23 e 24 de junho, e a Folia de Rei, em 25 de dezembro. Essas festas são tão importantes que a comunidade nunca lhes altera as suas datas. Comemoram também o dia de São Benedito em 7 de julho, cuja data é alterada caso coincida com a segunda-feira.

A Festa de Santa Cruz se mantém seguindo as tradições com a reza na cruz e a caminhada até o ponto alto da comunidade, no cruzeiro. Fazem orações uma ou duas horas da manhã com o retorno dos fieis às casas para realizarem orações coletivas. Cada morador deve enfeitar sua cruz antes da visita, nos dias 2 e 3 de maio. Segundo Nilce Siqueira, a cruz, além de proteger os terreiros do demônio, que passaria longe das casas, contém o significado de que "Jesus morreu na cruz para salvar a humanidade". Quando os moradores envolvidos nessa procissão passam na última casa, fazem pedidos para alcançarem graças durante o ano.

Durante os dias das comemorações, rezam-se as ladainhas e as Salve Rainhas na capela de Mato do Tição até o dia 31 de maio e, no dia das mães, realizam a coroação nesse mesmo local. Para Siqueira aconteceram muitas modificações no mês de maio, pois a religiosidade da comunidade abarca atualmente o elemento evangélico que não participa de algumas festividades, embora convivam numa relação de tolerância religiosa.

Ao comentar sobre a Festa de São João, Nilce de Siqueira identifica a falta de respeito dos jovens aos rituais de fé que envolvem essa comemoração. Os jovens quilombolas teriam fé, mas não da mesma forma que as gerações antigas. Já alguns jovens "de fora", não respeitam os ritos de fé que envolvem a festividade. Se, para a população quilombola, o rito de se passar nas brasas da fogueira junina é um risco que envolve a fé de quem realiza essa ação, para os "turistas", parece um desafio às limitações do corpo, como se um ritual fosse transformado numa partida de futebol, com a torcida de "turistas" assistindo ao evento, de forma extremamente desrespeitosa, como se percebe no depoimento de Nilce de Siqueira:

> *Tem que ter é muita tenção o que passa na brasa, não é por brincadeira que se passa na brasa. Cada um tem sua tenção, porque está passando na brasa, aquela fé. E o povo hoje mistura. Os de fora vê os da comunidade passando e está interpretando errado. Então, aquela hora que entra no fogo é a tenção com Deus com a fé, e eles ficam vaiando: vai queimar, vai queimar,vai queimar. A pessoa desconcentra.*

---

300 Cf. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm

Passar na fogueira equivaleria, segundo Siqueira, ao testemunho de que o pedido foi alcançado e à comprovação da dívida paga pelo fiel ao São João. Nilce supõe que os "de fora" pensam que os moradores de Mato do Tição passam nas brasas para "aparecer", mas isso ocorre porque não conhecem as nuances do sincretismo religioso que envolve a festa de São João.

No princípio, famílias passavam com suas crianças sobre as brasas, com poucas pessoas como testemunha do ritual junino. Atualmente, algumas mães da comunidade têm receio de deixarem suas crianças passarem, mas, em compensação, a festividade apresenta um público maior, interferindo na organização da festa. No mês de junho, levantam-se respectivamente as bandeiras de Santo Antônio, de São João e de São Pedro. As festividades de junho terminam assinaladas pela bandeira de São Pedro.

A festa de Nossa Senhora do Rosário, realizada na Igreja de Jaboticatubas, acontece em setembro e envolve as pessoas da comunidade de Mato do Tição e os moradores do município, sendo possível selecionar o Rei e a Rainha da festa entre os negros que habitam essas regiões. Nessa festa, há respeito por parte da população, mas Nilce lembra também que os jovens têm pouco tempo para se dedicar à festividade. A Folia de Reis está se esvaziando dos jovens pelo mesmo motivo citado no caso da festa do Rosário, conforme relata Nilce: "antes ninguém na comunidade não era empregada, onde passamos muita dificuldade, muita barreira de pobreza demais, pois nesse tempo não eram empregados." A pobreza afastou muitos moradores do quilombo, que procuraram recursos e empregos em outras cidades, incluindo um nível melhor de escolaridade, conforme nos mostra o depoimento de Nilce:

> *Muitos saíram para aprender a ler. Aqui era um analfabetismo. O único que sabia a ler e escrever era o meu pai. Ele foi criado com padre, ele estudou. Ele pelejava com o pessoal para aprender a fazer o nome. A escola era muito difícil. Muitos saíram e não voltaram, arrumaram emprego.*

Ao se recordar dos que se foram, Nilce explica a origem da população do quilombo, representada na figura de sua tia Constantina, cuja família veio da África, sendo usada como objeto de troca pelos senhores de escravos: "o senhor comprava e depois vendia, trocava por animal, por galinha e trocava por tudo". A tia lhe contava que eles vieram por terra até a Serra do Cipó, onde ficaram na fazenda para depois serem libertados em 1888. O espaço doado como terra do quilombo parecia uma "mata de índio", onde se poderia encontrar até mesmo animais como onça e lobo. Na interpretação de Nilce, a doação não foi paternalismo de coronel, mas mera vingança: "O senhor achou um desaforo ficar sem escravos e fez covardia com eles e mandaram eles pra essa mata, deram esse pedaço de terra pra eles. Então, o que eles fizeram? Fizeram rancho de capim e ficaram morando dentro da mata." Siqueira define a doação de terras usando a palavra "covardia", pois a terra não apresentava condições de abrigar os ex-escravos, que não portavam nem ao menos uma "lamparina" para lhes iluminar o caminho, restando-lhes apenas pôr fogo em lenha para conseguirem luz.

Nilce finaliza a entrevista relatando as dificuldades iniciais do quilombo, que foram superadas aos poucos pelos seus moradores. O problema é que ainda faltam muitas conquistas, principalmente para os jovens. Como figura forte da comunidade, Nilce percebe como o preconceito circula nos espaços públicos que envolvem o quilombo. Seu pai foi alfabetizado por padres e era uma figura de destaque na comunidade. Nilce percebe as exclusões do sistema escolar ao relatar a sua experiência como mãe de Lindomar, que chegou a cursar o segundo grau. A mãe ensinou ao filho a suportar o preconceito racial presente no ambiente escolar, mas ela conta que muitas crianças da comunidade se sentiam ou ainda se sentem "complexadas" por serem negras ou fazerem parte de Mato do Tição. Segundo Nilce, a escola no modelo antigo seria a mais culpada de atualmente alguns moradores da comunidade viverem "complexados". Ela conta que sua prima quis fazer a Escola Normal, mas, ao ouvir da diretora que o "colégio era muito pra ela", voltou chorando para casa. Por sorte, o pai da garota questionou o ocorrido com o também diretor Leônidas Marques que a matriculou. Nilce conta que até hoje a prima tem o sentimento de que todos os conflitos apresentam motivações étnicas.

Essa percepção das limitações do espaço escolar também se encontra presente no discurso de Lindomar, que é presidente da Associação Quilombola de Mato do Tição, além de trabalhar como músico. Lindomar se mobiliza,

através da associação, em buscar políticas públicas que beneficiem o povoado. Conhece as leis que favorecem a sua comunidade e os órgãos – INCRA e Fundação Cultural Palmares - que atuam em beneficio da questão agrária dos povos remanescentes de quilombos.

Segundo Lindomar, a comunidade quilombola de Mato do Tição recebeu um certificado pela Fundação Cultural Palmares com a finalidade de não perder suas terras para os fazendeiros. A área do quilombo seria, na realidade, de 25 hectares de terra, mesmo que ocupem apenas 12000 metros. As terras da área original e o título de propriedade estão sendo reivindicados com o apoio da Fundação Cultural Palmares, sendo que a população quilombola deseja comprovar, junto ao INCRA, que trata-se de uma terra destinada ao cultivo auto-sustentável.

Lindomar conta algumas curiosas histórias de antigos moradores da sua comunidade, que nos fazem identificar quais são os seus objetos de valor. Sua bisavó, figura central na história da comunidade, fabricou um tambô que tem 180 anos. Esse instrumento musical, guardado na casa de Dona Divina, é usado nas festas religiosas de levantamento de bandeira e nas festas sagradas da comunidade.

Das festividades, Lindomar destaca o envolvimento da família Siqueira na festa principal que é o São João. Antes do sol nascer, os habitantes do quilombo fazem o candombe que inclui a dança e o toque de tambores realizados até duas e meia da manhã. O tambô que acompanha o candombe compõe o patrimônio cultural da família Siqueira: "A gente tem o maior respeito, ele, para nós, é tudo, o que restou da minha bisavó, eu acho assim, nós carregamos com muito amor e carinho para estar fazendo as festas religiosas."

Para manter as tradições da festa de São João, Lindomar procura estabelecer junto com a comunidade regras que permitam o acesso do evento aos visitantes. Não se trata de restringir a festa apenas aos integrantes da comunidade quilombola, mas Lindomar propõe que se conscientizem os visitantes. Para minimizar as interferências indevidas na festa de São João, há também a possibilidade de se separar, usando uma corda limite, os visitantes dos participantes que atravessam a as brasas da fogueira.

O depoimento de Lindomar delineia a voz de um sujeito histórico que procura defender os direitos de sua comunidade reconhecendo a importância da preservação das tradições e identidade quilombolas. O uso de uma boa argumentação no seu discurso que faz constante referência às leis que defendem os quilombolas mostra um preparo iniciado tanto ao ouvir os depoimentos da geração antiga, como ao vivenciar e incorporar as estratégias e os conteúdos do espaço escolar, pois Lindomar chegou a cursar o segundo grau. No trecho abaixo, Lindomar nos conta porque resolveu se dedicar à organização da comunidade:

> *O que fez mais eu entrar nessa luta social mesmo, foi porque eu ouvi muito dos mais velhos aqui eles, falando , o meu filho , quando eu fui entrar, para mim poder trabalhar nessa questão social da comunidade, eu falei, gente, é uma causa que eu vou abraçar ela, e vou até o fim. [...] eu estudei tive oportunidade de concluir o 2º grau e eu consegui concluir e aprendi muita coisa,aí eu falei vamos implantar isso dentro do nosso povo, nós vamos buscar políticas públicas. Até então em 1986 começou a ter alguma conquista de políticas públicas trazendo alguma aqui para o Mato do Tição e nós aqui dentro da sede do município, nós, os mais velhos, eles iam ao distrito, mas não iam na sede de tanto medo que eles tinham.*

Atualmente Lindomar acompanha a escolarização de seu filho na Escola Arco Verde, que apresentou um projeto envolvendo a cultura quilombola, a música do candombe. Lindomar faria uma apresentação de candombe na escola com o apoio da direção. Há oito anos os professores de História da escola realizam projetos pedagógicos que incluem visitas e pesquisas na comunidade de Mato do Tição. Segundo Lindomar, esse trabalho desenvolvido na escola aumentou a aceitação da cultura quilombola entre os discentes do município de Jaboticatubas.

Por fim, embora os depoimentos dos jovens quilombolas sejam de poucas linhas, o que fica registrado nas informações de E. e F. é que ainda participam e respeitam as tradições. A música do candombe é essencial na manutenção das tradições quilombolas. Os jovens sabem manejar o tambô e alguns deles ainda têm a coragem de

passar nas brasas da festa de São João. Embora ouça axé e outras músicas tocadas na rádio local, F. passa nas brasas da fogueira desde os onze anos, além de participar das outras festas que fazem parte do calendário cultural de Mato do Tição. Sob os olhos atentos da matriarca Divina, F. apresenta um depoimento que confirma a possibilidade de preservação das tradições culturais dos Siqueiras, mesmo sendo exposto à influência da cultura de massa. Mesmo no depoimento de E., que diz ter receio de caminhar sobre as brasas, encontramos a definição de que ser quilombola significa fazer parte de uma cultura.

Os depoimentos dos garotos quilombolas indicam que há um trabalho de resistência por parte de integrantes da comunidade quilombola de Mato do Tição que têm consciência do valor patrimonial de sua cultura. Desses representantes, destacamos a voz da matriarca Divina de Siqueira e de Nilce de Siqueira, além de outras pessoas que compõem a antiga geração, cuja função é atuarem como arcontes (guardiões) que repassam, através da oralidade, a história de seu povo. Além dessas narrativas, o tambô é um objeto de valor histórico e artístico que funciona como documento de resistência cultural dos quilombolas de Mato do Tição.

Consciente dessa importância, pois a auto-determinação dos moradores como quilombola é o fator que propicia a defesa de direitos jurídicos e antropológicos estabelecidos pelas leis citadas, Lindomar busca as políticas públicas em defesa da efetivação do direito de posse da terra quilombola para os integrantes de Mato do Tição. À questão territorial, acrescentamos o direito à educação e a necessidade de se reconhecer a cultura dos jovens quilombolas em todas as escolas de Jaboticatubas. Ao caracterizar alguns integrantes da comunidade como "complexados", o discurso de Nilce de Siqueira indica que o afastamento da escola e a incorporação de estigmas por essas pessoas foram consequências da ausência de uma legislação que abordasse de forma consistente os conflitos étnicos no espaço escolar.

Referências bibliográficas:

BRASIL. Presidência da República. DECRETO 4883, de 20 DE NOVEMBRO de 2003. *Diário Oficial da União*, abr. 2003.

BRASIL. Presidência da República. LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm> Acesso em 1 de junho. 2011.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO ELOY FERREIRA DA SILVA. *Comunidades quilombolas de Minas Gerais no séc. XXI*: história e resistência. Belo Horizonte: Autêntica; CEDEFES, 2008. p. 41.

DERRIDA, Jacques. Mal de arquivo: uma impressão freudiana. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

SAMPAIO, José Augusto Laranjeiras. Terras de quilombo: direito territorial etnicamente diferenciado, reparação histórica e reforma agrária. In: CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO ELOY FERREIRA DA SILVA. *Comunidades quilombolas de Minas Gerais no séc. XXI*: história e resistência. Belo Horizonte: Autêntica; CEDEFES, 2008. p. 17-24.

JUVENTUDE, GÊNERO E CRIMINALIDADE: REFLEXÕES A PARTIR DA HISTÓRIA ORAL DE VIDA DE MENINAS EM CONFLITO COM A LEI NA CIDADE DE Ponta Grossa – PR

Ana Paula Maciel Soukef Mendes*

Solange Aparecida Barbosa de Moraes Barros*

HISTÓRIA ORAL EM DEBATE

"Caminhante, são teus rastros o caminho, e nada mais; caminhante, não há caminho,

faz-se o caminho ao andar"

As palavras do poeta espanhol António Machado podem ser compreendidas como o próprio trajeto da pesquisa em História Oral. Trabalhar com narrativas orais é trabalhar com o imprevisível, o inusitado, o não-dito, enfim, tudo o que é humano. O caminho da pesquisa em História Oral nunca está dado, pronto e acabado, mas está em eterna construção; construção de significados, construção de tramas entre falas que se cruzam e construção de identidades. Este tópico pretender aprofundar o debate sobre História Oral.

É difícil determinar exatamente quando a História Oral nasce. As diferentes sociedades, desde o início, e principalmente antes da ascensão da escrita, são marcadas pela tradição oral. Sabe-se, por exemplo, que grandes narrativas ocidentais, como a *Ilíada* e a *Odisséia*, têm sua origem na oralidade. Segundo MEIHY (2007) os primeiros registros de relatos pessoais nascem na China há mais de três mil anos. A prática de registro de histórias transmitidas oralmente, nas diferentes sociedades, servia não apenas como forma de conhecimento, mas também para normatização de comportamentos e como estratégia de dominação. Desde há muito tempo a palavra escrita e a palavra dita recebem valorações diferentes. Desde a antiga sociedade egípcia, como aponta MEIHY (2007), a palavra escrita era valorizada em detrimento do oral. Durante a Idade Média a distância que se estabelece entre o falado e o escrito é ainda maior. Para MEIHY (2007, p. 94) "a hegemonia do saber escrito pelos chamados escribas [...] decretaram uma espécie de polarização dos dois códigos". Resulta disso uma descrença na oralidade, um sentimento reforçado pelas primeiras universidades e pelo processo de letramento da sociedade. A sociedade contemporânea carrega, sem dúvida, as marcas de uma história de primazia do escrito sobre o oral, tanto que muitos pesquisadores ainda hoje desacreditam da oralidade como fonte possível de pesquisa e produção do conhecimento.

Essa discussão é fundamental para a compreensão do que hoje denominamos História Oral. Não há como pensar a História Oral sem pensar em tradição oral. Porém, é necessário compreender que a história oral, como forma de produção do conhecimento histórico, tal como a conhecemos hoje, é recente. Como aponta MEIHY (2005), foi depois da Segunda Guerra Mundial que a História Oral se armou de métodos e critérios que a diferenciam de outras

* Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Jornalista e mestranda em Ciências Sociais. Agência Financiadora: Fundação Araucária.

* Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Doutora em Serviço Social e professora adjunta da UEPG.

formas de pesquisa. Para MEIHY (2005) a moderna História Oral surge em 1948 na Universidade de Columbia, em Nova York, pelas mãos de Allan Nevins, que organizou um arquivo e oficializou o termo. Os avanços tecnológicos da época foram utilizados como forma de resgatar experiências e dar visibilidade principalmente às histórias da guerra.

JOUTARD (1995) fala de três gerações da História Oral. A primeira, nos anos 50, período em que historiadores norte-americanos empenham-se em recolher material para os historiadores futuros. De início, preocupam-se apenas com os homens notáveis. A segunda geração, nos anos 60, surge em meio ao clima de mudanças promovidas pelos movimentos sociais. Segundo JOUTARD (1995, p. 45), "não mais se trata apenas de uma simples fonte complementar do material escrito, e sim "de uma outra história" [...] que valoriza os vencidos, os marginais e as diversas minorias, operários, negros, mulheres". A partir de 75, pode-se identificar uma terceira geração da História Oral, quando grupos começam a se constituir em diferentes países. Surgem neste período revistas, associações e eventos/colóquios (nacionais e internacionais) para discussão da História Oral. Este foi um período de reflexões epistemológicas e metodológicas sobre a produção do conhecimento histórico, os projetos ganham maior profissionalização e se passa a contestar a idéia de que a entrevista permite acessar diretamente a realidade. David Dunaway ainda fala de uma quarta geração da História Oral, na década de 90, influenciada pelos movimentos críticos pós-modernistas, que tem como principal marca a valorização da subjetividade.

A História Oral abarca diferentes definições e conceitos. Para MEIHY (2007) é essencial compreender que a História Oral não se reduz à realização de entrevistas. Para este autor, a História Oral é uma prática complexa, que integra diferentes etapas e procedimentos, que vão desde a elaboração de um projeto de pesquisa, ao planejamento, execução e transcrição/transcriação das entrevistas, sem esquecer a autorização para o uso das falas. Em História Oral a palavra não existe como uma ação isolada. Os gestos, os risos, os silêncios e as expressões faciais são de fundamental importância.

Para MEIHY (2007) a História Oral não pode ser pensada exclusivamente para tapar buracos ou lacunas deixadas pelos documentos. A História Oral possui uma dinâmica própria, revela e constrói uma forma diferenciada de História, reconhecendo a importância da subjetividade, percepções e experiências dos indivíduos. Desde seu nascimento, a História Oral sofre críticas. A visão rankeana histórica dominante a classifica como uma segunda opção, ou seja, apenas deve ser usada quando não existirem disponíveis fontes oficiais, escritas. Para PRINS (1994) a relação entre as fontes escritas e orais é vista por historiadores tradicionais como a relação entre a prima-dona e sua substituta na ópera. Na falta da primeira, a segunda sobe ao palco. Para Prins a relação não deve ser esta. "As fontes orais corrigem as outras perspectivas, assim como as outras perspectivas as corrigem" (1994, p. 166).

GUARINELLO (1998) em sua "Breve arqueologia da história oral" defende que ela é inevitavelmente uma zona de fronteira, entre a academia e o mundo real, entre a memória cientificamente produzida dos historiadores e as memórias individuais, no que elas têm de pessoal e coletivo. Comparando o trabalho do arqueólogo ao do oralista, o autor diz que enquanto o arqueólogo trabalha com vestígios dados, fixos, os oralistas trabalham com vestígios fluídos, e em grande parte são responsáveis pela produção dos próprios vestígios, são co-autores. A História Oral não se debruça sobre arquivos mortos, mas sim sobre memórias vivas, dinâmicas, humanas e confusas, e para a maior parte dos defensores da História Oral, essa subjetividade é o que há de mais fascinante, inovador e encantador.

GUARINELLO (1998) acredita que outro fascinante aspecto da História Oral é que o universo vestigial é infinito, inesgotável, renovável e recriável a cada geração. Um risco apontado pelo autor no processo de História Oral é o da fragmentação e do particularismo. Porém, para ele, os oralistas "têm-se mostrado capazes de criar problemáticas coletivas e de estabelecer linhas de diálogo entre si e com outros especialistas" (GUARINELLO, 1998, p. 65).

LOZANO (1994, p. 16) define a História Oral como "um espaço de contato e influência interdisciplinares [...] com ênfase nos fenômenos e eventos que permitam, através da oralidade, oferecer interpretações qualitativas de processos histórico-sociais".

HISTÓRIA ORAL E HISTÓRIA DAS MULHERES

"No teatro da memória,

as mulheres são uma leve sombra”

(Michelle Perrot)

É preciso reconhecer a existência de uma profunda ligação entre a história oral e a história das mulheres. SALVATICI (2005) defende que desde o início a história oral e a história das mulheres têm apresentado significativas proximidades. Ambas foram amplamente disseminadas pelos movimentos sociais e políticos dos fins dos anos 60, e partem da idéia de resgate de uma história oculta. Ambas atuam na perspectiva de inserção de novas vozes na História. Pode-se pensar estes movimentos como “crescendo juntos”. De acordo com SALVATICI (2005), o objetivo político do movimento feminista era dar valor e visibilidade às experiências femininas, e a história oral forneceu um caminho teórico e metodológico para isso.

A história oral de mulheres permitiu e continua a permitir a produção de um novo material histórico, a partir de novas perspectivas, valorizando e dando visibilidade às experiências femininas, escassas na história tradicional. A simbiose entre a história oral e a história das mulheres, desde o início tão próximas, se tornou mais complexa a partir dos anos 80.

> *O reconhecimento da pluralidade foi (e ainda é) um alerta aos pesquisadores contra quaisquer assertivas abrangentes nas relações entre gênero e memória; isso, de certa forma, fragmentou a simples celebração de narrativas orais de mulheres que caracterizou os anos 1970. O conceito de pluralidade destacou a possibilidade de haver diferenças fundamentais em estruturas de gênero entre classes sociais, grupos étnicos, ocupações, religiões, regiões, ou nações. O que era considerado “a voz das mulheres” transformou-se em plural: narrativas femininas [...] (SALVATICI, 2005, p.32).*

Outra importante pesquisadora que traça significantes relações entre a história oral e a história das mulheres é Margareth Rago. Em um importante trabalho, RAGO (2002) usa a história oral para resgatar as memórias de Luci Fabri, militante italiana anarquista, valorizando a subjetividade e as percepções da militante.

> *O contato com essa senhora erudita e reflexiva, profundamente aberta à vida, fez-me inevitavelmente pensar na utilidade da história, na importância da preservação da memória, sobretudo daquela silenciada pelos jogos de poder e, mais ainda, levou-me a valorizar os aportes da história oral (RAGO, 2002, p. 32).*

A autora ainda enfatiza que a possibilidade despertada pela história oral através das narrativas (as cores, os cheiros e as emoções que o texto permite) são possibilidades que dificilmente se encontram nos textos históricos tradicionais, já que a maior parte deles insiste em uma pretensa objetividade histórica. Nesta mesma direção, a história das mulheres rompe com a dimensão masculina/falocêntrica predominante nas narrativas, despertando assim novas sensações e percepções da História.

Não apenas a história oral é utilizada como meio de valorizar as experiências femininas. Principalmente a partir dos anos 60 vários historiadores vão voltar a atenção para documentos antes considerados sem relevância histórica, entre eles as cartas, os diários, as anotações cotidianas. A historiadora francesa Michelle Perrot, em seu belíssimo trabalho com cartas e diários femininos, vem romper com o que chama de “um oceano de silêncio”. De acordo com PERROT (2005, p. 09) para as mulheres “o silêncio é um mandamento reiterado através dos séculos pelas religiões, pelos sistemas políticos e pelos manuais de comportamento”. Em seus estudos Perrot debruça-se sobre os

arquivos privados, já que os grandes arquivos públicos centram sua atenção sobre os homens e o pouco que se diz sobre a mulher não foge ao que foi denunciado por Simone de Beauvoir em 1949 ("toda a história das mulheres foi feita pelos homens"). PERROT (2005) acredita que o desenvolvimento da história oral, e a prática de valorização das narrativas femininas no século XX, é de certa maneira uma revanche das mulheres.

A HISTÓRIA E AS HISTÓRIAS

Quando se fala em narrativas femininas é importante reconhecer a existência de certas lacunas deixadas pela História, principalmente no que se refere à história de mulheres marginalizadas em sua sociedade. Este trabalho, a partir do reconhecimento da importância dos relatos de vidas femininas, procura trazer para o centro da discussão as experiências de meninas inseridas no programa sócio-educativo PEMSE, na cidade de Ponta Grossa – PR.

O Programa de Execução de Medidas Sócio Educativas em Meio Aberto de Ponta Grossa (PEMSE) é um programa de cooperação entre a Secretaria Municipal de Assistência Social, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e o Juízo da Vara da Infância e Juventude de Ponta Grossa. O PEMSE foi implantado no município em 2003, com objetivo de fornecer maior estrutura no atendimento aos adolescentes autores de atos infracionais, em conformidade com o que prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O PEMSE conta atualmente com um total de 457 adolescentes (dados referentes ao mês de Maio/2011), sendo 381 do sexo masculino e 76 do sexo feminino.

A existência de um número bem maior de meninos na instituição evidencia uma questão relevante no âmbito do gênero. Os números da criminalidade juvenil feminina em Ponta Grossa são bem menores que os números da criminalidade juvenil masculina. Essas estatísticas nos levam a refletir sobre a existência de papéis sexuais diferenciados entre homens e mulheres e sobre a construção social do gênero. Para MINAYO (2005, p. 24) a questão da violência está atravessada pelo gênero. Nas palavras da autora: "Na visão arraigada no patriarcalismo, o masculino é ritualizado como o lugar da ação, da decisão, da chefia [...] o masculino é investigo significativamente com a posição social (naturalizada) de agente do poder da violência". Ou seja, para a autora há uma relação direta entre as concepções vigentes de masculinidade e o exercício do domínio de pessoas, das guerras e das conquistas, o masculino é o lugar permitido para o exercício da violência. Já para as mulheres cabe um papel atribuído de docilidade e cuidado, cuidado com a casa, a família etc.

Para a construção desta pesquisa foram trabalhadas as histórias de vida de seis meninas, e todas elas, de alguma forma, evidenciam a construção social dos papéis de gênero. Alice[301], 17 anos, em cumprimento de medida sócio-educativa por agredir fisicamente uma colega de escola, em vários momentos de sua fala traz à tona a questão de gênero:

Pra falar a verdade a minha infância foi de um jeito que eu não queria que fosse. Primeiro eu fui abandonada pelo meu pai, eu ainda nem tinha nascido. Minha mãe estava grávida quando ele nos deixou [...] porque ele sempre quis piá, nunca quis menina.

Às vezes alguém chega e fala assim pra mim: "ai você, uma menina tão bonita ficar brigando, não faça assim". Mas sei lá...

---

301 Nome Fictício

Eu não vou deixar minha casa por causa de namorado, que nem minha irmã, casou, descasou, só sofrimento. Prefiro mesmo ficar aqui, porque aqui eu sei que eu tenho de tudo, a hora que eu precisar eu tenho. Eu não quero casar não, até tô pensando bem antes de arrumar namorado [risos]. [...] Eu não saio da minha casa se for pra apanhar de homem. Isso pode ter certeza.

Outra questão importante revelada nas falas das meninas refere-se à construção social da adolescência e da juventude. Pesquisar o mundo juvenil é, por inúmeros fatores, adentrar em um cenário plural e multifacetado, a começar pela indefinição sobre o que é ser jovem. No artigo "Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais", os autores Helena Virgínia de Freitas e Oscar Dávila León refletem sobre as relações e indefinições existentes entre os termos adolescência e juventude. Para eles, o uso destes termos ora se superpõem, ora constituem campos distintos. A definição de juventude pode ser feita a partir de diferentes pontos de partida, seja como faixa etária, período da vida, contingente populacional, categoria social ou geração. Todas, porém, se referem a uma fase entre a infância e a maturidade.

De acordo com os autores, a concepção sociológica clássica marca o fim da juventude a partir de cinco dimensões: terminar os estudos, sair da casa dos pais e tornar-se responsável por uma moradia, casar e ter filhos. Porém essas condições devem ser relativizadas e não bastam para caracterizar este estágio da vida. Há de se levar em conta a coexistência de características tanto da fase adulta como da infância no período da juventude. Há uma tendência, a partir de critérios estabelecidos pelas Nações Unidas, de considerar a juventude como a faixa etária que vai dos 15 aos 24 anos. Mas, como defende o artigo, isto pode variar muito, de acordo com cada jovem e em cada país. O preparo psicológico, as peculiaridades do mundo juvenil, as relações sociais e outras especificidades devem ser levadas em conta nesta definição. A questão etária é muito restrita quando se vai a fundo ao significado do que é ser jovem, como evidenciam os autores:

> *Um jovem de uma zona rural não tem a mesma significação etária que um jovem da cidade, como tampouco os setores marginalizados e as classes de altos ingressos econômicos. Por esta razão, não se pode estabelecer um critério de idade universal que seja válido para todos os sectores e todas as épocas: a idade se transforma somente em um referente demográfico (ABRAMO;LEÓN, 2005, p. 13).*

Para além da indefinição etária, o mundo juvenil também se mostra complexo quando se busca compreender as características da juventude. Em seu artigo "O jovem como sujeito social", Juarez Tarcisio Dayrell mostra que existe uma série de formas de interpretar este período da vida. Segundo o autor, uma das concepções mais arraigadas no imaginário social é a de que a juventude pode ser vista em sua condição de transitoriedade, na qual o jovem é entendido como alguém que ainda não chegou a ser, e suas ações no presente são apenas uma preparação para a maturidade. Para Dayrell, esta é uma visão extremamente simplista e marcada por negatividade. Outra óptica tradicional para se entender a juventude é a idéia de uma fase de liberdade, prazer e comportamentos exóticos, caracterizando-se como uma visão romântica desta etapa da vida. Esta concepção traz a idéia de hedonismo e irresponsabilidade. Neste contexto, também há outras tendências, como a que percebe o jovem reduzido ao campo da cultura ou como um momento de crise, dominado por conflitos internos e problemas familiares.

Fugindo das concepções clássicas e rígidas, Dayrell defende que a juventude deve ser vista a partir da diversidade. De modo algum a juventude se reduz a uma simples passagem para a vida adulta. Esta fase assume uma importância enquanto fase real. Tendo isto em vista, o autor defende que ao invés de 'juventude', devemos falar em 'juventudes'. Uma época marcada por transformações concretas e peculiaridades.

> *[...] entendemos a juventude como parte de um processo mais amplo de constituição de sujeitos, mas que tem suas especificidades que marcam a vida de cada um. A juventude constitui um momento determinado, mas que não se reduz a uma passagem, assumindo uma importância em si mesma. Todo esse processo é influenciado pelo meio social concreto no qual se desenvolve e pela qualidade das trocas que este proporciona [...] É nesse sentido que enfatizamos a noção de juventudes, no plural, para enfatizar a diversidade de modos de ser jovem existentes (DAYRELL , 2003, p. 24).*

Partindo desta concepção, Dayrell defende o jovem como um sujeito social, marcado por uma historicidade, portador de desejos e movido por desejos, com determinada origem familiar, com relações sociais e que ocupa um lugar social específico.

Essa pluralidade apontada por Dayrell está muito presente nas histórias de vida trabalhadas pela pesquisa. As meninas participantes têm entre 15 e 17 anos. Algumas delas se vêem como adultas, ao passo que outras se vêem como adolescentes. Estas diferenças devem ser percebidas como nuances provenientes das histórias e experiências pessoais. Algumas meninas foram lançadas à vida de mãe muito cedo, e tiveram (forçosamente ou não) a necessidade de construir uma mundo de responsabilidade, um mundo de cuidar do outro. Para algumas, isto é percebido como um fato natural e esperado, outras por sua vez revelam que não se sentiam (ou ainda não se sentem) aptas para a maternidade. Há ainda aquelas que questionam a própria naturalização da maternidade como uma necessidade feminina, e aí recomeçam as questões de gênero...

ALGUMAS CONCLUCÕES OU INQUIETAÇÕES

As falas trabalhadas nesta pesquisa revelam inúmeros aspectos sobre o ser mulher, ser mãe, ser jovem, ser marginalizada, ser esquecida. Este artigo procurou destacar a importância e o valor destes relatos, enfatizando a relevância da história oral de mulheres. Toda entrevista, e talvez este seja o maior dos encantos da história oral, pode ser olhada sob inúmeros e diferenciados aspectos. Este artigo procurou enfatizar dois deles: gênero e juventude, na tentativa de mostrar como essa relação se constrói no cotidiano, como apresenta nuances e como gênero e juventude devem ser compreendidos de maneira relacional.

Referências bibliográficas:

BURKE, Peter. **Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro**. In: A Escrita da História: novas perspectivas. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

CHIZZOTTI, Antonio. **História de Vida**. In: Pesquisa qualitativa em Ciências humanas e sociais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

DAYRELL, J. T. **O jovem como sujeito social**. Reunião Anual da ANPED, 25, 2002, Caxambu. Anais...Caxambu: ANPED, 2002. Disponível em: <http://www.anped.org.br>. Acesso em 10/09/2004.

FREITAS, M. V.(org). **Juventude e Adolescência no Brasil: referências conceituais**.Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/portal/index.php?option=com_booklibrary&task=view&catid=29&id=113&Itemid=124>. Acesso em 23/05/2009.

GUARINELLO, Norberto Luiz. **Breve arqueologia da história oral**. Revista História Oral, 1, 1998, p. 61-65. Disponível em: http://revista.historiaoral.org.br

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. São Paulo: Edições Loyola, 2005, 5 ed.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. **História oral: como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto, 2007.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Augusto & Lea: uma caso de (des)amor em tempos modernos**. São Paulo: Contexto, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Laços perigosos entre machismo e violência**. Ciência & Saúde Coletiva, 2005, vol. 10, n. 1, p. 23-26.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru: EDUSC, 2005.

PRINS, Gwyn. **História Oral**. In: A Escrita da História: novas perspectivas, Peter Burke (org). São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

RAGO, Margareth. **Audácia de sonhar: memória e subjetividade em Luce Fabri**. Revista de História Oral, 5, 2002, p. 29 – 44.

SALVATICI, Silvia. **Memórias de Gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres**. Revista de História Oral, v. 8, n. 1, p. 29 – 42, jan-jun 2005.

SANTOS, Andrea Paula dos. **Trajetória da história social e da nova história cultural: cultura, civilização e costumes no cotidiano do mundo do trabalho**. IX Simpósio Internacional Processo Civilizador, Tecnologia e Civilização, Ponta Grossa, Paraná, Brasil.

SHARPE, Jim. **A história vista de baixo**. In: A Escrita da História: novas perspectivas, Peter Burke (org). São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa e André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

Labirintos da Cidadania: identidade e luta por espaço nos bairros Baixa União, Triângulo e Santo Antônio em Porto Velho/RO.

Xênia de Castro Barbosa*

Maria Cristiane Pereira de Souza**

Em 28 de Janeiro de 2007 foi lançado o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), iniciativa do Governo Federal que prevê um conjunto de políticas econômicas de aceleração do crescimento econômico do Brasil, priorizando os setores de infra-estrututa, saneamento, habitação, transporte, energia e recursos hídricos.

O projeto prevê um investimento de mais de 500 bilhões de Reais, sendo que desse montante R$ 274,8 bilhões deverão ser investidos em Energia (geração, transmissão, petróleo, gás natural e combustíveis renováveis), R$ 170,8 bilhões serão investidos em Infra-Estrutura Social e Urbana (projetos habitacionais, saneamento básico, linhas de Metrô e programa Luz para Todos) e R$ 58,3 bilhões em logística (rodovias, ferrovias, portos, aeroportos, hidrovias e marinha mercante).

A região Norte do país é uma das que menos possui previsão de aplicação de recursos, como pode ser notado na tabela abaixo:

Fonte: www.brasil.gov.br/pac 2010.

Todavia, os impactos desses investimentos, ainda que modestos em comparação com os que tem sido realizados no Sul e Sudeste do país, começam a ser sentidos. Em Porto Velho, esses impactos causam conflitos que se reproduzem no espaço de formas diversificadas, gerando otimismos e resistências que podem ser representadas pelo binômio Tradição-Modernidade.

Entendemos que tais efeitos não são absolutos, mas relativos a fatores como classe social, nível de participação política, condição sócio-econômica, grau de escolaridade e ao aspecto que tradição e modernidade se mantêm em constante embate nos discursos e nas práticas sociais dos grupos com o quais nos relacionamos durante este estudo.

Essa pluralidade de posições dos discursos, características do tempo em que vivemos, é indicativa da necessidade de refletirmos sobre ele e os desafios que nos apresenta.

Modernidade e Tradição

Modernidade é aqui entendida como conjunto específico de experiências que vem sendo desenvolvidas e vivenciadas pelo menos desde o século XV. Nesse sentido, ser moderno significa:

> *(...) encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor – mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos. A experiência ambiental da modernidade anula todas as fronteiras geográficas e raciais, de classe e nacionalidade, de religião e de ideologia: nesse sentido, pode-se dizer que a modernidade une a espécie humana. Porém, é uma unidade paradoxal, uma unidade de desunidade: ela nos despeja a todos num turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, de*

> *ambigüidade e angústia. Ser moderno é fazer parte de um universo no qual, como disse Marx, 'tudo o que é sólido desmancha no ar'*(BERMAN, 1986).

O modo de vida identificado como moderno é originário da Europa e se espalhou pelos diversos continentes nos séculos XIX e XX, instaurando novos modelos de cidade, novas formas de concebê-la e vivenciá-la. É preciso destacar que como resultantes desse longo processo não temos apenas "artefatos curiosos" ou "facilitadores da vida moderna", mas novas relações sociais, novas relações entre capital e trabalho, novo modo de produção, e que para um grande número de pessoas esse processo de modernização não deixou suas vidas mais fáceis e nem ofereceu as condições necessárias para que pudessem desfrutar de modo completo (ou pelo menos, do modo desejável) de seus benefícios culturais (sejam eles materiais ou simbólicos).

A modernidade é um sonho cultivado de longa data, mas que ainda não se efetivou para todos, fato este que pode ser comprovado pela existência de milhões de pessoas em todo o mundo que estão apenas parcialmente inseridas na paisagem moderna - inseridas como seu refugo, elementos de sua contradição. Trabalhadores espoliados. Ribeirinhos, camponeses e citadinos em áreas de risco, em situação de deslocamento, de afirmação e reconstrução de identidade. Em luta por espaço, em busca de um "lugar sob a luz" e mesmo na busca da transformação desse cenário. O que vemos na televisão e nas estatísticas, e o que vemos quando andamos pelo cais do Porto Velho e seus bairros adjacentes, é uma das faces da modernidade que expõe, de modo emblemático, esse conflito entre tradição e modernidade. Entre o local e o global, estéticas especificas de determinados grupos, e estéticas universalizantes de urbanização.

Diante do impasse que as obras do PAC catalisam nos bairros Baixa União, Triângulo e Santo Antonio, em Porto Velho, três atitudes são constatadas: i) o apoio incondicional a ela, expresso em frases como "o que vier é lucro" e "assim caminha a humanidade"; ii) apoio condicional: "não somos contra a modernização, somos contra uma modernização que não inclua as pessoas"; iii) resistência e contrariedade, que se expressa em projetos de reinvenção da tradição, em manifestações saudosistas e elaboração de narrativas que recriam e pintam com novas cores um passado idealizado e práticas culturais contínuas, ou que pelo menos, deveriam permanecer vivas segundo certos entendimentos. Esse processo de urbanização que Porto Velho vem enfrentando não é diferente, no cerne, do enfrentado pela maioria das cidades na modernidade.

Tradição e modernidade costumam ser pensadas como categorias excludentes, opostas uma à outra, ou como fase, em que a segunda se sobrepõe e advém da primeira, em um movimento linear e evolucionista. Diante desse tipo de entendimento cristalizado, faz-se necessário historicizar. Sabe-se que essa modalidade de pensamento é perigosa e tem sido utilizada há séculos como forma de dominação dos que se consideram "modernos e civilizados" sobre os que são considerados "atrasados, tradicionais, bárbaros".

Entendemos que a tradição não se contrapõe necessariamente à modernidade e que as relações entre uma e outra são complexas e dinâmicas, compostas por continuidades e rupturas. A tradição pode anunciar aspectos do moderno tanto quanto a modernidade pode conservar ou reinventar a tradição. Desse modo, não postulamos a idéia de um antagonismo imediato entre as duas categorias, mas da presença de continuidades e da coexistência, ora harmoniosa, ora conflituosa, pautada em arranjos e superposições históricas. Não negamos a possibilidade da existência de rupturas radicais, mas apontamos para um comportamento que tende a recriar elementos do passado, a valorizar o que dele é interessante lembrar.

Para termos acesso a esses conteúdos da memória, nos utilizamos da metodologia da História Oral, de Observação Participante e de Análise de fontes impressas (jornais locais e panfletos produzidos pela Associação de Moradores do Triângulo e Baixa União). A partir da sistematização e leitura da documentação foi possível esboçar as considerações que se seguem.

Ao contrário do que se pensa, a tradição não é algo autônomo, existente *per si* e inscrita em um passado imemorial. Muitas delas são inventadas, recentes, formalmente institucionalizadas e apresentam objetivos ideológicos, legitimadores de determinadas posições e práticas sociais. (HOBSBAWN, 1997). Nesse diapasão, compreende-se por "tradição inventada"

> *um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente; uma continuidade com o passado. [...] Como as tradições estão diretamente ligadas ao passado, e é o passado consuetudinário ou não quem transmite o conteúdo simbólico da validade e legitimidade do que se quer impor, estabelecer, determinar e fixar como essencial torna-se necessário que toda nova tradição inventada utilize elementos antigos e de significado forte para o grupo ou comunidade onde ele vai ser imposto.* (HOBSBAWN: p. 9, 17, 1997).

As tradições vinculam-se de maneira direta à memória pessoal e coletiva e se constituem em um elo de identidade e de sentimento de pertença, ainda que estes sejam frutos de uma manobra ideológica. A invenção de tradições que vem sendo formulada por ribeirinhos e citadinos de Porto Velho residentes às margens do Rio Madeira, deve ser compreendida não como uma atitude premeditada de falseamento, mas exercício para a manutenção de uma identidade e formação de um grupo coeso, articulado na luta por seus direitos sociais e pelo respeito ao seu modo de vida. Modo de vida este que se liga ao espaço e ao lugar.

Como exemplo desse tipo de exercício, destacamos o seguinte texto:

> *Aracy Silva de Souza, filha de tradicional moradora – com filhos, netos e bisnetos do ex-ferroviário Francisco Moreira de Souza – recorda a condição do pai, "homem desbravador que veio para o ex-Território do Guaporé para ajudar a construir a EFMM.*
>
> *As famílias dali remetem os jovens de hoje ao tempo dos trilhos e da locomotiva Maria-fumaça (a lenha). O trem cortava o bairro. A famosa Festa Flor do Maracujá teve o seu início aqui, com as apresentações juninas no quintal da casa de Joventino Ferreira.* (CRUZ, Montezuma. *Famílias lutam para não sair de bairro histórico*. Jornal Gente de Opinião, 18/05/2010)

Esse exercício corresponde a um conjunto de práticas manifestadas em reuniões e encontros oficiais e extra-oficiais no qual são desenvolvidas narrativas (orais e escritas)[302] sobre um passado, vivenciado e/ou imaginado, em que se destacam valores, saberes e experiências considerados dignos de preservação e continuidade no tempo. Para os que aceitam fazer parte dessa comunidade discursiva, as regras são tácitas e o jogo simbólico, aceito, pois se as histórias contadas não são verdadeiras (míticas), o modo como são contadas é legítimo.

A invenção de uma tradição, assim como sua manutenção, não se dá apenas por ritos e símbolos que requeiram congregação de pessoas em um mesmo espaço. Mídias como a internet, a televisão e os jornais impressos e eletrônicos também são utilizados para esse fim. E a despeito de todas as mídias e recursos tecnológicos disponíveis para a veiculação de idéias e valores, nada assegura que os esforços empenhados para a criação de uma tradição obtenham sucesso. Uma das possíveis explicações para isso é justamente o caráter fluido e transitório de nosso tempo.

As sociedades modernas podem ser caracterizadas como sociedades de transição, nas quais as práticas sociais deixam de ser recorrentes e passam a ser constantemente examinadas e reformadas por um sistema de múltiplas variáveis que altera constitutivamente seu caráter.

Reconhecemos que a polarização tradição/modernidade está longe do que se considera como "questões centrais" nos principais centros acadêmicos da Europa e dos Estados Unidos, mas nos empenhamos em seu estudo por "contingências locais". Estamos no Brasil, país de capitalismo periférico, em uma região da Amazônia onde a

---

302 Alguns dos documentos anexados pela Associação de Moradores do Triângulo no processo apresentado ao Ministério Público, solicitando o direito de permanecer em suas casas, foram narrativas escritas de próprio punho dos moradores, contando a história das casas onde moram, como foram construídas ou herdadas e o significado que possuem para os narradores.

modernidade há muito custo tenta traçar sua lógica. Desde Trem Fantasma[303] o projeto modernista tenta aqui estabelecer seu *modus vivendi*, operando com os emblemas da ferrovia, da rodovia e agora, da hidrovia. Se tais projetos são inegavelmente modernos, cabe apenas perguntar a que custo. Qual o custo social, biológico e cultural desses empreendimentos?

De acordo com dados oficiais[304], a construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré dizimou 1.552 trabalhadores, sem calcular os prováveis milhares de indígenas, mulheres e crianças que não aparecem nos dados oficiais. Espera-se que tragédia como essa não volte a se repetir, todavia, reconhece-se que não apenas a violência física (como a morte) é elemento presente nesses processos, mas também a violência simbólica, expressa no desrespeito à cultura local e na colocação de obstáculos à sua vivência e reprodução.

Em se tratando dos impactos do PAC na sociedade de Porto Velho, particularmente dos moradores do Triângulo, Santo Antonio e Baixa União, enfatizamos que não é objetivo deste estudo medi-los, mas instigar o debate acerca deste problema e corroborar para a criação de políticas públicas de proteção e valorização das experiências de vida desses grupos.

A memória possui vínculos com a imaginação e a fantasia, com o universo onírico do relembrante, mas também com o espaço e suas redes de sociabilidade. O modo de lembrar é individual e singular, mas a memória é coletiva, pautada em quadros de experiências comunais, nos quais se localizam a família, a comunidade, o bairro e a nação. (HALBWACHS, 1990). Tal informação nos leva a depreender que tanto os ribeirinhos entrevistados no projeto "A vida às margens do Madeira", quanto os citadinos com os quais trabalhamos em "Labirintos da Cidadania" encontram-se em um momento de elaboração ou reconstrução de identidades.

Essa pesquisa foi planejada, a princípio, para tratar de elementos da subjetividade como memória e identidade mediante metodologia de história oral de vida (MEIHY, 2005), contudo, nosso planejamento e metodologia tiveram de ser alterados logo no início da pesquisa, quando iniciamos o trabalho de campo. A partir dos procedimentos de observação participante realizado nos bairros, de conversas informais e reuniões oficiais com moradores, percebemos que não seria possível a realização de um trabalho de história oral, devido a falta de credibilidade da universidade e de ONGs naquela região, conforme enunciaram moradores em reunião da Associação de Moradores do Triângulo. Diante disso, optou-se por trabalhar com fontes escritas de jornais locais. A leitura e serialização das fontes (textos do Jornal Alto Madeira, O Estadão, Rondônia ao Vivo e Gente de Opinião) possibilitaram o estabelecimento de uma leitura histórica acerca da problemática estudada. Nessa leitura, destacam-se elementos como memória, identidade e o aparecimento de movimentos sociais.

Movimentos sociais e a luta na cidade

Apesar de todas as transformações políticas, técnicas e científicas pelas quais o Brasil tem passado, não conseguiu superar problemas estruturais como a concentração fundiária e de renda e a insuficiência de suas políticas de habitação. Diante disso, inúmeras mobilizações reivindicatórias, têm se organizado com a meta de transformar esse cenário, cada qual com configuração específica: estrutura, estratégias de ação e demandas condizentes com a realidade do momento histórico no qual estão situadas (BARBOSA, 2009).

Movimentos Sociais são constituídos por homens e mulheres que atuam junto a bases sociais mobilizadas por problemas decorrentes de seus interesses e necessidades cotidianas (GOHN, 1997). Como o próprio nome sugere, Movimentos Sociais são, por definição, dinâmicos, marcados pela não-estabilidade e pela luta de classes, e estas, por sua vez, não estão "prontas e acabadas", mas vivenciam na luta diária seu constante processo de formação

---

303 HARDMAN, Francisco Foot. ***Trem Fantasma: a modernidade na selva***. Cia das Letras: São Paulo, 1988. O livro faz referência à construção da Ferrovia Madeira Mamoré.

304 FERREIRA, Manoel Rodrigues. ***A Ferrovia do Diabo*.** Melhoramentos: São Paulo, 1982.

(THOMPSON, 1987), daí a importância da noção de experiência, e das condições materiais que compõem esse processo. Caracterizam-se como práticas coletivas que contam com certa organização e projeto político no qual está incluída sua pauta de reivindicações.

Os movimentos populares vivenciam diferentes etapas e momentos. Há os que já atingiram graus elevados de organização, articulação, ação coletiva e consciência política, enquanto outros estão começando, se acham numa fase intermediária ou estão tentando se recuperar de refluxos. Por isso é impossível ver neles uma homogeneidade ou mesmo um padrão único em sua experiência democrática, que alguns exercitam mais que os outros, apesar de todos se pautarem, de alguma forma, pela democracia direta. Não podemos, dessa forma, superestimá-los ou subestimá-los, mas precisamos compreendê-los dentro de sua própria lógica e práxis, entendermos seus fluxos e refluxos, sua capacidade de invenção e articulação com outras forças sociais, em face de acontecimentos que se desenrolam no caminhar da luta (PERUZZO, 1998).

No que diz respeito às lutas travadas na cidade, destacam-se alguns aspectos específicos desse espaço, para melhor entender como e por que aquelas ocorrem. Sabemos que não existe um modelo único de cidade. Existem cidades pequenas, médias, grandes, metrópoles. Cidades planejadas e "não-planejadas", que compõem regiões metropolitanas, que são "isoladas", de difícil acesso, cidades marcadamente turísticas e "cidades-fantasma", abandonadas por seus moradores por motivos econômicos ou de catástrofes da natureza. Apesar disso, muitas delas enfrentam problemas parecidos, como desemprego, falta de moradias adequadas e de saneamento básico.

O espaço urbano é produzido por grupos sociais distintos: trabalhadores e detentores dos meios de produção, agentes imobiliários e famílias sem-teto, etc. Nesse espaço estão presentes camadas de vários tempos, virtualidades, crenças que se projetam nos objetos geográficos e arquitetônicos, e que trazem consigo indícios de ideais, concepções estéticas e políticas, lutas variadas. Ao produzi-lo, seus construtores projetam nele suas ideologias. De acordo com SANTOS (1997) os construtores do espaço não se desembaraçam da ideologia dominante quando concebem uma casa, uma estrada, um bairro, uma cidade. O ato de construir está submetido a regras que procuram nos modelos de produção e nas relações de classe suas possibilidades atuais.

A segregação social resultante do processo de comercialização da cidade – separação entre os que podem consumir em demasia, os que consomem apenas o mínimo vital e os que consomem apenas as sobras dos outros, potencializa a cidade enquanto palco da luta de Movimentos Sociais. As organizações sociais, ao evidenciarem as contradições existentes na cidade, passam a lutar pelo que entendem como "seus direitos", ou, de modo mais amplo, por reforma urbana. Essa luta é travada por segmentos sociais diferenciados, portadores de compreensão e discursos diferentes. A existência de uma comunidade, de um grupo de apoio a esta luta, que afirma a mesma identidade, comungando dos mesmos ideais é fortalecedora desse processo.

Memória, Identidade, Comunidade

Entendemos memória como fenômeno construído coletivamente e em constante transformação, portanto, coletiva, social (HALBWACHS, 2006). Enfatiza-se o caráter coletivo da memória porque por mais que ela pareça expressar experiências individuais, é constituída por estruturas sociais que antecedem ao indivíduo.

A memória coletiva forma-se a partir de uma "comunidade afetiva" e caracteriza-se por ser fluida e plural, por estar em constante negociação com a memória individual (POLLAK, 1989). Os moradores dos bairros Triângulo, Baixa União e Santo Antônio que identificam nos projetos do PAC uma intervenção violenta em seu modo de vida, constituem comunidades afetivas e tentam, por meio dela, re-elaborar seus projetos de vida. O que é coletivo, neste caso, é o sentimento de temor e de deslocamento, de apartação social do espaço tradicional em que viviam. A partir destes elementos em comum buscam alternativas para superar esse quadro.

O principal elemento da memória coletiva dos grupos estudados é esse sentimento de deslocamento e medo de ter de se deslocar de seu espaço, sentimento esse apreendido e vivenciado de modo específico pelos indivíduos, mas em uma comunidade que produz discursos e ações singulares a esse respeito. Nesse sentido, a identidade também é elaborada sobre esse suporte.

A identidade possui vínculos profundos com o espaço "porque é sobre ele que as comunidades se constroem e dialeticamente, constroem o espaço, moldando-o às suas necessidades, concepções e possibilidade" (BARBOSA, 2009). O pertencimento a essa comunidade é expresso em palavras: "nós", "a gente", e remete a um vocabulário e a uma memória coletiva que ressaltam um modo de ser, de pensar e de lembrar-se de uma coletividade (RIBEIRO,

2007), contudo, entendemos que o pertencimento e a identidade não têm a solidez de uma rocha, não são garantidos para toda a vida, mostrando-se negociáveis e revogáveis. As decisões que indivíduos e grupos tomam, os caminhos que percorrem, a maneira como agem são fatores cruciais tanto para o pertencimento quanto para a identidade" (BAUMAN, 2005).

A luta por espaço, travada pelos moradores dos bairros Baixa União, Triângulo e Santo Antonio, é desse modo, indissociável do processo de construção e reconstrução de identidades (de "ribeirinho urbano", "desbravador", "ferroviário", "morador antigo de Porto Velho") e é importante que seja compreendida como luta por cidadania.

Referências bibliográficas:

BAUMAN, Zigmunt. I**DENTIDADE**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2005.

_____. **COMUNIDADE**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

BERMAN, Marshall. Tudo o que é sólido desmancha no ar. São Paulo: Cia das Letras, 1986.

FERREIRA, Manoel Rodrigues. **A Ferrovia do Diabo**. São Paulo: Melhoramentos, 1982.

HARDMAN, Francisco Foot. **Trem Fantasma: a modernidade na selva**. São Paulo: Cia das Letras, 1988.

HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terence (orgs.). **A Invenção das Tradições**: Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1997.

BARBOSA (1), Xênia de Castro. **Experiências de Moradia: história oral de vida familiar**.São Paulo, FFLCH/USP, 2009 (Dissertação de Mestrado).

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais: Paradigmas Clássicos e Contemporâneos**. Ed. Loyola, São Paulo, 1997.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Ed. Centauro, 2006.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral** 5ª ed. São Paulo: Loyola, 2005.

PERUZZO, Cicília Mª Krolhling. **Comunicação nos Movimentos Populares**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1998.

RIBEIRO, Suzana Lopes Salgado. **Tramas e Traumas: Identidades em Marcha**. São Paulo, FFLCH/USP, 2007. Tese de Doutorado.

SANTOS, (1) Milton. **Pensando o Espaço do Homen**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1997.

_____. **Metamorfoses do Espaço Habitado.** São Paulo: Ed. Hucitec, 1997.

THOMPSON, E. P., **A Formação da Classe Operária Inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, 3 volumes.

Leituras de mundo por meio de imagens e narrativas no Curso da Licenciatura em Educação do Campo da UFRRJ

Marília Campos[305]

Carolina Pitzer[306]

Monique Lima[307]

1 – Introdução:

A LEC/UFRRJ é um Curso de Graduação para 60 assentados de áreas da reforma agrária e povos tradicionais do campo do estado do Rio de Janeiro (RJ), a partir de edital do Programa Nacional de Educação nas Áreas de Reforma Agrária (PRONERA) de 2009, construído por educadores da universidade com os movimentos sociais e sindicais do campo. Sob o ponto de vista da organicidade, os estudantes encontram-se agrupados em 15 territórios subdivididos em 5 Regionais (Sul Fluminense, Metropolitana, Norte, Médio Paraíba e Itapeva/SP). Cada território pesquisa sua própria história de luta pela terra, construindo registros das memórias sociais das lutas sociais.

A construção da LEC/UFRRJ parte do acúmulo histórico das lutas pela terra em diversos territórios do estado-RJ, procurando dialogar as experiências dos movimentos sociais e sindicais e dos povos tradicionais do campo com a produção acadêmica e as práticas de pesquisa nos territórios, produzindo atividades extensionistas nas escolas e associações de agricultores e de discussão e implementação de políticas públicas. O Projeto Político-Pedagógico da LEC traduziu a convergência desses esforços. O curso destina-se à formação de educadores(as) para atuação nas escolas do campo situadas nestes contextos específicos e socioculturais diversificados. Com duração de 3 anos, o curso de 3.540 horas organiza-se em 6 etapas a partir da pedagogia da alternância com 2 habilitações: 1) Ciências Sociais e Humanidades; 2) Agroecologia e Segurança Alimentar. Encontramo-nos, no momento atual (julho de 2011), na implementação do Tempo Comunidade de sua Etapa 2 nas 5 Regionais.

Tendo como referência as experiências da Educação Popular (BRANDÃO, 1987; FREIRE, 1987, 1993, 1994; CUNHA, DE GÓES, 1987; FÁVERO, 1983), a LEC/UFRRJ desenvolve experimentalmente ferramentas didático-pedagógicas que articulam várias dimensões formativas de seu currículo, diversificando Tempos, Espaços, formas de organicidade, de atividades e de linguagens. Dentre estes múltiplos espaços/tempos curriculares, temos o Laboratório Midiático que trabalha com diversas linguagens e meios (cinema, teatro, fotografia, poesia, informática e grupos de estudo), possibilitando aos educandos pluralizar suas leituras de mundo a partir do trabalho com: a) narrativas (histórias de vida) desses sujeitos e das histórias dos movimentos; b) linguagens visuais, audiovisuais e performáticas. As atividades ocorrem à noite, durante a semana. O objetivo deste trabalho é possibilitar que os educandos ampliem suas visões de mundo, pesquisando e utilizando diversas ferramentas na produção de conhecimento.

---

305 Doutora em Sociologia; profa Adjunto I da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

306 Graduada em Cinema – Universidade Estácio de Sá (UNESA); estudante do Curso de Especialização em Artes Cênicas (UNESA - Rio de Janeiro).

307 Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

Além das oficinas e dos registros visuais e audiovisuais produzidos neste processo, cada educando deve registrar por escrito suas visões acerca das vivências pedagógicas num Caderno Reflexivo. Trata-se de um suporte de registro em que cada educando, individualmente, relata seu próprio processo formativo, buscando lançar novos olhares sobre suas práticas e suas vivências. Conforme JOSSO (*in* PASSEGGI, 2008, p. 44-5):

> *As práticas de reflexão sobre si, oferecidas pelos relatos de vida escritos, centrados sobre a formação, apresentam-se assim como laboratórios de compreensão de nossa aprendizagem do oficio de viver um mundo em movimento, não controlado globalmente e, portanto, parcialmente controlável na escala das individualidades. Essa escala se faz e se desfaz incessantemente e coloca em xeque a crença numa 'identidade por vir' em proveito de uma existencialidade incessantemente em operação e em construção.*

O trabalho com as diferentes linguagens e meios do Laboratório Midiático cumpre um papel pedagógico fundamental no percurso formativo dos educandos, ampliando as possibilidades cognitivas de outros componentes curriculares mais tradicionais (aulas, seminários e trabalhos de campo). O conjunto dos registros visuais (fotografias), audiovisuais (filmagens) e escritos (cadernos reflexivos) constituem as principais fontes da pesquisa que ora apresentamos acerca do trabalho pedagógico realizado no Laboratório Midiático da LEC/UFRRJ.

2 – História Oral, Narrativas e Imagens das memórias das lutas sociais no trabalho pedagógico do Laboratório Midiático da LEC/UFRRJ (2010-2011):

Neste item, apresentaremos reflexões sobre o papel pedagógico do trabalho realizado no Laboratório Midiático com narrativas, história oral, imagens e performances. Conforme apontamos anteriormente, os educandos organizados em 15 territórios pesquisam sua própria história de luta pela terra, construindo registros sobre as memórias sociais das áreas de reforma agrária. No Laboratório Midiático, dois tipos diferentes de trabalho pedagógico são realizados: a) com narrativas das histórias de vida dos sujeitos e das histórias dos movimentos; b) com os códigos das linguagens visuais, audiovisuais e performáticas. Este trabalho se realiza no Tempo Escola (TE) - quando os estudantes estão na Universidade (8 semanas) - e no Tempo Comunidade (TC) – quando os estudantes voltam para seus assentamentos de origem para produzir, continuar estudando e realizar atividades na comunidade local (16 semanas). Estes dois espaços/tempos integram a Pedagogia da Alternância que, além de possibilitar aos sujeitos do campo dar continuidade à sua produção agrícola, incluem diferentes ambientes de produção de conhecimento. Lembramos da especificidade do TC como momento importante em que os educandos registram e interferem em seu próprio meio. Para GIMONET (2007, p. 19):

> *Com a Pedagogia da Alternância deixa-se para trás uma pedagogia plana para ingressar numa pedagogia no espaço e no tempo e diversificam-se as instituições, bem como os atores implicados. Os papéis destes não são mais aqueles da escola costumeira. (...) o alternante não é mais um aluno na escola, mas já um ator num determinado contexto de vida e num território.*

As oficinas do TE da Etapa 1[308] (setembro a novembro/2010) foram constituídas pelas seguintes atividades: a) exibição de filmes acompanhados de debates e registros escritos; b) leitura de imagem e história de vida a partir das fotos de Sebastião Salgado; c) memórias do processo formativo a partir de filmagens e fotografias do cotidiano da LEC pelos educandos. No caso das exibições de filmes, foram privilegiados títulos relacionados à cultura popular, tais como: Narradores de Javé (Eliane Caffé, 2003), Patativa – Ave Poesia (Rosemberg Cariry, 2009), João do Vale –

---

308 Estamos excluindo aqui: a) as reuniões relacionadas à organicidade da LEC; b) os grupos de estudo; c) as oficinas de produção textual; d) oficinas de informática.

Muita gente desconhece (Werinton Kermes, 2005), Mestre Bimba – A capoeira iluminada (Luis Fernando Goulart, 2007), dentre outros.

No TC 1 (dezembro/2010 a março/2011), a necessidade de realização de entrevistas com depoentes locais levou diversos grupos a realizar gravações audiovisuais. O início do trabalho com as fotografias do Sebastião Salgado (livro *Terra*) contribuiu para aprofundar os exercícios com leitura da imagem e produção textual, lidando simultaneamente com o registro das histórias individuais nas lutas coletivas pela terra e com a linguagem visual no seu diálogo com a verbal.

Tentamos explorar, no TE da Etapa 2 (março a maio/2011), o uso de linguagem visual, audiovisual e teatral revisitando as produções dos movimentos de educação e cultura popular nos anos de 1960[309], aprofundando o trabalho desenvolvido no TE da Etapa 1 do curso. Foram trabalhados o filme *Cabra Marcado para morrer* (Eduardo Coutinho, 1984) e o III Ato da peça *A Ópera dos Vivos* da Cia do Latão. *Cabra* se desenvolve em dois contextos: o primeiro, filmado nos anos 1960 durante as atividades na UNE volante no Engenho da Galileia, abordando eventos relacionados ao assassinato de João Pedro Teixeira, líder da Liga Camponesa de Sapé (PB) e seus desdobramentos com o golpe militar, acompanhando os destinos de Elizabete Teixeira, sua viúva; o segundo, filmado nos anos 1980, após a anistia, no retorno do diretor à Galileia, reencontra antigos lideres camponeses e resgata Elizabete Teixeira da clandestinidade em que se encontrava desde a ditadura. Já o III Ato da peça da Cia do Latão, apresentou a formação da Liga Camponesa de Galileia(PE) no início da década de 50. Os 2 produtos foram articulados com textos sobre cultura e educação popular objetivando uma interlocução da luta pela terra protagonizada pelas Ligas Camponesas nos anos 60 com as lutas atuais.

Foram realizadas oficinas de teatro, utilizando como ponto de partida estéticas criadas na década de 60 por grupos como o Teatro de Arena e seus desdobramentos no Teatro do Oprimido (Augusto Boal) e Tá na Rua (Amir Haddad).[310] Os exercícios propostos visavam a apropriação deste repertório estético partindo de temas de vivência da turma. A partir do tema "Preconceito" foram montadas 3 esquetes abordando: o preconceito quanto à diversidade etnicorracial, à diversidade sexual e aos sem-terra dentro da universidade pública. Os educandos tiveram liberdade de escolher entre as ferramentas oferecidas nas oficinas para montar as cenas, expressando suas próprias histórias em cada apresentação.

Apresentaremos, a seguir, falas significativas dos educandos recortadas das suas escritas nos Cadernos Reflexivos e de depoimentos filmados, organizadas nos seguintes sub-temas relacionados ao tema "Narrativas": a) Progresso; b)Fortalecimento das Lutas/ Memórias; c) Indivíduos e Coletivos; d) Oral e Escrita; e) Expressão X Silenciamento; f) Teatro; g) Filmes. A partir das exibições e debates dos filmes durante o TE 1, no que diz respeito à relação entre Narrativas e Progresso, a educanda M (caiçara - Praia do Sono/Paraty-RJ) nos diz que "isso está muito ligado à nossa realidade: quando o progresso chega, leva as nossas histórias, sonhos." Trata-se da consciência de que o processo de modernização capitalista se faz dilapidando as memórias sociais, reforçada pela opinião do educando T (assentamento Celso Daniel/Macaé-RJ) de que "o progresso, que é filho do capitalismo, atropela o que acha na frente, sem sequer se importar com as consequências." Esta constatação fortaleceu o trabalho de pesquisa e registro das narrativas das antigas lideranças dos assentamentos sobre a luta pela terra. Isso é reiterado pelas afirmações dos educandos acerca das narrativas realizadas pelos grupos sobre suas realidades e histórias[311], tal como escreve V (acampamento Marli Pereira/Paracambi-RJ):

---

309 Estudamos diversos textos relacionados a obra de Paulo Freire, ao Centro Popular de Cultura da União Nacional dos Estudantes – CPC da UNE, Movimento de Educação de Base - MEB, Movimento de Cultura Popular do Recife – MCP. Conferir: CUNHA, DE GOES (1987); DOMONT (1997); FÁVERO (1983); FREIRE (1993); MONTENEGRO (2010); SCHWARZ (1987)

310 As oficinas foram ministradas por Monique Lima, Carolina Pitzer e Ângela de Moraes.

311 Trata-se de um componente curricular chamado "Narrativas", em que cada educando se apresentava oralmente e contava sua história pessoal cruzando-a com a luta política.

> *Hoje, escutamos os indígenas: as histórias de vida deles são muito emocionantes. (...) foi um momento chave para muitos companheiros que no princípio do curso, estavam meio desestimulados. Narrando suas histórias, eles conseguiram tocar com suas palavras os corações dos demais. Logo alguns companheiros (...) começaram a se fortalecer uns com os outros.*

É o que confirmamos com a afirmação de Ma (assentamento Celso Daniel/Macaé–RJ): "Ouvi muitas experiências que me deram coragem para lutar e vencer." A educanda A (Quilombo das Guerreiras/Rio de Janeiro–RJ) nos afirma que "é muito importante fazer o diagnóstico da luta do povo, reconhecendo que algumas lutas que travamos hoje são consequência de outras lutas que foram travadas já há décadas atrás." Dessa forma, percebemos que o objetivo do uso das ferramentas midiáticas no trabalho com as narrativas e as memórias foi alcançado com êxito.

Pollak (1989) utiliza-se do conceito de *enquadramento da memória* para descrever o trabalho realizado pela memória coletiva na reconstrução do passado. O autor está em acordo com Halbwachs (1990) no que se refere ao processo de *negociação* entre memória coletiva e memória individual, tal como podemos ver pelos relatos dos educandos (ver ALBERTI, 2000). A memória coletiva é um território em disputa, sempre produzida pelas relações de poder. Para Pollak (1989, p. 10):

> *O trabalho de enquadramento da memória se alimenta do material fornecido pela história. (...) Esse trabalho reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro. Mas, assim como a exigência de justificação discutida acima limita a falsificação pura e simples do passado na sua reconstrução política, o trabalho permanente de reinterpretação do passado é contido por uma exigência de credibilidade que depende da coerência dos discursos sucessivos (...) [pois] o que está em jogo na memória é também o sentido e identidade individual e do grupo.*

As narrativas entrecruzam durante todo o tempo experiências individuais com experiências coletivas. Segundo a educanda L (quilombo Santa Rita do Bracuí/Angra dos Reis-RJ): "cada um tem sua história que em muitos pontos se parecem, mas em alguns pontos são diferentes." A educanda B (assentamento Marapicu/Nova Iguaçu–RJ) afirma que "percebemos o quanto (a narrativa) é rica em conhecimentos dos mais variados: temos que sugar destas fontes que são lideranças marcadas pela luta." Todas essas narrativas emergentes e, na maioria das vezes, desconhecidas pelo fato de nunca antes terem sido registradas, trazem novos aspectos da história à tona, conforme nos aponta E (assentamento Presidente Lula/Rio das Ostras-RJ): "Assistimos ao documentário '*Sementes da Memória'*: uma herança da família de quilombolas há mais de 200 anos e a cultura permanece até hoje. Este curso está sendo para mim uma riqueza de conhecimentos que não conheceria em nenhum livro de história."

Quando nos remetemos à produção de narrativas, temos que enfrentar as relações entre linguagem oral e escrita. As características de fluidez, ênfases expressivas, repetição de palavras das narrativas orais contrapõem-se às características mais formais da linguagem escrita, pontuando especificidades das narrativas nestes dois formatos. Conforme Ac (quilombo Santa Rita do Bracuí/Angra dos Reis–RJ) "Devemos desconstruir a noção de que a ideia de escrita é mais importante que a linguagem falada", expressando uma crítica à nossa sociedade grafocêntrica (CHARTIER, 1998), valorizando a oralidade na produção das memórias sociais.

A produção das narrativas ainda nos solicita enfrentar o que é dito e o que é silenciado, no processo de expressão do sujeito em ambientes coletivos e sua importância nos processos de aprendizagem. É o que nos apresenta o educando J (assentamento Zumbi dos Palmares/Campos–RJ): "Em sala de aula, muitos não tem confiança em si mesmos para falar ou tem medo de falar errado e a turma criticar, tirar sarro. Por isso, se calam. Com isso, limita-se seu aprendizado." Este aspecto é reforçado pela fala de Ji (assentamento Terra Prometida/Nova Iguaçu–RJ), ao avaliar suas experiências nas oficinas de teatro: "Eu sou muito nervosa para falar: eu entro na sala, eu entro muda e saio muda... Mas quando eu me envolvo no teatro..." Ainda acerca das contribuições das oficinas de teatro para o processo de expressividade dos educandos, L (Piabaté/Magé–RJ) nos fala que "para sentir o que o outro sente você tem que se colocar no lugar do outro. E quando você representa, você se julga, você se avalia, avalia o outro, o que ele sentiu, o

que ele não sentiu e o que você poderia ser...” Percebemos nesta fala a importância da incorporação da linguagem teatral na ampliação das potencialidades dos sujeitos no processo de ensino-aprendizagem.

No que diz respeito ao trabalho com a linguagem audiovisual, as exibições seguidas de debates compõem uma metodologia que envolve os sujeitos num trabalho de leitura crítica desta linguagem com a leitura crítica da cultura. Assim, no debate do filme *Cabra*, S (assentamento Zumbi dos Palmares/S. Francisco de Itabapuana–RJ) nos aponta que “tinha pessoas que já apoiavam a nossa luta e não tínhamos conhecimento.” L (Assentamento Celso Daniel/Macaé-RJ) escreve ainda que “no horário da noite, passou um filme que mostra o saber perto de nós e que nós não conhecíamos como nosso. Uma certa vergonha de não conhecer nossa cultura.” R (assentamento Zumbi dos Palmares/Campos-RJ) também reforça que “depois que o filme terminou, deu-se início a um debate. Foi muito gostoso, pois algumas dúvidas que eu tinha sobre algumas partes do filme foi clareando. É muito interessante ouvir os outros explicando o que sentiram sobre o filme.” Já na escrita da educanda E (assentamento Presidente Lula/Rio das Ostras-RJ), vemos a relevância da aprendizagem quanto aos aspectos próprios da linguagem fílmica: “O fundo musical tem a ver com a história? (...) A posição da câmera, imagens, brilho. A colocação das imagens antigas, postura, vestimentas, velocidade das cenas.” A aprendizagem dos códigos da linguagem audiovisual leva a uma crítica do olhar naturalizado/pedagogizado pelas mídias, tal como nos indica M (assentamento Presidente Lula/Rio das Ostras-RJ): “ A professora Mo me consolou falando que é o meu olhar viciado e que, aos poucos, vou acostumar meu olhar nessa forma pra mim nova, com matérias que dão outras dimensões para além do dito. (...) Espero conseguir enxergar mais além.”

3 – Conclusão:

No trabalho realizado pelo Laboratório Midiático da LEC/UFRRJ procuramos identificar e analisar duas dimensões: 1) uma relacionada com as narrativas das histórias de vida dos sujeitos educandos (histórias de vida) e das histórias dos movimentos (lutas sociais); 2) outra relacionada com a apropriação dos códigos das linguagens visuais, audiovisuais e performáticas.

Percebemos, no que diz respeito à primeira dimensão, que as narrativas: a) dos sujeitos individuais expressam dimensões dos sujeitos coletivos organizados nos movimentos sociais; b) das lutas pela terra contemporâneas se atualizam na releitura das memórias e das experiências históricas de gerações anteriores, muitas vezes desconhecidas.; c) visibilizam que “a luta (...) não está somente no campo, mas está nos nossos próprios preconceitos.”[312]; d) desconstroem estereótipos[313]; e) valorizam as experiências locais, muitas vezes não valorizadas pelos próprios sujeitos que as vivenciam[314].

No que diz respeito à segunda dimensão, apreendemos que os educandos: a) conseguem fundamentar sua intuição crítica a respeito das opiniões formadas pelos produtos da indústria cultural em circulação na sociedade. Dizemos “intuição crítica” porque a maioria dos educandos já possui uma experiência concreta de que as mensagens apresentadas pela grande mídia não correspondem com a realidade que vivenciam nas lutas e nos movimentos

---

312 Ma, Assentamento Celso Daniel/Macaé-RJ.

313 L. (Quilombo Santa Rita do Bracuí/Angra dos Reis-RJ, comentando a narrativa dos indígenas) “Nós temos (...) o índio de um jeito talvez fantasioso, eu acho. E quando foi exposto por eles, deu uma chacoalhada e falou para mim o que é real. Não só aquele momento em abril em que se pinta o rosto e se comemora o dia do índio.”

314 J. (assentamento Zumbi dos Palmares/Campos-RJ):“Eu vi que eles conhecem muito pouco da sua realidade ou não entendem que os fatos de sua realidade são importantes. Ou não dão importância, pois acham que o santo de casa não faz milagre.”

organizados.[315] B) Que os educandos ao se apropriarem de novos meios e linguagens, constróem conhecimentos que vão além dos códigos da linguagem escrita; c) que ampliam sua possibilidade de expressão.

Referências bibliográficas:

ALBERTI, Verena. *Indivíduo e Biografia na História Oral.* RJ: CPDOC, 2000.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org). *A questão politica da Educação Popular.* 7ª ed, São Paulo: Brasiliense, 1987.

CHARTIER, Roger. *Aventura do Livro – Do leitor ao Navegador.* São Paulo: UNESP, 1998.

CUNHA, Luiz Antonio; DE GÓES, Moacyr (org). *O golpe na Educação.* 4ª ed, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.

DOMONT, Beatriz. *Um Sonho interrompido: o Centro Popular de Cultura da UNE (1961-1964).* São Paulo: Porto Calendário, 1997.

FÁVERO, Osmar (org). *Cultura Popular, Educação Popular – memória dos anos 60.* Rio de Janeiro: Graal, 1983.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido.* 4ª ed, São Paulo: Paz e Terra, 1987.

_____. *A importância do ato de ler em três artigos que se completam.* São Paulo: Cortez, 1994.

_____. *Pedagogia da Esperança – um reencontro com a Pedagogia do Oprimido.* 2 ed, São Paulo: Paz e Terra, 1993.

GIMONET, Jean-Claude. *Praticar e compreender a Pedagogia da Alternância dos CEFFAS.* Petrópolis: Vozes, Paris: Associação Internacional dos Movimentos Familiares de Formação Rural, 2007.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva.* São Paulo: Vértice, 1990.

MONTENEGRO, Antonio Torres. *História, Metodologia, Memória.* São Paulo: Contexto, 2010.

PASSEGGI, Maria da Conceição (org). *Tendências da Pesquisa (Auto)Biográfica.* Natal, RN: EDUFRN; São Paulo: Paulus, 2008.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, p.3-15 1989. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/43.pdf>.Acesso em: 23 nov. 2007.

SCHWARZ, Roberto. *Que horas são?* São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

315 E. (Assentamento Presidente Lula/Rio das Ostras-RJ): "Quando meu pai entrou no movimento agrário, ficamos muito assustados quando a mídia mostrava as movimentações... (...) Ele sabe o que faz! E ficamos tranquilos, pois é um homem muito insistente e perseverante"

Lévi-Strauss: mito e música entre o largo e o prestíssimo

Betania Maria Franklin de Melo[316]*

A música na vida de Claude Lévi-Strauss

Este trabalho parte da tese, ainda em desenvolvimento, com tema central no estudo das Mitológicas 1 e 2, (1964-1967) de Claude Lévi-Strauss, no qual relaciona as linguagens mito e música.

Desde a infância, Lévi-Strauss conviveu com a arte e a música, esta foi uma constante fonte de inspiração como é descrita nas suas obras. Por diversas vezes, este tema foi abordado em *Tristes Trópicos*; *Mitológicas*; *Olhar Escutar Ler*; *Mito e Significado* e outras. A história artística de seu avô regente, de seu pai, Raymond, a Paris – cidade que viveu sua juventude – sua estrangeiridade entre Brasil e outros lugares, contribuíram na sua diversidade musical tornando as linguagens Mito e Música expressões em duo.

A família contribuiu na sua formação musical. Seu bisavô, Isaac Strauss foi violinista, regente de uma pequena orquestra e diretor de bailes de Ópera, divulgando Beethoven e Mendelssohn. Claude Lévi-Strauss, bisneto de Isaac Strauss, disse: *"A arte foi o leite de minha alimentação"* (LÉVI-STRAUSS, apud PASSETI, 2008, p. 24).

Lévi-Strauss realizou pesquisa de campo na região central do Brasil e depois seguiu à Amazonia, este foi seu propósito ao chegar da França e lecionar na Universidade de São Paulo. As *Mitológicas* é uma gigantesca obra em tetralogia repleta de narrativas míticas dos ameríndios, do sul e do norte, resultado desta longa pesquisa. Os Bororo, Kadiwéu, Nambikwara e outras tribos no Brasil e adjacências surgem nos dois primeiros volumes. Não apenas mitos, mas a antropologia se entrelaça com tantos outros conhecimentos. Passou 20 anos escrevendo as *Mitológicas*, resultado de uma elaboração a princípio, realizada em torno de 1935 a 1938, período que permaneceu no Brasil e veio publicar, *O cru e o cozido*, que corresponde ao 1º volume da tetralogia, em 1964, e o 2º volume, *Do mel às cinzas*, em 1967.

A proposta da relação do mito com a partitura orquestral circunscreve grande desafio:

> *Portanto, temos de ler o mito mais ou menos como leríamos uma partitura musical, pondo de parte as frases musicais e tentando entender a página inteira, com a certeza de que o que está escrito na primeira frase musical da página só adquire significado se considerar que faz parte e é uma parcela do que se encontra escrito na segunda, na terceira, na quarta e assim por diante [...] E só considerando o mito como se fosse uma partitura orquestral, escrita frase por frase, é que o podemos entender como uma totalidade, e extrair seu significado (LÉVI-STRAUSS, 1978, p. 68).*

As histórias míticas na obra são ordenadas numericamente, como por exemplo: a primeira narrativa corresponde ao Mito de número um, o M1 *Bororo: o xibae e iari*, *"As araras e seu ninho"* esta é considerada o mito de referencia; em seguida, a segunda história, o M2 *Bororo: origem da água dos ornamentos e dos ritos funerários* e assim por diante, até chegar ao M353 *Karajá: os astros manquitolas* quando conclui o 2º volume. Lévi-Strauss definiu e categorizou os mitos de acordo com as fontes estudadas, como também de acordo com temas, sobre as 'Origens': origem das mulheres, origem do tabaco e outros, realizou comparações de um mito com outro de tribo

---

316

*Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Doutoranda do Programa de Ciências Sociais - UFRN.

distante, ou dos mitos de uma mesma sociedade. Nas narrativas, a sequência dos acontecimentos não aparecem como um romance, que pressupõe um desfecho, os fatos se dão como estágios míticos. Lévi-Strauss aplica: "O pensamento mítico, totalmente alheio à preocupação com pontos de partida ou de chegada bem definidos, não efetua percursos completos: sempre lhe resta algo a perfazer "(LÉVI-STRAUSS, 2004a, p.24).

A narrativa é uma história que impulsiona um campo de interpretação enorme no uso da imaginação. De repente um animal se transforma em humano e vice-versa, esta questão entre animalidade e humanidade, e também os termos utilizados na obra, referimos às categorias empíricas, *O cru e o cozido*, o seco e o molhado, como também o mel tão abordado no volume, *Do mel às cinzas*, reflete as ambigüidades míticas e as ambivalências. No caso do mel, é considerado produto da natureza, proveniente das abelhas e por ser produto natural não advém das mãos humanas, ele está pronto em si para o consumo. Enquanto o tabaco, de forma contrária, é resultante sim, de um processo além do fogo, e ao passar por incineração atinge a fumaça exalada até as cinzas.

Como Lévi-Strauss comumente aplica termos nos extremos, mais uma vez, elaborou a compreensão que o mel está *aquém da cozinha*, no modo *infra – culinário*, ou *pré-culinário* e o tabaco se coloca *além da cozinha*, no modo *meta – culinário* ou *ultra – culinário*, esta forma de entender o mel antes do processo da cozinha e o tabaco muito além do que é realizado na cozinha, mostra no par, as representações míticas da passagem da natureza à cultura. (LÉVI-STRAUSS, 2004b, p. 58). A cozinha como atividade técnica se põe ao lado da cultura e o significado da fogueira na questão da utilidade se torna um incinerador, e não um canal para colocar o produto para ser consumido, como é o caso da carne tão mencionada em *O cru e o cozido*.

Estas questões nos levam a nomear o artigo, *entre o largo e o prestíssimo*, aplicando os andamentos musicais em oposição. No *largo*, a música flui de maneira muito lenta, enquanto que no *prestíssimo*, a música caminha muito rapidamente. Na imensidão dos temas se encontra a família, o casamento, a iniciação dos rapazes e das moças, os rituais, a caça, a agricultura, as origens, o assassinato, incesto, cura e tantos outros. Temas não tão distantes dos fatos reais de nossa sociedade.

O que ocorre com os mitos não se espera, muitas vezes, se põe em dúvida quem seja realmente o herói na história, como por exemplo, um personagem que faz uma maldade adiante se torna a vítima. Este fato é encontrado logo no M1, no mito referencial. Lévi-Strauss mostrou que os mitos não têm fim e que a terra da mitologia é redonda: "Porém, se a cadeia se fecha no mito dos gêmeos, que encontramos duas vezes no caminho, talvez isto se deva ao fato que a terra da mitologia é redonda ou, dito de outra maneira, porque ela constitui um sistema fechado" (LÉVI-STRAUSS, 2004b, p. 219).

Diante desta visão de redondo, podemos ler um mito e ler outro mito distante. Um fato a considerar é a presença marcante como de um *ritornello* no itinerário mítico. Quer seja o herói ou outro personagem ele sempre retorna ao seu lugar de origem, propondo um estado de repetição. O *ritornello* é um termo comum na música e tem um significado muito expressivo, é um sinal que indica repetição, onde um determinado trecho deverá ser tocado por mais uma vez.

Lévi-Strauss se define como ouvinte mediano da música e destaca obras musicais e compositores, como a ópera, *O Anel dos Nibelungos*, de Richard Wagner, em seu livro *Olhar Escutar Ler*, (1993). Nas *Mitológicas1* enfatiza o compositor, Richard Wagner como o compositor dos mitos, com a obra *O Anel dos Nibelungos.* Nela se encontra densas características peculiares a análise e para tanto, reconhece o "*deus Richard Wagner*" como o pai irrecusável da análise estrutural dos mitos. (LÉVI-STRAUSS, 2004a, p. 34).

Sobre esta ópera esclarece que é uma tetralogia, destacando o fio condutor que em francês chama "*le theme del a renunciation à l'amour*", que é entendido como a renúncia ao amor. Este tema chamado de *leitmotiv* surge na 1ª ópera, *O ouro do Reno*, (1869) com o anão, *Alberich*, quando descobre que a renúncia do nobre sentimento poderia conquistar o poder através do anel forjado com ouro, que habitava nas profundezas do rio Reno. A 2ª ópera, Valquíria, (1870) o *leitmotiv* reaparece, na renúncia do amor do pai para com a filha, Lévi-Strauss mostra que este tema do incesto acontece na mitologia sendo um paralelo encontrado como tema musical e tema mitológico. "Na opnião de Lévi-Strauss, Wagner conseguiu juntar em sua obra, especificamente em *O Anel dos Nibelungos*, o mito, a palavra e a música de uma forma nunca antes desenvolvida" (MONIZ, 2007, p. 47).

Lévi-Strauss escreveu em *O Cru e o cozido*: *"De modo que ao ouvirmos música, atingimos uma espécie de imortalidade"* (LÉVI-STRAUSS, 2004a, p. 35). Esta reflexão nos remonta às leituras do filósofo alemão, Peter Sloterdijk (1947) no texto:*"?Donde estamos, cuando escuchamos música?* Sloterdijk admite que a música é benevolente e nos transporta nas horas tristes a um mundo melhor e também, há como um gesto primário na música, o dualismo de partida e volta à casa. (SLOTERDIJK, 1998, p. 285-292).

Sloterdijk também refere a Lévi-Strauss nas concepções sobre circularidades quando recupera a casa dos homens, referida em *O cru e o cozido*. A morada Bororo tem na paisagem suas cabanas em forma de círculo e no centro localizava a casa dos homens, onde se reuniam os homens da tribo e os rapazes. Sloterdijk aborda então, que um segredo morfológico se encontrava naquele padrão das instalações dos índios Bororo e que foi observado pelos missionários salesianos. A comunidade estando em círculo formaria no pensamento dos Bororo, a preservação de seu mundo, de sua cultura, uma garantia que o mundo exterior estaria impedido de contaminar a tribo com novas idéias sociais. A cultura primitiva não estaria fadada a se desconfigurar, para tanto chama Sloterdijk, sistema de imunidade:

> *Las formas redondas de los pueblos eran, por decirlo así, los sistemas de inmunidad de esa cultura y mientras los bororos pudieron mantener sus formas tradicionales de asentamiento, consiguieron protegerse de la sugestión de los sacerdotes europeos (SLOTERDIJK, 2004, p. 213).*

A origem dos mitos desempenhava um papel importante nas sociedades primitivas, porque explicava aspectos da realidade, tais como a origem do mundo, da natureza, como processos interiores do homem e valores. Eram responsáveis pela educação, conduta dos povos e servindo como guias para uma vida segura, afastando sentimentos de doenças, negação da existência. Lévi-Strauss desenvolveu idéia relativa à leitura do Mito com a partitura. Vejamos esta relação:

> *[...] é impossível compreender um mito como uma sequência contínua. Esta é a razão por que devemos estar conscientes de que se tentarmos ler um mito da mesma maneira que lemos uma novela ou um artigo de jornal, ou seja linha por linha, da esquerda para direita, não poderemos chegar a entender o mito, [...] (LÉVI-STRAUSS, 1978, p. 67-68).*

Ainda nesta 1ª parte, recolhemos sete trechos da linguagem musical, como as sete notas dadas em sequencia. Lévi-Strauss usou a linguagem musical para explicar os mitos, nas *Mitológicas 2*.

O primeiro incide na atribuição à função da máscara, assim põe a música como '*palavra mascarada'*, que se revela na sociedade sem escrita, usa assim a frase '*reino dos pequenos intervalos'*. São idéias endereçadas à música, no instante da linguagem das palavras e das línguas, deixa um sentido como pano de fundo no parágrafo:

> *Se a linguagem pertence ao reino dos pequenos intervalos, pode-se compreender que a música, que substitui sua própria ordem à confusão da outra, surja como uma palavra mascarada, provida da dupla função que as sociedades sem escrita atribuem à máscara (LÉVI-STRAUSS, 2004b, p. 307).*

O segundo, explica que o nome próprio de uma pessoa, não diz nada do indivíduo é um chamamento tal à metáfora, assim como a frase melódica no discurso. Sendo este discurso musical, obviamente é a correspondência da música, e uma frase representa uma pequena ideia musical: '*a frase melódica é uma metáfora no discurso*' (LÉVI-STRAUSS, 2004b, p. 307). E fecha a seção mais uma vez sobre a metáfora: "*A música, dizíamos então, é transposição metafórica da palavra"* (LÉVI-STRAUSS, 2004b, p. 312).

O terceiro trecho, ao mensurar os instrumentos de percussão: tambor, guizos, chocalhos, faz referencia aos três instrumentos ligando-os ao canto, descrevendo as noções alternativas entre solo e acompanhamento como discurso de aula. Escreve que os instrumentos cantam, significa fazem o solo, e também quando acompanham, quando eles fazem o papel de instrumento acompanhador. Lemos:

> *Finalmente, os três tipos de instrumentos musicais colocados no nível superior se ligam ao canto, ou porque eles mesmos cantam ou porque acompanham o canta, o qual se opõe ao discurso falado, assim como este se opõe a um sistema de sinais (LÉVI-STRAUSS, 2004b, p. 308).*

O quarto, uma vez que muitos instrumentos musicais são mencionados neste volume, a flauta, por exemplo, aparece em destaque. No plano da sonoridade fica em aberto na narrativa do mito M284 *Amazonia: o Jabuti e o Jaguar*, uma espécie de convite a compor quando a narrativa esclarece que o Jabuti fabrica uma flauta e canta: "*O osso do jaguar é minha flauta é minha flauta. Fri, fri, fri"* (LÉVI-STRAUSS, 2004b, p. 271). Apenas é mencionada as palavras, do Jabuti nenhum trecho melódico é registrado. Assim, pensamos:

Lévi-Strauss esclarece, na maior parte dos mitos do Jabuti, a aparição da flauta de osso que parece opor a flauta de bambu, ele considera como '*problema imenso'* a identificação da origem dos instrumentos musicais no campo mítico (LÉVI-STRAUSS, 2004b, p. 272). No caso da flauta, foi mencionada, na parte anterior, vejamos: "*As flechas para a caça e a flauta para o amor, instrumento que serve para cortejar as jovens"* (LÉVI-STRAUSS, 2004b, p. 183).

Refere-se à flauta também, no chamamento entre a linguagem assobiada e o som próprio da flauta, coloca a expressão: "*assobio modulado"*, e perfeitamente fecha o sentido, quando escreve: "*pelo recurso à noção de tonalidade"*. Vejamos:

> *[...] o sinal assobiado, a linguagem assobiada e o som da flauta. Esta sucessão assegura a passagem do assobio monótono ao assobio modulado e, em seguida, à melodia assobiada. Trata-se, portanto, de um eixo musical definido pelo recurso à tonalidade (LÉVI-STRAUSS, 2004b, p. 311).*

No quinto trecho de avaliação musical, estabelece o conhecimento entre os registros grave e agudo, quando separa o significado do grande tambor com sons graves para a fêmea e do pequeno tambor com sons agudos para o macho:

> *Esta simbólica pode ser comparada à classificação por sexo dos tambores de madeira amazônicos: o grande tambor, que emite notas graves, é fêmea: o pequeno, com notas agudas, é macho (LÉVI-STRAUSS, 2004b, p. 328).*

Nos dois últimos trechos, as informações surgem restritas à notação musical. Aplica a análise na dependência do mito M326A *Tupi amazônico: a origem da noite,* a ocupar um espaço absoluto ou um tempo relativo. No sexto, diz respeito à escrita das notas no pentagrama, o conhecimento da leitura musical, do seteclávio. No sétimo, relaciona à percepção da nota *ré #*, referente ao grito do guariba:

> *No entanto, esta transposição não é mais pertinente do que seria a do nome das notas da escala em razão de uma mudança da clave. Em casos como esses, o mais importante não é a posição absoluta das notas sobre ou entre as linhas, mas a figura da clave inscrita no início da pauta. [...] O guariba grita barulhentamente e em bando, na alvorada e no crepúsculo. Solitário, o preguiça emite durante a noite um grito débil e musical, "semelhante a um assobio, mantendo um ré sustenido durante alguns segundos" (LÉVI-STRAUSS, 2004b, p. 395 e 402).*

Uma análise das formas musicais em narrativas

O estudo das formas musicais é também relacionado à compreensão dos mitos, acreditamos que Lévi-Strauss nomeou as formas musicais na organização das seções, ou dos capítulos, nas *Mitológicas 1* precisamente.

Quanto às formas musicais explica Lévi-Strauss:

> *[...] as formas musicais nos ofereciam o recurso de uma diversidade já estabelecida pela experiência já que a comparação com a sonata, a sinfonia, a cantata, o prelúdio, a fuga etc., permitia verificar facilmente que em música tinham sido colocados problemas de construção análogos para que a análise dos mitos levantara, e para os quais a música já tinha inventado soluções (LÉVI-STRAUSS, 2004a, p. 34).*

Desta maneira, selecionamos três formas para desenvolver o estudo: Tema e variações, Sonata e Fuga encontradas em *O cru e o cozido*. Em correspondência, contemplando os compositores Wagner, Beethoven e Bach evidenciados por Lévi-Strauss. Como uma forma musical se compara a estrutura dos mitos?

Tema e variações

Tema e variações correspondem à primeira designação de forma, dada por Lévi-Strauss nas *Mitológicas 1*, na primeira parte, neste trabalho buscamos a primeira análise entre mito e música.

Nesta primeira parte, Tema e variações, constam os cinco primeiros mitos da obra, assim nomenclaturados[317]: M1, M2, M3, M4, M5. Uma vez considerado Tema, uma variação temática possivelmente ocorrerá, transformada a cada maneira, e analogicamente isto acontece nas narrativas dos mitos M2, M3, M4 e M5, correlacionado ao tema inicial M1. Os mitos seguem uma sequência modificada com base no tema. De acordo com Mito1 Bororo, Lévi-Strauss, o classifica como o tema central e faz restrições, ao relatar:

> *De fato, o mito bororo, doravante designado pela expressão mito de referência, não é – como tentaremos demonstrar – senão uma transformação mais ou menos elaborada de outros mitos, provenientes de mesma sociedade ou de sociedades próximas ou afastadas. [...] O interesse no mito de referência não reside nesse sentido, em seu caráter típico, mas, antes, em sua posição irregular no seio do grupo (LÉVI-STRAUSS, 2004a, p. 20).*

No Recitativo, é ilustrado todo o panorama de habitação dos bororo. O destino que Lévi-Strauss dá a Ária antes do Recitativo, na evolução do capítulo pode gerar certa análise. O Mito opera como um *ritornello.* Têm meios, voltam, repetem, reexperenciam, são recriados, continuam e aparentam ter um fim. Porém, são infinitos. "Não existe um verdadeiro término na análise mítica, nenhuma unidade secreta que se possa atingir ao final do trabalho de decomposição. Os temas desdobram ao infinito" (LÉVI-STRAUSS, 2004a, p. 24).

Com base na primeira narração mítica, pudemos rever o Mito 1 Bororo: o xibae e iari, "As araras e seu ninho" que os acontecimentos históricos do desaninhador de pássaros, segue: as mulheres vão colher folhas para fabricação dos estojos penianos para enfeitar os rapazes, uma delas é violentada, e ao chegar em casa, o marido percebe que em sua cintura havia penas do enfeite dos rapazes, e assim resolve provocar uma dança para observar qual dos rapazes usa a mesma pena que a esposa trouxera no cinto. Para sua surpresa, era seu próprio filho. Sedento de vingança manda o filho para o Ninho das Almas.

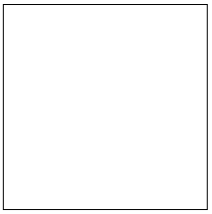
Nesta narrativa, várias categorias estão envolvidas no mito, como: os personagens: mulher, rapaz, esposo, avó; como os instrumentos: maracá, chocalho; os animais: colibri, juriti, gafanhoto, lagartixa, urubu, peixe, veado; os territórios:

317

floresta, casa, praça da dança, a casa da avó, o ninho das almas, a montanha e outros lugares. Estas categorias poderiam ser assinaladas em pentagramas, onde alturas são definidas para cada instrumento especificamente, como uma parte orquestral.

A relação entre a forma musical – Tema e variações – e a narrativa destes mitos neste capítulo, é possivelmente observada. Ao ler várias vezes o conto pensando os mitos como a música, a possibilidade de interligação à estrutura da forma musical sugerida, consiste cada vez mais na integração entre um tema e as variações. Lévi-Strauss deixou como um caleidoscópio a ser desvendado este estudo que promove uma escuta prazerosa dos mitos, tal como age a música auditivamente.

Como por exemplo, ao observar o M2, o menino procura a mãe chorando em desespero e se transforma em passarinho para procurá-la, enquanto no M1, ele mata todas as esposas do pai inclusive, a própria mãe. Há uma inversão de atitudes, no papel do menino esta inversão acontece também em um tema musical.



Sonata

Sonata das boas maneiras foi o título escolhido por Claude Lévi-Strauss, para iniciar a composição da segunda parte das *Mitológicas 1*. Nesta, constam narrativas do Mito 14 ao Mito 60 - 64. Sublinhamos dois mitos de mesmo título para contextualizar a forma Sonata, a Esposa do jaguar, que compreende a tribo Ofaié e a Esposa do Jaguar da tribo Bororo.

Lévi-Strauss na abertura desta obra relaciona a adoção entre os pares, vejamos:

> *Nesse sentido poderíamos dividir os compositores em três grupos, entre os quais há todo um tipo de passagens e todas as combinações. Bach e Stravinsky apareceriam como músicos do código, Beethoven e também Ravel, como músicos da mensagem, Wagner e Debussy como músicos do mito. Os primeiros explicitam e comentam em suas mensagens as regras de um discurso musical; os segundos contam; e os últimos codificam suas mensagens a partir de elementos que já pertencem à ordem do relato (LÉVI-STRAUSS, 2004a, p. 50).*

Assim, Beethoven é incluído no estudo da sonata, por ser compositor expressivo desta forma musical, e para dialogar com os mitos, é nomeado como o compositor da mensagem. A presença das ambigüidades também faz referencia ao compositor do código, que tanto reconsiderou a estrutura sonata, ampliando-a e mostrando criativamente novas possibilidades.

Fuga

Fuga é a denominação de Forma que Lévi-Strauss inicia a terceira parte das *Mitológicas I*, *O cru e o cozido*.

Na continuidade da obra, *Mito e Significado*, Lévi-Strauss exemplifica a forma 'Fuga', para ilustrar os mitos. Entre as demais 'Formas' musicais a qual explicitou em sua obra *Mitológicas 1*, parece destacar a 'Fuga' pelo fato de ser esta a forma que inicia a tonalidade após o modalismo. Lévi-Strauss coloca Bach, como autor do código.

Nesta amplitude, Wisnik escreve:

> *[...] posso adiantar que esse momento é, para Lévi-Strauss o do nascimento do tonalismo e da invenção da fuga. [...] Lévi-Strauss privilegia sem dúvida a fuga, entre todos os mitos que a música realiza... É nela que ele mais se detém, mesmo que aponte inequivocadamente para o caráter mítico das demais formas tonais (WISNIK, 1989, p. 162 e 167).*

Lévi-Strauss explica a característica da forma Fuga, como originalmente dois personagens ou dois grupos de personagens, da forma que a história mítica narra um fugindo do outro e nesta análise comparativa, explica a analogia mítica-musical de uma melodia correndo da outra, como o sujeito e a resposta. Leiamos:

A história inventariada pelo mito é a de um grupo que tenta escapar ou fugir do outro grupo de personagens. Trata-se então de uma perseguição de um grupo pelo grupo chegando às vezes o grupo A alcançar o B, distanciando-se depois novamente o grupo B, tudo como na fuga. Tem-se o que se chama em francês de, <*Le sujet et la réponse*> (LÉVI-STRAUSS, 1978, p 72 e 73).

No paralelismo apresentado entre música, mito e linguagem a referência é dada à música ocidental desenvolvida nos últimos séculos (LÉVI-STRAUSS, 1978, p. 77). Por mais uma vez, dar referência ao período da música, quando informa:

> *[...] quando falo de música, devia com certeza, qualificar o termo. A música que assumiu a função tradicional da mitologia não é um determinado tipo de música, mas a música tal como surgiu na civilização ocidental, nos primeiros quartéis do século XVII, com Frescobaldi, e nos primeiros anos do século XVIII, com Bach, música que atingiu seu máximo desenvolvimento com Mozart, Beethoven, e Wagner, nos séculos XVII e XIX (LÉVI-STRAUSS, 1978, p. 69).*

Desta maneira, Lévi-Strauss dá importância ao período atribuindo o aspecto da composição e ao citar formas musicais, relaciona à estrutura mítica, ao dizer:

> *Aqui também, consequentemente, as formas musicais nos ofereciam o recurso de uma diversidade já estabelecida pela experiência já que a comparação com a sonata, a sinfonia, a cantata, o prelúdio, a fuga etc., permitia verificar facilmente que em música tinham sido colocados problemas de construção análogos aos que a análise dos mitos levantara, e para os quais a música já tinha inventado soluções (LÉVI-STRAUSS, 2004a, p. 34).*

Assim, as formas de composição, elevadas à arte de compor aproxima da percepção mítica. As indicações – formas – desafiam o procedimento da análise entre as dimensões música e mito, porque tais indicações estão aludidas às razões das estruturas musicais, ao invés das narrativas míticas. Entretanto, este paralelo nos impulsiona a trabalhar com duas dimensões como linguagens no pensamento. Dimensões que utilizam elementos comuns, tornando inteligíveis à compreensão dos temas, sendo estes elementos a encruzilhada dos conteúdos musicais: ritornello, seteclávio, claves, intervalos e demais. A exemplo dos mitos ameríndios do sul, os múltiplos temas que organizaram grupos como cultura de tradição, podem basear-se na música que também propõe no pensamento, uma diversidade interpretativa, possibilitando na grandeza, a inclusão dos temas míticos. Uma forma redonda e pensar como o *ritornello*.

Referências bibliográficas:

LÉVI-STRAUSS, Claude. *O cru e o cozido*. Tradução de Beatriz Perrone Moisés. São Paulo: Cosac & Naify, 2004a. (Mitológicas, 1).

_____. *Do mel às cinzas*. Tradução de Beatriz Perrone Moisés. São Paulo: Cosac & Naify, 2004b. (Mitológicas, 2).

_____. *Mito e significado***.** Tradução de Antonio Marques Bessa. Lisboa: Edições 70, 1978.

_____. *Olhar escutar ler.* Tradução de Beatriz Perrone Moisés. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

_____. *Tristes trópicos*. Tradução de Rosa Freire d`Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras,1996.

MONIZ, Luis Cláudio. *Mito e música em Wagner e Nietzsche*. São Paulo: Madras, 2007.

PASSETTI, Dotothea Voegeli. *Lévi-Strauss: antropologia e arte*: minúsculo incomensurável. São Paulo: Edusp: Educ, 2008.

SLOTERDIJK, Peter. *Extrañamiento del mundo*. Valencia: Pré-Textos, 1998.

_____. **Esferas II**: Macrosesferologia. Madri: Siruela, 2004.

WISNIK, José Miguel. *O som e o sentido*: uma outra história das músicas. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

Notas

M1 Bororo: o xibae e iari, “As araras e seu ninho”. M2 Bororo: origem da água dos ornamentos e dos ritos funerários. M3 Bororo: após o dilúvio M4 Mundurucu: o rapaz enclausurado. M5 Bororo: origem das doe

Literatura Oral, Identidade e Memória: a tradição quilombola no Espírito Santo

Michele Freire Schiffler*

Introdução

O século XXI surge como proclama do novo, da pós-Modernidade e do desenvolvimento econômico e social. Entretanto, essa realidade tecnologicamente marcada e difundida não pertence à grande parte da população brasileira. A sociedade contemporânea traz em seu cerne profundas contradições, como a desigualdade de condições e oportunidades, desde o âmbito educacional e cultural até a base de organização financeira.

Compondo esse cenário estão sujeitos nacionais, autores de uma narrativa histórica que os traduz nesse contexto fragmentado e desigual. A história, vista como narração, transcende o tempo pedagógico e se transmuta em uma performática tradução cultural.

Nesse sentido, é notório observar que a cultura, a memória e a história de um povo não estão guardados apenas no saber difundido nas escolas, uma vez que comunidades tradicionais, alijadas da educação formal e às margens de interesses estatais, guardam entre seus membros registros de saberes e cultura que, transmitidos oralmente, de geração a geração, confirmam o processo de construção identitária local e nacional. Segundo Bhabha (2010):

> *Os fragmentos, retalhos e restos da vida cotidiana devem ser repetidamente transformados nos signos de uma cultura nacional coerente, enquanto o próprio ato da performance narrativa interpela um círculo crescente de sujeitos nacionais. Na produção da nação como narração ocorre uma cisão entre a temporalidade continuística, cumulativa, do pedagógico e a estrutura repetitiva, recorrente, do performático. É através deste processo de cisão que a ambivalência conceitual da sociedade moderna se torna o lugar de* escrever a nação (página, 207).

O reconhecimento e a valorização da diversidade cultural, especificamente no contexto capixaba e no que se refere às comunidades remanescentes de quilombos, tomará por fio condutor o plano literário, entendendo a manifestação da coletividade por meio da subjetividade lírica que percorre versos, cantares e encenações constitutivas da literatura oral da comunidade de Sapê do Norte, localizada ao Norte do Espírito Santo.

História, Identidade e Multiculturalismo

No contexto fragmentado da sociedade contemporânea, fragmentadas são as concepções de sujeito e identidade, cujas centralidade e estabilidade encontram-se em declínio na contemporaneidade. A crise da identidade contemporânea se articula na modernidade tardia pela descentralização do sujeito nacional.

A ideia Iluminista de um sujeito centrado veio sendo desarticulada ao longo do processo histórico, dando espaço a representações deslocadas de autoridades sociais subversivas e subalternas. Essa indeterminação tradicionalmente não era considerada, em favor da razão Iluminista em torno da qual se articulam os signos da cultura nacional, em um projeto pautado em elipses sociais. Nessas "comunidades imaginadas", o conceito de nação recebe identidades essencialistas, convertendo o "Povo em Um" (Bhabha, 2010).

---

* Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Espírito Santo.

Doutoranda em Estudos Literários, orientador: Jorge Luiz do Nascimento.

A partir da perspectiva pós-colonial e transcendendo os binarismos modernos da razão Iluminista, a identidade é entendida como a representação dos sujeitos nos sistemas culturais que os rodeiam. Assim, o conceito de identidade está em constante transformação, bem como as sociedades modernas, podendo ser apreendido como algo cambiante e transitório, cujas facetas e fragmentos nos vão sendo apresentados em diferentes momentos:

> *A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente*. (Hall, 2006, p. 13)

Essa perspectiva cambiante é construída pela temporalidade performática da ação e da representação do sujeito em suas práticas culturais. Nesse sentido, o próprio entendimento do processo histórico como forma de significação e representação tem de ser revisitado numa perspectiva crítica. Vale destacar, no entanto, que as sociedades multiculturais não são algo novo, mas sim o olhar revisitado sobre o processo de construção das narrativas nacionais, em um momento "em que a globalização conduz a um hesitante desfecho da fase do Estado-Nação da modernidade capitalista" (Hall, 2009).

A negociação de sentidos é de extrema relevância no entendimento da diversidade de sujeitos histórica e culturalmente híbridos que ainda hoje se mantém à margem do reconhecimento jurídico e social, em uma "proliferação subalterna da diferença" (Hall, 2009). Tal questão é claramente percebida em comunidades negras guetizadas em comunidades remanescentes de quilombos no Estado do Espírito Santo. Nessas comunidades diaspóricas, as formas de vida derivadas de sua cultura de origem influenciam e interagem com as práticas cotidianas e as novas formas de organização social e expressão cultural, marcada pelo hibridismo entre o arcaico e o moderno, a origem e a contemporaneidade.

Quanto ao conceito de hibridismo, afirma Stuart Hall (2009, p. 71): "O hibridismo não se refere a indivíduos híbridos, que podem ser contrastados com os 'tradicionais' e 'modernos' como sujeitos plenamente formados. Trata-se de um processo de tradução cultural agonístico, uma vez que nunca se completa, mas que permanece em sua indecidibilidade."

Quilombolas do Espírito Santo

A cultura capixaba, em seu processo de construção identitária, passou por um período de "silenciamento" e apagamento da questão racial, uma vez que o negro aparece na história do Estado como mão-de-obra nas plantações de cana-de-açúcar durante o século XVIII e, após a Abolição, desaparece sob a égide da imigração europeia de meados do século XIX. Tal silenciamento deve-se à exclusão do quesito "cor" nos censos populacionais posteriores à Abolição (Osório *et al.*, 1999).

O Estado, marcado por um tempo pedagógico de embranquecimento, entretanto, traz um forte movimento de resistência socioeconômica e cultural das comunidades negras. Tal perspectiva evidencia não apenas a reinscrição histórica de comunidades diaspóricas, mas o caráter híbrido da identidade capixaba (negros, índios, portugueses, italianos e alemães), bem como das comunidades remanescentes de quilombos sobre as quais se desdobra o olhar desta pesquisa. Nesse contexto, a resistência também é política, construída a partir da representação cultural dos ticumbis, das bandas de congo, dos tambores de caxambu, dos jongos, da religiosidade, dentre outros.

A religiosidade perpassa as mais diversas representações, uma vez que diz respeito não só aos festejos e ritos das comunidades de origem, mas à orientação e à correlação com as práticas católicas dos antigos senhores de escravos. Os dias santos cristãos eram os dias de folga dados aos escravos para o culto de suas divindades, o que confere certo sincretismo às práticas religiosas no que concerne ao calendário festivo. Isso ocorre nos festejos de "Santos Reis" e "São Benedito" (ligado também à devoção a São Sebastião) e nas bandas de congo, dentre outros integrantes desse "jogo de assimilação" que marca o hibridismo das comunidades remanescentes de quilombos (Osório *et al.*, 1999).

A manutenção da tradição nessas comunidades vem da oralidade, com narrativas passadas de geração a geração, unidas pela religiosidade, pela literatura e pela música, tornando possível a reconstrução do passado de práticas sociais pela voz de seus protagonistas, rompendo o silenciamento do processo histórico estabelecido oficialmente.

A relação entre passado e presente também se evidencia no campo das tensões sociais pela posse da terra. As áreas de concentração de escravos vindos ao Espírito Santo foram determinadas pela vida econômica em função do cultivo de cana-de-açúcar e mandioca, e da criação de gado e pesca entre os séculos XVI e XVIII. Essa população se localizou nas regiões Norte, nos atuais municípios de São Mateus, Conceição da Barra e Linhares; Central, nas cidades de Vitória, Serra, Santa Leopoldina, Vila Velha e Guarapari; e Sul, em Anchieta, Piúma, Itapemirim, Marataízes e Presidente Kennedy (Osório *et al.*, 1999).

Atualmente, são certificadas pela Fundação Cultural Palmares 29 comunidades remanescentes de quilombos no Espírito Santo: em Conceição da Barra estão as comunidades Angelim, Linharinho, São Domingos, Córrego do Sertão, Córrego Santa Izabel, Coxi, Dona Guilhermina, Roda d'água, Santana e Santaninha; em São Mateus, São Jorge, São Cristóvão, Serrania, Beira Rio Arual, Cacimba, Chiado, Córrego Seco, Dilô Barbosa, Mata sede, Nova Vista, Palmito e São Domingos de Itauninhas; em Presidente Kennedy, Boa Esperança e Cacimbinha; em Cachoeiro, Monte Alegre; em Santa Leopoldina, Retiro; em Ibiraçu, São Pedro; em Itapemirim, Graúna; e em Vargem Alta, Pedra Branca.[1]

Conforme Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, Artigo 68, o conceito de quilombos/comunidades quilombolas, de acordo com a Antropologia, pode ser dividido em três categorias: remanescentes de quilombos, remanescentes de senzalas (escravos à época ou negros libertos) e comunidades de novos, contemporâneos ou modernos quilombos pós-Abolição. Segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), apenas a Comunidade Quilombola de Monte Alegre, localizada no distrito de Pacotuba, em Cachoeiro, possui certificação.

O caminho para o reconhecimento jurídico e o consequente respaldo constitucional é árduo e irregular, passando pela autodenominação, o reconhecimento e a certificação por parte da Fundação Cultural Palmares e do IPHAN, e posterior reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos. O direito à terra das comunidades quilombolas no Espírito Santo agrava-se não apenas pelos entraves jurídicos, mas também pela disputa territorial acirrada na região Norte, em função da monocultura de eucalipto.

Nessa perspectiva de tensão ideológica, territorial, ética e estética é que a representação cultural das comunidades remanescentes de quilombos também se constrói como um projeto político de representação, legitimação e direitos constitucionais. Isso se deve ao fato de que a identidade de tais comunidades inscreve-se no cotidiano de suas práticas sociais e não em um tempo pedagógico de construção exterior à própria comunidade.

Assim, a arte, como forma de representação cultural, apreende a multiplicidade, a memória e a híbrida identidade de comunidades marcadas pela expropriação, pelo apagamento e pelo silenciamento de suas narrativas históricas.

A Literatura Oral

Como manifestação e representação cultural, a Literatura torna-se signo de construção da narrativa histórica e performática, marcada por formações discursivas e ideológicas engendradas no discurso das artes e, por conseguinte, literário, constituindo-se também como questão política.

A Literatura oral dos versos e cantares dos jongos e bailes de congos das comunidades remanescentes de quilombos inscrevem as identidades culturais em estratégias contra hegemônicas do discurso social, revelando o espaço produtivo e indeterminado da identidade daqueles que sofreram processos de subjugação, dominação, diáspora e deslocamento, traduzindo seus anseios, apreensões e lutas.

Essa representação cultural transcende os objetos canônicos da representação artística, apresentando práticas indeterminadas, em movimento e performáticas, produzidas no ato da sobrevivência social.

---

1 Conforme Incra, em pesquisa realizada em junho de 2011. (Disponível em: http://www.palmares.gov.br/?page_id=88&estado=ES.)

Segundo Bhabha (2010, p. 241), a "cultura como estratégia de sobrevivência é tanto transnacional como tradutória", pois ao mesmo tempo em que está enraizada em histórias de deslocamento, também significa os discursos pós-coloniais e seus sujeitos.

Nas experiências culturais diversas, seja no campo da literatura, da música, do ritual, da vida ou da morte, o caráter transnacional torna o processo de tradução cultural uma forma complexa de significação, marcada pelo caráter multicultural e híbrido. Não há espaço para simples concepções antagônicas ou binaristas em uma estrutura simplista de análise, mas observa-se que o desconfortável olhar da intederminação surge como signo de diversidade no processo de tradução das narrativas históricas de sujeitos diaspóricos. Estes, por sua vez, se reconhecem nas fronteiras culturais e políticas estabelecidas, as quais permaneceram veladas por séculos sob o mito da democracia racial brasileira.

Nos cantares dos jongos, o transnacional revela-se como tradutório de sujeitos fragmentados e híbridos, reinscrevendo e reinterpretando comunidades guetizadas, dando-lhes o direito à voz e à significação na construção de uma narrativa nacional que não exclua as populações de fronteiras entre culturas e nações, muitas vezes, à margem da lei.

Os versos e cantares dos jongos e dos bailes de congos e reis de bois são utilizados como fonte de pesquisa em razão de se constituírem como elementos resistentes de uma memória coletiva ainda viva na literatura oral.

Segundo Câmara Cascudo (1984, p. 23-24):

> *Duas fontes contínuas mantêm viva a corrente. Uma exclusivamente oral, resume-se na estória, no canto popular e tradicional, nas danças de roda, danças cantadas, danças de divertimento coletivo, ronda e jogos infantis, cantigas de embalar (acalantos), nas estrofes das velhas xácaras e romances portugueses com solfas, nas músicas anônimas, nos aboios, anedotas, adivinhações, lendas, etc. (...) Com ou sem fixação tipográfica, essa matéria pertence à literatura oral. Foi feita para o canto, para a declamação, para a leitura em voz alta.*

A literatura oral, ainda que não tenha sido sistematizada por uma cultura da escrita, guarda em si recursos físicos inatos e cognitivos (Carvalho, 2007), de modo que, adequada a sua historicidade e à época de produção, guarda experiências diversas das vivenciadas na sociedade contemporânea. Traz símbolos e representações de um tempo que, se não preservado no espaço da memória e documentado no âmbito da escrita, tende a esmaecer com o passar dos anos.

A literatura, nesse sentido, contribui de maneira eficaz para a concretização das relações humanas, tendo em vista que, ao recriar elementos da realidade com base na subjetividade, possibilita o entendimento histórico de problemáticas sociais, não importa se em um tempo distante, mas vivo na memória coletiva de uma comunidade específica. Com relação a esse processo de recriação e representação, vale considerar os versos a seguir, originários de um baile de congo anterior ao ano de 1950, trazidos pela memória de Tertolino Balbino, em entrevista realizada pelo IPHAN (Ministério da Cultura, 2008) em janeiro de 2008:[3]

> *O nosso Governo Novo*
>
> *Não tem mais nada que estuciar*
>
> *Até o dinheiro mudou, fez o barato ficar caro*
>
> *O dinheiro novo é centenário.*

Os demais congos respondiam:

> *Bem feito. Quem te mandou*

---

[3] 3 Dados obtidos com base em pesquisas realizadas no IPHAN durante os meses de março e abril de 2010.

Que não te mandou ensinar

O povo agora faz verso,

Sabido sempre a lograr.

Bem feito que te mandou

Que não te mandou ensinar

Que na carta do ABC

Ao menos aprendesse a letra A.

Nesses versos, diversos são os elementos passíveis de análise. Em termos estruturais, a organização das estrofes em quadras, o uso de paralelismo e a criação proposta tomando por ponto de partida um mote evidenciam a apropriação da tradição oral medieval, herança da lírica portuguesa e constituinte da formação híbrida e popular dos versos.

Em termos de conteúdo, é visível o olhar crítico por parte de seus autores, no caso, coletivos, já que representativos de uma tradição popular e plural da comunidade. Há a percepção crítica de estruturas de poder que se repetem, as quais, sob novas faces, reproduzem o processo de exclusão e desigualdade ao longo dos tempos, conforme observado no verso "*O dinheiro novo é centenário"*.

Metonimicamente, o *dinheiro novo* não indica apenas o objeto em si, mas todas as relações de poder engendradas por ele. O dinheiro se traduz em metáfora de exclusão, de velhas relações de dominação econômica e formas de organização e reprodução do poder. Os tempos mudam, a moeda também, mas a realidade das comunidades tradicionais se mantém.

A poesia é reconhecida como forma de resistência, como também o são a arte e a representação cultural da identidade subalterna e explorada de tais comunidades. O caráter subversivo é atribuído não só aos versos, mas também à educação, a qual é negada às comunidades tradicionais, dentre elas, as remanescentes de quilombos.

Outra marca discursiva presente nos cantares é a ressignificação e a reinscrição de tradições multiculturais na formação híbrida de representação cultural de comunidades em que há histórico de subalternidade e deslocamentos. Nessa perspectiva, são notórios os versos a seguir, extraídos de um baile de congos para São Benedito, em Conceição da Barra, em 2008 (Ministério da Cultura, 2008).

Marcha de Entrada:	*Na porta dessa casa santa,*
	Que nós viemos adorar o nosso Deus
	Nós viemos adorar São Benedito
	E o Menino que está no braço seu
	Ele e mais Jesus estão sabendo
	Como seu devoto padeceu
Secretário do Rei de Congo:	*Licença senhor paciência!*
	Eu peço que a excelência o povo cala
	Enquanto o Rei de Congo

Chega nesta praça e fala!

Me vala valoroso Rei de Congo
Rei de Congo assim chamado,
Que foi rei em Costa d'África
E que em Guiné foi apresentado.

Me vala o valoroso Rei de Congo!
Hoje aqui neste dia,
Que vós sois o Rei mais velho
E de grande soberania.

Rei de Congo: *Secretário, secretário!*

Secretário do Rei de Congo: *Rei senhor, para que chamastes?*

Rei de Congo: *Hoje será um dia próprio,*
Para nós chegar com nossa gente,
Para festeja São Benedito,
Que é o nosso onipotente?

Secretário do Rei de Congo: *É sim senhor, senhor meu Rei.*

Rei de Congo: *Secretário, secretário!*

Secretário do Rei de Congo: *Rei senhor, para que chamastes?*

Rei de Congo: *Eu avisto um palácio,*
Todo cercado de luz.
Será por acaso, onde está São Benedito
E o nosso Menino Jesus?

Secretário do Rei de Congo: *É, sim, senhor, senhor meu Rei.*
E elo jeito que estou vendo,
colocado naquela cruz.
É onde está São Benedito

E o nosso menino Jesus.

(...)

Rei de Congo: *Secretário, secretário!*

Secretário do Rei de Congo: *Rei senhor, para que chamastes?*

Rei de Congo: *Eu venho cansado, venho cansado e aflito.*

Será que não acho um assento de cadeira

Que eu possa me descansar perto do violeiro,

Ao lado de São Benedito?

Secretário do Rei de Congo: *Sim, senhor, senhor meu Rei.*

Mandei pedir no Palácio do Planalto

E a resposta veio ligeiro.

Dizendo que lá têm muitas,

Pra aqueles que lá nasceram.

Que as que têm, tão ocupadas,

Por mentirosos, corruptos,

Gananciosos e caloteiros.

Então mandei ver na escola

E logo me atenderam.

Coitada das professoras,

Que são de classe tão sofrida,

Mas educam o mundo inteiro.

Foram na sala da diretora,

Pegaram uma linda cadeira,

Está ao lado de São Benedito

E perto do violeiro.

Meu Rei pode se descansar

Seu descanso derradeiro.

Os versos evidenciam as duas primeiras partes do Baile de Congos, em que há, após a missa, a marcha de entrada, com conto e dança diante da igreja, para posterior encenação de uma "guerra" discursiva, em que o Rei de Congo e seu Secretário saem vitoriosos. A encenação apresenta forte caráter religioso, na apresentação dos personagens e na posterior luta com o Rei de Bamba, o qual é vencido e recebe, por meio da força, o batismo.

Essa representação cultural evidencia traços da diáspora africana, uma vez que remonta às bases históricas das relações escravocratas entre Portugal, África e Brasil. Isso se deve o fato de que aqueles que eram vencidos em disputas entre povos africanos eram feitos prisioneiros e poderiam ser comercializados como escravos (Ministério da Cultura, 2008).

Ao observar o conteúdo do diálogo travado entre o Rei e seu Secretário fica evidente a aproximação da tradição católica ressignificada por São Benedito, o Santo Negro, visto como Onipotente ("*nosso Deus*"). Não só o discurso é híbrido e diaspórico, também o Santo etíope-afro-italiano e o Rei de Congo (convertido ao cristianismo pela relação com o colonizador e assimilado ao Deus europeu pelo poder de colonização).

A percepção de que a relação cultural é um ato político fica evidente no último diálogo entre o Rei e seu Secretário. O Rei assinala metaforicamente a ausência de lugar (fruto da diáspora e da negação à terra). Ao que o secretário responde com fortes críticas ao descaso do governo, à desigualdade social, à corrupção e à ganância dos políticos, além da crença no lugar da educação como direito e de função transformadora. Confirma-se, portanto, o caráter transnacional e tradutório da representação cultural, bem como a relevância da temporalidade para a significação dos sujeitos nacionais.

Considerações Finais

Segundo Gilroy (2001), para uma interpretação distinta da modernidade, é necessária a memória da experiência escrava, apontando, no presente, para uma transformação utópica da subordinação racial.

Os versos seculares das comunidades quilombolas inserem-se na temporalidade do tempo performático, comprovando o caráter transnacional e tradutório das representações culturais dos bailes de congo. A análise permite identificar posicionamentos históricos com relação ao governo, à educação e à situação das comunidades tradicionais.

A subversão e o caráter revolucionário são assinalados sob a perspectiva da resistência e do protagonismo, necessários à sobrevivência daqueles que nutrem histórias de deslocamento e marginalidade. Revisitar as narrativas históricas presentes na representação da Literatura oral é uma forma de os sujeitos nacionais, localizados às margens das narrativas oficiais e dos sistemas formais de ensino, lutarem por seus direitos, a fim de que a estrutura cíclica de exploração por parte do governo e da sociedade não seja infinitamente reproduzida.

Referências bibliográficas:

CARVALHO, A. *Eu Não Canto por Cantar: oralidade poética e memória*. 2007. 168 f. Dissertação (Mestrado em Teoria Literária) – Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

CASCUDO, L. da C. *Literatura Oral no Brasil.* 3. Ed. São Paulo: Editora Itatiaia, 1984.

GILROY, P. *O atlântico negro.* 34. Ed. Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, Centro de Estudos Asiáticos, 2001.

HALL, S. *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade.* 11. Ed. Tradução de: Thomás Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: Ed. DP&A, 2006.

_____. *Da Diáspora: identidades e mediações culturais.* Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009.

MINISTÉRIO DA CULTURA. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Patrimônio Cultural das Comunidades Quilombolas do Norte do Espírito Santo.* Vitória: Iphan, 2008.

OSÓRIO, C.; BRAVIN, A.; SANTANNA, L. de A. *Negros do Espírito Santo*. São Paulo: Ed. Escrituras, 1999.

‘Machado’: O DISCURSO SOBRE A FORMAÇÃO DA COMUNIDADE São José da Serra

Debora Simões de Souza

Introdução

Nesta parte deste artigo será apresentada a Comunidade São José da Serra identificando características básicas da vida dos integrantes desta. Passando pelos seguintes pontos: localização, número aproximado de moradores, como eles se organizam economicamente, as atividades que desenvolvem em relação ao turismo cultural, e outros. Para isso, será utilizado, depoimentos de alguns integrantes da Comunidade, fontes retiradas do acervo do Laboratório de História Oral e Imagem da Universidade Federal Fluminense (Labhoi – UFF). Entre os trabalhos desenvolvidos pelo Labhoi, que aqui é muito utilizado, é o livro Memórias do Cativeiro. Onde Ana Lugão Rios e Hebe Mattos (2005) trabalham com a memória coletiva de camponeses negros, descendentes da primeira geração do pós-abolição da região do Sudeste do Brasil, mais especificamente, as antigas regiões cafeeiras. As autoras relacionaram fontes orais com uma série de documentos escritos.

Os depoentes serão: Manoel Seabra o senhor mais antigo da Comunidade; Dona Zeferina, falecida, foi líder religiosa e mãe de santo em dois centros de Umbanda e Antônio Nascimento Fernandes atual presidente da Comunidade São José da Serra, teve e tem ainda hoje, importante participação na política local. Este último, também atua no Movimento Negro, modificações na Comunidade coincidem com a entrada dele na política, o grupo conquistou um grande espaço, no município, e fora dele. Neste trabalho, o jongo receberá uma atenção especial, pois este é visto como importante manifestação cultural na constituição da identidade brasileira de origem *banta*. E como tal, foi tombado em 2005 como: Patrimônio Nacional do Brasil. Certos apontamentos feitos neste texto são oriundos de dos trabalhos de campo realizados por mim em 2008 e 2011.

Conhecendo e Reconhecendo a Comunidade São José da Serra e o Jongo

Atualmente, o número de moradores da comunidade vária entre, 100 até 180 pessoas. No ano de 1998, moravam 77 pessoas, em 16 casas, em sua maioria, “feitas de estuque (pau-a-pique e barro), com cobertura de sapé e chão de terra batida” (MATTOS, 2005: 261). As terras da fazenda ficam localizadas no distrito de Santa Izabel do Rio Preto, em Valença, estado do Rio de Janeiro. O local possui energia elétrica, mas o transporte ainda é precário. Nos últimos dois anos, duas novas construções foram feitas na Comunidade, já em alvenaria[318].

Uma parte essencial, para conhecer e reconhecer a comunidade, são os depoimentos que abordam os assunto:

. Debora Simões de Souza graduanda do curso de História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e bolsista do Projeto de Pesquisa História e Memória do Município de São Gonçalo, sob orientação Profº. Drº Rui Aniceto Fernandes.

318

Certos apontamentos, feitos neste texto, foram decorrentes de observações feitas em Campo, em duas visitas a Comunidade São José da Serra, uma em 2008 e outra em 2011.

o jongo para a Comunidade e o "mito de origem" (RIOS & MATTOS, 2005: 262-264) da mesma e sua transição de Fazenda São José para Comunidade Quilombola, o depoimento de Manoel Seabra expressa o sentido do "mito de origem".

Manoel Seabra foi entrevistado por Lídia Meirelles e Hebe Mattos no ano de 1998, em visita destas pesquisadoras a Comunidade São José da Serra. Segundo Manoel Seabra, seu avô paterno era escravo vindo da África, já no Brasil foi levado para uma fazenda onde o mesmo sofria muito, foi então que resolveu fugir para a 'fazenda do Ferraz', nome do fazendeiro da fazenda São José. Ainda segundo o depoimento de Seabra: seu avô ficou trabalhando para Ferraz a vida inteira e lá na fazenda fixou família (RIOS & MATTOS, 2005: 263-264). O avô de Manoel Seabra, chamado Pedro, veio da África, citado anteriormente, "e era da nação dos Cabinda" (RIOS & MATTOS, 2005: 262-263).

O fazendeiro Ferraz, na época da Abolição da Escravidão, conferiu aos seus escravos o usufruto das terras da fazenda e tornou-se acoitador de escravos fugidos (RIOS & MATTOS, 2005: 264). A expressão "quilombo" está presente no depoimento de Manoel Seabra contando como seu avô explicava para ele a situação da fazenda: 'Eles falavam: quilombo é aqui na fazenda São José' (RIOS & MATTOS, 2005: 264). Manoel Seabra explicou o porque da utilização do termo: 'Quilombo era por causa deles fugia né? Ficava num lugar escondido. Vovô falava que aqui era um quilombo. Era um quilombo' (RIOS & MATTOS, 2005: 264).

Segundo Hebe Mattos, a construção da narrativa de Manoel Seabra evidência o "mito de origem da comunidade" (RIOS & MATTOS, 2005: 264), e também, legítima a comunidade como quilombo, levando em conta o sentido histórico do termo. Podendo relacionar a origem da Comunidade São José da Serra ao conceito de "negociação e conflito" (SILVA & REIS, 2009:7) de João José Reis e Eduardo Silva, onde o escravo vivia em um sistema escravista violento, entretanto, este escravo interagia com um espaço social em que estava inserido e este espaço era constituído de barganhas, e também, de conflitos.

O depoimento de Manoel Seabra é importante para evidenciar a origem e as transições que ocorreram no final do século XIX na sociedade brasileira e como isso repercutia naquela fazenda. Outro fator de importância é idade avançado deste, Manoel Seabra suas memórias e falas retomam os último anos do tempo da escravidão no Brasil.

Outra pessoa importante na Comunidade, hoje em memória [319], era Dona Zeferina Nascimento Fernandes, no ano 1998 ela e Manoel Seabra, seu irmão desempenhavam papéis de lideranças. Zeferina Fernandes era líder religiosa e seu irmão a auxiliava nos assuntos religiosos. E também, ele exercia uma função política, de negociar com o antigo proprietário da antiga Fazenda São José. Evidenciando essa autoridade foram estes os "porta-vozes autorizados" (RIOS & MATTOS, 2005: 262) que, segundo Hebe Mattos, falaram em nome do grupo nas entrevistas produzidas para o "laudo de identificação" (RIOS & MATTOS, 2005: 262).

Zeferina Fernandes dirigia dois Centros de Umbanda: um na própria Comunidade e outro, no distrito de Santa Izabel. Era "mãe-de-santo respeitada" (RIOS & MATTOS, 2005: 262), sendo procurada por pessoas que vinham de outras cidades e até do Rio de Janeiro. Uma mudança que ocorreu a pedido de Dona Zeferina foi a inclusão das crianças nas rodas de jongo. Segundo o depoimento de Manoel Seabra, o ponto de jongo tradicional continha "trocas de um tipo de feitiço", (RIOS & MATTOS, 2005: 266) que por vezes levavam e chegavam em brigas de fato, desta forma, as crianças não participavam. Assim que D. Zeferina adquiriu a direção das festas, esta proibição foi suspensa.

De acordo com D. Zeferina, até 1998 a festa começava no dia 1º de maio e se estendia até o dia 13 de maio. Nesta época, eles começaram a fazer apresentações públicas fora da Comunidade e a participar de festivais de jongo (MATTOS, 2005:267). Atualmente, ocorre uma grande festa no dia 13 de maio em homenagem a Pai Benedito da Umbanda, também conhecida como Noite dos Pretos Velhos. Retornando a questão da participação das crianças no jongo com o depoimento de Manoel Seabra, que aponta a antiga exclusão das crianças nas rodas de jongo e a sucessiva mudança (LABHOI-UFF, 1998):

319

No ano de 1998, Dona Zeferina foi entrevistada por Hebe Mattos e Ana Lugão Rios. Em 2003 ela faleceu sua filha D. Terezinha a substituiu nas atividades religiosas, como liderança. *Memórias do Cativeiro: família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. pp. 262.

> *O Jongo. Nos meus tempos Nossos avô os bem mais velhos né? Não deixavam agente assistir. Eu podia passar ali perto. mas passar de passagem, era só eles que eram mais de idade, né? Um tampava o outro na briga daqui, dali... O que dizissi né? Ai já queria briga. Já queria briga. Já saía discutissão daqui e dali, é por isso que não queria nem criança e nem dona assistindo o Jongo. Então a hora que pegasse pra valer mesmo, eles que disputavam, lá né? O Jongueiro. E as comunidades. E dali, né? Foi indo... Foi indo depois que agente formou...Aí já peguei e já entrava no Jongo. Primeira dança.Aprendi a dançar. agente fazia ensaio em casa com a minha mãe, com meus irmãos, com as minhas irmãs e fazia um ensaio.*

Segundo Rita Gama Filho (2006) a inserção das crianças nas rodas de jongo no Vale do Paraíba possui um tempo específico: o final do século XX. Esta autora identifica essa permissão como "uma grande revolução" (FILHO, 2006: 13) e aponta como causa, a falta dos mais idosos que faleciam ou não participavam por causa de debilidade da saúde. Havia a possibilidade da prática se extinguir, pois os conhecimentos não eram ensinados para as crianças, a autora chama de "estratégia de preservação" (FILHO, 2006: 13) a inclusão dessas crianças.

Sobre a inserção apresentada no parágrafo anterior, o depoimento de Antônio Nascimento ratifica o que Rita Filho denomina de "estratégia de preservação" (LABHOI-UFF, 2003):

> *O jongo não canta sozinho e nem dança sozinho precisa de um grupo. Então é isso que agente ta trabalhando muito as crianças... amanhã nos vamos estar ai com crianças de... dançando o jongo até criança ate de seis anos, cinco anos, né? tem criancinha lá que está com dois anos e já sabe... bota lá e agente já deixa, né? É um troço que no passado não podia mas agente deixa que eu acho que o salvador da comunidade, mesmo, vai ser o Jongo.*

Antônio Nascimento Fernandes nasceu na Comunidade 1946, sendo sua trajetória política: no ano de 1995 foi eleito sub-prefeito do Distrito de Santa Isabel; entre 1996 e 2000 foi vereador e articulou-se com líderes do Movimento Negro (MATTOS, 2006: 167-172). Em relação ao jongo: a Comunidade iniciou o processo de apresentações de rodas de jongo na cidade de Santa Isabel, esse período, coincide com o da entrada de Antônio Nascimento na política local. Segundo Hebe Mattos a entrada dele na política consolidou a "identidade coletiva" (MATTOS, 2006: 169) da Comunidade.

No depoimento de Antônio Nascimento Fernandes[320] está presente a importância do jongo, sua fala sobre o tempo do cativeiro salienta a presença do jongo na Comunidade. Para ele o jongo na sua Comunidade foi criado no período da escravidão (RIOS & MATTOS, 2005: 288-289):

> *O jongo da Comunidade São José da Serra é uma das coisas que a gente tem consciência [que] é uma das coisas boas, porque o jongo ele foi criado assim: no tempo da escravidão, então o negro vinha lá de fora da África e quando chegava no Brasil eles faziam tudo pra poder trocar, tirar parentesco, grau de parentesco. Cada um levava para um lugar aí até com língua diferente (...) até dialeto não falava o mesmo (...) para poder complicar a convivência deles nas comuni. ... nas fazendas. E no jongo, os negros se organizaram através do cântico. Então começaram a cantar, e cantando eles se conheciam, através do canto e daquilo foi surgindo algum namoro, nas lavouras de café. E passaram a confiar um no outro. E assim foi criado o quilombo também. Porque o jongo, ele é·um cântico não decifrável. Porque o cara cantava, combinava quem ia fugir, como ia fugir, quando iria fugir, com quem iria fugir. Mas*

320 Antônio Nascimento Fernandes é filho de Zeferina Nascimento e Sebastião Fernandes, o Sebastião Zequinha, ambos netos de antigos escravos da Fazenda São José. È interessante, que na genealogia da família os nomes se repetem, desde o tempo do cativeiro.

> *os feitores, que ficavam o dia todo nas lavouras de café, não tomavam conhecimento daquilo. Aí foi indo, com o passar do tempo, aí foi criando os quilombos. Veio o dos Palmares, depois vieram outros quilombos, como hoje é o de São José da Serra.*

O tempo histórico reconstruído na narrativa de Antônio Nascimento para marcar a criação do Jongo é a escravidão. Tal reconstrução associa-se com o conceito apresentado por Eric Hobsbawn de "tradição inventada" (HOBSBAWN & RANGER, 2002:9-10), essa tradição pode ter dois sentidos: o primeiro é de fato as tradições inventadas, arquitetadas e institucionalizadas; segundo: as "tradições" que nasceram de maneira que localizar esse momento é muito complicado, ou até impossível. Em relação à tradição da prática de jongo, é muito difícil de delimitar o momento que surgiu, viajantes estrangeiros, no século XIX, não empregavam a expressão jongo, segundo Martha Abreu estes utilizavam o "termo genérico de batuque" (ABREU, 1994: 190). Hobsbawn apontando que o objetivo central do seu estudo é pesquisar o modo que essas tradições surgiram e se fixaram. Segundo ele a "tradição inventada" (HOBSBAWN & RANGER, 2002: 11) sempre tenta estabelecer uma ligação com um "passado histórico", no caso do jongo na Comunidade, o marco é o passado do tempo do cativeiro.

Hebe Mattos aponta as modificações que ocorreram nos últimos dez anos na Comunidade. Para ela seguiram uma série de modificações nas maneiras de organização e representação política do grupo, "num processo contínuo de ampliação de aliados, diretamente associado a um reforço da identidade negra, configurando a nova identidade quilombola" (RIOS & MATTOS, 2005: 264).

Dentre destas modificações está a relação entre a Comunidade São José da Serra e a igreja católica, uma relação de tensões e harmonias. Ainda no tempo de cativeiro a igreja católica "acolhia para o batismo", mas também fazia os integrantes da Comunidade "sentarem-se no banco de trás" (RIOS & MATTOS, 2005: 264), como apontou Antonio Nascimento em depoimento. Segundo ele, na década de 1980, um tipo específico de padre começou a frequentar a Comunidade visitando "os negros de São José" (RIOS & MATTOS, 2005: 264). O primeiro padre foi Sebastião Pereira, que visitava a Comunidade dormia ali e tocava sanfona e, depois, mais dois padres até a chegada do padre Medório.

O Padre Medório iniciou um processo de resgate das tradições culturais da comunidade. Valorizou suas lideranças tradicionais, incorporou os tambores e os cantos de negros nas missas da igreja de Santa Izabel. Segundo Antônio Nascimento antes deste padre, os outros rejeitavam as tradições da Comunidade, afirmando ser "coisa de macumba" (RIOS & MATTOS, 2005: 265). Uma das missas mais marcantes ocorreu em 1995, em Santa Izabel onde o padre Medório pediu para que os brancos se ajoelhassem e pedissem perdão aos negros.

Sobre esse evento o depoimento D. Terezinha:

> *[...] a missa foi tão bonita! [...] O padre Medório botou os brancos de joelho para poder pedir perdão aos negros, pelo que os bisavós deles judiaram dos nossos bisavós [...] pediu que todo mundo se ajoelhasse e nós levantasse as mãos para perdoar [...] foi uma coisa muito encantada, mesmo! Foi uma missa que durou quatro horas, todo mundo na igreja se ajoelhou [...] foi lindo! Foi uma coisa muito importante e bonita mesmo [...] ele (o padre) pediu que todo mundo fosse de branco, todo mundo da comunidade de preto.*

O Jongo na Comunidade São José é um elemento fundamental para a formação da identidade coletiva. As rodas de jongo da Comunidade, em dia de festa aberta ao público, ocorrem no terreiro em frete à capela de São José do Operário. Os integrantes produzem artesanatos, preparam a tradicional feijoada, utilizam indumentárias específicas – as mulheres de saias e camisas ambas brancas e os homens de roupas do cotidiano, em sua maioria de calça e camisa - havendo uma preparação dos tambores – são ao todo três. O depoimento de Antônio Nascimento, exposto anteriormente, evidência o significado e a importância do jongo para os integrantes da Comunidade.

Em relação à transição fazenda e comunidade Hebe Mattos (2005) utiliza o depoimento de D. Zeferina. Para esta autora a questão de continuação ou abandono das fazendas e a possibilidade da mobilização espacial como meio de sobrevivência constituem as narrativas referentes aos primeiros anos após a emancipação. D. Zeferina viveu toda sua vida nas terras da fazenda, onde seus avós foram escravizados, no trecho a seguir, ela narra os acontecimentos que ocorreram posteriormente ao 13 de maio enfatizando dois fatores desse contexto. Esses fatores demarcam as

"possibilidades de realização do projeto camponês que informava as expectativas de liberdade dos últimos libertos" (MATTOS, 2005: 113).

Segundo D. Zeferina que inicia sua fala exemplificando como contavam para ela sobre o tempo do cativeiro (MATTOS, 2005: 113-114):

> *Contavam que quando acabou o cativeiro, o dono lá bateu o sino, chamou eles tudo pra roda, aí quando eles chegaram no terreiro ele gritou: 'De hoje em diante vocês passam a ser senhor do seu destino, vocês não precisam trabalhar para mim, trabalhem para quem vocês quiserem'... e voltou para dentro de casa chorando e eles como bobos ficaram imaginando o que tinha acontecido com o senhor, porque lês não sabiam por que ele chorava. E agora? Como ia ser para alimentar aqueles meninos todos lá? Aí depois ele tornou a explicar, o capaz dele explicou e mandou eles trabalharem . Aí depois foi explicando, explicando até que lês entenderam que podiam trabalhar pra outro.*

Outra questão enfrentada pelos integrantes de comunidades no Vale do Paraíba e, neste caso, a Comunidade São José da Serra foi e é, a dificuldade de acesso ao mercado de trabalho. Atualmente, a subsistência e o turismo cultural sustentam a renda do grupo de São José, mas, o turismo cultural é muito recente e ocorreu um grande período de grandes dificuldades financeiras. Sucedendo um fluxo migratório de integrantes de comunidades que foram para as cidades vizinhas para trabalharem nas indústrias e no setor de serviços. A produção do turismo cultural é abordada no estatuto da Associação de Moradores da Comunidade São José da Serra.

> No ano de 2000, foi criada a Associação de Moradores da "Comunidade Negra Remanescente de Quilombo São José da Serra", nomeada nestes termos desde 2000, a partir do estatuto da "Associação de Moradores registrada no Cartório do 1º Ofício de Notas da Comarca de Valença, em junho de 2000" (ALMEIDA, 2008: 5). O estatuto delimita as pessoas que poderiam morar nas terras da Comunidade, serão pessoas que comprovem laços familiares com os já integrantes da Comunidade. "Ficaram estabelecidos, conforme seu artigo quarto" (ALMEIDA, 2008: 5), o primeiro parágrafo deste artigo destaca a importância de promover o turismo cultural das tradições no local.

Na festa do 13 de maio é um momento de valorização das tradições na região ocorre a venda de bonecas feitas de esponja que lembram certas jongueiras da Comunidade, além de toda a arrecadação com inúmeras barracas da comunidade. Segundo Hebe Mattos dos objetivos da associação, é evidente a preferência dada ao turismo cultural, para o qual a prática do jongo representa fator fundamental. Nessa conjuntura, o jongo da Comunidade São José, de certa maneira reinventado, "une tradição e inovação - passado e futuro - nos projetos traçados para a comunidade" (MATTOS, 2006: 180).

Esta parte deste texto foi desenvolvida para uma melhor compreensão do que será abordado nas próximas páginas. As fontes utilizadas aproximaram os significados do que é ser quilombola nos dias de hoje. Um panorama histórico do que foi o tempo do cativeiro para os descendentes da Comunidade São José e as mudanças que ocorrem na mesma. E, por fim, buscou-se uma apresentação do significado do Jongo para esse grupo, com suas mudanças e continuidades, além da organização física do grupo.

Angoma, Ngoma: os tambores e outros elementos.

Neste momento, será priorizada a forma que o jongo é praticado, destacando alguns pontos como: a indumentária, a comida servida, o espaço e horário que são realizadas as rodas de jongo, os tambores, as pessoas envolvidas nessa prática. Terá destacaque conceitos do termo jongo, sendo salientado, as diferentes definições.

De acordo com Nei Lopes (2003) caxambu é definido como "grande tambor, de procedência africana, usado na dança do mesmo nome" (LOPES, 2003: 75) e de raiz "banta". Cabendo salientar que há outras definições

referentes a jongo/caxambu, tal como outros nomes que denominam esta manifestação, são eles: tambu, tambor, batuque e os dois citados anteriormente, as características e as denominações variam de região para região (BRASIL, 2007: 12). O Dossiê 5, "Jongo no Sudeste" apresenta outra definição: "O jongo é uma forma de expressão que integra percussão de tambores, dança coletiva e elementos mágico-poéticos. Tem suas raízes nos saberes, ritos e crenças dos povos africanos" (BRASIL, 2007: 12).

O jongo assemelha-se a outras manifestações culturais de raízes africanas como o tambor de crioula no Maranhão, o batuque em São Paulo, e o candomblé de Minas Gerais. Segundo Pacheco (2007), todas essas danças têm características comuns, como o uso de tambores, a forma de cantar, a linguagem metafórica e o passo de dança chamado umbigada.

As definições de jongo variam de grupo para grupo, havendo outras formas de dançar e expressar os pontos de jongo. As Comunidades Jongueiras buscam proteger o jongo e salientam o significado que ele possui para as elas. Segundo o Dossiê do Jongo no Sudeste o jongo para as comunidades é: elemento de "identidade e resistência cultural para várias comunidades e também espaço de manutenção, circulação e renovação do seu universo simbólico" (BRASIL, 2007: 11).

Geralmente, a dança é realizada a noite por um casal no centro de uma grande roda onde há também uma fogueira, os dançarinos fazem movimentos circularem, sem toques entre os mesmo ao som de três tambores e um versador, ou jongueiro expressa os pontos de Jongo. Esse tipo de passo acontece, por exemplo, na Comunidade São José da Serra. Segundo Hebe Mattos, descrevendo a noite do dia treze de maio: "Nos festeijos, é formada uma grande roda, onde, dentro dela, um casal, a cada vez, dançam em movimentos contrários um do outro" (RIOS & MATTOS, 2005: 266).

O ponto de jongo é um elemento vocal expressado por um jongueiro durante uma roda de jongo. Para o Dossiê 5: "um dos elementos mais marcantes do jongo é o ponto, que expressa um denso arsenal mito-poético contido na prática jongueira." (BRASIL, 2005, p. 1). Quando um jongueiro deseja iniciar um ponto ele grita a expressão: Machado.

> Os integrantes preparam, antes de começar a roda, a tradicional feijoada. Utilizam indumentárias específicas – as mulheres de saias e camisas ambas brancas e os homens de roupas do cotidiano, em sua maioria de calça e camisa - havendo uma preparação dos tambores – são ao todo três. Geralmente, são dois ou três tambores utilizados nas rodas de jongo. Segundo Edir Gandra são dois tambores, o grande, chamado de tambu ou caxambu e o pequeno, denominado de *candongueiro* (GANDRA, 1995: 43).
>
> Segundo Maria Borges Ribeiro (1984) os tambores são feitos de troncos de árvores, sendo a parte superior coberta de couro de animais: bois ou cabritos, esticados e presos com pregos, tachas ou cravos. Para Nei Lopes (2003) os tambores de procedência africana banta são denominados no Brasil como: *angoma*. Em sua segunda definição desta expressão ele coloca como do Jongo do "termo multilinguístico *ngoma*, tambor, através do *quimbundo* ou *quincongo*. Enfim, foi apresentado o jongo e uma Comunidade Jongueira.

Referências bibliográficas:

ABREU, Marta. **Festas religiosas no Rio de Janeiro**: perspectiva de controle e tolerância no século XIX. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 7, nº14, p. 183-203.

BRASIL. **Certidão** IPHAN. Jongo no Sudeste com Titulação de Patrimônio Cultural do Brasil, Brasília, DF, 15 dezembro de 2005.

BRASIL. **Jongo no sudeste**. Brasília, DF: IPHAN, 2007.

ENCONTRO DE HISTÓRIA ANPUH/RIO - IDENTIDADES, XIII, 2008, Rio de Janeiro. **Anais**. Rio de Janeiro: ANPHU, 2008.

GANDRA, Edir. **"Jongo da Serrinha do Terreiro aos Palcos"**. Rio de Janeiro: Giorgio Gráfica e Editora Uni-Rio, 1995.

HOBSBAWM, E, RANGER, T. **A Invenção das Tradições**; tradução de Celina Cardim Cavalcanti. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

MATTOS, Hebe. **Políticas de Reparação e Identidade Coletiva no meio rural:** Antônio Nascimento Fernandes e o Quilombo São José da Serra**.** Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n° 37, janeiro-junho. p. 167-189.

PACHECO, Gustavo. Memória por um fio: as gravações históricas de Stanley J. Stein. In: LARA, Silva Hunold, PACHECO, Gustavo. (Org.) **Memória do Jongo**: as gravações históricas de Stanley J. Stein Vassouras**.** Rio de Janeiro: Folha Seca; Campinas, SP:CECULT, 2007.

LOPES, Nei. **Novo dicionário banto do Brasil:** contendo mais de 250 propostas etimológicas acolhidas pelo dicionário houaiss. Rio de Janeiro: Pallas, 2003

RIBEIRO, Maria Borges. **O Jongo –** Ilustrações de Oswaldo de Andrade Filho. São Paulo. 1984.

RIOS, Ana Lugão, MATTOS, Hebe Maria. **Memórias do Cativeiro**: família, trabalho e cidadania no pós-abolição**.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MEMÓRIA, ARTE E CIDADE: FOTOGRAFIAS E RELATOS ORAIS EM MOVIMENTO PARA RECUPERAÇÃO DE DIFERENTES VERSÕES DO PASSADO

Lilian de Cássia Alvisi[321]

Daniela Marco Antonio Alvisi

> *A multiplicidade pode ser definida como um conjunto de rede de conexões entre os fatos, entre as pessoas, entre as coisas do mundo. Ítalo Calvino (1990).*

A história de uma cidade vai sendo configurada pelos olhares de seus moradores em diferentes manifestações e linguagens. A comunidade da cidade de Poços de Caldas reconhece e valoriza a produção fotográfica de Décio Alves de Morais como importante registro de suas lutas e conquistas. A partir das produções imagéticas com expressivo nível técnico e poético este artista conseguiu imprimir diferentes interpretações aos tempos e aos espaços dessa notável estância hidromineral.

O contato das gerações mais velhas, que se constituem como as guardiãs da memória, com as populações mais jovens torna-se essencial para uma comunidade que deseja a recuperação, a conservação e a socialização de suas histórias, valores e sentimentos.

Ao recuperarmos a trajetória histórica de Poços de Caldas em um movimento que prioriza a coleta de relatos orais e a apreciação de imagens fotográficas possibilitamos que diferentes fatos sejam desvelados e uma vez revividos podem ser atualizados.

Torna-se pertinente ressaltar que os trabalhos ligados à memória contribuem para a reconstrução histórica da cidade, se articulados com a comunidade. O contato das pessoas com os documentos traz à tona vivências passadas, pois funciona como detonador do rememorar e diferentes interpretações vão sendo delineadas nesse processo, pois nos termos de Donatelli (1996;105):

> (...) os documentos estão nas experiências de quem as relata, nos espaços que ocupamos, nos lugares que não podíamos freqüentar, na natureza um dia existente e hoje ausente. A palavra, o dizer tornam-se, então, referendo documentado e o olhar, a sua legitimação.

---

[321] Lilian de Cássia Alvisi Pedagoga, Mestre e Doutora em Educação pela UNICAMP.

Daniela Marco Antonio Alvisi- Pedagoga, Arte educadora e Especialista em Artes Visuais.

Projeto aprovado pela Lei Municipal de Incentivo à Cultura da Prefeitura Municipal de Poços de Caldas e Apoio Cultural da Auto Omnibus Circullare de Poços de Caldas.

Para tornar possível o acesso ao acervo fotográfico do referido artista vários encontros foram promovidos com o objetivo de coletar depoimentos orais em um movimento, que as imagens impressas avivaram histórias e diferentes interpretações do passado e do presente vieram à tona.

Pesquisadores, alunos e professores puderam ouvir as versões do passado a partir das vivências de um fotógrafo que, ao longo de sua vida, colecionou documentos para que a história da cidade fosse registrada. O acervo fotográfico do senhor Décio e a trajetória de sua vida traduzida pelos relatos orais constituíram-se como fundamentais recursos de pesquisa para o estudo da historia local. Portelli (1996:393) argumenta que 'o que faz a história oral diferente' é a presença de uma narrativa impregnada de subjetividade. Nos seus termos: "A metodologia da história oral promove encontros politicamente significativos, uma situação de aprendizado e um 'experimento em igualdade' tanto para o depoente quanto para o entrevistador".

Alunos e professores da zona urbana e rural participaram de oficinas de educação patrimonial em que a apreciação das imagens produzidas pelo artista configurou o percurso histórico de Poços de Caldas em amplos aspectos: a presença de águas sulfurosas devido às formações rochosas e sua influência no cotidiano dos moradores e dos turistas, a projeção da cidade no cenário nacional e internacional pelos seus recursos naturais e pelos jogos de azar que, durante as décadas iniciais do século XX, configuraram como principal fonte de renda, a imprensa promovida por este fotógrafo a partir da fundação de jornais, gráficas e agências de publicidade e o esporte compreendido como atividade de intensa participação popular, como no caso do futebol.

A cada encontro com o Senhor Décio a fotografia mostrou--se como detonadora de memórias e os diferentes pontos de vista sobre fatos, pessoas e vivências pautaram-se na riqueza de detalhes trazidos pelos relatos orais. Nos termos de Portelli (1991;52):

> (...) a memória não é um passivo depósito de fatos, mas um processo ativo de criação de sentidos. Portanto, a utilidade específica da história oral (...) recai não tanto em sua capacidade para preservar o passado, mas nas próprias mudanças instauradas pela memória. Estas mudanças revelam o esforço dos narradores para atribuir sentido ao passado e dar forma às suas vidas, colocando a entrevista e a narrativa em seu contexto histórico".

Neste projeto a fotografia foi considerada como relevante suporte da memória e instrumento de pesquisa. Vale ressaltar que a fotografia sempre apresentou enquanto linguagem intrínseca ao trabalho do homem o desafio de se integrar à era das máquinas em seu cotidiano. Como meio artístico, a linguagem fotográfica se sistematizou em um momento histórico de grandes transformações, que pediriam pela redefinição do entendimento que o homem tinha do mundo e de si mesmo. A arte, como registro histórico de seu tempo, acompanhou este processo de mudança e também instaurou definitivamente o uso de uma máquina em seus meios produtivos. FATORELLI (2008)

A evolução da história da fotografia é marcada tanto pela afirmação desta linguagem enquanto Arte, como pela busca de aprimoramentos técnicos, que pudessem potencializar os efeitos deste tipo de imagem. Os adventos da Revolução Industrial trouxeram, de maneira definitiva, a urbanização e a maquinização da vida humana. A Arte, acompanhando este processo, também se inovou e viu na máquina a possibilidade de um registro mais verídico da realidade, do objeto a ser fotografado.

Num momento evolutivo posterior, a fotografia precisou acompanhar as tendências modernistas e ingressou em uma fase conceitual e mais artística, onde a figura do fotógrafo teve merecido destaque, tornando-se um dos principais diferenciais de trabalho nesta linguagem.

O processo de mudanças interferiu no ideário imagético do homem e trouxe desconforto ao apresentar imagens que não traziam respostas, mas sim questionamentos. A fotografia também apresenta seu caráter ideológico: o que se retrata? O que queremos mostrar ou esconder?

Os encontros com o fotógrafo produtor das imagens estudadas possibilitaram-nos desvelar as situações de criação do artista, como também evidenciar suas versões e interpretações de determinados momentos históricos. Kossoy (2001:99) ao referir-se à imagem fotográfica como fonte de recordação e emoção nos pontua:

> Existe melhor exercício para reviver o passado que a apreciação solitária de nossas próprias fotografias? A experiência visual do homem, quando diante da imagem de si mesmo, retratado por ocasião das mais corriqueiras e importantes situações de seu passado, leva à reflexão do significado que tem a fotografia na vida das pessoas.

Quando o homem se reconhece nos velhos retratos, a emoção poderá vir à tona. A noção do passado se concretiza pelas fotos em que a ação inexorável do tempo fica evidente pelas marcas deixadas por ele. Ficamos envolvidos afetivamente com o que nos dizem e nos mostram essas imagens. Pelas fotografias, em fração de segundos, reconstituímos nossas trajetórias de vida. A cada página, novos personagens aparecem, enquanto outros desaparecem do álbum e da vida. KOSSOY (2001:100-101)

Uma imagem contém uma série de informações acerca de um determinado acontecimento; registra no documento um fragmento do real vivido. Sem dúvida por seu intermédio temos conhecimento do passado, mas não reúne em seu conteúdo o conhecimento definitivo dele. Quando utilizamos as fotos como registro histórico devemos levar em consideração que o assunto registrado mostra apenas um fragmento da realidade, conforme a intencionalidade do fotógrafo.

A fotografia ou os conjuntos de fotografias não reconstituem os fatos passados, representarão sempre interpretações. Trazem informações visuais de um fragmento do real, selecionado e organizado estética e ideologicamente. Apenas congelam fragmentos de um instante da vida das pessoas, coisas, lugares, paisagens. Cabe ao intérprete compreender a imagem, a partir daquilo que projeta de si, em função do seu repertório cultural e social. KOSSOY (2001: 115)

Nas exposições fotográficas promovidas por este projeto buscamos envolver determinados temas, utilizando-se várias fontes documentais. Para nos aproximar de certos momentos da história da cidade selecionamos fotos, documentos textuais sempre acompanhados dos relatos orais. Estes documentos despertaram histórias vivenciadas por diferentes atores sociais que estiveram presentes nos diversos momentos da vida do artista como também da história da cidade. Então as fotos dialogaram com outros registros, permitindo ao espectador observar uma conversa entre fontes, delineando assim várias faces do passado.

Queiroz (1992) ressalta que, para alcançarmos uma confiabilidade dos resultados da investigação, é necessária a presença constante de um processo de reflexão crítica, tanto com respeito às teorias, quanto aos procedimentos metodológicos. Esse processo contribuiu para que além dos documentos já existentes, pesquisados e pesquisadores juntos, pudessem criar outros documentos. No caso dessa pesquisa houve a produção de desenhos, fotografias e a edição de vídeo documentário.

Utilizamos do recurso áudio visual também como uma forma de retornar os resultados da pesquisa à comunidade local. Nesse sentido os recursos áudio visuais funcionam como uma "moeda de troca". PÓLVORA (1995).

Os recursos de imagem/som podem ser usados tanto como um instrumento de pesquisa quanto como um meio de expressão e comunicação de seus resultados. Durante esse processo, as imagens em movimento foram utilizadas como meio de registrar diferentes eventos e narrativas que somente a linguagem verbal não permite apreender. Ao que é impossível descrever, torna-se indiscutível a prioridade da imagem, por sua capacidade de reproduzir e sugerir, por meios expressivos e artísticos, sentimentos, crenças e valores. As imagens em movimento emanam uma certa magia, porque permitem ao espectador ver e ouvir uma parte de si e de sua cultura representada. HARTMANN (2004).

Portelli (1997 a) defende que, uma vez fortalecido o envolvimento entre os atores sociais inseridos no processo de pesquisa, um compromisso vai sendo assumido como também um nível de responsabilidade é estabelecido. Dessa forma as recuperações do passado são compartilhadas delineando novos panoramas sobre o passado e sobre o presente.

Ao mesmo tempo, a partir do contato com essa produção imagética, vários membros da comunidade identificaram nas falas dos depoimentos orais problemas e vivências comuns. Pollack (1992: 204) considera que a memória pode ser entendida como um elemento constituinte do sentimento de identidade, a partir do momento em que o indivíduo se sente parte integrante de um grupo. Tendo como referência diferentes relatos orais, os critérios de aceitabilidade e de credibilidade vão sendo construídos e incorporados. "Vale dizer que memória e identidade podem perfeitamente ser compreendidos como essências de uma pessoa ou de um grupo".

Para finalizar, registramos o depoimento de um aluno participante das oficinas de educação patrimonial, que se refere ao Senhor Décio com as seguintes observações:

> *Posso agora dizer, depois de admirar suas fotos e ouvir histórias sobre o passado, que as suas memórias da cidade de Poços de Caldas, agora são as minhas memórias.*

Referências bibliográficas:

ALVISI, Lilian de Cássia (1996)**.** *Memórias de Infância(s) em Tempos da Velhice: vivências infantis em Poços de Caldas durante a primeira metade do século XX***.** Campinas, SP, (Trabalho de conclusão de curso). Faculdade de Educação, UNICAMP.

CALVINO, Ítalo (1990). *Seis propostas para o próximo milênio*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

DONATELLI, Dante Donato Filho (1996). O Sentido da Memória. *Cidade*, São Paulo, v.3, n.4, pp. 104-108.

FATORELLI, Antonio (2008). *Fotografia e Novas Mídias*. Rio de Janeiro: Editora Contra Capa.

HARTMANN, Luciana. 2004. *Aqui nessa fronteira onde tu vê beira de linha tu vai ver cuento - Tradições orais na fronteira entre Argentina, Brasil e Uruguai*. Tese de doutorado. Florianópolis: UFSC.

KOSSOY, Boris (2001). *Fotografia & História*. 2 ed. São Paulo: Ateliê Editorial

LEITE, Miriam L.M. (1998). Retratos da família: imagem paradigmática no passado e no presente. In: SAMAIN, Etienne (org.) *O Fotográfico*. São Paulo: Hucitec/Cnpq.

MACHADO, Arlindo (2005). Pré-Cinemas $ Pós-Cinemas. Campinas/SP: Papirus.

POLLAK, Michel. (1989). Memória, esquecimento e silêncio. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, CPDOC/Vértice, n.3, v.2, pp. 3-15.

_____ (1992). Memória e identidade social. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, n.10, v.5, pp. 200-215.

PÓLVORA, Jacqueline Brito (1995). Experiência de antropologia visual em uma casa de batuque de Porto Alegre. *Horizontes Antropológicos- Antropologia Visual* 2: 101-109.

PORTELLI, A. (1996). Oral History in Italy. In: DUNAWAY, D.K. e BAUM, W. *Oral History. An interdisciplinary anthology*. Walnut Creek: Altamira Press.

_____,A. (1997). O que faz a história oral ser diferente. *Projeto História*, São Paulo, n. 14. fev.

_____, A.(1997a). Forma e significado na História Oral. A pesquisa como um experimento em igualdade. *Projeto História,* São Paulo, n. 15, abr.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira (1988). Relatos Orais: do "Indizível" ao "Dizível**".** *In*: VON SIMSON, Olga R. de Moraes (org.). *Experimentos com Histórias de Vida*. São Paulo: Vértice. (Coleção Enciclopédia de Ciências Sociais).

_____.Maria Isaura Pereira (1992). O Pesquisador, o Problema da Pesquisa, a Escolha de Técnicas: Algumas Reflexões. *In*: LANG, A B da S G (org.). *Reflexões sobre a pesquisa sociológica*. São Paulo: CERU. (Coleção Textos; Série 2, n.3).

_____ (1994). História, História Oral e Arquivos. *In*: FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *História Oral e Multidisciplinaridade*. Rio de Janeiro: Diadorim.

SIMSON, Olga R. Moraes Von (org.). (1988). *Experimentos com Histórias de Vida.* São Paulo: Vértice/Ed. Rev. dos Tribunais. (Col. Enciclopédia de Ciências Sociais).

VILANOVA, Mercedes (1994). Pensar a Subjetividade: Estatísticas e Fontes Orais *In*: FERREIRA, Marieta de Moraes. *História Oral e Multidisciplinaridade*. Rio de Janeiro: Diadorim.

_____ (2003). Rememoracion em la historia. Historia, *Antropolgia Y Fuentes Orales*, Barcelona, n. 30, Memoria Rerum.

MEMÓRIA DO CORAÇÃO: VISÕES SOBRE O CORAÇÃO HUMANO A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DO TRANSPLANTE

Dante Marcello Claramonte Gallian[322]
Fabíola Holanda Barbosa[323]
Maria Auxiliadora Craice De Benedetto[324]
Nadia Vitorino Vieira[325]

Introdução

Este artigo faz parte de uma pesquisa mais extensa do Centro de Historia e Filosofia das Ciências da Saúde (CeHFi) da Escola Paulista de Medicina, a ser concluído no ano vindouro. Esta pesquisa, como tantas outras, nasceu de uma forma inusitada e involuntária. Há pouco mais de três anos iniciávamos um trabalho que, utilizando-se da abordagem da História Oral de Vida, tinha o objetivo de comemorar os 75 anos da Escola Paulista de Medicina da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Intitulava-se *75X75: 75 histórias de vida para contar os 75 anos da EPM-UNIFESP*[326]. O projeto, que frutificaria pouco tempo depois em dois livros e um filme1, ao visar a explicitação da memória coletiva da instituição, procurou gerar relatos de pessoas que haviam vivido ou que ainda viviam parte importante de suas vidas em relação intensa com a Escola. Percebendo a EPM como uma "comunidade de destino" (BOM MEIHY e HOLANDA, 2007) em que múltiplas experiências e visões de mundo se cruzam, decidimos realizar entrevistas não apenas com docentes, gestores e pessoas eminentes do contexto universitário, mas também com aqueles que, sendo menos eminentes e até desconhecidos, acabam por configurar a própria base da cultura universitária, reproduzindo e transmitindo inconscientemente os valores e imagens da memória coletiva. Assim, na lista dos 75 entrevistados foram incluídos funcionários, alunos, pessoas do entorno geográfico e também, por se tratar de uma instituição que em grande medida presta serviços na área da saúde, pacientes. Dentre estes, foi a história de vida de um transplantado cardíaco que nos chamou a atenção e que acabou por gerar uma série de questionamentos que nos levaram à formulação deste projeto.

Depois de narrar detalhadamente os problemas de saúde que o levaram para a fila de transplante cardíaco do Hospital São Paulo (o hospital escola da EPM/UNIFESP), o paciente relata um curioso incidente: estando já tudo pronto para a

---

322 UNIFESP. Prof. Doutor, diretor do Centro de Historia e Filosofia das Ciências da Saúde. EPM/UNIFESP

323 UFRO/UNIFESP. Atualmente é professora Adjunto I-DE, do Departamento de História da Universidade Federal de Rondônia, Membro do Centro de Hermenêutica do Presente e Pesquisadora Associada do Núcleo de Estudos em História Oral da USP e atua em cooperação técnica o Centro de História e Filosofia das Ciências da Saúde da Unifesp, como professora e pesquisadora.

324 UNIFESP. Médica - Centro de Historia e Filosofia das Ciências da Saúde. Doutoranda em Saúde Coletiva UNIFESP/SP

325 UNIFESP. Psicóloga - Centro de Historia e Filosofia das Ciências da Saúde. Doutoranda em Filosofia PUC/SP

326 Além do projeto 75X75 EPM/UNIFESP, estivemos envolvidos em dezenas de outros seja como pesquisador responsável, seja como orientador ou pesquisador associado.

cirurgia, o médico responsável resolve cancelá-la, alegando que o coração que havia chegado "tinha um problema": o doador havia sido um psicopata! Como nos conta o próprio paciente, o médico cirurgião lhe teria dito: "*não vou trocar seis por meia dúzia. Não vou colocar esse coração em você, vai saber o que tem nele!*"[327]

Algumas semanas mais tarde, chegava um novo coração, desta vez de uma mulher, que havia morrido num acidente numa cidade do litoral de São Paulo. Nesta ocasião não houve nenhuma "intercorrência" e a cirurgia foi realizada com sucesso. O paciente narra então a mudança de vida que a experiência do transplante significou:

> *Depois do transplante muita coisa mudou em minha vida. Minha família diz que fiquei um pouco mais lerdo nos raciocínios. Antigamente era uma pessoa apressada para resolver as coisas, hoje me mudou esse pensamento, porque entendi que vivia me enganando fazendo as coisas daquela forma, estava me envenenando ficando nervoso, querendo fazer as coisas às pressas. (...) Assim estou vivendo hoje: com uma filosofia de vida totalmente diferente, mas sou aquela mesma pessoa, mudei apenas meu modo de ver as coisas e minha atitude frente a elas. O coração significa tudo para mim, é a vida! Quando tiraram aquele coração, fizeram a biópsia e veio o laudo dizendo que tive um enfarte – coisa que nem percebi - não sei se foi naquelas subidas e descidas para Campos do Jordão [por causa do trabalho] se foi numa discussão com meus filhos, com minha esposa ou com alguma outra pessoa. Nunca me esqueci de quando vi meu coração duas vezes e meia maior do que o tamanho normal, pesando quinhentos gramas, duro... Naquele momento perguntei a mim mesmo: como estava conseguindo viver com um coração tão duro? Será que fiz tanta coisa errada assim na minha vida para ficar daquele jeito? O coração para mim é a vida, sem coração não poderia contar essa história para vocês.*

De maneira inusitada e ao mesmo tempo irresistível, este relato de história de vida, tão insólito e surpreendente, imediatamente começou a nos suscitar uma série de questionamentos que, por sua vez, vinham ao encontro de outras perguntas, surgidas a partir de leituras e experiências outras que se centravam no tema do coração. Como o diagnóstico de psicopatia poderia influir na decisão de um médico cirurgião diante da necessidade de um transplante cardíaco? Se a ciência nos ensina claramente que as psicopatias se relacionam somente e apenas com as faculdades mentais e com o órgão cerebral, de que maneira se estabelece, ainda mais por parte de um profissional da saúde, um cientista, uma relação deste tipo? Por outro lado, a concordância do paciente em aceitar um arriscado adiamento também se apresenta como um elemento curioso e inquisitivo.

Qual o significado que estas pessoas, paciente e médico, estão atribuindo ao coração humano? Não seria ele apenas uma simples bomba biomecânica, passível de ser substituída em decorrência de sua dimensão estritamente funcional? Não se revelaria ai um conteúdo mais do que meramente biofuncional? De que maneira as concepções hegemônicas atribuídas pela ciência moderna estão sendo efetivamente incorporadas e até que ponto elas determinam a forma de ver, de pensar e de agir no contexto da prática médica? Em que medida, portanto, outras visões e concepções sobre o coração humano, fruto de outras tradições e crenças, não estariam ainda presentes, influenciando na atribuição de significados e na definição de condutas e no próprio processo terapêutico?

Ainda que num certo nível do discurso, tanto médico quanto paciente tendam a caracterizar o fenômeno do transplante como uma operação funcional, limitada à dimensão biológica do ser, num outro nível do mesmo discurso, gestos, palavras e atitudes parecem indicar outro olhar, uma outra visão, que apontam novos significados. Particularmente isso se percebe de forma explícita na narrativa do paciente: a mudança de atitudes depois do transplante; a associação entre as atitudes do passado e a condição física do coração descartado (*pesado, duro*); a associação entre coração e vida, tanto no âmbito moral (*Será que fiz tanta coisa errada assim na minha vida para ficar daquele jeito?*) quanto no âmbito existencial (*O coração para mim é a vida*).

Outros momentos da mesma narrativa reforçam ainda mais a importância, amplitude e a surpreendente riqueza de significados atribuídos ao coração no contexto da experiência do transplante. É o caso, por exemplo, deste sonho que o paciente teve logo após ter sofrido a cirurgia:

327

O conceito de transcriação em História Oral foi introduzido por J. C Sebe Bom Meihy, a partir do termo cunhado por Haroldo de Campos que no universo da tradução literária quer significar a tentativa de recriar o *acontecimento lingüístico* em sua carga *intraduzível*, como um "um texto que, por seu turno, ambicione afirmar-se como um original autônomo." (CAMPOS, 1998: 67 *apud* MEIHY & HOLANDA, 2007: 158).

> *E tem outro particular, que me lembro muito bem e ainda não contei: na hora em que voltava da anestesia estava sonhando que flutuava numa serra, a serra do mar e via uma paisagem belíssima: aquele verde lindo, mais lindo, lindo, lindo! As pessoas daquele vilarejo passeando, o mar do outro lado, uma paz, mas uma paz que é pena os senhores não poderem saber, sentir, para entender seu significado.*

E também este outro trecho, onde ele fala a respeito da doadora do coração que lhe foi dado e o significado que ele lhe atribui:

> *Depois do transplante soube que o coração que tinha recebido era de uma mulher. Não sei qual era seu nome, então resolvi chamá-la de Maria - porque sou devoto de Nossa Senhora Aparecida. Sempre oro por ela, não a conheci, só sei que tinha 42 anos de idade quando faleceu e que doou pele, rim, coração, córnea, o que pode doar, doou. É uma pessoa benemérita, fez um bem enorme para muitas pessoas, não só para mim, e, como agradecimento, a coloco em minhas orações e a chamo de Maria. Não fico pensando que perdi meu próprio coração e estou com o coração de outra pessoa, não coloco essas coisas em minha cabeça, apenas penso que essa senhora tinha um coração tão grande quanto o meu, por isso não houve problemas e estou vivo e bem.*

Todos estes trechos e muitos outros de apenas uma simples história de vida nos descortinou um universos insuspeitado de visões e significados que não apenas se apresentam como elemento fascinante para um estudo sobre o imaginário do coração a partir da experiência do transplante, como também o papel e o valor psicológico e existencial que, a partir desta mesma experiência, lhe é atribuído. Ou seja, em que medida a experiência do transplante interfere na autoimagem, na construção da subjetividade, da identidade pessoal do paciente transplantado.

Tais questionamentos que, por si só, justificariam um projeto de pesquisa numa perspectiva psicológica e mesmo antropológica, acabam por repercutir, a nosso ver, em dimensões mais práticas e aplicativas no processo saúde-doença, podendo trazer contribuições significativas.

Ainda que escassos em nosso contexto, alguns trabalhos científicos apontam para a importância de fatores não farmacológicos como elementos facilitadores e mesmo determinantes no processo terapêutico pós-operatório de pacientes transplantados cardíacos. Maria Cecília CHIMENTI (2007) aponta, por exemplo, que o fator da espiritualidade tem um papel determinante neste processo. A partir de uma pesquisa realizada com relatos de cardiopatas crônicos submetidos a transplante cardíaco, a autora verifica que a tecnologia interfere significativamente no processo de metamorfose da identidade do paciente, mas que também a religiosidade acaba desempenhando um papel primordial na atribuição de um "sentido emancipatório", necessário para a construção da nova identidade.

Outro estudo (HIRANI & NEWMAN, 2005) que aborda as "crenças" dos pacientes sobre as suas doenças cardiovasculares, mostra como a explicitação e conhecimento destas mesmas "crenças" sobre as origens e causas de suas doenças por parte do paciente e também do médico apresentam-se como extremamente úteis na construção de uma terapêutica eficaz. Segundo os autores, "o conhecimento do entendimento do paciente acerca de sua doença e do tratamento permite uma abordagem centrada no paciente, a qual conduz a um cuidado e manejo mais efetivo do paciente. As crenças dos pacientes são influenciadas e reforçadas pelos membros da família, e estas também precisam ser abordadas pelos médicos."

Por fim, em um trabalho que explora a experiência de transplantados cardíacos portadores de doença de Chagas (SADALA et al., 2009) verifica-se num outro âmbito o mesmo tema, apontando a relação dos significados atribuídos à experiência do transplante com a adesão ao tratamento pós-operatório. Segundo os autores, "pesquisas sobre os resultados do transplante cardíaco têm mostrado que a baixa adesão dos pacientes ao acompanhamento pós-operatório está relacionada a maiores riscos de morbidade e mortalidade."

Em suma, esses estudos nos mostram a importância de se entender os conflitos vivenciados pelos transplantados, principalmente no que toca as transformações ocorridas em suas vidas e, sobretudo, as regras rigorosas que lhe são impostas a partir da cirurgia. Entretanto, em nenhum deles verificamos a adoção de uma abordagem teórico-metodológica que permitisse explorar profundamente tais questões, possibilitando relacionar conteúdos subjetivos, culturais e existenciais na atribuição de significados ao coração na experiência do transplante. Partindo, pois, das questões suscitadas pela narrativa de vida acima apresentada e comentada, assim como pela leitura sumária da bibliografia geral e específica sobre o significado do coração e a experiência do transplante, começamos a definir não apenas os objetivos do projeto, mas também o itinerário teórico-metodológico que estamos seguindo para atingi-los.

Para nos aproximarmos do que foi proposto, partimos da coleta de relatos, através da abordagem da História Oral de Vida de Pacientes que se encontram em pós-operatório tardio de transplante cardíaco e são acompanhados no ambulatório correspondente do Hospital São Paulo, da UNIFESP (n=30), Familiares e/ou cuidadores que tenham acompanhado os pacientes em sua trajetória de vida (n=10) e Membros da equipe de saúde (médicos, residentes, enfermeiras, psicólogos e/ou assistente social) responsáveis pelo cuidado ao pacientes (n = 05), para compreender de forma mais ampla e profunda esta experiência enquanto fenômeno que transcende o campo médico e interfere na esfera da subjetividade e na construção da identidade do transplantado; analisando as diferentes visões e concepções sobre o coração humano a partir do fenômeno experiencial do transplante. Esses relatos foram gravados mediante anuência dos colaboradores, em seguida será transcritos e transcriados e posteriormente analisados.

Os critérios de inclusão obedecem ao seguinte parâmetro: pacientes com idade igual ou superior a 18 anos, em acompanhamento no Ambulatório de Transplantes Cardíacos do Serviço de Cirurgia Cardiovascular do Hospital São Paulo – UNIFESP –EPM, independente do gênero, que tenham sido submetidos à cirurgia de transplante cardíaco nos últimos 10 anos, concordem em participar da pesquisa e assinem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), de acordo com os critérios estabelecidos pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UNIFESP. Profissionais que tenham de alguma forma participado do cuidado a esses pacientes, concordem em participar da pesquisa e tenham assinado o TCLE. Familiares e/ou cuidadores com idade igual ou maior de 18 anos que concordem em participar da pesquisa e tenham assinado o TCLE.

Tomamos como referencial a abordagem da História Oral de Vida, por que essa se apresenta como a mais rica e oportuna. Isto porque, constituindo-se numa interpelação essencialmente aberta do *sujeito* da pesquisa, ela permite com que este, a partir do tema proposto – no caso a experiência do transplante – tenha liberdade de tecer a sua narrativa da maneira que mais lhe convier, destacando os pontos que a ele lhe pareçam mais significativos e importantes. Ou seja, na abordagem da História Oral de Vida não são as perguntas e as questões do entrevistador/pesquisador que norteiam e determinam o fluxo e a construção da narrativa do entrevistado, mas é a dinâmica própria da memória deste que a norteia, produzindo assim um *documento* muito mais rico do ponto de vista fenomenológico.

Isso não quer dizer que, na abordagem da História Oral de Vida, não possa o entrevistador formular perguntas, porém estas surgem mais como um recurso de esclarecimento e de explicitação de acompanhamento do ouvinte em relação ao narrador, responsável principal e condutor do fluxo narrativo. Neste sentido a entrevista de História Oral de Vida pode ser considerada, em certo sentido, como uma *entrevista aberta não-diretiva*, como costumam definir sociólogos e antropólogos que se utilizam deste recurso de pesquisa qualitativa (B. MEIHY & HOLANDA, 2007). Ela se estrutura a partir de alguns fundamentos elementares, tais como a explicitação do tema e dos objetivos da pesquisa para o entrevistado e a presença de poucas *perguntas de corte*, não carecendo de nenhum tipo de *roteiro* determinado nem tampouco de uma *lista de perguntas a serem necessariamente respondidas numa ordem determinada*.

As entrevistas gravadas consistem em perguntas abertas, com o mínimo de ingerência dos pesquisadores, para dar maior liberdade à fala dos mesmos no que concerne a relatar eventos marcantes no decorrer de sua trajetória de vida como transplantado cardíaco. A entrevista permite potencializar a reflexividade e a intenção não é fazer uma análise linear e cronológica dos fatos e, sim, enfatizar os fatos relevantes e as experiências vivenciais no cotidiano dos nossos colaboradores.

Resultados Preliminares – A experiência vivida pelo Transplantado Cardíaco

Diante do que foi apresentado, passamos a evidenciar as histórias desses pacientes, que desafiaram a morte e foram em busca de estratégias que lhes garantissem a sobrevivência ante a doença que lhes consumia a vida. É importante destacar que todos os pacientes entrevistados até o momento tiveram uma história de vida marcada por grandes dificuldades do ponto de vista de sua saúde clínica, tendo passado por inúmeras internações, incontáveis exames e, sobretudo pela angústia da espera de um doador. Nesse período, entre receber a informação de que necessita fazer um transplante cardíaco até o momento em que o mesmo se dá, cada sujeito vivencia sua condição de cardiopata de forma muito singular. Uns se sentem limitados para o exercício de suas atividades, outros se deprimem, mas o que nos foi possível observar a partir das 29 entrevistas realizadas, entre essas, 22 com pacientes e 5 com cuidadores, é que a tônica das histórias de vida recaem sobre a possibilidade de reconstrução da vida, principalmente no que tange ao aspecto afetivo/emocional, passando a valorizar e buscar compreender de modo mais intenso sua vida e as pessoas que estão ao seu redor.

Durante as entrevistas com esses pacientes foi possível perceber que o adoecer pode nos trazer não só a limitação e redução da liberdade de realizar a vida em sua totalidade, mas apontar também para outra possibilidade de ser mais autêntico. A doença e a saúde são manifestações do nosso existir, a ambas os sujeitos dão significados diferentes. Assim foi possível constatar que ser cardiopata e ter que se submeter a um transplante interfere de maneira muito drástica na vida dos pacientes, a doença acaba por interferir na maneira como cada um encaminha sua vida. Foi

possível também observar como cada um especificamente se relaciona consigo mesmo e como o mundo está imbricado no seu adoecer, sobretudo, no modo como ele/ela cuida ou descuida da sua doença e do seu viver.

Outro ponto que consideramos importante é que por toda a significação simbólica atribuída ao coração, quando o sujeito recebe o diagnóstico de que possui uma doença cardíaca, este fato por si só é fonte de alterações psicológicas. Saber-se cardiopata gera medo, angústia e certo desespero, sobretudo nos coloca o limite da nossa temporalidade, nossa condição humana de que somos finitos e que vamos morrer.

Nesse momento de proximidade com a morte o indivíduo é confrontado com sua dor de existir, há um abalo nas suas certezas, ele se vê desenganado da sua imortalidade. Sua onipotência é questionada e ele passa a desconfiar de si mesmo, de sua condição de perfectibilidade, tão caramente construída. Agora lhe são necessárias as garantias de que não vai morrer, de que vai ficar bem.

Essa experiência de angústia é vivenciada, pois ao se ver com a saúde comprometida, o indivíduo sofre uma ruptura na sua cotidianidade. Os rompimentos são inúmeros, começa a se questionar acerca da sua produtividade no trabalho, consequentemente, por não ter um planejamento, a renda familiar também fica comprometida. Acrescida a essa questão socioeconômica, lhe sobrevém a maior preocupação: quem será seu cuidador no período de recuperação? Quando poderá retornar às suas atividades normais?

Não podemos esquecer que o significado que se dá à doença está vinculado à importância dada ao coração. Em um sentido geral o coração tem um simbolismo muito forte, ele é a fonte de energia, o ponto central da vida. É a partir do coração que falamos de amor. Esse sentido emocional atribuído ao coração pode ser percebido na nossa linguagem, quando falamos após um susto, que nosso coração disparou ou quando nos aproximamos do ser amado. É à figura do coração que recorremos quando queremos demonstrar nossa afetividade. Assim, um sentimento de gratidão a Deus e aos familiares dos doadores é quase uma constante entre os entrevistados.

As pessoas que são acometidas por problemas cardiovasculares, são tocadas no seu centro, na sua emoção, consequentemente ser submetido a um transplante cardíaco, é dar uma reviravolta na vida, em suas histórias em suas crenças e fantasias, é tocar naquilo que ele possui de mais valioso.

O transplante cardíaco é uma opção de tratamento. Na ocorrência de falência cardíaca nos cardiopatas, tem-se utilizado dessa terapêutica devido ao aumento na qualidade de vida e sobrevida dos pacientes a ela submetidos.

Essa é uma técnica muito invasiva. Em alguns relatos de pacientes é uma experiência de “quase morte”.

Algumas considerações que não são finais

A partir das histórias orais de vida estamos analisando as várias visões e concepções sobre o coração humano a partir do fenômeno experiencial do transplante. Também vamos verificando em que medida essa experiência tem interferido na construção/reconstrução da identidade do transplantado, na sua subjetividade, na sua autoimagem.

A existência de uma doença grave ocasiona profundas transformações na vida dos pacientes e de suas famílias, ocorrendo, assim, momentos que desencadeiam expectativas de naturezas diferentes. Segundo Groddeck (1992), a doença é uma forma de linguagem, é uma criação do organismo para expressar algo. Portanto, tem um sentido único e singular para cada sujeito. Cada situação é muito peculiar e cada família interpreta o transplante de forma própria, alguns procuram na fé e seu entorno familiar, apoio e conforto para superação das dificuldades.

Assim, as pessoas que sofrem com problemas cardiovasculares padecem em seu centro, seu eixo, consequentemente o transplante cardíaco que consiste na retirada do órgão, ”o coração”, mesmo que portador de uma doença grave sendo substituído por outro órgão, o receptor traz em sua história de vida as fantasias e fantasmas que em algum momento vêm à tona. Tais como o medo de mudanças após o transplante que acaba por gerar insegurança trazendo à tona sentimentos contraditórios de dúvida, medo da morte, da dor, da anestesia e principalmente, da presença de um órgão estranho começando a funcionar dentro de si, a representação de um renascimento e autonomia alterando o esquema corporal.

Partindo das informações de Mello Filho (1992), pode-se dizer que o paciente transplantado é exposto a um procedimento de alto risco, que pode salvar sua vida, mas do qual ele poderá também morrer. Existem também alguns fatores atípicos que não dependem unicamente da condição clínica do paciente, tais como: condição econômica,

inadequação dos serviços médicos aos objetivos a que se propõe carência de serviços especializados, falta de doadores, entre outras.

Segundo Sadala, Staff e Bicudo (2009), "pesquisas sobre os resultados do transplante cardíaco têm mostrado que a baixa adesão dos pacientes ao acompanhamento pós-operatório está relacionada a maiores riscos de morbidade e mortalidade." Esses estudos nos mostram a importância de se entender os conflitos vivenciados pelos transplantados, principalmente no que se refere às transformações ocorridas em suas vidas, sobretudo as regras rigorosas que lhes são impostas a partir da cirurgia.

Referências bibliográficas:

BRANCO, João Nelson R. et al.(19990 **Organização do transplante cardíaco no Brasil**. Arq. Bras. Cardiol., v. 73, p. 56-57. Suplemento V.

BACHELLAR, Gaston (1999). **A Psicanálise do Fogo.** São Paulo: Martins Fontes.
BELLINI, Lígia (2005). **Imagens do corpo e saber médico em Portugal no século XVI**. *Tempo*, 19: 27-42.
CHIMENTI, M. C. (2007). **A Identidade do Cardiopata Crônico e o Sentido Atribuído à Medicalização no Transplante Cardíaco.** Tese apresentada para a obtenção do grau de doutor à comissão julgadora da Pontifícia Universidade *Católica de São Paulo*. Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social, São Paulo.
COSTA, I. S. (1998). **História da Cirurgia Cardíaca Brasileira**. *Rev Bras Cir Cardiovasc*; vol.13, n. 1.
DARTIEGUES, A. (1992). **O que é Fenomenologia**? São Paulo: Moraes.
DINKHUYSEN, Dr. Jarbas.(2001). **Transplante de coração**. São Paulo. Disponível em : http://emedix.com.br/artigos/car003_1f_transplantecor.shtml . Acesso em 12 jun.2004.

DORESSE, Jean (1950). "***Le coeur et les anciens Égyptiens"***. *Le Coeur*. Études Carmelitaines, Desclée de Brouwer: 82-87.
ELIADE, Mircea, org (1987). ***The Encyclopedia of Religion***. London/New York, Macmillan Publishing Company, vol. 6: 234-237.
ERICKSON, Robert (2005). ***The Language of the Heart****, 1600-1750.* Philadelphia, University of Pennsylvania Press.
FUCHS, Thomas. (2001). ***Mechanization of the Heart: Harvey and Decartes***. Transl. Marjorie Grene, The University of Rochester Press
GALLIAN, Dante. M. C. (2005). "**A História do Coração Humano: uma proposta**" in *Anais do XXIV Simpósio da Associação Nacional de História*, S. Leopoldo.
_____ (2008). *75X75 EPM/UNIFESP,* **Uma História, 75 Vidas**. São Paulo: Ed/UNIFESP.
GUILLAUMONT, Antoine (1950). "***Le sens des noms du coeur dans l'Atiquité***". *Le Coeur*. Études Carmelitaines, Desclée de Brouwer: 41-81.
HIPPOCRATE (1861). ***Oeuvres Completes.*** *Traduction et organ*. par E. LITTRÉ. Paris, Baillière et fils, 10 vols.
HIRANI, S. P. & NEWMAN, S. P. (2005). ***Patients' beliefs about their cardiovascular disease.*** *Heart*; 91: 1235-1239.
JACQUART, Danielle (2003). ***"Coeur ou cerveau? Lês hésitations médiévales sur l'origine de la sensation et le choix de Turisanus***". *Micrologus; natura, scienze e società medievali*. XI: 73-96.
KOUBETCH, V. (2004). **Da Criação à Parusia**. S. Paulo: Paulinas
KOVÁCS, Maria Júlia.(1992) **Morte e desenvolvimento humano**. São Paulo: Casa do Psicólogo.

MELLO FILHO, Julio de.(1992). **Psicossomática hoje**. Porto Alegre: Artes Médicas Editora.

KUZEL, A. J. (1999). ***Sampling in Qualitative Inquiry*** in: Miller WL, Crabtree BF. *Doing Qualitative Research*. USA: Sage Publications.
LAIN-ENTRALGO, Pedro (1981). ***"La obra de William Harvey y sus conscuencias***". In LAIN-ENTRALGO, Pedro (org.). *Historia Universal de la Medicina*. Tomo IV,Barcelona, Salvat: 235-249.
_____ (1982). ***"La medicina hipocrática***". LAIN-ENTRALGO, Pedro (org.). *Historia Universal de la Medicina*. Tomo II, Barcelona, Salvat: 73-117.
LESÊTRE, H. (1912). "**Coeur". *Dictionaire de la Bible*** (publié par F. Vigouroux). Paris, Letouzey et ané Ed., X*éme* tome: 822-826.
MEIHY, J. C. B. & HOLANDA, F. (2007). **História Oral: como fazer, como pensar.** São Paulo: Contexto.
MURTRA, M. (2002). ***The adventure of cardiac surgery***. *Eur J Cardiothorac Surg*; 21: 167-180.

NESCHKE-HENTSCHKE, Ada (2003). "***Lê role de coeur dans la stabilisation de l'espèce humaine chez Aristote"***. *Micrologus; natura, scienze e società medievali*. XI: 37-52.
PADDISON, S. (1998). ***The Hidden Power of Heart.*** Boulder Creek, California: Heartmath.
PEARSALL, P. (2004). **Memória das Células – A Sabedoria e o Poder da Energia do Coração.** São Paulo, Brasil: Editora Mercuryo Ltda.
PIGEAUD, Jackie (2003). ***"Coeur organique. Coeur métaphorique".*** *Micrologus; natura, scienze e società medievali*. XI: 9-36.
PRATES, P. R. (1999**). Pequena história da cirurgia cardíaca: e tudo ocorreu diante de nossos olhos...** *Rev Bras de Cir Cardiovasc*; 14(3): 177-84.
RAMOS, D. G.(1990) **A psique do coração**: uma leitura analítica do seu simbolismo. São Paulo: Ed: cultrix.

SADALA, M.L. A & STOFF, N.A. G e BICUDO M.A.V.(2009) **Transplante cardíaco: a experiência do portador da doença de Chagas**. Rev.esc. enferm. USP; vol.43 (3) São Paulo set.

STOLF, Noedir A. G.; JATENE, Adib D.(1995). **História do transplante cardíaco**. Rev. Soc.Cardiol. Estado de São Paulo**,** São Paulo, v. 5, n. 6, p. 609-613, nov./dez.

SIRAISI, Nancy G. (1990). ***Medieval and Early Renaissance Medicine.*** Chicago/London: University of Chicago Press.
TURATO, E. R. (2005). **Métodos qualitativos e quantitativos na área de saúde: definições, diferenças e seus objetos de pesquisa**. *Rev. Saúde Pública*; 39 (3): 507-514.
VEAL, C. (2001). ***A Phenomenological study describing the lived experiences of nurses caring for prisoner-patients.*** Honnours Thesis. 2006; accessed in: 2010, March; available in: http://www.brynhild.com.au/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=20.
VIDAL, Fernando (2005). "***Le sujet cérébral: une esquisse historique et conceptuelle***". *PSN*, III, 11; janvier-février 2005: 37-48.

MEMÓRIA FAMILIAR E FAZENDAS HISTÓRICAS PAULISTAS: RELAÇÕES ENTRE HISTÓRIA ORAL E TURISMO CULTURAL

Lívia Morais Garcia Lima[328]

Olga Rodrigues de Moraes von Simson[*]

INTRODUÇÃO

Foi pensando no turismo, enquanto meio propulsor de experiências no âmbito do lazer e da cultura, que decidimos desenvolver a presente pesquisa que buscou analisar as formas diversas utilizadas pelos espaços rurais históricos e de visitação para criar e incentivar as atividades sócio-culturais voltadas para idosos.

A presente pesquisa propõe discutir perspectivas para a melhoria da qualidade de vida do cidadão idoso voltadas para o uso cultural do lazer, por meio de propostas de atividades de educação patrimonial não – formal e turismo cultural, no contexto das fazendas históricas paulistas, selecionadas pelo projeto em Políticas Públicas em andamento denominado: Patrimônio Cultural Rural Paulista: espaço privilegiado para pesquisa, educação e turismo (Oitava Chamada para o Programa de Pesquisa em Políticas Públicas – PPPP). O projeto é financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP, em parceria com o Centro de Memória UNICAMP, e está em sua segunda fase, ao qual a presente pesquisa de Mestrado está vinculada.

O projeto PPPP/FAPESP reúne dezesseis propriedades em regiões significativas do Estado de São Paulo, definidas pelos núcleos regionais compostos pelas cidades de Campinas, Limeira-Rio Claro, São Carlos-Araraquara, Itu, Mococa- Casa Branca e Vale do Paraíba. O projeto tem como objetivo principal disponibilizar um conjunto de instrumentos e de metodologias de gestão, de conservação e de difusão para os responsáveis por esse patrimônio cultural rural, tanto os proprietários quanto as respectivas instâncias públicas pertinentes à área da cultura, da educação e do turismo.

Segundo o coordenador do projeto, Marcos Tognon:

> *O Patrimônio Cultural Rural pode ser definido como o conjunto de registros materiais e imateriais decorrentes das práticas, dos costumes e das iniciativas produtivas que se estabelecem, historicamente e territorialmente, na área rural. (TOGNON, 2007, p. 02).*

A atual pesquisa esta vinculada ao núcleo temático Educação Patrimonial e Turismo Cultural e selecionou duas fazendas, das dezesseis integrantes que foram definidas a partir do universo abrangido pelo projeto em políticas públicas mencionado. As fazendas selecionadas para o projeto de mestrado foram a Fazenda Quilombo, localizada no município de Limeira – SP e a Fazenda Pinhal, localizada no município de São Carlos – SP.

---

328 Bacharel em Turismo pela UNESP. Mestre em Gerontologia pela UNICAMP e atualmente é doutoranda em Educação pela Faculdade de Educação da UNICAMP.

* Socióloga pela USP. Doutora em Sociologia da Cultura pela USP. Atualmete é professora colaboradora da Faculdade de Educação da UNICAMP e pesquisadora do Centro de Memória da UNICAMP.

Assim, o objetivo geral da pesquisa foi investigar e analisar as formas pelas quais as duas propriedades rurais históricas paulistas selecionadas, se preocupam em proporcionar atividades voltadas para idosos, trabalhando o turismo cultural no espaço rural com uma preocupação relacionada à educação patrimonial não-formal e sob um enfoque qualitativo.

A pesquisa vem possibilitando, a partir da recuperação das propriedades rurais como bens culturais, re-significar práticas e representações sociais que nelas ocorrem. A meta da interpretação sócio-cultural desses ricos patrimônios paulistas é estabelecer uma rede de descobertas para o visitante idoso, estimulando o seu olhar, provocando a curiosidade e levando-o a descobrir muito mais sobre o lugar e seus habitantes, sua história, suas lendas, que valorizariam as atrações naturais e culturais das fazendas históricas, estabelecendo assim uma comunicação efetiva com o visitante e mantendo desse modo importantes interfaces com o turismo cultural ao agregar valor histórico-cultural ao que se tornou um produto turístico. Assim, entre as possibilidades que contribuem para o processo de intervenção educacional voltada para os idosos nas fazendas históricas paulistas, estão o turismo cultural no espaço rural e a educação patrimonial não-formal.

HISTÓRIA ORAL COMO BASE PARA ESTRUTURAR O TURISMO CULTURAL

História oral e turismo cultural lidam com viagens reais e imaginárias no tempo e no espaço, atendendo à necessidade que todos temos, moradores e visitantes, de nos reconhecermos e nos diferenciarmos no contato com o "outro". A História Oral e o turismo cultural têm alguns aspectos em comum que os autores abaixo citados elencam:

> *A democratização do conhecimento sobre o passado e o reconhecimento das diferentes vozes que o traduzem no presente; o interesse em se aproximar do "senso comum" e em ampliar o acesso aos bens culturais e aos testemunhos da história; o interesse pela memória e a construção da identidade coletiva. (MURTA & ALBANO, 2002, p. 123).*

A pesquisa utilizou uma metodologia de caráter qualitativo com ênfase no método biográfico ou da História Oral, em associação com registros em diário de campo e a produção de registros fotográficos das visitas observadas.

Na avaliação de Queiroz (1988) "a metodologia da História Oral foi empregada com tanto sucesso pelos cientistas sociais que foi encarada como a técnica por excelência, sendo complementar às metodologias quantitativas". Para a autora, o relato oral constituíra sempre a maior fonte humana de conservação e difusão do saber e sua transmissão diz respeito tanto ao passado mais longínquo, quanto ao passado muito recente, a experiência do dia-dia.

O método da História Oral, busca conhecer o passado recorrendo à memória do narrador. "Nesse método a rememoração de fatos é empregada no processo de reconstrução da realidade sócio-cultural" (Simson, 2008). Para a autora, o instante do rememorar implica o lembrar e o imaginar, pois apenas traços destas experiências podem ser construídos; elas nunca serão representadas, trazidas para o presente de novo, tais como ocorreram no passado. Essa rememoração pode ter um caráter mais pessoal e afetivo "mas pode ser também um instrumento político ou um critério de definição da verdade, sendo a memória uma ligação entre passado e presente" (Brito, 1989).

Assim, realizou-se primeiramente um levantamento do patrimônio imaterial que se apresenta nas dezesseis fazendas históricas paulistas selecionadas pelo projeto em Políticas Públicas PPPP/FAPESP, através de entrevistas abertas para a rememoração dos saberes tradicionais rurais com os proprietários e também com os funcionários mais antigos em fazendas que realizam atividades educacionais e turísticas no espaço da propriedade. Para a entrevista, elaboramos previamente um roteiro de questões, tendo por base, os itens histórico da propriedade rural, lendas e causos, festas e comemorações, culinária típica da fazenda, atividades musicais, de artesanato e remédios caseiros feitos à base de plantas.

Através desse levantamento pudemos conhecer melhor o universo das fazendas históricas, e a partir deste, dizer quantas se dedicam ao turismo cultural e a educação patrimonial. Também foi realizado o levantamento das atividades

turísticas em espaço rural já em andamento no contexto das fazendas visitadas, através de entrevistas com os proprietários e o levantamento das atividades de educação patrimonial, ouvindo tanto gerentes como monitores.

Davis (2003) trata o momento da entrevista como um evento interativo, "uma performance que envolve as atividades de ambos: o entrevistador e o entrevistado, permitindo compreender a entrevista como uma construção reflexiva."

Lang, Campos e Demartini (2010) afirmam que "as narrativas orais coletadas para um trabalho de História Oral podem assumir formas distintas: história oral de vida, relatos orais de vida e depoimentos orais". Na presente pesquisa, utilizamos o depoimento oral que, segundo as autoras, busca obter informações e o testemunho do entrevistado sobre sua vivência em determinadas situações ou a participação em determinadas instituições que se quer estudar. A coleta de um depoimento é mais dirigida para um tópico específico, podendo o pesquisador, em alguns casos, fazer uso de questionário. "Cabe observar que, nas Ciências Sociais, o depoimento não tem o sentido de estabelecimento da verdade, mas de conhecimento de uma versão. (LANG, 2001).

Em relação aos registros em diário de campo, para Simson e Giglio (2001) são nas "notas de caderno de campo que estão registrados todos os aspectos da construção da relação entre entrevistador e os vários entrevistados, as percepções e os *insigths* que aconteceram durante a longa série de contatos e visitas ao campo". Com a utilização do caderno de campo, são anotadas observações do contato e da própria entrevista. Segundo Lang, Campos e Demartini (2010), do mesmo modo, "são registradas formas diversas de emoção que cerca a rememoração, como silêncios, lapsos, associações, momentos de alegria ou de tristeza". No caso da presente pesquisa, o diário de campo foi um instrumento imprescindível para o registro de observações e as impressões das idas às fazendas históricas, tanto em relação ao contato com os depoentes selecionados, como da comunicação com os proprietários e funcionários mais antigos da propriedade.

DEFINIÇÃO DO ESPAÇO DE PESQUISA

A Fazenda Quilombo, localizada no município de Limeira – SP foi a primeira propriedade selecionada pela pesquisa. A propriedade ao longo de sua história recebeu um grande número de trabalhadores imigrantes de origem italiana, alemã e espanhola. Sua sede construída em 1892 permanece em excelente estado de conservação, assim como galpões e outras dependências para guarda de grãos. Atualmente, é uma das únicas fazendas históricas paulistas a manter a atividade da cafeicultura, em pequena escala para consumo próprio e venda de café em pó ou em grão para os visitantes, além da criação de cavalos quarto de milha e puro sangue inglês usados em competições de pólo e hospedagem desses animais no período em que não estão em intensa atividade esportiva.

Através dos depoimentos tornaram-se explícitas as características do público participante e das atividades realizadas na Fazenda Quilombo. São idosos ativos, na faixa etária entre 55 e 85 anos, um público de vida urbana, em sua maioria constituído por mulheres, de classe média, sendo muitas recém ascendidas à essa condição social. Elas eram originárias principalmente da capital, com nível superior completo, com orçamento familiar provido para permitir gastos com lazer e com grande curiosidade a respeito das fazendas que fazem parte do ciclo do café. Na avaliação de Goeldner, Ritchie e Mcintosh (2002) "a educação superior muitas vezes motiva as viagens e é um fator importante no número e nos tipos de viagens de lazer." Ela amplia os interesses das pessoas e, assim estimula as viagens, como foi o caso dos turistas que visitaram a Fazenda Quilombo.

Com a coleta dos depoimentos e as visitas de campo tornou-se explícito na Fazenda Quilombo, a falta de monitores especialmente treinados para atender às demandas de grupos mais numerosos. Os próprios donos da fazenda realizam a recepção dos visitantes e o acompanhamento da visita explicando oralmente a história e o desenvolvimento da propriedade rural. Tal fato quando o grupo é mais numeroso sobrecarrega os expositores e acaba por prejudicar a qualidade e o andamento das atividades.

A hipótese de que as visitas às fazendas históricas traziam recordação da sua infância ou de histórias contadas por seus pais ou avós, desencadeando informações sobre as origens étnicas mais remotas dos depoentes entrevistados, foi confirmada. As quatro idosas entrevistadas são filhas ou netas de imigrantes japoneses que trabalharam em

fazendas de café no passado, ficando explicito nos depoimentos a relação entre o processo da memória familiar e o vínculo afetivo estabelecido com o local visitado.

A bibliografia da área da Gerontologia orientou nosso olhar durante a pesquisa de campo e vem demonstrando que o "envolvimento em relações sociais satisfatórias na velhice tem valor preditor negativo de mortalidade, após ajustes para fatores de risco biomédicos e comportamentais" (Carstensen, 2006). Os relacionamentos sociais influenciam a saúde e o bem estar, ao longo da vida e seus efeitos são evidentes em múltiplas dimensões da saúde e, portanto otimizá- los seria fonte para saúde e bem estar também nos períodos finais da existência. Autores como Seeman e Berkman (1988) apontam que interações com amigos têm seus efeitos benéficos aumentados, pois estes relacionamentos são tidos como voluntários, diferentes dos relacionamentos familiares, baseados em senso de obrigação.

Assim as pessoas idosas, quando indagadas nas conversas durante o trabalho de campo sobre seus relacionamentos sociais, os descrevem como satisfatórios e encorajadores, sendo plenos quando as escolhas de parceiros sociais mais prováveis recaem sobre os amigos de longa data ou as pessoas amadas, porque elas têm maior probabilidade de oferecer experiências positivas e afirmar o *self*[329]. A busca da ampliação da rede de relações ou da rede de informações e de status são objetivos típicos dos mais jovens. Dessa forma podemos afirmar que para os idosos há investimento social seletivo diminuindo o tamanho da rede, mas priorizando a qualidade dessa rede social.

A segunda propriedade selecionada pela pesquisa foi a Fazenda Pinhal localizada no município de São Carlos – SP. A propriedade compreende diferentes espaços (construídos ou naturais) como: a casa grande, os terreiros, a tulha, o pomar, a antiga senzala, pastos, plantações, dois ribeirões e uma mata ciliar nativa. A propriedade rural foi uma grande produtora de café em meados do século XIX no município de São Carlos. Em decorrência desse passado e da conservação de seu patrimônio material, em 1981, a propriedade foi tombada pelo CONDEPHAAT (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico da Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo), e em 1987 foi declarada Patrimônio Histórico e Artístico Nacional pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico-Nacional).

As visitas guiadas à Fazenda Pinhal não são cobradas para crianças e adolescentes de até 18 anos e para o público de idosos acima de 60 anos. Na nova gestão da propriedade, iniciada há dois anos, não há mais hospedagem na casa sede e nas quatorze unidades habitacionais de hotelaria que foram desativadas, a pedido do novo proprietário da Fazenda Pinhal, mas as visitas de grupos de idosos provenientes de centros de convivência de cidades interioranas se intensificaram.

Os visitantes possuíam recordações de vivências plenas ligadas ao meio rural, pois nasceram e foram criados nesse espaço e um deles chegou a trabalhar na Fazenda Pinhal como tirador de leite.

> "Na fazenda do Conde do Pinhal, graças a Deus, morei lá, era leiteiro! Lá eu tirava leite e trabalhava no trator, quando perdia o leite, tinha que ir em Itirapina levar o leite de trator, (por)que perdia! Que não era só eu que tirava leite lá, era bastante gado lá! Na seção da (Colônia) Capoava que eu morava. Era gostoso, eu era solteiro naquele tempo, eu jogava bola, inté quebrei minha perna num jogo de bola. Nóis jogava bola, então jogava solteiro contra casado. Se o solteiro perdia o jogo, o baile era pros casado! Antigamente, agora mudou! A Fazenda é boa! Boa! Mesmo sentido que vai prô Broa, do lado esquerdo tem a entrada, eu falei pra ela: eu sei tudo! Perto de São Joaquim, eu morei na Fazenda Santa

---

329 Na Gerontologia, self, plural selves é um sistema composto por estruturas de conhecimento sobre si mesmo e um conjunto de funções cognitivas que integram ativamente essas estruturas, ao longo do tempo e ao longo de várias áreas do funcionamento pessoal (NERI, 2001, p. 188).

> Maria de Bento Carmo, e eu ia na Fazenda do Conde do Pinhal que tinha festa! Mastro que levantava, São Pedro e São João, nóis ia lá!"

Nesse caso, o depoente morou na década de 1950 na fazenda e trabalhava como tirador de leite, mas nunca tinha conhecido a casa sede da fazenda, pois era um local cuja entrada era proibida para funcionários. Fica assim, explicito no depoimento a relação entre o processo da memória e o vínculo afetivo estabelecido com o local e a possibilidade de conhecer, na velhice, um local imaginado, mas não vivenciado.

Ambos os entrevistados viveram grande parte da suas vidas em espaço rural, vindo para o espaço urbano há dez anos, aproximadamente. Assim, podemos pensar na questão do envelhecimento no espaço rural no caso desse segundo grupo de visitantes entrevistados. Segundo Alcântara (2010, p. 46), que ressalta em seu estudo as singularidades do processo de envelhecimento no meio rural e urbano, afirmando que "tal tipo de idoso por não se adequar ao padrão urbano, a vida na cidade, como reza o dito popular, faz com que, muitas vezes, o velho se sinta como um "peixe fora d'água". A autora ressalta que a rotina desses depoentes era outra na roça, o jeito de morar, os afazeres, os horários, o contato com a vizinhança, o estilo de vida, enfim, as mudanças provocam impactos, que são fortes, sobremaneira quando se somam à precariedade dos meios materiais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Delineou-se uma discussão e reflexão da aplicabilidade da atividade turística, ao se estudar qualitativamente a dimensão social do turismo, revelando-o como produção das sociedades humanas e como um processo de interação social entre indivíduos e seus produtos culturais, provenientes de diferentes épocas e de diversas posições na hierarquia social. O turismo é indissociável, portanto, dos seus aspectos históricos e sociais, permitindo ampliar o entendimento dos fenômenos culturais e das sociedades que os produzem. É preciso então ouvir outros atores sociais no turismo de caráter cultural, além dos empresários e proprietários.

A compreensão da cultura produzida e vigente na criação e funcionamento do espaço visitado é fundamental no turismo, para possibilitar o entendimento do visitante sobre aquilo que é mostrado. É necessário que seja dada oportunidade ao cidadão idoso de reconstruir as suas próprias memórias, através de estímulos que o turismo pode oferecer, permitindo assim uma construção de sua identidade, como velho, durante essas viagens, que embora curtas, ganham significado. Ao contrário da visão do idoso, como alguém que se tornou incapaz de produzir, passando a ser visto apenas como um consumidor em potencial, o turismo cultural nessa pesquisa será entendido como abrangendo as interfaces com o espaço rural, e assim alargando a conotação de turismo, apenas como uma "indústria", que vive da exploração de recursos naturais e da comercialização da cultura. O turismo cultural ganhou nesta experiência aqui focalizada, uma nítida função social ao receber idosos de origem popular, mas ansiosos para vivenciar esse mergulho no passado rural, que as fazendas históricas oferecem.

Embora fiquem nítidas, através da fala dos meus informantes, as diferenças socioeconômicas e culturais entre os diversos grupos observados, a visita à fazenda parece representar para todos eles um momento de prazer, adquirindo significado de extrema importância para o idoso, porque pode representar a fuga da rotina e do isolamento ou até a concretização de um sonho, que pela ruptura do cotidiano amplia horizontes históricos e possibilidades de convivência social.

Trabalhamos a relação velhice e turismo em uma perspectiva educacional não – formal e não apenas na perspectiva operacional, como é feito nas áreas mais tradicionais do turismo, como a da gestão hoteleira ou a da administração das empresas turísticas. É necessário assim, que os profissionais de turismo, que em suas atividades lidam diretamente com idosos, conheçam as particularidades desse público e respeitem sua autonomia e suas limitações, para evitar atitudes que reforcem os preconceitos a respeito do velho frágil. Pensem atividades diferenciadas e concomitantes, voltadas aos diversos tipos de velhos que buscam tais fazendas históricas.

A pesquisa finalmente constatou em situação de visita às fazendas recebendo idosos e os grupos selecionados, o prazer de construir um conhecimento sobre o passado rural, que também poderia ser um passado de outras gerações

da sua própria família, sem restrições curriculares, sem cobranças avaliativas e envolvendo memórias orais partilhadas por várias gerações.

Enfim, é necessário pensar em uma educação do uso do tempo livre, já na fase escolar, e que terá continuidade ao longo da vida, a partir de propostas de lazer que visem os interesses, as competências e as identidades do turista, seja ele idoso ou não, para que tais atividades ganhem significado e não sejam somente um passatempo vazio.

Desta forma, as experiências das visitas que acompanhamos durante o trabalho de campo, demonstraram que a conservação do patrimônio cultural rural pode ser entendida, sobretudo, como uma atividade propiciadora e complementar do turismo cultural e da educação patrimonial não-formal. Sendo assim, a atividade turística contribuiu no sentido da valorização da cultura rural como um todo, através do patrimônio material (patrimônio arquitetônico) e do imaterial (saberes e fazeres). Além disso, é necessário considerar, de forma especial, os grupos menos favorecidos quanto à escolaridade e renda, nos quais imagens negativas em relação à velhice são mais comuns.

Referências bibliográficas:

ALCÂNTARA AO. Da velhice da praça à velhice da roça: revisitando mitos e certezas sobre velhos e famílias na cidade e no rural [tese-doutorado]. Campinas (SP). Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP / 2010.

CARSTENSEN L, MIKLES JA, MATLER M. Aging and the intersection of cognition, motivation, and emotion**.** 6 edition. In: Birren, J. E., Warner K. S., (Eds). Handbook of the Psychology of Aging. San Diego: Academic Press/Elsevier; 2006.

DAVIS K. Biography as critical methodology. Newsletter Research Committee of ISA, n. 38, Utrecht University; 2003.

LANG ABSG, CAMPOS MCSS, DEMARTINI ZBF. História Oral, Sociologia e Pesquisa: a abordagem do CERU. São Paulo: Humanitas; 2010.

LANG ABSG (org). História Oral: procedimentos e possibilidades. São Paulo (SP): CERU; 2001.

MURTA MS, ALBANO C. Interpretação, Preservação e Turismo: uma introdução. In: Interpretar o Patrimônio – um exercício do olhar. Belo Horizonte (MG): UFMG; 2002.

NERI AL. Palavras-chave em Gerontologia. Campinas (SP): Alínea; 2001.

QUEIROZ MIP. Relatos orais: do "indizível" ao "dizível". In: Simson, O. R. M. (org). Experimentos com Histórias de Vida (Itália – Brasil). São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988.

SIMSON, ORM. História Oral, memórias compartilhadas e empoderamento: um balanço de experiências de pesquisa. Texto apresentado em Simpósio realizado na Universidade de Concórdia no Canadá; 2008.

SIMSON ORM, GIGLIO ZG. A arte de recriar o passado: história oral e velhice bem-sucedida. In: Desenvolvimento e Envelhecimento: Perspectivas Biológicas, Psicológicas, Sociológicas. NERI AL. (org). Campinas (SP): Papirus; 2001. (Coleção Vivaidade).

SEEMAN TE, BERKMAN LF. Structural characteristics of social networks and their relationship with social support in the elderly: Who provides support? In: Social Science Medicine 26, 737-748, 1988.

TOGNON M. Patrimônio Cultural Rural Paulista: espaço para pesquisa, educação e turismo: (oitava chamada para o Programa de Pesquisas em Políticas Públicas da FAPESP – PPPP/2007). Cidade Universitária Zeferino Vaz, Campinas, SP: Centro de Memória – UNICAMP; 2007.

Memórias da implantação do curso Técnico de Química da ETBH

Laura Nogueira Oliveira

Segundo o professor Luiz Antônio Cunha, em 1954 o Ministério da Educação (MEC) "promoveu a I Mesa Redonda Brasileira de Educação Industrial", que foi realizada em São Paulo, Belo Horizonte e Salvador. Os participantes dessas Mesas defenderam a "autonomia administrativa e técnica das escolas industriais da rede federal, de modo que elas pudessem adequar seus cursos às necessidades da economia, com a flexibilidade necessária" (CUNHA, 2005: 158).

Para o autor, as proposições apresentadas e defendidas na ocasião tiveram grande repercussão no Ministério da Educação e Cultura (MEC) e culminaram na promulgação da lei n. 3.552, de 16 de fevereiro de 1959 e no Decreto n. 47.038, de 16 de outubro do mesmo ano, por meio da qual era aprovado o Regulamento do Ensino Industrial. Tanto a Lei quanto o Decreto, afirma Cunha, delinearam o funcionamento da rede federal de ensino, a partir de então. Para além de regulamentar o Ensino Industrial, o Decreto n. 47.038 estabeleceu a competência da Diretoria de Ensino Industrial (DEI) do Ministério da Educação e Cultura (MEC) e a forma como se daria suas relações com as escolas industriais da rede federal de ensino. Assinado pelo então Ministro de Estado, o mineiro Clóvis Salgado, o Regulamento assegurava que as Escolas industriais da rede federal teriam a partir de então "(...) personalidade jurídica própria e autonomia didática, administrativa, técnica e financeira, observados os limites estabelecidos pela legislação vigente"; prescrevia também as finalidades da educação e da iniciação técnica dos cursos secundários do primeiro e do secundo ciclos.

A partir de então as escolas técnicas federais, conforme estabelecido pelo Regulamento, seriam administradas por um Conselho de Representantes cujos membros seriam nomeados pelo presidente da República a partir de lista tríplice apresentada pelo MEC e/ou pelos órgãos de classe dos profissionais, que teriam direito de compô-lo, conforme se lê no Artigo 88 do Regulamento. Uma vez eleitos, os membros do Conselho elegeriam seu Presidente, o qual, por sua vez, estava reservado o direito e a incumbência de escolher e nomear o Diretor da Escola. As sessões do Conselho se realizariam mensalmente e contariam sempre com a presença do Diretor, a quem caberia executar as decisões tomadas.[330]

Dentre as demais funções administrativas do Conselho estava a aprovação do orçamento anual da escola, assim como a incumbência de fiscalizar sua execução. Era também de sua alçada, destaca-se, "aprovar a organização dos cursos".[331]

Além do Conselho de Representantes, as escolas de ensino industrial da rede federal passaram a contar com um órgão consultivo e deliberativo em termo pedagógico-didático. Ao então denominado Conselho de

---

. Professora do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (Cefet-MG); doutora em Estudos Literários pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

330 O Regulamento estabelecia os requisitos necessários para ser diretor de instituições da rede federal de ensino industrial. Dentre eles, destaca-se, estava a diplomação em curso industrial técnico.

331 Decreto n. 47.038, de 16 de outubro de 1959, Capítulo VI, Art. 88. Disponível em: http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=177755 Acessado em 13/05/2010.

Professores cabia, dentre outras funções, elaborar o currículo escolar, desde que observadas as normas e regulamentos da DEI, e aprovar os programas das diferentes matérias.

Pode-se acreditar que a legislação pretendia favorecer e até mesmo estimular a ampliação de oferta de cursos técnicos de segundo grau por parte das escolas federais, uma vez que entregava à direção dos estabelecimentos de ensino a um grupo oriundo da própria comunidade escolar e da sociedade. Conforme destaca Cunha (2005), esta autonomia concedida às escolas federais possibilitou-lhes atender a demandas locais e regionais por mão-de-obra técnica especializada, gerando a abertura de novos cursos e um aumento significativo das matrículas.

Para Cunha (2005), a Lei e o Decreto de 1959 marcaram a constituição do ensino técnico de segundo ciclo no Brasil. Assim, por um lado, a escola de ensino industrial da rede federal adquirira autonomia administrativa e passava a ser gerida por órgãos colegiados. Por outro lado, ela deveria, ao mesmo tempo, ater-se às diretrizes estabelecidas pela Diretoria de Ensino Industrial do MEC, responsável por este nível de ensino.

Certamente pode-se entender que havia uma preocupação, por parte do legislador, de fazer com que as escolas federais desempenhassem um papel mais proeminente na capacitação de mão-obra fundamental à expansão industrial. Se, conforme destaca o professor Luís Cunha, a legislação de 1959/1961 concedeu uma autonomia relativa às escolas da rede federal de ensino, foi a partir dela que se assistiu a uma expansão dos cursos técnicos na Escola Técnica de Belo Horizonte.

Segundo o Regulamento, os cursos oferecidos pelas Escolas Federais eram classificados em duas modalidades: os denominados extraordinários e os ordinários. Os cursos ordinários eram secundários de primeiro e de segundo ciclo; os cursos de primeiro ciclo eram também denominados de básico e com orientação técnica, e os de segundo ciclo, de industrial técnico. Estes seriam destinados a trabalhar em laboratórios, em escritórios de projetos e na direção da produção (CUNHA, 2005. p. 143).

No Capítulo V do Regulamento, deixava-se claro que ao segundo ciclo de ensino médio cabia também a tarefa de proporcionar ao educando uma "base de cultura geral" que, além de sua integração à comunidade como trabalhador, possibilitasse-lhe "prosseguir os seus estudos".[332] Os cursos poderiam ser matutinos ou noturnos, aceitando-se matrículas de alunos que tivessem concluído o "primeiro ciclo de qualquer dos ramos de ensino de grau médio". Previa-se também a possibilidade do ingresso no ensino técnico do indivíduo que houvesse "concluído o ensino de segundo grau". Neste último caso, ficava subentendido que o pretendente a uma vaga no ensino técnico repetiria toda formação geral já realizada.

Esta situação de duplicidade de formação só foi esclarecida e superada anos depois, pelo Decreto n. 53.329, de 18 de dezembro 1963. No preâmbulo deste Decreto lê-se: "regula a situação de alunos que cursem, simultaneamente, colégio industrial e colégio secundário". Assinado pelo presidente João Goulart, fixava-se então que os alunos que estivessem cursando o colégio secundário estariam dispensados das disciplinas de cultura geral no colégio industrial; do mesmo modo eram dispensados daquelas disciplinas, os estudantes que tivessem concluído o segundo ciclo de curso de nível médio, conforme se lê em seu Art. 2°. Em ambos os casos, o que se garantia era o direito ao estudante de "realizar o curso técnico industrial de qualquer modalidade mediante o estudo das disciplinas específicas de ensino técnico".[333]

---

332 Decreto n. 47.038, de 16 de outubro de 1959. Disponível em: http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=177755 Acessado em 13/05/2010. No Art. 20 do Regulamento se lê que o currículo dos cursos compreenderia "matéria da cultura técnica e matéria de cultura geral".

333 Decreto n. 53.329, de 18 de dezembro de 1963. Disponível em http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=185390 Acessado em: 13/05/2010

Segundo avalia Luiz Cunha, os alunos buscavam, à época, as escolas técnicas tanto para conseguirem um diploma que permitisse sua inserção no mercado quanto que possibilitasse o prosseguimento dos estudos.

A análise da situação final dos alunos do Curso noturno do curso de Química do Cefet-MG, no período em questão, reforça, em parte, tal reflexão. No caso dos alunos do noturno, as duas turmas de 1964, cerca de 49% dos alunos concluíram o curso e receberam certificado, mas apenas 27% deles foi diplomada.[334] Os dados para as turmas noturnas de 1965 e 1966, não são muito distintos; em 1965, 60% dos alunos concluíram o Curso, mas apenas 32% deles foram diplomados. Se considerarmos o perfil do ingresso, constataremos que 97% deles eram adultos, com idade que variava entre 23 e 49 anos. Tratava-se, portanto, de alunos adultos, muitos deles, provavelmente, já trabalhadores. Mas tais informações as fichas cadastrais destes alunos não fornecem.

Ora, os gráficos construídos nos revelam que, se o aluno chegava efetivamente em busca de um diploma de técnico, mesmo aqueles que concluíam o curso, não realizavam o estágio que lhes daria a titulação almejada. Por que este aluno não completava a formação que viera buscar? Teriam estes alunos efetivamente se dirigido para o mercado de trabalho? Onde realizaram seus estágios para formação?

A utilização dos relatos de vida aqui nos interessa sobremaneira. Por meio de entrevistas semiestruturadas foram entrevistados alunos e professores que aturam nas duas primeiras turmas do curso Técnico de Química Industrial do Cefet-MG. Os relatos de vida adensam a compreensão do período, revelando-nos um panorama que dificilmente poderia ser captado a partir de uma macroperspectiva da sociedade. Neste sentido, os testemunhos nos servirão como descrições que contêm elementos reveladores da sociedade global do período. No presente trabalho serão utilizadas de algumas das entrevistas já realizadas, priorizando-se a compreensão do público alvo do curso e dos motivos que levaram à sua implantação.

Vejamos alguns relatos dos ingressos na turma noturna de 1964. Por que foi implantado e qual seria seu público alvo? Segundo Marco Antônio de Oliveira, aluno da turma A ingressa em maio de 1964

> *E esse curso, ele foi oferecido com o objetivo primeiro de atender a uma clientela especial, que eram vários profissionais práxis que tinham funções até mais graduadas nas indústrias, mas não tinham qualificação formal, entendeu? Então o objetivo primeiro foi esse. Só que ele ofereceu o curso para uns que já tinham o ensino médio*[335] *na época, não me lembro nem a terminologia da época. Parece que era curso científico. Então ele já tinha ensino médio terminado, concluído, que é o atual pós-médio, né?Então ele ofereceu. Então o que aconteceu? Vieram vários desses que já trabalhavam como profissionais da Química sem estarem qualificados legalmente. Nem podia ser registrado no Conselho de Química, muitos deles tinham cargo de chefia. Por exemplo, tinha um aluno – ele até faleceu há três anos atrás –, Paulo Abucater, ele era chefe do laboratório geral da Mannesmann e não era formado, entendeu? Então vieram esses, e vieram vários outros como eu, que tinham o ensino concluído, o ensino médio, mas não tinham começado o ensino superior.* (OLIVEIRA, 2010, p. 2)

---

334 Para obter o diploma em técnico, segundo a legislação em vigor à época, o aluno deveria cursar as disciplinas as técnicas, pois que já obtivera uma formação secundária completa, e realizar o estágio obrigatório.

335 Consta na ficha cadastral dos alunos: "Curso realizado de acordo com o Decreto 53.329/63". O Decreto regulamentou a possibilidade de alunos cursarem apenas as disciplinas técnicas, caso houvessem terminado o 2° ciclo do curso médio, ou se tivessem cursando o colégio secundário. Decreto disponível em http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=185390 Acessado em 20 de maio de 2010.

A realização das entrevistas nos permitiu, por um lado, compreender qual foi o primeiro público alvo o curso Técnico de Química. Nas fichas de registro dos alunos das duas primeiras turmas, fichas depositadas no Arquivo do Registro Escolar da instituição, encontra-se a seguinte anotação: "o certificado de do curso Técnico de Química foi expedido em convênio com o Programa Intensivo de Preparação da mão-de-obra Industrial". Este Programa (PIPMOI) foi concebido pelo governo de João Goulart, em 1963, e executado durante o governo militar, até sua extinção em 1982. Correspondia a cursos profissionalizantes, em sua maioria de curta duração, que ocorriam em todo país, para trabalhadores pouco escolarizados, com encaminhamento para o emprego.[336]

O testemunho de outro aluno é elucidativo no que se refere ao público alvo do curso. Segundo o senhor José Annibal Mendes Pires, quando se matriculou no curso técnico, havia quase vinte anos que era responsável pelo laboratório da Magnesita. Segundo informa, desde meados da década de 1940, quando da instalação da empresa em Belo Horizonte, ainda adolescente, começara a trabalhar com o engenheiro então responsável pelo laboratório. Afirma que: "Com um ano e pouco o Dr. Mertes não mexia mais com laboratório químico, ele foi para a parte técnica de fabricação de materiais dos tijolos. Aí o laboratório já ficou por minha responsabilidade." (PIRES, 2010, p. 3) A partir de então, como prático, Pires coordenava o laboratório, encarregando-se da espectrometria, de florescentes e de raio-x. Afirma: "Eu trabalhava no laboratório como prático". (PIRES, 2010, p. 11) Mas se os anos de experiência eram muitos e se elevado era o grau de suas responsabilidades, o que o levara a buscar o curso técnico?

> *É porque precisava ter um diploma para poder ser responsável pelo laboratório, porque tinha o que era o chefe do nosso setor da parte de analítica [...]. E ele era chefe, mas mexia mais com a parte física, e eu ficava com a parte química – que era a parte analítica, de análise química. E a parte de espectrometria que eu aprendi com ele também. [...] Porque eu precisava ter um diploma para poder ser responsável pelo laboratório químico. Porque eu não podia assinar nada se eu não tivesse o diploma.* (PIRES, 2010, p. 4)

Inquirido sobre quem e porque passara a exigir sua formação profissional para ocupar o cargo de chefia do laboratório, José Anníbal não vacila: "O Conselho Regional de Química". (PIRES, 2010, p. 5) Em 1956, durante a presidência de Juscelino Kubitschek, fora criado o Conselho Federal de Química. No ano seguinte, foi fundado o Conselho Regional de Química de Minas Gerais (CRQ). A fundação destes Conselhos implicou em uma crescente fiscalização dos profissionais que atuavam na área e a exigência da formação profissional.[337]

Na avaliação do aluno Mendes Pires:

---

336 Cf. Santos, Simone Valdete dos. *Da educação profissional para o emprego, no PIPMO, para a educação profissional para a empregabilidade, no PLANFOR.*

Disponível em: http://www.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/480SimoneValdetedosSantos.pdf Acessado em: 15 de outubro de 2010.

337 No site do Conselho Federal de Química (CFQ) há um histórico sobre o processo de reconhecimento e regulamentação da profissão. Disponível em: http://www.cfq.org.br/historico.htm Acessado em 20 de maio de 2010. A Lei nº 2.800 de 18 de junho de 1956 foi o primeiro dispositivo que regulamentou a profissão de Químico. Em seu *caput*, se lê: *Cria os Conselhos Federal e Regionais de Química, dispõe sôbre o exercício da profissão de químico, e dá outras providências.* Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L2800.htm Acessado em 20 de maio de 2010.

> *Esse curso nosso foi fundado para dar diploma para chefes de laboratório, porque a maioria já era chefe de laboratório químico. [...] porque o Paulo Abucater era chefe de laboratório da Mannesmann, o Luiz Fabiano era do IPT, O Vitaltas também era do IPT, o Elimar veio do Amapá se não me engano, e acho que já trabalhou na Mannesmann, na Lafersa.* (PIRES, 2010, p. 8)

Outro aluno da mesma turma, Élcio Alves Ribeiro de Carvalho, também afirma categórico:

> *No grupo da gente, você vê que entraram também vários que tinham experiência da Química muito grande, inclusive tomavam conta de laboratórios e tudo. E que não tinha uma formação formal, como o Paulo Abucater, Zé Aníbal Mendes Pires, o Elimar, que era de uma empresa grande de mineração, que você vê que dominava a Química sem ter o curso formal.* (Elimar, 2010, p. 3)

O professor Miguel Jesus Tajra Adad, um dos responsáveis pela implantação do curso de Química na Escola Técnica, confirma a informação de que os alunos das primeiras turmas eram práticos que atuavam nos laboratórios de empresas da região metropolitana da capital mineira:

> *Fui dar aula no curso noturno que durava dois anos, e normalmente era frequentado por pessoas que já trabalhavam na indústria e queriam se aprimorar, adquirir um título. Vieram alunos muito bons da Magnesita, da Mannesmann, daquelas indústrias locais. Quase todos já tinham experiência prática e a gente apenas tentou aprimorar, e adestrá-los melhor com o conhecimento teórico, para vir a fundamentar o trabalho que eles já vinham fazendo. [...] Eram pessoas que já trabalhavam na indústria em sua maioria e tinham interesse em aprimorar conhecimentos.*
>
> (ADAD, 2010, p. 2; 12)

Segundo o professor, esta composição das duas turmas seria explicável pelas exigências dos Conselhos Federal e Regional de Química. Funcionário à época do órgão, Adad lembra que "era um trabalho normal do Conselho inspecionar as indústrias e exigir que na área da química existisse o profissional graduado. [...] O Conselho visitava as indústrias e exigia a graduação do profissional. Exigia que fossem formados em química." (ADAD, 2010, p. 3) Adad destaca que o papel dos Conselhos regionais era o de cobrar das as empresas que elas "tivessem o profissional da química exercendo a atividade de química". (ADAD, 2010, p. 3). Mas à medida que este profissional era exigido das empresas, elas próprias reconheceram a necessidade da profissionalização do prático químico. Segundo o professor:

> *Tanto que eles mandaram os seus profissionais para fazer o curso, e eram profissionais muito bons. Eu me lembro bem do Paulo Abucater na Mannesmann. Não lembro bem se era Sílvio da Magnesita, tinham vários. Tinha outros da Magnesita, Jorge Abdo. Eles vieram, eram bons profissionais e bons práticos. Agora, passaram a ter o conhecimento dos fundamentos daquilo que faziam, até para aprimorar o processo. Não só o processo produtivo industrial, como o processo de controle de qualidade na indústria. Porque eles trabalhavam mais no laboratório, e ele, na verdade, embora não aparentemente, controla o processo industrial, porque vai avaliando a qualidade do produto. E os produtos intermediários até chegar ao produto final desejado.* (ADAD, 2010, p. 4)

Assim, segundo avalia Adad, a profissionalização era importante para as próprias empresas, porque os titulados, conhecendo teoricamente suas atividades práticas, tinham competência para controlar os processos industriais e avaliar o produto final desejado. Nesta mesma direção caminha o parecer do egresso Pires para quem

> *O laboratório é o complemento da fábrica. Se não tiver o laboratório, o produto pode sair hoje de um jeito, amanhã de outro, sem controle. Vai para o comprador, que pode fazer uma análise ou qualquer coisa, e ele diz que está fora do que pediu. E a companhia não manda nada fora da especificação, e o laboratório controla para ver se não tem nada fora da especificação.* (PIRES, 2010, p. 9)

Certamente as empresas foram pressionadas para substituir os práticos por pessoas diplomadas. Nesta relação, a legislação, ao exigir a formação, obrigava as empresas a se adequarem. Para o egresso Pires, prático responsável pelo laboratório da Magnesita, o Conselho Regional

> *[...] ia em cima da firma, e podia multá-la* (a empresa) *porque o pessoal estava trabalhando no laboratório sem o diploma. Tanto é que depois disso, laboratório nenhum aceitou prático em laboratório. Todo mundo hoje é técnico. Se você for em qualquer laboratório hoje tem que ter diploma de técnico. Era uma conquista da criação do Conselho e do pessoal que trabalhava em laboratório, dos práticos, porque eles puderam ter um diploma.* (PIRES, 2010, p. 12)

Sobre a ampliação das competências advindas com a realização do curso Técnico, os entrevistados também são unânimes em destacar a importância da formação recebida. Mesmo considerando que muito do ensinado eles sabiam pela prática, o conhecimento sistematizado e as explicações teóricas oferecidas foram considerados como fundamentais por ampliarem os horizontes. Neste sentido, o egresso Pires afirma que "[...] porque eu tinha muita prática, não tinha teoria. Aí veio a teoria, eu peguei um bocado da teoria". (PIRES, 2010, p. 6) Esta visão não difere daquela do professor Adad para que "os rapazes da noite se interessavam e perguntavam muito mais os fundamentos daquilo que eles faziam na Mannesmann ou na Magnesita". (ADAD, 2010, p. 16) Para outro entrevistado, as aulas foram predominantemente ministradas nos laboratórios, porque o curso objetivava "[...] criar gente para trabalhar direto na indústria, quer dizer, era uma coisa mais prática". (CARVALHO, 2010, p. 8)

Contudo, a possibilidade de freqüentar escola técnica criou entre aqueles profissionais vínculos que reforçavam os laços afetivos, que facilitavam o desenvolvimento das atividades laborais dentro das empresas. Este mesmo entrevistado aponta a criação de vínculos profissionais entre os alunos:

> *Mesmo depois de formados, quando a gente tinha alguma dúvida, eu ligava para a Mannesmann, com o Paulo, procurava o Luiz, o Elimar, para tirar dúvida de alguma coisa. Ainda mantivemos um entrosamento durante muito tempo, tirando dúvidas de algum método de análise, alguma coisa dessa, como faz... Nossa! Sempre todo mundo ajudando, era muito bom.* (CARVALHO, 2010, p.

Para o curso Técnico de Química, prestes a completar seu cinquentenário, certamente é gratificante saber que na avaliação de um de seus primeiros formandos, ter-se diplomado técnico foi muito importante. Isto porque

"portas se abriram" graças ao diploma obtido. Para outros, ter realizado o curso foi fundamental porque somente após a obtenção do título foi possível galgar postos na hierarquia das empresas, chegando mesmo a "chefiar laboratório".

Referências bibliográficas:

CUNHA, Antônio Luiz. *O ensino profissional na irradiação do industrialismo*. 2ª ed. São Paulo: EdUesp; Brasília: FLACSO, 2005.

GOMES, Ângela de Castro. *Minas e os fundamentos do Brasil Moderno.* Belo Horizonte: Ed UFMG, 2005.

Santos, Simone Valdete dos. **Da educação profissional para o emprego, no PIPMO, para a educação profissional para a empregabilidade, no PLANFOR.**

Memória das manifestações coletivas: O Regime Militar contestado nos espaços públicos do centro de Belo Horizonte (1964-1968)

Rayanne Nunes Abranches[338]

Considerações Iniciais

A memória, evocação do passado permeada por percepções do presente, é a base da identidade. Essa dimensão identitária ocorre, pois, pessoas e sociedades são formadas de memória e suas lacunas. O ato de relembrar é uma atividade desgastante e salutar, já que nessa rememoração encontramos a nós mesmos. Sobre essa dimensão da existência humana, Reis (2004: 29) afirma

> São conhecidas as artimanhas da memória. Imersa no presente, preocupada com o futuro, quando suscitada, a memória é sempre seletiva. Provocada, revela, mas também silencia. Não raro, é arbitrária, oculta evidências relevantes, e se compraz em alterar e modificar acontecimentos e fatos cruciais. Acuada, dissimula, manhosa, ou engana, traiçoeira. Não se trata de afirmar que há memórias autênticas ou mentirosas. Às vezes, é certo, é possível flagrar um propósito consciente de falsificar o passado, mas mesmo neste caso o exercício não perde o valor porque a falsificação pode oferecer interessantes pistas de compreensão do narrador, de sua trajetória e do objeto recordado. Por outro lado, e mais freqüentemente, embora querendo ser sincera, a memória, de modo solerte, ou inconsciente, desliza, se faz e se refaz em virtude de novas interpelações, ou inquietações e vivências, novos achados e ângulos de abordagem.

Conforme o juízo de Reis sobre as artimanhas da memória, a mesma possui caráter seletivo e variadas versões para um mesmo fato. Ao estudar a memória de determinado acontecimento, não se trata de questionar a veracidade dos relatos, mas sim realizar um mapeamento sobre o que é comumente lembrado ou esquecido. Nesse sentido, não se tem a pretensão de estabelecer os fatos de tal modo como ocorreram e, por isso, coexistem várias leituras possíveis sobre a utilização da memória para a interpretação da História. Além do mais, o historiador, conforme coloca Laborie (2009: 87), não desempenha o papel de juiz e, por isso, não lhe cabe "dizer quem é inocente ou culpado, (...) absolver ou condenar, (...) culpar ou desculpar". Portanto, é nesse sentido que o presente estudo visa abordar a memória sobre as manifestações coletivas contra o regime civil-militar nos espaços públicos da região central de Belo Horizonte no período de 1964 a 1968.

A região central de Belo Horizonte: lugar-síntese das manifestações

---

338 Bacharel/Licenciada em História pela PUC Minas. Atualmente é aluna do Curso de Especialização em História e Culturas Políticas da UFMG. Projeto financiado pelo PROBIC/PUC Minas e orientado pela professora Carla Ferretti Santiago (Mestre em História).

A capital de Minas Gerais, planejada sob o signo da Modernidade e da República, tem como demarcação da área central os limites da Avenida do Contorno[339]. Durante várias décadas após a inauguração da cidade, o entorno da Praça Sete de Setembro concentrou instituições financeiras, educacionais e políticas, além de concentrar também moradias da classe média. (SILVA, 2001: 62). Sendo assim, o centro desempenha o papel de ponto de convergência da população - por ser local de intercâmbio, sociabilidade, lazer. Segundo Lemos (1988: 212)

> *Seu espaço, mais uma vez, funcionou como pólo centralizador de pessoas e atividades, passando a constituir um lugar privilegiado de troca e divulgação de idéias. A capacidade do centro de transmitir e divulgar imagens e idéias está diretamente relacionada à capacidade do seu espaço de concentrar atividades e pessoas. Nesse sentido, consolida-se como lócus ideal para o intercâmbio de idéias, palco e cenário de conflitos e tensões políticas.*

Dessa forma, o centro, por sua confluência de instituições financeiras, políticas, econômicas e educacionais, ficou marcado como palco para as lutas sociais de Belo Horizonte, tendo em vista a sua visibilidade.

O centro possui como referência o entorno da Praça Sete, região essa que pode ser considerado o coração da cidade. Essa região é marcada por diversos movimentos sociais que movimentaram a atmosfera política de cada época, ocasionando manifestações de rebeldia e contestação ao poder. Essa região é local de manifestações devido a sua visibilidade e entroncamento viário, que possibilita rápido e fácil deslocamento para outras regiões.

Logradouros próximos à Praça Sete, como as Avenidas Amazonas e Afonso Pena, que se cruzam, possuem forte importância nas manifestações coletivas. Essas vias ligam importantes pontos da cidade: a Avenida Amazonas liga o centro de Belo Horizonte à Cidade Industrial enquanto a Avenida Afonso Pena perpassa a rodoviária da cidade, situada na Praça Rio Branco, até a região sul. A Rua da Bahia é uma das principais vias de Belo Horizonte, desde a inauguração da cidade. Em sua extensão, sai da Avenida do Contorno no Centro e chega até ela, quando começa a Rua Carangola, no bairro Santo Antônio, passando pela Praça da Estação[340] e também pela Praça da Liberdade[341], tendo sido muito utilizada no início do século XX como porta da cidade, pois ligava a estação de trens à sede do governo estadual.

Outro aspecto relevante sobre a região central vem do fato de que nessa área se concentravam as principais faculdades da cidade na década de 1960. Nesse entorno, encontravam-se faculdades de Direito, Filosofia e Medicina da Universidade de Minas Gerais (atual UFMG); faculdades de Filosofia, Direito, Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais (atual PUC) e também os diretórios centrais dos estudantes dessas instituições. Portanto, a região central torna-se lugar privilegiado para manifestações de protestos organizados por estudantes. Além disso, é também no centro que os escritórios, moradias da classe média e comércio estão inseridos. Isso posto, nos permite

---

339 As principais vias do centro da cidade estão próximas à Praça Sete de Setembro, sendo elas: Avenida Afonso Pena, Rua da Bahia e Espírito Santo. Justamente nesse entorno é que se encontra a Igreja São José. Também merece destaque a Praça da Liberdade que, até pouco tempo, abarcava a sede do poder estadual – Palácio da liberdade.

340 A Praça Rui Barbosa – conhecida como Praça da Estação - possui uma simbologia específica e foi palco de manifestações, contudo, em menor número quando comparada com a Praça Sete. Nessa praça, a monumentalidade do poder não é expressiva, esse espaço público é o local da chegada à cidade. A Praça da Estação é um espaço transitório, pertencente à cidade, mas um lugar que pode ser associado ao "estrangeiro".

341 A Praça da Liberdade, sede do governo estadual até 2010, apresentava-se pela monumentalidade do poder. Os manifestantes, ao escolherem esse local, buscavam uma interlocução com o governo ou protestavam contra ele. Por isso, a Praça da Liberdade consolidou-se no imaginário social como um lugar-símbolo que representava o mito da liberdade e manifestar ali era lutar contra o autoritarismo.

perceber que o centro é um lugar estratégico, com intensa movimentação de pessoas, que poderia permitir o apoio de transeuntes e moradores da região às manifestações estudantis.

Sendo assim, os espaços públicos da região central de Belo horizonte foram amplamente utilizados nas manifestações contra a ditadura militar, no período de 1964 a 1968.

Figura 1: Principais Faculdades e Diretórios Acadêmicos identificados dentro da Avenida do Contorno.

Manifestações de contestação ao regime militar em Belo Horizonte (1964 – 1968)

Diante da agitação social e da reação dos setores mais conservadores da sociedade, em 1º de abril de 1964, os militares tomam o poder através do golpe – com amplo apoio de civis, com destaque para a classe média - iniciando um governo de exceção. Com o poder nas mãos dos militares, os mesmos não mais tomam o papel tradicional de moderador de crises: na década de 1960, a democracia dá lugar ao autoritarismo em nome da própria democracia e salvação da ordem - em virtude da suposta ameaça comunista, que perduraria até 1985.

No período do governo dos militares houve a ativação das forças repressivas que fornecem ao Estado grande controle sobre as áreas políticas, militares e sociais, caracterizando a chamada "Operação Limpeza", que procurava desmobilizar qualquer tipo de oposição ao regime. Em contraposição à perseguição do governo, formou-se uma oposição vigorosa formada por estudantes, líderes populares, membros dos setores progressistas da Igreja Católica e leigos que se indignavam com o novo governo. Desenvolve-se, então, a relação dialética entre Estado e Oposição, na qual medidas repressivas e medidas de resistência aconteceram concomitantemente gerando um intenso embate de ações e reações.

Em Belo Horizonte, os grandes articuladores de protestos e boletins incitando a luta contra a ditadura foram os estudantes, principalmente os universitários. Isso não significa que outros setores, como os trabalhadores, por exemplo, não se mobilizaram. Esses estudantes atacavam principalmente as intervenções do governo nas Universidades e pediam apoio ao povo na luta contra o regime. Em vários boletins, divulgados por estudantes belo-horizontinos, afirma-se que os mesmos lutavam pelo próprio povo a partir da premissa "É por vocês que lutamos"[342]. Isso ocorria na medida em que os estudantes buscavam apoio popular para a derrubada do regime, revelando o desejo de que outros setores da sociedade participassem das manifestações coletivas organizadas pelos mesmos.

Nos anos iniciais da ditadura militar (1964 – 1965), basicamente não ocorrem manifestações de rua, apenas a distribuição de boletins que procuravam alertar a população quanto à inconstitucionalidade do governo. Uma das estratégias para a distribuição desses boletins consiste em atirá-los do alto de edifícios do centro. Contudo, os boletins também eram distribuídos nos âmbitos das faculdades e espalhados pelo centro da cidade durante as madrugadas.

Posteriormente, nos anos de 1966 a 1968, ocorre a reorganização dos movimentos sociais, apesar das perseguições realizadas pelo governo. Segundo Silva (2001: 52) mesmo com a "repressão militar, as manifestações sociais existiram de forma clandestina e abafada, persistindo principalmente através das ações comandadas pela UNE [União Nacional dos Estudantes] dentro do Movimento Estudantil". Portanto, percebe-se que o movimento estudantil se posiciona como o porta-voz da sociedade contra os abusos dos militares e busca realizar manifestações de protesto com o objetivo de mostrar à população a face autoritária do governo.

342 Arquivo Público Mineiro / Departamento de Ordem Política e Social. Pasta 5331 (Boletins subversivos), Rolo 087. Imagem 120. Nov. 1960 – Maio 1971.

A memória das manifestações

No decorrer da pesquisa foram entrevistados 8 depoentes, sendo 5 sujeitos do sexo masculino e, logo, 3 do sexo feminino. Todos os entrevistados, com exceção de um – que seguia carreira militar -, eram estudantes na década de 1960. Buscou-se entrevistar pessoas que tiveram alguma relação com as manifestações que contestavam o Regime Militar, alguns participaram ativamente e outros como observadores.

Os entrevistados do sexo masculino serão aqui referidos pelas letras A, B, C, D e E, já as entrevistadas pelas letras F, G e H. A partir dessas denominações, será traçado o perfil dos mesmos. O entrevistado A é um militar aposentado; enquanto B é um jornalista e economista que no período de 1960 era estudante secundarista que se envolveu com a União Brasileira Estudantes Secundaristas (UBES); o entrevistado C, também possui as profissões de jornalista e economista, na década de 1960 foi vice-presidente da UNE; já o depoente D, atualmente engenheiro aposentado, durante os anos de 1967 e 1968 foi vice-presidente da UBES; já o entrevistado E, atualmente trabalha no setor de edição e venda de livros, nos anos de 1960 era bancário e estudante secundarista. As depoentes F, G e H são atualmente professoras universitárias formadas em História. F, que também é advogada, na década de 1960 era estudante universitária dos cursos de História e Direito. G, mesmo sendo estudante de História durante os anos 1960, não chegou a participar diretamente das manifestações contra a ditadura militar, mas tomava conhecimento das mesmas. Já a entrevistada H, participou apenas de uma das manifestações.

De modo geral, os entrevistados concordam com o arrefecimento das movimentações contra os militares nos anos iniciais do regime e salientam a efervescência política e a iminência de um golpe militar. Além disso, os mesmos ressaltam a importância das faculdades nas mobilizações contra o regime, demonstrando a intensa participação estudantil nas mesmas. Apenas o entrevistado A, por ser um militar reformado, demonstra uma visão diferente do golpe militar ao se referir a esse acontecimento como "Movimento ou Revolução de 1964".

No tocante às mudanças ocasionadas a partir do golpe militar, os depoentes citam o clima de intensa vigilância que assolava as ruas, sindicatos, Faculdades e até suas residências.

Já no que diz respeito à participação dos entrevistados nas manifestações, a mesma ocorreu de forma diversa. Alguns participaram ativamente e outros apenas esporadicamente. No caso de A, a participação foi bem distinta, ao passo que ele, no momento das manifestações, atuou como membro das Forças Armadas que dispersava a movimentação.

> As manifestações eram sempre de repúdio à situação política, ao governo que tinha destituído o presidente [...] a gente tinha conhecimento que quase sempre eram as mesmas pessoas que estavam participando de tudo. Então não havia, digamos assim, uma mobilização muito grande, popular, havia aquela mobilização inevitável, porque fazer na Avenida Afonso Pena, em frente ao Automóvel Clube, no horário de maior movimento?! Está cheio de gente ali, mas é quem está passando e não porque foi pra lá participar não [...]. Todos esses movimentos aproveitavam desses locais de maior movimentação de pessoas e aquilo ali se transformava em uma multidão para efeito de fotografia, mas para efeito de ação mesmo era um grupo relativamente pequeno [...].

O entrevistado A, quando perguntado sobre suas ações como militar, afirma sobre o caráter esporádico do uso da repressão.

> Essa repressão de soltar bomba de gás lacrimogêneo, esse negócio, na verdade aconteceu, pelo que eu vi, na minha presença, poucas vezes [...]. Sempre tinha alguém com uma sacola distribuindo a massa de tomate, ketchup é o apelido de depois. Na verdade, jogavam massa

> de tomate na cabeça saía o retrato cheio de sangue e aquele negócio na camisa, mas na verdade era massa de tomate, na grande parte era encenação.

Esse depoimento de A é destoante até mesmo das reportagens de jornais que sempre destacam o uso da violência pelas forças policiais. Além disso, H, que participou de poucas manifestações, destaca com veemência o uso da força para dispersar os manifestantes e conta o caso da invasão da Igreja São José, decorrente de uma manifestação, conhecida como Passeata dos Calouros, ocorrida em 1966.

> Participei dessa manifestação em que nós ficamos... começou a ter muita violência, eu não esqueço disso. Foi de manhã, no final da manhã e tinha um, começou a ter muita bomba de gás lacrimogêneo, não tenho certeza, eu não quis saber, mas eu tenho impressão, houve muita prisão, mas eu fugi para dentro da Igreja São José. Achei que a idéia era minha e quando eu cheguei lá a Igreja estava lotada de gente, estava todo mundo fugindo [risos]. Tinha muita gente que não estava indo para a passeata, tinha gente que estava lá no centro de Belo Horizonte e quando começou aquele bombardeio lá e a gente apavorou mesmo. Mas eu não, eu tinha saído da Praça da Liberdade, por que eu estudava lá, e fiz isso de propósito para fazer manifestação contra o governo [risos].

Nesse depoimento de H, a mesma diz sobre a existência de pessoas que apenas estavam passando e não se deslocando no sentindo de passear a passeata, conforme o depoente A outrora ressaltou.

Sobre as manifestações de protesto contra a ditadura militar, a depoente F, ressalta sobre sua participação nas mesmas salientando os trajetos percorridos que normalmente saiam de alguma faculdade em direção a Avenida Afonso Pena.

> ... a manifestação no centro era uma decorrência da manifestação do movimento estudantil. Porque o movimento começava na FAFICH[343], lá na Carangola e a gente descia em passeata, ficava na Faculdade de Direito, aí a gente fechava a Faculdade, praticamente, e começava uma mobilização que às vezes a gente conseguia sair em passeata pela Afonso Pena, às vezes não. Eu participei de umas três, depois eu não pude mais, porque nas duas primeiras, papai foi me tirar da concentração.

Segundo F, os estudantes da Faculdade de Direito utilizavam variadas táticas para afugentar os policiais que variavam desde jogar água, livros e até mesmo urina. A depoente ainda salienta a participação de setores da Igreja Católica nas negociações policiais para libertação de estudantes.

Segundo o depoente C, a partir de 1965, a situação de repúdio à ditadura foi crescendo consideravelmente:

---

343 Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

> [...] aqui em Belo Horizonte começaram as passeatas de calouro, reprimidas, com prisões e isso virava uma bola de neve porque você prendia e fazia outra manifestação, a gente fazia manifestação não só na Avenida Afonso Pena, as principais eram lá, mas, por exemplo, você fazia manifestação em frente ao Palácio da Liberdade, você tentava negociar com as autoridades.

Continuando seu relato, C ainda salienta o papel desempenhado pelas Uniões estudantis na articulação das manifestações de protesto. Para esse depoente, o movimento estudantil era um dos movimentos sociais que mais possuía destaque e maior mobilidade, em virtude da maior repressão aos outros, como, por exemplo, o movimento operário. Além disso, o ex-líder estudantil comenta sobre o papel de destaque de Belo Horizonte no que diz respeito às experiências de manifestações em comparação à outras regiões do Brasil. Para C, membro ativo da UNE, o movimento estudantil belo-horizontino era um dos mais avançados do país, exportando sua experiência para outras cidades. Segundo ele, as principais decisões eram tomadas coletivamente nos diretórios estudantis.

> [...] manifestação de rua, passeata virou uma coisa muito freqüente e aí, naturalmente, você foi construindo um *no-how*, uma experiência de fazer manifestações. [...] você normalmente entrava pela contramão das ruas, das Avenidas, exatamente para dificultar a chegada da polícia. Às vezes você anunciava o local de concentração inicial, podia ser a Praça Afonso Arinos, mas você não anunciava o trajeto, ali naquele momento a liderança saia... E começaram a ter também as chamadas carreatas, você fazia manifestações-relâmpago correndo.

De acordo com os entrevistados, as manifestações ocorridas nos espaços públicos da região central de Belo Horizonte eram basicamente constituídas por estudantes universitários e secundaristas, mostrando uma forte interação entre esses setores.

> ... o próprio movimento secundarista não era tão forte. Os jornais publicavam os dias de manifestação, no meu caso e de algumas pessoas, a gente ia para a frente, para picapes da Faculdade de Direito, ficava sabendo de manifestações (...) e tinha os contatos com o pessoal e depois a gente fazia agitação, principalmente no Colégio Estadual, para levar o pessoal para as manifestações. (Entrevistado D)

> Quando o Costa e Silva visitou, isso já foi em 1967, o Costa e Silva veio a Belo Horizonte e se formou uma manifestação de protesto contra a presença do ditador. Era a maioria de universitários, mas já com a presença de secundaristas mais forte, nós marcamos uma assembléia na rampa do Colégio estadual [...] sairíamos dali em passeata contra a presença do Costa e Silva em Belo Horizonte. (Depoente B)

Quando perguntados sobre a interação com outros setores da sociedade, os depoentes afirmam que as manifestações eram de iniciativa dos estudantes, mesmo quando existiam em apoio à outro movimento. Segundo D:

> Em 1º de maio de 1966, já teve muita gente do movimento estudantil. [...]. Isso [distribuir panfletos e fazer comícios] era feito pelo movimento estudantil, mas era uma forma de apoio ao pessoal que estava trabalhando de uma forma mais subterrânea no movimento operário que não podia aparecer tanto quanto a gente.

A depoente H ressalta a participação de padres, professores, advogados, líderes operários e, principalmente, estudantes nas manifestações. O caso do assassinato do estudante secundarista Edson Luís, morto em 1968 em uma manifestação, comoveu a sociedade civil como aponta o depoente E.

> ... quando o Edson Luis foi assassinado, o pessoal colocou uma faixa que dizia "podia ser seu filho" e isso deu uma repercussão muito grande e o pessoal dava apoio dada a conjuntura política da época.. (Depoente E)

Devido a significativa participação dos estudantes nas mobilizações de repúdio a ditadura, os depoentes, quando perguntados sobre as manifestações mais significativas, geralmente se referem à Passeata do Calouro de 1966 e do XXVIII Congresso da UNE, ocorrido em Belo Horizonte com ajuda de franciscanos e dominicanos. Sobre o Congresso da UNE, os depoentes revelam a participação da classe média que auxiliavam em aspectos que vão desde o transporte a alimentação.

O depoente D narra o episódio, que também envolveu estudantes, em que houve protestos contra a eleição de Costa e Silva para a presidência da República, no qual a cidade foi tomada por uma série de pequenas manifestações em vários pontos do centro. Segundo esse depoente, pequenas manifestações ocorriam concomitantemente dificultando o trabalho da polícia. Assim, as manifestações duraram maior tempo e contaram com amplo apoio dos estudantes secundaristas. Nesse episódio, quatro estudantes do Colégio Estadual Central foram presos, o que fez com os demais manifestantes protestassem em frente ao DOPS, ocasionando outros confrontos com a polícia.

> Chegando lá tomamos um pau feio, feio mesmo, era o pessoal mais truculento que dispersava manifestações [...]. Eles já tinham nos cercado, começaram a bater mesmo, o pessoal desprevenido e despreparado... foi uma pancadaria feia.

Esses relatos revelam a complexidade dos acontecimentos que envolviam as manifestações que contestavam a ditadura militar nos espaços públicos da região central de Belo Horizonte. Tais relatos são riquíssimas fontes para a reconstrução da memória das lutas sociais da cidade, no período de 1964 a 1968. Entretanto, deve-se lembrar que a memória não pode ser tomada como uma imagem idêntica ao passado, ao passo que, como qualquer reconstrução, a imagem lembrada é fruto do presente sobre o passado. Trabalhar com a memória não é fácil, tendo em vista a complexidade desse fenômeno.

A análise desses depoimentos possibilitou traçar os principais aspectos rememorados nos discursos dos narradores. Logo, foi possível perceber que são pontos comuns nas narrativas dos depoentes: o papel de destaque dos estudantes nas mobilizações contra o regime; a proeminência de eventos como a Passeata do Calouro e a realização do XXVIII Congresso da UNE, a morte do estudante Edson Luís e o freqüente uso da violência policial. Todavia, o

principal ponto a gerar controvérsias consiste na discussão da participação de outros setores nos movimentos encabeçados pelos estudantes.

FONTES ORAIS

BERNARDES, Antônio. *Entrevista concedida à Rayanne Nunes Abranches. Belo Horizonte, 20 de outubro de 2010.*

BICALHO, Solange. *Entrevista concedida à Rayanne Nunes Abranches. Belo Horizonte, 22 de outubro de 2010.*

GOMES, Luiz Marcos. *Entrevista concedida à Rayanne Nunes Abranches. Belo Horizonte, 28 de outubro de 2010.*

MAGALHÃES, Euro. *Entrevista concedida à Rayanne Nunes Abranches. Belo Horizonte, 19 de outubro de 2010.*

MEYER, Marco Antônio. *Entrevista concedida à Rayanne Nunes Abranches. Belo Horizonte, 08 de novembro de 2010.*

PARREIRAS, Elisabeth Guerra. *Entrevista concedida à Rayanne Nunes Abranches. Belo Horizonte, 22 de outubro de 2010.*

PETRES, Maria Mercedes. *Entrevista concedida à Rayanne Nunes Abranches. Belo Horizonte, 20 de outubro de 2010.*

VALLE, Ney do. *Entrevista concedida à Rayanne Nunes Abranches. Belo Horizonte, 29 de outubro de 2010.*

Referências bibliográficas:

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil** (1964 -1985). Bauru: Edusc, 2005. 423 p.

LABORIE, Pierre. Memória e opinião. In: AZEVEDO, Cecília et al (Orgs). **Cultura política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: FGV, 2009. p. 79 – 97.

LEMOS, Celina Borges. **Determinações do espaço urbano**: a evolução econômica, urbanística e simbólica do centro de Belo Horizonte. 1988. 407 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

LE VEN, Michel Marie; NEVES, Magda de Almeida. Belo Horizonte: Trabalho e sindicato, cidade e cidadania (1897 – 1990). In: DULCI, Otávio Soares; NEVES, Magda de Almeida (Coord). **Belo Horizonte**: Poder, Política e Movimentos Sociais. Belo Horizonte: C/Arte, 1996. p. 75 – 106.

REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá; REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo (Orgs). **O golpe e a ditadura militar**: 40 anos depois (1964 – 2004). Bauru: EDUSC, 2004. p. 29 – 52

SILVA, Maria Elizabeth Corrêa Campos e. **Ideário do Movimento Estudantil de Belo Horizonte entre 1964 e 1968**: Utopias e desencantos. 2001. 147 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte.

MEMÓRIAS DE MULHERES EDUCADORAS: HISTÓRIA ORAL E AS IMAGENS DE SI E DOS OUTROS E DOS ESPAÇOS DE TRABALHO

Márcia Aparecida Pereira da Silva Pinheiro[344]*

Renata Sieiro Fernandes**

Introdução

Janela para a memória

Diz Galeano (1994) que a memória não é um depositário de experiências, de imagens, de sentimentos, de emoções. Não é baú onde se guardam tesouros que ficam esquecidos. Não é refúgio ou abrigo. A memória tem desejo de escapulir, de movimento, não tem gosto por estar ou ficar inerte. A memória é ponto de partida, de onde saem raios que despertam o que por nós é vivido e experimentado.

Gagnebin (1998) usa a imagem da memória como rastro e Mauad (1997) usa as imagens de vestígios, pistas e índices. Registros e marcas que mostram o seu movimento, a sua natureza de explorar tempos e espaços.

E se as palavras são andantes, elas querem galopar nos raios que levam por caminhos não conhecidos e que, ao deixar rastros, vestígios, pistas e índices, desenhar caminhos, percursos imagéticos, sonoros, sensoriais, narrativos, permitem que nos demos a conhecer, aos outros e o mundo a nossa volta.

O poder das palavras de quem narra alia-se à curiosidade do ouvinte e, desse modo, constrói-se uma estreita relação de cumplicidade entre ambos. O mesmo se dá em um processo de pesquisa cuja metodologia é a História Oral, em que pesquisador e pesquisado aproximam-se com o intuito de se fazerem conhecer, usando seus sentidos e seu potencial de atribuir significação aos fragmentos de histórias elegidos para serem palavras andantes que tecem raios.

O objetivo deste artigo é apresentar as memórias de mulheres que atuam na área da Educação – formal/escolar e não formal -, sendo educadoras em creche e educadoras em um projeto educativo no contraturno escolar, acerca de seus fazeres educativos, a lida com crianças pequenas, maiores e jovens, as influências e repertórios culturais e profissionais, o exercício da maternidade que orientam suas práticas e reflexões no dia-a-dia e suas necessidades e urgências. E a partir disso, apresentar as imagens que fazem de si, do outro e do mundo, especialmente de seus espaços de trabalho.

Pedir as mulheres, adultas, educadoras que, por meio do uso da memória, teçam narrativas, não é pedir para reviverem períodos passados, pois que não se encontram parados, inertes num depositário. É pedir que reconstruam significados, que passem por um "trabalho de pensar, (de) refletir sobre seu significado hoje e no passado" (e para o futuro) (Setúbal e Silva et alli, p. 41, 1989).

344

* Pedagoga, mestre em Educação pela Faculdade de Educação - Unicamp, pesquisadora do Grupo AULA- Unicamp, formação inicial como um processo deliberado de inserção e continuidade em uma comunidade cultural.

**Pedagoga, mestre e doutora em Educação pela Faculdade de Educação – Unicamp, ex-bolsista Prodoc – Recém-Doutor – Capes na Faculdade de Educação – Unicamp e docente do Programa de Mestrado em Educação – Unisal – Americana/SP. Financiamento: Fapesp.

A possibilidade de evocar lembranças vivenciadas e experimentadas em um tempo remoto ou recente, de exercer um trabalho sobre elas relacionando-as com o presente e colocando-as em prospecção, revela um processo de ressignificação e de reconhecimento de si, de seu percurso.

Para Setúbal e Silva et alli (1989), lembrar não significa reviver fatos acontecidos tal qual aconteceram, não são fatos resgatáveis, "pescáveis" por um anzol, porque isso já está perdido, mas é atribuir significados novos e particulares.

Janela para a História Oral

"Quando se trata da história recente, feliz o pesquisador que pode se amparar em testemunhos vivos e reconstituir comportamentos e sensibilidades de uma época!", diz Bosi (2003), ao defender os recursos da História Oral, ao que Pollak (1992) reitera: *"a História Oral permite fazer uma história do tempo presente"* (p. 212) e que Neves (2000) chama de história contemporânea (p. 114). Como a história que os sujeitos depoentes reconstroem ao re-contar rememorando os fatos vividos aconteceu em um período de tempo próximo e como as memórias desse tempo vivido cada sujeito carrega consigo, portanto, está fragmentada e dispersa, ainda não escrita, a História Oral entra na pesquisa como a metodologia melhor adequada para a ocasião e a situação.

Diz Neves (op. cit.) que,

> *"Considerando-se a evocação do passado como substrato da memória, pode-se deduzir que, em sua relação com a História, a memória constitui-se como forma de preservação e retenção do tempo, salvando-o do esquecimento e da perda. (…) Desta forma, os depoimentos coletados tendem a demonstrar que a memória pode ser identificada como processo de construção e reconstrução de lembranças nas condições do tempo presente. Em decorrência, o ato de relembrar insere-se nas possibilidades múltiplas de elaboração das representações e de reafirmação das identidades construídas na dinâmica da história. Portanto, a memória passa a se constituir como fundamento da identidade…"* (p. 109).

A História Oral é uma metodologia que tem na narrativa oral e na memória, fontes privilegiadas para o registro escrito da realidade social vivida, pois, de acordo com Portelli (1997), *apenas os seres humanos são capazes de guardar lembranças.* A História Oral toma, então, a memória como centro das discussões, o que significa também falar da história individual, social e coletiva dos sujeitos.

Para Portelli (1997),

> "*A memória é um processo individual, que ocorre em um meio social dinâmico, valendo-se de instrumentos socialmente criados e compartilhados. Em vista disso, as recordações podem ser semelhantes, contraditórias ou sobrepostas. Porém, em hipótese alguma, as lembranças de duas pessoas são – assim como as impressões digitais, ou, a bem da verdade, como as vozes – exatamente iguais"* (p.16).

Nas minúcias do cotidiano, na interação com as pessoas, nas relações que se estabelecem entre os sujeitos que interagem nos locais de trabalho, na aproximação entre pesquisador e pesquisados e no compartilhar de experiências é que, por um "olhar a la lupa", se podem buscar pistas, indícios, caminhos para entender o invisível e o indizível do cotidiano (Queiroz, 1991).

No desenvolvimento de uma pesquisa, buscando interpretar, explicitar e entender o fenômeno a ser pesquisado, Thompson (2002), destaca que: *"[...] a História Oral tem um poder único de nos dar acesso às experiências daqueles que vivem às margens do poder, e cujas vozes são ocultas porque suas vidas são muitos menos prováveis de serem documentadas nos arquivos"* (p. 9 e 17).

E pode devolver aos sujeitos que fazem a história, um lugar fundamental, mediante suas próprias palavras (Thompson, 1992, p. 22).

Os sujeitos trazidos à cena neste artigo constituem-se de singulares mulheres profissionais do campo da Educação – formal e não-formal – e formadoras de crianças pequenas, mais velhas e jovens, na contemporaneidade.

Janela para a pesquisa

Para compor este artigo foram feitos recortes de duas pesquisas de Mestrado defendidas na Faculdade de Educação – Unicamp (Pinheiro, 2006 e Fernandes, 2001). Ambas se valeram da metodologia da História Oral como forma de acessar depoimentos, narrativas e memórias de mulheres educadoras sobre as imagens que constroem de si, as imagens que fazem dos outros e dos seus espaços de trabalho.

A pesquisa de Pinheiro (2006) focalizou as educadoras de duas creches (Mãe Luíza - Educandário Eurípedes e a da Área da Saúde, da Unicamp) ambas do município de Campinas-SP e o processo de formação profissional que se dá na prática cotidiana e no trabalho com crianças pequenas. A pesquisa de Fernandes (2001) focalizou as educadoras de um núcleo de Projeto Sol, espaço educativo não-formal, na cidade de Paulínia-SP e suas práticas educativas envolvendo crianças e jovens, de 7 a 14 anos.

Na pesquisa de Pinheiro (2006), as depoentes foram seis educadoras com idades entre 21 e 48 anos, sendo uma casada, uma viúva, uma divorciada e três solteiras; quatro delas são mães e uma é mãe-avó. Duas delas têm o 1º. Grau completo ou incompleto, três têm o 2º. Grau completo e uma possui o 3º Grau completo. Todas residentes na cidade em que trabalham.

Na atualidade, está previsto na LDB, no artigo 62, promulgada em dezembro de 1996, que sejam docentes as profissionais que atuam junto às crianças na Educação Infantil, sendo admitida a formação mínima em nível médio na modalidade do Curso Normal. Prevista está, também, a formação em nível superior em cursos de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação.

Na pesquisa de Fernandes (2001), as depoentes foram três educadoras com idades entre 40 e 50 anos, sendo duas casadas e uma solteira. Duas delas são mães e todas possuem o 3º. Grau completo com formações variando entre Pedagogia, Educação Física/Dança e Artes. Das três educadoras apenas uma não reside na cidade em que trabalha.

Foram feitas entrevistas semi-estruturadas com os sujeitos nos espaços de trabalho ou em outros espaços escolhidos por eles, que foram gravadas em áudio (Pinheiro, 2006) ou em áudio e vídeo (Fernandes, 2001) e transcritas.

Foram construídas pelas próprias educadoras imagens fotográficas dos locais de trabalho e de situações do cotidiano (Fernandes, 2001) ou foram coletadas imagens já existentes e disponíveis em acervos diferenciados, particulares e institucionais (Pinheiro, 2006), como meios oferecedores de pistas e indícios interpretativos para as pesquisadoras. Ou ainda, as imagens foram utilizadas como disparadoras ou como recursos complementares aos depoimentos e aos documentos institucionais.

Esses dados utilizados de forma integrada trouxeram informações importantes sobre o contexto social e histórico, bem como sobre os processos de elaboração mental e de representação por meio do imaginário presente nas narrativas e imagens das educadoras e das suas instituições de trabalho.

Janela para as mulheres educadoras no espaço não-formal

As educadoras do Projeto Sol, espaço de educação não-formal, vêem-se como educadoras que buscam se aprimorar em seu trabalho por meio de um envolvimento grande com seus públicos atendidos - crianças e jovens -, o que faz com que tenham relações de amizade que, muitas vezes, extrapolam o período de trabalho.

Há um grande empenho na ação educativa e, especialmente, uma busca por fazer desse espaço algo diferenciado do que acontece nos espaços e nas práticas escolares. Para uma, mais do que para as outras, esse espaço permite a criação e a invenção e ela vai se referendar nas experiências de vida, de infância, calcadas em uma vivência comunitária em um bairro operário de São Caetano, em uma vivência positiva no espaço da rua, com grupos de brincadeira de diferentes idades, em uma busca pelo contato com a natureza.

Em todos os depoimentos dessas educadoras aparecem menções aos aspectos físicos dos lugares: a casa, o quintal, a rua e os momentos lúdicos voltados ao brincar. As relações pessoais estabelecidas com esses elementos variam nas experiências passadas de cada uma delas, aproximando-se e afastando-se mais ou menos e de aspectos culturais mais marcantes em seus contextos. Essas vivências anteriores influenciam suas escolhas e orientações educacionais e a sua prática educativa.

Elas percebem em si que as condições e aspectos do bairro, da cidade guardada na memória, a distribuição territorial (urbana, rural, central ou periférica), os elementos culturais dos grupos sociais dos quais participaram influenciaram nas relações mantidas com o espaço público e a rua. Para uma das educadoras a rua era entendida como sendo lúdica e como lugar de lazer, de festas, de comemorações e de prazer. Para as outras duas, a rua era entendida como lugar de violência e desconfiança. Logo, essas influências anteriores aliadas a outras mais atuais, fazem com que elas aproveitem mais ou menos das possibilidades do entorno do Projeto Sol em suas propostas educativas.

Todas as três referem-se à relação criança-criança ou criança-jovem ou jovem-jovem em suas vidas como sendo altamente positiva, ou seja, enfatizam que os grupos de brincadeira se formam com variação de idade, tanto com colegas ou amigos de rua ou de bairro, como com parentes. Dessa forma, vão fazer uso dessa estratégia de formação de grupos em seus locais de trabalho, sem visar o "recorte" para faixas etárias próximas – como a escola costuma fazer. Embora reconheçam a dificuldade maior que isso envolve, ao terem que administrar desejos, interesses e curiosidades diferenciadas, ressaltam o valor positivo da riqueza de aprendizados e conhecimentos construídos.

As narrativas são permeadas pelas projeções das lembranças de hoje sobre um passado não muito distante, mas também pelos fatos históricos e sociais atuais em que a presença da urbanização, a perda ou diminuição de espaços públicos, a crescente interiorização nos domicílios privados e a diminuição de laços de amizade com vizinhos e as múltiplas jornadas de trabalho, interferem e modificam as interações entre as pessoas de diferentes gerações, incluindo parentes e pessoas extra família.

Quando se narram, aparecem também desejos de que as condições de vida pudessem ser diferentes das que se encontram hoje, ou seja, elas se vêem mais ou menos em uma espécie de elo contínuo entre aquilo que contam que viveram positivamente, que elegem como elementos a serem mantidos ou estimulados em suas proposições educativas e em seus espaços de trabalho ou em uma espécie de ruptura entre o que viveram e o que é possível viver hoje.

Com relação à formação profissional, ressaltam aquelas que não fizeram Magistério ou Pedagogia que a formação em linguagens artísticas ou corporais – não apenas em nível universitário, mas também em cursos paralelos – possibilita ou contribui para que suas posturas educativas levem mais em conta os processos socioculturais e os universos simbólicos dos sujeitos com que trabalham. Elas se vêem mais em condições de oferecer possibilidades de experiências formativas as crianças e jovens, que façam mais sentido e tenham mais significado do que aquilo que acaba sendo próprio da formação escolar – focado em conteúdos.

Cada uma das educadoras, aos seus modos, vê se mais ou menos "reprodutora" ou "facilitadora" daquilo que lhe ficou de positivo, ou então, ressente-se por não conseguir imprimir uma marca bastante diferenciadora daquilo que vivenciou negativamente e que acaba por reproduzir também. Cada uma delas vê-se como mais ou menos propensa a encarar o risco de experimentar algo novo, fazendo uso da invenção e da criação, juntamente com as crianças e jovens, ou a sustentar a estabilidade do já conhecido, apesar de o espaço educativo em que trabalham permitir variadas experimentações ao longo do tempo.

Janela para as mulheres educadoras das creches

Uma das educadoras de creche traz em sua narrativa um imaginário desse espaço como lugar de castigos, de maus tratos e de desprezo para com o ser humano. Imaginário esse que não existe de forma gratuita, pois que pesquisas mostram a alta taxa de mortalidade nas Casas dos Expostos e nas Casas de Misericórdias. Muitos bebês e crianças morriam devido às condições insalubres dos locais, à falta de higiene, ao tratamento dado às amas-de-leite.
Uma educadora mais jovem e que foi cuidada dentro de outro modelo de família, em que a educação da criança acontecia fora do âmbito doméstico – na creche – e tinha outro significado, mostra sua concepção que parece ter sido influenciada por sua vivência na profissão e pela formação recebida em serviço. A educadora foi se dando conta de que as crianças não ficavam abandonadas.

Pelas narrativas podemos perceber que, com o decorrer do tempo de trabalho na instituição, ao se exporem às instruções oferecidas pela equipe técnica, as educadoras (re)elaboram e (re)significam outro modo de entendimento quanto ao fato de as mães utilizarem a creche como modo de organização familiar para permitir o trabalho fora do lar.
Uma das educadoras utiliza outro modo de organização de sua prática profissional e mescla conhecimentos fornecidos nas orientações em serviço, trazidos do curso de Magistério e o saber trazido pela convivência pessoal com crianças pequenas. A educadora coloca em jogo no seu cotidiano o "uso de si" - que se refere a um uso coletivo herdado dentro de uma categoria profissional - com os conhecimentos vindos das reuniões e do seu curso e também o "uso de si por si" - quando decide, por ela mesma (Schwartz, 2000) -, mesclar tudo para dar a direção e sentido ao trabalho.
Tanto as profissionais da Creche Mãe Luiza, quanto as da Creche Área de Saúde, em seus dizeres, reconhecem o quanto sua vivência na infância, na família e como mães é constitutiva de sua formação como educadoras de creche.
Por outro lado, a maioria delas reconhece como os cursos voltados para a especificidade dessa faixa etária educativa contêm elementos fundamentais para que elas se tornem profissionais mais qualificadas para trabalhar crianças pequenas.
As instituições, cada uma à sua maneira, procuram formas de possibilitar esse aprimoramento profissional e pessoal, seja instituindo um rodízio, fazendo sorteio, ou custeando cursos pré-vestibulares, ou proporcionando condições facilitadoras para que as profissionais freqüentem o Curso de Magistério, ou ainda internamente, dentro do quadro de horário, possibilitando o estudo e a reflexão sobre seu trabalho.
Outro ponto evidenciado refere-se às reuniões com a equipe pedagógica. As educadoras mencionam o quanto aprendem e o quanto as informações geram reflexões — muitas delas fornecidas pelas profissionais especializadas — necessárias para o trabalho com as crianças. Destacam, ainda, a diferença qualitativa que essa intervenção traz para o fazer educativo.

Considerações finais

O espaço de trabalho na Educação, seja ele formal ou não-formal é o lugar da auto-formação e da construção das imagens de si como profissional dessa área. Ao se realizar a formação em serviço de forma sistematizada e formalizada ou ainda por meio de "tateios e erros" no cotidiano, também está se adentrando no espaço da educação de mulheres adultas em sua juventude e maturidade, quer seja na dimensão micro das formações oferecidas de modo interno, quer seja na dimensão macro das formações oferecidas em níveis mais amplos, como o Curso de Magistério e o Curso Superior.
Todas as depoentes fazem uso dos conceitos de Schwartz (2000), do "uso de si"**,** que se refere a um uso coletivo herdado dentro de uma categoria profissional e do "uso de si por si", que revela um saber que foi trabalhado pelo sujeito e se tornou individual, singular dele próprio. Cada educadora se apropria de um modo particular das informações e dos repertórios que lhe são disponibilizados ao longo de sua vida para compor a imagem de si, dos outros e dos espaços de atuação e trabalho.

Se "*... a verdadeira essência da educação (é) a observação"* (Benjamim apud Marcellino, 1990, p. 111) e se a observação é para *"aprender e ensinar; caminhar junto. A caminhada supõe o 'andar com', (...) o repartir a alegria da descoberta"* (op. cit, p. 113), tudo isso é para que nos redescubramos com singularidades, diferenças e com possibilidades de vivenciarmos momentos de formação em comum, em que um e outro se educam e se formam, em que todos constroem caminhos juntos, especialmente no dia-a-dia do encontro, no cotidiano. Melhor se eles forem (re)conhecidos, (re)significados e se transformem em experiência e saber.

Referências bibliográficas:

BOSI, Ecléa. *O tempo vivo da memória: ensaios de Psicologia Social*, SP: Ateliê Editorial,

2003.

FERNANDES, Renata S. *Entre nós, o Sol: relações entre infância, cultura, imaginário e*

lúdico na Educação não-formal. Campinas: Ed. Mercado de Letras/Fapesp, 2001.

GALEANO, Eduardo. *As palavras andantes*. Porto Alegre: Ed. L&PM, p. 96, 1994.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Verdade e memória, *Projeto História: os trabalhos da memória*, SP: ed. EDUC/Fapesp, n. 17, nov/1998, p. 213-221.

MAUAD, Ana Maria. História, iconografia e memória, in SIMSON, Olga R. de M. von (org). *Os desafios contemporâneos da História Oral*, Campinas: ed. Unicamp/CMU, p. 309-320, 1997.

MARCELLINO, Nelson C. *Pedagogia da animação*. Campinas: Ed. Papirus, 1990.

MENESES, Adélia B. de. Do poder das palavras. *Folha de S.Paulo*, 29 de janeiro de 1988.

NEVES, Lucília A. Memória e História: Multiplicidade e Singularidade na Construção do Documento Oral. História Oral, Corpo e Religião, *Cadernos CERU*, nº 12, 2001, p.24

PINHEIRO, Márcia Ap. P. da S. *A formação profissional na prática cotidiana: o que nos contam as educadoras de creche*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Educação, Unicamp, 2006.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social, *Estudos Históricos*, RJ, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho, algumas reflexões sobre a ética na história oral. *Projeto História.* São Paulo: Educ, nº15, 1997, p. 13-49

QUEIROZ, Maria Isaura P de. Relatos orais: do "indizível" ao "dizível". In: QUEIROZ, M.I.P de. *Experimentos com história de vida: Itália – Brasil.* São Paulo: Vértice, 1988. p. 68-80.

SCHWARTZ, Yves. Trabalho e uso de si. *Pro-Posições.* Campinas: Faculdade de Educação, UNICAMP, vol. 11, n°2 (32), jul.2000, p. 34-50

SETÚBAL e SILVA, Maria A. et alli. *Memória e brincadeira na cidade de São Paulo nas primeiras décadas do século XX*. São Paulo: Ed. Cortez, 1989.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. História Oral e Contemporaneidade. *História Oral* Revista da Associação Brasileira de História Oral. São Paulo: ABHO, n.5, jun.2002, p.9-28.

VIDAL, Diana. De Heródoto ao Gravador: histórias da história oral. *Resgate* Revista interdisciplinar de cultura do Centro de Memória – UNICAMP. Campinas, vol. 1, 1990, p.78.

Memórias do policiamento comunitário no Rio de Janeiro: reflexões sobre as estratégias de legitimação democrática da polícia militar

Marcella Carvalho[345]

Ludmila Ribeiro[346]

Introdução:

A partir da década de 1980, com a consolidação de uma representação do tráfico de drogas como sujeito social da violência urbana carioca (Misse, 1999; Zaluar, 2001), as ações policiais se voltaram ao combate ao dessa modalidade de crime através de incursões policiais pontuais em favelas – eminentemente repressivas –, configurando uma metáfora da guerra (Leite, 2000) como enquadramento privilegiado à compreensão da questão da segurança pública.

A partir de 2008, contudo, com a instalação das Unidades de Polícia Pacificadora, programa de policiamento comunitário desenvolvido em favelas, cujo objetivo é retomar os territórios sob domínio do tráfico de drogas, algumas favelas da cidade passaram a ser ocupadas permanentemente por efetivos policiais militares, sem que tenha havido tiroteio[347]. Com um discurso de vitória do Estado sobre o "estado paralelo" dos traficantes, a polícia militar estacionou seus "caveirões" em bocas de fumo[348] e fincou a bandeira nacional nas favelas, ato simbólico da retomada do território.

Uma análise das políticas de segurança anteriores rapidamente identifica que outros programas pautados na concepção de polícia comunitária foram empreendidos, sendo, contudo, sucedidos por programas eminentemente repressivos (Carneiro, 2010). Nesse sentido, as UPP seriam mais uma tentativa de implementação de uma polícia

---

345 Aluna de mestrado em Sociologia do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia - PPGSA/UFRJ. Pesquisadora do Núcleo de Estudos do Conflito, Cidadania e Violência Urbana – NECVU/UFRJ. Participa como pesquisadora da investigação "Policiamento comunitário: uma análise sócio-histórica da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro no período democrático (1983 – 2011)", coordenada pela Profª. Ludmila Ribeiro (CPDOC/FGV).

346 Pesquisadora da Escola Superior de Ciências Sociais e História do Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea do Brasil – CPDOC/FGV. Coordena a pesquisa "Policiamento comunitário: uma análise sócio-histórica da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro no período democrático (1983 – 2011)".

347 Este, contudo, não foi o caso da primeira UPP, instalada, sob forte confronto com traficantes, na favela Santa Marta. Esse marco é importante porque as incursões policiais em favela, nos últimos anos, eram marcadas por forte confronto entre traficantes e policiais, que sempre resultavam em diversos feridos e mortos dos dois lados. Um exemplo paradigmático de intervenção policial com esse resultado foi a realizada na Vila Cruzeiro no primeiro semestre de 2007, onde foram mortos diversos moradores dessa localidade.

348 Para compreender como as incursões policiais empreendidas pelo Batalhão de Operações Policiais (BOPE), que tinham como símbolo o caveirão, eram entendidas pelos moradores, ver Machado da Silva e Leite (2007).

democrática distinta da polícia de repressão. Prevenção e repressão seriam as duas formas ideais opostas de controle do crime entre as quais o pêndulo das políticas de segurança pública oscilariam (Garland, 2000).

Nossa proposta neste texto é problematizar a categoria "policiamento comunitário", retirando do horizonte analítico a oposição entre repressão e prevenção. Para isso, reconstruímos seu início no Rio de Janeiro nos anos 1980, a partir de entrevistas com três intelectuais orgânicos da polícia militar. Desenvolveremos algumas reflexões a partir das quais esperamos demonstrar como esta oposição é, antes de mais nada, uma construção política da polícia militar de legitimação democrática da corporação.

Para tanto, dividimos o texto em três partes. Em primeiro lugar, apresentamos brevemente o contexto de discussão sobre a redemocratização no que tange à polícia militar. Em seguida, analisamos a literatura sobre policiamento comunitário como um discurso de legitimação acadêmica da reforma da polícia. Num terceiro momento, desenvolvemos o discurso construído pelos policiais militar em entrevistas de história oral e refletimos sobre as potencialidades desta metodologia para o estudo de uma instituição fortemente hierárquica, cuja documentação é de difícil acesso.

A reforma da polícia militar, nos anos 1980: nova função, novos procedimentos

Os anos 1980 foram tomados como marco inicial de análise por ser este o momento no qual são iniciados os debates sobre o modelo institucional que a Polícia Militar deveria seguir na fundação de um Estado democrático (Cano, 2006). De um lado, era claro que a instituição deveria perder as suas funções políticas – o que significativa retirar do foco de sua ação classes politicamente suspeitas como estudantes, militantes de movimentos sociais e artistas. Por outro, é nesse momento que se inicia o debate acerca de como deveria ser a abordagem dessa instituição em relação aos mais pobres e excluídos, dentro da nova idéia de direitos humanos que começava a ser debatida no país à época (Soares e Sento-Sé, 2000).

Num cenário que se discutia como redemocratizar o Estado e, simultaneamente, prover segurança pública (em oposição à segurança nacional) para todos (em oposição a um grupo ideologicamente no poder), o Rio de Janeiro aparece como caso emblemático, por ser um estado que foi capaz de, na primeira eleição direta após o golpe militar, eleger o "inimigo número 1 da ditadura militar" – Leonel Brizola – e por, nesse mesmo período, ter tido um policial militar (Cel. Nazareth Cerqueira) à frente da corporação, em detrimento de um general do exército, como ocorreu nos demais estados.

Como forma de garantir a institucionalidade desse novo arranjo, foi elaborado um plano diretor para a polícia militar, que longe de apresentar uma doutrina para o "enfrentamento" ao crime, propunha uma nova filosofia para a administração do problema, a qual se daria a partir da prestação do serviço de policiamento ostensivo dentro de um ideal eminentemente republicano:

> Promover, adaptando a estrutura policial militar às exigências da Segurança Pública, o ajustamento comportamental da organização dentro de uma nova concepção de ordem pública, na qual a colaboração e a integração comunitária sejam os novos e importantes referenciais, o que implica um novo policial e uma nova polícia. (Plano Diretor, 1984-1987 p.34).

Logo, essa apresentação do objetivo-síntese do Plano Diretor parece apontar para um comprometimento institucional em adaptar-se à nova concepção de ordem pública, através do ajustamento da ação policial, que seria então efetuada com "integração comunitária".

Temerosos frente à possibilidade de extinção, as polícias militares de todos os estados enviaram ao menos um oficial representante para fazer lobby junto à Assembléia Constituinte. No caso do Rio de Janeiro, foi elaborado, em janeiro de 1986, um documento, cujo título é "Subsídios e sugestões à Comissão de Estudos Constitucionais", no qual a polícia militar justifica sua necessidade institucional em regime democrático.

A primeira seção do documento procura recapitular a legislação federal produzida desde a criação das polícias militares, em 1809. O empenho em demonstrar que as polícias militares existiam e tinham uma "missão" para além do "movimento revolucionário de 1964" é o grande objetivo do documento.

> Pode-se ver que a legislação segue um caminho nitidamente orientado por objetivos bem claros e definidos. Não surge como uma expressão do movimento revolucionário de 1964, mas sim como uma necessidade que aquele momento histórico consubstanciou. Entre serem "pequenos Exércitos Estaduais" e Forças Policiais, o segundo significado ganhou apoio da legislação. O "ficar nos quartéis" foi substituído pelo "ficar nas ruas", na forma de policiamento ostensivo. Sem dúvida é esse o entendimento básico e o objetivo principal que o 667 [Decreto-Lei 667 de 2 de julho de 1969] e o R-200 [Regulamento para as PPMM (R-200), Decreto nº 88.777 de 30 de setembro de 1983] querem consolidar e atingir. (Subsídios e sugestões à Comissão de Estudos Constitucionais, p. 7)

O documento apresenta como mero "jogo de palavras" as desqualificações da polícia militar, oposição entre civis e militares, parte do repúdio ao regime militar que então chegava ao fim. "Procura-se vincular o adjetivo *militar* da expressão Polícia Militar à repressão política do período revolucionário, à palavra autoritarismo" (idem, p.17). Contra essa acusação e a pretensa valorização de tudo o que fosse *civil*, ressalta que os órgãos de repressão, a polícia política e social, não se situavam na polícia militar, mas na polícia *civil*; e que as decisões de repressão eram tomadas por autoridades *civis*. Em suma, a polícia militar estava sendo questionada em relação à sua estrutura com base na hierarquia e disciplina militares, apontadas como incompatíveis à função policial em regime democrático.

A estrutura institucional da polícia militar, de fato, foi mantida pela Constituição de 1988. A polícia militar continuou sendo regida pelo trinômio "instrução militar, regulamento militar e justiça militar", instaurado em 30 de dezembro de 1969, pelo Decreto-Lei nº 1.072 assinado pelo então presidente General Emílio Médici (Zaverucha, 2000, p.42).

> As PMs copiam o modelo de batalhões de infantaria do Exército; são regidas pelo mesmo Código Penal e de Processo Penal Militar das Forças Armadas; seu Regulamento Disciplinar é muito similar ao Regulamento Disciplinar do Exército, conforme o Decreto nº 667, de 2 de julho de 1969; seus serviços de inteligência (P-2s) continuam, tal qual durante o regime militar, a fazer parte do sistema de informações do Exército (Zaverucha, 2000, p.43)[349].

O art. 144 da Constituição atribuiu às polícias brasileiras (federal, rodoviária federal, ferroviária federal, militar e civil) e ao corpo de bombeiros a função de "preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio", no Capítulo *Da Segurança Pública*. Em termos institucionais, manteve-se o quadro vigente durante a ditadura militar, já que essas continuaram forças auxiliares e reservas do Exército; reguladas pela Inspetoria Geral de Polícia Militar (Decreto-Lei 317 de 18 de março de 1967); e submetidas aos estados, em primeiro lugar, mas também à União, que pode legislar sobre sua organização, sua instrução e seus efetivos, bem como convocá-las e mobilizá-las, caso necessário.

---

349 Apenas em 1996, por meio da lei nº 9.299, os crimes dolosos cometidos por policiais militares passaram a ser apreciados pela Justiça Comum (Cano, 1997) e, com isso, iniciou-se um lento processo de controle civil sobre as PMs.

Releituras da literatura sobre policiamento comunitário:

Com a reabertura democrática, no ano de 1983, uma das filosofias utilizadas como "norte" no processo de reforma das práticas e imagens da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro foi o policiamento comunitário. Contudo, para que o termo pudesse se prestar a esse papel, ele foi sendo construído por meio do emprego de dicotomias, como "antes/agora", "tradicional/moderno", "autoritário/progressista", "repressão/prevenção". Enquanto construção discursiva que opera nessa chave opositiva, o policiamento comunitário é um conceito que carece de definição precisa. Seu projeto e sua prática vêm sendo construídos e avaliados simultaneamente, por policiais e intelectuais, o que acaba por dar legitimidade científica a ele.

No Rio de Janeiro, a legitimidade da polícia comunitária depende da construção de uma identidade social positiva para ela (Muniz et al., 1997). A polícia comunitária deve ser capaz de apaziguar conflitos respeitando os direitos dos cidadãos assegurados pela Constituição de 1988. Ambos esses pressupostos são comumente apontados, por familiares de vítimas da violência policial (Soares, Moura & Afonso, 2009), como infringidos pelos policiais militares "tradicionais". Nesse sentido, a polícia comunitária, enquanto proposta de reforma policial, deve construir a sua identidade em diálogo com a imagem social da polícia militar – em muitos aspectos, até mesmo, em contraposição a ela. A construção de imagens opostas para cada uma delas, por meio do uso de dicotomias como "antes/agora" e "tradicional/moderno" são apenas uma estratégia de legitimação da polícia comunitária.

A literatura sobre o tema pode ser dividida em duas abordagens: de um lado temos os estudos que se preocupam em propor uma definição de policiamento comunitário, ora o pautando na co-produção de segurança e ordem (Skolnick & Bayley, 1988; Dammert, 2005a, 2005b; Almeida et al., 2006), ora na promoção dos direitos e na mediação dos conflitos (Bengochoa et al., 2004); e, de outro, análises de programas de policiamento comunitário que empregam as mesmas categorias da polícia, dividindo-os entre programas repressivos, e portanto tradicionais, e programas preventivos, e portanto comunitários (Muniz et al., 1997; Mesquita Neto, 2004; Albernaz et al, 2007; Souza, 2007; Carneiro, 2010).

Entre os estudos preocupados em propor uma definição, o preceito fundamental do policiamento comunitário seria o de que a comunidade deve exercer um papel ativo na produção de segurança e ordem (Skolnick & Bayley, 1988; Dammert, 2005a, 2005b; Almeida et al., 2006). As funções tradicionais da polícia militar, isto é, de repressão ao crime e preservação da ordem pública, seriam postas em prática com o auxílio e a cooperação da comunidade, seja servindo como os olhos e ouvidos da polícia, seja participando ativamente na produção de estratégias de policiamento, seja denunciando áreas em que têm ocorrido crimes e pessoas que cometeram delitos, seja cobrando resultados dos policiais (Skolnick & Bayley, 1988).

As análises de programas de policiamento comunitário, por sua vez, operam usando as mesmas categorias da polícia militar, como "repressão/prevenção" (Carneiro, 2010), "conservador/progressista" e "autonomia/militarismo centralizador" (Muniz et al., 1997). Alguns desses autores empregam definições de policiamento comunitário como as apresentadas acima e empreendem estudos empíricos de programas como o Policiamento de Bairro, em Copacabana (Muniz et al., 1997), o GPAE, Grupamento de Policiamento de Áreas Especiais (Albernaz et al, 2007) e o GPAR, Grupamento de Policiamento de Áreas de Risco (Souza, 2007), para verificar o cumprimento dos preceitos teóricos. Essa literatura acaba por reiterar acertos e destacar dificuldades, sem, contudo, problematizar o conceito empregado. Aqueles textos (Mesquita Neto, 2004) que procuram analisar o discurso da polícia militar sobre o policiamento comunitário deparam-se com uma multiplicidade de definições.

Dentre os principais obstáculos à consolidação do policiamento comunitário como principal metodologia de combate ao crime estariam os problemas institucionais, como aversão à burocratização, repúdio à descentralização operacional e arranjo institucional hierarquizado (Skolnick & Bayley, 1988; Muniz et al., 1997). A polícia necessitaria de adequar sua estrutura institucional à função que pretende cumprir a partir da aproximação com a comunidade.

Além disso, a polícia interpreta sua função como ser "policial de rua" e não burocrata. "Trabalho de polícia" para grande parte da corporação é reprimir e combater a criminalidade (Muniz et al., 1997; Albernaz et al., 2007). Consequentemente, a proposta de policiamento comunitário é vista como "polícia cor-de-rosa" que faz "policiamento de mentira".

A cultura policial também é tida pela literatura sobre polícia comunitária como um obstáculo à implantação dessa modalidade de policiamento, pois os policiais seriam resistentes a reformas, por considerarem seu conhecimento empírico sobre a criminalidade violenta inquestionável. Eles interpretam, muitas vezes, as exigências constitucionais e estatutárias como empecilhos ao seu trabalho. Além disso, com freqüência, os valores democráticos são compreendidos como permissividade e lenimento em relação aos criminosos (Paixão, 1982; Skolnick & Bayley, 1988; Mesquita Neto, 2004).

Se tomarmos as dicotomias empregadas pela polícia militar – repressão/prevenção, tradicional/progressista, militarizado/moderno – como categorias analíticas, acabamos por dizer exatamente o mesmo que aqueles que são estudados. É preciso, pois, empreender uma análise do discurso do policiamento comunitário, a formação de uma gramática pautada nas categorias "modernização", "integração comunitária" e "direitos humanos" dentro da polícia. Nesse sentido, as antinomias construídas devem ser analisadas como parte da estrutura de funcionamento do policiamento comunitário; é exatamente nelas que reside a eficácia simbólica de políticas como as atuais Unidades de Polícia Pacificadora, por exemplo.

O que dizem os intelectuais orgânicos: recurso da memória à reconstrução histórica

Antes de apresentar a análise da construção do discurso de três policiais militares entrevistados, é preciso fazer algumas considerações sobre as potencialidades da metodologia de história oral para estudos sobre instituições de tão difícil acesso quanto as polícias militares.

Em relação à metodologia da história oral, Alberti (2005, p. 36) destaca que, de acordo com os propósitos da pesquisa, definidos com relação ao tema e à questão que se pretende investigar, é possível escolher o tipo de entrevista a ser utilizado: as temáticas ou as de história de vida "completa". A diferença entre estas se situa no grau de aprofundamento de determinados aspectos da vida do entrevistado, já que

> as entrevistas temáticas são aquelas que versam prioritariamente sobre a participação do entrevistado no tema escolhido, enquanto as de história de vida têm como centro de interesse o próprio indivíduo na história, incluindo trajetória desde a infância até o momento em que fala, passando pelos diversos acontecimentos e conjunturas que presenciou, vivenciou ou de que se inteirou. (Ibid.; p. 38).

Nesse sentido, já que o nosso foco é produzir fontes para o estudo do policiamento comunitário, empregamos a modalidade das entrevistas temáticas. No entanto, como o processo de construção dessa temática dentro da PMERJ se confunde com a trajetória dos próprios policiais, fez-se indispensável compreender as vivências desses e, em especial, a sua rede de contatos, que contribui para a própria disseminação dessa metodologia de ação policial.

O termo "policiamento comunitário" e suas variações foram utilizados para a análise dos documentos oficiais e nos roteiros de entrevista com o objetivo de identificar os momentos em que é feita menção a essa idéia, bem como o significado do emprego desse termo em um dado momento em contraposição ao seu emprego em outros momentos. A análise dos documentos oficiais foi, então, operacionalizada a partir da classificação feita por parte dos entrevistados de determinados programas como "policiamento comunitário". A construção discursiva foi, por sua vez, analisada em termos do que a polícia entende quando emprega esse termo e quais são as estratégias políticas mobilizadas.

A partir da elaboração de uma planilha identificando quando e como esse termo era empregado no âmbito de documentos oficiais, procuramos reconstruir o conceito de "policiamento comunitário" de acordo com a necessidade de seus autores (no caso, policiais militares) de socializar experiências a partir dos ambientes de vivência com essa questão. Com essa análise, esperamos matizar a discussão, com possibilidades de olhar a questão sob outro ângulo, sem, com isso, perder o fio condutor, respondendo à questão-chave: como o conceito de "policiamento comunitário" vem sendo construído pela Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro desde o ano de 1983?

Feitos estes esclarecimentos metodológicos, vejamos como os policiais têm construído seus discursos sobre o policiamento comunitário. Para tanto, apresentaremos algumas reflexões feitas sobre a formação "tradicional" que os três policiais ressaltaram ter recebido, a oposição modelo militarista *versus* modelo comunitário e a especificidade da ação policial. Vale destacar que um policial ingressou na corporação antes da ditadura, o segundo ingressou durante a ditadura e o último ingressou em 1983, exatamente no período da transição para o primeiro governo eleito por voto direto.

Os três policiais entrevistados ressaltaram o alto teor militarista de suas formações, com aprendizado de técnicas de contra-guerrilha, campos de concentração, dentre outras. – técnicas empregadas no combate ao comunismo do então regime militar, introduzidas no currículo da polícia militar em 1967.

Esse tipo de formação, segundo eles, destoava da missão da polícia militar em um regime democrático, em que a polícia deveria ser uma prestadora de serviços à sociedade e em que as manifestações populares não seriam mais classificadas como desordem pública. Nesse sentido, para eles, conforme mudassem as concepções de ordem e de segurança pública, a metodologia da polícia também deveria ser alterada, ainda que suas atribuições continuassem as mesmas: manter a ordem e promover a segurança pública. A redemocratização colocava, portanto, a necessidade de adaptação dos métodos de policiamento ostensivo.

É a partir deste quadro de reflexão constitucional que devemos compreender as reflexões institucionais empreendidas pela polícia. No Rio de Janeiro, este período de transição foi conduzido pelo governador Leonel Brizola, figura política da mais alta relevância na luta contra a ditadura militar.

Assim que assumiu como governador do Rio de Janeiro, Brizola instituiu uma nova concepção de segurança pública de respeito aos direitos humanos de todos os cidadãos, neles incluídos os favelados. De modo a driblar o crivo do exército que então comandava a polícia militar e infiltrar as novas concepções, controlando, assim, a ação policial mais diretamente, Brizola elevou a corporação à condição de secretaria de estado. Desse modo, o Cel. PM Nazareth Cerqueira, primeiro policial militar a assumir como comandante geral, era secretario estadual de polícia militar e, portanto, não precisava ter a sua nomeação autorizada pelo exército (já que ele não era comandante da Polícia Militar).

Como secretário e comandante, Cel. PM Nazareth Cerqueira se tornou responsável por traduzir para a polícia militar, em termos de metodologias de ação policial, de técnicas de procedimento, de estratégias de aproximação com a sociedade, as diretrizes do governo Brizola. Nesse sentido, foi criado o Plano Diretor da Polícia Militar (1984-87), empenhado em substituir o modelo militarista por um modelo profissional, ou comunitário, de policiamento. Ele também mandou traduzir livros sobre policiamento comunitário de países como os EUA e o Canadá. Para esses países também enviou as turmas que cursavam o Curso Superior da Polícia Militar, com o intuito de que conhecessem modelos eficazes de policiamento.

Estas mudanças não ocorreram, contudo, tranquilamente. Segundo o entrevistado mais velho, coronel reformado da polícia militar, a oposição era diluída em boatos, comentários maldosos e piadas feitos no rancho e nos corredores. Para os três entrevistados, o modelo proposto era um investimento que ia contra a própria formação que os policiais recebiam, eminentemente militar, na qual deveriam atuar contra um inimigo.

O grande desafio do comando geral naquele momento era incutir nos policiais a atribuição de servidores públicos, responsáveis por atender as demandas das comunidades por segurança e ordem. Para isso, as ações policiais deveriam ser planejadas, "profissionalizadas". Em primeiro lugar, era necessário fazer um diagnóstico do problema, estipular objetivos, traçar uma metodologia eficaz de prevenção e, por último, caso necessário, estabelecer as regras da repressão. A aproximação comunitária, no período mesmo da transição política, significava um empenho burocratizante da corporação, a partir da construção de uma missão democrática para a polícia militar. O policiamento era comunitário na medida em que o bem comum da ordem e da segurança pública era o horizonte normativo da ação policial, a partir do qual ela se tornava uma burocracia pública.

Apesar de o objetivo deste artigo ser refletir sobre as estratégias políticas no período da redemocratização, vale destacar que, no segundo governo Brizola (1991-94), por exemplo, o qualificativo "comunitário" começa a ganhar outros matizes. O modelo profissional do período da transição política é transposto a diversas "comunidades de interesse", como os bairros. Nesse sentido, a ordem e a segurança pública ganham os significados que as próprias comunidades a elas conferem. A partir do que é entendido pelas comunidades como ordem e segurança, a polícia militar passa a construir suas estratégias de policiamento.

Considerações finais: novos horizontes de pesquisa sobre a polícia militar

A partir da redemocratização, a polícia militar empreendeu um movimento de inflexão e reflexão sobre suas funções e metodologias. Em contexto democrático, desenvolveu-se um processo de burocratização tendo em vista o combate ao crime. No entanto, como destacado acima, a grande dificuldade que se colocou foi escolher entre um modelo profissional-burocrático, que procura prever em seus regulamentos todas as ações dos policiais de distintas patentes, treinando os agentes para que a imprevisibilidade seja mínima, e um modelo de aproximação comunitária cuja imprevisibilidade é o cerne da interação entre polícia e comunidade, a qual é desejada no propósito de resolução dos problemas relacionados à desordem urbana e à criminalidade, e de aumento da confiança na polícia.

A proposta aqui não é mostrar como esses dois modelos se alternaram ao longo do tempo, como um movimento oscilatório entre repressão ao crime e prevenção, tal como realizado de maneira preliminar por Carneiro (2010). Nosso trabalho pretende apresentar uma interpretação do policiamento comunitário como uma metodologia de ação policial que, na medida em que articula repressão ao crime de uma comunidade e prevenção para que ele não volte a ocorrer – ou ao menos seja controlado –, cria diretrizes à ação policial, controlando assim sua discricionariedade. A ideia é, portanto, superar esse entendimento comum de oposição entre repressão e prevenção, e mostrar como os programas de policiamento comunitário foram formulados exatamente para reduzirem a discricionariedade do policial de linha, cuja imprevisibilidade, muitas vezes, gera resultados bastante indesejados.

Logo, não se trata de dizer que modelo é melhor ou mais "democrático", mas qual é a possibilidade de esses dois se acoplarem com o objetivo de garantir à polícia o cumprimento de sua função, isto é, criar um regime de racionalidade entre procedimentos policiais e objetivos, a saber a redução do crime e a promoção do sentimento de segurança, garantindo, assim, a ordem pública e a confiança na polícia.

O modelo profissional-burocrático promove a consolidação de uma série de critérios claros para a entrada na organização e a movimentação dentro dela, ancorados em uma tecnologia extremamente avançada (com carros, mapas e rádios), bem como para a forma que o indivíduo deve agir em cada circunstância (com cada ação e reação prevista em diretivas de serviço). Contudo, nenhuma burocracia normatiza completamente as ações sociais e, nesse sentido, o processo de burocratização possui como externalidades o isolamento do policial da ponta (aquele que executa as ordens dos comandantes). Tal isolamento abre os mais diversos horizontes de ação policial.

A adoção de um modelo de policiamento comunitário, através de uma maior interação entre o policial e a comunidade, na tentativa de entender os problemas de insegurança e crime desta, incentivando o diálogo entre os envolvidos e o não-apego a procedimentos operacionais padrão, prescreve ao policial o diagnóstico dos problemas *junto à* comunidade, a repressão ao crime e a prevenção para que ele seja controlado.

Se, na literatura especializada, repressão e prevenção foram apresentados de maneira dissociada, o que se percebe, no entanto, é uma conexão intrínseca entre esses tipos de ação policial como uma tentativa de se construir legitimidade institucional *vis-a-vis* previsibilidade e eficácia operacional.

À luz dessas questões, a proposta deste trabalho foi avançar nessa discussão, problematizando como essa oposição repressão *versus* prevenção pode ser, na verdade, uma tentativa da própria organização policial militar em criar um discurso de legitimação democrática para si.

Nesse sentido, a metodologia da história oral apresenta-se particularmente interessante, pois permite reconstruir com os próprios atores sociais o discurso sobre o policiamento comunitário e encontrar suas cacofonias e contradições, abrindo, a partir delas, novos horizontes de pesquisa. As oscilações do discurso e nossos próprios movimentos de idas e vindas entre documentos, textos e entrevistas nos permitiram compreender que essa oposição estanque entre modelos de ação policial não são sequer uma boa estratégia metodológica, quiçá uma conclusão de pesquisa. A investigação deve ser então reformulada no sentido de discutir como a aproximação comunitária se torna um imperativo da ação policial e quais são essas comunidades, como são identificadas e classificadas.

Referências bibliográficas:

Albernaz, Elizabete et al. "Tensões e desafios de um policiamento comunitário em favelas do Rio de Janeiro: o caso do Grupamento de Policiamento em Áreas Especiais". *São Paulo em Perspectiva*, v. 21, n. 2, p. 39-52, jul./dez. 2007.

Alberti, Verena. Manual de história oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

Almeida, Jéssica et al., "Polícia e Comunidade". In: Miranda, Ana Paula & Teixeira, Paulo (org.). *Polícia e Comunidade*: temas e desafios na implantação de conselhos comunitários de segurança. Rio de Janeiro: Instituto de Segurança Pública, 2006.

Bengochea, Jorge Luiz et al. A transição de uma polícia de controle para uma polícia cidadã. *São Paulo em perspectiva*, 18(1) 2004

Cano, Ignacio. Políticas de seguridad pública en Brasil: tentativas de modernización y democratización versus la guerra contra el crimen. *Sur, Revista Internacional de Derechos Humanos*. vol.3, n.5, 2006. Disponível em http://www.surjournal.org/esp/index5.php

Carneiro, Leandro Piquet. Mudança de guarda: agendas de segurança pública no Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, ano 4, edição 7, ago/set. 2010.

Dammert, Lucia. *Participación comunitaria en prevención del delito en América Latina.* Santiago, Chile: Centro de Estudios del Desarrollo, 2005a. Disponível em: www.policiaysociedad.org.

_____. "Prevención comunitaria del delito en América Latina: desafíos y oportunidades". *Desafíos*, Bogotá, Colombia, n. 13, p. 124-156, 2. sem. 2005b.

Garland, David. The Culture of High Crime Societies: some preconditions of the recent "law and order" policies. In: *Brit. J. Criminol.*, 2000, 40, p.347-375.

Goldstein, Herman. *Policiando uma sociedade livre***.** São Paulo: Ford Foundation/NEZ/Edusp, 2003.

Leite, Márcia. Entre o individualismo e a solidariedade: dilemas da política e da cidadania no Rio de Janeiro. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.15, n.44, São Paulo, out. 2000.

Machado Da Silva, Luiz Antônio; **Leite**, Márcia Pereira. Violência, crime e polícia: o que os favelados dizem quando falam desses temas? In: *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 22, n. 3, p. 545-591, set./dez. 2007.

Mesquita Neto, Paulo de. Policiamento Comunitário e Prevenção do Crime: a visão dos coronéis da Polícia Militar. In: *São Paulo em Perspectiva*. Vol.18, n.1, 2004.

Misse, Michel. *Malandros, Marginais e Vagabundos*. A acumulação social da violência no Rio de Janeiro. Tese de Doutorado, IUPERJ, 1999.

Muniz, Jacqueline, **Larvie**, Sean Patrick, **Musumeci**, Leonarda **& Freire**, Bianca. Resistências e dificuldades de um programa de policiamento comunitário. *Tempo Social*, Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 9(1): 197-213, maio de 1997.

Paixão, Antonio Luiz. A organização policial numa área metropolitana. *Dados:* Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 63-85, 1982.

Soares, Luiz Eduardo; **Sento-Sé**, João Trajano. Estado e segurança pública no Rio de Janeiro: dilemas de um aprendizado difícil. *Projeto Mare-Capes – Reforma do Estado e Proteção Social – Subprojeto Segurança Pública*. Rio de Janeiro: Universidade Candido Mendes, 2000. Disponível em http://www.ucamcesec.com.br/arquivos/publicacoes/.

Skolnick, Jerome H. **& Bayley**, David H. *Policiamento Comunitário*: questões e práticas através do mundo. Tradução Ana Luísa Amêndola Pinheiro. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002. Série Polícia e Sociedade, n.6.

Soares, Barbara Musumeci, **Moura,** Tatiana **& Afonso**, Carla (org.). *Autos de resistência*: relatos de familiares de vítimas da violência armada. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009.

Souza, Elenice de. "Grupo Especializado em Áreas de Risco (GEPAR): os dilemas de uma experiência inovadora de prevenção e controle de tráfico de drogas e homicídios em favelas violentas em Belo Horizonte, Brasil". In: *Polícia, Estado e Sociedade*: Práticas e Saberes Latino-americanos. (org.) Haydée Caruso, Jacqueline Muniz e Antônio Carlos Carballo Blanco. Rio de Janeiro: Publit Soluções Editoriais, 2007.

Zaverucha, Jorge. *Frágil Democracia*: Collor, Itamar, FHC e os militares (1990-1998). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

MEMÓRIAS EM LUTA: HISTÓRIAL ORAL E A MEMÓRIA-MONUMENTO SOBRE A CIDADE DE Osasco

Marta Gouveia de Oliveira Rovai[350]

Neste trabalho pretendo analisar a relação entre as memórias dos trabalhadores envolvidos numa greve no ano de 1968, em Osasco, e o imaginário construído a partir dos monumentos que fazem parte do centro urbano. Neste sentido, busco apresentar alguns monumentos erigidos entre os anos 70 e o início do século XXI, e as narrativas que dizem respeito não só ao reconhecimento do "ser osasquense", mas principalmente à identidade e à memória dos ex-operários.

O desenvolvimento desta reflexão é datada pela história do movimento operário e pelas lembranças dos sujeitos que nomeiam os "lugares de memória", num diálogo ou numa disputa pelo sentido e pela importância da cidade e de seus signos para essa coletividade.

Fundada por um italiano, Antônio Agu - nome dado a uma das principais ruas do centro - a região não nasceu cidade e sim bairro da periferia de São Paulo, no final do século XIX. Em 1895, este proprietário de algumas fazendas próximas ao rio Tietê mandou construir a estação ferroviária como parte da Sorocabana, e mandou batizá-la com o nome de sua cidade natal na Itália, Osasco. Desde então, a possibilidade de trabalho atraiu muitos migrantes e imigrantes, oriundos dos mais diferentes países, dando origem a um rápido crescimento demográfico.

Em 1909, vários trabalhadores vindos da França e da Itália, influenciados pelo exemplo da legislação francesa – que já previa direitos, como a indenização por demissão e a aposentadoria – e também pelo ideário anarquista e socialista, resolveram criar uma cooperativa de vidreiros para fazer frente à Vidraria Santa Marina, da qual eram funcionários e contra a qual organizavam uma greve por melhores condições de trabalho. O movimento grevista não obteve sucesso: foi fortemente reprimido, sendo os operários demitidos e expulsos das vilas operárias ao redor da fábrica.

Antonio Agu doou, então, um terreno para a construção da cooperativa, que contou com o apoio da comunidade italiana de Osasco e dos sindicatos de São Paulo, contribuindo para a construção da vidraria. Segundo narrativas de ex-operárias entrevistadas pela historiadora Helena Pignatari Werner (1981), em seu trabalho sobre a greve da Santa Marina, desenvolvido na década de 80, um espírito solidário teria marcado toda a região na colaboração para a construção da fábrica. No entanto, segundo elas, o sonho coletivo teria sofrido grande impacto quando o responsável pela documentação e pelo dinheiro para a cooperativa teria fugido, supostamente financiado pela Vidraria Santa Marina para abalar o empreendimento.

O prédio inacabado da cooperativa permaneceu no mesmo espaço em que foi construída, em 1944, uma fábrica, palco de outra greve marcante na cidade: a Cobrasma, produtora de materiais ferroviários. A referência ao sonho de "operários-proprietários", à influência socialista e anarquista e à própria herança da organização sindical está presente na memória da nova leva de trabalhadores por mim entrevistados – maioria de migrantes do campo recém-chegados nos anos 50 – protagonistas do movimento que se opôs à Ditadura Militar, por meio de reivindicações trabalhistas, alianças com estudantes, intelectuais e até mesmo com grupos armados, como a Vanguarda Popular Revolucionária, no ano de 1968. Além da luta pelo

---

350 Doutoranda em História Social e Pesquisadora do Núcleo de Estudos em História Oral (NEHO/USP).

cooperativismo, no início do século XX, outra marca da identificação e da solidariedade do "povo osasquense" nos relatos dos ex-operários seria a busca da autonomia em relação a São Paulo, por meio de um plebiscito ocorrido em 1962, culminando com a transformação do "bairro periférico de São Paulo" em "grande cidade industrial e progressista".

Com a violenta repressão militar aos grevistas, no final da década de 60, a diretoria da Cobrasma decidiu derrubar o que ainda restava da construção da cooperativa de vidreiros. A destruição física também teve sentido político, numa tentativa de silenciar a história e as lembranças de dois movimentos fortemente ligados pela afetividade e pela identidade de luta. No entanto, a Cooperativa de Vidreiros e a Cobrasma, foram transformados em monumentos pela memória operária, não no sentido oficial ou intencionalidade prévia de tornar perpétuo o objeto, a construção, mas pela apropriação simbólica deles, elegendo-os "lugares da memória" do conflito entre o capital e o trabalho. Monumento aqui ganha o sentido apontado por Jaques Le Goff (1994) , do latim monere , que significa fazer lembrar, para ensinar e durar.

Durante a intensa perseguição que se seguiu aos osasquenses envolvidos na paralisação de julho de 1968, assistiu-se a dois movimentos paralelos, aparentemente opostos, mas talvez com o mesmo fim de disciplinarização: em 1969, a prefeitura de Osasco resolveu realizar um concurso para a elaboração de um brasão que simbolizasse a cidade. Em meio à ditadura, quando o movimento operário sofria duro golpe e se desmantelava em fugas, exílios e prisões, as marcas do trabalho ganhavam destaque na simbologia osasquense: entre signos religiosos e de riqueza, vieram compor o escudo dois martelos, duas rodas dentadas e a inscrição "Osasco: cidade do trabalho". Em outro sentido, jornais como "Notícias Populares" desenhavam em suas notícias diárias a imagem bizarra de uma população marcada pela convivência com "vampiros", "crianças-diabos" e "loiras do banheiro".

Os entrevistados lembram, de forma cômica, e às vezes indignada, de verem toda a campanha de organização operária ser arrastada por um contra-discurso sobre esquisitices, como o medo da população com relação a "bodes que estupravam" ou crimes bárbaros que tornaram-se marcas "naturais" de seus habitantes. As lembranças das prisões e da perda de amigos emergem contra o silenciamento e os rótulos inaugurados pela ditadura para se referir a Osasco. Esse processo não pararia por aí e se estenderia por toda a década de 80 e de 90, com programas como o Globo Repórter, que tinha como título "Osasco: a cidade do crime", ou ainda as notícias sobre gangues de palhaços que assustavam crianças ou as raptavam para tirar-lhes seus órgãos e vendê-los.

Ao brasão criado oficialmente, seguiu-se a construção de monumentos no centro da cidade, fortalecendo o imaginário da cidade do trabalho: na década de 70, o pontilhão metálico, repleto de referências ao trabalho; desde a década de 90, uma grande escultura de um trabalhador marca a entrada da cidade, pela Avenida dos Autonomistas (referência também à sua independência); pelo Rodoanel, recém-inaugurado, quem chega observa uma velha grafitagem no grande muro, ainda não apagada pelo tempo: "a cidade do trabalho".

Cidade do bizarro, do crime, do trabalho: tantas construções físicas e simbólicas parecem soterrar outra memória, controlá-la e domesticá-la: a cidade dos trabalhadores. Como Michael Pollak (1989) adverte, há lembranças, dores, saudades e tantas outras experiências que ficaram soterradas esperando o momento exato de emergir. Os processos aparentemente diversos, mas complementares, de elaborar um imaginário criminoso ou trabalhador aos habitantes osasquenses, aparecem aos entrevistados, num consenso e compartilhamento de opiniões, como perigoso apagamento da dinâmica conflituosa das greves de 1909 e 1968. Os narradores lembram, como para que marcar a sua oposição aos enquadramentos, que o brasão de Osasco, por sugestão de um professor combativo da escola pública na década de 60, Alcyr Porciúncula, teria uma marca para lembrar não o trabalho submisso e obediente, mas a herança significativa para eles: uma pequena cruz no alto do brasão faria menção à cooperativa dos vidreiros, motivo de orgulho em suas narrativas.

A construção de uma imagem da cidade vinculada à criminalidade, ao progresso ou ao trabalho entra em contraste, na memória coletiva dos ex-operários, com as relações capitalistas, da organização sindical e do embate político, anarquista ou socialista, das primeiras décadas do século XX ou do ano de 1968.

Como "lugares de memória" e construídos historicamente, os monumentos são criação social e histórica, o que segundo Le Goff "não é qualquer coisa que fique por conta do passado, é um produto da sociedade que os fabricou segundo as relações de força que aí detinham o poder" (1994, p.545-548). O processo de elaboração de sentido para Osasco, por meio de suas construções e símbolos, funcionou como instrumento de poder do regime autoritário, seja pela criminalização ou pela docilização dos trabalhadores. As falas discordantes ou indiferentes a esses referenciais por parte dos nossos entrevistados demonstram as disputas e os confrontos em torno das definições sobre a cidade e os seus habitantes, e a busca de uma identidade operária militante.

O centro da cidade aparece nas narrativas, num roteiro muito mais afetivo do que físico. Os monumentos que fazem parte do cenário da "cidade do trabalho" não aparecem, não são notados, não significam nas narrativas. A memória de todos os entrevistados dessa pesquisa traça um verdadeiro roteiro cultural, cotidiano e político, parte da infância e da juventude de cada um na cidade, principalmente daqueles que trabalhavam na Cobrasma nos anos 60. A escola e o sindicato são marcos de encontros às encondidas para planejar a greve. As ruas e as praças são lembradas como lugares das manifestações, das passeatas contra a ditadura, em protesto contra a morte do estudante Edson Luis. A praça é o espaço da luta das mulheres pela Anistia, nos anos 70, contra os enquadramentos criminosos, atribuídos pelo regime militar. Os bares e o cinema extrapolam a ideia da diversão: aparecem nas narrativas como o lugar do pertencimento, da troca, da rebeldia de jovens operários, assim como os pequenos teatros em salas apertadas e improvisadas.

Alguns monumentos criados entre os anos 70 e 90 parecem ter sido integrados à cidade, quase naturalizados, correspondendo à imagem da cidade do trabalho, sendo absorvidos pela população. Outros, no entanto, precisam das narrativas, da quebra do silêncio desses narradores para se fazer compreender. Só pelo apelo a essas memórias do grupo é que se ultrapassa o espaço físico das construções e marcos.

Não é possível retraçar toda a cidade, mas o percurso realizado pelos relatos, mais do que físico, estaciona nos espaços significativos da roda, da cerveja, da organização política, do namoro e da resistência. Marcas da identidade de resistência ao trabalho disciplinador e à criminalização da luta. Osasco não é diferenciado e notado por suas ruas, pontes, viadutos e monumentos, mas por aquilo que eles representam na experiência desses homens. As narrativas trazem à tona ruas, lugares e monumentos que ficaram ocultos na cidade, e que existem física, material e simbolicamente, articulados à história vivida pelo grupo.

Os monumentos da "cidade-trabalho", mesmo que se oponham à "cidade do crime" criada pela imprensa e pela televisão, não são reconhecidos pelos narradores, que "passeiam" pelos espaços públicos de Osasco sem "reparar" em construções marcadas pela história oficial. No entanto, um monumento mais recente, inaugurado em 2008 na praça central, faz parte das referências coletivas dos ex-operários: a homenagem a três operários da Cobrasma assassinados durante o regime militar. Fruto da organização do movimento sindical e da presença de alguns dos narradores - amigos ou parentes dos mortos - no próprio governo municipal hoje, essa pequena estrutura erigida com a foto e os nomes dos mesmos é inserida no trajeto emocional que fazem os protagonistas da greve de 1968, contra o esquecimento e pelo reconhecimento de uma outra memória.

Assim, como afirma Ítalo Calvino, em *Cidades Invisíveis* (2009), a cartografia de uma cidade e seus símbolos podem ser afetivos e, portanto, devem ser concebidos como mutáveis, porque dependem da apropriação que os sujeitos fazem deles em suas vivências. Os monumentos não têm vida própria e, embora possam produzir valores, precisam do olhar do passante e de sua identificação para significarem.

A memória de uma cidade não pode viver do monumento comemoracionista ou de brasões. A memória da cidade é um contínuo de gerações, em que cada um herda sentidos e acrescenta à sua própria história e aos seus sonhos a mensagem que lhe fala do pertencimento. Os monumentos produzem um imaginário, mas não

o produzem sozinhos; precisam da dinâmica da vida, do cruzamento de espíritos, de emoções e de sonhos. O monumento aos operários mortos na greve de 1968 apresenta-se como um suporte nítido de compartilhamento de memória, o quadro social da memória de que fala Halbwachs (2006).

A aceleração do passante comum e a velocidade do tempo impedem o olhar mais atento do morador da cidade, a observação e a digestão crítica da ideia do trabalhador docilizado, assim como a quase "naturalização" que ainda permanece no imaginário coletivo da "cidade do crime", presente nas piadas do dia a dia entre os próprios habitantes. No entanto, os narradores por mim entrevistados rejeitam uma memória não vivida, sem relações emocionais com sua experiência. Negam uma cidade invisível ao seu pertencimento, e ao mesmo tempo falam de uma "cidade invisível" significativa, oculta mas construída por suas lembranças. Contra a "cidade criminosa", aparecem nos relatos os exemplos de organização da "cidade que lutou contra a ditadura" nos anos 60: a greve que serviu de modelo aos operários de 1978, no ABC; o sindicalismo combativo que não se deixou calar pela ditadura; a união rara e bem sucedida de operários e estudantes; a intensa atividade cultural, representada por seus jovens artistas de teatro dentro da fábrica e nas escolas.

A cidade imaginária também é desenhada pelos sonhos apresentados nas históricas contadas, com relação à perda de entes queridos, de amigos que se foram com o exílio ou que "caíram" nas torturas ou operações de guerrilha, mas que alimentam até hoje suas práticas políticas na cidade de Osasco. Emerge dos relatos a ucronia, a possibilidade de que a cidade poderia ter traçado outros caminhos mais justos, recuperando a solidariedade que marcou os habitantes na greve de 1909 ou em 1968. A cidade imaginária baseia-se na experiência e no sonho, desoculta o passado que parecia escondido nos "escombros da história", sepultado pelos estereótipos e construções físicas e imaginárias, e considera-o digno de ser lembrado.

Ao final, muitas das imagens citadas pela comunidade de trabalhadores ajudam a promover o sentimento de pertença e proximidade reforçando a identidade local contra a generalização. As memórias e o imaginário sobre um passado constituidor da identidade da cidade dos trabalhadores e não do trabalho, ou do crime, remetem a uma comunidade imaginada, na medida em que ela se vê enquanto um conjunto de indivíduos partilhando os mesmos interesses, dores e desejos de solidariedade.

Referências bibliográficas:

CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis.** São Paulo: Cia. das Letras, 2009.

FREIRE, Cristina. **Além dos Mapas: os monumentos no imaginário urbano contemporâneo.** São Paulo: Sesc/Unifesp, 1997.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Unicamp, 1994.

POLLAK, Michel. Memória, Esquecimento, Silêncio. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV. **Estudos Históricos**, v.2, n.3, p.3-15, 1989.

SOUZA, Célia Ferraz de & PESAVENTO, Sandra Jatahy(Org.). **Imagens Urbanas: os diversos olhares na formação do imaginário urbano**. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 1997.

WERNER, Helena Pignatari. **Raízes do Movimento Operário em Osasco.** São Paulo: Cortez, 1981.

Memórias socioambientais revisitadas: um bairro da Leopoldina em foco

Beatriz Brandão[351]

Maylta Anjos[*]

Introdução

Para ser universal, fale de sua aldeia

León Tolstoi

Esse artigo pretende analisar os resultados do encontro da memória e da história quando ambas se entrelaçam. Para ilustração desse acervo foi escolhida a região da Leopoldina, situada na Zona Norte do Rio de Janeiro, mas que possui um histórico, de fato, memorável. O estudo perpassa por um passeio nos idos de sua construção e seu processo de industrialização, demarcando o contexto em que se inseriam as transformações por ele vividas.

Compreender o cenário no qual o bairro se constituiu é elemento imprescindível, pois a região se metamorfoseou e se moldou às modificações oriundas da industrialização. Esse acontecimento mostra-se como denominador decisivo, ou seja, um divisor de águas para a transformação de uma região residencial, possuidora de muita riqueza ecológica, num lócus de insegurança, e com o estigma da violência urbana, pois fora fragmentado em várias favelas e conjuntos habitacionais.

Foi na perspectiva de compreender como se deu a passagem, emblemática, de bairros pacatos e familiares para um território de pobreza urbana, produtor de violência, seguido da deterioração ambiental que o estudo se desenhou. O artigo teve como propósito trazer outros olhares para essa experiência: o olhar ambiental.

A transformação industrial referida tem seu prelúdio na década de 50, juntamente com o processo da cidade do Rio de Janeiro. Esse fato possui muita relevância, pois o redesenho da Região da Leopoldina ocorreu devido às novas necessidades que se consolidavam no Rio. Não só a sua imagem se modificou, mas houve uma resignificação da região como um todo.

O maior compromisso foi de demonstrar como a degradação ambiental se formou como elemento decisivo para a reestruturação urbana do local, alterando o modo de vida dos moradores. Essas constatações se deram por intermédio de entrevistas com os próprios residentes, num clima amistoso, no qual buscamos capturar o processo identitário que desenvolvido no imaginário da Leopoldina em consonância com o que ele representou na história do Rio de Janeiro e na história de seus moradores.

---

351 Beatriz Brandão é mestranda do Programa de Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPCIS/UERJ).

* *Maylta Anjos é Doutora em Ciências Sociais e Professora do Mestrado em Ensino de Ciências do Instituto Federal de Ciência, Educação e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ).

A explosão demográfica acarretou diversos problemas ecológicos, como a pouca vegetação e destruição de ecossistemas nativos. O manguezal está cada vez mais reduzido devido às ocupações irregulares e o assoreamento de diversas áreas que no passado garantia o ecossistema da região. A região não possuía projeção urbanística para tal crescimento assim, a infra-estrutura precária se reproduziu nas redes de esgotos e águas pluviais não atendendo ao total populacional.

Paralelo a dilapidação dos territórios ambientais ocorre o caos social voltado à questão ambiental como os desabamentos das encostas e as enchentes que desabrigam as famílias, mostrando as faces e interligações existentes nos componentes da cidade.

O que está posto hoje teve uma raiz no passado e, para compreender é necessário recorrer à memória, e nesse caso, relacionada à ecologia, ao ambiente físico e social. Quando nos referimos ao tema memória ecológica, estamos buscando o resgate ecológico de uma região, visando compreender as mudanças e fenômenos que observamos no cotidiano. Dessa forma, buscamos a processualidade dos fatos para situarmos o presente.

História e memória ambiental

A memória ambiental trabalhada nos limites desta pesquisa acontece a partir das transformações que se produziam na relação sociedade e natureza e que deixaram à sociedade contemporânea um legado de destruição. Revisitar a história e a memória ambiental permite uma abordagem focada no entendimento de que o homem produz a sua história, sendo necessário, porém, renunciar a conjectura comum de que a experiência humana tem sido isenta das consequências ecológicas de nossos feitos passados (WORSTER, 2003).

Desse modo, o objetivo central da história ambiental, segundo o mesmo autor, é aprofundar o nosso entendimento de como comprometemos esse ambiente. Em outras palavras, a memória ambiental coloca a natureza como agente transformador da história, destacando o papel do meio ambiente na formação das cidades.

Logo, a história ambiental evoca a memória e possuem como escopo a crítica da influência mútua entre as sociedades e seus recursos naturais. Worster (1991, p. 5) aponta três níveis de abordagens da história ambiental, são eles: o entendimento de como a natureza se organizou e funcionou no passado; o domínio sócio-econômico interagindo com o ambiente através do trabalho, ferramentas e relações sociais, pelas diversas formas em que povos produziram bens a partir de seus recursos naturais; as percepções, valores étnicos, leis, mitos e outras estruturas de significação, que em nível intelectual tornam-se parte do diálogo de um indivíduo ou grupo com a natureza.

Le Goff (1991) cita Lucien Febvre, quando o mesmo assinala que quando não há documentos escritos, a história deve ser feita a partir de todo e qualquer vestígio da presença humana, pois estes expressarão o próprio homem. Remetendo ao acontecido na região da Leopoldina, os passivos apontam a história de ocupação da cidade. Assim, a história faz-se com formas de campo e com más ervas; com eclipses da lua e arreios; com peritagens de pedras, feitas por geólogos e análises de espadas de metal, feitas por químicos. (FEBVRE apud LE GOFF, 1991, p. 107)

A história possui uma vasta experiência de diálogo e de trabalho interdisciplinar que facilita suas aproximações no estudo das relações do ser humano com a natureza no passado. O historiador ambiental

tem como missão estudar o homem juntamente com o ecossistema que o comporta, sem dissociá-lo do meio em que está inserido. Isso se dá numa busca de entender esse mesmo meio e suas transformações, suas mudanças, sejam elas causadas ou sofridas pelos seres humanos.

Leff (2005) confirma a relevância da história ambiental e assinala que a mesma "está lavrando o terreno para reconstrução de identidades e a formação de atores políticos no quadro da globalização econômico-ecológica e nos tempos da sustentabilidade" (p. 21). Diante dessa fala, se faz necessário e urgente que a história ambiental, na formação da memória, assuma seu lugar e sua legitimidade. Assim:

> *tem igualmente muito a oferecer aos historiadores, pois é impossível desemaranhar o que as pessoas pensavam no passado sobre as plantas e os animais daquilo que elas pensavam sobre si mesmas. (THOMAS, 1988, p. 19)*

Vemos que a história ambiental é fundamental para o exercício da cidadania, porque rompe com a dicotomia sociedade/natureza, através das memórias ambientais constitutivas dos afetos humanidade e meio natural.

A história ambiental, por intermédio da produção da memória ambiental, aproxima o homem da natureza, aspira um "*homo* ambientalista" por excelência. Faz o receptor vivenciar sua relação com o meio natural, tanto em dimensões racionais quanto emocionais. Torna o conhecimento ação.

Os Manguezais e a dinâmica de crescimento populacional na Região da Leopoldina: declínio socioambiental

Os manguezais fazem parte do entorno de muitos bairros da Leopoldina e funcionam como equilíbrio ecológico e ecossistêmico da região. A memória levantada nos mostra as causas que levaram à degradação as áreas consideradas de proteção ambiental permanente. As perdas ecológicas ocasionadas pelos interesses econômicos se traduzem num instrumento de revelação dos conflitos e contradições entre o ser humano e a natureza.

Os impactos ambientais ocorridos na Leopoldina causaram danos e perdas em determinadas bairros dos subúrbios do Rio de Janeiro. Buscamos analisar, dentro deste processo, as transformações que sofreram e como se situam as populações locais na história ecológica que tem relação direta com as dimensões social, cultural e econômica.

O movimento migratório para o Rio de Janeiro, oriundo dos anos quarenta e cinqüenta, provocou o aglomerado populacional de nossos dias. O crescimento demográfico é um fenômeno típico das cidades grandes, gerado pela oferta de emprego e pelo êxodo rural. Tomamos por base alguns dos primeiros bairros, da região de Maria Angu e da bacia do Pavuna, onde havia uma vasta área pantanosa, na orla da Baía de Guanabara, que se integrava ao manguezal de Região da Leopoldina.

Os manguezais e a vegetação na margem do rio Meriti, estão cada vez mais reduzidos, bem como o espaço físico ocupado pela antiga favela do Mangue, atual Vila Ideal, a favela do Lixão (atualmente o Conjunto Habitacional Vila Nova) e a Prainha, Parque Alian, favela Juriti e favela Beira Rio, denominadas

como ocupações subnormais.

Quando a favela do lixão parecia ser o cartão de visita da cidade de Duque de Caxias, com a iniciativa do Governo Estadual, deu-se uma nova aparência ao local mudando este lixão para outro local. Entretanto, não foi feito nada que recuperasse o manguezal que ali existia, e que também sofrera redução com a construção da Linha Vermelha, junto ao Rio Meriti, no limite dos dois municípios o de Duque de Caxias com o município do Rio de Janeiro, onde localiza bairro de Região da Leopoldina e o Parque Proletário que mantém o mesmo nome em Homenagem ao extinto Engenho da Região da Leopoldina.

Ao passar pela Região da Leopoldina e ao atravessar a ponte limite Rio/Grande Rio, deparamos com uma comunidade de moradias irregulares, palafitas, sem qualquer tipo de infra-estrutura. O espaço ecológico é afetado, sem contar que nessa mesma região está a Linha Vermelha. No início do século XX toda a faixa contígua de trem estava edificada, com alguma aglomeração nos trechos das estações. Os trens já apresentavam superlotação em alguns horários. O processo de renovação do Centro, que compreendia o combate aos cortiços, expulsava os pobres das áreas mais valorizadas da cidade, sob a bandeira do higienismo e embelezamento. O subúrbio aparece, então, como local viário para o assentamento dessas populações, com disponibilidade de lotes baratos e acesso permanente ao Centro.

Junto a este cenário, o desenvolvimento industrial que se efetiva nas primeiras décadas do século XX leva as fábricas maiores a se dirigirem para o subúrbio atrás de terra barata, disponibilidade de energia elétrica e mão-de-obra, incentivando a ocupação através da geração de novas áreas, implantação de infra-estrutura e oferta de empregos. Aumentam também as favelas da região, locais de moradia barata e próxima ao local de trabalho. Nesse período observa-se o início de adensamento dos bairros já consolidados quando lotes unifamiliares passam a ser internamente parcelados, para aluguel ou venda, cristalizando uma tipologia habitacional que tem a cara do subúrbio carioca.

Os trens já não davam conta do fluxo de pessoas e mercadorias que circulavam nos subúrbios e entre estes às demais áreas da cidade. Além disso, as mercadorias produzidas nesta região precisavam escoar de forma mais rápida, como reclamava o crescimento industrial. Para atender a esse problema são abertos, na década de 20, dois eixos rodoviários que, a exemplo das linhas férreas, irão desempenhar papel preponderante na conformação espacial das áreas que cortam as principais avenidas e estradas da região.

Naquele momento, no centro do Rio de Janeiro já estava concentrando uma grande massa de migrantes em busca de meios de sobrevivência na capital, devido a grande oferta de serviços, tanto pelo governo (as repartições públicas) quanto pelas fábricas que aqui estavam se instalando. Isso, para a elite carioca não era nada bom, a cidade estava aglomerada de casebres e pessoas de baixa renda, causadora de vergonha para os mais favorecidos. Daí, a cidade entrou no processo de renovação e desapropriação de determinadas áreas, no sentido de valorização e melhoramento paisagístico.

Para que ocorresse a remoção dos miseráveis e eliminasse o aspecto de pobreza em torno do centro do Rio de Janeiro, o governo da época decidiu implementar novas regiões mais distantes do centro, projetando nos arrabaldes rurais, novos loteamentos de terras, locais distantes, sem infra-estrutura e poucos recursos, que foram denominadas de subúrbios. Os subúrbios eram a princípio vilarejos que proliferavam próximos a rede ferroviária que cortava as fazendas das regiões, algumas até já em extinção. A região da Leopoldina se adensa, seu maior patrimônio vai então sendo dilapidado. O pensamento “higienista” leva, dessa forma, duas categorias ao fosso do vilipendiar: as famílias pobres e os ecossistemas periféricos – mangues, rios, lagoas e morros.

Construída a rede ferroviária Leopoldina, em 1883, no sentido das Serra dos Órgãos, para servir a família real. Somente em 1910, oficializou-se a estação, onde algumas terras estavam sendo loteadas, como bairros inteiros da Leopoldina, onde existia a grande fazenda a Nossa Senhora das Graças que no passado mantinha o Engenho pertencente a freguesia de Irajá. Os lotes foram vendidos à famílias de operários,

trabalhadores de baixa renda e proletários. Até então a era área rural, nesse momento passou a ser urbana. A área possuía uma grande extensão pantanosa próxima a confluência dos rios Acari, Meriti e Pavuna, que provocavam imensos alagadiços quando seguiam o curso no sentido da Baía de Guanabara.

Tanto o rio Meriti quanto o rio Pavuna eram navegáveis, possuindo porto para escoar mercadorias das antigas fazendas, nas margens desses rios e marés formavam os manguezais que se estendiam até as áreas de marinha e a maré onde se localizava o porto de Maria Angu (área também pantanosa).

A rede ferroviária foi um marco para a exploração imobiliária da região. A parada do trem viria atender a população que habitaria a extensão territorial da Leopoldina. O passivo ambiental foi sendo construído a cada estação que atendia os bairros. A linha do tempo foi mostrando o quanto se pagou pelo progresso. Vemos hoje o que não se recompôs em termo socioecológico.

Esses ambientes já não povoam as lembranças dos novos moradores dos bairros da Leopoldina. Pensar que no espaço de uma vida, esse ambiente era vivido e experimentado pelos moradores da região, nos mostra a ferocidade das ações engendradas pelo crescimento do capital que "invade e destrói coisas belas".

Baía de Guanabara: poluição despoluição no entorno da Leopoldina

A raiz de um povo está ligada à história de sua cidade, ligada aos fatores condicionantes e determinantes da vida. A saúde ambiental faz parte das conquistas humanas. Nesse sentido, saneamento e ambiente são partes da mesma moeda. Os esgotos sanitários são, entre outros, responsáveis pelo comprometimento da qualidade ambiental dos corpos d'água, e no caso da Baía da Guanabara não é diferente. Em áreas urbanas, o controle da poluição por esgotos sanitários requer a implantação de soluções sistêmicas que permitam a coleta, transporte, tratamento e destinação final de forma adequada e viável. A mesma prevê, dentre outras intervenções, a realização de obras civis, a instalação de equipamentos eletromecânicos, procedimentos operacionais e de manutenção específicas, que resultam, sem alternativa, em custos financeiros muito elevados.

Essa realidade, associada à incapacidade de investimentos públicos em infra-estrutura urbana, retarda o salto de qualidade que tanto almejamos, e contrariamente, incrementa o déficit de cobertura por serviços adequados de esgotamento sanitário. No caso da Baía da Guanabara não é diferente. Quando em 1995, o Governo do Estado decidiu pela implantação de novos sistemas de esgotamento sanitário em bacias contribuintes à Baía da Guanabara e a ampliação e melhorias de outros sistemas já existentes, optou por denominar o conjunto de intervenções previstas, como Programa de Despoluição da Baía da Guanabara (PDBG).

No entorno da Baía de Guanabara localiza-se o segundo maior parque industrial do país, além de zonas portuárias, refinarias e terminais marítimos de petróleo. O acelerado crescimento urbano e industrial, os desmatamentos e aterros contribuíram para um processo de degradação e poluição tanto da Baía e das sub-bacias hidrográficas adjacentes quanto do meio ambiente da região.

Os projetos para recuperação da Baía de Guanabara são bastante antigos. O primeiro, com um objetivo mais abrangente, foi formulado durante o Governo Carlos Lacerda, com a antiga SURSAN. De concreto este projeto construiu somente a estação de Tratamento de Águas do Guandu e algumas estações de tratamento de esgoto. Não despolui a Baía, e não enfrentou o problema do derramamento de óleo pelas embarcações na Baía. O projeto de despoluição da Baía de Guanabara resultou no que foi denominado Cais de Saneamento, um conjunto de aterros que subtraiu vastas áreas da baía ao longo da Av. Brasil, incluindo praias como Maria Angu, Ramos e extensos manguezais. Essa concepção sanitarista de recuperação da baía, com o seu sepultamento por aterros, não era nova e teria prosseguimento com projetos que seriam posteriormente formulados, como Projeto Rio, desenvolvido durante a Ditadura Militar pelo Ministro

Coronel Mario Andreazza.

Juntamente com os aterros do Projeto Rio, cujos efeitos deletérios sobre a baía estavam previstos, diversas intervenções foram apresentadas no início da década de 80, pelo Coronel Andreazza, como Programa de Despoluição da Baía de Guanabara que previa: a) construção das Estações de Tratamento de Esgoto (ETEs) da alegria, Região da Leopoldina, Sarapuí, Niterói e São Gonçalo, todas com tratamento secundário; b) desativação dos aterros sanitários da orla da baía; c) implantação da Estação Depuradora de águas de lavagem de Porões de Navios e melhorias gerais das docas; d) programa permanente de Controle de Erosão e de Enchentes na serra dos Órgãos, e Baixada Fluminense; e) aterros do Projeto-Rio; f) dragagens e correções do assoreamento em focos localizados.

Apesar da estrondosa divulgação efetuada na época pela mídia, do Programa do Ministro Andreazza, apenas os aterros do Projeto-Rio foram realizados (com a resistência de alguns segmentos da sociedade, como a UFRJ, o IAB, a SBPC e a AGB). Esses aterros eliminaram extensas superfícies da baía e modificaram drasticamente o estuário do rio Meriti. Os reflexos desses aterros não demorariam a ser sentidos, com o aumento do assoreamento na região dos Estaleiros do Caju e Cais do Porto, na piora do quadro ambiental da região e no agravamento das cheias na Bacia dos Faria-Timbó e na Av. Brasil.

Os rios que refluem na Baía de Guanabara apresentam sub-bacias hidrográficas com pequenas e médias áreas de drenagem. Há encostas muito íngremes e partes baixas muito urbanizadas, originando enchentes freqüentes. Esses rios drenam áreas densamente ocupadas, com alto grau de favelização ao longo de seus cursos, recebendo grandes quantidades de esgotos "in natura" e resíduos sólidos.

Esse quadro de deterioração ambiental que vem acontecendo em toda a região tem e teve como suas principais conseqüências: enchentes flagelantes; ocorrência de numerosos surtos de doenças de veiculação hídrica; erosão das margens, assoreamento e obstrução dos cursos d'água e das lagoas pelo arremessamento de resíduos sólidos e uso impróprio do solo; construção de aterros para instalação de moradias; assoreamento crescente da Baía; uso inadequado do solo e desmatamentos das encostas; destruição paulatina dos manguezais, devido aos aterros clandestinos e à extração de madeira; deterioração dos aspectos de balneabilidade; diminuição da pesca comercial na Baía de Guanabara e nas lagoas costeiras, em função a poluição; conflitos de uso da água entre outros.

Em muitos bairros da Leopoldina os rios e valões são verdadeiras valas negras, funcionando como corpos receptores e diluidores de esgotos "in natura" produzidos pelos moradores. As bacias dos rios Acari/Pavuna/Meriti, segundo dados do Instituto Baía de Guanabara, são responsáveis pela sexta parte da poluição da Baía por esgotos domésticos.

A Baía de Guanabara, que é palco de grandes preocupações socioambientais por parte dos diferentes setores da sociedade, guarda a memória de uma área pesqueira abundante com frutos do mar de várias espécies, inclusive caranguejos e camarões, alimentava várias famílias de pescadores e hoje se reduz a cinco colônias: Jurujuba, Mauá, Ramos, Caju e Ilha do Governador, refletindo o declínio atual dessa atividade em função do passivo herdado na região.

Conclusão

O desenvolvimento dessa pesquisa constituiu-se a partir das preocupações com as causas ecológicas e a qualidade de vida na Região da Leopoldina. Teve como foco os fatores socioambientais.

Esperamos que planos de políticas públicas venham reverter o quadro de degradação ambiental, para não comprometer o bem estar social e a qualidade de vida para as gerações futuras.

É notório que a partir da década de 50 ocorreram grandes mudanças na questão ambiental. Essas mudanças despertaram-nos para o estudo do cenário. Através do estudo, resgatamos a memória dos pontos que mais marcaram ao longo dos tempos o passivo ambiental da região da Leopoldina. As perdas ecológicas afetadas pelo progresso e pela explosão demográfica assinalam o raro conhecimento da importância dos ecossistemas para a manutenção da vida sob seus vários aspectos.

As memórias socioambientais revisitadas evocam elementos da história ambiental se constituindo como uma denúncia pública, colocando a sociedade na natureza e no equilíbrio com que busca a interação, a influência mútua entre sociedade e natureza no tempo.

O que está em cena não é a sobrevivência da história ou um esforço para ampliar o campo de narrativa da memória, mas sim, a sobrevivência da humanidade. Evoca-se a memória para, no componente documental de sua história, os elementos catalisadores da transformação sejam ativadas para composição de um novo *status* de vida que obedeça, a rigor, os limites da natureza.

Referências bibliográficas:

ANJOS, Maylta Brandão. Um Olhar Agroambiental sobre a região da Baixada Fluminense. In: **Cadernos de Ensino de Ciências**; v.2. Rio de Janeiro: Papel Virtual, 2004.

LEFF. Construindo a História Ambiental da América Latina. **Esboços,** Florianópolis, v 13, n.13, p. 11-29, 2005.

LE GOFF, Jacques. A história como ciência: o ofício do historiador. In: _____. **História e Memória.** Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1991, p. 105-127.

THOMAS, Keith. **O Homem e o Mundo Natural:** mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800). São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. **Estudos históricos,** Rio de Janeiro, v.4, n. 8, p. 198-215, 1991.

_____. Transformações da terra: para uma perspectiva agroecológica na história.

Ambiente & Sociedade, Campinas, v.5, n. 2/ v. 6, n. 1, 2003.

Modo de vida e território quilombola em Poça

Júlio César Suzuki[352]

> *Esta coisa de se requerer o direito sobre terra dos outros vai ainda acabar em preto levando chumbo!"*[353]

Os quilombos no Brasil formaram-se, em princípio, a partir de núcleos de resistência à escravidão africana vigente no Brasil colônia e imperial, mas, também, por antigas terras de santo, doação, herança. (CARRIL, 1995)

Nestes núcleos se desenvolveu todo um modo de vida ricamente carregado de cultura e tradições dos antepassados, bem como novos hábitos foram desenvolvidos e incorporados, devido à mediação existente com os núcleos urbanos e com as populações próximas ou mais distantes, o que aponta para a inexistência de isolamento das populações quilombolas, como se verifica nos casos existentes no Vale do Ribeira.

> *Ao contrário da idéia de comunidade fechada, auto-suficiente e isolada, as comunidades negras do Vale estiveram historicamente engajadas com a economia da Colônia, do Império e do Estado Nacional, o que certamente constituiu um dos principais fatores que favoreceram a fixação dessas comunidades em seus territórios, e sua reprodução no espaço e no tempo. É evidente a importância das comunidades negras na economia do Vale, seja em relação ao mercado regional, seja na produção de alimentos para outras localidades do país, como foi o caso do arroz, que no auge de seu ciclo econômico tornou-se internacionalmente conhecido "arroz de Iguape", famoso por sua alta qualidade.* (ITESP, 2006, p. 36)

O contato, no entanto, não foi marcado pelo reconhecimento da igualdade, mas pela discriminação social dos afrodescendentes, incluídos de maneira precária, marginal e subalterna na sociedade brasileira, mesmo após a abolição da escravidão africana em 1888, conduzindo para a necessidade de embates políticos importantes para a consquista de direitos fundamentais aos seus descendentes, em que pese a organização do movimento negro no Brasil.

O movimento negro se estabeleceu, em um primeiro momento, segundo Simone Rezende da Silva (2008), com a Frente Negra Brasileira (FNB), em 1930, colocando a identificação do negro pelo elemento cor e não pelo elemento cultural, procurando afirmar o negro como brasileiro e renegar as tradições afro-brasileiras; e, num segundo momento, em 1978, com o Movimento Negro Unificado (MNU), passa à auto-afirmação e à valorização da herança africana na constituição da população brasileira, não numa tentativa de homogeneização da população sobre um falso suposto de uma democracia racial, mas sim de admitir que as heterogeneidades são importantes e necessárias e por isso devem ser respeitadas, o que permite ao FNB e ao MNU levarem a luta para a discussão na elaboração da Constituição de 1988, particularmente ao que ser refere à defesa da cultura afrodescendente, sobretudo o **§ 5º** do artigo 216 que define:

---

[352] Professor Doutor junto ao Departamento de Geografia/FFLCH/USP. E-mail: jcsuzuki@usp.br. Apoio: Pró-reitorias de Graduação e de Cultura e Extensão Universitária da Universidade de São Paulo. A produção do texto foi feita a partir da contribuição de Denise Martins de Souza, Caroline de Oliveira Morais, Cecília Cruz Vecina, Gabriel Henrique Idalgo, Márcio de Jesus Lima, Renata Moura Bacelar de Macedo e Hector Rafael dos Santos.

[353] Frase relatada por um quilombola da Comunidade Poça. Por conta da situação de risco que envolve os depoimentos concedidos ao Grupo de Geografia da Oralidade para realização da pesquisa, não mencionaremos os nomes dos entrevistados.

> *"**Art. 216.** Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira [...]*
>
> ***§ 5º** Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos"*[354].

Para o reconhecimento das áreas ocupadas por populações afrodescendentes, também, foi de fundamental importância a aprovação do artigo 68 presente no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Assembleia Constituinte: "Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos."[355]. Em que pese o significado restritivo da situação de transitoriedade que pesa sobre essas populações, conforme salienta Simone Rezende da Silva (2008, p.69):

> *"[...] transitórias e não como uma obrigação permanente do Estado, infere-se que a visão que predominou nesse processo foi a de transitoriedade da situação, que vê o país em processo de embranquecimento. Diversas tentativas de regulamentação da lei, feitas em 1995, 1997, 1998 e 1999, indicam a premência que tem a aplicação do artigo 68 do ADCT, mas até o momento, todas elas esbarram [...] no sujeito do direito e nos procedimentos de titulação, responsabilidades e competências".*

Assim, via legislação federal, as comunidades remanescentes de quilombo não apenas passaram a ser reconhecidas como patrimônio cultural, como também tiveram seus territórios defendidos e assegurados por lei.

As noções de identidade quilombola e de "comunidade remanescente de quilombo" inscrevem-se como não tendo origem na formação dos quilombos nas épocas distantes do período colonial até os dias atuais, mas muito mais categorias juridicamente instituídas. Isto é, mais do que uma ligação com a cultura africana propriamente dita, as comunidades atuais têm como referência uma noção criada externamente a eles.

Assim, seu reconhecimento deve ser pensado dentro do contexto de conflitos políticos, em um momento de sobreposição de territorialidades. Isto é, no momento em que o espaço vivido e apropriado, fisica e simbolicamente - lugar de autonomia e um modo de vida próprio -, pela comunidade é ameaçado pela sobreposição de uma territorialidade diversa: a da sociedade urbano-industrial, sendo a identidade instituída pela Constituição - instituinte de uma nova categoria de sujeitos - que a utilizará na luta pelos seus direitos.

> *"O processo de territorializar-se ou reterritorializar-se impõem a construção de identidade políticas e culturais que entrarão em conflito com as territorialidades impostas e identidades estabelecidas e, em geral, dominantes no tempo e no espaço*" (SILVA, 2008, p.11)

Portanto, a discussão sobre o reconhecimento das comunidades remanescentes de quilombo - que a muitos acadêmicos deveria passar por comprovação sociológica ou antropológica, acreditando que a estas cabem definições como se fossem grupos sociologicamente definidos e possíveis de delimitação, ou ainda, possuindo ancestralidade reconhecível e determinante de seus modos de vida atual – recai sobre processos políticos, na formação de uma categoria jurídica, reconhecendo que não se tratam apenas de descendentes africanos, e sim, e principalmente, de brasileiros resistindo e lutando por sua autonomia.

Deste modo, fica claro tanto o porquê não usar o termo descendente e sim remanescente (uma vez que com este subentende-se um processo histórico, responsável muitas vezes por forçar ou compelir tais comunidade a mudar seu modo de vida - re-significando seus valores culturais ancestrais -, emigrando, ou sendo submetida aos grandes

---

[354] Constituição Federal de 1988, consultada no site www.senado.gov.br, com acesso, em 22/5/2009, por Cecília Cruz Vecina.

[355] Constituição Federal de 1988, consultada no site www.senado.gov.br, com acesso, em 22/5/2009, por Cecília Cruz Vecina.

fazendeiros), respeitando assim as condições enfrentadas por esses sujeitos; como o porquê da queda do Decreto 3912 de 2001, que incumbia a FCP, em seu primeiro artigo, a dar "seguimento e concluir o processo administrativo de identificação dos remanescentes das comunidades dos quilombos, bem como de reconhecimento, delimitação, demarcação, titulação e registro imobiliário das terras por eles ocupadas"[356], podendo apenas ser reconhecida de direito da comunidade a propriedade ocupada por quilombo em 1988, e estando em posse da comunidade desde 5 de outubro de 1988.

Desfez-se assim a idéia de isolamento e de população homogênea, o que deu origem ao Decreto 4887, votado em 2003, no qual se institui o processo de titulação das terras pela auto-atribuição da comunidade, definindo os remanescentes de quilombo como: "grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida"[357]; competindo ao INCRA a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas, e à FCP assistir e acompanhar, a fim de garantir a preservação da identidade cultural do grupo, e subsidiar os trabalhos da elaboração do relatório técnico quando caso de contestação por terceiros (recorrente em quase todos os processos, evidenciando o problema da questão fundiária).

Não podemos deixar de ressaltar que a decisão de tomar como princípio de identificação das comunidades o auto-reconhecimento já havia sido feita, parcialmente, pelo Grupo de Trabalho do Estado de São Paulo no ano de 1998, pelo Decreto Estadual 42839, no qual as comunidades seriam reconhecidas por auto-identificação e dados histórico-sociais e/ou orais, porém (e é aí que enfatizamos o "parcialmente") "conforme conceituação antropológica"[358], submetidas ao Relatório Técnico-Científico elaborado no âmbito da ITESP, indo de acordo com a Lei 9.757/97 à respeito da disposição da legitimação das terras públicas estaduais aos remanescentes das comunidades quilombolas.

Assim, caberia aos especialistas, ou melhor, à Associação Brasileira de Antropológica (ABA), o reconhecimento, defendendo que apenas estes teriam os instrumentos necessários, tanto para reconhecer como para realizar a mediação entre o pleito do grupo e as instâncias judiciais.

Voltando ao âmbito federal, cabe salientar que o Decreto 4887, de 2003 é, em 2004, reforçado com a elaboração da Instrução Normativa número 16 (responsável por regulamentar os procedimentos para reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes quilombolas), que, em seu terceiro artigo, referente à conceituação, considera remanescentes "os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida"[359], cabendo à FCP a confirmação mediante a elaboração da Certidão de Registro no Cadastro Geral de Remanescentes de Comunidades de Quilombos, sendo encaminhado à Superintendência Regional do INCRA responsável pela titulação.

No Vale do Ribeira, o movimento pelos processos de reconhecimento teve início logo no fim da década de 1980. Desde então, essas comunidades tem se fortalecido graças às articulações feitas com a Igreja, Movimento dos Atingidos por Barragens, ambientalistas e outros setores da sociedade. Entretanto, esse crescimento não ocorre sem que haja resistência dos fazendeiros da região. Não é raro o fato dos membros dessas comunidades sofrerem represálias e ameaças veladas como forma de intimidação.

---

[356]Constituição Federal de 1988, consultada no site www.senado.gov.br, com acesso, em 22/5/2009, por Cecília Cruz Vecina.

[357] Constituição Federal de 1988, consultada no site www.senado.gov.br, com acesso, em 22/5/2009, por Cecília Cruz Vecina.

[358]Consulta realizada no site http://www.itesp.sp.gov.br, em 22/5/2009, por Cecília Cruz Vecina.

[359] Retirada do site http://ccr6.pgr.mpf.gov.br/legislacao/legislacao-docs/quilombola/instr_normat_16.pdf, acessado em 1/6/2009, por Cecilia Cruz Vecina.

Neste artigo, tentou-se a compreensão da realidade vivida pela comunidade do quilombo da Poça e alguns de seus dilemas perante os conflitos apresentados durante o processo de reconhecimento e formação do seu território. Assim, o objetivo geral foi o de compreender o processo de formação territorial e as ações dos sujeitos envolvidos no conflito pela propriedade da terra, assim como a história de vida desta população tradicional, resgatando seus dilemas em relação à manutenção e retomada de suas práticas socioespaciais, hoje ameaçadas pela exigüidade de seu território. Essa comunidade, por muito tempo, viveu nesta área no que podemos designar de "tempos distintos do grande capital" (CARRIL, 1995, p.90). A partir do momento que o capitalismo se intensifica no território quilombola da Poça, transforma-se seu modo de vida fundado em relações não-capitalista de produção, redefinindo "antigas relações subordinando-as à reprodução do capital" e assim, engendrando "relações não-capitalistas igual e contraditoriamente necessárias a essa reprodução", a capitalista (MARTINS, 2004, p. 19 – 20).

O interesse no estudo pela comunidade quilombola da Poça surgiu a partir do projeto "Geografia da Oralidade - Uma recuperação da história oral de populações tradicionais no Estado de São Paulo", que se dedica a estudar populações caiçaras e quilombolas, em especial no Vale do Ribeira, a partir de uma perspectiva da Geografia, acreditando que a valorização de uma dimensão espacial, em que se traduza a forma de apropriação da terra, a dimensão do tempo cíclico em suas práticas socioespaciais, o significado da festa em suas crenças e na construção da sociabilidade, a permanência do compadrio e da relação de vizinhança, dentre outras marcas, sendo fundamental para aprofundar as leituras já realizadas a partir de outros campos do conhecimento. Para isso, foram realizados trabalhos de campo em que colheram-se depoimentos, recuperaram-se histórias de vida, além de composição de séries fotográficas e levantamento bibliográfico sobre o tema em questão. Isso porque acreditamos que os depoimentos colhidos, a memória, por mais ricos que sejam, não podem tomar o lugar de uma teoria totalizante que elucide estruturas e transformações econômicas, ou que explique um processo social, uma evolução política (BOSI, 2004).

A categoria memória, segundo Simone Rezende da Silva (2008), necessita melhor explicação, não podendo ser interpretada somente como vivência armazenada de um indivíduo, ela deve fazer parte de um contexto social maior; possuindo, inclusive, uma seletividade sobre o que guardamos e excluímos, dependendo das experiências sociais e coletivas, isto é: uma reconstrução do passado impregnada da leitura simbólica com categorias do presente, "a memória é o vivido, a história é o elaborado" (SILVA, 2008, p.26).

O conceito de território está sendo abordado aqui conforme Raffestin (1993), como produto das relações sociais que se estabelecem no espaço ao longo do tempo. Esse autor aponta para a necessidade de distinção entre as categorias de espaço e território. Segundo Raffestin (1993, p. 143), o espaço antecede o território, o qual se forma a partir do espaço transformado pela sociedade em suas relações cotidianas, estas por sua vez são marcadas pelo poder.

Ao fazer essa distinção, Raffestin (1993) aponta para um espaço como abstração e que por meio das diferentes atividades humanas, como o trabalho, por exemplo, combinando energia e informação, que ocorre a sua transformação em território. "O espaço é a 'prisão original', o território é a prisão que os homens constroem para si" (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

Inspirado pelas reflexões do pensador francês Michel Foucault, Raffestin chama a atenção para a diferenciação dos poderes. Para esse autor, há dois tipos de poderes: primeiro, o poder institucional exercido pelo Estado; e segundo, o poder das relações, esse mais complexo, pois não é visível e está em todas as relações sociais. Isso ocorre porque, segundo esse autor, o homem sempre busca o controle dos outros homens e das "coisas". Nesse segundo caso, o poder se manifesta pelo trabalho, por exemplo, que pode ser apropriado. Contudo, outra importante forma de poder reside no domínio dos "recursos naturais" que, segundo Raffestin, são trunfos do poder.

Desse modo, o trabalho e a propriedade da terra são atributos que nos parecem de grade importância. O primeiro por ser o único a gerar valor, enquanto o segundo por ser um depositário de riqueza, constituindo-se em um trunfo sem igual por ser insubstituível, revelando por si uma relação de poder. (RAFFESTIN, 1993, p. 230)

Assim, todos nós somos "atores sintagmáticos" que, em organizações diferentes, momentos e lugares distintos, geramos territórios por meio do trabalho e das relações de poder, conformando territorialidades.

Conforme Raffestin, entendemos a territorialidade como multidimensional e inerente ao "'vivido' territorial" pelas sociedades. Os homens "vivem", ao mesmo tempo, tanto o processo, quanto o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas. Essa territorialidade é composta por três elementos: senso de identidade espacial, senso de exclusividade e compartimentação da interação humana no espaço (RAFFESTIN, 1993, p. 158-162).

A territorialidade se manifesta em todas as relações espaciais (não só no quadro da produção, da troca e do consumo das coisas, mas também na vida cultural e política) e para compreendê-la faz-se necessário "considerar aquilo que a construiu, os lugares em que ela se desenvolve e os ritmos que ela implica" (RAFFESTIN, 1993, p. 162).

Cada coletividade possui relações sociais especificas e, por isso, produz uma territorialidade distinta.

O caso do quilombo da Poça é extremamente revelador da conformação de territorialidades, de construção de território e de luta pela terra.

O Quilombo da Poça localizado, na margem direita do rio Ribeira de Iguape, abrange áreas dos municípios de Jacupiranga e Eldorado, aproximadamente a 20 quilômetros da sede do município de Jacupiranga. Essa localização, do ponto de vista do poder institucional, em si já representa um problema para esses quilombolas e revelam a omissão do Estado em relação a essa comunidade. Quando necessitam utilizar os serviços oferecidos pelo Estado e procuram um dos municípios, são indicados a procurar o outro, ou seja, quando procuram atendimento em Jacupiranga são encaminhados para Eldorado e vice versa.

> *[...] semana passada eu tava na prefeitura de Jacupiranga e, tava falando com o Zé Sérgio e com o prefeito sobre a questão da divisa. A divisa aqui, ela passa, naquela escola que está no município de Jacupiranga. E tá bagunçado, tá caindo, precisa de fazer uma reforma, e muito bem feita. Aí quando eu falar lá, [...] falou assim, "mas eu não sei rapaz, se você está no município de Jacupiranga ou Eldorado". Eu falei "mas se você num sabe, vai ter que saber de agora pra adiante", aí eu tava com o mapa, mostrei pra ele, ele começo a olhar, aí falou, "é realmente tá, agora eu preciso saber se é municipal ou estadual", agora você imagina o prefeito fazer essas perguntas aí... Aí é que a gente já veio atrás falando disso, porque toda a comunidade lá fala pra gente correr atrás porque nossos filhos estudam lá [...] e agora nos queremos! vai deixar cair? Aí ele olhou, falou "olha, chegou um documento de São Paulo que é pra nois da apoio a vocês lá, porque vocês são remanescente de quilombo, e os vereador tão criticando eu aqui porque Jacupiranga não tem quilombo". Aí eu falei, "então, mas o vereador invés de falar isso devia conhecer nossa comunidade, conversar com a nossa comunidade pra saber e olhar lá a divisa e o mapa também; agora, eles ficam aqui falando, não resolve nada e isso vira crítica". Aí veio lá de São Paulo aqui pra prefeitura, aí tava um técnico lá de São Paulo também na prefeitura de Jacupiranga, e a questão também da divisa, mas não há dúvida, se não fizer cara feia lá eles acabam falando "não é Eldorado, é Eldorado", existe uma má vontade.* (Entrevista coletiva concedida ao Grupo de pesquisa Geografia da Oralidade em 22/03/2009)

O quilombo de Poça é composto por 59 famílias reconhecidas pelos seus próprios integrantes como pertencentes à comunidade, contudo apenas 41 famílias residem atualmente na área. Essas famílias que não residem mais em território quilombola saíram, conforme aponta o ITESP:

> *(...) em busca de melhores oportunidades de trabalho e melhores condições de vida. Todavia, muitas dessas famílias que saíram estão vivendo em condições muito piores do que quando moravam na Poça e gostariam de voltar. Mas não podem retornar porque suas terras foram vendidas e não teriam lugar para trabalhar.* (ITESP, 2006, p. 25)

Além desses moradores também há a presença na Poça de 34 famílias de "terceiros"[360], os quais compraram as terras de membros da comunidade e a utilizam, em sua maioria, para a produção da monocultura da banana.

---

360 O termo usado "terceiro" foi utilizado pelo ITESP para se referir aos proprietários de terra na área da comunidade, mas que não tem a mesma origem dos remanescentes de quilombo. Assim, esse termo acabou sendo apropriado pelos quilombolas para se referir a esses proprietários de terras.

> *[...] Poça é um bairro de muita pressão porque, o nosso território ficou reduzido com relação à venda da propriedade, o nosso território foi diminuindo por causa da compra de terceiros [...] então, muitos desfizeram das suas propriedades, por condições de trabalho, e venderam suas terras pra terceiros que nos causou essa pressão, hoje que a gente vive. Por causa da terra se uma terra bem fértil, e a banana uma monocultura, começou a dar um lucro melhor, e isto trouxe essas pessoas pra cá, aonde que compraram uma grande porção de terra, pode se dizer assim, a maioria do território de Poça tá na mão de terceiros por essa ocasião, eles... dominaram, chegaram a comprar tudo isso [...]* (Entrevista coletiva concedida ao Grupo de pesquisa Geografia da Oralidade em 22/03/2009)

De acordo com os moradores mais antigos, esse quilombo foi fundado por Joaquim Salvador de Campos, vindo de Ivaporunduva, sem registro preciso da data dessa fundação. Contudo, acredita-se que essa comunidade tenha sua origem ligada às duas principais fases da economia local que se apoiaram na mão de obra escrava que são respectivamente o período de mineração, iniciado na região no século XVII, e do plantio de arroz, principalmente no século XIX.

Apesar de ser uma das primeiras comunidades a se instalar na região, só conseguiu reconhecimento do Estado, no início de 2008, com o apoio das outras comunidades quilombolas do Vale do Ribeira que já haviam sido reconhecidas, bem como da Igreja Católica. Atualmente, com 41 famílias, a área do quilombo foi reconhecida e demarcada pelo governo estadual com 1124 hectares:

> *A comunidade identificou, nós chegamos a conversar porque que existia nome de pessoas assim em outras comunidades, e aqui na comunidade também tá o nome batendo, porque será que nois era família, ou de que jeito que nois se encontrava aqui? Aí a gente tentou fazer esse levantamento, nois se unimo e, no que nois poderia ser remanescido... remanescente de quilombo. Aí a gente correu atrás. Foi batalha pra descobrir! E era mesmo! A gente auto se identificou, foi feito esse trabalho aí em busca pra ser reconhecido, que hoje foi reconhecido através [...] a comunidade se identifica primeiro, a saber, pra poder fazer esse trabalho de reconhecimento. A gente foi conversar lá com as irmãs, também, que deu uma força, mas tem que partir de nós mesmo. E a gente chegou até hoje, com a graças a Deus somo reconhecido! 41 família reconhecida pelo Estado. É através desse auto reconhecimento que a gente conseguiu chegar no nível que nois tamo hoje. Então foi assim que nós conseguimos esse início.* (Entrevista coletiva concedida ao Grupo de pesquisa Geografia da Oralidade em 22/03/2009)

Contudo, de acordo com o relatório do ITESP (2006), essa área era maior e abrangia terras que iam desde as proximidades da atual rodovia SP 193 até as margens do rio Ribeira de Iguape. Os relatos da população mais velha apontam para uma propriedade indivisa e o uso comum das terras que compunham a Poça, alternando suas roças por todo o território. Esse território que chegava a mais de 1200 hectares não resistiu às pressões sofridas pelos moradores com chegada dos terceiros, ainda na primeira metade do século XX, fazendo com que seus limites fossem recuados até a Serra do Lageado, ou Serra da Poça, como é conhecida na localidade.

A chegada desses terceiros ocorreu principalmente a partir das décadas de 1940/50 quando o Estado inicia uma série de medidas de incentivo ao "desenvolvimento" do Vale do Ribeira, intensificando o processo de incorporação dessa região ao mercado com a construção de infraestruturas e incentivos fiscais. A área do quilombo era uma área de difícil acesso, cortada apenas por caminhos de tropeiros resultando na permanência da mata na região.

As ações do Estado atraíram para a região a especulação imobiliária, o que agravou ainda mais a situação fundiária, principalmente na década de 1970. Quando se formaram, na região, grandes fazendas com base na expulsão dos pequenos posseiros. Contudo, em Poça, a situação não foi exatamente assim. Isso porque dez anos antes, na década de 1960, talvez como parte das tentativas de promover o desenvolvimento na região, o Estado realizou uma campanha de titulação das terras que estavam ocupadas pelos posseiros. Desse modo, os integrantes da comunidade de Poça, na época, receberam do Estado o título de propriedade das terras em que viviam há décadas.

Esse fato fez com que o avanço das grandes fazendas sobre o território dessa comunidade ocorresse de forma mais lenta, uma vez que eles não poderiam ser simplesmente expulsos com uso da força, pois agora tinham o título legal das terras. Todavia, isso não foi capaz de impedir o avanço da especulação sobre o território de Poça, pois os moradores passaram a sofrer pressões, tanto política, quanto social e econômica, além de sofrerem ameaças de morte

para vender suas terras pelo menor preço possível. Conforme pode ser observado no RTC da comunidade Poça, feito pelo ITESP (2006), esse processo se desenvolveu de tal maneira que atualmente a maior parte do território está nas mãos dos fazendeiros (os terceiros) que o utiliza para a produção da banana. São ao todo 33 propriedades de terceiros que margeiam as terras remanescentes à comunidade e que terão que ser desapropriadas e devolvidas aos quilombolas.

> *[...] a época dos nossos avós [...] plantava arroz, feijão, à vontade, criava porco, essas coisas. Hoje, porque o pessoal também conforme o tempo foi passando, a dificuldade também tá apertando, foram vendendo terreno, às vezes muito lote, o fazendeiro chega lá pra fazer pressão pra que ele vendesse prá ele. Hoje nos tamo aí num trechinho pequeno, não conseguimos fazer isso por não ter um terreno. Então, além de outras coisas mais, eu lembro que o pessoal antigo daqui fazia congada, aquelas coisas que faziam que hoje tem pouquinho dessas coisas aqui. Hoje meus filhos nem sabem, falo em congado, "ah, num sei o que é isso". Achamos que resgatar essa cultura seria uma boa, pra mostrar, porque eles não conhecem. Tudo isso a gente pensa, mas... Tomara que isso torne realidade [...]* (Entrevista coletiva concedida ao Grupo de pesquisa Geografia da Oralidade em 22/03/2009)

Entretanto, esse processo pode demorar um longo tempo, pois por se tratar de propriedades particulares as desapropriações das terras só podem ser feitas por meio do INCRA que ainda estuda o pagamento destas para liberação à associação de Poça. As terras em que está situado o Quilombo da Poça são algumas das mais valorizadas do Vale do Ribeira, portanto, o INCRA deverá pagar altas indenizações aos terceiros.

> *Agora só depende do Governo Federal... agora a terra é [...] são aqui área particular...e aí agora o Governo Federal tem que fazer a parte dele, porque o INCRA tá muito devagar, a gente tem visto, a maioria das comunidades não são tituladas, elas tá na mão dos terceiro. Nós ficamo num rolo aí que num da prá nós, depois tem que esticar a produção e que jeito nos vamos ter, se a terra tá na mão dos terceiros? A maioria tá na mão dos terceiros aí de fora e nos mesmo num conseguimos ter a área que é preciso. Porque daí a gente, além da banana, a gente também quer preservar a nascente, a água, essas coisas. Porque se não fica difícil, porque a maioria, de nós aqui, a água que vem pra nós é encanada. E é 2500 metros de mangueira pra chegar até aqui, aí fica difícil! Porque tem que passar na terra dos terceiros e muitas vezes fica difícil porque eles não deixa. A água se tiver um furo lá eles ficam enchendo a paciência num quer que... E aí como é que a gente vai fazer pra segurar a água lá? É difícil, é complicado. Então são essas coisas aí que nós estamos batalhando, que o Governo, antes de tudo, devolva a terra que já pertence a associação.* (Entrevista coletiva concedida ao Grupo de pesquisa Geografia da Oralidade em 22/03/2009)

A chegada dos terceiros gerou inúmeros problemas para a comunidade quilombola. Até a década de 1950, os moradores de Poça estavam habituados à policultura que seria destinada ao consumo familiar. À medida que a cultura da banana foi avançando no território que originalmente era dos quilombolas foi desarticulando a policultura, pois o território já não era mais suficiente para desenvolvê-la. Além da aplicação de agrotóxicos nos bananais maiores de alguns sitiantes com a utilização de aviões que prejudica não só o desenvolvimento de alguns produtos da policultura tradicional, mas também o abastecimento de água.

Aliás, o abastecimento de água da comunidade é atualmente outro problema sério, uma vez que não há, em Poça, serviços de abastecimento de água e esgotos, sendo que todo o esgoto doméstico é lançado diretamente nos córregos da área. Além disso, todas as nascentes dos córregos que fornecem água para o quilombo estão em terras apropriadas por terceiros e, não por acaso, faltou água na comunidade, que é uma área rica em nascentes, justamente no ano de 2005, quando os quilombolas entraram com o processo de reconhecimento.

Em 2005, foi fundada a Associação dos Remanescentes do Quilombo do Bairro de Poça. Isto deveu-se a necessidade de maior articulação entre os moradores para obtenção do título coletivo das terras e legitimidade sobre as mesmas havendo, por parte dos próprios moradores quilombolas de Poça, certa união e consenso sobre as terras, fundando uma identidade política essencial à luta pela terra empreendida, o que corrobora a afirmação de Silva (2008, p. 82) ao dizer que "a identidade quilombola é assumida ou construída por estas populações quando política e estrategicamente ela se faz necessária".

O reconhecimento da comunidade, como remanescente de quilombo, se fez por meio de visitas realizadas pelo ITESP (Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo), que tinham por função analisar todos os aspectos essenciais e relevantes encontrados na localidade para defini-la ou não como quilombola, dando direito à emissão de título coletivo das terras e envio de ajuda governamental, como insumos agrícolas. Para realização do reconhecimento, foi de suma importância a constituição de uma associação de moradores que representasse a centralização das reivindicações e a possibilidade de um detentor do título coletivo das terras. Em 13 de maio de 2008, foi oficializada, por meio de publicação no Diário Oficial do Estado, a Comunidade Quilombola de Poça, a 22ª reconhecida no estado de São Paulo.

Em Poça, a territorialidade, fortificada pela identidade quilombola, fundou-se, assim como em outras populações tradicionais, principalmente, nas relações de parentesco, compadrio, e de vizinhança que arranjam e estabelecem uma base não só material, mas também simbólica que deu suporte para o sentimento de pertencimento ao lugar.

As práticas imateriais destes quilombolas permitem compreendermos o quão dinâmica é a cultura e o modo de vida destas populações tradicionais, o que corrobora a importância do fortalecimento de sua identidade enquanto grupo.

Assim, a população de Poça, vinculada, sobremaneira, à agricultura da banana, com o reconhecimento do quilombo, por parte do Governo do Estado de São Paulo, tem fortificado os laços de solidariedade entre os moradores, permitindo a criação de novas lideranças e da Associação de Moradores como instância política. Assim, o território pode ser entendido como *locus* de poder, mas, também, de reprodução do modo de vida.

Referências bibliográficas:

BOSI, Ecléa. *O tempo vivo da memória*; Ensaios de Psicologia Social. 2.ed. São Paulo: Ateliê, 2004.

CARRIL, Lourdes de Fátima Bezerra. *Terras de Negros no Vale do Ribeira*; Territorialidade e Resistência. Dissertação (Mestrado em História Social). São Paulo: FFLCH/USP, 1995.

ITESP. *Relatorio Técnico-Científico sobre a Comunidade de Quilombo da Poça, localizada nos municípios de Jacupiranga e Eldorado/São Paulo.* São Paulo: Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania , 2006.

MARTINS, José de Souza. *O Cativeiro da Terra.* 8.ed. São Paulo: Hucitec , 2004.

RAFFESTIN, Claude. *Por Uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática, 1993.

SILVA, Simone Rezende da. *Negros na Mata Atlântica, territórios quilombolas e a conservação da natureza*. Tese (Doutorado em Geografia Física). São Paulo: FFLCH/USP, 2008.

MOVIMENTO ESTUDANTIL: ÊXTASE DA JUVENTUDE BRASILEIRA

Thais Aparecida de Oliveira Muniz[1]

1. Introdução

O movimento estudantil tem como identificação a categoria de jovens estudantes, e se caracteriza como um movimento de ideologia de esquerda. Surgiu no Brasil antes mesmo da UNE (União Nacional dos Estudantes), foram muitas as revoltas estudantis praticadas de forma desorganizada, logo não se destacaram tanto quanto após o surgimento da UNE.

Visto que, atualmente não só no Brasil, mas em vários países essa categoria não é muito valorizada, o presente trabalho visa demonstrar onde e como surgiu à necessidade de uma organização de uma entidade estudantil brasileira; analisando esse tipo de movimento, como os vários tipos que visam à igualdade. Enfatizando as alterações ocorridas decorrentes de uma "decadência" deste movimento social. Relacionar as conquistas bem como as derrotas como, por exemplo, morte de vários estudantes, como a de Edson Luis, e Alexandre Vanucci, implica também o objetivo deste trabalho.

A UNE, sendo a primeira entidade nacional dos estudantes brasileiros, teve fundamental participação no período do regime militar e também em vários outros importantes momentos da História Brasileira; sendo assim, o capitulo 2 desse trabalho será dedicado a seu processo de desenvolvimento, bem como os fatores que levaram a necessidade de uma formação de outra entidade estudantil.

Apesar dos estudantes se destacarem em várias conquistas, principalmente em ações clandestinas, procuraremos destacar os méritos de dando ênfase para a conquista de direitos às democracias. Diante disto, o método de História Oral foi utilizado como forma de comprovar na prática, as observações colhidas em fontes bibliográficas, inerente ao tema proposto.

2. Capítulo 1 - Movimento estudantil, breve história

Para maior compreensão, além de explorar o seu lado conceitual é preciso, além disso, desvendar a participação juvenil em diferentes contextos em que eles estão inseridos.

O papel de uma entidade estudantil é organizar os jovens de uma forma autônoma (UNE, PCdoB.), defender os interesses dos estudantes e, sobretudo, a educação. Muitas fontes apontam o Movimento Estudantil sendo um assunto contemporâneo, ou seja, reconhecem ações juvenis pós formação da UNE, porém ele pode ser considerado como um movimento mais antigo, apesar de revoltas não organizadas ocorridas logo no século XVIII em 1710, por exemplo, onde já se via rastro de resistência juvenil mesmo no Rio Janeiro contra os soldados franceses que tentavam roubar o ouro brasileiro.

No século XIV, quando foi fundada a primeira Faculdade do Brasil (com o curso de direito), os jovens puderam ter um contato maior entre si, causando uma maior aproximação de ideias e união. Logo, é possível perceber que os jovens cultivavam valores que incentivavam a luta pelos seus direitos, dominados por posturas que acabavam sendo contraria ao estado.

---

[1] Aluna do 2º ano do Curso de Licenciatura em História da FACULDADE BARRETOS.

No entanto, é no século XX que os acontecimentos e ações relacionadas ao Movimento Estudantil ganham força, tanto no Brasil, como em outros países. Fazendo esse tipo de movimento muito conhecido e abrangente.

Em 1942 aqui no Brasil fundou-se a UNE , a União Nacional dos Estudantes Livres, entretanto somente cinco anos depois, em 1947 teve uma organização oficial dos estudantes. O surgimento da UNE, levou a contribuição para a história brasileira, sendo ela uma entre muitos movimentos, a principal organização contra as idéias nazi-facista, antes que avançasse aqui no Brasil.

Ao longo do tempo, foram inúmeras as causas de revoltas estudantis, enfatizando a educação. Arthur Poener em "Poder Jovem" ganha destaque e é considerado o livro mais completo por pessoas que buscam conhecer esse tipo de assunto, pois para retratar o assunto da história do movimento estudantil brasileiro; o autor identifica desde o Brasil Colônia até o Estado Novo, ações de jovens, que para ele desde então nunca deixou de haver ações juvenis para protagonizá-la certo destaque nacional. Com formação da UNE, os estudantes ganham estrutura organizacional, e consciência.

3. Capítulo 2 - A UNE e a ANEL

A História da UNE, contém vários detalhes, contudo ela surgiu na década de 40, participando ativamente das lutas nacionais, e interesses dos estudantes.

Tortura, execução, e a prisão de centenas de brasileiros, entre eles, os estudantes, foram algumas formas para desafiar o movimento em 1964, com o inicio do regime militar, quando se estourou o golpe.

Sobretudo, antigamente era na venda de carteirinhas, que a UNE obtinha recursos para se manter, porém a venda de carteirinhas foi tendo uma lógica que é uma lógica não do dinheiro, mas da comercialização, o que acontecia? Ao invés de você comprar a carteirinha da UNE com a idéia de financiar uma entidade estudantil autônoma a UNE começou a vender carteirinha com a idéia de que o estudante iria ter acesso a meio entrada, a meia passagem, entre outras coisas.

Recentemente a UNE ainda é muito conhecida pela maioria dos estudantes, depois de várias atuações importantes dos estudantes para a história do Movimento Estudantil, uma atuação importante da UNE na ditadura militar,(após ter promovido várias campanhas como: "O petróleo é nosso", "Fora Collor", "Diretas já", "Passeata dos Cem Mil" e "Caras Pintadas") , aparentou ter perdido o foco, deixando-se levar inteiramente os interesses dos estudantes e atendendo aos interesses do governo, em etapas logo foi perdendo sua autonomia, deixando de participar ativamente da vida dos jovens.

Houve então a necessidade de formar uma nova entidade estudantil, para satisfazer muitos estudantes que não estavam contentes com a atitude da UNE, fundou-se então a ANEL (Assembléia Nacional dos Estudantes Livres) que em 2010 completou apenas um ano e já vem promovendo várias campanhas, participando de vários protestos, porém um erro relevante é que essa entidade acaba se fechando para a Juventude do partido PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados), restringindo o debate a juventude partidária assim como tenta fazer UNE hoje, sendo assim as duas acabam reproduzindo os mesmos vícios, conseqüentemente os mesmos erros, não sendo entidades completamente de nivel atuante como fora a UNE no passado, não representando os estudantes, e sim satisfazendo partidos. A ANEL tenta hoje se apresentar para os estudantes de forma autônoma, e representativa.

4. Metodologia

Método de procedimento

O método empregado neste trabalho de iniciação à Pesquisa Científica foi o histórico e comparativo, onde se verificou as concepções históricas do desenvolvimento da sociedade e a sua relação com o surgimento dos movimentos estudantis no mundo e depois a efetivação de dois movimentos no Brasil a UNE e a ANEL.

Instrumentos de Pesquisa

O trabalho se fundamentou na investigação bibliográfica inerente ao tema proposto e diante da análise de entrevistas com duas lideres do Movimento Estudantil e entidades diferentes.

Método de abordagem

O presente trabalho abordou, diante a pesquisa qualitativa às trilhas possíveis ao intuito de detectar possíveis contradições e avanços inerentes ao objeto de estudo proposto.

Análise da Pesquisa de Campo

Nossa pesquisa fundamentou-se na análise de coleta de dados através de uma entrevista realizada com as dirigentes dos movimentos estudantis UNE e ANEL, onde foi possível identificar as formas de liderança, de captação de estudantes para o movimento e formas de angariar recursos financeiros para os movimentos estudantis.

5. Considerações Finais

A juventude sempre cumpriu – e cumpre mesmo de forma diferente– um papel importante na História Brasileira, em que os estudantes se posicionaram para defender seus princípios e direitos. Os estudantes formavam uma resistência, como houve na ditadura, expressavam-se por manifestações, apesar da intensa repressão transformando a realidade em que viviam e contribuindo ativamente na construção de um país melhor. E fizeram História, independente de entidades, e/ou partidos.

Referências bibliográficas:

MUNIZ, Thais Ap. de Oliveira. **MOVIMENTO ESTUDANTIL: EXTASE DA JUVENTUDE BRASILEIRA**. Orientadora: LEITE, Alethéia R. Andrade Furquim. Barretos, 2011, 14f. Faculdade Barretos, Barretos, 2011.

PEREIRA; Luiz Carlos Presse- As revoluções Utopicas dos anos 60. São Paulo 2006.

SADANHA, Alberto- A UNE, e o mito Poder Jovem. Rio de Janeiro 1997.

VOLTAIRE, Schilling- 1968: A revolução inesperada. Caderno de História nº 47. 2008

VENTURA, Zuenir Carlos- 1968: O ano que não terminou. 1988

GROPO, Luis Antonio- A questão universitária e o ME, nos anos 1960. UNISAL 2008.

7. **ANEXOS**

Cronologia dos Presidentes da UNE.

1938/39 - Valdir Borges
1939/40 - Trajano Pupo Neto
1940/42 - Luís Pinheiro Paes Leme
1942/43 - Hélio de Almeida
1943/44 - Hélio Mota
1945/46 - Ernesto da Silveira Bagdocimo
1946/47 - José Bonifácio Coutinho Nogueira
1947/48 - Roberto Gusmão
1948/49 - Genival Barbosa Guimarães
Abril-Julho 1950 - José Frejat
1950/51 – 1951/52 - Olavo Jardim Campos
1952/53 - Luis Carlos Goelver
1953/54 - João Pessoa de Albuquerque
1954/55 - Augusto Cunha Neto
1955-1956 - Carlos Veloso de Oliveira
1956/57 - José Batista de Oliveira Jr.
1957/58 - Marcos Heusi
1958/59 - Raimundo Eirado
1959/60 - João Manuel Conrado
1960/61 - Oliveiros Guanais

1961/62 - Aldo Arantes
1962/63 - Vinícius Caldeira Brant
1963/64 - José Serra
1965/66 - Antônio Xavier/Altino Dantas
1966/68 - José Luiz Guedes
1968/69 - Luís Travassos
1969/71 - Jean Marc van der Weid
1971/73 - Honestino Guimarães
1979/80 - Rui César Costa Silva
1980/81 - Aldo Rebelo
1981/82 - Javier Alfaya
1982/83 - Clara Araújo
1983/84 - Acildon Paes Leme
1984/86 - Renildo Calheiros
1986/87 - Gisela Mendonça
1987/88 - Valmir Santos
1988/89 - Juliano Coberllini
1989/91 - Cláudio Langone
1991/92 - Patrícia De Angelis
1992/93 - Lindberg Farias
1993/95 - Fernando Gusmão
1995/97 - Orlando Silva Júnior
1997/99 - Ricardo Capelli
1999/01 - Wadson Ribeiro
2001/03 - Felipe Maia
2003/05 – 2005/06 - Gustavo Petta

Narrativas Orais sobre a Shoah. Percursos e sobrevivência.

LILIAN FERREIRA DE SOUZA *

Apresentação

> *Cada vez que eu vejo pilhas de árvores queimadas pelos homens não tenho como não pensar nas cinzas dos fornos crematórios: as cinzas da vida, as cinzas dos homens enlouquecidos.* Frans Kracsberg.

A pesquisa "Narrativas Orais sobre a Shoah: Percursos e sobrevivência", trata-se de um projeto de mestrado desenvolvido junto ao Laboratório de Etnicidade, Discriminação e Racismo – LEER/USP, núcleo do qual eu participo como pesquisadora no Núcleo de História Oral do Arquivo Virtual Sobre Holocausto e Antissemitismo – Arqshoah.[361]

A história do povo judeu é única, por certas particularidades que não devemos ignorar. Para entender esta singularidade - que extrapola as especificidades milenares do judaísmo e da cultura judaica devemos levar em consideração o Holocausto, símbolo de tristeza, dor, trauma, resistência e luta. Como entender que cerca de seis milhões de judeus foram assassinados durante a Shoah? [362]

O cinema, a literatura, a historiografia, as artes plásticas, o teatro e a fotografia têm contribuído para a representação do Holocausto, apesar das dificuldades em reconstituir as dimensões desse genocídio que marcou a história do século XX, para aqueles que não vivenciaram o horror praticado pela Alemanha Nazista e países colaboracionistas o Holocausto emerge como um fenômeno "indizível". Mas esta questão não deve ser uma barreira e sim uma razão para investigarmos os perigos da violência praticada pelo Estado e do antissemitismo enquanto instrumento de poder.

Inúmeros são os documentos históricos que possibilitam a reconstituição de fragmentos desta memória, em parte dilacerada pelo tempo e pelo silêncio. Algumas raras vozes ainda sobrevivem estão espalhados pelo mundo, pois milhares não conseguiram imigrar, o que na época era sinônimo de sobrevivência, continuidade e esperança. No caso de Primo Levi o trauma carregado após o final da guerra transformou-se em anulação da vida. Como suportar o peso das lembranças da barbárie e levar uma vida normal? Aqueles que conseguiram superar as dificuldades podem contar aos filhos, netos e amigos

---

361

* Bacharel e Licenciada em História pela FFLCH – USP. Mestranda do Programa de Pós Graduação em Estudos Judaicos e Árabes. Departamento de Línguas Orientais – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – FFLCH. Universidade de São Paulo – USP.

Arquivo Virtual Sobre Holocausto e Antissemitismo disponível no portal www.arqshoah.com.br

362

Palavra em hebraico que significa destruição, ruína, calamidade. Cf. CARNEIRO, 1998, P. 5

fragmentos das suas trajetórias, ainda que truncadas pelo sofrimento de "lembrar"; outros guardam consigo, em silêncio, imagens de um passado irreparável.

São estas as narrativas que nos interessam registrar e analisar enquanto testemunho das trajetórias dos sobreviventes do nazismo.

Procedimentos Utilizados

A história oral é observada como "(...) uma prática de apreensão de narrativas feita mediante o uso de meios eletrônicos e destinada a recolher testemunhos, promover análises de processos sociais do presente e facilitar o conhecimento do meio imediato." (MEIHY, 1996, p. 17). Desta prática destacamos o diálogo e a colaboração ponderando a riqueza contida na memória, nas identidades, na subjetividade para a produção do conhecimento.

Dos procedimentos utilizados a primeira consideração a ser feita é sobre comunidade de destino, como dito anteriormente, trata-se de judeus sobreviventes do Holocausto que emigraram para o Brasil entre os anos de 1933 até 1960, dentro dessa ampla comunidade destacamos a rede de colaboradores que residem na cidade de São Paulo.

Quanto ao gênero de história oral adotado nesta pesquisa a princípio foi a história oral temática, no entanto enquadrar uma experiência de vida ampla como neste caso, a um questionário elaborado, não colaborava para os temas abrangentes que iam além da experiência no Holocausto, assim é fundamental o entendimento de detalhes da história pessoal do narrador que contribuem e ampliam a perspectiva de compreensão do tema central desta pesquisa. Nesse sentido optamos também pela utilização de alguns conceitos que fundamentam a história oral de vida. Para o primeiro gênero mencionado contamos com auxílio de um questionário e de duas 'perguntas de corte' feita a todos os colaboradores entrevistados: Qual é a imagem que o(a) senhor(a) tem da sua cidade de origem? e Narre o momento mais representativo da sua passagem pela Shoah/Holocausto? Com o decorrer das entrevistas verificamos que este projeto combina os dois gêneros de história oral.

Após a concessão da entrevista um dos aspectos mais importantes do trabalho está na passagem do oral para o escrito, uma das etapas seguidas é a transcrição, textualização e transcriação. A cada entrevista realizada encontramos singularidades específicas do relato individual, como por exemplo, expressões em outros idiomas, em alguns casos o iídiche e o hebraico, marcas do sotaque acentuado por se tratar de uma rede de colaboradores de diversas nacionalidades algumas concordâncias gramaticais da língua portuguesas não são assimilados por alguns deles. Como solução para a fluência leitura, optamos por inserir na trancriação notas explicativas sobre os termos mencionados e ajustes gramaticais. A conferência e a devolutiva do texto final ao entrevistado é essencial, este trabalho é realizado progressivamente logo após o termino de todas as etapas mencionadas, assim evitamos equívocos com nomes, datas importantes e outros aspectos da narrativa. O entrevistado é o colaborador primordial desta última etapa, um momento que sem dúvida gera uma grande expectativa visto que muitos entrevistados são idosos e o relatos de vida geralmente são estímulos para contarem a sua experiência para os filhos e netos, alguns levam a tarefa de transmitir a experiência de vida a estudantes com o objetivo de transmitir a mensagem de sobrevivência e não repetição de equívocos do passado.

Para concluir destacamos a importância do uso das fontes orais. A entrevista consiste no trabalho de pesquisadores e narradores em constante diálogo afim da compreensão de eventos únicos dentro de grande marcos históricos. As narrativas passam entre os relatos gerais e as experiências particulares, entre o coletivo e o pessoal, sua matéria a ser lapidada é a memória. "A memória é um cabedal infinito do qual só registramos um fragmento" (BOSI, 1994, p. 39).

Para Henri Bergson, filosofo interessado no fenômeno da lembrança e no debate sobre o tempo e memória:

> *"Pela memória, o passado não só vem à tona das águas presentes, misturando-se com as percepções imediatas, como também empurra 'desloca' estas últimas, ocupando o espaço do todo da consciência. A memória aparece como força subjetiva ao mesmo tempo profunda e ativa, latente e penetrante, oculta e invasora"* (BOSI, 1994, p. 47).

O desafio para os trabalhos com fontes orais é a interpretação da fala para a escrita e, sobretudo, é o sentido que a transcriação dá ao fenômeno único da performance da narrativa.

> *[...] "a história oral é menos o 'testemunho' de eventos e mais uma 'construção' feita de palavras por meio da cooperação de editores, entrevistadores, testemunhas e narradores, cada um deles, buscando, através da linguagem dar forma e significado à experiência e à memória."* (PORTELLI, 2010, p.187).

Lise Forell – "Eu paguei tudo que se pode pagar pela minha liberdade... minha liberdade é sagrada..."

A partir desta breve apresentação do projeto esperamos ter levantado alguns conceitos importantes da pesquisa que vêm sendo desenvolvida. A seguir destacamos uns dos temas recorrentes nas entrevistas realizadas, o marco histórico é o inicio da Segunda Guerra Mundial em 1939 e a peregrinação em busca de visto e as alternativas de fuga para os judeus e demais grupos perseguidos pelo regime Nazifascista.

Contudo uma das singularidades do relato de Lise Forell é o auxílio que a família recebeu de Luiz Martins de Souza Dantas, cônsul brasileiro na França, reconhecido internacionalmente com Justo entre as Nações, título dado àqueles que as sacrificaram suas vidas e seus cargos em prol do auxílio aos refugiados perseguidos pelo regime autoritário. Outra particularidade da narrativa é a rota de fuga da família Forell, diferente da grande maioria da nossa rede de colaboradores, a família é retida em um campo de concentração no norte da África, e de lá batalham novamente para seguir a diante ao seu destino, o Brasil.

Lise Forell é artista plástica, nasceu em abril de 1924 na cidade de Brno, na antiga Republica Tcheca Tcheco-Eslováquia, filha de uma tradicional família judaica, tem orgulho de ser judia, apesar de não praticante, acredita que mais que uma religião o judaísmo une um povo que sofreu no percurso da história. Selecionamos alguns trechos do relato de vida de Lise que representa a história de vida de muitos refugiados que optaram pelo Brasil como única alternativa ao horror da ascensão da política discriminatória do regime nazista.

> Eu me chamo Lise Forell meu nome de solteira... Lisebeth Lowe é meu nome oficial, de casada, que está no passaporte. Nasci em 12 de abril 1924... em Brno, que é a segunda cidade da antiga Republica Tchecoslováquia, agora virou República Tcheca. De uma família burguesa judia, filha única com todo o peso que isso dá... com a minha família toda querendo que eu estudasse de tudo, que eu fosse a melhor em tudo.
>
> Nossa cidade Brno, era porte médio... linda, medieval, onde os estilos se misturavam... Eu adorava porque todas as minhas primeiras lembranças são de lá, isso marca a gente fortemente... Tinha as sinagogas da cidade, íamos uma vez por ano, meu pais eram assimilados. Quanto ao antissemitismo, eu não senti muito por parte dos tchecos, eu senti o alemão na pele, as minhas colegas não falaram mais comigo e nem me acompanhavam, e os tchecos com toda a razão não nos receberam mais de braços abertos, por causa disso.
>
> Eu desde os seis anos de idade estudava em escola alemã, porque os judeus de Brno, da minha cidade, eram muito *deutsche kultur*, queriam que os filhos ficassem na linha da cultura e língua alemã. Isso foi um erro porque quando houve a ocupação Nazista da Tchecoslováquia nos chutaram das escolas alemãs,

> todos os judeus matriculados tiveram que sair... era a 'purificação das escolas'. E fomos para a escola theca era a única opção, lá fomos mal recebidos e rejeitados.
>
> Minha família ficou preocupada apesar de não serem religiosos... eram bastante assimilados, mas com cara de judeu... não adiantava minha mãe Grete tinha um nariz bem judaico. Meus pais não queriam que eu andasse com os judeus, mas eu entrei num movimento sionista, o *Macabi,* naquela época, obviamente fiquei sionista da esquerda, o que nos unia contra as perseguições. Nesse período eu fazia aulas de pintura com o pintor Gustav Böhm, era a única criança no grupo dos adultos, me saia muito bem.
>
> A preocupação de meus pais fez com que me mandassem para Bélgica, onde meus avós maternos e meu tio Karl me esperavam. Nesse período consegui me matricular na Academia de Belas Artes de Antuérpia, cuja fama era a de ser a melhor da Europa. Estudei pintura (...)

O marco histórico para os judeus do leste europeu é a invasão da Polônia em setembro de 1939 pelas tropas alemãs. Para a família Forell e os demais tchecos, o marco é o dia 15 de março de 1939 quando ocorre a ocupação definitiva das tropas nazistas e a criação do Protetorado de Bohemia-Morávia. A primeira anexação de território feita pela Alemanha nazista é em 1938 na Áustria, em setembro no mesmo ano é realizada a Conferência de Munique, marco da anexação de uma parte da Tchecoslováquia à Alemanha. (GILBERT, 2010, p. 70).

A população da Áustria e Tchecoslováquia era em grande parte de origem alemã, judeus assimilados, o idioma e a cultura alemã eram presentes como identidade, essa ligação era motivo de orgulho. A ocupação das forças alemãs nesses países representa a continuidade das atrocidades, massacres, insultos e mortes praticados no território alemão. A ideologia nazista e o mito da pureza ariana levou às últimas consequências a busca do padrão ideal de raça, pautado em um programa de eliminação sistemática dos 'não-arianos' – os judeus.

O ano de 1938 é marco da Noite dos Cristais Quebrados – *Kristallnacht* – onde as lojas de judeus alemães e austríacos foram pilhadas, sinagogas foram incendiadas, além do alto número de mortos. "Fogueiras foram acesas em todos os bairros em que viviam judeus. Nela foram jogados livros de reza, rolos da Torá, e inúmeros volumes de filosofia, história e poesia. Em milhares de ruas os judeus foram perseguidos, insultados e surrados" (GILBERT, 2010, p. 73)

> Meus pais para fugir do Nazismo partem rumo à Bélgica... para me visitar, eu tinha ficado doente, mal sabiam eles que era a despedida deles da Tchecoslováquia, só levaram dez marcos e as alianças de ouro do casamento... quando chegaram lá pra me encontrar ficaram tranquilos mas tinha o perigo iminente após o início da Segunda Guerra em 1939, então meus pais e meu tio Karl decidem fugir da Bélgica, num automóvel, eram filas intermináveis nas estradas, passamos por bombardeios... frio... fome... até chegar na fronteira entre a França e a Espanha, o governo franquista não aceitou a entrada de uma família judia, então seguimos para o sul, em Marseille. Ficamos em uma pensão, meu pai e meu tio partiram para a peregrinação em busca de vistos e passagens para longe dali e meu pai graças a Deus arrumou um visto brasileiro, a gente não tinha a mínima ideia do que era o Brasil, mas escolhemos porque era o visto mais barato na época. O Souza Dantas eu conheci pessoalmente, porque a mulher dele era francesa e muito bacana, ela tinha um pouco de aula de pintura comigo, eu sempre pintei, eu tinha uns quadros, e ele arrumou esse visto de novo. Qualquer visto foi difícil, ele se desdobrou pra arrumar os vistos, por isso salvou muitas vidas.
>
> Em dezembro de 1940, do Porto de Marselha embarcamos no navio francês o Alsina, nessa viagem fomos eu minha mãe, meu pai Otto Forell, meus avós maternos e a família do meu tio Karl. Chegamos e ancoramos no porto de Dakar só depois soubemos que fomos detidos porque havia contrabando no navio... ficamos cinco meses confinados, na prisão flutuante, descíamos ao porto, fizemos amizades... quando finalmente o navio zarpa percebemos que estava voltando e ancorou em Casablanca, no Marrocos lá nos desembarcaram sem grandes explicações e nos enfiaram em um campo de refugiados da Legião Estrangeira, ficava em uma região desértica, e tinha um portão com a placa *Camp Sidi-El-Ayashi*. O comandante do campo nos tratou como fugitivos da Legião de honra francesa, entre os passageiros tinha mulheres grávidas, médicos, velhos e jovens, ele nos tratou como se fossemos criminosos de quinta categoria.

> Era um campo de refugiados para caras que fugiam da Legião estrangeira, não era um campo de extermínio, mas era um campo de concentração, administrado pelos franceses, não tinha a ver com campo para judeus, só quando veio essa leva dos passageiros do navio, não fazia diferença nenhuma... Eles nos trataram como desertores.
>
> Em Casablanca, meu pai parte desesperado por ajuda, com instituições de auxílio para refugiados. Conseguimos dinheiro e novos vistos, no campo a gente não tinha possibilidades de renovar os papéis, o visto caducou por causa do tempo. [...] depois de algum tempo conseguimos partir para Cadiz, e de lá... com todos os documentos em ordem embarcamos em um navio de carga espanhol *Cabo de Buena Esperanza* que foi transformado em navio de passageiro pra caber bastante gente... as beliches tinham quatro camas, ficava superlotado. Levou um mês pra chegar no Brasil, o que não é brincadeira, chegamos em 25 de setembro 1941. Imagina depois de campo de concentração chegar ao Rio de Janeiro!

A história de Lise Forell e dos demais passageiros a bordo do navio Alsina, revela um personagem chave, o cônsul brasileiro Luiz Martins de Souza Dantas. Carioca, diplomado em Direito, ocupou diversos cargos públicos em diferentes países da Europa, no ano de 1922 foi nomeado embaixador do Brasil na França, permaneceu no cargo até 1944. Após a ocupação militar alemã na França em 1940, é instalado um governo colaboracionista na cidade de Vichy, e a embaixada é transferida. É nesse período que o diplomata concede vistos "irregulares", que beneficiava judeus, homossexuais, ciganos, comunistas e demais inimigos políticos perseguidos pela ideologia nazista. No período milhares de refugiados se encontravam em trânsito vagando por diversas capitais europeias, e as exigências de uma série de documentos e certidões visava propositalmente barrar a imigração dos "indesejáveis" para o Brasil. Souza Dantas, contrariou a política vigente, e assinou cerca de quatrocentos vistos diplomáticos, grande parte deles datados de junho de 1940 até meados do inicio de 1941.

É justamente neste período que o navio de bandeira francesa Alsina[363] parte rumo ao Brasil, a bordo a família de Lise Forell, que nos conta a trajetória do navio que foi barrado e desviado de seu curso normal pelas autoridades britânicas em 27 de janeiro de 1941, no porto africano de Dakar no Senegal, aos passageiros não coube maiores explicações, segundo Lise o bloqueio inglês foi motivado pelo receio que as autoridades tinham que a frota caísse nas mãos dos nazistas, em junho cinco meses depois, parte dos passageiros são encaminhados a Casablanca no Marrocos alguns ficam na cidade outros são enviados imediatamente para o campo de concentração Sidi-El-Ayachi, a partir dai cada família tratou de resolver sua questão individualmente. Diferentemente dos campos de concentração administrados por oficiais nazistas, este campo era mantido por autoridades locais para desertores. Neste local as famílias partem tratam das suas questões diplomáticas e burocráticas relativas a documentação da viagem, os que já haviam obtido visto conseguiram embarcar no navio Cabo de Buena Esperanza em setembro de 1941, "o vapor Alsina jamais completou a viagem para a América do Sul" (KOIFMAN, 2002 p. 248).

Após este episódio Souza Dantas, que devia obedecer as legislações restritivas impostas pelo governo brasileiro a população de origem "israelita", é investigado em um inquérito administrativo a pedido do então presidente do Brasil, Getúlio Vargas, em 1941. A partir da repercussão da trajetória do navio Alsina, Souza Dantas, não poupou esforços para revalidar os vistos dos passageiros. Segundo Koifman, a carreira política de Souza Dantas foi censurado pelos órgãos da propaganda do governo de Vargas, justamente pelo fato de abafar a trajetória de vida do homem que salvou inúmeros refugiados. O diplomata brasileiro é reconhecido no Yad Vashem[364], como Justo entre as

---

363 Dentre as famílias que estavam a bordo do navio Alsina: Zbigniew Ziembinsk, polonês, ator e diretor teatral; o médico Juljan Czapski. Ambos desembarcaram no Brasil

364 Autoridade para a Recordação dos Mártires e Heróis do Holocausto – Museu e Escola Internacional para o ensino do Holocausto Localizado em Jerusalém – Israel.

Nações, título dado a homens e mulheres que arriscaram suas vidas no salvamento de judeus e outras minorias perseguidas durante o Holocausto.

A partir da intervenção de Souza Dantas no Itamaraty órgão do Departamento do Ministério das Relações Exteriores, quarenta e sete passageiros do navio Alsina, embarcam em Cadiz na Espanha no navio de bandeira espanhola Cabo de Buena Esperanza, chega ao Rio de Janeiro em 1941.

A representação artística que Lise imprime em seus quadros é a interpretação desse mundo de guerras e deslocamentos. Suas obras de cunho político podem ser consideradas como a difícil tarefa de representar o Holocausto, na sua dor, revolta, humilhações, confinamentos, mortes...Aqui os sobreviventes distantes do país de origem buscam significados para a coesão de uma identidade, simbolizada pela continuidade nas tradições culturais e religiosas, é uma expressão da necessidade que todos os refugiado/deslocado têm em manter suas tradições culturais, religiosas, sua língua, seus costumes.

As narrativas coletadas dos judeus refugiados e sobreviventes permitem compreender a conduta desta minoria diante do fortalecimento do Nacional Socialismo que:

> *"[...]fugindo das perseguições nazi-fascistas, percorreram caminhos sinuosos, rompendo as barreiras burocráticas erguidas pelo antissemitismo latente nos países identificados com a política do III Reich [...] tendo como único objetivo recomeçar. Tais registros rompem as barreiras da memória, trazendo a tona os "não-ditos" pelas fontes escritas ou, então confirmando, a partir de fragmentos de suas histórias de vida, a prática do antissemitismo político e xenófobo sustentada por parte da elite diplomática e intelectual brasileira. Com base na dinâmica da história oral, torna-se possível – através dos testemunhos – resgatar as lembranças desses peregrinos que um dia acreditaram ter uma pátria – mãe".* (CARNEIRO, 1996 p.269)

A Segunda Guerra Mundial é o marco histórico que obriga a fuga, hoje milhares de sobreviventes estão espalhados pelo mundo, imigrar era sinônimo de sobrevivência. Os que conseguiram superar as dificuldades e traumas podem contar aos filhos, netos e amigos o que significou aquele período em suas vidas.

Após 1945 o mundo toma conhecimento das barbáries praticadas pelos nazistas. O Brasil tem uma postura ambígua, e cria inúmeras legislações restrições aos imigrantes tidos como indesejáveis, impuros, comunistas etc., grande parte é de refugiados, sobreviventes de guetos e campos de concentração. Importante compreender como a política externa europeia influenciou a tomada de decisões do governo brasileiro, no que diz respeito a política imigratória e como esta postura foi sentida pelos judeus que conseguiram visto para o Brasil. Os efeitos da Segunda Guerra Mundial - além dos números mortos e das perdas materiais – certamente ficou marcado nas lembranças daqueles que sobreviveram ao conflito que ganhou dimensões genocidas. Se as ações de repressão têm como medidas o contínuo deslocamento dos refugiados pelo mundo todo, os atos de salvacionismo e solidariedade podem ser recuperados através das vivências narradas pelos sobreviventes.

Referências bibliográficas:

ADORNO, Theodor W. **Educação e Emancipação**. Tradução Wolfgang Leo Maar. São Paulo: Paz e Terra. 2006.

ARENDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo – anti-semitismo, instrumento de poder**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1989.

BOSI, Eclea. **Memória e Sociedade. Lembranças de Velhos**. 3. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

_____. **O Tempo Vivo da Memória. Ensaios de Psicologia Social**. São Paulo. Ateliê Editorial. 2003.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Cidadão do Mundo: O Brasil Diante do Holocausto e dos Judeus Refugiados do Nazifascismo.** São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2010.

_____. **O Anti-Semitismo na Era Vargas: Fantasmas de Uma Geração.** 3ª Ed. São Paulo: Perspectiva, 2001

_____. **Holocausto, Crime contra a Humanidade**. São Paulo: Ática, 1998 (Coleção História em Movimento.)

_____, Histórias de vida dos judeus refugiados do nazi-fascismo. Questões teóricas e metodológicas In: MEIHY, José Carlos Sebe (Org.). **(Re) Introduzindo História Oral no Brasil.** São Paulo: Universidade de São Paulo, 1.996. p. 269

GILBERT, Martin. **O Holocausto: História dos Judeus na Europa na Segunda Guerra Mundial**; tradução de Samuel Feldberg, Nancy Rozenchan. São Paulo: Editora Hucitec, 2010.

HALBWACHS, Maurice. **Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

KOIFMAN, Fabio. *Quixote nas Trevas.* **O Embaixador Souza e os Refugiados do Nazismo**. Rio de Janeiro: Ed. Record. 2002.

LACOUE-LABARTHE, Philipe e NANCY, Jean - Luc. **O mito nazista**. Trad. Marcio Seligmann-Silva. São Paulo: Ed. Ilumiras, 2002.

LESSER, Jeffrey. **O Brasil e a questão judaica. Imigração, Diplomacia, Preconceito**. Rio de Janeiro: Ed. Imago, 1995.

LEVI, Primo. **Os Afogados e Sobreviventes**. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1900.

_____. **É Isto um homem?** Trad. Luigi Del Re. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 1988.

MEIHY, José Carlos Sebe. **Manual de História Oral,** 5° ed. São Paulo: Edições Loyola. 1996

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v 2 nº 3, 1989.

_____. Memória e Identidade Social**. Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v 5, n. 10. p. 04,1992.

PORTELLI, Alessandro. **Ensaios de história oral**. Tradução: Fernando Luiz Cássio e Ricardo Santhiago. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

Entrevistas

Lise Forell, tcheca, artista plástica. Entrevista realizada em 15 de maio de 2010.

Negros no futebol brasileiro: olhares e experiências de dois jornalistas

Marcel Diego Tonini[365]

Ao longo da primeira metade do século XX, o futebol mostrou-se como um dos poucos espaços abertos na sociedade brasileira à entrada de negros e pobres. Desde pelo menos o livro clássico de Mario Filho (2003), "O negro no futebol brasileiro", publicado pela primeira vez em 1947, sabe-se, contudo, que este não foi um processo linear, sem contradições ou mesmo sem conflitos sociais, algo que foi corroborado recentemente por pesquisadores como Caldas (1990), Pereira (2000) e tantos outros. De todo modo, este esporte abriu-se aos negros e pobres como um campo privilegiado de atuação enquanto jogadores, possibilitando-lhes a ascensão econômica.

A grande maioria dos estudos acerca dos negros no futebol brasileiro abrange o período que vai da introdução deste esporte no Brasil, em fins do século XIX, às primeiras conquistas nacionais em Copas do Mundo, até 1970. Tomando por base os acontecimentos nesse longo intervalo de tempo, a análise geralmente empreendida é que houve um processo de democratização, sobretudo se considerarmos a origem elitista do nosso futebol – fase em que havia uma discriminação social e racial explícita até nos estatutos das ligas –, passarmos pelas discussões que culminaram na profissionalização do futebol e pela provação da derrota da seleção brasileira em 1950, e chegarmos aos títulos brasileiros em mundiais, quando o escrete nacional já contava com a presença de vários negros. Nas palavras de Gordon Júnior (1995: 76, grifos do autor), o tricampeonato mundial em 1970 "é o coroamento do processo descrito por Mário como *a revanche do preto*.". Em outro artigo, o mesmo autor escreve:

> *Deste modo, com a conquista do tricampeonato, – iniciando nos pés de um garoto negro de 17 anos, em 1958, passando por um mulato caipira de pernas tortas em 1962, finalmente chegando ao futebol arte comandado por um Pelé maduro em 70 – , as acusações de 20 anos atrás perderam a consistência. O negro, o mulato, o mestiço tinham vencido no futebol. E o símbolo máximo dessa vitória era Pelé, que no Brasil passou a ser "o" preto. (GORDON JÚNIOR, 1996: 75).*

"[D]efinitivamente ungido como rei do futebol" (FRANCO JÚNIOR, 2007: 143), Pelé é tido como a imagem exemplar da transformação pela qual passou o ludopédio neste país, sobretudo se se contrapor à de Friedenrich, nosso primeiro ídolo neste esporte, que fora filho de alemão com uma negra e tentara disfarçar a sua origem étnica.

Nota-se que essa visão democrático-racial sobre o futebol brasileiro é reproduzida constantemente não só em livros, mas, também, em arquivos e museus. Basta ver, por exemplo, as exposições do Arquivo do Estado de São Paulo (http://www.arquivoestado.sp.gov.br/exposicao_futebol/index.php), do Museu Afro Brasil ("De Arthur Friedenreich a Edson Arantes do Nascimento: o negro no futebol brasileiro") e, principalmente, a sequência das salas do Museu do Futebol (As origens, Os heróis, Rito de passagem, Copas do Mundo e Pelé e Garrincha). A impressão que se tem é que, após o caminho percorrido, não há mais racismo no futebol brasileiro, devidamente derrotado em 1970 e esquecido a partir dessa data mágica. Particularmente, vejo como um elogio à democracia racial, uma homenagem ao Mario Filho e uma reprodução idílica da história do nosso futebol.

De modo geral, o olhar é voltado para o processo de integração de jogadores negros na seleção brasileira e nos principais clubes do Rio de Janeiro e São Paulo. Com exceção feita a alguns trabalhos, como o de Jesus (1999), são desconsideradas os acontecimentos de outros centros futebolísticos do país – Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Pernambuco por exemplo. Os autores, em sua maioria, raramente avaliam criticamente espaços outros de atuação profissional no universo do futebol brasileiro que não o de atleta, tais como: comissão técnica, direção de clubes e

---

365 Doutorando em História Social pela Universidade de São Paulo, tendo sido bolsista ao longo do mestrado da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. Membro do NEHO, do GIEF e do LUDENS, todos vinculados à USP.

federações, arbitragem e jornalismo esportivo. Além disso, poucos são os estudos que se utilizam dos relatos orais dos próprios atores desse meio como fonte de pesquisa.

Na tentativa de preencher tais lacunas, desenvolvi o meu projeto de mestrado que resultou na dissertação recentemente defendida – em fevereiro último – sob o título "Além dos gramados: história oral de vida de negros no futebol brasileiro (1970-2010)". O texto que ora apresento tem por objetivo dar continuidade a essa investigação que propôs uma discussão da questão racial no futebol brasileiro atual a partir narrativas pessoais de alguns profissionais que nele atuaram dentro do período citado, abrangendo sete redes de colaboradores: jogadores, treinadores, árbitros, dirigentes, torcedores, jornalistas e intelectuais. Neste trabalho, contudo, chamarei a atenção para as visões e experiências de dois jornalistas entrevistados: Valmir Jorge e Abel Neto.

Antes de apresentá-los, faz-se necessário explicitar minimamente os procedimentos metodológicos utilizados. A primeira consideração a ser feita é com relação ao gênero de história oral adotado. A opção pela história oral de vida mostrou-se acertada, já que buscamos registrar narrativas de experiência pessoal, as quais constituíram o *corpus* documental central da pesquisa. Valorizamos, portanto, o protagonismo e a memória do indivíduo e, com isso, esclarecemos o interesse especial pela subjetividade contida nas narrativas. Isso implica, evidentemente, numa postura ao oralista na condução das entrevistas: ao invés do uso de um questionário, com perguntas sequenciais, objetivas e diretas, sugere-se que ele faça apenas estímulos, ou seja, pequenas interferências que incitem o narrador a falar de um determinado assunto (por exemplo: infância, entrada e atuação no universo do futebol, racismo etc.). Dá-se, dessa maneira, ampla liberdade aos colaboradores para narrarem as suas histórias de vida, cada um ao seu modo. Ainda assim, a história oral de vida deve contemplar alguns aspectos gerais do comportamento social dos colaboradores, tais como: sociais, culturais, econômicos, políticos e religiosos. Antes do início das entrevistas, porém, cabe esclarecer aos colaboradores o projeto, a importância da sua participação, quem os recomendou, alguns dos procedimentos adotados e os destinos das gravações. Ademais, deve-se evidentemente ter o conhecimento prévio da história das pessoas a serem entrevistadas, preparar o material e a pauta para a entrevista, e definir local e tempo de duração da mesma.

Consumadas as entrevistas, vem o momento da transformação do oral para o escrito, que, na linha de história oral do NEHO (Núcleo de Estudos em História Oral da Universidade de São Paulo), do qual faço parte, segue rigorosamente as etapas da transcrição, da textualização e da transcriação. O objetivo final é a elaboração de um texto claro, expressivo e fluente, no qual se incorpora o dito, o não dito e, se possível, a performance do colaborador. Sobretudo, nesse momento, o caderno de campo, utilizado desde os primeiros contatos com cada um dos entrevistados, mostra o seu papel no conjunto das técnicas adotadas para o registro dos dados das entrevistas e das impressões do oralista. Sendo a ética um dos pressupostos da história oral, as etapas da conferência do texto estabelecido e da autorização para o seu uso são fundamentais dentro de todo o processo. A entrega da cópia das histórias de vida aos colaboradores é um compromisso assumido com eles e o primeiro passo na tentativa de uma devolução pública da pesquisa desenvolvida.

Os colaboradores: Valmir Jorge e Abel Neto

A partir desta apresentação, espero ter fornecido ao leitor um panorama teórico e metodológico capaz de auxiliar o seu entendimento quanto à condução da pesquisa e das entrevistas. Agora, faço breves considerações sobre as trajetórias de vida e profissionais dos dois jornalistas negros entrevistados, Valmir Jorge e Abel Neto, cujos trechos das narrativas são objeto de estudo desse texto.

Nascido em 23 de abril de 1961, Valmir Jorge teve uma juventude muito sofrida em virtude de sua condição social e de um drama familiar. Situação compartilhada por tantos brasileiros pobres e negros, Valmir é filho de mãe solteira que, por conta da gravidez e do abandono do parceiro, foi obrigada pelo pai a deixar a casa em que vivia para "sair pelo mundo", como relatou. Chegando a Dracena-SP, ela o deixou com uma família de italianos e "desapareceu", voltando apenas quando ele já era adolescente. Ele não havia sido registrado com o sobrenome da mãe nem podia juridicamente o ser pela família de criação, sendo chamado de Valmir Jorge.

Como sempre foi o único negro nessa família, cresceu, em suas palavras, "sabendo quem eu era", algo "muito complicado pra gente administrar" naquela época. Desde os 8 anos de idade, trabalhou na roça e "fez de tudo!", ressalta. Por anos, foi padeiro e depois servente de pedreiro. O rádio apareceu em sua vida de uma maneira curiosa.

Aprendendo inglês de modo autodidata, ele ficava corrigindo a pronúncia dos radialistas. Certa vez, quando "a gente tava fazendo a laje da casa de uma irmã minha ao som de um radião", ela, aborrecida com as suas correções, duvidou que ele conseguisse um emprego em uma rádio. "Teimoso como todo taurino", como repetiu por algumas vezes ao longo de sua narrativa, Valmir foi atrás e começou neste ofício como redator da Rádio Nova Dracena, em 1980.

Na área esportiva, começou a trabalhar como plantão entre 1982 e 1985, na época em que o Dracena F. C. estava na segunda divisão do Campeonato Paulista. Desde então, ele passou por várias rádios, principalmente no estado de São Paulo, com destaque para a Rádio Bandeirantes. Chegou a trabalhar na televisão, no SBT em 2003, por pouco tempo e cobriu quatro Copas do Mundo (1994, 1998, 2006 e 2010), além da Olimpíada de Atenas, em 1996. Por sua vasta experiência, foi indicado a mim pelo jornalista e professor universitário branco Celso Unzelte. A entrevista foi realizada na cidade de Londrina-PR, na sede da Rádio Paiquerê AM, em 12 de setembro de 2009.

Com uma trajetória de vida completamente diferente, Abel Neto nasceu em 18 de janeiro de 1970, na cidade de Santos-SP. Filho do ex-jogador Abel Verônico que atuou entre outros times no Santos de Pelé, Abel e seus três irmãos tiveram, sobretudo na época em que seu pai trabalhou como futebolista ou treinador, certos privilégios para pouquíssimos negros no Brasil, ainda mais considerando os anos 70 e 80. Dentre as regalias, ele chama atenção para: estudar em escola particular, fazer curso de língua inglesa e morar no exterior, oportunidades que o seu próprio pai não teve.

Embora, como muitas crianças neste país, sonhasse em seguir os passos do pai e se tornar atleta profissional de futebol, o jornalista disse que ele "não me incentivava muito: 'Não. Vai estudar e não sei o quê...'". Tentando entender o pai, falou: "talvez por saber as dificuldades que o jogador de futebol passa". Consciente da trajetória familiar especial, Abel Neto se vê e é visto como "exceção", condição que ele espera deixar de ser.

Após ser professor de inglês por quase uma década, ele largou "tudo" para arriscar a profissão de jornalista em 1997, quando era recém-formado e havia passado em uma seleção concorrida para o jornal Lance, lançado há pouco tempo. Após oito meses, recebeu convite para trabalhar na TV Tribuna, filial da Rede Globo em Santos, e de lá para matriz passaram-se dois anos. Desde então, 2000, fez a cobertura dos principais campeonatos de futebol brasileiro, sul-americano e mundial, com destaque para duas Copas do Mundo (2006 e 2010) e uma Olimpíada (2008). Por ser um dos raros negros na televisão brasileira, o seu nome foi lembrado por vários colaboradores (entre eles, inclusive, o Valmir Jorge), sendo indicado para uma entrevista por Junior, ex-jogador de futebol e seu companheiro de televisão. O encontro e a gravação ocorreram no dia 17 de novembro de 2009, no restaurante da *Etna Home Store*, em frente à sede paulista da Rede Globo.

Temas recorrentes

Quando fazia os primeiros contatos com os meus colaboradores, era evidente que sempre explicava minimamente as linhas gerais da pesquisa. Justamente por saberem que se tratava de um estudo sobre a questão racial no futebol brasileiro atual, eles geralmente explicitavam em algum momento, por livre e espontânea vontade, suas experiências e pensamentos acerca do racismo em geral, na sociedade brasileira, e em particular, no futebol aqui praticado. Traziam, invariavelmente, alguns exemplos ou situações pessoais para tornar claros os seus argumentos. Comecemos, então, por um trecho da narrativa de Abel Neto:

> *A discriminação é uma coisa que a gente passa desde que nasce e é pro resto da vida! Isso vai acontecer várias vezes... É direto! A gente acaba se "acostumando". Entre aspas porque não vou me acostumar nunca, mas já sou calejado. Enfrento de outra forma quando passo por isso. Diferentemente de quando era criança. Lembro que, quando ainda morava em Santos, jogava bola na rua ou na praia. Ali, já começaram as "brincadeiras". Era o tempo inteiro. De vez em quando, até brigava...*

Conhecendo a realidade e a ideologia racista no Brasil desde a infância, Abel disse com pesar que as situações discriminatórias são tantas que os negros acabam "se 'acostumando'". Dito de outro modo, Valmir Jorge também segue a mesma direção: "uma coisa eu falo pra você: a gente cresce ouvindo o tempo inteiro esses comentários, essas ofensas. Não é que goste, mas já vira: 'Ah, isso é normal.'", concluindo pouco depois: "Não é que a gente goste, mas já nos acostumamos com isso.". A recorrência da palavra "acostumar" já revela que essa é uma das formas como a

nossa sociedade encontrou de fazer os negros aceitar o racismo. Buscando a etimologia da palavra ("fazer por meio de treinamento, insistência ou disciplina"), vemos como a frequência do costume ensina-lhes a se calar. Ao mesmo tempo, pode-se dizer que é uma maneira encontrada para lembrar-lhes indiretamente das suas atribuições no regime escravista e da sua posição supostamente inferior dentro da ordem social.

A escola, ainda mais na experiência de Abel Neto que estudou em instituições particulares, frequentadas majoritariamente por brancos, mostra-se como um desses espaços sociais de aprendizagens às avessas ainda em tenra idade. Nas palavras do jornalista: "Enfrentei isso na escola também, principalmente com os apelidos de conotação racista: 'macaco', 'piche', 'asfalto', 'seu preto', 'seu negro' ou seja lá o que for...". Sendo uma situação compartilhada, se não por todos, pela maioria dos negros, era de se esperar que eles conhecessem inúmeros irmãos de cor que viveram as mesmas experiências negativas, a ponto de Abel prever que o seu filho também passará por isto: "O meu filho, por enquanto, é muito pequeno, mas, daqui a pouco, vai sofrer na escola.".

É evidente que essa introjeção do racismo reproduz-se em outras instituições sociais. A polícia, justamente por ter como função a manutenção da segurança e da ordem pública, traz em suas práticas talvez as situações mais nítidas de racismo. Vejamos um caso relatado por Valmir Jorge quando ele viajava de trem:

> *A gente tava em turma, todos nós arrumadinhos, as menininhas bonitinhas. Saiu uma confusão lá e o policial viu que eu era negro, né?! Logo, veio até mim e pregou a mão na minha orelha. Como estava escuro dentro do trem, assim que tomei aquele tapão, já virei e colei o cara também.*

Vemos que, em virtude de uma "confusão", um policial logo desconfiou do único negro dentro do transporte, por mais que o jornalista estivesse "bem vestido", como argumentou. Lembrando-se de ter passado por ocasiões semelhantes em "umas três vezes", Abel Neto indignou-se: "Antes de mais nada, o negro é suspeito! Era pra ser o contrário, não é?! Qualquer pessoa não é inocente até que provem o contrário?". Descrevendo um dos casos vivenciados, quando estava voltando de uma festa na madrugada, foi parado pela polícia em um bairro nobre de São Paulo:

> *Me mandaram parar, apontando fuzil na minha cara. Saí assustado, tremendo... A minha mulher saiu do carro gritando:*
>
> *— É o meu marido! É inocente!... Abaixa essa arma.*
>
> *Após um minuto, mais ou menos, o cara perguntou:*
>
> *— Ah, você não é aquele cara da Globo?*
>
> *— Sou. – respondi.*
>
> *Mesmo ele tendo me reconhecido, falei:*
>
> *— Mas, você quer me revistar? Quer ver o documento?*
>
> *— Não, não, não... Eu reconheci você. Sabe o que acontece? – perguntou-me.*
>
> *Adivinhe só, Marcel, o que é que ele me falou... Até parece que é muito difícil, não?!*
>
> *— Alguém roubou um carro parecido com o seu nas redondezas. – tentou justificar.*
>
> *É sempre o mesmo papo! Aí, eu te pergunto: e se não trabalhasse na televisão?... Por uma coincidência, trabalho na televisão e o cara me reconheceu.*

Ao ser reconhecido por um dos policiais como jornalista da rede de comunicação televisiva mais importante do país, Abel Neto foi livrado de passar por uma coerção e um constrangimento maior, o que revela o caráter assistemático do nosso racismo, como já assinalou alhures Oracy Nogueira (1985). Preocupado com a prática policial

no Brasil, o jornalista exclamou: “Então, você imagina o que acontece nesses becos, nos lugares mais pobres e nessas periferias da vida. O cara não quer nem saber, já chega atirando! Infelizmente, é o que acontece.”. Para comprovar o que disse, indicou-me a leitura do livro de Caco Barcelos, “Rota 66”, no qual “mostra dados, pesquisas... enfim, de fato, a grande maioria é negro, jovem e mora na periferia.”.

Em se tratando dos momentos em que o nosso sistema judiciário deveria proteger os negros, Abel Neto argumenta que os advogados geralmente costumam desqualificar o ato discriminatório. Segundo o repórter:

> *De um modo geral, uma coisa que não acontece só no esporte, mais uma vez, é desqualificarem o fato ocorrido. Nem sei se “desqualificar” é o termo jurídico correto, mas, ao invés de o racismo ser colocado como racismo, vira injúria, calúnia, difamação... E, aí, não acontece nada...*

Em virtude disso, Abel acaba se lembrando que fez até uma música de *reggae* para retratar a falta de cumprimento da lei 7.716 que “define os crimes resultantes de raça ou de cor”:

> *Uma vez, li um livro que falava sobre racismo e, aí, fiz uma música com o nome “7.716”. Não sei se você conhece, mas 7.716 é a lei. Então, no refrão, cantava mais ou menos assim:*
>
> *7.716, você já funcionou alguma vez?*
>
> *Acho que não.*
>
> *Por quê?*
>
> *Acho que não.*
>
> *Que é exatamente isso que eu tô te dizendo: foi criada a lei, só que ela não é aplicada. Raramente, uma vez ou outra, a gente vai ver alguém indo parar em uma delegacia.*

Na sequência, o repórter lembra com indignação que nos ditames da lei:

> *O racismo é um crime inafiançável. Não é isso?! Se o racista for preso em flagrante, não tem nem como pagar fiança e sair. Tá “fodido”! Entre aspas porque a gente sabe que o que acontece, na maioria dos casos, não é isso... Eu nunca vi alguém condenado. Tem algum caso?... Você também não conhece? Aí, está vendo? A lei “existe”... Chega a ser engraçado...*

Tendo o mesmo argumento em mente, Valmir Jorge retomou o caráter “meio velado” do racismo à brasileira para contrapor ao racismo praticado nos Estados Unidos. De acordo com ele:

> *Aqui no Brasil, se acontece uma situação dessas, o negro leva numa boa. Quer dizer, hoje nem tanto. Antigamente, era mais normal ouvir:*
>
> *— Ah, olha a cor dele!... Ah, tinha que ser preto mesmo, hein?!*
>
> *Ou, então, como o Antônio Carlos fez quando jogava no Juventude: passa a ponta do dedo no braço e indica a cor da pele:*
>
> *— Ó, ó, ó!*
>
> *Arrumei muita briga, dei muita cabeçada, muita pernada em folgado por aí com esse negócio. Às vezes, quando percebia alguma coisa, olhava assim de soslaio, de rabo de olho, e via o cara fazendo o gestinho de passar a mão no braço. Já dava no meio:*

— O que é que foi?

— Nada.

— "Nada" o escambau! Toma logo uma bolacha aqui pra largar de ser besta!

E já criava caso. Então, essa é a grande diferença entre o racismo no Brasil e nos Estados Unidos: aqui, a gente ainda fala e tal, mas, lá, o cara não fala, não acusa o negro porque sabe que vai ser processado e aquela coisa toda... É bem assim: o negro na sua, o branco na dele e that's all...

Em pesquisa realizada junto à Delegacia de Crimes Raciais de São Paulo Antonio Sérgio Alfredo Guimarães (2004, p. 66) conclui que, no período de 1993 a 1997, "havia uma tendência de a autoridade policial sobre-representar os casos de crime contra a honra, recusando-se, assim, a verificar o crime de discriminação racial", corroborando, pois, os relatos dos nossos entrevistados. Outra observação relevante contida neste estudo de Guimarães indica que é provável que a população negra de maior *status* social e econômico procure menos a Delegacia de Crimes Raciais.

Fechamos o texto baseando-nos no estudo de Livio Sansone (2007), que identifica o casamento ou o namoro, o trabalho – sobretudo quando se procura um emprego – e as interações com a polícia como áreas "duras" ou "pesadas" das relações raciais no Brasil. Ambos os colaboradores sofreram discriminação em seus locais de trabalho por companheiros que tentavam impor-lhes apelidos ou, dada uma situação de conflito, lançavam mão de xingamentos racistas para agredi-los. Através dos poucos trechos trazidos, procuramos contribuir para uma melhor compreensão do racismo à brasileira, engrossando o coro daqueles que veem a nossa "democracia racial" como um mito.

Referências bibliográficas:

CALDAS, Waldenyr. **O pontapé inicial**. São Paulo: IBRASA, 1990.

DAMO, Arlei Sander. Os racismos no esporte. In: GOMBERG, Estélio; MANDARINO, Ana Cristina de Souza (Org.). **Racismos**. Salvador: EDUFBA, 2008. (no prelo).

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. 2. ed. São Paulo: Global, 2007.

FILHO, Mario. **O negro no futebol brasileiro**. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. **A dança dos deuses**: futebol, sociedade, cultura. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GORDON JÚNIOR, Cesar. "Eu já fui preto e sei o que é isso": história social dos negros no futebol brasileiro: segundo tempo. Pesquisa de Campo, Rio de Janeiro, Eduerj, n. 3/4, p. 65-78, 1996. Futebol: síntese da vida brasileira.

_____. História social dos negros no futebol brasileiro: primeiro tempo. Pesquisa de Campo, Rio de Janeiro, Eduerj, n. 2, p. 71-90, 1995. Futebol e cultura brasileira.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Preconceito e discriminação**. 2. ed. São Paulo: Ed. 34, 2004.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HASENBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. 2 ed. Belo Horizonte: Ed. da UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2005.

HELAL, Ronaldo; GORDON JÚNIOR, César. Sociologia, história e romance na construção da identidade nacional através do futebol. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 23, 1999.

JESUS, Gilmar Mascarenhas de. O futebol da Canela Preta: o negro e a modernidade em Porto Alegre. Anos 90: Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, v. 7, n. 11, p. 144-161, jul. 1999.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. 5 ed. São Paulo: Loyola, 2005.

_____; HOLANDA, Fabíola. **História oral**: como fazer, como pensar. São Paulo: Contexto, 2007.

NOGUEIRA, Oracy. **Tanto preto quanto branco**: estudos de relações raciais. São Paulo: T. A. Queiroz, 1985.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. **Footballmania**: uma história social do futebol no Rio de Janeiro (1902-1938). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

SANSONE, Livio. **Negritude sem etnicidade**: o local e o global nas relações raciais e na produção cultural negra do Brasil. Salvador: Edufba; Rio de Janeiro: Pallas, 2007.

SANTOS, Joel Rufino dos. **O que é racismo**. São Paulo: Brasiliense, 2005.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Racismo no Brasil**. São Paulo: Publifolha, 2001.

Neide Gaudenci de Sá: PROFESSORA, PESQUISADORA E AUTORA NO CAMPO DA ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO

Maria Lucia Mendes de Carvalho

Centro Paula Souza. Coordenadora de Projetos de Segurança Alimentar/Memórias. Doutoranda na Faculdade de Engenharia Agrícola/UNICAMP. Membro do Grupo de História Oral em Saúde do CeHiF/UNIFESP

Introdução

Este trabalho é parte da pesquisa sobre Francisco Pompêo do Amaral, que tem por objetivo desvendar raízes e retratos no processo de criação e implantação do primeiro curso no campo da alimentação e nutrição no Brasil, o de "Auxiliares em Alimentação". Neste estudo pretende-se mostrar que a partir da história oral de vida é possível identificar a contribuição e a trajetória social e profissional de Neide Gaudenci de Sá, que atuou no campo da alimentação e nutrição na educação profissional.

Em 2001, como bolsista da Fundação de Apoio à Tecnologia no Estado de São Paulo, no projeto Historiografia das Escolas Técnicas Estaduais mais Antigas do Estado de São Paulo, descobri no Centro de Memória da Escola Técnica Estadual Carlos de Campos: o documento da Aula Inaugural do curso de Auxiliares em Alimentação, de 17 de maio de 1939; onde se afirma ser primazia da educação profissional a criação do primeiro curso no campo da alimentação e nutrição no país, o de Auxiliares em Alimentação, na primeira Superintendência do Ensino Profissional do Estado de São Paulo (AMARAL, 1939a). Por ser docente do curso técnico em nutrição e dietética, fiquei intrigada de constatar no documento de uma aula inaugural que no ensino profissional público no estado de São Paulo, estava surgindo, em 1939, o primeiro curso no campo da alimentação e nutrição no Brasil.

Este estudo começou faz dez anos e uma das entrevistadas foi Neide Gaudenci de Sá, em 26 de dezembro de 2001, que fez parte da equipe de professores do curso de "Auxiliares em Alimentação". Durante este estudo de história oral também se utilizou a categoria de investigação a cultura escolar (JULIA, 2001) para desvendar as práticas escolares e pedagógicas, empregadas no curso de "Auxiliares em Alimentação" e a partir de instrumentos metodológicos, como: livros, cadernos, atas de reuniões, fotografias, entre outros. O passo seguinte foi pesquisa bibliográfica para identificar o surgimento do primeiro curso no campo da alimentação e nutrição no país, quando encontrei dois artigos científicos referentes à tese de doutoramento, na época recente, de Francisco de Assis Guedes de Vasconcelos, que atualmente, é um especialista nesse campo de pesquisa (VASCONCELOS, 1999, 2002). Os seus artigos salientavam as pesquisas de Josué de Castro, principalmente no início da década de 1940, no Rio de Janeiro e de outros pesquisadores, em Pernambuco, de onde este é originário, com certa primazia no campo da alimentação e nutrição. Em São Paulo, citava o curso promovido por Geraldo de Paula Souza, em um período posterior, ao criado por Francisco Pompêo do Amaral.

Esses artigos forneceram a pesquisadora subsídios para identificar que dispunha de um objeto de pesquisa e questões a desvendar: "Quem criou o primeiro curso no campo da alimentação e nutrição no Brasil?" e "Quais práticas escolares e pedagógicas eram empregadas no primeiro curso no campo da alimentação e nutrição?"

Para responder estas indagações foram realizadas entrevistas de história oral, em diferentes períodos, e com docentes que atuaram no curso de Auxiliares em Alimentação, tendo como foco da pesquisa a segurança alimentar e nutricional sustentável. Estas entrevistas geraram trabalhos que buscaram no passado, compreender como estas práticas aconteciam nos cursos relacionados ao campo da alimentação e nutrição (CARVALHO et al, 2003, 2006, 2007 e 2009).

Mas as pesquisas de história oral realizadas, em 2001, compreendida pela pesquisadora como metodologia, naquela época, após as entrevistas eram realizadas transcrições, e destas, recortes para justificar acontecimentos, e a seleção destes recortes, envolvia a subjetividade da autora. Esse desconforto em saber se história oral era uma metodologia ou um recurso para retornar ao passado, me levou a descobrir a história oral de vida, que ampara a narrativa dependente da memória: "dos ajeites, contornos, derivações, imprecisões e até das contradições naturais da fala", segundo Meihy e Holanda (2007, p.35), realizando entrevistas livres, ao contrário dos questionários usados na história oral temática.

Entre 2009 e 2010, propus projetos no Centro Paula Souza para entrevistar a professora Neide Gaudenci de Sá, mas empregando história oral de vida, e após as transcrições das entrevistas, foram realizadas transcriações por mim e pela nutricionista Claudia G. de Oliveira (OLIVEIRA, 2010), mas em conjunto com a colaboradora. A entrevistada participou da elaboração dos textos de suas entrevistas, da passagem da oralidade para a escrita, por isso o termo - colaboradora.

Em 2005, elaborei uma monografia "Dispensário de Puericultura da Escola Profissional Feminina: reflexões sobre a cultura escolar" e encaminhei a professora Neide Gaudenci de Sá, solicitando a sua leitura, por conter trechos de sua entrevista de 26 de dezembro de 2001. Nessa monografia eu analisava um livro institucional denominado "Os Cursos de Dietética", organizado pela Superintendência do Ensino Profissional e publicado pela Secretaria da Educação e Saúde Pública, em 1939. A professora Neide Gaudenci de Sá, após leitura da monografia, me informou se tratar de um livro elaborado por Francisco Pompêo do Amaral. No entanto, essa informação foi confirmada em 2008, na apresentação de uma das obras deste médico (AMARAL, 1963). Na época como o livro não citava a sua autoria, continuei tratando este livro como institucional.

Mas fui instigada pela professora Neide Gaudenci de Sá a pesquisar sobre o Pompêo do Amaral, e a partir de 2007, direcionei as pesquisas em busca de suas obras e das políticas de educação e saúde para compreender a história da educação profissional no campo da alimentação e nutrição. A partir do emprego da história oral de vida como ferramenta metodológica, considerei nesta pesquisa que o primeiro passo para a conscientização da população sobre a importância de uma alimentação saudável é compreender as raízes da história da alimentação e nutrição, identificando os profissionais que contribuíram com esse campo na área da educação e saúde no país.

A História de Vida de Neide Gaudenci de Sá

Neide Gaudenci de Sá nasceu em São Paulo, em 02 de maio de 1933, filha de Anna Silviano Gaudenci e de João Gaudenci. Os seus bisavôs vieram da Áustria para o Brasil e quando aqui chegaram já tinham sessenta anos e nove filhos. Neide disse na entrevista que *eles eram os "sem terra" de lá, a terra era dos nobres, tinham uma vida difícil, plantavam uvas lá, e aqui em São Paulo, em Vinhedo, antiga Rocinha* (SÁ, 2010).

A professora Neide Gaudenci nasceu no centro de São Paulo, na Avenida Duque de Caxias, onde sua família morava e o seu pai tinha uma barbearia. O Sr. João Gaudenci valorizava a educação dos filhos, orientando-os para a educação profissional.

Em 1944, Neide visita com o pai o Instituto Profissional Feminino, no Brás, na capital de São Paulo, em busca de informações para ingressar na escola profissional. Ela diz que ficou fascinada com a beleza do prédio construído na década de 1930[366], que em 1946 ingressou na escola[367], e por quatro anos cursou o vocacional e o secundário. Durante o curso vocacional, que a família a estimulou cursar para aprender corte e costura, Neide descobre que no curso de

366 O Instituto Profissional Feminino, atualmente denominado Escola Técnica Estadual Carlos de Campos, tem o prédio tombado (Diário Oficial do Estado de São Paulo, volume 112, n° 148, de 7 de agosto de 2002).

367 A denominação da escola em 1946 era Escola Industrial Carlos de Campos.

Educação Doméstica, as meninas aprendiam também Dietética para Donas de Casa, e conhece as estudantes do curso de Auxiliares em Alimentação. Mas a sua vocação para a educação é demonstrada neste depoimento:

> *Eu dava aulas para as galinhas quando criança. Sabia que ia ser professora. Meu pai, descendente de europeus, jamais admitiria uma escola que não preparasse para uma profissão. "Gente pobre vai para escola profissional". Era para fazer corte e costura e, no máximo, chegar à professora do ramo. Então, eu tinha doze anos, e ficava feito sarna, atrás das alunas que faziam nutrição, ou melhor, "educação doméstica e auxiliar em alimentação". Elas iam fazer estágio no hospital, estágio na indústria, eu ficava doida atrás. Eu era uma pirralha e ficava atrás daquelas meninas, amolando a paciência. Levei os quatro anos do ginásio, que se chamava industrial básico no ensino profissional, para convencer meu pai. Ele era barbeiro, mas muito estudioso, lia muito. Começou a perceber o que era nutrição e aí consentiu. (SÁ, 2010)*

Francisco Pompêo do Amaral, desde 1940, envolvia as estudantes em práticas escolares com a comunidade local, promovendo inquéritos alimentares com as famílias dos estudantes das escolas técnicas. Neide acompanhava as práticas escolares e pedagógicas desenvolvidas com as estudantes do curso de Auxiliares em Alimentação, e antes de concluir o curso secundário, já havia decidido cursá-lo. Em 1950, Neide ingressa no curso de Formação de Mestras de Educação Doméstica e Auxiliares em Alimentação, com duração de dois anos. Ao concluir o curso é nomeada para lecionar na escola[368] como professora de Dietética, passando a integrar a equipe de professores do curso de Auxiliares em Alimentação.

Pompêo do Amaral coordenava o Setor de Alimentação e Higiene Escolar, e dentro deste, os subsetores de "Alimentação e Nutrição", e de "Pesquisas e Ensino da Alimentação", no Departamento do Ensino Profissional[369]. Neide Gaudenci é designada por Pompêo do Amaral, a ordenar e analisar os inquéritos realizados na escola, em anos anteriores, e a dar continuidade à pesquisa higiênicos-sociais relacionada à alimentação. A partir desta pesquisa, Pompêo do Amaral redigiu a obra "A alimentação em São Paulo no período 1940 – 1951" e, em 1954, receberam o Prêmio Nacional de Alimentação do Serviço de Alimentação da Previdência Social (AMARAL, 1960).

Em 1953, o curso de formação de professores em "Auxiliares de Alimentação" passa a ser denominado "Dietistas"[370], e é transferido da Escola Técnica Carlos de Campos para um prédio alugado na Rua Rego Freitas, lá permanecendo até 1958, quando toda equipe do curso de Formação de Dietistas retorna aquela escola. Mas a partir deste ano, Francisco Pompêo do Amaral não dirige mais o curso de Dietistas e a professora Debble Smaira Pasotti, dietista na sua equipe, passa a coordenar o curso naquela escola. Este médico-chefe do Departamento de Ensino Profissional

---

368 A Escola Industrial Carlos de Campos, a partir de 1952, é denominada Escola Técnica Carlos de Campos.

369 A Superintendência do Ensino Profissional, de acordo com a Lei Estadual N° 1.069, de 22 de junho de 1951, passava a denominar-se Departamento do Ensino Profissional, e o cargo de Superintendente alterado para Diretor, (LAURINDO, 1962, p. 212).

370 Em 1952, Arnaldo Laurindo, diretor no Departamento do Ensino Profissional no estado de São Paulo, na época deputado estadual, propôs o Projeto de Lei nº 697/52 para desmembrar o curso de Formação de Mestras, transformando-o em dois cursos: o de Formação de Professoras de Educação Doméstica e Trabalhos Manuais e o de Formação de Dietistas, justificando que "há prejuízo para as especializações abrangidas, face a premência de tempo para a execução integral dos respectivos programas", ambos instituídos pela Lei Estadual N° 2318, de 9 de outubro de 1953 (LAURINDO, 1962, p. 306).

continuou escrevendo sobre suas pesquisas, concorrendo e recebendo mais dois prêmios nacionais sobre suas obras (AMARAL, 1957, 1963), mas aposentando-se em janeiro de 1961.

Neide Gaudenci em 1955, se forma professora primária pela Escola Normal Manoel da Nóbrega, e casa-se com Alfredo Spedito de Sá, e desta união, nasce em 1957, Flávio César de Sá, médico, e em 1959, Ana Cristina de Sá, enfermeira.

Em 1961, por meio do Decreto Estadual N° 38.643, de 27 de julho, o curso de Formação de Dietista passa a ser denominado Técnico em Dietética. Por meio da Lei Federal N° 5.276, de 24 de abril de 1967, que dispõe sobre a profissão de nutricionista e regula o seu exercício, assegurando no artigo 4°: o exercício dos cargos e funções de nutricionistas e dietistas, aos profissionais que tenham sido providos, em caráter efetivo, na data de entrada da lei em vigor (CARVALHO, 2009b). No seu depoimento aos estudantes do curso Técnico em Museu, Neide Gaudenci diz que (SÁ, 2009):

> *[...] quando as Dietistas, juntamente com as Nutricionistas, tiveram a sua profissão regulamentada e ficaram no mesmo patamar, portanto de nível superior, aí nasceu o Curso Técnico de Nutrição e Dietética, e eu tenho a honra de ter escolhido esse nome e me baseei no fato que a nutrição é o estudo da ciência e a dietética é a aplicação da ciência. O Técnico em Nutrição e Dietética vai fazer a aplicação, isso não significa que ele não tenha que estudar a ciência, tem que estudar a ciência, mas ele precisa mais dessa parte prática.*

Para aprimorar a sua formação profissional Neide Gaudenci de Sá cursa no Instituto Pedagógico do Ensino Industrial[371], de 1964 a 65, Administração Escolar, e no último ano, em paralelo, o curso de Professor de Cultura Técnica. Em 1969, conclui o curso de Pedagogia nas Faculdades Metropolitanas Unidas, e depois, em 1976, forma-se em Administração Escolar e Supervisão Escolar pela Faculdade Campos Sales. Esta professora contribuiu muito para o Curso Técnico em Nutrição e Dietética, escrevendo livros dentro do seu campo de atuação. Mas em maio de 1984, aposentou-se na escola onde foi aluna, professora, pesquisadora, coordenadora e orientadora, tendo lutado muito para o reconhecimento legal do curso. Retornando a escola, em 1989, na comemoração dos "50 anos do curso de Técnico em Nutrição na Escola Técnica de 2° Grau Carlos de Campos", concede uma entrevista ao jornal Nutrinews, de junho, declarando como foi criado o curso pelo Dr. Pompêo do Amaral:

> *Ele baseou-se na Escola Nacional de Dietistas de Buenos Aires para criar a versão brasileira. E, o Curso de Nutrição, além de sua importância histórica dentro do quadro do ensino nacional, foi significativo para as mulheres, pois ele provava, na época, que nós podemos exercer atividades socialmente importantes e diferentes daquelas classificadas como o professorado e a enfermagem.*

Pesquisadora e autora: sua importância no campo da alimentação e nutrição

Em setembro de 2001, participei da organização do chá comemorativo dos 90 anos da primeira Escola Profissional Feminina[372], promovido pelo Centro de Memória da Escola Técnica Estadual Carlos de Campos, que me propiciou o contato com ex-docentes e ex-alunas dos cursos de Educação Doméstica e de Auxiliares em Alimentação. Nessa comemoração conheci a professora Neide Gaudenci de Sá e pude perceber como essa professora era querida e respeitada pelos seus pares. Mas foi pesquisando no acervo do Centro de Memória que encontrei os seus trabalhos.

---

371 O Instituto Pedagógico do Ensino Profissional é criado em 1957 pela Lei Estadual N° 3.959, de 24 de julho (DOE – I 25/07/1957), de autoria do deputado estadual Arnaldo Laurindo. O regulamento do IPEI descaracterizaria o curso de Mestria, tornando obsoleta essa modalidade de formação ministrada no primeiro ciclo (LAURINDO, 1962; 142 a 145 e 188).

372 Escola Profissional Feminina, da capital de São Paulo, é o primeiro nome da Escola Técnica Estadual Carlos de Campos, criada pelo Decreto Estadual N° 2118B de 28 de setembro de 1911, que regulamenta a Lei Estadual N° 1.214 de 24 de outubro de 1910 (LAURINDO, 1962, p.108).

Esta professora participou do II Congresso Brasileiro de Nutricionistas, em julho de 1960, apresentando a comunicação "Inquéritos sobre Alimentação. Técnica de sua realização". Em documentos textuais encontrei que ela participou ativamente do processo de legalização profissional do Técnico em Dietética, levando aos deputados documentos e elementos para a elaboração do Decreto que regulamentou a profissão. De 1978 a 1984 atuou como consultora de cursos de nutrição na Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo.

Em 1979 lança o seu primeiro livro "Nutrição e Dietética", publicado pela Editora Estrutura, e posteriormente, pela Editora Nobel, em sete edições e inúmeras reimpressões, em São Paulo. Este livro é um marco importante na difusão de conhecimentos da nutrição humana. Em seu depoimento (SÁ, 2009), ela diz que:

> *Durante o curso, não havia livros acessíveis para estudar, eram todos em língua estrangeira. As aulas de bioquímica e de química de Dona Debble eram tão difíceis, que a gente não entendia nada. O industrial básico não tinha dado base nenhuma para entender essas aulas. Eu repetia para as minhas colegas e aprendia muito. Meu pai ia comigo à biblioteca, para traduzir para mim, a Bioquímica de Rondoni, do italiano. Isso explica o meu desejo de fazer um livro básico para os alunos do curso técnico que não tinham dinheiro para comprar um livro de terceiro grau. E mesmo porque esse livro não seria do nível desejado. Foi assim que surgiu o meu primeiro livro.*

Embora a profissão de nutricionista estivesse legalizada desde 1967, somente em 1981, a professora Neide Gaudenci de Sá, dietista, recebeu do Conselho Regional de Nutricionistas o seu registro como nutricionista. Em 1985, esta educadora publica a pesquisa "Custo da Alimentação Correta em São Paulo de 1940 a 1984", que foi incorporada ao acervo do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-econômicos – DIEESE.

O seu segundo livro "Princípios de Nutrição" é publicado pela Editora Nobel na Coleção Campo & Cidade, em 1989. Em 2007, o último livro de Neide Gaudenci de Sá, "Nutrição – Conceitos e Aplicações", em co-autoria com as nutricionistas Monica Santigo Galisa e Lelia Maria Biscolla Esperança, é publicado pela Editora Nobel, e no ano seguinte, pela Editora M. Books, em São Paulo.

Em 26 de setembro de 2002, Neide Gaudenci de Sá é homenageada pelo Conselho Regional de Nutricionistas (CRN-3), na Assembléia Legislativa de São Paulo, durante o evento de comemoração ao Dia do Técnico em Nutrição e Dietética, cuja data comemorativa foi estabelecida 27 de junho a partir deste evento. Durante a solenidade foi criado o Prêmio Destaque Profissional do Ano, denominado Neide Gaudenci de Sá, por sua importância profissional na área.

Conclusão

Nestes tempos de diversidade cultural, o diálogo entre os profissionais de diferentes áreas se torna fundamental para a implementação de políticas públicas de segurança alimentar e nutricional. Pensando no passado e prospectando o futuro homenageamos em 15 de maio de 2009, o médico Francisco Pompêo do Amaral e a farmacêutica e nutricionista Debble Smaira Pasotti (ambos, in memória) e a nutricionista e pedagoga Neide Gaudenci de Sá, concluindo este trabalho com o seu depoimento, na Jornada "Da alimentação a nutrição: 70 anos de educação profissional (1939 a 2009)":

> *Hoje nós estamos comemorando 70 anos da fundação do Curso Técnico de Nutrição e Dietética. Mas nada de achar que a missão está cumprida, que já está tudo terminado, que já está tudo ótimo. Não, não é assim. É apenas uma pausa para festejar. Continuar trabalhando, trazer sempre novidades. Adequar-se ao mercado de trabalho, e agir com ética, com resiliência, com compromisso. Porque uma vez que você entra no curso técnico de nutrição, você assume um compromisso com a população do seu país de procurar garantir a todos uma alimentação correta. Isso é um compromisso, seja qual for o seu campo de trabalho, você tem obrigação de pensar nisso e se vocês forem considerados sonhadores e visionários, como nós sempre fomos, confortem os seus corações com as*

palavras de nosso grande poeta Mário Quintana: ***Se as coisas são inatingíveis, ora não é motivo para não querê-las, que tristes seriam os caminhos, se não fôra a luz das estrelas.***

Referências bibliográficas:

AMARAL, Francisco Pompêo. **Aula Inaugural.** Santos: Edição do Instituto D. Escolástica Rosa, 1939a.

_____. **Os Cursos de Dietética.** Organizados e Inaugurados na Superintendência do Ensino Profissional. 1ª Ed. Santos: Edição do Instituto D. Escolástica Rosa, maio, 1939b.

_____. **O Leite Problema Nacional**. 1ª Ed. São Paulo: Livraria José Olympio Editôra. 1957.

_____. **A Alimentação em São Paulo no período 1940 – 1951**. Prêmio Academia Nacional de Medicina de 1955. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Companhia Liverte Industrial, 1960.

_____. **O Problema da Alimentação**. Aspectos Médico-Higiênico-Sociais. Prêmio Academia Nacional de Medicina de 1956. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editôra, 1963.

CARVALHO, Maria Lucia Mendes, TOYOHARA, Doroti. Intervenção social da escola na região do Brás e do Pari: contribuição para melhoria da qualidade de vida. **Seminário Regional de Educação Profissional Industrial**, São José dos Campos – SP, 2003.

_____. História do Currículo do Técnico em Nutrição e Dietética na Escola Técnica Estadual Carlos de Campos, em São Paulo, com ênfase na Puericultura. **I Jornada Nacional de Produção Científica em Educação Profissional e Tecnológica**, em Brasília, Ideal Gráfica e Editoral: 2ª edição revisada, novembro, 2006, p. 29-213.

_____. Dispensário de Puericultura: Escola Profissional Feminina na Assistência e Proteção à Infância. **VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação**, em Uberlândia – MG, em 2006.

_____. SOUZA, Ligia Serra. BROSCO, Regina. Dispensários de Puericultura nas Escolas Profissionais: influência sociocultural no ensino de higiene e alimentação racional em São Paulo. **Revista Higiene Alimentar**, São Paulo: Prol Editora Gráfica, v.21, p.3-522, 2007.

_____. A contribuição do Centro de Memória da Escola Técnica Estadual Carlos de Campos e da comunicação online na elucidação da origem do primeiro curso no campo da nutrição no Brasil. **VI Seminário Nacional do Centro de Memória – Memória e Patrimônio**, em Campinas – SP, 14 a 15 de outubro de 2009a.

_____. Da alimentação à nutrição: 70 anos de educação profissional (1939-2009). **IX Congresso Iberoamericano de história da educação latino-americana**, no Rio de Janeiro – RJ, 16 a 19 de novembro de 2009b.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, 2001, n° 1, p.10.

LAURINDO, Arnaldo. **50 Anos de Ensino Profissional. Estado de São Paulo**. 1911 – 1961. 1ª Ed. São Paulo: Editora Gráfica Irmãos Andrioli S.A., 1962.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. HOLANDA, Fabíola. **História oral:** como fazer, como pensar. 1ª Ed. São Paulo: Contexto: 2007.

OLIVEIRA, Claudia Gonçalves. História de vida de docentes e alunos na década de 1950: curso de Divulgação de Conhecimentos sobre Alimentação da Escola Técnica Estadual Carlos de Campos. **Jornada Saberes e Sabores: memórias da educação profissional (1955 a 2010),** em São Paulo, 25 de novembro de 2010. Disponível em: www.cpscetec.com.br/memorias/jornada2010. Acesso em: 18 de junho de 2011.

SÁ, Neide Gaudenci. **Nutrição e Dietética.** 1ª Ed. São Paulo: Editora Estrutura, 1979.

_____. **Princípios de Nutrição.** Coleção Campo & Cidade. 1ª Ed. São Paulo: Editora Nobel, 1989.

_____. GALISA, Monica Santiago. ESPERANÇA, Leila Maria Biscolla. **Nutrição – Conceitos e Aplicações.** 1ª Ed. São Paulo: Editora M. Books, 2007.

_____. Depoimento prestado em entrevista concedida as professoras Maria Lucia Mendes de Carvalho e Eliana Roda Ferreira, em 26 de dezembro de 2001, em São Paulo/SP, durante visita ao **Centro de Memória da Escola Técnica Estadual Carlos de Campos**, do Centro Paula Souza, e transcrita por Maria Lucia Mendes de Carvalho, em 2002.

_____. Depoimento prestado em entrevista concedida aos estudantes do curso Técnico em Museu da Escola Técnica Estadual Parque da Juventude, do Centro Paula Souza, Carla Brito Souza, Gabriela Carvalho e Rubens Ramos, em 15 de maio de 2009, em São Paulo/SP, durante a **Jornada "Da alimentação a nutrição: 70 anos de educação profissional (1939 a 2009)",** e transcrita por Maria Lucia Mendes de Carvalho, em 2010.

SÃO PAULO. Secretaria do Estado da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. **Proposta Curricular para a formação especial da habilitação profissional em nutrição e dietética; parcial e plena.** Autoras Heloisa Ayroza Ribeiro (coord.), Marlene S. de Campos (coord.), Rosa Nilda Mazzili, Neide Gaudenci de Sá e Neusa Torres Cunha Nikaedo. São Paulo, SE/CENP, 1980, 80p.

VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes. Os Arquivos Brasileiros de Nutrição: uma revisão sobre produção científica em nutrição no Brasil (1944 a 1968). **Cadernos de Saúde Pública**. Rio de Janeiro, v.15, n.2, p. 303-316, abr./jun. 1999.

_____. O nutricionista no Brasil: uma análise histórica. **Revista de Nutrição**. Campinas, v.15, n.2, mai./ago 2002. Disponível em: http://scielo.br/scielo.php?pid=S1415-52732002000200001&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 11 de agôsto de 2005.

Novas Odisséias? Das Politicas Voltadas para a Imigração na E.U.

J. Flávio Ferreira

Fernanda Maria da Costa Vieira **

Introdução

Analisar as políticas voltadas para imigração traz em si uma série de questões, em especial, por se ter um debate global (de forma mais acirrada nas últimas décadas em decorrência dos reflexos da hegemonia neoliberal) acerca da necessidade de controle dos fluxos migratórios, como, por exemplo, o que vem ocorrendo atualmente em torno do controle das fronteiras do espaço Schengen, que se demarcou pela fluidez de acesso entre os países que compõem a União Européia.

Esse debate se torna mais complexo pela própria tradição jurídica que se estabelece a partir de referenciais de Estado Nação, fazendo com que o debate sobre os direitos dos imigrantes traga em si um reforçar das ambigüidades: direitos e cidadania entendidos como territorializados para um público (imigrante) desterritorializado.

Todorov (1999) ao narrar suas experiências de *exílio* voluntário na França alerta para esse *desenraizar* do indivíduo cujas experiências são arrancadas num processo de *aculturação* que se desenvolve durante o percurso pela busca de aceitação no país de "hospedagem".

Não se trata de um processo simples, mas sim de uma vivência dualista que gera um incômodo aos que a experimentam, pois transitam por duas línguas, duas "culturas", gestando a "impressão dominante (...) de incompatibilidade" (Todorov, 1999, p. 21), que se demonstra muito mais perversa quando não há o domínio da língua do país de refúgio criando maiores barreiras para a integração.

Assim, um imigrante é um ser *desenraizado* cuja experiência migratória pode significar uma série de interdições dependendo da sua situação social, política, econômica, e cultural de origem. Quando se recupera a etimologia da palavra estrangeiro encontramos como definição não apenas o fato de pertencer a outro país, mas o ser estranho (derivado do latim *extraneus*), forasteiro.

Essa raiz aponta para um processo de *estranhamento* per si ao que vem de fora que se reflete nos obstáculos impostos ao imigrante no país de acolhida. Essas interdições se apresentam de maneira direta com uma série de normas que criam dificuldades para a regularização do imigrante, especialmente os advindos de países marcados pela estagnação econômica e pobreza extrema, mas também se apresentam de forma capilar em interdições simbólicas que revelam a permanência de uma ideologia colonial assente em um rebaixamento do Outro entendido como um selvagem, um bárbaro.

Acreditamos que essa relação de dominação do Outro, entendido como um selvagem, um não-humano, torna-se mais visível quando se cotejam os processos de inclusão européia das populações imigrantes, especialmente as que vêm de África.

. Doutorando em Pós-colonialismos e Cidadania Global no Centro de Estudos Sociais/Universidade de Coimbra

**

** Doutoranda do Programa de Ciência Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ).

Nossa intenção, nos limites desse trabalho, está em analisar as permanências das ideologias coloniais a partir do discurso médico/sanitário que se constrói na definição da chamada Síndrome de Ulisses – Síndrome do Imigrante com Estresse Crônico e Múltiplo. Trata-se de um recurso psiquiátrico voltado exclusivamente a imigrantes extracomunitários (i.e. não-europeus). Sua "descoberta" dá-se em 2005 pelo psiquiatra espanhol Joseba Achotegui. Segundo o psiquiatra, esta síndrome é mais facilmente diagnosticável em imigrantes que se encontram em situação irregular.

Nessa perspectiva os imigrantes ilegais seriam enfermos desde o início das suas "aventuras migratórias". Não é pouco significativo que a "descoberta" da chamada Síndrome de Ulisses tenha se dado no mesmo período em que barcos de pequeno porte repletos de imigrantes atravessavam de Ceuta e Norte da África para a Europa sem as devidas permissões, ficando claras as influências dos contextos políticos e econômicos na produção do saber científico/psicopatológico.

A Síndrome de Ulisses passou, desde então, a ser promovida e utilizada como base de abordagem a imigrantes extracomunitários pelo sistema de saúde em Espanha e, crescentemente, por toda a Europa. É a partir dessa perspectiva que nos propomos a compreender as permanências da ideologia colonial no período contemporâneo buscando desvelar no discurso médico um olhar de *estranhamento* sobre o Outro.

Não menos importante é ressaltar que este suporte clínico/avaliativo, inicialmente desenvolvido como forma a ajudar na prática terapêutica e no suporte psicológico aos imigrantes não-europeus, acaba por produzir as condições opostas do que vinha a serviço: o imigrante ilegal é potencialmente inserido numa engrenagem que o silencia ao invés de dá-lo voz.

2. **Um bárbaro é sempre um bárbaro? Permanências coloniais na relação com a imigração contemporânea.**

Só por existir

Só por duvidar

Tenho duas almas em guerra

E sei que nenhuma vai ganhar

Só por ter dois sois

Só por hesitar

Fiz a cama na encruzilhada

Chamei casa a esse lugar

Só – Jorge Palma

Tzevan Todorov (1999) em sua obra *O homem desenraizado* descreve os desafios que são postos aos que acabam, por motivos diversos, *exilados* em outro país. As dificuldades de adaptação são enormes e se ampliam quando há barreiras lingüísticas e econômicas impedindo ou tornando mais lenta a possibilidade de inserção.

Todorov alerta para os *estranhamentos* que ocorrem nesse processo marcado em muitos casos pelo "desprezo ou (...) hostilidade dos anfitriões" (1999, p. 27), fortalecendo o sentimento de inadequação. O que Todorov analisa é

um primeiro momento no processo de integração que se demarca pela *aculturação*, a perda dos referenciais da terra natal, para dar lugar à absorção dos valores, da cultura, da língua, enfim, do país hospedeiro: "uma das duas vidas deveria eliminar a outra" (1999, p.22).

Essa dimensão de unicidade que se desenvolve em torno do território repelindo aquilo ou aquele que lhe é estranho, acaba por impor um processo perverso que dilacera o ser: "todo homem que pertence realmente a duas culturas perdia a alma" (1999, p.23) ou, dito de outra forma, como na canção em epígrafe nessas linhas: "tenho duas almas em guerra e sei que nenhuma vai ganhar".

As narrativas trazidas por Todorov nos remetem a pensar acerca do papel contemporâneo da descoberta da Síndrome de Ulisses pelo psiquiatra espanhol Joseba Achotegui, isto porque há um acompanhar histórico de estranhamento àquele entendido como o de fora, levando ao sentimento de não pertencimento, ampliado por políticas tanto no campo da saúde, como no campo jurídico, que visam ao controle migratório.

Reinecke (2009), por exemplo, analisa os marcos normativos de controle dos fluxos migratórios a partir da chamada *Aliens Act*[373], em especial as diretrizes legais de 1905, que apresentam pela primeira vez um controle com registros de entrada do imigrante. Essas normas surgem como respostas no campo político-legal diante de um imaginário social marcado pelo crescimento migratório das décadas anteriores e que trazem uma raiz xenófoba assente em quase toda sociedade inglesa (Reinecke, 2009: 44-45).

A justificativa para um controle maior das autoridades sanitárias residia no discurso de defesa do cidadão nacional: diante do livre acesso de um imigrante [neste caso em específico judeus russos e irlandeses, em maior parte], entendido à altura como um ser sujo, portador de doenças, não caberia outra postura senão a de negar-lhes abrigo. Esse imaginário era já potencializado pela mídia. Em 1905, por exemplo, o jornal *Manchester Evening Chronicle* em seu editorial afirmava que "o estrangeiro sujo, pobre, doente, verminoso e criminoso que se despeja em nosso solo (...) devem ser proibidos [de permanecer em terra]".[374]

O que se percebe é a configuração de um discurso alinhavado no plano da "saúde pública" que será instrumentalizado para produzir um controle populacional gestando, em conseqüência, um sentimento de segurança na população nacional, que acabava por legitimar as políticas governamentais de impedimento de acesso ou mesmo expulsão de grandes contingentes de imigrantes indesejáveis.

Não se trata aqui de transpor uma realidade expressa no início do século XX para o presente, mas sim de compreender no quadro de referências epistemológicas a sedimentação de determinado marco paradigmático no contexto discursivo em que nasce a Síndrome de Ulisses.

Nesse sentido, se é possível percebermos uma permanência histórica de rebaixamento ao estrangeiro/imigrante, também o é verídico que há uma potencialização desta dinâmica quando a sua identidade está associada às identidades sociais que foram ao longo das *descobertas imperiais* (SANTOS, 2008) reduzidas a um antípoda dos conceitos do "moderno", civilizado e, logo, humano.

Boaventura de Sousa Santos (2008) analisa o processo de hegemonia da ideologia colonial a partir das *descobertas imperiais*, marca das ações da colonização. Alerta o sociólogo para o fato de que essas descobertas se sustentaram em três grandes dicotomias: Oriente, o selvagem e a natureza.

Santos captura esse exercício de nomeação que se dá no plano da descoberta a partir de relações de poder, logo, do exercício da força:

---

373 Conhecida como *An Act to amend the law with regard to Aliens*, promulgada pelo Parlamento do "Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda".

374 Ver: http://www.thefullwiki.org/Aliens_Act_1905.

> O que há de específico na dimensão conceptual da descoberta imperial é a idéia da inferioridade do outro, que se transforma num alvo de violência física e epistémica. A descoberta não se limita a assentar nessa inferioridade, legitima-se e aprofunda-a. O que é descoberto está longe, abaixo e nas margens, e essa 'localização' é a chave para justificar as relações entre o descobridor e o descoberto após a descoberta; ou seja, o descoberto não tem saberes, ou se os tem, esses apenas têm valor enquanto recurso (SANTOS, 2008, p. 182).

O que Santos analisa é a sedimentação de uma matriz conceitual constitutiva da modernidade que imporá ao Outro uma subalternidade imanente, que lhe retira qualquer significado de humanidade. Assim, essa *violência civilizatória* perpassa no campo da política, do social, do econômico e se revela também na produção de conhecimento com a invisibilidade ou negação de que seja possível haver uma cultura ou ciência de significado derivado dos saberes deste Outro.

Daí perceber no presente a permanência constante de uma *linha abissal* (Santos, 2007), que separa o mundo entre os humanos e os não-humanos, os racionais e os irracionais, o moderno e o arcaico. Trata-se de um processo marcado por um exercício da violência, nunca evidenciada ao partir do colonizador; isto porque esse processo de dominação se exerceu em grande medida por meio de supressão/extinção de muitas culturas, *habitus* e das racionalidades que lhe eram conflitantes, que se opunham ou apenas se diferenciavam do paradigma colonial.

A percepção de que a "matriz do pensamento", ou, a raiz epistemológica ocidental se demarca pela exclusão ou redução de determinados saberes e/ou culturas e linguagens será também o objeto de análise de Walter Mignolo (2008), para quem se torna imperativo o exercício de uma *desobediência epistêmica* para se desvelar e romper com a tradição constitutiva do pensamento moderno calcado nas noções de razão ocidentais.

Essa penetração capilar da ideologia colonial, que tem na sua base constitutiva a redução do Outro, acaba se fazendo presente em muitos campos de conhecimento de forma tão "naturalizada", quase que imperceptível, que acaba por estabelecer os limites da sua própria crítica aos mesmos paradigmas: "Uma das realizações da razão imperial foi a de afirmar-se como uma identidade superior ao construir construtos inferiores (raciais, nacionais, religiosos, sexuais, de gênero), e de expeli-los para fora da esfera normativa do 'real'". (Mignolo, 2008, p. 291)

A crítica trazida por Mignolo torna-se fundamental quando analisamos o discurso científico de Joseba Achotegui, cuja raiz colonial em seu pensamento faz-se presente em determinados momentos em seu texto. Apesar da forma transversal e, em geral, sutil, as suas hipóteses são reveladoras da tessitura que compõe uma unidade discursiva referenciada nos padrões epistemológicos ocidentais. Há, portanto, uma anterioridade na formação do olhar de Achotegui que não está enunciada em seu texto, que apenas se desvela quando o olhar do leitor se constrói a partir de uma perspectiva *descolonial*:

> ou seja, ela se desvincula dos fundamentos genuínos dos conceitos ocidentais e da acumulação de conhecimento. Por desvinculamento epistêmico não quero dizer abandono ou ignorância do que já foi institucionalizado por todo o planeta (...) Conseqüentemente, a opção descolonial significa, entre outras coisas, aprender a desaprender (Mignolo, 2008b, p. 290, grifos no original).

Os estudos pós-coloniais desvelaram o rebaixamento de determinadas identidades sociais como *raça*, *sexo*, *etnia* e as marcas que carregam no período presente. Pensar então em imigração, fenômeno demarcado por estes mesmos mecanismos históricos de interdição – principalmente ao cotejar-se a questão "racial", torna-se fundamental a re-compreensão das políticas que vêm sendo desenvolvidas pela União Européia nestes termos.

Todorov (1999) diante da própria experiência migratória afirmava que "se perco meu lugar de enunciação, não posso mais falar. Eu não falo, logo não existo" (1999, p. 21). Os imigrantes analisados por Achotegui já perderam seu *lugar de enunciação*, são duplamente interditados na sua voz: são pobres, razão da inclinação para a doença mental que lhes acomete segundo a análise socioeconômica de Achotegui e, não se deve esquecer, são em grande maioria negros africanos, grupos rebaixados por uma não-existência desde períodos imemoriais.

Soma-se a esse fenômeno o fato de que a partir da década de 1990, com a sedimentação do modelo neoliberal em escala global, vem ocorrendo uma série de transformações no campo econômico, social e político que resultam na ampliação do fluxo migratório para os países do «Norte Global».

3. Síndrome de Ulisses ou Síndrome de Homero? Descolonizando fronteiras.

Vou andando por ai

Sobrevivendo à bebedeira e ao comprimido

Vou dizendo sim à engrenagem

E ando muito deprimido

É difícil encontrar quem não o esteja

Quando o sistema nos consome e aleija

Trincamos sempre o caroço

Mas já não saboreamos a cereja

Se ainda me queres vender

Se ainda me queres negociar

Isso já pouco me interessa

Perdemos o gosto de viver

A espera do fim – Jorge Palma

Achotegui inicia sua análise com um prognóstico, no mínimo, de grande impacto humano, econômico e social: *Emigrar se está convirtiendo hoy para millones de personas en un proceso que posee unos niveles de estrés tan intensos que llegan a superar la capacidad de adaptación de los seres humanos* (2008, p. 01). Suas análises sobre os dramáticos processos de imigração no século XXI, de fato, não são irreais, refletem o rebaixamento social que muitos imigrantes, especialmente os que se encontram ilegais, vivenciam cotidianamente.

Não se trata aqui de negar o quanto de sofrimento e a constante barbarização que vem sendo imposta aos imigrantes[3] e os seus reflexos no âmbito da saúde mental. No entanto, se por um lado Achotegui consegue perceber as interdições ao imigrante [leia-se sempre extracomunitário], por outro, não é capaz de romper com as barreiras impostas pela racionalidade colonial e de apresentar, portanto, uma crítica à lógica de exclusão/inclusão precária que subjaz as políticas européias atuais:

3

3 Em recente relatório divulgado, no início do mês de julho, pela União Européia sobre a exploração dos imigrantes ilegais no trabalho doméstico nos países europeus, revelou-se que são freqüentes os abusos sexuais, espancamentos e exploração laboral. Ver http://oglobo.globo.com/mundo/mat/2011/07/05/relatorio-da-uniao-europeia-reconhece-que-imigrantes-ilegais-sao-explorados-em-trabalho-domestico-924835147.asp.

> cómo por ejemplo porque aunque tengan papeles no tienen los requisitos económicos básicos que se requieren para autorizar la reagrupación familiar: si se trabaja en condiciones de explotación es muy difícil tener el nivel de vida y de vivienda que se requiere para que el notario autorice la llegada de los familiares. Y por otra parte aún tenemos constancia de casos en los que poseyendo papeles, teniendo el nivel de vida requerido se ponen a los inmigrantes de todo tipo de pegas para evitar la reagrupación familiar. (2008, p. 04)

Assim, os seus limites estão expressos em uma impossibilidade de ver (e escutar?) as fontes dos problemas de saúde mental diante dos modelos epistemológicos e/ou organizacionais na gestão político-econômica dos países europeus em escala global. Será essa soma de fatores, como dá a entende o autor, uma situação imanente ao imigrante ilegal e marcadamente pobre que traria, portanto, em suas marcas corporais e mentais uma ampliação dos *duelos*?

Um «duelo extremo», vivenciados por aqueles que desterritorializam-se, é caracterizado como:

> [nos casos de imigrantes extracomunitários] el duelo extremo se daría cuando se emigra dejando atrás la familia, especialmente cuando quedan en el país de origen hijos pequeños y padres enfermos, pero no hay posibilidad de traerlos ni de regresar con ellos, ni de ayudarles (2008, p. 02).

Nos marcos de análise que levantam hipóteses para a Síndrome de Ulisses, percebe-se temporalmente a agudização da situação imposta ao imigrante ilegal: *en nuestro trabajo en salud mental con población inmigrante desde 1980 no habíamos visto nunca las situaciones de estrés límite que hemos visto en los últimos 5 años* (2008, p. 08). No entanto, em uma perspectiva *macro*, Achotegui ignora ser a partir do ano 2000 justamente o período de sedimentação da «hegemonia neoliberal», constitutiva, sob determinadas análises, de conceitos tais quais o de «fascismo societal» (Santos, 2003), de «Estado de Exceção» (Agamben, 2004), ou ainda de «Estado Penal» (Wacquant, 2002 a, 2002b), que têm em comum as barreiras impostas na relação com a alteridade que foram semeadas e desenvolvidas ao longo do projeto colonial.

De fato, os sintomas analisados por Achotegui são expressivos de muitos trabalhadores que estão precariamente inseridos no mercado de trabalho formal[4] e não uma "exclusividade" do imigrante pauperizado e ilegal; o que, aliás, reflete o próprio alerta ao início do trabalho de Achotegui: *Malos tiempos aquellos en los que la gente corriente ha de comportarse como héroes para sobrevivir* (2008, p. 02). O próprio psiquiatra reconhece as motivações econômicas que impõe aos imigrantes uma existência à deriva:

> Estas personas no pueden adaptarse porque se hallan fuera del sistema, "out" viviendo situaciones extremas de supervivencia. Desde esta perspectiva son sugerentes las aportaciones de Alain Touraine que sostiene que mientras antes la sociedad se dividía en los que estaban arriba y los que estaban abajo, cada vez más la sociedad actual se divide entre los que están dentro del sistema y los que están fuera. Y obviamente los candidatos a padecer el Síndrome que describimos se hallan claramente fuera del sistema. Es por ello que pocas posibilidades de adaptarse tienen. (2008, p. 15).

4

4 A UNB, em conjunto com o INSS, apresentou os dados de uma pesquisa onde se detectou o aumento dos casos de trabalhadores com depressão. Ver http://www.radioagencianp.com.br/node/2270. O mesmo quadro foi apresentado pela rede de televisão portuguesa, a RTP1, em 2009, que alerta para o crescimento da depressão nos trabalhadores em escala global. De acordo com a matéria: "A depressão é uma doença que atinge mais de cento e vinte milhões de pessoas em todo o mundo. Os casos estão a aumentar em Portugal". Para mais detalhes, ver: http://tv1.rtp.pt/noticias/?t=Desemprego-aumento-o-numero-de-casos-de-depressao.rtp&headline=20&visual=9&article=297016&tm=2

Os limites de compreensão nas análises de Achotegui expressam não uma visão individual, mas sim um campo de conhecimento fundado nas premissas da modernidade ocidental. São limites impostos pela epistemologia ocidental refratária a qualquer outra fórmula de conhecimento – neste caso em específico, relacionando-se aos impactos que as relações de poder no ocidente têm sobre outras possibilidades bio-psico-sociais.

Não deixa de ser curioso que o próprio Achotegui, em seu texto, seja capaz de perceber uma ausência de neutralidade do saber psiquiátrico, não sendo capaz, no entanto, de (re)ver sua própria definição clínica enquanto agente político: *Como señala Foucault (1973, 2003) el diagnóstico psiquiátrico no es algo objetivo, neutro, sino que se halla vinculado a las estructuras de poder y forma parte de lo que denominó "biopolítica*. (2008, P. 15)

Roland Barthes (2001) analisa as intencionalidades que se encontram nos discursos tanto no que é dito – no que se revela de plano, quanto naquilo que subjaz ao texto, o não dito. Assim, não há uma neutralidade nos discursos, estes são produtos também de uma ideologia. Ao nos deparamos com o texto de Achotegui, em dado momento, há a análise do processo de empobrecimento da qualidade de vida do imigrante ilegal, principalmente no que se refere à redução alimentar:

> el resultado es que tienden a comer alimentos de baja calidad con muchas grasas saturadas, bajo índice de proteína. A esto se le ha de añadir que, con frecuencia, no les es fácil reproducir en la sociedad de acogida los hábitos alimentarios saludables que tenían en la sociedad de origen. (2008, p. 04)

Se tomarmos como base o fato de que muitos desses imigrantes ilegais vindos da África (público majoritário nas análises de Achotegui) estão fugindo da pobreza extrema, de conflitos étnicos e de situações de fome, tal frase do psiquiatra espanhol só encontra razão política de ser numa reificação destes mesmos imigrantes.

4. Conclusão

Na terra dos sonhos, podes ser quem tu és,

ninguém te leva a mal
Na terra dos sonhos toda a gente trata

a gente toda por igual
Na terra dos sonhos não há pó nas entre linhas,

ninguém se pode enganar
E abre bem os olhos, escuta bem o coração

se é que queres ir para lá morar

A gente vai continuar – Jorge Palma

A "descoberta" da Síndrome de Ulisses possui componentes novas que se revelam diante das configurações geopolíticas contemporâneas, com a hegemonia neoliberal. Contudo, não podemos perder de vista a permanência da ideologia colonial que faz de uma área do conhecimento, como a psiquiatria, recuperar antigos paradigmas fundantes da modernidade ocidental.

A definição pelos marcos do discurso médico de um comportamento desviante/indesejável não é propriamente uma novidade, tampouco o seu *namoro* com o campo jurídico. As fórmulas de higienização social que visavam o reconhecimento dos fenótipos (de um modo geral: negros e pobres) dos indivíduos com natureza voltada para o delito ou loucura acompanharam historicamente a formação do pensamento científico, cujos principais nomes, Lombroso, dentre muitos outros, dispensam apresentações.

Retomando assim a questão: se o acesso às condições materiais é preponderante para o afastamento ou proximidade do risco de se "estar doente" não estaria a nossa ciência a patologizar a pobreza? Não estaria a psiquiatria a ser também em nossos tempos marcada por ideologias da intolerância que silenciam grupos e parcelas à margem em tempos de globalização?

Referências bibliográficas:

ACHOTEGUI, Joseba (2008) "Migración y Crisis: El Síndrome del Inmigrante con Estrés Crónico y Múltiple (Síndrome de Ulises)", in Advances in relational mental health, Vol. 7, Nº 1 (Marzo).

AGAMBEN, Giorgio. (2004) Estado de exceção. SP, Boitempo.

BARTHES, Roland (2001) Mitologias. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil

MIGNOLO, Walter D. (2008) Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade, nº. 34, p. 287-324.

REINECKE, Christiane (2009) "Governing Aliens in Times of Upheaval: Immigration Control and Modern State Practice in Early Twentieth-Century Britain, Compared with Prussia" in IRSH 54, pp. 39–65.

SANTOS, Boaventura de S. (2003) Poderá o direito ser emancipatório? Revista Critica de Ciências Sociais, 65, maio, p. 3-76.

SANTOS, Boaventura de Sousa (2007), Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia dos saberes. In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 78, p. 3-46.

SANTOS, Boaventura de Sousa (2008) A gramática do tempo. Para uma nova cultura política. (Para um novo senso comum. A ciência, o direito e a política na transição paradigmática, vol. IV). Edições afrontamentos, Porto.

TODOROV, Tzvetan (1999) O homem desenraizado. Editora Record: Rio de Janeiro.

WACQUANT, Loïc (2002a) A tentação penal na Europa in Discursos, Sediciosos, crime, direito e sociedade, ano 7, nº 11, RJ: Editora Revan/ICC.

WACQUANT, Loïc (2002b) A ascensão do Estado penal nos EUA. Em: Discursos, Sediciosos, crime, direito e sociedade, ano 7, nº 11, RJ: Editora Revan/ICC.

O AMOR MATERNO: O MITO E SUAS RELEITURAS

Marcela Boni Evangelista*[375]

O presente artigo tem como ponto de partida as reflexões desencadeadas por ocasião da pesquisa de mestrado "Padecer no paraíso? Experiências de mães de jovens em conflito com a lei". O trabalho em questão reúne narrativas de seis mulheres-mães que tiveram em comum a experiência de serem mães de jovens que em algum momento estiveram envolvidos com atos infracionais que resultaram no cumprimento de medidas sócio-educativas de privação de liberdade.

O trabalho foi orientado pelos preceitos da história oral, mais especificamente pelo gênero história de vida, e as entrevistas realizadas constituíram duas redes: uma formadas por mães que, em função de sua experiência de maternidade na adversidade, ingressaram na vida militante; e outra, menos numerosa porque pautada por posturas mais reservadas e silenciosas, formada por mães que não tiveram nenhum tipo de participação em movimentos sociais mais ou menos organizados.

A análise do conteúdo das histórias de vida que compuseram a pesquisa apontou para, entre outros, o tema do amor materno. Esta questão foi, então, considerada tanto a partir da bibliografia consultada quanto à luz das experiências das mulheres-mães de jovens em conflito com a lei.

As narrativas destas mulheres claramente apontam para um comportamento protetor com relação aos filhos. Frequentemente mencionado, o amor pelo filho, a despeito de condições excepcionais, pode ser percebido como elemento modelador das identidades constituídas a partir da experiência da maternidade.

Conceição Paganele, a primeira colaboradora da pesquisa, assim se manifesta ao contar a história do parto de seu terceiro filho, ocasião na qual foi violentamente tratada pelo marido:

> Quando ele acordou assustado e olhou, o neném já estava lá! Ao invés dele me socorrer, ele falava:
>
> - Tomara que você morra! Eu quero que você morra!...
>
> Agressivo dessa forma! Eu olhando para ele, mas naquele momento tinha uma paz tão grande ao meu redor. Aquilo parecia uma coisa divina. Enquanto ele me agredia, dizendo que queria que eu morresse, o neném começou a chorar...

Mesmo que seja evidente a dificuldade que caracteriza este episódio de sua história de vida, a colaboradora o aborda envolto por uma atmosfera divina, característica da experiência da maternidade. Tal concepção reforça toda a trajetória que é apresentada durante sua entrevista, marcada pela sobreposição do papel de mãe em comparação com os demais.

O amor incondicional pelo filho é destaque em diversos momentos das entrevistas, como pode ser apreendido da fala de Míriam Duarte ao descrever as ocasiões em que os filhos eram presos pela polícia.

> Porque eles batiam, espancavam mesmo! Enquanto isso, eu ficava lá esperando. Em muitas situações chorei muito porque por mais que seu filho erre, você não aceita que outro o machuque. Por mais que você veja que ele está errado, você não permite esse tipo de coisa.

---

375 Mestre em História Social pela USP e pesquisadora do NEHO-USP.

> Porque você que é mãe não consegue machucar os seus filhos e fica muito doído quando você vê ele machucado por outro.

As agressões contra os filhos configuram mesmo sentimentos mais dolorosos do que se fossem direcionados às mães. Segundo Solange Prudes de Moura:

> Sou mãe e como mãe podem fazer o que quiserem comigo, podem me xingar, me maltratar, fazer o que quiserem, mas com os meus filhos não! Podem acabar com a gente, sabe, mas não mexam com nossos filhos. Não mexam! Por nossos filhos, a gente é capaz de qualquer coisa!

Vivenciar a maternidade em situação adversa como a que reúne sob uma mesma comunidade de destino as entrevistadas foi em alguns casos o elemento motivador para mudanças radicais em relação à participação social destas mulheres, visivelmente identificada na militância de algumas mães, como ilustra a fala de Maria Raílda:

> Mesmo depois que o Daniel saiu da Febem eu continuei militando. Apesar da ajuda dos advogados do sindicato, eu não posso dizer que tinha conhecimento dessas coisas... O que posso dizer é que tudo isso, esse envolvimento, mudou totalmente a minha vida! Se tivesse que fazer tudo de novo eu faria porque tudo é muito fácil quando acontece na casa do vizinho, mas quando é na nossa pele muda.

Ter um filho em situação de conflito com a lei certamente não é algo desejado. Entretanto, diante da vivência de tal situação, de acordo com as narrativas obtidas durante a pesquisa, algumas possibilidades de posicionamento se colocam, sendo uma delas o ingresso em movimentos sociais. Não sendo esta uma regra, o que pode-se afirmar, mesmo nos casos em que não se observa a militância como desdobramento diz respeito à repetição de argumentos que denotam a presença do amor materno.

Consideramos, tendo como base a proposição de Badinter (1985), que tal qual quaisquer sentimentos humanos, também o amor da mãe pelo filho é uma possibilidade, a qual pode ganhar intensidade ou não. A incondicionalidade do amor materno para a autora constituiria, desta forma, um mito.

Condições adversas poderiam indicar uma maior propensão para a perda de estima por aquele que causa as dificuldades. Entretanto, o que vimos ao longo do processo de pesquisa foi o contrário. O filho envolvido com a conflitualidade, desencadeador de sentimentos como a dor, o sofrimento e a culpa, mostra-se alvo de maiores cuidados e preocupações, como atestam as atitudes tomadas por parte das mães.

Se o amor materno é uma possibilidade dentre tantos outros sentimentos, como explicar sua permanência em condições tão difíceis, aqui expressas nas histórias de vida de mães de jovens em conflito com a lei? Para chegar a uma resposta, este artigo irá explorar a constituição do que podemos identificar como mito do amor materno, seus questionamentos e suas ressignificações ao longo de diferentes momentos históricos.

Importa desde o princípio esclarecer que não se busca advogar suposta falsidade nos sentimentos vivenciados e compartilhados entre mães e filhos. Ao contrário, o que se deseja é compreender como de sentimento possível e real o amor da mãe pelo filho se transformou em obrigação social, cujo descumprimento desencadeia uma série de severas críticas às mulheres que porventura não reproduzam as expectativas.

Entendemos que a origem da construção do amor materno enquanto mito remonta a meados do século XVIII e tem na publicação do *Emílio* de Rousseau seu marco histórico. É nesta obra do filósofo francês que se encontra a legitimação para toda uma série de normas que gradativamente passaram a direcionar as ações das mulheres, sobretudo, das mães.

A identificação da mulher com a natureza em oposição à relação do homem com a cultura tem oferecido material para a construção de papéis sociais específicos para cada um e, mais que isso, para a justificação de sua naturalidade. A maternidade, enquanto destino biológico e socialmente desejado para as mulheres, contudo, deve ser observada em perspectiva histórica para que possamos entender o que aconteceu a partir do século XVIII a ponto de tornar o amor materno algo praticamente incontestável.

Paralelamente a mitos como o de Deméter e da mater-dolorosa, cuja figura principal é a da Virgem Maria, a vivência da maternidade na Antiguidade e na Idade Média podia ainda expressar outras possibilidades. O amor e o sofrimento da mãe em relação aos seus filhos por mais que sempre tenha existido não impediu, por exemplo, que o abandono de crianças fosse uma prática não somente constante, mas socialmente aceita.

> *Ricos e pobres abandonavam filhos na Roma Antiga. As causas eram variadas: enjeitavam-se ou afogavam-se as crianças malformadas; os pobres, por não terem condições de criar os filhos, expunham-nos, esperando que um benfeitor recolhesse o infeliz bebê; os ricos, ou porque tinham dúvidas sobre a fidelidade de suas esposas ou porque já teriam tomado decisões sobre a distribuição de seus bens entre os herdeiros já existentes. (MARCÍLIO, 2006, p.25)*

As transformações atreladas à cristandade não se mostraram suficientes para sua interrupção. Diante de outras necessidades que se mostravam mais imediatas, a responsabilidade com relação aos filhos acabava sendo secundária e o abandono se mostrava alternativa da qual frequentemente lançavam mão diversas famílias. A pobreza, durante muito tempo entendida como motivo aceitável para o abandono dos filhos, deu espaço para o surgimento de atitudes complementares que buscavam amenizar as conseqüências do abandono, entre as quais podemos destacar as ações beneficentes.

> *O significado da beneficência parece conter, nos primeiros séculos da Idade Média, uma contradição interna. Os bens e as rendas da igreja, bem como as obras de misericórdia dos fiéis, eram destinados a corrigir as desigualdades sociais, mas não a suprimi-las. (MARCÍLIO, 2006, p.31)*

Marcílio (2006) ao traçar o percurso da infância abandonada da Antiguidade aos nossos dias oferece material precioso que demonstra que o abandono de crianças, de fato considerado aceitável em tempos passados, passou a constituir feição de preocupação social e constituiu-se mote para a caridade e para a filantropia até atingir estatuto de política pública[376].

Antes disso, foi preciso um longo percurso até que a criança fosse considerada alguém que necessitava de atenção diferenciada e cuidados especiais.

> *A descoberta da infância começou sem dúvida no século XIII, e sua evolução pode ser acompanhada na história da arte e na iconografia dos séculos XV e XVI. Mas, os sinais de seu desenvolvimento tornaram-se particularmente numerosos e significativos a partir do fim do século XVI e durante o século XVII. (ARIÈS, 2006, p.28)*

É possível identificar durante a Idade Média a manutenção do abandono de crianças acompanhada pela ausência ainda de uma noção de infância enquanto período diferenciado da existência humana. Algumas justificativas para a falta de sensibilidade com relação à infância, expressa inclusive pela indiferença diante das altas taxas de mortalidade infantil podem apresentar explicações de caráter demográfico.

> *Assim, embora as condições demográficas não tenham mudado muito do século XIII ao XVII, embora a mortalidade infantil se tenha mantido num nível muito elevado, uma nova sensibilidade atribuiu a esses seres frágeis e ameaçados uma particularidade que antes ninguém se importava em reconhecer: foi como se a consciência comum só então descobrisse que a alma da criança também era imortal. É certo que essa importância dada à personalidade da criança se ligava a uma cristianização mais profunda dos costumes. (ARIÈS, 2006, p.25)*

---

376 O estatuto de política pública conferido à condição das crianças e adolescentes é recente e tem como referência a instituição do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) com o decreto da lei n. 8.069 de 13 de julho de 1990. A importância do ECA é constantemente mencionada nas narrativas das colaboradoras que ingressaram na militância pela luta pelos direitos de seus filhos.

A situação marginalizada das crianças até período recente indica posturas maternas que se distanciam sensivelmente do amor incondicional da mãe pelo filho. Afinal, de acordo com os preceitos que regem o mito do amor materno, não seria possível uma mãe abandonar seu filho, independente da motivação; menos ainda ser indiferente a sua morte. As condições históricas e sociais apontam para a formação e transformação de estereótipos ao longo do tempo e a figura da mãe tem aí destaque considerável.

Além das posturas de possível identificação na relação mãe-filho, a rejeição à maternidade aparece também em condições nas quais as mulheres não são mães, inclusive em situações inusitadas como a da vida religiosa.

> *Em general puede postularse que la vida monástica era una forma socialmente aceptada para las mujeres que pretendían escapar al matrimonio y sus cargas maternales, reemplazándolo por uma maternidad simbólica. (JULIANO, 2010, p.48)*

Se até aqui abordamos situações que denotam a existência de múltiplas tendências com relação ao comportamento de mulheres-mães, o que esclareceria a especificidade do século XVIII para o surgimento do mito do amor materno e, mais que isso, como explicar sua intensificação e manutenção até nossos dias, a despeito das críticas e questionamentos observáveis ao longo do período?

Eric Hobsbawm, em sua análise sobre a invenção das tradições fornece elementos que indicam algumas possibilidades de interpretação. Segundo ele

> *É o contraste entre as constantes mudanças e inovações do mundo moderno e a tentativa de estruturar de maneira imutável e invariável ao menos alguns aspectos da vida social que torna a "invenção da tradição" um assunto tão interessante para os estudiosos da história contemporânea. (HOBSBAWM, 2008, p.10)*

O século XVIII, sem dúvida representa momento caracterizado por importantes transformações, sobretudo no mundo ocidental. Denominado pelo mesmo autor como "Era das Revoluções", é período em que novidades e tradições convivem e se chocam constantemente. Diante de tantas mudanças, a necessidade de conferir legitimidade ao novo torna urgente a identificação com elementos tradicionais, o que explicaria a proliferação de tradições principalmente do século XIX em diante.

> *Grupos sociais, ambientes e contextos sociais inteiramente novos, ou velhos, mas incrivelmente transformados, exigiam novos instrumentos que assegurassem identidade e coesão social, e que estruturassem relações sociais. (HOBSBAWM, 2008, p.271)*

Sua análise, embora esteja centrada em aspectos dos Estados Nacionais em ascensão, permite reflexão ampliada e que contempla a questão do mito do amor materno. Seria o amor materno uma tradição inventada? É sobre tal indagação que nos debruçaremos para buscar compreender a experiência de mulheres-mães de adolescentes em conflito com a lei que colaboraram com a pesquisa.

> *Por 'tradição inventada' entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado.(HOBSBAWM, 2008, p.9)*

Partindo do conceito proposto, é possível perceber algumas similaridades entre as tradições inventadas estudadas por Hobsbawm e o mito do amor materno, construção social, de acordo com Elizabeth Badinter. Foram vários os exemplos apontados que procuram dar conta de demonstrar a inexistência de um padrão de conduta entre as mulheres-mães antes do século XVIII. Ao contrário, o que foi possível verificar diz respeito à pluralidade de comportamentos, os quais vão sendo paulatinamente moldados, inicialmente com as transformações relativas à concepção da infância.

Num segundo momento, mais explicitamente voltado para a mulher-mãe, está a postura diante da amamentação. Possivelmente este seja o ponto crucial a partir do qual todo o ritual ligado à maternidade sofre transformações indiscutíveis. Atualmente sabe-se dos benefícios do leite materno para a saúde da criança, mas mesmo

antes de tais constatações os cuidados diretos da mãe para com o filho, em que a amamentação ocupa espaço privilegiado, deixaram de ser tarefa inadequada para uma mulher de sociedade e passaram a constituir o comportamento correto para aquela que viria ser a mãe de família ideal.

> *Ser a própria ama de seus filhos ou, se dispunham de meios, fazer vir a domicílio uma mulher do campo. Nos dois casos, a mãe urbana fazia um novo esforço, maior ou menor segundo a solução escolhida, aceitando tomar conta do bebê, julgado um estorvo algumas décadas antes. (BADINTER, 1985, p.203)*

É, contudo, no século XIX que as prescrições filosóficas sobre o comportamento ideal da mulher são complementadas pelo discurso médico e mesmo político. A biologização do destino das mulheres, que encontra na maternidade seu principal reflexo, seria o mote indispensável para distanciá-las de quaisquer outras atividades de caráter público[377].

Hobsbawm identifica neste período uma produção em massa de tradições, as quais poderiam ser originadas oficialmente (políticas) ou não-oficialmente (sociais).

> *...Sendo as inveções oficiais – que podem ser chamadas de 'políticas'- surgidas acima de tudo em estados ou movimentos sociais e políticos organizados, ou criadas por eles; e as não oficiais – que podem ser denominadas 'sociais' – principalmente geradas por grupos sociais sem organização formal, ou por aqueles cujos objetivos não eram específica ou conscientemente políticos... Essa distinção é mais uma questão de conveniência do que de princípio. Pretende chamar a atenção para duas formas principais da criação de tradições no século XIX, ambas reflexos das profundas e rápidas transformações sociais do período. (HOBSBAWM, 2008, p.271)*

As transformações sociais e seus desdobramentos certamente interferiram nas relações entre as pessoas. Os comportamentos considerados adequados para cada grupo, por sua vez, respondem a necessidades diversas que incluem questões econômicas, políticas e sociais. Neste sentido, os diferentes discursos que buscam normatizar os papéis sociais ganham força e o amor materno incondicional pode ser percebido como constitutivo de uma série elementos que buscam naturalizar o destino da mulher enquanto mãe e esposa.

Tomando como exemplo o duplo processo de invenção de tradições apontado, é possível sugerir que a construção e o fortalecimento do mito do amor materno, neste contexto, sofre influências tanto no aspecto político quanto no social. A institucionalização cada vez mais nítida dos discursos (aspecto político) é acompanhada pela absorção por parte da sociedade do que é considerado correto e refletido nas ações e comportamentos cada vez mais semelhantes entre as mulheres (aspecto social).

> *Seguros de suas certezas, os ideólogos do século XIX aproveitaram a teoria da mãe 'naturalmente devotada' para estender ainda mais as suas responsabilidades. À função nutritícia, acrescentaram a educação. Explicaram à mulheres que elas eram guardiãs naturais da moral e da religião e que da maneira como educavam os filhos dependia o destino da família e da sociedade. (BADINTER, 1985, p.256)*

A pressão ideológica para a constituição de um papel social da mulher estritamente vinculado à maternidade ganha fôlego com as teorias psicanalíticas, objeto constante da crítica formulada por Badinter, segundo quem "... a psicanálise não só aumentou a importância atribuída à mãe, como 'medicalizou' o problema da mãe má." (BADINTER, 1985, p.296).

---

377 O movimento das sufragistas e as resistências à conquista do direito ao voto por parte das mulheres é um dos indicativos do discurso político excludente quando o protagonista é a mulher.

Durante o século XX ganham forma diversas teorias sobre a maternidade e sobre a maternagem, entendida como o cuidado para com as crianças. Ainda que a capacidade de maternar seja estendida a qualquer pessoa, seu desempenho está preferencialmente vinculado à figura da mãe.

Em trabalho desenvolvido com mães de jovens envolvidos com o tráfico de drogas no Rio de Janeiro, Gandur (2009) aborda diversos aspectos ligados à maternagem como mais uma atribuição da mãe. Citando Winnicott (2005), aponta para as conseqüências da ausência da mãe, a qual pode provocar a delinqüência dos filhos.

> *É o fracasso da mãe em propiciar um 'ambiente bom o bastante' que leva os filhos à perda da capacidade de envolvimento afetivo e a sua substituição por angústias e por defesas cruas, tais como a delinqüência, manifestada na tendência anti-social, na mentira e no roubo. (GANDUR apud WINNICOTT, 2008, p.41)*

A proliferação de manifestações que conferem à mãe cada vez maiores responsabilidades sobre os filhos ganha nitidez durante o século XX e se desdobra em sentimentos contraditórios, entre os quais a culpa ganha destaque, sobretudo quando o filho não alcança os objetivos lançados pela sociedade como ideiais.

> *Mas, como poderá uma mulher saber que expiou suficientemente e que se sacrificou o necessário para cumprir seus deveres maternos? A resposta lhe é dada pelo filho. Como o destino físico e moral deste depende totalmente dela, o filho será o sinal e o critério da sua virtude ou de seu vício, de sua vitória ou de seu fracasso. A boa mãe será recompensada e a má será punida na pessoa do filho. Uma vez que 'o filho vale tanto quanto a mãe' e que a influência desta é absolutamente determinante, só depende dela que seu filho seja um grande homem ou um criminoso. (BADINTER, 1985, p.272)*

Vê-se que a responsabilidade da mãe cresceu substancialmente e paralelamente ao enraizamento do mito do amor materno. Não é por acaso que tais concepções são acompanhadas de verbalizações de caráter popular que buscam materializar o significado da maternidade e possivelmente seja sugestivo para compreendermos a maternidade adversa vivenciada pelas colaboradoras da presente pesquisa.

"Padecer no paraíso" é a expressão que melhor definiria a maternidade, envolta por dores e delícias que somente a mulher-mãe seria capaz de sentir. Ao aceitar esta condição, a mulher-mãe fatalmente considera justa qualquer situação que venha a experimentar promovida por ações de seus filhos. Mais que isso, a tal responsabilidade a ela atribuída sobre o destino da prole poderia justificar suas atitudes para contornar os desvios sofridos na trajetória do próprio filho.

A militância, fortemente presente na narrativa de quatro das seis colaboradoras, pode assim ser entendida como uma estratégia utilizada por estas mães para consertar o que deu errado. Está aí implícita sua responsabilidade.

Míriam Duarte demonstra nas palavras abaixo sua disposição em enfrentar as complexas condições vivenciadas:

> Comecei a trabalhar no Cedeca depois que eles viram minha luta na AMAR, sempre disposta nas rebeliões todas. Eu entrava, ficava. Lutava mesmo! Não tinha tempo ruim, nem dia e nem hora para mim.

A militância pode ainda indicar algum sentimento de culpa na medida em que a escolha da luta pelo filho implica na renúncia a suas experiências enquanto mulheres. Mesmo que tal opção signifique mudanças complementares refletidas na identificação com a participação em movimentos sociais, é na experiência primeira da frustração do ideal de cumprimento do dever de "boa mãe" que estas circunstâncias se originam. De acordo com Maria Raílda:

> Acho até que desde nova eu já tinha isso dentro de mim, mas nunca tinha colocado para fora. Até que meu filho foi para a Febem. E hoje falo com todas as letras: eu não troco a minha vida de militância por nada nesse mundo! Essa é uma coisa que eu gosto de fazer. Então é muito legal quando eu lembro que sem saber de nada, talvez um pouco por ignorância, faltou ter alguém para me ensinar alguma coisa. E hoje eu posso passar alguma coisa para alguém!

O amor de mãe, incondicional, repleto de sofrimento e aceitação, tal qual o mito, surge como pilar das narrativas das mulheres-mães de adolescentes em conflito com a lei e molda suas identidades. Entretanto, não é como mito e sim com a concretude da experiência vivida que estas mulheres são mães e amam seus filhos. A repetição da especificidade do sentimento característico da mãe presente em todos os relatos indica a crença de que ser mãe realmente é padecer no paraíso. Ainda segundo Maria Raílda:

> Mas, ser mãe numa situação como essa é algo muito difícil porque mãe nenhuma tem aceitação. Afinal, você cria seu filho para ele ser o melhor da escola, até mesmo um doutor. Hoje meu filho sendo um trabalhador já está de bom tamanho, não precisa ser um doutor. Mas, o fato é que você não cria o seu filho para ele pegar uma arma, colocar na cabeça de uma pessoa e pegar aquilo que não é dele. É muito difícil, mas se eu não der a mão para o meu filho, se eu não ajudar meu filho, não é ninguém que vai ajudar. Ele é o meu filho e eu não posso esquecer disso! Sei que ele foi errado, mas sempre tenho que apoiá-lo buscando caminhos.

A verificação da manutenção e ressignificação do mito do amor materno deve considerar, contudo, as investidas no sentido de desnaturalizar a maternidade enquanto destino indiscutível das mulheres. O movimento feminista foi responsável por produzir diversas críticas e propor novas teorias a este respeito. Mas, o que temos hoje? A literatura, embora contribua indubitavelmente, não dá conta de esboçar o que sentem ou tentam sentir as mulheres-mães em sua saga individual e coletiva.

A história oral, chave mestra para desvendar inquietações que ganham forma no tempo presente, nos serviu como procedimento não apenas adotado, mas iluminador diante da possibilidade de descortinar o que o mito e mesmo suas contestações não permitem ver de forma simplificada.

A experiência de ser mãe, enquanto algo majoritariamente vinculado à mulher foi a fonte das principais indagações da pesquisa. O que é ser mãe nos nossos tempos? Mais que isso, o que é ser mãe em situação-limite, pautada na impossibilidade de vivenciar todos os elementos atribuídos pela sociedade à maternidade. Com isso, nos referimos à possibilidade de corresponder às manifestações consideradas adequadas à condição de mãe. Estas, por sua vez, se misturam constantemente aos ideais de sensibilidade, compreensão, amor e, sobretudo, proximidade. Afinal, para que os atributos listados possam se efetivar a presença da mãe, se não imprescindível, é algo pelo menos desejável. Lidamos, entretanto, com uma condição em que a maioria dos itens apontados é não somente dificultada, mas impossibilitada. Em alguns casos, de forma irreparável. A experiência de Aparecida de Moraes sobre a morte precoce de seu filho é exemplar neste sentido:

> O velório durou a noite inteira e ele foi enterrado de manhã. Como eu sofri! Quase não fiquei perto dele... Quem ficou mais foi minha filha... Quando voltei para casa foi pior ainda... Não conseguia dormir, tive que ficar na casa da minha tia por uns dias e só depois vim para casa. Toda hora ficava ouvindo a voz dele. Era uma sensação horrível! Quando ele estava vivo era um entra e sai o dia inteiro:
>
> - Mãe, tem comida? Mãe, não sei o que...
>
> Depois ficou só o silêncio... Foi horrível! Foi triste não ouvir mais a porta batendo e ele me chamando...

Como concretizar o plano primeiro de ser mãe incondicionalmente? E como fazer o projeto de família ideal chegar ao seu destino? As colaboradoras da pesquisa e suas histórias dão conotações de realidade a uma situação que se repete constantemente em nosso cotidiano.

Damos-nos conta, ao passo que essas trajetórias nos projetam seu peso de realidade, de que há uma dissonância entre o que é vendido pela publicidade e o que é almejado como desejável na experiência compartilhada entre mãe e filho e aquilo que, ainda que não se dê de forma majoritária, atinge de forma incontestável grande número de famílias, mães e filhos (MARGOLIS, 1985).

A impossibilidade de tornar palpável o que se mostra desejável na relação maternal ganha contornos de violência. Impedir a mãe de cuidar de seu filho, levando em conta seus diversos desdobramentos, coincide mesmo com a violação de um direito que é seu e que fora dado desde muito tempo pelo próprio mito edificado socialmente.

Solange Prudes de Moura assim se manifesta sobre os momentos que antecederam a morte de seu filho, queimado vivo em uma unidade da Fundação Casa:

> O Estado tinha todo o controle sobre o meu filho e eu não tinha controle nenhum! Eles ainda tiveram a coragem de falar para mim que tinha uma lista de quem da minha casa podia visitar meu filho: era só eu, minha filha e a avó. Meu marido foi um dia para visitar, aí eles ficaram sabendo e foi a maior confusão! Vieram me dar bronca e me xingar dizendo que só poderiam as pessoas que estivessem na lista.

Ao imprimir à mãe o papel de responsável pela procriação e, posteriormente, pela criação e educação da prole, a sociedade dita regras e normas que passam a fazer parte do repertório de referências das mulheres que se tornam mães. Uma vez que isso é tido como um dado, estranha observar quaisquer movimentos contrários ao que poderíamos identificar como tendência. Ou seja, com todos os elementos que coexistem na atualidade e interferem na possibilidade da maternidade, ser mãe assume a conotação de opção. Neste sentido, é esperado por parte das mulheres-mães que estas correspondam às expectativas pautadas pelo senso comum.

Tudo aquilo que não contempla a regra tem efeitos de anomalia e imprime a necessidade de verificação. E o que dizer daquelas mulheres-mães que não atingem as projeções porque são impedidas por forças maiores? O que fazer quando nem o simples contato é permitido entre mãe e filho? Como absorver diferenças geracionais, por um lado, e barreiras institucionais por outro? E quando seu filho é um infrator? O que fazer quando ele vai para a "Febem"? E se tirarem sua vida?

Estas indagações esboçam parte das trajetórias das colaboradoras da presente pesquisa que se depararam com tais situações. Situação-limite, uma vez rompido o ideal de vivência da maternidade e, mais que isso, tendo em tantos casos a possibilidade de entendimento entre mãe e filho interrompida com a situação inexorável da morte.

Impunidade, violência, luta, silêncio são motes para tatear um tipo de maternidade que não se configurou como realizada. Apesar de tudo isso, as mulheres que aqui tiveram suas histórias de vida apresentadas, mesmo nas situações adversas, não deixaram de ser mães. Mais que isso, não desistiram de acreditar ser este seu principal papel na sociedade. Mito ou realidade, o amor materno permanece colorindo as narrativas das mulheres da sociedade contemporânea.

Referências bibliográficas:

ARIÈS, Philippe. *História Social da Criança e da Família.* Rio de Janeiro: LTC, 2006.

BADINTER, Elizabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

HOBSBAWM, Eric. *A Invenção das Tradições.* São Paulo: Paz e Terra, 2008.

JULIANO, Dolores. *Excluidas y Marginales.* Madri: Edições Cátedra, 2010.

MARCÍLIO, Maria Luiza. *História Social da Criança Abandonada.* São Paulo: Editora Hucitec, 2006.

MARGOLIS. Maxine L. *Mothers end Such: Views of American Women and Why they Changed.* University of California Press, 1985.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. HOLANDA, Fabíola. *História oral: como fazer, como pensar.* São Paulo: Contexto, 2007.

O CULTO À MEMÓRIA E A MEMÓRIA NEGADA: UM ESTUDO SOBRE OS TROPEIROS NO Vale Histórico

Filipe Cordeiro de Souza Algatão[378]

Esta pesquisa nasceu a partir de uma etnografia em meu primeiro ano de graduação, realizada no município de Silveiras, região do Vale do Paraíba Paulista. Em campo pude observar que a cultura tropeira é muito forte na cidade, no entanto é uma questão polêmica, muitos vêem o período da atividade tropeira como uma fase de grande riqueza material e cultural, que deve ser preservada; em contraste com outra parcela que julga-a como um trabalho para pessoas rudes, transformando a figura do tropeiro em algo marginal, que deve ser esquecido.

Busco com essa pesquisa investigar os fatores que fundamentam ambas as opiniões, para tanto foi necessária uma inflexão entre a bibliografia disponível acerca do tema, recuperação da história da cidade, coleta de entrevistas com antigos moradores, consultas documentais e pesquisas etnográficas, neste caso não se restringindo apenas a Silveiras ou ao Vale do Paraíba como a outras regiões do centro-sul do Brasil onde pude verificar que a influencia tropeira é percebida com maior facilidade.

Metodologicamente, História Oral é a técnica utilizada tendo em vista que grande parte do esforço dessa pesquisa vai no sentido de recuperar a história local através do olhar daqueles que viveram durante esse processo.

Ao identificar as causas do orgulho e da vergonha presentes nos moradores quanto à ancestralidade tropeira, dirigi-me para outras regiões que tiveram marcante influência dos tropeiros a fim de verificar se era um fenômeno que se repetia. Observei diferentes formas de assimilação da cultura tropeira, locais em que os mesmos chegaram a constituir inclusive uma elite local.

Historicamente, o tropeirismo surge a partir da necessidade de transportar as riquezas naturais da colônia, de seu local de extração até o porto onde embarcavam para a metrópole portuguesa, visto que os nativos, com o passar do tempo começaram a hostilizar os europeus e se mostraram inaptos para realizar o transporte de mercadorias adequadamente; esta tarefa ficou a cargo dos homens livres que habitavam as terras da América Latina até então.

Os primeiros muares chegaram à América nos porões dos navios vindos da Espanha, no entanto, a matriz geradora do rebanho permanecera na Europa. Com o passar do tempo e o crescente aumento do volume de negócios, fez-se necessário instaurar um criatório de muares no continente recém-descoberto. O lugar escolhido para estabelecer tal atividade foi a planície dos pampas, localizada entre o atual estado do Rio Grande do Sul e o Uruguai.

A primeira grande expedição tropeira de que se tem registro no Brasil, conforme Moacir Flores deu-se em 1733, quando o coronel português Cristóvão Pereira de Abreu traçou e percorreu com sua tropa cerca de 1500 quilômetros por uma rota que depois ficaria conhecida como Caminho do Viamão, ligando esta localidade com Curitiba e Sorocaba, esta ultima abrigando mais tarde o principal centro mercador de tropas do Brasil.

Durante o ciclo do café o tropeirismo conheceu seu apogeu na região do Vale do Paraíba, pois não havia ferrovias para transporte dos grãos; os tropeiros por já conhecerem as trilhas existentes rumo ao litoral e terem certa experiência em percorrê-las, mostraram-se fundamentais para que a cafeicultura se tornasse uma prática lucrativa ao transportarem o carregamento sem qualquer prejuízo.

---

378 Bacharel em Sociologia e Política pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo.

Bolsista de Iniciação Científica da Fundação de Amparo À Pesquisa do Estado de São Paulo.

Maria Sylvia de Carvalho Franco em seu livro ressalta a importância do tropeiro para o escoamento da produção e para o abastecimento das fazendas "o traçado das estradas e a precariedade crônica de sua conservação tornaram a besta de carga o único meio possível de trânsito" (FRANCO. 1983:60).

Ainda em referência a obra citada anteriormente, apesar da precariedade tecnológica presente até metade do século XIX, o movimento de cargas revelava-se bastante intenso. Carregadas de bens de consumo ou produtos a serem exportados, as tropas cruzaram todo o país durante o século citado e cortaram em todas as direções a região objeto desta pesquisa, o Vale do Paraíba, transpondo as serras do Mar, Bocaina, Quebra-Cangalha e Mantiqueira ou seguindo pelo vale rumo a São Paulo ou Rio de Janeiro.

As trilhas abertas nos dois séculos anteriores pelos índios foram utilizadas a partir deste período para otimizar o transporte de café, que se encontrava em franca expansão no lado fluminense do Vale do Paraíba e que já começava a penetrar no estado de São Paulo nas cidades limítrofes de Bananal e Ubatuba.

Ainda segundo a autora, é através da tecnologia rudimentar e do grande empreendimento mercantil que podemos enquadrar a categoria do tropeiro no século XIX. Ele surge como elemento vital para a manutenção do sistema econômico vigente, já que era indispensável às operações comerciais e também na consolidação dos traçados para transporte da nascente exportação cafeeira.

A atividade tropeira, enquanto relacionada à questão do trabalho desempenhou fortíssimo papel regional. Todas as formas de labor desenvolvidas nas cidades cuja economia pautava-se sobre o tropeirismo, de certa forma a ele se destinava, de bens de consumo as ferramentas; tal ocupação também representava a inserção social dos homens na vida da cidade; aqueles que não faziam parte das diligências , ao menos trabalhavam em função de servi-la, sendo impensável alguma atividade que em nada tivesse relacionada a tropa.

Há dois tipos que podem ser incluídos dentro da categoria de Tropeiro; um deles é o negociante de animais, que possuía certo número de muares e que os levava às feiras e mercados urbanos ou se dirigia às regiões de cultura negociando com proprietários de terras. O outro tipo é o condutor de tropas, foco preferencial deste estudo.

As rotas mais importantes que ligavam São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro eram: Caminho Velho, ligando a região mineradora ao porto de Paraty, passando pela Garganta do Embaú[379] e pelas vilas de Guaratinguetá e Cunha; Caminho Novo de Nossa Senhora da Piedade à Santa Cruz, partindo de Lorena , passando por Silveiras - foco da pesquisa, Areias, Bananal e terminando no porto da fazenda de Santa Cruz, no Rio de Janeiro e a Trilha da Independência, percorrida por Dom Pedro I, ligando as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro.

As rotas de escoamento da produção cafeeira eram mais curtas, ligando vilas valeparaibanas aos portos mais próximos: de Cunha a Paraty, de Taubaté a Ubatuba, de São José do Barreiro a Mambucaba, de Barra Mansa a Angra dos Reis e de São José dos Campos a São Sebastião.

Muitos ranchos de tropa tornaram-se os atuais mercados municipais, figuras comuns das cidades brasileiras; na região estudada, em função da atividade comercial dos pousos despontaram diversas vilas neste período: Cunha, Areias, Lorena, Lagoinha, São Luiz do Paraitinga, Bananal, entre outras.

Já no século XX, com as ferrovias encurtando as distâncias, já não eram mais tão utilizadas às rotas para o litoral. Os tropeiros faziam o transporte das cargas da zona rural ao centro da cidade e deste ponto, até a estação ferroviária mais próxima.

As principais rotas utilizadas pelas tropas silveirenses neste período eram as que ligavam os distritos rurais ao centro da cidade, de acordo com levantamentos em campo os caminhos mais conhecidos eram os provenientes dos bairros Bom Jesus, Macacos e Bocaininha, sendo este ultimo, já nos contrafortes da serra da Quebra-Cangalha; e

---

379 Ponto mais baixo da Serra da Mantiqueira, uma passagem utilizada pelos Bandeirantes e posteriormente pelos Tropeiros em direção as Minas Gerais.(Cf. FERRAZ, 2002)

partindo do centro da cidade, as rotas que ligavam Silveiras às vizinhas Cachoeira Paulista e Lavrinhas e suas respectivas estações ferroviárias.

O fator que viria abalar mais significativamente a atividade tropeira na região foi a abertura da Rodovia Presidente Dutra em 1951 ligando as duas principais cidades do país em poucas horas, passando pelas mesmas cidades que já eram atendidas pela ferrovia; o tropeirismo passou a ser considerado uma maneira "obsoleta" de transporte.

Durante o século XIX até meados do século XX o tropeiro foi um dos tipos humanos que mais teve chances de ascender socialmente, esta influência foi mais fortemente percebida no sul do país, onde tropeiros fizeram cosideráveis fortunas e tornaram-se prósperos fazendeiros.

"O maior fenômeno agrícola do século" (MILLIET, 1982), trouxe consigo muita riqueza e opulência social para a região valeparaibana; as cidades concentravam muitos titulares do império, que dotaram localidades como Lorena de infra-estrutura comparável a da corte.

No entanto, com a queda e conseqüente colapso da produção cafeeira na região, a população do Vale do Paraíba migrou em massa para as terras do Oeste paulista, "certas regiões como as de Areias, Silveiras, Bananal, outrora berço de magnatas, apresentam-se em ruínas aos olhos do viajante"(op.cit, 1982: 30).

A chegada da Via Dutra atraiu para as cidades mais próximas um verdadeiro surto industrial. No entanto, as cidades como Silveiras, fora do traçado da rodovia, não participaram deste processo. Conviveram com a saída de muitos de seus habitantes em busca de empregos e a perda de importância regional.

Parte das famílias silveirenses ressentiu-se desse isolamento e o assunto tropeirismo transformou-se em tabu na cidade durante certo tempo. Em contrapartida, parcela da população continuou manifestando orgulho do passado tropeiro. Este espírito de preservação da cultura local foi o responsável por recuperar a economia da cidade anos depois, a revelia dos que se incomodavam com a profissão de seus ancestrais. (Cf. FERRAZ, 1984).

Constatada a ambigüidade, inclusive pelas entrevistas coletadas onde foi possível identificar grandes focos de tensão entre os moradores, fui a outras regiões do país com o intuito de verificar se havia a ocorrência do mesmo fenômeno.

Inicialmente fui às cidades do Vale do Paraíba vizinhas a Silveiras. Bananal, a primeira delas, é conhecida por ter sido a terra de ricos barões do café do período imperial. A cidade também nasceu a partir de um rancho de tropa, no entanto, teve sua cultura modificada pela influência da nobiliarquia, intimamente ligada à Corte e a Europa.

Ao contrário de Silveiras, Bananal chegou a possuir ramal férreo, conectando a cidade com a linha tronco da ferrovia na cidade de Barra Mansa. Apesar do avanço que a ferrovia significava, a mesma não foi suficiente para impedir a decadência econômica que se abateu sob a região com o declínio da produção cafeeira.

Em Areias, outra cidade que visitei, a influência tropeira pode ser observada mais facilmente. Trata-se de um município que chegou a ter as mais férteis fazendas de café do Brasil de acordo com Sérgio Milliet, nos anos 1850. No entanto, por não possuir ferrovia e não ser um pólo tropeirista, Areias foi talvez a cidade que mais declinou no cenário regional. Monteiro Lobato foi promotor de justiça no antigo fórum local, durante sua passagem escreveu alguns excertos que originaram o livro *Cidades Mortas.*

Nesta obra, editada pela primeira vez em 1919, Lobato já descrevia o cenário em certa medida denunciando a situação que se instalava não apenas em Areias como em todo o Vale Histórico

> *pelas ruas ermas, onde o transeunte é raro, não matracoleja sequer uma carroça; de há muito, em matéria de rodas, se voltou aos rodízios desse rechinante símbolo do viver colonial – o carro de boi. Erguem-se por aí soberbos casarões apalaçados, de dois e três andares, sólidos como fortalezas, tudo pedra, cal e cabiúna; casarões que lembram ossaturas de megatérios donde as carnes, o sangue, a vida para sempre refugiram.* (LOBATO, 1978: 03)

Outra cidade que visitei, Cunha, guarda características similares a Silveiras, por ser um município extenso, grande parte da população vive nas áreas rurais, preservando elementos culturais que nos remetem ao período colonial

como as festas do Divino Espírito Santo, São Benedito, Congadas e Jongo. Muitos moradores ainda utilizam as mulas por serem resistentes e comportarem maior peso, no entanto, não constitui tropa, pois há apenas um animal.

Cunha faz parte do circuito da Estrada Real, assemelha-se com outras cidades do circuito pelas construções históricas e pelo relevo acidentado, na zona rural da cidade havia um registro de tropa, próximo a Serra do Mar, onde qualquer tropa ou expedição em viagem era obrigada a parar e recolher impostos, só assim poderia dirigir-se a Paraty, no litoral ou ao interior do país.

No Rio Grande do Sul, o tropeirismo é intimamente vinculado a cultura gaúcha[380], portanto a sua influência foi assimilada com grande sucesso, expedições transportadoras de muares no Brasil saíram da planície do pampa, por onde passaram deixaram marcas que influenciaram os hábitos de diversas cidades. Em Santa Catarina e no Paraná as manifestações da cultura tropeira também são bastante intensas. Inclui-se a criação de circuitos turísticos como a Rota dos Tropeiros, na região dos Campos Gerais (Paraná) e o Roteiro dos Campos de Cima da Serra (Rio Grande do Sul).

Visitando algumas cidades nos estados mencionados foi possível ver como a questão do passado tropeiro é tratada em diferentes contextos. Um primeiro questionamento cuja reflexão se impôs diz respeito ao fato de que conforme Maria Sylvia de Carvalho Franco, o tropeiro, por ser um trabalhador livre, foi um dos tipos sociais do século XIX que mais teve chances de ascender socialmente. No Paraná constituíram uma elite local e alguns chegaram a receber títulos nobiliárquicos, no Rio Grande do Sul, adquiriram propriedades rurais e transformaram-se em prósperos fazendeiros e no Vale do Paraíba, devido ao ocaso da atividade, ficaram relegados a uma figura marginal, à sombra dos grandes barões valeparaibanos.

Nessas regiões, mesmo com os traços culturais tropeiros sendo bastante marcantes, a atividade é vista como uma manifestação arcaica, que já não mais é praticada nos centros urbanos, porém em uma das ultimas atividades de campo um elemento novo se colocou diante dessa pesquisa, a utilização de mulas no transporte de alguns produtos no interior de Minas Gerais.

Este novo fator nos faz pensar na ocorrência de tal atividade, que julgávamos em processo de suplantação desde o século XIX e é mister compreender por que em pleno século XXI, com a existência de modernos meios de transporte, e cuja circulação de pessoas é um imperativo, ainda há pessoas que transportam mercadorias em lombo de burro; seria uma forma de preservação cultural ou o símbolo da discrepância na distribuição de renda no Brasil, que não permite que determinados setores da sociedade tenha acesso a modernas técnicas de transporte e necessitem recorrer ao mesmo método usado por seus avós.

No local em questão, distrito de Ipoema, município de Itabira, Minas Gerais, os produtores rurais transportam na tropa o que produzem em suas propriedades como cana-de-açúcar, leite e lenha até a sede do distrito.

Não são apenas os mais velhos que utilizam o transporte em lombo de mula, também os mais novos o desempenham, sendo que o fator condicionante neste caso é o terreno percorrido. Ipoema está cercada por várias serras e em muitos lugares veículos automotores não chegam por que sequer há estradas. Durante uma de minhas idas a zona rural vi um homem tocando alguns muares que carregavam madeira e sacos de cimento para uma construção na zona rural.

Em comparação com as informações obtidas anteriormente podemos observar primeiramente que se trata de uma região mais carente de recursos materiais do que a região de Silveiras, corroborando em parte a tese de que as pessoas ainda usam mulas porque não tem dinheiro para adquirir veículos automotores, essa constatação está presente na fala dos mais velhos.

Neste trabalho, tratamos inicialmente o tropeirismo como manifestação arcaica, analisando o fenômeno apenas a partir da dimensão daquilo que já não mais existe, entretanto o que temos é uma antítese em que se

---

380 Neste caso, o termo refere-se ao gentílico dos naturais do estado do Rio Grande do Sul (N.A.).

apresentam de um lado a atividade tropeira arcaica, mas sincrônica, desempenhada em Ipoema em contraste com a manifestação presente apenas se recorrermos à rememoração dos antigos, no caso de Silveiras.

Em Silveiras foi possível identificar as causas do tratamento ambíguo quanto à questão do tropeirismo; a atividade, ao ser suplantada pela chegada da ferrovia e posteriormente pela estrada de rodagem foi tratada como sinônimo de atraso, desempenhada por homens rudes, um serviço extremamente penoso. Com a chegada de meios mais sofisticados de transportes, atrelados a uma idéia de avanço tecnológico, aqueles que possuíam mais instrução e recursos materiais optaram por aderir novas formas em detrimento da antiga, ignorando o fato de que os tropeiros contribuíram muito para a manutenção do ciclo do café, que legou as divisas necessárias para a manutenção de seu modo de vida. Entretanto, quando a região do Vale Histórico decaiu no cenário regional devido ao esgotamento do solo, a "faixa de progresso" valeparaibana excluiu a região, que resignou-se e baniu a figura do tropeiro de seu folclore popular.

O mesmo não se verificou em Ipoema, apesar de se localizar próxima a uma rica região mineira, sua localização em meio a várias serras não possibilitou que as estradas penetrassem em todos os lugares, isto fez com que o tropeirismo na região nunca deixasse oficialmente de existir.

A tropa não existe mais, porém as reminiscências não deixaram de existir, prova esta de que a tradição cultural local foi retomada no início dos anos 1980 na cidade, por iniciativa dos moradores locais, ao perceberem que a cidade caminhava para o desaparecimento e algo deveria ser feito para a reversão do processo.

Neste cenário foi reconstruída a cultura tropeira no local, inicialmente houve bastante resistência devido à idéia de que se tratava da retomada de um passado vergonhos*o,* mas o propósito era o inverso, trazer à baila uma imagem da fase pujante do tropeirismo, lembrando das grandes jornadas de tropa e do quanto à manutenção deste ciclo foi importante para a história do município e ainda está presente nos hábitos locais.

A festa do tropeiro foi criada neste ambiente, após vencida as resistências iniciais consolidou-se como a maior manifestação cultural do município. Embora esteja descaracterizada na opinião dos moradores, os mesmos renderam-se, pois é na festa que a população migrada se reencontra com a cidade, com os que lá ainda vivem; é onde os silveirenses reelaboram seus costumes, além de ser a maior fonte de arrecadação para os cofres da municipalidade. O evento é conhecido como uma das principais manifestações culturais do Vale do Paraíba.

Em Ipoema observa-se realidade muito parecida, o Museu do tropeiro foi criado nos anos 1990 com o propósito de também preservar a cultura tropeira da região.

A comunidade, ao contrario de Silveiras aderiu de forma mais coesa, devido em grande parte ao fato de que o tropeirismo ainda se faz presente, não é algo relacionado ao plano abstrato, como era em Silveiras.

As manifestações culturais do distrito giram em torno da instituição guadiã da memória local, contando com grande adesão regional. A festa do Museu do Tropeiro no final do mês de março é o evento que atrai mais gente para Ipoema, e mais contribui para a arrecadação local, assim como ocorre em Silveiras.

Não é possível enquadrar o tropeiro como categoria única, neste quesito a autora Maria Sylvia de Carvalho Franco nos presta grande contribuição com seu estudo sobre os tipos humanos livres do século XIX, dentre os quais o Tropeiro, que poderia ser o dono da tropa, fixo à terra e que estabelecia laços mais sólidos com os fazendeiros, sendo passível de enquadrar-se nas relações de dominação pessoal e o condutor de tropas, empregado, nômade, cujo único laço entre este e o fazendeiro se dava pelo transporte das mercadorias. Metodologicamente a Autora opta pelo primeiro tipo, optamos pelo segundo em função de ser este tipo, o propagador cultural referido neste trabalho.

Mas também é necessário desconstruir vestígios de homogeneidade entre este tropeiro, consolidador de caminhos, fundador de cidades. As atividades de campo que realizei durante a pesquisa articuladas com a bibliografia utilizada para sua construção possibilitaram que pudesse observar grandes diferenças entre os tipos tropeiros de acordo com as regiões sob sua influência.

No sul do país vemos o tropeiro como a elite social no Paraná, os donos e negociantes de muares foram agraciados com títulos de nobreza, alçaram as mais prestigiosas posições do período imperial. No Rio Grande do Sul e Santa Catarina, a figura do tropeiro, muito valorizada, está mais vinculada a um personagem épico, devido às extensas jornadas, transportando centenas de mulas para comercialização e os caminhos desbravados.

Em São Paulo temos um contraste, as duas regiões cuja influência tropeira se deu de forma mais forte foram a região sul do estado, cuja cidade-símbolo é Sorocaba e a região leste do estado, o Vale do Paraíba. Temos no mesmo estado dois perfis distintos de tropeiro. O primeiro, mais ligado ao que se praticava nos estados sulinos, possuía fazendas para invernada e transportavam suas mulas para a Feira de Muares de Sorocaba, eram mais abastados. O segundo, mais ligado ao que se praticava nas Minas Gerais, transportava os minerais extraídos para os portos e trazia os bens de consumo como tecidos e ferramentas para as jazidas mineiras.

Os tropeiros de Minas Gerais cumpriram função social diferente daqueles que se encontravam no sul. Devido à distância do litoral, não eram simplesmente transportadores de carga, eram também os responsáveis por romper o isolamento da então capitania e posterior província, colocando-a em contato com as novidades que penetravam as regiões próximas ao litoral.

Apesar de trafegarem por uma região nitidamente mais rica, devido a abundancia de metais preciosos, os tropeiros de Minas Gerais eram mais remediados do que os paranaenses e gaúchos. Os valeparaibanos, devido à proximidade geográfica e ao maior contato, sofreram maior influência mineira, sendo muito parecidas as manifestações culturais dos dois grupos e guardando diferenças em relação aos sul-paulistas, e oriundos dos estados do sul.

Nas atividades de campo realizadas observamos que em todos os locais identificados com o tropeirismo, estão-se utilizando dos seus vestígios com finalidade turística. Seria esta também uma sobrevivência, ou melhor, uma re-elaboração do fenômeno tropeirista de modo que ao contrário do que observamos em áreas como Silveiras, onde a figura do tropeiro se tornou marginal devido à idéia de fracasso, o mesmo tropeirismo possibilitou a re-dinamização de sua economia; em contraste com locais onde a figura do tropeiro jamais deixou de habitar o imaginário popular.

Há outras regiões do Brasil que também tiveram grande relevância no que se refere ao tropeirismo. Assim como também foram levantadas informações que apontam para outras formas remanescentes de tropa, em locais escarpados do nosso país.

Estas não figuram neste trabalho não por que desconhecemos ou ignoramos a existência de tais manifestações, mas porque além de não fazerem parte do recorte original desta pesquisa, não houve tempo hábil nem condições financeiras para que fosse possível dar conta mesmo que preliminarmente dessas regiões, ficando este esforço para etapa posterior.

Referências bibliográficas:

ABREU, Capistrano. *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/Instituto Nacional do Livro, 1975.

ALMEIDA, Aluísio de. *Vida e Morte do Tropeiro*. São Paulo: Martins, 1971.

CORDEIRO, Filipe. "O tropeiro como propagador cultural e mola mestra da cultura cafeeira no século XIX". *Histórica.* São Paulo (online), 2010, vol. 1, nº 41, pp. 01-08.

FERRAZ, Ocílio. *São Paulo, caminhos da colonização – viagens de tropeiros entre serras.* São Paulo: Antonio Bellini, 2002.

_____. *Voltando às origens*. São Paulo: CESP, 1984.

FLORES, Moacyr. *Tropeirismo no Brasil.* Porto Alegre: Nova Dimensão, 1988.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. 3. ed. São Paulo: Kairós, 1983.

LOBATO, Monteiro. *Cidades Mortas*. 20.ed. São Paulo: Brasiliense, 1978.

MAIA, Tom & MAIA, Thereza Regina de Camargo. *O folclore das tropas, tropeiros e cargueiros no Vale do Paraíba*. Rio de Janeiro/Taubaté: MEC-SEC, FUNARTE, Instituto Nacional do Folclore/ Secretaria de Estado da Cultura, Universidade de Taubaté, 1981.

MILLIET, Sérgio. *Roteiro do café e outros ensaios*. 4.ed. São Paulo: Hucitec/Instituto Nacional do Livro, 1982.

MOTA SOBRINHO, Alves. *A civilização do café* (1820-1920). 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1967.

POLLAK, Michael. "Memória, esquecimento, silêncio". *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, 1989, vol. 2, nº 3, pp. 03-15.

VON SIMSON, Olga de Moraes. *Experimentos com histórias de vida: Itália – Brasil*. São Paulo: Vértice, 1988.

O Empate: discursos de enfrentamento, entre o relato e a imagem

Tissiano da Silveira*

A proposta do trabalho é utilizar relatos para construir a memória do Movimento Seringueiro das décadas de 1970 e 1980, tendo como ponto de partida o "*Empate de Boca do Acre*", de 1979, um evento com implicação histórica, social e política sobre uma comunidade tradicional, utilizarei como fontes entrevistas com moradores da região do entorno da cidade de Boca do Acre, na região fronteiriça entre os estados do Acre e Amazonas e periódicos locais, principalmente o jornal alternativo *Varadouro*, publicado entre 1978 e 1981, fazendo uso das imagens publicadas neste suporte como também a coleção pessoal de fotografias do jornalista Elson Martins, editor do *Varadouro*, que cobriu os conflitos regionais desde o início dos anos 70 para vários jornais locais e foi também correspondente de O Estado do S.P. Acredito que a fotografia como objeto de análise tem grande valor interpretativo, como podemos perceber na capa do número 16 do *Varadouro*, edição de outubro de 1979, em que mostra a grande marcha para conter a derrubada de floresta próximo a cidade de Boca do Acre (imagem 1).

Na pesquisa em curso, a memória é um eixo para a construção da representação do *Empate*, e seu conceito deverá ser problematizado, lançando-a numa condição de metodologia/objeto, a partir da memória coletiva discutido por Maurice Halbwachs (2004), usada na pesquisa por achamos que é apropriado para uma discussão sobre o movimento social como o organizado pelos seringueiros acreanos. O autor considera que a memória individual existe a partir de uma memória coletiva, onde a lembrança através de uma vivência dentro de um grupo pode ser reconstruída ou simulada, portanto este caráter de "invenção" da memória em função da coletividade em que um sujeito está inserido e também em função do tempo e espaço, em certa medida deve ser empregado como um dado metodológico, Halbwachs afirma: "a lembrança é uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente, e além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora manifestou-se já bem alterada". E por outro, uma característica que acho essencial, a questão apontada por Jacy Alves de Seixas como uma dimensão esquecida pela historiografia: a afetividade, que se relaciona de modo muito particular com o conceito de memória, segundo a autora: "se a memória ata-se umbilicalmente à percepção, ambas remetem à consciência. (...) impossível imaginarmos um elo entre um antes e um depois sem um elemento de memória e, portanto, de consciência" (Seixas, 2002).

Concordo com a ideia de "invenção" que se opera através da lembrança, mas não com a diferenciação entre a memória e a história, pois acredito ser importante romper com a ideia da alta modernidade, como mostra Giddens (2002), onde numa racionalidade técnica o tempo vivido se funde com a autoprodução de um "tempo universal" descolado das vivências. James Fentress e Chris Wickham (1992), questionam a desqualificação da memória como elemento científico, entendem a memória como um processo ativo, em que a coordenação com diversos fatores é constante, assim removendo ou adicionando lembranças para dar um significado ou re significar um fato. As discussões sobre a memória coletiva segundo Pollack (1989), Fentress e Wickham (1992), evidencia uma potencial problemática deste conceito, ficando claro quando a História Oral, como prática de pesquisa, ressalta a importância da memória subterrânea, o que não compunha tradicionalmente as memórias nacionais, mas que é utilizada como de forma estratégica.

Em síntese, a ideia de memória que utilizarei será o da memória construída pela coletividade (Nora 1993; Halbwachs 1990) das vivências em grupo, percebendo uma condição histórica desses atores sociais, reconhecendo a história como não-linear e não-hegemônica, e que diferentes categorias podem representar um fato de forma distintas pois estão inseridas em contextos também diversos. Acredito que as representações são importantes, pois revelam as

* Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Mestrando em História, CNPq

tensões que se instauram entre um grupo e outro, grupos que coexistem, e que nesta tensão, numa zona de atrito que se forma devido interesses dispares, se definem como categoria, ou melhor, como identidade de grupo.

Recorrer a História Oral se complementa com minhas intenções de estudo, desde quando comecei a pensar neste projeto, estive voltado a possibilidade de recolher lembranças de seringueiros, uma categoria a que tenho concentrado os meus trabalhos, e mais ainda, de ter a possibilidade de construir uma memória de sua luta, de mostrar através das falas dos seringueiros que a resistência que surgiu na floresta e suas reivindicações são originárias de sua história e relação com o meio, mesmo que estivessem conectadas a conjuntura regional e global, seus discursos apontam para um movimento com motivações genuinamente locais, ou seja, para manter seu modo de vida e sua cultura. Para tanto identifiquei nas reflexões de Alessandro Portelli (1996, 1997) um caminho metodológico para o trabalho e para fazer História Oral, num exemplo do autor acerca do que ele entende como processo: "a História Oral, tende a representar a realidade não como um tabuleiro, em que todos os quadrados são iguais, mas como um mosaico ou colcha de retalhos, em que os pedaços são diferentes, porém, formam um todo coerente" (Portelli, 1997). Além do que pensa Portelli acho interessante para uma compreensão da metodologia da História Oral a coletânea de textos organizada por Janaína amado e Marieta de Moraes Ferreira, *usos & abusos da História Oral* (2005), como também o Manual de Verena Alberti (2004), evitando assim os descaminhos que podem aparecer na prática de campo.

Quanto a utilização da imagem como recurso historiográfico, creio que os trabalhos de Ana Maria Mauad (2002, 2008) e Eliza Linhares Borges (2003) são importantes referenciais metodológico, a primeira autora dá uma dimensão ao registro fotográfico, utilizando o termo de Le Goff, a imagem documento/monumento, reivindicando um status a imagem de objeto de análise historiográfica; Borges faz um apanhado de autores e discussões pertinentes ao tema, o que ajuda a se familiarizar com a metodologia. Já existem uma respeitável fonte bibliográfica brasileira sobre a imagem e seu uso na historiografia, cito alguns destes aportes teóricos que são valiosos a pesquisa que me proponho, como as concentradas em estudos temáticos diversos a partir das fontes fotográficas (Leite, 2001), os estudos sobre a trajetória da fotografia no Brasil (Kossoy 1989; Turazzi, 1995) e a contribuição da fotografia para o conhecimento histórico (Kossoy, 1989).

Utilizaremos um acervo de imagens do jornalista Elson Martins, algumas fotografias de seu acervo foram publicadas no jornal Varadouro, elas são também um elemento que demarcam o tempo e o espaço da pesquisa, e que revelam a construção de um discurso de resistência. Para esta análise do intertexto contido na imagem utilizarei os modos de leitura e conceituação de Barthes (1984) em seus trabalhos sobre fotografia, estando a fotografia integrada a outro suporte, o periódico, acompanhada de um texto reportagem, recorro também aos estudos de semiótica e teoria interpretativa de Umberto Eco (1991, 1993, 1995).

Além da reportagem sobre o Empate de Boca do Acre, o jornal Varadouro cobriu o movimento dos seringueiros e também as ações dos fazendeiros, denunciando a violência que se instaurava na região, por este motivo usarei este periódico como fonte documental. A autora Tania de Luca (2008), em seu trabalho sobre a história da imprensa no Brasil, demonstra como os periódicos se tornaram importantes para a historiografia.

Capas do jornal Varadouro:

O Varadouro é uma fonte de informação valiosa porque foi um importante apoiador do movimento, deste modo devo utilizar a coleção de 24 exemplares, relacionando a própria trajetória do periódico aos movimentos sociais das décadas de 1970 e 1980 na região amazônica, principalmente no Acre, onde os conflitos no campo foram intensos e onde se originou a estratégia do Empate, o que se espalhou pela região da Bacia do Acre. O jornal circulou entre maio de 1977 e dezembro de 1981, em 24 edições - esta coleção se encontra no acervo da Biblioteca da Floresta, no Acre, em formato digital (PDF) – ele conseguiu noticiar os fatos que ocorriam nas áreas rurais do estado do Acre e que não tinham espaço na imprensa tradicional. Esta coleção é uma importante fonte de informações sobre os conflitos que ocorreram no período, principalmente a luta dos seringueiros contra sua expulsão da floresta, conhecido como o jornal das selvas, o Varadouro acabou circulando além das fronteiras acreanas, pois chegava ao Rio de Janeiro, São Paulo e outros grandes centros via movimentos sociais que trocavam comunicação, ajudando uma categoria "invisível" que começaria a ganhar as páginas das grandes publicações e chamaria a atenção dos políticos em Brasília e dos ambientalistas americanos e europeus.

O Elson Martins é acreano mas boa parte de sua juventude foi no Amapá, onde conheceu o pensamento marxista e se engajou na movimento socialista, nos anos 60 foi para Belo Horizonte cursar faculdade e depois quando voltou para a Norte, ficando entre Belém e Macapá, cada vez mais se tornava um jornalista engajado. Por conta de suas posições políticas foi obrigado a voltar para o Acre em 1975, onde a repressão não estava tão forte como nos grandes centros, tornou-se correspondente do jornal O Estado de S.P. e na mesma época, junto com o Jornalista Sílvio Martinello, começou a editar o Varadouro, onde as notícias que não poderiam ser publicadas num grande jornal do Sudeste tinham garantia de circulação. Hoje, com mais de 70 anos, Elson continua a escrever sobre as questões sociais, tem uma coluna semanal no Diário Página 20 e é colaborador da Biblioteca da Floresta, ambos em Rio Branco. O outro editor do Varadouro, Sílvio Martinello, está a frente de um dos mais importantes grupos de comunicação do estado, contando com um jornal diário, A Gazeta do Acre, uma emissora de rádio e transmissora televisiva, Rádio e TV Gazeta, sendo a emissora é repetidora da Rede Record. Outro jornalista do *Varadouro*, que tem uma trajetória interessante, chama-se Arquilau de Castro, na época ele colaborava com o jornal enquanto fazia o curso de Direito, depois começou a prestar assessoria jurídica gratuita para os seringueiros, com uma mesa e cadeira assentadas debaixo de uma árvore na praça central da cidade ele se tornou o advogado dos seringueiro, Arquilau é atualmente desembargador no estado.

As capas das poucas edições do *Varadouro*, vinte e quatro no total, parecem com capas de revistas, com grandes fotos e entre duas ou três chamadas para matérias em destaque, as fotos ou desenhos – algumas vezes usaram a técnica de entalhe na madeira para fazer a base do desenho –, acredito eu, têm uma intencionalidade que vai além da ilustração do assunto, mas de contribuir para um discurso de identidade, o "nós" e o "eles", os seringueiros, a floresta, o pequeno produtor rural, os moradores dos bairros pouco ou nada urbanizados das cidades amazônicas em contraposição aos "paulistas", fazendeiros, empresários e o próprio governo. Havia uma generalização do termo "paulista", não importando de fato de onde vinham os compradores dos seringais e grandes pecuaristas, todos que faziam parte do grupo que ameaçava a floresta era assim chamado.

É interessante que o discurso do movimento dos seringueiros, e do periódico *Varadouro*, reduzissem os campos de disputa ao território do seringal, assim se tornava fácil reconhecer o inimigo e também os aliados. Os "paulistas" eram poderosos, tinham o aparato de repressão estatal os apoiando - estamos falando do período de 1970 a 1980 no Brasil -, eram representados pelo boi, por chapéus de cowboys e por armas (a imagem 6 mostra espingardas apreendidas no *Empate*); os seringueiros - os índios também tiveram muito espaço no periódico, tentando dissolver a memória dos conflitos com os seringueiros no passado e os aproximando do Movimento de defesa da floresta – eram representados pelo trabalho na floresta, pela valorização da vida na simples na floresta, o homem sempre presente na paisagem, a imagem de número 3 mostra uma grande seringueira sangrando (látex), a árvore representa a Amazônia, a floresta, mas mesmo cortado no enquadramento podemos ver a figura de um seringueiro, sozinho (a não ser pela presença do fotógrafo), podendo nos dar a ideia de ser um sujeito pouco visível mesmo, mas que teima em permanecer no seringal, podemos fazer uma pergunta aqui, quem é mais importante: o seringueiro (homem), a seringueira (árvore) ou a seringa (produto)? Em alguns momentos esta hierarquia se inverte, em outros a natureza se torna o centro das discussões, muitos ecologistas falaram de conservar a floresta sem a presença humana; nos dois momentos de grande produção de seringa não era difícil pensar que a extração da borracha era um empreendimento que não valorizava a vida dos trabalhadores. Mas o *Varadouro* falava do seringueiro, mesmo quando falava em defender a floresta, a ação se passava pela figura do seringueiro, assim acredito que não podemos dizer que foi ele um jornal com discurso ecologista, acredito mesmo que apesar do líder sindical assassinado em 1988, Chico Mendes, ser de certa forma um ícone de ecologistas, o discurso seringueiro não pode ser aproximado tão facilmente de um discurso ecologista.

Esta presença do seringueiro em várias capas, e é diversas matérias, durante a vida do *Varadouro*, tinha também de certa maneira um caráter panfletário, mostrar um grande grupo em marcha, portando facões e enxadas (imagem 5), era também uma maneira de mostrar que a mobilização podia ser uma defesa, este discurso era também direcionado às cidades, mostrando que as pessoas podiam se mobilizar. E não era difícil encontrar quem se identificasse com esta mensagem na periferia de Rio Branco e outras cidades acreanas, pois muitos seringueiros que deixaram o trabalho da borracha ou foram expulsos, vinham morar nas crescentes invasões e nas beiras de rio, regiões propícias para fomentar os discursos "subalternos" impressos nas páginas do periódico.

Páginas centrais da edição 16 e detalhes de fotografias, sobre o *Empate* de Boca do Acre:

Portanto, queremos demostrar que o discurso de uma identidade seringueira foi importante para a mobilização e para a construção dos movimentos sociais acreanos nas décadas de 1970 e 1980, e que o periódico O Varadouro foi

utilizado como instrumento de comunicação engajado na luta destes trabalhadores, como mobilizador e como denunciador da problemática que ocorria nos seringais. E isto é interessante se pensarmos que muitos seringueiros eram analfabetos e mesmo assim a comunicação num suporte de papel, ou seja, escrito, mediava o discurso, a fala do seringueiro com a sociedade acreana. Apesar do jornal ser feito por uma intelectualidade, pessoas ligadas aos movimentos de esquerda e a universidade, ele utilizava a linguagem direta do seringueiro, através de relatos e entrevistas, e as imagens estavam relacionadas com as questões seringueiras, como a luta pela terra, a pobreza das periferias, a chegada da pecuária e as mudanças no modo de vida na floresta, a chegada dos costumes diferentes em relação a culinária, ao modo de se vestir, de falar, o jornal era ferino nas críticas e na defesa da "identidade acreana".

Este recorte se ateve principalmente as imagens do periódico Varadouro, por ser um parte muito importante da pesquisa, em suas duas dezenas de edições este periódico cobriu um momento muito revelador da história acreana e de seus movimentos sociais e agora se transforma em fonte de pesquisa por um historiador, continuando sua função de não deixar invisíveis os seringueiros.

Referências bibliográficas:

ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. 2 ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2004.

AMADO, Janaína & FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). *Usos e Abusos da História Oral*. 7a ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

BARTHES, R. *A câmara clara: nota sobre a fotografia*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

ECO, Umberto. *Semiótica e filosofia da linguagem*. São Paulo, Ática, 1991.

__. *Interpretação e superinterpretação*. São Paulo, Martins Fontes, 1993.

__. *Os Limites da Interpretação*. São Paulo, Perspectiva, 1995.

FENTRESS, James e WICKHAM, Chris. *Memória Social: novas perspectivas sobre o passado.* Lisboa: Editorial Teorema, 1992.

GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade.* São Paulo: UNESP, 1991.

HALBWACHS, Maurice (1877-1945). A memória coletiva. São Paulo: Vértice, 1990.

KOSSOY, Boris. Fotografia e história. São Paulo: Ática, 1989.

__. Realidades e ficções na trama fotográfica. 3. Ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Tradução Bernardo Leitão. Editora Unicamp, Campinas, 1990.

LEITE, Miriam Lifschitz Moreira. Retratos de família: leitura da fotografia histórica. São Paulo: EDUSP, 2001.

LUCA, Tania Regina. MARTINS, Ana Luíza (Org.) . *História da Imprensa no Brasil.* Contexto, São Paulo, 2008.

MAUAD, Ana Maria. *Sob o signo da imagem: A produção da fotografia e o controle dos códigos de representação social, da classe dominante, na cidade do Rio de Janeiro*. 1. ed. Niterói: LABHOI/UFF, 2002.

__. *Poses e Flagrantes: ensaios sobre história e fotografias*. 1. ed. Niterói: EDUFF, 2008.

__. *Foto-ícones, a história por detrás das imagens? Considerações sobre a narratividade das imagens técnicas*. In: Ramos, Alcides Freire; Patriota, Rosangela; Pesavento, Sandra Jatahy. (Org.). Imagens da História. 1 ed. São Paulo: Hucitec, 2008,

__. *Fotografia e História – possibilidades de Análises*. In A Leitura de Imagens na Pesquisa Social. Maria Ciavatta e Nilda Alves (org.). Cortez Editora, São Paulo, 2008.

MONTYSUMA, Marcos Fábio Freire. *Um encontro com as fontes em História Oral*. Estudo Ibero-Americanos. PUCRS, v. XXXII, n.1, p. 117-125, junho 2006.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: *Projeto História*. São Paulo, nº 10, p. 7-28, dez. 1993.

POLLAK, Michael. "Memória, Esquecimento, Silêncio". Estudos Históricos, Rio de

Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

PORTELLI, Alessandro. *Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral*. Projeto História, Educ, São Paulo, 1997.

SEIXAS, Jacy A., BRESCIANI, Maria Stella & BREPOHL, Marion (org.). *Razão e paixão*

*na polí*tica. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

TURAZZI, Maria Inez. Poses e trejeitos: a fotografia e as exposições na era do espetáculo (1839-1889). Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

OLHARES DA MEMÓRIA SOBRE Monte Verde, sul de Minas Gerais

Luciane Aparecida Goulart[381]

Natanael Reis Bomfim[382]

INTRODUÇÃO

Não é difícil observar bairros mais afastados, ou distritos de cidades dos mais diversos tamanhos com características econômicas e sociais importantes distintas dos núcleos mais centrais. Em alguns destes lugares esta diferenciação pode envolver aglutinação étnica e resultar em feições diferenciadas que terminam por criar atrativos ao estabelecimento de serviços turísticos.

Um exemplo bastante marcante deste tipo de diferenciação étnica e de perfil econômico é o do Distrito de Monte Verde, pertencente à cidade de Camanducaia, no sul de Minas Gerais. Apesar de fazer parte de uma cidade cuja atividade econômica principal é a agricultura e o beneficiamento desta produção, este distrito, bem mais conhecido que o município a que pertence, é famoso pelo seu clima de montanha e feições de inspiração européia, fruto da origem de muitos de seus primeiros moradores, letos, alemães, húngaros e suíços.

Apesar de sua população não mais se caracterizar por uma maioria de imigrantes europeus ou seus descendentes, a memória destes e as marcas que deixaram na antiga Vila de Monte Verde, alguns em maior grau, como é o caso do fundador, leto de nascimento, Verner Grinberg, são parte indelével da paisagem e do sentimento de pertencimento daqueles que residem, mesmo que há pouco tempo, naquele lugar.

Destas memórias há relativamente poucos registros escritos, sendo a história oral o recurso, a metodologia mais viável para coletar as impressões e histórias particulares dos poucos remanescentes da geração fundadora ou seus primeiros descendentes. O restante são registros voltados à atividade turística, importantes, mas muitas vezes confeccionados sem o cuidado de se pretender fonte histórica confiável.

A pesquisa aqui reportada busca analisar as relações entre o turismo cultural e as memórias destes imigrantes (memórias que estão entrelaçadas com a paisagem, com o desenvolvimento urbano local), a fim de verificar se essas memórias são exploradas como produto turístico ou não. O que se deseja não é "turistificar" todos os elementos destas culturas, mas procurar garantir algum tipo de sobrevivência às mesmas, pois, como afirma Meneses (2006, p.91), "A memória é uma construção social em uma operação ideológica que estrutura imagens e que organiza simbolicamente as relações sociais e seus produtos materiais, produzindo, nesse processo, legitimações".

Neste trabalho, a história oral se faz importante como procedimento metodológico para a coleta dos dados, através de entrevistas semi-estruturadas, com roteiro flexível, gravadas e posteriormente transcritas. Usa-se, pois, a história oral como um meio para atingir a memória, sendo sua interpretação (a relação entre memória, história, turismo) buscada nas teorias da História e da Antropologia. Nesta pesquisa (em andamento), busca-se a memória dos imigrantes norte-europeus e descendentes, da primeira geração, que criaram a Vila de Monte Verde.

---

381 Mestranda em Cultura e Turismo pela Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC. Bolsista CAPES.

382 Professor da Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC. Com experiência na área de representação sócio-espacial e cultural, planejamento territorial e potencial turístico.

BAIRROS, BAIRROS ÉTNICOS

Marshall Berman (2007) localiza a preocupação com a memória étnica e a história dos bairros, nos Estados Unidos, na década de 1970. Segundo o autor, o modernismo da década de 60, que tinha como um de seus símbolos a via expressa (*highway*), a partir dos anos 70 valoriza o lar, o bairro e a rua. O início do modernismo, calcado na ruptura com o passado e situado em um ambiente cultural de progresso tecnológico (o entre-guerras, inicialmente e os anos dourados pós-segunda guerra, especialmente) e mudanças nas relações de gênero, entre outras, o impulsionava (ao modernismo) para a negação da memória como imperativo para o novo homem a ser forjado. O enfraquecimento deste clima generalizado de progresso (por uma série de questões que incluem desde crises que pontuaram a Guerra Fria, como o Vietnã à crise do petróleo, a partir de 73), levou à revalorização do passado e do íntimo, no que se insere o ambiente mais próximo da vida das pessoas, o bairro.

> Os modernistas de outras épocas tinham varrido o passado a fim de atingir um novo ponto de partida; as novas partidas da década de 1970 repousavam em tentativas de recuperar os modos de vida passados, enterrados, mas não mortos. [...] Os modernistas da década de 70 tenderam a ser obcecados pelos lares, pelas famílias e pelos bairros [...]. (BERMAN, 2007, p.390/391)

Segundo Tuan (1980), bairro e comunidade são conceitos ligados aos assistentes sociais e planejadores e facilitam o pensar da estrutura mais abrangente que é a cidade. No entanto, a percepção do planejador e a do morador raramente coincide, pois suas perspectivas têm motivações diferentes. A visão de um planejador pode ser mais geral, abrangente, talvez percebendo o bairro com formas mais geométricas: são as quadras, os quarteirões. A perspectiva do morador é mais afetiva e micro, pois normalmente o círculo de conhecidos (familiares e amigos) tende a uma localização mais próxima e a identificação é, em primeiro lugar, com a rua em que se mora e depois com o bairro.

Alguns bairros podem fazer da distância do centro econômico e político um elemento diferenciador, alguns identificados com uma classe mais abastada, outros com a pobreza ou com as drogas. Outros, mesmo se considerados centro ainda conservam características físicas e culturais que o distinguem do restante da cidade, exemplo disso são alguns bairros da cidade de São Paulo como a Liberdade (dos japoneses), do Brás (um dos bairros italianos), o Bom Retiro já associado aos judeus, e a região da Rua 25 de Março, anteriormente identificada com os sírios e libaneses e atualmente com os coreanos.

No caso dos imigrantes estrangeiros que vieram para o Brasil desde o início do século XIX, os "bairros étnicos representaram um fator de intimidade e segurança [...]" (FAUSTO, 1998, p.31). A possibilidade de liberdade para as manifestações religiosas e culturais (festas e comidas típicas, entre outros) foram atrativos para que muitos imigrantes permanecessem próximos.

Essa tendência de concentração de imigrantes de uma mesma procedência ou origem num mesmo lugar ou região criou espaços facilmente identificáveis por suas características culturais (arquitetura, culinárias, tipo de comércio...) que apontam para um mapeamento de bairros, como os já citados acima, da cidade de São Paulo e mesmo um mapeamento das populações do próprio país (SEYFERTH, 1990). Como por exemplo, a identificação de maior número de descendentes de alemães e italianos na região sul do Brasil.

Segundo SEYFERTH (1990), a imigração contribuiu com o processo de urbanização das cidades brasileiras, não só na perspectiva demográfica, mas pela diversidade étnica proporcionada. Se na região sul, no interior, há uma presença mais homogênea de determinadas etnias e nacionalidades, como por exemplo, alemães, italianos e poloneses; nas capitais como São Paulo, Curitiba e Florianópolis e Porto Alegre há uma maior pluralidade étnica.

Essa mesma pluralidade étnica é encontrada em Monte Verde, apesar de ser apenas um distrito com aproximadamente 5.000 habitantes, da cidade de Camanducaia, esta com cerca de 21.000 (Senso IBGE 2010). E ali, tal como escreve Seyferth (1990), os imigrantes foram agentes da urbanização e conservadores das belezas naturais do lugar.

DISTRITO DE MONTE VERDE, ANTIGO BAIRRO DO CADETE

A região que hoje se chama Monte Verde tinha como nome Bairro dos Cadetes. A Fazenda dos Poncianos, que anos depois tornou-se propriedade da Companhia Melhoramentos, era a única fazenda, vizinha, às primeiras terras adquiridas por *Verner Grinberg* .

A região também era chamada de Campos do Jaguary (em tupi-guarany *Jaguary* significa *Rio das Onças*), um lugar ainda intocado na década de 30 pelo medo que sua fauna causava nas pessoas (FERNANDES, 2010, p. 34). As pesquisas de Benedito Silva Santos, farmacêutico, ex-prefeito e ex-vereador de Camanducaia, localizam a origem de Monte Verde na Fazenda do Selado, de propriedade de Higino Carlos Carvalho que trouxe a família para a região por motivos de saúde. O trecho citado a seguir sugere mesmo uma possível explicação para o nome Bairro do Cadete.

> Contam os antigos que a vinda família Higino Carlos de Carvalho, para a sua fazenda do Selado, foi motivada pela doença de um dos seus filhos, "Cadete do Exército Nacional" que estava sofrendo do peito, doença de que se livrou, morrendo de velho, graças a excelência do clima das montanhas montiverdenses! É de se acreditar nesta versão porque, ligado ao bairro do Selado está o bairro do Cadete, onde o moço doente passava parte do ano com toda a sua família, a conselho dos médicos [...]. (SANTOS, 1971, p.69)

Quando *Verner Grinberg* chegou à região em 1938 para conhecê-la, várias famílias de mineiros já moravam ali. De acordo com seu relato, havia uma fazenda com "três ou quatro famílias" que trabalhavam para o dono daquela propriedade. (Entrevista de *Verner Grinberg*)[383]. De acordo com o Silva (2001), o nome da fazenda comprada por *Grinberg* era "Fazenda do Pico do Selado" e os 5 primeiros alqueires foram comprados de José Cândido Pereira (FERNANDES, 2010).

As terras que deram origem ao Distrito de Monte Verde foram compradas por letos (*Verner Grinberg*) no final da década de 1940 e começaram a ser efetivamente habitadas por estas populações apenas na década de 50. Com o passar dos anos vieram para a região diferentes etnias e nacionalidades: húngaros, alemães, italianos, suíços entre outros. Estas pessoas buscavam um lugar para torná-lo sua casa, buscavam paisagens e climas condizentes com aquilo que deixaram na Europa. Muitos deles fugiram dos efeitos e da expansão da Revolução Russa ou vieram crentes na profecia de que o Brasil era a terra prometida (o papel da propaganda brasileira foi importante e de pastores da Igreja Batista também); outros fugiram de uma Europa arruinada pela Primeira e Segunda Guerra Mundial. Estas pessoas encontraram no sul de Minas Gerais um lugar propício, paisagem e clima, à sua saúde e manutenção/conservação de suas culturas de origens. O que eles buscavam no passado para tornar a sua casa, o seu lar, e as construções que realizaram a partir de suas culturas[384], como a arquitetura e a culinária são hoje atrativos turísticos muito procurados.

MEMÓRIA, CULTURA E TURISMO

A utilização da cultura como recurso é uma característica inerente da contemporaneidade e de maneira alguma negativa. A questão está no gerenciamento que se faz deste recurso. Neste sentido, a cultura, melhor dizendo, as culturas têm servido de recurso e elemento que distingue os destinos turísticos entre si (YÚDICE, 2006). A convivência (com sustentabilidade) entre cultura e turismo é difícil, mas não é impossível, uma vez que através da atividade turística pode-se ter a conservação de ambientes naturais e de patrimônio histórico-culturais (ÉJARQUE, 2005).

---

383 Esta entrevista foi feita antes da morte do Sr. *Verner*, 13-08-2006, mas só foi publicada pelo Jornal em Ação em 05-09-2006. Parte dela também consta do Guia de Monte Verde, s/d.

384 Culturas, pois se trata de uma comunidade heterogênea.

A atividade turística, um fenômeno social que consome e re-produz espaço e cultura, oferece a possibilidade de uma melhor utilização (sustentável) de paisagens (naturais, artificiais), de heranças e legados culturais do que outras atividades econômicas. (YÁZIGI, 2002; CRUZ, 2003; MOESCH, 2002).

A informação interpretativa é uma característica da atividade turística que pode ser usada em benefício de moradores e turistas. A história e o cotidiano local podem ser recursos que suscitam não só curiosidade – ou mais um produto cultural -, mas que buscam entendimento sobre o passado e o presente (MENESES, 2006).

Neste cenário de valorização das culturas locais, a Vila de Monte Verde um destino turístico já consolidado, possui além de uma natureza exuberante, um legado cultural *sui generis* para aquela região. Traços e vestígios materiais da cultura dos imigrantes e descendentes misturados a elementos da cultura brasileira tornaram a Vila de Monte Verde um bairro e, posteriormente, distrito, atraente para aqueles – visitantes e/ou moradores - que desejam qualidade de vida (natureza, tranquilidade e sossego).

Esses traços, vestígios da cultura desse distrito se insere na memória do lugar que nos instiga à uma investigação mais apurada no sentido de verificar a sua relação com o turismo. Para tal, faz-se necessário a análise desse conceito, bem como bem como da utilização de métodos e técnicas da história oral como forma de se apreender o discurso dos atores sociais, fazendo emergir significados simbólicos de memórias.

A memória que se busca e que se privilegia neste trabalho é a memória dos primeiros moradores, imigrantes norte-europeus, do Distrito de Monte Verde. Muitos dos primeiros moradores, inclusive seu fundador, *Verner Grinberg*, já faleceram ou estão em idade avançada.

Algumas destas memórias personificadas em objetos considerados agora típicos da região tornaram-se produtos turísticos, enquanto outros elementos destas memórias estão circunscritos ao ambiente familiar.

O cotidiano valorizado pelo turismo tem que ser buscado junto à comunidade local e não simplesmente apresentar uma "simulação" desta cultura, pois esta forma de turismo não contribui para a manutenção e mesmo ressignificação de tradições e costumes dos moradores da Vila.

> Na busca de elaboração de um produto turístico, tendo as culturas regionais como matrizes, primeiramente é necessário entender cultura como uma construção coletiva, realizada na relação que envolve o homem e seu meio ambiente. (MENESES, 2007, p. 100)

Este entendimento da cultura como construção coletiva que envolve o homem, o seu meio e claro, as atividades econômicas, que o sustentam são objetivo da pesquisa de mestrado desta autora. Em Monte Verde percebe-se que algumas iniciativas (poucas) buscam este saber através de pesquisas para a produção de artesanato. A imagem que se tem de Monte Verde é de um turismo de sucesso, no entanto, para sua sustentabilidade e permanência carece de pesquisas que envolvam as memórias e identidades da população local; a proteção ambiental e, sobretudo a participação do elemento "local" neste processo.

Os estudos sobre a memória (memórias) e a metodologia da História Oral apesar de serem realizados já há algumas décadas ainda não são unanimidade entre os historiadores. O fato de a História Oral estar ligada à memória lhe traz as fraquezas desta: seletividade, irracionalidade, deformação, anacronismo, volubilidade (GUARINELLO, 1993). Outros autores, como Portelli (1997), encaram essas fraquezas como possibilidades outras de entendimento dos processos de constituição da memória. Ainda segundo Portelli, o historiador, o pesquisador das oralidades tem que assumir a tarefa da interpretação e não tentar uma neutralidade que é dita por ele impossível ou mesmo indesejável.

A memória pode ter um significado, um sentido mais inercial, organizando e reproduzindo repetições. Assim como pode ter um significado mais transformador, dinâmico, buscando transformações e mudança (GUARINELLO, 1993)

Entre outros olhares, a memória é vista como intermediária entre duas temporalidades, entre a historiografia (no tempo presente), o tempo da redação da narrativa e o passado (matéria-prima), tempo em que se desenrolaram os acontecimentos contados (PINTO, 1998).

A memória ainda pode ser entendida como um instrumento de poder. Como escreve Le Goff (1992), ter o poder sobre as memórias (lembranças) e esquecimentos tem sido a preocupação de grupos, governos e classes. No entanto, mesmo em nível individual, tal como assinala Pollack (1989), pessoas, consciente e inconscientemente, decidem o que lembrar e quando lembrar. O que deve ser lembrado ou esquecido tem papel fundamental na manipulação da memória coletiva.

De acordo com Alessandro Portelli (1997), a memória é moldada de diversas formas pelo meio social; é um processo; é social quando mentalizada ou verbalizada pelas pessoas. O ato ou a arte de lembrar algo é, portanto, pessoal, pois apenas os seres humanos são capazes de guardar memória, fazendo-o através de um processo individual, a partir de um meio social dinâmico, com instrumentos criados e compartilhados; não constituindo, por isso, os entrevistados em meros depósitos de dados.

Estas memórias coletivas ou individuais estão sempre associadas ao componente da identidade, que, por sua vez, se refletem no patrimônio cultural (CARNEIRO, 2006). A importância de vestígios materiais e do espaço (história do bairro, por exemplo) pode ser visualizada neste trecho de Augé (2007, p.48):

> Quando os tratores apagam a terra, quando os jovens partem para a cidade ou quando se instalam "alóctones", é no sentido mais concreto, mais espacial, que se apagam, com as divisas do território, as da identidade.

Na busca de um entendimento sobre as relações entre turismo e a história local e regional, Dóia Freire (2005) destaca a importância da interação entre história oral e turismo cultural para a sobrevivência de elementos culturais como a memória, a identidade e o patrimônio através da atividade turística. Legados de um povo, de uma comunidade, podem vir a ser conservados, preservados ou mesmo ressignificados, evitando assim o desaparecimento de seus traços culturais.

Segundo Portelli (1997), a história oral

> [...] alia o esforço de reconstruir padrões e modelos à atenção às variações e transgressões individuais concretas. Assim, a História Oral tende a representar a realidade não tanto como um tabuleiro em que todos os quadrados são iguais, mas como um mosaico ou colcha de retalhos, em que os pedaços são diferentes [...] (p.16).

De acordo com Joutard (2001), o historiador das oralidades tem o dever de cruzar as fontes, ter espírito crítico, reconhecer o caráter parcial da verdade trazida à tona e respeitar a testemunha ou os grupos por ele pesquisados. Tendo em vista as ponderações destes autores, reitera-se que, neste trabalho, sempre que as fontes puderem proporcionar, far-se-á o cruzamento entre informações e dados das entrevistas entre si e com documentos escritos. Salienta-se, no entanto, que a metodologia da história oral, embora não seja o único procedimento metodológico e ferramenta desta pesquisa, é a mais importante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A busca pelas memórias dos imigrantes norte-europeus, que vivem em Monte Verde, sul de Minas, é de real importância para a história local. Os imigrantes, não deixando de ser quem são, mas agregando, através das negociações e traduções, elementos que aqui encontraram, pertencem a dois mundos (dois lugares diferentes) e a duas temporalidades distintas (presente e passado).

Neste cenário, a memória destes imigrantes, suas lembranças do bairro (distrito) que ajudaram a construir, tem muito a contribuir para a história da cidade de Camanducaia. Mesmo agregando pessoas de diferentes etnias e nacionalidades, este espaço tomou, já nos primeiros anos de sua ocupação, ares de um lugar peculiar, com potencial turístico. Embora essa europeidade diversa e dispersa de Monte Verde seja uma característica positiva que a torna *sui generis* no sul de Minas Gerais, também traz preocupações quanto à manutenção de seu legado cultural.

A ausência de registros históricos organizados naquela localidade resulta no risco de perda irreparável de informações sobre este legado. Neste sentido, a história oral pode ser aplicada na minimização desta perda, o que é urgente, dada a idade avançada dos poucos remanescentes dos primeiros moradores de Monte Verde. Este lugar especial está a perder muito de sua herança cultural e muito daquilo que tem de único.

Referências bibliográficas:

AUGÉ, Marc. **Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade.** 6ª ed. Campinas, SP: Papirus, 2007.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CARNEIRO, Henrique Figueiredo, Banalização do Patrimônio Cultural Material e Conseqüências Perversas para a Vida na Cidade. In: MARTINS, Clerton (Org.). **Patrimônio Cultural: Da Memória ao Sentido do Lugar**. São Paulo: Roca, 2006, p. 17-29.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. **Introdução à Geografia do Turismo.** São Paulo: Roca, 2003.

ÉJARQUE, Josep. **Destinos turísticos de êxito: Diseno, creacíon, gestión y marketing.** Madrid: Pirâmide, 2005.

FAUSTO, Boris. Imigração: cortes e continuidades. In: NOVAES, Fernando A. (Coord. Geral da Coleção); SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org. do volume). **História da Vida Privada No Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. vol. 4. São Paulo: Cia das Letras, 1998, p.13-62.

FERNANDES, Ernani Maurício. **Monte Verde: Terra dos Estrangeiros I**. Monte Verde: Nannoeditoriacultural, 2010.

FREIRE, Doia; PEREIRA, Lígia Leite. **História Oral, Memória e Turismo Cultural**. In: MURTA, Stela Maris e ALBANO, Celina (Org.). Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar. 1ª reimpressão. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005

GUARINELLO, Norberto Luiz. **Memória Coletiva e história científica**. Conferência proferida por ocasião do I Congresso de Ciências Humanas das Universidades Federais de Minas Gerais. São João Del Rei, maio de 1993, p. 180-193.

JOUTARD, Phillippe. "História oral: balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos", In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína. **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2001, p.43-64.

MENESES, José Newton Coelho. **História e Turismo Cultural.** Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

MOESCH, M. M. **A produção do saber turístico**. São Paulo: Contexto, 2002.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio.** Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989, p. 3-15.

PINTO, Júlio Pimentel. **Os muitos tempos da memória**. Projeto História, São Paulo (17), Nov. 1998, p. 203-211.

PORTELLI, Alessandro. Tentando **aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral**. Proj. História, São Paulo, (15), abr. 1997.

SANTOS, Benedito Silva. **Monte Verde: um cantão de Minas.** Turismo Colitânia. Pouso Alegre: Tipografia, Escola Profissional, [1971?].

SEYFERTH, Giralda. **Imigração e Cultura no Brasil.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1990.

SILVA, Sueli. Facilidades para os turistas sem impacto ao meio ambiente. **Jornal Voz da Terra,** Monte Verde, Camanducaia, nov. 2001.

YÚDICE, George. A **conveniência da cultura: usos da cultura na era global.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia. Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente.** São Paulo: Difel, 1980.

YÁZIGI, Eduardo. **A alma do lugar: turismo, planejamento e cotidiano.** São Paulo: Contexto, 2002.

O Ovo da Serpente e a Lanterna Mágica: Ingmar Bergman, ficção cinematográfica e memória

Ana Paula Ramos[*]

Ana Maria Dietrich[**]

INTRODUÇÃO

Ao pensar sobre a história da humanidade é comum nos remetermos à pré-história e aos homens das cavernas. Naturalmente buscamos em nossa memória referências de um período que não vivenciamos e, portanto nos localizamos a partir dos estudos científicos e desenvolvimentos tecnológicos criadores de protótipos sobre a evolução da espécie humana. Além dos livros de história, atlas e museus, uma das imagens mais consagradas do referido período é a primeira cena do filme "2001: Uma Odisseia no Espaço" (Kubrick, 1968). Nesta cena assistimos durante vinte minutos a descoberta do poder e a consequente evolução da espécie. O osso, antes um alimento, adquire uma utilidade e se transforma também numa ferramenta facilitadora à captura de presas, e em seguida torna-se um meio eficiente de domínio territorial e liderança. A partir desta imagem nossa imaginação pode fluir naturalmente assimilando outras descobertas a respeito da existência humana. Neste caso vamos direcionar as atenções aos meios de comunicação.

Nas sociedades primitivas a comunicação se efetivou por meio de gestos ou desenhos, ou seja, era uma relação intuitiva, interpretativa e visual. Segundo Marshal Mcluhan[385] com o desenvolvimento da linguagem, se consolida entre os homens uma mobilidade para a inteligência. Enquanto pesquisador dos meios de comunicação como extensão do homem o autor reflete a respeito do significado da palavra falada e da palavra escrita para as relações sociais. Longe de aprofundar em polêmicas, utilizaremos suas ideias para compreender o meio de comunicação considerado um eficiente lugar da memória – o cinema. A produção cinematográfica é uma narrativa estimulante dos sentidos, sendo um meio eficaz em provocar o envolvimento, a identidade e a imaginação do espectador. Por outro lado, não é novidade encontramos nas ficções traços autobiográficos; senão um filme inteiro, ao menos algumas cenas podem representar acontecimentos significativos nas vidas dos cineastas.

Contar uma história de vida está intimamente relacionado à memória individual e consequentemente pode provocar no indivíduo e no outro um sentimento de pertencimento e identidade à memória coletiva. Uma vez que o

---

* Socióloga pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas-IFCH – Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP

** Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo e docente da Universidade Federal do ABC.

385 "Ex-professor de literatura inglesa no Canadá, professor de diversas universidades dos Estados Unidos e hoje autoridade mundial em comunicações de massas (...) pensador contemporâneo cujas ideias (...) tem provocado as mais acesas e apaixonadas polêmicas intelectuais" (Nota de orelha publicada pela Editora Cultrix).

grande motivador do compartilhamento das histórias de vida é a possibilidade de manter viva uma memória que corre o risco de ser esquecida ou talvez silenciada, nos focaremos na produção cinematográfica destinada aos traumas de guerra. As atrocidades realizadas durante a Segunda Guerra Mundial são temas constantes da filmografia nazista, e hoje podemos assistir a ficções baseadas em fatos reais inspirados tanto nas vítimas quanto nos algozes. A particularidade de "O Ovo da Serpente" está na abordagem de um período que antecedeu o primeiro golpe de Hitler em Munique, quando a perseguição aos judeus e estrangeiros entre 1919 e 1933 não era declarada.

O cineasta Ingmar Bergman nasceu na Suécia em 1918 e teve o primeiro contato com a ideologia nazista em Weimar na comemoração do Dia do Partido quando tinha apenas 16 anos. Por outro lado o filme foi lançado em 1977, quando se consolidavam discussões sobre a ética e os direitos humanos. Em sua autobiografia "Lanterna Mágica" Bergman, além de compartilhar suas experiências de criação para o cinema e teatro, conta sobre sua simpatia e posterior decepção com o Führer. Temos, portanto uma filmagem bastante peculiar a respeito do passado no tempo presente.

Durante a análise destas duas narrativas buscaremos refletir a respeito do envolvimento do cineasta com o Nacional Socialismo e a contraditória relação com este momento de sua vida. Ao mesmo tempo em que explicita a simpatia com o partido ainda na adolescência, justifica-se e até desculpa-se pelo comportamento, baseado na condição psicológica do momento em que vivencia tal experiência. Por outro lado, ainda que o filme traga traços fortes de questionamento e crítica ao movimento nazista, é este o seu permanentemente "filho renegado". Com os anos, porém esta produção hollywoodiana ganhou espaço na crítica sendo também uma das suas produções mais aclamadas.

A PALAVRA FALADA, A PALAVRA ESCRITA E O CINEMA

Enquanto as sociedades tribais constituíram uma relação natural de interdependência à qual chamamos consciência coletiva, os meios de comunicação ainda eram os gestos, os movimentos e os desenhos. Com o desenvolvimento da linguagem, segundo Henri Bergson – citado por Mcluhan – veio a mobilidade para o desenvolvimento da inteligência; consequentemente o homem amplia e divide suas faculdades. Ainda que para a sociedade tribal signifique uma diminuição na consciência coletiva e na capacidade intuitiva, a linguagem oferece a possibilidade de reação imediata na comunicação. "A palavra falada envolve todos os sentidos intensamente" (MCLUHAN, 2007, p.95) e viabiliza uma relação individual e ao mesmo tempo participativa.

Comparando a palavra falada à escrita nos deparamos com novas mudanças nas relações sociais. Enquanto a linguagem é uma rica manifestação dos nossos sentidos e provocadora da apreciação cultural, a palavra escrita rompe esta relação e consequentemente estimula a comunicação visual, os sentimentos de individualismo e a valorização da intimidade. Podemos então interpretar que a palavra escrita veio como um meio propiciador da consciência individual. Ao mesmo tempo a palavra escrita oferece a ascensão ao mundo civilizado e o sentimento de independência, sendo forma de força, poder e unidade. Trata-se de um momento de separação efetiva entre o mundo visual e o auditivo, sacrificando assim o mundo dos significados e percepções.

Conforme tais constatações Mcluhan entende que a escrita racionalizou e unificou os indivíduos, privando-os da utilização intuitiva e natural de todos os sentidos, ora esta percepção compartilha com a história social sua estrutura de reconstrução problemática do passado. Segundo Pierre Nora há uma nítida diferença entre a história social e a memória, enquanto a primeira presa pelo estudo científico, unificado de composição de arquivos e uma reconstrução daquilo que não existe mais, a memória trata o passado como um fenômeno atual, um elo entre o passado vivido no tempo presente. Neste caso a palavra falada e suas características naturais de estimulo à expressão inclusive artística, complementa a multidisciplinaridade da memória e sua manifestação na reflexão filosófica (com Bergson), na personalidade psíquica (com Freud) e na literatura autobiográfica (com Proust).

O cinema é um meio de comunicação mecânico e orgânico, ou seja, está intimamente relacionado à narrativa escrita. Antes de transformado em imagens o filme parte de um roteiro, no entanto sua relação com o público é de estimulo à impressão. No romance e no cinema o narrador (escritor e cineasta) transporta o leitor e o espectador para o seu mundo. O filme tem o poder de armazenar e transmitir grande quantidade de informações – a composição de uma cena exige a incorporação panorâmica de paisagens e personagens, sendo um jogo de justaposição e possibilidades de interpretação. Assim como a memória vive o paradoxo de precisar escrever a história oral, o cinema lida com a realidade ao mesmo tempo em que é uma expressão mágica e direta dos sonhos.

A memória manifestada individualmente reflete a memória coletiva, ainda que Mclohan não apresente sua ideia para os estudos da memória podemos utilizar seu argumento sobre a celebrada técnica do cinema em transformar um fluxo da consciência, um monólogo interior em imagens. Assim, o filme permite o espectador identificar-se com personagens, tipos, lugares, ou seja, por meio de tomadas estáticas o filme propicia ao narrador e ao espectador uma profunda libertação do mundo mecânico.

> "No ponto extremo da mecanização, representado pela fábrica, pelo filme e pela imprensa, os homens pareciam livres para ingressar num mundo de espontaneidade, de sonhos e de singulares experiências pessoais graças ao fluxo de consciência ou cinema interior" (BERGSON. In: MCLUHAN, 2007, p.332)

Com este argumento podemos compreender como "a experiência humana pode enriquecer-se inesperadamente pelo cruzamento e pelo entrelaçamento da vida das formas do meio" (MCLUHAN, 2007, p.333). Sendo a ficção cinematográfica considerada a princípio um meio de entretenimento, podemos reconhecer sua capacidade de interagir com o público. Ainda que seja a justaposição de sonhos e realidades o filme desperta a atenção do público para seu enredo um lugar – se assistimos a uma narrativa que em algum momento provoca o sentimento de identidade ou pertencimento temos então um lugar da memória.

A MEMÓRIA EM "LANTERNA MÁGICA" E "O OVO DA SERPENTE"

Quando assistimos o filme "O Ovo da Serpente" a primeira sensação é de uma enorme angustia, de um incomodo. As cenas são de um silêncio penetrante e se não podemos compreender aquele período da história da Alemanha, ao menos nos compadecemos das situações vividas pelas personagens.

Ler "Lanterna Mágica" é como estar dentro de um filme. Durante a narrativa podemos sentir com Bergman seus incômodos, suas admirações, as conquistas, as perdas, as decepções, as raivas, suas memórias. Senão nos identificamos diretamente com suas histórias ao menos nos transportamos para elas e as vivenciamos. Entre 1918 e 1986 Bergman dirigiu 45 filmes, inúmeras peças teatrais (sendo roteirista e/ou diretor), despediu-se do cinema, distanciou-se de seus pais e da irmã, viu a morte da mãe, do pai e do irmão, casou-se cinco vezes, foi infiel, teve seis filhos, viveu na pobreza e como um burguês, vivenciou vários acontecimentos inspiradores para a composição de cenas fílmicas ou teatrais. Aqui trataremos essencialmente a respeito de seus 16 e 59 anos.

Bergman aprendeu com a mãe a utilizar a indiferença e a alienação para refrear os próprios sentimentos. Suas demonstrações de amor à mãe foram desde cedo reprimidas, devido uma indicação pediátrica nos anos 1920.

> "Toda educação que eu e meus irmãos recebemos baseava-se praticamente em conceitos relacionados com pecado, confissão, castigo, perdão, indulgência – conceitos comuns nas relações entre pais e filhos, e que incluíam a ideia de Deus. Nesse tipo de educação havia uma lógica implícita que nós aceitávamos e julgávamos compreender. Muito provavelmente isto contribuiu para a nossa aceitação passiva do nazismo. Nunca tínhamos ouvido falar em liberdade, desconhecíamos-lhe o sabor. Num sistema hierárquico todas as portas estão fechadas" (BERGMAN, 1988, p. 13)

É na adolescência de Bergman que narra sua experiência direta com o Regime Nazista. Aos 16 anos, em 1934 foi para a Alemanha em regime de intercâmbio por seis semanas. Morou no vilarejo de Haina, entre Weimar e Eisenach, hospedado na casa de uma numerosa família chefiada por um pastor protestante. A casa simples habitava a família de 6 filhos, 3 filhas, o pastor, sua mulher e uma parenta de idade. Ali Adolf Hitler era o "salvador da pátria alemã". Apesar das dificuldades com a língua Bergman relacionou-se solidamente com Hannes o rapaz de sua idade que deveria acompanha-lo à Suécia durante suas férias. "Hannes era um rapaz tal qual o tipo que se via nos jornais de propaganda nacional-socialista; louro, alto, olhos azuis, sorriso sadio, orelhas muito pequenas e a barba a despontar" (BERGMAN, 1988, p.122).

Na escola de Hannes, Bergman pôde assistir a uma aula de religião, observou sobre cada carteira um exemplar de *Mein Kampf* [386], o professor lia trechos de um jornal anti-semita chamado *Der Stürmer*. Ingmar não entendia muito da fala do professor, mas distinguiu inúmeras vezes a frase: "envenenado pelos judeus". Aos domingos ia com a família assistir à missa solene onde o pastor deixava o Evangelho de lado e baseava seu sermão no *Mein Kampf*, após a missa encontravam-se para tomar um café e muitas pessoas vestidas de uniformes se saudavam com o *"Heil Hitler"*. Todos os filhos daquela família pertenciam a organizações: os rapazes à Juventude Hitlerista e as moças à Juventude Feminina Alemã.

Bergman participou do Dia do Partido, celebrado em Weimar com a presença de Hitler e para o qual a família havia conseguido bilhetes para a tribuna de honra. Muito se comentava sobre o evento e chegado o dia a família pôs-se em polvorosa: "tinham lavado e engomado camisas, botas e cinturões foram engraxados, e os jovens saíram de madrugada. Eu e o resto da família iríamos depois, de carro" (BERGMAN, 1988, p.124). Chegaram a Weimar algumas horas antes da parada militar e do discurso de Hitler. O dia estava quente, mas anunciava chuva forte. A cidade estava enfeitada com bandeirolas e grinaldas, as pessoas vestiam suas roupas de domingo ou uniformes, todos católicos e protestantes ocupavam o parque de diversões da antiga praça da cidade. Ao fundo ouvia-se a Ópera R*ienzi*, de Wagner, e após o espetáculo haveria fogos de artifício. Segue-se então a descrição cinematográfica:

> Às três em ponto ouviu-se um barulho semelhante ao de um tufão aproximando-se de nós. O ruído cavo e assustador espalhou-se pelas ruas, fazia eco nas fachadas das casas. Ao longe, no lugar que era o prolongamento da praça, surgiu um cortejo de automóveis pretos, sem capotas. O estrondo aumentou de intensidade, superou o ribombar dos trovões que se ouviam perto, e logo começou a chover a cântaros ao mesmo tempo em que se ouviam detonações festeiras por toda a praça.
>
> Ninguém prestou a menor atenção à borrasca. Todas as atenções, todo o fascínio, toda aquela bem aventurança se concentraram numa pessoa que se mantinha imóvel no longo carro preto, que, vagarosamente, entrara por fim na curva da praça. Sua figura voltou-se então para a multidão. Todos choravam e gritavam como possessos. A chuva escorria pela cara daquele homem cujo uniforme escurecia à medida que ia ficando molhado. Depois, vagarosamente, ele desceu do carro para a passadeira vermelha e, sozinho, dirigiu-se para a tribuna de honra. Os que o seguiam mantinham-se a distância.
>
> De repente fez-se silêncio, só se ouvia o chapinhar da água contra o calçamento e as balaustradas. Por fim o Führer falou. Foi um discurso curto, por vezes solene, outras trocista, os gestos sincronizados e bem estudados. Terminado o discurso a multidão gritou Heil, a trovoada cessou, e o sol surgiu por entre as formações de nuvens cinzento-azuladas. Uma orquestra gigantesca começou a tocar e então iniciou-se a parada. Desfilaram pelas ruas laterais em direção à praça, deram a volta à tribuna de honra, passando depois diante do teatro e da catedral.
>
> Nunca em minha vida vira algo semelhante a essa explosão de força incomensurável. E também gritei e estendi o braço e rugi e adorei como todos os demais. (BERGMAN, 1988, p.125).

Hannes explicou a Bergman que os judeus haviam explorado o povo alemão após a Primeira Guerra e que a unidade do povo alemão contra os judeus se deu graças a Hitler. No seu aniversário Bergman ganhou da família um retrato do líder e pendurou-o na cabeceira de sua cama. Assim, Hitler estaria sempre presente na vida de Bergman que confessa "também eu passei a adorá-lo. Durante muitos anos estive do lado de Hitler, regozijei-me com seus sucessos, lamentei suas derrotas". (BERGMAN, 1988, p 125).

De volta à Suécia, Bergman pôde encontrar uma atmosfera pró-nazismo em sua escola, na família e seu círculo de amizades. Seu irmão foi um dos fundadores e organizadores do partido Nacional-Socialista na Suécia, no qual seu pai votou repetidas vezes. Na escola o professor de História sonhava com "a velha Alemanha" enquanto o de ginástica frequentava reuniões de oficiais na Bavária, alguns pastores de sua paróquia assim como alguns dos melhores amigos sua família eram abertamente favoráveis à "nova Alemanha".

---

386 Minha Luta, de Adolf Hitler. (disponível em: http://radioislam.org/historia/hitler/mkampf/pdf/por.pdf)

Quando as primeiras imagens e testemunhos dos campos de concentração vieram a público, Bergman não pôde acreditar no que via, creditando tudo à propaganda aliada. Mas esse auto-engano não durou muito e quando se deu conta da realidade ficou arrasado e destruído, e o já existente auto-desprezo tornara-se então insuportável. Porém, reavaliando posteriormente a situação, Bergman chegou à conclusão de que sua culpa não era tão grande, afinal encantou-se com o brilho que ofuscava toda a treva daquele idealismo sobre o herói, argumento sedutor a qualquer adolescente. No entanto seu trauma traduziu-se numa postura um tanto estranha e o sentimento de traição o levou a abolir totalmente a política de sua vida. Decisão que, posteriormente, reconheceu estar equivocada.

Em Janeiro de 1976 Bergman foi preso, depois solto e investigado sob a acusação de sonegação de impostos. O roteiro de "O Ovo da Serpente" estava pronto e o cineasta havia conquistado o caráter financiável devido o sucesso de "Gritos e Sussurros", "Cenas de um Casamento" e "A Flauta Mágica".

"O Ovo da Serpente" narra a crise dos anos 1920, mais exatamente a semana que antecede a primeira tentativa de golpe de Hitler em Munique, em Novembro de 1923. Neste período Bergman era uma criança vivendo suas aventuras na Suécia. As filmagens acontecem em 1976 em Munique, na época a declaração universal dos direitos humanos já havia sido publicada inspirada nas atrocidades decorrentes no período. Assim as questões éticas nas pesquisas científicas com seres humanos eram oficializadas. Em "Lanterna Mágica" é notável o quanto este ano foi angustiante para o cineasta alguns acontecimentos influenciaram diretamente nas filmagens.

"O Ovo da Serpente" pode ser considerado um capítulo controverso na filmografia de Bergman. Única empreitada *hollywoodiana,* o filme contou com a produção de um estúdio sediado nos Estados Unidos e a presença de um ator norte-americano David Carradine, no papel principal. As cenas externas foram rodadas em Munique quando Bergman decidiu deixar a Suécia e devido às investigações quanto as contas de suas companhias. Na época do lançamento foi considerado pelo público e crítica "comercial demais" para os padrões do cineasta sueco.

Se há de fato razões controversas quanto à produção, não é possível definir se o motivo é financeiro ou temático. O que podemos observar em "O Ovo da Serpente" é a densidade temática, característica naturalmente bergmaniana, como conflitos existenciais, a relação com a morte, sentimentos de angústia e medo, ou seja, temas que representam a identidade de sua obra. A narrativa do longa-metragem destaca no inicio que única coisa a funcionar é o medo.

A República de Weimar sofre os reflexos da crescente e incontrolável inflação, resultado de políticas compensatórias estabelecidas no pós primeira guerra e a consequente responsável pela crise social. Nas ruas de Berlim de 1923, Abel tenta viver. O protagonista é carregado de conflitos e se entrega ao alcoolismo e promiscuidade. Com Manuela encontra conforto e companhia, mas não há amor, a união parece instintiva e necessidade mutua de consolo. O reencontro com Vergérus coloca Abel em contato direto com experimentos em seres humanos. Os mistérios que rodeiam algumas mortes inspiram Bauer a investigar inclusive Abel, trazendo à tona o antissemitismo e o incomodo com o caos vigente. Restaria recorrer ao misticismo e até neste setor a conclusão é de que resta apenas esperar...

O medo é como um vapor que sobe do asfalto e é absorvido por todos. O sentimento é compartilhado por cada personagem, e todos preveem os momentos de tormentas e tempestades que estão por vir, e mesmo cientes de que é preciso sair de Berlim, continuam vivendo ali. Está a semana de "pré-estréia do hitlerismo", a população vive o ápice do caos econômico e sente os reflexos provocados em suas vidas. O cenário do período constrói personagens em que suas vidas e cotidiano são alterados pelos valores morais emergentes; a necessidade do sentimento nacionalista está presente; o medo de perder a democracia conquistada, ainda que a situação esteja tão degradante; a entrega geral à miséria e vida boemia, como uma alternativa para esquecer o próprio medo e principalmente a sensação de fragilidade e o inevitável conformismo diante dos fatos.

A necessidade dramática das personagens faz referências ao medo latente e traz o presságio ao nazismo, nas cenas há o judeu comerciante, o alemão democrata com traços xenofóbicos, os alemães ideologicamente nazistas, o judeu estrangeiro totalmente deslocado, a mulher ingênua esperançosa de apenas passar por uma fase, os entregues à prostituição, os que sentem fome e buscam meios para saná-la, as vítimas de experiências científicas, os suicidas e o alemão aterrorizado pelos acontecimentos estranhos dentro de uma clínica.

Podemos observar no filme algumas cenas que retratam momentos presentes na autobiografia de Bergman. Suas memórias são vividas no tempo presente e assimiladas em lembranças do passado. Uma das mais chocantes é a de um

cavalo morto, ainda preso à carroça sendo dissecado pelos famintos transeuntes. Abel passa pelo local e uma mulher oferece um pedaço da carne. Esta cena é uma tentativa (frustrada segundo Bergman) de descrever o seu sonho com Munique. No sonho ele anda sozinho pelas ruas da cidade alemã quando um grupo de pessoas retira da água um enorme cavalo morto. Em outra cena Abel é preso e está confuso, angustiado, inquieto e com medo, sem entender o porquê de estar alí sendo interrogado pelo delegado Bauer. Em Janeiro Bergman foi preso e interrogado por um delegado chamado Bauer, Bergman sentia-se perdido, não sabia responder ao delegado sobre as questões levantadas quanto às declarações financeiras de suas companhias produtoras. Outra cena significativa é quando Abel acorda na clínica após ter passado dois dias sedado, visto ao seu segundo ataque de nervos, depois de assistir ao suicídio de Vergerus e todas suas revelações quanto às chamadas experiências pseudocientíficas nazistas. O próprio Bergman teve um colapso nervoso e apagou por alguns dias quando se descobriu perseguido pelos fiscais. Há várias cenas neste filme de significativas referências autobiográficas, sendo todas elas unidas pela temática do nazismo.

A profundidade com que Bergman trata a temática nazista em "O Ovo da Serpente" faz com que o filme possa ser considerado uma reavaliação madura daquele período. Deparamo-nos com a linguagem do diretor adulto, crítico e profundamente sensibilizado pela sua relação de simpatia com um modelo político de degradação humana. Durante toda narrativa de "Lanterna Mágica" o cineasta cita as influencias hitleristas em sua vida e na de seus próximos. No entanto o diretor não nega a simpatia da adolescência e condena a abordagem adulta.

Referências bibliográficas:

BERGMAN, Ingmar. "A Lanterna Mágica". Rio de Janeiro: Editora Guanabara S.A, 1988

BERGMAN, Ingmar. "Roteiro: O Ovo da Serpente". Versátil e Metro Goldwyn Mayer. EUA, 1977.

HALBWACHS, Maurice. "A memória coletiva". Tradução Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro Editora, 2006.

MCLUHAN, Marshall. "Os meios de comunicação como extensão do homem". Tradução Décio Pignatari. São Paulo: Cultrix, 2007.

NORRA, Pierre. "Entre Memória e História: a problemática dos lugares". In: Projeto História. São Paulo: PUC, n. 10, pp07-28, dezembro de 1993.

POLLAK, Michel. "Memoria e identidade social". Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.5, n° 10, 1992, p. 200-212.

_____. "Memória, esquecimento, silêncio". Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.2, n° 10, 1989, p.3-15.

RICHARD, Lionel. "Capítulo IV – Caos, reerguimento e retorno da crise". In: A

República de Weimar (1919-1933). São Paulo: Companhia das Letras: círculo do livro,

1988.

O SABER E O FAZER DAS PARTEIRAS TRADICIONAIS: APRENDIZAGENS PERPETUADAS NO ESPAÇO DOMÉSTICO

Amarildo de Paula Batista[387]

Maria Celi Chaves Vasconcelos[388]

INTRODUÇÃO

Ao longo do tempo, os cuidados oferecidos ao corpo, principalmente, das mulheres e das crianças, tornaram-se atividades femininas privativas, decorrentes, principalmente, de valores morais e culturais existentes em diversas sociedades. Nesse sentido, a atividade de prestar assistência durante o momento do parto acabou sendo assumida pelas mulheres, que se especializaram nesta atividade, tornando-se conhecidas como parteiras. Diniz (2004) afirma que:

> Na antiguidade, o parto era assunto de mulher, as parteiras eram muito respeitadas e cuidavam da mulher integralmente: além de assistir aos partos, prescreviam anticoncepcionais, praticavam o aborto, tratavam todas as doenças ginecológicas em geral e a mulher como um todo. (DINIZ *apud*, SILVA, 2004, p. 30).

O ambiente doméstico culminou por ser o local disponível para o nascimento e para a realização do parto. A condição de lidar com o corpo feminino, na hora do parto, passava pela necessidade de se obter o consentimento moral e ético, consentimento esse de que as mulheres parteiras se valiam, pois era proibitivo aos homens. Essa exclusividade para lidar e atender outras mulheres, fez das parteiras tradicionais[389] detentoras de conhecimentos a respeito do ato de partejar que, reunidos à prática, acabaram tornando-as legitimadas para atuar.

Além disso, tratava-se de uma prática que pertencia à esfera privada, ou seja, os fazeres e os saberes eram aprendidos e perpetuavam-se no espaço doméstico, sendo repassados, oralmente, pelas parteiras mais experientes às leigas.

---

387 Mestre em Educação pela Universidade Católica de Petrópolis – UCP; Especialista em Gestão Ambiental pela Universidade Federal de Juiz de Fora; Bacharel e Licenciado em Enfermagem pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF.

388 Professora da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ; Professora do Programa de Mestrado da Faculdade de Educação da Universidade Católica de Petrópolis – UCP; Pesquisadora do CNPq nas áreas de políticas públicas e história da educação.

389 Parteiras tradicionais é a denominação dada às mulheres que auxiliam e realizam partos, e que aprenderam o ofício de partejar de forma empírica. Nesta pesquisa, é utilizado o termo como simplesmente "parteira" como sinônimo de "parteiras tradicionais", diferenciando-se de outra denominação como parteiras diplomadas ou outras pessoas que realizam partos (médicos e enfermeiras).

Mais tarde, esse conhecimento tornou-se tão importante que vai ser alvo de disputa entre as parteiras tradicionais que exerciam essa ocupação, há muito tempo, e os profissionais médicos chancelados pelos certificados de formação (BRENES, 1991; SOUSA, 2007).

> Com a profissionalização médica dos cuidados referentes ao ato de nascer, reivindicados por profissionais graduados, ocorreu a criminalização desta prática tão comum de parteiras. A disseminação da idéia de que a realização do parto consistia num evento de possível e iminente risco à vida da mãe e do bebê, propiciou criar a impressão de que era necessária a intervenção profissional. Neste contexto, nasce a denominação de distócia, termo utilizado para descrever o parto que apresentava algum grau de risco, não sendo possível ser acompanhado por pessoas leigas e sem formação médica. Para dar conta de tal evento, era necessário, pela normatização, deter amplos conhecimentos, ditos como desconhecidos pelas parteiras que eram, muitas vezes, também, analfabetas.

Esse processo de descrédito e desvalorização de práticas tradicionais como a das parteiras, consolida-se com o atual modelo sócio-econômico predominante. A literatura registra que é em meados do século XIX, com a hospitalização do parto, que ocorre a transformação da prática da obstetrícia em uma especialidade lucrativa.

> Mesmo com toda a tentativa de acabar com as atividades das parteiras tradicionais, no Brasil, elas resistiram e mantiveram as suas práticas, chegando às últimas décadas do século XX, ainda em atuação, particularmente, em pequenas cidades do interior. Um motivo a se considerar está na necessidade de suprir as falhas existentes no atendimento à saúde. Assim, "as falhas no sistema de saúde e as desigualdades sociais e regionais presentes principalmente nas zonas rurais, possibilitaram, ainda no século presente[390], a atuação das parteiras" (BESSA, 1999, p. 2051).

Todavia, como o número de parteiras tradicionais reduz-se a cada ano, seja pela "proibição" do ofício, seja pelo descrédito e temor que se tentou imputar as suas práticas, existe, cada vez mais, a possibilidade de se perder os conhecimentos adquiridos empiricamente, ao longo de décadas, bem como o registro da forma pela qual eles eram aprendidos, uma vez que a atividade desta prática milenar foi disseminada, principalmente, por meio de relatos orais. Desse modo, o papel social que as parteiras desempenharam por muito tempo, em alguns casos até os dias atuais, passou a ser alvo de diversos estudos e pesquisas.

No caso da presente pesquisa o foco está nos processos de ensino e aprendizado das parteirasm, que foram sendo, aos poucos, esquecidos ou suplantados pelos conhecimentos científicos, consistindo, portanto, em abordar os conhecimentos que as parteiras tradicionais possuíam acerca da arte de partejar, como elas aprendiam e ensinavam o seu ofício, uma vez que tais conhecimentos, estritamente empíricos, não são encontrados em livros e manuais.

Para tanto, foram utilizados procedimentos tomados da metodologia de história oral apresentando, por meio de memórias e narrativas, parte da trajetória de vida de parteiras tradicionais, que conseguiram ser a expressão de uma das formas mais dinâmicas e contraditórias da sociedade do conhecimento: o empírico *versus* a cientificidade. Destarte, para investigar o processo de aprendizagem de seu ofício, justifica-se a escolha por procedimentos da história oral, pois a mesma "privilegia, enfim, a voz dos indivíduos, não apenas dos grandes homens, como tem ocorrido, mas dando a palavra aos esquecidos ou 'vencidos' da história" (FREITAS, 2006, p. 29).

Com efeito, apresenta-se o resultado parcial da pesquisa realizada, através do relato de sete parteiras, encontradas em cidades do interior de dois estados brasileiros, Rio de Janeiro e Minas Gerais, ouvidas a partir de entrevistas semi-estruturadas, com questões norteadoras a serem indagadas, porém com a liberdade para que as entrevistadas discorressem livremente e relatassem suas histórias, bem como a possibilidade de novos questionamentos.

Para facilitar a concordância em participar da pesquisa e favorecer a imaginação na recomposição das lembranças, possibilitando às parteiras reconhecer as pessoas, o ambiente, materiais e utensílios utilizados,

---

390 Referente ao século XX.

optou-se por realizar as entrevistas em seus domicílios. Da mesma forma, com o intuito de garantir o anonimato e possibilitar a identificação das entrevistadas optou-se por denominá-las pelos nomes das estrelas que fazem parte da constelação de Andrômeda[391]. Isso porque, as estrelas, de maneira geral, apareceram nas entrevistas como uma referência das parteiras, seja por afirmarem que grande parte das crianças nascia à noite, seja por também relacionarem os nascimentos ao movimento dos astros, como pode ser constatado no decorrer de seus depoimentos.

Além disso, foi levado em conta o fato de que, as parteiras entrevistadas são, em sua maioria, pessoas com pouco ou nenhum estudo, constituindo um limitador na coleta de dados para a pesquisa. Sendo assim, a escolha dos procedimentos priorizou a oralidade, mas não descartando a possibilidade de deparar-se com entrevistadas que podiam não compreender as perguntas ou simplesmente não saberem expressar em palavras aquilo que é do campo da prática.

Após a fase pré-analítica dos relatos obtidos, os dados foram agrupados em torno de um tema geral: *As parteiras e os seus saberes*. A partir daí, os depoimentos proporcionaram a subdivisão em quatro categorias de análise: apresentação das parteiras; histórias de vida; os saberes e os fazeres das parteiras; e, finalmente, saberes esquecidos ou desapropriados, o silenciar das mulheres parteiras, quando as próprias parteiras relatam sua opinião sobre essa realidade.

HISTÓRIAS DE VIDA E MEMÓRIAS DE PARTEIRAS

As parteiras tradicionais são mulheres, cujos conhecimentos foram obtidos, paulatinamente, pela "curiosidade", "tentativa", e com intermináveis correções e aperfeiçoamentos. O local de aprendizagem foi o "mundo da vida", como afirmado por Gohn (2006), para caracterizar sujeitos que não dispunham de saberes formais e que, muitas vezes, aprendiam o seu ofício no ímpeto de solucionar problemas.

O contato inicial com as parteiras revelou sentimentos díspares, algumas demonstrando dúvidas e desconfianças com relação aos objetivos da pesquisa, especialmente apreensão quanto à utilização das informações de seus relatos, enquanto outras consideravam as suas falas pouco interessantes ou mesmo "bobiça" como uma delas auto denominou o seu relato. Nesse sentido, Michelle Perrot (2007) sinaliza que, quanto à valorização e reconhecimento das mulheres na história, acredita que "são elas mesmas que destroem, apagam esses vestígios porque os julgam sem interesse... uma desvalorização das mulheres por si mesmas" (PERROT, 2007, p. 17).

Os relatos das parteiras foram feitos em meio a "um ar de nostalgia", principalmente, quando iniciavam a fala e revisitavam as histórias guardadas em suas memórias, adormecidas pelo tempo. Representações individuais compartilhadas socialmente pela prática desempenhada, apareciam, comumente, em frases como "era só pra ajudar", "se não ajudasse, a mulher tava sofrendo", "Deus que deu esse dom", ou "eu fui e fiz direitinho", durante as suas falas. Histórias distantes foram sendo relembradas enquanto a entrevista foi transcorrendo...

> Fiz meu primeiro parto em casa. Foi da Cidinha, eu tava com 18 ou 20 anos. Naquele meu tempo, nascia tudo em casa, era todo mundo em casa. Ela trabalhava num consultório e mandou me chamar lá (casa) e falou: ó eu vou ganhar nenê hoje e vou ganhar com a senhora, viu? Foi bom demais, acho que por isso que até eu animei continuar fazendo. No hospital não tinha enfermeira e o médico só vinha vez ou outra. Mas, hoje ganha tudo no hospital,

391 Andrômeda possui estrelas vistas do nosso planeta: Sirrah, Mirach e Almach, e possui estrelas menores: Adhil, Kappa, Zeta e Omicron.

> né? As mulheres não querem saber de parteira mais não. Aí eu fui lá e falei prá esperar um mucadinho (pouquinho). Aí eu preparei tudo e a menina dela nasceu.[392]

Percebe-se na narrativa da parteira que o procedimento de realizar o parto na casa da parturiente era algo muito comum e encarado com muita naturalidade, especialmente, para quem o estava realizando pela primeira vez. As narrativas das outras parteiras revelaram a mesma naturalidade na iniciação do ofício.

> Ah! A primeira vez foi muito rápido, que não deu tempo nem prá pensar se sabia ou não sabia fazer. Quando vieram me chamar prá acudir a moça, já tava nascendo. A primeira veio nascendo. Veio de bumbum. Aí veio nascendo, a menina veio e agarrou no queixinho. Aí eu fui ajeitando devagarzinho com a mão. A gente ajeita que é pra não agarrar e pronto, depois solta e fica tudo bem. Se vier de cabeça é melhor, mais fácil.[393]

Ficou evidente, durante as narrativas, em que situações as parteiras foram chamadas para realizar o primeiro parto: situação de nascimento iminente, na maioria dos casos, lembradas pelo fato de serem a pessoa mais próxima ou por não haver outra pessoa conhecida com quem as parturientes pudessem contar. O pedido de auxílio num momento em que a criança já se encontrava nascendo não oferecia praticamente outra alternativa. Além dessa situação, as parteiras relataram o sentimento de "responsabilidade", de "solidariedade" e "destino".

> Estava em casa quando ouvi o grito de um menino pedindo para ajudar a mãe dele que já ia ter criança. A mulher era minha vizinha e o filho dela veio me chamar porque a parteira que fazia os partos daqui tava demorando chegar. Eu nunca tinha feito nenhum parto.[394]
>
> Eu já tinha três filhos que nasceram dessa parteira. Mas, fazer eu nunca tinha feito, só tinha visto como é que ela fazia. Então eu fui lá ver o que estava acontecendo. Ela gritava muito e eu sabia que já ia nascer, porque comigo foi a mesma coisa. Então fui preparando as coisas pra ajudar a parteira pra quando ela chegasse. Mas não deu tempo não. A parteira demorou chegar e eu mesma que tive que fazer o parto. Graças a Deus deu tudo certo. Deus me iluminou na hora e eu lembrei direitinho como é que a parteira tinha feito comigo.[395]
>
> As mulheres já sabiam que eu acompanhava a parteira. Uma noite que eu tava em casa, ele (marido) chegou de cavalo e o lampião na mão, porque era noite escura e não tinha luz não. Fui lá e fiz os exames e falei pra ele acender fogo. A gente esquenta água e azeite pra fazer o parto. Demorou bastante, quando a criança apontou e logo nasceu. Nessa hora a gente pega

---

392 Parteira denominada como Omicron.

393 Parteira denominada como Adhil.

394 Parteira denominada como Mirach.

395 Parteira denominada como Mirach.

> com Deus e com Nossa Senhora do Bom Parto pra dar força pra nascer tudo direitinho e não ter problema. E graças a Deus foi assim.[396]

Nesse contexto, de improviso, os seus saberes foram se transformando em saber-fazer. O saber que fora adquirido, ora observando parteiras mais experientes realizando o parto, ora sendo co-participante do próprio parto, serviu como suporte no momento de realizar o primeiro parto. Além disso, o sentimento religioso, bem como a fé e a crença em algo superior e divino ou místico, que se encarregaria de encaminhar os acontecimentos a contento, exerceu uma influência positiva no lado emocional das parteiras, diante das suas dificuldades.

> Na hora do aperto Deus é por nós.[397]

> Eu acho até que foi proteção dela (Tia morta). Na hora do aperto ela me protege, por que ela foi parteira. Foi ela que fez o parto de minha mãe quando eu nasci.[398]

Quando as suas intervenções não eram suficientes recorriam a poderes mágicos, sobrenaturais e místicos, pois as rezas e as orações sempre foram práticas comuns entre as parteiras. Uma "reza" muito utilizada era a oração de São Bartolomeu:

> Eu aprendi uma reza pra ajudar na hora do parto. É oração de São Bartolomeu. Diz que sempre ajuda, eu mesma já rezei muitas vezes e dava tudo certo.[399]

Perguntada se sabia de onde vinha essa fé em São Bartolomeu, e por que ele auxiliava no parto, a parteira respondeu:

> É porque as parteiras ensinavam assim. Agora porque não sei não. Só sei que quando a parteira pega com Deus e reza a oração não tem falha.[400]

---

396 Parteira denominada como Kappa.

397 Parteira denominada como Zeta.

398 Parteira denominada como Adhil.

399 Parteira denominada como Mirach.

400 Parteira denominada como Mirach.

Constata-se que os saberes e fazeres das parteiras tradicionais não foram elaborados ou adquiridos a partir de livros ou manuais, mas da experiência vivenciada por intermédio de outras parteiras mais experientes e também confiantes "na intervenção divina". De acordo com Mindlin (2002) "muitas parteiras dizem, assim, que não aprenderam com ninguém – negam a influência humana. Ser parteira é um dom... mas, além de privilégio, é também uma obrigação e uma responsabilidade social" (MINDLIN, 2002, p. 18). A autora ressalta ainda que são saberes de uma boa parte de mulheres que "nunca passaram por instrução formal ou escola ... exercendo o ofício de trazer gente ao mundo, com base em crenças e costumes comunitários, de origem indígena ou outra" (MINDLIN, 2002, p. 15), transmitidos pela oralidade.

As narrações das parteiras demonstram que elas acumulavam aprendizagens em cada parto que realizavam, como sendo particular e único. Esse tipo de pensamento, ou seja, individualização da assistência ao parto é corroborado por Brenes (2008), ao mencionar que cada momento que envolve o parto, a gravidez e o nascimento, é único. Esse pensamento também é compartilhado por Ângela Gerhke, parteira alemã diplomada que realizou mais de mil partos em favelas e residências, na cidade de São Paulo. Ela considera que "não existe nada na obstetrícia que possa ser generalizado, cada caso é um caso, cada parto é um e cada mulher é uma... tem que entrar no ritmo dela" (FERNANDES; SÁ; SODRÉ, 2000, p. 7).

Brenes (2008) considera ainda que os saberes domésticos sempre estiveram no campo de domínio das mulheres, ou seja, a elas pertenciam os saberes relacionados ao espaço privado, a casa, enquanto os homens se ocupavam do espaço público. Estabelecida a definição de papéis sociais, esses saberes foram sendo repassados de mulheres para mulheres, por séculos, empiricamente. De acordo com Lévi-Strauss, saberes como os aprendidos pelas parteiras demonstram "a importância do conhecimento tradicional... ao afirmar a existência da elaboração de técnicas muitas vezes complexas, que permitem, por exemplo, transformar grãos ou raízes tóxicas em alimentos" (LEVI-STRAUSS, 1989, *apud* DIEGUES E ARRUDA, 2001, p. 46).

As parteiras revelaram, ainda, algumas peculiaridades relativas aos seus saberes. Um exemplo citado por elas foi relacionado ao horário de nascimento das crianças. Afirmaram que as crianças nasciam com maior frequência durante a noite e que haveria influência da lua no quantitativo e na facilidade ou dificuldade de nascimento dos bebês.

> Criança é danada pra querer nascer só de noite, né? O que será isso?[401]
>
> A maioria dos partos era de noite. Às vezes a mulher mandava chamar de tarde e pelejava o dia todo e não nascia. Ia nascer só de noitinha ou então de madrugada. Acho que é por causa da lua, minha mãe falava assim. Diz ela que era por causa da lua.[402]
>
> Ih! Como nascia de noite. Às vezes era aquela noite escura, a gente ficava lá esperando a hora de nascer só com a luz da lamparina acesa. Às vezes ficava até com o nariz cheio de fumaça, que só vendo. Quantas vezes eu saia pra fazer parto e voltava pra casa só depois que amanhecia o dia, porque a criança demorava nascer. Quando era noite de lua cheia então, nem se fala. Danava pra nascer criança pra aquelas roças.[403]

---

401 Parteira denominada como Kappa.

402 Parteira denominada como Almach.

403 Parteira denominada como Kappa.

> Nascia muito em noite de lua cheia. Na lua minguante não nascia. Nascia pouco. A lua minguante é vagabunda, não nasce muito não.[404]
>
> Teve noite que eu tive que acudir duas mulheres, na mesma noite, no hospital. O médico não tava lá e a moça que fazia faxina que me ajudou.[405]
>
> A parteira era velhinha e falava que em noite de lua cheia tinha que preparar as coisas, quando tinha mulher grávida. Quando era noite de lua cheia ela falava: é certo que vai nascer criança. No hospital o doutor também falava que nunca viu nascer tanta criança de noite.[406]

Apesar da empiria contida nos relatos, pode-se ao menos afirmar que deve existir uma coincidência bastante expressiva a ponto de todas as parteiras acharem que a lua influenciava na hora do parto. Em uma entrevista à ONG *Amigas do Parto*, uma médica observou esta mesma coincidência.

> A ginecologista obstetra Vera Lúcia Favilla Coimbra, com 26 anos de formação e mais de 20 mil partos realizados, diz que não chega a usar as mudanças da lua para programar o parto das pacientes. Mas que, conforme disse, "a coincidência fala mais alto". Segundo ela, o seu recorde de partos foi num dia de transição de lua crescente para cheia, em 1981. Naquele plantão noturno de um hospital público, Vera fez, sozinha, 28 partos. Nos outros dias de transição, era normal fazer entre 20 e 25 partos. Na tentativa de uma explicação para o fenômeno, a médica diz que, por tradição, os ciclos menstruais da mulher são contados pelo sistema do mês lunar, com apenas 28 dias. A gestação também obedece o mesmo ciclo. Em média, são contados nove ciclos da lua – e não nove meses completos –, desde a fecundação até o momento previsto do parto. (MOURA, 2007, s/p.)

As parteiras, em sua maioria, não são alfabetizadas ou possuem poucos anos de estudo, encontrando na oralidade a forma de contar e repassar os seus ensinamentos. Muitas vezes, elas estiveram distantes do ensino formal por questões culturais.

> Meu pai não deixou estudar... Falava que mulher tinha que cuidar da casa.[407]

---

404 Parteira denominada como Sirrah.

405 Parteira denominada como Adhil.

406 Parteira denominada como Omicron.

407 Parteira denominada como Kappa.

> A gente ia na escola quando dava, era de vez em quando. A sala tinha criança de tudo que é idade, que eu nem sabia que ano tava estudando. Era tudo misturado.[408]
>
> Eu tinha uma patroa que me ensinava ler e escrever. O marido dela também ajudava, mas era mais a mulher dele. Uma forma de não esquecer e praticar o que meus patrões me ensinavam era escrever. Eles falavam assim pra mim, vai treinando, vai treinando se não esquece. Então eu escrevia o nome das crianças no caderno. O dia que nasceu também, mas desenhar número é mais fácil, foi a primeira coisa que aprendi. Aí eu ajudava as mulheres e elas me ajudavam também porque eu queria treinar a escrita pra não esquecer. Lá ia esquecendo, anotava se era menino homem ou menina também.[409]
>
> Ah! Se eu pudesse voltar nos meus 25 anos eu seria parteira sim, porque Deus quis que eu fosse. Mas, ia estudar também pra ser alguém na vida. Se eu fosse estudada podia ajudar muito mais, porque tem coisa que a gente não sabe, não. O doutor sabe muita coisa. Ele explicou muita coisa pra mim. Mas tem coisa que eu ensinei a ele também. Por que chegou aqui novinho e nunca tinha feito parto. Aí ele pediu pra eu ir fazendo do jeitinho que fazia que ele ia ficar espiando pra ver como é que eu fazia. Ele não quis falar não, mas eu desconfio que ele ainda não sabia apanhar criança.[410]

Algumas práticas das parteiras já foram reconhecidas e avaliadas como de grande importância para ampliar o leque de ações de assistência ao parto, principalmente, tendo em vista as recomendações da OMS[411] e MS[412] de incentivo ao parto normal e a humanização da assistência ao parto.

Os saberes e os fazeres das parteiras perpetuaram-se, ao longo do tempo, praticamente sem sofrer alterações nos procedimentos, ou seja, na forma de auxiliar o nascimento dos bebês. São aprendizagens específicas de um grupo de mulheres, que se perpetuaram entre elas, estabelecendo certa identidade. Suas práticas e seus fazeres permanecem latentes em suas memórias, contudo é provável que seus saberes sejam apagados pelo esquecimento ou pela desapropriação, uma vez que a oralidade é a principal fonte, se não a única, de acesso aos conhecimentos das parteiras. Para que seus saberes e fazeres se mantenham vivos é necessário estudos, pesquisas e registros de suas práticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

408 Parteira denominada como Almach.

409 Parteira denominada como Omicron.

410 Parteira denominada como Omicron.

411 Organização Mundial de Saúde – OMS.

412 Ministério da Saúde – MS.

A possibilidade de contato com parteiras tradicionais, ainda não influenciadas pelas mudanças sociais, torna-se cada vez mais rara, especialmente, nas regiões sul e sudeste, campo deste estudo. Entretanto, vale a pena refletir quantas ainda serão, na atualidade, as parteiras tradicionais que continuam desempenhando o seu ofício, e colocando em prática os saberes e fazeres aprendidos ou herdados de suas ancestrais.

Os locais onde estas mulheres atuavam e ainda atuam abertamente e com "pseudo-reconhecimento" são lugares distantes e negligenciados por muitas autoridades e profissionais, que não encontram motivos de se fazer presentes ou menosprezam as necessidades dessas populações.

No Brasil, caracterizadamente, as parteiras são mulheres que ofereceram auxílio às parturientes em momentos em que não era possível contar com outro tipo de assistência. Nesse sentido, desenvolveram e aperfeiçoaram técnicas de realização do parto, no ambiente doméstico, colocando o seu saber à disposição da comunidade.

As mudanças ocorridas na sociedade, no último século, encarregaram-se de colocá-las em uma linha tênue entre a assistência necessária e a ilegalidade de uma prática. Hoje, esse campo pertence a um grupo de profissionais que conquistou a hegemonia nessa área de conhecimento, mas que, muitas vezes, aprenderam a arte de partejar com as parteiras. Aquelas que resistiram às mudanças e mantiveram viva essa tradição de auxiliar a parturiente, permanecem oferecendo préstimos aos grupos sociais mais desfavorecidos e que não tem acesso aos meios considerados "modernos" na medicina.

O quanto as parteiras vão resistir às mudanças sociais não é fácil de precisar, mas, seguramente, o tempo em que manterão intactas as lembranças dos saberes milenares que foram aprendidos com a prática do dia a dia, aperfeiçoados a cada parto realizado e transmitidos oralmente para outras aprendizes, será bem mais breve.

No entanto, o significado atribuído ao seu ofício e a forma com que o processo de aprendizagem ocorria ainda pode ser recuperado, em parte, trazendo uma contribuição significativa também ao campo da educação, pois demonstra, mais uma vez, a importância do espaço doméstico como lugar de ensino, formação e preservação dos saberes.

Referências bibliográficas:

BESSA, Lucineide Frota**.** Condições de trabalho de parteiras tradicionais: algumas características no contexto domiciliar rural. Rev. Esc. Enf. USP, v.33. n.3, p.250-4. set. 1999.

BRENES, Anayansi Correa. *Bruxas, comadres ou parteiras: a obscura história das mulheres e a ciência*; dos contornos do conflito parteiras e parteiros franceses. Belo Horizonte: Coopmed, 2005.

BRENES, Anayansi Correa. História da parturição no Brasil, século XIX. *Cadernos de Saúde Pública*. Rio de Janeiro, v.7, n.2, 1991. Disponível em: <http://www.scielosp.org/scielo.php. Acesso em: 23 Ago 2008. doi: 10.1590/S0102-311X1991000200002.

BRENES, Anayansi Correa. *Parteiras: escolas de mulheres*. 1ª ed. Belo Horizonte, 2008.

DEL PRIORE, Mary. Magia e medicina na Colônia: o corpo feminino In: DEL PRIORE, Mary (org.) *História das mulheres no Brasil.* São Paulo: Contexto, 2007.

DINIZ, Carmen Simone Grilo. Assistência ao Parto e Relações de Gênero: elementos para uma releitura médico-social. São Paulo. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, 1996.

SILVA, Adriana Tanese Nogueira da. A carne se faz verbo: o parto de baixo risco visto pela ótica das mulheres. São Paulo. Dissertação de Mestrado apresentada à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2004.

FADYNHA. *A doula no parto: o papel da acompanhante de parto especialmente treinada para oferecer apoio continuo físico e emocional à parturiente.* São Paulo: Ground, 2003.

FERNANDES, Betânia Maria; SÁ, Eliane Rabelo de; SODRÉ, Thelma Malagutti. O parto e o nascimento na ótica de uma parteira alemã – Entrevista. *Revista de APS,* Juiz de Fora, ano 2, n. 6, p. 6-9, jul./nov. 2000.

FREITAS, Sonia Maria de. *História oral: possibilidades e procedimentos*. 2ª ed. São Paulo: Humanitas, 2006.

GOHN, Maria da Glória. *Educação Não-Formal e Cultura Política*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.
GOHN, Maria da Glória**.** Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. *Ensaio:* Aval. Pol. Públ. Educ., Rio de Janeiro, v.14, n.50, p. 27-38, jan./mar. 2006.

LEVI-STRAUSS, Claude. O Pensamento Selvagem. *In*: DIEGUESS, Antônio Carlos; ARRUDA, Rinaldo S. V. (Orgs.). *Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2001.

MELO, Victor Hugo de. Evolução histórica da obstetrícia: A marginalidade social das parteiras e da mulher. Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1983. In: SILVEIRA, Sandra Cristina da. A assistência ao parto na maternidade: representações sociais de mulheres assistidas e profissionais de saúde. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

MINDLIN, Betty. As parteiras do Amapá. In: JUCA, Luiz; MOULIN, Nilson (Org.). *Parindo um mundo: Janete Capiberibe e as parteiras do Amapá.* São Paulo: Cortez, 2002.

MOURA, Carlos. *Lua cheia de bebês.* ONG Amigas do Parto. Set. 2007. http://www.amigasdoparto.org.br/2007. Disponível em: Acesso em 12/12/2009.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. (1996). *Maternidade Segura, Assistência ao parto normal: um guia prático,* OMS/SRF/MSM. Disponível em: http://www.abcdoparto.com.br/Assistencia/AssistenciaPartoNormal-OMS.htm. Acesso em 15/04/2009.

PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007.

VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. *A Casa e os seus mestres: a educação no Brasil de oitocentos.* Rio de Janeiro: Gryphus, 2005.

WEBER, Beatriz Teixeira**.** *As artes de curar: medicina, religião, magia e positivismo na República Rio-Grandense – 1889-1928.* Santa Maria: UFSM; Bauru: EDUSC, 1999.

OS NARRADORES DO DESMEMBRAMENTO POLÍTICO E ADMINISTRATIVO DO MUNICÍPIO DE Batayporã - MS

Danilo Leite Moreira*

INTRODUÇÃO

Em uma conversa informal que tive com um descendente de tchecos no ano de 2010, ouvi a afirmação de que Batayporã teria se desmembrado do atual município de Bataguassu, e não do município de Nova Andradina. Fiquei me perguntando o por quê daquela afirmação, que ele procurava defender com tanta veemência. Eu já sabia que Batayporã transformara-se em município no dia 12 de novembro de 1963, obedecendo à lei número 1.967, proposta na Assembléia Legislativa Estadual. Por meio da lei de criação, sabe-se que Batayporã foi, na verdade, desmembrado do atual município de Nova Andradina. Ambos os municípios fazem parte hoje da região conhecida como Vale do Ivinhema.

Para realizar o estudo proposto, foi necessário buscar autores que discutissem o conceito de região. Para o sociólogo Pierre Bourdieu,

> *A regio e as suas fronteiras (fines) não passam do vestígio apagado do acto de autoridade que consiste em circunscrever a região, o território (que também se diz fines), em impor a definição (outro sentido de finis) legítima, conhecida e reconhecida, das fronteiras e do território, em suma, o princípio de di-visão legítima do mundo social. Este acto consiste em afirmar com autoridade uma verdade que tem força de lei é um acto de conhecimento, o qual por estar firmado, como todo o poder simbólico, no reconhecimento, produz a existência daquilo que anuncia [...] (BOURDIEU, 2007, p. 113-114).*

Quando da formação de regiões (*regio*) não ocorre muito diferente do que acontece quando se cria um município: o governador do Estado (*rex)* estabelece as fronteiras (*Regere fines)*, impondo uma lei de criação. Por isso, as fronteiras ou limites de um município, demarcados e estabelecidos por leis de criação, não passam de atos estabelecidos pelo Estado, fazendo com que o poder simbólico inscrito em um pedaço de papel, seja imposto a todos. Foi pensando nessas ideias que ouso afirmar que aquele descendente de tchecos não estava totalmente errado ao afirmar que Batayporã "pertenceu" ao município de Bataguassu, pois, segundo a lei de criação, Bataguassu transformou-se em município no dia 11 de dezembro de 1953, por meio da lei número 683, incorporando as terras dos atuais municípios de Nova Andradina, Anaurilândia e Batayporã.

Segundo a historiadora Janaína Amado, o conceito de região vem se modificando principalmente para alguns geógrafos, pois "[...] afirmam, este conceito de região é incapaz de apreender a historicidade e as contradições sociais que impregnam um determinado espaço" (AMADO *In*: SILVA, 1990, p. 8). As regiões constantemente sofrem modificações, assim, suas variações dão novas características e acabam por surgir ou criar novas regiões, por isso vem sendo proposto por geógrafos da chamada "geografia crítica", novos conceitos para a palavra região, livrando pesquisadores do anacronismo. Amado mostra que a definição da palavra região, seja em qualquer corrente teórica de

* Graduado pelo curso de licenciatura em História, pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/Campus de Nova Andradina (UFMS/CPNA).

estudo, tem um único objetivo, ou seja, "[...] a idéia de região, não importa qual o conteúdo lhe seja conferido, relaciona-se basicamente com a noção de espaço. O conceito de região surgiu da necessidade do Homem entender e ordenar as diferenças constatadas no espaço terrestre [...]" (1990, p. 10).

Todo pesquisador que se envolve com a história regional deve ter a preocupação em não cometer anacronismos, pois as regiões aparecem e desaparecem com o passar do tempo. Assim, não se poderia falar em município de Batayporã ou mesmo de Nova Andradina, em 1953, se tais localidades pertenciam às regiões fronteiriças ou limítrofes da comarca de Bataguassu.

Primeiramente, foi criado Corumbá, no ano de 1850, pela lei de criação provincial número 12, com o nome de Vila de Nossa Senhora da Conceição de Albuquerque. Em 1857, segundo a lei de criação provincial número 1, foi criado o distrito de Nossa Senhora do Carmo de Miranda, hoje município de Miranda. De Miranda, no ano de 1890, por meio do decreto número 23, surgiu o atual município de Nioaque. Desmembrado de Nioaque, no ano de 1899, pela lei número 223, criou-se Campo Grande que, por sua vez, teve seu território desmembrado, dando origem à comarca de Entre Rios, hoje município de Rio Brilhante. Segundo a lei de criação número 1.025, Entre Rios transformou-se em município em 26 de setembro de 1929. A partir de 1953, as terras onde está localizado atualmente o município de Batayporã, passaram a pertencer à comarca de Bataguassu, que se transformou em município no dia 11 de dezembro daquele ano (lei número 683). Em 1958, Nova Andradina tornou-se município, em 20 de dezembro, por meio da lei número 1.189. Batayporã, por sua vez, transformou-se em município no dia 12 de novembro de 1963 (mesmo ano em que se desmembrou Anaurilândia), de acordo com a lei número 1.967, incorporando o então distrito de Taquarussu.

Essas dimensões físicas e políticas podem ser percebidas por meio das leis de criação, pois as mesmas possibilitam que os moradores de uma determinada região, no caso o município de Batayporã, se identifiquem como pertencentes a certas territorialidades. Assim, os moradores começam a estabelecer pontos de vista simbólicos de pertencimento a uma região.

Bourdieu, ao fazer uma análise do conceito de representação, que aparece nas regiões, mostra que o mesmo está envolvido em um processo no qual o ser humano substitui o real pelo mental (BOURDIEU, 2007, p. 120). Dessa forma, compreende-se porque o descendente de tchecos afirmou que Batayporã teria se desmembrado do atual município de Bataguassu e que não se sabia de onde teria sido tirada a ideia de que Batayporã se desmembrara de Nova Andradina. Para aquele homem, havia um sentimento de pertença, ou seja, uma ideia de continuidade, pois Jan Antonin Bata foi colonizador dos municípios de Bataguassu e de Batayporã, e, por isso, "Batayporã só poderia ter se desmembrado de Bataguassu". As representações impostas pelas pessoas ou por moradores antigos costumam se perpetuar, pois contribuem para criar a representação das divisões.

Segundo Le Goff,

> *Do mesmo modo, a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas (LE GOFF, 1984, p. 426).*

O que vem acontecendo em Batayporã é o predomínio da memória de determinados grupos familiares que tem o interesse em manter laços com o país de origem do colonizador do município. Por outro lado, aqueles que chegaram junto com os descendentes de tchecos e eslovacos, homens, mulheres e crianças de migração não tchecoslovaca, participaram da história do município, mas viram suas memórias caírem no esquecimento. Por essa razão, a História Oral foi fundamental na pesquisa, não somente para entender o período do desmembramento político e administrativo, mas também para se entender a formação das identidades locais.

Para a realização do trabalho foram realizadas seis entrevistas audiovisuais, com três homens e três mulheres. Duas dessas entrevistas foram feitas a partir de memórias vividas, pelo fato de as pessoas que interessavam ao pesquisador não se encontrarem mais vivas. Os demais entrevistados foram pessoas que chegaram a Batayporã na década de 1950 e foram capazes de narrar fatos do cotidiano ou mesmo fatos políticos. Assim,

> *Ainda que muitas vezes a produção de entrevistas seja usada como alternativa para preencher vazios de documentos convencionais ou de lacunas de informações e até para complementar outros documentos, é importante ressaltar que se pode, de maneira positiva, assumi-la isoladamente e propor análise das narrativas para a verificação de aspectos não revelados, subjetivos, alternativos aos documentos escritos (MEIHY; HOLANDA, 2007, p. 24).*

Meihy e Holanda mostram de forma didática a importância de se usar a História Oral não apenas para "tapar buracos" documentais, mas, sim, em mostrar a importância das narrativas, pois, por meio delas, é possível encontrar informações que os documentos não trazem, como por exemplo, o episódio do desmembramento, já que por meio da lei de criação é possível obter apenas poucas informações.

A História Oral foi fundamental neste trabalho por mostrar que não somente por meio de documentos oficiais escritos podem ser feitos trabalhos de cunho regional. Para o trabalho, a memória coletiva foi a peça fundamental para o desenvolvimento da pesquisa, pois sem a parceria da memória dos colaboradores, não haveria o êxito esperado. Por meio das entrevistas, possibilitou-se descrever a história do desmembramento político e administrativo do município de Batayporã, além das mesmas terem permitido um debate historiográfico com as fontes.

NARRATIVAS ACERCA DO DESMEMBRAMENTO

Batayporã, ao comemorar seu 47º ano de emancipação político-administrativa, tem muita história para contar. Deve-se ressaltar que ainda há pessoas vivas, capazes de narrar suas angústias, expectativas, frustrações e alegrias ao chegarem ao então distrito de Bataiporã, na década de 1950.

Sabe-se que a senhora Eunice Rodrigues Mustafá, por exemplo, além de ser uma das moradoras pioneiras da região, foi também a primeira professora do atual município. Poucos sabem, porém, em quais circunstâncias ela dava suas aulas. Em suas narrativas, coletadas em 27 de outubro de 2010, em sua residência, Mustafá afirmou que morava com seus pais, no município de Mariápolis, Estado de São Paulo e que após se casar com o senhor José Mustafá, no dia 31 de julho de 1954, na mesma cidade, mudou-se para as terras onde hoje está localizado Batayporã, chegando naquele mesmo ano.

Mustafá, em suas lembranças daqueles tempos, tinha apenas dezenove anos e por ser uma das primeiras moradoras, é possível perceber como era Bataiporã no início da colonização não indígena:

> *A cidade não existia. A gente morava lá onde é a lagoa do sapo hoje, e ali tinha um trilho que subia aqui ó, onde é a avenida Mato Grosso. Esse trilho vinha aqui, era puro sapê, sapezau sabe, então a gente vinha por aquele trilho e saía ali onde é o cemitério. Lá já tinha gente enterrada lá no cemitério, tinha uma cruz lá e tinha umas pessoas enterradas, porque a gente ia para o sitio do meu sogro por ali. A gente virava pra lá as direitas passava em frente a casa do seu Sebastião Enz e saía lá no sitio do meu sogro. A gente ia por aqui, mas não tinha rua, não tinha nada, só tinha a casa da Dona Marina, do seu Henrique e a nossa do outro lado. Nossa, quando eu cheguei aqui a dona Marina já estava aqui. Dona Marina foi mais primeiro do que eu ainda. É porque ele era o gerente da Companhia. Ele que comprava os terrenos, então eles vieram bem primeiro do que eu [...] (MUSTAFÁ, 2010).*

Em suas narrativas, é perceptível que a representação é a de que a cidade não existia, não tinha "nada" a princípio onde ela e sua família moravam, além da família do senhor Henrique Trachta, gerente da Companhia de

Viação São Paulo-Mato Grosso. A atual Avenida Antonia Spinosa Mustafá chamava-se Avenida Mato Grosso e, hoje, carrega o nome da sogra de dona Eunice, já falecida. É possível também perceber que nos arredores da cidade havia sítios, habitados por famílias como a do senhor Sebastião Enz. Mustafá afirmou que começou a lecionar em Batayporã apenas no ano de 1955, em uma escola muito precária.

> *A escola não havia. A escola que havia não tinha. Não existia escola. A gente trabalhava em uma salinha que meu sogro tinha na frente da casa, uma sala bem pequena. (MUSTAFÁ, 2010).*

Em determinados momentos, por mais que tenha falado ser Bataiporã um lugar muito bom, deixou transparecer que sua chegada às terras do atual município foi muito dura, pois vinha de uma cidade já estruturada:

> *[...] Quando eu cheguei aqui, que eu vi Batayporã, porque eu pensava que o mato era assim. Era o mato, mas embaixo era limpinho, você podia andar sabe, então eu achava, eu pensava assim, mais que romântico eu vou poder andar. Assim vai ser lindo. [...]. Eu achava que eu não ia ficar muito tempo aqui. Eu acho que não vou acostumar aqui, não. Mas eu tinha prometido pro meu pai, foi contra a vontade do meu pai. Eu falei não, eu tenho que ficar é aqui. Eu quis vim aqui, casa pra morar aqui. Eu tenho que ficar aqui. E com isso eu fui ficando, to até hoje, envelheci aqui em Batayporã. É no sofrimento que a gente cresce (MUSTAFÁ, 2010).*

O momento de sua chegada foi muito "difícil", pois não tinha a noção de como era em meio à mata.

Assim como dona Eunice, a senhora Maria de Lourdes Alves Romeiro, entrevistada no dia 07 de outubro de 2010, em sua residência, afirmou que veio para Batayporã ainda muito jovem. No ano de 1954, migrou e começou a trabalhar na casa do senhor Henrique Trachta. Romeiro ressaltou, em suas narrativas, o aspecto religioso da vida social da localidade, ao lembrar-se que a primeira missa foi celebrada no dia 17 de setembro de 1954 pelo Frei Luiz:

> *[...] não tinha nem igreja aqui, rezava a missa numa pensão ela cedia uma sala para fazer um altar, mas isso era uma vez por mês ou cada dois meses, quando o frei, era um frei, que o frei podia vim, fazia casamento, batizado até que fez uma igrejinha de madeira, no local onde hoje é a matriz mesmo aí depois desmanchô a igrejinha e fez a matriz (ROMEIRO, 2010).*

Por meio de suas lembranças sabe-se que não existia um prédio que abrigasse a igreja católica e que vinha um frei de fora para realizar missas, batizados e casamentos. No local da atual igreja matriz de Batayporã, havia uma pequena igreja de madeira. Após a colonização de Nova Andradina e do distrito de Bataiporã, começaram a chegar os primeiros moradores e aos poucos a região foi sendo povoada. As colonizadoras faziam a abertura dos terrenos, das ruas e estradas, trazendo pessoas de fora para adquirirem os lotes. No então distrito de Bataiporã, iniciaram-se as primeiras construções de casas e as pessoas que vinham para conhecer, permaneciam. Com isso, passou a ocorrer um processo de formação de identidades locais, de pessoas oriundas de diversos Estados e migrantes de diferentes países.

Com o passar dos anos, Bataiporã estava se estruturando e, politicamente, caminhava-se para o desmembramento. Diego Sanches Marchi, o primeiro prefeito, entrevistado no dia 11 de junho de 2010, afirmou que comprou uma chácara no distrito, apenas com a intenção de comercializar madeira, mudando-se para as terras em 1961, quando "[...] Nova Andradina já havia passado a município" (MARCHI, 2010).

Gonçalo Ribeiro da Costa, entrevistado no dia 15 de outubro de 2010, mudou-se de Cuiabá para Bataiporã em 1961. Afirmou ter chegado ao então distrito no dia 16 de setembro daquele ano, às 17 horas, fazendo questão de lembrar até mesmo o horário da chegada. Costa foi um dos primeiros vereadores do município e ao ser perguntado sobre o que ele sabia a respeito do desmembramento político-administrativo afirmou:

> *Eu quando vim pra cá, não havia, ou eu nem percebia, que havia aquela rivalidade política e que foi uma coisa já natural com o surgimento de Nova Andradina e Batayporã. Então já havia essa tendência de briga política, e acabô a coisa tomando volume e outro rumo sabe, até que anteriormente o governo que era do PSD, então o que acontecia, Nova Andradina que estava, que teve propósito com o PSD, conseguiu é trazer a município pra Nova Andradina do que Batayporã. Então o povo de Batayporã foi ficando descontente, a ponto de fomentar essa briga política, essa rivalidade, que embora a gente não queira, permanece até hoje [...] (COSTA, 2010).*

Percebe-se que o surgimento de Nova Andradina, por mais que fosse visto como algo natural, ou melhor, uma política de Estado, acabou gerando certa rivalidade política entre Bataiporã e Nova Andradina, cujo surgimento deveu-se ao governador do Estado de Mato Grosso na época.

Segundo as narrativas de Lourdes Romeiro, Nova Andradina não queria que Bataiporã fosse desmembrado, porém, seu finado esposo, o senhor Romeiro, que, de acordo com ela, tinha muito entendimento sobre a política, afirmava que "Batayporã tinha condições de passar a município, porque naquele tempo, era por eleitores por habitantes que moravam aqui. Então, a fazenda do Moura Andrade ficaria pertencendo aqui ao município de Batayporã, então eles faziam de tudo para segurar" (ROMEIRO, 2010).

Não contente em apenas escutar um lado da história, resolveu-se buscar outros narradores capazes de explicar porque Nova Andradina não queria que Batayporã se desmembrasse. Segundo Antonio Fernando Andrade Prado, neto de Antonio Joaquim de Moura Andrade, entrevistado no dia 11 de novembro de 2010

> *[...] não sei se é uma coisa local de momento, pode ser. Porque talvez as da parte da colonizadora, acho que não houve nenhuma resistência, muito embora a Fazenda era uma das que gera bastante ICM, bastante imposto. Pode ter sido isso, as pessoas tinham essa ideia, mas na realidade isso hoje você vê que as duas cidades convivem como uma simbiose, é bom pras duas essa proximidade (PRADO, 2010).*

Como salienta Prado, por parte da colonizadora não houve nenhuma resistência a que Batayporã se desmembrasse de Nova Andradina, embora o narrador acredite que a posse da Fazenda Primavera pudesse ter sido um dos principais motivos para que Bataiporã quisesse o desmembramento, pois os lucros geravam renda para o município.

Nas narrativas de dona Antonia Mourão Cheirubim, seu pai, juntamente com seu irmão, João Mourão, ao chegarem "[...] aqui eles conheceram Martinho Marques e tiveram uma influência grande e eles tinham um anseio muito grande de Batayporã ser livre, ter município próprio, aí é que foram em busca como se diz esse prêmio que eles tanto almejavam" (CHEIRUBIM, 2010). Nas representações de alguns antigos moradores, Batayporã estava produzindo muito e os munícipes queriam ser independentes para que a renda permanecesse na localidade.

Percebe-se por meio das falas, tanto da senhora Maria de Lourdes Alves Romeiro como do senhor Fernando Andrade Prado e da senhora Antonia Mourão que a fazenda era um dos principais motivos para que Nova Andradina não quisesse o desmembramento de Bataiporã. O distrito estava desenvolvendo sua economia e os impostos eram pagos diretamente ao município de Nova Andradina. A intenção de desmembrar era também para que os impostos

ficassem em Batayporã e não fossem mais pagos ao recém criado município. Pode ter havido alguma intervenção da colonizadora Moura Andrade impedindo que Batayporã não se desmembrasse de Nova Andradina. As fontes pesquisadas, contudo, não possibilitaram tal análise, sendo que a Fazenda Primavera, antiga propriedade de Antonio Joaquim de Moura Andrade, pertence às terras onde hoje está localizado o atual município de Batayporã.

Por meio das entrevistas coletadas, percebe-se que começava a nascer na época um grupo de pessoas cada vez mais imbuído de ideais políticos e que buscava a emancipação de Batayporã em relação à Nova Andradina: Sinforiano Romeiro, João Mourão, José Antonio, Elias Caetano, Gonçalo Ribeiro e Diego Sanches foram algumas destas pessoas.

Segundo Marchi, "aqui não tinha, a participação, os deputados é que conseguiram desmembrar e passar a município, pela assembleia lá em Mato Grosso, nesse tempo o Estado não era repartido era só Mato Grosso e a capital era Cuiabá, então a assembleia era lá pra cima" (MARCHI, 2010).

Como o território do atual Estado de Mato Grosso do Sul pertencia ao Estado de Mato Grosso, o desmembramento de municípios era realizado em Cuiabá. Por intermédio de moradores de Batayporã, junto ao deputado estadual Martinho Marques Moreira, ocorreu o desmembramento em relação à Nova Andradina.

Era preciso ir para Cuiabá para se buscar a lei de criação do município e um grupo de pessoas formado pelos senhores Sinforiano Romeiro, Elias Caetano e João Mourão, com uma carta de recomendação em mãos, partiu para a então capital do Estado.

Segundo Cheirubim,

> *[...] meu pai tinha um Jeep. Naquela época um Jeep era um carro aqui, então meu irmão foi de Jeep até Campo Grande. Não tinha asfalto, era terra, estrada de terra. Ele foi até Campo Grande, ele o seu Elias, o João meu irmão, seu Elias e seu Sinforiano Romeiro. Chegô lá em Campo Grande meu pai comprô as passagens, já deu o dinheiro pro meu irmão, comprou as passagens aéreas e foram de avião para Cuiabá, atrás desse sonho deles. E lá eles foram procurar o Martinho Marques, e lá conseguiram, trouxeram o município de Batayporã (CHEIRUBIM, 2010).*

Bataiporã transformou-se em município no dia 12 de novembro de 1963 e, após o desmembramento, foi realizada a primeira eleição para a Prefeitura Municipal, que ocorreu em 4 de abril de 1965, sendo eleito alcaide o senhor Diego Sanches Marchi. Em suas narrativas, Marchi afirmou que para se construir uma cidade era necessário "tudo", pois não havia "nada", nem prédio para as instalações da nova prefeitura. "Aí consegui com a Companhia Viação São Paulo-Mato Grosso, eles tinham um escritório e eles me cederam o escritório pra montar a prefeitura no escritório deles. O governo do Estado ajudou com mil cruzeiros pra instalar o município" (MARCHI, 2010).

CONCLUSÃO

No dia 12 de novembro 2010, Batayporã completou 47 anos de emancipação política e administrativa. Sendo um município jovem, possui muitas histórias a serem ouvidas, gravadas e preservadas. Segundo Gonçalo Ribeiro da Costa:

> [...] em 1961 isso aqui era apenas uma promessa sabe, era uma promessa, poucas casas e todo dia vinha gente do Estado de São Paulo para adquirir terra aqui da companhia de viação, a colonizadora na época. E então Bataiporã era só uma promessa, uma esperança, um lugarejo, aqui com poucas casas, se contava as casas e hoje essa promessa, essa esperança virou uma realidade (COSTA, 2010).

Conclui-se que para todos os entrevistados, Batayporã não foi desmembrado de Bataguassu. O que levou aquele descendente de tchecos a afirmar que Batayporã teria se desmembrado de Bataguassu é uma ideia de continuidade, pois se deve lembrar que Jan Antonin Bata foi o colonizador de ambos os municípios. De qualquer forma, o descendente de tchecos não estaria totalmente errado, uma vez que o distrito de Batayporã pertencera ao município de Bataguassu até o ano de 1958, ano em que Nova Andradina se desmembrou de Bataguassu. Entretanto, as leis de criação e as narrativas coletadas possibilitam afirmar, com certeza, que Batayporã se desmembrou política e administrativamente, de fato, de Nova Andradina.

RELAÇÃO DE ENTREVISTADOS

Antonio Fernando Andrade Prado, nasceu em São Paulo/SP no dia 28 de fevereiro de 1945.

Antonia Mourão Cheirubim, nasceu em Fernão Dias/SP no dia 24 de março de 1944.

Diego Sanches Marchi (Diogo), nasceu em Tabapuã/SP no dia 15 de setembro de 1928.

Eunice Rodrigues Mustafá, nasceu em Novo Horizonte/SP no dia 12 de dezembro de 1934.

Gonçalo Ribeiro da Costa, nasceu em Aguaçu/MT no dia 24 de março de 1937.

Maria de Lourdes Alves Romeiro, nasceu em Presidente Venceslau/SP no dia 17 de janeiro de 1938.

Referências bibliográficas:

AMADO, J. História e região: reconhecimento e construindo espaços. *In*: M. A. da S. *República* em Migalhas História Regional e Local. São Paulo: Marco Zero, 1990, pp.7-17.

BOURDIEU, P. O Poder Simbólico. Tradução Fernando Tomaz (português de Portugal). 13ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

LE GOFF, J. *História e memória;* Tradução Bernardo Leitão. 4ª Ed. Campinas, SP, UNICAMP, 2003.

_____. Memória/História. In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1984.

MEIHY, J. C. S. B; HOLANDA, F**. *História Oral:* como fazer, como pensar. São Paulo: Contexto, 2007.**

PERCURSOS DE MEMÓRIA(S) TRAUMÁTICA(S) DA II Guerra Mundial

Ana Maria Dietrich[413]

Refletir o trauma social relativo aos acontecimentos da II Guerra Mundial significa pensar tal memória dentro de redes de poder que as definem, recortam, delimitam elegendo critérios do que lembrar e por sua vez narrar e do que esquecer e silenciar, definindo assim linhas de interpretação da História que se deseja elaborar.

Entendê-la como voluntária (SEIXAS, J., 2004)[414] – ou seja – construída, elegida, escolhida já a compromete com as relações do poder e tira o purismo de algo que, por sua dimensão afetiva e mágica (NORA, P., 1993), não deveria ser problematizado. Na linha de pensamento de Seixas, a memória voluntária estaria atrelada ao hábito e à vida prática. Para se aprofundar mais na memória seria importante *ir além* dessa memória, também conceituada como memória dos fatos, levantando o "véu pesado do hábito" (Ibid, p. 46). Quando isso ocorresse se expressaria uma memória mais legítima, que é conceituada como *involuntária*.

> *Em Proust, a memória involuntária é aquela que rompe com o hábito (que constitui a camada mais superficial da memória voluntária), mas, sobretudo rompe com todo o esforço vão de busca e captura intelectual do passado.(...)[Essa] revela-se por 'lampejos bruscos, mas se afasta ao mínimo movimento de memória voluntária.(...) [Para Proust] ela nem soma, nem subtrai, ela condensa. (Ibid, p. 46).*

Portanto, toda a memória tida como voluntária deve ser problematizada, pois faz parte da inteligência humana, sendo resultada de operações racionais do próprio homem em direção a seu passado e por isso segue imersa a rede de representações sócio-culturais e relações de poder.

Na linha de interpretação de Nora – no campo da afetividade, o acontecimento histórico da II Guerra Mundial é por si só um evento em potencial para ser rememorado – por suas dimensões tanto temporais; o conflito durou seis anos - e espaciais – o grande palco foi o continente europeu, porém houve conflitos na América do Norte e Ásia e envolvimento de muitos países, o que se configura o caráter de conflito mundial. Ainda nos atendo a esses aspectos de subjetividades, esse acontecimento histórico marcou negativamente a história de vida de milhões de seres humanos.

Tal trauma se expressa em inúmeras narrativas: entrevistas de sobreviventes dos campos de concentração e de envolvidos direta ou indiretamente com o nazismo. Traduz-se em outras dimensões– as audiovisuais, como o Cinema, e a do patrimônio material - como a musealização de campos de concentração e construção de monumentos como veremos nos exemplos desse artigo.

A escolha de tal acontecimento para análise leva em conta tal potencial memorialístico deixando um ônus de 50 milhões de mortos, desses seis milhões de judeus foram mortos em extermínio, sem contar outras minorias étnicas, religiosas, sexuais e políticas: testemunhas de Jeová, ciganos, oponentes políticos, homossexuais. Após o conhecimento das atrocidades relacionadas à guerra, foi difundida a expressão "indústria da morte", expressão que representa a morte em escala industrial, a morte sendo pensada com um "produto" e por isso imersa a lógica de produtividade do capitalismo.

---

413 Professora adjunta do Bacharelado de Ciências e Humanidades da Universidade Federal do ABC. Pós-doutoranda da Unicamp/ Sociologia com o projeto *Traumas de guerra na contemporaneidade*.

414 Faz uma releitura dos conceitos de Proust e Bergson.

> *Tudo nos campos nazistas foi inspirado nas luzes do recém-canonizado capitalismo industrial: as metas, a obsessão com a produtividade e com a limpeza, as chaminés, a sincronia na entrada de insumos, a eliminação eficiente de dejetos. Essa mostrou ser uma inspiração muito literal. Os campos de extermínio assemelham-se a fábricas de matar porque foram projetados tomando como modelo fábricas de verdade. (BRABO, P., 2009, s/p.)*

A maioria de mortos se concentrou nos países que faziam parte da Europa, palco principal da II Guerra Mundial, e também na União Soviética dada as extensões territoriais do conflito. Nesse sentido, o cenário foi de desolação total – contando com os mortos que foram advindos do maior conflito armado até então na história – militares nas frentes de ataque e civis nas cidades bombardeadas. Houve também os mortos da guerra racial empreendida pelo nazismo – como se duas guerras, com diferentes propósitos tivessem sido colocadas em prática ao mesmo tempo – uma – oficial – travada pelos países do Eixo e Aliados e outra, mais obscura – empreendida nos porões e câmaras de gás dos campos de concentração espalhados pela Europa. O cenário para tal acontecimento – traz a tona a representação de toda uma sorte de valores negativos que circulam na memória coletiva – dor, isolamento, destruição, separação de entes queridos, desolamento, exclusão, desrespeito às minorias e angústia perante a um futuro incerto.

Configura-se, assim, um dos maiores traumas sociais da história ocidental. Trauma esse que atravessa o tempo e hoje, mais de 65 anos após seu término, continua inspirando uma produção cultural voltada para o conflito: tanto do ponto de vista da musealização e construção de monumentos e projetos de memória das vítimas quanto de produção historiográfica, literária, imagética e fílmica. Os temas que perpassam esse trauma são inúmeros: a morte e maus tratos dos confinados nos campos de concentração, famílias que perderam seus entes queridos nas frentes de batalha, alianças e colaboracionismos econômicos e políticos para o extermínio, o desenvolvimento de tecnologias voltadas para a destruição, a propaganda de massa visando a exclusão de grandes grupos da população, o fantasma do retorno presente nas temáticas revisionistas e nos movimentos extremistas do tempo presente. A expressividade de tal produção atual sobre a II Guerra, nazismo e temas correlatos mostra que o tempo presente ainda não digeriu tal trauma social[415].

Um dos primeiros problemas que se coloca frente a tal acontecimento traumático é: como nominar o inominável e narrar o inenarrável? Difícil, quase impossível para os sobreviventes dos campos de concentração. Em primeiro lugar, a experiência por si só é traumática o que já dificulta a narrativa. Complica-se ainda mais porque a espécie de terror vivido foi tal que não se conseguia narrar (expressar por palavras) o que foi tão duramente experimentado por esse grupo. Ainda mais faltou-se a escuta. Quem porventura escutasse não tinha códigos suficientes para desvendar a essência da mensagem. Como escreve Primo Levi: "por que o sofrimento de cada dia se traduz constantemente em nossos sonhos, na cena sempre repetida da narração que os outros não escutam?" A consequência disso foi os sobreviventes voltarem calados para suas casas. Aquilo tudo não seria narrável por palavras.

O antissemitismo pode ser entendido como um catalisador do movimento nazista. Entender a especificidade do genocídio judeu significa pensar a morte em grande escala, em escala de indústria. Um mal estar do homem moderno. Não pensá-lo somente a partir da matança nos campos, mas a partir de toda uma Política de Estado que foi arquitetada com o objetivo de minar um grupo de seres humanos da face da terra. Lembrando rapidamente a cronologia, em 1933, com a ascensão de Hitler, começam os boicotes econômicos aos judeus, dois anos depois, em 1935, são promulgadas as leis de Nuremberg que propunham separar - com arcabouço legal - os chamados arianos de não-arianos. Em 1938, acontece a *Kristallnacht*, noite dos vidros quebrados. Nesse momento, muitos judeus foram assassinados e sinagogas destruídas. O genocídio acontece como uma continuidade dessa política. Walter Benjamin ao analisar a experiência das narrativas dos sobreviventes diz que pode acontecer um declínio da experiência (*Verfall der Erfahrung*), daí então, se observa o silêncio no lugar da memória.

---

415 Sobre esse assunto, ver meu trabalho de pós-doutorado "Traumas do nazismo na contemporaneidade" (DIETRICH, 2011, op. cit).

Segundo Michael Pollack, para se continuar a viver, deve-se "esquecer": esquecer traumas, mágoas, ressentimentos. O esquecido também deve ser um elemento de análise, pois funciona como um filtro do que ficou retido na memória. Ao trabalharmos com a memória sobre a II Guerra temos que ter em vista que a construção desta memória vai estar permeada por filtros constituídos de emoções:

> *O processo de seleção do que lembra implica o que se esquece. Assim como temos que aprender a esquecer mágoas, ressentimentos, tristezas, precisamos também, socialmente, esquecer detalhes que atrapalham o desenvolvimento de projetos sociais. Há esquecimentos forçados que podem ser considerados "apagamentos", ou seja, promoção de censuras que obstaculizam o conhecimento de alguma coisa. A história oral pode atuar nesta direção, permitindo que mediante a memória o conhecimento do passado "proibido" reponte e seja questionado.* (BOM MEIHY, 2005)

Pollak acredita que exista uma memória em disputa marcada pela escolha dos objetos de preferência pelo conflito. O processo de esquecimento não pode ser entendido longe das realidades socioculturais em que está envolvido. Ao se referir às vítimas do Holocausto, afirmou que: "Em face desta lembrança traumatizante, o silêncio parece se impor a todos aqueles que querem evitar culpar as vítimas. E algumas vítimas, que compartilham essa mesma lembrança "comprometedora", preferem, elas também, guardar silêncio". (POLLAK, Michael. 1989). Para se falar deve-se ser ouvido. O esforço mundial de reconstrução do pós-guerra apagou esta escuta, fadando-os ao silêncio. A dificuldade de falar sobre o assunto, além de trazer à tona lembranças incômodas, está ligado ao fato de ser punido por aquilo que se diz ou ser exposto à vergonha. "A estas razões políticas do silêncio, acrescentam-se aquelas pessoas, que consistem em querer poupar os filhos de crescer na lembrança das feridas dos pais" (Ibidem).

Em algumas narrativas de sobreviventes do holocausto, fica-se evidente a dor que provoca o relato, porém, muitos vêem como dever relatar essa história – principalmente quando se aproximam da morte, como é o caso da húngara de origem judaica Veronika Schwartz, que deu o seu depoimento no Canadá, Montreal, em 1994. No pequeno trecho a seguir, destaca-se o fato que ela resolveu narrar essa experiência bem tardiamente, pois tentou "permanecer sã", ou seja, para superar a magnitude de tal trauma foi preciso esquecer, como afirma Pollack, para se continuar a viver:

> *Desde que retornei de Auschwitz, em maio de 1945, senti que tinha que escrever o que aconteceu com minha família e comigo – todas as minhas experiências. Só a lembrança daquilo traz-me dores e lágrimas. Tentando permanecer sã, fui adiando isto. Hoje, se passaram mais de 50 anos desde o genocídio planejado por Hitler contra nosso povo. Sinto-me forçada a registrar da forma que me lembro. O tempo está acabando. Tenho 67 anos. Meus filhos, a quem tentei educar da forma mais normal possível, e com quem tentei não falar sobre o passado, hoje são homens crescidos. E têm o direito de conhecer a história de sua família. Portanto, dedico minhas memórias a meus maravilhosos filhos e netos.* (SCHARWZ, V., 1994)

Outro autor que explorou a temática da importância do silêncio e esquecimento para a memória foi Andreas Huysen. Segundo ele, toda lembrança está associada a um esquecimento, no entanto, com a fixação das sociedades contemporâneas ao dever da memória, não se problematiza as políticas de esquecimento público, ou seja, não se observa que determinados assuntos, temas, acontecimentos são esquecidos voluntariamente, na mesma linha de raciocínio de SEIXAS (2004). Ou seja, se esquece porque se quer (voluntariamente) lembrar determinados fatos e (*também* voluntariamente) esquecer outros. Ele afirma que se deve superar a oposição simplista entre lembrar e esquecer.

> *É necessário situar o esquecimento num campo de termos e de fenômenos tais como silêncio, ausência de comunicação, desarticulação, evasão, apagamento, erosão, repressão que revelam um espectro de estratégias tão complexas quanto às da memória. (Ibid, p.3)*

Quais são outras linguagens que tornam a memória relativa a II Guerra Mundial ainda presente nos dias de hoje? Verificaremos três exemplos, o primeiro se refere aos processos de musealização de campos de concentração, outro,

ligado a esse primeiro, se relaciona à criação de diferentes monumentos de memória em homenagem às vítimas da II Guerra Mundial. O terceiro se refere a um "fôlego" cinematográfico sobre a II Guerra, que traz narrativas fílmicas sob outras perspectivas que não ao hegemônico cinema hollywoodiano.

Esse registro faz parte da atual exposição do Campo de Concentração de Auschwitz (Polônia). Esse e outros campos foram musealizados e hoje são um monumento da memória referente ao Holocausto. Os sapatos das fotos expressam uma ausência. Onde estão seus donos? Como estão amontoados e é evidente que se trata de sapatos usados, diferente daqueles que ficam aos pares separados por modelo em lojas ou em fábricas, esses sapatos expressam a morte. Esse sentimento é causada pela ausência, ausência humana de quem os vestiu. A cor, um marrom-terra e luz de penumbra que os reveste, também trazem a sensação de serem sapatos iguais, com modelos parecidos, que nos remete a uma falta de identidade. Há também a sensação de "massa" pela multiplicidade dos pares em um pequeno espaço.

Essa fotografia registra a entrada do campo de concentração de Auschwitz, hoje museu, na época atual. Também é uma foto muito divulgada e sua força imagética está principalmente na inscrição em ferro "Arbeit macht frei"- que traduzida significa, "Só o trabalho liberta".

A inscrição é bastante contraditória, pois se refere à liberdade (ainda que associada ao trabalho) em um local onde milhares de pessoas foram prisioneiras, sofreram toda a sorte de experiências médicas antiéticas e foram mortas em câmaras de gás. Faz menção também ao trabalho escravo compulsório que os judeus e outras minorias étnicas foram submetidos. Percebem-se os visitantes em um gélido dia. Fica evidente o contraste entre o branco da neve e o negro da placa e da roupa das pessoas, o trauma, aqui, encontra sua representação no frio, na ordem gravada em ferro e no isolamento. Estima-se que um milhão de pessoas – judeus, ciganos entre outros - foi morto nesse campo.

Esse registro se refere a um detalhe do Memorial aos judeus assassinados no Holoucausto – que foi inaugurado em 2005 e se localiza em Berlim, capital alemã, em um dos locais mais valorizados e importantes da cidade – próximo ao portão de Bradenburgo. São 2700 lápides de concreto construídas uma ao lado da outra. O visitante é convidado a caminhar entre elas, mas o caminho é estreito e só se pode passar a sós. Depois de quinze anos em que a sociedade alemã discutiu a melhor forma de se fazer essa homenagem às vítimas, as lápides trazem um ar de cemitério ao local. Não há cores, é tudo cinza. Destaca-se o isolamento, ao vazio, a ausência de cor, de formas.

Outra linguagem que auxilia na formação da memória coletiva relativa à II Guerra Mundial na atualidade é a cinematográfica. No filme **O Menino do Pijama Listrado** (EUA/ Inglaterra, 2008, dir. Marc Herman) é narrada uma história de uma amizade que nasce entre duas crianças que o regime havia separado, uma criança judia, que estava no momento confinada em um campo de concentração e uma criança alemã, filha do chefe do campo pertencente à SS. Solidariedade, amor, confiança são sentimentos que norteiam toda a relação.

No caso, o cinema faz referência à memória, afetiva e mágica ao tratar de uma matéria sensível, tênue, os sentimentos que nascem entre os dois garotos com destinos tão díspares. Pierre Ansart (2004) afirmou que os sentimentos são mobilizadores de práticas sociais, relações de poder e da própria história. Ver como exemplo o que aconteceu com o nazismo sendo que o próprio ódio, canalizado em um inimigo comum, mobilizou um regime, uma nação, mas que, em uma relação como a mostrada nesse filme, esse sentimentos podem se mobilizar em direções contrárias às normas.

Os sentimentos tem uma capacidade de não unicidade. Mesmo em meio a tanto caos, onde o ódio se via materializado nos campos de concentração havia sentimentos bons que vingaram. Tal ficção explora muito bem tais relações humanas contraditórios frente a um mesmo regime político.

Assim, levando-se em conta, esses exemplos de linguagens que circulam e geram diferentes representações da II Guerra Mundial na atualidade, observa-se que os acontecimentos relativos à II Guerra, em especial o extermínio judaico, ainda reverberam indícios de um passado traumático que é constantemente reelaborado por *memórias*

voluntárias, entre as quais citamos a do cinema, dos museus e monumentos, da narrativa oral e da fotografia. Em todas – ficam evidentes relações de poder que determinam o que deve ser lembrado e esquecido.

Lista de imagens

Ilustração 1- sapatos no campo de Auschwitz. Disponível em: http://4.bp.blogspot.com/_qZ66lrBTy_0/Swrq-bbefmI/AAAAAAAAACc/aInI68eQHMo/s320/metodo3.jpg

Acesso em 8/07/2011.

Ilustração 2 – entrada do Campo de Concentração de Auschwitz. Disponível em

http://wikitravel.org/upload/shared/d/d6/Auschwitz_Entrance.jpg

Acesso em 8/07/2011

Ilustração 3 – Memorial do holocausto. Fotógrafo: Pedro Campany.

Disponível em: http://lh6.ggpht.com/-4zWzb9Sov-k/RsLPSxgQmXI/AAAAAAAACaM/x9j8M2ymgG0/s512/P8140228.JPG

Acesso em 8/07/2011.

Ilustração 4- Cena do filme O Menino do Pijama Listrado.

Disponível em: http://4.bp.blogspot.com/-ScG9WYFSvyU/TY3iIdlvgII/AAAAAAAABO4/wZHRllXg3z4/s1600/1245095867_meninodopijamalistrado05.jpg

Acesso em 8/07/2011.

Referências bibliográficas:

AARÃO, Daniel, FERREIRA, Jorge e ZENHA, Celeste. **O século XX** (vol. 1, 2 e 3). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

ANSART, P., História e Memória dos Ressentimentos. In: BRESCIANI, S. e NAXARA, M. (org.), **Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível.** Campinas (SP): Editora Unicamp, 2004.

ALBERTI, Verena. A vocação totalizante da história oral e o exemplo de formação do acervo de entrevistas do CPDOC. In: INTERNACIONAL ORAL HISTORY CONFERENCE (1º : 1998: Rio de Janeiro: RJ). **Oral history challenges for the 21st. Century:** proceedings (of the) International Oral History Conference. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV/ FIOCRUZ, 1998, v. 1, p. 509-515.

BRABO, P., Somos mais sofisticados. In A Bacia das almas. Disponível em: http://www.baciadasalmas.com/?s=assemelham-se+a+f%C3%A1bricas+de+matar+porque+foram+projetados+tomando+como+modelo+f%C3%A1bricas+de+verdade&Busca=Busca Acesso em 8/7/2011.

BENJAMIN, Walter (1940 [1992]), **Teses sobre a Filosofia da História», Sobre Arte, Técnica, Linguagem e Política**. Lisboa: Relógio D. Água, p. 157-170.

DIETRICH, A.M., *Traumas de guerra na Contemporaneidade*. Campinas (SP), IFCH, 2011 (Pós-Doutorado).

HALBWACHS, Maurice, **Memória Coletiva.** São Paulo: Vértice, 1990.

HUYSEN, A., Resistência à Memória: os usos e abusos do esquecimento público. Porto Alegre: INTERCOM (Anais), 2004.

LEON, Goldensohn, **As entrevistas de Nuremberg.** São Paulo: Cia da Letras, 2005.

MEIHY, J.C.S., **Manual de História Oral** (5ª Ed.). São Paulo: Loyola, 2005.

NORA, Pierre. "Entre Memória e História: a problemática dos lugares", In: *Projeto História*. São Paulo: PUC, n. 10, pp. 07-28, dezembro de 1993.

PLATO, Alexander Von. Traumas na Alemanha. **História Oral: desafios para o século XXI.** Marieta de Moraes Ferreira, Tania Maria Fernandes e Verena Alberti (orgs.). Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.2, nº 3, 1989.

SEIXAS, J. Percursos de memórias em terras de história: problemáticas atuais. In: BRESCIANI, S. e NAXARA, M. (org.), **Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível.** Campinas (SP): Editora Unicamp, 2004.

SERENY, Gitta, **O trauma alemão**. Experiências e reflexões 1938-2000. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

SCHWARZ, V., Memórias de uma sobrevivente - Veronika Schwartz. *In Relatos Grandes Guerras.* Disponível em: http://www.grandesguerras.com.br/relatos/text01.php?art_id=74. Acesso em 8/7/2011.

Poéticas da resistência: arte, cidade e contestação em Belo Horizonte – 1960/1970

Carolina Dellamore Batista Scarpelli

"O artista é sempre contra.
Eu não acredito em artista que não seja marginal".
Amílcar de Castro

Se pensarmos a cultura como um conjunto de significados construídos e partilhados pelos homens para explicar a realidade, teremos na arte, uma das formas de expressão simbólica do mundo. Assim, ao olhar as imagens pictóricas, vê-se nelas a vida, os valores, os sentimentos, as razões de um outro tempo[416]. No entanto, *"fechadas em seu silêncio, as obras de arte permanecem mudas se não se as interroga".* (ZERNER, 1976, p.144). Sendo assim, as imagens não se esgotam em si mesmas, cabe ao historiador, indagá-las, na tentativa de recuperar fragmentos de uma realidade passada, a partir do olhar do presente.

Entendendo ainda a arte como uma manifestação própria da vida urbana e "não apenas inerente, mas constitutiva da cidade". (ARGAN, 1998, p.43). E como fenômeno urbano, o que a produz é a necessidade, para quem vive e age no espaço, de representar de forma "autêntica ou distorcida" a situação espacial em que age. (p.44). Buscaremos nesse artigo analisar a atuação de artistas e críticos na virada dos anos de 1960, em Belo Horizonte/MG, bem como suas formas de agir e representar o espaço.

O cenário artístico belo horizontino, anterior ao golpe civil-militar de 1964 foi marcado por uma grande euforia. Aos festivais universitários de arte, realizados pela União Estadual dos Estudantes (UEE) desde a década de 1950, juntou-se, a partir da primeira metade da década de 1960, as jornadas culturais de arte, em que os estudantes levavam atividades artísticas para a periferia de Belo Horizonte, tudo isso sob a influência do ideário de arte revolucionária do CPC. (RIBEIRO, 1997).

Nas artes plásticas, especificamente, destaca-se a abertura da Galeria Thomas Jefferson (ICBEU) e a Galeria Grupiara, sendo esta a primeira galeria comercial da cidade, inserindo as artes plásticas no mercado da arte. Além dessas novas galerias, os artistas se utilizavam também do Museu de Arte da Pampulha e de espaços alternativos como o Automóvel Clube e o Minas Tênis Clube.

Neste momento cultural, em Belo Horizonte, deve-se ressaltar a importância da crítica de arte, encabeçada por Frederico Morais e Olívio Tavares de Araújo, cuja atuação polemizadora incentivava a experimentação de jovens artistas, e o debate sobre a questão do público diante da obra de arte. (RIBEIRO, 1997).

O golpe civil-militar de 1964 atinge sobremaneira as atividades culturais em Belo Horizonte, principalmente as áreas teatral e cinematográfica, e ainda os eventos realizados por estudantes universitários. A repressão culmina com a prisão e o exílio de alguns artistas e intelectuais como Vicente Abreu, professor da Escola Guignard; Sílvio de Vasconcelos, professor da Escola de Arquitetura da UFMG, e Aluísio Pimenta, ex-reitor da UFMG.

. Casa da Cultura Nair Mendes Moreira – Museu Histórico de Contagem. Mestre em Memória Social – PPGMS/UNIRIO.
carolinadellamore@yahoo.com.br

416 Discussão sobre história cultural e imagens em PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e história cultural*. São Paulo: Autêntica, 2003.

E assim como no restante do Brasil, após um breve período de silêncio provocado pelos acontecimentos de 1964, a esquerda em Belo Horizonte começa a se rearticular e reorganizar seus quadros para resistir à ditadura implantada. Assim, também, os artistas e os intelectuais iniciaram uma série de protestos implícitos e explícitos contra o governo, "formando focos de resistência ao regime autoritário nas universidades, nos teatros, nos museus, nas editoras ditas progressistas, na imprensa nanica e nas ruas das cidades, o que propiciou a criação de uma "cultura alternativa de esquerda"[417]". (RIBEIRO, 1998, p.167-168).

No caso das artes plásticas, Frederico Morais (1975) ressalta que o golpe de 1964 não provocou de imediato nenhuma reação, tampouco veio diminuir uma atividade que naquele momento inexistia. Um ano depois, 1965, os artistas começaram a se agrupar, para poder falar novamente. Em parte sob o impulso das novas tendências internacionais como a Arte Pop americana e a Nova Figuração européia.

O debate dessas novas propostas foi impulsionado pela crítica militante e pelos salões de arte realizados na capital. Em termos de crítica de arte na segunda metade da década de 1960 destaca-se Morgan da Motta no *Diário da Tarde*; Márcio Sampaio no *Suplemento Literário do Minas Gerais*; Mari'Stella Tristão, no *Estado de Minas*; Pierre Santos, no *Diário Católico*; Ângelo Oswaldo de Araújo, colaborador do caderno cultural do *Diário de Minas* e, Celma Alvim colaboradora no *Estado de Minas*. Dessa forma, houve uma ampliação no cenário da crítica de arte em Belo Horizonte o que tornou o debate mais rico e polêmico. Marília Andrés Ribeiro (1997) ressalta a importância desses críticos também como produtores culturais, promoviam exposições, propiciando um ambiente de divulgação e constante discussão sobre a arte na cidade. Assim também pode ser destacada a importância dos salões de arte que se constituíram enquanto um espaço de discussão do fazer artístico[418].

O início da mudança no circuito artístico belo horizontino deu-se no XIX Salão Municipal de Belas Artes da Prefeitura de Belo Horizonte, realizado no Museu da Pampulha, quando o júri liderado por Mario Pedrosa premiou obras experimentais de jovens artistas em detrimento dos trabalhos de artistas já consagrados. O depoimento de Jarbas Juarez, 1º Prêmio de Pintura neste salão com o trabalho *Composição em Preto*, elucida esta mudança:

> *Quero romper de uma vez por todas, definitivamente, as amarras com uma pintura mineira, com o estilo mineiro de pintar ou desenhar. Romper principalmente com a herança de Guignard (....) Guignard é um fardo tão pesado quanto nossas cidades históricas e o barroco mineiro. Tenho sempre uma vontade louca de destruir estes milhares de quadros e desenhos sobre Ouro Preto. Jesus!, como eu detesto estes pintores que fazem de Guignard a meta sempre almejada, guignarezinhos de uma figa, medíocres. Guignard é no máximo um ponto de partida, a referência inicial. E por favor, não me chamem nunca para pintar Ouro Preto, ou então, me dêem um apartamento porco como este, me dêem tinta industrial, papel higiênico, espátulas, fósforos, pazinhas de sorvete, telas imensas e fechem as janelas que eu não quero ver essas montanhas de Ouro Preto, nem suas casas nem suas igrejas. Porque minha arte agora é outra. Guignard está morto!*[419]

---

417 MELLO, Maria Amélia. (org.). *Vinte anos de resistência. Alternativas da cultura no regime militar*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1986. Esse livro trabalha com as dimensões da cultura que constituíram a chamada 'cultura alternativa' no período da ditadura militar.

418 A autora Marília Andrés trabalha questões relativas a este que seria um segundo momento da atuação dos críticos de arte em Belo Horizonte.

419 Depoimento de Jarbas Juarez em: MORAIS, Frederico. Guignard está morto. **Suplemento Dominical do Estado de Minas**, Belo Horizonte, 6 dez., 1964, p.1.

Essa postura iconoclasta apresentada na fala de Jarbas Juarez evidencia o espírito artístico desses jovens artistas e a busca de novos caminhos para a arte, através da experimentação de diversas linguagens artísticas. Guignard representava uma estrutura com a qual eles precisavam e desejavam romper. A cidade também está presente no discurso de Juarez, Ouro Preto e sua paisagem também representa uma velha estrutura com a se deve romper.

A instauração do Ato Institucional nº 5, em 1968, instala definitivamente a repressão política de direita organizada pelo Estado e segundo Heloísa Buarque de Hollanda (1992) marca a abertura de um novo quadro conjuntural, onde a coerção política irá assegurar e consolidar a euforia do "milagre brasileiro" e no campo da produção cultural a censura torna-se violentíssima, dificultando e impedindo a circulação das manifestações de caráter crítico.

Nesse momento, ocorre a radicalização das proposições artísticas (e também políticas, haja vista a opção pela luta armada de várias organizações a partir de 1968). A luta de artistas e críticos que permaneceram no Brasil foi denominada por Frederico Morais como Arte Guerrilha, constituindo ações de protesto político, comportamental e artístico. É importante ressaltar que a relação estabelecida entre arte e política nesse período, dirige-se a dois focos diferentes: a crítica ao regime militar instaurado após o golpe de 1964 e a crítica às instituições artísticas.

Em suas obras os artistas plásticos denunciavam a tortura e os assassinatos cometidos pelo regime, questionavam a falta de liberdade e a censura, ao mesmo tempo em que se recusavam a produzir objetos colecionáveis – muitas obras só se dão a conhecer através de seus registros visuais e sonoros. Contestavam os espaços "sagrados" de apresentação da arte, para isso, o artista ia para dentro dos museus, mas se propunham estar fora também, nas ruas, nas praças, na cidade, novos suportes para a arte desse período.

Ressalta-se que além de todas as medidas fundamentadas nos princípios da Doutrina de Segurança Nacional, o regime ditatorial brasileiro, "como de resto outras ditaduras latino-americanas, concentrou-se em vigiar e controlar o espaço público, regido por uma lógica de desmobilização política da sociedade como garantia da "paz social". (NAPOLITANO, 2004, p.2). Nesse sentido, o fato desses artistas se apropriarem da cidade como suporte da arte já é em si uma atitude contestadora.

O grupo formado por Luciano Gusmão, Lótus Lobo e Dilton Araújo, por exemplo, inaugurou as primeiras propostas de desmaterialização artística em Belo Horizonte[420]. O grupo se reunia numa pequena garagem na casa de Lótus para estudar e discutir arte. Passou então a questionar a linguagem estética tradicional e o próprio circuito artístico, pensando a arte como manifestação estética. Seguindo essa premissa, o grupo realizou alguns trabalhos polêmicos. Um deles foi o *happening* na Avenida Afonso Pena em 1968, conforme nos conta Luciano Gusmão:

> *Nós tínhamos a ideia básica que era surpreender a cidade no seu núcleo, que era a loja Slopper, na Afonso Pena com Bahia (...). Então nós roubamos à noite, os cavaletes do Detran, porque a gente precisa formar uma mesa, isso já foi uma transgressão, que teve todo o prazer e ao mesmo tempo o susto de fazer uma coisa dessas. Chegamos de repente, descemos do carro, e, montamos rapidamente a mesa e cobrimos com uma toalha e distribuímos pães, e as pessoas todas se juntaram: "O que é isso?" E em momento algum nós queríamos interferir na coisa uma vez iniciada. Nós queríamos apenas desencadear. (...) Nós não falamos que aquilo era uma manifestação de arte, ninguém foi ao microfone, nós só alimentamos. Compramos uma bola na Slopper e partimos para o futebol, o trânsito parou; nós tínhamos levado uma galinha e um rapaz se ofereceu para matar a galinha, algum tipo de expressão religiosa (...) eu não sei como, eu só sei que de repente o sujeito estava em*

420 Chamamos desmaterialização a arte transformada em processos, comportamentos, sensações e conceitos.

> *cima da mesa cortando o pescoço da galinha, sangue caindo na toalha e uma mulher do meu lado pediu para dedicar a Santa Rita*[421].

Ao ouvir a sirene da polícia, os artistas foram embora sem saber como a situação provocada por eles terminou. Em linhas gerais, o happening é isso, desencadeia-se um processo que não se sabe onde vai chegar, mas que se constitui enquanto manifestação artística que dura somente durante aquele momento, é efêmera. Neste caso, a manifestação enfocada, além de colocar em evidência a discussão das questões referentes à arte deste contexto, mostra os artistas apropriando-se da cidade e levando as pessoas que passavam a pararem um instante para usufruir e interagir com a cidade de uma forma diferente.

José Ronaldo Lima também "invadiu" as ruas da cidade. Selecionou diversas frases pichadas por estudantes nos muros de Paris, em maio de 1968, e as reproduziu nos muros e calçadas de Belo Horizonte, demarcando, inclusive, o tempo e o espaço com a inscrição "Paris, maio de 68" – "Belo Horizonte, abril de 70", entretanto, essa demarcação acaba por atualizar e universalizar o maio de 68 francês. Segundo o próprio José Ronaldo, "nós fizemos várias pichações assim, construindo inclusive poemas com várias pichações do maio de 68"[422]. Realizou também uma intervenção utilizando o rosto de Che Guevara, como uma espécie de carimbo:

> *fiz um molde da cabeça dele, então nesse molde você dava um spray e saía a cara dele nas calçadas. Aí parafraseando Andy Warhol que fez "mil é melhor que uma" eu fiz "mil Che é melhor que um". Isso eu também pichei em várias calçadas da cidade, essa coisa toda, né? Então foi a citação do Andy Warhol e ao mesmo tempo transmutando aquilo para o Che, porque aquilo para nós não era a nossa imagem, o que a gente precisava era mil Che e não aquela pop arte americana em si, né?*[423].

Outra intervenção do grupo formado por Lótus Lobo, Luciano Gusmão e Dilton Araújo foi a obra *Territórios* realizada no Salão Nacional de Arte Contemporânea, no Museu de Arte da Pampulha, em 1969[424].

> *Territórios é realmente a contestação. Nós não queríamos participar da exposição com uma obra dentro do museu, nós não queríamos ser reconhecidos dentro do museu, isso não era possível mais. Então, nós fomos forçar o júri a ser ilegal, e tendo que julgar uma coisa que*

---

421 Trecho da entrevista com Luciano Gusmão concedida à autora desse artigo no dia 08 de setembro de 2002.

422 Trecho da entrevista com José Ronaldo Lima concedida à autora desse artigo no dia 20 de setembro de 2002.

423 Idem.

424 A partir de 1969, o Museu de Arte da Pampulha constitui-se como novo centro de dinamização da cultura artística de Belo Horizonte.

> *fosse ilegal, colocamos este desafio a eles. (...) foi a primeira vez que a pessoa foi obrigada a ir para a grama, subir e descer grama, andar pelos jardins do museu*[425].

Dentro do museu, no espaço reservado para a obra, o grupo colocou pedras onde foram amarradas cordas que levavam à janela, obrigando o espectador a seguir a corda. Ao aproximar-se da janela era possível avistar a obra do lado de fora. Composta por folhas de acrílico coloridas cortadas de maneira irregular estavam dispostas como lápides por todo o jardim do museu. O público recebia máscaras de acrílico colorido para olhar a paisagem e a obra e num certo sentido transformá-las, pois ao trocar de máscara o espectador as modificava também.

O grande ápice dessa contestação veio com a premiação deste trabalho, como explica Luciano Gusmão: "(...) nós fomos surpreendidos pela premiação, aí nós morremos de rir, quer dizer, eles foram obrigados a premiar a não obra, ou seja, o dinheiro do povo foi usado para comprar uma coisa que estava envelhecendo, apodrecendo" [426]. A obra começou a se decompor com o próprio ambiente, ou seja, ela era uma coisa viva. Luciano Gusmão, Lótus Lobo e Dilton Araújo, além de contestar uma série de monumentos assinados por grandes autores, como Burle Marx, e que eram admitidos como arte criaram uma situação inusitada, o primeiro prêmio do salão não podia ser exposto, pois era perecível, mas tinha que ser preservado de alguma forma. O grupo então encaixotou a obra fazendo uma espécie de esquife. A obra foi mandada para o porão do museu e anos depois após uma faxina na instituição, ela foi jogada na Lagoa da Pampulha.

Um evento que se tornou um marco na arte brasileira foi *Do Corpo à Terra.* Coordenada por Frederico Morais, a manifestação ocorreu em espaços significativos da cidade, como o Parque Municipal, o Ribeirão Arrudas e a Serra do Curral, além de promover intervenções na rua em frente ao Palácio das Artes[427].

Não houve catálogo. Para a apresentação do evento Frederico Morais escreveu um texto-manifesto, mimeografado e distribuído entre os participantes e o público, onde reivindicava espaço de liberdade de expressão no país e assumia uma atitude provocadora frente ao regime militar:

> *A afirmação pode ser temerária. Mas tenho pra mim que não existe idéia de Nação sem que ela inclua automaticamente a idéia de arte. A arte é parte de qualquer projeto de Nação, integra a consciência nacional. Noutro sentido, pode-se dizer que a arte toca diretamente o problema da liberdade – a arte é, na verdade, um exercício experimental da liberdade. Claro, também, é que o exercício criador será tanto mais efetivo quanto maior for a liberdade*[428].

---

425 Trecho da entrevista com Luciano Gusmão concedida à autora desse artigo no dia 08 de setembro de 2002.

426 Idem.

427 *Do Corpo à Terra* foi parte juntamente com a exposição *Objeto e Participação* da *Semana de Arte de Vanguarda*, realizada em 1970. Foi organizada por Mari'Stella Tristão, coordenada por Frederico Morais e patrocinada pela Hidrominas para comemorar a inauguração do Palácio das Artes e a Semana da Inconfidência.

428 Manifesto de Frederico Morais por ocasião do evento Semana da Vanguarda Brasileira. Publicado em: TRISTÃO, Mari'Stella. "Da Semana de Vanguarda (1)". *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 28 de abril de 1970, p.5.

Frederico Morais (1970) enfatizava ainda o caráter vital e social da arte, pontuando que "a repressão ao espírito lúdico do homem é uma ameaça à própria vitalidade social". Conclamava os artistas a não se preocuparem com os materiais, o mais importante seria a ideia, a proposta, o corpo como canal de mensagem, como motor da obra. "O corpo, e nele, os músculos, o sangue, as vísceras, o excremento, sobretudo, a inteligência". O corpo seria utilizado como suporte, canal de comunicação e participação, indo de encontro à terra, fértil, preparada para a "pro-criação"[429].

Ainda sobre a questão do corpo, Maria Angélica Melendi (s/a) ao analisar a produção artística durante os processos ditatoriais latino-americanos, aponta que as práticas artísticas, se desprenderam dos suportes tradicionais da arte, deslocando-se para o corpo do artista e para a cidade. Sendo que "El cuerpo (y la ciudad, como corpo social), castigado por la violencia se constituyó como el espacio privilegiado de ritualización del dolor, un lugar de transgresión física y social". (p.2).

Uma ideia, um gesto. "Trouxas ensaguentadas" de Artur Barrio lançadas no Ribeirão Arrudas. A obra que, na verdade, tinha o nome de *Situações T/T* era constituída por trouxas ensanguentadas contendo carne e ossos, fazendo uma referência ao matadouro que as prisões da ditadura havia se transformado. O AI-5 ainda vigia e vários militantes políticos estavam sendo presos, torturados e mortos pelo regime. A arte de Barrio pulsa e se manifesta contra a ditadura. Conseguiu atrair um público enorme, criando um clima de tensão que acabou por provocar a intervenção do Corpo de Bombeiros e da Polícia.

> *"(...) Houve uma confluência enorme de pessoas no Parque Municipal, no Centro da Cidade, no Ribeirão do Arruda. Veio a polícia, veio corpo de bombeiro. Foi uma negócio completamente inesperado, (...) Depois disso eu fugi no primeiro ônibus. Diretamente acho que não houve repressão, também pra que ficar para a palestra? Depois daquilo eu ainda fiz o papel higiênico no dia seguinte. Eram 60 rolos de papel higiênico espalhado, disperso pela pedras do Ribeirão do Arruda, que era a terceira parte do trabalho, e depois disso simplesmente me afastei, peguei um ônibus e vim me embora"*[430].

Barrio ao propor essa situação artística questiona o sistema tradicional de arte, o próprio fazer artístico, além de trazer à tona uma profunda crítica social e política, torna o público co-participante da obra, já que a continuidade da situação depende do espectador.

Evidenciando também uma dimensão claramente política, Cildo Meireles, em *Tiradentes: Totem-monumento ao Preso Político* realizou um ritual de queima de galinhas vivas no Parque Municipal. Esse ritual estava impregnado de um significado simbólico, o sacrifício de animais em homenagem a Tiradentes se constituiu enquanto signo da indignação e da revolta contra o assassinato dos militantes políticos nas prisões brasileiras, principalmente se pensarmos na figura de Tiradentes e no que ela representa no imaginário de Minas Gerais: a luta pela liberdade.

> *O Tiradentes: Totem, o meu trabalho na exposição foi... Eram galinhas vivas que foram queimadas na inauguração* (silêncio) *e... Tem até uma coisa curiosa sobre esse trabalho. Eu sempre procurei fugir de qualquer coisa de panfletária em termos de artes plásticas, me*

---

429 Idem.

430 Depoimento de Arthur Barrio concedido à LIMA, Joana D'Arc de Sousa. A arte e seu entrecruzamento com a política: arte-guerrilha. 1969-1971. *Revista Idéias*, Campinas, ano 12, 2005. p.101-140.p.126.

> *interessava, claro, que tinha uma coisa que eu queria passar o mais rapidamente, o mais diretamente possível, mas tinha também outras preocupações. Em termos de linguagem, como no caso de Tiradentes, tinha uma passagem que me interessava, que era transformar o que era tema em matéria-prima, no caso, o tema era a vida. (...) Agora eu me lembro que, ao fazer o trabalho, que foi durante a inauguração da exposição, do lado de fora, no pátio interno do Palácio das Artes... Eu me lembro que, durante a inauguração, após a queima daquelas galinhas, uma pessoa veio falar comigo, me felicitando pelo trabalho e dizendo que tinha entendido perfeitamente o que eu estava dizendo, que era solidário à idéia, e essa pessoa era o presidente da Sociedade Protetora dos Animais, de Minas Gerais, eu achei isso de certa maneira é..."* (silêncio profundo e longo)[431].

Ao narrar o episódio da queima de galinhas, a fala de Cildo torna-se entrecortada e permeada por momentos de silêncio, evidenciando uma marca traumática que sugere que o ato de sacrificar os animais, como denúncia de uma situação real de extrema violência, foi também uma violência para o artista, pois este no campo simbólico assume o lugar do carrasco, do torturador. (LIMA, 2005).

O próprio Frederico Morais participou da manifestação com a proposta de apropriação fotográfica de quinze áreas da cidade. A obra foi intitulada *Quinze Lições sobre Arte e História – Apropriações: Homenagens e Equações*. As quinze lições começavam com uma citação de Duchamp: "*São os espectadores que fazem o quadro*", propondo um envolvimento do público com a obra. Esse trabalho evidencia o interesse do crítico-artista por uma arte pública e participativa, além de propor uma nova maneira de olhar e se envolver com a cidade. Na obra *Arqueologia do Urbano: Escavar o futuro*, Frederico através de uma foto das obras de construção do Palácio das Artes, mostra uma arqueologia às avessas, em que há uma busca não pelo passado, mas pelo futuro.

Foram vários os aspectos inovadores propostos pelos artistas na manifestação *Do Corpo à Terra*. Pela primeira vez, no Brasil, artistas eram convidados não a expor obras já concluídas, mas para criar seus trabalhos diretamente no local. Não foi possível presenciar as manifestações em sua totalidade, já que os trabalhos se desenvolveram em locais e horários diferentes. Outra questão levantada é a de que os trabalhos realizados no Parque permaneceram lá até sua destruição, acentuando o caráter efêmero das propostas. A divulgação também foi feita de maneira diferenciada por meio de volantes, distribuídos nas ruas e avenidas de Belo Horizonte, bem como nos cinemas, teatros e estádios de futebol, numa tentativa de ampliar a comunicação e atrair um público diferente e por último, um crítico de arte atuava como curador e artista.

De maneira geral, nas intervenções e obras analisadas é possível perceber que a arte produzida nesse contexto tornou-se uma necessidade e um desejo de representar as formas de viver e agir na cidade, bem como a situação espacial desses artistas, marcada pelo controle e cerceamento do espaço público. Dessa forma, os artistas, mesmo vivendo num contexto de extrema repressão apropriavam-se e resignificavam os espaços da cidade e buscavam meios de atuar como canal de comunicação e de transformação da sociedade, seja no sentido político ou metafísico. Para isso, utilizavam-se de um repertório de proposições, conceitos, gestos e materiais diferenciados como forma de questionar o regime ditatorial e as instituições de arte, estabelecendo uma nova relação entre arte, política e vida cotidiana.

Referências bibliográficas:

ARGAN, Giulio Carlo. **História da Arte como história da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

431

Depoimento de Cildo Meireles concedido à LIMA, Joana D'Arc de Sousa. A arte e seu entrecruzamento com a política: arte-guerrilha. 1969-1971. *Revista Idéias*, Campinas, ano 12, 2005. p.101-140.p.123. A autora, como preconizado na metodologia da história oral, evidenciou na transcrição da entrevista os momentos de silêncios e as falas entrecortadas, o que amplia as possibilidades de análise.

FABRIS, Annateresa. (org.). **Arte e Política: algumas possibilidades de leitura**. Belo Horizonte: C/Arte, 1998.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Impressões de Viagem. CPC, vanguarda e desbunde: 1960-1970**. São Paulo: Brasiliense, 1980. p.55.

LIMA, Joana D'Arc de Sousa. A arte e seu entrecruzamento com a política: arte-guerrilha. 1969-1971. **Revista Idéias**, Campinas, ano 12, 2005. p.101-140.

MELENDI, Maria Angélia. **Antimonumentos** – Estratégias del arte (y de la memoria) en una era de catástrofes. p.1-11. www.eba.ufmg.br/grupo/textopiti03.htm.

MELLO, Maria Amélia. (org.). **Vinte anos de resistência. Alternativas da cultura no regime militar.** Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1986.

MORAIS, Frederico. Guignard está morto. **Suplemento Dominical do Estado de Minas**, Belo Horizonte, 6 dez., 1964, p.1.

MORAIS, Frederico. **Artes Plásticas: a crise da hora atual.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

RIBEIRO, Marília Andrés. **Neovanguardas: Belo Horizonte – anos 60.** Belo Horizonte: C/Arte, 1997.

RIBEIRO, Marília Andrés. Arte e Política no Brasil: A Atuação das neovanguardas nos anos 60. In: FABRIS, Annateresa. (org.). **Arte e Política: algumas possibilidades de leitura**. Belo Horizonte: C/Arte, 1998. p.165-177.

ZERNER, Henri. A arte. In: **História: Novas abordagens**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976. p.144-154.

Professores de Artes Visuais de Goiânia, Goiás: afetos, acervos imagéticos, memórias e histórias

Henrique Lima Assis*

Ana Angélica M. Albano[432]

Os dispositivos técnicos e tecnológicos da vida social contemporânea inundaram e inundam nosso cotidiano de imagens, objetos e artefatos culturais de toda sorte. Das fotografias às tecelagens, às peças de artesanatos, aos desenhos, aos *outdoors*, às esculturas, aos bordados. Assim, os objetos são e podem ser simbolizados em diferentes maneiras, usos e costumes. Procurando não incorrer no erro das generalizações, observamos que as pessoas, ao longo da história da humanidade, colecionaram e colecionam os mais variados tipos de objetos.

Saramago no livro *Todos os Nomes,* presenteia-nos com a história do Sr. José, um homem, tímido, solteiro, de meia idade e que além de trabalhar, cuidando dos arquivos dos vivos e dos mortos, na Conservatória Geral de Registro Civil, morava, de favor, em uma casa construída ao longo das paredes laterais da Conservatória, com duas portas, uma que dava para rua e a outra para o interior da grande nave dos arquivos. Em razões de problemas estruturais da arquitetura, o Sr. José fora obrigado a trancar essa última porta, privando, assim, o trânsito entre o público e o privado.

Há muitos anos ele vinha reunindo recortes de jornais sobre pessoas, que por boas ou más ações se tornaram famosas em seu país, mas um dia teve a iluminação que mudaria sua vida: algo faltava às suas coleções, o registro de nascimento dessas pessoas. Isto é, faltavam outros dados da história pessoal daqueles que colecionavam os recortes e que as notícias não anunciavam, como os nomes dos pais, irmãos, padrinhos, onde nasceram, estudaram. Então, obstinadamente, passa a buscar, investigar, colecionar mais detalhes sobre elas e, a primeira coisa que faz é invadir, no meio da noite, por meio da porta que deveria permanecer sempre trancada, a Conservatória. Como um detetive, ele faz cópias dos registros de nascimento e envereda por um labirinto de investigações, ou seja, percorre ruas, conhece os lugares onde nasceram, entrevista algumas pessoas, descobre relações, segredo, crimes. No desenrolar da história, Saramago afirma que encontramos, em todos os lugares, pessoas como Sr. José que

> *ocupam o seu tempo ou o tempo que crêem sobejar-lhes da vida a juntar selos, moedas, medalhas, jarrões, bilhetes-postais, caixas de fósforos, livros, relógios, camisolas desportivas, autógrafos, pedras, bonecos de barro, latas vazias de refresco, anjinhos, cactos, programas de óperas, isqueiros, canetas, mochos, caixinhas-de-música, garrafas, bonsais, pinturas, canecas, cachimbos, obeliscos de cristal, patos de porcelanas, brinquedos antigos, máscaras de carnaval. (SARAMAGO, 1997, p. 23)*

---

* Licenciado em Artes Visuais/UFG, Mestre em Cultura Visual/UFG e Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação/UNICAMP, junto ao Laboratório de Estudos sobre Arte, Corpo e Educação - LABORATE, sob a orientação da Profa. Dra. Ana Angélica M. Albano.

432 Professora da Faculdade de Educação da Unicamp e Pesquisadora dos grupos Laborarte-Laboratório de Estudos sobre Arte, Corpo e Educação, do IERG-Imagination and Education Research Group-Simon Fraser University/Canadá e do Focus Group for Creativity in Education, da Fundação Marcelino Botín, Santander/Espanha. É Doutora em Psicologia Social pela USP, licenciada em Artes Visuais pela Fundação Armando Alvares Penteado SP.

E, na busca por explicações sobre as razões que movem os colecionadores a ocuparem boa parte de seu tempo na árdua, desafiadora, perigosa, mas prazerosa tarefa de colecionar os objetos de fetiche, de desejo, de sonho, Saramago desenvolve o romance e afirma que pessoas assim, como o Sr José, provavelmente

> *fazem-no por algo a que poderíamos chamar de angústia metafísica, talvez por não conseguirem suportar a ideia do caos como regedor único do universo, por isso, com as suas fracas forças e sem ajuda divina, vão tentando pôr alguma ordem no mundo, por um pouco de tempo ainda o conseguem, mas só enquanto puderem defender a sua colecção, porque quando chega o dia de ela se dispersar, e sempre chega esse dia, ou seja por morte ou seja por fadiga do coleccionador, tudo volta ao princípio, tudo torna a confundir-se. (SARAMAGO, 1997, p. 23)*

Será mesmo que as pessoas juntam imagens, objetos, artefatos apenas por não suportar o caos que rege o universo? Será que os professores de artes visuais, responsáveis por deflagrar processos estéticos, cognitivos e sensíveis, colecionam imagens, objetos, artefatos em suas casas? Se sim, de onde elas se originam? São produzidas por eles? Quais são as peripécias que fazem para obter seus objetos de desejo? O que eles dizem dos professores, dos seus processos formativos?

Este texto é fruto de algumas reflexões sobre a pesquisa de doutoramento *Narrativas de afeto, narrativas de formação, narrativas de vida: como professores de artes visuais de Goiânia, Goiás, se tornam os professores que são,* iniciada em fevereiro de 2011 no Programa de Pós-Graduação em Educação da UNICAMP, junto ao Laboratório de Estudos sobre Arte, Corpo e Educação - LABORATE, sob a orientação da Profa. Dra. Ana Angélica M. Albano. A investigação, portanto, consiste na compreensão de como os professores de artes visuais se tornam os professores que são e, nesta direção, buscaremos verificar se esses processos podem ser narrados a partir dos conjuntos de imagens que colecionam em suas casas, tanto nas paredes quanto em álbuns, cadernos, gavetas, caixas.

Assim, algumas imagens são integradas ao longo do texto cujo objetivo é nos desviar da leitura linear e nos fazer pensar no que elas dizem do professor que as colecionam, quais memórias suscitam e histórias narram, que relações ele estabelece com seus processos identitários, pessoais e profissionais. Esclarecemos que elas não são ilustrações, tampouco complemento, mas dispositivos, deflagradoras de pensamentos, pensamentos visuais, pronunciados, narrados por meio de cores, formas, texturas e, nesta direção, elas não são numeradas e anunciadas, como sugerem as normas da ABNT, porque são, também, texto.

Sendo assim, enfatizamos que as ideias apresentadas aqui, estão em processo, em fluxo, em potência, prontas para serem investigadas, dialogadas, arejadas, pensadas, trabalhadas.

As narrativas como potência, como devir, como escuta e escrita de si

Para Bruner (1991), todo conhecimento e toda criação humana se divide em duas modalidades: uma pragmática e outra imaginativa. A primeira busca conhecer e/ou criar baseando-se na lógica, nas análises racionais e na observação empírica. Enquanto a segunda se centra nos desejos, nas necessidades e nas experiências vividas. Para o autor, as

narrativas biográficas operam uma conversação entre o pragmático e o imaginativo e resultam em representações que podem influenciar ou cambiar as percepções e afetos em quem narra e em quem ouve os relatos.

Ouvir e narrar histórias são ações comuns em nossos cotidianos. As histórias ouvidas e narradas tecem redes que nos ligam, uns aos outros, afetiva e cognitivamente, revelando as cores e os sabores dos lugares e dos tempos vividos. Ouvir e narrar histórias é, portanto, um movimento que não cessa nunca, ziguezagueia sempre, como um crochê, o ponto que vai adiante precisa voltar, mais uma vez à frente, retorna dois pontos, assim infinitamente. Ou seja, rompe as estruturas lineares passado, presente e futuro,

Surge no Brasil, a partir da década de 1990, investigações que enfocam as histórias de vida de professores, cujos interesses são compreender como eles se constituem. Nessas pesquisas, eles podem, livremente, narrar suas memórias, contar suas histórias, reinventar percursos, selecionar suas experiências mais significativas, enfatizar e/ou silenciar aspectos relacionados com os seus processos formativos e profissionais, revelar experiências pedagógicas.

As narrativas de vida, conforme esclarece Bosi (1994), Benjamin (1996), Le Goff (1996), entre outros autores, são seletivas, imaginativas, criativas, inventivas e, a partir da afetividade, organizam o vivido, o experimentado, o explorado para serem narrados, escritos, filmados, musicados, desenhados. Isentas da linearidade cronológica, as narrativas construídas hoje, lançam mão das experiências de ontem e arquitetam sonhos, projetam desenhos para serem realizados amanhã. Elas trazem lembranças, detalhes das experiências mais significativas que não podem ser necessariamente evidenciados, materializados, mas são testemunhos da nossa subjetividade.

Esse recordar inventivo, estas lembranças afetivas, estas memórias criativas, estas invenções seletivas colocam em jogo um trânsito entre passado e futuro, no qual os artistas, dentre eles, os poetas, transitam livremente. Conforme aponta Hernandez (2006, p. 03), o poeta Carlos Drumond de Andrade, inspira, em suas narrativas, escritos, romances a "possibilidade de uma relação entre saudade (experiência vivida) e tempo futuro: entre coisas que a lembrança faz ressurgir e acontecimentos possíveis que o desejo almeja construir".

Uma perspectiva muito importante que os estudos sobre as narrativas de vida têm apresentado são as intensas trocas de experiências entre os docentes, a capacidade de análise dos significados subjetivos das experiências vividas e a possibilidade de conhecer, a partir de uma história pessoal, a história coletiva. As memórias individuais valem-se de organismos criados e compartilhados culturalmente e, em vista disso, o lembrado pode ser semelhante, pode se justapor, ser contraditório, mas jamais igual, mesmo para duas pessoas que partilharam a mesma experiência. Numa grande teia social, uma narrativa de vida individual integra-se a outra, mais outras, ao coletivo, ao social.

Outra perspectiva que os estudos sobre as narrativas de vida apresentam, e que muito nos interessam, é que para conhecermos os processos coletivos, consideramos os aspectos singulares e categorias sociais de cidadãos que não são os heróis ou ilustres, tradicionalmente considerados na e pela história. Nesta direção, ao considerarmos as vozes

> *do(a) professor(a) aproximamos das referências, possibilitando compreender os múltiplos movimentos que temos neste território – o da docência e o da formação de professores. São múltiplos e singulares os processos, ao mesmo tempo, com algumas matrizes comuns, mas viabilizando, sempre, que os registros sejam refletidos sobre os sentidos produzidos e, mesmo, da necessidade de poderem ser reinventados. (OLIVEIRA, 2006, p. 52)*

Por não trabalharem com supostas realidades ou verdades, mas com o inventivo, o imaginado, as narrativas se conformam em situações em que professores transversalisam suas vidas em diferentes momentos. E, frente ao desafio de elaborarem suas narrativas, podem reinventar-se, alimentar sonhos e, porventura, redescobrirem os sentidos iniciais que motivaram a opção pela profissão docente, os porquês das seleções curriculares, como se comportam em relação às permanências e/ou rupturas com a cultura escolar. Assim, talvez possam compreender as imagens que selecionaram como instituidoras da sua vida pessoal e profissional.

Os vários estudos realizados sobre os processos pelos quais os professores se tornam os professores que são, entre eles, os realizados por Nóvoa (1992), Souza (2006, 2008, 2010), Josso (2002), Agier (2001), Sanchis (2001), revelam que a constituição dos sujeitos são negociações permanentes, são práticas dinâmicas, plurais, formadas e transformadas constantemente pelos "sistemas culturais que [os] rodeiam" (HALL, 2005, p. 13). Nesta concepção, as

subjetividades docentes são processos dinâmicos, repletos de transformações e prenhes de possibilidades. Há neles, repetições, diferenças, tradições, continuidades, rupturas, contraditoriamente justapostas.

Neste universo justaposto, contraposto, múltiplo, Mário de Andrade, ao ser afetado pelo mundo e ao brincar com as palavras, sintetiza poeticamente as discussões referentes às subjetividades em seu poema *Eu sou trezentos...* e nos convida, ou nos desafia, a pensar que

> *Eu sou trezentos, sou trezentos e cinqüenta,*
>
> *As sensações renascem de si mesmas sem repouso,*
>
> *Ôh espelhos, ôh! Pireneus! ôh! caiçaras!*
>
> *Se um deus morrer, irei no Piauí buscar outro!*
>
> *[...]*
>
> *Eu sou trezentos, sou trezentos e cinqüenta,*
>
> *Mas um dia afinal eu toparei comigo...*
>
> *Tenhamos paciência, andorinhas curtas,*
>
> *Só o esquecimento é que condensa,*
>
> *E então minha alma servirá de abrigo.*
>
> *(ANDRADE, 1969, p. 50)*

Ao ouvir as histórias narradas pelos professores podemos perceber aspectos significativos de seus percursos, tanto pessoais quanto profissionais, pois é impossível dicotomizar o "eu pessoal do eu profissional" (NÓVOA, 1992, p. 07). O autor sinaliza, reforça, que a composição do ser e do estar na profissão docente é um processo de lutas, de disputas, de conflitos. É um lugar de construção, de experimentação, de aprendizagem.

Dubar (1997) compreende o tornar-se professor como um processo contínuo de elaborações individuais e coletivas, concomitantemente, associado aos processos de intervenção dos sujeitos sobre si e dos fatores externos que estão ou são submetidos. O autor enfatiza que o ser professor possui um caráter plural, dinâmico e mutável que se constitui para além de uma maneira de ser no trabalho, mas uma "projeção de si no futuro, a antecipação de uma trajetória de emprego e o desencadear de uma lógica de aprendizagem, ou melhor, de formação" (p. 114). Desse modo, os professores pensam sobre si, sobre suas funções, interligam processos formativos de ordem pessoal e profissional, revelando anseios e expectativas ante a profissão e a vida.

Nesta direção, Souza Santos (1996) assegura que todo conhecimento é autoconhecimento e, no sentido inverso, todo desconhecimento é, por conseguinte, autodesconhecimento.

Os caminhos, as conexões, os encontros. A pesquisa narrativa como contornos de uma aprendizagem

Como sinalizamos anteriormente, esta investigação encontra-se em sua fase inicial, portanto, prenhe de possibilidades, de escolhas, de desvios, à espera de conexões, de encontros, portanto em movimento. Para realizarmos esta pesquisa, partiremos do pressuposto de que toda ação investigativa decorre da necessidade humana de compreensão de como as experiências culturais são elaboradas, representadas e interpretadas. Essa é, também, uma razão para discutir o impacto e os valores formativos e afetivos das imagens em nossas vidas e que somente há pouco tempo "começamos a compreender" (KELLNER, 1995, p. 109).

Vivemos em um tempo de crise: crise dos paradigmas, crise das certezas, crise dos valores, crise das relações, crise dos afetos, crise de escolhas (EÇA, 2009). Nesse cenário, investigar as relações formativas e afetivas dos professores com seus acervos imagéticos implica, necessariamente, em partilhar quotidianos, intimidades, paredes, caixas, gavetas, diários, memórias, afetos, a própria vida. Por este motivo, devemos ficar atento às capacidades comunicativas e buscar estabelecer relações de confiança e respeito que nos permitam coletar os dados, chegar às informações de maneira gradual, respeitosa, afetuosa e, sobretudo, ética.

Em sintonia ao exposto, esta investigação se apoiará nos pressupostos da História Oral e, sobretudo, da Pesquisa Narrativa, pois além de classificar, quantificar ou categorizar as imagens que os professores colecionam, procuraremos engendrar processos relacionais, produzir sentidos e verificar o que as imagens dizem dos professores que as colecionam, quais memórias suscitam e que histórias narram. Assim, a pesquisa para o pesquisador é um modo de pensar, de desejar, de amar ou odiar, inquirir, provocar, resistir ou submeter ao controle. Além disso, o ato de investigar são formas de conquistar

> *amigas/os e cultivar inimigas/os; de merecer ter tal vontade de verdade e não outra(s); de nos enfrentar com aqueles procedimentos de saber e com tais mecanismos de poder; de estarmos inseridas/os em particulares processos de subjetivação e individuação. Portanto, uma prática de pesquisa é implicada em nossa própria vida. (CORAZZA, 2002, p. 124).*

Como nossa própria vida, investigar significa exercitar a capacidade de resistência e de submissão ao controle. Denota fazer amizades ou inimizades, de ter vontade dessa e não daquela verdade e, certamente, abrir-se à pluralidade, ao diálogo, à aprendizagem. Ainda, expor-se aos riscos e às inúmeras possibilidades que os objetos carregam, em vez de assumir a postura 'arrogante' de quem conhece e domina.

Neste contexto, a escolha por essa ou aquela prática de pesquisa, nunca é neutra, imparcial ou ingênua. Todas as nossas escolhas dizem muito do modo como fomos subjetivados, como jogamos com os saberes e como estabelecemos relações de poder ou lidamos com ele. Por essa razão, geralmente escolhemos

> *de um arsenal de métodos, aquele que nos melhor nos atende, mas somos "escolhidas/os" (e esta expressão tem, na maioria das vezes, um sabor amargo) pelo que foi historicamente possível de ser enunciado; que para nós adquiriu sentidos; e também nos significou, nos subjetivou, nos (as)sujeitou. (CORAZZA, 2002, p. 124)*

Para entendermos como os professores se tornam os professores que são e as relações com as imagens que adornam suas casas, o que os significam, os subjetivam e os (as)sujeitam é que, nesta investigação, contaremos com a colaboração de quatro professores/colaboradores, Licenciados em Educação Artística com habilitação em Artes Plásticas, que se formaram e ingressaram, por meio de concurso público, na rede pública de educação, na década de 1990[1], que possuem acervos imagéticos em suas casas ou escolas, tanto nas paredes quanto nos armários, caixas ou gavetas.

433

Neste caminho, a pesquisa narrativa se abre aos encontros, às conexões, pois além de discutir questões ontológicas referendadas aos seres humanos como sujeitos que narram, ela se volta às questões epistemológicas que colaboram para compreender e explicar como práticas culturais e visuais marcam o percurso e a subjetividade dos professores de artes visuais, seus modos de perceber, interpretar e narrar suas experiências vividas. Outra esfera da pesquisa narrativa é que ela tem o poder de envolver os sujeitos leitores e persuadi-los e seduzi-los, integrando-os na experiência lida, ouvida, narrada. Assim, as situações vividas e as paisagens que se revelam por meio das narrativas se inscrevem em

> *aprendizagens individuais e coletivas que têm como referência aquilo que cada indivíduo viveu ou está vivendo, colocando-o em imersão na experiência e fazendo-o refletir sobre momentos, passagens marcantes da sua trajetória e sobre as representações simbólicas e subjetivações construídas ao longo da vida (MARTINS e TOURINHO, 2009, p. 04).*

Em suma, acreditamos que ao produzirem suas narrativas, os professores de artes visuais de Goiânia, poderão organizar suas experiências vividas de modo que estabeleçam significados e conexões com aspectos que julgam mais expressivos das experiências que viveram até o momento. Acreditamos, ainda, que poderão compreender a si, tendo como referências as imagens que habitam suas casas e as memórias que selecionaram como necessárias e constituidoras da sua vida, nas dimensões pessoais e profissionais.

Em aberto, apenas algumas considerações

Narrativas de afeto, narrativas de formação, narrativas de vida: como professores de artes visuais de Goiânia, Goiás, se tornam os professores que são é uma investigação situada no campo da educação das artes visuais que, para além de se apoiar na pesquisa narrativa e ouvir as narrativas dos professores, se abre à possibilidade de inventar um caminho próprio, pois parte do pressuposto de que sempre que se produz um conhecimento novo, inventa-se um novo caminhar. Então, para evadir-se das grades homogeneizantes e evidenciar as singularidades das relações estabelecidas pelos quatro professores de artes visuais com seus acervos imagéticos, esta investigação se abre, também, à possibilidade de trabalhar com procedimentos múltiplos, aberta às demandas e conexões que o objeto da pesquisa apresentar no caminho.

E, nessas conexões, caminhos, reflexões sobre as experiências formativas de outros professores poderemos encontrar, conhecer e perceber algumas tonalidades, texturas, perspectivas das nossas próprias formações e sobre as quais, talvez, tenhamos nos detido pouco, horizontalmente. Pensamos que poderão surgir outros olhares, novas posturas, um repensar de nossas concepções e práticas, de como estamos nos tornando os professores de artes visuais que somos.

Referências bibliográficas:

433

1 Essa delimitação se dá pelo fato de que o grupo envolvido tenham experimentado muitos sucessos, muitas frustrações e muitas expectativas em relação a docência, podendo, desse modo, se articular livremente e, como poetas, transitar entre passado, presente e futuro.

AGIER, M. **Distúrbios identitários em tempos de globalização.** Mana, v. 7, n. 2, 2001.

ANDRADE, M. **Poesia**. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1969.

BENJAMIN, W. **Obras escolhidas.** Vol. I, São Paulo: Brasiliense, 1996.

BOSI, E. **Memória e sociedade -** lembranças de velhos. 6 ed. São Paulo: Schwarcz LTDA, 1998.

BRUNER, J. **La autobiografía del yo**. **En Actos de significado**. Madrid: Alianza, 1991.

CORAZZA, S. M. Labirintos da Pesquisa, diante dos Ferrolhos. In: CORAZZA, S. M. **Caminhos investigativos – novos olhares na pesquisa em educação.** Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

DUBAR, C. **A socialização: construção das identidades sociais e profissionais.** Porto: Porto Editora, 1997.

EÇA, T. Perspectivar o Futuro: O papel central da arte educação no ensino. In: ASSIS, H. L.; RODRIGUES, E. B. T. (Orgs.) **O ensino das artes visuais:** desafios e possibilidades contemporâneas. Goiânia: GRAFSET – Gráfica e Editora Ltda, 2009.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HERNANDEZ, F.; TOURINHO, I.; MARTINS, R. Aprender história do ensino de arte através da realização de histórias de vida. In: **Revista da Universidade Federal de Goiás**. Dezembro 2006, Ano VIII, nº 2.

JOSSO, M. C. Experiências de Vida e Formação. Lisboa: Educa, 2002.

KELLNER, D. **A Cultura da Mídia.** São Paulo: EDUSC, 2001.

LE GOFF, J. **História e memória.** Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

MARTINS, R; TOURINHO, I. **Pesquisa Narrativa: Concepções, Práticas e Indagações.** In: Anais do II Congresso de Educação, Arte e Cultura - Confluências e diálogos no campo das artes. Universidade Federal de Santa Maria, 9 a 11 de setembro de 2009

NÓVOA, A. Os professores e suas histórias. In: NÓVOA, A. **Vidas de Professores.** Porto: Porto Editora, 1992.

OLIVEIRA, V. F. de. Implicar-se... Implicando com professores: tentando produzir sentidos na investigação/formação. In: SOUZA, Elizeu Clementino de. (org.). **Autobiografias, histórias de vida e formação:** pesquisa e ensino. Porto Alegre: EDIPUCRS EDUNEB, 2006.

SANCHIS, P. A crise dos paradigmas em antropologia. In: DAYRELL, J. (Org.). **Múltiplos olhares sobre educação e cultura.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996.

SARAMAGO, J. **Todos os nomes.** São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SOUZA, E. C. de. (org.). **Autobiografias, histórias de vida e formação:** pesquisa e ensino. Porto Alegre: EDIPUCRS EDUNEB, 2006.

_____; MIGNOT, A. C. V. (orgs.). **Histórias de vida e formação de professores**. Rio de Janeiro: Quartet: FAPERJ, 2008.

_____; GALLEGO, R. de C. (orgs.). **Espaços, tempos e gerações: perspectivas (auto) biográficas.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

SOUZA SANTOS, B. **Um discurso sobre as ciências.** Porto: Edições Afrontamento, 1996.

PROFISSÕES DE NÍVEL SUPERIOR E MATERNIDADE: EXAMINANDO O IMPACTO DO TRABALHO ASSALARIADO E DOMÉSTICO NO COTIDIANO DE TRABALHADORAS DOCENTES

Virginia Paes Coelho[434]

1. Introdução

Esta comunicação tem por proposta apresentar a análise preliminar de minha pesquisa sobre o cotidiano de professoras universitárias, pertencentes às camadas médias urbanas do Rio de Janeiro, tomando por sujeitos da pesquisa docentes que são mães e lecionam na Universidade Federal Fluminense na área das Ciências Humanas e Sociais.

Estudos que trabalham de forma articulada gênero e trabalho (SOUZA, 2000, COSTA, 2002, ABRAMO, 2002, HIRATA, 2002, MONTALI, 2003, BRUSCHINI, 2005/2007, entre outros) confirmam que as desigualdades de gênero presentes nas relações trabalhistas não apresentam mudanças significativas e que a divisão do trabalho doméstico pouco se alterou nos últimos anos, apesar do aumento da participação feminina no mercado de trabalho.

A pesquisa analisa o impacto dessas desigualdades na qualidade de vida das trabalhadoras docentes investigando as contradições presentes em seu cotidiano ao lidarem com a simultaneidade de responsabilidades advindas da sobreposição da maternidade com o trabalho docente.

A hipótese que norteia este estudo é de que há uma perda importante na qualidade de vida desse segmento, frente à sobrecarga de tarefas e outros problemas relacionados à função que desempenham nas universidades. Na articulação do trabalho assalariado com as responsabilidades familiares as mulheres estão sujeitas à desigualdade da divisão sexual do trabalho e ao estresse pela sobrecarga que a dupla jornada ocasiona, dificultando obterem um padrão de qualidade de vida desejável.

A OMS (Organização Mundial de Saúde) defende que para se aferir Qualidade de Vida é necessário considerar seis componentes: o físico, o psicológico, o do nível de independência, o das relações sociais, o do meio ambiente e o dos aspectos religiosos. No caso dos professores as transformações que ocorrem no mundo do trabalho desde a década de 80 do século passado passaram a exigir uma força de trabalho mais qualificada e com melhor formação, afetando de modo significativo às relações de trabalho no campo do ensino como, por exemplo, na periodicidade dos cursos, na origem social dos estudantes, na média de alunos por professor, na evolução da carreira, nas tarefas e atividades que desenvolvem no cotidiano da docência, entre outros.

Outro aspecto importante se refere ao tempo dedicado as tarefas que envolvem o ensino e que não pode ser controlado e fixado em toda a sua dimensão como na maior parte das profissões, já que parte dele permanece na opacidade (como a preparação de aulas, a correção de tarefas, leituras, etc), difícil de ser delimitado e mesmo conhecido em toda a sua extensão.

Ao se articular o tempo de dedicação ao ensino e as condições de trabalho assalariado das docentes com suas responsabilidades familiares, em especial, no cuidado dos filhos menores, verifica-se que há uma divisão de trabalho

---

434 Professora Adjunta da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense. Doutora e Pós-doutoranda em Serviço Social pela PUC/SP.

diferente, que se revela de acordo com o sexo do trabalhador, com maior impacto sobre a qualidade de vida das professoras.

Nossa proposta quer conhecer e analisar as condições de vida de trabalhadoras docentes e mães tendo a ÁREA DE Ciências Humanas e Sociais da UFF (Universidade Federal Fluminense) como campo de pesquisa e estudo.

Os objetivos que pretendemos alcançar se direcionam para as relações de gênero, trabalho docente e maternidade e tem por fim:

- Identificar as possibilidades e limites presentes no trabalho docente quando articulado as responsabilidades da maternidade e tarefas domésticas e como isso afeta a qualidade de vida das docentes.

- Analisar a contribuição feminina no rendimento familiar e a percepção das entrevistadas sobre o papel que desempenham no trabalho assalariado e na família em relação às questões que envolvem poder, autonomia e afetividade.

2. O tempo de trabalho e as desigualdades de gênero

A vida vivida fora de casa, na vida pública – incluindo o trabalho e o estudo, é o percurso que muitas mulheres seguem hoje, como possibilidade de proporcionar bem-estar para si e o grupo familiar. Contudo, esse objetivo pressupõe obter um patamar de vida que parece cada vez mais inalcançável para a maioria das trabalhadoras, já que qualidade de vida é uma categoria que envolve questões objetivas como renda, segurança, emprego, habitação, mas também contém outras que só se revelam no campo da subjetividade como a capacidade de sentir-se feliz, ter prazer, bem-estar, auto-realizar-se, entre outros aspectos.

Há uma tendência para as mulheres que são mães e trabalhadoras de que os ganhos materiais conquistados sejam relativos, uma vez que estas são levadas a imprimir um ritmo demasiado estressante a suas vidas para aumentar seus rendimentos e conquistar espaço na vida pública ao mesmo tempo em que enfrentam dificuldades e conflitos, pois essas questões não se separam das cotidianas que incluem os cuidados com a família e a casa, ocasionando perdas ao seu bem estar físico e mental e em suas expressões de liberdade.

A análise preliminar desta pesquisa mostra que as narradoras vivem intensamente o dilema da divisão do tempo entre as atividades que exercem, advindas do trabalho pago enquanto docentes e pesquisadoras, que lhes oferece possibilidades de auto-realizar-se profissionalmente, com o tempo que necessitam e querem dedicar aos cuidados da família, de forma geral, sem conseguirem estabelecer limites entre os dois espaços o que acarreta um grande desgaste físico e mental.

No caso da docência delimitar o tempo de trabalho se torna muito mais difícil, porque este é um tempo fluído, impossível de ser mensurado em toda a sua dimensão, uma vez que o tempo de ensino refere-se às atividades em classe, calculado pelo número de aulas ministradas durante a semana, mas também ao número de horas dedicadas ao ensino, ou seja, à preparação das aulas, ao estudo, correção das atividades discentes, atendimentos aos alunos, reuniões, produção de relatórios, pesquisas, etc. A articulação do tempo dedicado a docência com os cuidados da vida familiar acarreta tensões permanentes no cotidiano das professoras, já que como mulheres continuam submetidas às atribuições e às imposições domésticas.

Os dados levantados até o momento confirmam que para este segmento feminino o trabalho representa simbolicamente um fator "emancipador" da condição da mulher em nossa sociedade. Contudo, esse percurso vem sendo construído de forma desgastante considerando as transformações presentes no mundo do trabalho - esvaziamento da legislação trabalhista, alteração da relação de contratação (agora via terceirização, precarização do vínculo empregatício, anulação de acordos coletivos), reorganização do

processo de trabalho, entre outros aspectos desencadeados com a reestruturação produtiva, em íntima relação com as responsabilidades sempre presentes das tarefas domésticas.

Os estudos de gênero relacionados ao mercado de trabalho e ao trabalho doméstico sugerem que frequentemente as mulheres estão em muito pior situação que os homens quando se incluem estas questões de forma articulada, tomando por enfoque o bem-estar na avaliação das desigualdades entre os homens e as mulheres, embora estas se tornem "aceitáveis" muitas vezes quando envolvem as relações familiares, frente às concepções sociais de arranjos "normais" no interior do grupo familiar, prejudicando comparações de bem-estar que ambos os sexos desfrutam.

Esta concepção é construída, porque o tempo utilizado para o cuidado com aqueles que não têm condições de se autocuidar não é percebido como da organização social do tempo, mas como parte da vida das mulheres, atributo feminino, determinado pelas relações de poder de gênero (ÁVILA, 2002).

Vários estudos demonstram a centralidade do trabalho na vida contemporânea na configuração da motivação fundamental da ação humana, podendo haver a perda de sentido da vida frente a sua não concretização, já que este foi e continua sendo o símbolo da autonomia, integração social e possibilidade de ascensão social. No caso das mulheres carreiras com um horário de trabalho flexível são cada vez mais procuradas com forte concentração em áreas que guardem relação com tarefas familiares, como a área de educação, ainda preponderantemente feminina.

Essa escolha se deve a questões relativas às horas de trabalho, já que o tempo de trabalho do professor é definido em torno de dois eixos; um normativo (tempo em sala de aula, por exemplo) e outro não passível de ser codificado (como estudos, pesquisas). Por meio desse tempo não quantificável, porém flexível as professoras conseguem organizar o tempo de cuidado do espaço doméstico, favorável principalmente para aquelas que têm filhos ou planejam ter. Mesmo considerando a possibilidade de poderem pagar uma babá ou outro auxiliar nos serviços domésticos a flexibilidade do horário de trabalho permanece como fundamental na escolha da trabalhadora que tem filhos, conforme indicam os dados da pesquisa.

A fala de uma das narradoras deste estudo revela, porém que há um preço a pagar nessa escolha.

> ...na nossa profissão é mais fácil, não seremos penalizadas no salário nem demitidas. É verdade que a sua projeção profissional vai ter que avançar um pouco em cima da sua família. Se você quiser publicar um artigo, seguir uma carreira política dentro da universidade, se candidatar para participar dos Conselhos Superiores, precisará dedicar muito tempo a universidade e isso vai ter um custo na família.

Se o trabalho docente permite maior flexibilização do tempo exige uma dedicação permanente a atividades acadêmicas desenvolvidas em grande parte fora da universidade, no espaço doméstico, o que necessariamente não repercute positivamente para a trabalhadora que tem filhos, pela difícil conciliação de tarefas do público e do privado nem sempre compreendidas pela família. A fala de uma das narradoras ilustra bem essa dificuldade.

> Existe certa propensão a que eu passe mais tempo em casa do que ele [o marido]. Já gostei de trabalhar em casa, mas hoje prefiro trabalhar na universidade, porque em casa não trabalho bem. As crianças me distraem muito, sempre vejo coisas para fazer ou é a empregada que me chama, ou o telefone que toca... Se quiser trabalhar tranquila tenho que ficar fora. Parece um contracenso, mas no momento quero fazer muitas coisas e não consigo ficando em casa.

Em se tratando das mulheres, apesar das inúmeras tarefas que assumem na vida pública, o que se verifica é que ainda estão longe de estabelecer parcerias no espaço doméstico com os homens, havendo mais um caminho, ainda não sedimentado, de ajuda parcial. Permanece, para a grande maioria das mulheres trabalhadoras, a necessidade de

conciliação da vida profissional com os cuidados e a atenção para com a família, além de coordenarem, ou executarem muitas das tarefas domésticas. Através do condicionamento feminino as mulheres absorvem um aprendizado que lhes informa serem as principais responsáveis pelo espaço doméstico, é o que revela uma das narradoras.

> Nós temos tarefas divididas, temos isso estabelecido para os filhos, tarefas domésticas, mas temos uma pessoa que ajuda. Mas ainda não aprendi a deixar as responsabilidades totalmente para ele [marido]. Sempre fui assim, desde criança, ajudava minha mãe que também teve quatro filhos e era muito corrido. Eu tenho essa coisa de tomar a frente e fazer, é um pouco o meu estilo, não é o ideal, é cansativo, estressante, mas não aprendi a abrir mão ainda.

Estudos com camadas médias demonstram um avanço no sentido de maior participação dos homens nas tarefas domésticas, mas ainda muito aquém do que poderíamos chamar de partilha se concretizando mais como uma ajuda masculina pontual.

DEDECCA (2004) destaca que entre as questões que têm despertado o interesse de feministas e estudiosas das relações de gênero neste aspecto estão:

- O tempo econômico masculino é maior do que o feminino, enquanto o tempo feminino na reprodução social é maior que o masculino;

- O aumento da jornada do tempo econômico prejudica mais as mulheres, uma vez que o tempo dedicado por elas à reprodução social e a família não tende a diminuir, apesar do avanço tecnológico da aparelhagem doméstica; isso reduz o tempo livre das mulheres que adicionam o tempo econômico ao da reprodução social.

A família ocupa grande parte das preocupações do universo feminino, em especial, no que se refere à qualidade de vida que esperam poder dar aos filhos. Na busca por atingir esse objetivo as mulheres são levadas a imprimir um ritmo demasiado estressante a suas vidas, o que interfere negativamente em sua própria vida.

A pesquisa confirma outros estudos que discutem o peso que a maternidade e o trabalho representam hoje para as mulheres como condições estruturantes da condição feminina, mas também revela as perdas que essas trabalhadoras enfrentam em relação ao cuidado de si e, no caso daquelas que são mães de filhos pequenos e/ou adolescentes, também em relação a restrições na carreira ou a possibilidade de defrontar-se com maior desgaste físico e emocional pela exigência de conciliação dos tempos livres para as tarefas pagas e não pagas.

3. Condições de trabalho para professoras – espaço público e doméstico

As mudanças nas relações de trabalho rebatem na precarização dessas relações no campo do ensino. CASTEL apud SOUZA (2000) considera como sinais dessas evidências à flexibilização e a desregulamentação da legislação. O sistema de proteção e de garantias sociais, vinculado ao trabalho, é desconstruído progressivamente e os professores caminham para um processo de precarização das relações de emprego para dar sentido às propostas do mercado. A

quantidade e a diversidade das tarefas e atividades atribuídas aos professores dão origem às inúmeras dificuldades no exercício profissional que se exprimem através do estresse ou do mal estar docente[435].

HIRATA (2002) avalia que as mudanças no mundo do trabalho com os novos modelos produtivos, a precarização do emprego e a emergência de novas profissões qualificadas femininas modificou profundamente a esfera do trabalho profissional, mas na divisão do trabalho na esfera reprodutiva as mudanças foram insignificantes ao longo dos anos.

A invenção e o desenvolvimento das tecnologias domésticas, embora possam ter facilitado a execução do trabalho doméstico, não alterou fundamentalmente a alocação de afazeres domésticos para as mulheres. Neste sentido é que a autora justifica que, "a relação entre trabalho doméstico e afetividade parece estar no cerne desta permanência, o que torna indispensável à incursão na esfera da subjetividade, para a análise desta modalidade de trabalho" (2002:31).

Essa condição permanece mesmo se confrontada junto aos segmentos de famílias de camadas médias. BRUSCHINI e outros pesquisadores da Fundação Carlos Chagas (1990) realizaram pesquisa com mulheres de famílias das camadas médias paulistanas, examinando o tempo gasto em tarefas domésticas. Os resultados refletem que o tempo diário gasto nessas atividades variava de 7 a 9 horas. O registro de tempo mostrou que as tarefas domésticas, também nas camadas médias, se caracterizam pela simultaneidade, multiplicidade e fragmentação e por consumir grande parte do tempo feminino.

Esse dado foi observado também na pesquisa em foco e embora uma parcela das entrevistadas destaque haver um caminho construído pelo casal em relação a partilha das tarefas que envolvem a assistência aos filhos (o que inclui levar e buscar nas diversas atividades que estes participam, ida a médicos, dentista, assistir nas tarefas da escola, alimentação, etc) é recorrente a afirmação de ausência de tempo livre para os cuidados de si, lazer ou entretenimento cultural, justificada pela necessidade de ter que assumir a coordenação ou cuidados gerais da casa. A pesquisa aponta ainda que no caso das mães de famílias monoparentais essa situação apresenta uma piora importante e difere radicalmente daquelas que vivem com um parceiro e já possuem filhos adultos, únicas que apresentam disponibilidade de tempo livre para si.

4. Sobre o uso da metodologia da pesquisa – a relevância da História oral

A pesquisa ora em desenvolvimento mapeou toda o campo que abrange os cursos inclusos nas Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal Fluminense, estabelecendo um levantamento das trabalhadoras docentes que são mães. Pretendíamos entrevistar pessoas que estivessem dentro do perfil traçado em cada departamento da área definida. Contudo, constatamos que a universidade permaneceu durante um longo período sem ampliar seu quadro docente e das professoras pertencentes aos departamentos pesquisados parte considerável envelheceu em termos etários e já possui filhos adultos e fora de casa o que fugia ao interesse do estudo. As entrevistadas que foram selecionadas possuem, de forma geral, uma característica interessante: são jovens mães contratadas em período recente pela universidade (em geral em 2009) e docentes que são mães de filhos adultos, mas ainda jovens e que residem com a família de origem.

---

435 O exercício da profissão docente tem seus próprios *antecedentes* oriundos do próprio contexto ocupacional e da organização escolar, entre eles: a relação com os alunos e seu baixo nível de motivação, ou tipo de jornada de trabalho, a sobrecarga de trabalho, entre outros aspectos.

Esse perfil reflete diretamente no estudo que ainda se encontra em fase de análise, contudo, esse dado tornou a possibilidade de refazer parte da história da universidade pela memória das narradoras com outro recorte, já que as experiências das trabalhadoras contratadas no período mais recente poderão ser confrontadas com as daquelas que estão na universidade pública há muitos anos. Outro ponto se refere à origem profissional das narradoras contratadas no período mais recente – várias são egressas de universidades particulares e estabelecem em suas narrativas um paralelo interessante sobre vivências no ensino público e privado permitindo conhecer melhor ganhos e perdas presentes no ensino nas duas áreas.

Em relação ao trabalho reprodutivo esse contraste que a pesquisa apresenta entre docentes que são mães de filhos crianças e/ou adolescentes e aquelas que já têm os filhos em idade adulta pode ajudar na compreensão sobre o significado da sobrecarga da maternidade para as trabalhadoras conforme a idade dos filhos. Também será possível melhor entender as dificuldades presentes no caso de famílias monoparentais em que a mulher é a única responsável pelos cuidados da família e da casa já que algumas docentes apresentam esse perfil.

A metodologia da História Oral utilizada com a coleta de depoimentos tem sido assim muito importante nesse estudo, pois contribui para uma reflexão livre das narradoras sobre suas vivências enquanto trabalhadoras docentes e mães e permite dar visibilidade às condições de vida de professoras universitárias, pertencentes aos segmentos médios urbanos intelectualizados.

6. Considerações Finais

A pesquisa, objeto dessa comunicação, ainda não está acabada uma vez que alguns eixos temáticos precisam de uma análise mais apurada. O objetivo aqui foi expor uma proposta de estudo com a metodologia da História Oral que busca dar conta de algumas indagações presentes nos estudos que envolvem gênero e trabalho quando se cruzam essas questões com a maternidade e a docência.

Ao trabalhar com a História Oral queremos insistir na relevância de dar voz aos grupos que ainda tem pouca visibilidade na sociedade no que tange a cidadania e direitos humanos e também por considerarmos que o trabalho com memórias femininas nos auxilia na compreensão sobre a forma como nossa sociedade se desenvolve em relação aos sexos. A narrativa histórica tradicional como assinala PERROT (1989) reserva um espaço restrito às mulheres ao privilegiar a cena pública, onde pouco aparecem, já que o mundo público, em especial econômico e político, é reservado aos homens.

Os depoimentos das entrevistadas, embora ainda carecendo de maior análise, já nos indicam o acerto dessa escolha, pois revelam tanto os problemas que envolvem o ensino público na atualidade como os modos como as docentes estão individual e coletivamente resistindo a desconstrução da carreira docente e da própria universidade enquanto espaço de produção de conhecimentos. Também demonstram a sobrecarga do trabalho das trabalhadoras docentes, mesmo se tratando do ensino superior e de mulheres pertencentes às camadas médias urbanas.

A maternidade aparece para todas as narradoras como um momento especial, carregado de afeto e desejos de mudança, apesar das exigências que todas tiveram que assumir com a multiplicidade de papéis – trabalhadoras docentes, esposas, mães, donas de casa, filhas, entre outros tantos papéis que desempenham.

Há uma tensão permanente na circulação entre esses dois espaços, o público e o privado, pelas exigências que estão postas em ambos e sobre as quais as mulheres são as maiores responsáveis quando se trata de conciliar suas solicitações. Todas as entrevistadas, porém não pretendem abrir mão de nenhuma tarefa colocada nesses dois mundos, apesar de no espaço da reprodução os filhos virem em primeiro lugar.

Essas são as questões mais relevantes que quisemos destacar esperando poder apresentar em outro momento o resultado total do estudo para novas análises e críticas.

Referências bibliográficas:

ABEPSS – "ABEPSS como organização acadêmico-científica" **– Documento base de discussão para a formação dos Grupos Temáticos de Pesquisa** (GTPs), 2009.

ABEPSS – "Intervenção e Pesquisa em Serviço Social". In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social**, Módulo 05. Brasília: CFESS- ABEPSS- CEAD – UnB. 2001.

ABRAMO, L. "Evolução do Emprego feminino e eqüidade de gênero na América Latina: avanços e permanências nos anos 90". In: (Org. COSTA, A.A et all) **Um debate crítico a partir do feminismo: reestruturação produtiva, reprodução e gênero.** São Paulo: CUT, 2002.

ALBERTI, V. **História Oral: a experiência do CPDOC**, Rio de Janeiro: FGV, 1990.

ARAÚJO,C. & SCALON, C. (org.). **Gênero, família e trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV/FAPERJ, 2005.

ÁVILA, M.B "O tempo e o trabalho das mulheres". In: (Org. COSTA, A. A et all) **Um debate crítico a partir do feminismo: reestruturação produtiva, reprodução e gênero.** São Paulo: CUT, 2002.

BIRULÈS, F. "La memória de la muchacha tracia. Notas sobre mujéres, filosofia y experiências otras". In: **Arenal - Revista de historia de lãs mujéres**, vol.10, nº 1, pp. 9-19, enero-junio 2003.

_____. "Indícios y fragmentos: historia de la filosofia de lãs mujeres". In: MAGDA. R.M.R (org.) **Mujeres en la historia del pensamiento**, Barcelona: Pamiela, 1992.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____. A gênese dos conceitos de habitus e campo. In: **O poder simbólico**, 6ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BRUSCHINI, C. & RICOLDI, A. M. Articulação trabalho e família: famílias urbanas de baixa renda e políticas de apoio às trabalhadoras. In: **Caderno de Pesquisa**. São Paulo: FCC/DPE, 2008.

_____.**Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não-remunerado?** Seminário Internacional Mercado de Trabalho e Gênero – comparação Brasil-França, USP/UFRJ, São Paulo, abril 2007.

_____. **Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos**. Seminário Internacional Mercado de Trabalho e Gênero – comparação Brasil-França, USP/UFRJ, São Paulo, abril 2007.

BUTLER, J. **Problemas de gênero – feminismo e subversão da identidade.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

Promovendo cultura e lutando politicamente: memórias estudantis juizforanas nos anos 1970 e 1980

Gislene Edwiges de Lacerda[436]

Introdução

Durante minha pesquisa de mestrado na UFJF, à qual dou continuidade no doutorado na UFRJ, me dediquei ao trabalho com as memórias de ex-militantes políticos, atuantes no interior do Movimento Estudantil nas décadas de 1970 e 1980. O recorte temporal da pesquisa inicialmente foi a cidade de Juiz de Fora / MG, um pólo de referencia para a região da Zona da Mata Mineira.

Ao analisar as entrevistas realizadas para a referida pesquisa, um fator apareceu com destaque: o movimento cultural. Os entrevistados destacaram como o Movimento Estudantil sempre caminhou junto ao movimento cultural e como as iniciativas estudantis de promover cultura eram uma forma de lutar politicamente. A década de 70 é vista por eles como um momento de retomada do movimento cultural, a qual teria sido protagonizada pelos universitários com uma visão de que, lutar por cultura também era lutar por liberdade e democracia.

1. A cultura e a militância política

A cidade de Juiz de Fora sempre teve a cultura como ponto de envolvimento social. O processo cultural que vinha se desenvolvendo durante o século XX, sofreu uma fragmentação ao chegar à década de 60, com o golpe militar. Segundo Cristina Musse, o processo cultural de Juiz de Fora foi mediado pelas faculdades particulares e posteriormente, a partir de 1960, pela UFJF, quando a mesma foi criada. Assim, a UFJF passou a ser "pólo atrator e difusor de cultura, principalmente através das atividades de seus estudantes" (MUSSE, 2006: 114).

De acordo com Cristina Musse, mesmo com a implantação da ditadura, que modificava o cenário, os estudantes ainda resistiram até 1968, levando à frente ações culturais até o AI-5, que implantou a censura e dispersou o ME na cidade. Segundo a autora, muitas foram as iniciativas culturais naquele tempo, como a criação do Centro de Estudos Cinematográficos aliado à exibição de filmes que lotavam o cine-teatro central. O encontro dos estudantes sempre se dava na Rua Halfeld, local de encontro de todos os estudantes, dos diferentes cursos, em cafés e bares, onde discutiam política e também cultura, dando seguimento ao processo cultural. A livraria Saragana, na rua São João, era ponto de encontro dos militantes do PCB. Próximo a ela, no Palace hotel, foram realizados encontros com a *Civilização Brasileira*, vista como um momento de resistência intelectual, debatendo com os mais importantes autores que publicavam pela editora (MUSSE, 2006: 119).

Tudo isto é exemplo de um movimento cultural que estava em processo de consolidação na cidade, sempre protagonizado pelos estudantes. Contudo, após 1968, apesar da resistência de muitos, essas ações se minimizaram devido à repressão. Permaneceram, principalmente, apresentações musicais, com festivais promovidos, não apenas pela prefeitura, mas por colégios da cidade.

Em 1974, percebe-se um ressurgir das ações culturais, também iniciadas pelo Movimento Estudantil e que marcaram o processo cultural da cidade de Juiz de Fora, bem como a reorganização política e mais expressiva desse

---

436 Doutoranda em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. gislene.lacerda@gmail.com

movimento. O DCE, no referido ano, buscando democratizar a universidade e a sociedade, investiu em ações culturais e lançou o Som Aberto, que para os estudantes representava uma forma de resistência, já que acreditavam que promover cultura era lutar por democracia.

O Som Aberto reunia, aos sábados, um grande público estudantil na universidade, onde eram apresentadas poesias, teatros, música, dança, entre outros, pelos próprios estudantes que se lançavam num grande movimento pela cultura. O Som Aberto também foi palco de apresentações de artistas de expressão nacional, que se apresentavam no Central na cidade e depois, gratuitamente no Som Aberto, no Anfiteatro do ICBG. Em suas apresentações havia a preocupação de apresentar atividades culturais de qualidade, ao passo que utilizavam estes espaços para a divulgação de ideias políticas.

No Som Aberto as apresentações eram feitas, em sua maioria, por estudantes da universidade que tinham livre acesso para suas apresentações dos mais diversos tipos. Jorge Sanglard recorda da articulação que existia entre os estudantes que se envolviam mais com o movimento cultural e da forma como definiam as atrações que se apresentariam no Som Aberto. Nomes de destaque nacional pisaram nos palcos do ICBG, nas manhãs de sábado da década de 1970. Discutiam cultura como um todo e, dessa articulação, saíam propostas que incrementavam o movimento cultural, este que aparece sempre articulado ao movimento estudantil, vendo na cultura um canal aberto para a resistência ao obscurantismo do regime militar.

Márcio Itaboray, em seu livro *Assuntos de vento* também traz algumas lembranças do Som Aberto.

> *Estamos no anfiteatro do ICBG no Campus Universitário, às dez da manhã, de um sábado de outubro, fazendo a primeira apresentação do Som Aberto que seria, no mínimo, por mais quatro anos, o maior e mais democrático espaço para a cultura da cidade. A expressão "estávamos no anfiteatro", refere-se a vários artistas locais, entre eles nós da "Pá" (Bilinho, Dudu e Xico Teixiera, Guto Gomes, Marcinho Itaboray), Cezar Itaboray, Ademar Salomão e Carreira, naquela primeira apresentação. O grande barato das manhãs de sábado em JF era subir ao Campus para assistir ao Som Aberto. Nas primeiras apresentações, o publico de universitários não sabia como se manifestar ao ver seus próprios colegas no palco. Não havia palmas, mas um olhar orgulhoso, de admiração pelo que ai estava se passando (ITABORAY, 2001: 70).*

Quando abordamos, hoje, essas memórias sobre o Som Aberto, e tantos outros eventos da época, não nos impressiona apenas o fato de a cultura ser uma marca clara da resistência ao obscurantismo do regime militar, mas também o fato de as pessoas se reunirem de forma mais simples, menos produzida, em tudo o que era feito, apesar dos desgastes e os esforços que costumam acompanhar qualquer evento, era marcado por uma aura característica dos espetáculos mambembes, sem muita infra-estrutura ou investimento (MUSSE, 2006: 134).

O Som Aberto, no entanto, não era composto somente por apresentações musicais. Houve concursos de poesias, literatura de cordel, concerto de harpa, curso de teatro, exposição de fotografia e pintura (ITABORAY, 2001: 71).

Data dos anos 70, com o envolvimento de jovens universitários e do professor de literatura da UFJF, Gilvan Procópio Ribeiro, um movimento chamado *Poesia*, conforme Jorge Sanglard apresenta em sua memória. O objetivo dos estudantes, envolvidos na produção cultural desse movimento, prezava pela qualidade de sua forma literária.

Numa primeira fase, o movimento *Poesia* começava no Colégio Magister, no qual se originou a ideia, e seguindo, pelos estudantes da UFJF do qual posteriormente originou outros movimentos como o *Jornal Bar Brazil*, o folheto *Abre Alas* e a revista *D´Lira*. Tendo por base, alicerce e eixo poético de todo este trabalho a *sensibilidade,* o movimento *Poesia* enchia as manhãs de sábado no Som Aberto, e também as ruas centrais da cidade de Juiz de Fora, onde eram montados varais de poesias e distribuídas, à população, produções dos poetas da cidade, inicialmente forjadas em mimeógrafos, e posteriormente, em jornais, revistas e folhetos (off-set), pela gráfica do DCE. "Tudo

embalado pelo sonho de poder transformar em realidade o desejo de deixar fluir todo o sentimento. Sem limites, sem barreiras" (SANGLARD, 2002: 03).

Gilvan Ribeiro, na apresentação do livro *Poesia em Movimento,* organizado por Jorge Sanglard, mostra a ligação do movimento que surgiu inicialmente no colégio Magister e seguiu-se para a universidade em articulação com o DCE.

> *Em 1975, trabalhando como professor de Português no Colégio Magister, conseguimos - vários de nós - o apoio da direção para fomentar um movimento de poesias, possível graças ao entusiasmo dos alunos. Em articulação com o Diretório Central dos Estudantes, começaram a sair os folhetos com o titulo Poesia. Mimeografados no Colégio com papel cedido pelo DCE, o folheto funcionou como um ímã, ampliando-se bastante a partir da idéia inicial, dado o número de interessados que se manifesta. (...) O grupo original, logo na UFJF, onde já estávamos como professor, se reorganiza, adquirindo uma nova feição. O folheto passa a ser distribuído – sempre gratuitamente - nos espetáculos político-musicais chamados Som Aberto, organizados pelo DCE e realizados na Universidade e se amplia sua dimensão pelas ruas da cidade, sendo levado à população todas as semanas, despertando cada vez mais curiosidade, atenção e... desconfiança (das autoridades).*

O folheto *Poesia* foi ganhando dimensões que não continham mais sua produção. Assim, o DCE criou, na gestão de Ivan Barbosa, um Centro de Cultura, que funcionava na sede do DCE, na galeria Pio X, 2º andar, e possuía um auditório composto por cem a cento e vinte cadeiras móveis facilitando o teatro de arena, palco, tela cinematográfica, e outros equipamentos. O centro era coordenado por um departamento de cultura subdivido em teatro, música, cinema, literatura e artes plásticas e tinha como professor responsável Gilvan Ribeiro.

Na memória de Jorge Sanglard, o centro de cultura do DCE originou-se do Centro de Estudos Cinematográficos e durou até 1976 quando assumiu o DCE um grupo da Direita.

> *O Centro de Cultura do DCE foi criado e funcionava na Galeria Pio X, onde o CEC (Centro de Estudos Cinematográficos) era sediado. O Centro de Estudos Cinematográficos era um cine-clube e passava todos os filmes do circuito alternativo, os filmes cult, e após as sessões aconteciam debates. O cine-clube sempre promovia atividades nos fins de semana, além de mostras temáticas. Assim, a coisa foi ampliada e foi criado pelo DCE o Centro de Cultura, que tinha uma diretoria e chegou a ter duas gestões, na primeira, o Gilvan P. Ribeiro era o diretor e, na segunda, a Tatau Delgado era a diretora e eu era o secretário. E o mandato do Centro de Cultura ultrapassava em um ano o mandato do DCE. A ideia era de que sempre tivesse no Centro de Cultura alguém que tivesse vinculação com as artes e a cultura e que, se por acaso um dia o DCE tivesse algum problema, não fosse interrompida a atividade no Centro de Cultura. Naquele período, quando ia terminar o mandato da Tatau, o Centro de Cultura do DCE passou a ser boicotado pela única diretoria à direita eleita no DCE, que foi o grupo ligado ao Paschoal Montezzano, logo depois da vitória do Mello reis para a Prefeitura. A situação ficou insustentável entre o DCE e o Centro de Cultura e uma Assembléia definiu o encerramento das atividades do Centro de Cultura (Jorge Sanglard, entrevista de pesquisa).*

Neste Centro de Cultura foi lançada a ideia de ampliar o *Poesia,* com uma nova publicação que desse maior vigor ao movimento. Com isto foi criada a revista *Bar Brazil (com Z de Zorro)*, uma revista-jornal que buscava estabelecer durante sua curta duração de três números, um diálogo intenso com publicações semelhantes no resto do

país. Foram entrevistas, ensaios, poemas, análises, contos, artigos e ilustrações. Devido às mudanças na direção do DCE, que na gestão de 1976/1977 estava com um grupo da Direita, a publicação do *Bar Brazil* foi interrompida.

Na memória de Reginaldo Arcuri, a busca por derrubar a ditadura e mudar a realidade era incrementada pela cultura.

> *Eu acho que o eixo do que nos definia era uma combinação genial, (...) que você concretizar a ação no sentido de buscar derrubar a ditadura e criar um mundo novo, um mundo melhor misturando uma dose enorme de cultura, todos nós íamos no Cine Clube, ver os melhores filmes, participávamos dos movimentos musicais, eu era fotógrafo na época, todo mundo misturado com dança, tudo. Quer dizer, você se movia assim,* ***cada ato cultural era um gesto político, cada gesto político tinha um componente cultural nisso*** *(grifo meu). Inclusive os botequins, obviamente, nesse grande espaço de desenvolvimento da cultura universal e da política universal, a discussão era entremeada o tempo todo (Reginaldo Arcuri, entrevista de pesquisa).*

A frase em destaque na entrevista de Reginaldo Arcuri representa bem o sentido da relação entre cultura e política na década de 70 pelos estudantes juizforanos estando estritamente relacionadas. Por isso, sempre havia um conteúdo político na divulgação das inúmeras promoções culturais, através da distribuição de panfletos e publicações de jornais e notas. Ao mesmo tempo, ações somente culturais, já demonstravam, por si só, uma forma de resistência. Reginaldo Arcuri, recorda-se de outras ações culturais, que em sua gestão também envolveram os estudantes.

> *Fizemos uma consolidação das atividades culturais, criando esse Centro Cultural do DCE, que era na antiga Galeria de Arte Celina que era uma coisa que a família Bracher tinha feito. Eu acho que era na Galeria Pio X. Então tinha um auditório com uma área de exposições, então a gente tinha muita coisa ali de manifestações experimentais, enfim, Cine Clube, etc. (Reginaldo Arcuri, entrevista de pesquisa).*

Destarte, o movimento de poesias se seguia dentro da UFJF. Surgiu, então, o movimento *Abre Alas,* que se desdobrou no trabalho de rua com a distribuição de panfletos à população e a criação de varais de poesia nas ruas da cidade. Na memória de Jorge Sanglard, após o fim da publicação do *Bar Brazil* e do *Abre Alas*, a revista *D'Lira* lançada pelo movimento cultural alcançou um alto grau de sofisticação de conteúdo.

> *O Bar Brazil teve uma importância muito grande e depois foi criada a revista D'Lira, que foi talvez o produto mais bem acabado desse movimento cultural de Juiz de Fora, com influência para a literatura nacional. A revista era feita em Juiz de Fora por um grupo que começou lá na Poesia, depois no Bar Brazil e no Abre Alas e tinha um critério muito grande de qualidade na revista, tanto dos de fora como nos daqui. Só saía publicado se tivesse qualidade cultural, não importava se o cara tinha nome, se não tinha nome, o que importava era a qualidade do trabalho; tinha um Conselho Eleitoral muito rigoroso nisso e a revista teve uma repercussão nacional muito grande. Então você vê sempre que o Movimento Estudantil de Juiz de Fora teve um pé no Movimento cultural. Isso foi muito rico, porque tinha o Varal de Poesia que o José Santos coordenou. Assim como o folheto Poesia, o grupo fazia os poemas, publicava os poemas, depois esticava uma corda onde é o Banco do Brasil hoje no Calçadão e o pessoal aproveitava o muro, esticava ali um barbante e pendurava os poemas. As pessoas pegavam, liam, e se gostassem levavam pra casa. Era*

> *muito legal. Tinha uma participação muito ativa do movimento cultural e isso contribuiu para a revitalização do DCE. (Jorge Sanglard, entrevista de pesquisa).*

A aproximação com a população realizada pelo movimento *Abre Alas* se tornou significativo e de grande expressão durante os anos finais da década de 70. Já em 1980, a revista *D´Lira* surgiu trazendo uma qualidade superior, tanto em termos de trabalho gráfico, quanto em conteúdo e nomes de projeção nacional, escrevendo em suas páginas. Contudo, a revista também se sustentou por apenas três números.

Segundo Cristina Musse,

> *Com o aumento da censura e da perseguição política, outros veículos, alguns de vida muito curta, apenas dois ou três exemplares, como o Bar Brazil, vão se alinhar ao movimento estudantil. É a "geração mimeógrafo", que surge nos bancos das escolas e universidades, em busca da reordenação política do país. Esta geração foi a semente de um movimento ainda mais organizado, nos anos oitenta, que lançou vários nomes novos no cenário literário local e, mais tarde, nacional, como o de Luiz Ruffato. (...) A geração que fez política estudantil e aquela que se embrenhou nas viagens do ácido tentam, então, repensar aquela cidade que era derrubada para abrigar uma outra cidade (MUSSE, 2006: 29 – 30).*

Segundo a autora, a geração estudantil da década de 1970, através da ação política e do movimento cultural, foi responsável por repensar Juiz de Fora e inserir uma nova visão da mesma. Novos lugares ganharam significado na vida social da cidade, tornando-se lugar de debate, cultura e política (MUSSE, 2006: 30).

O movimento cultural aliado ao movimento estudantil permaneceu com grande vigor ao longo da segunda metade da década de 70. Todas as gestões do DCE, com apenas um pequeno declínio durante a gestão dita de Direita no ano de 1976, tiveram grande preocupação em resgatar o movimento cultural, promovendo ações culturais na universidade e junto à sociedade. Apesar dos empecilhos colocados por ele, como a própria utilização da gráfica do DCE pelo movimento cultural, o mesmo se manteve atuante através da realização do Som Aberto e do movimento de poesias, durante as demais gestões do DCE. José Pimenta, ao suceder Montezzano na presidência do DCE, retoma a questão cultural como central.

Durante manifestações e greves estudantis, sempre estavam presentes ações culturais como forma de mobilizar e agregar os estudantes. Eram promovidas apresentações musicais e teatrais, entre outras. Havia um grupo que se destinava a cuidar das ações estritamente políticas do movimento e outro como uma comissão que cuidava das ações culturais, durante a greve estudantil.

Marcus Pestana traz na memória o movimento cultural, através do Som Aberto e do Cine clube, vendo nele uma forma de mobilizar e agregar os estudantes em torno das lutas políticas.

> *Havia uma vertente muito forte cultural, mas a gente percebia claramente, eu sou muito ligado ao movimento cultural, eu freqüentei, quando eu tava no cursinho, quando eu freqüentei o Som Aberto em 1977, a gente via claramente, era mil pessoas, era um outro contexto em 1976-1977. Os cantores vinham aqui tomar sorvete com a gente, João Bosco, João do Vale, Sueli Costa, Gonzaguinha, o pessoal vinha aqui, só vinha ele e o violão, tocava de manhã e tomava sorvete, não era nada profissionalizado; vinha de ônibus, a gente pegava na rodoviária. E tinha atividades de cinema, tinha o Cine Clube, tinha o varal da poesia, tinha a turma da poesia. Na minha gestão, como eu era muito ligado eu insisti, mas a gente começou a perceber que aquele modelo tava acabando, esgotando. O Som Aberto, eu fiquei muito chateado, começou a se esvaziar. Então o Som Aberto tinha vez que tinha mil pessoas, e lá era uma forma de, que lá tinha as notas de protesto, os abaixo-assinados, usavam a atividade cultural como ambiente de mobilização. Então nós, e eu comecei, a perceber claramente, primeiro, houve assim uma mudança de mercado artístico, começou a*

> *se profissionalizar nesse período de 1980, os artistas terem uma outra postura, era muito difícil trazer gente de graça, não era cobrado, era gratuito.*

Marcus Pestana recorda do vigor do movimento cultural na segunda metade da década de 70, que conseguia realizar grandes edições do Som Aberto, com um grande público. Contudo, constata um declínio do movimento após sua gestão. Uma mudança nas características de sua geração levou o Som Aberto a encerrar suas atividades. O Som Aberto tornou-se uma referência do grupo que esteve à frente do DCE desde 1974, com Ivan Barbosa, do qual todos que seguiram como parte da esquerda se originaram. No entanto, a *Estratégia,* ao assumir o DCE, desativou o Som Aberto, que já estava com pouca adesão, e criou o *Domingo Cultural*, na busca de rearticular as ações culturais na universidade e deixando a marca ligada à sua gestão e tendência.

O Domingo Cultural era realizado no *campus* da UFJF com apresentação de shows musicais, espetáculos de teatro, exposições de pinturas, escultura e artesanato. Iniciando às 11 horas da manhã, também eram promovidas, no Domingo Cultural, brincadeiras e jogos orientados pelos estudantes de Educação Física. Dentre as apresentações musicais estiveram presentes o grupo Vértice, Mito, Solstício e Presença. A entrada era aberta aos universitários e a toda a população.

Em 1982, na gestão da *Estratégia*, o Centro Cultural do DCE foi reativado, a partir de um convênio com o grupo de Teatro de Quintal, como uma forma de abrigar a cultura alternativa da cidade. Aproveitando o espaço na esquina da rua Floriano Peixoto com a Av. Getulio Vargas, o grupo realizava apresentações e exposições de arte. Foi montada uma sala com um projetor para exibição de filmes e um espaço para shows. O DCE também disponibilizava para grupos da cidade o espaço em sua sede para ensaios, colaborando assim com a promoção de cultura em Juiz de Fora.

Considerações finais

Dessa forma, percebemos que a atividade cultural ao logo dos anos desta pesquisa, mostrou-se como um ponto de destaque dentro das ações do Movimento Estudantil. Este foi responsável por um resgate do movimento cultural na cidade na década de 1970, mantendo a relação entre cultura e política até a década de 80, apesar de algumas modificações vividas após 1981. Todas as tendências de Esquerda mostravam-se envolvidas e empenhadas junto ao movimento cultural, que teve um papel de aglutinador dos estudantes. A luta por cultura também se tornava uma luta política e a promoção de cultura era uma forma de agregar a atividade política, tornando, assim, a cultura um artefato da política estudantil que neste contexto era pautada pela luta pelo fim da ditadura militar e retorno da democracia no Brasil.

Referências bibliográficas:

BOSI, Ecléa *Memória e Sociedade: Lembrança de Velhos*. SP: Companhia das Letras, 1995.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990

ITABORAY, Márcio. *Assuntos de vento:* breves histórias da MPB em Juiz de Fora. Juiz de Fora: editora Esdeva, 2001.

JELIN, Elizabeth: *Los Trabajos de la memoria*. Colección Memorias de la represión. Siglo veinteuno de Argentina editores

LORENZ, Federico. "*Los que hablan, para quien hablan? Desafios del trabajo com testimonios em Argentina*". IN: História Oral Revista da Associação Brasileira de História Oral, v.10, N. 1, 2007

MAIA, Andrea Casa Nova. *APUBH – 20 anos de história: História oral do Movimento docente da UFMG*. Belo Horizonte: APUBH, 1998.

MUSSE, Christina Ferraz. *Imprensa, cultura e imaginário urbano: exercícios de memória sobre os anos 60 / 70 em Juiz de Fora.* Rio de Janeiro: UFRJ, 2006. Tese de doutorado.

REIS, Daniel Aarão e MOTTA, Marcelo Ridenti (orgs).*O golpe e a ditadura militar:* quarenta anos depois (1964-2004). SP: EDUSC, 2004.

REIS, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2005, 3ª Ed.

SANGLARD, Jorge. *Poesia em movimento.* Juiz de Fora: EDUFJF, 2002.

SARLO, Beatriz. "*Tiempo Pasado. Cultura de la memoria y giro subjetivo. Uma discusión"*. Siglo Veinteuno editores Argentina, 2007

Quando a memória afetiva atravessa a memória histórica[*]

Mariarosaria Fabris[**]

No início de 1960, Pier Paolo Pasolini (1996, p. 33-34) registra, numa crônica cinematográfica, que tornou a assistir a *Roma, città aperta* (*Roma, cidade aberta*, 1944-45), de Roberto Rossellini, sobre o qual, "há três ou quatro anos", havia escrito em "La ricchezza" ("A riqueza"). Nesse poema, falava das "esperanças" e dos "ideais" que haviam motivado os italianos, especialmente os jovens, no período final da Segunda Guerra Mundial, esperanças e ideais traídos pela política dos anos posteriores[437].

Pasolini (1961, p. 47-48, 56-57), ao rever, num cartaz desbotado, o rosto de Pina (Anna Magnani), entra no cinema e, diante das imagens épicas da "cidade de Rossellini", é assaltado pelas lembranças daqueles tempos heróicos:

Que golpe no coração: num cartaz
desbotado... Aproximo-me, olho a cor
já de outrora, que tem o cálido rosto
oval, da heroína, o esqualor
heroico desse pobre, opaco anúncio. [...]
Logo, nos primeiros enquadramentos,
me assalta e me arrasta... l'intermittence
du coeur. Estou nos escuros
caminhos da memória, nos cantos
misteriosos onde o homem fisicamente é outro,
e o passado o banha com seu pranto...

---

[*] *A Nanù, pelas lembranças compartilhadas.

[**] **Universidade de São Paulo, doutora.

[437] Eram os ideais democráticos, que, herdados do período da Resistência, isto é, da luta pela libertação do jugo fascista (8 de setembro de 1943-25 de abril de 1945), se dissiparam com as eleições de 18 de abril de 1948, quando, diante da esmagadora vitória da Democracia Cristã, as esquerdas foram afastadas do poder.

Então, pelo longo uso que me fez esperto,
não perco os fios: eis... a Casilina,
para a qual tristemente se abrem
as portas da cidade de Rossellini...
eis a épica paisagem neorrealista,
seus fios do telégrafo, ruas calçadas, pinheiros,
muretas rachadas, a multidão
mística perdida nos afazeres diários,
as tétricas formas do domínio nazista...
Quase um emblema, agora, o grito da Magnani,
sob as mechas desordenadamente absolutas,
ressoa nas desesperadas panorâmicas
e em seus olhares vivos e mudos
adensa-se o sentido da tragédia.
É lá que se dissolve e se mutila
o presente, e se cala o canto dos aedos.

Eis os tempos recriados pela força
brutal das imagens estouradas:
aquela luz de tragédia vital.
As paredes do processo, o prado
do fuzilamento: e o fantasma
longínquo, ao redor, da periferia
de Roma reluzente em nua brancura.
Os tiros; a nossa morte, a nossa
sobrevivência: sobreviventes vão
os rapazes no círculo dos prédios ao longe
naquela acre cor da manhã. [...]
Vejo-os afastar-se: fica bem claro que,
adolescentes, seguem o caminho
da esperança, entre os escombros
absorvidos por um clarão que é vida

quase sexual, sagrada em suas misérias.

E o seu afastar-se nessa luz

me leva agora a enregelar de pranto:

por que? Porque não havia luz

em seu futuro. Porque havia essa

cansada recaída, essa escuridão.[...]

Tendo nascido em 1923, Pasolini viveu o período do segundo grande conflito mundial, assim como o viveram os jovens nascidos na década de 1930 e no início dos anos 1940. Mesmo os que nasceram depois do fim das hostilidades não deixaram de participar, de alguma forma, dessa página tão conturbada da recente história da Itália, em especial do período da Resistência, quando o país se dividiu entre um Sul já libertado pelas Forças Aliadas e um Centro-Norte ainda sob o domínio dos fascistas, mas se dividiu principalmente entre facções de esquerda e de direita, que se combateram ferozmente. Como registrou, em versos, Riccardo Bacchelli (1945, p. 20)[438], no calor da hora:

[...] a dor da Itália é mais que verdadeira.

Exausta e alquebrada pela fúria bélica,

prostrada, violentada e devastada,

abaixa as armas que segurar não pode mais,

que caem ou joga, e que a obrigam a ceder;

mais uma vez aguenta os estrangeiros

a guerrear entre si sobre seu corpo

coberto de tormentos e ruínas.

Promovendo ou sofrendo, de guerra e paz,

somente os danos lucra, a infeliz;

e se tantas desgraças a pior

fecundarão, a guerra civil,

nefando o fratricídio de seus filhos:

que disso ao menos fosse ela poupada!

438

O poema "La notte dell'8 settembre 1943", embora publicado dois anos depois, foi escrito no mês de setembro de 1943.

Eu nasci em 1950, numa Itália em plena fase de reconstrução[439], naquela Nápoles que se libertara sozinha do exército alemão[440], e passava minhas férias em Piedimonte del Calvario (nos arredores de Gorizia), onde, à noite, em volta da mesa da cozinha da casa de minha tia, ouvia outros relatos daquela guerra, os da luta *partisan*, na qual perecera o irmão mais velho de meu pai. No centro de Gorizia, cidade dividida entre a Itália e a Iugoslávia depois da guerra, a estátua do imperador Augusto, que os italianos haviam trazido consigo ao deixarem a Ístria, era o símbolo de outra triste consequência do conflito bélico, a dos povos obrigados a se deslocarem em virtude de novos traçados das fronteiras, tão bem retratada por Fulvio Tomizza em seus romances e rememorada por Sergio Endrigo na canção *1947* (1969), ano em que ele deixou sua cidade natal, Pola.

Assim como a minha, a infância de muitas crianças italianas foi povoada de histórias desse tempo de lutas, de sacrifícios, de fome, de destruição, de deslocamentos para localidades ainda não alcançadas pela guerra, de mercado negro, de pequenos gestos heroicos ou de atos de covardia, mas também de esperança de que um dia tudo aquilo iria acabar. Histórias contadas de formas simples, recordações pessoais ou familiares, que surgiam ao sabor da memória, sem uma ordem cronológica. Eram narrativas orais, como as fábulas, graças às quais nós, crianças, tínhamos acesso aos códigos que nos permitiam decifrar o mundo adulto, que, a nossos olhos, se afigurava cruel, mas que não deixava de ter seus momentos divertidos, como nas lembranças de Baselice que minha mãe guardava.

Na aldeia de meus avós maternos, na qual toda a família se refugiou quando os bombardeios em Nápoles se tornaram mais cruentos[441], quase diariamente era necessário driblar a desconfiança dos camponeses locais para assegurar o próprio sustento. Essas dificuldades, porém, foram contornadas, com bom humor, pela esperteza de minha mãe e de sua cunhada, duas moças de vinte anos, que pregaram boas peças a parentes e vizinhos. Havia também lembranças mais dramáticas, como a de um militar nazista que se perdeu de seu batalhão e que meu avô teve de dissuadir de atacar o inimigo, pois ficou com medo das consequências que a aldeia poderia sofrer. Ou ainda, a do velório que as mulheres de Baselice fizeram de um jovem soldado alemão, na esperança de que, piedosamente, alguém fizesse o mesmo caso seus filhos morressem em combate.

Enquanto isso, meu pai continuava em Nápoles e, dessa fase, ficaram algumas cartas que ele endereçou a minha mãe, como a de 16 de outubro de 1943, um registro escrito no calor da hora e, por isso mesmo, desprovido de qualquer elaboração e de qualquer retórica, como as narrativas orais:

> *E então vieram os dias mais terríveis que todos nós, em Nápoles, tivemos que suportar, os do domínio alemão. Muitos soldados, como verdadeiros patriotas, obedecendo às ordens de Badoglio, atacaram imediatamente os alemães para libertar a cidade [...]. Os sapadores alemães, obedecendo às ordens de seu infame chefe, destruíam com dinamite o pouco que havia sobrado das fábricas*[442]*. Toda a cidade estava sob o pesadelo do terror, explosões por*

---

439 O país reconstruiu-se entre 1943-44 e 1953, graças a subsídios norte-americanos, principalmente os provenientes do plano Marshall (1947-1952).

440 Apesar de todos os relatos, foi só por volta dos dez anos de idade que entendi o que foram os chamados "quatro dias de Nápoles". Estávamos de férias em Piedimonte e, em fins de setembro, a bandeira da escola foi hasteada a meio-pau; minha irmã explicou-me o porquê daquela homenagem.

441 A cidade sofreu mais de cem bombardeios por parte de ingleses (novembro de 1940-novembro de 1941), norte-americanos (entre 4 de dezembro de 1942 e 8 de setembro de 1943, os mais constantes) e alemães (depois de terem sido expulsos da cidade).

442 No filme *Achtung! Banditi!* (*Achtung! Bandidos!*, 1951), Carlo Lizzani retratou a luta de um grupo de operários, que, sob as ordens de um engenheiro e com a ajuda dos *partisans*, procura evitar que os nazistas transfiram para a Alemanha as máquinas da fábrica em que trabalha.

> *todos os lados, tremores de terra, que pareciam um terremoto [...]. No entanto, os alemães haviam começado a caça ao homem [...]. Saiu a ordem de serviço de trabalho obrigatório, falso pretexto para deportar todos os jovens para a Alemanha. Dos 30 mil que no primeiro dia tinham que se apresentar à chamada, somente 150 se apresentaram. A raiva alemã não conheceu limites, começou a razia dos homens [...]. À tarde, nem as casas são mais respeitadas, os alemães entram, levando embora os homens, as ruas estão bloqueadas [...]. À noite, as notícias não são nada boas, prometem-nos que vão nos massacrar [...]. Rádio Londres não nos consola. Estamos no dia seguinte, 28 de setembro, agora não há mais nada a fazer, Praça Carlos III é o lugar onde temos que nos reunir. [...] escondemo-nos num prédio onde as notícias nos são trazidas por garotos e por mulheres, vemos muitos que vão se apresentar, o tempo passa e nenhum alemão à vista. Um senhor do prédio nos dá as boas novas, os americanos romperam o front, os alemães estão fugindo, procurem se esconder, é questão de dias [...]. À tarde, como num passe de mágica, todos os homens estão armados, não é mais a caça ao italiano, é a caça ao alemão e aos fascistas, seus cúmplices. Os jovens e os pivetes de Nápoles lutam bem, e não têm descanso, nenhum alemão ou fascista sai de Nápoles [...]. Finalmente, sexta-feira, 1º de outubro, chegaram os Aliados, o pesadelo acabou*.

Os fatos resumidos por meu pai eram os que ocorreram entre 27 e 30 de setembro, durante os "quatro dias de Nápoles"[443]. Em virtude da capitulação das forças italianas, assinada em 3 de setembro de 1943 e anunciada à população cinco dias depois, cessavam as hostilidades contra os exércitos anglo-americanos, enquanto os nazistas transformavam-se em tropas de ocupação. Na noite de 12 de setembro, o Cel. Scholl, tomava posse da cidade e de seus arredores e, nos dias seguintes, obedecendo a ordens do Führer, que queria ver Nápoles reduzida a lama e cinzas, dava início ao programa de deportação em massa de homens[444] e à destruição sistemática da cidade[445]. Cansada dos desmandos dos alemães, a população local resolveu expulsá-los da cidade, enfrentando uma luta ferrenha e sem trégua. No dia 1º de outubro, quando o Exército Aliado entrou em Nápoles, encontrou a acolhê-lo uma população festiva, apesar da fome, da sujeira e da destruição reinantes.

Toda luta popular tem seus heróis e não foi diferente em Nápoles. Apesar da diversidade de faixa etária, gênero, extração social e ideologia dos que participaram dos combates – militares, intelectuais, estudantes, pequeno-burgueses, operários, garotos, mulheres, religiosos, comunistas, socialistas,

---

443 O episódio foi levado para as telas por Giacomo Gentilomo, em *'O sole mio* (1946), e Nanny Loy, em *Le quattro giornate di Napoli* (1962), evocado por Erri De Luca no romance *Il giorno prima della felicità* (2009) e revivido por Giacomo Migliore nas páginas de *I ragazzi di Via Tribunali* (2011).

444 Meu pai estava entre os que deveriam ser deportados, mas um oficial austríaco deixou que ele fugisse. Era um amigo de infância, nascido como ele em Gorizia, quando a cidade ainda pertencia ao império austro-húngaro.

445 Em 17 dias, os alemães fizeram mais estragos do que os bombardeios.

monarquistas, republicanos –, surgiu o mito do *scugnizzo*, do pivete que se sacrificou para libertar a cidade[446]. Um mito alimentado por correspondentes de guerra[447], como Robert Capa (2010, p.147, 149):

> *A rua estreita que levava ao hotel tinha sido tomada por uma fila de pessoas silenciosas na frente de uma escola. Não era uma fila para conseguir comida, porque as pessoas que saíam do prédio traziam só seus chapéus nas mãos. Eu me pus no fim da fila. Quando entrei na escola fui saudado pelo cheiro doce e enjoativo de flores e de mortos. Na sala estavam vinte caixões rústicos, não bastante bem cobertos de flores e pequenos demais para esconder os pezinhos sujos de crianças, crianças com idade suficiente para combater os alemães e serem mortos, mas um pouco velhas demais para caber nos caixões de crianças.*
>
> *Essas crianças de Nápoles tinham roubado rifles e balas e combatido os alemães durante catorze* [sic] *dias, enquanto estávamos retidos no Passo Chiunzi. Os pés dessas crianças eram o meu verdadeiro comitê de recepção à Europa, para mim, que tinha nascido ali. Muito mais real do que as multidões que encontrei pela estrada gritando histericamente as boas-vindas, muitos dos quais os mesmos que tinham gritado Duce! no ano anterior.*
>
> *Tirei o chapéu e peguei minha câmera. Apontei a lente para o rosto das mulheres prostradas, que carregavam pequenas fotos de seus filhos mortos, até os caixões serem finalmente levados embora. Aquelas eram as minhas fotos de vitória mais verdadeiras, as que tirei naquele simples funeral numa escola.*

A importância dada por Capa ao sacrifício desses garotos[448] talvez possa ser explicada pelo fato de os norte-americanos verem em cada italiano adulto um seguidor de Mussolini – "*Tu italiano, tu fascista*", eles repetiam constantemente, como contava meu pai, que conseguia comunicar-se melhor com os soldados poloneses, por ser fluente em esloveno. Ele relatava que o convívio com as tropas de libertação não foi muito pacífico, pois estas tentavam sempre menosprezar e espezinhar os italianos. Parecia que todos podiam ser comprados em troca de cigarros, chicletes, chocolate e sopa de ervilha[449]. Minha mãe contava que os soldados americanos confundiam

---

446 Quando eu era criança, dizia-se que os *scugnizzi* tiveram o mesmo papel dos cachorros na Rússia, os quais iam ao encontro dos tanques alemães com bombas molotov amarradas no corpo.

447 E pela população local: em 1978, Eugenio Bennato escreve "Canto allo scugnizzo", muito aplaudido nos espetáculos de seu conjunto Musicanova.

448 Em todo caso, os únicos quatro condecorados com medalhas de ouro foram jovens de 18, 17, 13 e 12 anos, que morreram em combate. O menor deles, Gennaro Capuozzo, vulgo Gennarino, tornou-se o símbolo dos *scugnizzi*.

449 Minha mãe falava também da sopa de ovo. Passados os dias da fome mais negra, os napolitanos, que não apreciaram muito as primeiras sopas em pó que conheceram, passaram a utilizá-las para pintar os cômodos das casas de verde ou de amarelo.

qualquer garota com uma *segnorina*[450] e a *Militar Police*, quando realizava batidas para conter o "entusiasmo" de seus compatriotas, acabava prendendo mesmo as mulheres que não estavam se prostituindo.

A confrontação entre os habitantes de Nápoles e os militares norte-americanos, por vezes conflituosa, foi registrada no imediato pós-guerra por Rossellini no segundo episódio de *Paisà* (*Paisá*, 1946)[451] e, numa linguagem mais crua e direta, pelo escritor Curzio Malaparte em *La pelle* (*A pele*, 1949). A cidade transformou-se num bordel a céu aberto, onde contrabando e mercado negro imperavam, enquanto os valores morais desmoronavam, como tantas vezes me relataram meus pais[452].

Fatos marcantes, que deram origem à canção *Tammurriata nera* (1944), em que E. A. Mario e Edoardo Nicolardi colocavam o dedo numa das chagas da cidade naquele período: o nascimento de crianças negras, os chamados "filhos da vergonha", que o governo norte-americano mandará arrancar à força das mães napolitanas, que não os haviam renegado, e levar para orfanatos especiais nos Estados Unidos. Algumas crianças escaparam deste destino, como o saxofonista James Senese, que John Turturro entrevista em *Passione*, (*Passione*, 2010), filme que dedicou a Nápoles.

E deram origem também à peça *Napoli milionaria*, que o dramaturgo Eduardo De Filippo levava para os palcos da cidade já em março de 1945, focalizando os tempos bélicos, mas principalmente o pós-guerra, quando uma típica família do povo está prestes a desfazer-se, pois a mãe só pensa em enriquecer no mercado negro, o filho se tornou um ladrão e a filha está grávida de um soldado americano. A doença da caçulinha, a qual deverá superar uma noite de febre para sobreviver, torna-se a metáfora do longo túnel escuro do qual a cidade deverá sair se quiser se livrar de sua miséria moral.

Já no Brasil, mais crescidinha, reencontrei essas e outras histórias numa vasta literatura sobre o período, na biblioteca do Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro. Uma literatura constituída pelos romances de autores consagrados, desde *Kaputt* (*Kaputt*, 1944), de Curzio Malaparte, até *I ventitré giorni della città di Alba* (1952), *Primavera di bellezza* (1959), *Una questione privata* (*Uma questão pessoal*, 1963) e *Il partigiano Johnny* (1968), de Beppe Fenoglio, passando por *Uomini e no* (*Homens e não*, 1945), de Elio Vittorini, *Cristo si è fermato a Eboli* (*Cristo parou em Éboli*, 1945), de Carlo Levi, *Il compagno* (*O camarada*, 1946) e *La casa in collina* (1949), de Cesare Pavese, *Il sentiero dei nidi di ragno* (*A trilha dos ninhos de aranha*, 1947), de Italo Calvino, *Cronaca familiare* (*Crônica familiar*, 1947) e *Cronache di poveri amanti* (*Histórias de pobres amantes*, 1947), de Vasco Pratolini, *Se questo è un uomo* (*Se este é um homem*, 1947) e *La tregua* (*A trégua*, 1963), de Primo Levi, *L'Agnese va a morire* (1949), de Renata Viganò, *Cinque storie ferraresi* (1956), *Gli occhiali d'oro* (*Óculos de ouro*, 1958) e *Il giardino dei Finzi-Contini* (*O jardim dos Finzi-Contini*, 1962), di Giorgio Bassani, *La ragazza di Bube* (1960), de Carlo Cassola, *Le piccole virtù* (1962) e *Lessico familiare* (*Léxico familiar*, 1963), de Natalia Ginzburg, *La storia* (*A história*, 1974), de Elsa Morante, e pelas coletâneas poéticas de Salvatore Quasimodo, Attilio Bertolucci, Pier Paolo Pasolini, dentre tantos outros títulos.

E uma literatura também de outro nível, pois muitos desses textos não passavam de relatos, de memórias, mas todos caracterizados pela necessidade de dar o próprio testemunho sobre aquele período. Testemunho que podia ou

---

450 O termo *segnorina*, corruptela de *signorina* (= senhorita), era empregado para designar as mulheres que tinham relações sexuais com os norte-americanos, por dinheiro ou por amor.

451 Todos os episódios de *Paisà* focalizam o avanço das tropas de libertação na Itália. Esse convívio foi abordado também por Alberto Lattuada, em *Senza pietà* (*Sem piedade*, 1948), e por Vittorio De Sica, em *La ciociara* (*Duas mulheres*, 1960), baseado no romance homônimo de Alberto Moravia (1957).

452 O estudo mais completo sobre a presença das Forças Aliadas em Nápoles é o de Paolo De Marco (1996).

não ser filtrado por uma escrita mais criativa, porém sempre ou bastante próxima de uma linguagem menos rebuscada, quase oral. Uma linguagem coletiva, também, e um olhar documental que talvez o cinema, muito mais do que a literatura, soube explorar ao levar para as telas aqueles anos.

Exemplares, nesse sentido, são alguns filmes produzidos no imediato pós-guerra, como *Roma, città aperta* e *Paisà*, *Sciuscià* (*Vítimas da tormenta*, 1946), de De Sica, ou ainda a primeira parte de *Il bandito* (*O bandido*, 1946) e *Senza pietà*, de Lattuada, ou *Caccia tragica* (*Trágica perseguição*, 1946), de Giuseppe De Santis, que fizeram ressurgir diante dos olhos dos espectadores o período bélico e os anos subsequentes, com espírito épico e quase sempre sem retórica, embora não tenham faltado filmes ideologicamente mais marcados.

Nessas realizações foi dada uma atenção especial aos diálogos, com seu registro informal, espontâneo, tão próximo da fala popular e regional. Além desse cuidado com a língua oral, o figurino, as locações, era importante também reconstituir as emoções que haviam animado a população italiana naquele período, fazer com que os intérpretes encontrassem dentro de si as reações habituais daqueles dias. Em *Roma, città aperta*, na mítica sequência da morte de Pina, a fim de conseguir de Anna Magnani uma aderência total à realidade, Rossellini utilizou prisioneiros de guerra alemães para interpretarem a si mesmos. Isso foi determinante, pois as mulheres do povo, que participavam da encenação como figurantes, ao ouvirem de novo falar em alemão, reviveram aqueles trágicos momentos em que seus homens foram caçados e transmitiram à atriz toda sua angústia, sentimento que ela traduziu magistralmente na tela. Dessa forma, no imaginário dos italianos, mesmo dos que não viveram aqueles anos, apesar de sua morte, o grito e a corrida de Pina atrás da caminhonete que está levando os prisioneiros viraram o símbolo da revolta e da resistência, resumiam a angústia que a população civil havia vivido durante a guerra. Isso explica também toda a admiração pelo filme que Pasolini expressa na composição poética acima citada.

Uma sequência perfeita em sua reconstituição histórica, emblemática, simbólica; hoje, porém, a ela prefiro o trecho de um documentário, recuperado por Abel Ferrara em *Napoli, Napoli, Napoli* (*Nápoles, Nápoles, Nápoles*, 2009), que mostra um bombardeiro *Liberator*, depois vários, soltando sua carga mortal sobre a cidade, ruínas, distribuição de comida e a população feliz a receber os militares estrangeiros. Talvez porque me lembre do terrível bombardeio de 4 de dezembro de 1942[453], do qual tantas vezes minha mãe me falou e que reencontrei nas páginas de *La dama di piazza* (1961), de Michele Prisco, o que atingiu o prédio do correio central, quando os corpos de muitos mortos foram recolhidos com pás, de tão estraçalhados que estavam. Talvez porque, ao ouvir a suave melodia, que acompanha as imagens e canta a cidade, fique procurando no meio daquelas pessoas anônimas um rosto conhecido e pensando que meus avós, meus tios, meus pais passaram por aquilo. Talvez porque foi naqueles anos, sob o signo da morte, que Ida e Firminio se conheceram e se casaram, ou seja, acreditaram na continuação da vida.

"O pós-guerra teve muitos cantores e poucos historiadores", afirmou Gian Franco Venè (1990, p. 77), e, de fato, foi assim, num primeiro momento. Mesmo depois, no entanto, apesar do trabalho dos historiadores, persistiu essa vontade de narrar para dar o próprio testemunho, para tentar reter, mais do que a história, o clima de uma época, a qual, para tantos italianos foi a grande aventura de suas vidas.

Referências bibliográficas:

ANTONELLIS, Giacomo de. *Le quattro giornate di Napoli*. Milano: Bompiani, 1973.

BACCHELLI, Riccardo. *La notte dell'8 settembre 1943*. Milano: Garzanti, 1945.

CAPA, Robert. *Ligeiramente fora de foco*. São Paulo: CosacNaify, 2010.

453

Os bombardeios norte-americanos vitimaram muitos civis. Lembro de Clark Gable, que serviu a aeronáutica, ficar receoso com a reação da população napolitana quando das filmagens de *It started in Naples* (*Aconteceu em Nápoles*, 1960), de Melville Shavelson.

FABRIS, Mariarosaria. “A batalha das idéias: a Segunda Guerra Mundial no cinema”. *Revista USP*, São Paulo, n. 26, jun.-jul.-ago. 1995, p. 138-147.

_____. *O neo-realismo cinematográfico italiano: uma leitura*. São Paulo: Edusp-Fapesp, 1996.

MARCO, Paolo De. *Polvere di piselli: la vita quotidiana a Napoli durante l’occupazione alleata (1943-44)*. Napoli: Liguori, 1996.

PASOLINI, Pier Paolo. “Nessun film di cui parlare”. In: _____. *I film degli altri*. Parma: Guanda, 1996, p. 32-34.

_____. *La religione del mio tempo*. Milano: Garzanti, 1961.

VENÈ, Gian Franco. *Vola colomba – vita quotidiana degli italiani negli anni del dopoguerra: 1945-1960*. Milano: Mondadori, 1990.

Quando as salas de aula foram às ruas: memórias das greves e mobilizações docentes em São Paulo nas décadas de 1970 e 1980

Elaine Lourenço*

Nos anos 1970, o Brasil ainda vivia sob a ditadura civil-militar instalada no poder desde o golpe de março de 1964. O fim da década, contudo, foi marcado por um grande número de greves de diferentes categorias, que inauguram um novo modelo de fazer política e de atuação sindical. Como nos disse então Munakata:

> *O acontecimento político mais importante do primeiro semestre deste ano [1978] não foi a indicação do general Figueiredo para a presidência e a consequente crise do meio militar, nem o surgimento da candidatura dissidente do senador Magalhães Pinto, nem tampouco a articulação da Frente Nacional de Redemocratização. Foi, na realidade, a irrupção do movimento grevista, que, iniciado na região do ABC (SP), rapidamente se alastrou pelos grandes centros industriais e urbanos do Estado, envolvendo centenas de milhares de trabalhadores e estendendo-se até os dias de hoje. [...] A redação da presente comunicação só foi terminada a 3 de setembro, quando a greve dos professores do primeiro e segundo graus da rede oficial de São Paulo entrava em seu período crítico, com a decretação, pelo secretário da Educação, de férias antecipadas nas escolas paralisadas – um verdadeiro* lock-out *–, ao mesmo tempo em que o movimento grevista atingia os operários metalúrgicos de João Monlevade (Minas Gerais) e os bancários paulistanos. A greve desta última categoria refluiu rapidamente devido às pressões do governo (acionamento do decreto-lei antigreve n. 1.632), do patronato e também dos órgãos de segurança*. (MUNAKATA, 2010:19)[454]

Este trecho, muito conhecido, fez parte de uma fala do autor em um controvertido encontro da Associação Nacional de História em 1978, que tinha como tema os movimentos sociais. Nove anos depois, foi citado por Éder Sáder em seu trabalho sobre o assunto (SÁDER, 1988), e em 2010 o próprio autor voltou a ele para fazer um balanço historiográfico, conforme a referência aqui contida. Há vários aspectos importantes a serem ressaltados: o primeiro deles é a aguda percepção do autor no momento mesmo em que as coisas aconteciam; outro refere-se ao conteúdo explicitado: em 1978, há pelo menos três categorias importantes que estão em greve na grande São Paulo. Todas estas manifestações são reprimidas, pois o regime não pode "tolerar" contestações, nem das classes produtivas, tampouco do funcionalismo público. A situação da greve dos professores é tão dramática que o governo prefere *antecipar* as férias em pleno mês de setembro! É possível ainda pensar que, depois de mais de 30 anos, a *memória* da sociedade brasileira consagrou a primeira greve, em detrimento das outras: ao falar de greves nos anos 1970/80, quase invariavelmente a primeira lembrança é relativa aos metalúrgicos do ABC paulista. Esta dinâmica de

---

* *Doutoranda em História Social – Universidade de São Paulo (USP); Professora da Universidade Nove de Julho (Uninove – SP). Uma primeira versão deste texto foi apresentada no XXVI Simpósio Nacional de História da Associação Nacional de História – Anpuh (2011) e publicada em seus Anais.

454 O texto aqui citado é uma reflexão sobre o original, escrito 30 anos atrás. Trata-se de um balanço feito pelo autor, em um número especial da revista *História & Perspectivas*. A segunda parte da citação, após os colchetes, era uma nota de rodapé no original.

lembrar/esquecer, ressaltar alguns eventos em detrimento de outros, é característica da memória, e o relato em tela é um dos inúmeros exemplos deste movimento.

O movimento dos professores, ressurgido em 1978, avançou pela próxima década, acompanhando uma onda grevista de diversas categorias profissionais, como parte do surgimento daquilo que ficou caracterizado como "novo sindicalismo". Um diferencial desse movimento é que ele não se organizava *apenas* em torno dos salários, mas questionava o próprio desmantelamento da escola pública paulista em curso nos sucessivos governos estaduais. É isso que afirmam os autores que fizeram um balanço das greves e movimentos liderados pela Apeoesp[455] entre 1978 e 1988:

> *Tanto em São Paulo como em outros estados do país, o movimento do magistério impôs-se como importante força social na defesa da educação pública e na denúncia de seu destrato pelo estado. Foi também incontestável o papel que desempenharam, nesse processo, suas entidades representativas alinhadas a um novo modelo de atuação sindical que superou o assistencialismo e o atrelamento. Por outro lado, nossos governos ampararam um modelo de desenvolvimento econômico que relegou as questões sociais e que agravou o estado de pauperismo em que vivem parcelas da população. Foi grande a distância que separou o movimento dos professores da conquista de salários e condições de trabalho aceitáveis, assim como da conquista de uma educação pública que conferisse dignidade ao nosso povo.* (JOIA, 1993: 20)

O objetivo deste trabalho é o de relacionar as *memórias* construídas por três professores de História da rede pública estadual paulista, cujas carreiras se desenvolveram entre fins da década de 1960 e os anos 1990. Todos foram entrevistados para uma tese de doutorado, que versa sobre a carreira docente. No roteiro de questões não havia nada relativo às greves, mas apenas um item que se referia a salários; a greve e os movimentos dos professores apareceram de diferentes formas, para ilustrar ou enfatizar momentos e passagens significativas de suas trajetórias.

O pressuposto das entrevistas é que este é um momento de "criação" de algo original, construído na interlocução de entrevistado/entrevistador. Como nos adverte Portelli:

> [...] historiadores que trabalham com a história oral estão cada vez mais cientes de que ela é um discurso dialógico, criado não somente pelo que os entrevistados dizem, mas também pelo que nós fazemos como historiadores – por nossa presença no campo e por nossa apresentação do material. [...] Num plano mais convincente, remete ao que a fonte e o historiador fazem juntos no momento de seu encontro na entrevista. (PORTELLI, 2001: 10)

As entrevistas foram realizadas entre 2009 e 2010 e todas tiveram uma característica comum: os docentes pediram meu "roteiro" de temas no começo da conversa; ao final, "conferiram" para ver se não faltava algo. Impossível não perceber no gesto o ritual do professor, que propõe uma atividade e depois a corrige.

---

455 Apeoesp é a sigla da Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo. A direção da entidade foi assumida por membros da oposição em 1979, alinhados com o "novo sindicalismo".

Os professores e suas memórias

As décadas de 1970 e 1980 representam um período de grande expansão do sistema escolar brasileiro, sobretudo no sentido de aumentar o número de alunos e de professores, e em São Paulo não foi diferente. Nesse período, ainda, o público escolar se modificou com a chegada das classes populares, o que representou novos e grandes desafios para os docentes. Tal crescimento, contudo, foi acompanhado passo a passo por uma desvalorização da profissão docente, seja em seu *status* social, seja na remuneração.

Como é natural, a percepção desta realidade não é a mesma para todas as pessoas que lá estiveram, que desenvolveram sua carreira neste período. No caso dos docentes entrevistados aqui apresentados, eles ingressaram no magistério em fins dos anos 1960 e nele permaneceram até fins dos anos 1980 e começo dos 90; as suas reflexões e percepções podem ser lidas, então, à luz de toda a trajetória que realizaram. É preciso considerar, sobretudo, que suas reflexões sobre salários e as greves que realizaram, ou não, mostram um balanço que fazem de sua própria carreira e a satisfação que tiveram, ou não, neste percurso.

A professora Yara foi a primeira entrevistada, em 2009. Ela iniciou sua carreira nos anos 1960 como professora primária, aos 18 anos; na década de 1970, para acompanhar o marido, ela se matricula na faculdade e opta por cursar História, disciplina pela qual sempre tivera interesse. Presta o concurso de 1978, segundo seu depoimento, por insistência de outros colegas e efetiva-se no novo cargo depois de aprovada. No seu depoimento, ela discute tanto a questão salarial quanto as greves.

Logo no começo da entrevista, Yara se refere a uma greve "inaugural", ainda em 1963:

> *Y – Mas, olha: eu comecei a trabalhar em 63. Foi o ano da primeira greve do magistério.*
>
> *E – 63?*
>
> *Y – Sim. Quer saber o resto? (risos) A primeira greve do magistério aconteceu numa Semana Santa. Nós fizemos greve quinta e sexta-feira santa, que não tinha aula...*
>
> *E – (risos) Para aproveitar.*
>
> *Y – ...e, essa é outra tese interessante, foi conduzida pelo Centro do Professorado Paulista. O governador era o Laudo Natel, e o Laudo Natel tinha prometido um abono...*
>
> *E – Que é de 73.*
>
> *Y – Não, estou falando bobagem, era o Ademar de Barros. A história do Laudo Natel é mais para a frente. O Laudo Natel tinha prometido um abono de Natal e não deu, então virou um "abano de Natel". O abono de Natal virou abano de Natel (risos).*
>
> *E – Isso já é 70. Em 63, com o Ademar...*
>
> *Y – 63, com o Ademar de Barros. Que também era uma figura política assim, curiosíssima, né? Foi organizada pelo Centro do Professorado Paulista. Já era um salário muito baixo. O problema é que as pessoas, os profissionais do magistério, 99% eram mulheres, que tinham um marido por trás. Então, nunca houve, assim, uma consideração maior, porque "ah, professor é um sacerdócio, uma espécie de sacerdócio. Para que ganhar?". Então, já era baixo o salário. Aquela história de professor ganhar muito bem pode ter sido verdadeira até os anos 50, porque depois não era, não. Nunca foi. Houve uma melhora, uma melhora até significativa, no governo de Franco Montoro. Em seguida, veio o Quércia. E aí, o Quércia mandou cair em cima dos professores.*

Já na primeira fala sobre o tema, Yara refere-se a uma greve memorável; já na primeira fala, aproveita para destruir o *mito do salário do professor*, ou seja, faz uma associação entre a feminilização do magistério e o baixo salário recebido, visto como uma "complementação" da renda familiar. Remete, ainda, à ideia do magistério como sacerdócio, ainda presente, segundo ela, na visão que a sociedade tinha do professor. Há que se ressaltar também que, na mesma fala, ela já relaciona "greve" e "salário", ou seja, em sua visão, uma coisa se relaciona à outra. Na continuação, ela volta a um período anterior, o governo de Paulo Maluf, e lembra a repressão à greve, por meio da pressão sobre os diretores de escola:

> *Y – E aí, para arrematar tudo, o governo do Maluf, que foi outra tragédia, Nossa Senhora! No governo do Maluf, a greve durou 70 e tantos dias. (...)*
>
> *E – Que é a retomada das greves de 78.*
>
> *Y – Exatamente, exatamente.*
>
> *E – Sim, que foi quando retomou tudo. Então, é Maluf, Montoro, não é isso? Quércia e Fleury.*
>
> *Y – Sabe que eu teria uma história legal também para contar sobre esse período? Na época dessas greves, veio uma ordem da Secretaria da Educação que os diretores deveriam mandar o nome dos professores faltosos. E eles mandaram. Menos quatro: um deles era a minha diretora, Helena Valerim Pinheiro; o outro foi o Paulo Rolim; os outros dois eu não lembro quem foram. E aí, eles foram penalizados, eles tiveram acho que um mês de afastamento, uma coisa assim. Então, foi bonita a participação deles. Foi bonito, eu me lembro, a Helena reuniu os professores e disse assim: "olha, se eu fizer o que estão pedindo, cabeças vão rolar. Então, que role a minha". E ela não levou a lista de faltosos. Aí, ia uma sindicância na escola, porque nós assinamos o ponto. A gente ia para a escola, não tinha aluno, mas a gente assinava o ponto. Uma das moças da secretaria levou o livro-ponto para casa, comprou um livro novo, refez o livro-ponto inteirinho, de um dia para o outro. Margarete refez tudo de um dia para o outro. Sumiu com o livro-ponto original. Chegou a sindicância, o livro: falta, falta, falta, falta, falta. Foi refeito assim, em uma noite. A moça apareceu até com olheiras. Margarete, o nome dela. Então, tem umas histórias interessantes para contar dessas greves.*

Apesar de relacionar "greve" e "salário", Yara não acredita que as primeiras trouxeram ganhos para a categoria; ao contrário, a reposição de aulas, e os inúmeros problemas que isso causava, é lembrada como a "consequência" dos movimentos:

> *Y – No fim, essas histórias de greve acabam sendo divertidas. Mas, nossa, foram muitas. Foram muitas greves. [pausa] Não sei se adiantaram alguma coisa, também, viu? Sabe por quê? No fim, a gente tinha de repor todos os dias, né? Então, de que adiantava?*
>
> *E – Em termos salariais também. O máximo que a gente fez foi barrar algumas coisas.*
>
> *Y – Nada. O Centro do Professorado, hoje, de vez em quando eles ainda falam daquela bendita greve de 63!*
>
> *E – (risos) De 63! Essa é boa!*
>
> *Y – Os jornais publicaram: "Mestres até na greve". (risos) Foi uma coisa de classe! (risos)*

É significativo que a docente insista, novamente, em falar da greve de 1963 e lembre até de detalhes como "mestres até na greve",[456] mas desvalorize os ganhos, ao menos políticos, que as mobilizações dos anos 1980 trouxeram para o movimento social, notadamente o sindical. Sua visão pessimista estende-se para o futuro da educação, pois, na continuidade da conversa sobre salários ela faz a seguinte reflexão:

> *Y – Então, olha, todas essas promessas de mudança de educação, eu não acredito em nenhuma delas! Não acredito! Porque a educação no país não é valorizada. E não é valorizada não só pelo governo: é pela própria população. O pai que vai à escola com o dedo em riste no nariz do professor, ele não valoriza o que está sendo feito pelo filho dele. Ele não reconhece a necessidade. As pessoas estão, assim, achando que tudo vai cair do céu daqui para a frente, que a internet vai resolver tudo.*

Esta visão negativa, contudo, não se refere à sua carreira, que se encerra com a aposentadoria, em 1989, mas é fruto de uma análise sobre os rumos tomados pela escola e a desvalorização desta e de seus profissionais. A última referência que ela faz às greves, já na década de 1980, é uma crítica à forma de algumas lideranças que, segundo ela, não se posicionavam corretamente frente às responsabilidades assumidas pela escola:

> *Y – Numa ocasião, eu era coordenadora do Ciclo Básico; Professora de História e coordenadora do Ciclo Básico. Aí, eu estava no horário do Ciclo Básico, estava na minha saleta, lá, e tinha estourado greve. A minha escola tinha decidido não entrar em greve. Aí, chegaram uns professores que eram da Comissão de Greve, todos com camiseta do PT, camiseta da CUT, uns cabelos desse tamanho, um deles de jardineira: "aí, colega, você dispensa aí...". Eu tinha só a 1ª e 2ª séries, acho que foi num período intermediário, a 5ª série não tinha entrado ainda. "Dispensa todos eles aí, vai dispensando os alunos aí, porque nós vamos ter de entrar em greve...". "Vamos fazer o seguinte: vocês esperam, daqui a 10 minutos é o recreio. Então, na hora do intervalo vocês conversam com as colegas; o que elas decidirem, tudo bem". "Não, não, nós não temos tempo a perder, imagina se nós vamos esperar! Dispensa os alunos!". Falei: "Espera um pouquinho. Eu vou bater aqui um Termo de Responsabilidade, vocês assinam e eu dispenso os alunos". "Por que Termo de Responsabilidade?" "Porque são todos crianças de 1ª e 2ª séries, que os pais vêm buscar. Se vocês quiserem que eu dispense, vocês assumam a responsabilidade. Se acontecer um atropelamento, qualquer coisa, não tenho nada com isso, foram vocês que mandaram". Alguém quis assinar? "Ah, não, mas aí, não!" "Então, esperem os 10 minutos e conversem com os colegas". Aí esperaram, saíram de lá com as mãos abanando, porque ninguém quis entrar em greve. Então, quer dizer, sempre teve, sabe, os maluquetes de plantão, sempre! Você acha que eu iria dispensar crianças de 1a e 2a séries? Você faria isso?*
>
> *E – É um desrespeito com a escola, mesmo.*
>
> *Y – Além do desrespeito com a escola, a responsabilidade sobre cada uma das crianças!*

Yara faz questão de frisar a origem partidária dos "militantes do PT", caracterizando-os muito mais próximos do movimento operário do que do movimento dos professores. De alguma forma, suas lembranças da greve de 1963

---

456 Cf. Paula Perin Vicentini (2002:9), foi o jornal *O Estado de São Paulo* que usou então a expressão "mestres até na greve", em editorial sobre o movimento.

são mais suaves do que a lembrança dos movimentos recentes, que não só não impediram a deterioração do salário, mas também trouxeram "novos personagens" para a luta dos professores.

A professora Arlete, entrevistada em 2010, também iniciou sua carreira como professora primária. Sua postura em relação às greves, entretanto, é bem diferente. Logo após a formatura como docente e seu ingresso na carreira, iniciou o curso de Ciências Sociais e foi lecionar para o 1º grau. Sua opção, segundo seu relato, sempre foi política, atuar como professora era uma forma de militância. Este engajamento na resistência à ditadura nos anos 1970 levou-a a ser presa em uma tarde de sábado, quando voltava da escola. Permaneceu na prisão por meses, e depois de libertada voltou para a escola para reassumir seu cargo. O diretor teve que aceitá-la depois que ela conseguiu um documento inédito, que afirmava que estivera detida e por isso faltara às aulas. O tema "greve", portanto, faz parte de sua trajetória, e aparece pela primeira vez na entrevista ao relatar que assumira um cargo de docente na prefeitura de São Paulo no governo de Jânio Quadros, na década de 1980, e desistira dele em função de sua aprovação em outro concurso, na rede estadual. Um dos motivos, segundo ela, foi a repressão sobre o movimento, a atribuição de faltas injustificadas; além disso, a jornada era excessiva e a obrigaria a inúmeros deslocamentos.

Em outro momento, ela retoma o tema e afirma que sua participação nas greves refletiu até mesmo em sua aposentadoria:

> *A – Na época da aposentadoria eu tive que ficar mais um ano. Por conta das greves eu tinha um número muito grande de faltas injustificadas e daí não consegui, tive que ficar mais um ano. Aliás, eu me aposentei em greve (risos). Quando saiu a aposentadoria, eu estava em greve! Nesse período eu militava na Apeoesp, fazia um trabalho sindical, Conselheira da Apeoesp, aí percorria as escolas e tal. Então, além da questão da jornada que era puxada, ainda tinha a militância sindical, que também era bastante difícil Mas, era muito bom. Eu acho que era uma forma da gente conhecer a rede, conhecer os professores de várias escolas. Eu acho que isso foi muito rico porque a gente acabava, não ficava restrito só à questão sindical, você acabava trocando de sala de aula, né. Foi bom, foi bem interessante.*

A greve e a militância adquirem um valor positivo, é uma forma de conhecer pessoas, de trocar experiências, de ampliar os horizontes de atuação. Havia, entretanto, um saldo negativo nos movimentos, que se expressava na divisão que as greves causavam no interior da escola:

> *A – A greve dividia o grupo. E isso trazia consequências depois para o trabalho, por incrível que pareça. Não deveria ser assim, mas era. Ou porque um grupo entrava em greve, outro grupo não entrava, e nós... Tinha o grupo do PT, o grupo do PCdoB, quando PT e PCdoB se odiavam... Não eram aliados, né? Aí juntavam todos, grande parte das pessoas militava na Apeoesp, então vinha toda aquela disputa nas eleições e tal. Era meio complicado, isso acabou meio que dividindo. Lógico que não foi por isso que o Projeto Noturno acabou. Acabou porque mudou de governador, o próximo Secretário não bancou. A gente tentou bancar um tempo. E também foi pulverizando muito o pessoal que ia entrando no Américo [refere-se à escola "Américo de Moura" e ao projeto implantado], aí a gente não conseguiu manter. Porque isso precisa ter um grupo muito interessado porque você não ganha mais pra fazer isso. Então, tem que acreditar.*

A militância partidária não era um problema em si, mas sim o fato de que causava disputas que refletiam no ambiente escolar. Aqui, para Arlete, os militantes partidários não eram "estranhos" ao ambiente escolar, faziam parte do contexto.

Não há, em toda a entrevista, nenhuma menção à palavra "salário". A única menção que faz aos pagamentos é quando comenta que havia professores que não tinham compromisso com a educação, que liam jornal na sala de aula, que se justificavam porque dizendo que o salário era baixo. Ela comenta que estes sequer se mobilizavam para "ganhar melhor", ou seja, os movimentos seriam capazes de levar a melhores salários, embora Arlete não empregue a palavra. A impressão que fica é que as greves eram mais importantes do que as conquistas que elas traziam.

Em outro sentido caminha a entrevista com o professor Guilherme. Sua opção pelo magistério, segundo seu relato, foi casual, porque tinha intenção de cursar Arquitetura e não conseguiu ingressar pelo vestibular. O desencanto com a situação levou-o a procurar "qualquer carreira" e decidiu cursar Pedagogia. Ingressou como docente nos cursos de formação de professores e, depois de cursar Estudos Sociais, atuou como docente de Educação Moral e Cívica e de História.

Em seu relato, a comparação presente/passado é muito constante: ele deixa claro que sua carreira se havia iniciado em *um* momento e se encerrara em *outro*. Ele percebe estas mudanças nos cenários da escola e faz um contraste entre o tempo idílico do começo de sua trajetória e a decadência do ambiente escolar quando se aposentou. Em sua entrevista, a palavra "greve" não é mencionada, mas a palavra "salário" aparece justamente para compor os bons tempos do início:

> *G – Ah, o salário era ótimo no Estado. Deu para comprar este apartamento, eu tinha carro do ano todo ano quase, pelo menos de dois em dois anos. Era muito bom, depois foi decaindo. Na realidade, começou uma campanha contra os professores, né? Nessa época daí. Porque a gente, enquanto líder de classe, de aula, eu quero dizer, alguns dá pra você fazer a cabeça, sabe? Eu sempre trabalhei contra isso, eu não gosto de fazer cabeça, tanto que no magistério a gente trabalhava assim, ali no Derville Allegretti, [escola de formação de professores pertencente à rede municipal de ensino] no sentido de formar o espírito crítico nos alunos, sabe? E, quando chegava no quarto ano do magistério, era insuportável, porque era assim o espírito crítico tão formado que elas colocavam em xeque tudo o que você falava. Eu detestava dar aula no quarto ano, mas com satisfação, porque a gente conseguia o objetivo que a gente tinha se proposto. Tem outra coisa, tinham alguns professores que achavam que Magistério era um Sacerdócio, etc. e tal, e eu trabalhava contra isso com as alunas do Magistério. Eu falava: "No magistério, ninguém faz voto de pobreza, de castidade e de obediência. Não é isso, é uma profissão igual a outra qualquer, você ganha por aula, você dá a tua aula, tá ganho, acabou". Tem que pagar, não é? Agora, de lá pra cá... Bom, faz 10 anos que a gente não tem um aumento considerável, tem assim 2%, 1% difícil.*

Esta é a única fala do professor que se refere aos salários e, como tantas outras, marca o contraste entre um passado de glória e um presente de miséria, no qual nem se consegue aumentos salariais. É certo que os professores da rede pública, notadamente os aposentados, têm recebido aumentos quase insignificantes, o que certamente reduziu seu poder aquisitivo, mas, entre todos os entrevistados, apenas Guilherme faz questão de mencionar o fato.

As diferentes percepções dos professores aqui apresentadas sobre os movimentos grevistas e a relação destes com os salários mostra que, para além da História que resgata os grandes eventos do passado, é possível construir outra História, que identifica e traz para o presente os relatos dos que viveram o período, com todo o colorido de suas memórias, com todo o barulho das greves, das passeatas, das assembleias ruidosas. A reflexão melancólica que fazem deste período pode ser lida como uma reflexão presente/passado: se as lutas não eram só econômicas, se havia uma *escola pública* a defender, a situação dessa mesma escola nos tempos atuais mostra que esta foi uma batalha perdida.

Referências bibliográficas:

JOIA, Orlando (Org.). *Apeoesp dez anos – 1978/1988 – Memória do movimento dos professores do ensino público estadual paulista.* São Paulo: CEDI, 1993.

MUNAKATA, Kazumi. O lugar e o tempo de "O lugar do movimento operário", 30 anos depois. *História & Perspectivas*. Uberlândia (43): 9-40, jul.dez.2010.

PORTELLI, Alessandro. História oral como gênero. *Projeto História*. São Paulo, 22, junho 2001, p. 9-36.

SÁDER, Éder. *Quando novos personagens entraram em cena.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

VICENTINI, Paula Perin. Os professores secundários no Brasil entre o ensino público e o particular: uma análise do movimento de organização da categoria em São Paulo e no Rio de Janeiro (1945-1964). *Anais do II Congresso Brasileiro de História da Educação*. História e memória da educação brasileira. Natal, 2002. Disponível em: http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema3/0346.pdf.

Raízes da Memória: organização e exposição de documentos inéditos do cotidiano de uma fazenda em Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX.

Alessandra Maria de Moura Freire [457]

Débora Walter dos Reis [458]

"A história é objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas um tempo saturado de 'agoras'."

WALTER BENJAMIN

Introdução

Nas palavras de ALBERTI (2000), a "História Oral é uma metodologia de pesquisa e de constituição de fontes para o estudo da história contemporânea surgida em meados do século XX. Consiste na realização de entrevistas gravadas com atores e testemunhas do passado".

Dessa forma, a História Oral tem contribuído de forma exaustiva na reconstrução do passado, na preservação da memória e, sobretudo, na mantença das especificidades culturais das gentes. Trata-se de fazer, portanto, uma História de um tempo presente, onde os atores principais não possuem vida apenas em nossa imaginação. Eles têm um rosto, uma voz, a vontade de reviver o passado trazendo à tona lembranças que jamais foram esquecidas.

Assim, a história do tempo presente, tal como nos ensina FERREIRA (1998)

> tem forçosamente de lidar com testemunhas vivas, que podem vigiar e contestar o pesquisador, afirmando sua vantagem por terem presenciado o desenrolar dos fatos. Mas o que se sustentava era a necessidade do distanciamento temporal do pesquisador frente ao seu objeto, através daquilo que os historiadores costumam chamar de visão retrospectiva. Debruçando-se apenas sobre processos históricos cujo desfecho já se conhecia, a história criava limitações para o trabalho com a proximidade temporal, por temer que a objetividade da pesquisa pudesse ficar comprometida.

No entanto, a História Oral vem se consolidando ao longo dos últimos anos. As estratégias de gravação visual ou mesmo sonora têm amplificado sua utilização, permitindo que a mesma crie uma metodologia singular que a faz particularmente interessante quando se quer reconstruir histórias individuais.

Tal como comenta SCHMIDT (2004), "pensar que é possível escrever uma vida, que as linhas ordenadas de um texto podem expressar os inúmeros, descontínuos e contraditórios fios de um destino pessoal" é de uma

---

457 Graduanda em Museologia – Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP

458 Graduanda em História – Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP

extrema pretensão. No entanto, esse artigo tem como objetivo demonstrar a metodologia que será utilizada para historicizar a memória de personagens que viveram em uma fazenda do interior do estado de Minas Gerais. Rememorando vidas, histórias, experiências daqueles ali vivem e viveram na tentativa de reconstruir parte desse cotidiano.

Tal como asseverado por ALBERTI (2003),

> É da experiência de um sujeito que se trata; sua narrativa acaba colorindo o passado com um valor que nos é caro: aquele que faz do homem um indivíduo único e singular, um sujeito que efetivamente viveu – e, por isso dá vida a – as conjunturas e estruturas que de outro modo parecem tão distantes. Ouvindo-o falar, temos a sensação de ouvir a história sendo contada em um contínuo, temos a sensação de que as descontinuidades são abolidas e recheadas com ingredientes pessoais: emoções, reações, observações, idiossincrasias, relatos pitorescos. Que interessante reconhecer que, em meio a conjunturas, em meio a estruturas, há pessoas que se movimentam, que opinam, que reagem, que vivem!

Ponto de Partida

Historiadores trabalham com fontes. Apropriam-se das mesmas por meio de abordagens específicas, métodos diferentes e técnicas variadas em busca, sempre, dos vestígios e os testemunhos do passado humano.

Para DECCA (1998),

> "os documentos como alguns já disseram, não falam por si, os historiadores obrigam que eles falem, inclusive, a respeito de seus próprios silêncios. E para realizar tal procedimento, utilizamo-nos de teorias e de procedimentos metodológicos que são, por sua vez, lugares de linguagem, modos de narratividade."

Outrossim, para ALBERTI (2005), "a história oral tem o mérito de introduzir o pesquisador na construção da versão, o que significa introjetar no documento introduzido o controle sistemático da produção da própria fonte". Dessa forma, nas sábias palavras do autor, notoriamente, vê-se que o pesquisador deve partir de um ponto.

No caso em questão, documentos escritos, fontes ditas "formais" conduziram a pesquisa a Sra. Eudith, herdeira indireta da aludida fazenda. A aludida senhora foi casada com um dos herdeiros da fazenda, um dos tantos "Ferreiras da Silva" que viveram na fazenda "Tartária". Foi possível construir, com base nos nesses documentos, a árvore genealógica da família (Anexo I). A produção dessa árvore, inclusive, servirá de base para a realização da entrevista.

Uma das filhas da Sra. Eudith conta que, durante muitos anos, esse acervo documental esteve com a família e foi passado de geração em geração. "Suviniers" de lembranças que permeiam, até os dias de hoje, a família que ainda vive no município de Santo Antônio do Amparo, em Minas Gerais.

A Sra. Eudith conta, atualmente, com 75 anos de idade e, segundo relatos, emociona-se toda vez que relembra os antepassados e o passado glorioso da fazenda de algodão do interior do estado de Minas Gerais. Idosa, mas consciente, a Sra. Eudith é, portanto, uma fonte pertinente para se descobrir e tentar dar vida aos documentos que foram encontrados no antigo baú da família.

BOSI (1987) nos diz que:

> "ao terminar o tempo de experiências significativas a sociedade empurra o idoso para a marginalidade e este busca em outras épocas o significado e o alento para sua vida atual. Este vínculo com o seu passado traz alegria e a chance de mostrar sua competência por ter suportado e sobrevivido a tantas coisas..."

Para uma sociedade que muda numa velocidade incrível onde o que ontem era novidade, hoje já está ultrapassado, recordar o passado é dar passos para trás.

O trabalho da autora é uma verdadeira denúncia do modelo excludente da sociedade pós-moderna, globalizante, na qual os velhos são destituídos de seus papéis sociais e condenados a viver no esquecimento: "A sociedade rejeita o velho, não oferece nenhuma sobrevivência à sua obra. Perdendo a força de trabalho ele já não é produtor nem reprodutor.

Contudo, continua a autora,

> "ao relevar as lembranças dos velhos como um dado significativo do mundo social, demonstra que estes sujeitos exercem uma função primordial na e para a sociedade. Nesse sentido, o velho passa a ter um papel na construção da memória coletiva do seu grupo, fortalecendo assim seus elos e reconstruindo sua identidade, tarefa fundamental na formação dos sujeitos sociais".

A autora TOURTIER-BONAZZI (2006) comenta que de um modo geral, deve-se dar prioridade a entrevistas com pessoas de certa idade. Mas, nesse caso, é preciso levar em conta o cansaço da testemunha, limitar o tempo das entrevistas e evitar perguntas excessivamente meticulosas do ponto de vista cronológico.

Recontar essa história é, portanto, dar importância e notoriedade àqueles que só existem nas lembranças íntimas dos entrevistados. No entanto, tal como apregoa ALBERTI (2005), para que esse passado seja contado tal como de fato aconteceu, "não devem faltar rigores da pesquisa histórica e da etnografia."

Para a autora, cabe ao pesquisador "construir ao mesmo tempo com seu entrevistado, uma relação de sensibilidade e de rigor; de adesão no processo de compreender e de crítica atenta do processo de indagar; de reconstituição e de questionamento." Finaliza dizendo ser isso "que garante a dimensão e a consistência do que é revelado."

Diante desses aspectos apontados, decidiu-se pela entrevista livre, compactuam-se com as idéias de ROSISKA (1999) que assim dispõe:

> "A técnica de entrevista livre, concebida como um diálogo aberto onde se estimula a livre expressão da pessoa com que se conversa, amplia o campo do discurso que passa a incluir não só fatos e opiniões bem delimitadas, mas também devaneios, projetos, impressões, reticências, etc. Sem dúvida, a entrevista livre, para não partir em todas as direções, deve ter um fio condutor, uma estrutura de base ligada ao núcleo temático a ser pesquisado. Porém dentro deste campo temático, tudo é pertinente, nada é desprezível. Muitas vezes, não unicamente aquilo que é dito explicitamente que é significativo. A maneira de dizer, as inflexões, as hesitações, as pausas e os silêncios dizem muita coisa. Frequentemente é nessas dobras do discurso que se esconde a ambigüidade e a contradição entre o pensar e o agir que importa captar e desvelar. Os fragmentos do discurso, o 'não dito' e o 'mal dito' – por medo, por pudor, por desconfiança ou porque dizê-lo seria doloroso demais – são tão importantes quanto as respostas superficiais".

A Entrevista

Como asseverado, a entrevista será feita de forma livre. Utilizaremos o próprio acervo documental para tentar fazer reviver as lembranças da Sra. Eudith no que tange ao cotidiano da Fazenda "Tartária".

Um bom entrevistador, segundo BELEI (et. al. 2008)

> "é aquele que sabe ouvir, mas ouvir de forma ativa, demonstrando ao entrevistado que está interessado em sua fala, em suas emoções, realizando novos questionamentos, confirmando com gestos que o ouve atentamente e que quer compreender suas palavras, mas sem influenciar seu discurso. Ele aprofunda o relato do participante e mostra atenção sobre detalhes importantes".

É preciso, portanto, deixar que a fala da entrevistada seja livre, que aconteça espontaneamente. Observar as impressões e as emoções e tentar traduzi-las coerentemente. São essas características que fazem da História Oral

uma forma metodológica tão especial, uma vez que o próprio historiador traduz, para o tempo presente, reminiscências de uma memória passada.

Nesse sentido, MAGNANI (1986) comenta que,

> "o pesquisador precisa ficar atento às expressões utilizadas pelo entrevistado, pois ele pode simular palavras e conceitos que não são utilizados no seu dia a dia, tentando mostrar aquilo que ele acha que o entrevistador quer ouvir. É por isto que nem tudo deve ser entendido como verdade, mas pode e deve ser analisado frente aos demais discursos e conceitos que embasam o trabalho".

Ao falar da História Oral e das fontes orais, como aponta ALEMIDA (2005), "não se pode negar as dificuldades existentes, particularmente quando se apresenta a tarefa de utilizá-la como material para pesquisas". Além das questões relacionadas à metodologia, que se constituem num constante aprendizado (realização de entrevistas, transcrevê-las, digitá-las, interpretá-las e analisá-las), ainda é preciso disciplina para o uso do material, já que se está lidando com experiências de indivíduos, de seres humanos, e isso exige sempre o respeito, a sensibilidade e a ética por parte dos pesquisadores que desse material utilizam. Ou seja, a História Oral se sustenta de memórias individuais e coletivas.

Sempre respeitando a família, as pesquisadoras formularam um documento de doação do acervo para fins acadêmicos. Inicialmente, a família da Sra. Eudith ficou bastante preocupada quando foi aventada a vontade de fazer uma entrevista com a mesma. Acreditaram que reviver essas memórias, emoções, contar a história de sua vida na fazenda, enfim, poderia causar a Sra. Eudith sensações que não seriam boas para a mesma. No entanto, a própria Sra. ficou muito feliz com tal possibilidade.

Resultados Esperados

Sabemos que quando se pretende investigar algo, na verdade, buscamos saber, descobrir e compreender o objeto investigado. Para BLOCH (2001) "a diversidade de documentos é quase infinita" e, portanto, "tudo o que o homem diz ou escreve, tudo o que fabrica, tudo o que toca pode e deve informar sobre ele". Assim, a investigação poderá revelar uma infinidade de possibilidades sobre o homem e sobre a sua história.

RODRIGUES (2005) discorre sobre os movimentos de investigação da história oral e os caracteriza em três tipos, a saber:

> "os principais analistas do movimento da história oral costumam caracterizá-lo com base em três momentos-vertentes: o dos arquivistas (fundado nas iniciativas de Allan Nevins, na Universidade de Columbia, a partir da segunda metade da década de 1940); o dos ativistas (práticas iniciadas nos anos 1960, quando, no bojo da contracultura e da nova esquerda, a história oral é concebida como "história vista de baixo"); e o dos acadêmicos (análise histórica da memória, empreendida desde o final dos anos 1970, coincidindo com o processo de internacionalização da disciplina)".

Dessa forma, percebemos, nas palavras da autora, que o processo da memória é o que caracterizará a pesquisa na qual trabalhamos.

A pesquisa visa, então, registrar a memória viva dessas pessoas. Compreender o que existe além da documentação impressa, ver além do que estará diante dos olhos do pesquisador, enfim, recuperar imagens do passado que não estão transcritas mas que são de suma importância para entender a dinâmica da fazenda, seu cotidiano, sua estrutura, suas origens e sua importância na construção econômica do Brasil Colônia.

Será possível descrever as relações pessoais, as afinidades, os laços familiares, as questões paternais que foram e são tão importantes para entender, atualmente, as dinâmicas sociais de nosso país.

A pretensão é grande, mas o que seria da pesquisa se dela não esperássemos o que podemos ter de melhor e de mais salutar? Não existem intenções perfeitas, apenas perfeitas intenções. Eis o que se pretende: compreender os documentos de forma plena, tentar desobscurecê-los ao máximo, trazendo à tona a totalidade de suas informações.

Conclusão

A proposta da pesquisa é, então, a de trabalhar com a narrativa oral como suporte documental de pesquisas, utilizando, para tanto, técnicas de história oral como procedimento metodológico.

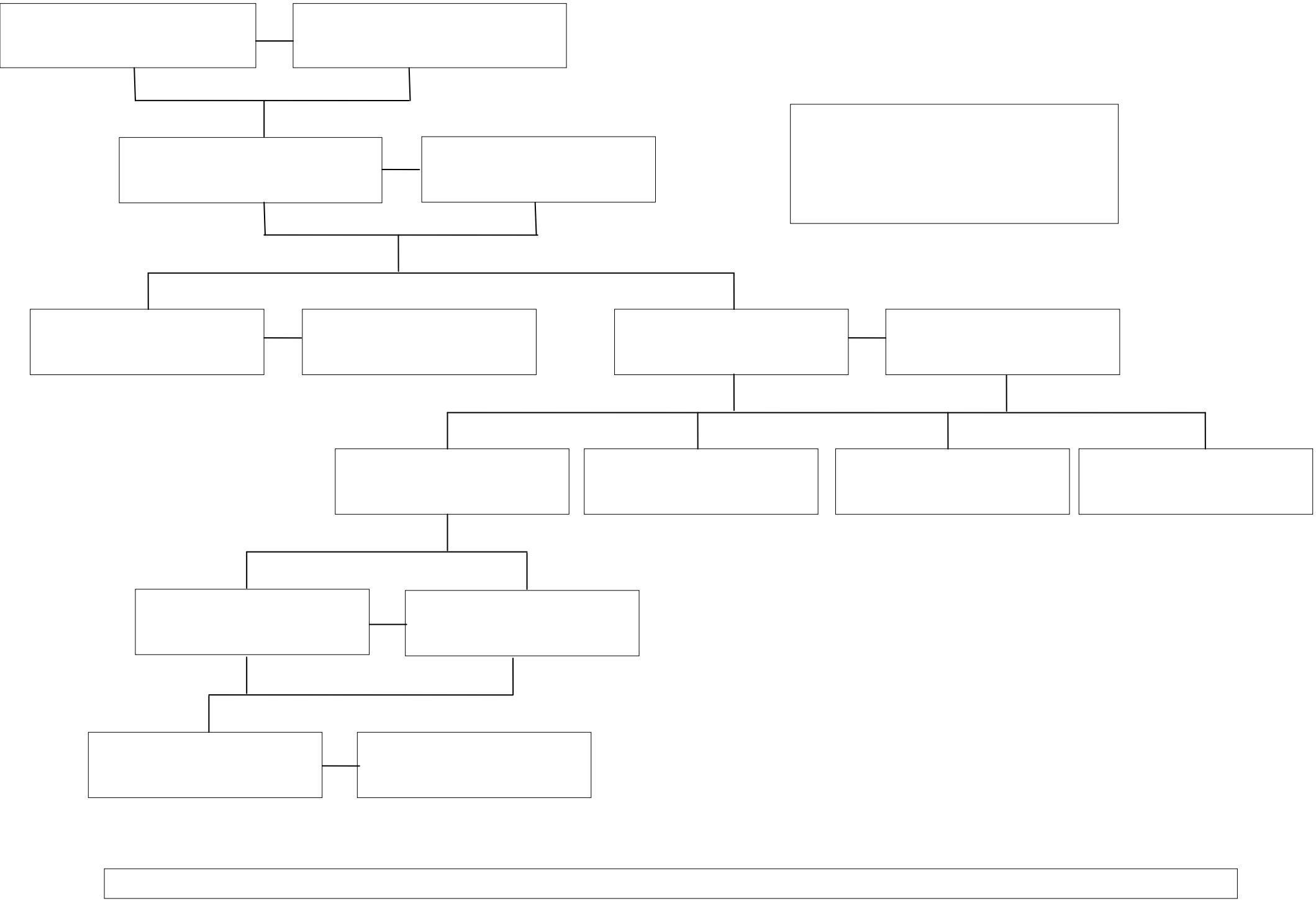
O uso da história oral como metodologia de pesquisa possibilitará compreender como se constitui as memórias individuais dos entrevistados e as reminiscências desse passado regional no qual esse passado está inserido.

Tal como alunde CASSAB (et. al. 2004),

> *"A busca pelas fontes orais diz respeito à possibilidade da interpretação de temas da história ainda insuficientemente registrada por outros tipos de informações, a fatos relevantes cuja documentação se deseja completar ou abordar por ângulo diverso do habitual. Um dos momentos mais sublimes da pesquisa pode ser caracterizado como um momento em que as relações sociais já vividas são dilapidadas e recriadas, quando o hoje visita o ontem com outros olhares e perspectivas, construindo o passado pelo presente e reconstruindo o próprio presente".*

Portanto, muitos dos relatos obtidos por pesquisas orais dizem respeito ao acorrido e não registrado por outras fontes documentais. Corresponderão, dessa forma, a acontecimentos cuja documentação se deseja completar ou abordar por ângulo diferente.

O interessante nesse tipo de pesquisa com esta metodologia está na importância dada ao sujeito da história, construtor de seu destino e de sua história, possibilidades e limites de participar dela ativamente. Rememorar histórias, situações, acontecimentos, usando a voz do outro, deve fazer do pesquisador um responsável técnico comprometido com o valor de seu labor e seus resultados para a com a academia.



Referências bibliográficas:

ALBERTI, Verena. **Indivíduo e biografia na história oral**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2000. [5]f. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/1525.pdf.

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral.** 3ª. Ed. FVG Ed. São Paulo. 2005.

ALBERTI, Verena. **O fascínio do vivido, ou o que atrai na história oral**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2003. 4 [f]. disponível em: http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6697/1394.pdf?sequence=1.

BELEI, Renata Aparecida; GIMENIZ-PASCHOAL, Sandra Regina; NASCIMENTO, Edinalva Neves; MATSUMOTO, Patrícia Helena Vivan Ribeiro. O uso de entrevista, observação e videogravação em pesquisa qualitativa. IN **Cadernos de Educação**. FaE/PPGE/UFPel. Pelotas [30]: 187 - 199, janeiro/junho 2008. Disponível em: http://www.ufpel.tche.br/fae/caduc/downloads/n30/11.pdf. Acesso em 26 de junho de 2011.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2001, p. 47.

BOSI, Ecléia. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 2. ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 1983. 402 p. (Série Estudos Brasileiros).

CASSAB, Latif Antônia e RUSCHEINSKY, Aloísio. Indivídui e Ambiente: a Metodologia de Pesquisa da História Oral. IN **Biblos**, Rio Grande, 16: 7-24, 2004.

DECCA, Edgar Salvadori de. Questões teórico-metodológicas da história. In SAVIANI, Demerval: LOMBARDI, José Claudinei: SANFELICE, José Luis (Orgs.). **História e História da Educação**. Campinas, SP: Autores Associados, 1998.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **Desafios e dilemas da história oral nos anos 90: o caso do Brasil.** IN História Oral, São Paulo, nº 1, p.19-30, jun. 1998. Disponível em: http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6726/516.pdf?sequence=1.

OLIVEIRA, Rosiska Darcy de e OLIVEIRA Miguel Darcy de. Pesquisa Social e Ação Educativa: conhecer a realidade para poder transformá-la. In. BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org). **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MAGNANI, J. G. C. Discurso e representação, ou de como os Baloma de Kiriwina podem reencarnar-se nas atuais pesquisas. In: CARDOSOS, R. **A aventura antropológica: teoria e pesquisa.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 127-140.

RODRIGUES, Heliana de Barros Conde. Alucinando Portelli - Celebração do amor entre um historiador (oral) e seu leitor. IN **Clio-Psyché – Programa de Estudos e Pesquisas em História da Psicologia**. **Mnemosine**. Vol. 1, n. 1 (2005) – Artigos. Pág. 153 a 193.

SCHMIDT, Benito Bisso. **Grafia da vida: reflexões sobre a narrativa biográfica.** IN História Unisinos, Vol. 8, no. 1, jul a dez de 2004, p. 131 a 142. Disponível em: http://www.unisinos.br/publicacoes_cientificas/images/stories/sumario_historia/vol10n8/15historian10vol8_artigo09.pdf.

TOURTIER-BONAZZI, Chantal. Arquivos: propostas metológicas. IN AMADO, Janaína; Ferreira, Marieta de Morais (Orgs.). **Usos e Abusos da História Oral**. Cap. 19. 8 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. pág. 233 a 245.

Repensando o ensino de história e sua prática em Quirinópolis – Goiás

Mirtes Ferreira de Freitas Lima[459]

A educação tem sido desde o longo processo de sua formalização, motivo de estudo centrado em seus aspectos históricos, sociológicos, filosóficos e psicológicos. Esses aspectos serviram para a instrumentalização teórica e para a análise das práticas pedagógicas e apontar possíveis soluções aos problemas educacionais.

Diante desse contexto, despertar o interesse do aluno para os vários campos do saber tem sido um grande desafio. Nesse sentido, faz-se necessário uma reflexão sobre as práticas pedagógicas vivenciadas no ensino de História, tendo como foco da problemática, o desinteresse do aluno pela disciplina de História. Quanto a isso percebe-se que o problema tem suas raízes, principalmente, na não identificação com os conteúdos ensinados nas escolas, pois ao contrário, sabe-se "que tratar um conteúdo vinculado à realidade do aluno permitirá mais facilmente se chegar com ele ao conhecimento concreto do objeto, à sua descoberta, ou seja, apreendê-lo em seu movimento, em suas contradições". (CABRINI, 1994, p. 39). Assim, este artigo fundamentado nos pressupostos teórico-metodológicos da Pedagogia Histórico-crítica tem a finalidade de contribuir para o redimensionamento da prática pedagógica dos professores, mais especificamente os de História.

Orientação paradigmática dos professores: o dilema da escolha

Pode-se observar que no ensino de História, ainda prevalece a divisão entre o saber e o não saber. O conhecimento histórico é um produto acabado e pronto, onde a única verdade é aquela trazida pelo professor, cabendo ao aluno consumir esse produto passivamente, permanecendo assim "prisioneiro de uma concepção de certa forma mágica ou teleológica do conhecimento do passado: é uma história 'revelada'". (CABRINI, 1994, p. 21).

Como vê a história ensinada nas escolas, segundo essa concepção é uma história acabada, pronta, factual, linear e "verdadeira", em que os conteúdos se apresentam muito distantes da realidade vivida pelo aluno. Este deve apenas aceitá-la e consumi-la, sem nenhum questionamento, análise e reflexão.

---

459 Mestranda em História, Cultura e Poder pela PUC-GO, especialista em Formação Didático-pedagógica para o Ensino Superior (UFU) e em Formação Sócio-econômica do Brasil (UNIVERSO). Atualmente é professora de Estágio Supervisionado I e Didática e Metodologia do Ensino de História II no Curso de História. UEG – Quirinópolis. Professora efetiva da Secretaria Estadual de Educação. mirtesueg_historia@yahoo.com.br

Em contrapartida, as tendências pedagógicas que visam à formação de um homem crítico, reflexivo, participativo com o intuito de promover uma transformação social são as que filiam ao paradigma Histórico-social, ou Nova Proposta segundo Cunha (1998), que busca promover uma participação democrática na sociedade.

Nota-se uma grande preocupação em despertar o aluno para o "fato de que o conhecimento histórico é algo construído a partir de um procedimento metodológico (...) que a história é uma construção. Isso é fundamental para o início da destruição do mito do saber acabado e da história como verdade absoluta". (CABRINI, 1994, p. 29).

Portanto, o ensino de História segundo a concepção histórico-social está voltado para um ensino crítico, reflexivo e dialético. Busca-se constantemente, despertar no educando sua capacidade de questionar e analisar, levando-o a se expressar como sujeito de seu próprio conhecimento e também a um posicionamento mais crítico e participativo no contexto histórico e social de que faz parte.

Problematização das práticas pedagógicas vivenciadas atualmente na cidade de Quirinópolis – GO

Toda e qualquer prática pedagógica desenvolvida no contexto escolar se norteia por uma concepção de sociedade, de homem, de educação, de conhecimento que, por sua vez, reflete um fundamento filosófico-ideológico.

Isso nos conduz ao entendimento de que há uma correlação dos fundamentos filosóficos e ideológicos da sociedade em que os estudantes se inserem e das concepções que norteiam e orientam o trabalho dos professores. É a partir da reflexão desses pressupostos que se torna possível definir melhor a corrente pedagógica que fundamentará a prática do historiador e sua visão de mundo.

No que se refere às práticas pedagógicas vivenciadas atualmente na cidade de Quirinópolis – Go. tem-se constatado o desinteresse por parte de alguns alunos em relação ao ensino de História, em parte devido aos procedimentos metodológicos utilizados pelos professores, uma vez que, as inovações tecnológicas, quando acolhidas pelos educadores, "têm normalmente sido usadas como técnicas de ensino, estratégias para preencher ausências de professores ou como recursos para tornar as aulas menos enfadonhas". (SCHMIDT, 2004, p. 64), bem como ao tipo de abordagem que estes dão ao ensino da história e à construção do processo histórico.

Outro fator que contribui para esse desinteresse é a não identificação com os conteúdos ensinados nas escolas, isto é, os conteúdos não partem da realidade do aluno, não têm significado para sua prática social, pois a metodologia didático-pedagógica utilizada pelos professores leva-os ao comodismo, à apatia, ao desinteresse pela disciplina, e mais, ao desinteresse de construírem eles próprios o conhecimento de forma crítica e reflexiva.

A maioria dos alunos desconhece o "papel" da História na formação de uma consciência mais crítica da sociedade da qual faz parte, permanecendo assim, sempre à margem da sociedade e do processo histórico propriamente dito.

Diante do exposto, solucionar o desinteresse dos alunos pela disciplina de História tem sido nossa preocupação. Como despertar o interesse dos alunos pelo ensino da História? Como provocar uma mudança de postura, um redimensionamento da prática pedagógica dos

professores? Como conscientizar os alunos da necessidade de mudanças sociais como garantia da liberdade democrática?

A conscientização do aluno para a importância do ensino de História como elemento básico para compreender o processo histórico-social de produção da existência através das relações de produção que os homens estabelecem entre si, ou seja, a organização estrutural e funcional das sociedades é uma tarefa difícil e exaustiva, porém necessária. Para isso, precisamos colocar o aluno em contato direto com o problema de estudo e com a sociedade a que está inserido, pois só assim poderá

> *Adquirir a capacidade de realizar análises, inferências e interpretações acerca da sociedade atual, além de olhar para si e ao redor com olhos históricos, resgatando, sobretudo, o conjunto de lutas, anseios, frustrações, sonhos e a vida cotidiana de cada um, no presente e no passado. (SCHMIDT, 2004, p.65).*

Uma das nossas maiores preocupações é fazer com que o ensino de História se inove para que o aluno possa compreender o processo histórico numa visão de totalidade e que ele se sinta pertencente à sociedade em qual está inserido, se sinta sujeito ativo de sua própria historicidade.

A prática do professor e a questão metodológica

Na busca pela compreensão da prática pedagógica dos professores de História ao trabalharem o ensino da disciplina, a partir da sua realidade de atuação, utilizaremos a metodologia da pesquisa qualitativa. De acordo com Apolinário (2006), temos os pontos teóricos norteadores para o desenvolvimento de uma pesquisa qualitativa. Ou seja,

> *O pesquisador assume um papel de não-neutralidade, de sujeito da pesquisa dentro do contexto pesquisado (...) a pesquisa qualitativa preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, crenças, valores, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações. (APOLINÁRIO apud PIGNATA, 2008, p.118).*

Quanto aos procedimentos técnicos utilizados, optou-se por voltar-se à pesquisa bibliográfica, o que se justifica pela importância de estudos de literaturas pertinentes à temática, dando suporte diretamente embasado nas teses e dissertações de pensadores que já trabalharam a problemática em estudo. “A bibliografia abrange um conjunto de conhecimentos humanos

reunidos nas literaturas de livros e artigos impressos já publicados por outros pesquisadores" (GIL, apud, PIGNATA, 2008, p. 115).

Outro ponto da pesquisa se concentrou no estudo de campo, onde buscou-se dados para a comprovação ou refutação das hipóteses a partir da sala de aula. Gil (2006) salienta que o estudo de campo busca mais aprofundamento das questões propostas do que apenas a distribuição das características da população em relação a certas variáveis. A coleta de dados deu-se por meio de questionário elaborado a partir dos objetivos do estudo e da revisão de literatura realizada.

Assim, o questionário foi aplicado aos professores que atuam na área de História, na segunda fase do Ensino Fundamental do ensino público da cidade de Quirinópolis – GO, aos alunos e também ao grupo gestor. Importa dizer que o quadro de professores possui a formação adequada e não resistiram em colaborar com o desenvolvimento da pesquisa, todavia, 71.43% dos professores fizeram a devolutiva do questionário e 28.57% alegaram não ter tempo para respondê-lo.

Concluída a etapa de recolhimento dos questionários, utilizou-se para análise dos resultados, representações gráficas à cerca das questões relativas ao tema. O modo de apresentação dos dados foi descritivo, usando a quantificação nos casos em que foi necessário caracterizar os sujeitos e quando a quantificação acrescentou para a compreensão da problemática. No entanto, o esforço foi no sentido de transpor a simples descrição, buscando-se realmente acrescentar a análise ao assunto em questão.

Análise e resultados

1 – O ensino de História e sua receptiva por parte dos alunos

Respondendo a questão de como as aulas de história são ministradas por seus professores os alunos avaliaram da seguinte maneira: o professor ministra as aulas com alegria e bom humor, ou seja, gosta da profissão: 11,5% responderam que sim; 3,8% respondeu que o professor de História trata os alunos com educação e simpatia; 11,5% responderam que ministrar boas aulas é obrigação do professor; 7,7% se abstiveram não quiseram responder; 42,3% acham que a professora explica muito bem os conteúdos; 7,7% disseram que a atitude da professora é democrática; 11,5% responderam que os professores são excelentes e por fim, 3,8% respondeu que a professora resume os textos e explica bem.

2 – Avaliação da metodologia de trabalho do professor

Quando foram perguntadas sobre a metodologia usada pelos professores de História para ministrar suas aulas obtivemos as apontadas no gráfico abaixo:

Tabela 01

Avaliação da metodologia de trabalho do professor

Metodologia	**Respostas**	**Percentual das respostas**
Não soube dizer	15	42,8
Aula expositiva	06	17,2
Filme	04	11,4
Pesquisa	03	8,6
Só texto	03	8,6
Abstenção	04	11,4
Total	**35**	**100**

Fonte: Questionário do aluno

3 – Aulas extraclasses e o ambiente onde as mesmas são realizadas

Quanto às aulas extraclasses e o ambiente onde as mesmas são realizadas os alunos se posicionaram da seguinte forma: 10,8% disseram que sim, que tem aula de campo, mas não justificaram ou explicaram os locais; 13,5 foram que as aulas ocorrem no laboratório de informática; 8,2% responderam que as aulas ocorrem na sala de vídeo; 5,4% disseram que só tem aulas diversificadas de informática e, por último, 10,8% disseram que raramente tem aula extraclasse e que saiam da sala de aula.

4 – Conteúdos de fácil aprendizagem x conteúdos de difícil aprendizagem em História

No que diz respeito ao conteúdo e sua aprendizagem obtivemos o seguinte resultado: 30,8% acham fácil estudar a Grécia Antiga e a civilização Romana; 3,8% acha fácil estudar a mesopotâmia; 3,8% acha difícil elaborar textos históricos; 3,8% acha fácil estudar o Egito; 19,2% acham fácil estudar todos os conteúdos; 3,8% acham fácil e gostam muito de estudar os hebreus e 11,5% da amostra confundiram os conteúdos de História com Geografia. Nos conteúdos de difícil aprendizagem foram apresentados os seguintes: 16,7% acham difícil aprender sobre os povos Pré-colombianos; 10% não souberam responder; 30% não possuem dificuldades em nenhum conteúdo; 3,3% detestam estudar os povos Pré-históricos; 3,3% não gostam de estudar os Persas; 6,7% acham difícil estudar Arte e Escrita; 6,7% não gostam de estudar os povos Hebreus; 3,3% não gostam de estudar os povos judeus.

5 – Uso de recursos didáticos nas aulas de História

Quando foram perguntados sobre os recursos didáticos que o professor usa na sala de aula para auxiliar na aplicação dos conteúdos as respostas foram as seguintes: 7,7% dos alunos responderam que usam na maioria das vezes o retroprojetor e 30,7% disseram que o professor nunca utilizou retroprojetor. Quanto ao uso do DVD obtivemos as seguintes respostas: 53,8% disseram que o professor usa na maioria das vezes; 38,5% disseram que o professor usa raramente, 19,2% disseram que os professores nunca usaram este recurso; 7,7% disseram que o professor usa sempre.

6 – Os conhecimentos de História adquiridos na escola estão preparando você para se tornar um cidadão crítico

Quando foram perguntados se os conhecimentos adquiridos em História estão contribuindo para a sua formação como cidadão e homem crítico, os alunos apresentaram uma imaturidade muito grande, desconhecendo a palavra cidadão e homem crítico, uma vez que 39,4% responderam com clareza que no futuro teria respeito mútuo como cidadão e com certeza teriam dignidade para assumirem seus atos sem preconceito.

As outras respostas não tiveram fundamentação teórica e sem argumentação como podem ser analisado a seguir: 3% responderam que gostam do professor; 9,1% disseram que os conteúdos são muito difíceis; 21,2% disseram que o ensino de História busca apenas informação no passado. 24,2% disseram que História melhora o conhecimento, mas não aguça o raciocino lógico; 15,2% não sabem o que é ser cidadão; 6,1% disseram que história só serve para interpretar a vida, ou seja, história da vida; dessa forma podemos concluir que 10,2% sabem a definição de cidadão crítico e a maioria 60,6% não tem conhecimento do assunto.

Tabela 02

Os conhecimentos de História adquiridos na escola estão preparando você para se tornar um cidadão crítico.

Sim – Não **Justificativas**		**Percentual Sim / Não**	**Quantidade Justificativa**	**Percentual de Justificativas**
Sim	22	84,6	-	-
Não	04	15,4	-	-
Gosta do professor	-	-	01	3,0
Difícil entendimento do conteúdo	-	-	03	9,1

Busca informação no passado	-	-	07	21,2
Elimina pré-conceito	-	-	03	9,1
Melhora conhecimento	-	-	08	24,2
Não sabe o que é cidadão	-	-	05	15,2
História da vida	-	-	02	6,1
Respeito mútuo e dignidade	-	-	02	6,1
Opinião	-	-	02	6,1
Total	**30**	**100**	**33**	**100**

Fonte: Questionário do aluno

7 – Conhecimentos adquiridos em sala de aula x sua aplicabilidade na vida, tanto na teoria quanto na prática

No quesito aplicabilidade foram os seguintes resultados: 9,5% se abstiveram, não conseguiram responder; 14,3% aplicariam na sua conscientização e no cumprimento de Lei e na sua integração social no meio; 11,9% aplicariam na ajuda dos familiares, tanto financeira como culturalmente; 4,8% aplicariam na busca de valores culturais; 7,1% acham que não vão aplicar em nada uma vez que só estuda o passado.

8 – Dificuldades em aprender a disciplina de História pelos alunos x dificuldades em trabalhar a disciplina História (Professor)

Ao serem perguntados sobre a dificuldade dos alunos em aprender História os professores responderam que: 66,7% disseram que os estudantes por um motivo de acomodação ou por desinteresse não gostam de ler, pois na sociedade capitalista os leitores são poucos; 33,3% disseram que há uma distorção do real e desta forma o aluno não se sente motivado por uma coisa da qual o seu ego não considera importante.

Quanto à dificuldade em trabalhar a disciplina História: 25% responderam que falta interesse dos estudantes; 25% alegaram falta de tempo devido à excessiva carga horária em duas redes de ensino, a municipal e a estadual; 25% disseram que os estudantes não conseguem ver nos conteúdos uma real satisfação do seu ego uma vez que há um distanciamento do real.

9 – Como a escola ajuda os alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem em História

Em relação à questão da aprendizagem e das dificuldades encontradas obtivemos o seguinte resultado: 42,8% disseram que a escola faz reunião com pais e alunos para sanar as dificuldades; 28,6% ajudam individualmente na sala e, por último, 14,3% disseram que a escola faz palestra e pesquisa.

Considerações Finais

Após refletirmos e analisarmos os questionários podemos elencar algumas conclusões: a) há um fosso entre o que os professores ensinam e a expectativa e interesse dos alunos; b) há discrepâncias entre aprovação dos alunos e qualidade de aprendizado; c) há lacunas didática-pedagógica que impedem a eficiência do ensino; d) as escolas pesquisadas estão organizadas dentro das diretrizes propostas pelos PCNs, mas os resultados obtidos são ineficientes; e) a escola pública de Quirinópolis, mediante a forma como organiza seu trabalho pedagógico e estabelece seus regulamentos, ritmos e rituais ainda está longe de produzir o sucesso escolar e alcançar os fins educacionais assegurados constitucionalmente; f) apesar de 70% dos alunos dizerem que não possui dificuldade em aprender História, eles consideram "os conteúdos difíceis, longos e parecidos". No entanto, alguns alunos reconhecem que a deficiência está relacionada a eles quando dizem que "com esforço e dedicação conseguem aprender e se ler muito vai aprender"; g) a maioria dos conteúdos de maior dificuldade de aprendizagem do aluno são os mesmos (ou quase os mesmos) que o professor tem dificuldades em trabalhar. A mesma dificuldade que o professor tem em ministrar a disciplina o aluno adquire em estudá-la; h) há uma acomodação nos docentes que muitas vezes percebem o problema e não conseguem estabelecer uma relação direta entre o processo educativo desenvolvido na escola e os objetivos propostos no Projeto Político Pedagógico (PPP). Isto é a prova da diferença existente entre a teoria e a prática.

Nesse contexto, faz-se necessário que o professor problematize a sua prática pedagógica buscando repensá-la no sentido de melhorar sua atuação enquanto professor, para influenciar positivamente na aprendizagem do aluno. Nesse sentido, acreditamos que muitos professores não têm clareza das tendências teóricas e filosóficas que norteiam seu trabalho e, portanto, têm dificuldades de perceberem que pode ser positiva uma prática pedagógica que esteja em sintonia com a concepção pedagógica histórico-crítica, a qual acreditamos que seja capaz de fundamentar, ou seja, instrumentalizar nossa prática futura.

Assim, essa nova abordagem, a histórico-social, dada aos conteúdos de História, o aluno terá condições de participar melhor do mercado de trabalho e de organizar-se para transformar as relações de produção que impedem a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e humana no contexto social, político, econômico e cultural.

Referências bibliográficas:

ABUD, Kátia. **Currículos de História e Políticas Públicas:** os programas de história do Brasil na escola secundária. In: BITTENCURT, Circe (org.) **O saber histórico em sala de aula.** São Paulo: Contexto, 2004.

BRANDÃO, C. R. **O que é educação.** São Paulo: Brasiliense, 1991. (Coleção Primeiros Passos).

CABRINI, C. et al. **O Ensino de História:** revisão urgente. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CUNHA, M. I. da. **O Professor Universitário na transição de paradigmas**. Araraquara: JM, 1998.

DURKHEIM, E. As regras do método sociológico. In: Durkheim. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Coleção os Pensadores).

FREIRE. P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

MARX, K. Características essenciais do sistema capitalista, Infra-estrutura e Superestrutura. In: IANNI, O. (org.). Marx. São Paulo: Ática, 1979. (Grandes Cientistas Sociais, 10).

MONTENEGRO, Antônio Torres. **História oral e memória**: a cultura popular revisitada. São Paulo: Contexto, 2004.

MOYSÉS, Lúcia. **O desafio de saber ensinar.** In: MOYSÉS, Lúcia. **O desafio de saber ensinar.** 2. ed. Campinas: Papirus/EDUFF, 1995.

PIGNATA, Mª. Izabel Barnez. **Tipos de pesquisa**. In:_____. **Especialização em metodologia em ensino fundamental.** Goiânia: v.1. unid. 2, p. 114. CEGRAF/UFG, 2008.

_____. **Ferramentas para elaboração do projeto de monografia**. In:_____. **Especialização em metodologia em ensino fundamental.** Goiânia: v.1. unid. 2, p. 135. CEGRAF/UFG, 2008.

SAVIANI, D. **Pedagogia Histórico-crítica***:* primeiras aproximações. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

SCHIMIDT, Maria Auxiliadora. **A formação do professor de História e o cotidiano da sala de aula**. In: BITTENCOURT, Circe (org.). **O saber histórico em sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2002.

Re-significação e narrativas orais: Maria Grampinho, literatura e memória na cidade de Goiás

Cristina Helou Gomide

Universidade Federal de Goiás

Este trabalho trata de abordar as várias memórias e histórias sobre a cidade histórico-patrimonial construídas na antiga Vila Boa de Goiás desde 1997, quando dialoguei pela primeira vez com moradores locais. Entretanto, em função da necessidade de um recorte, me atento aqui à figura de Maria Grampinho, personagem local. Sobre o espaço da cidade, destaco o modo como as experiências vividas na cidade são expressas, atentando para o modo como os moradores atribuem significados a essa antiga capital, hoje alvo do turismo, vou à busca de suas vidas cotidianas e suas necessidades mais corriqueiras de sobrevivência no espaço urbano. Nesse processo reflito, não sobre o passado, mas sobre a relação presente-passado, buscando compreender como nos múltiplos viveres, pensamentos e sentimentos de moradores cruzam e articulam experiências e memórias passadas e presentes, construindo sentidos com os quais conseguem conviver e organizar a sobrevivência.

São muitas as memórias e histórias encontradas nas narrativas de moradores de Goiás. Olhares diferentes nos remetem a outras imagens que não somente as de um espaço patrimonial-turístico. Pessoas sem visibilidade pública, moradores de bairros menos abastados, cuja preocupação cotidiana está em problemáticas vividas no dia-a dia. Anseios e necessidades vêm à tona e com eles, outras formas de transitar em Goiás. As necessidades do viver cotidiano burlam e vão muito além do traçado da cidade turística: nos caminhos percorridos rumo ao trabalho, à escola, ao lazer ou às compras. São histórias e memórias que se constroem e se entrelaçam no âmbito da vida cotidiana forjando outras múltiplas memórias, apropriando-se de ou resistindo a dimensões da memória construída hegemonicamente. Como elementos constituintes dos viveres na cidade-turística, criam outros circuitos e imagens na e da cidade, segundo os modos como a vivem e se apropriam dela. Na dinâmica de construção de múltiplas imagens sobre a cidade é difícil, senão impossível caracterizar de uma só forma o espaço urbano; nele existem "múltiplas cidades", ocultadas pela imagem hegemônica da cidade histórica; essa cidade aberta ao turismo, abundantemente alimentada pelos *folders* e eventos locais, privilegiando determinados locais e monumentos.

Em diálogo com os moradores da cidade encontrei diferenças nos modos de viver e de se apropriar dessa cidade marcada por uma memória forjada à sombra da história política local – na qual grupos familiares reconhecidos publicamente se articulam a uma tendência de preservação que norteou as ações do SPHAN em Goiás, em 1950 – também produzem outras referências culturais em sua vivência cotidiana da cidade. No dia-a-dia dessa cidade, marcada por essa memória hegemônica que privilegia Paços Municipais, Casas de Câmara e Cadeia e Igrejas hoje tombados, criam outros usos, outros traçados e outros significados em seu viver cotidiano.

Moradores da cidade, engendrados em e engendrando outras histórias e memórias na cidade, enquanto convivem também "burlam" a organização e a cartografia instituídas como histórico-patrimoniais, disputando espaços, buscando inscrever-se ou questionando a ordem

vigente, na construção da sobrevivência. Algumas "tradições" (WILLIAMS, Raymond, 1977)[460] como os festejos religiosos da Semana Santa, são um exemplo nesse sentido. Desde que esses festejos foram incorporados às práticas turísticas, algumas tensões compõem o cotidiano na cidade entre aqueles que buscam o tradicional recolhimento desta festa religiosa e o espetáculo televisivo no qual se transformou.

Ainda que transformada em espetáculo e motivo de afluxo de turistas à cidade, moradores assistem à procissão. Dona Dita, doceira, assiste à procissão da porta de sua casa. Dona Maria, esposa de José do Urubu – figura representativa da memória do bairro conhecido como "Chupa Osso" também diz "não perco nenhuma, graças a Deus". Eva Carneiro dos Santos, artesã local, também participa da procissão do fogaréu e dos demais eventos religiosos da Semana Santa em Goiás, e me explica: "vou em tudo, só não vou se não tiver tempo". Assistem ao ou participam do evento transformado em espetáculo, re-alimentando e "re-significando" essa tradição religiosa, vivida por alguns como devoção e por outros como acontecimento, ou, movimento. (WILLIAMS, Raymond, 1977) Alguns deles, fazem da ocasião uma oportunidade de trabalho.

Por outro lado, em diálogo com alguns moradores da cidade, cujos territórios se constituem de maneira deslocada do chamado centro histórico da cidade, vejo uma distância em relação à cidade turística, ainda que muitos de apropriem da memória hegemônica. Esses moradores, carregados de experiências outras, de necessidades diversas, movimentam-se ao mapa turístico, ou para além dele, forjando outros circuitos segundo suas necessidades e atribuindo outros sentidos.

Esses outros circuitos, como expressões de viveres cotidianos re-significam o mapa turísitco sugerido pelos *folders*, ou mesmo o extrapolam, criando ou se apropriando de outras referências culturais. Apropriam-se ao seu modo desta cidade marcada pelos valores, interesses e perspectivas de grupos que lograram construir uma memória hegemônica que é constantemente realimentada. De diferentes maneiras, desde a transferência da capital para Goiânia, esses grupos cujo poder lhes foi retirado com a mudança da capital, vêm se delineando numa memória oficial desta cidade. Esta memória, repassada aos que visitam a antiga capital é, de fato, difundida e realimentada como memória oficial.

Para além disso, brechas criadas cotidianamente por moradores locais, ainda que ocultadas ou silenciadas, continuam a se fazer e também a integrar dimensões da memória da cidade. Interessou-se conhecer um pouco mais essas dimensões realimentadas por outros moradores em práticas diárias, em meio a condicionamentos vividos como pressões e limites. Nesse sentido, vejo o processo social de construção da memória da Cidade de Goiás, não como definido e homogêneo, mas impregnado de sentidos que se entrecruzam, se misturam e tensionam.

A exemplo das brechas às quais me referi, alguns moradores se inscrevem no mapa histórico patrimonial da cidade, anunciando práticas nas quais a vida diária na cidade se entretece à necessidade de construção de novas formas de sobrevivência. Moradores vão criando novos modos de trabalhar resignificando tradições locais. Sobre isso, é significativo narrar a iniciativa de uma moradora negra, 24 anos, inspirada pela história de uma personagem folclórica da cidade,

---

460 Entendendo que "tradição" não é o resgate nem a permanência de práticas do passado, mas um processo dinâmico, no qual a vivência destas no presente está carregada de sentidos, de importância para determinados grupos ou pessoas. A tradição é seletiva.

criou uma *grife*, abriu um estabelecimento comercial no centro histórico e, em parceria com artesãos da cidade, retomou uma tradição, tornando-a parte do patrimônio atual da cidade.

A moradora não nasceu na Cidade de Goiás. Mudou-se para lá em 2000. Formada no curso de Letras, deu aulas no curso de Letras na Escola Letras de Alfenin em Goiás, onde estudou "contos da oralidade e personagens populares da história de Goiás". Nesse processo, estudou, dentre outros, a personagem "Maria Grampinho", sobretudo porque estava vinculada à literatura - já que Cora Coralina já havia escrito um poema homenageando a figura folclórica: em, "Coisas de Goiás: Maria". Sendo assim, Maria Grampinho é uma personagem do passado, registrada na memória por meio do poema de Cora Coralina, e com o qual Elinízia se inscreve, colocando-a como recurso de mercado. Trata-se de pessoas retomando tradições por causa do turismo.

A moradora enfatizou seu encanto com a personagem, que também era negra. Pensando nas roupas de Maria Grampinho, que eram de Chita, e na imagem de uma negra como parte da cultura popular, a moradora, com o apoio do Sebrae[461], começou a desenvolver a idéia de retomada de um causo popular e criou uma marca. Abriu uma loja há dois anos. Aproveitando-se do valor já atribuído por Cora em poesia, retomou a história de Maria Grampinho. Bonecas, bonecas "puxa-sacos", roupas carregadas de botões (característica da personagem) entre outros artigos foram idealizados e desde então têm sido produzidos e aperfeiçoados constantemente.

Em diálogo com a nova empresária, Elenízia, o mais significativo é perceber o modo como há uma retomada de um velho conto popular, contado nas ruas, realimentado por Cora Coralina em poesia, na década de 1970. Quando o retoma, a empresária o re-significa, traz à cena do presente, uma história tradicionalmente contada entre as pessoas da cidade. Marta, a artesã responsável pela fabricação dos artigos de Maria Grampinho, cria bonecas e as incrementa, tornando-a uma personagem tradicional e ao mesmo tempo muito viva para o patrimônio da Cidade.

Elenízia, em seu negócio se inscreve na cidade patrimônio retomando a personagem tratada por Cora Coralina. Se Cora foi reconhecida como significativa pelas políticas do IPHAN vividas na cidade nos anos 1970, Elenízia re-significa uma de suas personagens no artesanato que desenvolve e comercializa em Goiás Velho.

Maria Grampinho era uma deficiente mental, negra e moradora de rua. Retomando a história da personagem e tornando-a motivo de inspiração da tradição local, Elenízia realimenta e re-significa dimensões dessa memória incorporando essa personagem popular e adequando-as aos gostos e eXpectativas dos visitantes:

Minha mãe que fazia minhas roupas (....) Aí eu pensei...eu detesto chegar em loja e a pessoa me dizer: isso aqui ta todo mundo usando.....aí eu pensei no público que eu queria (...) pensei nesse perfil de cliente que já veio a Goiás e quer comprar uma coisa diferente....Eu já teria um marketing construído há mais de vinte anos com Cora Coralina (...) Na loja você não teria só o produto, mas informações(...)"

---

461 SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequenas Empresas. Trata-se de uma entidade privada que é financiada e administrada pelo empresariado nacional, cujo intuito é estimular a criação e apoiar micro e pequenas empresas brasileiras.

Olhando pro poema da Cora eu construí o desenho junto com a Marta (...) aí depois a gente foi aperfeiçoando e percebendo o que as pessoas gostavam e acrescentando (...)[462]

Após algumas tentativas com outras artesãs locais, Elenízia pediu à Marta que produzisse a boneca. Marta não fazia boneca negra, mas começou a se especializar na figura de Maria Grampinho. Ainda que outras artesãs já a produzissem, Elenízia criou uma mediação com Marta, que até então nem conhecia a história da moradora de rua. Elenízia conheceu dimensões da memória registrada por Cora Coralina e investiu nisso, se tornando a dona de uma marca e incorporando Marta, a artesã, nesse tipo de trabalho.

Maria Grampinho possuía problemas mentais e foi uma andarilha que chegou a Goiás e ali passou a viver. Caminhava pelas ruas pegando tudo o que achava. Com o cabelo cheio de grampos, seu vestido de chita e sua trouxa onde guardava tudo, a andarilha foi se tornando uma personagem das ruas. Ela é assim retratada pela poetiza Cora Coralina:

Coisa de Goiás: Maria

(...)Maria das muitas que rolam

Pelo mundo

Maria pobre não tem casa nem morada

Vive como quer

Tem seu mundo e suas vaidades

Sua trouxa, seus botões, seus haveres

Trouxa de pano na cabeça

Pedaços, sobras, retalhada

Centena de botões desusados

Coloridos, madrepérola, louça, vidros,

Plásticos, variados

Pregados em tiras pendentes

Enfeitando o mostruário

---

462 Elenízia da Mata de Jseus. Empresária, 24 anos, moradora da Cidade de Goiás. Entrevista realizada por Cristina Helou. Cidade de Goiás, fevereiro de 2007.

Tem mais uns caídos, bambinelas

Enfeites, argolas, coisas dela

Seus figurinos, figurações arte decorativa

Criações inventos de Maria

Maria Grampinho, diz a gente da cidade. (...)

CORALINA, Cora. Vintém de Cobre-meias confissões de Aninha. São Paulo: Ed. Globo, 1983.

Cora, moradora da cidade, escreveu sobre a história das Igrejas, da Casa da Ponte e dos becos de Goiás, entretecendo, à memória patrimonial da antiga Capital. Neste poema, aludindo à Maria Grampinho, trouxe-a em homenagem, à gama de elementos que compunham o acervo patrimonial da Cidade de Goiás. Duas moradoras locais, de formas diferentes, inscritas na história local. Deste modo, a valorização da Casa de Cora Coralina, por exemplo, é o residual do qual já falou Raymond Williams, é aquilo que permaneceu na memória e foi re-significado conforme os valores patrimoniais e, Maria Grampinho é o emergente, é a das expressões sobre o modo como a população vive a cidade patrimônio, ampliando a vivência desse patrimônio. Isto se expressa não somente nas artesãs, como nas doceiras. Elenízia também amplia sua vivência no patrimônio, expressando sua luta de valorização do negro por meio de Maria Grampinho, mostrando valores e sentimentos que ela quer projetar, articulando esses seus valores e perspectivas de vida a um recurso de mercado.

Falar das trajetórias dos moradores é narrar para além do que as referências geográficas podem nos anunciar. A empresária é um exemplo de moradora que se inscreve nas práticas turísticas da cidade, apropriando-se da tradição e re- significando-a no movimento da cidade no presente. Ela se apropria da personagem destacada pela poesia de Cora Coralina, vendo aí, um filão da tradição, retomando-a e alimentando-a como memória popular, traduzindo a figura folclórica de Maria Grampinho para o espaço do "nós". Evidencia assim, uma das maneiras como as brechas são, na verdade, formas de atribuir diferentes sentidos ao passado. Ao mesmo tempo, Elenízia se apropriou da imagem patrimonial de Cora Coralina, entrecruzando-se à memória construída hegemonicamente e transformando-a em uma brecha para valoração de uma personagem popular.

Neste processo, é significativo notar que o apoio do Sebrae como um órgão destinado a capacitar pessoas para o mundo dos negócios foi importante. Em outubro de 2006, a iniciativa de criação da grife, bem como a produção das bonecas Maria Grampinho foram motivo de uma reportagem passada na Rede Globo de televisão, no programa "Pequenas Empresas, Grandes Negócios."

Não é por acaso que empresária e artesã se reúnem para construir a imagem de Maria Grampinho. Preocupadas com as informações que a personagem deveria passar, ambas retomam as linhas de uma tradição convencionalmente articulada à cidade histórica, formulando a Maria Grampinho negra, andarinlha, maltrapilha, acrescentando-lhe ornamentos para além das "quinquilharias" que ela habitualmente carregava consigo, como por exemplo, o colarzinho no pescoço. Mantêm, porém, a roupa de Chita, os grampos na cabeça e a trouxa de roupas que carregava. Elinízia narra um pouco sobre essa trajetória e modo como foi pensado conjuntamente com a artesã, que confecciona as bonecas:

A Marta é negra....eu dou prioridade pras pessoas que trabalham comigo, que tenham essa característica afro bem evidente (...) ela não fazia bonecas negras, ela já fazia boneca há muito tempo (...) foi depois de um estudo, de percepção de beleza....dessas coisas todas, que ela começou a fazer (...) a loja já existia mas até aí eu tinha muita dificuldade em fazer isso, e a Marta foi uma benção.[463]

Essa iniciativa, retomando a imagem de Maria Grampinho, traz à cena turística do presente uma dinâmica diferente da construção de uma imagem de cidade histórica,incorporando aos valores arquitetônicos e culturais de tradição colonial e imperial, um artesanato produzido hoje que se inscreve e tira proveito da vida turística da cidade. É o que nos narra Elenízia:

O turismo é sazonal, e isso vai de quem mexe com a pousada a quem vende salgadinho na rua (....) época de eventos, festas, feriados, a cidade tem mais movimento, fica com mais cara de cidade turística, porque no geral ela fica parecendo muito mais um cenário, com poucas pessoas (....) tem vezes que você conta os turistas que vêm aqui (...) e quando tem um evento incha! (...) mas a demanda turística ainda está em desenvolvimento.

Maria Grampinho foi moradora da cidade. Elenízia é moradora e Marta também. Cora, a escritora do poema que faz homenagem à personagem, foi moradora. São vários moradores, cada qual no seu tempo e na sua diversidade, alimentando a cidade patrimônio e alimentando-se dela de formas variadas. Maria Grampinho, como uma moradora constituinte da "história dos excluídos", retomada por Elenizia, moradora recente, vinda de uma cidade pequena, circunvizinha, negra e jovem, atuando fortemente numa concepção de turismo que gere renda. Marta, a artesã que põe em prática, através da arte, a idéia da "grife folclórica". Cora Coralina, já reconhecida pelas políticas de patrimônio desde 1978, inspirando no presente, novas práticas e trabalhos da cidade. Momentos e viveres que se entrelaçam alimentando memórias na e da cidade histórica.

Nesse traçado e viver marcado pelo turismo outros caminhos e práticas são criados pelos moradores da cidade patrimônio. A trajetória dos pedestres na cidade "fala", transgride e reformula valores, modos de viver e trabalhar. Diferentes moradores vivem e atribuem novos sentidos e significados aos marcos eleitos como históricos. (CERTEAU, 2003).

Fazer artesanato na Cidade de Goiás é uma oportunidade aproveitada por Marta, a artesã que faz parceria com Elenízia. Em suas mãos "Maria Grampinho", transforma-se em "puxa-sacos", porta condimentos, pesos para segurar portas, entre outros.

---

463 Vale explicar que a boneca "Maria Grampinho" já era confeccionada e vendida em algumas lojas da cidade. Entretanto, sua imagem ainda era inexpressiva, e esta era vendida em meio a tantos outros tipos de artesanato. Tornada Grife, Maria Grampinho é atualmente, um artesanato típico da cidade.

Vinda de Brasília há seis anos, ela narra seu vínculo com a Cidade de Goiás e sua trajetória na produção das bonecas.

Vim de Brasília há seis anos. Meus avós e minha mãe são daqui, mas eu vinha pra cá no carnaval e na Semana Santa porque Brasília era muito perigoso....e eu ia embora chorando (...)

Faz bonecas há bem pouco tempo e não possui nenhuma formação nessa área. Sua única instrução foi uma revista que ensinava a fazer bonecas e trabalhar com artesanato.

Faço tudo da boneca...mas se eu tiver que tirar um molde.....ninguém entende, porque eu não tenho uma coisa precisa...eu corto o tecido e na máquina mesmo vou montando (...)

Foi somente em uma feira organizada em Goiás pela coordenadora de Artesãos, – Maria Alexandrina, que possui um loja de artesanatos ao lado da grife Maria Grampinho – que Marta, há dois anos atrás, conheceu Elenízia e entrou em contato com membros do Sebrae. Inicialmente, fazia bonecas brancas, como "dorminhocas", com cabelos claros. Entretanto, em parceria com a recém criada loja "Maria Grampinho criações" Marta começou uma outra trajetória como artesã, como narra ela própria:

Maria Alexandrina coordenava uma exposição, uma feira de artesanato....foi onde conheci Elenízia (...) o pessoal do Sebrae me deu um toque porque eu fiz o cabelo da Maria Grampinho marrom, que eu só tinha lã marrom....(...) aí comecei os Kits condimento e tudo relacionado à Maria Grampinho. (...)

A venda da boneca é independente de feriado (...) Só no FICA que vendo mais...acaba o estoque daqui e da loja! (...)

Mas ainda não tem retorno financeiro pra mim![464]

Como outros moradores com os quais dialoguei em fevereiro de 2007, Marta apontou o FICA como um evento de grande movimento turístico que dinamiza a Cidade de Goiás. Fica claro, porém, que para a artesã, o movimento de vendas independe dos finais de semana de feriado ou de eventos como o FICA.

Retomar essa personagem significa fonte de trabalho para algumas artesãs da cidade. Isto implica em dizer que outras pessoas produzem a boneca Maria Grampinho, ainda que não sejam vinculadas à marca criada por Elenízia, configurando uma gama de concorrentes e impelindo a empresária e a artesã Marta a se preocuparem ainda mais com a qualidade da produção e com a originalidade da idéia. Quando foi convidada a fazer parceria com Elenízia, Marta foi à procura da história de Maria Grampinho, que ela nem mesmo conhecia:

Não conhecia a história dela...vim conhecer depois que a Elenízia me procurou pra parceria e com o Sebrae, que a gente sentou e conversou (...)

Qualquer grampo que ela achava na rua, ela lavava bem, com bucha e sabão e enfiava na cabela! (...)

Ela se tornou amiga de Cora...amiga assim.....

---

464 Marta de Carvalho Costa, artesã, moradora do bairro Alto de Santana. Entrevista realizada por Cristina Helou. Cidade de Goiás, fevereiro 2007

(...) Mas eu nunca fiz curso nenhum...até o Sebrae ta me cobrando um curso...asimm pra bordar o vestido....a carinha da boneca, ao invés de fazer a pintura (...) tem uma máquina que borda e é em São Paulo e lá eles ensinam.

As pessoas vão, assim, vivendo a cidade patrimônio. Escolhem as brechas para o trabalho e vão ampliando as características da cidade patrimônio. Com isso, essa cidade vai se transformando e, patrimônio e mercado turístico se tornam mais articulados. A visão que passam a ter da própria cidade também se transforma. O modo como os moradores se vêm e se sentem com relação a esta cidade se transformou significativamente de 1997 para 2007, marcando essa articulação. Doceiras e artesãs vêm no baixo custo de vida e na tranqüilidade cotidiana referências para qualidade de vida, enquanto que em fins da década de 1990, alguns moradores da cidade se referiam à cidade com sentimento de pertença, mas com uma memória marcada pela mágoa da transferência da capital da Cidade de Goiás para Goiânia. Em contrapartida, Maria Lúcia, diarista na cidade, acha que a cidade encareceu, voltando seus preços para o turista. Isto denota a diversidade de expectativas e viveres nesta cidade. Entretanto, tão significativo quanto apontar o modo como estes moradores surpreenderam-me na última pesquisa, é entender que no processo desta investigação, ao longo desses dez anos, meu olhar sobre a cidade também foi se reformulando, trazendo-me outras leituras sobre ela e seus moradores e me ajudando a perceber tais transformações antes não vistas por mim.

O Sebrae com sua política de apoio a pequenas empresas é um parceiro significativo no desenvolvimento do artesanato em torno da figura de Maria Grampinho, estimulando a artesã se profissionalizar mais e incorporar novos procedimentos e detalhes na feitura da boneca, no sentido de adequar mais essa produção às expectativas do mercado. Uma figura popular incorporada à tradição da cidade vem se constituindo num modo de realimentar essas novas perspectivas à memória patrimonial da Cidade de Goiás. Esta e outros artesãos vêm abrindo caminhos para inovações por meio das quais se inscrevem na história patrimonial da sua cidade patrimônio cultural, ao tempo em que realimentam e re-significam dimensões de sua memória.

Os moradores vão vivendo a cidade patrimônio e aos poucos vão transformando seus modos de vê-la e vive-la. Em fevereiro de 2007, as narrativas se apresentaram positivas com relação ao viver na cidade histórica. Custos de vida mais baixos....vida tranqüila....e, apesar da baixa do turismo, como me narraram alguns trabalhadores de lojas do centro histórico e artesãos, Goiás apareceu na fala dos narradores, como uma cidade com qualidade de vida. Esse movimento evidencia o que aqui temos abordado.

Tem-se, desse modo, a visibilidade de práticas e tradições re-significadas, carregadas de permanências e transformações oriundas de processos históricos vividos e em vivência, notadamente marcados no cotidiano da cidade histórica aqui abordada.

Referências bibliográficas:

CERTEAU, Michel. A Invenção do Cotidiano – Artes de Fazer. Petrópolis: Vozes, 2003.
WILLIAMS, Raymond. Marxismo e Literatura. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

São Felix do Araguaia: Cultura política e imaginário

Sandro Ramon Ferreira da Silva

Naquele 19 de outubro de 1976, os patrimônios de Ribeirão Bonito e Cascalheira, no então município de Barra do Garças, MT, recebiam uma grande quantidade de peregrinos, que vinham dos mais distantes locais da Prelazia de São Félix do Araguaia. Viajaram por seis, oito, dez horas pelas estradas dessa região amazônica, e vinham participar da missa de sétimo dia do padre jesuíta João Bosco Penido Burnier.

Já havia uma semana, o corpo do missinário havia recebido as exéquias em Diamantino, sob o sol forte de quase meio dia no Mato Grosso. Sepultado próximo à uma cerca de arame farpado[465], símbolo do progressivo processo de *cercamento* que aquelas terras iam sofrendo, ancorado nos projetos de desenvolvimento da Amazônia, promovidos pela Sudam. Esses *cercamentos* continuamente expulsavam de suas terras índios e posseiros, muitos, que haviam desbravado a região há trinta, quarenta anos atrás, descendo através dos rios das Mortes e do grande Araguaia. Ali, abriam a terra e plantavam uma pequena roça antes de voltarem para buscar a família que haviam deixado para trás. As novas fazendas que iam instalando-se no local, provocavam continuamente imensos conflitos nessas regiões.

A missa do religioso foi celebrada em uma capelinha de madeira e palha, não muito distante do local onde ele havia sido baleado à queima roupa por um soldado da polícia militar, na frente do próprio bispo da prelazia. O celebrante conduziu o rito através dos cantos, leituras e expressões espontâneas, que revelavam os sentimentos ali subjacentes: "Estamos aqui [...] para celebrar a paixão e morte do padre João Bosco. [...] para manifestar nossa união e nosso desejo de libertação" (CASALDÁLIGA, 1977, p. 134-142).

Corroborando o sentimento de clamor que pairava na assembléia, leu-se solenemente o livro do Êxodo:

> *Os filhos de Israel gemiam sob o peso da escravidão, e clamaram; e do fundo da escravidão, o seu clamor chegou até Deus. Deus ouviu as queixas deles e lembrou-se da aliança que fizera com Abrão, Isaac e*

. Universidade Federal Fluminense, doutorando, Capes.

465 A construção dessa narrativa tomou por base os depoimentos colhidos em São Felix e dos registros feitos pelo bispo local. Cf. (CASALDÁLIGA, 1977, p. 134-142).

Jacó. Deus viu a condição dos filhos de Israel e a levou em consideração..[466]

Há pouco mais de uma semana, padre João Bosco chegara feliz àquele povoado, para participar dos festejos de Nossa Senhora Aparecida, ao lado do bispo Pedro. Quando chegou a Ribeirão Bonito acompanhou o povo rezando e cantando até o riacho do patrimônio de pouco mais de mil habitantes. Em procissão pegou e carregou a água em potes de barro, que seria utilizada para benção e batismo no dia seguinte.[467]

Apesar dos festejos celebrados, percebia-se um clima de terror presente no vilarejo. Duas mulheres eram barbaramente torturadas na cadeia local, desde que o cabo Félix havia sido morto por um homem do patrimônio chamado Joviro Barbosa, após uma tentativa arbitrária da polícia de prender seu filho. Depois de atirar no policial, o pai fugiu com o filho para a mata, onde se esconderam. Um grupo de policiais foi à sua casa e, não o encontrando, prendeu sua irmã e sua nora, que estava de resguardo de uma recente gravidez. A casa e a roça da família foram incendiadas.

As mulheres permaneceram dias sem água ou comida, receberam agulhadas na garganta e sob as unhas; furaram os seios e colocaram as duas de joelhos sobre cacos de vidro. As senhoras da região tentavam levar água para as presas, mas eram impedidas pelos policiais[468]. Às seis horas da tarde, ouvindo os gritos partindo da prisão: "Não me bata", o bispo decidiu intervir, indo até a cadeia, sendo imediatamente acompanhado pelo padre João, que abandonou suas orações e leituras.

"A escuridão que chegava, a areia da rua, o terror perceptível no ar, no silêncio, nos acompanharam" (CASALDÁLIGA, 1977, p. 131). Recebidos na porta da delegacia pelos policiais (CASALDÁLIGA, 2005, p. 12), o bispo e o padre tentaram um dialogo pacificador, procurando convencer os soldados a soltarem as mulheres. Diante da virulência dos policiais e das constates ameaças contra os dois clérigos, padre João decidiu falar com mais firmeza:

- Eu vou denunciar para os seus superiores, o que vocês estão fazendo aqui é contra a lei.[469]

466

O trecho aqui compilado foi extraído da Bíblia Edição Pastoral, 1989, p 71-72, que só foi impressa bem mais tarde, contudo, sua escolha faz-se pertinente por ela expressar bem as leituras possíveis das escrituras propostas dentro da tradição da cultura política do cristianismo de libertação.

467

Depoimento de Eva Mendes da Rocha, produtora rural, colhido em São Félix, no dia 01/10/10

468

A narrativa da morte do policial, a prisão e a tortura das mulheres foi construído através dos escritos do bispo Pedro, da reportagem publicada no Jornal do Brasil, dia 13/10/76, e dos depoimentos colhidos em São Félix. SOLDADO DO MATO GROSSO MATA JESUITA COM TIRO. **Jornal do Brasil.** Primeiro Caderno, p. 18, 13 de out. de 1976.

469

Essa fala foi narrada por Eva Domingues da Rocha, mas são confirmadas nos relatos registrados pelo bispo.

Nesse momento um policial pulou à frente, deu uma bofetada forte no rosto do religioso, em seguida deu-lhe um golpe com o revolver na face e, por último, o tiro derradeiro, na cabeça! "O ar congelou-se, e a noite" (CASALDÁLIGA, 1977, p. 131). O disparo ecoou pelo povoado em meio à escuridão.

Auxiliado pela população, padre João foi levado até o pequeno ambulatório, mantido pela própria prelazia, onde providenciaram os primeiros socorros. Durante algumas horas oscilou num estado contínuo de consciência e inconsciência. Vomitou sangue diversas vezes e expeliu fiapos da massa encefálica pelo ferimento. Entre um estado e outro disse ao bispo:

- "Dom Pedro, acabamos a nossa tarefa!".[470]

Naquela noite, não houve novena e nem houve missa para a padroeira. Padre João foi levado de avião para Goiânia, às cinco horas da manhã do dia doze de outubro, onde faleceu.

Já caía novamente a noite sobre o sertão, quando o celebrante marchou com um lampião nas mãos, iluminando-a, conjuntamente com as velas acesas que o povo trazia em procissão. Foram ao local exato onde o padre-mártir havia tombado baleado, bem em frente à cadeia local. Carregavam uma grande cruz de madeira de candeia, construída com desvelo pelos homens do vilarejo em homenagem ao padre João. Nela havia uma placa com a seguinte inscrição: "Aqui, no dia 11/X/1976 foi assassinado pela polícia o padre João Bosco defendendo a Liberdade" (CASALDÁLIGA, 1977, p. 137).

O silêncio religioso que o momento impunha só foi quebrado quando surgiram gritos de revolta e indignação, que começaram a explodir no meio da assembléia. Uma mulher pobre, dona de um bar na localidade, de nome Carmozina, que já havia sido presa naquela cadeia, foi a primeira a gritar:

- Gente, porque não derruba essa cadeia? Nessa cadeia nunca foi presa gente rica, só pobre! Só gente humilhada! Nunca foi preso um fazendeiro... nunca foi preso ninguém rico aqui. Só pobre![471]

O povo concordou. Na verdade, já havia um grande ressentimento nas relações entre o povo da prelazia e as forças policiais, sempre apontadas como repressoras, arbitrárias e violentas. Eram percebidas, sobretudo, como representes locais do regime militar autoritário, defensoras dos interesses dos grandes fazendeiros. Muitas vezes eram os policiais quem despejava os posseiros em nome das grandes fazendas. Era comum ainda a entrada de militares armados dentro das

---

470 Essa expressão utilizada pelo padre é confirmada tanto nos registros do bispo como nos depoimentos colhidos em São Félix.

471 Essa personagem aparece nos relatos de Lídia Rodrigues Valadares. O nome Carmozina foi citado outras vezes determinando outros personagens, não havendo segurança sobre esse registro.

igrejas durante as celebrações religiosas, muitas vezes com atitudes ameaçadoras[472]. Vários agentes de pastoral já haviam sido presos e torturados, sendo sempre acusados de serem comunistas e subversivos.[473]

No jogo simbólico do imaginário que permeava aquela cultura política da libertação, alguém completou o raciocínio lógico, expressando uma imagem, possivelmente, já compartilhada interiormente pela coletividade,

- "A cruz representa nossa libertação; essa cadeia representa a perseguição, a tortura, o assassinato e tudo o que nos aterroriza".

- "Entre a cruz e a cadeia, é melhor tirar a cadeia" (CASALDÁLIGA, 1977, p. 137).

Carmozina correu em casa, pegou um machado, ao que foi seguida por outros. Logo havia machados, enxadas, foices, paus, pedras. Em poucos minutos a cadeia estava totalmente destruída. O povo irado foi rapidamente demolindo tudo o que via pela frente. Os que não atacavam gritavam incentivando os outros. Eram centenas de pessoas numa grande explosão de ira e sede de justiça, carregada de significados simbólicos, que inevitavelmente remetem o historiador ao episódio da queda do Antigo Regime francês.

O jornal da prelazia, Alvorada, escreveu assim no dia seguinte: "... O povo celebrou a Eucaristia, plantou a cruz e derrubou a cadeia. Tudo num gesto só" (ALVORADA, Apud CASALDÁLIGA, 1977, p. 138).

Muito rapidamente iniciou-se uma grande repressão sobre a prelazia. Chegaram a polícia Federal, o Exército, paraquedistas. Consta que o próprio presidente Geisel havia ficado profundamente irritado com o episódio da Queda da Cadeia, ou simplesmente como alguns disseram, com a queda da "pequena Bastilha" (CASALDÁLIGA, 1977, p. 138).

Por uma nova cultura política

Na América Latina as aproximações possíveis entre política e religião, entre Bíblia e transformações sociais foram novamente colocadas na pauta do dia nos anos 1960, e as escrituras ganharam novamente leituras outras, que fugiam aos padrões de controle da Igreja institucional. "Os teólogos da libertação fazem uso integral dos profetas, [...] concentrando-se no vigor de suas denúncias das injustiças e o direito de reivindicação e a figura do Deus libertador. Eles enfatizam [...] a revolta armada legitimada pelos pastores" (HILL, 2003, p. 616).

---

472 Conforme depoimento de Eva Mendes de Sousa, colhido em São Félix.

473 D. Pedro registra isso em vários dos seus escritos e os depoimentos colhidos na prelazia relatam a mesma coisa. Da mesma forma a Polícia Federal e o Exército foram diversas vezes à prelazia em busca de subversivos. Segundo alguns relatos muitas vezes havia invasões às igrejas, durante a missa.

Christopher Hill (1987, p. 31) destaca que diferentemente das revoltas puritanas inglesas do século XVII, a revolução do século XX partiria agora do "interior da Igreja Católica Romana", que pelos menos desde a Conferência Episcopal de Medellín, em 1968, colocou-se como interlocutora legítima entre os pobres e as múltiplas forças do capitalismo. O imaginário de uma batalha grandiosa do povo de Deus contra os monstros da história era, muitas vezes, mobilizado através do conceito de Guerra dos deuses, "[...] para descrever o conflito entre o Deus libertador, como eles o concebem, e os ídolos da opressão representados pelo Dinheiro, pelo Mercado, pela Mercadoria, pelo Capital, etc" (LÖWY, 2000, p. 8).

A análise marxista da história, praticada pelas várias esquerdas e por vários setores da intelectualidade naquela conjuntura, exerceu grande influência sobre importantes setores do da Igreja, impactados com as transformações estruturais e éticas pelas quais passava o capitalismo latino-americano. Alguns parecem ter compartilhado o mito cultivado pelas esquerdas brasileiras de uma revolução inevitável (AARÃO REIS, 19889, p. 108).

Mas possivelmente em poucos lugares do Brasil a política e religião estiveram tão profundamente misturadas como em São Félix do Araguaia. Possivelmente pelo próprio fato de ter precisado a prelazia, durante muito tempo, realizar atividades de suplência do Estado ineficiente.

Os primeiros religiosos que chegaram a São Felix, em 1968[474], logo precisaram transitar entre distintas culturas políticas e diferentes horizontes de expectativas. Possivelmente compartilhassem das esperanças forjadas pelo grande Concílio Vaticano II. Com também, possivelmente, das idéias de libertação que pululavam o continente. Mas por outro lado, depararam-se logo como uma cultura política local marcada pelo fatalismo, pelo autoritarismo, pelo imobilismo (CASALDÁLIGA, 1979, p. 6).

Organizar uma Igreja local e trabalhar naquela realidade significou dialogar com diferentes expectativas sociais e diferentes culturas políticas (BERSTEIN, 1998, p. 350), que de alguma forma se impeliam, excluíam ou complementavam. A equipe pastoral de São Félix experimentou primeiramente uma transformação intraeclesial, organizando uma igreja particular altamente participativa e democrática, onde todas as grandes decisões eram tomadas em conjunto, numa grande assembléia que eles denominavam "bolão".[475]

O contexto político e social era o dos grandes empreendimentos de desenvolvimento da Amazônia. Grandes empresas recebiam do governo financiamento ou vantagens para a compra de milhares de hectares de terras, onde desenvolveriam projetos agropecuários.

Após marcarem as terras com as cercas de arame farpado, muitas vezes começava o trabalho de convencimento para a saída dos posseiros. Recorria-se, com demasiada freqüência ao terror.

---

474 Em 1968 chegaram o irmão Manuel e Pedro, ainda na condição de padre. Ambos da congregação claretina.

475 Depoimento de Maria José Souza Moraes, em São Félix, 30 de setembro de 2010.

A idéia de estar ao lado dos pobres foi prontamente assumida pelo bispo local. Essa tomada de posição era tão clara, que havia um interessante código de postura em São Félix, proibindo administrar sacramentos para famílias de fazendeiros que expulsavam sertanejos ou de comerciantes que exploravam o povo.[476] D. Pedro pessoalmente já pouco contato tinha com essas famílias mais ricas, muitas vezes negando-lhes até o cumprimento público, pois não via mais sentido pastoral nesses encontros ou sociabilidades.

A ação da prelazia em prol dos índios e posseiros, a postura pessoal de seu bispo, seu discurso, seus cânticos, suas poesias e sua concepção de religião ajudavam criar novas representações coletivas no imaginário do cristianismo de libertação, tinham repercussão nacional e internacional e atraíram para a região muitos jovens, alguns filhos de uma abastada classe média alta do sudeste. Estudantes, médicos, advogados, entre eles ateus, todos impulsionados pelo "romantismo revolucionário" (RIDENTI, 2000, p. 24) que marcou o imaginário das esquerdas na época. Queriam ajudar o bispo na construção da sociedade utópica.[477] Moravam em pequenos grupos dispersos nas comunidades da prelazia, em casas simples nas quais muitas vezes ainda não havia sequer luz elétrica. Juntos! Clérigos, leigos, ateus. O compromisso de todos era a transformação social.[478]

Para despertar o povo para a *realidade* na qual se vivia, era preciso *conscientizá-lo*, mobilizá-lo! As dificuldades eram tão grandes que os líderes de pastoral eram designados como "enfrentantes", e cabia a eles encorajar ao povo, organizar a luta. A equipe pastoral logo investiu em um programa de alfabetização para adultos. Além disso, fundou o Ginásio Estadual do Araguaia, que embora oficialmente pertencesse ao governo do estado, era organizado pela equipe. "O professor estava inserido em toda a luta daquela comunidade. O trabalho da escola servia não só para ensinar as letras, mas também para discutir essas questões que eram de interesse das famílias e conseqüentemente daquelas crianças". [479]

Supervisionados pela Secretaria Educação, muitas vezes trabalhavam com dois cadernos de planejamento, um com o conteúdo permitido, sempre apresentados aos supervisores, e outro com o conteúdo realmente utilizado, considerado subversivo.

---

476 Esse código foi mencionado por dois padres da prelazia durante minha visita, mas infelizmente não foi registrada.

477 Nas entrevistas realizadas pelo autor ficou bastante evidente que não havia um modelo econômico claramente definido. Havia inspirações em algumas sociedades socialistas, como Cuba e a Nicarágua, mas isso não era claramente compartilhado por toda a coletividade.

478 Depoimento de Maria José Souza Moraes, em São Félix, 30 de setembro de 2010.

479 Maria de Lourdes Jorge Souza, professora, depoimento concedido em 30/09/10, São Félix do Araguaia.

Desenvolve-se nas comunidades locais o sistema de mutirão. Havia mutirão para quase tudo: construir igrejas, casas, colher a lavoura e *cortar a cerca*, isto é, retomar territórios perdidos nos *cercamentos*. A Igreja estava inserida em toda realidade social, nada lhe era estranho: terra, mercado, família, saúde, educação, segurança. Indubitavelmente os "prelazias" tinham mais força que qualquer partido político.

Serge Berstein adverte para o fato de que uma nova cultura política, com as novas representações que propõe, precisa de tempo, pelo menos duas gerações, para penetrar profundamente os espíritos e "surgir como evidente para um grupo de cidadãos" (BERSTEIN, 1998, p. 356). Nesse sentido, talvez não seja possível avaliar o quanto da nova cultura política, de fato, deitou raízes nos espíritos daquela coletividade ou o quanto foi apenas protética, exterior aos espíritos, não mantendo perenidade nas décadas seguintes, quando de forma geral o nível de mobilização social tendeu a diminuir. Contudo, no início da década de oitenta, os "prelazias" elegeram quase a totalidade dos prefeitos da região. Filiados formalmente ao novo PMDB, conquistaram milhares de votos em todas as prefeituras.

A conquista do imaginário

A força política dos "prelazias" vinha das lutas, das conquistas, mas sobretudo do próprio ato religioso. Eram nas rezas, terços, missas e, de forma especial, nos círculos bíblicos que se tinha a maior oportunidade de *conscientizar* o povo. Afinal, era a própria Bíblia seu material mais subversivo! Utilizavam para as reflexões bíblicas um método pelo qual o fiel deveria conhecer os fatos e personagens bíblicas, avaliar sua situação histórico-social e depois transpor aqueles feitos para a sua própria realidade.

Embora pudessem aprender com a realidade do povo, os teólogos da libertação assumiram um papel, sem dúvida nenhuma, de destaque nessa conjuntura, formando uma espécie de *van guarda* cultural, pois, abriam sulcos no imaginário social para a reflexão bíblica. Em outras palavras, fomentavam as reflexões e encorajavam a ação do povo proporcionando-o certezas bíblicas. Tais reflexões incentivavam e provocavam a ação dos *pobres.*

A Bíblia muitas vezes foi apresentada numa linguagem bem simplificada e, de forma seletiva, seu conteúdo tão *barroco* designado apenas como a história de um povo que luta. Procurou-se forjar um processo identitário entre o homem simples e os *heróis* bíblicos. A história atual seria apenas o desenrolar da luta do mesmo povo de Deus. Nessa cultura política, a Bíblia servia para a construção de um passado mítico do povo comum; para entender o presente e; ainda permitia projeções para um futuro de lutas e vitórias em comum (GOMES, 2007, p. 56).

Deus foi redefinido no imaginário coletivo. Não era apenas o ser místico supremo que quer conduzir todos os homens ao paraíso, libertando-os dos pecados morais e das seduções do mundo. Era um ser político, que intervém na história para tomar o partido daqueles que são economicamente desvalidos e fracos. Estava ao lado dos pobres na *luta de classes*, derrubando os poderosos e exaltando os humildes.[480] A representação *Deus-pobre* tornou-se central no *novo*

480 Os progressistas muitas vezes recorriam ao canto de Maria, em Lucas 2, para afirmar um posicionamento político de Deus na luta de classes.

cristianismo, pois compreendia-se que socorrer e defender o pobre não era apenas mais uma das obrigações do *verdadeiro* cristão, mas a única forma possível de relacionar-se com Deus.

Há tempos, os teólogos da libertação chamavam a atenção para a necessidade de construir novas representações coletivas sobre Deus, Jesus Cristo, etc que os libertasse dos enquadramentos culturais produzidos pela Igreja ocidental, e que remetiam sempre a uma determinada compreensão do mundo e da religião que reforçavam os laços de dominação sobre os pobres (BOFF, 1977, p. 41). Mas talvez, em nenhuma outra igreja particular esse fenômeno tenha sido tão pródigo quanto em São Félix do Araguaia. De forma especial seu bispo foi, possivelmente, o maior catalisador desse imaginário. As antigas tradições do catolicismo foram logo revistas desde sua ordenação episcopal, quando no lugar da mitra, do báculo e do anel episcopal adotou novos símbolos: um chapéu de palha sertanejo e um remo-borduna (CASALDÁLIGA, 1977, p. 45). Tempos depois, no lugar do tradicional anel de ouro dos bispos católicos adotou o anel de tucum. Feito "de uma palmeira da Amazônia [...]. Sinal da aliança com a causa indígena, com as causas populares.[481]

O padroeiro da prelazia, São Félix, que era tradicionalmente compreendido como um protetor do povoado contra os ataques indígenas foi ressignificado. Foram necessários muitos esforços desse prelado para criar uma nova cultura religiosa e estabelecer novos sentidos ao significante São Félix, que deveria ser compreendido como protetor da comunidade e dos índios.[482] Para reforçar o simbolismo que se desejava projetar, adotou mais uma padroeira para a prelazia, Nossa Senhora da Conceição, que na sua imagem disposta na catedral, recebeu sobre a cabeça, além da tradicional coroa do catolicismo, também um laheto karajá[483].

O cancioneiro ocupou um lugar de destaque nesse novo imaginário. As canções serviam para animar o povo, consolar, celebrar, lutar e consolidar essas mesmas representações. Em uma coletividade marcada pelo baixo nível de escolaridade e onde a leitura não era uma prática recorrente, cabia às canções a função de fixar e propagar as idéias da libertação. Possivelmente tenha sido o maior vetor dos ideais da libertação. Embora fosse a Bíblia a origem dessa idéias, elas eram socialmente compartilhadas de forma mais ampla através das músicas, cantatas em todos os momentos.

> Tinha cântico que era bastante assim provocativo tipo [...]: *trouxemos chumbo e bala nós queremos é guerrear.* [...]
>
> Ele tocava profundamente. Eu me lembro que uma vez nós nos reunimos aqui na Chapadinha pra ir cortar umas cercas e os cânticos

---

481 Depoimento de d. Pedro Casaldália no documentário *O anel de tucum*, DVD produzido pela Verbo Filmes, 1994.

482 Depoimento de Eva Mendes de Souza, realizado em São Félix do Araguaia, em 29/09/2010.

483 Depoimento de Mercedes Budallés Diez, realizado em Goiânia, em 28/09/2010.

> que nós cantamos eram cânticos nesse tom, e a gente saia todos pra cortar a cerca...[484]

Mas possivelmente, os símbolos que ocupam maior espaço no imaginário da libertação em São Félix sejam aqueles relacionados ao martírio do padre João Bosco, como o próprio Santuário dos Mártires da Caminhada, erigido no lugar onde foi assassinado. Uma espécie de panteon dos vários heróis da libertação. Como em toda luta, o cristianismo de libertação também precisou assegurar o culto aos seus heróis (CARVALHO, 2007, p. 55). A cada quatro anos há uma manifestação pública chamada caminhada dos mártires, nessa ocasião, é lembrado o martírio do padre João e são rememorados os significados de sua luta.

Ao que parece, o fato de sua morte cristalizou-se na memória local, ocorrendo uma espécie de memória por empréstimo (HALBWACHS, 2006, p. 72), ou memória por tabela,[485] mesmo quem não viu ou testemunhou esses acontecimentos, é capaz de narrar a história como se tivesse visto e vivido.[486]

Mesmo que sejam inegáveis as muitas flutuações da memória (PORTELLI, 2010, p. 72), está claro que há um núcleo comum duro sobre seu martírio. Os últimos passos do padre são sempre relatados com grande intensidade emotiva. O fato parece ter se tornado realmente central na história local. Um divisor de águas

Sua cruz destaca-se entre esses lugares de memória e, ocupa realmente um espaço privilegiado naquela cultura da libertação. Foi alvo das disputas entre os "prelazias" e a polícia local. Logo após a missa de sétimo dia, foi roubada e lançada dentro de um poço. É possível que sua presença fosse compreendida como um sinal de derrota para os policiais que agrediram e mataram o padre e, ao mesmo tempo, que lembrasse a vitória do povo sobre a cadeia destruída. Encontrada tempos depois, foi restituída ao seu lugar de origem, de frente para a antiga cadeia. Nas ocasiões de celebração da Semana Santa, os cristãos da atual cidade de Ribeirão Bonito fazem questão de venerá-la, até hoje, como sinal visível e memória das suas lutas por libertação.

Referências bibliográficas:

AARÃO REIS. Daniel. A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1989.

---

484 Depoimento de Maria de Lourdes Jorge de Souza, em São Félix do Araguaia, em 30/09/2010.

485 POLLAK, Michael. Memória e identidade social.

486 Nas várias entrevistas realizadas pelo autor foi questionado ao entrevistado se ele havia presenciado os fatos e o padrão de respostas era: "eu não vi, mas me contaram".

CASALDÁLIGA, Pedro. Uma Igreja na Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social.
BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: Riox, Jean Pierre; SIRINELI, Jean-François. Por uma história cultural. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.
Bíblia Edição Pastoral. Trad. Frei Ivo Storniolo; Euclides Martins Balancin. São Paulo: Paulinas, 1990.
BOFF, Leonardo. Eclesiogênese: as comuniades eclesiais de base reiventam a Igreja. Petrópolis: Vozes, 1977.
CASALDÁLIGA, Pedro. Creio na justiça e na esperança. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.
_____. Cartas marcadas. São Paulo: Paulus, 2005, p. 12.
_____. Uma Igreja na Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social.
CARVALHO, José Murilo. A formação das almas: o imaginário da república no Brasil. São Paulo: Cia. Das Letras, 2007.
GOMES, Ângela de Castro. Cultura política e cultura histórica no Estado Novo. In: ABREU, Marta; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca. Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Centauro, 2006.
HILL, Christopher. O mundo de ponta-cabeça: idéias radicais durante a Revolução Inglesa de 1640. Trad. Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Cia das Letras, 1987.
_____. A Bíblia inglesa e as revoluções do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
LÖWY, Michael. A guerra dos deuses: religião e política na América Latina. Petrópolis: Vozes, 2000.
MESTERS, Carlos. Palavra de Deus na história dos homens. Belo Horizonte: Manhumirim, 1969.
NORA, Pierre. Lugares de Memória.
POLLAK, Michael. Memória e identidade social.
PORTELLI, Alessandro. Ensaios de história oral. São Paulo: Letra e Voz, 2010.
RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro*: artistas da revolução, do CPC à era da tv. Rio de Janeiro: Record, 2000.
VERBO FILMES. O anel de tucum. DVD produzido pela Verbo Filmes, 1994.

Subjetivação da saúde no Brasil vista através das narrativas sobre fantasmas termais de Araxá:

Um estudo de caso

Maria Aparecida dos Santos*

As Termas de Araxá estão localizadas em Minas Gerais, na região do Triângulo Mineiro, foi inaugurada em 1944, pelo então presidente Getúlio Vargas, em pleno Estado Novo, marcado pela promoção do turismo de interiorização do país.

A instalação das termas, do termalismo e da crenologia no Brasil teve sua origem na medicina européia. O Brasil importou essa idéia, fomentou o termalismo com cadeiras nas escolas de medicina e, com isso, fortaleceu a instauração de cidades termais. Desde o início do século XIX, o espaço das Termas de Araxá foi pesquisado por geocientistas e médicos, sendo gradativamente reconhecido como capaz de promover bem-estar e equilíbrio psicofísico através dos banhos de imersão, compressas de lamas medicinais e ingestão da água mineral. Reconhecido também pela qualidade do ar e clima ameno, Araxá logo foi eleito como ambiente conveniente para a recuperação da saúde. Pessoas saíam de cidades distantes à procura das propaladas qualidades do lugar, constantemente sob recomendação médica.

As Termas de Araxá passaram grande parte da sua história como um hospital termal. A área de tratamento das Termas, com 16 mil m², incluía (na época do Hospital Termal) alojamentos para os mais adoentados (atualmente destinados aos trabalhadores temporários), alas de banhos, aparelhos para inalação, piscina quente com água emanatória (vaporizada no ambiente), consultórios médicos e laboratórios para análises químicas. No subsolo, há um sofisticado aparato de engenharia para a retirada, limpeza e canalização da lama e da água sulfurosa para os locais de banhos.

O povo que habita a região de Araxá seguiu a vida tendo como referência cultural o orgulho dos tratamentos feitos no Barreiro e nas Termas, guardando saberes sobre termalismo e crenologia.

No primeiro período do século XIX, houve grande esforço dos cientistas para atestar que as águas tinham propriedades curativas. A medicina seria a detentora dos saberes sobre as terapêuticas termais e passaria a prescrever a água como "medicamento natural" (Quintela, 2004, p.74).

Entre os anos de 1920 e 1945 viveu-se o apogeu e, depois, um grande período de declínio das atividades termais. Segundo Quintela (2004, p.35), um dos motivos que levaram as Termas a perder clientela remete à proibição do jogo no Brasil. Com o fechamento dos cassinos, em 1946, ocorreu uma debandada dos acompanhantes – parentes e amigos dos *curistas*. Já René Simões

---

* UERJ, mestra em Psicologia Social, bolsista do CNPq

(um dos Presidentes da Sociedade Brasileira de Termalismo na década de 1980) e Mário Mourão (médico hidrologista que mais escreveu sobre o assunto durante o século XX, no Brasil) indicam que um dos fatores que conduziram à decadência do termalismo brasileiro após os anos 1950 foi a falta de instrução acadêmica formal e o isolamento em relação às comunidades científicas dos defensores das suas potencialidades médicas. Isso ocorreu devido a mudanças no conceito de saúde instauradas pela concepção do Modelo Sanitarista e Modelo Flexineriano de ensino da Medicina. O primeiro consideraria os banhos termais pouco higiênicos e o segundo preconizaria o jargão "charlatinismo" às terapêuticas naturais. Não é proposta deste artigo discutir tal questão, apenas aponta-la.

Os fantasmas

Trabalhando e pesquisando nas Termas de Araxá, percebi que o nó sustentáculo das narrativas dos trabalhadores das Termas era: medo de fantasmas das Termas, do Grande Hotel, enfim, de todo lugar que envolvesse o Complexo do Barreiro. Mesmo aquele que não vira fantasma algum sentia medo da possibilidade de se encontrar com um. Nesta inspiração, busquei seguir os fantasmas que apareciam nas narrativas.

Em relatos colhidos na pesquisa apareceram referências ao orgulho pela água mineromedicinal e ao período de queda do termalismo em Araxá: "Olha moça tem um senhor de Goiás que estava ruim mesmo. Tinha umas ferida nos braços, um *trem* que nenhum médico sabia dizer o que era. Já tinha ido a São Paulo e lá desenganaram ele. Então, a filha do homem encontrou uma reportagem dentro do ônibus que falava de Araxá e dos efeitos das águas e eles vieram até aqui.(...) Depois de um tempo fazendo banho-de-lama duas vezes por dia, a pele do homem fez que nem pele de cobra, assim ó, descorou tudo, soltou tudo, ficou um trem mais esquisito. A pele de baixo ficou que nem pele de bebê, novinha mesmo, delicadinha... e o homem vive até hoje. (...) Sabe que ele nem usa dentifrício porque queima a boca do homem tudo, ele usa sabonete de lama sulfurosa para escovar os dentes."

Em outra barraca, uma senhora de meia idade, vibrante, ágil, de cabelos pintados de vermelho, logo se anuncia como uma espécie de líder dos artesãos. Fala da importância da água sulfurosa para a vida das pessoas de Araxá e explica que nem tudo foi progresso e continuidade. Houve um período de oito anos em que o Grande Hotel ficou fechado. Ao começar a pensar no que dizer sobre tal período, a senhora de cabelos vermelho mudou de semblante, "murchou". Contou então que a época em que o Grande Hotel ficou fechado e mesmo depois, período de restauração, foram tempos difíceis, sem hóspedes, de pouco trabalho. Culpou os governantes por abandonarem o povo que vivia em torno dos serviços do Grande Hotel e das Termas, filhos da região do Barreiro. "Poucas pessoas vinham aqui. Virou uma pobreza só. Dava dó de ver. Prejudicou Araxá inteira, pois ninguém tinha dinheiro para comprar no comércio, todos ficavam devendo... foi horrível". Refere-se em seguida à ocorrência de uma revolta popular, quando as reclamações do povo foram parar no rádio. Disso resultou uma ação do governo, que promoveu uma licitação e transferiu a administração do Grande Hotel para uma empresa de *resorts* do Amazonas.

Assim começou o período de recuperação e obras de restauração na parte interna da edificação. A senhora dá continuidade às lembranças: "Quando estavam restaurando o salão do

Grande Hotel, os trabalhadores diziam que escutavam gritos de mulher e ficavam apavorados, a ponto de sair correndo e abandonar o que estavam fazendo. Era difícil parar gente aí para trabalhar… teve uma vez que estavam retirando o lustre central de um dos salões, todo de cristal, e ficaram tão assustados que um moço caiu da escada alta e se machucou… parece que quebraram um monte de peças… eram os gritos de mulher".

Ela continuou narrando os casos e sua energia, então, subiu bastante. Deu a perceber o quão penoso foi aquele período para as pessoas que viveram os dias de pobreza, dívida e humilhação. Por outro lado, ficou visível como gostava de contar histórias dos fantasmas e assombros vividos no lugar, narrados com expressões faciais de muita paixão. Aparentemente, por sinal, todos ansiavam falar sobre os casos de fantasmas.

Neste renovar (ar novo) do Termalismo, uma faceta foi sendo a mais implementada: a visão comercial, privilegiando o *marketing* da beleza do corpo, e não a saúde e a recuperação. Isso criou um problema social na região, pois a nova visão (de negócio) desvalorizou o saber e caráter terapêutico do complexo.

Sucederam-se intervenções com vistas a mudar a imagem do lugar. B*anners* pelos corredores, passaram a mostrar a idéia dos serviços do SPA que o cliente deveria consumir. Concomitantemente, através de programas de treinamento de pessoal, procurou-se dar um rosto mais moderno e globalizado ao local: novos uniformes, novo modo de falar, de pentear os cabelos, uma forma de andar mais acelerada. Sobretudo, jamais se deveria falar em saúde ou doença, sequer pelo viés da estética.

Por fim, após o período de ascensão e queda, atualmente ocorre o retorno do termalismo. As políticas públicas no Brasil vêm preconizando modificações no conceito de saúde através do tempo, e influenciando a vida das cidades termais. Nas últimas décadas, incluíram as Terapias Alternativas/Complementares como práticas de interesse da saúde coletiva e da qualidade de vida através da Política Nacional de Medicina Natural e Práticas Complementares – PNMC. Dentre as possibilidades sugeridas, o Termalismo Social se apresentou como sendo uma boa terapêutica complementar da saúde pública, renovando (dando novo ar) às cidades termais. Com tantas mudanças em um ciclo de tempo pequeno o processo de subjetivação das pessoas envolvidas no termalismo é aflitivo.

Algumas suposições apareceram mediante estas narrativas iniciais: os fantasmas apareceriam em função do esvaziamento cultural promovido pela mudança da "missão" das Termas; os casos de fantasmas apareceriam como forma de resistir ao novo instituído; os casos de fantasmas e o medo apareceriam como mediadores ou protetores da saúde dos trabalhadores.

Para trabalhar a primeira hipótese - os fantasmas preenchendo o vazio cultural promovido pela mudança da missão das Termas -, tomo como auxílio um texto de José de Souza Martins (2008). Nele, o autor relata o caso de aparição de um demônio, visto por diversas funcionárias da fábrica de azulejos, na década de 1950, em São Caetano-SP, em um setor operacional que passava por mudanças tecnológicas e modernização empresarial.

Durante sucessivos dias, essas operárias desmaiaram ao longo da jornada de trabalho. Quando retornaram à lucidez, revelaram que haviam visto um demônio em um canto do grande balcão onde separavam azulejos.

Martins (2008) assinala que grandes modificações nas fábricas aconteceram naquela década, por conta da modernização dos meios de produção, promovidas pelo capitalismo de produção em massa. Uma modificação importante foi a adoção, pela direção da empresa, de critérios impessoais de tratamento. Para os engenheiros e a direção, tratava-se de uma

"decorrência natural da modernização e uma necessidade derivada da racionalização do trabalho". Porém ocorreram movimentos de resistência às ordens dos engenheiros e tentativas de desqualificar aquelas pessoas de fora através de comentários de corredor (p. 16). A outra modificação importante foi a troca de um forno antigo por um moderno em forma de túnel. Na seção antiga, o fluxo dos ladrilhos, dos fornos para as bancadas das escolhedeiras, era regular, mas não contínuo. Isso fazia com que houvesse espaços de tempo entre uma remessa e outra. Muitas vezes, essa forma de produção fazia com que as moças fossem dispensadas mais cedo, duas ou três horas antes do final da jornada, visto que não haveria tempo para a conclusão e chegada de nova remessa de azulejos – circunstância que permitia conciliar os afazeres domésticos com o trabalho na fábrica. Porém, diante do novo forno túnel, esses intervalos deixaram de existir. A máquina se tornou mediadora do ritmo do trabalho e o corpo do trabalhador viu-se transformado num instrumento dos movimentos automáticos da linha de produção (*ibidem,* p. 24).

As grandes transformações que estavam ocorrendo na fábrica traziam tensões e incertezas para o cotidiano. Tantas modificações não foram facilmente instrumentalizadas pelos operários. A aparição do demônio foi considerada por Martins (2008) como uma expressão dos temores devidos ao conservadorismo das operárias do setor, colocadas à margem das inovações e/ou das decisões sobre as mudanças. Constituiria, ao ver do autor, uma forma que o imaginário das operárias encontrara para compreender as inovações e os conflitos delas resultantes.

Poderíamos hipotetizar, neste sentido, que as mudanças ocorridas na missão das Termas - passando de cuidados em saúde para SPA - teriam marcado negativamente os tradicionais trabalhadores banhistas que, até hoje, não se conformam com os novos ditames. Quando o Grande Hotel e as Termas ficaram fechados, depois foram reformados e reabertos, os trabalhadores foram surpreendidos com as novidades e, como no episódio da fábrica, fizeram das histórias de fantasmas sua forma de preencher o vazio cultural resultante - uma versão plausível?

Os casos de fantasmas também podem aparecer como um elemento no jogo das relações de poder, promovendo uma reviravolta: passando das mãos dos administradores - que pretendem controlar e modificar os trabalhadores para que fiquem iguais aos "estrangeiros" - para as mãos dos trabalhadores - que fazem do lugar algo incomum, incontrolável, indomável..

Quando os empresários introduzem os treinamentos para a internacionalização e padronização dos serviços – uniformes, penteados, forma de andar mais acelerada, forma de falar visando à perda do "sotaque caipira" –, buscam a docilização dos corpos. Esse controle é de certa forma perdido nas rodas de casos de fantasmas: a sujeição é apenas superficial e a rebeldia subjetivada nos casos acaba promovendo, quem sabe, alguma liberdade.

Poderia ser um coletivo que utiliza o medo do invisível como ferramenta de luta? Poderia o discurso sobre o medo desviar o poder e deixar o poderoso algo despotencializado? – outra versão plausível.

Nesta direção, cumpre acrescentar que a relação dos trabalhadores das Termas com a espiritualidade é muito visível.

Michel de Certeau (2008) analisou o discurso místico como estratégia para fazer a ligação entre fatos e sentidos, para marcar o jogo das relações da ordem com as redes antidisciplinares. Para este autor, o mundo cotidiano abriga táticas do fazer, invenções anônimas, desvios da norma,

do instituído. Seria necessário um outro cenário – o religioso -, distinto da realidade dura, que reintroduzisse um lugar de fala e protesto, aparentemente sem pretensões políticas, porém incontrolável. O uso popular da religião seria, assim, um *canto de resistência* (p.77).

Nesta linha de raciocínio, as astúcias dos consumidores esvaziariam as pretensões de uniformização e obediência por parte dos gestores. Na rede de "antidisciplina" das práticas populares estaria, pois, uma espécie de "sabedoria". De maneira quase "microbiana", tais práticas proliferariam e minariam as estruturas dos sistemas de controle. Seriam "microrresistências" fundando "microrrealidades" (Sousa Filho, 2002). Os fantasmas, os rituais e os santos dentro das Termas seriam, na perspectiva de Certeau, uma *arte de viver no campo do outro*.

É possível considerar que a exposição dos casos, os rituais e a convivência com os santos configurem uma resistência invisível circulando por toda parte. Neste contexto, Michel Foucault (1979) entende que o poder é exercido através de microrrelações que perpassam o cotidiano e os indivíduos, circundando-os e atravessando-os em rede. O poder não remeteria ao sujeito como centro produtor: o sujeito estaria sempre em posição tanto de exercer o poder quanto de sofrer a ação deste mesmo poder. A liberdade, melhor dizendo, as práticas de liberdade seriam uma condição imprescindível para o exercício do poder. Se não existisse algum tipo de liberdade, algum tipo de fuga, de resistência possível, não haveria relação de poder.

Ninguém tem controle sobre fantasmas, assombrações, espíritos, santos e sombras. Diante da criatividade astuciosa dos trabalhadores para escapar ao domínio do padronizado, surgem outras formas de constituição do sujeito no jogo das relações de poder – versão plausível e, talvez, mais elaborada?

É fato que, com tantos casos de fantasmas, até os administradores vindos de outros estados se viram envolvidos pelas histórias, arrepiados, assustados - alguns entram em pânico e adoecem, principalmente de hipertensão. Paul Valery diria: "O que seríamos nós sem o recurso daquilo que não existe? Nossos espíritos desocupados se enfraqueceriam pouco a pouco se as fábulas, as abstrações, as crenças e os monstros (...) não ocupassem nossas profundezas e nossas" (Valery, 1975, *apud* Novaes, 2007).

Para Paul Valery (*ibidem*), a barbárie é considerada a era dos fatos, mas, na era da ordem, seria necessário o império das ficções. Neste sentido, "(...) a ordem exige a ação da presença de coisas ausentes". As ficções como obstáculos imaginários seriam necessários à vida e essenciais à sociedade. A zona da sombra criada pelo medo seria parte da vida social e política. Como seria possível dar conta da realidade e das frustrações sem espaço para mitigá-las? Quando um outro universo passa a fazer parte da vida de um coletivo, ocorre a possibilidade de ascender as idéias para um lugar especialmente particular, que pertença a poucos.

Poderíamos pensar que as ficções seriam necessárias à saúde?

Nessa terceira hipótese, os casos de fantasmas e o medo estariam aparecendo como mediadores da saúde para os trabalhadores das Termas. Seria necessário considerar, por conseguinte, que a convivência com fantasmas e medos promoveria um diálogo entre o trabalhador e seu corpo. Neste sentido, o medo convidaria o trabalhador a pensar e agir com prudência em uma espécie de cuidado de si. Se, por exemplo, o pintor se recolhe às 16h por medo de fantasmas, é porque não quer ficar doente por desrespeitar o tempo propício, limítrofe entre ficar bem, ou não. Quando se recolhe fica bem; então, vai para o alojamento ainda com dia claro, liga seu rádio para ouvir música, contemplando o lago pela janela e bebe uma latinha de cerveja.

Está cuidando da sua saúde emocional, da sua preservação mental, está dando seu jeito de se haver com a realidade que se apresenta. Não prejudica ninguém, porém se protege.

A referência aos fantasmas oferece a possibilidade de agir, de tomar uma atitude em prol do próprio bem estar. Sendo assim, podemos pensar que os fantasmas são atores na aquisição de saúde. A convivência com as histórias de fantasmas é um bem para todos - nova versão...interessante?

Mas...e quando o medo prejudica a saúde?

Percebeu-se, durante a pesquisa, que os casos de assombrações traziam para o ambiente de trabalho variadas formas de medo, dentre eles: o medo de adoecer, de perder toda a vitalidade absorvida pelo ambiente; de ver algo ou de sentir uma presença sobrenatural. Em Delpierre (1974), "o medo pode provocar efeitos contrastados (...) a aceleração dos movimentos do coração ou sua diminuição, uma respiração demasiadamente rápida ou lenta, uma contração ou uma dilatação dos vasos sangüíneos, uma hiper ou uma hipossecreção das glândulas" (Depierre, 1974, *apud* Delumeuau, 1989, p. 72).

Medo, para Delumeuau (1989), é uma emoção primordial do ser humano. É uma emoção-choque, frequentemente percebida de surpresa, provocada pela tomada de consciência de um perigo presente e urgente que ameaça nossa conservação. Os medos espontâneos são aqueles sentidos por amplas parcelas da população. Podem ser permanentes – medo do mar, das estrelas, dos presságios, dos fantasmas - e cíclicos, aqueles que têm a capacidade de retornar – peste, penúrias, aumento dos impostos, enchentes, traficantes.

Podemos pensar, neste sentido, sobre a pergunta formulada por Delumeau (1989): "Pode-se morrer de medo?" (pag.19). Disso não se sabe; mas, certamente, pode-se ficar delongando esse mal-estar durante a vida.

O medo é, eventualmente, uma saída para momentos de crise, construindo uma relação com o imaginário, extravasando-se em histórias que retroalimentam o medo e que, ao menos na vertente biológica, se desdobram em adoecimento.

É um jogo de forças que pode levar à redenção, ou não, das pessoas envolvidas. Paradoxos do medo – mediador de saúde e cuidado de si, por um lado; prisão do corpo, por outro?

Quando não se pode dizer algo, ele aparece de forma fantasmagórica? Ou o fantasma já seria uma forma própria (e mesmo apropriada) de dizer? Portelli (2001), por exemplo, "lembra a história (talvez lenda) de um estivador de Civitavecchia, perto de Roma, que ficou sem fala diante dos intelectuais nos comícios do Partido até perceber que poderia falar em rimas, quando, então, encontrou sua voz" (p.13). Quem sabe os trabalhadores de Araxá tenham dado oportunidade aos fantasmas como forma de encontrar a própria voz?

A cultura dos fantasmas também serve de guia para o pessoal da região. Parece que ela anima uma relação entre o passado e o presente, e inclusive entre humanos e não-humanos (água, minérios, lamas, monumentos). Retornando ao pensamento de Pollak (1998), cumpre assinalar nesse sentido que o autor vê, como uma das funções positivas da memória coletiva, o reforço da coesão social pela adesão afetiva ao grupo. Para que haja esta adesão afetiva, Pollak pondera que ocorre um processo de negociação entre memória oficial – aquilo que o poder hegemônico pretende que seja lembrado – e memórias subterrâneas – as das tradições e valores culturais –, sendo que estas últimas "prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e, de maneira quase imperceptível, afloram em momentos de crise, em sobressaltos bruscos e exacerbados" (p. 15).

Através das narrativas orais das histórias fantasmagóricas é possível entrever as memórias dos excluídos, marginalizados, da minoria – suposta e momentaneamente – dominada. A memória proibida e clandestina não deixa de ser sussurrada. Reaparece nos momentos de cumplicidade entre os trabalhadores das Termas, nos casos de aparições – sapos de duas cabeças, o mal que pode entrar na casa. Este embate que se trava pela incorporação destas memórias marginalizadas, silenciadas, é um embate pela afirmação, sobretudo, de uma identidade cultural (*ibidem,* p.15).

Prossigo convencida de que os fantasmas que habitam as histórias do Grande Hotel e das Termas vêm cumprindo um indispensável papel: o de manutenção do espaço cultural local. Mas não posso, apesar disso, deixar de me inquietar: não poderia o coletivo mobilizar-se mais fortemente, tentando usar certas leis a seu favor? Ou tudo não passará de meras histórias de fantasmas.

Referências bibliográficas:

CERTEAU, M. "A invenção do Cotidiano: 1. Artes de Fazer", 15ª edição, Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

DELUMEAU, J. "História do medo no ocidente 1300-1800". São Paulo:Companhia das Letras, 1989.

FOUCAULT, M. "Microfísica do poder". Rio de Janeiro: Graal, 1979.

MARTINS, J. S. F. "A aparição do demônio na fábrica: origens sociais do Eu dividido no subúrbio operário". São Paulo, Ed. 34, 2008.

NOVAES, A. "Ensaio sobre o medo". São Paulo:Editora SENAC, 2007.

POLLAK, M. "Memória, Esquecimento, Silêncio". Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1998.

PORTELLI, A. "História Oral como Gênero". Proj. História, nº 22, p. 9-37, São Paulo, jun., 2001.

QUINTELA, M. "Saberes e práticas termais: uma perspectiva comparada em Portugal e no Brasil". Histórias, Ciências, Saúde - Manguinhos, vol. 11 (suplemento 1): 239-60, 2004.

SOUSA FILHO, A. "Michel de Certeau: fundamentos de uma sociologia do cotidiano". Socialidades. São Paulo-SP, vol. 2, p. 129-134, 2002. ISSN: 1679-0251.

Terra manchada de sangue: Conflitos agrários e mortes no campo no Brasil democrático

Artur Zimerman*

Explicação do contexto onde as entrevistas sobre a luta pela terra na região do Brasil onde mais se mata[487] foram realizadas

Este trabalho (livro) é resultado da pesquisa realizada em meu pós-doutoramento pelo departamento de ciência política (DCP) da Universidade de São Paulo (USP) entre os anos 2007 e 2009, sobre a violência agrária no Brasil, no período de redemocratização. As entrevistas foram realizadas em novembro de 2007.

A pesquisa tinha inicialmente como meta abordar quantitativamente a questão da violência agrária no Brasil democratizado. Após um tempo do início desse trabalho, senti necessidade de ter contato com a realidade da problemática sobre a violência agrária e não me restringir ao apoio bibliográfico, que permitiu-me construir vultuoso banco de dados. Nesse período, final do ano de 2007, decidi realizar estudo de campo onde morrem mais pessoas por disputas de terra no país, ou seja, nas regiões sul e sudeste do estado do Pará. De acordo aos meus dados, baseados em informações da Comissão Pastoral da Terra (CPT), por meio de seus relatórios anuais, houve cerca de 1300 vítimas diretas de conflitos de terra no país entre 1985-2005, e apenas no estado do Pará ocorreu por volta de ¼ de todas essas mortes, sendo que nas regiões sul e sudeste desse estado a violência foi tremendamente maior.

A primeira pessoa que me colocou em contato com indivíduos-chave para entender esse conflito foi Leonardo Sakamoto e, a partir dele, conheci várias pessoas que me ajudaram a desvendar as mortes agrárias. Alguns coordenadores da CPT foram de imensa presteza. Dentre eles, cito José Affonso Batista, de Marabá, juntamente com os membros da CPT desta cidade, e Frei Henri de Rosiers e Ana de Sousa Pinto (a "Aninha"), da CPT de Xinguara, ajudaram a entender o conflito em seus mínimos detalhes e deram apoio logístico, além de travar contatos na região com outros líderes atuantes em movimentos sociais diversos, entidades, sindicatos de trabalhadores rurais, cooperativas e afins. Muitos deles foram entrevistados e seus depoimentos constam na última parte do livro publicado pela Editora Humanitas, da Universidade de São Paulo. Trago algumas poucas frases de alguns dos entrevistados, para enaltecer algum aspecto que é interessante ressaltar nesse meu relato, acrescido de informações relevantes.

---

* Universidade Federal do ABC (UFABC), doutor em Ciência Política pela USP, rrtur@ufabc.edu.br.

487 Entrevistas realizadas entre 7-22/11/2007, nas regiões sudeste e sul do Pará, por Artur Zimerman.

Fiquei impressionado com a perseverança destes homens e mulheres que, mesmo com ameaças de morte, continuam aquilo que julgam como objetivo-mor, ou seja, a defesa de pessoas que provavelmente não poderiam se defender sozinhas.

Como pesquisador, tentei manter-me neutro por toda a pesquisa e, inclusive, entrevistei pessoas que supostamente estão "do outro lado" deste conflito e que representam os ruralistas, ou fazendeiros de extensas áreas. Não tive grandes êxitos com este outro lado, pois não encontrei suficiente abertura, mas não pude deixar, igualmente, de dar ouvidos, para manter-me afastado e tentar ser o mais objetivo possível, sem sucumbir ao viés de militante de uma causa, o qual claramente não sou. Senti-me, inclusive, ameaçado nas entrelinhas, quando saía às ruas da pequena cidade de Xinguara, onde as paredes pareciam ter ouvidos, e os transeuntes viam que eu entrava em endereços de organizações de defesa de camponeses. Sem dúvida, houve dias em que me senti vulnerável, apesar de não fazer parte desse conflito em hipótese alguma (ao menos na minha própria visão pessoal). Minha intenção era puramente acadêmica, sabendo que era difícil, por vezes, não conseguir a isenção necessária, especialmente após alguns relatos chocantes e tocantes.

Os dados que consegui foram basicamente das mortes agrárias, ocorridas em conseqüência de conflitos de terra, do lado dos camponeses. Em um conflito, geralmente há vítima de ambos os lados. Por isso, insisti em conseguir dados quantitativos dos dois lados, o que foi em vão, pois do lado dos grandes proprietários de terra não foi possível.

Os entrevistados por mim foram os seguintes: 2 coordenadores da Comissão Pastoral da Terra (em Marabá/PA e Xinguara/PA), um coordenador de cooperativa em Marabá (e ex-coordenador da CPT na mesma cidade), um missionário do CIMI (Conselho Indigenista Missionário), 2 presidentes da FETAGRI (Federação dos Trabalhadores na Agricultura), um segurança (da Polícia Militar) de pessoa ameaçada de morte, um coordenador regional do MST (Movimento dos trabalhadores rurais Sem-Terra), um representante sindical dos ruralistas e fazendeiros, uma juíza da vara agrária, um gerente de banco Caixa Econômica Federal (de Marabá).

Essas entrevistas foram gravadas e feitas como estudo de campo para a pesquisa, complementando as outras partes que são analíticas e envolve estudo quantitativo. As gravações de áudio ocorreram para que eu pudesse comprovar o material publicado, caso houvesse alguma reclamação sobre o conteúdo das entrevistas, algo que pode ocorrer dada a sensibilidade do tema. Mas, alguns entrevistados não permitiram gravar e, nessa situação, apenas anotei. Porém, como os relatos dos entrevistados englobam pessoas que estão ligadas diretamente às lutas e às mortes no campo em região de maior risco de morte agrária no país, conseguem esclarecer o conflito de maneira sucinta e clara ao leitor. Por essas razões, decidi manter as entrevistas na íntegra, e sem edição alguma para não tirar do contexto que os entrevistados fizeram. Por motivos de espaço nesta comunicação, apenas incluo algumas partes que julgo extremamente relevantes. Mesmo assim, deixo de incluir outras questões bem centrais para o tema da violência agrária no país.

A escolha dos entrevistados se deu pelas seguintes razões:

A Comissão Pastoral da Terra é um órgão ligado à Igreja Católica, que defende os direitos e a dignidade humana dos que trabalham na terra. A entidade publica anualmente um relatório sobre a situação de conflitos e disputas de terra e, ao que tudo indica, é um dos únicos documentos que mostram a real situação dos camponeses no Brasil. Por tal motivo, achamos conveniente que 3 coordenadores (sendo um ex-coordenador) desse órgão conte sua parte na história do conflito, pois conhecem a situação dos trabalhadores no campo de maneira profunda e *in loco*.

O Conselho Indigenista Missionário pertence à Igreja Católica e cuida do bem-estar dos Índios, também com relação a sua ligação com a terra. Os índios não foram muito mencionados neste trabalho, nas duas primeiras partes. No entanto, é um dos grupos que freqüentemente é ameaçado em suas próprias terras. Queríamos dar espaço a tal categoria, já que a entidade representa a voz de muitos dos índios frente ao homem branco.

A Fetagri é a entidade sindical dos trabalhadores na agricultura, espalhadas pelo país. Questões relacionadas à situação do trabalhador deveriam fazer parte do livro, pois uma das categorias de análise é a dos trabalhadores.

Uma situação *sui generis*, onde um policial militar faz a segurança de uma presidente de sindicato de Rondon-do-Pará, que teve seu marido assassinado por questões de terra e a própria é ameaçada de morte, até que recebeu proteção do estado. Assim, damos oportunidade de um membro da Polícia Militar dar seu depoimento, mesmo que protegendo uma cidadã que defende os trabalhadores rurais.

Movimentos sociais são, em geral, muito bem organizados e mobilizam milhares de trabalhadores sem-terra, dentre outras categorias. Não poderia, portanto, faltar um coordenador do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), prestando seu depoimento e dando a visão do conflito agrário na região. O acesso a esse tipo de movimento é difícil e houve a necessidade de conhecimento e indicações de pessoas para que a entrevista fosse levada a cabo.

O único representante do sindicato dos grandes fazendeiros e dos ruralistas em geral, que pudemos incluir nesse trabalho, apresenta sua versão da situação de violência no campo. Essa foi uma entrevista que empenhei-me demasiadamente em obter, pois é a única de representante dessa categoria patronal. Por conta disso, senti perigo a minha segurança pessoal.

Uma juíza da vara agrária, representando o *establishment*, faz parte do rol dos entrevistados necessários para dar a tal diversidade dos presentes no atual livro. Muitos personagens desse conflito afirmam que o Estado brasileiro está ausente em muitas localidades, especificamente nas que foram visitadas no estudo de campo. Por tal razão foi vital incluir alguém pertencente a um órgão público e do poder judiciário, já que cada vez mais a judicialização da política se dá em temas como esse de conflito de terra, ou seja, na ausência de políticas públicas sobre o tema pelo executivo, o judiciário dá seu veredito por meio de sentenças.

Por fim, um gerente da Caixa Econômica Federal presta esclarecimentos sobre as enormes filas em sua agência, onde há suspeita, por parte do autor, de muita ajuda social na região que mais se morre e mata por conflitos de terra no sul e sudeste do estado do Pará, dando ênfase à miséria e à pobreza desta parte esquecida pelas autoridades no Brasil.

Importante ressaltar que a memória que o entrevistador quer registrar, relativo aos conflitos agrários, diz respeito às convicções de cada partido, seja de um ou do outro lado do conflito, ativo ou passivo. Seria interessante incluir mais entrevistas do lado do grande fazendeiro, mas não foi possível por questões de inacessibilidade e até temor por parte do autor de que sofresse algum tipo de represália. Em geral, só são colhidas entrevistas e depoimentos de uma das partes nos trabalhos existentes. Como o intuito desse trabalho condiz com a neutralidade ideológica, apenas se atendo aos dados quantitativos (na primeira parte do livro) ou aos depoimentos dos entrevistados, não houve interesse em manter “o” lado de uma das partes como vítima e o outro como algoz. Isso, deixamos para os leitores tirarem suas conclusões, sem interceder a favor ou contra algum lado. Sem dúvidas, há um lado que morre mais, e isso os dados indicam. A questão é saber dos direitos e deveres dos seres humanos e cidadãos, e aonde

cada uma das partes extrapola e/ou "apenas" luta por seus direitos, seja na defesa da propriedade privada, ou no direito de ter um pedaço de terra.

Por que morreu quase o dobro de vítimas em disputas de terra no período estudado, ou seja, entre 1985-2005 do entre a mesma extensão de período de 21 anos entre 1964-1984, no período da ditadura militar? Nossa sugestão, baseado em outra literatura (quantitativa das guerras civis) é que em períodos de repressão os "rebeldes" em potencial terão muito mais receio de fazer algo, pois será mais arriscado. Em períodos de abertura, o preço a se pagar é menor e arrisca-se mais, ficando mais susceptível as conseqüências oriundas de uma invasão/ocupação de terras alheias.

É claro que a violência urbana das últimas décadas no país é muito superior à violência agrária, pelo menos em quantidade de vítimas. No entanto, o tipo e a motivação da violência é outra.

Agora, após tais explicações sobre o contexto da pesquisa e das entrevistas, exponho trechos de algumas das entrevistas, que julgo relevantes para o relato neste simpósio.

1) **Entrevista com José Batista Affonso – Coordenador da CPT em Marabá (e advogado).**

P – O que fez crescer a violência na região foi a ausência do Estado?

"Muita gente diz que há ausência do Estado aqui. Eu não acho. O Estado sempre esteve presente, mas ao lado de uma das partes. A burguesia nunca reclamou da ausência do Estado aqui. O poder judiciário dava a liminar na hora que eles queriam. O oficial de justiça estava ali na hora que eles queriam. O Estado estava presente para defender o interesse de um lado, mesmo que de forma totalmente equivocada quanto a seu papel. Aí começa a disputa em defesa da posse da terra contra os titulados, aumentando o número de mortes e ameaças de morte".

P – Nessa época ainda não acionavam a justiça?

"Acionavam a justiça e onde era possível levar a polícia ela ia. E a polícia ia como pistoleiro também. A ação da polícia não se diferenciava da pistolagem. Prendia, batia, espancava, matava, fazia o que os fazendeiros mandavam. Naquele tempo havia poucas delegacias de polícia os delegados e os investigadores eram indicados pelos fazendeiros e madeireiros, e não concursados. Os poucos promotores ou juízes que existiam também estavam a serviço dos interesses do latifúndio. Ia lá prá espancar, prá prender e prá matar, literalmente. Os dados da CPT indicam que 30 por cento ou mais das mortes foi diretamente causado pela polícia".

P – Então, quer dizer, que a democracia, do ponto de vista da reforma agrária, foi pior que no regime militar?

"Foi pior. Houve um aumento das ocupações e a violência foi proporcional ao aumento das ocupações. Certamente se houvesse tido um pico de ocupações no regime militar também haveria um aumento da violência. Entre 1985 e 1987 são os 3 anos em que se matou mais trabalhadores dessa região aqui. Não se matou em outra região do Brasil como se matou aqui nesse período. Temos muitas chacinas de vários trabalhadores, assassinatos".

P – É que havia uma expectativa muito grande quando Lula assumiu o governo, o que não se concretizou e acabou frustrando os trabalhadores.

"Exato, o mesmo ocorreu em 1985/6, após o término do governo militar. Mas, o número de assassinatos aumentou".

2) **Entrevista com Emmanuel Wambergue (MANO) – Dirigente da *Copserviços* em Marabá (e ex-coordenador da CPT na cidade).**

P – O que acontece com os políticos, como vereadores, prefeitos e deputados, na relação dos conflitos de terra? Nos dados, são muito poucos que morreram pela causa. Por quê?

"Bem, acredito que os políticos se envolvem. Eles não são mortos, pois é difícil matar um político. Eles andam com comitivas. Muitos dos assassinatos ocorrem por meio de emboscada. Cada pessoa que tem a cabeça a prêmio tem valor diferente para serem mortas, de acordo à importância da pessoa. Houve um tempo que o preço era marcado em dólares por causa da inflação.

Um detalhe: A Dorothy (Stang, assassinada em 2005) foi fundadora da CPT aqui comigo. Conheci bem ela. Eu pessoalmente posso citar na ponta do lápis os nomes de 32 amigos meus que foram assassinados".

P – E você não se sentiu ameaçado com toda essa violência em sua volta?

"Durante 15 anos não fui a nenhuma festa pública. Não saía sozinho à noite e, quando ia a certos lugares, sempre com carro cheio. É claro que se querem te pegar, te pegam. Eu tinha um apoio muito grande da igreja e uma vantagem de ser gringo. Pode dar uma implicação diplomática. Vários fazendeiros falaram que foi uma besteira ter matado a Dorothy. Poderiam ter matado sindicalistas que não teria essa repercussão tão exaltada do governo.

De certa forma, o que seria interessante ver é que geralmente os assassinados são de lideranças. Imagina-se que matando elas, acaba-se com o movimento. E geralmente o efeito é contrário. Falava-se em 1 por 2 (morria 1 do nosso lado e dois do outro lado). Isso não foi publicado em canto nenhum. Pistoleiro que morre nem é falado".

P – Os fazendeiros não ficariam mais receosos de utilizar violência e matar trabalhadores quando há um movimento por trás de pessoas que ocupam terras?

"Aqui a impunidade é completa. De todos os assassinatos eu acho que tem apenas 3 pessoas que foram para a cadeia. E para julgamento foram 5. E ainda porque era a Dorothy, era um padre, era um presidente de sindicato. Até agora não vi nenhum julgamento por ser assassinato. Teve a curva do S, um escândalo que foi naquele tempo. Eu disse na ocasião que tinha certeza que quem iria para a cadeia nesse caso eram os mortos. É a impunidade. Matar alguém no meio da rua aqui não acontece nada. Depende de quem mata e quem morre.

A necessidade de ter terra e a situação de pouca empregabilidade desde 2000 (apesar de ter aumentado o trabalho em serviços e informática e no comércio) fez que o movimento fosse espontâneo em busca de terra".

3) **Entrevista com James de Senna Simpson – Representante do Sindicato dos Produtores Rurais de Marabá.**

P – Como que os ruralistas geralmente vêem esse tipo de conflito?

"A primeira coisa que temos que ver é que não existe mais hoje a luta pela terra. O que existe é a política e um grupo de pessoas que querem tomar o poder pela força. Que a partir do momento que você vê movimentos sociais invadindo siderúrgicas, invadindo a Vale do Rio Doce, a Eletronorte, que isso tem a ver com terra?

O foco da reforma agrária já se perdeu. Não existe mais luta no campo por reforma agrária, tanto que a onda de invasões aqui na região tem diminuído por parte de quem quer terra. O que nós temos hoje são milícias, bandos armados tomando fazendas, matando os fazendeiros, fazendo esbulho, queimando tudo: não querem terra. Nós nunca fomos contra a reforma agrária, pelo contrário. O sindicato rural sempre apoiou e sempre apóia. Uma vez que o cidadão brasileiro é assentado ele passa a ser um produtor rural. E a partir desse momento é obrigação do sindicato dar assistência a essa pessoa, não importa a quantidade de terras que ele tem.

O que vemos é que os assentamentos, principalmente na nossa região, não foram prá frente: viraram favelas rurais, verdadeiros bandos de miséria, ninguém produz nada, de 80 a 90 por cento das pessoas não tem aptidão nenhuma ao campo. São pessoas arregimentadas em bares, em favelas, à marginalidade dos municípios. A mata da Amazônia é um local muito difícil de se sobreviver, sem assistência, sem tecnologia, sem recursos do governo.

Pegar uma pessoa que não tem experiência nenhuma de terra e jogar na selva amazônica, no meio de uma mata, o resultado só pode ser esse que nós temos hoje: uma falta de produtividade total".

P – Você mencionou no início dessa conversa que os trabalhadores têm milícias. Só que eles dizem que a milícia está do lado dos fazendeiros.

"Você leu a Revista Veja dessa semana? Não somos nós que estamos falando, é a Veja. O título da reportagem é "Faroeste no Pará". Não preciso te dizer mais nada.

Porque a Constituição te assegura o direito de propriedade? A lei não te dá o direito de defender o que é seu? Na Constituição está lá, o direito de propriedade, de defender o que é meu".

P – Mas, com armas?

"Com o que quiser. Se um ladrão entra na sua casa você tem o direito de defender ela. Como você vai defender uma pessoa com um 38 na sua cara? Você vai ajoelhar no pé dele e rezar?"

P – Mas as pessoas foram assassinadas aqui na região...

"E quantos fazendeiros foram assassinados, você sabe? Claro que não, vocês sabem só do outro lado. Não vende. A mídia não vende. Ninguém vai prá um jornal prá ver lá que mataram uns fazendeiros no Pará. Ah, mataram um líder do MST...agora sim, que é notícia. Isso corre o mundo. Aquela palhaçada de Eldorado de Carajás [referente ao massacre de Eldorado, onde 19 trabalhadores foram mortos pela polícia]. Eu tava lá nesse dia preso lá no trânsito. Eu vou ser

bem sincero. Se eu fosse um PM naquele dia eu tinha feito a mesma coisa. Ou eu matava ou eu morria. É só ver a polícia correndo e um caminhão atrás para prender eles e os caras todos escondidos".

P - **Mas não precisava ser com armas, não acha?**

"Você quer que eu te conte uma coisa? Já existem indícios fortes aqui no Pará que aquilo tudo foi premeditado. Sabe como se chama aquilo? Queima de arquivo. Aquilo se chama fato político. Já tem depoimento que eles mesmos se mataram lá dentro.

No laudo de balística dizia que sem-terra foi morto por bala de 22. Policial usa 22? Policial fardado está lá prá desobstruir uma estrada e vai dar um tiro de espingarda 22? O cara tava de carabina, de tipo pistola 9mm".

4) **Entrevista com Charles Trocate – Coordenador regional do MST em Marabá.**

P - O MST, então, não vê o objetivo final, que é o assentamento, mas o assentamento em terras griladas e no latifúndio, mas não em terras públicas.

"Não interessa ser assentado em terras públicas. Nós queremos eliminar o latifúndio da sociedade brasileira. Essa é a nossa tarefa, entregar esse país mais sadio para a nova geração".

5) **Entrevista com a Juíza Cláudia Regina Favacho Moura – Vara agrária de Marabá** (anotações do autor, sem gravação de áudio).

Essa vara não tem competência criminal, mas apenas cível. A juíza acredita que o desordenamento fundiário do estado do Pará é o causador dos conflitos de terra. O estado não vai conseguir resolver a questão agrária sem antes resolver a questão fundiária, isto é, resolver a quem pertence a terra, já que a grilagem é comum. Outro fator que facilita a grilagem de terras são as dimensões do estado (o segundo maior do país), já que há casos que o estado não consegue mais acompanhar.

A impunidade de que se fala muito não é exato. De acordo com uma pesquisa do Tribunal de Justiça, os processos com motivação agrária muitas vezes não passa da polícia para o Judiciário.

O aparato estatal não consegue se fazer presente em muitas localidades, por vários motivos, inclusive pelo número de pessoal. A vara agrária de Marabá atende a 143 municípios (sendo 105 comarcas).

A juíza acredita que enquanto houver terra sem demarcação haverá conflito de terras.

6) **Entrevista com Ana de Souza Pinto ("Aninha") – Socióloga e coordenadora da CPT de Xinguara (PA).** Foi realizada durante viagem de Xinguara a Conceição do Araguaia.

P – Você falou que os médios proprietários são mais violentos que os grandes, que geralmente são muito poderosos, seja na política, ou nas suas relações com grupos influentes que teriam a perder com seus nomes envolvidos nesse tipo de crime. Seriam os médios proprietários aqueles que cometem a maior quantidade de crimes agrários?

"Quem manda assassinar tanto os trabalhadores como seus parceiros na luta e aliados? Eu disse que os grandes fazem uma análise política na conveniência de mandar assassinar esse pessoal. Nem sempre o único meio é a eliminação de pessoas. Eles fazem a análise da repercussão disso frente à sociedade, tanto a nível nacional como internacional. A imagem do setor produtivo poderia ser arranhada pela violência. Ao passo que os médios, a impressão que temos é que eles não estão tão preocupados com a repercussão, com a violência e não fazem essa análise política. Eles querem tirar pessoas que estão no caminho. São mais ousados, mais truculentos. Na década de oitenta, quando a violência era muito alta, dizíamos que a violência era utilizada como dimensão pedagógica. Não basta só matar simplesmente. Tem que matar com requinte de crueldade só prá dar o exemplo pros outros. Se alguém passar no nosso caminho, olha o que pode acontecer. Tem casos muito horríveis na região do Baixo Araguaia, na região de São Geraldo, na década de oitenta. Foram muitos e muitos conflitos e, realmente, muitos assassinatos".

P – No regime militar houve menos mortes. Talvez a repressão dificultava a ocupação de terra. Você acha que a explicação do aumento de mortes na democracia, onde a repressão não era tão forte como no regime militar procede?

"Sim, acho que procede. O Sarney vivia na mídia prometendo reforma agrária e não deu. Quando a desapropriação é realizada em terras griladas a União perde muito dinheiro. No estado do Pará quando Jader Barbalho era ministro extraordinário da reforma agrária, o que teve de fazendeiro que se beneficiou com o superfaturamento das propriedades. Os preços foram lá prá cima. No Brasil todo o debate sobre a democratização da terra tem que ser feito levando em conta outros fatores e não somente a terra, como infraestrutura, crédito, apoio técnico. É muito dramático o que vem acontecendo. Na Amazônia, o modelo que os militares implantaram foi para beneficiar os interesses do grande capital mais e mais. A atividade econômica era o gado. Isso tinha impacto ambiental e impedia que outros tivessem terra, já que havia a concentração da terra. As políticas públicas foram na lógica da atividade do gado".

Diferentes concepções de mundo e a presença do Estado

As 'versões pessoais' e relatos das entrevistas que foram realizadas dão uma melhor compreensão à nossa variável a ser explicada, ou seja, a violência agrária, fazendo-nos considerar as posições de vários lados involucrados nesse conflito que causa morte.

Esperamos que, tanto por meio da investigação quantitativa que não foi apresentada nesta comunicação, mas que faz parte do livro lançado recentemente, como de algumas das entrevistas apresentadas de forma compacta, o leitor possa tirar sua própria conclusão a respeito de possíveis soluções a serem tomadas por intermédio de políticas públicas do Estado brasileiro em suas diferentes esferas, seja federal, estadual ou municipal para que o risco de mortes resultantes de conflitos de terra no país seja reduzido ao máximo.

De qualquer maneira, entender os números e as categorias diversas de camponeses que sofrem e morrem em conflitos agrários e suas possíveis razões, auxilia na resolução do problema. Sem as dimensões desse problema e os especificamente afetados por conflitos agrários, seria difícil criar políticas que pudessem reduzir esse tipo de violência. O intuito desse trabalho, além

de fazer o leitor compreender tal questão, conduz à criação de políticas públicas que possam reduzir o risco da morte por conflitos de terra.

Juntamente com a redução da violência no campo, a avaliação das políticas de desconcentração de terra por meio da substituição de latifúndios por unidades de agricultura familiar e a de redução da pobreza e da desigualdade de renda em zonas rurais, é o alvo da proposta dessa comunicação, mesmo que não mostramos as duas primeiras partes dela, e o tema de discussão para a melhoria dos índices sócio-econômicos e redução da violência nos conflitos de terra.

É gritante a distância de idéias entre o representante dos ruralistas com os outros entrevistados ouvidos. Essa separação indica a dificuldade de resolução deste impasse e os diferentes mundos e concepções que estão em choque. Há necessidade de se fazer uma ponte entre os dois lados para que haja diálogo e redução da violência. O papel do Estado é fundamental. Primeiramente, é mandatória a presença do Estado nestas regiões isoladas do país. O trabalho educacional e cultural levará, provavelmente, gerações para surtir efeito e, só assim, teremos perspectivas de uma maior integração e relação pacífica entre as duas concepções de mundo trazidas nesta abordagem conflituosa entre desiguais que não falam a mesma língua.

Referências bibliográficas:

ALMEIDA, A.M. "Muita terra e pouco dono. Análise historic-estrutural da questão agrária no Brasil". *OSAL*. Setembro 2000;

ALSTON, L.J.; LIBECAP, G.D.; MUELLER B. "A model of rural conflict: Violence

and land reform policy in Brazil". *Environment and Development economics*,

BARBIERI, G. *Reforma agrária somente no discurso*. Brasília: entrevista Radioagência NP, 03/05/2007;

BARROS, R.P.; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. "A estabilidade inaceitável: Desigualdade e pobreza no Brasil". In Henriques, R. (org.) *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000;

BRUNO, R.A.L. Nova República: a violência patronal rural como prática de classe. *Sociologias*. 5(10), Porto Alegre, Julho – Dezembro 2003, pp.284–310;

CARVALHO, L.M. "Documentos do MST mostram: objetivo é derrotar o capitalismo", *O Estado de São Paulo*, Abril 7, 2002;

CPT (Comissão Pastoral da Terra). *Conflitos no Campo Brasil*, Goiânia: Gráfica e Editora Pe. Berthier, anos 1985 – 1995 <http://www.cptnac.com.br>;

FELICIANO, C.A. *O movimento camponês rebelde e a geografia da reforma agrária*. Dissertação de mestrado, FFLCH/USP, Maio 2003;

FELÍCIO, M.J. "A conflitualidade dos paradigmas da questão agrária e do capitalismo agrário a partir dos conceitos de agricultor familiar e de camponês". *Revista de geografia agrária*, 1(2), pp.14 – 30, agosto, 2006;

FERRANTI, D; *et alli*. *Beyond the City: The Rural Contribution to Development*. The World Bank, Advance Edition, Washington D.C., 2005;

FERREIRA, F.H.G. "Os determinantes da desigualdade de renda no Brasil: Luta de classes ou heterogeneidade educacional?". Departamento de economia – PUC-RIO. Apresentado no Seminário sobre desigualdade e Pobreza no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, entre 12-14 de agosto de 1999, pp.1-29;

GARCEZ, A.R.B. *Pobreza e violência. Uma interrogação às evidências***.** Dissertação de mestrado. Departamento de Sociologia, FFLCH/USP. São Paulo, 1998;

GRAZIANO, C. *O paradoxo agrário*. Campinas: Editora Pontes, 1999;

GUANZIROLI, C.G.; ROMEIRO, A.; BUAINAIN, A.M.; SABBATO, A.D.; BITTENCOURT, G. *Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI*, Rio de Janeiro: Garamond e FAO, 2001;

HOFFMANN, R. "Desigualdade e pobreza no Brasil no period 1979-1998". Mimeo. Esalq/USP e IE/UNICAMP. Piracicaba, SP: 2000, pp.1-24;

HOFFMANN, R. *Distribuição de renda: Medidas de desigualdade e pobreza*. São Paulo: Editora Edusp, 1998;

HUMAN RIGHTS WATCH. *Violência rural no Brasil*. Relatório Americas Watch, Fevereiro 1991;

INCRA. *Assentamentos rurais : impasses e dilemas - uma trajetória de 20 anos*. O. A. Junior; V. L. S. B. Ferrante (orgs.), 2005;

INCRA. *Evolução da Estrutura Fundiária*, 1992;

INCRA. *O Brasil desconcentrando terras: Índice de GINI*. Maio, 2001. <http://www.incra.com.br>;

INCRA/FAO. *Novo retrato da agricultura familiar: O Brasil redescoberto*. Banco de dados SADE, 2000. Disponível em 26/09/2008 no sítio http://200.252.80.30/sade/;

KAGEYAMA, A. As múltiplas fontes de renda das famílias agrícolas brasileiras, *Agricultura em São Paulo: Revista de economia agrícola*, 48(2), São Paulo, SP, 2001, pp.57-69;

KAGEYAMA, A. Diversificação das rendas nos domicílios agrícolas no Brasil, 1992 e 2001, *Economia e sociedade*, 12(1), Campinas, janeiro-junho 2003, pp.65-86;

KAGEYAMA, A.; HOFFMANN, R. Pobreza no Brasil: Uma perspectiva multidimensional, *Economia e sociedade*, 15(1), Campinas, janeiro-junho 2006, pp.79-112;

KRAMER, R.C. "Poverty, inequality and youth violence". *Annals of the American academy of political and social science*, Vol.567, janeiro 2000, pp.123-139;

LEITE, S. *et alli*. *Impacto dos assentamentos: Um estudo sobre o meio rural brasileiro*. Editora Unesp, 2004;

LÓPEZ, R.; VALDÉS, A. "O combate à pobreza na América Latina : novas evidências dos efeitos da educação, demografia e acesso à terra". In: *A economia da reforma agrária*, estudos NEAD (5), Brasília: 2001;

MARTINS, J. S. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1981;
MST. *Assassinatos no campo: Crime e impunidade 1964 – 1985*.MST, 1986;

n.4, Cambridge University Press, 1999, pp.135 – 160;

ROMERO, J.I. *Questão agrária:Latifúndio ou agricultura familiar – A produção familiar no mundo globalizado*, São Paulo: Editora Moderna, coleção Paradoxo, 1998;

SCHNEIDER, S.; FIALHO, M.A.V. "Pobreza rural, desequilíbrios regionais e desenvolvimento agrário no Rio Grande do Sul", *Teorias e evidências econômicas*, Passo Fundo, 8(15), novembro de 2000, pp.117-150;

TEIXEIRA, D.R.M. *As organizações patronais rurais e a política de reforma agrária na Nova República*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Viçosa/MG, Julho 2006;

VEIGA, J. E. "A dimensão rural do Brasil". *Estudos sociedade e agricultura*. Abril, 12(1), 2004, pp.71-94;

VEIGA, J. E. *Poverty alleviation through access to land: the experience of the Brazilian agrarian reform process*, Manuscrito preparado para o Comite Mundial de Segurança Alimentar, FAO: Roma, 16 Maio 2003;

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. "A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o "rural" como espaço singular e ator coletivo". Estudos Sociedade e Agricultura, 15, outubro, 2000, pp.87-145;

WINROCK INTERNATIONAL. *Pobreza rural no nordeste do Brasil: Um estudo participativo***.** Faculdade Integrada da Bahia, 2000**;**

ZICCARDI, A. "Pobreza, território y políticas sociales". *Revista Mexicana de sociologia*, 61(4), outubro-dezembro 1999, pp. 109-126;

ZIMERMAN, A. *Peguem a foice e vamos à luta: Determinantes agrários da guerra civil*. São Paulo, Editora Humanitas, 2008.

Um Laboratório para a Humanização em Saúde. O Laboratório de Humanidades e a Literatura como Instrumento de Humanização

Yuri Bittar[488]

Pensar e implantar programas e ações em humanização em saúde é uma necessidade e uma obrigação das instituições de atendimento em saúde e das universidades. É uma necessidade de mercado, de melhoria, e também uma obrigação prevista em lei. Também parece bastante claro que ainda há carência de projetos, e que os existentes ainda precisam de mais base teórica e experiências exemplares.

As Humanidades e a Saúde estiveram sempre presentes em minha trajetória de formação e atuação profissional. Formado em Desenho Industrial pelo Mackenzie (2000) e em História pela FFLCH-USP, atuei primeiramente como designer e fotógrafo e, em 2004, por meio de concurso público, ingressei na UNIFESP, sendo designado para o SAME, Serviço de Arquivo Médico e Estatística, setor responsável pelo arquivo do Hospital São Paulo e pelos balcões de atendimento aos pacientes. Trabalhei um mês na Internação, seis meses no Pronto-Atendimento e um ano e meio no Registro Médico e Marcação de Consultas. Em agosto de 2006 fui transferido para a Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), onde voltei a trabalhar como designer e fotógrafo, além de ter diversas outras funções em informática e administração em educação, organização de congressos, emissão de diplomas e atendimento a alunos.

Por estar em um setor que incentiva a atividade acadêmica, vi despertar o desejo de continuar meus estudos, agora em nível de pós-graduação, buscando associar educação e saúde, de um modo que meu estudo colaborasse com meu trabalho e vice-versa. Nesta mesma época obtive, pela intranet da UNIFESP, informações a respeito de uma atividade que já pelo nome atraiu-me, o Laboratório de Humanidades (LabHum).

A minha participação no LabHum me sensibilizou e levou-me a questionar a respeito do impacto dessas reflexões humanísticas nas vidas dos participantes. Ao mesmo tempo, como designer, interessou-me refletir sobre esta experiência à luz das novas ferramentas de comunicação e informação aplicadas à educação.

Ainda em 2006, participando do LabHum e próximo de me formar em História, procurei o Prof. Dante Marcello Gallian buscando orientação sobre mestrado. Levei uma idéia inicial, já sobre educação e saúde, e chegamos à conclusão que uma pesquisa sobre o LabHum seria extremamente instigante. Pareceu-me, dessa forma, uma ótima oportunidade de avaliar o impacto da experiência com as humanidades em um público da área da saúde que, consciente ou inconscientemente, se preocupa com a questão da humanização.

---

488 Mestrando - Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP

Desde 2006 venho não só participando do LabHum como assistente, mas também como monitor, coordenando a lista de discussão do grupo e dando apoio na sala de aula, o que tem sido útil para conhecer bem os participantes, além do ganho pessoal que tudo isso vem já me proporcionando. Ao longo de todo este tempo, pude, com a ajuda e orientação do Prof. Dante, ir amadurecendo o projeto que hora se apresenta.

O objeto

O objetivo do Laboratório de Humanidades é explorar e aprofundar a experiência afetiva produzida no encontro com uma obra literária, "pois sabemos que sem o envolvimento integral da pessoa, enquanto ser dotado de sentimento, inteligência e vontade, não pode haver uma efetiva experiência de humanização (...) , incentiva-se, antes de tudo, a manifestação e compartilhamento das sensações, das emoções" (Gallian, 2009)

Assim a experiência da leitura pode ser ampliada, e surgem novas oportunidades de leitura a partir das experiências dos outros participantes. "Começa a experiência da "ampliação da esfera do ser", como bem coloca Teixeira Coelho em seu ensaio sobre "A Cultura como Experiência" (Gallian, 2009).

Sendo desenvolvido desde 2005, o Laboratório de Humanidades, ou LabHum, é um grupo que se reúne semanalmente para discutir a leitura de textos, geralmente clássicos da literatura. É uma atividade de ensino extracurricular, nascido dentro do curso de medicina, como uma espécie de continuação das discussões originadas em sala de aula, na disciplina eletiva História da Medicina. Em 2009 passou a ser também uma disciplina da pós-graduação.

O grupo é coordenado pelo diretor do Centro de História e Filosofia da Saúde (CeHFi), Prof. Dr. Dante Marcello Claramonte Gallian e assessorado pelo Prof. Dr. Rafael Ruiz (Campus Guarulhos), ambos docentes da UNIFESP, e surgiu como iniciativa dos alunos e ganhou proporções maiores. Começou com os textos históricos da área médica, passando pelos da filosofia, chegando aos clássicos da literatura. Hoje participam do grupo alunos da graduação, da pós-graduação, funcionários, docentes, profissionais da saúde ligados à instituição e até de fora desta.

O LabHum tem forte impacto nos seus participantes. E essa é, aliás, a sua proposta, ou seja, despertar, a partir das humanidades, a discussão sobre os valores humanos mais profundos, sempre presentes nos clássicos da literatura.

Por ter em sua maioria participantes ligados a área da saúde, os valores humanísticos aplicados a esta área acabam sendo o principal eixo temático. Em decorrência disso surge no grupo a preocupação em pensar a humanização em saúde. O objetivo é simplesmente trocar experiências de leitura, mas a profundidade das discussões leva a profundas reflexões sobre as questões essenciais da existência humana.

Apresentando objetivos de investigação de caráter histórico-filosófico e, ao mesmo tempo, experimental e avaliativo, o projeto que aqui apresento encaixa-se nesta dimensão de âmbito mais "prático" desta linha de pesquisa, ao mesmo tempo que responde ao escopo da linha de

investigação proposta pelo programa de pós-graduação: “Processos Educativos nos Cenários de Trabalho em Saúde.”

Segundo Gregório Marañon, (apud. Gallian em O papel das humanidades na Medicina, 2001), as artes, e a literatura em especial, são os melhores meios para se entender o homem como um todo, como ser integral e humano, não apenas biológico. Pretendemos então explorar e entender as diversas concepções de humanização em saúde, questão de grande importância hoje, e dar uma base firme para esta discussão. Dentro deste esforço também precisamos compreender o papel das humanidades dentro da área da saúde. Entender as atuais discussões sobre a humanização do profissional em saúde é refletir sobre o que são as humanidades, e qual é o seu potencial transformador.

Prazer e crescimento pessoal parecem estar juntos na experiência do LabHum. Chama a atenção a importância que os participantes atribuem ao LabHum, levando a atividade muito a sério, aderindo à idéia e participando com dedicação. Com a recente transformação do LabHum em disciplina de pós-graduação, vemos que os participantes “livres” não ficam a dever em atenção e dedicação aos que buscam créditos.

Justificativa

O objetivo do projeto é fornecer elementos sólidos para outras práticas que visem a humanização em saúde. O próprio LabHum tem originado outros cursos, que podem utilizar o produto final como acervo de recursos.

A humanização em saúde e na educação é um tema muito discutido atualmente e é claramente uma necessidade da sociedade. O LabHum parece ter um forte e positivo impacto humanizador em seus participantes, na maioria profissionais da área da saúde, e é preciso que este impacto seja conhecido e compreendido para podermos continuar, melhorar e ampliar esta atividade. Além disso o tema me é muito caro por isso me considero apto a explorá-lo.

Entre tantos trabalhos e programas sobre o tema, a humanização voltada ao profissional ou estudante da saúde parece ser uma lacuna, ou seja, como tornar estas pessoas mais aptas a lidar com as dificuldades do dia-a-dia.

Objetivos

Espero com esta pesquisa poder entender como essa experiência se difere de outras que se propõem humanizadoras. Será isso apenas um oásis de reflexões? Será que essas reflexões saem do LabHum e se amplificam? E qual é a relevância que uma atividade como essa tem para a sociedade? Como acontece essa mistura de diferentes níveis de formação num mesmo espaço de discussão? E qual é o seu efeito na vida desses participantes? Será esta atividade um efetivo

instrumento de humanização? E afinal o que estes mesmos participantes entendem por humanização?

Objetivo Central

Analisar o impacto e as repercussões do LabHum na história de vida de seus participantes, tendo em vista a questão da formação humanista e a humanização no âmbito da saúde.

Objetivos Específicos

Procurar perceber a influência do LabHum entre os alunos e profissionais que dele participam, em seus estudos e atividades diárias.

Investigar as diversas concepções de humanização que emergem no discurso dos participantes do LabHum.

Descrever e analisar o LabHum enquanto espaço de convivência e troca de experiências, levando em consideração sua diversidade geracional, sociocultural, assim como sua dimensão interdisciplinar.

Avaliar a validade do LabHum como espaço de formação humanística no âmbito da saúde.

Investigar a questão das novas ferramentas de comunicação, como a lista de discussões na internet, complementar ao LabHum, e seus possíveis desdobramentos sociais, especialmente em relação a difusão e socialização do conhecimento e da informação e incentivo à leitura, assim como a produção de reflexão, em forma de textos.

Elaborar, como resultado da pesquisa, um produto que vise trazer contribuições ao LabHum, assim como projetá-lo como experiência de humanização para outros espaços da universidade e da sociedade no âmbito da Saúde.

Hipóteses

A nossa hipótese é de que a humanização deve ser buscada através da experiência interpelativa, que afeta o indivíduo pela via cognitiva, afetiva e volitiva. Ou seja, a "ampliação da esfera do ser", ou a verdadeira humanização, deve ocorrer por via deste encontro com a leitura e o compartilhamento de experiência, que além de trazer conhecimento (esfera cognitiva) e afetar o

indivíduo em seus sentimentos, tocá-lo (esfera afetiva), deve ainda levar a uma mudança de visão e atitudes (esfera volitiva), onde se dá de fato a humanização (Gallian, 2009).

Referencial teórico

O arcabouço teórico do projeto de pesquisa no qual essa proposta se insere ("As Patologias da Modernidade e os Remédios das Humanidades: investigação e experimentação") nos servirá de base na abordagem histórico-filosófica dos conceitos de Humanidades, Humanismo e Humanização. Neste sentido, nos apoiaremos em outros autores como Gallian (2001) para a discussão sobre desumanização e humanização em saúde, Janine Ribeiro (2001) para o tema das Humanidades e educação de forma geral, Quintás (1996) e Adorno (2003) para o papel formativo da literatura, Batista (2005) como reflexão sobre o ensino em saúde. Iremos também abordar a questão da interdisciplinaridade, novas tecnologias e prática social, abordadas por Nildo Batista na introdução de Ensino em Saúde - visitando conceitos e práticas (2005). Utilizaremos Briggs e Burke (2004) para entender o desenvolvimento dos meios de comunicação, incluindo o livro e a internet.

Uma discussão sobre o sentido dos termos Humanidades, Humanização e formação humana no âmbito das ciências da saúde, levando em consideração aspectos históricos, filosóficos e sociológicos, apresentar-se-á como algo fundamental e imprescindível neste trabalho.

Além disso, esta proposta se encaixa em um projeto maior, intitulado "As Patologias da Modernidade e os Remédios das Humanidades: investigação e experimentação", coordenado pelo professor Dante Marcello Gallian e que conta com a participação de outros professores, da UNIFESP e da PUC-SP. Tal projeto, em fase de delineamento, tem como objetivo central investigar o tema da desumanização enquanto fenômeno "patológico" intrinsecamente relacionado à modernidade, e, ao mesmo tempo, investigar a experiência das humanidades como "remédio" ou instrumento de humanização.

Metodologia

Para tentar responder a estas questões procuraremos lançar mão de metodologias que nos parecem as mais adequadas no sentido de abordar processos que se efetivam num âmbito mais profundo e existencial da atuação humana: a observação participante, análise documental e a História Oral de Vida.

Iremos ainda buscar os conceitos existentes hoje sobre a humanização e o papel das humanidades em saúde para podermos relacionar estes conceitos com a prática do LabHum, refletindo sobre a educação em saúde e literatura como ferramenta de reflexão.

Procuraremos entrevistar de 10 a 15 participantes do LabHum, levando em conta aspectos como faixa etária, sexo, nível de formação, tempo de participação na atividade e outras variantes,

procurando perceber como esta experiência com as humanidades repercute em sua vida estudantil, profissional e mesmo pessoal.

A História Oral tem a peculiaridade de produzir sua própria documentação, assim ele assume uma postura honesta e coerente. Honesta, pois essa documentação, produzida pelo próprio pesquisador, tem sua "veracidade" garantida, já que a fonte, os meios pelos quais ela foi produzida e armazenada são de total conhecimento dele. Coerente, pois se trata de uma documentação "sob-medida", ou seja, ao invés de se procurar documentos que comprovem uma tese, no caso da História Oral, a tese vai se formando tendo seus documentos como alicerces e guias como definido por Holanda e Bom Meihy (2007).

Por outro lado, a História Oral de vida possibilita abordar o objeto da investigação na sua inserção mais ampla e completa, ou seja, na trama complexa e paradoxal da própria vida relembrada e narrada. Ao invés de induzir o entrevistado através de questões fechadas, em busca de "informações" pertinentes, a História Oral abre a possibilidade para que o próprio sujeito formule, livremente, as "informações" e "visões" que ele julga importantes.

A investigação a respeito da "humanização" não pode partir de um pressuposto conceitual fechado, determinado por critérios estreitos e estanques. Envolvendo dimensões não apenas do cognitivo, mas também do afetivo e do volitivo, a experiência da humanização é algo que só se pode atingir através de uma avaliação ampla, onde o subjetivo, o pessoal, possa se expressar com liberdade, sem constrangimento. Neste sentido, a observação participativa, inspirada na visão etnográfica de Clifford Geertz (2002) e a História Oral de vida apresentam-se como os meios mais adequados para atingirmos os objetivos em nossa pesquisa

A observação participativa, ou seja, a presença e a participação do pesquisador na prática educativa por ele estudada, permite uma vivência real nessa atividade. Assim pretendemos fazer observações das reações dos participantes durante o LabHum, buscando entender o efeito imediato das reflexões em cada indivíduo.

Iremos estudar as correspondências eletrônicas trocadas pelos participantes do LabHum por meio da lista de discussão do grupo, entendendo estes emails como documentação. Para isso utilizaremos a análise documental, utilizando como base o trabalho de Bogdan (1994) e outros sobre esta metodologia. A intenção é buscar nestas mensagens acumuladas, desde 2006, falas espontâneas dos próprios participantes, descrevendo aspectos do impacto do LabHum em suas vidas. Idéias observadas nesses documentos poderão ser comparadas às extraídas das entrevistas de história oral de vida.

Conclusões Parciais

"Muitos são os testemunhos, ainda colhidos informalmente, nas próprias reuniões do Laboratório ou em conversa pessoal com os coordenadores, que atestam esta verdadeira experiência de humanização que advém da participação contínua nas dinâmicas laboratoriais. Uma experiência que toca, amplia e faz mudar a própria perspectiva existencial; uma experiência tão própria do humano, mas tão desvalorizada e esquecida no contexto atual" (Gallian, 2009).

A devolução, etapa prevista em um projeto de história oral de vida (Holanda, Fabíola; Meihy, J.C.S.B), e consiste em dar um retorno aos colaboradores. Trata-se de um agradecimento, de um reconhecimento da importância da ajuda que estes deram à pesquisa. Esta devolução ocorrerá na

forma do sitio eletrônico do LabHum, que se tornará um espaço para divulgação, mas também para expressão dos participantes e para que os que não puderem mais freqüentar possam acompanhar as novas leituras e evoluções. Os colaboradores receberão ainda cópia da sua entrevista, na redação final, e serão convidados a assistir a banca.

Apesar da análise ainda incompleta, já podemos perceber que:

Os colaboradores percebem a importância desta atividade, reconhecendo-a como parte de uma formação humanista;

O LabHum ajuda no preparo para desafios da vida cotidiana, os participantes reconhecem isso;

Os participantes percebem que o LabHum lhes dá mais recursos para lidar com os desafios da vida profissional, assim como idéias para inovações;

Para alguns o LabHum representa uma espécie de orientação acadêmica, levando alguns a voltar a estudar ou a mudar o rumo de sua formação, voltando-se para uma direção mais acadêmica.

Eles percebem o LabHum como lugar de encontro e de auto-conhecimento;

Para os mais jovens, principalmente graduandos e mestrandos, o LabHum influência fortemente nas suas carreiras acadêmicas, dando-lhes uma visão muito mais humanizada da saúde, criando atividades extra-curriculares ou até mesmo escolhendo cursos de pós-graduação que busca de uma aproximação do humano e do ético. Eles percebem o LabHum como lugar de novas possibilidades, de abertura da visão e fuga do comum. Como disse um deles; "para mim, o Laboratório de Humanidades é um lugar de "formação" de inquietos, um lugar de desadequação."

Para participantes mais experientes, profissionais com anos de atividade, professores e doutores, o LabHum é muito mais um lugar de reencontro, de pausa na correria de suas atividades, de recuperação do hábito de ler. Mas mesmo para alguns desses o LabHum traz de volta a vontade de voltar a estudar, de repensar aspectos da vida, ou de apenas escrever e compartilhar.

Referências bibliográficas:

ADORNO, Theodor. Notas de Literatura I. Tradução e apresentação de Jorge de Almeida. São Paulo, Editora 34 e Livraria Editora Duas Cidades, 2003

AMADO, Janaína, FERREIRA, Marieta de Moraes. Usos e abusos da História Oral. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996

BATISTA, N. A. (Org.) ; Batista, S. H.S.S (Org.) ; Abdalla, I. G. (Org.) . Ensino em Saúde: visitando conceitos e práticas. 1. ed. São Paulo: Arte & Ciência, 2005.

BOGDAN, RCE e BIKLEN, SK. Investigação Qualitativa em educação – uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora, 1994.

BRIGGS, Asa e Burke, Peter. Uma História Social da Mídia. Tradução. Jorge Zahar Editor Ltda, Rio de Janeiro, 2004.

GALLIAN , Dante Marcello Claramonte. O papel das humanidades na medicina. Psiquiatria na Prática Médica - Centro de Estudos - Departamento de Psiquiatria - UNIFESP, 2001, Volume 34, número 4. Disponível em: http://www.unifesp.br/dpsiq/polbr/ppm. Acesso em 13 de janeiro de 2009.

GALLIAN , Dante Marcello Claramonte. O que é o Laboratório de Humanidades: sua história, seu "funcionamento" e sua finalidade. Blog do LabHum. Disponível em: http://labhum.blogspot.com/2009/10/o-que-e-o-laboratorio-de-humanidades.html

GEERTZ, Clifford. Obras e vidas: o antropólogo como autor. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002

HOLANDA, Fabíola; MEIHY, J.C.S.B.. História Oral: como fazer, como pensar. Contexto, São Paulo, 2007

LARROSA Bondia, Jorge. Notas sobre a experiência e o saber da experiência. Revista. Brasileira de Educação. Campinas: Autores Associados, nº 19. p. 20-28. Jan./Abr. 2002

MEIHY, J. C. S. B. Manual de História Oral. São Paulo: Editora Loyola, 2005.

QUINTÁS, Alfonso López. A Experiência Estética, Fonte Inesgotável de Formação Humana. S/D. Disponível em:

http://www.hottopos.com/videtur19/quintassilvia.htm. Acesso em 13 de janeiro de 2009.

RIBEIRO, Renato Janine. Humanidades; um novo curso na USP. São Paulo, Edusp, 2001

SANTOS, Boaventura de Sousa. Um discurso sobre as ciências - 6ª edição. Editora Cortez, São Paulo, 2009.

SILVA, A. P.; BARROS, C. R.; NOGUEIRA, M. L. M.; BARROS, V. A. "Conte-me sua história": reflexões sobre o método de História de Vida. Mosaico: estudos em psicologia. Belo Horizonte, v.1, n. 1, p.25-35, 2007.

SPINDOLA, T.; SANTOS, R. S. Trabalhando com a história de via: percalços de uma pesquisa(Dora?). Revista da Escola de Enfermagem da USP. São Paulo, v. 37, n. 2, p.119-126, 2003.

Vozes e memórias de uma espírita da cidade de Franca-SP

Adolfo de Mendonça Junior[489]

As mulheres, por muito tempo, foram marginalizadas pela história. Os espaços destinados a elas eram ligados ao âmbito do lar, da família, dos filhos, enfim, daqueles que não eram ocupados pelos homens. Todavia podemos afirmar que estão deixando essa condição aos poucos, devido à sua luta. No entanto, apesar das relativas conquistas, as mulheres ainda são muito discriminadas e têm um longo caminho a seguir, em busca da igualdade de direitos. Até o século XIX, as mulheres não apareciam nos relatos históricos. No século XX, as mulheres foram incluídas como campo de estudo transformando-se em objeto e sujeito da história. É notável, na literatura histórica atual, o aparecimento de livros que têm como objeto a crescente participação das mulheres em todas as esferas de atividades na sociedade brasileira, bem como seus diferentes papéis.

No estudo da História do Espiritismo na cidade de Franca-SP, identificamos desde o início, a participação da mulher na construção da identidade espírita. Este trabalho apresenta alguns dos resultados de depoimentos concedidos por Thermutes Lourenço, professora de história aposentada, escritora, conferencista, evangelizadora e expoente do movimento espírita, sua trajetória como fundadora e primeira presidente da Mocidade Espírita de Franca e uma das organizadoras do "Encontro de Evangelizadores Espíritas de Franca", encontro tradicional de formação de educadores e evangelizadores espíritas da cidade de Franca-SP. Thermutes é mulher de temperamento firme, fé inabalável e determinada. Ela estudou na Faculdade de Filosofia de Franca. Como escritora, com 84 anos de idade, está prestes a lançar "Projeto: Evangelho Segundo o Espiritismo", vol.1 e vol.2, [no prelo], livros dedicados aos evangelizadores espíritas, com o uso da metodologia do "ouvir, ver, pensar e agir[490]", e que ela pretende lançar sem fins lucrativos. Acreditamos ser este artigo, uma valiosa contribuição da importância da mulher na construção da identidade religiosa, a identidade espírita e a possibilidade do uso da História Oral na construção de uma nova fonte histórica.

A pesquisa é uma extensão de uma comunicação apresentada no GT "Movimentos sociais e memória", do VIII Encontro Regional Sudeste de História Oral, da Associação Brasileira de História Oral (ABHO), na UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais). Na época, apresentamos o texto "*Narrativas escritas e orais da vida de um dos pioneiros da* ***história do espiritismo em Franca-SP***[491]***", onde foram analisados dados preliminares de traços da***

---

489 Professor de História da E.E. Dr. Orlik Luz (Franca-SP). Graduado em História pela UNESP-Franca, e especialista em "Leitura e produção de textos na interdisciplinaridade", pela Universidade de Franca (UNIFRAN).

490 Ela usa a leitura compartilhada.

491 Thermutes Lourenço foi minha colaboradora na elaboração deste texto.

biografia de José Marques Garcia, um importante personagem da história do espiritismo em Franca-SP. Na ocasião, o texto representava:

> *Uma reflexão inicial, resultado da primeira entrevista realizada depois de uma pesquisa biográfica, relacionada com a história do espiritismo em Franca-SP. Apresentamos fragmentos dos depoimentos de uma pesquisa de história oral. A entrevista com Thermutes Lourenço, uma pessoa que conviveu com um importante personagem da história do espiritismo em Franca-SP, José Marques Garcia. Utilizando-nos da metodologia da história oral procuramos compreender os motivos pelos quais a cidade de Franca-SP, com uma população de 330 mil habitantes tem 7% de espíritas, com uma notável presença deles na cidade, seja nos nomes das ruas, ou na grande quantidade de instituições (80 centros espíritas). Sendo um dos maiores redutos espíritas do Brasil, de acordo com matéria publicada no jornal Comércio da Franca. (JUNIOR, 2009, p.2-3).*

Depois de um exercício de observação, interpretação e compreensão dos depoimentos da referida entrevista, repeti a experiência metodológica, ou seja, tornei a entrevistar Thermutes Lourenço. Este artigo foi escrito a partir de três entrevistas, usando o método da História Oral. De certa maneira, esse texto é uma forma de "restituir" a fonte documental que foi produzida a partir dos testemunhos de minha colaboradora.

> *Na História Oral, especificamente – por ser tão ligada a contatos pessoais – a necessidade de aprender muitas vezes tem transcendido a paixão intelectual de acadêmicos sérios, de modo a incluir um senso de dever, como cidadãos, de que não são apenas estudantes de História, mas também agentes nela atuantes e por ela responsáveis (...) muitos de nós são motivados, ainda, por algo mais amplo do que nós mesmos: por uma comunidade, uma instituição, um movimento. É neste ponto que entra o conceito de restituição. Recebemos tanto de pessoas e comunidades que não sentiremos nosso trabalho concluído, enquanto não entregarmos seus resultados àqueles que foram responsáveis por viabilizá-lo (...) a restituição de objetos–fitas, transcrições, publicações – e sua disponibilidade em arquivos e museus não constituem, necessariamente, restituição à comunidade. (...) aquilo que realmente restituímos é uma oportunidade para as pessoas com quem conversamos organizarem seus conhecimentos com maior clareza (...). A restituição não é neutra– sempre constitui uma intervenção, uma interferência na história cultural da comunidade. (...) O verdadeiro serviço que, acredito eu, prestamos a elas, a movimentos e a indivíduos, consiste em fazer com que sua voz seja ouvida, em levá-la para fora (...) em conseguir que seu discurso chegue a outras pessoas e comunidades. (PORTELLI, 1997, p. 30-31).*

Com esse texto, pretendemos responder as seguintes indagações: como se constrói a identidade de um líder espírita? Como a professora Thermutes se tornou uma das principais lideranças espírita da cidade de Franca-SP?

A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE RELIGIOSA ESPÍRITA

Um indivíduo aprende, constrói e representa sua identidade desde o nascimento, pois ele nasce em uma família, ou uma comunidade social já em andamento, constituído de valores, crenças e visões de mundo. A identidade nos dá a ideia de quem somos, como nos vemos e como os outros nos veem, como temos que nos apresentar e agir para sermos reconhecidos e aceitos. Somos seres incompletos, vivendo em constante busca por nossa identidade, portanto somos passíveis de mudança, podendo formar e transformar.

> *A identidade é definida historicamente, e não biologicamente. O sujeito assume identidades em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um "eu" coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas (...). A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. (HALL, 1999, p. 13).*

A construção da identidade é um processo que acontece durante toda a vida do ser humano. A criança constrói a sua identidade, por meio da relação com o outro e da repetição; ao observar a mãe, o pai, os irmãos, professores e outros, ela identificará como cada um se comporta. Geralmente, imita a pessoa mais próxima, ou a qual, ela tenha muita admiração, e esta pessoa será referência e modelo para a constituição de sua própria identidade.

A cada experiência vivida, a cada problema enfrentado, o indivíduo vai construindo sua identidade. As condutas, as opiniões, os pontos de vista de hoje podem ser diferentes dos de amanhã. Isto porque o indivíduo vive num processo contínuo de construção de identidade, influenciando e sendo influenciado pelo meio em que vive. Ninguém age igual, da mesma forma, o tempo todo. Identidade pode ser vista tanto como o próprio eu de alguém ou a forma como alguém é visto por outros. Cada pessoa pode ter mais de uma identidade, de acordo com as circunstancias, sendo essas identidades definidas pela própria pessoa, pelo ambiente ou pelos desejos de outros. Construímos nossa identidade não só no momento em que atuamos, mas desde que começamos a observar o fazer do outro.

> *Não é difícil concordar com o fato de que, do ponto de vista sociológico, toda e qualquer identidade é construída. A principal questão, na verdade, diz respeito a como, a partir de quê, por quem, e para que isso acontece. A construção de identidades vale-se da matéria prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, e pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso. (CASTELLS, 2008, p.23).*

A constituição da identidade religiosa espírita é marcada por seus princípios éticos e morais, contidos em "O Livro dos Espíritos[492]", de Allan Kardec[493], e em sua maneira de enxergar o mundo, sua concepção de vida após a morte, reencarnação e mediunidade, por exemplo. De acordo com o ponto de vista espírita, o sentido da vida é o amor, "Quem ama não adoece". Para eles, a verdadeira felicidade é fazer o bem, perdoar. O homem é um semeador que colhe o que semeia. Os espíritas se identificam com as recomendações de Jesus: *"Um novo mandamento vos dou: Que vos ameis uns aos outros; como eu vos amei a vós, que também vós uns aos outros vos ameis. Nisto todos conhecerão que sois meus discípulos, se vos amardes uns aos outros".* (João. 13: 31 a 35). "E conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará" (João. 8: 32). Outra máxima que sintetiza o sentido da vida para os espíritas aparece no livro "*O Evangelho Segundo o Espiritismo*[494]", uma mensagem do "Espírito da Verdade[495]", "Espíritas, amai-vos, eis o primeiro ensinamento: instrui-vos, eis o segundo".

A INFLUÊNCIA DA MÃE DE THERMUTES LOURENÇO, NA CONSTRUÇÃO DE SUA IDENTIDADE

Para entender melhor a construção da identidade de uma líder religiosa espírita, ou seja, a identidade de Thermutes Lourenço, procurei analisar as experiências pelas quais ela passou, através de suas lembranças e suas memórias. Para Sgarbi:

> *[...] nossa própria existência não pode ser separada do modo pelo qual podemos nos dar conta de nós mesmos. É contando nossas próprias histórias que damos, a nós mesmos, uma identidade. Reconhecemo-nos, a nós mesmos, nas histórias que contamos sobre nós mesmos. E é*

---

492 O livro que iniciou o espiritismo, publicado na França em 1857, por Allan Kardec.

493 Pseudônimo do pedagogo francês Hippolyte Leon Denizard Rivail, o fundador do espiritismo, ou como dizem os espíritas, codificador do espiritismo. Kardec foi o responsável por organizar em uma série de livros, as mensagens que teriam sido "reveladas" pelos espíritos dos mortos. Essas mensagens constituem a chamada "Doutrina Espírita", definida, ao mesmo tempo, como filosofia, ciência e religião.

494 Livro publicado por Allan Kardec, em 1864, livro dedicado a explicar as máximas de Jesus, sua concordância com o espiritismo e sua aplicação na vida.

495 "Espírito" que participou, juntamente com Allan Kardec, da codificação espírita. É apontado como um "espírito superior", um "mensageiro" que coordenou o trabalho de codificação do espiritismo.

> *pequena a diferença se estas histórias são verdadeiras ou falsas, tanto a ficção, como a história verificável, nos provêm de uma identidade.. (SGARBI, 2005, p.9).*

A trajetória profissional e a militância espírita de Thermutes Lourenço são reveladoras das amplas possibilidades de aplicação da História Oral como metodologia de pesquisa. Ela é professora de História aposentada[496], nasceu na cidade de Conquista-MG, quando perguntei a ela sobre a data de seu nascimento, obtive a seguinte resposta: "Não gosto de falar não [risos]. Esse negócio de ficar fazendo festa eu não gosto. Eu nasci no começo do ano, mas não é no mês de janeiro. Vivo quase cem anos já, não sei quanto tempo eu vivi[497]...". Seu pai, José Fernandes Lourenço, era português, pedreiro e construtor. Ele era espírita desde que veio de Portugal. Sua mãe, Ana Lourenço Borges[498], era mineira de Sacramento-MG, morava em uma pequena fazenda, muito católica, era "carregadeira de andor"[499]. Após o casamento, sua mãe se converteu ao espiritismo. Thermutes era de família simples, teve oito irmãos. Quando a família mudou-se para Franca-SP, ela tinha apenas cinco anos de idade. Em Franca-SP, seu pai comprou uma pensão. No entanto, ele não se adaptou à cidade e quis voltar para Sacramento-MG. A mãe, uma mulher determinada, com nove filhos, resolveu ficar na cidade, para educar seus filhos. Ao falar de sua mãe, ela assim se expressou:

> *Por que aquela criatura ali [mostra a foto de sua mãe em um momento de muita emoção], apesar de nessa existência ela ter sido quase analfabeta, eu como professora, reconheço que ela foi uma pedagoga extraordinária, ela criou nove filhos sem marido, porque o meu pai nos deixou e voltou para Sacramento [Minas Gerais], e ela não quis ir, porque ela pensava que aqui tinha escola para os filhos, então ela ficou e ele foi. Ela tentou trazer ele de volta porque ele não foi por causa de [outra] mulher, por causa de nada, mais ele não se adaptou aqui em Franca, meu pai é português, minha mãe é brasileira legítima de Sacramento, então a mãe nos criou dentro da Doutrina [Espírita], ela falava assim: "Se o Espiritismo é a melhor coisa da minha vida, porque não passar para os meus filhos? (JUNIOR, 2009, p. 7).*

---

496 Formada em História pela Faculdade de Filosofia de Franca, turma de 1971.

497 Na terceira entrevista, consegui o que achava ser impossível, ela revelou a data de seu nascimento: 29 de março de 1927.

498 Thermutes, carinhosamente chama sua mãe de "Dona Sinhaninha".

499 Quando tinha uma procissão, cortejo religioso que é vivenciado em ocasiões marcantes da Igreja Católica, sua mãe transportava nos ombros, as imagens de santos tradicionais.

A professora Thermutes conta que sua mãe, apesar de pouco estudo, usava uma pedagogia, que segundo ela, é atualmente usada por profissionais da educação. Na medida em que narrava suas memórias, Thermutes revelava como estava sendo construída sua identidade.

> *[...] a história de vida do professor, seus relatos de experiência e o resgate de sua prática educativa podem contribuir na formação de sua identidade profissional, revelando seus valores e suas crenças, fazendo-o posicionar-se como ser humano, suscetível às mais complexas experiências com o público estudantil. A partir desses relatos, vêm à tona a reflexão sobres questões, como: O que essas experiências significaram em minha vida? Como me sentia na época em que vivia essas experiências? Que influências esses momentos tiveram em minhas escolhas profissionais? Minhas memórias em situação de ensino. (TEIXEIRA, 2002, p. 41).*

Em suas memórias, percebemos a influência da pedagogia de sua mãe, a "leitura compartilhada", na sua formação como professora, escritora, evangelizadora, fundadora e primeira presidente de um grupo de jovens espíritas da cidade de Franca-SP. Thermutes utiliza a metodologia do "ouvir, ver, pensar e agir" com o uso da "leitura compartilhada".

> *(...) eu sou a penúltima filha, oitava do casal, abaixo de mim só o Allan Kardec, meu irmão, e nós brigávamos muito é claro, toda criança briga. Mamãe falava assim* ***"Vai buscar o Evangelho"*** *a gente ia porque ela era brava mesmo. A gente chegava perto e ela falava* ***"Abre"****, a gente abria o livro por acaso, isso na pensão Santo Antônio, já sem o meu pai, ela falava* ***"bem alto que eu quero escutar"****. Aí é que eu falo a pedagogia dela, ela estava trabalhando na cozinha junto com os empregados da pensão, e se eu, por exemplo, eu me lembro de mim mas, não sei se com o Kardec foi do mesmo jeito, mais as vezes eu estava com uma raiva dele, uma vontade de esganar ele e tinha que ler aquela lição de amor do Evangelho, a gente começava a reclamar e ela gritava de lá* ***"mais alto, não estou escutando"****, então* ***isso aí agora a pedagogia ensina a leitura pela própria criança****, e não tinha jeito de tapear ela. (JUNIOR, 2009, p. 9, grifo nosso).*

Qual a importância do ato de ler? Aprender a ler, a escrever é, antes de mais nada, aprender a ler o mundo. A leitura chegou cedo na vida de Thermutes. A mãe "pedagoga", preparou os filhos para a educação convencional. Nesse depoimento, Thermutes, revela a importância de sua mãe, uma personagem esquecida pela história do espiritismo em Franca-SP, que é resgatada pelo uso da História Oral.

> *"Quando eu entrei na [Escola] Industrial*[500]*, fui aluna do Sr. Antônio Ricardo de Souza Jr., famoso professor de português, a primeira vez que ele entrou na classe, mandou que cada um fizesse um pedacinho da leitura do livro, quando chegou a minha vez, assim que acabou ele falou para mim assim* ***"menina, você tem uma leitura excelente, uma***

---

500 Escola Estadual Dr. Julio Cardoso, escola tradicional francana, vinculada à Fundação Paula Souza.

> ***dicção ótima"***. *Na hora eu pensei* ***"graças a dona Sinhaninha [minha mãe] e ao Evangelho segundo o Espiritismo, que tenho um português muito lindo"***. *Ela [minha mãe] estava educando para a vida, uma beleza a vida dela viu. Infelizmente Franca não se interessa, minha mãe deu o testemunho dela lá na Nova Era [Centro Espírita Esperança e Fé*[501]*], morreu (desencarnou) com noventa e seis anos." (Fragmento de depoimento de Thermutes Lourenço, grifo nosso).*

Nesse depoimento, a evangelizadora Thermutes demonstra sua preocupação com o futuro de seus alunos de evangelização, por causa da falta de compromisso dos pais. É como se ela estivesse comparando os pais de seus alunos atuais com a maneira que foi educada por sua mãe.

> *Eu trabalho [como evangelizadora] no Meimei [Grupo Espírita Meimei] lá na Vila São Sebastião [na cidade de Franca-SP], temo dizer que tenho duas dúzias de alunos, conheço somente uma mãe. O resto não se interessa... Então o trabalho a gente faz com o máximo de carinho, na certeza que tem valor, mas não tem a eficiência que teria se tivesse uma mãe ali, interessada. (Fragmento de depoimento de Thermutes Lourenço).*

Para Thermutes, se os pais se interessassem por seus filhos, participariam de sua educação moral, ou seja, estariam mais presentes nas aulas de evangelização, assim como sua mãe, esteve presente em sua vida e na vida de seus irmãos.

IDEALISMO E PROTAGONISMO NA MOCIDADE ESPÍRITA E NA EVANGELIZAÇÃO ESPÍRITA.

A Mocidade Espírita de Franca (MEF) é a mais antiga mocidade espírita da cidade. Foi fundada no dia 13 de maio de 1947, na época ela se chamava "*Juventude Cultural Espírita de Franca"*, e foi fundada por Thermutes e sua irmã Dima Lourenço. A Juventude Cultural Espírita era um Departamento do Grêmio Espírita de Franca[502], que foi "apadrinhada" por Leopoldo Machado[503] que veio a cidade especialmente para inaugurá-la.

---

501 O centro espírita mais antigo da cidade de Franca.

502 Agremiação espírita que reunia os principais líderes espíritas das cidade.

503 Um dos grandes expoentes do movimento espírita brasileiro, foi um dos criadores do "Pacto Áureo", acordo que criou o Conselho Federativo Nacional-CFN, da Federação Espírita Brasileira-FEB.

Aos 20 anos de idade, Thermutes, lendo artigos de Leopoldo Machado, sobre a importância da criação de mocidades e juventudes espíritas, para estudar das obras de Allan Kardec; se identificou com a idéia e levou a proposta de criação de uma mocidade espírita, para o Grêmio Espírita de Franca. Na época, o Grêmio reunia as principais lideranças do movimento espírita da cidade. De imediato, ela recebeu apoio dos gremistas e em suas memórias, descreve a fundação da primeira mocidade espírita da cidade:

> *"Não sei se você sabe, mas a Mocidade não nasceu com esse nome [Mocidade Espírita de Franca - MEF], ela era "Juventude Cultural Espírita de Franca", esse nome foi dado pelo Dr. Agnelo Morato, eu queria que se chamasse "Juventude Espírita José Marques Garcia", mas o Leopoldo Machado foi contra por que vô Marques*[504] *tinha desencarnado em 1942, ainda não tinha 5 anos que ele tinha morrido, então achou que era muita responsabilidade para um espírito recém desencarnado. Eu tive que aceitar, chorei muito, mas aceitei. Veja como desde mocinha eu era apaixonada por José Marques Garcia. (Fragmento de depoimento de Thermutes Lourenço).*

Apesar do espaço conquistado pelas mulheres no movimento espírita de Franca-SP, na década de 40, do século passado, Thermutes não se impôs, aceitando passivamente a sugestão de Agnelo Morato de trocar o nome da "Juventude Espírita José Marques Garcia", para "Juventude Cultural Espírita de Franca". Agnelo era um líder espírita que se tornou uma espécie de seu tutor, nas atividades espíritas. A conquista da mulher espírita, em uma cidade do interior do estado de São Paulo, em uma época em que a mulher ainda era subordinada ao homem, também pode ser entendida à partir dos princípios éticos e morais do espiritismo.

> E em relação à Doutrina Espírita, qual é o papel que esta reserva às mulheres? Haveria algo semelhante a uma Teologia Feminista dentro da perspectiva espírita? Em comparação com as demais religiões conhecidas dentro da tradição judaico-cristã, ela não segue a tendência das demais em atribuir às mulheres o papel de submissão, ou relegá-las ao silêncio dentro dos locais de culto, os *centros espíritas.* É, pois, uma doutrina muito mais liberal em relação às mulheres. (BUENO, 2009, p.156).

Allan Kardec escreveu no livro "Viagem Espírita em 1862" que as mulheres seriam as valiosas companheiras do espiritismo, ao lado dos homens, secariam lágrimas e reacenderiam as esperanças, além de trabalhar mais e melhor que os homens, no campo mediúnico.

Alguns anos mais tarde, mais precisamente em 1965, com 38 anos de idade, Thermutes se dedicava às aulas de evangelização infantil. Ficou sabendo da existência de um curso de evangelizadores, que era organizado pela USE (União das Sociedades Espíritas do Estado de São Paulo). Juntamente com sua amiga Antonieta Barini, com autorização do Grêmio Espírita, viajaram para São Paulo e fizeram o curso. Ficaram hospedadas na casa de Eliseu Rigonatti, um importante líder do movimento espírita brasileiro. Quando voltaram, organizaram o 1º Encontro de Evangelizadores Espíritas de Franca-SP, no mês de julho. Esse encontro é um dos mais antigos do estado de São Paulo e continua sendo realizado até os dias atuais.

---

[504] José Marques Garcia, pioneiro na história do espiritismo em Franca.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluindo, percebemos que os idosos guardam lembranças que contadas, recordadas e registradas tornam-se documentos, fontes orais que ficam guardadas para a posteridade. Thermutes representa várias líderes religiosas, que iguais a ela, tiveram coragem, lutaram e chegaram à velhice com o reconhecimento de diferentes espaços sociais. Ela dedicou sua vida à educação e formação de uma cultura de paz. Thermutes, mulher de temperamento firme, fé inabalável e determinada. Ainda viva, é uma idealista que marcou a sua época.

Referências bibliográficas:

A BÍBLIA SAGRADA. Trad. em português por João Ferreira de Almeida. Revista e atualizada no Brasil. 2ª ed. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1993.

BUENO, C. M. L. B. P. *A doutrina espírita e as mulheres*. Revista Brasileira de História das Religiões, v. 3, p. 139-165, 2009.

CASTELLS, M. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (ogs). *Usos e abusos da história oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

FREITAS, Sônia Maria de. *História Oral: possibilidades e procedimentos*. 2. ed. São Paulo: Humanitas, 2006.

HALL, Stuart. Identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

_____. Da Diáspora. Identidades e Medições culturais. Belo Horizonte: UFMG,

2003.

JUNIOR, Adolfo de Mendonça. *José Marques Garcia, pioneiro da história do Espiritismo em Franca*. In: Pesquisas sobre o espiritismo no Brasil: textos selecionados. São Paulo: CCDPE-ECM, 2009. 199p.

_____. *Espiritismo em Franca-SP:* Ensaio Biográfico (1901-1986). II Encontro Nacional do GT História das Religiões e das Religiosidades - Tolerância e intolerância nas manifestações religiosas, 2008, Franca-SP. Caderno de Programação e Resumos. v. 1. p. 23.

_____ Primeiros espíritas do Brasil e pioneiros do espiritismo em Franca. XVII Semana de História "Novas embates historiográficos", 2008, Franca-SP. Caderno de apresentação e resumos. v. 1. p. 49-49.

JURKEVICS, Vera Irene. *Crenças e vivências espíritas na cidade de Franca* (1904-1980). Dissertação: Mestrado em História.Franca: UNESP, 1998.

KARDEC, Allan. *O Livro dos Espíritos*. Tradução de Salvador Gentile. 112.ed. Araras-SP: IDE, [1857] 1997. 420p.

_____. *Obras póstumas.* Tradução de Salvador Gentile. Araras- SP: IDE, [1890] 1993a.

_____. *A Gênese.* Tradução de Salvador Gentile. Araras- SP: IDE, [1868] 1993b.

_____. *O Livro dos Médiuns.* Tradução de Salvador Gentile. Araras- SP: IDE, [1861] 1993c. 488p.

_____. *O que é o Espiritismo*. Tradução Guillon Ribeiro. Rio de Janeiro: FEB, [1862] 2001a. 224p.

_____. Viagem espírita em 1862. Tradução Wallace Leal V. Rodrigues. Matão-SP: Casa Editora O Clarim, 1981. 153p.

LANG. Alice Beatriz da Silva Gordo. História oral: muitas dúvidas, poucas certezas e uma proposta. In: MEIHY, Jose Carlos Sebe Bom (org.). (Re)introduzindo a história oral no Brasil. São Paulo: Xamã, 1996.

LANG, A. B. S. G.; JANOTTI, M. L. M. Espiritismo progressista: pensamento e ação de Rino Curti. São Paulo: Conex, 2005.

LARROSA, J. Pedagogia Profana: danças, piruetas e mascaradas. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

MENDES N. M. M. Ritual, communitas e espetáculo religioso na marcha para Jesus em Fortaleza-CE. Revista de ciências sociais, v. 39, n. 2, 2008. p. 105–120.

PERROT, Michelle. As mulheres ou os silêncios da história. Bauru, SP: Edusc, 2005. 520 p. (Coleção História).

_____. Escrever uma História das Mulheres: relato de uma experiência**.** In: Cadernos Pagu: Fazendo história das mulheres. Campinas (4). 1995, pp. 9-28.

PORTELLI, Alessandro. "Tentando aprender um pouquinho, algumas reflexões sobre a ética na história oral". In: Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História. PUC_SP, n. 15, abril de 1997.

SALVATICI, Silvia. "Memórias de gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres". In: História Oral: Revista da Associação Brasileira de História Oral. Vol.8.n.1. jan/junho, 2005.

SGARBI, P. (2005): Para uma epistemomagia do cotidiano. In: SGARBI, P. *Avaliação pensadasentida a partir de uma epistemomagia do cotidiano*. Rio de Janeiro: UERJ. (Tese de doutorado).

TEIXEIRA, M. L. C. A formação do professor de matemática e a pesquisa em sala de aula. Educação matemática em revista. n. 12, p. 40-49, ano 9, 2002.

THOMPSON, Paul (1935-). A voz do passado - História Oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. 388 p.